Anthony Giddens

Sociologia

6.ª Edição

Tradução de

Alexandra Figueiredo
Ana Patrícia Duarte Baltazar
Catarina Lorga da Silva
Patrícia Matos
Vasco Gil

Coordenação e revisão científica de

José Manuel Sobral

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
Serviço de Educação e Bolsas

Tradução
do original inglês intitulado

SOCIOLOGY
4th Edition

Copyright © Anthony Giddens 2001

publicado por Polity Press
em associação com Blackwell Publishers Ltd.

Reservado todos os direitos de harmonia com a lei
Edição da
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
Av. de Berna | Lisboa
2008

Depósito Legal 273409/08
ISBN 978-972-31-1075-3

Índice

Prefácio à quarta edição		xiv
Agradecimentos		xv
Como usar este livro		xvi
1	O que é a Sociologia?	0
2	Cultura e Sociedade	20
3	Um Mundo em Mudança	48
4	Interacção Social e Vida Quotidiana	78
5	Género e Sexualidade	106
6	Sociologia do Corpo: Saúde, Doença e Envelhecimento	142
7	Famílias	172
8	Crime e Desvio	202
9	Raça, Etnicidade e Migração	244
10	Classe, Estratificação e Desigualdade	282
11	Pobreza, Previdência e Exclusão Social	310
12	Organizações Modernas	346
13	O Trabalho e a Vida Económica	374
14	O Governo e a Política	422
15	Os Meios de Comunicação de Massa e a Comunicação em Geral	454
16	Educação	492
17	Religião	532
18	As Cidades e os Espaços Urbanos	570
19	Crescimento da População e Crise Ecológica	602
20	Método de Investigação em Sociologia	638
21	O Pensamento Teórico na Sociologia	664
Glossário		685
Bibliografia		707
Agradecimentos		722
Créditos das gravuras		724

Índice Detalhado

Prefácio à Quarta Edição xiv
Agradecimentos xv
Como Usar este Livro xvi

1 O que é a Sociologia? 0

Desenvolvendo uma perspectiva sociológica 2
Estudar Sociologia 4
Como pode a Sociologia ajudar-nos na nossa vida? 5
Consciência de diferenças culturais 5
Avaliação dos efeitos políticos 5
Auto-consciencialização 6
O desenvolvimento do pensamento sociológico 6
Os primeiros teóricos 6
Auguste Comte 7
Émile Durkheim 8
Karl Marx 11
Max Weber 13
Olhares sociológicos mais recentes 15
Funcionalismo 16
Perspectiva do conflito 17
Perspectivas da acção social 17
Conclusão 18
Sumário 1

2 Cultura e Sociedade 20

O conceito de cultura 22
Valores e normas 22
Diversidade cultural 24
Etnocentrismo 25
Socialização 26
Papéis sociais 29
Identidade 29
Tipos de sociedade 30
O mundo em extinção: as sociedades pré-modernas e o seu destino 31
O mundo moderno: as sociedades industriais 35
Desenvolvimento global 36
Mudança social 42
Influências na mudança social 42
Mudança no período moderno 44
Conclusão 45

Sumário 45
Questões para reflexão 47
Leituras adicionais 47
Ligações à Internet 47

3 Um Mundo em Mudança 48
Dimensões da globalização 51
Factores que contribuem para a globalização 52
As causas da globalização crescente 54
O debate em torno da globalização 58
Os «cépticos» 58
Os «hiperglobalizadores» 59
Os «transformacionalistas» 59
O impacto da globalização nas nossas vidas 61
A emergência do individualismo 61
Padrões de trabalho 62
Cultura popular 64
Globalização e risco 65
A multiplicação dos riscos manufacturados 65
A «sociedade de risco» global 68
Globalização e desigualdade 69
Desigualdade e divisões globais 69
A campanha a favor de uma «justiça global» 72
Conclusão: a necessidade de uma governação global 74
Sumário 75
Questões para reflexão 76
Leituras adicionais 76
Ligações à Internet 77

4 Interacção Social e Vida Quotidiana 78
O estudo da vida quotidiana 80
Microssociologia e Macrossociologia 83
Comunicação não-verbal 84
A face, os gestos e as emoções 84
«Face» e auto-estima 85
Género e comunicação não-verbal 86
Conversa e regras sociais 86
Entendimentos partilhados 87
Experiências de Garfinkel 87
Vandalismo na interacção 88
Modos de falar 90
Gritos de resposta 90
Lapsos de língua 91
Face, corpo e fala na interacção 92
Encontros 93
Marcadores 94
Gestão das impressões 95
Regiões da frente e da retaguarda 95
Espaço pessoal 97
Interacção no tempo e no espaço 99
Tempo do relógio 100
A vida social e o ordenamento do espaço e do tempo 101
Conclusão: a compulsão da proximidade 101
Sumário 103
Questões para reflexão 104
Leituras adicionais 104
Ligações à Internet 105

5 Género e Sexualidade 106
Diferenças de género 109
Género e Biologia: diferença natural 109
Socialização de género 110
A construção social do género e do sexo 111
Perspectivas sobre a desigualdade de género 114
Abordagens funcionalistas 115
Abordagens feministas 116
Feminilidades, masculinidades e relações de género 120
R. W. Connell: a ordem de género 120
Masculinidades em transformação 123
Sexualidade humana 126
Biologia e comportamento sexual 126
Influências sociais no comportamento sexual 127
A sexualidade na cultura ocidental 128
Uma nova fidelidade 130
Homossexualidade 131
A homossexualidade na cultura ocidental 132
Atitudes em relação à homossexualidade 133
A campanha pela legalização e reconhecimento 134
Prostituição 135
A prostituição na actualidade 135
A prostituição infantil e a «indústria do sexo» mundial 136

Explicar a prostituição 138
Conclusão: género e globalização 138
Sumário 139
Questões para reflexão 140
Leituras adicionais 141
Ligações à Internet 141

6 Sociologia do Corpo: Saúde, Doença e Envelhecimento 142
A sociologia do corpo 146
A base social da saúde 146
Classe e saúde 147
Género e saúde 150
Raça e Saúde 154
A lei dos "cuidados inversos" 155
Medicina e Sociedade 155
A emergência do modelo biomédico de saúde 155
O modelo biomédico 156
Críticas ao modelo biomédico 157
A medicina e a saúde num mundo em mudança 159
Perspectivas sociológicas sobre a saúde e a doença 160
O papel de doente 161
A doença como «experiência vivida» 163
Saúde e envelhecimento 164
Os efeitos físicos do envelhecimento 166
Problemas do envelhecimento 167
Conclusão: o futuro do envelhecimento 168
Sumário 169
Questões para reflexão 170
Leituras adicionais 171
Ligações à Internet 171

7 Famílias 172
Conceitos elementares 175
A diversidade da família 176
Perspectivas teóricas sobre a família 176
A abordagem funcionalista 177
Abordagens feministas 177
Novas perspectivas na sociologia da família 180
Casamento e divórcio no Reino Unido 182
Agregados monoparentais 183
Voltar a casar 184
Famílias recompostas 185
O "pai ausente" 188
Mulheres sem filhos 190
Variações nos padrões familiares: a diversidade étnica na Grã-Bretanha 191
Famílias oriundas do sul da Ásia 191
Famílias negras 192
Alternativas ao casamento 194
Coabitação 194
Casais homossexuais 194
Violência e abuso na vida familiar 195
A violência no seio da família 196
O incesto e o abuso sexual de crianças 197
O debate sobre os "valores familiares" 198
Sumário 199
Questões para reflexão 200
Leituras adicionais 201
Ligações à Internet 201

8 Crime e Desvio 202
A sociologia do desvio 205
Abordagens do crime e do desvio 207
Explicações biológicas: os "tipos criminais" 207
Explicações psicológicas: os "estados mentais anormais" 208
Teorias sociológicas sobre o crime e o desvio 209
As teorias funcionalistas 209
As teorias interaccionistas 211
As teorias do conflito: "a nova criminologia" 214
As teorias do controlo social 217
Conclusões teóricas 218
Padrões do crime no reino unido 218
O crime e as estatísticas criminais 219
Estratégias de redução do crime na sociedade do risco 222
Políticas para enfrentar o crime 223
O policiamento na sociedade do risco 224
O Policiamento comunitário 225
As vítimas e os perpetradores do crime 226
Género e crime 226
Crimes contra homossexuais 230
A juventude e o crime 231
O crime do colarinho branco 233
Crime organizado 235

A mudança de rosto do crime organizado 236
O "cibercrime" 236
As prisões serão uma resposta adequada ao crime? 239
Conclusão: crime, desvio e ordem social 240
Sumário 241
Questões para reflexão 243
Leituras adicionais 243
Ligações à Internet 243

9 Raça, Etnicidade e Migração 244
Compreender a raça e a etnicidade 247
Raça 247
Etnicidade 248
Preconceito, discriminação e racismo 252
Racismo 253
Explicar o racismo e a discriminação étnica 254
Interpretações psicológicas 254
Interpretações sociológicas 256
Integração étnica e conflito étnico 258
Modelos de integração étnica 258
Conflito étnico 259
Migração global 260
Movimentos migratórios 260
Diásporas globais 262
Imigração para o Reino Unido 265
Mudança da política de imigração na Grã-Bretanha 266
Diversidade étnica no Reino Unido 267
Emprego e sucesso económico 269
Alojamento 272
Raça e crime 273
Imigração e relações étnicas no Continente 275
As migrações e a União Europeia 276
Refugiados, pessoas que procuram asilo e migrantes económicos 277
Conclusão 279
Sumário 279
Questões para reflexão 281
Leituras adicionais 281
Ligações à Internet 281

10 Classe, Estratificação e Desigualdade 282
Teorias sobre as classes e a estratificação 285
A teoria de Karl Marx 285
A teoria de Max Weber 287
A teoria de classes de Erik Olin Wright 288
A medição das classes 289
John Goldthorpe: classe e ocupação 290
Avaliação dos esquemas de classes 290
As divisões de classe nas sociedades ocidentais da actualidade 292
A questão da classe alta 292
A classe média 294
A mudança de natureza da classe trabalhadora 296
Classe e estilo de vida 298
A subclasse 299
Género e estratificação 300
A determinação da posição de classe das mulheres 300
O impacto do emprego das mulheres nas divisões de classe 301
Mobilidade social 302
Estudos comparativos sobre a mobilidade 302
Mobilidade descendente 303
Mobilidade social na Grã-Bretanha 304
Género e mobilidade social 305
Conclusão 306
Sumário 306
Questões para reflexão 308
Leituras adicionais 308
Ligações à Internet 309

11 Pobreza, Previdência e Exclusão Social 310
A pobreza 313
O que é a pobreza? 313
Medir a pobreza 314
Padrões recentes de pobreza no Reino Unido 316
Quem são os pobres? 317
Explicar a pobreza 318
Pobreza e mobilidade social 321
A controvérsia da subclasse 322
Antecedentes do debate em torno da subclasse 323

A subclasse, a União Europeia e a imigração 323
Existe uma subclasse na Grã-Bretanha? 324
A exclusão social 325
Formas de exclusão social 328
Os sem-abrigo 330
Crime e exclusão social 333
A segurança social e a reforma do estado-providência 334
As teorias do estado-providência 335
A emergência do estado-providência britânico 336
A reforma do estado-providência 338
Conclusão: repensar a igualdade e a desigualdade 342
Sumário 343
Questões para reflexão 345
Leituras adicionais 345
Ligações à Internet 345

12 Organizações Modernas 346
As organizações e a vida moderna 348
Teorias das organizações 350
A perspectiva de Weber sobre a burocracia 350
A teoria das organizações de Michel Foucault: o controlo do tempo e do espaço 354
Burocracia e democracia 359
O género e as organizações 361
As mulheres na gestão 362
E para lá da burocracia? 365
Mudança organizacional: o modelo japonês 365
A transformação da gestão 366
A tecnologia e as organizações modernas 367
As organizações enquanto redes 368
O debate em torno da desburocratização 370
Conclusão 372
Sumário 372
Questões para reflexão 373
Leituras adicionais 373
Ligações à Internet 373

13 O Trabalho e a Vida Económica 374
O que é o trabalho? 377
O trabalho remunerado e o não remunerado 377
Tendências no sistema ocupacional 378
A economia do conhecimento 379
A divisão do trabalho e a dependência económica 381
O Taylorismo e o Fordismo 384
As limitações do Fordismo e do Taylorismo 386
A transformação do trabalho 386
O Pós-Fordismo 386
A produção flexível 387
A produção em grupo 387
O «trabalhador polivalente» 388
Críticas ao Pós-Fordismo 389
As mulheres e o trabalho 389
As mulheres e o local de trabalho: uma visão histórica 392
O crescimento da participação das mulheres na actividade económica 392
Género e desigualdades no trabalho 393
A desigualdade salarial 395
As desigualdades de género a nível ocupacional estarão a desaparecer? 399
A divisão doméstica do trabalho 400
O trabalho e a família 402
A relação problemática entre família e trabalho 402
As políticas laborais de «apoio à família» 405
O desemprego 409
Análise do desemprego 410
O desemprego na Grã-Bretanha 411
A experiência do desemprego 412
A precarização do trabalho 413
O aumento da precarização do trabalho 414
Os efeitos nocivos da precarização do trabalho 415
O fim do «emprego para toda a vida»? 416
Declínio da importância do trabalho 417
Sumário 418
Questões para reflexão 420
Leituras adicionais 420
Ligações à Internet 421

14 O Governo e a Política 422
O governo, a política e o poder 424
O conceito de estado 425
Tipos de sistema político 425
Monarquia 425
Democracia 426
Autoritarismo 428

A disseminação global da democracia liberal? 428
A queda do comunismo 428
Como explicar a popularidade da democracia liberal? 432
O paradoxo da democracia 433
Os partidos políticos e o sufrágio nos países ocidentais 436
Sistemas Partidários 436
Partidos e voto na Grã-Bretanha 438
O Thatcherismo e os anos seguintes 438
O "New Labour" (Novo Partido Trabalhista) 439
A Política da Terceira Via 440
A mudança política e social 442
A globalização e os movimentos sociais 443
Tecnologia e movimentos sociais 444
Movimentos nacionalistas 446
As teorias do nacionalismo e a nação 446
Nações sem estado 447
Nações e nacionalismo em países em vias de desenvolvimento 449
Conclusão: o estado-nação, a identidade nacional e a globalização 450
Sumário 450
Questões para reflexão 452
Leituras adicionais 452
Ligações à Internet 453

15 Os Meios de Comunicação de Massa e a Comunicação em Geral 454

Jornais e televisão 456
Jornais 456
A Transmissão Televisiva 457
O impacto da televisão 459
TV e Violência 459
Os estudos sociológicos sobre as notícias da televisão 462
Géneros televisivos 464
Teorias dos media 465
As primeiras teorias 465
Jürgen Habermas: a esfera pública 465
Baudrillard: o mundo da hiper-realidade 466
John Thompson: os media e a sociedade moderna 467
As novas tecnologias da comunicação 469
Os telemóveis: a vaga do futuro? 470
A internet 472
As origens da Internet 473
O impacto da Internet 475
A globalização e os meios de comunicação 477
Música 478
Cinema 479
As «grandes empresas» de media 480
O imperialismo dos meios de comunicação 482
Os media globais e a democracia 483
Resistência e alternativas aos media globais 484
A questão da regulamentação dos media 485
Conclusão 488
Sumário 488
Questões para reflexão 490
Leituras adicionais 490
Ligações à Internet 490

16 Educação 492

As transformações no papel da educação 495
Educação e industrialização 495
Origens e desenvolvimento do sistema educativo britânico 496
A educação e a política 498
Comparações internacionais 501
A educação superior 502
O sistema na Grã-Bretanha 506
Universidades electrónicas 508
A educação e as novas tecnologias da comunicação 509
A tecnologia na sala de aula 509
A educação e o fosso tecnológico 510
A privatização da educação 511
Estados Unidos: os empresários da educação 511
Grã-Bretanha: a recuperação das escolas «sem sucesso» 513
Avaliação 514
Teorias da escolarização e desigualdade 514
Bernstein: códigos linguísticos 514
Illich: o currículo oculto 515

Bourdieu: educação e reprodução cultural 516
Willis: uma análise da reprodução cultural 517
O género e o sistema educativo 519
O género e o desempenho escolar 519
O género e a educação superior 522
Educação e etnicidade 523
Exclusão social e escolarização 523
O QI e o sucesso escolar 524
O que é a inteligência? 524
Inteligência emocional e interpessoal 526
Conclusão: a aprendizagem no decurso da vida 527
Sumário 528
Questões para reflexão 530
Leituras adicionais 530
Ligações à Internet 531

17 Religião 532
Definição de religião 535
O que não é religião 535
O que é a religião 535
Variedades de religião 537
Totemismo e animismo 537
Judaísmo, Cristianismo e Islamismo 537
As religiões do Extremo Oriente 539
Teorias da religião 540
Marx e a religião 540
Durkheim e o ritual religioso 541
Weber: as religiões mundiais e a mudança social 542
Avaliação 543
Tipos de organização religiosa 543
Igrejas e seitas 543
Denominações religiosas e cultos 544
Avaliação 544
Género e religião 545
Imagens religiosas 545
As mulheres nas organizações religiosas 546
Religião, secularização e mudança social 548
As dimensões da secularização 549
A religião no Reino Unido 550
A religião nos Estados Unidos 551
Avaliação da tese da secularização 555
Novos movimentos religiosos 556
Tipos de novos movimentos religiosos 557
Novos movimentos religiosos e secularização 559
Movimentos milenaristas 559
Os seguidores de Joaquim 559
A Dança dos Espíritos 560
A natureza dos movimentos milenaristas 560
Movimentos apocalípticos 560
Fundamentalismo religioso 561
O fundamentalismo islâmico 561
O fundamentalismo cristão 565
Conclusão 567
Sumário 567
Questões para reflexão 569
Leituras adicionais 569
Ligações à Internet 569

18 As Cidades e os Espaços Urbanos 570
Características do urbanismo moderno 573
O desenvolvimento das cidades modernas 575
Teorias do urbanismo 575
A escola de Chicago 575
O urbanismo e o ambiente criado 578
Tendências no desenvolvimento urbano ocidental 580
A suburbanização 581
A decadência dos centros das cidades 582
Conflito urbano 583
Renovação urbana 584
Urbanização no mundo em desenvolvimento 589
Desafios da urbanização no mundo em desenvolvimento 589
O futuro da urbanização no mundo em desenvolvimento 592
As cidades e a globalização 593
As cidades globais 593
A cidade e a periferia 594
A desigualdade e a cidade global 594
Governar as cidades na era global 595
Gerir o global 595
As cidades como agentes políticos, económicos e sociais 596
Conclusão: as cidades e a governação global 598
Sumário 598

Questões para reflexão 599
Leituras adicionais 600
Ligações à Internet 600

19 Crescimento da População e Crise Ecológica 602

O crescimento da população mundial 605
Análise da população: a demografia 605
Dinâmicas de mudança na população 605
O crescimento da população no mundo em vias de desenvolvimento 606
A transição demográfica 610
Projecções do crescimento da população para o futuro 610
O impacto humano no mundo natural 611
Preocupações com o ambiente: existem limites para o crescimento? 612
O desenvolvimento sustentável 613
Consumo, pobreza e ambiente 614
Fontes de ameaça 614
Poluição e desperdício 615
O esgotamento dos recursos 619
O risco e o ambiente 623
O aquecimento global 623
Os alimentos geneticamente modificados 628
Olhando para o futuro 633
O ambiente: um tema sociológico? 634
Sumário 634
Questões para reflexão 636
Leituras adicionais 636
Ligações à Internet 636

20 Método de Investigação em Sociologia 638

Questões sociológicas 641
A sociologia será uma ciência? 642
O processo de investigação 643
O problema de investigação 644
Revisão dos conhecimentos 644
Definição do problema da investigação 644
Elaboração de um plano 644
Realização da investigação 644
Interpretação dos resultados 645
Elaboração do relatório final 645
A realidade intromete-se! 645
Compreender a causa e o efeito 646
Causalidade e correlação 646
O mecanismo causal 646
Variáveis de Controlo 647
Identificação das causas 647
Métodos de Investigação 648
Etnografia 648
Inquéritos 649
Experiências 652
Histórias de vida 652
Análise histórica 652
A conjugação entre a investigação comparativa e a histórica 654
Investigação no mundo real: métodos, problemas, escolhas 654
Investigar a raça e a pobreza nos espaços urbanos 655
Conclusão: A influência da sociologia 659
Sumário 662
Questões para reflexão 662
Leituras adicionais 663
Ligações à Internet 663

21 O Pensamento Teórico na Sociologia 664

Max Weber: a Ética Protestante 666
Dilemas teóricos 668
Dilema I: Estrutura e acção 669
Dilema II: Consenso e conflito 671
Dilema III: O problema do género 672
Dilema IV: A formação do mundo moderno 674
Teorias recentes 676
A teoria pós-moderna 676
Michel Foucault 677
Outros pontos de vista 678
Jürgen Habermas: a democracia e a esfera pública 678
Ulrich Beck: a sociedade do risco 679
Manuel Castells: a economia em rede 680
Anthony Giddens: a reflexividade social 681
Conclusão 682
Sumário 682
Questões para reflexão 683
Leituras adicionais 684

Prefácio à Quarta Edição

O texto desta edição de *Sociologia* foi revisto muito mais exaustivamente do que qualquer uma das edições anteriores. O ritmo da mudança no mundo social contemporâneo é extraordinário e o texto procura tanto descrever essas mudanças como reflectir sobre elas. O livro pode obviamente ser lido por si só, mas foi pensado para interagir com o extenso material do seu *website*. Este último foi construído de modo a conter várias Ligações à Internet, às quais se pode facilmente aceder seja qual for o tema a ser explorado em maior profundidade. Pode aceder-se ao sítio na Internet associado ao livro no endereço http://www.polity.co.uk/giddens. Tanto os professores como os estudantes irão aí encontrar recursos valiosos, incluindo um manual complementar, exemplos de perguntas para reflexão, questionários on line, Ligações à Internet adicionais a recursos da Internet, e muito mais. Esta opção adicional confere uma nova dimensão a *Sociologia, 4.ª Edição*, obra que foi concebida para auxiliar tanto quem ensina como quem estuda a disciplina.

Todos os dados empíricos do texto foram amplamente revistos e actualizados. Tal como em edições anteriores, tentei produzir um livro que fosse atractivo e fácil de ler, mas que tivesse em atenção os últimos avanços da disciplina. Recorri, obviamente, a estudos e artigos de revistas académicas como fontes de material de pesquisa, ainda que, de forma a manter o texto tão sucinto quanto possível, tenham sido também usados jornais e outros periódicos como fontes actualizadas de informação. Desde a altura da publicação das anteriores edições, a Internet tornou-se um recurso muito mais rico para a investigação. Muitas secções novas foram adicionadas ao livro. Ao integrá-las em partes do texto já com provas dadas, tentei perpetuar a reputação da obra como uma introdução actualizada à Sociologia.

A primeira edição deste livro, publicada em 1989, foi inovadora em diversos aspectos. Deu-se uma grande ênfase ao impacto da globalização quando a sua discussão estava na época apenas no início, mesmo nas áreas mais técnicas da disciplina. Desde então, o debate em torno da globalização intensificou-se muito, enquanto a própria globalização avançou ainda mais, em associação com algumas mudanças na área da tecnologia da informação. A presente edição é inovadora na medida em que é o primeiro texto a incluir, de uma forma exaustiva, discussões correntes em torno da forma como a Internet e outras mudanças na tecnologia da informação estão a alterar as nossas vidas. A preocupação com estas questões é uma constante praticamente em todos os capítulos. Um período de mudanças dramáticas envolve novos riscos – e o risco é também um tema recorrente no texto.

A obra segue um padrão geral de apresentação acolhido com sucesso nas anteriores edições. Para aquele que se inicia na disciplina, a Sociologia é mais bem entendida através da análise de questões que o leitor pode facilmente associar à sua vida quotidiana. Daí que, sobretudo nos capítulos iniciais, as teorias e as ideias abstractas introduzidas sejam relacionadas, sempre que possível, com exemplos familiares ao leitor. Todos os capítulos das edições anteriores foram reescritos de uma forma exaustiva e, na maior parte dos casos, reorganizados. Tentei manter a perspectiva predominantemente comparativa característica das anteriores edições.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos aqueles que me ajudaram a preparar o presente livro. Estou muito grato a todos os leitores de edições anteriores que por sua iniciativa me enviaram comentários úteis. A preparação da presente edição teria sido impossível sem a participação activa de Karen Birdsall, que nela gastou muitos meses de trabalho. Não há colega de trabalho mais esforçada e perspicaz do que Karen, pelo que a minha dívida para com ela é enorme.

Pelo seu excelente e indispensável trabalho, devo também muito a Eunice Goes, a Olga Jubany-Baucells e a Rachel Condry. Agradeço às pessoas seguintes da Polity: John Thompson, David Held, Gill Motley, Sandra Byatt, Sue Leigh, Leanda Shrimpton, Heather Vickers, Lisa Eaton e Louise Cooper.

Gostaria de agradecer a Anne de Sayrah, Amanda Goodall, Boris Holzer, Jay Cousins e Miriam Clarke, da LSE.

Por último, e tal como em edições anteriores do livro, Ann Bonne realizou um trabalho excelente na edição do texto, pelo que lhe estou muito grato.

Como usar este livro

O livro foi escrito na convicção de que a Sociologia tem um papel fundamental a desempenhar na cultura intelectual moderna e um lugar central nas Ciências Sociais. Depois de ter ensinado Sociologia a todos os níveis durante muitos anos, tornei-me consciente da necessidade de sintetizar alguns dos avanços recentes e desenvolvimentos da disciplina numa introdução básica a este campo de estudos.

O meu objectivo tem sido escrever uma obra que combine alguma originalidade com a análise de todas as questões básicas que interessam actualmente aos sociólogos. O livro não tenta introduzir noções demasiado sofisticadas, embora tenham sido incorporadas no texto ideias e conclusões recentes oriundas da vanguarda da disciplina. Espero não ter tratado as matérias do livro de forma enviesada. Tentei englobar as principais correntes sociológicas de uma forma equilibrada, embora não de modo indiscriminado. O livro procura um equilíbrio entre o pensamento teórico e a investigação empírica. A teoria é, sem dúvida alguma, um aspecto crucial para a Sociologia, tal como para as restantes disciplinas académicas. O texto introduz o estudante nas abordagens teóricas clássicas, mas procura simultaneamente concentrar-se em correntes teóricas recentes.

Principais temas

O livro está organizado em torno de um certo número de questões básicas, cada uma das quais ajuda a conferir ao texto um carácter próprio. Um dos temas principais é o *mundo em mudança*. A Sociologia nasceu das transformações radicais que afastaram a ordem social industrial do Ocidente dos modos de vida tradicionais característicos dos tipos anteriores de sociedade. O mundo criado por estas mudanças é o objecto principal da análise sociológica. O ritmo da mudança social tem vindo a acelerar, e é possível que hoje estejamos à beira de transições de dimensão semelhante às que tiveram lugar no final do século XVIII e durante o século XIX. A Sociologia tem a responsabilidade fundamental de analisar as transformações que ocorreram no passado e de entender as principais linhas de evolução que têm actualmente lugar.

Um segundo tema fundamental do livro é o da *globalização da vida social*. Durante muitos anos, a Sociologia foi dominada pela ideia de que as sociedades podem ser estudadas como entidades independentes, embora, mesmo no passado, as sociedades tenham existido verdadeiramente isoladas umas das outras. Podemos observar nos tempos modernos uma clara aceleração nos processos de integração global. Tal é bastante óbvio, por exemplo, na expansão da economia global e no papel que os mercados financeiros electrónicos desempenham hoje em dia. A ênfase que o texto dá à globalização está intimamente relacionada com a importância atribuída à interdependência entre as partes mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas do mundo.

Em terceiro lugar, o livro adopta uma postura fortemente *comparativista*. A Sociologia não pode ser ensinada através da análise de uma única sociedade. Embora o texto esteja obviamente centrado especialmente na Grã-Bretanha, a discussão inclui

sempre uma grande variedade de materiais relativos a outras sociedades ou culturas. São tidas em conta investigações levadas a cabo em outros países ocidentais, bem como na Rússia, China ou Médio Oriente, sociedades que passam actualmente por grandes processos de mudança. O livro inclui também mais material referente aos países mais pobres do mundo do que o que tem sido habitual nas introduções à disciplina. Além disso, dei grande realce à relação entre a Sociologia e a Antropologia, pois as preocupações de ambas sobrepõem-se em grande medida. Dadas as ligações estreitas que actualmente mesclam as sociedades do mundo entre si, e o completo desaparecimento de muitas formas de sistemas sociais tradicionais, a Sociologia e a Antropologia distinguem-se cada vez menos.

Um quarto tema reside na necessidade de adoptar uma *orientação histórica*. Tal implica fazer mais do que referir meramente o «contexto histórico» em que os acontecimentos tiveram lugar. Um dos avanços mais importantes em Sociologia nos últimos anos foi a ênfase crescente na análise histórica. Tal não deve ser entendido como uma simples aplicação da perspectiva sociológica ao passado, antes como uma forma de contribuir para uma melhor compreensão das instituições do presente. Trabalhos recentes na área da Sociologia Histórica são usados amplamente ao longo do livro, fornecendo um enquadramento para as interpretações sugeridas na maior parte dos capítulos.

Em quinto lugar, é dada uma atenção especial ao longo do texto às *questões de género*. O estudo do género é visto habitualmente como um campo específico na Sociologia – e a presente edição inclui um capítulo que explora o pensamento teórico e as investigações realizadas sobre o assunto. No entanto, as questões relativas às relações de género têm uma importância tão grande para a análise sociológica que não podem ser simplesmente relegadas para uma subdivisão da disciplina.

Um sexto tema é o da relação entre o *social* e o *pessoal*. O pensamento sociológico tem uma importância vital para nos ajudar a entender-nos, o que, por sua vez, pode permitir uma melhor compreensão do mundo social. Estudar Sociologia devia ser uma experiência libertadora: a disciplina aumenta a nossa capacidade para entender e imaginar, abre caminho a novas formas de olhar as origens do nosso comportamento e faz-nos ter consciência da existência de contextos culturais diferentes dos nossos. Na medida em que as ideias sociológicas põem em causa dogmas, ensinam a apreciar a diversidade cultural e ajudam a perceber o funcionamento das instituições sociais, a prática da Sociologia desenvolve as capacidades da liberdade humana.

Organização do livro

No início da obra não há grandes discussões abstractas em torno de conceitos sociológicos básicos. Pelo contrário, os conceitos são explicados à medida que vão sendo introduzidos nos capítulos adequados, pois procurei ilustrar exaustivamente ideias, conceitos e teorias com recurso a exemplos concretos. Embora estes derivem normalmente de pesquisas sociológicas, recorri com frequência a materiais provenientes de outras fontes (como artigos de jornais) de modo a ilustrar determinados assuntos. Tentei escrever do modo mais simples e directo possível, ao mesmo tempo que procurava produzir uma obra cheia de vida e «repleta de surpresas».

Os capítulos seguem uma sequência pensada para ajudar a alcançar um domínio progressivo dos diferentes campos da Sociologia, ainda que tenha tido o cuidado de garantir que o livro possa ser usado de um modo flexível e facilmente adaptável às necessidades de cada um. Podem saltar-se os capítulos ou estes serem estudados segundo uma ordem diferente, sem que se perca muito com isso. Cada capítulo foi escrito como uma unidade relativamente autónoma, embora com referência a pontos relevantes a outros capítulos.

No fim dos capítulos há uma série de Ligações à Internet electrónicas, que oferecem alguns pontos de partida para a riqueza da informação sobre os seres humanos e a Sociologia disponível na Internet. Esta ferramenta é um recurso dinâmico que não permanece imóvel por muito tempo, pelo que determinados conteúdos ou sítios na Internet, podem crescer, mudar ou desaparecer por completo no intervalo das nossas visitas. O *website* que acompanha este livro será actualizado regularmente com novos conteúdos e Ligações à Internet, pelo que deve ser visto como uma fonte de informação valiosa.

1 O que é a Sociologia?

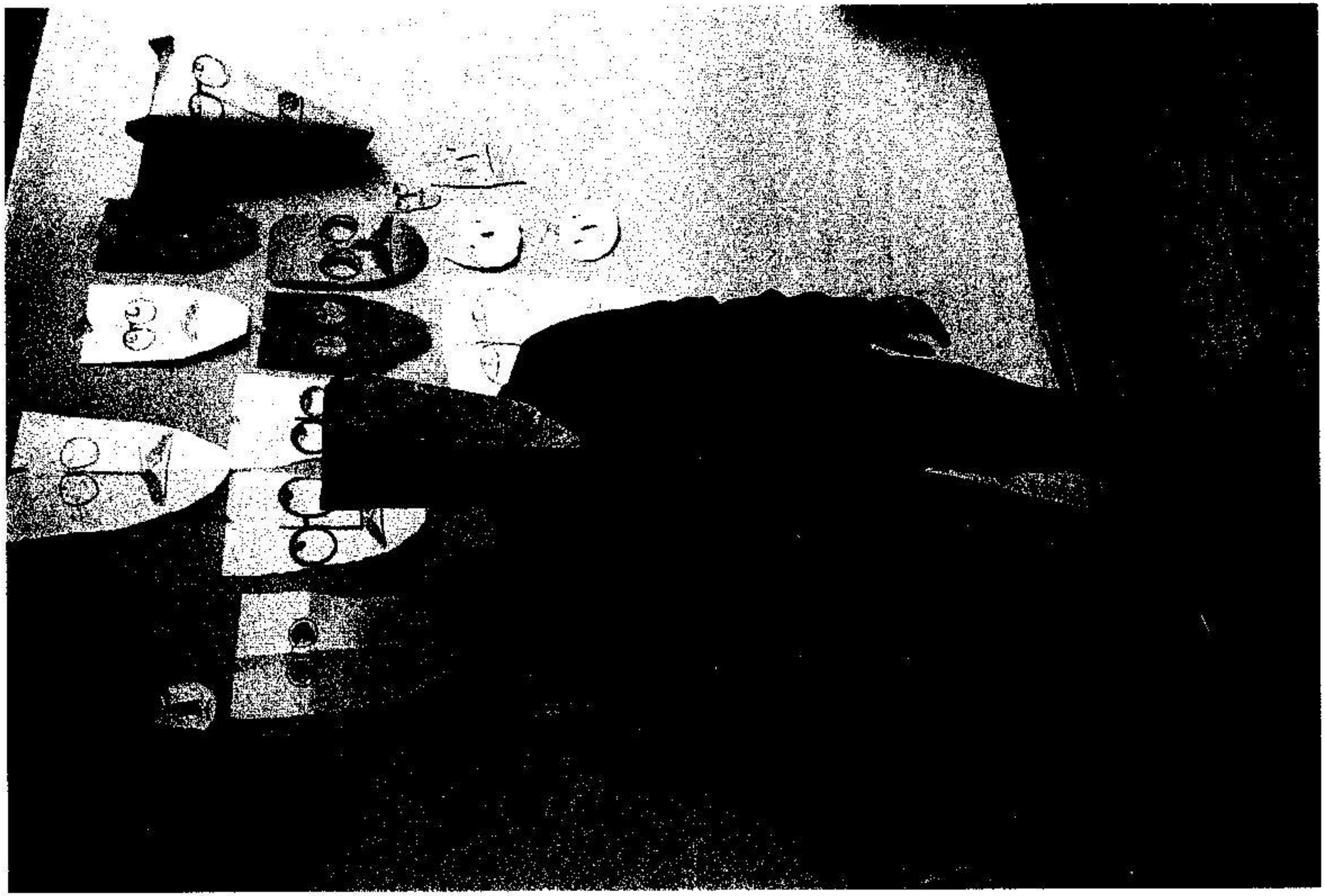
Desenvolvendo uma perspectiva sociológica 2
Estudar Sociologia 4

Como pode a Sociologia ajudar-nos na nossa vida? 5
Consciência de diferenças culturais 5
Avaliação dos efeitos políticos 5
Auto-consciencialização 6

O desenvolvimento do pensamento sociológico 6
Os primeiros teóricos 6
Auguste Comte 7
Émile Durkheim 8
Karl Marx 11
Max Weber 13

Olhares sociológicos mais recentes 15
Funcionalismo 16
Perspectiva do conflito 17
Perspectivas da acção social 17

Conclusão 18
Sumário 18



Capítulo 1: O que é a Sociologia?

Vivemos hoje – no começo do século vinte e um – num mundo intensamente inquietante e, ao mesmo tempo, repleto das maiores promessas para o futuro. É um mundo inundado pela mudança, marcado por graves conflitos, tensões e divisões sociais, bem como pelo assalto destrutivo ao meio ambiente natural promovido pela tecnologia moderna. Não obstante, temos mais possibilidades de controlar melhor os nossos destinos e de dar um outro rumo às nossas vidas do que era imaginável pelas gerações anteriores.

Como se desenvolveu este mundo? Porque são as nossas condições de vida tão diferentes das dos nossos pais e avós? Que rumo tomarão no futuro os processos de mudança? Estas questões são as principais interrogações da Sociologia, um campo de estudos que tem um papel fundamental a desempenhar na cultura intelectual moderna.

A **Sociologia** é o estudo da vida social humana, grupos e sociedades. É uma tarefa fascinante e constrangedora, na medida em que o tema de estudo é o nosso próprio comportamento enquanto seres sociais. A esfera de acção do estudo sociológico é extremamente abrangente, podendo ir da análise de encontros casuais entre indivíduos que se cruzam na rua até à investigação de processos sociais globais.

A maior parte de nós vê o mundo em termos das características das nossas próprias vidas, com as quais estamos familiarizados. A Sociologia mostra que é necessário adoptar uma perspectiva mais abrangente do modo como somos e das razões pelas quais agimos. Ensina-nos que o que consideramos natural, inevitável, bom ou verdadeiro pode não o ser, e que o que tomamos como «dado» nas nossas vidas é fortemente influenciado por forças históricas e sociais. Compreender as maneiras ao mesmo tempo subtis, complexas e profundas, pelas quais as nossas vidas individuais reflectem os contextos da nossa experiência social é essencial à perspectiva sociológica.

Desenvolvendo uma perspectiva sociológica

Aprender a pensar sociologicamente – por outras palavras, olhar mais além – significa cultivar a imaginação. Estudar Sociologia não pode ser simplesmente um processo rotineiro de acumulação de conhecimentos. Um sociólogo é alguém capaz de se libertar do quadro das suas circunstâncias pessoais e pensar as coisas num contexto mais abrangente. O trabalho sociológico depende do que o autor americano C. Wright Mills, numa frase famosa, denominou de **imaginação sociológica** (Mills, 1970).

A imaginação sociológica implica, acima de tudo, abstrairmo-nos das rotinas familiares da vida quotidiana de maneira a poder olhá-las de forma diferente. Tenha-se em consideração o simples acto de beber uma chávena de café. O que há a dizer, do ponto de vista sociológico, acerca de um comportamento aparentemente tão desinteressante? Imenso.

Podemos começar por notar que o café não é meramente uma bebida. Enquanto parte das nossas actividades sociais quotidianas possui um *valor simbólico*. O ritual associado ao acto de tomar café é frequentemente muito mais importante do que o consumo de café propriamente dito. Duas pessoas que combinam encontrar-se para tomar café estarão provavelmente mais interessadas em estarem juntas e conversarem do que em beber, de facto, café. Em todas as sociedades, na realidade, beber e comer proporcionam ocasiões para a interacção social e o desempenho de rituais – e tal fornece temáticas ricas para o estudo sociológico.

Em segundo lugar, o café é uma *droga*, pois contém cafeína, que exerce no cérebro um efeito estimulante. Os adictos em café não são vistos pela maioria das pessoas no Ocidente como consumidores de droga. O café, tal como o álcool, é uma droga socialmente aceitável, enquanto a marijuana, por exemplo, não o é. No entanto, há sociedades que permitem o consumo de marijuana e mesmo de cocaína, mas desaprovam tanto o café como o álcool. Os sociólogos estão interessados nas razões pelas quais estes contrastes existem.

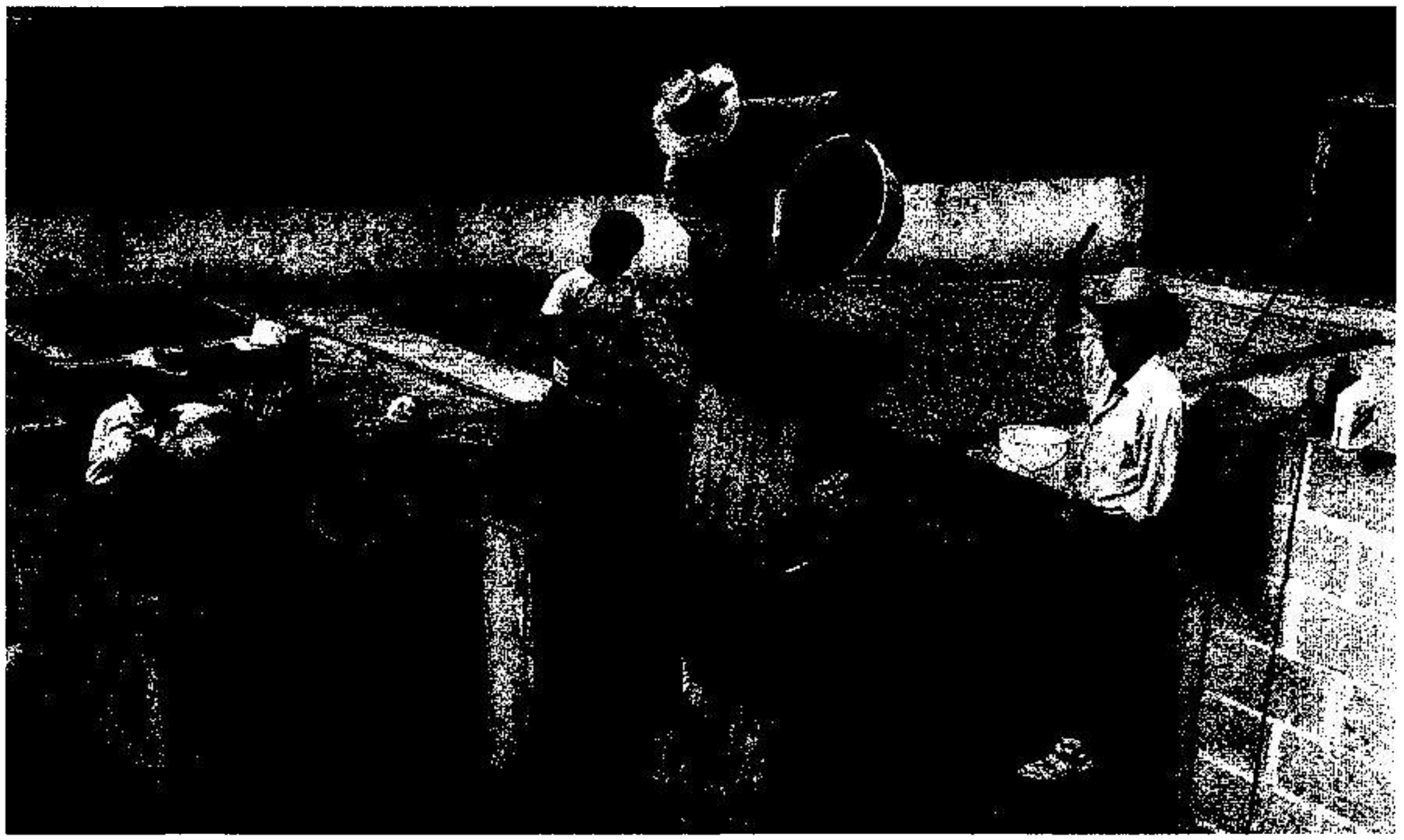
Em terceiro lugar, um indivíduo que bebe uma chávena de café está envolvido numa complicada rede de *relações sociais e económicas* de dimensão internacional. O café é um produto que liga as pes-

Tomar uma simples chávena de café é uma experiência social bastante familiar, mas o sociólogo pode analisá-la de forma surpreendente.

soas de algumas das partes mais ricas e mais pobres do planeta: é consumido em grande quantidade nos países ricos, mas cultivado fundamentalmente nos pobres. Depois do petróleo, o café é a mercadoria mais valiosa do comércio internacional, representando a principal exportação de muitos países. A produção, transporte e distribuição do café implicam transacções constantes que envolvem pessoas a milhares de quilómetros dos consumidores. Estudar estas transacções globais é uma tarefa importante da Sociologia, na medida em que muitos aspectos das nossas vidas são hoje afectados por influências sociais e comunicações a nível mundial.

Em quarto lugar, o acto de beber uma chávena de café pressupõe todo um processo de *desenvolvimento social e económico passado*. Com outros artigos hoje familiares nas dietas ocidentais – como o chá, as bananas, as batatas e o açúcar – o café tornou-se um produto de consumo generalizado somente nos finais do século XIX. Embora seja uma bebida originária do Médio Oriente, o seu consumo maciço data do período da expansão colonial ocidental, há cerca de um século e meio atrás. Praticamente todo o café que se bebe nos países ocidentais provém de áreas (América do Sul e África) colonizadas pelos europeus; não é, de maneira nenhuma, um elemento «natural» da dieta ocidental. A herança colonial teve um impacto enorme sobre o desenvolvimento do comércio mundial de café.

Em quinto lugar, o café é um produto que está no centro do debate actual em torno da globalização, do comércio mundial, dos direitos humanos e da destruição ambiental. À medida que o café aumentou a sua popularidade, tornou-se um produto politizado e um assunto de marketing: as escolhas dos consumidores sobre que tipo de café beber e onde comprar tornaram-se *opções de estilo de vida*. As pessoas podem escolher beber apenas café orgânico, café descafeinado naturalmente ou café comerciado a preços «justos» (através de esquemas que pagam o total do preço de mercado a pequenos produtores de café em países em vias de desenvolvimento). Podem optar



O café significa o sustento destes trabalhadores de uma cooperativa de comércio justo na América do Sul.

por apoiar cafetarias «independentes», em vez das cadeias internacionais de cafetarias como a «Starbucks». Os consumidores de café podem decidir boicotar café proveniente de determinados países onde haja pouco respeito pelos direitos humanos e o ambiente natural. Para os sociólogos, é interessante perceber de que forma a globalização aumenta a consciência das pessoas acerca de questões que se passam em pontos remotos do planeta, incentivando-as a actuar no dia-a-dia em função desse novo conhecimento.

Estudar Sociologia

A imaginação sociológica permite-nos ver que muitos dos fenómenos, que parecem dizer respeito apenas ao indivíduo, na verdade, reflectem questões mais amplas. O divórcio, por exemplo, pode ser um processo muito complicado para quem o atravessa – aquilo a que Mills chama «problema pessoal». Mas, como ele refere, o divórcio é também uma questão pública e na ordem do dia numa sociedade como a britânica nos dias de hoje, onde mais de um terço dos casamentos acaba ao fim de dez anos. O desemprego, para dar outro exemplo, pode ser uma tragédia pessoal para quem foi despedido de um emprego e não consegue arranjar outro. Contudo, é uma questão que vai além do desespero privado, quando dez milhões de pessoas de uma sociedade estão nessa mesma situação: é uma questão pública que expressa grandes tendências sociais.

Tente aplicar esta maneira de ver as coisas à sua própria vida. Não é necessário pensar unicamente em fenómenos inquietantes. Considere, por um momento, as razões pelas quais folheia as páginas deste livro – porque é que está a estudar Sociologia. Pode ser um estudante relutante de Sociologia, que tenta fazer o curso apenas por ter de obter uma licenciatura. Ou pode ser um entusiasta que procura saber mais acerca da matéria. Sejam quais forem as suas motivações, é provável que, sem que o saiba necessariamente, tenha muito em comum com outros que estudam Sociolo-

gia. A sua decisão privada reflecte a sua posição na sociedade.

As seguintes características aplicam-se a si? É novo? É branco? De um estrato social de profissionais qualificados ou colarinhos-brancos? Teve ou tem algum «part-time» que lhe permita ganhar mais algum dinheiro? Deseja encontrar um bom emprego quando acabar a escola, embora não esteja especialmente interessado nos estudos? Não tem a certeza do que é a Sociologia, embora pense que tem algo a ver com o comportamento das pessoas em grupos? Mais de três quartos de vocês responderá afirmativamente a estas perguntas. Os estudantes universitários não são uma amostra típica da população no seu todo, pois tendem a ser oriundos de meios sociais mais privilegiados. E as suas atitudes, por norma, reflectem as dos seus amigos e conhecidos. Os meios sociais de onde provimos têm muito a ver com o tipo de decisões que consideramos adequadas.

Mas suponha que respondeu negativamente a uma ou mais destas questões. Poderá ser oriundo de um grupo minoritário ou pobre. Poderá andar pela meia-idade ou ser ainda mais velho. É provável que tenha tido que lutar para chegar onde chegou; pode ter sido obrigado a ultrapassar reacções hostis por parte de amigos e de outros quando anunciou que pretendia ir para a faculdade; ou pode ser ao mesmo tempo aluno do ensino superior e pai ou mãe.

Embora todos sejamos influenciados pelo contexto social em que nos inserimos, nenhum de nós tem o seu comportamento *determinado* unicamente por esses contextos. Nós possuímos, e criamos, a nossa própria individualidade. É tarefa da Sociologia investigar as relações entre *o que a sociedade faz de nós* e *o que nós fazemos de nós próprios*. O que nós fazemos tanto estrutura – dá forma a – o mundo social que nos rodeia como, simultaneamente, é estruturado por esse mesmo mundo social.

O conceito de **estrutura social** é um conceito importante para a Sociologia. Refere-se ao facto de os contextos sociais das nossas vidas não consistirem apenas em acontecimentos e acções ordenados aleatoriamente; eles estão estruturados, ou *padronizados*, de diferentes maneiras. Há regularidades no modo como nos comportamos ou nas relações que temos com outras pessoas. Mas a estrutura social não é como uma estrutura física, como um edifício, que existe de forma independente das acções humanas. As sociedades humanas nunca deixam de estar em processo de **estruturação**. Elas são reconstruídas a todo o momento pelos vários «blocos» que as compõem – seres humanos como nós.

Como exemplo, pense novamente no caso do café. Uma chávena de café não aparece automaticamente nas nossas mãos. Tem de decidir, por exemplo, ir a um determinado café, optar entre uma bica ou um garoto, e por aí adiante. À medida que vai tomando essas decisões, juntamente com outros milhões de pessoas, está a configurar o mercado do café e a afectar a vida dos produtores de café que vivem possivelmente do outro lado do mundo, a milhares de quilómetros de distância.

Como pode a Sociologia ajudar-nos na nossa vida?

A Sociologia tem muitas implicações práticas para as nossas vidas, tal como Mills sublinhou quando desenvolveu o seu conceito de imaginação sociológica.

Consciência de diferenças culturais

Em primeiro lugar, a Sociologia permite que olhemos para o mundo social a partir de muitos pontos de vista. Muito frequentemente, se compreendermos correctamente o modo como os outros vivem, adquirimos igualmente uma melhor compreensão dos seus problemas. As medidas políticas que não se baseiam numa consciência informada dos modos de vida das pessoas que afectam têm poucas hipóteses de sucesso. Deste modo, um assistente social branco que trabalhe numa comunidade predominantemente negra não irá ganhar a confiança dos seus membros, a não ser que desenvolva uma sensibilidade face às diferenças de experiência social que frequentemente separam brancos e negros.

Avaliação dos efeitos das políticas

Em segundo lugar, a pesquisa sociológica fornece uma ajuda prática na *avaliação dos resultados de iniciativas políticas*. Um programa de reformas práticas pode simplesmente falhar a consecução dos objectivos que os seus autores pretendiam, ou produzir consequências não intencionais de cariz prejudicial. A título de exemplo, refira-se que nos anos que se

seguiram à Segunda Guerra Mundial construíram-se grandes blocos habitacionais de iniciativa pública no centro das cidades de muitos países. A intenção era providenciar um bom nível de habitação, com zonas comerciais e outros serviços públicos à mão, para os moradores dos bairros degradados e com baixos rendimentos. Contudo, a investigação mostrou que muitos dos que se mudaram para esses blocos habitacionais se sentiam isolados e infelizes. Em muitos casos os grandes blocos habitacionais e as áreas comerciais em zonas pobres depressa se degradaram, tendo-se transformado em viveiros para a ladroagem e outros crimes violentos.

Auto-consciencialização

Em terceiro lugar, e em alguns aspectos o mais importante, a Sociologia pode permitir-nos uma **auto-consciencialização** – uma auto-compreensão cada vez maior. Quanto mais sabemos acerca das razões pelas quais agimos como agimos e como funciona, de uma forma global, a nossa sociedade, tanto mais provável é que sejamos capazes de influenciar o nosso futuro. Não devemos conceber a Sociologia como algo que apenas ajuda os decisores políticos – ou seja, os poderosos – a tomar as melhores medidas. Não se pode presumir que aqueles que estão no poder, ao tomarem decisões, tenham sempre em consideração os interesses dos grupos menos poderosos ou desfavorecidos. Os grupos com autoconsciência podem, com frequência, beneficiar da investigação sociológica, para assim poder responder de uma forma eficaz às medidas políticas governamentais ou para promover as suas próprias iniciativas políticas. Grupos de auto-ajuda, como os Alcoólicos Anónimos, e movimentos sociais, como os ecologistas, são exemplos de grupos sociais que lograram introduzir reformas práticas com um sucesso considerável.

O desenvolvimento do pensamento sociológico

Quando começam a estudar Sociologia, muitos alunos ficam perplexos com a diversidade de abordagens existentes. A Sociologia nunca foi uma daquelas disciplinas com um corpo de ideias unanimemente aceites como válidas. Os sociólogos discutem entre si frequentemente acerca da melhor maneira de estudar o comportamento humano e da forma como os resultados das pesquisas devem ser interpretados. Porque é que isto se passa assim? A resposta está relacionada com a própria natureza do campo de estudos. A Sociologia debruça-se sobre as nossas vidas e o nosso próprio comportamento, e estudar-nos a nós próprios é a mais difícil e complexa tarefa que podemos empreender.

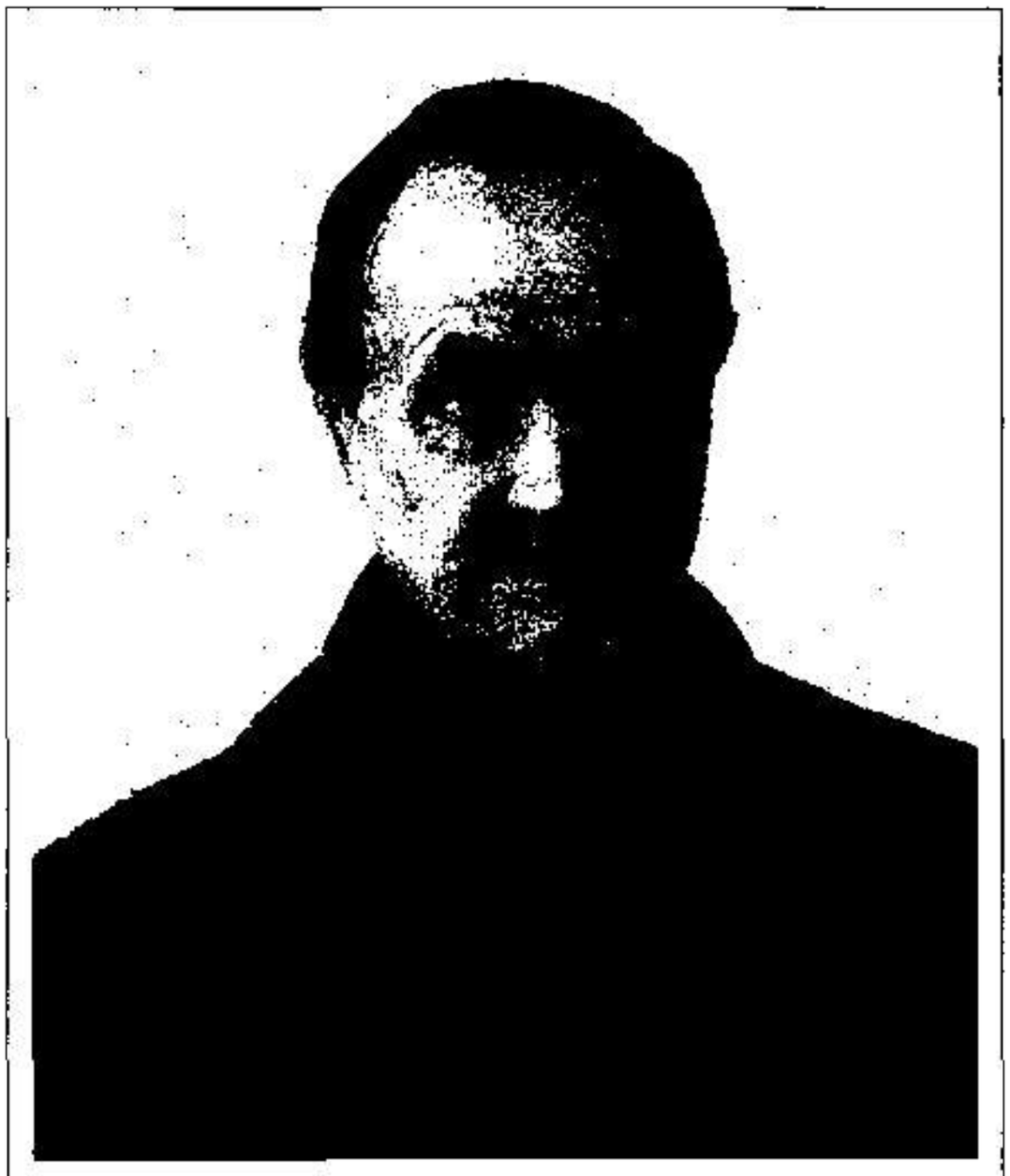
Os primeiros teóricos

Nós, os seres humanos, sempre sentimos curiosidade pelas razões do nosso próprio comportamento, mas durante milhares de anos as tentativas de nos entendermos dependeram de formas de pensar transmitidas de geração em geração. Estas ideias eram expressas frequentemente em termos religiosos, ou em mitos bem conhecidos, superstições ou crenças tradicionais. O estudo objectivo e sistemático da sociedade e do comportamento humano é uma coisa relativamente recente, cujos inícios remontam aos finais do século XVIII. Um desenvolvimento-chave foi o uso da ciência para se compreender o mundo – a emergência de uma abordagem científica teve como consequência uma mudança radical nas formas de ver e entender as coisas. As explicações tradicionais baseadas na religião foram suplantadas, em sucessivas esferas, por tentativas de conhecimento racional e crítico.

Tal como a Física, a Química, a Biologia e outras disciplinas, a Sociologia surgiu como parte deste importante processo intelectual. As origens da disciplina inserem-se no contexto de uma série de mudanças radicais introduzidas pelas «duas grandes revoluções» da Europa dos séculos XVIII e XIX. Estes acontecimentos profundos transformaram irreversivelmente o modo de vida que os seres humanos levavam há milhares de anos. A Revolução Francesa de 1789 representou o triunfo das ideias e valores seculares, como a liberdade e a igualdade, sobre a ordem social tradicional. Foi o início de um movimento dinâmico e intenso que a partir de então se espalhou pelo globo, tornando-se algo inerente ao mundo moderno. A segunda grande revolução teve início na Grã-Bretanha em finais do século XVIII, antes de se verificar noutros locais da Europa, na América do Norte e noutros continentes. Ficou conhecida como

Revolução Industrial – o conjunto amplo de transformações económicas e sociais que acompanharam o surgimento de novos avanços tecnológicos como a máquina a vapor e a mecanização. O surgimento da indústria conduziu a uma migração em grande escala de camponeses, que deixaram as suas terras e se transformaram em trabalhadores industriais em fábricas, o que causou uma rápida expansão das áreas urbanas e introduziu novas formas de relacionamento social. A Revolução Industrial mudou de forma dramática a face do mundo social, incluindo muitos dos nossos hábitos pessoais. A maior parte da comida que ingerimos e das bebidas que tomamos – o café, por exemplo – são hoje em dia produzidos através de meios industriais.

A destruição dos modos de vida tradicionais levou os pensadores a desenvolver uma nova concepção dos mundos natural e social. Os pioneiros da Sociologia confrontaram-se com os eventos que acompanharam essas revoluções, tentando compreender tanto as razões da sua emergência como as suas consequências potenciais. O tipo de questões a que estes ensadores do século XIX rocuraram responder – O que é a natureza humana? Porque é que a sociedade está estruturada assim? Como mudam as sociedades e por que razão o fazem? – são as mesmas a que os sociólogos procuram responder actualmente.



Auguste Comte (1798-1857)

Auguste Comte

Ninguém pode, por si só, como é óbvio, fundar sozinho todo um novo campo de estudos, e foram muitos aqueles que contribuíram para os começos do pensamento sociológico. Contudo, é frequentemente atribuído um lugar de destaque ao autor francês Auguste Comte (1798-1857), nem que seja porque foi ele quem de facto inventou o termo «Sociologia». Originalmente, Comte usou a expressão «física social», mas alguns dos seus rivais intelectuais da altura também a usavam. Comte queria distinguir o seu ponto de vista da visão dos seus rivais, de modo que criou o termo «Sociologia» para descrever a disciplina que pretendia estabelecer.

O pensamento de Comte reflectia os acontecimentos turbulentos do seu tempo. A Revolução Francesa havia introduzido uma série de mudanças importantes na sociedade e o crescimento da industrialização tinha alterado o modo tradicional de vida da população francesa. Comte procurou criar uma ciência da sociedade que pudesse explicar as leis do mundo social, à imagem das ciências naturais que explicavam como funcionava o mundo físico. Embora reconhecesse que cada disciplina científica tem o seu próprio objecto de análise, Comte acreditava que todas partilham uma lógica comum e um método científico, o que visa revelar leis universais. Tal como a descoberta das leis do mundo natural nos permite controlar e prever os acontecimentos à nossa volta, também desvendar as leis que governam a sociedade humana nos pode ajudar a configurar o nosso destino e a melhorar o bem-estar da humanidade. Comte acreditava que a sociedade se submete a leis invariáveis, de um modo muito semelhante ao que sucede no mundo físico.

Comte via a Sociologia como uma ciência *positiva*. Acreditava que a disciplina devia aplicar ao estudo da sociedade os mesmos métodos científicos e rigorosos que a Física ou a Química usam para estudar o mundo físico. O positivismo defende que a ciência deve preocupar-se apenas com factos obser-

váveis que ressaltam directamente da experiência. Com base em cuidadosas observações sensoriais, podemos inferir as leis que explicam a relação existente entre os fenómenos observados. Compreendendo o relacionamento causal entre acontecimentos, os cientistas podem então prever o modo como futuros acontecimentos poderão ocorrer. A abordagem positivista da Sociologia acredita na produção de conhecimento acerca da sociedade com base em provas empíricas retiradas da observação, da comparação e da experimentação.

A *lei dos três estádios* de Comte postula que as tentativas humanas para compreender o mundo passaram pelos estádios teológico, metafísico e positivo. No estádio teológico, as ideias religiosas e a crença que a sociedade era uma expressão da vontade de Deus eram o guia do pensamento. No estádio metafísico, que se afirmou pela época do Renascimento, a sociedade começou a ser vista em termos naturais, e não sobrenaturais. O estádio positivo, desencadeado pelas descobertas e feitos de Copérnico, Galileu e Newton, encorajou a aplicação de técnicas científicas ao mundo social. Comte, ao adoptar esta última perspectiva, considerava a Sociologia como a última das ciências a desenvolver-se – depois da Física, da Química e da Biologia –, e embora também a mais importante e complexa das ciências.

Já na fase final da sua carreira, Comte concebeu planos ambiciosos para a reconstrução da sociedade francesa em particular e das sociedades humanas em geral, com base nos seus pontos de vista sociológicos. Reclamou a fundação de uma «religião da humanidade», que deveria abandonar a fé e o dogma em favor de um fundamento científico. A Sociologia estaria no centro desta nova religião. Comte estava perfeitamente consciente do estado da sociedade em que vivia: estava preocupado com as desigualdades que a industrialização produzia e a ameaça que elas constituíam para a coesão social. A solução a longo prazo, de acordo com a sua perspectiva, consistia na produção de um consenso moral que ajudaria a regular, ou unir, a sociedade, apesar dos novos padrões de desigualdade. Embora o caminho de Comte para a reconstrução da sociedade nunca se tivesse concretizado, a sua contribuição para a sistematização e unificação da ciência da sociedade foi importante para a posterior profissionalização da Sociologia enquanto disciplina académica.

Émile Durkheim

A obra de outro autor francês, Émile Durkheim (1858-1917), teve um impacto mais duradouro na Sociologia moderna do que a obra de Comte. Embora se apoiasse em determinados aspectos da obra de Comte, Durkheim pensava que muitas das ideias do seu predecessor eram demasiado especulativas e vagas, e que Comte não realizara com sucesso o seu programa – dar à Sociologia um carácter científico. Durkheim via a Sociologia como uma nova ciência que podia ser usada para elucidar questões filosóficas tradicionais, examinando-as de modo empírico. Durkheim, como anteriormente Comte, acreditava que devemos estudar a vida social com a mesma objectividade com que cientistas estudam o mundo natural. O seu famoso princípio básico da Sociologia era «estudar os factos sociais como *coisas*». Queria com isso dizer que a vida social podia ser analisada com o mesmo rigor com que se analisam objectos ou fenómenos da natureza.

A obra de Durkheim abrange um vasto espectro de tópicos. Três dos principais temas que abordou foram: a importância da Sociologia enquanto ciência

Émile Durkheim (1958-1917)

empírica; a emergência do indivíduo e a formação de uma ordem social; e as origens e carácter da autoridade moral na sociedade. Encontraremos as ideias de Durkheim repetidas vezes nas nossas discussões teóricas acerca da religião, do desvio e do crime, do trabalho e da vida económica.

Para o autor, a principal preocupação intelectual da Sociologia reside no estudo dos factos sociais. Em vez de aplicar métodos sociológicos ao estudo de indivíduos, os sociólogos deviam antes analisar factos sociais – aspectos da vida social que determinam a nossa acção enquanto indivíduos, tais como o estado da economia ou a influência da religião. Durkheim acreditava que as sociedades tinham uma realidade própria – ou seja, a sociedade não se resume às simples acções e interesses dos seus membros individuais. De acordo com o autor, factos sociais são formas de agir, pensar ou sentir que são *externas* aos indivíduos, tendo uma realidade própria exterior à vida e percepções das pessoas individualmente. Outra característica dos factos sociais é exercerem um *poder coercivo* sobre os indivíduos. No entanto, a natureza constrangedora dos factos sociais raramente é reconhecida pelas pessoas como algo coercivo, pois de uma forma geral actuam de livre vontade de acordo com os factos sociais, acreditando que estão a agir segundo as suas opções. Na verdade, afirma Durkheim, frequentemente as pessoas seguem simplesmente padrões que são comuns na sociedade onde se inserem. Os factos sociais podem condicionar a acção humana de variadas formas, que vão do castigo puro e simples (no caso de um crime, por exemplo) a um simples mal-entendido (no caso do uso incorrecto da linguagem).

Durkheim reconhecia que os factos sociais são difíceis de estudar. Os factos sociais não podem ser observados de forma directa, dado serem invisíveis e intangíveis. Pelo contrário, as suas propriedades só podem ser reveladas indirectamente, através da análise dos seus efeitos ou tendo em consideração tentativas feitas para as expressar, como leis, textos religiosos ou regras de conduta estabelecidas. Durkheim sublinhava a importância de pôr de lado os preconceitos e a ideologia ao estudar factos sociais. Uma atitude científica exige uma mente aberta à evidência dos sentidos e liberta de ideias preconcebidas provenientes do exterior. O autor defendia que os conceitos científicos apenas podiam ser gerados pela prática científica. Desafiou os sociólogos a estudar as coisas tal como elas são e a construir novos conceitos que reflectissem a verdadeira natureza das coisas sociais.

Tal como os outros fundadores da Sociologia, Durkheim estava preocupado com as mudanças que transformavam a sociedade do seu tempo. Estava particularmente interessado na solidariedade social e moral – por outras palavras, naquilo que mantém a sociedade unida e impede a sua queda no caos. A solidariedade é mantida quando os indivíduos se integram com sucesso em grupos sociais e se regem por um conjunto de valores e costumes partilhados. Na sua primeira grande obra, *A Divisão Social do Trabalho* (1893), Durkheim expôs uma análise da mudança social, defendendo que o advento da era industrial representava a emergência de um novo tipo de solidariedade. Ao desenvolver este argumento, o autor contrastou dois tipos de solidariedade – *mecânica* e *orgânica* –, relacionando-os com a divisão do trabalho e o aumento de distinções entre ocupações diferentes.

Segundo Durkheim, as culturas tradicionais com um nível reduzido de divisão do trabalho caracterizam-se pela solidariedade mecânica. Em virtude da maior parte dos membros da sociedade estar envolvida em ocupações similares, eles estão unidos em torno de uma experiência comum e de crenças partilhadas. A força destas últimas é de natureza repressiva – a comunidade castiga prontamente quem quer que ponha em causa os modos de vida convencionais. Desta forma resta pouco espaço para dissidências individuais. A solidariedade mecânica baseia-se, por conseguinte, no consenso e na similaridade das crenças. No entanto, as forças da industrialização e da urbanização conduziram a uma maior divisão do trabalho, o que contribuiu para o colapso desta forma de solidariedade. A especialização de tarefas e a cada vez maior diferenciação social nas sociedades desenvolvidas haveria de conduzir a uma nova ordem caracterizada pela solidariedade orgânica, defendia Durkheim. Este tipo de sociedades estão unidas pelos laços da interdependência económica entre as pessoas e pelo reconhecimento da importância da contribuição dos outros. À medida que a divisão do trabalho aumenta, as pessoas tornam-se cada vez mais dependentes umas das outras, dado que cada uma necessita dos bens e serviços que só outras pessoas com ocupações diferentes podem fornecer. Relações

O estudo de Durkheim sobre o suicídio

Um dos estudos clássicos da Sociologia que explora a relação entre o indivíduo e a sociedade é a análise de Durkheim sobre o suicídio (Durkheim, 1952; originalmente publicado em 1897). Embora os seres humanos se vejam a si próprios como indivíduos livres na sua vontade e opções, os seus comportamentos são muitas vezes padronizados e determinados pelo mundo social. O estudo de Durkheim demonstrou que mesmo um acto tão pessoal como o suicídio é influenciado pelo mundo social.

Tinha havido anteriormente pesquisas sobre o suicídio, mas Durkheim foi o primeiro autor a insistir numa explicação sociológica para o fenómeno. As obras anteriores tinham reconhecido a influência de factores sociais no suicídio, embora destacando factores como a raça, o clima ou perturbações mentais, para explicar a probabilidade de alguém cometer suicídio. Contudo, segundo Durkheim, o suicídio era um *facto social* que apenas podia ser explicado por outros factos sociais. O suicídio era algo mais do que um simples conjunto de actos individuais – era um fenómeno com características padronizadas.

Ao examinar registos oficiais sobre o suicídio em França, Durkheim descobriu que determinadas categorias de pessoas eram mais propensas a cometer suicídio do que outras. Descobriu, por exemplo, que se verificavam mais suicídios entre os homens do que entre as mulheres, mais entre os protestantes do que entre os católicos, mais entre os ricos do que entre os pobres, e mais entre os solteiros do que entre os casados. Durkheim percebeu também que as taxas de suicídio tendiam a ser menores durante épocas de guerra e mais elevadas em alturas de mudança económica ou de instabilidade.

Estes achados levaram Durkheim a concluir que existem forças sociais externas ao indivíduo que influenciam as taxas de suicídio. O autor relacionou a sua explicação com a ideia de solidariedade social e com dois tipos de laços na sociedade – a *integração social* e a *regulação social*. Durkheim acreditava que as pessoas que estavam solidamente integradas em grupos sociais, e cujos desejos e aspirações se regiam pelas normas sociais, tinham uma menor probabilidade de se suicidar. Identificou quatro tipos de suicídio, em função da presença ou ausência da integração e da regulação.

Os suicídios *egoístas* caracterizam-se por uma fraca integração na sociedade e ocorrem quando o indivíduo está sozinho, ou quando os laços que o prendem a um grupo estão enfraquecidos ou quebrados. As baixas taxas de suicídio entre os católicos, por exemplo, podem explicar-se pela sua forte

de reciprocidade económica e de mútua dependência vêm substituir as crenças partilhadas na função de criar um consenso social.

No entanto, os processos de mudança no mundo moderno são de tal maneira rápidos e intensos que dão origem a problemas sociais importantes. Podem ter efeitos dissolventes sobre os estilos de vida tradicionais, a moral, as crenças religiosas e os padrões do quotidiano, sem no entanto fornecerem novos valores de forma evidente. Durkheim relacionou este contexto conturbado com a anomia, um sentimento de ausência de objectivos ou de desespero provocado pela vida social moderna. Os padrões e meios de controlo tradicionais, fornecidos anteriormente pela religião, são destruídos em larga medida pelo desenvolvimento social moderno, o que deixa em muitos indivíduos das sociedades modernas um sentimento de ausência de sentido na sua vida quotidiana.

Um dos estudos mais famosos de Durkheim (ver caixa de texto) dizia respeito à análise do suicídio. O suicídio parece ser uma acção puramente pessoal, o resultado de uma infelicidade pessoal extrema. O autor mostrou, contudo, que factores sociais exercem uma influência fundamental no comportamento suicidário – sendo a anomia uma dessas influências. As taxas de suicídio mostram padrões regulares de ano para ano, e esses padrões devem ser explicados sociologicamente.

noção de comunidade social, enquanto que a liberdade moral e pessoal dos protestantes significa que «estão sozinhos» perante Deus. O casamento funciona como uma protecção em relação ao suicídio, ao integrar o indivíduo num relacionamento social estável, ao contrário das pessoas solteiras, que permanecem mais isoladas no seio da sociedade. A menor taxa de suicídios em tempo de guerra, segundo Durkheim, pode ser vista como um sinal de uma maior integração social.

O suicídio anómico é causado por uma ausência de regulação social. Para Durkheim, tal reportava-se às condições sociais de *anomia*, quando as pessoas se vêem «sem normas» em contextos de mudança súbita ou de instabilidade na sociedade. A perda de um ponto de referência fixo no que diz respeito às normas e desejos – como sucede em tempos de convulsões económicas ou de conflitos pessoais como o divórcio – pode perturbar o equilíbrio entre a realidade da vida das pessoas e os seus desejos.

O suicídio *altruísta* tem lugar quando um indivíduo se encontra «excessivamente integrado» – os vínculos sociais são demasiado fortes – e valoriza mais a sociedade do que a si próprio. Neste caso, o suicídio transforma-se numa espécie de sacrifício por um «bem maior». Os pilotos *kamikase* japoneses ou os «bombistas suicidas» islâmicos são exemplos de suicidas altruístas. Para Durkheim, este tipo de suicídio é característico das sociedades tradicionais, onde prevalece a solidariedade mecânica.

O último tipo de suicídio é o suicídio *fatalista*. Embora para Durkheim este tipo de suicídio fosse pouco relevante na sociedade contemporânea, o autor acreditava que este se verificava quando um indivíduo era excessivamente regulado pela sociedade. A opressão do indivíduo traduz-se num sentimento de impotência perante o destino ou a sociedade.

Embora variem de sociedade para sociedade, as taxas de suicídio apresentam padrões reguladores em cada sociedade ao longo dos anos. Para Durkheim, tal provava que existem forças sociais consistentes que influenciam o comportamento suicidário. Uma análise das taxas de suicídio revela até que ponto podem ser identificados padrões sociais gerais em acções individuais.

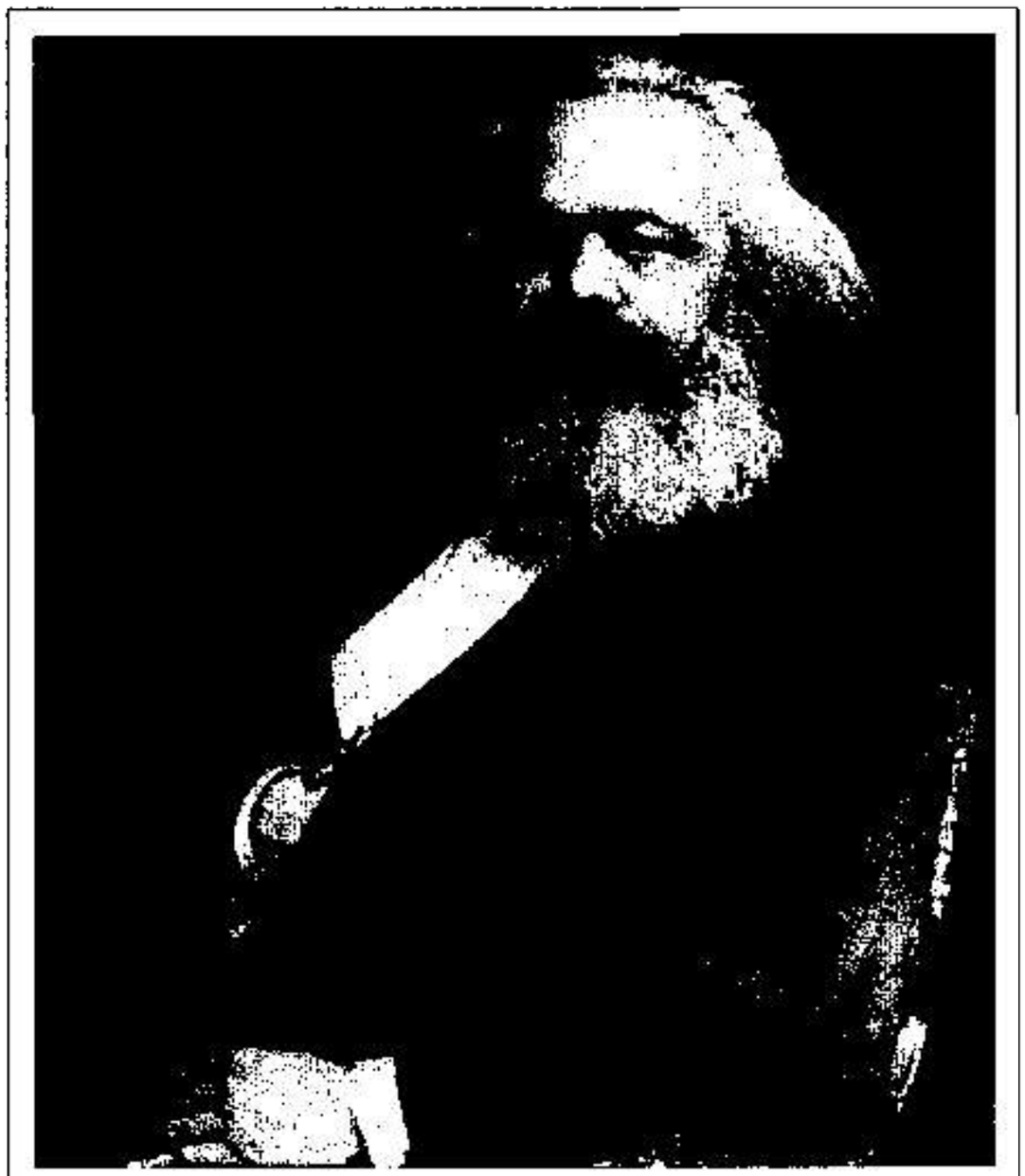
Desde a publicação de *O Suicídio*, foram levantadas muitas objecções a este estudo de Durkheim, especialmente acerca da sua utilização nas estatísticas oficiais, da sua rejeição de influências de carácter não-social sobre o suicídio, e da sua insistência em classificar em conjunto todos os tipos de suicídio. De qualquer maneira, esta obra continua a ser um estudo clássico e a sua asserção fundamental permanece válida: mesmo um acto tão pessoal como o suicídio exige uma explicação sociológica.

Karl Marx

As ideias de Karl Marx (1881-83) contrastam radicalmente com as de Comte e Durkheim, embora, tal como eles, também Marx tenha tentado explicar as mudanças que ocorriam na época da Revolução Industrial. As actividades políticas de Marx, quando jovem, tiveram como consequência um conflito com as autoridades alemãs; após uma breve estadia em França, fixou-se, para sempre, no exílio na Grã-Bretanha. Marx assistiu ao aumento do número de fábricas e da produção industrial, bem como às desigualdade daí resultantes. O seu interesse pelo movimento operário europeu e pelas ideias socialistas reflectiu-se na sua obra, que abrange uma grande diversidade de assuntos. A maior parte dos seus escritos centra-se em questões económicas, mas, como sempre teve como preocupação relacionar os problemas económicos com as instituições sociais, a sua obra era, e é, rica em reflexões sociológicas. Mesmo os seus críticos mais implacáveis consideram a sua obra de importância para o desenvolvimento da Sociologia.

Capitalismo e luta de classes

Embora escrevesse acerca de várias fases da história, Marx concentrou-se na mudança nos tempos modernos. Para ele, as mudanças mais importantes estavam



Karl Marx (1818-1883)

ligadas ao desenvolvimento do capitalismo – um sistema de produção que contrasta de forma radical com sistemas económicos historicamente anteriores, implicando a produção de bens e serviços para serem vendidos a uma grande massa de consumidores. O autor identificou dois elementos cruciais nas empresas capitalistas. O primeiro é o *capital* – qualquer activo, incluindo dinheiro, máquinas, ou mesmo fábricas, que possa ser usado ou investido para realizar futuros bens. A acumulação do capital está intimamente ligada ao segundo elemento, *o trabalho assalariado* – por tal entende-se o conjunto de trabalhadores que não detém a propriedade dos meios de produção, mas que tem de procurar emprego, fornecido pelos que detêm o capital. Marx acreditava que aqueles que detêm o capital, ou *capitalistas*, constituem uma classe dominante, enquanto a grande massa da população constitui uma classe de trabalhadores assalariados, ou classe operária. À medida que a industrialização se propagou, um grande número de camponeses, que anteriormente subsistiam do trabalho agrícola, mudou-se para as cidades em expansão, ajudando a formar uma classe operária industrial ur' ana. Es a classe 'e ra' al' a 'ores ' am' 'm apelidada de *proletariado*.

Segundo Marx, o capitalismo é inerentemente um sistema de classes, sendo as relações entre as classes caracterizadas pelo conflito. Embora os proprietários do capital e os trabalhadores dependam uns dos outros – os capitalistas necessitam da mão-de-obra e os trabalhadores necessitam dos salários – a dependência é extremamente desequilibrada. O relacionamento entre as classes assenta na exploração, na medida em que os trabalhadores têm pouco ou nenhum controlo sobre o seu trabalho e os patrões têm a possibilidade de gerar lucro apropriando-se do produto do esforço dos trabalhadores. Marx acreditava que o conflito de classes em torno dos recursos económicos se iria acentuar com a passagem do tempo.

Mudança social: a concepção materialista da história

A perspectiva de Marx assentava no que denominava **concepção materialista da história**. De acordo com esta perspectiva, não se encontram nas ideias ou nos valores humanos as principais fontes de mudança social. Pelo contrário, a mudança social é promovida acima de tudo por factores económicos. Os conflitos entre classes fornecem a motivação para os desenvolvimentos históricos – eles são o «motor da história». Nas palavras de Marx, «toda a história humana é, até à data, a história da luta de classes». Embora o autor centrasse a maior parte da sua atenção no capitalismo e na sociedade moderna, analisou igualmente a forma como as sociedades se desenvolveram ao longo da história. Segundo Marx, os sistemas sociais transitam de um modo de produção para outro – às vezes de forma gradual, outras vezes por via de uma revolução – em resultado das contradições dos seus sistemas económicos. O autor delineou uma progressão por etapas históricas, com início nas sociedades comunistas dos caçadores-recolectores, passando pelos sistemas esclavagistas antigos e pelos sistemas feudais baseados na distinção entre senhores das terras e servos. A emergência de comerciantes e artesãos marcou o início de uma classe comercial ou capitalista que acabou por substituir a nobreza fundiária. De acordo com esta perspectiva da história, Marx defendeu que tal como os capitalistas se haviam unido para derru-

bar a ordem feudal, também os capitalistas seriam suplantados e uma nova ordem instalada.

Marx acreditava na inevitabilidade de uma revolução da classe trabalhadora que derrubaria o sistema capitalista e abriria portas a uma nova sociedade onde não existissem classes – sem grandes divisões entre ricos e pobres. Marx não queria dizer que todas as desigualdades entre os indivíduos iriam desaparecer, mas que as sociedades não mais iriam ser divididas entre uma pequena classe que monopoliza o poder político e económico, por um lado, e, do outro, uma grande massa de indivíduos que pouco benefício retiram da riqueza gerada pelo seu trabalho. O sistema económico assentaria na posse comum, sendo estabelecida uma forma de sociedade mais justa do que a que conhecemos hoje. Marx acreditava que na sociedade do futuro a produção seria mais evoluída e eficaz do que na sociedade capitalista.

A obra de Marx teve um efeito de enorme relance no mundo do século XX. Até muito recentemente, mais de um terço da população humana vivia em países cujos governos reivindicavam ser inspirados pelas ideias de Marx, como a União Soviética e os países da Europa de Leste.

Max Weber (1864-1920)

Max Weber

Tal como Marx, Max Weber (1864-1920) não pode ser simplesmente rotulado como sociólogo; os seus interesses e preocupações abrangem muitas áreas. Nascido na Alemanha, onde passou a maior parte da sua carreira académica, Weber era um indivíduo de grande erudição. As suas obras cobrem os campos da Economia, do Direito, da Filosofia e da História Comparada, bem como da Sociologia. Grande parte da sua obra dava também particular atenção ao desenvolvimento do capitalismo moderno e à forma como a sociedade moderna era diferente de outros tipos anteriores de organização social. Através de um conjunto de estudos empíricos, Weber explicitou algumas das características básicas das sociedades industriais modernas e identificou debates sociológicos fundamentais, que ainda hoje permanecem centrais para os sociólogos.

Tal como outros pensadores do seu tempo, Weber tentou compreender a natureza e as causas da mudança social. Foi influenciado por Marx, mas mostrou-se também muito crítico em relação a alguns dos principais pontos de vista de Marx. Weber rejeitou a concepção materialista da história e deu ao conflito de classes um significado menor do que Marx. Na perspectiva de Weber, os factores económicos eram importantes, mas as ideias e os valores tinham o mesmo impacto sobre a mudança social. Ao contrário dos primeiros pensadores sociológicos, Weber defendeu que a Sociologia devia centrar-se na *acção social*, e não nas estruturas. Argumentava que as ideias e as motivações humanas eram as forças que estavam por detrás da mudança – as ideias, valores e crenças tinham o poder de originar transformações. Segundo o autor, os indivíduos têm a capacidade de agir livremente e configurar o futuro. Ao contrário de Durkheim ou Marx, Weber não acreditava que as estruturas existiam externamente aos indivíduos ou que eram independentes destes. Pelo contrário, as estruturas da sociedade eram formadas por uma complexa rede de acções recíprocas. A tarefa da Sociologia era procurar entender o sentido por detrás destas acções.

Algumas das obras mais importantes de Weber preocuparam-se com a análise das características

Uma fundadora esquecida

Embora Comte, Durkheim, Marx e Weber sejam, sem dúvida alguma, as figuras fundadoras da Sociologia, existem outros pensadores importantes do mesmo período histórico cuja contribuição deve também ser tomada em conta. A Sociologia, como muitas outras áreas académicas, nem sempre teve a postura ideal de reconhecer a importância de cada um dos autores cuja obra tenha um mérito intrínseco. No período «clássico» do fim do século XIX e princípios do século XX, muito poucas mulheres ou membros de minorias étnicas tiveram a possibilidade de se tornarem sociólogos profissionais a tempo inteiro. Além disso, os poucos que tiveram a possibilidade de conduzir pesquisas sociológicas de importância maior foram muitas vezes esquecidos pelo ...eio. Gente como Harriet Martineau merece a atenção dos sociólogos contemporâneos.

Harriet Martineau (1802-1876)

próprias da sociedade Ocidental, em comparação com as outras grandes civilizações. Estudou as religiões da China, Índia e Próximo Oriente, e no decorrer dessas pesquisas fez grandes contribuições para a Sociologia da religião. Comparando os principais sistemas religiosos da China e Índia com os do Ocidente, Weber concluiu que alguns aspectos das crenças cristãs influenciaram grandemente o aparecimento do capitalismo. Este não emergira, como Marx acreditava, apenas graças às mudanças económicas. Segundo Weber, os valores e as ideias culturais contribuem para moldar a sociedade e as nossas acções individuais.

Um elemento importante da perspectiva sociológica de Weber era a ideia de **tipo ideal** – modelos conceptuais ou analíticos que podem ser usados para compreender o mundo. Na vida real, é raro existirem, se é que existem, tipos ideais – muitas vezes existem apenas algumas das suas características. Estas construções hipotéticas podem, no entanto, revelar-se muito úteis, na medida em que se pode compreender qualquer situação do mundo real através da sua comparação com um tipo ideal. Desta forma, os tipos ideais servem como pontos de referência fixos. É importante sublinhar que por tipo «ideal» Weber não entendia que essa concepção fosse algo de perfeito ou desejável, sendo antes uma forma «pura» de determinado fenómeno. Weber utilizou os tipos ideais nas suas obras sobre a burocracia e o mercado.

Racionalização

Segundo Weber, a emergência da sociedade moderna foi acompanhada por importantes mudanças ao nível dos padrões de acção social. O autor acreditava que as pessoas estavam a afastar-se das crenças tradicionais baseadas na superstição, na religião, no costume e em hábitos enraizados. Em vez disso, os indivíduos envolviam-se cada vez mais em cálculos racionais e instrumentais que tinham em consideração a eficiência e as consequências futuras. Na sociedade industrial, havia pouco espaço para os sentimentos e para fazer certas coisas só porque sempre tinham sido feitas assim desde há muitas gerações. O desenvolvi-

Harriet Martineau

Harriet Martineau (1802-1876) foi já chamada a «primeira mulher socióloga», mas, tal como Marx ou Weber, não pode ser vista apenas como uma socióloga. Ela nasceu e cresceu em Inglaterra, tendo escrito mais de cinquenta livros, bem como numerosos ensaios. Martineau é hoje considerada como tendo introduzido a Sociologia na Grã-Bretanha, por via da sua tradução da *Filosofia Positiva* de Comte, tratado fundador da disciplina (Rossi, 1973). Além disso, Martineau conduziu um estudo sistemático em primeira mão sobre a sociedade americana no decurso das suas extensas viagens pelo interior dos Estados Unidos da América, na década de 30 do século XIX, das quais resultou o seu livro *A Sociedade na América*. A autora tem importância para os sociólogos de hoje em dia por diversas razões. Em primeiro lugar, defendia que quando alguém estuda uma sociedade deve centrar-se em todos os seus aspectos, incluindo as principais instituições políticas, religiosas ou sociais. Em segundo lugar, insistia em que a análise de uma sociedade deve incluir a vida das mulheres. Em terceiro, foi a primeira a olhar de uma forma sociológica para assuntos anteriormente ignorados, como o casamento, as crianças, a vida pessoal e religiosa, e as relações raciais. Como escreveu a autora, «o quarto das crianças, os aposentos femininos, e a cozinha são escolas excelentes, onde podemos ficar a conhecer a moral e os modos de uma povo» (Martineau, 1962, p. 53). Por último, a autora defendia que os sociólogos não devem limitar-se apenas a observar, mas devem igualmente agir em prol de uma sociedade. Consequentemente, Martineau foi uma figura activa tanto na defesa dos direitos das mulheres como na luta pela emancipação dos escravos.

mento da ciência, da tecnologia moderna e da burocracia foi colectivamente descrito por Weber como racionalização – a organização da vida económica e social segundo princípios de eficiência e tendo por base o conhecimento técnico. Se nas sociedades tradicionais a religião e os hábitos enraizados definiam os valores e as atitudes das pessoas, a sociedade moderna caracterizava-se pela racionalização de cada vez mais campos, da política à religião, passando pela actividade económica.

De acordo com o autor, a Revolução Industrial e a emergência do capitalismo eram provas de uma tendência maior no sentido da racionalização. O capitalismo não era dominado pelo conflito de classes, como Marx defendia, mas pelo avanço da ciência e da burocracia – organizações de grande dimensão. Para Weber, o carácter científico era um dos traços mais característicos do Ocidente. A burocracia, o único modo de organizar eficientemente um grande número de pessoas, expandiu-se com o crescimento económico e político. O autor utilizou o termo *desencantamento* para descrever a forma pela qual o pensamento científico no mundo moderno fez desaparecer as forças sentimentais do passado.

Weber não era, no entanto, totalmente optimista em relação às consequências da racionalização. Temia uma sociedade moderna que fosse um sistema que, ao tentar regular todas as esferas da vida social, destruísse o espírito humano. Receava, em particular, os efeitos potencialmente sufocantes e desumanizantes da burocracia e as suas implicações no destino da democracia. A agenda do Iluminismo do século XVIII, da promoção do progresso, da riqueza e da felicidade através da rejeição da tradição e da superstição em favor da ciência e da tecnologia, produz os seus próprios perigos.

Olhares sociológicos mais recentes

Os primeiros sociólogos partilhavam o desejo de conferir sentido à sociedade em mudança em que viviam. Todavia, queriam fazer algo mais do que limitar-se a descrever e interpretar os acontecimentos momentâneos do seu tempo. Mais importante do que isso, pro-

curavam desenvolver formas de estudar o mundo social que pudessem explicar o funcionamento das sociedades em geral e a natureza da mudança social. No entanto, como já pudemos observar, Durkheim, Marx e Weber utilizaram abordagens muito diferentes entre si nos estudos do mundo social. Por exemplo, enquanto Durkheim e Marx se centraram no poder de forças externas aos indivíduos, Weber adoptou como ponto de partida a capacidade que os indivíduos têm de agir de forma criativa sobre o mundo exterior. Enquanto Marx apontava a predominância das questões económicas, Weber tomou em consideração um leque muito mais vasto de factores que considerou significantes. Tais diferenças de abordagem têm continuado a verificar-se ao longo da história da Sociologia. Mesmo quando os sociólogos estão de acordo em relação ao objecto da análise, esta é conduzida muitas vezes a partir de perspectivas teóricas diferentes.

Três de entre as mais importantes correntes teóricas recentes: *o funcionalismo*, a *perspectiva do conflito*, e o *interaccionismo simbólico*, estão directamente relacionadas com Durkheim, Marx e Weber, respectivamente (ver figura 1.1). Ao longo da presente obra irão encontrar-se discussões e ideias que derivam destas abordagens teóricas e lhes servem de ilustração.

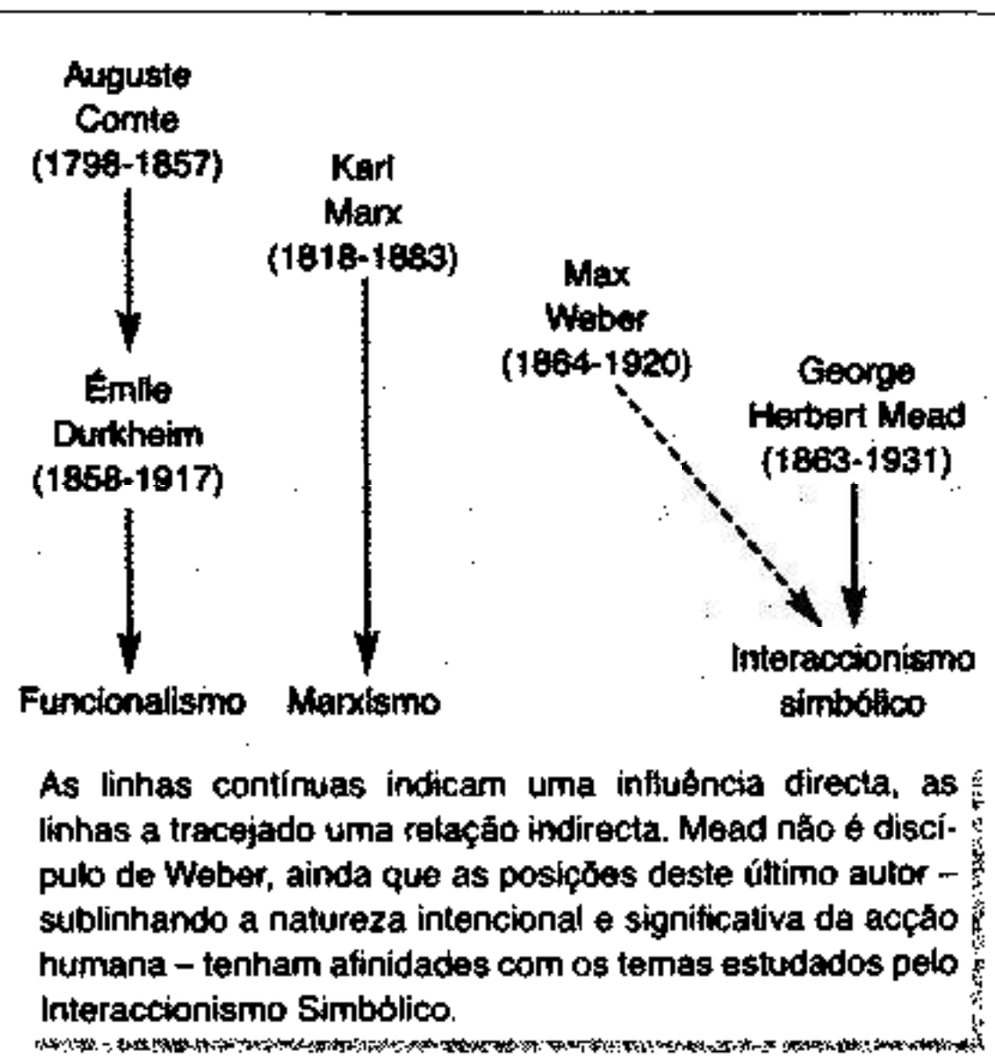


Figura 1.1 Abordagens teóricas da Sociologia

Funcionalismo

O funcionalismo defende que a sociedade é um sistema complexo cujas partes se conjugam para garantir estabilidade e solidariedade. Segundo esta perspectiva, a Sociologia, enquanto disciplina, deve investigar o relacionamento das partes da sociedade entre si e para com a sociedade enquanto um todo. Podemos analisar as crenças religiosas e costumes de uma sociedade, por exemplo, ilustrando a forma como se relacionam com outras instituições, pois as diferentes partes de uma sociedade estão intimamente relacionadas entre si.

Estudar a função de uma instituição ou prática social é analisar a contribuição dessa instituição ou prática para a continuidade da sociedade. Os funcionalistas, incluindo Comte ou Durkheim, usaram muitas vezes uma *analogia orgânica* para comparar a actividade da sociedade com a de um organismo vivo. Defendem que, à imagem dos vários componentes do corpo humano, as partes da sociedade conjugam-se em benefício da sociedade enquanto um todo. Para estudar um órgão humano como o coração é necessário demonstrar a forma como se relaciona com outras partes do corpo. Ao bombear sangue pelo corpo inteiro, o coração desempenha um papel vital na perpetuação da vida no organismo. Da mesma forma, analisar a função de um item social significa demonstrar o papel que desempenha na perpetuação da existência e prosperidade de uma sociedade.

O funcionalismo enfatiza a importância do *consenso moral* na manutenção da ordem e da estabilidade na sociedade. O consenso moral verifica-se quando a maior parte das pessoas de uma sociedade partilham os mesmos valores. Os funcionalistas concebem a ordem e o equilíbrio como o estado normal da sociedade – este equilíbrio social assenta na existência de um consenso moral entre os membros da sociedade. Por exemplo, Durkheim acreditava que a religião reitera a adesão das pessoas a valores sociais nucleares, pelo que contribui para a solidez da coesão social.

Durante um longo período, o pensamento funcionalista foi provavelmente a principal corrente teórica da Sociologia, em particular nos Estados Unidos da América. Tanto Talcott Parsons como Robert Merton, considerados dois dos seus aderentes mais proeminentes, inspiraram-se muito na obra de Durkheim.

Nos últimos anos a sua popularidade começou a decrescer, à medida que as suas limitações vieram ao de cima. Uma crítica feita recorrentemente ao funcionalismo é a de que este realça excessivamente o papel de factores que conduzem à coesão social, em detrimento de factores que produzem conflito e divisão. A ênfase na estabilidade e na ordem significa que as divisões ou as desigualdades – com base em factores como a classe social, a raça ou o género – são minimizadas. O funcionalismo confere também uma ênfase menor ao papel da acção social criativa na sociedade. Para muitos críticos, este tipo de análise atribui às sociedades atributos que estas não possuem. Os funcionalistas falaram muitas vezes das sociedades como se estas tivessem «necessidades» e «objectivos», apesar de estes conceitos só fazerem sentido quando aplicados aos seres humanos.

Perspectiva do Conflito

Tal como os funcionalistas, os sociólogos que adoptaram as teorias de conflito sublinham a importância das estruturas na sociedade. Defendem também um «modelo» abrangente para explicar a forma como a sociedade funciona. Os teóricos do conflito rejeitam, no entanto, a ênfase que os funcionalistas dão ao consenso. Pelo contrário, preferem sublinhar a importância das divisões na sociedade. Ao fazê-lo, centram a análise em questões de poder, na desigualdade e na luta. Tendem a ver a sociedade como algo que é composto por diferentes grupos que lutam pelos seus próprios interesses. A existência desta diferença de interesses significa que o potencial para o conflito está sempre presente e que determinados grupos irão tirar mais benefício do que outros. Os teóricos do conflito analisam as tensões existentes entre grupos dominantes e desfavorecidos da sociedade, procurando compreender como se estabelecem e perpetuam as relações de controlo.

Os pontos de vista de muitos teóricos do conflito remontam aos escritos de Marx, cuja obra enfatizava o conflito de classes, muito embora outros sejam igualmente influenciados por Weber. Um bom exemplo disto é o sociólogo alemão contemporâneo Ralf Dahrendorf (1929 –). No clássico *Class and Class Conflict in Industrial Society* (1959), Dahrendorf defende que os pensadores funcionalistas só tomam em consideração uma parte da sociedade – aqueles aspectos da vida social onde existe harmonia e concordância. Mas tão ou mais importantes são os campos que se caracterizam pelo conflito e pela divisão. De acordo com Dahrendorf, o conflito surge principalmente do facto de os indivíduos e grupos terem diferentes interesses. Marx concebia as diferenças de interesses sobretudo em função das classes, mas Dahrendorf relaciona-as de uma forma mais vasta com a autoridade e o poder. Em todas as sociedades há uma separação de interesses entre aqueles que detêm autoridade e aqueles que estão em grande medida excluídos dela, uma separação entre governantes e governados, portanto.

Perspectivas da acção social

Se o funcionalismo e a perspectiva do conflito colocam a tónica nas estruturas que sustentam a sociedade e influenciam o comportamento humano, as teorias da acção social dão uma atenção muito maior ao papel desempenhado pela acção e pela interacção dos membros da sociedade na formação dessas estruturas. Aqui, o papel da Sociologia é visto como sendo mais o da procura do significado da acção e da interacção social, do que o da explicação das forças externas aos indivíduos que os compelem a agir da forma que agem. Se o funcionalismo e as perspectivas do conflito desenvolvem modelos relativos ao modo de funcionamento global da sociedade, as teorias da acção social centram-se na análise da maneira como os actores sociais se comportam uns com os outros e para com a sociedade.

Weber é frequentemente apontado como um dos primeiros defensores das perspectivas da acção social. Embora reconhecendo a existência de estruturas sociais – como as classes, os partidos, os grupos de prestígio, entre outras –, Weber afirmava que essas estruturas eram criadas pelas acções sociais dos indivíduos. Esta posição foi desenvolvida de uma forma mais sistemática pelo *interaccionismo simbólico*, uma corrente de pensamento que se tornou particularmente importante nos Estados Unidos da América. O interaccionismo simbólico foi apenas influenciado de forma indirecta por Weber. As suas origens mais directas residem na obra do filósofo americano G. H. Mead (1863-1931).

Interaccionismo simbólico

O interaccionismo simbólico nasce de uma preocupação com a linguagem e o sentido. Mead defendia que a linguagem permite tornarmo-nos seres autoconscientes – cientes da nossa própria individualidade e capazes de nos vermos a partir de fora, como os outros nos vêem. Neste processo o elemento-chave reside no símbolo. Um símbolo é algo que representa algo. Por exemplo, as palavras que usamos para aludir a determinados objectos são, na verdade, símbolos que representam o que queremos transmitir. A palavra «colher» é o símbolo que usamos para descrever o utensílio a que recorremos para comer sopa. Gestos não-verbais ou outras formas de comunicação são também exemplos de símbolos. Acenar a alguém ou fazer um gesto grosseiro tem um valor simbólico. Mead defendia que os seres humanos dependem de símbolos partilhados e entendimentos comuns nas suas interacções uns com os outros. Dado os seres humanos viverem num universo altamente simbólico, praticamente todas as interacções entre os indivíduos implicam um fluxo de símbolos.

O interaccionismo simbólico dirige a nossa atenção para os detalhes da interacção interpessoal, e para a forma como esses detalhes são usados para conferir sentido ao que os outros dizem e fazem. Os sociólogos influenciados por esta corrente teórica centram muitas vezes a sua atenção na interacção face-a-face e nos contextos da vida quotidiana, realçando a importância do papel dessas interacções na criação da sociedade e das suas instituições.

Muito embora a perspectiva interaccionista simbólica possa incluir muitas reflexões em torno da natureza das nossas acções na vida social quotidiana, já foi criticada por ignorar questões mais amplas relacionadas com o poder e a estrutura na sociedade e a forma como ambos servem para constranger a acção individual.

Conclusão

Como já vimos, a Sociologia engloba uma variedade de perspectivas teóricas. Por vezes a discordância entre as diferentes posições teóricas é bastante extensa, mas esta diversidade é um sinal da força e vitalidade da disciplina, e não uma fraqueza.

Todos os sociólogos concordam que a Sociologia é uma disciplina em que nós pomos de lado os nossos próprios modos de ver o mundo, para observarmos cuidadosamente as influências que dão forma às nossas vidas e às dos outros. A Sociologia emergiu, como um esforço intelectual distinto, com o desenvolvimento das sociedades modernas, e o estudo desse tipo de sociedades permanece a sua principal preocupação. Mas os sociólogos estão igualmente interessados num leque mais vasto de assuntos acerca da natureza da interacção social e das sociedades humanas em geral.

A Sociologia não é apenas um campo intelectual abstracto, mas algo que pode ter implicações práticas importantes na vida das pessoas. Aprender a tornarmo-nos sociólogos não devia ser um esforço académico aborrecido. A melhor maneira de nos assegurarmos que tal não acontece é abordar a disciplina de uma forma imaginativa e relacionar ideias e conclusões com situações da nossa própria vida.

Uma maneira de fazermos isso é tornarmo-nos conscientes das diferenças entre os modos de vida que nós nas sociedades modernas consideramos como normais e os dos outros grupos humanos. Embora os seres humanos tenham muito em comum, existem muitas variações entre diferentes sociedades e culturas. Veremos algumas dessas semelhanças e diferenças no capítulo seguinte, «Cultura e Sociedade».

1 Pode definir-se a Sociologia como sendo o estudo sistemático das sociedades h ma a , a ê ase especia os sist ma m r , i liz .
2 A prática da Sociologia implica a capacidade para pensar de forma imaginativa e nos distanciarmos de ideias preconcebidas acerca da vida social.
3 A Sociologia é uma disciplina com grandes implicações práticas. Pode contribuir de várias formas para a crítica social e para a aplicação de reformas sociais. Para começar, uma melhor compreensão de um determinado conjunto de circunstâncias sociais oferece-nos muitas vezes a possibilidade de o controlar. Ao mesmo

tempo, a Sociologia fornece os meios para melhorarmos a nossa sensibilidade cultural, criando condições para que as políticas se baseiem numa consciência de valores culturais diferentes. Em termos práticos, podemos investigar as consequências da adopção de determinadas linhas de orientação política. Por último, e talvez o mais importante, a Sociologia permite auto-conhecimento, oferecendo aos grupos e aos indivíduos mais oportunidades para alterar as condições em que decorrem as suas próprias vidas.

4 A Sociologia surgiu como uma tentativa para compreender as mudanças radicais que ocorreram nas sociedades humanas durante os últimos dois ou três séculos. As mudanças em causa não foram apenas mudanças em grande escala, mas também transformações nas características mais pessoais e íntimas da vida das pessoas.

5 Entre os fundadores clássicos da Sociologia, quatro figuras são particularmente importantes: Auguste Comte, Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Comte e Marx, que trabalharam em meados do século XIX, estabeleceram algumas das questões essenciais da Sociologia, mais tarde desenvolvidas por Durkheim e Weber. Estas questões dizem respeito à natureza da Sociologia e ao impacto das mudanças resultantes da modernização no mundo social.

6 Há diversas abordagens teóricas em Sociologia. Se as discussões teóricas são difíceis de solucionar mesmo no caso das ciências naturais, em Sociologia estamos perante dificuldades acrescidas, dados os problemas complexos que envolvidos quando se trata de estudar o nosso próprio comportamento.

7 O funcionalismo, a perspectiva do conflito e o interaccionismo simbólico constituem as principais abordagens teóricas na Sociologia. Existem algumas diferenças básicas entre elas, diferenças que muito influenciaram o desenvolvimento da disciplina durante o período que se seguiu ao pós-guerra.

2

Cultura e Sociedade

O conceito de cultura 22
Valores e normas 22
Diversidade cultural 24
Etnocentrismo 25

Socialização 26
Papéis sociais 29
Identidade 29

Tipos de sociedade 30
O mundo em extinção: as sociedades pré-modernas e seu destin 1
O mundo moderno: as sociedades industriais 35
Desenvolvimento global 36

Mudança social 42
Influências na mudança social 42
Mudança no período moderno 44

Conclusão 45
Sumário 45
Questões para reflexão 47
Leituras adicionais 47
Endereços electrónicos 47

Capítulo 2: Cultura e Sociedade

Neste capítulo, vamos analisar a unidade e a diversidade da cultura e vida humana nos vários tipos de sociedade em que os seres humanos vivem. O conceito de cultura é uma das noções usadas com mais frequência em Sociologia. Quando, em conversas quotidianas, usamos a palavra «cultura», pensamos muitas vezes nela como se representasse as «coisas mais elevadas do espírito» – a arte, a literatura, a música e a pintura. Quando os sociólogos usam o termo, incluem também essas actividades, mas muitas outras coisas mais. A cultura refere-se aos modos de vida dos membros de uma sociedade, ou de grupos pertencentes a essa sociedade; inclui o modo como se vestem, as suas formas de casamento e de família, os seus padrões de trabalho, cerimónias religiosas e actividades de lazer.

Podemos distinguir conceptualmente entre «cultura» e «sociedade», mas há conexões muito estreitas entre essas duas noções. Uma sociedade é um *sistema de inter-relações* que envolve os indivíduos colectivamente. A Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos da América, neste sentido, são sociedades. Delas fazem parte milhões de pessoas. Outras, como as primeiras sociedades de caçadores recolectores, podem conter apenas trinta ou quarenta pessoas. O que une as sociedades é o facto de os seus membros se organizarem em relações sociais estruturadas segundo uma única cultura. As culturas não podem existir sem sociedades. Mas, do mesmo modo, nenhuma sociedade pode existir sem cultura. Sem cultura, não seríamos «humanos» sequer, no sentido em que habitualmente usamos o termo. Não teríamos linguagem para nos expressarmos, nenhum sentido de autoconsciência, e a nossa capacidade de pensar e raciocinar estaria severamente limitada.

As variações culturais entre seres humanos estão relacionadas com os diferentes tipos de sociedade. Neste capítulo, procederemos a uma comparação e confronto entre as principais formas históricas de sociedade, com o objectivo de inter-relacionar os dois aspectos fundamentais da existência social humana: os diferentes valores culturais e artefactos produzidos pelos seres humanos, e os diferentes tipos de sociedade onde teve lugar o desenvolvimento cultural. Muito frequentemente, discute-se separadamente a cultura e a sociedade, como se estivessem bastante desligadas, quando, na verdade, estão intimamente interligadas. Ao longo do capítulo, atentaremos à forma como a mudança social afectou o desenvolvimento cultural humano. Na parte final, examinaremos alguns factores que contribuem para a mudança social e analisaremos as mudanças particularmente profundas que tiveram lugar na era moderna.

O conceito de cultura

Quando os sociólogos falam do conceito de cultura, referem-se a esses aspectos das sociedades humanas que são aprendidos e não herdados. Esses elementos da cultura são partilhados pelos membros da sociedade e tornam possível a cooperação e a comunicação. Eles formam o contexto comum em que os indivíduos de uma sociedade vivem as suas vidas. A cultura de uma sociedade engloba tanto os aspectos intangíveis – as crenças, as ideias e os valores que constituem o teor da cultura – como os aspectos tangíveis – os objectos, os símbolos ou a tecnologia que representam esse conteúdo.

Valores e normas

As ideias que definem o que é importante, útil ou desejável são fundamentais em todas as culturas. Essas ideias abstractas, ou valores, atribuem significado e orientam os seres humanos na sua interacção com o mundo social. A monogamia – a fidelidade a um único parceiro sexual – é um exemplo de um valor proeminente na maioria das sociedades ocidentais. As normas são as regras de comportamento que reflectem ou incorporam os valores de uma cultura. As normas e os valores determinam entre si a forma como os membros de uma determinada cultura se comportam. Em culturas em que se valoriza grandemente a aprendizagem, por exemplo, as normas culturais encorajam os alunos a despender grande energia no estudo, apoiando os pais que fazem sacrifícios

em prol da educação dos filhos. Numa cultura que valoriza a hospitalidade, as normas culturais podem estimular expectativas quanto à dádiva de presentes ou ao comportamento social de convidados e anfitriões.

As normas e os valores variam muitíssimo entre culturas. Algumas valorizam grandemente o individualismo, enquanto outras podem enfatizar as necessidades colectivas. Um simples exemplo ilustra bem tal. A maioria dos alunos britânicos sentir-se-iam indignados se descobrissem um colega a copiar num exame. Na Grã-Bretanha, copiar do colega do lado vai contra os valores fundamentais da realização individual, da igualdade de oportunidades, do trabalho árduo e do respeito pelas regras. No entanto, os estudantes russos sentir-se-iam intrigados com esta noção de ultraje dos seus colegas britânicos. A entreajuda entre colegas num exame é reflexo do quanto os russos valorizam a igualdade e a resolução colectiva de problemas face à autoridade. Pense na sua reacção face a este mesmo exemplo. O que será que revela acerca dos valores da sua sociedade?

Mesmo no seio de uma sociedade ou comunidade, os valores podem ser contraditórios: alguns grupos ou indivíduos podem valorizar crenças religiosas tradicionais, enquanto outros podem aprovar o progresso e a ciência. Há pessoas que preferem o sucesso e o conforto material, outras favorecem a simplicidade e uma vida pacata. Nesta época em que vivemos marcada pela mudança, repleta de movimentos globais de pessoas, bens e informação, não é de estranhar que deparemos com casos de valores culturais em conflito.

Normas e valores culturais em mudança

As normas e os valores culturais mudam frequentemente ao longo do tempo. Muitas das normas que hoje tomamos como assentes nas nossas vidas – como ter relações sexuais antes do casamento e haver uniões de facto – contradizem valores que até há algumas décadas atrás eram partilhados por muitos. Os valores que regem a nossa vida íntima evoluíram gradual e naturalmente durante muitos anos (ver o capítulo 7, «Famílias»). Mas que dizer de instâncias em que os comportamentos e as normas culturais se alteraram de uma forma deliberada?

Em Janeiro de 2000, uma comissão governamental japonesa publicou um relatório que enumerou os principais objectivos para o Japão do século XXI. Face à recessão económica, ao crescimento do índice de criminalidade e a uma grande taxa de desemprego, o primeiro ministro do Japão constituiu essa comissão com a missão de traçar um novo caminho do país para as décadas seguintes. As principais conclusões a que chegou a comissão surpreenderam muita gente: os japoneses teriam de abandonar alguns do seus valores nucleares, para o país poder enfrentar eficazmente os seus males sociais actuais. A comissão concluiu que a cultura japonesa valoriza demasiado a conformidade e a igualdade, e assinalou a necessidade de reduzir «o excessivo nível de homogeneidade e uniformidade» na sociedade. Apontou algumas facetas da vida japonesa que reflectem essa conformidade: praticamente todos os alunos japoneses do ensino primário vestem uniformes azuis-escuros idênticos que mascaram sinais de individualidade; também os funcionários, de uma forma geral, permanecem nos escritórios após a sua hora de saída, mesmo que não tenham necessidade de o fazer, devido a uma regra implícita acerca de sair do emprego mais cedo. Segundo a comissão concluiu, esses valores impediram os japoneses de adoptar noções de estratégias individuais de poder consideradas essenciais para o futuro.

Os valores e as normas culturais estão profundamente interiorizados, sendo pois demasiado cedo para dizer se uma normativa governamental conseguirá alterar os valores tradicionais do Japão. No entanto, a expressão comum japonesa que diz que «um prego saído deve ser martelado», sugere que levará muito tempo e exigirá muito esforço até que os valores culturais japoneses de conformidade e discrição percam a sua força.

Muitos dos nossos hábitos e comportamentos estão enraizados em normas culturais. Como se verá no capítulo 4 («Interacção Social e Vida Quotidiana»), os gestos, movimentos e expressões são fortemente influenciados por factores culturais. Um bom exemplo é representado pelo sorriso das pessoas – especialmente em contextos públicos – de diferentes culturas. Entre os Inuit (esquimós) da Gronelândia, por exemplo, não existe a sólida tradição de sorrir em público que se verifica em muitas regiões da Europa e da América do Norte. Tal não significa que os Inuit sejam pessoas frias ou hostis, mas que sorrir ou ser simpático para com desconhecidos não é simples-

mente uma prática comum. No entanto, à medida que a industrialização se expande na Gronelândia, alguns patrões têm tentado incutir o sorriso como um valor cultural. Acreditam que sorrir e ser gentil para com os clientes é essencial às práticas comerciais numa lógica de mercado. Os clientes que são atendidos com um sorriso e com palavras gentis acabam, com mais probabilidade, por se tornar clientes habituais. Hoje em dia, em muitos supermercados da Gronelândia, são mostrados aos empregados vídeos educativos sobre técnicas de atendimento cortês, tendo-se chegado ao ponto de empregados de algumas cooperativas terem sido mandados frequentar acções de formação no estrangeiro! A inauguração de restaurantes de *fast-food*, como a cadeia McDonalds, introduziu pela primeira vez uma abordagem de estilo ocidental nos serviços. Os empregados do McDonalds foram instruídos no sentido de se apresentarem, de cumprimentarem os clientes e de sorrirem frequentemente. Os empregados começaram por sentir alguma desconfiança perante estas exigências, entendendo este estilo de atendimento como falso e artificial. No entanto, com o tempo a ideia de sorrir em público – pelo menos no local de trabalho – tornou-se mais aceite.

Diversidade cultural

Não são só as crenças culturais que variam de cultura para cultura. Também a diversidade do comportamento e práticas humanas é extraordinária. As formas aceites de comportamento variam grandemente de cultura para cultura, contrastando frequentemente de um modo radical com o que as pessoas das sociedades ocidentais consideram «normal». Por exemplo, no Ocidente moderno as crianças de doze ou treze anos são consideradas demasiado novas para casar. No entanto, em outras culturas são arranjados casamentos entre crianças dessas idades. No Ocidente, comemos ostras, mas não comemos gatinhos e cachorros, e tanto uns como outros são considerados, em algumas partes do mundo, iguarias gastronómicas. Os Judeus não comem carne de porco, enquanto os Hindus, embora comam porco, evitam a carne de vaca. Os Ocidentais consideram o acto de beijar uma parte natural do comportamento sexual, mas em muitas outras culturas esse acto ou é desconhecido ou considerado de mau-gosto. Todos estes diferentes tipos de comportamento são aspectos das grandes diferenças culturais que distinguem as sociedades umas das outras.

Um choque cultural entre Ocidente e Oriente: cachorros que são tratados como animais domésticos na Europa poderiam ser vendidos como uma iguaria para uma família na China.

As sociedades de pequena dimensão, como as sociedades de «caçadores-recolectores», tendem a ser culturalmente uniformes ou *monoculturais*. Algumas sociedades modernas, como o Japão, permaneceram relativamente monoculturais e caracterizam-se por elevados níveis de *homogeneidade cultural*. A maioria das sociedades industrializadas, pelo contrário, são cada vez mais culturalmente diversificadas, ou *multiculturais*. Como se verá mais adiante, durante a discussão do fenómeno da migração global no capítulo 9 («Raça, Etnicidade e Migração»), processos mo a vi ã , i i , g , ig- ção ou a globalização contemporânea, levaram a que populações iniciassem processos de migração e se instalassem em novas localizações. Tal conduziu à emergência de sociedades que são culturalmente mistas, ou seja, a sua população é constituída por um determinado número de grupos de diferentes origens culturais, étnicas e linguísticas. Nas sociedades modernas, por exemplo, muitas comunidades subculturais vivem lado a lado – negros oriundos das Índias Ocidentais, paquistaneses, indianos naturais do Bangla_sh, italian_s, gregos e chineses ha_ita_, hoje em dia, algumas zonas centrais de Londres.

Quando falamos em subculturas não nos referimos apenas a grupos étnicos ou linguísticos minoritários de uma sociedade, mas a qualquer segmento da população que se distinga do resto da sociedade em

virtude dos seus padrões culturais. A variedade de subculturas é enorme, podendo incluir naturistas, góticos, hackers informáticos, hippies, rastas, fãs de Hip-Hop ou apoiantes de um clube de futebol. Algumas pessoas podem identificar-se claramente com uma determinada subcultura, enquanto outras podem mover-se de uma forma fluida entre um certo número de diferentes subculturas.

A cultura desempenha um papel importante na perpetuação das normas e valores de uma sociedade, oferecendo também oportunidades importantes de criatividade e de mudança. As subculturas e as *contraculturas* – grupos que rejeitam a maior parte das normas e dos valores vigentes numa sociedade – podem promover pontos de vista alternativos à cultura dominante. Os movimentos sociais e os grupos de pessoas que partilham os mesmos estilos de vida constituem forças poderosas de mudança no interior das sociedades. Desta forma, as subculturas oferecem às pessoas a possibilidade de se expressarem e agirem de acordo com as suas opiniões, aspirações e valores.

Etnocentrismo

Todas as culturas têm um padrão de comportamento próprio, que parece estranho a pessoas de outros contextos culturais. Se já viajou ao estrangeiro, é-lhe provavelmente familiar a sensação resultante de se encontrar inserido numa cultura nova. Certos aspectos da vida quotidiana que, em determinada cultura, são inconscientemente tomados como assentes podem, em outras partes do mundo, não fazer parte do dia-a-dia. Mesmo países que partilham a mesma língua podem ter hábitos, costumes e modos de comportamento bem diferentes. A expressão *choque cultural* é adequada! É frequente as pessoas sentirem-se desorientadas, quando se inserem numa cultura nova, pois perdem os pontos de referência que lhes são familiares e que ajudam a entender o mundo que as rodeia, e ainda não aprenderam a orientar-se na nova cultura.

As culturas podem ser extremamente difíceis de entender quando vistas de fora. Não é possível compreender crenças e práticas se as separamos das culturas de que fazem parte. Uma cultura tem de ser estudada segundo os seus próprios significados e valores – um pressuposto essencial da Sociologia. Esta ideia é também conhecida como **relativismo cultural**. Os sociólogos esforçam-se o mais possível por evitar o **etnocentrismo**, que consiste em julgar as outras culturas tomando como medida de comparação a nossa. Dada a ampla variação das culturas humanas, não é surpreendente que as pessoas provenientes de uma cultura achem frequentemente difícil aceitar as ideias ou o modo de comportamento das pessoas de uma diferente.

Aplicar o relativismo cultural – isto é, analisar uma situação segundo os padrões de outra cultura, suspendendo os nossos valores culturais bem enraizados – pode ser algo repleto de incerteza e desafios. Não apenas porque se pode revelar difícil ver as coisas de um ponto de vista completamente diferente, mas também porque às vezes se levantam questões inquietantes. O relativismo implica que julguemos *todos* os costumes e comportamentos como sendo igualmente legítimos? Existirão padrões universais que todos os seres humanos deveriam seguir? Atente no exemplo seguinte.

Nos anos que se seguiram à retirada militar da União Soviética do Afeganistão, a região foi assolada por conflitos e pela guerra civil. Grande parte do país passou a ser controlada pelos Taliban, um grupo que tinha como objectivo construir uma sociedade pura de acordo com os princípios islâmicos*. Durante o governo Taliban, as mulheres afegãs foram sujeitas a regras muito estritas em todos os aspectos das suas vidas, incluindo o modo de vestir, os seus movimentos em público e os seus assuntos privados. Quando saíam de casa, as mulheres deviam estar cobertas dos pés à cabeça e usar uma *burka* para esconder a cara. As mulheres perderam o direito a trabalhar fora do lar e o direito à educação. A versão taliban da lei islâmica Sharia é por muitos eruditos muçulmanos considerada rigorosa. Apesar das críticas da comunidade internacional e de campanhas empenhadas em favor das mulheres afegãs, os Taliban defendiam que a sua política face à mulheres era essencial ao propósito de construir uma sociedade pura onde as mulheres eram respeitadas ao máximo e a sua dignidade venerada.

Será esta política taliban em relação às mulheres aceitável no começo do século XXI? Não há solução

* Nota do revisor científico: O regime dos Taliban foi derrubado pela aliança entre os seus opositotres e forças externas, nomeadamente norte-americanas, devido ao facto de apoiarem a Al-Qaeda, organização responsável pelos atentados nos EUA, em 11 de Setembro de 2001.

Música Reggae

Quando um conhecedor de música Pop-Rock ouve uma canção é muitas vezes capaz de distinguir as influências estilísticas que lhe estão subjacentes. No fundo, todo e qualquer estilo musical representa uma forma particular de combinar ritmo, melodia, harmonia e palavras. E embora não seja preciso ser um génio para perceber as diferenças entre grunge, hard rock, techno e hip-hop, muitas vezes os músicos combinam vários estilos musicais quando compõem uma música. Identificar os componentes destas combinações pode revelar-se difícil, mas para os sociólogos da cultura é algo que vale a pena. Os diferentes estilos musicais tendem a emergir de grupos sociais diferentes, pelo que estudar a maneira como os estilos se combinam e fundem é uma boa forma de cartografar os contactos culturais entre os grupos sociais.

Alguns sociólogos da cultura centraram a sua atenção na música reggae, pois esta é um exemplo do processo pelo qual contactos entre grupos sociais conduzem à criação de novas formas musicais. As raízes do reggae podem ser atribuídas à África Ocidental. No século XVII, um grande número de africanos daquela região foram escravizados por colonialistas britânicos e levados de barco para trabalhar nas plantações de açúcar das Índias Ocidentais. Embora os ingleses tenham tentado impedir os escravos africanos de tocar a sua música tradicional, temendo que isso servisse de incitamento à revolta, os escravos conseguiram manter viva a tradição de percussão africana, integrando-a por vezes nos estilos musicais europeus que os senhores impunham. Na Jamaica, um estilo de percussão típico de um grupo de escravos, o Burru, foi abertamente tolerado pelos senhores europeus, pois ajudava a impor o ritmo de trabalho. A escravatura foi finalmente abolida na Jamaica em 1834, mas a tradição dos ritmos Burru continuou viva, mesmo quando muitos homens desta etnia emigraram de zonas rurais para os bairros de lata de Kingston.

Foi nestes bairros que começou a emergir um novo culto religioso que se haveria de revelar crucial para o desenvolvimento da música reggae. Em 1930, um homem chamado Haile Selassié foi coroado imperador da Etiópia, em África. Enquanto os opositores do colonialismo europeu de todo o mundo festejaram a subida ao trono de Selassié, um certo número de pessoas da Índias Ocidentais começaram a acreditar que ele era um deus, que teria sido enviado à Terra para conduzir à liberdade os oprimidos de África. Um dos nomes por que Haile Selassié era conhecido era «Príncipe Ras Tafari», e aqueles que nas Índias Ocidentais lhe prestavam culto chamavam-se a si próprios «Rastafarians». O culto fundiu-se rapidamente com a tradição Burru, e a música rastafarian acabou por misturar a percussão Burru com temas bíblicos de opressão e libertação. Na década de 50 do século XX, músicos das Índias Ocidentais começaram a cruzar ritmos e letras rastafarians com elementos do jazz americano e do rhythm'n'blues negro. Essa combinação acabou por dar origem à música «ska» e, mais tarde, no final da década seguinte, ao reggae – estilo caracterizado pela sua batida relativamente lenta, pela ênfase no baixo, pelas suas histórias que giram em torno da pobreza urbana e do poder da

fácil para esta questão, tal como para dezenas de outros casos em que as normas e os valores culturais não coincidem. Por um lado, é importante o esforço para não aplicar os nossos próprios padrões culturais a pessoas que vivem em contextos muito diferentes. Por outro lado, é inquietante ter que aceitar explicações culturais para situações que vão contra as normas e valores que temos como assentes. O papel do sociólogo é o de evitar respostas precipitadas, procurando analisar as situações complexas com cuidado e a partir do maior número de ângulos possível.

Socialização

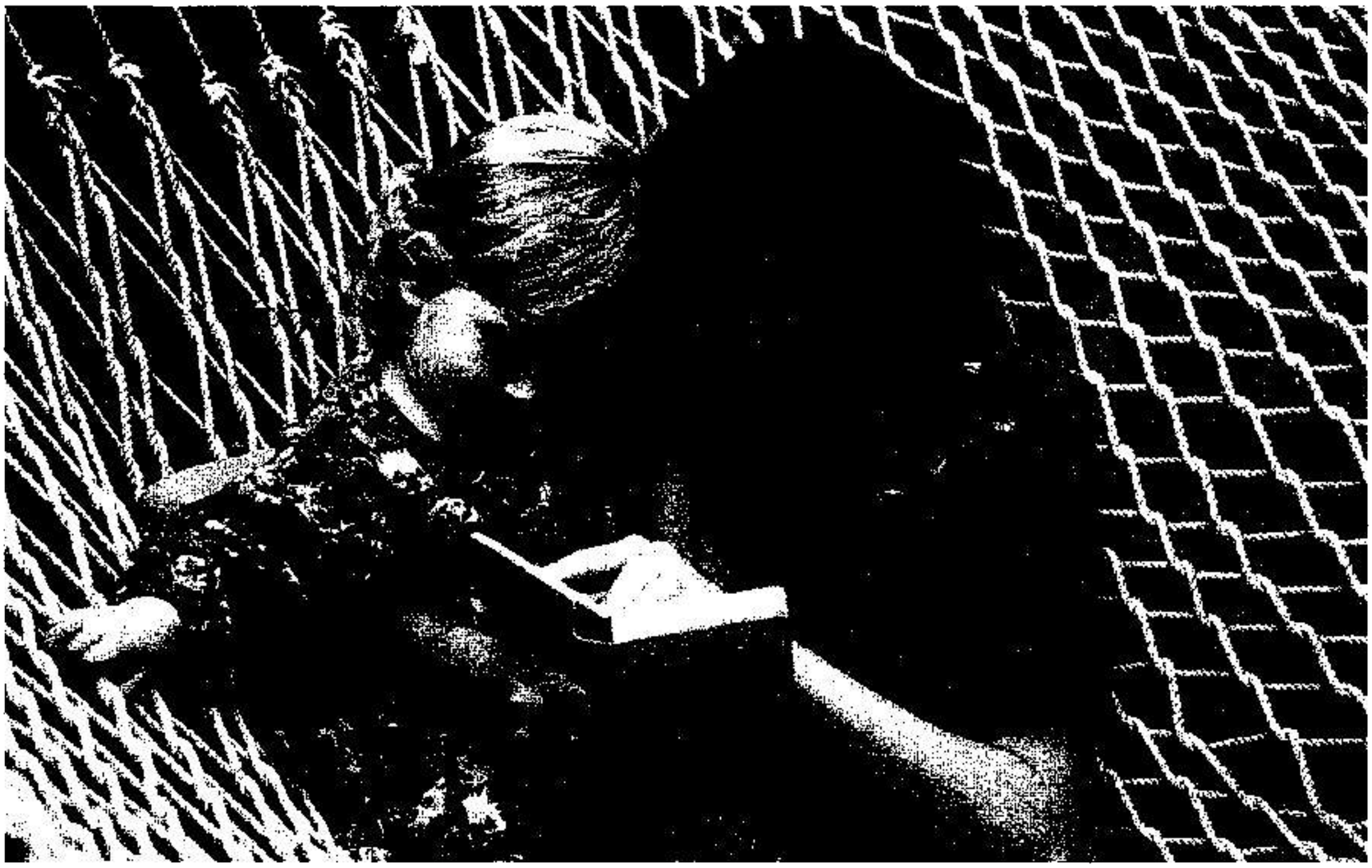
Como já se tornou claro, a cultura pertence a esses aspectos da sociedade que são aprendidos e, portanto,

consciência social colectiva. Muitos músicos de reggae, como Bob Marley, obtiveram sucesso comercial e, por volta dos anos 70, pessoas em todo o mundo ouviam este estilo de música. Nas décadas de 80 e 90, deu-se a fusão do reggae com o hip-hop (ou rap), para produzir sons novos – como os de grupos como os Wu-Tang Clan ou os Fugges (Hebdige 1997).

A história da música reggae é assim a história do contacto entre diferentes grupos sociais, e dos significados – políticos, espirituais e pessoais – expressos por esses grupos através da sua música. A globalização fez aumentar a intensidade desses contactos. Hoje em dia um jovem músico da Escandinávia pode, por exemplo, crescer a ouvir música feita em caves de Notting Hill, em Londres, e ao mesmo tempo pode ser fortemente influenciado pela actuação via satélite, a partir da Cidade do México, de uma banda mariachi. Se o número de contactos entre grupos é um factor determinante na velocidade da evolução musical, pode acontecer que, à medida que o processo de globalização se continue a desenvolver, se verifique num futuro próximo uma profusão de novos estilos musicais.

não inatos. A socialização é o processo através do qual as crianças, ou outros novos membros da sociedade, aprendem o modo de vida da sociedade em que vivem. Este processo constitui o principal canal de transmissão da cultura através do tempo e das gerações.

Os animais menores da escala da evolução são capazes de tratar de si muito pouco tempo após nascerem, com pouca ou nenhuma ajuda por parte dos adultos. No entanto, os animais superiores têm de *aprender* os modos de comportamento apropriados – as crias são, frequentemente, à nascença completamente desamparadas, e necessitam do cuidado dos mais velhos. A criança humana é a mais desamparada de todas as crias. Uma criança não consegue sobreviver sozinha e sem ajuda, pelo menos durante os primeiros quatro ou cinco anos de vida. A sociali-



O laço entre mãe e filho está na base de muitos processos de socialização primária, mais tarde substituídos por agentes mais formais de socialização secundária, como a escola.

zação é, portanto, o processo pelo qual as crianças indefesas se tornam gradualmente seres auto-conscientes, com saberes e capacidades, treinadas nas formas de cultura em que nasceram. A socialização não é uma espécie de «programação cultural», em que a criança absorve de forma passiva as influências com as quais entra em contacto. Até os recém-nascidos têm necessidades e exigências que afectam o comportamento daqueles que são responsáveis por tratar deles: as crianças são, desde o início, seres activos.

A socialização liga as diferentes gerações entre si. O nascimento de uma criança modifica a vida daqueles que são responsáveis pela sua educação – e eles próprios consequentemente passam por novas experiências de aprendizagem. Ter filhos, normalmente, liga as actividades dos adultos às crianças para o resto da vida de ambos. As pessoas mais velhas continuam a ser pais quando se tornam avós, formando então um outro conjunto de relações que ligam as diferentes gerações entre si. A socialização deve ser vista, então, como um processo vitalício em que o comportamento humano é configurado de forma contínua por interacções sociais, permitindo que os indivíduos desenvolvam o seu potencial, aprendam e se ajustem.

Os sociólogos referem-se muitas vezes à socialização como algo que ocorre em duas fases amplas, que envolvem um certo número de diferentes agências de socialização – grupos ou contextos sociais onde ocorrem importantes processos de socialização. A *socialização primária* decorre durante a infância e constitui o período mais intenso de aprendizagem cultural. É a altura em que a criança aprende a falar e aprende os mais básicos padrões comportamentais que são os alicerces de aprendizagens posteriores. Nesta fase, a família é o principal agente de socialização. A *socialização secundária* decorre desde um momento mais tardio na infância até à idade adulta. Nesta fase, outros agentes de socialização assumem

alguma da responsabilidade que pertencia à família. As escolas, os grupos de pares, instituições, os meios de comunicação e eventualmente o local de trabalho, tornam-se forças de socialização de um indivíduo. Nestes contextos, as interacções sociais ajudam as pessoas a aprender as normas, valores e crenças que constituem os padrões da sua cultura.

Papéis sociais

Por intermédio do processo de socialização, os indivíduos aprendem os seus papéis sociais – expectativas socialmente definidas seguidas pelas pessoas de uma determinada posição social. O papel social de «médico», por exemplo, envolve um conjunto de comportamentos que devem ser seguidos por todo e qualquer médico, independentemente das suas opiniões pessoais ou maneiras de ver. Na medida em que todos os médicos partilham este papel, é possível falar em termos genéricos de um modo de comportamento profissional dos médicos, independente dos indivíduos específicos que ocupam essas posições.

Alguns sociólogos, especialmente os associados à corrente funcionalista, vêem os papéis sociais como partes constantes e algo inalteráveis da cultura de uma sociedade, tornando-os factos sociais. De acordo com esta perspectiva, os indivíduos aprendem as expectativas ligadas às posições sociais na cultura onde estão inseridos, desempenhando estes papéis em grande medida tal como foram definidos. Os papéis sociais não implicam negociação ou criatividade – pelo contrário, condicionam e orientam o comportamento dos indivíduos. Através da socialização, os indivíduos interiorizam os papéis sociais e aprendem a desempenhá-los.

No entanto, este ponto de vista é errado. Sugere que os indivíduos se limitam a desempenhar papéis, sem intervirem na sua criação e negociação. Na verdade, a socialização é um processo pelo qual os seres humanos se tornam agentes. Eles não são simplesmente sujeitos passivos à espera de serem instruídos ou programados. Os indivíduos concebem e assumem papéis sociais, no decurso de um processo de interacção social.

Identidade

Os contextos culturais onde nascemos e crescemos influenciam o nosso comportamento, mas tal não significa que seja negada individualidade ou livre arbítrio aos seres humanos. Pode parecer que somos simplesmente o resultado dos moldes pré-concebidos que a sociedade tem preparados para nós. Alguns sociólogos tendem, de facto, a escrever desta forma acerca da socialização. No essencial, esta perspectiva é errónea. O facto de estarmos envolvidos em interacções com os outros, desde que nascemos até morrermos, condiciona certamente as nossas personalidades, os nossos valores e comportamentos. No entanto, a socialização está também na origem da nossa própria liberdade e individualidade. Cada um de nós, no decurso da socialização, desenvolve um sentido de identidade e a capacidade para pensar e agir de forma independente.

Para a sociologia, o conceito de identidade é multifacetado, podendo ser abordado de muitas maneiras. De uma forma geral, a identidade está relacionada com os entendimentos que as pessoas têm acerca de quem são e do que é importante para elas. Estes entendimentos formam-se em função de determinados atributos que são prioritários em relação a outras fontes geradoras de sentido. O género, a orientação sexual, a classe social, a nacionalidade ou a etnicidade são algumas das principais fontes de identidade. Os sociólogos referem-se sobretudo a dois tipos de identidade: a *identidade social* e a *identidade pessoal*. Embora analiticamente distintas, estas formas de identidade estão intimamente relacionadas. Por identidade social entendem-se as características que os outros atribuem a um indivíduo. Estas podem ser vistas como marcadores que indicam, de um modo geral, quem essa pessoa *é*. Ao mesmo tempo, posicionam essa pessoa em relação a outros indivíduos com quem partilha os mesmos atributos. Estudante, mãe, advogado, católico, sem-abrigo, asiático, disléxico, casado, etc., são exemplos de identidades sociais. Muitos indivíduos têm identidades sociais que abrangem mais do que um atributo. Uma pessoa pode simultaneamente ser mãe, engenheira, muçulmana e vereadora. O facto de se ter múltiplas identidades sociais reflecte as muitas dimensões da vida de uma pessoa. Embora esta pluralidade de identidades sociais possa constituir uma fonte potencial de conflitos, a maioria das pessoas organiza o sentido e a experiência das suas vidas à volta de uma identidade principal que é relativamente contínua no tempo e no espaço.

As identidades sociais implicam, então, uma dimensão colectiva, estabelecendo as formas pelas

A decoração corporal pode ser uma importante manifestação de identidade própria e ao mesmo tempo um marcador de uma identidade social passível de ser reconhecida pelos outros.

quais os indivíduos se «assemelham» uns aos outros. As identidades partilhadas – decorrentes de um conjunto de objectivos, valores e experiências comuns – podem constituir um importante ponto de partida para movimentos sociais. Feministas, ambientalistas, sindicalistas, fundamentalistas religiosos e/ou nacionalistas são exemplos de casos em que uma identidade social comum é construída como uma fonte importante de sentido.

Se as identidades sociais estabelecem as formas pelas quais os indivíduos são semelhantes a outros, a **identidade pessoal** distingue-nos enquanto indivíduos. Este tipo de identidade diz respeito ao processo de desenvolvimento pessoal através do qual formulamos uma noção intrínseca de nós próprios e do relacionamento com o mundo à nossa volta. A noção de identidade pessoal deriva em grande medida da obra dos interaccionistas simbólicos. A negociação constante do indivíduo com o mundo que o rodeia ajuda a criar e moldar a sua noção de identidade. O processo de interacção entre o eu e a sociedade contribui para ligar o mundo pessoal e o mundo público. Embora o contexto cultural e social seja um factor que dá forma à identidade pessoal, a agência e a escolha individual são de importância central.

Ao abordar as mudanças da identidade pessoal das sociedades tradicionais até às modernas, pode perceber-se um afastamento dos factores invariáveis e herdados que antigamente determinavam a formação da identidade. Se antes a identidade das pessoas era em grande medida determinada pela sua pertença a grupos sociais vastos, delimitados pela classe ou nacionalidade, hoje em dia a identidade é mais multifacetada e instável. Os processos de crescimento urbano, a industrialização e o colapso das antigas formações sociais enfraqueceram o impacto das convenções e regras herdadas. Os indivíduos passaram a ter mais mobilidade social e geográfica, facto que libertou as pessoas das comunidades unitárias e relativamente homogéneas do passado onde os padrões eram transmitidos de uma forma rígida de geração em geração. Es..... nç..... sp..ç.. pa... qu... t..... s... sentido, como o género ou a orientação sexual, desempenhassem um papel mais importante na noção de identidade das pessoas.

No mundo actual, temos a oportunidade sem precedentes para decidir a nossa vida e criar a nossa própria identidade. Somos o nosso melhor recurso na definição de quem somos, de onde vimos e para onde vamos. Agora que os sinais tradicionais se tornaram menos determinantes, o mundo social confronta-nos com um estonteante leque de escolhas acerca de quem devemos ser, como viver e o que fazer – sem oferecer grandes orientações acerca das selecções a fazer. As decisões que tomamos no quotidiano – acerca do que vestir, como agir ou como ocupar o tempo – ajudam-nos a tornar-nos quem somos. O mundo moderno força-nos a descobrir-nos a nós próprios. Como seres humanos cientes e auto-conscientes, criamos e recriamos as nossas identidades a todo o momento.

Tipos de sociedade

Os traços culturais estão intimamente relacionados com os padrões gerais de desenvolvimento da sociedade. O nível de cultura material que determinada sociedade atinge influencia, mas de maneira nenhuma determina completamente, outros aspectos de

desenvolvimento cultural. Tal pode ser facilmente verificável, por exemplo, no que diz respeito ao nível de tecnologia: muitas das características culturais da vida moderna – carros, telefones, computadores, água corrente, luz eléctrica – dependem de inovações tecnológicas que surgiram muito recentemente em termos de história humana. Algo de parecido se pode aplicar às fases anteriores de desenvolvimento social. Antes da invenção da fundição do metal, por exemplo, os bens eram forçosamente feitos de materiais que existiam na natureza, como a madeira ou a pedra – uma limitação básica no tipo de bens que podiam ser produzidos. O desenvolvimento da escrita é outro dos factores que mais influenciaram a configuração das sociedades humanas. Durante a maior parte da história humana desconheceu-se a escrita, no entanto; a sua emergência tornou possível formas de organização social diferentes daquelas que existiam anteriormente.

Passamos agora a analisar os principais tipos de sociedade que existiram no passado e que ainda se podem encontrar hoje em dia no mundo. Nos dias de hoje, estamos habituados a sociedades com muitos milhões de pessoas, muitas delas vivendo aglomeradas em áreas urbanas. Mas durante a maior parte da história do homem, o mundo teve sempre uma densidade populacional muito menor do que hoje, e só na última centena de anos, mais ou menos, apareceram sociedades em que a maioria da população era constituída por habitantes urbanos. Tem de se recorrer à dimensão histórica da imaginação sociológica para se entenderem as formas sociais anteriores à industrialização moderna.

O mundo em extinção: as sociedades pré-modernas e o seu destino

Caçadores recolectores

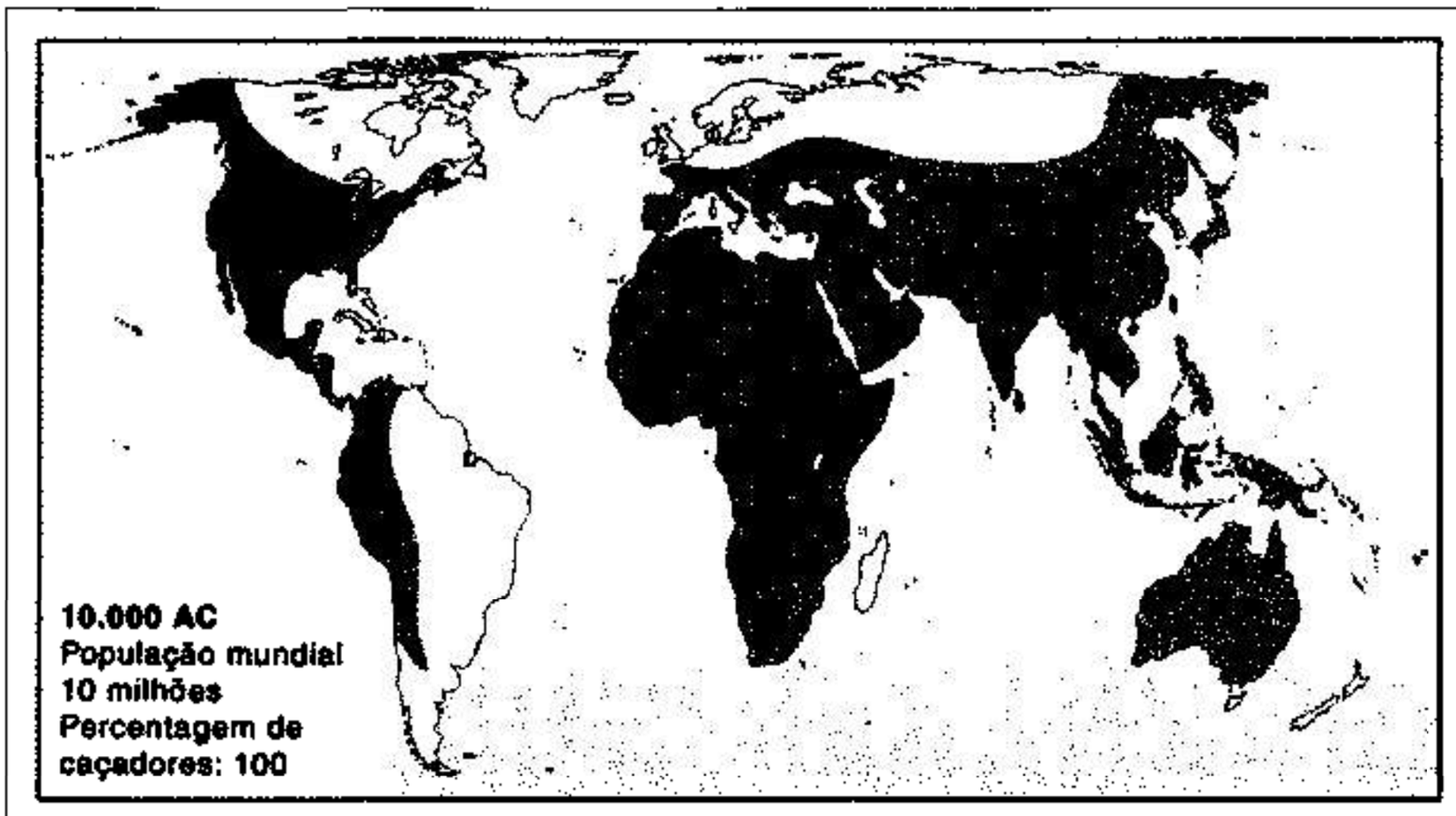
Durante a maior parte da nossa existência na Terra, os seres humanos viveram em sociedades de caçadores recolectores, que retiravam o seu sustento da caça, pesca e recolecção de plantas silvestres comestíveis. Este tipo de culturas continua a existir em algumas partes do mundo, como em certas terras áridas africanas e nas florestas do Brasil e da Nova Guiné. A maioria das sociedades de caçadores recolectores, contudo, foi destruída ou assimilada pela expansão da civilização ocidental, e não é de todo provável que as que ainda persistem se mantenham intactas por muito mais tempo. Actualmente, o número de pessoas no mundo que retira o seu sustento através da caça e recolecção é inferior a um quarto de milhão – apenas 0.001 % da população mundial.

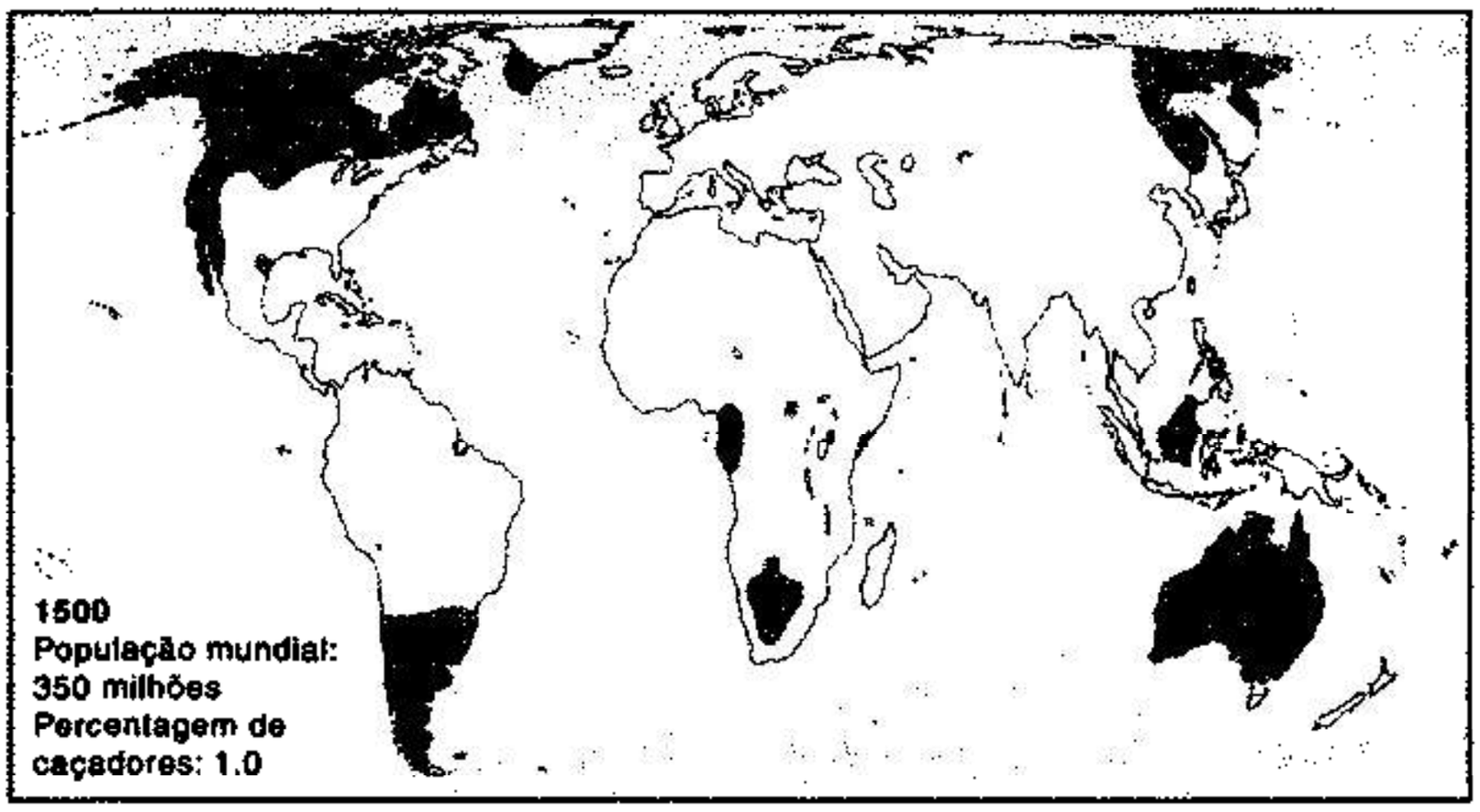
Em comparação com sociedades maiores – especialmente sociedades modernas, como a Grã-Bretanha ou os Estados Unidos da América –, encontramos poucas desigualdades no seio da maioria dos grupos de caçadores recolectores, que pouco interesse têm em incrementar a riqueza material para além do necessário para as suas necessidades básicas. As suas principais preocupações, por norma, prendem-se com valores religiosos, actividades rituais e cerimoniais. Os bens materiais de que necessitam limitam-se a armas para caçar, ferramentas para cavar e construir, armadilhas, e utensílios para cozinhar. Há, assim, no que diz respeito ao número ou quantidade de posses materiais, poucas diferenças entre os membros deste tipo de sociedade – não há divisões entre ricos e pobres. As diferenças de posição e hierarquia tendem a estar limitadas à idade e ao sexo; os homens são quase sempre os caçadores, enquanto as mulheres colhem os frutos silvestres, cozinham e tomam conta das crianças. No entanto, a divisão de trabalho entre homens e mulheres é muito importante: os homens tendem a dominar as posições públicas e cerimoniais.

Os caçadores recolectores não são simplesmente povos «primitivos» cujos modos de vida já não nos interessam. Estudar as suas culturas permite-nos ver com mais clareza que algumas das nossas instituições estão longe de ser fenómenos «naturais» da vida humana. Não devemos, por certo, idealizar as circunstâncias em que os caçadores recolectores viveram, mas, de qualquer forma, a ausência de guerra e de desigualdades significativas de riqueza e poder, e uma maior ênfase na cooperação do que na competição, impedem que esqueçamos que o mundo criado pela civilização industrial moderna não pode ser necessariamente identificado com «progresso».

Sociedades pastoris e agrárias

Há cerca de vinte mil anos, alguns grupos de caçadores recolectores passaram a fomentar a criação de animais domésticos e o cultivo de pequenas porções de determinados terrenos como forma de subsistên-





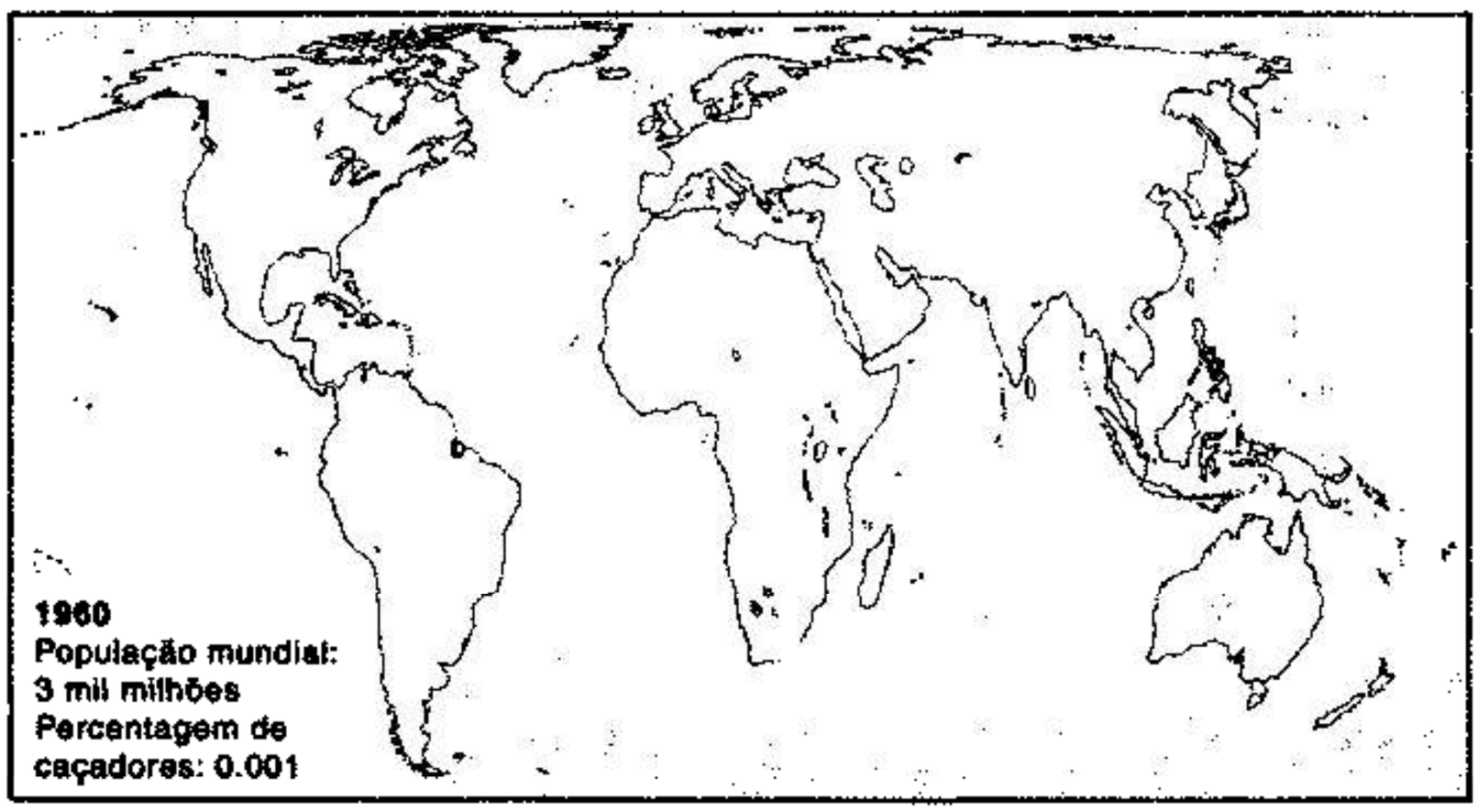


Figura 2.1 O declínio das sociedades de caçadores recolectores
Fonte: Lee, R.B. & De Vore, I. (Eds.) – *Man the Hunter*, Aldine Press, 1968.

cia. As sociedades pastoris vivem sobretudo dos seus rebanhos, enquanto as sociedades agrárias cultivam plantas (praticam agricultura). Muitas sociedades tiveram uma economia mista: pastorícia e agricultura.

Os membros das sociedades pastoris criam vacas, ovelhas, cabras, camelos ou cavalos, dependendo do meio ambiente onde vivem. Há ainda muitas sociedades pastoris no mundo ocidental, concentradas especialmente em certas áreas de África, do Médio Oriente e da Ásia Central. Estas sociedades encontram-se normalmente em regiões com densos pastos, desertos, ou montanhas. Estas regiões não são adequadas a uma agricultura fértil, mas mantêm bem várias espécies de gado. As sociedades pastoris migram habitualmente entre diferentes áreas, de acordo com as mudanças de estação. Dados os seus hábitos nómadas, os membros das sociedades pastoris geralmente não acumulam muitos bens materiais, embora o seu modo de vida seja, em termos materiais, mais complexo do que o dos povos de caçadores recolectores.

A dada altura, os grupos de caçadores recolectores começaram a semear as suas colheitas, em vez de se limitarem a recolher plantas silvestres. Esta prática deu origem ao que é geralmente designado por «horticultura», o cultivo de pequenas hortas com recurso a simples enxadas ou instrumentos de cavar. Tal como a pastorícia, a horticultura forneceu uma provisão de comida mais certa do que era possível nas sociedades de caçadores recolectores, pelo que podia sustentar comunidades de maior dimensão. Uma vez que já não andavam de um lado para o outro, as pessoas que viviam da horticultura podiam amealhar uma quantidade maior de bens materiais do que as que viviam em sociedades de caça e recolecção ou em comunidades pastoris.

Civilizações não-industriais ou estados tradicionais

Mais ou menos a partir do ano 6000 A.C. encontramos provas da existência de sociedades com uma dimensão maior do que as que existiam até então, muito diferentes, em determinados aspectos, de formas mais antigas de sociedade (ver figura 2.2). Estas sociedades baseavam-se no desenvolvimento de cidades, apresentando desigualdades muito acentuadas em termos de riqueza e poder, e estavam associa-

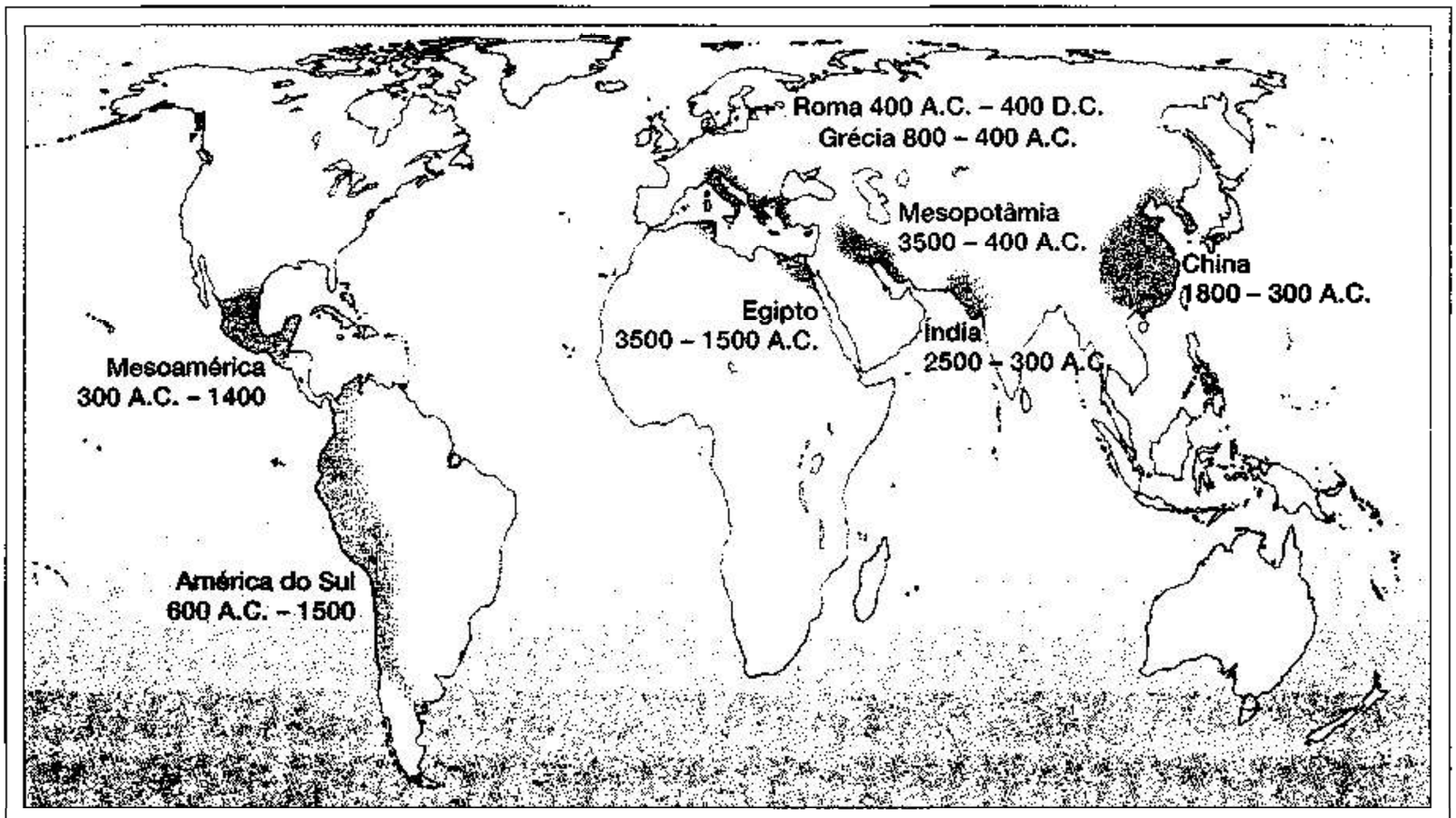


Figura 2.2 Civilizações do passado

Quadro 2.1 Tipos de sociedades humanas pré-modernas

Tipo	Período de Existência	Características
Sociedades de caça e recolecção.	50.000 A.C. até ao presente (à beira do desaparecimento total).	Consistem em pequenos grupos de pessoas que vivem da caça, pesca e recolecção de plantas comestíveis. Poucas desigualdades. Diferenças de estatuto limitadas à idade e sexo.
Sociedades agrárias.	12.000 A.C. até ao presente. A maioria faz hoje parte de instituições políticas maiores e tem as suas identidades próprias em perigo.	Baseadas em pequenas comunidades rurais, sem vilas ou cidades. A subsistência é garantida pela agricultura, muitas vezes com contribuições da caça e recolecção. Maiores desigualdades do que entre os caçadores recolectores. Governadas por chefes.
Sociedades pastoris.	12.000 A.C. até ao presente. Hoje, a maioria faz parte de estados maiores; o seu modo de vida tradicional está a ser, pouco a pouco, destruído.	Dependem da criação de animais domésticos para a sua subsistência material. O tamanho da sua população pode ir de poucas centenas até muitos milhares de pessoas. Marcadas por vincadas desigualdades. Governadas por chefes ou reis guerreiros.
Civilizações não-industriais.	6.000 A.C. até ao século XIX. Todas as civilizações desapareceram.	Baseadas sobretudo na agricultura. Existência de algumas cidades, onde se concentra o comércio e a manufactura. De tamanho muito grande, algumas com milhões de pessoas (embora pequenas, quando comparadas com sociedades industrializadas muito maiores). Aparelho próprio de governação chefiado por um rei ou imperador. Existem importantes desigualdades entre as diferentes classes sociais.

das à governação de reis e imperadores. Na medida em que usavam a escrita e tinham uma ciência e formas de arte evoluídas, são frequentemente designadas como *civilizações*.

As primeiras civilizações desenvolveram-se no Médio Oriente, normalmente em áreas ribeirinhas e férteis. O Império chinês teve as suas origens há cerca de 4000 anos, altura em que também foram fundados outros estados poderosos na região que corresponde à Índia e ao Paquistão dos nossos dias. Um certo número de grandes civilizações existiu no México e na América Latina – como os Aztecas do México, os Maias da península do Jucatan e os Incas do Peru.

A maioria das civilizações tradicionais eram também *impérios*, tendo atingido a dimensão que atingiram através de conquistas e da anexação de outros povos (Kautsky: 1982). Isto aplica-se, por exemplo, a Roma e à China tradicional. No seu apogeu, por volta do século I D.C., as fronteiras do Império Romano iam das Ilhas Britânicas, no noroeste da Europa, até para lá do Médio Oriente. O Império Chinês, que durou mais de dois mil anos, até ao início do século XX, estendia-se pela maior parte da imensa região do Leste da Ásia hoje ocupada pela China moderna.

O mundo moderno: as sociedades industriais

O que terá levado à destruição das formas de sociedade que dominaram o mundo inteiro até há dois séculos atrás? Numa só palavra, a resposta é a *industrialização* – um conceito já discutido no Capítulo 1 («O que é a Sociologia?»). A industrialização pode ser definida como o aparecimento da produção mecanizada, baseada no uso de recursos energéticos inanimados (como o vapor ou a electricidade). As sociedades industriais (por vezes chamadas simplesmente «sociedades modernas» ou «desenvolvidas») são absolutamente diferentes, sob muitos pontos de vista, de qualquer outro tipo de ordem social anterior e o seu desenvolvimento teve consequências que se estenderam muito para além das suas origens europeias.

Mesmo nas formas de civilização tradicional mais avançadas, a maioria das pessoas estava ligada ao trabalho agrícola. O nível relativamente rudimentar de desenvolvimento tecnológico só permitia que uma pequena minoria da população estivesse liberta das obrigações da produção agrícola. Ao contrário, uma característica principal das sociedades industriais actuais é a grande maioria da população activa trabalhar em fábricas, escritórios ou lojas, e não na agricultura (ver Quadro 2.2). Mais de 90% da população vive em cidades, onde se encontram a maior parte dos postos de trabalho e novas oportunidades de emprego são criadas. A dimensão das principais cidades é muito maior do que a dos centros urbanos das civilizações tradicionais. Nas cidades, a vida social torna-se mais impessoal e anónima do que anteriormente, sendo que muitos dos nossos encontros diários e casuais são com estranhos e desconhecidos, e não com pessoas nossas conhecidas. Organizações em grande escala, como empresas ou organismos governamentais, acabam por influenciar a vida de praticamente toda a gente.

Quadro 2.2 Mão-de-obra agrícola em países industrializados e não-industrializados, em 1998

País	Percentagem de mão-de-obra agrícola
Sociedades não-industrializadas	
Nepal	91.1
Ruanda	90.1
Etiópia	88.3
Uganda	82.1
Bangladesh	64.2
Sociedades industrializadas	
Japão	6.2
Austrália	5.0
Alemanha	3.8
Canadá	3.4
Estados Unidos da América	2.8
Reino Unido	2.0

O papel das cidades na nova ordem global é discutido na pág. 593, «Cidades e globalização»

Uma outra característica das sociedades modernas diz respeito aos seus sistemas políticos, muito mais desenvolvidos e intensivos do que as formas de governo dos estados tradicionais. Nas civilizações

tradicionais, as autoridades políticas (monarcas e imperadores) tinham muito pouca influência directa nos hábitos e costumes da maioria dos seus súbditos, que viviam em aldeias razoavelmente auto-suficientes. Com a industrialização, o transporte e as comunicações tornaram-se muito mais rápidos, criando uma comunidade «nacional» mais integrada.

As sociedades industriais foram os primeiros estados-nação, comunidades políticas divididas e delimitadas entre si por meio de fronteiras claras, em vez das vagas áreas de fronteira que separavam habitualmente os estados tradicionais. Nos estados-nação, os governos têm amplos poderes sobre muitos aspectos da vida dos cidadãos, promulgando leis que se aplicam a todos os que vivam no interior das suas fronteiras. A Grã-Bretanha é um estado-nação, como o são praticamente todas as outras sociedades no mundo de hoje.

A tecnologia industrial não foi, de forma alguma, aplicada somente em processos pacíficos de desenvolvimento económico. Desde a fase mais inicial da industrialização, os processos de produção modernos foram colocados ao serviço dos militares, o que veio alterar radicalmente as formas de guerra, criando armamento e formas de organização militar muito mais avançados do que os das culturas não industrializadas. Um poder económico superior, a coesão política e a força militar estão na origem da expansão, aparentemente irreversível, dos modos de vida ocidentais por todo o mundo nos últimos dois séculos.

Desenvolvimento global

Entre o século XVII e o princípio do século XX, os países ocidentais estabeleceram colónias em numerosas áreas anteriormente ocupadas por sociedades tradicionais, fazendo uso, quando necessário, da sua superioridade militar. Embora praticamente todas essas colónias tenham hoje alcançado a sua independência, o processo do colonialismo foi central para a definição do mapa social do globo como hoje o conhecemos. Em algumas regiões, como a América do Norte, a Austrália e a Nova Zelândia, habitadas somente por pequenas comunidades de caça e recolecção, os europeus tornaram-se a maioria da população. Noutras regiões, como na maior parte da Ásia, África e América do Sul, as populações locais mantiveram-se em maioria.

As sociedades do primeiro destes tipos, tal como os Estado Unidos da América, tornaram-se industrializadas. As sociedades do segundo tipo têm um nível de desenvolvimento industrial muito mais reduzido, e são frequentemente apelidadas como sociedades *em vias de desenvolvimento*. Estas sociedades incluem a China, a Índia e a maioria dos países africanos (como a Nigéria, o Gana e a Argélia) e países da América do Sul (como, por exemplo, o Brasil, o Peru e a Venezuela). Em virtude de muitas destas sociedades estarem situadas a sul dos Estados Unidos e da Europa, são por vezes colectivamente referidas como o *Sul*, em oposição ao *Norte*, mais industrializado e rico.

O Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo

Se calhar já ouviu falar destes países em vias de desenvolvimento como sendo parte do Terceiro Mundo. Este termo foi entendido, originalmente, como parte de um contraste estabelecido entre os três principais tipos de sociedade dos princípios do século XX (ver Figura 2.3). Os países do Primeiro Mundo eram (e são) os estados industrializados da Europa, os Estados Unidos da América, a Australásia (Austrália, Nova Zelândia, Tasmânia e Melanésia) e o Japão. Quase todas as sociedades do Primeiro Mundo têm sistemas políticos multipartidários e parlamentares. O Segundo Mundo dizia respeito às antigas sociedades comunistas, à União Soviética (URSS) e à Europa de Leste, que incluíam a Checoslováquia, a Polónia, a Alemanha de Leste e a Hungria. As sociedades do Segundo Mundo tinham economias de planificação centralizada que apenas concediam um pequeno papel à propriedade privada ou à actividade empresarial competitiva. Eram igualmente estados de partido único: o Partido Comunista dominava tanto o sistema político como o económico. Seguindo os ensinamentos de Marx (ver capítulo 1), os líderes comunistas acreditavam que o sistema de produção de propriedade colectiva tornar-se-ia mais próspero do que o sistema de mercado livre do Ocidente.

Por um período de aproximadamente setenta e cinco anos, a história mundial viveu uma rivalidade global entre, por um lado, a União Soviética e os países da Europa de Leste e, por outro, as sociedades capitalistas do Ocidente e o Japão. Esta situação de permanente confronto armado ficou conhecida como

Guerra Fria, pois os dois lados não se envolveram directamente em batalhas. Era uma espécie de impasse militar, com cada um dos lados constantemente preparado para entrar em guerra, sem que isso tivesse acontecido de facto. Hoje, essa rivalidade já não existe. Com o fim da Guerra Fria e a desintegração do Comunismo na antiga União Soviética e na Europa de Leste, o Segundo Mundo desapareceu por completo (ver Capítulo 14, «Governação e Política»). A Rússia e as outras antigas sociedades do Segundo Mundo sofrem hoje em dia processos de mudança para um sistema competitivo de mercado como o do Ocidente. De igual modo, procuram construir também instituições políticas democráticas de modelo ocidental.

O Mundo em vias de desenvolvimento

Muitas sociedades em vias de desenvolvimento estão situadas em áreas que estiveram sob a dominação colonial na Ásia, na África e na América do Sul. Algumas colónias alcançaram a sua independência cedo, como o Haiti, que, em Janeiro de 1804, se tornou a primeira república negra autónoma. As colónias espanholas na América do Sul conquistaram a liberdade em 1810, enquanto o Brasil se libertou do domínio português em 1822. No entanto, foi só depois da Segunda Guerra Mundial que a maioria das nações em vias de desenvolvimento se transformou em estados independentes, muitas vezes na sequência de sangrentas lutas anti-colonialistas. Os casos da Índia e de vários outros países asiáticos (como a Birmânia, a Malásia e Singapura), e de países africanos (incluindo, por exemplo, o Quénia, a Nigéria, o Zaire, a Tanzânia e a Argélia) são disso um bom exemplo.

Embora os países de Terceiro Mundo possam englobar pessoas com um modo de vida tradicional, são, no entanto, muito diferentes de formas anteriores de sociedades tradicionais. Os seus sistemas políticos seguem um modelo de sociedade ocidental – isto é, são estados-nação. Embora a maioria da população viva ainda em áreas rurais, muitas destas sociedades passam por um processo de rápido desenvolvimento urbano. Embora a agricultura permaneça a principal actividade económica, hoje em dia as colheitas são produzidas para serem vendidas no mercado mundial, e não para consumo interno. Os países em vias de desenvolvimento não são simplesmente sociedades que se deixaram atrasar em relação às regiões mais industrializadas. São, em grande parte, o resultado do contacto com a industrialização ocidental, que minou os sistemas tradicionais anteriores.

Feito um balanço, pode dizer-se que as condições de vida nos países mais pobres se deterioraram nos últimos anos. Segundo estimativas, no início do século XXI havia 1.2 mil milhões de pessoas a viver em condições de pobreza extrema, sendo que destes a vasta maioria vivia nos países em vias de desenvolvimento. Cerca de 3 mil milhões de pessoas – quase metade da população mundial – vive com menos de dois euros por dia. A pobreza mundial concentra-se especialmente no leste e sul da Ásia (ver figura 2.4), em África e na América Latina, não obstante algumas diferenças significativas entre estas regiões. Os níveis de pobreza na região do leste da Ásia e Pacífico, por exemplo, decresceram na última década, ao passo que aumentaram nos países africanos abaixo do deserto do Saara. De 1987 a 1998, o número de pessoas a viver com menos de um euro por dia aumentou de 220 para 290 milhões (Banco Mundial 2000).

Verificou-se igualmente um aumento significativo da pobreza em certas partes do sul da Ásia, da América Latina e das Caraíbas. Muitos dos países mais pobres do mundo debatem-se com um problema enorme em termos de dívida. Muitas vezes, o pagamento de juros aos países credores é igual ao total do investimento governamental na saúde, na segurança social e na educação.

Os países recém-industrializados

O mundo em vias de desenvolvimento não é homogéneo. Embora a maioria dos países em vias de desenvolvimento se encontre economicamente bem atrás das sociedades ocidentais, alguns iniciaram com sucesso processos de industrialização. Estes países, por vezes chamados países recém-industrializados, incluem o Brasil e o México na América do Sul, Hong-Kong, a Coreia do Sul, Singapura e a Formosa no Leste Asiático. As taxas de crescimento económico nos países em vias de industrialização com mais sucesso são várias vezes superiores às das economias industriais do Ocidente. Nalguns casos, países recém-industrializados atingiram níveis de rendimen-

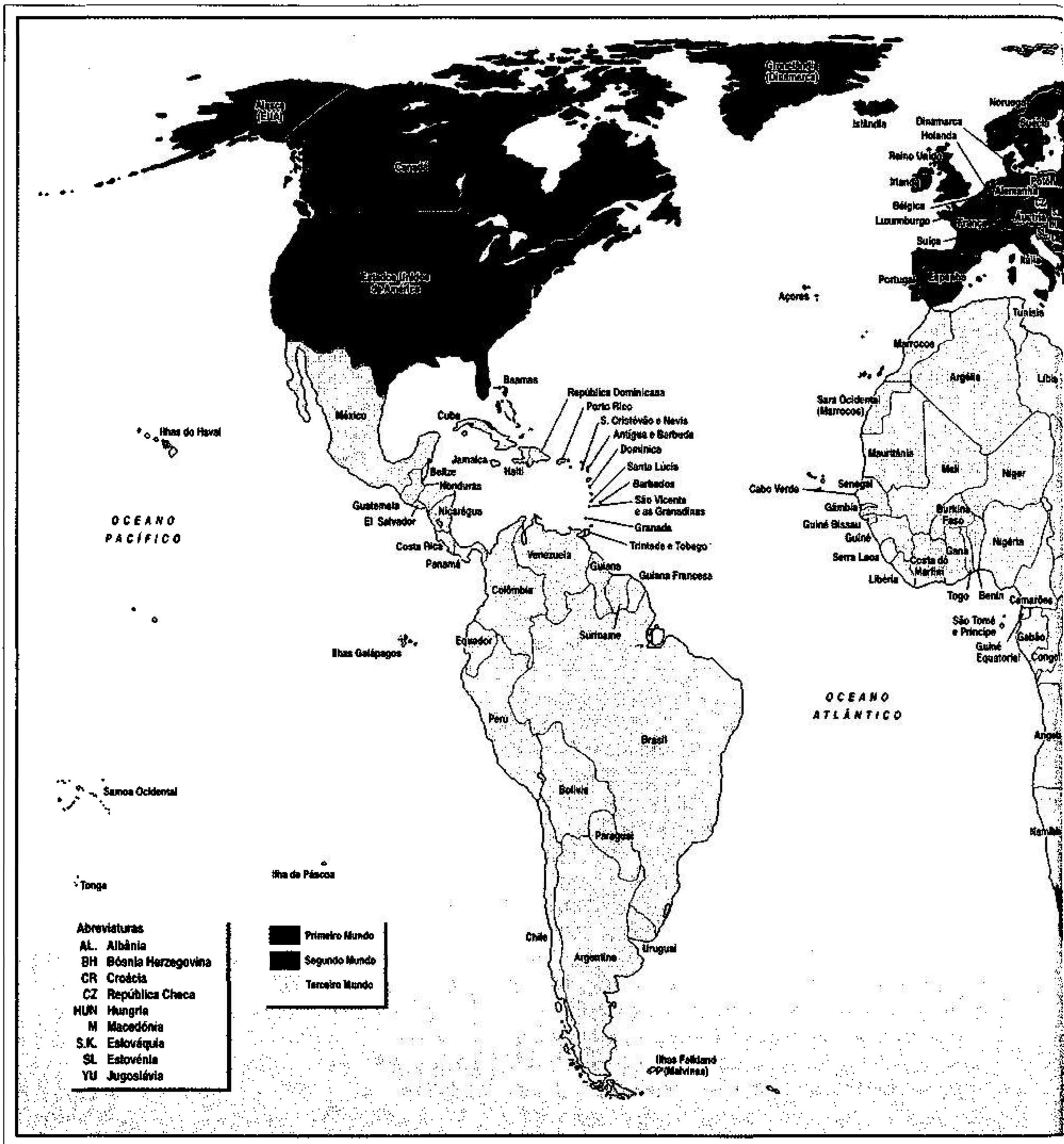
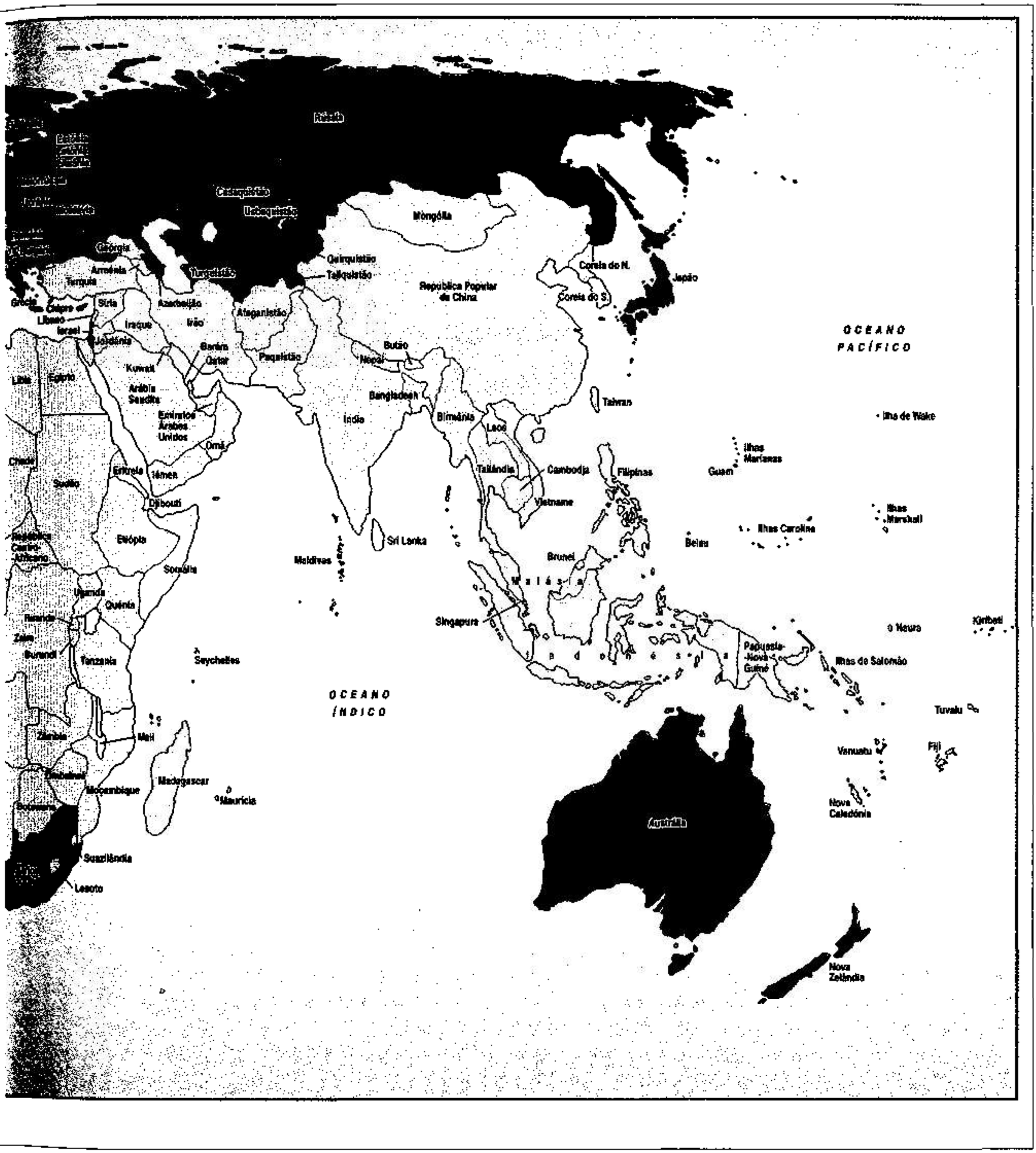


Figura 2.3 Os três mundos


Rússia
Cazaquistão
Uzbequistão
Mongólia
Geórgia
Arménia
Turquia
Turquemenistão
Quirguistão
Tajiquistão
República Popular da China
Coreia do N.
Coreia do S.
Japão
Grécia
Chipre
Síria
Líbano
Israel
Jordânia
Azerbaijão
Irão
Iraque
Afeganistão
Paquistão
Butão
Nepal
Bahrein
Qatar
Kuwait
Arábia Saudita
Líbia
Egipto
Emiratos Árabes Unidos
Omã
Bangladesh
Índia
Birmânia
Laos
Taiwan
Tailândia
Camboja
Filipinas
Vietname
Ilhas Marianas
Guam
Ilha de Wake
Ilhas Carolina
Ilhas Marshall
Belau
Brunel
Sri Lanka
Maldivas
Singapura
Chade
Sudão
Eritreia
Iémen
Djibouti
Etiópia
Somália
Uganda
Quénia
Ruanda
Zaire
Burundi
Tanzania
Seychelles
Zâmbia
Malawi
Moçambique
Madagascar
Maurícia
Zimbabué
Botsuana
Suazilândia
Lesoto
OCEANO ÍNDICO
OCEANO PACÍFICO
Malásia
Indonésia
Papuásia-Nova Guiné
Ilhas de Salomão
Nauru
Kiribati
Tuvalu
Vanuatu
Fiji
Nova Caledónia
Austrália
Nova Zelândia

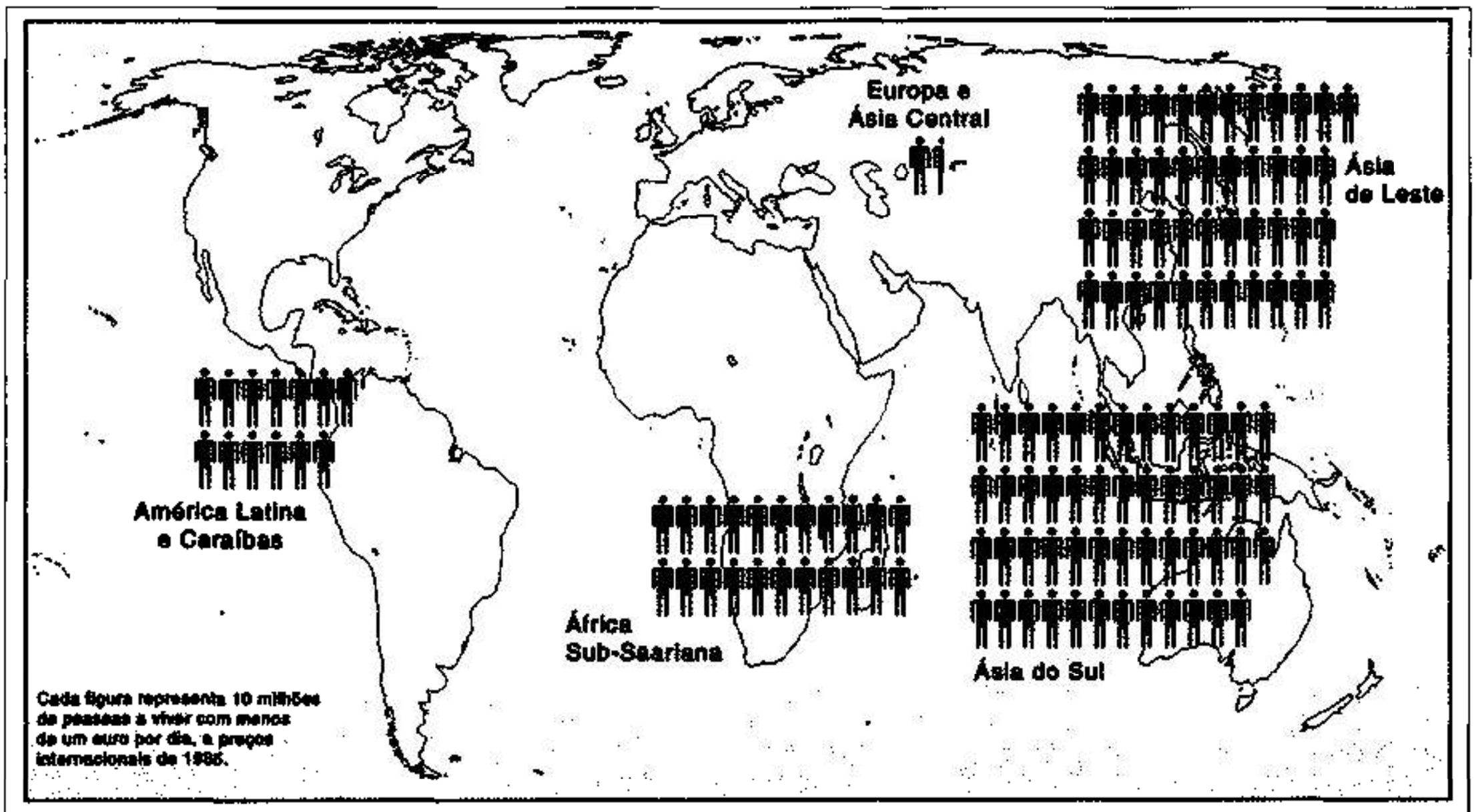


Figura 2.4 A pobreza por regiões em vias de desenvolvimento

Fonte: Banco Mundial, *World Development Report 1998-9*, Oxford University Press, p. 118.

to *per capita* praticamente iguais aos dos países desenvolvidos mais pobres.

Até ao final da década de 90, os países do Leste Asiático recém-industrializados ostentaram os melhores níveis de crescimento económico sustentado. A exportação de produtos manufacturados, em especial para os países industrializados, contribuiu para um rápido crescimento económico nos chamados «tigres asiáticos». Estes países caracterizaram-se igualmente pelos altos níveis de investimento, tanto no plano interno como no externo. A produção de aço da Coreia do Sul cresceu rapidamente e as suas indústrias electrónica e de construção naval estão ao nível das melhores do mundo. Singapura emergiu como o principal centro financeiro e comercial do sudeste asiático. A Formosa assumiu-se como uma referência na indústria electrónica e em outras manufacturas.

Nos anos de 1997 e 1998, as economias do leste asiático foram desestablilizadas quando surgiu uma crise financeira global que se generalizou, rápida e intensamente, na região e para lá dela. Apesar deste contratempo, o desenvolvimento económico nos países recém-industrializados do leste da Ásia levou a um aumento da qualidade de vida de milhões de pessoas na região. Os níveis de pobreza e as taxas de mortalidade infantil decresceram, enquanto a esperança média de vida aumentou.

O desenvolvimento das economias da Ásia e da América Latina parece não estar relacionado com a vida das pessoas na Grã-Bretanha, Estados Unidos da América ou outros países industrializados. Mas isso não é de modo nenhum verdade. As nações fazem hoje parte de uma economia global, pelo que factos que ocorram numa qualquer parte do mundo fazem sentir os seus efeitos e consequências a nível mundial. O crescimento da indústria do aço na região leste asiática, por exemplo, afectou directamente a Grã-Bretanha, cuja quota na produção mundial de aço decresceu significativamente nas últimas três décadas. De igual forma, a recente crise financeira que despontou no leste da Ásia tornou os mercados financeiros do mundo inteiro mais voláteis, desestabilizando economias aparentemente sólidas. Por últi-

Quadro 2.3 Tipos de sociedades humanas modernas

Tipo	Período de Existência	Características
Sociedades do Primeiro Mundo.	Do século XVIII ao presente.	Baseadas na produção industrial e, de uma forma geral, na iniciativa privada. A maioria da população vive nas cidades e pouca gente trabalha na agricultura. Grandes desigualdades entre classes, embora menos acentuadas do que nos estados tradicionais. Diferentes comunidades políticas ou estados-nação, incluindo as nações do Ocidente, o Japão, a Austrália e a Nova Zelândia.
Sociedades do Segundo Mundo.	Dos princípios do século XX (depois da Revolução Russa de 1917) ao início da década de 90 desse século.	Baseadas na indústria, mas com um sistema económico centralizado e estatal. Apenas uma pequena parte da população trabalha na agricultura; a maioria vive nas cidades. Persistência de importantes desigualdades entre classes sociais. Diferentes comunidades políticas ou estados-nação. Até 1989, compostas pela Rússia e Europa de Leste, mas as mudanças sociais e políticas transformaram-nas em sistemas de mercado livre, tornando-se assim sociedades do Primeiro Mundo.
Sociedades do Terceiro Mundo.	Do século XVIII (a maioria, territórios colonizados) ao presente.	A maioria da população trabalha na agricultura, utilizando métodos tradicionais de produção. Parte do produto agrícola é vendido em mercados mundiais. Alguns têm sistemas de mercado livre, outros de planificação centralizada. Comunidades políticas distintas ou estados-nação em que se incluem a China, a Índia e a maioria da África e da América do Sul.
Países recém-industrializados	Da década de 70 do século XX ao presente.	Antigas sociedades do Terceiro Mundo, na actualidade assentes na produção industrial e geralmente na livre iniciativa. A maioria da população vive em cidades, alguns ainda trabalham na agricultura. Fortes desigualdades de classe, mais pronunciadas do que nas sociedades do Primeiro Mundo. O rendimento médio *per capita* é consideravelmente menor do que nas sociedades do Primeiro Mundo. Incluem-se aqui Hong-Kong, a Coreia do Sul, Singapura, Taiwan, o Brasil e o México.

mo, o crescimento dos países recém-industrializados está a modificar a já mencionada divisão tradicional entre «Norte» e «Sul». As relações políticas e económicas deixaram de poder ser classificadas de acordo com um modelo simples de países de «Primeiro» e «Terceiro Mundo». Os processos de globalização, que serão analisados com mais detalhe no capítulo 3 («Um Mundo em Mudança»), traduzem-se numa configuração de poder e privilégio muito mais complexa do que a que existia há um século atrás.

Mudança Social

Os seres humanos habitam a Terra há cerca de meio milhão de anos. A agricultura, a base necessária à fixação de aglomerados, tem apenas doze mil anos. As civilizações remontam no máximo a seis mil anos atrás. Se se comparar a completa existência humana a um dia, a agricultura teria surgido às 23:56 e as civilizações às 23:57. O desenvolvimento das sociedades modernas dar-se-ia apenas às 23:59 e 30 segundos! No entanto, é possível que se tenham dado tantas mudanças nos últimos trinta segundos deste «dia de história humana» como no tempo precedente restante.

Como se viu, os modos de vida e as instituições sociais características do mundo moderno são radicalmente diferentes mesmo das do passado recente. No espaço de apenas dois ou três séculos – um período curtíssimo no contexto da história humana – a vida social dos homens afastou-se radicalmente do tipo de ordem social em que as pessoas viveram durante milhares de anos. Como é que os sociólogos explicam o processo de mudança que transformou o modo de vida humano? No que resta do capítulo, procederemos a uma análise das tentativas de interpretar os padrões de mudança que influenciaram a história humana. Depois trataremos de entender por que razão associamos o período moderno a essa mudança social tão rápida e profunda.

É difícil definir mudança social, pois, em determinado sentido, tudo muda constantemente. Cada dia é um novo dia, cada momento um novo instante de tempo. Segundo o filósofo grego Heraclito, uma pessoa não passa o mesmo rio duas vezes. A segunda vez que essa pessoa o tentar fazer, já o rio é diferente, na medida em que a água seguiu com a corrente e a própria pessoa também mudou de forma quase imperceptível. Embora esta afirmação esteja, de certa forma, correcta, o que queremos normalmente dizer é que se trata do mesmo rio e da mesma pessoa que o atravessa em duas ocasiões. Há uma suficiente continuidade na forma do rio e na personalidade e aspecto físico da pessoa para poder afirmar que tanto o rio como a pessoa permanecem «os mesmos», apesar das mudanças que ocorrem.

Identificar mudanças importantes implica mostrar a extensão das alterações na *estrutura subjacente* de um objecto ou situação durante um certo período de tempo. No que diz respeito às sociedades humanas, para decidir até que ponto e de que modo um sistema se encontra num processo de mudança, nós temos de mostrar em que grau se dá qualquer tipo de modificação nas *instituições básicas* durante um período específico de tempo. Qualquer explicação da mudança implica igualmente apontar o que permanece estável, como uma base de comparação que permite medir as alterações. Mesmo no mundo frenético de hoje em dia há continuidades com o passado mais distante. Os principais sistemas religiosos, por exemplo, como o Cristianismo ou o Islamismo, permanecem relacionados com ideias e práticas iniciadas há cerca de dois mil anos atrás. No entanto, a maioria das instituições das sociedades modernas mudam claramente de forma muito mais rápida do que as instituições do mundo tradicional.

Influências na mudança social

Ao longo dos últimos dois séculos, os teóricos sociais tentaram desenvolver uma teoria geral que explicasse a natureza da mudança social. Acontece que nenhuma teoria isoladamente consegue explicar a diversidade do desenvolvimento social humano, das sociedades de caçadores recolectores e sociedades pastoris até aos actuais e complexos sistemas sociais, passando pelas civilizações tradicionais. Podemos, no entanto, identificar três factores principais que têm influenciado consistentemente a mudança social: o meio ambiente, a organização política e os factores culturais.

O meio ambiente

O ambiente físico exerce muitas vezes uma influência no desenvolvimento da organização social huma-

na. Tal pode constatar-se melhor nas condições ambientais mais extremas, em que as pessoas têm de organizar o seu modo de vida de acordo com as condições meteorológicas. Os habitantes das regiões polares desenvolvem necessariamente hábitos e práticas diferentes dos daqueles que habitam em regiões subtropicais. Os habitantes do Alasca, onde os Invernos são longos e gélidos, tendem a seguir padrões de vida social diferentes dos daqueles que habitam em países mediterrâneos, onde a temperatura média é muito mais elevada. Os primeiros passam a maior parte da sua vida no interior das casas e, excepto num curto período do Verão, planeiam as actividades ao ar livre com muito cuidado, dado que o meio ambiente é completamente inóspito.

Condições físicas menos extremas podem igualmente afectar a sociedade. A população nativa da Austrália nunca abandonou a caça e a recolecção, pois o continente continha pouquíssimas plantas que permitissem um cultivo regular ou animais que pudessem ser domesticados de modo a desenvolver a pastorícia. A maioria das civilizações mundiais mais antigas teve origem em áreas que continham terras valiosas do ponto de vista agrícola – como deltas de rios, por exemplo. Meios de comunicação terrestre de acesso fácil e rotas marítimas disponíveis são igualmente importantes: as sociedades separadas de outras por cadeias montanhosas, selvas impenetráveis ou desertos permanecem com frequência relativamente imutáveis durante longos períodos de tempo.

Não obstante, a influência directa do meio ambiente sobre as mudanças sociais não é muito significativa. As pessoas muitas vezes arranjam maneira de desenvolver uma considerável riqueza produtiva em áreas relativamente inóspitas. Isto passa-se, por exemplo, no Alasca, onde os habitantes, apesar da dura natureza da região, conseguiram explorar petróleo e recursos minerais. Em contrapartida, houve caçadores recolectores que viveram muitas vezes em regiões extremamente férteis sem que se tivessem envolvido na produção agrícola ou na pastorícia.

Organização política

Um segundo factor que influencia fortemente a mudança social é o tipo de organização política. Nas sociedades de caçadores recolectores esta influência é mínima, dado que não existe uma autoridade política com capacidade para mobilizar a comunidade. No entanto, em todos os outros tipos de sociedade a existência de agências políticas próprias – chefes, senhores, reis e governos – afecta fortemente o rumo que determinada sociedade toma. Ao contrário do que Marx acreditava, os sistemas políticos não são expressão directa da organização económica subjacente: tipos de ordem política muito diferentes podem existir em sociedades com o mesmo sistema de produção. Algumas sociedades assentes no capitalismo industrial, por exemplo, tiveram sistemas políticos autoritários (como a Alemanha nazi ou o regime de apartheid da África do Sul), enquanto outras são muito mais democráticas (como os Estados Unidos da América, a Grã-Bretanha ou a Suécia).

O poder militar desempenhou um papel fundamental no estabelecimento da maioria dos estados tradicionais, tendo influenciado de igual forma a sua sobrevivência ou expansão subsequentes. Mas, mais uma vez, a relação entre o nível de produção e o poderio militar não é linear. Um governante pode escolher canalizar recursos para questões militares, ainda que isso empobreça a maioria dos restantes habitantes – como aconteceu na Coreia do Norte no tempo do Kim Il Sung e do seu filho, Kim Jong Il.

Factores culturais

A terceira influência principal em termos de mudança social reside nos factores culturais, em que se incluem os efeitos da religião, dos sistemas de comunicação e da liderança. A religião tanto pode ser uma força conservadora como uma força de inovação na vida social (ver capítulo 17, «Religião»). Algumas crenças e práticas religiosas constituíram um obstáculo à mudança, enfatizando sobretudo a necessidade de submissão a rituais e valores tradicionais. No entanto, como Marx Weber salientou, as convicções religiosas desempenham frequentemente um papel de mobilização no sentido da mudança social.

Uma influência cultural particularmente importante que afecta o carácter e o ritmo da mudança é a natureza dos sistemas de comunicação. A invenção da escrita, por exemplo, permitiu o armazenamento de registos, tornando possível um maior controlo sobre os recursos materiais e o desenvolvimento de organizações em larga escala. Para além do mais, a escrita alterou a percepção que os indivíduos têm

acerca da relação entre o passado, o presente e o futuro. As sociedades que dominam a escrita mantêm um registo de acontecimentos passados e sabem situar-se na história. Entender a história pode permitir desenvolver uma noção da evolução geral ou da linha de desenvolvimento seguida por determinada sociedade, pelo que as pessoas podem então procurar promovê-la ainda mais de uma forma intencional.

A *liderança* faz parte do conjunto geral de factores culturais. Alguns líderes individuais têm tido uma enorme influência na história mundial. Basta pensar nas grandes figuras religiosas (como Jesus), nos líderes políticos e militares (como Júlio César), nos cientistas e filósofos pioneiros (como Isaac Newton), para perceber que assim é. Um líder capaz de prosseguir políticas dinâmicas, de gerar a adesão das massas, e alterar de forma radical modos de pensamento anteriores, pode inverter uma determinada ordem preestabelecida.

No entanto, os indivíduos só conseguem alcançar posições de liderança e tornarem-se eficazes se existirem as necessárias condições sociais. Adolf Hitler, por exemplo, conseguiu tomar o poder na Alemanha na década de trinta do século XX em virtude das crises e tensões que na altura assolavam o país. Se não se tivessem verificado essas circunstâncias, provavelmente não teria passado de uma figura obscura de uma facção política minoritária. O mesmo se aplica a Mahatma Gandhi, o famoso líder pacifista da Índia do pós-guerra, que conseguiu assegurar a independência do país do Império Britânico, muito por causa dos efeitos da II Guerra Mundial e de outros acontecimentos que agitaram as instituições coloniais que existiam na Índia.

A mudança no período moderno

Que explicações haverá para que nos últimos dois séculos, o período da modernidade, se tenha assistido a uma tremenda aceleração no ritmo da mudança social? Esta é uma questão complexa, mas não é difícil apontar alguns dos factores responsáveis. Podemos, sem surpresa, classificá-los de modo similar aos factores que influenciaram a mudança social através da história, ainda que devamos subordinar o impacto do meio ambiente ao âmbito global da importância dos factores económicos.

Influências económicas

A indústria moderna é fundamentalmente diferente da dos sistemas de produção anteriores, na medida em que implica a expansão contínua da produção e uma acumulação crescente da riqueza. Nos sistemas tradicionais, os níveis de produção eram relativamente estáticos, dado limitarem-se à satisfação das necessidades habituais e costumeiras. O capitalismo promove a inovação constante dos meios tecnológicos de produção, um processo em que é tida em conta de modo crescente a ciência. A taxa de inovação tecnológica promovida pela indústria moderna é muito superior à de qualquer outro tipo anterior de ordem económica.

O impacto da ciência e da tecnologia no modo como vivemos pode, em grande medida, ser determinado por factores económicos, mas não se limita à esfera económica. A ciência e a tecnologia tanto influenciam como são influenciadas por factores políticos e culturais. O desenvolvimento científico e tecnológico, por exemplo, ajudou a criar as formas de comunicação modernas, como a rádio, a televisão, os telemóveis e a Internet. Nos últimos anos, estas formas electrónicas de comunicação produziram mudanças na esfera política (ver capítulo 14, «Governo e Política»). O recurso a meios de comunicação electrónicos, como a televisão e a Internet, acabou por influenciar o modo como consideramos e concebemos o mundo à nossa volta.

Influências políticas

O segundo grande tipo de influências na mudança no período moderno consiste em factores políticos. A luta das nações para expandir o seu poder, aumentar a sua riqueza e triunfar militarmente sobre os seus competidores tem sido, nos últimos dois ou três séculos, uma potente fonte de mudança. Nas civilizações tradicionais, a mudança política estava confinada às elites. Acontecia, por exemplo, uma família aristocrata substituir outra no poder, enquanto a vida da maioria da população continuava relativamente na mesma. O mesmo não se aplica aos sistemas políticos modernos, onde as acções dos líderes políticos e dos dirigentes governamentais nunca deixam de afectar a vida da esmagadora maioria da população. Tanto no plano interno como no externo, a decisão política

promove e orienta a mudança social muito mais do que acontecia antigamente.

A evolução política dos últimos dois ou três séculos influenciou por certo tanto a mudança económica tanto quanto esta foi influenciada pela política. Hoje, os governos desempenham um papel crucial no estímulo (e, às vezes, no condicionamento) ao crescimento económico, e em todas as sociedades industriais verifica-se um alto índice de intervenção estatal na produção, com o governo a assumir-se de longe como o maior empregador.

A guerra e o poder militar têm tido igualmente uma enorme importância. A partir do século XVII, o poderio militar das nações ocidentais permitiu-lhes exercer influência em todos os cantos do mundo – o que se revelou essencial à expansão global dos modos de vida ocidentais. No século XX, as consequências de duas guerras mundiais foram profundas: a devastação de muitos países conduziu a processos de reconstrução que se traduziram em importantes mudanças institucionais, como, por exemplo, no caso da Alemanha e do Japão depois da Segunda Grande Guerra. Mesmo os países que saíram vitoriosos – como a Grã-Bretanha – sofreram grandes mudanças internas em resultado do impacto da guerra sobre a economia.

Influências culturais

Entre os factores culturais que afectam os processos de mudança social nos tempos modernos, o desenvolvimento da ciência e a secularização do pensamento contribuíram para o carácter *crítico* e *inovador* da perspectiva moderna. Deixámos de presumir que hábitos ou costumes são aceitáveis apenas porque têm a autoridade ancestral da tradição. Pelo contrário, o nosso modo de vida requer cada vez mais uma base «racional». O projecto de construção de um hospital, por exemplo, já não se baseia essencialmente na estética tradicional, mas está pensado em função da capacidade de servir o seu propósito – tratar dos doentes de forma eficaz.

Para além do *modo* como pensamos, também o *conteúdo* das ideias mudou. Ideais como superar-nos a nós próprios, liberdade, igualdade ou participação democrática são, em grande parte, criações produzidas nos últimos dois ou três séculos. Tais ideais serviram para mobilizar processos de mudança política e social, incluindo revoluções. Estas ideias não derivam da tradição mas sugerem, pelo contrário, a revisão constante dos modos de vida no sentido do melhoramento dos humanos. Embora estes ideais tenham surgido inicialmente no Ocidente, tornaram-se genuinamente globais e universais na sua aplicação, promovendo a mudança na maior parte das regiões do mundo.

Conclusão

As mudanças por que o mundo passa actualmente estão a tornar as diferentes culturas e sociedades muito mais interdependentes do que se passava antigamente. À medida que o ritmo da mudança acelera, o que acontece em determinado ponto do mundo pode afectar directamente outras regiões. Em relação às gerações anteriores, em parte graças às novas formas de comunicação electrónica já mencionadas, vivemos hoje todos muito mais interdependentes uns dos outros. O sistema global não é apenas um contexto no qual determinadas sociedades – como a Grã-Bretanha, por exemplo – mudam e se desenvolvem. Os laços económicos, sociais e políticos que ligam entre si os países condicionam decisivamente o destino dos cidadãos de qualquer um deles. Esta interdependência cada vez maior da sociedade mundial será analisada no capítulo seguinte, «Um Mundo em Mudança».

1 O conceito de cultura é uma das noções mais importantes da Sociologia. Por cultura referimo-nos aos modos de vida dos membros de determinada sociedade, ou de grupos sociais dessa sociedade. Inclui a arte, a literatura e a pintura, mas vai muito para além disso. Outros itens culturais são, por exemplo, o modo de vestir, costumes, padrões de trabalho e cerimónias religiosas.

2 Os valores são ideias abstractas que definem o que em determinada cultura é considerado importante, significativo ou desejável. Normas são regras de comporta-

mento que reflectem os valores de uma cultura. Em conjunto, as normas e os valores definem como os membros de uma cultura se comportam em diferentes contextos. As normas e os valores estão profundamente enraizados, mas podem mudar ao longo do tempo.

3 As crenças e as práticas culturais são extremamente diversas. O etnocentrismo é o acto de julgar outras culturas à imagem da nossa própria cultura. Os sociólogos procuram aplicar o relativismo cultural – estudar uma cultura segundo os seus próprios valores e significados.

4 Através do processo de socialização, os seres humanos aprendem as características da cultura. As agências de socialização são grupos ou contextos sociais onde ocorrem processos de socialização importantes. A socialização na infância é o processo pelo qual a criança, através do contacto com outros seres humanos, se torna gradualmente um ser auto-consciente e com conhecimento, detentor dos atributos de determinada cultura.

5 A identidade pode ser definida como as percepções que as pessoas têm acerca de quem são e do que é importante para si. A identidade social engloba as características que os outros atribuem a um indivíduo. Estes atributos derivam frequentemente dos grupos sociais a que se pensa que um indivíduo pertence – como género masculino, asiático ou católico, por exemplo – e estabelecem a forma como um indivíduo é semelhante aos outros. A identidade pessoal diferencia-nos enquanto indivíduos, dizendo respeito ao sentido de um «eu» único que resulta do desenvolvimento pessoal e da interacção constante de um indivíduo com o mundo exterior.

6 Uma sociedade é um conjunto de inter-relacionamentos que ligam os indivíduos entre si. Podem distinguir-se vários tipos de sociedades pré-modernas. Nas sociedades de caçadores-recolectores as pessoas viviam da apanha de plantas e da caça de animais. As sociedades pastoris são aquelas cuja principal forma de subsistência residia na criação de animais domesticados. As sociedades agrárias dependem do cultivo de determinados pedaços de terra. As sociedades urbanas, de maior dimensão e mais desenvolvidas, constituem as civilizações tradicionais.

7 Nas sociedades industrializadas, a produção industrial é como a base principal da economia. A maior parte da população vive em áreas urbanas, e as organizações em larga escala influenciam a vida de praticamente todos os cidadãos. As sociedades industriais foram os primeiros estados-nação, comunidades políticas que se encontram separadas umas das outras através de fronteiras bem delimitadas.

8 O desenvolvimento das sociedades industrializadas e a expansão do Ocidente levou à conquista de muitas partes do mundo, e o processo de colonização mudou radicalmente culturas e sistemas sociais seculares.

9 Os países industrializados do Ocidente, mais o Japão, a Austrália e a Nova Zelândia, foram apelidados de Primeiro Mundo, ou mundo desenvolvido. Por Segundo Mundo entendem-se as sociedades industrializadas sob governação comunista da Europa de Leste e da antiga União Soviética. Com o fim da Guerra Fria, um período de confrontação armada permanente entre os países do Primeiro e os do Segundo Mundo, estes últimos deixaram de existir.

10 Os países objecto de colonização, e que se encontram num nível mais baixo de desenvolvimento industrial, são conhecidos como Terceiro Mundo, ou mundo em vias de industrialização. A maioria da população mundial vive neste conjunto de países. Os países recém-industrializados são os países em vias de industrializa-

ção que iniciaram um processo de industrialização e que passaram por um rápido crescimento económico.

11 No período moderno, do século XVIII ao presente, assistiu-se a uma extraordinária aceleração no ritmo dos processos de mudança. Provavelmente, ocorreram mais mudanças profundas durante este período – um espaço de tempo mínimo em termos de história humana – do que no restante tempo anterior de existência da espécie humana.

12 Nenhuma teoria assente num «único factor» consegue explicar a mudança social na sua totalidade. Pode distinguir-se um certo número de grandes influências sobre a mudança, uma das quais é a adaptação ao meio material. O ambiente físico, a organização política e os factores culturais são outras dessas influências.

13 Podem ser apontados alguns factores importantes na mudança social moderna: a expansão do capitalismo industrial; o surgimento dos estados-nação centralizados; a industrialização da guerra; e a emergência da ciência e os modos de pensamento crítico ou «racional».

PARA REFLEXÃO

1 Cada sociedade terá apenas uma cultura?
2 Como se diferencia a socialização da doutrinação ou da lavagem ao cérebro?
3 Qual é a relação entre a identidade pessoal e as nossas identidades sociais?
4 Que importância tem a socialização primária nas sociedades complexas e com um rápido ritmo de mudança?
5 O que impede o desenvolvimento do Terceiro Mundo?
6 Qual a importância dos «grandes líderes» para os processos de mudança social?

ADICIONAIS

Ruth Benedict, *Padrões de Cultura*, Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

Brian M. Fagan, *People of the Earth*, Londres: HarperCollins, 1992.

Leslie Holmes, *Post-Communism: An Introduction*, Cambridge: Polity, 1996.

A INTERNET

Exploring Ancient World Cultures
http://eawc.evansville.edu

Library of Congress Country Studies
http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/cshome.html

Rural History Centre
www.rdg.ac.uk/Instits/im/rural/hist.html

3 Um Mundo em Mudança

Dimensões da globalização 51
Factores que contribuem para a globalização 52
As causas da globalização crescente 54

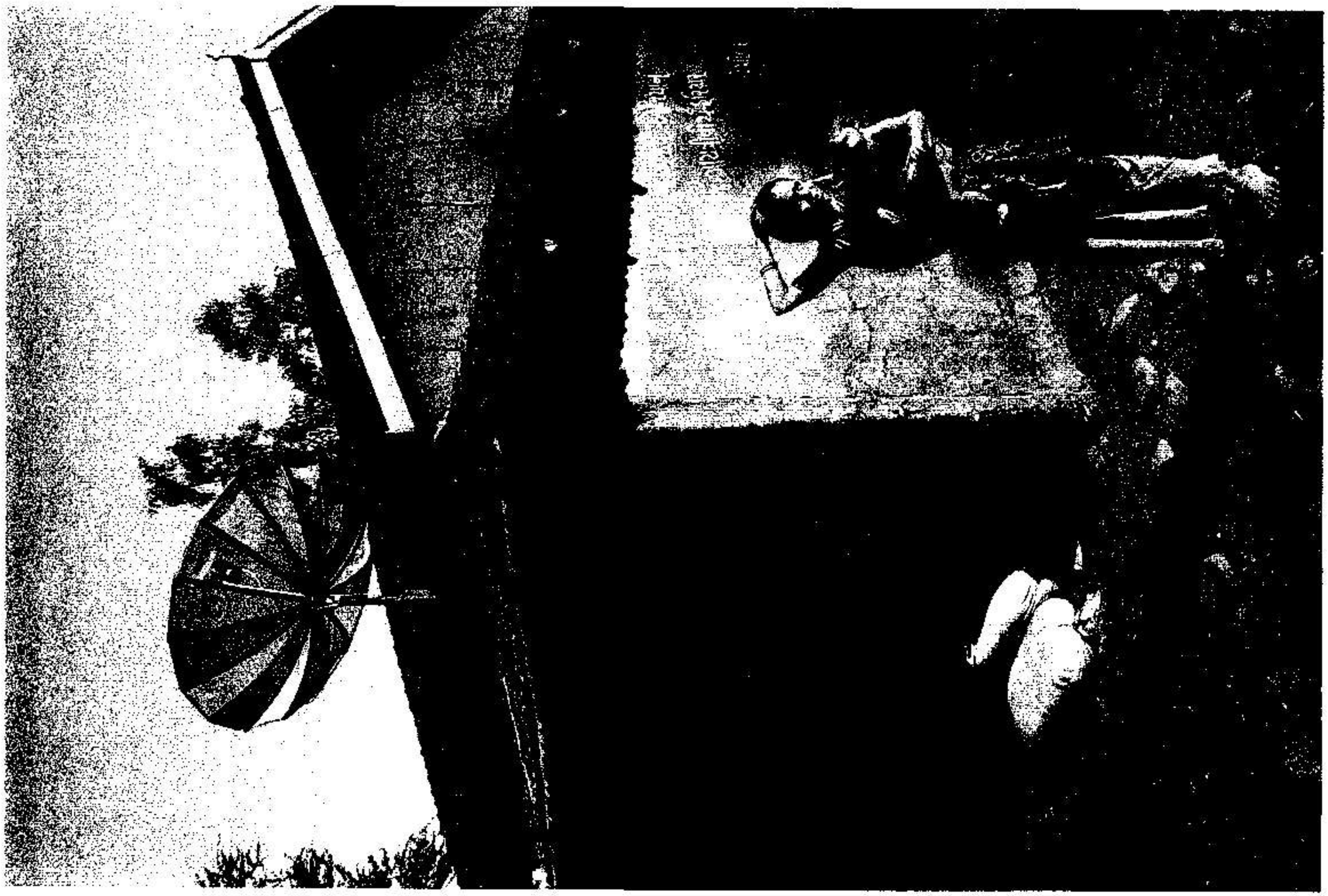
O debate em torno da globalização 58
Os «cépticos» 58
Os «hiperglobalizadores» 59
Os «transformacionalistas» 59

O impacto da globalização nas nossas vidas 61
A emergência do individualismo 61
Padrões de trabalho 62
Cultura popular 64

Globalização e risco 65
A multiplicação dos riscos manufacturados 65
A «sociedade de risco» global 68

Globalização e desigualdade 69
Desigualdade e divisões globais 69
A campanha a favor de uma «justiça global» 72

Conclusão: a necessidade de uma governação global 74
Sumário 75
Questões para reflexão 76
Leituras adicionais 76
Endereços electrónicos 77

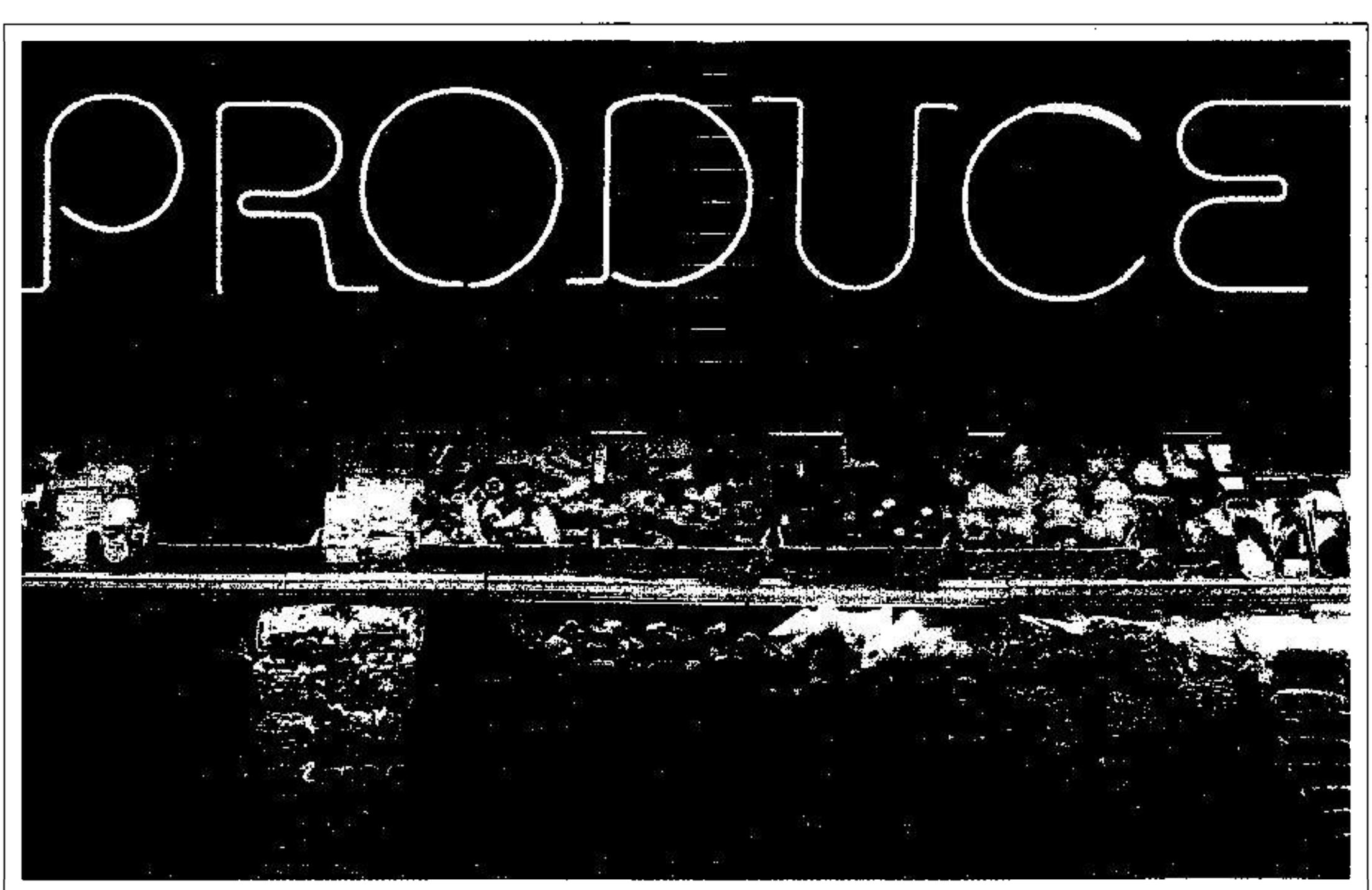


Capítulo 3: Um Mundo em Mudança

Poderá pensar que o seu supermercado não tem muita relevância para o estudo da Sociologia mas, como já vimos no capítulo 1, os sociólogos procuram frequentemente dados do mundo social nos lugares mais surpreendentes. O supermercado é um local que nos pode dizer muito sobre fenómenos sociais de grande interesse para os sociólogos no início do século XXI: o ritmo vertiginoso da mudança social e o aprofundar da sociedade global.

Na próxima vez que for ao seu supermercado preste atenção à grande variedade de produtos expostos nas prateleiras. Se, como muitas pessoas fazem, iniciar as compras pela secção de produtos frescos, é provável que encontre ananases do Hawai, uvas de Israel, maçãs da África do Sul e abacates de Espanha. No corredor seguinte, poderá dar de caras com uma vasta gama de pastas de caril e de especiarias para a cozinha indiana, variadíssimos ingredientes típicos do Médio Oriente, como *cuscuz* e *falafel*, bem como com leite de coco enlatado para a cozinha tailandesa. Continuando as compras, tome atenção ao café proveniente do Quénia, da Indonésia ou da Colômbia, à carne de ovelha da Nova Zelândia, às garrafas de vinho da Argentina ou do Chile. Se prestar atenção a um pacote de bolachas ou a uma tablete de chocolate, notará que os ingredientes vêm descritos em oito ou dez línguas diferentes.

Que dimensões sociológicas estão associadas a esta curta ronda pelo supermercado? Como vimos na discussão em torno da sociologia do café (ver capítu-



O mundo numa prateleira de supermercado, graças à globalização: as pessoas já não têm de esperar pela época das suas frutas e vegetais preferidos.

lo 1, «O que é a Sociologia?»), não podemos separar as nossas acções locais de contextos sociais mais amplos que se estendem pelo mundo. A enorme variedade de produtos que nos habituámos a ver nos supermercados ocidentais depende de laços económicos e sociais complexos que ligam as pessoas e os países do mundo inteiro. Tal reflecte igualmente processos de mudança social em larga escala – processos que forçaram diferentes partes do mundo a entrar em relação umas com as outras. Em relação ao passado, o mundo em que vivemos hoje em dia tornou-nos muito mais interdependentes das outras pessoas, ainda que estas estejam a milhares de quilómetros de distância.

Estas relações entre *local* e *global* são bastante recentes em termos de história humana, tendo-se acelerado nos últimos trinta ou quarenta anos, em resultado dos progressos dramáticos no campo da comunicação, da tecnologia de informação e dos transportes. Graças ao desenvolvimento de aviões a jacto, de velozes navios cargueiros de grande dimensão, e de outros meios de transporte de grande velocidade, pessoas e bens podem hoje ser transportados de forma contínua através do mundo inteiro. Da mesma forma, o sistema mundial de comunicação por satélite, estabelecido apenas há cerca de trinta anos, tornou possível que as pessoas entrem em contacto umas com as outras de forma instantânea.

Os sociólogos usam o termo globalização quando se referem a estes processos que intensificam cada vez mais a interdependência e as relações sociais a nível mundial. Trata-se de um fenómeno social com vastas implicações, muitas das quais serão analisadas mais à frente. Não deve pensar-se na globalização apenas como o desenvolvimento de redes mundiais – sistemas económicos e sociais afastados das nossas preocupações individuais. É também um fenómeno local, que afecta a vida quotidiana de todos nós.

Como ilustração, voltemos ao exemplo do supermercado. Os efeitos da globalização reflectem-se de várias formas nas prateleiras de um supermercado. Em primeiro lugar, assistiu-se nas últimas décadas a um enorme aumento na quantidade e variedade de produtos à venda nos supermercados. Estes são cada vez maiores, de modo a albergar a gama crescente de produtos disponíveis. As barreiras ao comércio internacional têm vindo a diminuir, abrindo os mercados a um leque mais vasto de produtos. Em segundo lugar, os produtos que encontra à venda no supermercado foram cultivados ou produzidos em cem ou mais países diferentes. Antigamente, por razões práticas, era quase impossível transportar tantos produtos, em particular artigos frescos, através de longas distâncias.

Em terceiro, alguns dos produtos mais populares à venda nos supermercados hoje em dia podiam há uns anos atrás ser relativamente desconhecidos – é o caso das «comidas étnicas» referidas atrás. Uma explicação para o facto pode estar nos padrões de migração global, que produzem sociedades culturalmente diversas e novos gostos culturais. Em último lugar, muitos dos produtos mais comuns à venda nos supermercados são hoje em dia distribuídos simultaneamente em muitos países, e não se destinam a mercados nacionais específicos. Os rótulos dos produtos reflectem esta nova diversidade geográfica: as instruções e os ingredientes são muitas vezes impressos em várias línguas, de modo a tornar o produto acessível a consumidores de muitas nacionalidades.

A globalização está a mudar a forma como o mundo se nos apresenta e a maneira como olhamos para o mundo. Se adoptarmos uma perspectiva global, tornamo-nos mais conscientes dos laços que nos ligam às pessoas de outras sociedades. Tornamo-nos igualmente mais conscientes dos problemas que o mundo atravessa no início do século XXI. A perspectiva global lembra-nos que os laços cada vez mais fortes que nos unem ao resto do mundo implicam que o que fazemos tem consequências na vida dos outros e que os problemas mundiais têm consequências para nós. Neste capítulo, analisaremos com algum detalhe a noção de globalização – as suas causas, dimensões e hipotéticas consequências. Por constituir um conjunto de processos imprevisíveis, é difícil controlar a globalização, o que leva a novos riscos que nos afectam a todos. Ao longo do texto, ouvir-se-á falar muito destes dois fenómenos interligados: o ritmo acelerado da mudança e o surgimento de novos riscos. Nas secções seguintes, iremos apresentar algumas das vias usadas pelos sociólogos para estudar este nosso mundo em mudança.

Dimensões da globalização

Provavelmente já ouviu falar muito da globalização, ainda que não saiba ao certo o que significa. Nos

Com um simples rato, estas jovens num cyber-café de Bangladore podem comunicar em chats com amigos radicados no Reino Unido – encontrando-se em tempo «real» e num «espaço virtual».

últimos anos, o conceito tem sido amplamente utilizado em debates no campo dos negócios, na política e nos meios de comunicação. Há uma década, o termo «globalização» era relativamente desconhecido. Hoje, toda a gente parece usá-lo constantemente. Por globalização entendemos o facto de vivermos cada vez mais num «único mundo», pois os indivíduos, os grupos e as nações tornaram-se mais *interdependentes*.

Fala-se frequentemente em globalização como se se tratasse apenas de um fenómeno económico. Muitas vezes a análise centra-se no papel das transnacionais, cujas gigantescas operações ultrapassam as fronteiras dos países, influenciando os processos globais de produção e distribuição internacional do trabalho. Outros apontam para a integração electrónica dos mercados financeiros e para o enorme volume de transação de capitais a um nível global. Outros ainda centram-se no âmbito inédito do comércio mundial, que em relação ao que se passava antigamente envolve hoje em dia uma gama muito maior de bens e serviços.

Embora constituam parte integrante do fenómeno, é errado pensar que as forças económicas fazem por si só a globalização – que na realidade é resultado de uma conjugação de factores económicos, políticos, sociais e culturais. O seu progresso é devido sobretudo ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, que vieram intensificar a velocidade e o âmbito das interacções entre os povos do mundo inteiro. Tome-se, como exemplo, o campeonato do mundo de futebol que teve lugar em França em 1998. Graças às redes mundiais de difusão televisiva, alguns jogos foram vistos por cerca de 2 mil milhões de pessoas em todo o mundo.

Factores que contribuem para a globalização

A explosão a que se assistiu na comunicação a nível global foi possível graças a importantes avanços na

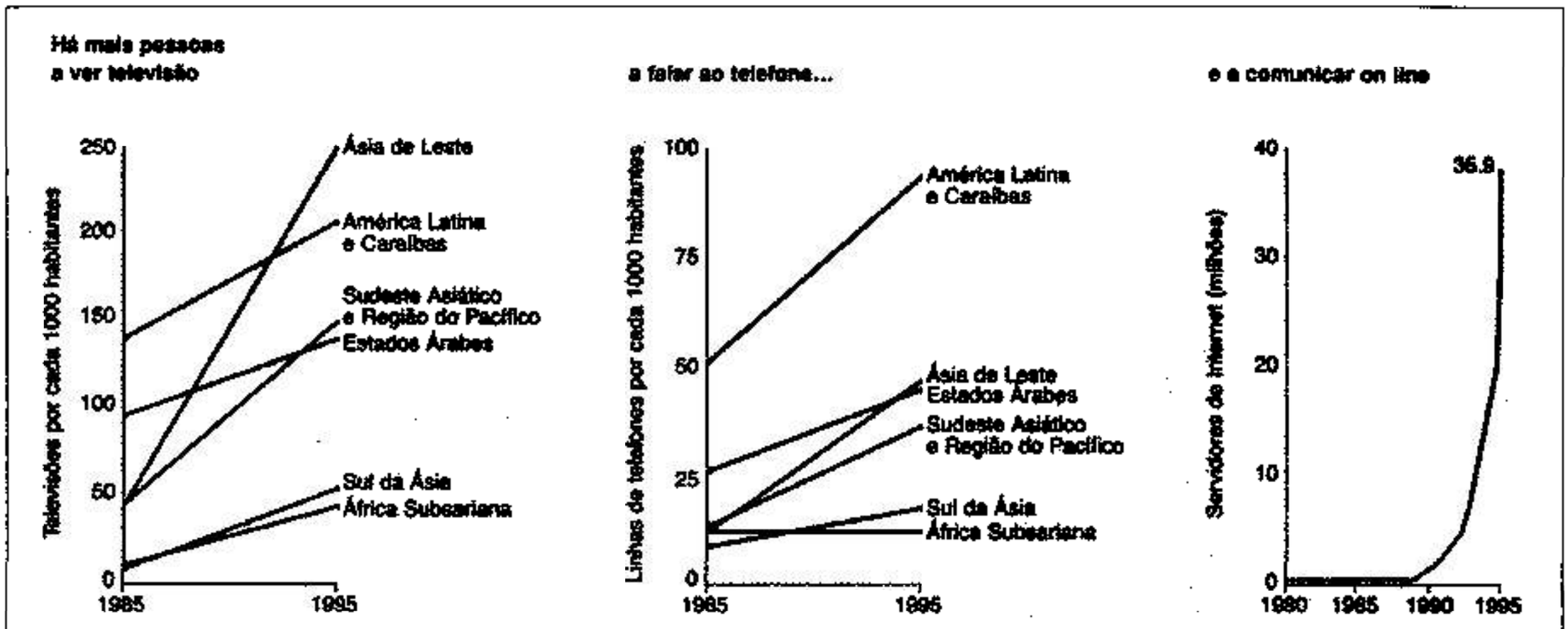


Figura 3.1 O aumento exponencial do número de televisores e telefones nas várias regiões do mundo, no período 1985-95, e a explosão da comunicação on line.

Fonte: dados do Banco Mundial, *Human Development Report*, Oxford University Press, 1999, p. 26.

tecnologia e nas infraestruturas das telecomunicações mundiais. A seguir ao pós-guerra deu-se uma profunda transformação no âmbito e intensidade do fluxo de telecomunicações. O sistema tradicional de comunicação telefónica, baseado em sinais analógicos enviados por fios e cabos, foi substituído por sistemas integrados onde grandes quantidades de informação são comprimidas e transferidas digitalmente. A tecnologia por cabo tornou-se mais eficiente e menos dispendiosa; o desenvolvimento de cabos de fibra óptica aumentou gigantescamente o número de canais que podem ser suportados. Enquanto os primeiro cabos transatlânticos instalados na década de 50 do século XX eram capazes de transportar menos de cem canais de voz, em 1997 a capacidade de um único cabo transoceânico elevava-se já a cerca de 600.000 (Held *et al.*, 1999). A banalização do recurso a satélites de comunicação, fenómeno que teve início na década de 60, foi também importante para a expansão das comunicações internacionais. Hoje em dia, está em funcionamento uma rede que compreende mais de 200 satélites, facilitando a transferência de informação pelo mundo inteiro.

O impacto destes sistemas de comunicação tem sido extraordinário. Hoje em dia, os lares e os escritórios dos países mais desenvolvidos do ponto de vista das telecomunicações têm múltiplas ligações ao mundo exterior, incluindo telefones (fixos e móveis), máquinas de fax, televisão digital e por cabo, correio electrónico e Internet. Esta última afirmou-se como a ferramenta de comunicação de maior crescimento de sempre – em 1998, havia cerca de 140 milhões de utilizadores de Internet no mundo inteiro. Em 2001, são mais de 700 milhões.

Estas formas de tecnologia facilitam a «compressão» do tempo e do espaço: dois indivíduos situados em dois lados opostos do planeta – em Tóquio e Londres, por exemplo – não só podem ter uma conversa em «tempo real», como podem também enviar documentos e imagens um ao outro com a ajuda da tecnologia de satélite. O uso corrente da Internet e dos telemóveis aprofunda e acelera os processos de globalização. Um número crescente de pessoas ficam ligadas entre si graças ao recurso a estas tecnologias, e fazem-no em lugares antigamente isolados ou deficientemente abrangidos pelo sistema tradicional de comunicações (ver figura 3.1). Embora as infraestruturas de telecomunicações não se tenham desenvolvido de igual forma em todo o mundo (ver quadro 3.1 e figura 3.2), um número cada vez maior de países pode ter acesso às redes internacionais de comunicação, de um modo que anteriormente não era possível.

Quadro 3.1 Desigualdades a nível mundial em termos da infraestrutura das telecomunicações e do uso do telefone, em 1995.

	População (milhões)	Linhas telef. por 100 habitantes	Telemóveis (milhares)	Faxes (milhares)	Computadores (milhares)	Chamadas efectuadas (MMiTT)	Chamadas recebidas (MMiTT)
China	1,201.0	3.0	3,629	270	2,600	533	551
França	58.1	56.0	1,379	1,200	9,300	2,804	2,959
Alemanha	81.9	49.0	3,500	1,447	13,500	5,244	3,881
Índia	929.3	1.3	135	50	1,000	341	806
Japão	125.1	49.0	10,204	6,000	19,000	1,638	1,140
Suécia	8.8	68.0	2,025	n.a.	1,700	900	n.a.
Reino Unido	58.5	n.a.	5,737	n.a.	10,900	4,016	4,021
Estados Unidos da América	263.1	63.0	33,786	14,052	86,300	15,623	7,010

MMiTT = milhões de minutos de conversa telefónica.

Fonte: Held, D *et al.*, *Global Transformations*, Polity, 1999, adaptado de Staple, G. (ed.), *Telegeography*, International Institute of Communications, 1996.

Também a integração da economia mundial está a fazer avançar a globalização. Ao contrário de épocas mais antigas, a economia global já não assenta primordialmente na agricultura, ou na indústria. Ao invés, é cada vez mais dominada por actividades «leves» e intangíveis (Quah, 1999). Esta *economia «light»* define-se como uma economia em que os produtos se baseiam na informação, como é o caso do software informático, dos produtos multimedia e de entretenimento e dos serviços on line. Este novo contexto económico foi já descrito de várias formas, seja como «sociedade pós-industrial», «era da informação» e, a definição talvez mais comum hoje em dia, a *economia* (ver capítulo 13, «Trabalho e Vida Económica»). Segundo alguns, a emergência deste tipo de economia está relacionada como o aparecimento de uma vasta gama de consumidores tecnologicamente instruídos e que integram avidamente nas suas vidas quotidianas novos avanços nos campos da informática, do espectáculo e das telecomunicações.

A economia global reflecte no seu *modus faciendi* as mudanças que ocorreram na era da informação. Muitos aspectos da economia processam-se hoje em dia através de redes internacionais, não se limitando às fronteiras de um país (Castells, 1996). Para se tornarem competitivas nas condições que a globalização impõe, as firmas e as empresas tiveram de se reestruturar, no sentido de uma maior flexibilização e de uma menor hierarquização (ver capítulo 12, «Organizações Modernas»). As práticas de produção e os padrões organizacionais tornaram-se mais flexíveis, as parcerias entre empresas tornaram-se comuns, e a participação em redes mundiais de distribuição tornou-se essencial para negociar neste mercado global em mudança rápida.

As causas da globalização crescente

Mudanças políticas

Um certo número de influências está a fazer avançar o actual processo de globalização. Uma das mais importantes foi o colapso do comunismo de estilo soviético que teve lugar na Europa de Leste em 1989, numa série de revoluções dramáticas que culminaram na dissolução da própria União Soviética em 1991 (ver capítulo 2, «Cultura e Sociedade»). Com a queda dos regimes comunistas, os países que constituíam o «bloco» soviético – Rússia, Ucrânia, Polónia, Hungria, República Checa, Estados Bálticos, países do Cáucaso e Ásia Central, e muitos outros – estão agora mais próximos do sistema económico e político de estilo ocidental. Deixaram de estar isolados da comu-

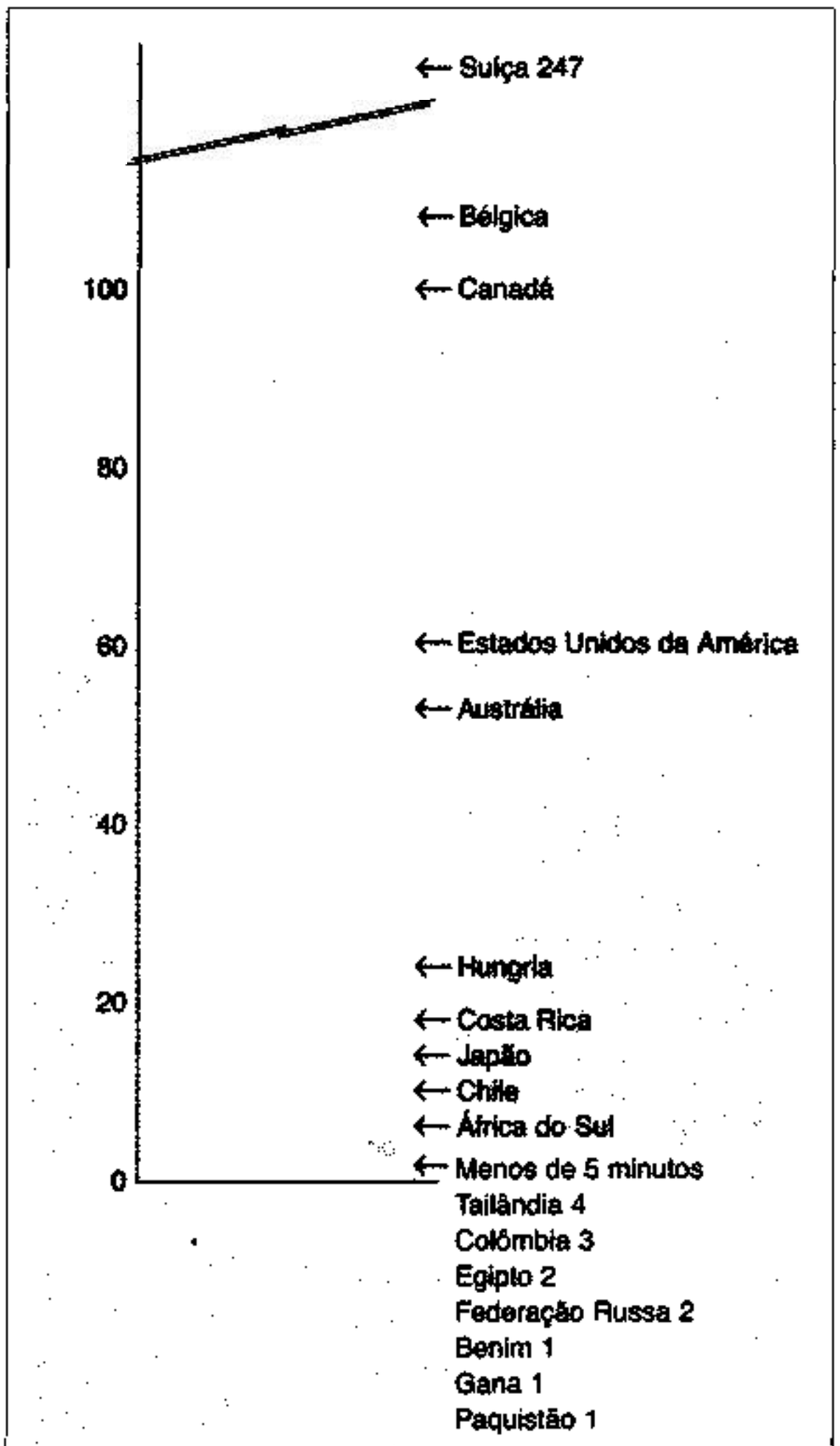


Figura 3.2 Chamadas telefónicas internacionais (minutos anuais *per capita*) em 1995.

Fonte: UNDP, *Human Development Report*, Oxford University Press, 1999, p. 28.

nidade mundial, integrando-se cada vez mais nela. Este acontecimento traduziu-se no fim do sistema que existia durante a Guerra Fria, quando havia uma separação entre países do «Primeiro Mundo» e do «Segundo Mundo». O colapso do comunismo contribuiu para o incremento dos processos de globalização, mas deve também ser visto como uma consequência da própria globalização. As economias comunistas de planeamento centralizado e o controlo cultural da autoridade política comunista acabaram por não conseguir sobreviver numa era de comunicação global e numa economia mundial integrada electronicamente.

Um segundo factor importante para a intensificação da globalização é o aumento dos mecanismos internacionais e regionais de governo. As Nações Unidas e a União Europeia são os dois principais exemplos de organizações internacionais que agregaram os estados-nação em fóruns políticos comuns. Embora as Nações Unidas o façam enquanto associação de estados-nação individuais, a União Europeia é uma forma mais pioneira de governação transnacional, onde os Estados membros abdicam de um determinado grau de soberania nacional. Os governos dos Estados que constituem a União Europeia sujeitam-se a directivas, regulamentos e decisões judiciais de instituições europeias comuns, mas também tiram proveito de benefícios políticos, económicos e sociais que derivam da sua participação nesta união de carácter regional.

Finalmente, as organizações intergovernamentais (OIG's) e as organizações não governamentais internacionais (ONG's) estão a fazer avançar a globalização. Embora estes conceitos possam ser novidade para muitos, as ideias subjacentes a estas organizações são provavelmente bem conhecidas. Uma *organização intergovernamental* é um organismo estabelecido pelos governos que nele participem e ao qual é atribuído responsabilidade para regular, ou supervisionar, um determinado campo de actividades de âmbito transnacional. A primeira destas entidades, a União Internacional do Telégrafo, foi fundada em 1865. Desde então, foi criado um grande número de organismos semelhantes para regular assuntos que vão desde a aviação civil à emissão televisiva, passando pelo tratamento de resíduos perigosos. Em 1909 existiam 37 OIG's para regular assuntos internacionais. Em 1996, o número havia aumentado para 260 (Held *et al.*, 1999).

Tal como o nome sugere, as ONG's têm uma natureza diferente, dado que não estão sob a dependência de instituições governamentais. Pelo contrário, são organizações independentes que operam a par de organismos governamentais na tomada de decisões políticas e na definição de posições quanto a questões internacionais. Algumas das ONG's mais conhecidas – como a Greenpeace, o WWF, a rede global do ambiente, os Médicos sem Fronteiras, a Cruz Verme-

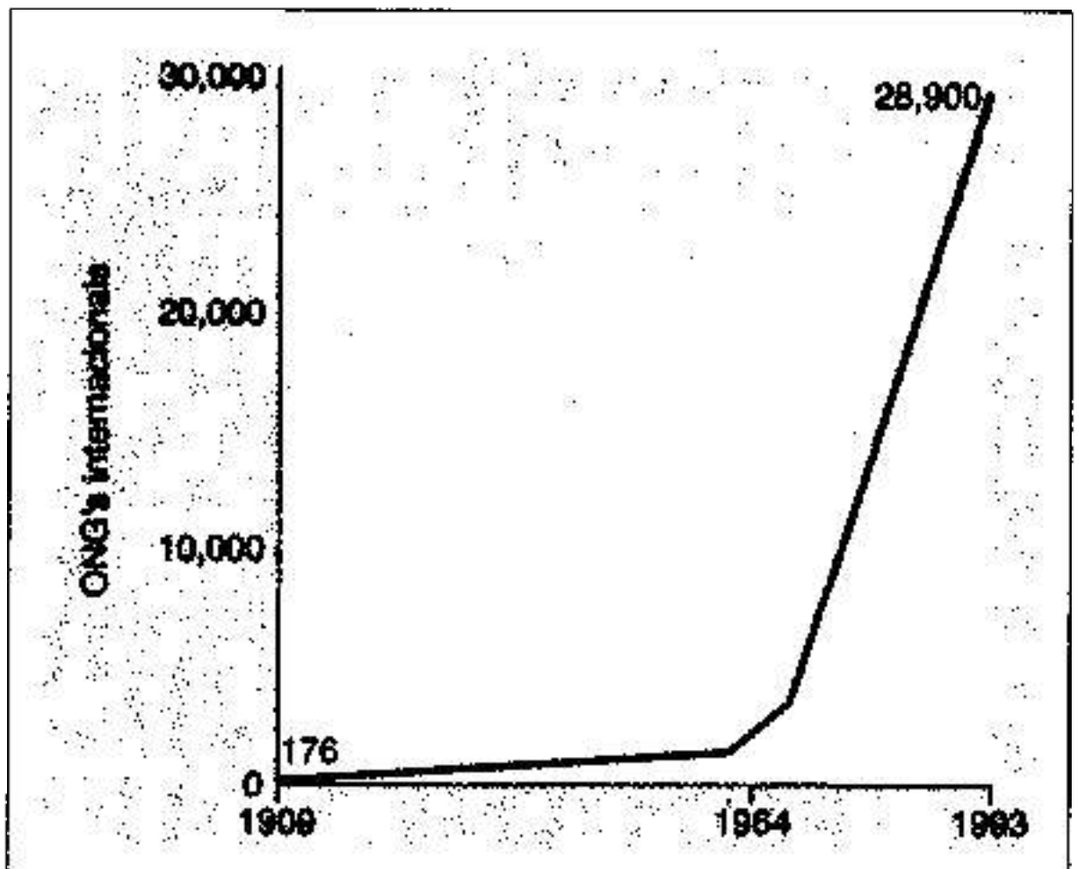


Figura 3.3 O crescimento do número de organizações não-governamentais internacionais, no período 1909-93

Fonte: Comissão para a Governação Global, 1995. *In* UNDP, *Human Development Report*, Oxford University Press, 1999.

lha ou a Amnistia Internacional – estão envolvidas na defesa do meio ambiente e na ajuda humanitária. Mas as acções de milhares de organizações menos conhecidas unem também entre si comunidades e países (ver a figura 3.3).

Fluxos de informação

Vimos já que a expansão da tecnologia da informação fez aumentar as possibilidades de contacto entre pessoas de vários pontos do mundo. Veio de igual modo facilitar o fluxo de informação acerca de pessoas e eventos em locais distantes. Os meios de comunicação mundiais levam diariamente à casa das pessoas notícias, imagens e informações, ligando-as directa e permanentemente ao mundo exterior. Alguns dos eventos mais dramáticos dos últimos quinze anos – como a queda do Muro de Berlim, a repressão violenta dos manifestantes chineses pró-democracia na praça Tiananmen, a eleição de Nelson Mandela como presidente da África do Sul, a morte da Princesa Diana, ou os terramotos devastadores que tiveram lugar na Turquia – desenrolaram-se via meios de comunicação perante uma audiência verdadeiramente global. Graças a tais acontecimentos, a par de milhares de outros com muito menos carga dramática, assistiu-se a uma reorientação do modo de pensar das pessoas, passando-se do nível nacional para um nível global. Hoje em dia, as pessoas estão mais conscientes da sua ligação aos outros e mais dispostas a identificar-se com questões e processos globais do que antigamente.

Esta evolução para uma perspectiva global possui duas dimensões importantes. Em primeiro lugar, enquanto membros de uma comunidade global, os indivíduos tomam cada vez mais consciência de que a responsabilidade social não acaba nas fronteiras nacionais, mas estende-se para lá delas. Os desastres e as injustiças de que são alvo pessoas de outros pontos do mundo não são simplesmente infortúnios que têm de ser suportados, mas constituem causas legítimas de acção e intervenção. Há a noção crescente de que a comunidade internacional tem a obrigação de agir perante situações de crise, de modo a proteger a integridade física ou os direitos humanos das pessoas cujas vidas se encontram ameaçadas. No caso de catástrofes naturais, tais intervenções tomam a forma de ajuda humanitária e de assistência técnica. Nos últimos anos, tremores de terra na Arménia e na Turquia, cheias em Moçambique, a fome em África, e os efeitos de furacões na América Central suscitaram a ajuda mundial.

Nos últimos anos houve também lugar a fortes apelos em favor de intervenções em contextos de guerra, de conflito étnico e de violação dos direitos humanos, embora tais mobilizações sejam mais problemáticas do que em caso de catástrofes naturais. No entanto, tanto no caso da Guerra do Golfo em 1991 como aquando dos violentos conflitos na antiga Jugoslávia (Bósnia e Kosovo), muita gente, que acreditava que os direitos humanos e a soberania nacional deviam ser defendidos, considerou justificável a intervenção militar.

Em segundo lugar, uma perspectiva global significa que as pessoas, quando formulam a sua própria noção de identidade, estão a referir-se cada vez mais a outros contextos que não o do estado-nação. Este é produto dos processos de globalização que, por sua vez, contribui para acelerar. Numa época em que o controlo tradicional do estado-nação sofre profundas transformações, as identidades culturais locais em várias partes do mundo estão a passar por revivalismos poderosos. Na Europa, por exemplo, os habitantes da Escócia e da região basca de Espanha podem sentir-se mais inclinados a auto-identificar-se como escoceses ou bascos – ou simplesmente como euro-

Por mais remota que seja a área onde resida, este aborígene australiano está ainda assim ligado à cultura global, seja através do telefone ou das preocupações (suas ou dos outros) com os seus direitos humanos.

peus – do que como britânicos ou espanhóis. O estado-nação, enquanto fonte geradora de identidade, está a perder a sua importância em muitas regiões, à medida que mudanças políticas nos planos regional e global enfraquecem o sentimento de pertença das pessoas face aos estados em que vivem.

Outros aspectos acerca das teorias sobre o nacionalismo e a nação em «Movimentos nacionalistas» na pág. 446

As empresas transnacionais

Entre os muitos factores que fazem avançar a globalização, destaca-se o papel especialmente importante das empresas transnacionais – empresas que produzem bens ou serviços comerciais em mais do que um país. Estas podem ser firmas relativamente pequenas, com uma ou duas fábricas fora do país onde estão sediadas, ou gigantescos empreendimentos internacionais, cujas operações abrangem todo o globo. Algumas das maiores transnacionais são empresas bem conhecidas em todo o mundo: Coca-Cola, General Motors, Colgate-Palmolive, Kodak, Mitsubishi, e muitas outras. Mesmo quando estão claramente implementadas num único país, as transnacionais têm como objectivo conquistar mercados e lucros mundiais.

As transnacionais estão no cerne da globalização económica: são responsáveis por dois terços de todo o comércio mundial, são cruciais para a difusão de novas tecnologias em todo o mundo, e são actores decisivos nos mercados financeiros internacionais. Nas palavras de um observador atento, elas são *o eixo* da economia mundial contemporânea» (Held *et al.*, 1999, p. 282). Ao mesmo tempo que mais de 400 transnacionais realizaram em 1996 vendas anuais para cima de 10 mil milhões de dólares, apenas 70 *países* tinham um produto nacional bruto de pelo menos esse valor. Por outras palavras, as principais transnacionais têm uma dimensão económica maior o que a ma or parte os países o mun o (ver quadro 3.2).

As transnacionais tornaram-se um fenómeno global nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. As empresas com sede nos Estados Unidos da América estiveram por detrás da expansão que teve lugar nos anos imediatamente a seguir ao pós-guerra, mas, por volta da década de 70, firmas europeias e japonesas começaram também a investir no estrangeiro. No final da década de 80 e durante a década seguinte, as transnacionais expandiram-se de forma dramática com o estabelecimento de três poderosos mercados regionais: Europa (o Mercado Único Europeu), Ásia-Pacífico (a Declaração de Osaka assegurou um comércio livre e aberto a partir de 2010) e América do Norte (o Acordo de Comércio Livre na América Norte). No início da década de 90 países de outras regiões do mundo começaram também a liberalizar as restrições ao investimento estrangeiro. No início do século XXI são já poucas as economias do mundo fora do alcance das transnacionais. Na última década, as grandes empresas sediadas em economias

Quadro 3.2 Total de vendas das principais empresas em comparação com o Produto Nacional Bruto de alguns países, em 1997

País ou empresa	PNB ou total de vendas (mil milhões de dólares)
General Motors	**164**
Tailândia	154
Noruega	153
Ford	**147**
Mitsui & Co.	**145**
Arábia Saudita	140
Mitsubishi	**140**
Polónia	136
Itochu	**136**
África do Sul	129
Shell	**128**
Marubeni	**124**
Grécia	123
Sumitomo	**119**
Exxon	**117**
Toyota	**109**
Cadeia Wal-Mart	**105**
Malásia	98
Israel	98
Colômbia	96
Venezuela	87
Filipinas	82

Fonte: Revista Forbes, 1998. Dados do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, *Human Development Report*, Oxford University Press, 1999, p. 32.

industrializadas têm estado particularmente activas na expansão das suas operações em países em vias de desenvolvimento e em sociedades da antiga União Soviética e da Europa de Leste.

A «economia electrónica» é outro factor que sustenta a globalização económica. Bancos, empresas, gestores de capitais e investidores em nome individual podem fazer transferências internacionais de fundos com um simples click do rato do computador. Contudo, esta nova capacidade de poder mover «dinheiro electrónico» de forma instantânea acarreta grandes riscos. A transferência de grandes somas de dinheiro pode desestabilizar as economias, fazendo despoletar crises financeiras internacionais, como as que alastraram das economias asiáticas à Rússia e a outros países em 1998. À medida que a economia mundial se torna cada vez mais integrada, um colapso financeiro numa determina zona do mundo pode ter enormes consequências em economias distantes.

Os factores políticos, económicos, sociais e tecnológicos acima descritos conjugam-se actualmente para produzir um fenómeno único na história mundial em termos de intensidade e amplitude. Como veremos no final do capítulo, as consequências da globalização são muitas e de grande alcance. Contudo, iremos analisar primeiro em detalhe os principais pontos de vista sobre a globalização que vieram a lume ultimamente.

O debate em torno da globalização

A globalização tornou-se, nos últimos anos, um assunto discutido calorosamente. A maioria das pessoas não põe em causa que estão a ocorrer importantes transformações à nossa volta, mas a sua experiência como «globalização» é contestada. Tal não é surpreendente. Enquanto processo imprevisível e conturbado, a globalização é concebida e entendida de muitas maneiras diferentes. David Held e os seus colaboradores (1999) analisaram esta controvérsia, dividindo as opiniões em três escolas de pensamento: *cépticos*, *hiperglobalizadores* e *trasformacionalistas*. O quadro 3.3 resume estas três tendências do debate em torno da globalização.

Os «cépticos»

Alguns pensadores defendem que se exagera a ideia de globalização – que o debate em torno da globalização não passa de muita conversa sobre algo que não é novidade nenhuma. Os «cépticos» desta controvérsia em torno da globalização acreditam que os actuais níveis de interdependência económica não são inauditos. Recorrendo às estatísticas do século XIX sobre comércio mundial e investimento, argumentam que a globalização moderna difere do passado apenas no que diz respeito à magnitude da interacção entre países.

Os cépticos reconhecem que há provavelmente mais contacto entre países hoje em dia, mas a sua perspectiva é a de que a actual economia mundial não está suficientemente integrada para se poder falar numa economia verdadeiramente globalizada, dado que o essencial do comércio tem lugar no interior de três grupos regionais – Europa, Ásia-Pacífico e Amé-

rica do Norte. Os países da União Europeia, por exemplo, efectuam trocas comerciais predominantemente entre si. O mesmo se aplica às outras zonas de comércio, pelo que a noção de uma única economia global não é válida (Hirst, 1997).

Muitos cépticos focam a sua atenção nos processos de *regionalização* da economia mundial – tais como a emergência de grandes blocos financeiros e comerciais. Para os cépticos, a crescente regionalização é prova de que a economia mundial se tornou *menos* integrada, e não o contrário (Boyer e Drache, 1996; Hirst e Thompson, 1999). Em comparação com os padrões de comércio que se verificaram há um século atrás, pode dizer-se que a economia mundial é menos global em termos de amplitude geográfica, e mais concentrada em bolsas de intensa actividade económica.

Os cépticos rejeitam a perspectiva de alguns autores – nomeadamente o ponto de vista dos hiperglobalizadores (ver abaixo) –, segundo a qual a globalização está basicamente a minar o papel dos governos nacionais e a produzir uma ordem mundial onde estes detêm uma menor importância. De acordo com os cépticos, os governos nacionais continuam a ser figuras-chave, dado o seu papel na regulação e coordenação da actividade económica. Por exemplo, os governos são as forças impulsionadoras de muitos acordos de comércio e de políticas de liberalização económica.

Os hiperglobalizadores

Os hiperglobalizadores adoptam uma posição oposta à dos cépticos – defendem que a globalização é fenómeno bem real, cujas consequências se podem sentir praticamente em todo o lado. A globalização é vista como um processo indiferente às fronteiras nacionais. Está a produzir uma nova ordem global, que deriva de poderosos fluxos de comércio e de produção que atravessam fronteiras. O escritor japonês Kenichi Ohmae, um dos hiperglobalizadores mais conhecidos, concebe o fenómeno como um processo que conduz a um «mundo sem fronteiras» – um mundo no qual as forças do mercado têm mais poder do que os governos nacionais (Ohmae, 1990, 1995).

Muita da análise em torno da globalização levada a cabo pelos hiperglobalizadores centra-se na mudança no papel da nação. Argumenta-se que os países deixaram de controlar as suas economias, graças ao amplo crescimento do comércio mundial. Alegam que os governos nacionais e os políticos que os compõem detêm cada vez menos controlo sobre questões que atravessam as fronteiras nacionais – tais como os voláteis mercados financeiros ou as ameaças ambientais. Os cidadãos reconhecem que os políticos têm uma capacidade limitada para lidar com essas questões, pelo que deixam de acreditar nos actuais sistemas de governo. Alguns hiperglobalizadores acreditam que o poder dos governos nacionais está também a ser posto em causa por organismos mais amplos – as novas instituições regionais e internacionais, como a União Europeia, a Organização Mundial de Comércio e outras.

Para os hiperglobalizadores, estas mudanças assinalam, no seu conjunto, o amanhecer de uma «era global» (Albrow 1996) marcada pelo declínio em importância e influência dos governos nacionais.

Os «transformacionalistas»

Os transformacionalistas adoptam uma posição intermédia. Concebem a globalização como a força motriz de um conjunto amplo de mudanças que hoje em dia estão a alterar as sociedades modernas. De acordo com esta perspectiva, a ordem global está a ser transformada, mas muitos dos padrões tradicionais continuam a existir. Por exemplo, os governos ainda detêm uma considerável dose de poder, apesar do aumento de interdependência global. Estas transformações não se confinam apenas às economias, mas fazem-se sentir igualmente na esfera política, cultural e na vida doméstica. De acordo com o argumento dos transformacionalistas, os níveis actuais de globalização estão a fazer desaparecer as antigas fronteiras entre «interno» e «externo», «local» e «internacional». Na tentativa de se ajustarem a esta nova ordem, as sociedades, as instituições e as próprias pessoas são forçadas a navegar em contextos em que as antigas estruturas foram abaladas.

Ao contrário dos hiperglobalizadores, os transformacionalistas concebem a globalização como um processo dinâmico e aberto sujeito a influências e à mudança. Está a evoluir de uma forma contraditória, incorporando tendências que, por norma, se opõem umas às outras. A globalização não é um processo de sentido único, ao contrário do que alguns afirmam, mas um fluxo de imagens, informações e influências

Quadro 3.3 Conceptualizando a globalização: três tendências

	Hiperglobalizadores	**Cépticos**	**Transformacionalistas**
O que há de novo?	Uma era global	Blocos de comércio, formas de geogovernança mais fracas do que em períodos históricos anteriores	Níveis historicamente sem precedentes de interligação global
Características dominantes	Capitalismo global, governação global, sociedade civil global	Mundo menos interdependente do que por volta de 1890	Globalização «espessa» (intensa e extensivamente)
Poder dos governos nacionais	Em declínio ou erosão	Reforçado ou aumentado	Reconstituído e reestruturado
Forças motrizes da globalização	Capitalismo e tecnologia	Governos e mercados	Combinação de forças da modernidade
Padrão de estratificação	Erosão das antigas hierarquias	Marginalização crescente dos países pobres do Sul	Nova configuração da ordem mundial
Interesse dominante	McDonald's, Madonna, etc.	Interesse nacional	Transformação da comunidade política
Conceptualização da globalização	Como um reordenamento do enquadramento da acção humana	Como internacionalização e regionalização	Como o reordenamento das relações interregionais e como acção à distância
Trajectória histórica	Civilização global	Blocos regionais e confronto de civilizações	Indeterminada: integração e fragmentação global
Argumento principal	O fim do estado-nação	A internacionalização depende da concordância e do apoio do governo	A globalização está a transformar o poder dos governos e a política mundial

Fonte: Adaptado de Held, D. *et al.*, Global Transformations, Polity, 1999, p.10.

em dois sentidos. A migração global, os meios de comunicação e as telecomunicações estão a contribuir para a difusão de influências culturais. As «cidades globais» mais fervilhantes do mundo são em grande medida multiculturais, onde grupos étnicos e diferentes culturas se intersectam e vivem lado a lado. Segundo os transformacionalistas, a globalização é um processo «descentrado» e reflexivo caracterizado por uma séria de ligações e fluxos culturais que operam de forma multidireccional. A globalização não pode ser vista como algo conduzido a partir de uma parte do mundo em particular, pois é o produto de numerosas redes globais interligadas.

Ao contrário dos hiperglobalizadores, que afirmam que os países estão a perder a sua soberania, os transformacionalistas defendem que os países estão a

reestruturar-se para responder às novas formas de organização social e económica que não possuem base territorial (como as empresas, os movimentos sociais e os organismos internacionais). Alegam também que o mundo em que vivemos deixou de ser um mundo centrado no Estado; face à situação complexa gerada pela globalização, os governos vêem-se forçados a adoptar uma postura mais activa e virada para o futuro (Rosenau, 1997).

Que posição se aproxima mais da verdade? A dos transformacionistas, quase seguramente. Os cépticos estão equivocados, na medida em que não têm em conta até que ponto o mundo está a mudar – os mercados financeiros mundiais, por exemplo, estão hoje muito mais organizados a nível global do que no passado. Os hiperglobalizadores, por seu lado, vêem o fenómeno demasiadamente em termos económicos e como um processo excessivamente unilateral, quando, na verdade, a globalização é uma questão muito mais complexa.

O impacto da globalização nas nossas vidas

Embora a globalização esteja frequentemente associada às mudanças no seio de «grandes» sistemas, tais como as telecomunicações, a produção e comercialização ou os mercados financeiros mundiais, os efeitos da globalização fazem-se igualmente sentir de forma activa na esfera privada. A globalização não é algo que simplesmente «exista algures», operando a um nível abstracto sem se relacionar com questões individuais. Enquanto fenómeno, a globalização «existe aqui e agora», afectando as nossas vidas pessoais e íntimas de inúmeras formas. As nossas vidas viram-se inevitavelmente alteradas por acção das forças globalizantes que entram em nossas casas, comunidades ou contextos locais através de meios impessoais – como os media, a Internet ou a cultura popular – ou através do contacto pessoal com indivíduos de outros países e culturas.

A globalização está a mudar radicalmente a natureza das nossas experiências quotidianas. À medida que as sociedades em que vivemos sofrem profundas transformações, as instituições que antigamente as sustentavam tornaram-se obsoletas. Tal obriga a uma redefinição de determinados aspectos íntimos e pessoais das nossas vidas, como a família, os papéis de género, a sexualidade, a identidade pessoal, as nossas interacções com os outros e a nossa relação com o trabalho. Graças à globalização, a forma como nos concebemos a nós próprios e a relação com as outras pessoas estão a ser profundamente alterados.

A emergência do individualismo

Nesta época em que vivemos, os indivíduos têm muito mais oportunidades para configurar as suas vidas do que no passado. Antigamente a tradição e os hábitos exerciam uma influência determinante sobre a vida das pessoas. Factores como a classe social, o género, a etnicidade e mesmo a religião podiam fechar ou abrir determinadas portas. Nascer-se filho mais velho de um alfaiate, por exemplo, provavelmente quereria dizer que se iria aprender a profissão do pai e ser-se também alfaiate para o resto da vida. De acordo com a tradição, o espaço natural da mulher era o lar: a sua vida e identidade eram, em grande medida, definidas pelo esposo ou pelo pai. No passado, as identidades pessoais dos indivíduos formavam-se no seio da comunidade em que nasciam. A ética, os valores e os estilos de vida dominantes em determinada comunidade forneciam as regras relativamente fixas que guiavam as pessoas na sua vida.

Sob a globalização, estamos contudo perante a emergência de um novo *individualismo*, no qual as pessoas têm de constituir-se a si próprias de modo activo e construir as suas identidades. À medida que as comunidades locais interagem com uma nova ordem mundial, o peso da tradição e dos valores estabelecidos enfraquece. Os «códigos sociais» que antigamente guiavam as escolhas e as acções das pessoas perderam significativamente importância. Hoje, por exemplo, o filho mais velho de um alfaiate pode escolher inúmeros caminhos de vida futuros, as mulheres já não estão confinadas ao espaço doméstico, e muitas outros factores que moldavam a vida das pessoas deixaram de existir. Os quadros tradicionais de identidade estão a dissolver-se, enquanto emergem novos padrões de identidade. A globalização está a obrigar as pessoas a viver de uma forma mais aberta e reflexiva. Isto significa que estamos constantemente a responder ao contexto de mudança à nossa volta e a ajustar-nos a ele; enquanto indivíduos, evoluímos

Manter o equilíbrio entre família e trabalho

Em pequeno, quantas horas por semana passavam os seus pais em trabalho remunerado? O seu compromisso com o trabalho afectava o modo como você e os seus irmãos foram educados? Como pretende equilibrar os interesses profissionais com a família na sua vida futura? Uma das formas em que a globalização afectou a vida familiar na Grã-Bretanha residiu no aumento da quantidade de tempo que as pessoas passam semanalmente no local de trabalho. Actualmente, um empregado na Grã-Bretanha trabalha em média durante mais horas do que em qualquer outro país europeu, para além de que as pessoas gozam hoje em dia de um período de férias inferior ao de há vinte anos atrás. Um facto talvez ainda mais importante, a percentagem de mães que tem um horário de trabalho a tempo inteiro aumentou de forma dramática desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Conjugados, estes factos sugerem que os pais têm actualmente menos disponibilidade de tempo para estar com os filhos do que sucedia em décadas anteriores. Consequentemente, deu-se um aumento significativo da percentagem de crianças inscritas em infantários – e, defendem alguns autores, um acréscimo visível das tensões e do stress no interior das famílias, à medida que o papel parental do dia-a-dia passa para as mãos dos educadores profissionais.

Numa obra recente, *The Time Bind* (1997), o sociólogo americano Arlie Honschild sugere que estes factos podem estar relacionados com a globa-

com os contextos mais abrangentes onde estamos inseridos. Mesmo as mais pequenas escolhas que fazemos no dia-a-dia – o que vestir, como ocupar os tempos livres, como cuidar da saúde e do físico – são parte integrante de um processo contínuo de criação e recriação das nossas identidades pessoais.

Padrões de trabalho

O trabalho ocupa um lugar central na vida de muitas pessoas – seja no que diz respeito ao dia-a-dia, seja em termos de objectivos de vida mais amplos. Embora haja quem considere o trabalho como uma obrigação ou «um mal necessário», a verdade é que o trabalho é um elemento crucial para as nossas vidas pessoais. Passamos grande parte do tempo a «trabalhar» ou «no trabalho», pelo que muitos aspectos da nossa existência – dos amigos aos objectos de lazer – são directamente influenciados pelos padrões de trabalho.

A globalização provocou transformações profundas no mundo laboral, como veremos no capítulo 13 («Trabalho e Vida Económica»). Os novos padrões de comércio internacional e o surgimento de uma economia de informação tiveram um impacto profundo nos padrões de emprego de longa duração. Muitas indústrias tradicionais tornaram-se obsoletas graças aos novos avanços tecnológicos ou estão a perder a sua quota de mercado em relação a empresas estrangeiras, cujos custos em mão-de-obra são inferiores aos preços praticados nos países industrializados. O comércio global e as novas tecnologias tiveram um profundo impacto nas comunidades que assentavam na manufactura tradicional; muitos trabalhadores industriais ficaram sem emprego e sem o tipo de aptidões necessárias para fazer parte da nova economia baseada na informação. A região industrial das *Midlands* em Inglaterra e as comunidades mineiras do País de Gales, por exemplo, deparam-se com todo um novo conjunto de problemas sociais, como o desemprego de longa duração e o aumento da taxa de criminalidade, em resultado da globalização económica.

Se antigamente a vida laboral das pessoas era dominada pela relação de trabalho com um empregador durante várias décadas – o chamado contexto de «trabalho para a vida inteira –, hoje em dia há um número muito maior de indivíduos que criam o seu próprio percurso em termos de carreira profissional, perseguindo objectivos específicos e fazendo opções de acordo com eles. Isto implica mudar de emprego

lização. A resposta de alguns patrões às pressões da competitividade global consistiu em encorajar os seus assalariados a aumentar o número de horas de trabalho, aumentando assim os níveis de produtividade. Por que razão hão-de os empregados aceitar de livre vontade passar tanto tempo no trabalho – muitas vezes bastante mais tempo do que as quarenta horas semanais – sem que recebam mais por isso, quando sabem que tal empenho prejudica a sua vida familiar, e numa época em que a computorização aumentou em grande medida a eficiência laboral? Não deveria o progresso da tecnologia permitir que os trabalhadores passassem mais tempo com as suas famílias, e não o contrário? A resposta de Honschild é que alguns patrões se apoiam no poder das normas vigentes no local de trabalho para garantir *um maior tempo de permanência no trabalho por* parte dos seus funcionários. Os empregados novos são socializados numa cultura corporativa, onde quem trabalhar durante muitas horas é visto como um exemplo de dedicação e profissionalismo.

Embora a globalização tenha afectado todos os países do mundo, os seus efeitos no tempo da jornada de trabalho variam em função do país. Na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos da América, a tendência para um período de trabalho longo parece estar ainda a ganhar terreno. Na França e na Alemanha, pelo contrário, os trabalhadores – por vezes representados por sindicatos, outras vezes fazendo valer a sua força através do voto em eleições – têm rejeitado apelos empresariais a favor de uma jornada semanal de trabalho maior, pressionando os patrões a reduzir a semana de trabalho e a conceder *um maior número de folgas.*

«Adorava convidar-te a entrar, Howard, mas a sessão na Bolsa de Hong-Kong tem inicio dentro de dez minutos».

© The New Yorker Collection 1999 Lee Lorenz from cartoonbank.com. All rights reserved.

muitas vezes ao longo de uma carreira e obter novos con˙ecimentos e apti˙ões, aplican˙o-os a ¨iversos contextos de trabalho. Os padrões tradicionais de trabalho a tempo inteiro estão a desfazer-se perante esquemas mais flexíveis: o trabalho a partir de casa com o recurso a tecnologias de informação, múltiplos empregos, projectos de consultoria de curta duração, «horários de flexibilidade», e outros (Beck, 1992).

As mulheres entraram no mundo do trabalho em grande número, facto que afectou profundamente as vidas das pessoas de ambos os sexos. O aumento de oportunidades profissionais e académicas levou a que muitas mulheres adiassem a opção de casar e de ter filhos até que começassem a trabalhar. Estas mudanças significaram também que muitas mulheres trabalhadoras voltam para os seus empregos pouco tempo depois de darem à luz, em vez de permanecerem em casa com os bebés, como acontecia antigamente. Estas alterações exigiram importantes ajustes no seio das famílias, na natureza da divisão do trabalho d mésti , n p˙p l d˙s h˙m s p ra t du çã das crianças, levando igualmente à emergência de políticas laborais mais «familiares», de modo a responder às necessidades dos «casais de duplo assalariamento».

Cultura popular

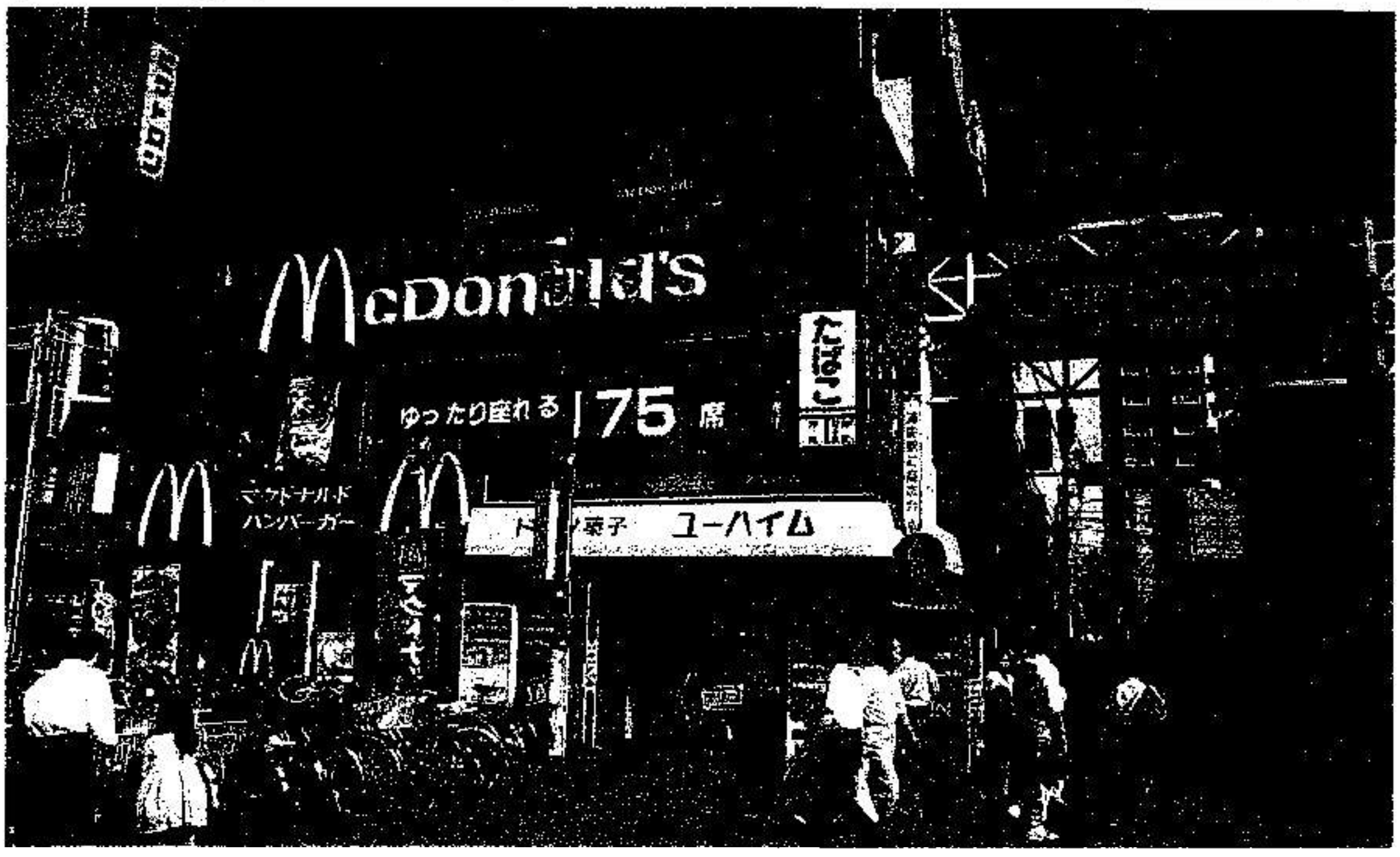
O impacto cultural da globalização foi alvo de muita atenção. Imagens, ideias, produtos e estilos disseminam-se hoje em dia pelo mundo inteiro de uma forma muito mais rápida. O comércio, as novas tecnologias de informação, os meios de comunicação internacionais e a migração global fomentaram um fluxo sem restrições de cultura que transpõe as fronteiras das diversas noções. Muitas pessoas defendem que vivemos hoje numa única ordem de informação – uma gigantesca rede mundial, onde a informação é partilhada rapidamente e em grande quantidade (ver capítulo 15, «Meios de Comunicação e Comunicação». Um simples exemplo é o suficiente para ilustrar este ponto em concreto.

Alguma vez viu o filme *Titanic*? É bastante provável que sim. Segundo estimativas, centenas de milhões de pessoas do mundo inteiro assistiram ao filme, em salas de cinema ou em vídeo. Estreado em 1997, o *Titanic* conta a história de um jovem casal que se apaixona a bordo do fatídico navio transoceânico, e é um dos filmes mais populares de sempre. O *Titanic* quebrou todos os recordes de bilheteira, acumulando mais de 1.8 mil milhões de dólares de receitas provenientes de salas de cinema em cinquenta e cinco países diferentes. Aquando da estreia do filme, formaram-se em muitos países filas de centenas de pessoas para comprar bilhete, e as sessões estavam permanentemente esgotadas. O filme foi muito bem recebido por todos os escalões etários, mas especialmente por meninas adolescentes, muitas das quais pagaram para ver o filme várias vezes. Os protagonistas de *Titanic*, Leonardo DiCaprio e Kate Winslet, viram o seu futuro e as suas carreias profundamente transformadas – passaram de actores menores a celebridades mundiais. O filme é um dos muitos produtos culturais que conseguiu quebrar as fronteiras nacionais e dar origem a um fenómeno de verdadeiras proporções internacionais.

O que pode explicar a enorme popularidade de um filme como o *Titanic*? O que revela o sucesso deste filme acerca da globalização? Por um lado, a popularidade de *Titanic* prende-se com razões muito simples: combinava um enredo relativamente simples (uma história de amor face à iminência da tragédia) com um episódio histórico famoso (o afundamento, em 1912, do *Titanic*, onde mais de 1.600 pessoas perderam a vida). O filme contava também com uma produção sumptuosa, onde foi dada grande atenção aos pequenos detalhes, e incluía uma série de efeitos especiais de ponta.

Por outro lado, outra razão que explica o sucesso de *Titanic* é o facto de o filme reflectir um conjunto particular de ideias e valores com que as assistências pelo mundo fora conseguiam identificar-se. Uma das temáticas centrais de o filme é a da possibilidade do amor romântico vencer as diferenças de classe social e as tradições familiares. Embora este ideal seja, de uma forma geral, aceite na maior parte dos países ocidentais, ainda não prevalece em muitas outras regiões do mundo. O sucesso de uma película como o *Titanic* reflecte a mudança de atitudes em relação a relacionamentos pessoais e casamentos, por exemplo, em partes do mundo onde os valores mais tradicionais têm prevalecido. No entanto, pode dizer-se que o *Titanic*, tal como muitos outros filmes ocidentais, *contribui* para esta mudança de valores. Os filmes e programas de televisão produzidos no Ocidente, que dominam os media mundiais, tendem a avançar uma série de agendas políticas, sociais e económicas que reflectem uma visão do mundo especificamente ocidental. Alguns preocupam-se com o facto da globalização estar a conduzir à criação de uma «cultura global», em que os valores dos mais ricos e poderosos – neste caso, os estúdios de cinema de Hollywood – se sobrepõem à força dos hábitos e das tradições locais. De acordo com esta perspectiva, a globalização é uma forma de «imperialismo cultural», em que os valores, os estilos e as perspectivas ocidentais são divulgados de modo tão agressivo que suprimem as outras culturas nacionais.

Outros autores, pelo contrário, associaram os processos de globalização a uma crescente *diferenciação* no que diz respeito a formas e tradições culturais. Ao contrário dos que insistem no argumento da homogeneidade cultural, estes autores afirmam que a sociedade global se caracteriza actualmente pela coexistência lado a lado de uma enorme diversidade de culturas. Às tradições locais, junta-se um conjunto de formas culturais adicionais provenientes do estrangeiro, presenteando as pessoas com um leque estonteante de opções de escolha de estilos de vida. Estaremos a assistir à fragmentação de formas culturais, e não à formação de uma cultura mundial unificada (Baudrillard, 1988). As antigas identidades e modos



Para muitos, a cadeia de comida rápida McDonald's tornou-se símbolo do novo «imperialismo cultural» que ameaça sobrepor-se às culturas locais com importantes marcas provenientes do Ocidente.

de vida enraizados em culturas e em comunidades locais estão a dar lugar a novas formas de «identidade híbrida», compostas por elementos de diferentes origens culturais (Hall, 1992). Deste modo, um cidadão negro e urbano da África do Sul actual pode permanecer fortemente influenciado pelas tradições e perspectivas culturais das suas raízes tribais, mas simultaneamente adoptar um gosto e estilo de vida cosmopolitas – na roupa, no lazer e nos tempos livres, etc. – que resultam da globalização.

Globalização e risco

As consequências da globalização são de largo alcance, afectando praticamente todos os aspectos do mundo social. No entanto, dado a globalização ser um processo em aberto e intrinsecamente contraditório, as suas consequências são difíceis de prever e controlar. Outra forma de pensar esta dinâmica é em termos de *risco*. Muitas das mudanças acarretadas pela globalização resultam em novas formas de risco, muito diferentes das que existiam em épocas anteriores. Ao contrário dos riscos do passado, que tinham causas estabelecidas e efeitos conhecidos, os riscos de hoje em dia são incalculáveis e de consequências indeterminadas.

A multiplicação dos riscos manufacturados

Os seres humanos sempre se depararam directamente com riscos de uma espécie ou de outra, mas os riscos são actualmente de uma natureza diferente da dos de épocas anteriores. Até muito recentemente, as sociedades humanas estavam sob a ameaça de riscos externos – perigos que advêm de secas, terramotos, fome e tempestades que têm origem no mundo natural e não estão relacionados com a acção do homem. Hoje em dia, no entanto, somos cada vez mais confrontados com vários tipos de riscos manufacturados – riscos que resultam do impacto da acção do

Vírus electrónicos

A 4 de Maio de 2000 gerou-se o caos no mundo electrónico quando um vírus apelidado o «bug do amor» conseguiu penetrar os sistemas informáticos de todo o mundo. Lançado a partir de um computador pessoal localizado em Manila, a capital das Filipinas, o «bug do amor» espalhou-se rapidamente pelo mundo inteiro, obrigando ao encerramento de um décimo dos servidores de correio electrónico de todo o mundo. O vírus propagou-se pelo globo através de uma mensagem electrónica com o título «Amo-te». Quando os destinatários abriram o ficheiro em anexo, activaram involuntariamente o vírus no seu próprio computador. O «bug do amor» reproduziu-se então e enviou-se a si próprio para todas as moradas electrónicas que constavam da lista de endereços pessoais, antes de atacar a informação e os ficheiros guardados no disco rígido do computador. O vírus espalhou-se pelo mundo inteiro, de este para oeste, primeiro na Ásia e depois na Europa e na América do Norte, à medida que as pessoas foram chegando de manhã ao emprego e procuraram novas mensagens electrónicas. Ao fim deste dia estimava-se que o «bug do amor» tinha provocado no mundo inteiro prejuízos no valor de mais de mil milhões de libras.

Embora fosse de propagação excepcionalmente rápida, o «bug do amor» não foi o primeiro vírus deste género. Os vírus electrónicos tornaram-se cada vez mais comuns – e perigosos – à medida que os computadores e as formas electrónicas de comunicação foram aumentando a sua importância e sofisticação. Vírus como este demonstram quanto o mundo se tornou interdependente com o avanço da globalização. Poderá pensar-se que, neste caso, a interdependência global provou ser um coisa negativa, uma vez que se conseguiu que um vírus tão perigoso se espalhasse de forma tão rápida pelo mundo inteiro. Contudo, também aqui se reflectem muitos dos aspectos positivos da globalização. Assim que o vírus foi detectado, especialistas informáticos e de segurança informática de todo o mundo uniram esforços de maneira a impedir que se espalhasse ainda mais, tentando proteger os sistemas informáticos nacionais e partilhar informações acerca da origem do vírus. Embora a globalização encerre riscos inéditos, incentiva também o uso das novas tecnologias e o recurso a novas formas de coordenação mundial no combate a esses perigos.

nosso saber e tecnologia sobre o mundo natural. Como veremos, muitos dos riscos ambientais e de saúde com que se deparam as sociedades contemporâneas são exemplos de riscos manufacturados – são um produto da nossa acção sobre a natureza.

Riscos ambientais

As ameaças actuais que derivam do meio ambiente são um dos exemplos mais claros de riscos manufacturados (ver capítulo 19, «Crescimento da População e Crise Ecológica»). Uma das consequências do aumento do ritmo de desenvolvimento industrial e tecnológico tem sido o aumento constante da intervenção humana sobre a natureza. Há poucos aspectos do mundo natural onde a mão do homem não tenha ainda tocado – a urbanização, a produção industrial e a poluição, a construção de represas e barragens hidroeléctricas, os projectos agrícolas em larga escala, e os programas de energia nuclear são apenas algumas das formas de impacto dos seres humanos sobre o meio natural. O resultado colectivo de tais processos tem sido o início de uma destruição ambiental generalizada, cuja causa específica não é conhecida e cujas consequências são igualmente difíceis de calcular.

No mundo globalizante de hoje em dia, os riscos ecológicos ameaçam-nos de variadas formas. A preocupação com o aquecimento global tem inquietado a comunidade científica há já algum tempo: é hoje amplamente aceite o facto de que a temperatura do planeta tem vindo a aumentar com o acumular de

Mudanças no clima a nível mundial

Independentemente do local do mundo onde vive, é muito provável que se tenha dado conta de alguns padrões meteorológicos estranhos nos últimos anos ou tenha sido directamente afectado por eles. Cientistas e meteorologistas têm vindo a público afirmar que tais acontecimentos climatéricos «extremos», altas temperaturas fora de época, secas, cheias ou ciclones, têm ocorrido com uma frequência cada vez maior. Só no ano de 1998, por exemplo, foram registadas mais de oitenta catástrofes de ordem natural em vários pontos do mundo, incluindo cheias devastadoras na China, furacões na América Latina, fogos florestais na Indonésia e várias tempestades de gelo na América do Norte. Desde então, a seca tem afectado regiões tão diversas como a Etiópia, o sul do Afeganistão e a zona central dos Estados Unidos da América, países como a Venezuela e Moçambique foram devastado pelas cheias, violentos vendavais assolaram algumas partes da Europa e uma praga de gafanhotos alastrou no interior da Austrália.

Embora ninguém possa estar completamente seguro disso, muitas pessoas acreditam que estas catástrofes naturais têm em parte como causa o aquecimento global – o aumento da temperatura da atmosfera terrestre. Se as emissões de dióxido de carbono que contribuem para o aquecimento global permanecerem sem controlo, é provável que os danos sobre o clima da Terra se tornem irreversíveis. Quem será responsável pelo aquecimento global e o que pode fazer-se para impedir o seu avanço? Tal como no caso de muitos outros aspectos deste nosso mundo em mudança, os riscos associados ao aquecimento global fazem-se sentir no mundo inteiro, embora seja praticamente impossível apontar as suas causas concretas. Numa era de globalização, lembramo-nos constantemente da nossa interdependência: as acções praticadas por indivíduos ou instituições numa parte do mundo podem ter, e têm de facto, consequências importantes sobre a vida das pessoas que vivem em outros pontos do mundo.

gases nocivos na atmosfera. As consequências potenciais do aquecimento global são devastadoras: se as calotas polares continuarem a derreter ao ritmo actual, o nível médio das águas subirá e pode ameaçar massas terrestres pouco acima do nível do mar e as populações que aí vivem. As mudanças nos padrões climáticos têm sido citadas como as causas prováveis das graves cheias que afectaram algumas partes da China em 1998 e Moçambique em 2000 (ver caixa).

Em virtude de os riscos ambientais terem uma origem difusa, não é fácil saber como devem ser enfrentados, ou quem tem a responsabilidade de agir para os remediar. Um simples exemplo é bem ilustrativo do facto. Os cientistas descobriram que os níveis de poluição química tiveram um efeito nefasto sobre determinadas colónias de pinguins da Antárctida. Mas foi impossível identificar com precisão quer a origem exacta da poluição quer as hipotéticas consequências para os pinguins no futuro. Neste caso – tal como em centenas de casos semelhantes –, é provável que não seja tomada qualquer acção concreta para lidar com o risco, pois tanto a magnitude da causa como a do efeito não são conhecidas (Beck, 1995).

Riscos de saúde

Nas últimas décadas, os perigos que os riscos manufacturados colocam à saúde humana têm sido alvo de uma maior atenção. Por exemplo, tem sido pedido às pessoas, através dos meios de comunicação e de campanhas de promoção da saúde, que limitem a sua exposição ao sol, dados os malefícios dos raios ultravioleta, e que apliquem protectores solares para evitar queimaduras. Em anos mais recentes, a exposição ao sol tem sido associada a um risco elevado de cancro de pele em muitos países do mundo. Pensa-se que tal está relacionado com a devastação da camada de ozono – a camada da atmosfera terrestre que normalmente filtra os raios ultravioleta. Devido ao grande

volume de emissões químicas produzidas pela indústria e pela actividade humana em geral, a concentração de ozono na atmosfera tem vindo a diminuir e, em alguns casos, surgiram mesmo «buracos» de ozono.

Há muitos exemplos de riscos manufacturados associados à comida. A agricultura e as técnicas de produção alimentar modernas têm sido altamente influenciadas por avanços no campo da ciência e da tecnologia. Por exemplo, pesticidas químicos e herbicidas são hoje amplamente usados na agricultura moderna, e muitas espécies animais (como o frango ou o porco) estão repletas de hormonas e antibióticos. Algumas pessoas defenderam já que técnicas agrícolas como estas põem em risco a segurança alimentar e podem ter um efeito nefasto sobre os humanos. Nos últimos anos, duas controvérsias em particular deram origem a receios generalizados do público em torno da segurança alimentar e dos riscos manufacturados: o debate sobre a comida geneticamente modificada (discutida no capítulo 19, «Crescimento da População e Crise Ecológica») e a «doença das vacas loucas».

A Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE), mais conhecida como «doença das vacas loucas», foi detectada pela primeira vez em gado britânico no ano de 1986. Os cientistas relacionaram a infecção de BSE com a criação de gado – normalmente herbívoros – à base de uma alimentação que continha restos de partes de outros animais. Depois da sua descoberta, o governo inglês tomou medidas para controlar a doença entre o gado, mas defendeu a ideia de que era seguro comer carne de vaca e que tal não constituía uma ameaça para a saúde humana. Só em meados da década de 90 se admitiu pela primeira vez que várias mortes provocadas pela doença de Creutzfeld-Jacob, uma doença cerebral degenerativa, podiam estar relacionadas com o consumo de carne de vacas infectadas. Foram abatidas milhares de cabeças de gado britânico, e fez-se aprovar legislação apertada para regular a criação de gado e a venda de produtos bovinos.

Embora tenham sido promovidas pesquisas científicas exaustivas para determinar os riscos da BSE sobre os seres humanos, os resultados continuam a não ser conclusivos. Os indivíduos que consumiram carne de vaca inglesa nos anos que antecederam a descoberta da BSE *podem* correr o risco de terem sido expostos à doença. No entanto, ainda recentemente em Dezembro de 1999, o Comité Científico da União Europeia declarou que a «dose considerada infecciosa para os humanos é actualmente desconhecida». Calcular os riscos que os seres humanos correm devido à BSE é um exemplo da dificuldade de avaliar os riscos no mundo de hoje em dia. É necessário saber se o gado infectado fazia parte de uma determinada cadeia alimentar e quando, o nível e a distribuição da doença entre o gado, bem como conhecer a forma como a carne de vaca foi tratada e embalada, e muitos outros pormenores. A grande quantidade de factores desconhecidos complicou a tarefa, pondo em causa qualquer análise precisa de risco.

A «sociedade de risco» global

O aquecimento global, a crise da BSE, a discussão em torno da comida geneticamente modificada e outros riscos manufacturados colocaram os indivíduos perante novas escolhas e desafios nas suas vidas quotidianas. Em virtude de não haver qualquer guia seguro sobre esses novos perigos, as pessoas, os países e as organizações multinacionais têm de negociar os riscos, tal como fazem as suas escolhas quanto à forma como a vida deve ser vivida. Dado não existirem respostas definitivas quanto às causas e consequências desse tipo de riscos, cada indivíduo é forçado a tomar decisões acerca dos riscos que está pronto a correr. Esta tarefa pode revelar-se extremamente complicada! Devemos rejeitar determinada comida ou matéria-prima se a sua produção ou consumo implicar um impacto negativo sobre a nossa saúde ou sobre o meio ambiente? Mesmo decisões «simples» acerca do que comer são hoje em dia tomadas num contexto marcado por informações e opiniões contraditórias em relação às qualidades e defeitos dos produtos.

Para o sociólogo alemão Ulrich Beck, que escreveu amplamente sobre o risco e a globalização, esses riscos contribuem para a formação de uma sociedade de risco global (1992) (ver também capítulo 21, «Pensamento Teórico em Sociologia»). À medida que as mudanças tecnológicas progridem de uma forma cada vez mais rápida, produzindo novas formas de risco, somos obrigados a ajustar-nos e a responder constantemente a essas mudanças. A sociedade de risco, defende o autor, não se limita apenas aos riscos ambientais e de saúde – inclui toda uma série de mudanças na vida social contemporânea: transfor-

mações nos padrões de emprego, um nível cada vez maior de insegurança laboral, influência decrescente da tradição e dos hábitos enraizados na identidade pessoal, erosão dos padrões familiares tradicionais, e democratização dos relacionamentos pessoais. Uma vez que o nosso futuro pessoal é hoje em dia muito menos previsível em relação ao que se passava nas sociedades tradicionais, todo o tipo de decisões implicam riscos para os indivíduos. Contrair matrimónio, por exemplo, é hoje em dia uma decisão muito mais arriscada do que antigamente, quando o casamento era uma instituição vitalícia. As decisões quanto às habilitações literárias e a carreira a seguir po em também acarretar riscos – é difícil adivinhar as aptidões que serão valorizadas numa economia que muda de uma forma tão rápida como a nossa.

Segundo Beck, um aspecto importante da sociedade de risco é que os seus perigos não são limitados espacial, temporal ou socialmente (1995). Os riscos de hoje em dia afectam todos os países e todas as classes sociais: as suas consequências são globais, e não apenas pessoais. Muitas formas de riscos manufacturados, como aqueles que dizem respeito à saúde humana e ao meio ambiente, atravessam fronteiras nacionais. A explosão da central nuclear de Chernobyl, na Ucrânia, em 1986, ilustra bem este ponto. Todas as pessoas que viviam na vizinhança de Chernobyl – independentemente da idade, classe, género ou estatuto – foram expostas a níveis perigosos de radiação. Ao mesmo tempo, os efeitos do incidente fizeram-se sentir bem longe de Chernobyl propriamente dita – por toda a Europa, e em lugares mais distantes, níveis excepcionalmente elevados de radiação foram detectados muito depois da explosão ter ocorrido.

Globalização e desigualdade

Como Beck e outros autores chamaram a atenção, o risco constitui uma das principais consequências da globalização e do progresso tecnológico. As novas formas de risco apresentam desafios complexos tanto para os indivíduos como para as sociedades, forçando-os a navegar em águas desconhecidas. Não obstante, a globalização gera também outros desafios importantes.

A globalização está a desenrolar-se de uma forma assimétrica. O impacto da globalização é sentido de forma diferente, e algumas das suas consequências não são de todo benignas. Lado a lado com o acumular de problemas ecológicos, o aumento das desigualdades entre as várias sociedades é um dos maiores desafios que o mundo enfrenta nos primórdios do século XXI.

Desigualdade e divisões globais

Como vimos já na discussão em torno dos tipos de sociedade (capítulo 2, «Cultura e Sociedade»), a

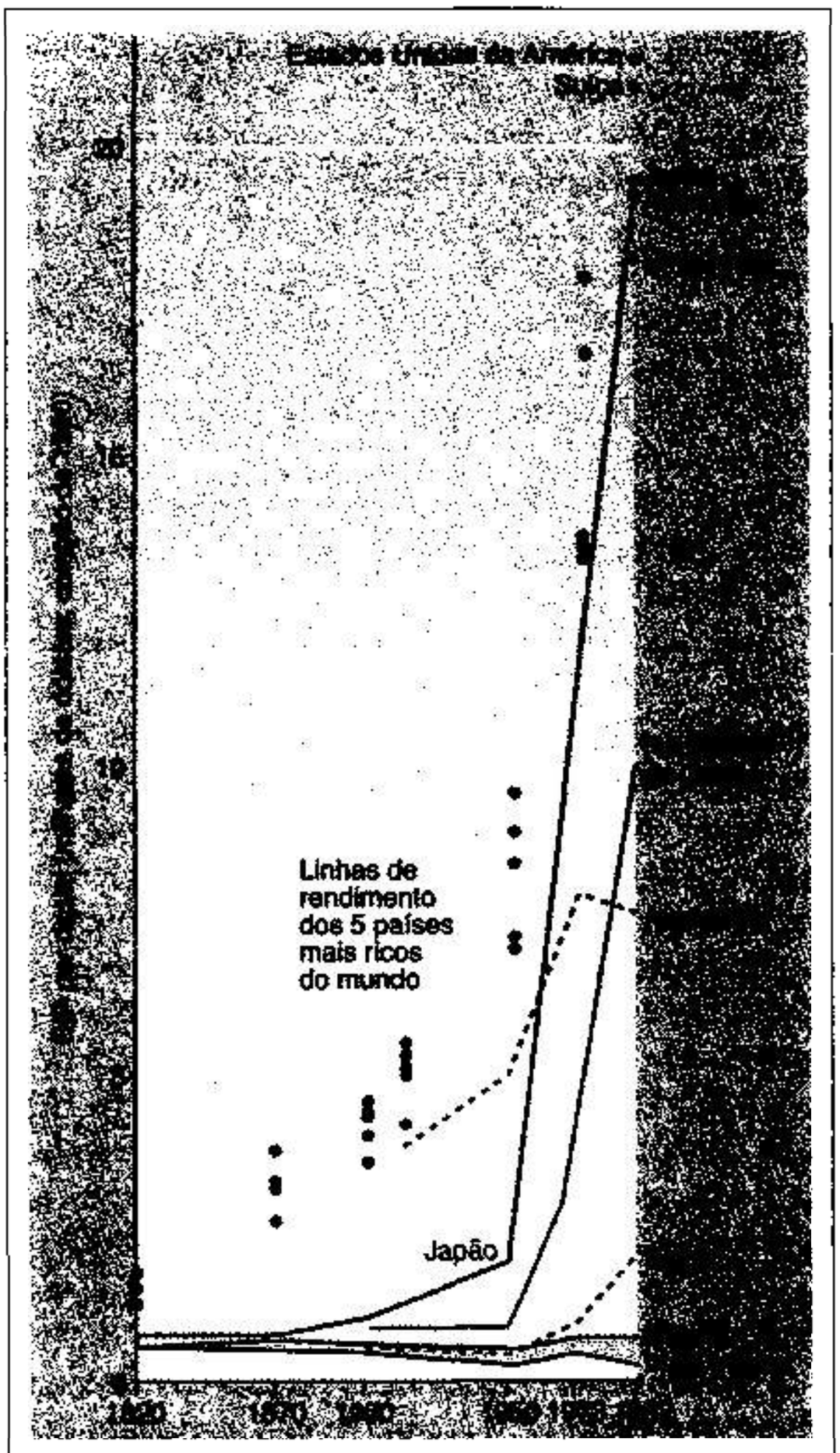


Figura 3.4 O alargamento do fosso entre os países mais ricos e os mais pobres, no período entre 1820 e 1992.

Fonte: UNDP, *Human Development Report*, Oxford University Press, 1999, p. 38.

vasta maioria da riqueza mundial está concentrada nos países industrializados ou «desenvolvidos», ao passo que os países do «terceiro mundo» sofrem de pobreza generalizada, sobrepopulação, sistemas deficientes de prestação de cuidados de saúde e educação, e pesadas dívidas externas. A disparidade entre o mundo desenvolvido e o mundo em vias de desenvolvimento tem aumentado a um ritmo contínuo durante os últimos vinte anos, sendo hoje maior do que nunca.

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 1999, publicado pelas Nações Unidas, revelou que o rendimento médio do quinto da população mundial, que vive nos países mais ricos, é 74 vezes superior ao rendimento médio do quinto que vive nos países mais pobres. No final da década de 90, 20% da população mundial era responsável por 86% do consumo total mundial, 82% dos mercados de exportação e 74% das linhas de telefones. As 200 pessoas mais ricas do mundo duplicaram a sua fortuna entre 1994 e 1998: os bens dos três bilionários mais ricos do mundo ultrapassam a soma dos Produtos Internos Brutos (PIB) de todos os países menos desenvolvidos e dos 600 milhões de pessoas que neles vivem (UNDP, 1999).

Em grande parte do mundo em vias de desenvolvimento, os níveis de produção e crescimento económico registados durante o último século não acompanharam a taxa de crescimento da população, enquanto o nível de desenvolvimento económico nos países industrializados a ultrapassou de longe. Estas tendências contrárias conduziram a uma acentuada separação entre os países mais ricos e os mais pobres do mundo. A distância entre os países mais ricos e os mais pobres traduzia-se em 1820 na proporção de 3 para 1, de 11 para 1 em 1913, de 35 para 1 em 1950 e de 72 para 1 em 1992 (ver figura 3.4). Durante o último século, o rendimento *per capita* no segmento mais rico da população mundial quase sextuplicou, enquanto que no segmento mais pobre o aumento não chegou a triplicar.

A globalização parece exacerbar esta tendência, ao concentrar ainda mais o rendimento, a riqueza e os recursos num pequeno número de países (ver figura 3.5). Como fomos vendo ao longo deste capítulo, a economia mundial está a crescer e a integrar-se a um ritmo extremamente rápido. A expansão do comércio mundial desempenhou um papel central neste processo – entre 1990 e 1997, o comércio internacional cresceu 6.5%. No entanto, apenas um reduzido número de países beneficiou deste crescimento, pois o processo de integração na economia global não foi equilibrado (ver figura 3.6). Alguns países – como as economias do leste asiático, o Chile, a Índia e a Polónia – registaram um desenvolvimento considerável, com aumentos nas exportações superiores a 5%. Outros países, como a Rússia, a Venezuela e a Argélia, tiveram pouco a ganhar com a globalização e a expansão do comércio (UNDP, 1999). Conclusões do

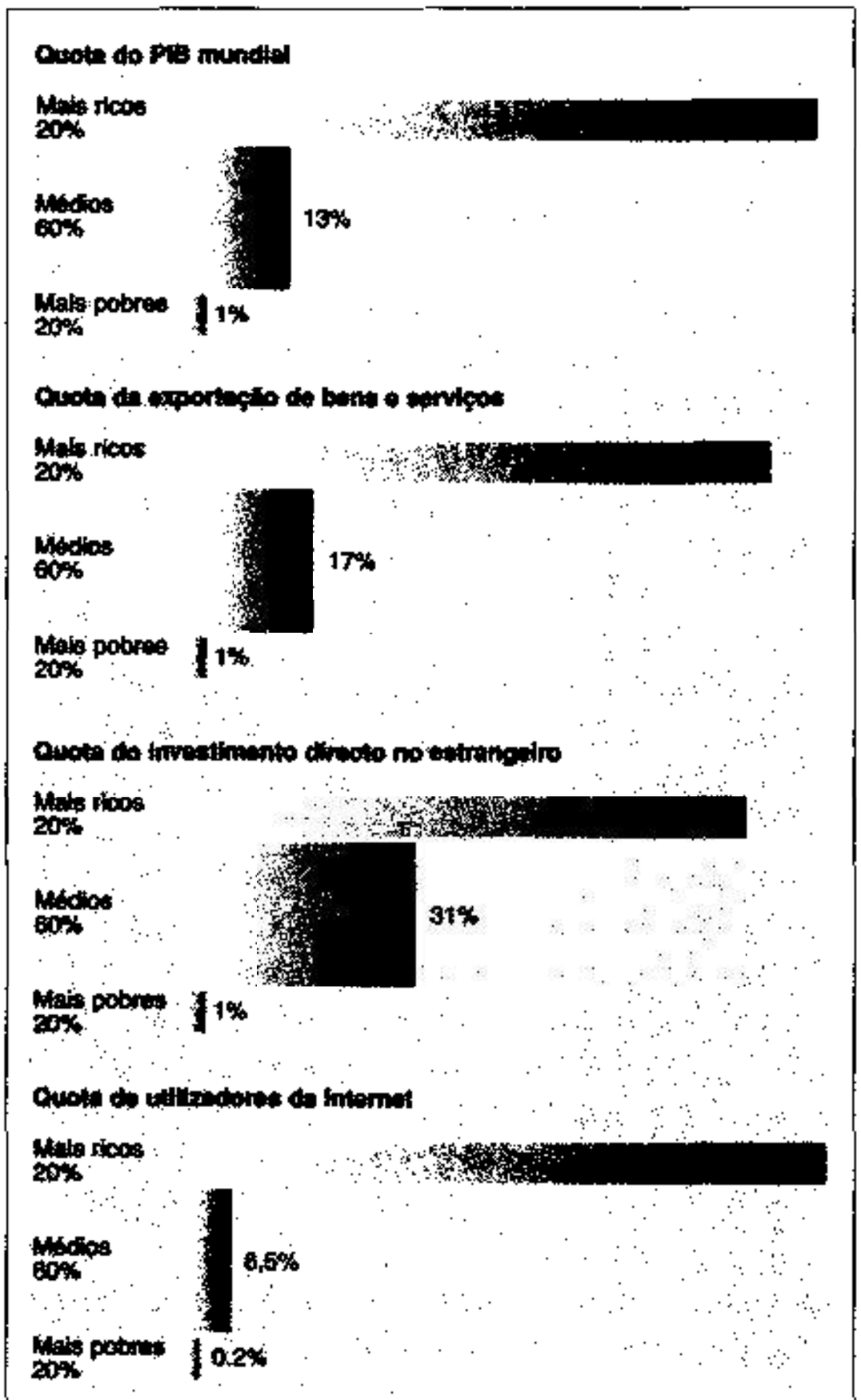
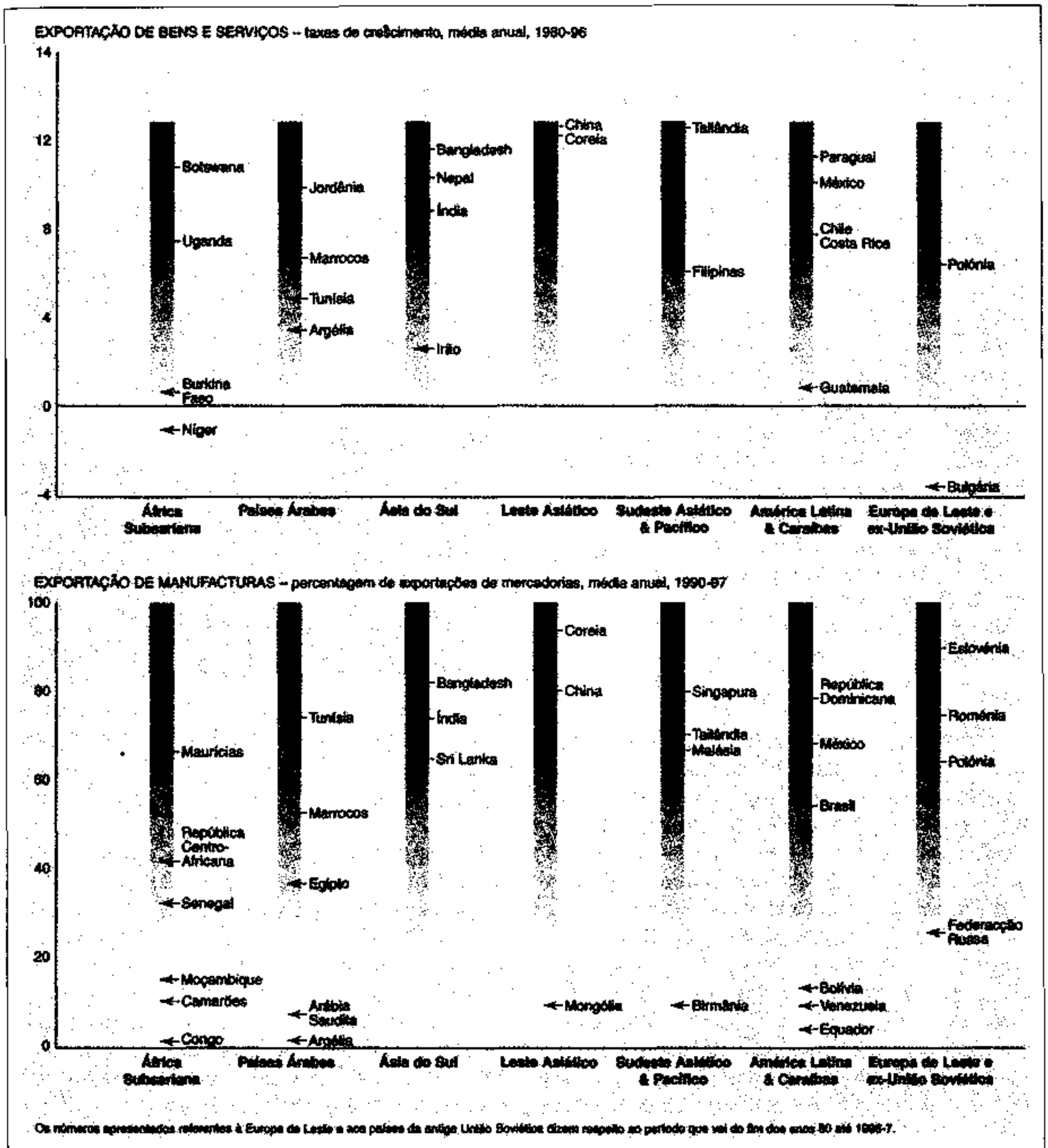


Figura 3.5 Quota dos países mais ricos e mais pobres em relação ao rendimento, comércio, finanças e telecomunicações a nível mundial, em 1997

Fonte: UNDP, *Human Development Report*, Oxford University Press, 1999, p. 2.



Os números apresentados relerentes à Europa de Leste e aos países da antiga União Soviética dizem respeito ao período que vai do fim dos anos 80 até 1996-7.

Figura 3.6 Desigualdades no nível de exportações entre países de diferentes regiões do mundo, 1980-97

Fonte: UNDP, Human Development Report, Oxford University Press, 1999, p. 27.

Banco Mundial confirmam este quadro: entre 93 países do mundo em vias de desenvolvimento, apenas 23 se podem considerar como em vias de integração rápida. Corre-se o risco de muitos dos países que mais necessitam de crescer economicamente serem deixados ainda mais para trás à medida que a globalização avança (Banco Mundial, 2000).

O comércio livre é visto por muitas pessoas como a chave para o desenvolvimento económico e o combate à pobreza. Entidades como a Organização Mundial de Comércio (OMC) lutam para liberalizar as trocas comerciais e para reduzir os entraves ao comércio entre os países do mundo. O comércio livre entre fronteiras nacionais é tido como uma «situação em que todos ganham», tanto os países desenvolvidos como os países em desenvolvimento. Embora as economias industrializadas tenham capacidade para exportar os seus produtos para mercados de todo o mundo, presume-se que os países em vias de desenvolvimento ficarão também a beneficiar, ao ganhar acesso aos mercados mundiais. O que, por sua vez, aumentará as suas perspectivas de integração na economia global.

Manifestação contra as queixas judiciais decorrentes das manifestações contra a política da Organização Mundial de Comércio durante a ronda negocial de Seattle.

A campanha a favor de uma «justiça global»

Nem toda a gente concorda que o comércio livre seja a solução para a pobreza e a injustiça mundiais. De facto, para muitos críticos, o comércio livre é, na verdade, um assunto que beneficia aqueles que já estão numa posição confortável, exacerbando os padrões existentes de pobreza e de dependência do Terceiro Mundo. Este tipo de críticas tem-se centrado muito em torno das políticas e medidas da Organização Mundial de Comércio (OMC), que tem liderado os esforços para aumentar o comércio mundial.

Em Dezembro de 1999 mais de 50.000 pessoas de todo o mundo encheram as ruas de Seattle num protesto que decorreu durante as conversações da chamada «Ronda do Milénio» da OMC. Durante quatro dias, Seattle viu-se inundada de manifestações cheias de cor, teatros de rua, actos de desobediência civil, marchas, workshops e acções de formação. Sindicalistas, ambientalistas, defensores dos direitos humanos, activistas antinuclear, agricultores e representantes de centenas de ONG's locais e internacionais, uniram esforços para fazer ouvir a sua frustração em relação à OMC – uma organização que, segundo muitos, protege acima de tudo os interesses económicos, negligenciando outras preocupações, como os direitos humanos, os direitos laborais, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Embora os protestos tenham decorrido de uma forma predominantemente pacífica, verificaram-se violentos confrontos entre manifestantes e as forças policiais locais, que recorreram a gás lacrimogéneo e a balas de borracha para controlar as multidões que pararam o movimento do centro de Seattle.

Negociadores oriundos dos 134 países membros da OMC tiveram de se reunir para discutir e procurar chegar a um acordo em relação a medidas a tomar para liberalizar as condições impostas ao comércio mundial, e quanto ao investimento na agricultura e em produtos florestais, entre outros assuntos. No entanto, as negociações foram interrompidas antes do previsto sem que se tivessem alcançado acordos. Os organiza-

dores dos protestos estavam triunfantes – os manifestantes não só haviam conseguido interromper as negociações, como também fizeram vir ao de cima conflitos internos entre as várias delegações. Os protestos de Seattle foram considerados a maior vitória conseguida pelos activistas em favor da «justiça global».

Mas por que lutam estas pessoas mobilizadas? Representarão a emergência de um poderoso «movimento antiglobalização», como defendem alguns observadores? Nos meses que se seguiram aos protestos de Seattle, tiveram lugar manifestações do mesmo género em outras cidades do mundo, como Londres ou Washington. Em comparação com as manifestações de Seattle, estes acontecimentos tiveram uma dimensão muito menor, embora tenham sido organizados com o mesmo fim. Os manifestantes defendiam que o comércio livre e a globalização económica conduziam a uma acumulação ainda maior da riqueza nas mãos de uns quantos, enquanto a pobreza aumentava na maior parte da população mundial. A maioria destes activistas concorda que o comércio mundial é necessário e potencialmente benéfico para as economias nacionais, embora defendam que é necessário ele seja regido por regras *diferentes* das favorecidas pela OMC. Argumentam que as regras de comércio deviam orientar-se, acima de tudo, pelo objectivo de proteger os direitos humanos, o ambiente, os direitos laborais e as economias locais – e não para garantir lucros ainda maiores para as empresas já de si ricas.

Os opositores da OMC argumentam que esta é uma organização não-democrática dominada pelos interesses dos países mais ricos do mundo – em especial pelos dos Estados Unidos da América. Embora entre os membros da OMC se incluam muitos países em vias de desenvolvimento, grande parte não tem praticamente nenhuma influência directa sobre a política seguida pela organização, pois a agenda é definida pelos países mais ricos. O presidente do Banco Mundial afirmou que dezanove dos quarenta e dois Estados africanos membros da OMC têm uma muito reduzida ou nenhuma representação na sede da organização em Genebra (Banco Mundial, 2000). Tais desequilíbrios parecem ter consequências bem reais. Por exemplo, apesar da OMC insistir com os países em vias de desenvolvimento para que abram os seus mercados às importações provenientes dos países industrializados, a mesma organização permitiu que os países desenvolvidos mantivessem complexas barreiras à importação de produtos agrícolas, com o objectivo de proteger os seus próprios sectores agrícolas. O que resulta daqui é que os países mais pobres, muitos dos quais permanecem predominantemente agrícolas, não conseguem ter acesso aos grandes mercados dos países desenvolvidos.

Uma outra questão discrepante reside na protecção dos direitos de propriedade intelectual – um assunto monitorizado multilateralmente através de um programa da OMC denominado TRIPS (Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights). Os países industrializados detêm 97% das patentes mundiais, enquanto o conceito de propriedade intelectual é alheio ao mundo em vias de desenvolvimento. Nas últimas duas décadas, verificou-se um aumento significativo do número de patentes registadas, à medida que as empresas de biotecnologia e as agências de investigação lutam por controlar e «possuir» cada vez mais formas de saber, tecnologia e biodiversidade. Muitas amostras de plantas, por exemplo, recolhidas em regiões biodiversas como as florestas tropicais, têm sido depois transformadas pelas empresas farmacêuticas em medicamentos lucrativos – e patenteados. O saber local acerca dos usos medicinais das plantas é muitas vezes usado no desenvolvimento e comercialização dos medicamentos, sem que no entanto a população local indígena receba qualquer compensação pelo facto. Enquanto os países industrializados forçam a OMC a apertar as leis de propriedade intelectual, muitos países em vias de desenvolvimento afirmam que tal vai contra as suas necessidades. As agendas de investigação são ditadas por interesses monetários, e não pelos humanitários, e os países mais pobres (e que mais beneficiariam do seu uso) podem acabar por não ter acesso às formas mais valiosas de tecnologia.

Outra crítica feita à OMC é a de que esta organização opera em segredo, não prestando contas aos cidadãos que são directamente afectados pelas suas decisões. Estas críticas são válidas em muitos aspectos. As disputas comerciais entre países membros da OMC são resolvidas à porta fechada por um comité composto por «especialistas» não eleitos. Quando uma decisão é tomada, todos os outros Estados membros ficam legalmente obrigados a acatá-la. A OMC pode igualmente pôr em causa ou anular leis nacionais que sejam consideradas «barreiras ao comércio»,

incluindo leis nacionais ou acordos bilaterais firmados para proteger o ambiente, impedir o esgotamento de recursos, salvaguardar a saúde pública ou garantir normas laborais ou direitos humanos. Por exemplo, a OMC agiu contra a União Europeia, quando esta se recusou a importar carne de vaca americana tratada à base de hormonas devido às alegadas ligações a casos de cancro, e pôs em causa uma lei aprovada pelo estado norte-americano de Massachusetts que proibia as empresas de investir na Birmânia (Myanmar) devido às violações dos direitos humanos que aí têm lugar.

Uma última preocupação partilhada por muitos activistas reside na enorme influência que os Estados Unidos da América têm sobre as actividades da OMC e outras organizações internacionais como o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional. Nos anos que se seguiram à queda da União Soviética, os EUA passaram a ser considerados por muitos como a única superpotência mundial. O que, de alguma forma, não deixa de ser verdade. Com o seu esmagador poderio militar, económico e político, os Estados Unidos da América conseguem influenciar as discussões e as medidas políticas adoptadas por muitas instituições internacionais. O carácter assimétrico da globalização deve ser visto em parte como um reflexo do facto de o poder económico e político estar concentrado nas mãos de um pequeno número de países.

Os críticos da OMC, e de outras instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional, defendem que essa obsessão com a integração económica mundial está a obrigar as pessoas a viver numa «economia» e não numa «sociedade». Muitos estão convencidos de que tais medidas irão enfraquecer ainda mais a posição económica das sociedades mais pobres, ao permitir que as transnacionais operem sem respeitar as normas ambientais ou de segurança. Os interesses comerciais, dizem, estão a ganhar uma preponderância crescente sobre a preocupação com o bem-estar da humanidade. Não é apenas nos países em vias de desenvolvimento, mas também no mundo industrializado, que se verifica a necessidade de se investir mais no «capital humano» – saúde pública, educação, formação –, se não quisermos que as divisões mundiais se agravem ainda mais. O principal desafio do século XXI é garantir que a globalização beneficie as pessoas do mundo inteiro, e não apenas aquelas que estão à partida bem colocadas para daí tirar partido.

Conclusão: A necessidade de uma governação global

À medida que a globalização avança, parece notório que as estruturas e os modelos políticos existentes não estão preparados para enfrentar um mundo cheio de riscos, desigualdades e desafios que transcendem as fronteiras dos países. Os governos nacionais vêem-se incapazes de, sozinhos, controlarem o aumento de incidência da SIDA, conterem os efeitos do aquecimento global, ou regularem os voláteis mercados financeiros. Muitos dos processos que afectam as sociedades do mundo inteiro estão além da competência dos actuais mecanismos de exercício do governo. Face a este «déficit» de governo, algumas pessoas têm exigido novas formas de governação mundial para lidar com questões globais de uma forma global. Segundo esta perspectiva, à medida que um número cada vez maior de problemas é colocado acima do nível individual dos países, as respostas a estes problemas também devem ser essencialmente transnacionais.

Embora não pareça realista falar em governação acima do nível do estado-nação, foram já dados alguns passos no sentido da criação de uma estrutura democrática global, como a constituição das Nações Unidas e da União Europeia. Esta última, em particular, pode ser vista como uma resposta inovadora à globalização, sendo provável que venha a tornar-se um modelo para organizações similares em outras partes do mundo onde os laços regionais sejam fortes. Novas forma de exercício de governo mundial podem ajudar a promover uma ordem global cosmopolita, onde sejam estabelecidas e observadas leis transparentes e padrões de comportamento internacional, como a defesa dos direitos humanos.

A década que se seguiu ao fim da Guerra Fria foi marcada pela violência, por conflitos domésticos e por transformações caóticas em muitas partes do mundo. Enquanto alguns observadores adoptaram um ponto de vista pessimista, vendo a globalização como um acelerador da crise e do caos, outros viram oportunidades cruciais para agregar as forças globalizantes no intuito de alcançar um nível cada vez maior de igualdade, democracia e prosperidade. Esta mudança em direcção a uma governação global e a instituições cada vez mais eficientes na regulação é absolutamente apropriada numa altura em que a interdependência mundial e o ritmo vertiginoso da

mudança ligam a população mundial mais do que nunca entre si. Está nas nossas mãos fazer prevalecer o desejo de um mundo social melhor. Na verdade, tal tarefa parece ser da maior necessidade e constituir simultaneamente o maior desafio que as sociedades humanas enfrentam no início do século XXI.

1 Um dos fenómenos sociais de maior importância para os sociólogos contemporâneos é a globalização – a intensificação da interdependência e das relações sociais mundiais. A globalização traduz-se no facto de vivermos cada vez mais num «único mundo», onde as nossas acções têm consequências para os outros e os problemas mundiais têm consequências para nós. A globalização afecta hoje em dia a vida das pessoas de todos os países, sejam ricos ou pobres, transformando não apenas os sistemas globais mas também a vida quotidiana.

2 A globalização é muitas vezes tida como um fenómeno económico, embora este ponto de vista seja demasiadamente simplista. A globalização resulta da conjugação de factores sociais, políticos, económicos e culturais. É conduzida, sobretudo, pelos avanços nas tecnologias de informação e comunicação, que intensificam a velocidade e a amplitude da interacção entre as pessoas em todo o mundo.

3 Vários factores estão a contribuir para o incremento da globalização. Em primeiro lugar, factores como o fim da Guerra Fria, o colapso dos regimes comunistas de estilo soviético e o crescimento das formas de governação regionais e internacionais, criaram as condições para uma maior aproximação entre os países de todo o mundo. Em segundo lugar, a divulgação das tecnologias de informação veio facilitar o fluxo de informação à volta do globo, encorajando as pessoas a adoptar uma postura global. Em terceiro, as multinacionais aumentaram em dimensão e importância, tendo constituído redes de produção e de consumo que abrangem o mundo inteiro e ligam os mercados económicos.

4 A globalização tornou-se um assunto de acesas discussões. Os «cépticos» defendem que a ideia de globalização é exagerada e que os níveis actuais de interdependência não são historicamente inéditos. Alguns cépticos centram-se antes nos processos de regionalização que estão a intensificar a actividade no âmbito de grandes grupos financeiros e comerciais. Os «hiperglobalizadores» adoptam uma postura contrária, defendendo que a globalização é um fenómeno real e de grande magnitude que ameaça reduzir a zero o papel dos governos nacionais. Um terceiro grupo, os transformacionalistas, acredita que a globalização está a alterar muitos aspectos da actual ordem mundial – incluindo as relações sociais, políticas e económicas – embora os velhos padrões ainda se mantenham. Segundo esta perspectiva, a globalização é um processo contraditório, envolvendo um fluxo multidireccionado de influências que por vezes se opõem entre si.

5 A globalização não se restringe aos grandes sistemas globais. O seu impacto reflecte-se nas nossas vidas pessoais, na maneira como pensamos acerca de nós próprios e nas nossas relações com os outros. As forças globalizantes penetram nos nossos contextos locais e nas nossas vidas pessoais, seja através de fontes impessoais como os meios de comunicação e a Internet, seja através de contactos pessoais com pessoas de outros países e culturas.

6 A globalização é um processo em aberto e contraditório – produz fenómenos difíceis de controlar e prever. Da globalização resultam novas formas de risco diferentes das anteriores. Os riscos externos são ameaças provenientes do mundo

natural, como os terramotos. Os riscos manufacturados resultam do impacto do saber e da tecnologia humana sobre o mundo natural. Alguns observadores acreditam que vivemos hoje numa sociedade global de risco, em que as sociedades humanas enfrentam riscos (como o aquecimento global) produzidos pela nossa própria acção sobre a natureza.

7 A globalização é um fenómeno em rápida expansão, ainda que de forma assimétrica. Foi referida a separação crescente entre os países mais ricos e os países mais pobres do mundo. A riqueza, o rendimento, os recursos e o consumo concentram-se nas sociedades desenvolvidas, enquanto grande parte do mundo em vias de desenvolvimento debate-se com a pobreza, a fome, as doenças e a dívida externa. Muitos dos países que mais necessitam dos benefícios da globalização correm o risco de ser marginalizados.

8 Nas últimas décadas, as barreiras ao comércio internacional têm sido progressivamente reduzidas e muitos observadores acreditam que o comércio livre e os mercados abertos permitirão que os países em desenvolvimento se integrem de uma forma mais plena na economia mundial. Os que se opõem a esta visão argumentam que as entidades internacionais de comércio, como a Organização Mundial de Comércio, são dominadas pelos interesses dos países mais ricos e esquecem as necessidades do Terceiro Mundo. Argumentam que as regras que ditam o comércio mundial devem, acima de tudo, defender os direitos humanos, os direitos laborais, o meio ambiente e as economias nacionais, e não apenas procurar garantir maiores lucros para as empresas.

9 A globalização está a produzir riscos, desafios e desigualdades que atravessam fronteiras nacionais e diminuem a capacidade das estruturas políticas existentes. Em virtude de os governos não estarem preparados para, sozinhos, lidarem com estas questões transnacionais, há necessidade de novas formas de governação global, para lidar com os problemas mundiais de uma formal global. Reafirmar a nossa vontade no mundo social em rápida mudança em que vivemos pode constituir o maior desafio do século XXI.

PARA REFLEXÃO

1 Como pode a globalização ser considerada também um fenómeno local?
2 A globalização causou a queda do Comunismo?
3 A «McDonaldização» é essencialmente um fenómeno de dimensão económica, cultural ou política da globalização?
4 Com o sentido crescente de individualismo, seremos hoje em dia livres de ser quem desejamos ou ficaremos sem saber que caminho seguir?
5 As transnacionais têm realmente mais poder do que os governos?
6 Porque se diz que cada vez mais os riscos são «manufacturados»?

ADICIONAIS

Peter Dicken, *Global Shift: Transforming the World Economy*, Nova Iorque: Guilford Press, 1998.

John Gray, *False Dawn: The Delusions of Global Capitalism*, Oxford: Granta Books, 1998.

David Held, *et al* (Eds.), *Global Transformations*, Cambridge, Polity, 1999.

Frank J. Lechner, & John Boli, (Eds.), *The Globalization Reader*, Oxford: Blackwell, 2000.

J. Timmons Roberts, & Amy Hite, (Eds.) – *From Modernization to Globalization: Perspectives on Development and Social Change*, Oxford: Blackwell, 1999.

Sarah Owen Vandersluis, & Paris Yeros, (Eds.) – *Poverty on World Politics: Whose Global Era?*, Basingstoke: Macmillan, 1999.

A INTERNET

Centre for the Analysis of Risk and Regulation
http://www.lse.ac.uk/Depts/carr

Economic Policy Institute (sobre o comércio)
http://epinet.org/subjectpages/trade.html

Globalization Resource
http://www.polity.co.uk/global

International Forum on Globalization
http://www.ifg.org

One World International Foundation
http://www.oneworld.net/campaigns

Tradewatch .
http://www.tradewatch.org

Banco Mundial
http://www.worldbank.org/

Organização Mundial de Comércio
http://www.wto.org/

4

Interacção social e vida quotidiana

O estudo da vida quotidiana 80
Microssociologia e Macrossociologia 83
Comunicação não-verbal 84
A face, os gestos e as emoções 84
«Face» e auto-estima 85
Género e comunicação não-verbal 86
Conversa e regras sociais 86
Entendimentos partilhados 87
Experiências de Garfinkel 87
Vandalismo na interacção 88
Modos de falar 90
Gritos de resposta 90
Lapsos de língua 91
Face, corpo e fala na interacção 92
Encontros 93
Marcadores 94
Gestão das impressões 95
Regiões da frente e da retaguarda 95
Espaço pessoal 97
Interacção no tempo e no espaço 99
Tempo do relógio 100
A vida social e o ordenamento do espaço e do tempo 101
Conclusão: a compulsão da proximidade 101
Sumário 103
Questões para reflexão 104
Leituras adicionais 104
Endereços electrónicos 105

Capítulo 4: Interacção Social e Vida Quotidiana

Alguma vez teve uma conversa face-a-face com um estrangeiro? Ou visitou um sítio de Internet alojado num outro país? Fez alguma vez uma viagem ao estrangeiro? Se respondeu afirmativamente a uma destas questões, já testemunhou os efeitos da globalização na **interacção social** – o processo em que agimos e reagimos relativamente ao que nos rodeia. Embora sempre tenha havido interacções entre pessoas de nacionalidades diferentes, a verdade é que a globalização veio alterar tanto a frequência como a natureza desses contactos. Com a globalização, aumenta a proporção das nossas interacções que envolvem, directa ou indirectamente, pessoas de outras culturas ou nacionalidades.

Quais são as características das interacções sociais entre indivíduos de países diferentes? Aqueles que trabalham na área da Sociologia do Turismo deram contribuições importantes para o estudo desta questão. A globalização aumentou exponencialmente a possibilidade de fazer viagens internacionais, encorajando por um lado o interesse noutros países e, por outro, facilitando a mobilidade de turistas no espaço internacional. Esta expansão do turismo internacional traduz-se num aumento do número de interacções face-a-face entre pessoas de países diferentes. Segundo John Urry (1990), muitas destas interacções são configuradas pelo «olhar turístico», a expectativa do turista em passar por experiências exóticas quando em viagem pelo estrangeiro.

As experiências «exóticas» são aquelas que vão contra as nossas expectativas quotidianas sobre a forma habitual das interacções sociais e a interacção com o meio ambiente. Para muitos europeus que viajam até à Grã-Bretanha o facto de aí se guiar pelo lado esquerdo da estrada é desconcertante. As regras de trânsito estão tão enraizadas que achamos estranho as violações dessas regras. No entanto, enquanto turistas, sabe-nos bem essa estranheza. Em certo sentido, foi isso que pagámos para ver – juntamente com outras atracções turísticas. Imagine-se como seria frustrante viajar a um país estrangeiro e descobrir que tudo era praticamente igual à cidade onde se cresceu.

A maioria dos turistas não deseja passar por experiências *demasiado* exóticas. Um dos locais mais frequentados por jovens turistas em Paris, por exemplo, é a cadeia de restaurantes McDonalds. Os cidadãos britânicos quando viajam ao estrangeiro muitas vezes não resistem a visitar pubs e bares de típico estilo inglês. Por vezes, tais atracções são o resultado da curiosidade, mas as pessoas apreciam frequentemente o conforto de comer e beber num ambiente que lhes é familiar. Estas vontades contraditórias entre o exótico e o familiar são cruciais ao olhar do turista.

O olhar turístico pode limitar as interacções face-a-face entre turistas e habitantes locais. Destes últimos, aqueles que fazem parte da indústria do turismo podem ver com bons olhos a chegada dos turistas estrangeiros, dados os benefícios económicos que estes trazem aos locais que visitam. Os restantes habitantes locais podem estranhar os turistas, desagradando-lhes as suas atitudes exigentes ou o sobredesenvolvimento que normalmente está associado aos destinos turísticos populares. Os turistas podem questionar os habitantes locais acerca de certos aspectos das suas vidas quotidianas, tal como a comida, o trabalho e os hábitos de diversão. Fazem-no tanto para melhor compreender as outras culturas como para fazer maus juízos acerca daqueles que são diferentes. Com o aumento do turismo que a globalização trouxe, os sociólogos terão de observar detalhadamente os padrões de interacção que emergem entre turistas e habitantes locais, para determinar, entre outras coisas, se essas interacções são tendencialmente amistosas ou hostis.

O estudo da vida quotidiana

Embora à primeira vista o turismo pareça não ter grande interesse para os sociólogos, as experiências por que passam os turistas no estrangeiro podem, na verdade, revelar muito acerca do mundo social. A ideia de «olhar turístico» é importante pelo que revela acerca do papel das nossas vidas quotidianas na configuração da percepção que temos do mundo

que nos rodeia – o que é corrente e familiar, ou o que é excepcional. Na maioria das vezes, as actividades e as vistas que a um turista estrangeiro parecem «exóticas», são uma parte prosaica da vida da população local.

Tome-se, como exemplo, um grupo de turistas ocidentais de visita a um país muçulmano pela primeira vez. Estes são frequentemente surpreendidos pelo som das «chamadas para a oração» que se ouve cinco vezes por dia a partir dos minaretes de centenas de mesquitas. Este som, belo e inquietante, é estranho à maioria dos ouvidos ocidentais. Para os habitantes locais, no entanto, esta chamada para a oração faz de tal modo parte da sua vida quotidiana que é sentida de forma mais ou menos inconsciente. Se viajarem até ao Ocidente, onde as chamadas para a oração geralmente não se fazem ouvir, os cidadãos muçulmanos sentiriam a sua ausência de uma forma estranha e confusa.

Independentemente de onde se viva, há coisas que fazemos diariamente vezes sem conta de uma forma mais ou menos desatenta. Como um outro exemplo, tome-se o caso de uma interacção muito simples que ocorre milhões de vezes por dia em qualquer cidade do mundo. Quando duas pessoas se cruzam na rua de uma cidade, trocam à distância breves olhares, desviando o olhar e evitando olhar nos olhos da outra pessoa. Ao fazê-lo, estes indivíduos ilustram o que Erving Goffman (1967, 1971) designou como desatenção civil, aquilo que, em muitas situações, exigimos uns dos outros.

A desatenção civil não é, de modo nenhum, o mesmo que ignorar a outra pessoa. Cada indivíduo demonstra ao outro o reconhecimento da sua presença, mas evita qualquer gesto que possa ser entendido como intromissão. Demonstrar desinteresse civil é algo que fazemos de forma mais ou menos inconsciente, mas é de uma importância fundamental no nosso dia-a-dia.

A desatenção civil que as pessoas atribuem umas às outras quando se cruzam na rua não é algo que aconteça por acaso, mas uma técnica desenvolvida pelos habitantes das cidades que tem sido observada e estudada pelos interaccionistas simbólicos.

Pode-se ser levado a pensar que estes aspectos triviais do comportamento social – tal como passar por alguém na rua ou reagir a práticas desconhecidas como a chamada para a oração – são menores e desinteressantes. Na verdade, o estudo destas formas aparentemente insignificantes de interacção social é da maior importância para a Sociologia. Longe de ser desinteressante, é uma das áreas mais empolgantes da investigação sociológica. Há três razões que tornam importante o estudo da interacção social quotidiana.

Em primeiro lugar, as rotinas do dia-a-dia, com as suas interacções quase constantes com outras pessoas, dão forma e estruturam o que fazemos. Através do seu estudo, podemos aprender bastante sobre nós mesmos enquanto seres sociais e acerca da própria vida social. As nossas vidas estão organizadas de acordo com a repetição de padrões semelhantes de comportamento dia após dia, semana após semana, mês após mês e ano após ano. Pense, por exemplo, no que fez ontem e no dia anterior. Se tanto um como outro foram dias de semana, ter-se-á levantado sensivelmente à mesma hora (uma rotina importante em si mesma). [illegible] tante cedo, iniciando a viagem de casa para a escola ou universidade que repete virtualmente todos os dias úteis. Ter-se-á provavelmente encontrado com alguns amigos para almoçar, voltando depois à tarde para as aulas ou para o estudo. Mais tarde, repetirá o mesmo caminho de regresso a casa, saindo possivelmente à noite com outros amigos.

É claro que as rotinas que seguimos diariamente não são idênticas e que os padrões de actividade aos fins-de-semana são diferentes dos padrões próprios dos dias úteis. Se ocorre uma grande mudança na nossa vida, como, por exemplo, terminar a faculdade e começar a trabalhar, temos normalmente de efectuar grandes alterações nas rotinas do dia-a-dia; mas então será novamente estabelecido um conjunto de novos hábitos, relativamente estáveis e regulares.

Em segundo lugar, o estudo da vida quotidiana é revelador quanto à forma como os seres humanos podem agir de modo a moldar a realidade. Embora o comportamento social, até certo ponto, se guie por determinadas forças, como os papéis, as normas e as expectativas partilhadas, os indivíduos percepcionam a realidade de forma diferente de acordo com a sua origem social, interesses e motivações. Em virtude de os indivíduos serem capazes de agir de forma criativa, estão continuamente a configurar a realidade através das decisões que tomam e das acções que praticam. Por outras palavras, a realidade não é rígida ou estática – é uma criação das interacções humanas. Esta noção de *construção social da realidade* (ver caixa, página 98) é crucial para a perspectiva do interaccionismo simbólico apresentada no primeiro capítulo («O que é a Sociologia?»).

Em terceiro lugar, estudar a interacção social na vida quotidiana ilumina a interpretação de sistemas e instituições sociais mais amplos. Na verdade, todos os *sistemas sociais* de grande dimensão dependem dos padrões de interacção social em que nos envolvemos no decorrer das nossas vidas quotidianas. Isto é fácil de demonstrar. Considerem-se, mais uma vez, dois estranhos que se cruzam na rua. Tal acontecimento parece ter pouca relevância directa para as instituições de grande escala, formas de organização social mais permanentes. Mas se tivermos em conta o peso de muitas interacções deste tipo, verifica-se que

"A vida quotidiana seria impossível se tivéssemos que pensar de forma consciente nas coisas que fazemos quotidianamente – e no entanto..."

Homens e mulheres em público: fazendo a ponte entre Microssociologia e Macrossociologia

*Uma mulher anda pela rua e é assediada verbal*mente por um grupo de homens – é uma interacção suficientemente comum e que parece, à primeira vista, ser um objecto típico de análise microssociológica. Em «*Passing By: Gender and Public Harassment*», Carol Brooks Gardner chegou à conclusão de que este tipo de interacção indesejada ocorre em determinados contextos, sendo que os mais óbvios são os locais de construção civil, e a maioria das vezes as mulheres entendem-nos como abusivos.

Embora o caso isolado de assédio de um mulher possa ser analisado em termos microssociológicos, centrando-se a análise numa única interacção, não é proveitoso abordá-lo deste modo. Ele é um caso típico das conversas de rua que envolvem homens e mulheres que não se conhecem (Gardner, 1995). Não se pode entender verdadeiramente este tipo de interacção sem analisar o contexto mais amplo da *hierarquia de género na sociedade*. Assim sendo, compreende-se como as análises microssociológicas e macrossociológicas estão relacionadas. Gardner, por exemplo, relacionou o assédio masculino dirigido a mulheres com o sistema vigente de desigualdade de género, representado pelo privilégio masculino no espaço público, pela vulnerabilidade física das mulheres e pela ameaça constante de violação.

Sem fazer ligação entre a Microssociologia e a Macrossociologia, só teremos acesso a um entendimento limitado deste tipo de interacções. É como se estas fossem casos isolados, ou como se fosse possível eliminá-las ensinando boas maneiras às pessoas. Entender a relação entre os planos micro e macro ajuda-nos a perceber que para enfrentar o problema nas suas causas é necessário primeiro eliminar as formas de desigualdade de género que dão aso a este tipo de interacção.

não é assim. A maioria das pessoas das sociedades modernas vive em cidades e metrópoles, interagindo constantemente com pessoas que não conhece pessoalmente. A desatenção civil é um de entre os vários mecanismos que conferem à vida social urbana, com as suas multidões e contactos impessoais, as suas características próprias.

Microssociologia e Macrossociologia

O estudo do comportamento quotidiano em situações de interacção directa é usualmente denominado **microssociologia**. A análise em microssociologia centra-se em indivíduos ou grupos pequenos. É diferente da **macrossociologia** que se debruça sobre sistemas sociais em grande escala, como o sistema político ou a ordem económica. Engloba também a análise de processos de mudança a longo prazo, como o desenvolvimento do industrialismo. À primeira vista, pode parecer que a micro e a macro-análise são bastante diferentes uma da outra, mas, na verdade, as duas encontram-se estreitamente imbricadas (Knorr-Cetina e Cicourel, 1981; Giddens, 1984), como se verá ao longo deste capítulo.

A macro-análise é essencial para se poder compreender a base institucional da vida quotidiana. As formas como as pessoas vivem o seu dia-a-dia são largamente afectadas pelo enquadramento institucional mais amplo de que fazem parte, como se torna claro se compararmos o ciclo diário de actividades de uma cultura tradicional com a vida característica num ambiente urbano industrializado. Nas sociedades modernas, estamos constantemente em contacto com estranhos. Este contacto pode ser indirecto e impessoal. Contudo, por mais relações indirectas ou electrónicas que tenhamos, a presença de outras pessoas permanece crucial. Embora possamos escolher enviar uma mensagem electrónica através da Internet a um conhecido, podemos escolher também viajar de avião milhares de quilómetros para passar um fim-de-semana com uma pessoa amiga.

Os estudos microssociológicos, por sua vez, são necessários para entendermos os padrões institucionais mais amplos. A interacção face-a-face é claramente a base principal de todas as formas de organização social, por maior que esta última seja. Suponha que se está a estudar uma empresa na qual muitas das actividades podiam ser estudadas em termos de comportamento face-a-face. Podia-se, por exemplo, observar a interacção entre os directores, observar a interacção entre os trabalhadores em geral. Desta forma, não poderíamos obter uma imagem desta organização no seu todo, já que muitas das relações comerciais envolvidas são transacções através de documentos impressos, cartas, telefonemas e computadores. Contudo, poderíamos certamente dar um contributo significativo para entender a forma como a organização opera.

Em capítulos posteriores, serão analisados outros exemplos do modo como a interacção em contextos micro afecta processos sociais de âmbito maior, e como, por sua vez, os sistemas macro influenciam contextos particulares da vida social. Primeiro, contudo, prestar-se-á atenção a aspectos não verbais (expressões faciais e gestos corporais) que usamos na interacção uns com os outros. Analisar-se-á depois o discurso quotidiano – o uso que fazemos da linguagem no sentido de transmitir aos outros aquilo que pretendemos. Finalmente, centrar-nos-emos na forma como as rotinas do dia-a-dia estruturam as nossas vidas, prestando uma atenção particular ao modo como coordenamos as nossas acções no tempo e no espaço.

Comunicação não-verbal

A interacção social depende de uma relação subtil entre aquilo que expressamos por palavras e o que queremos transmitir através de numerosas formas de **comunicação não-verbal** – a troca de informação e sentido através da expressão facial, de gestos ou movimentos corporais. A comunicação não-verbal é por vezes designada como «linguagem corporal», mas a expressão é enganadora, na medida em que usamos tradicionalmente tais sinais não verbais para eliminar ou expandir o que é dito por palavras.

A face, os gestos e as emoções

Um dos aspectos mais importantes da comunicação não-verbal é a expressão facial da emoção. Paul Ekman e os seus colegas desenvolveram, para descrever os movimentos musculares faciais que dão origem a determinadas expressões, aquilo a que chamam *Sistema de Codificação da Acção Facial* (SCAF) (Ekman e Friesen, 1978). Através deste sistema, procuraram introduzir alguma precisão numa área reconhecidamente aberta a interpretações incon-

Estas fotografias de Paul Ekman, de expressões faciais de um homem de uma tribo numa região isolada da Nova Guiné, ajudam a comprovar a ideia de que os modos essenciais de expressão das emoções são os mesmos para todas as pessoas. Neste caso, foram dadas instruções às pessoas para mostrar facialmente determinados episódios: (A) recebe a visita de um amigo e sente-se feliz com isso; (B) a morte de um filho; (C) sente-se furioso e prestes a iniciar uma luta; (D) vê um porco morto no chão, já em estado de decomposição.

sistentes ou contraditórias – pois há pouco consenso sobre como identificar e classificar correctamente as emoções. Charles Darwin, o fundador da teoria evolucionista, defendeu a existência de modos básicos de expressão emocional comuns a todos os seres humanos. Apesar desta ser uma ideia posta em causa por alguns autores, as pesquisas de Ekman entre indivíduos de origens culturais muito diferentes parecem confirmá-la. Ekman e Friesen levaram a cabo um estudo sobre uma comunidade isolada da Nova Guiné, cujos membros não tinham tido praticamente nenhum contacto prévio com o exterior. Quando lhes foram mostradas imagens de expressões faciais ilustrando seis emoções diferentes (felicidade, tristeza, ira, repugnância, medo e surpresa), os nativos foram capazes de identificá-las.

Segundo Ekman, o resultado do seu e de outros estudos levados a cabo entre diferentes povos reforça a ideia de que as expressões faciais das emoções e as suas interpretações são características inatas dos seres humanos. O autor reconhece que as provas que apresentou não o conseguem demonstrar de forma conclusiva, sendo possível que possam estar em causa experiências culturais de aprendizagem amplamente partilhadas. Contudo, as suas conclusões são apoiadas por outros tipos de pesquisas. Eibl-Eibesfeldt estudou seis crianças cegas e surdas de nascença, de modo a verificar até que ponto as suas expressões faciais seriam idênticas às dos indivíduos sem essas deficiências em determinadas situações emocionais (Eibl-Eibesfeldt, 1973). Descobriu que as crianças sorriam quando envolvidas em actividades tipicamente agradáveis, levantavam as sobrancelhas exprimindo surpresa quando cheiravam um objecto com um cheiro diferente e franziam a testa quando lhes ofereciam repetidamente um objecto de que não gostavam. Como não podiam ter visto outras pessoas a comportarem-se desta forma, tudo indica que estas reacções são determinadas de forma inata.

Usando o sistema SCAF, Ekman e Friesen identificaram uma série de movimentos musculares faciais próprios dos bebés recém-nascidos, em tudo semelhantes às expressões adultas de emoções. Os bebés, por exemplo, parecem produzir expressões faciais idênticas à expressão de repulsa do adulto (franzindo os lábios e a testa) em resposta a sabores azedos. Mas embora as expressões faciais de emoções pareçam ser, em parte, inatas, factores culturais e individuais influenciam a forma exacta que os movimentos faciais adquirem e os contextos em que são considerados apropriados. Por exemplo, a forma como as pessoas sorriem, os movimentos precisos dos lábios e de outros músculos faciais, e até que ponto um sorriso é fugaz, tudo isto varia de acordo com diferentes culturas.

Não há gestos ou aspectos da postura corporal que se tenha provado poderem ser característicos de todas, ou mesmo da maioria das culturas. Em algumas sociedades, por exemplo, as pessoas inclinam a cabeça para dizer «não», o oposto do que fazemos no Ocidente. Gestos que os europeus e americanos fazem com muita frequência, como apontar, parecem não existir em certas culturas (Bull, 1983). Da mesma forma, o gesto que consiste em colocar o dedo indicador direito no centro da bochecha e depois rodá-lo, em sinal de elogio, é frequente em certas regiões de Itália, mas parece ser inexistente no resto do mundo. Tal como sucede com as expressões faciais, os gestos e a postura corporal são constantemente utilizados para «completar» expressões verbais e também para transmitir significados sem que nada seja dito. As expressões faciais, os gestos e a postura corporal podem ser usados com a intenção de brincar, mostrar ironia ou cepticismo.

As impressões não verbais que usamos de forma não consciente indicam frequentemente que o que dizemos nem sempre corresponde propriamente ao que estamos a sentir. Corar é provavelmente o exemplo mais óbvio, mas existe um número de indicadores mais subtis que podem ser captados pelas outras pessoas. Uma pessoa experiente nestas matérias consegue muitas vezes, através do estudo de sinais não-verbais, detectar o engano. O suor, a excitação, o olhar fixamente ou o piscar os olhos, e expressões faciais que permanecem no rosto de forma prolongada (as expressões faciais genuínas tendem a desvanecer-se depois de quatro ou cinco segundos) podem indicar que uma pessoa está a tentar enganar. Usamos deste modo as expressões faciais e os gestos corporais dos outros para completar o que eles comunicam verbalmente e para testar a sua sinceridade.

«Face» e auto-estima

A palavra «face» pode também relacionar-se com a *estima* que os outros têm por um indivíduo. Na vida

social do dia-a-dia, prestamos geralmente muita atenção a «salvar a face». Muito do que consideramos delicadeza e etiqueta em reuniões sociais consiste em não reparar em aspectos do comportamento que, de outra forma, poderiam levar a uma «perda da face». Não nos referimos a episódios do passado de um indivíduo ou a características suas que se fossem mencionadas poderiam resultar em embaraço. Abstemo-nos de piadas acerca da calvície quando notamos que alguém presente usa capachinho – a não ser que seja entre amigos íntimos. O tacto é uma espécie de mecanismo de protecção que cada um emprega, na expectativa de, em contrapartida, as suas próprias fraquezas não serem deliberadamente expostas. As nossas vidas quotidianas, por conseguinte, não se limitam a ter lugar. Sem nos apercebermos disso, a maior parte do tempo mantemos habilmente um controlo estreito e contínuo sobre a expressão facial, a postura física e o gesto durante a interacção que mantemos com os outros.

Algumas pessoas são especialistas no controlo da expressão facial e da comunicação com tacto da interacção com os outros. Um bom diplomata, por exemplo, tem de ser capaz – transmitindo uma imagem de à-vontade e conforto – de interagir com outros com quem esteja em desacordo ou mesmo achar repelentes. O grau de sucesso com que esta capacidade é utilizada pode afectar o destino do mundo inteiro. A destreza diplomática, por exemplo, pode atenuar tensões entre nações e evitar guerras.

Género e comunicação não-verbal

Existirá uma dimensão de género na interacção social quotidiana? Há razões para acreditar que sim. Em virtude de as interacções serem moldadas pelo contexto social mais amplo, é natural que tanto a comunicação verbal como a comunicação não-verbal possam ser percebidas e transmitidas de maneira diferente por homens e mulheres. Como se verá no capítulo 5 («Género e Sexualidade»), as concepções de género e os papéis de género são, em grande medida, influenciados por factores sociais, estando de um modo geral relacionados com questões de poder e posição social. Estas dinâmicas são bastante óbvias, mesmo em interacções comuns da vida quotidiana. Tome-se, como exemplo, uma das expressões não-verbais mais comuns – o contacto visual. Os indivíduos recorrem ao contacto visual de variadas formas, frequentemente de modo a captar a atenção de alguém ou para iniciar uma interacção social. Nas sociedades onde os homens exercem um domínio completo sobre as mulheres tanto na esfera pública como na vida privada, os homens podem sentir um maior à-vontade do que as mulheres em iniciar um contacto visual com desconhecidos.

Uma forma específica de contacto visual – olhar fixamente – ilustra o contraste que pode haver no «significado» de formas idênticas de comunicação não-verbal. Um homem que «olha» desta forma para uma mulher pode ser interpretado como estando a comportar-se de forma «natural» ou «inocente». Se a mulher se sentir desconfortável, pode fugir a esse olhar, desviando os olhos ou optando por não manter a interacção. Por outro lado, uma mulher que olha fixamente para um homem é muitas vezes considerada como estando a comportar-se de forma sexualmente provocante ou insinuante. Embora isoladamente estes casos possam parecer inconsequentes, no seu conjunto ajudam a reiterar padrões de dominação de género.

Conversa e regras sociais

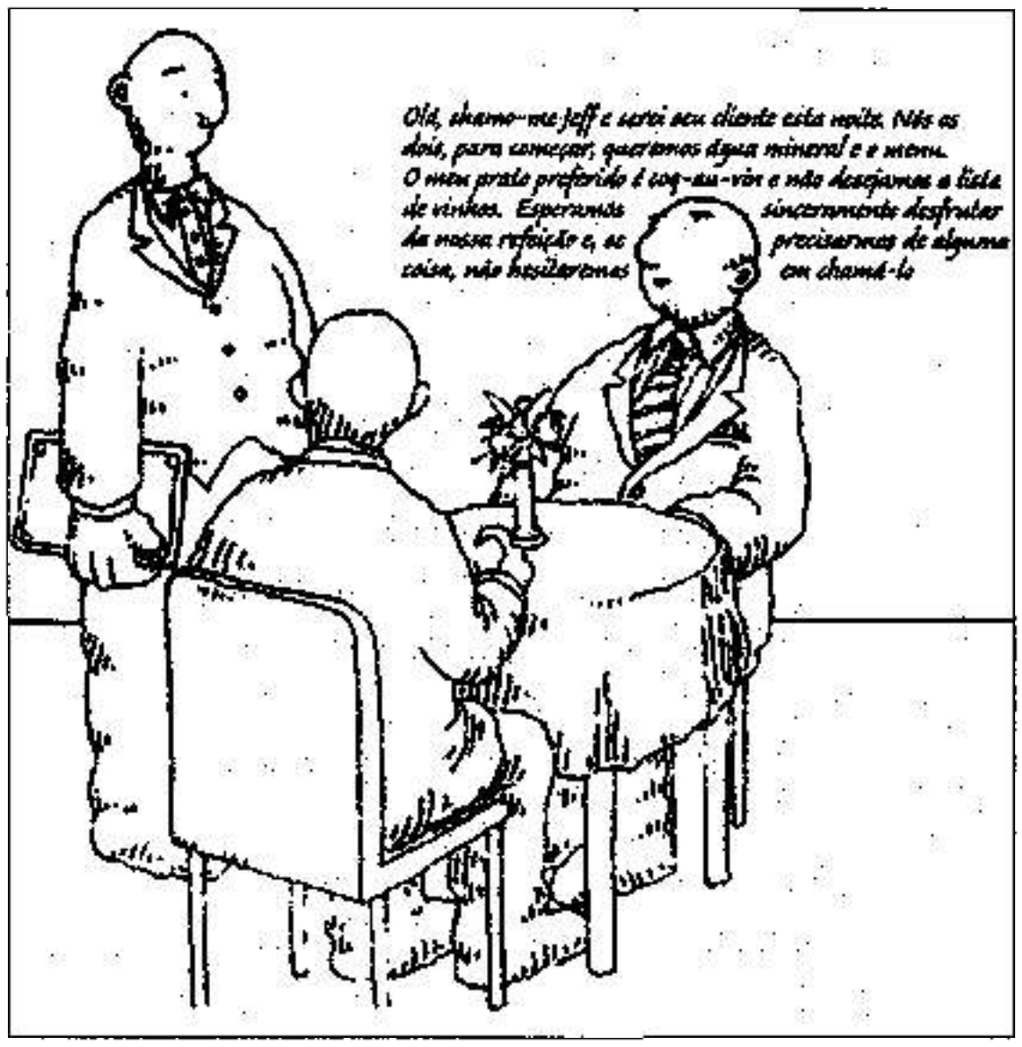
Embora usemos rotineiramente muitos sinais não verbais no nosso comportamento, e recorramos a eles para entender os outros, muita da nossa interacção é levada a cabo através da fala – trocas verbais casuais – que decorre durante conversas informais com outros. Os sociólogos sempre reconheceram que a linguagem é fundamental para a vida social. Contudo, foi recentemente desenvolvida uma abordagem preocupada especificamente com a forma como as pessoas usam a linguagem nos contextos normais da vida quotidiana. O estudo das conversas tem sido fortemente influenciado pela obra de Erving Goffman. Mas a influência mais importante para este tipo de estudos é a de Harold Garfinkel, o fundador da Etnometodologia (Garfinkel, 1984).

A Etnometodologia é o estudo dos «etnométodos» – os métodos populares ou não eruditos – usados pelas pessoas para *entender* o que os outros fazem e, especialmente, aquilo que dizem. Todos aplicamos este tipo de métodos, normalmente sem ter de lhes dar uma atenção consciente. Frequentemente,

podemos apenas atribuir um sentido ao que é dito durante uma conversa se conhecermos o seu contexto social, que é exterior às próprias palavras. Veja-se a seguinte conversa (Heritage, 1984, p. 237).

A: Tenho um filho de 14 anos.
B: Bom, tudo bem.
A: Tenho também um cão.
B: Oh, lamento imenso.

O que pensa que se passa aqui? Qual a relação entre estes dois interlocutores? Se soubermos que esta é uma conversa entre um senhorio e um candidato a inquilino, então ela faz sentido. Alguns senhorios aceitam inquilinos com crianças, mas não permitem animais no prédio. Contudo, sem conhecer o contexto social, as respostas do indivíduo B parecem não ter qualquer relação com as afirmações do indivíduo A. *Parte* do sentido está nas palavras e outra *parte* na forma como o contexto social estrutura o discurso.



Muitas das «regras» que regem as conversas quotidianas só se tornam óbvias quando alguém as desrespeita.

Entendimentos partilhados

As formas mais inconsequentes de conversa diária pressupõem uma compreensão partilhada complexa e conhecimentos trazidos a lume pelas partes envolvidas. De facto, as conversas de ocasião são de tal modo complexas que até ao momento tem-se provado ser impossível programar mesmo os computadores mais sofisticados para conversarem com seres humanos. As palavras que usamos em conversas banais nem sempre têm um sentido preciso e «ajustamos» o que queremos dizer através de pressupostos implícitos e não verbais que ajudam a conferir sentido. Se uma pessoa pergunta a outra, «O que fizeste ontem?», não há uma resposta óbvia sugerida pelas palavras empregues na questão. Um dia é muito tempo e seria lógico que se respondesse: «Bem, às sete e dez da manhã levantei-me da cama, fui para a casa de banho e comecei a lavar os dentes. Às sete e onze entrei na banheira...». Entendemos o tipo de resposta que a pergunta exige, desde que conheçamos, entre outras coisas, quem interroga, o tipo de actividades que quem interroga e quem é interrogado fazem em conjunto e o que faz habitualmente o último num dado dia da semana.

As experiências de Garfinkel

As «expectativas de fundo» com as quais organizamos conversas banais foram realçadas por algumas experiências levadas a cabo por Garfinkel entre estudantes voluntários. Foi solicitado aos estudantes que conversassem com amigos e familiares, insistindo, contudo, em que fosse esclarecido o sentido de toda e qualquer afirmação, nomeadamente de frases banais ou comentários gerais. Se alguém dissesse: «Tenha um bom dia», o outro deveria interrogar: «*Bom*, em que sentido, exactamente?» ou «A que parte do dia se refere?», e assim por diante. O exemplo seguinte é o resultado de uma destas conversas (Garfinkel, 1963):

S: Como está?
E: Como estou em relação a quê? À minha saúde, às minhas finanças, ao meu trabalho escolar, ao meu estado de espírito, ao meu...
S: (corando e repentinamente descontrolado) : Ouça lá, estava só a tentar ser simpático. Sinceramente, estou-me nas tintas para como você está.

Porque é que as pessoas se enervam tanto quando outros não respeitam convenções aparentemente

menores das conversas? A resposta é que a estabilidade e o sentido da nossa vida social quotidiana dependem de pressupostos culturais implícitos e partilhados acerca do que é dito e porquê. Se não tomássemos isto como adquirido, a comunicação verbal com sentido seria impossível. A qualquer questão ou contribuição para uma conversa teria de seguir-se um extensivo «procedimento de pesquisa» do tipo recomendado aos estudantes sujeitos às experiências de Garfinkel, o que faria a interacção romper-se. O que, à primeira vista, parece ser um conjunto de convenções de conversação banais, acaba por ser fundamental para o próprio funcionamento da vida social, razão pela qual a sua transgressão traz sérias consequências.

Devemos notar que, na vida quotidiana, as pessoas ocasionalmente fingem deliberadamente ignorar o conhecimento não declarado envolvido na interpretação de uma declaração, observação ou questão. Isto pode ser feito para provocar o outro, brincar com ele, causar embaraço ou chamar a atenção para um sentido duplo do que foi dito. Considere-se, por exemplo, esta conversa clássica entre pai e filho adolescente:

P: Onde vais?
F: Vou sair.
P: O que é que vais fazer?
F: Nada.

As respostas do adolescente são precisamente o contrário das respostas dos estudantes das experiências de Garfinkel. Em vez que responder e desenvolver uma conversa como é normal, o filho adolescente recusa-se a dar respostas coerentes – basicamente, dizendo «mete-te na tua vida, pai».

A pergunta inicial poderia ter tido uma resposta diferente por parte de outra pessoa em outro contexto:

A: Onde vais?
B: Vou à rua dar uma volta sossegado.

B interpreta mal deliberadamente a pergunta de A, de modo a causar ironicamente preocupação ou frustração. O gozo, as piadas e o sentido de humor alimentam-se de tais equívocos deliberados sobre os pressupostos implícitos que um conversa implica, com intuito de fazer rir.

Vandalismo na interacção

Vimos já que a conversa é uma das principais formas de manter a vida quotidiana estável e coerente. Sentimo-nos mais confortáveis quando as convenções tácitas das conversas banais são respeitadas. Quando estas são quebradas, podemos muitas vezes sentir-nos ameaçados, confusos e inseguros. Na maior parte das conversas do quotidiano, os indivíduos prestam grande atenção às pistas deixadas pelos outros – como a entoação, pausas subtis ou gesticulações –, de modo a facilitar a conversa. Estando atentos uns aos outros, os participantes de uma conversa «cooperam» no princípio e no fim das interacções, falando alternadamente. Uma conversa onde um dos indivíduos não adopta uma postura cooperante pode gerar tensões.

Como parte de uma experiência sociológica, os alunos de Garfinkel criaram situações de tensão ao infringir de forma intencional as regras de conversação. Mas que dizer de situações que ocorrem na vida real onde as pessoas «criam problemas» por via das suas atitudes na conversa? Mitchell Duneier e Harvey Molotch (1999), dois sociólogos americanos, investigaram as trocas verbais entre transeuntes e «pessoas das ruas» de Nova Iorque, com o objectivo de perceber porque é que tais interacções são vistas frequentemente como algo problemático. Recorrendo a uma técnica chamada análise de conversação, compararam um conjunto de interacções de rua com uma amostra de conversas quotidianas. A análise de conversação é uma metodologia que procura sentido em todas as facetas de um conversa – das palavras «de ligação» mais pequenas (como «hum» ou «ah») ao «timing» preciso das trocas verbais (incluindo pausas, interrupções e sobreposições).

Duneier e Molotch analisaram as interacções entre homens negros – muitos dos quais alcoólicos, sem-abrigo e toxicodependentes – e mulheres brancas que passavam por eles na rua. Os homens tentavam frequentemente iniciar uma conversa, chamando a atenção, dirigindo piropos ou fazendo perguntas. Mas, segundo os autores, algo «corria mal» nessas conversas, pois as mulheres raramente respondiam como o fariam se se tratasse de uma interacção normal. Ainda que raramente os comentários dos homens fossem em tom hostil, as mulheres tendiam a apressar o passo e a desviar a cara. Descrevem-se em seguida as tentativas

feitas por Mudrick, um homem negro de cinquenta e muitos anos, para meter conversa com várias mulheres (Duneier e Molotch, 1999, p. 1273-4):

> (Mudrick) começa a sua interacção quando uma mulher branca que aparenta ter vinte e cinco anos se aproxima num passo constante:
>
> 1 Mudrick: Amo-te, miúda!
>
> Ela cruza os braços e acelera o passo, ignorando o comentário.
>
> 2 Mudrick: Casa comigo!
>
> A seguir, trata-se de duas mulheres brancas, provavelmente também na casa dos vinte e cinco:
>
> 3 Mudrick: Olá miúdas, estão as duas muito bonitas hoje. Têm algum dinheiro convosco? Comprem-me alguns livros.
>
> Elas ignoram-no. A seguir, trata-se de uma jovem negra.
>
> 4 Mudrick: Olá bonita. Olá bonita.
>
> Ela continua a andar sem lhe dar atenção
>
> 5 Mudrick: Desculpa lá, desculpa lá. Não finjas que não me estás a ouvir.
>
> Dirige-se então a uma mulher branca na casa dos trinta anos de idade.
>
> 6 Mudrick: Estou de olho em ti. Estás impecável, sabes?
>
> Ela ignora-o.

Saber negociar subtis «aberturas» e «fechos» de conversas é uma exigência fundamental para o civismo urbano. Duneier e Molotch descobriram que estes aspectos cruciais da conversação eram altamente problemáticos quando se tratava de interacções entre homens e mulheres. Enquanto as mulheres resistiam às tentativas masculinas de iniciar uma conversação, os homens ignoravam a resistência das mulheres, não se ficando por aí. Da mesma forma, se tinham sucesso na abertura de uma conversa, e uma vez esta iniciada, os homens podiam recusar-se a responder às pistas que as mulheres davam no sentido de a encerrar:

> 1 Mudrick: Olá bonita!
> 2 Mulher: Olá, como é que estás?
> 3 Mudrick: Tudo bem?
> 4 Mudrick: Estás muito bonita, sabias? Gosto da forma como tens o cabelo arranjado.
> 5 Mudrick: És casada?
> 6 Mulher: Sim.
> 7 Mudrick: Ai sim?
> 8 Mulher: Sim.
> 9 Mudrick: E as alianças, onde estão?
> 10 Mulher: Tenho-as em casa.
> 11 Mudrick: Tem-las em casa?
> 12 Mulher: Sim.
> 13 Mudrick: E posso saber o teu nome?
> 14 Mudrick: Chamo-me Mudrick, e tu?
>
> Ela não responde e vai-se embora (Duneier e Molotch, 1999, p. 1274).

Neste caso específico, Mudrick tem a palavra em nove das catorze falas que compõem a interacção, com o objectivo de iniciar a conversa e obter as respostas por parte da mulher. Com base na transcrição torna-se bastante óbvio que a mulher não está interessada em falar com Mudrick, mas quando a análise se faz com recurso a uma gravação a sua relutância torna-se ainda mais clara. A mulher responde – quando responde – sempre de forma evasiva, enquanto Mudrick responde de forma imediata, sobrepondo por vezes os seus comentários aos da mulher. Numa conversação, o «timing» é um indicador muito importante: na maior parte das interacções quotidianas, adiar uma resposta, ainda que por uma fracção de segundo, traduz o desejo de mudar o curso da conversa. Ao não respeitar estas regras tácitas da sociabilidade, Mudrick estava a conversar de uma forma «tecnicamente mal-educada». Em resposta, ao ignorar as repetidas tentativas de Mudrick de iniciar consigo uma conversa, a mulher estava também a ser «tecnicamente mal-educada».

Para Duneier e Molotch, é esta natureza «tecnicamente mal-educada» deste tipo de interacções de rua o que faz delas algo difícil de manejar pelos transeuntes. Sente-se um grande desconforto no recurso a um comportamento «tecnicamente mal-educado» em interacções com outras pessoas na rua, desconforto especialmente sentido pelos habitantes brancos de Nova Iorque com uma perspectiva política liberal. No entanto, quando as regras normais de abertura e fecho de conversas não são respeitadas, os indivíduos sentem uma noção de profunda e inexplicável insegurança.

Os autores usam o termo vandalismo na interacção para descrever casos como este, em que «uma pessoa subalterna quebra as regras tácitas da interacção quotidiana valiosas para os mais poderosos» (1999, p. 1288). Como Duneier e Molotch assinalam, os homens da rua conformam-se frequentemente nas interacções entre si, com donos de lojas, polícias,

familiares e conhecidos, com as formas normais de falar. Mas, quando querem, são capazes de subverter as convenções tácitas que regem as conversas quotidianas de uma forma que desorienta os transeuntes. Segundo os autores, ainda mais do que as agressões físicas ou insultos verbais vulgares, «o vandalismo na interacção deixa as vítimas incapazes de descrever, de forma articulada, o que se passou».

O estudo de Duneier e Molotch sobre o vandalismo na interacção fornece outro exemplo do duplo relacionamento entre interacções no plano micro e as forças que operam no nível macro. Para os homens da rua, as mulheres brancas que ignoram os seus esforços para iniciar uma conversa parecem distantes, frias e antipáticas – tornando-se alvos «legítimos» de tais interacções. Por sua vez, as mulheres podem muitas vezes entender o comportamento dos homens como uma prova de que são de facto perigosos, sendo melhor evitá-los. O vandalismo na interacção está intimamente relacionado com a classe, o *status*, o género e as estruturas raciais. O medo e a ansiedade que se geram neste tipo de interacções de rua ajudam a criar um estatuto à margem, o que, por sua vez, influencia as próprias interacções. O vandalismo na interacção é parte de um «sistema auto-sustentado de suspeitas e falta de civismo mútuo».

Modos de falar

É uma experiência intrigante ouvir uma gravação ou ler uma transcrição de uma conversa em que se tenha participado. Uma conversa é muito mais fragmentada, inconsistente e avessa à gramática do que a maioria das pessoas imagina. Quando tomamos parte numa conversa banal, temos tendência a pensar que aquilo que é dito é razoavelmente refinado, na medida em que completamos inconscientemente o sentido das próprias palavras; mas as conversas reais são muito diferentes das conversas dos romances, nas quais as personagens trocam frases bem estruturadas e gramaticalmente correctas.

Tal como no caso das ideias de Goffman acerca da desatenção civil, pode presumir-se que a análise de conversas banais é um assunto relativamente marginal face às principais preocupações da Sociologia; de facto, por esta razão, muitos sociólogos são críticos assumidos das pesquisas etnometodológicas. Contudo, alguns dos argumentos usados para defender a importância da obra de Goffman para a Sociologia podem aplicar-se também à Etnometodologia. Estudar a linguagem quotidiana provou ser tão complexo quanto o domínio da linguagem que a maioria das pessoas tem. As imensas dificuldades que implica programar computadores a fazerem o que os seres humanos fazem sem nenhuma dificuldade no decorrer de uma conversa são uma prova desta complexidade. Além do mais, a fala é um elemento essencial a todos os aspectos da vida social. As fitas gravadas que deram origem ao *Caso Watergate*, entre o presidente Nixon e colaboradores seus, não eram mais do que uma transcrição de conversas, mas permitiram um vislumbre do exercício de poder político ao seu mais alto nível (Molotoch e Boden, 1985).

Gritos de resposta

Algumas expressões não são fala, consistindo em exclamações murmuradas ou o que Goffman chamou **gritos de resposta** (Goffman, 1981). Imagine alguém que exclama «Ups!» depois de derrubar ou entornar alguma coisa no chão. «Ups!» parece ser somente uma resposta reflexo e sem grande interesse a um infortúnio, da mesma maneira que se pestaneja quando alguém faz um movimento brusco próximo de nós. «Ups!» não é, contudo, uma resposta involuntária, na medida em que reagimos assim normalmente quando estamos na presença de outros. «Ups!» é geralmente dirigido a outras pessoas presentes. A exclamação demonstra às pessoas que assistem que o nosso lapso é sem importância e momentâneo, e não algo que possa pôr em causa o controlo que uma pessoa tem sobre as suas acções.

«Ups!» só é usado em situações de falhas sem grande importância, e não na presença de grandes acidentes ou calamidades – o que demonstra que a exclamação faz parte da nossa gestão controlada dos acontecimentos da vida social. Além disso, a exclamação pode ser proferida por alguém que observa um lapso de outra pessoa; ou pode ser usada para avisar, através do som, outrem. «Ups!» é normalmente um som curto, mas o som «u» pode ser prolongado em algumas situações. Desta forma, alguém prolonga o som para acompanhar um momento crítico no decorrer de uma tarefa qualquer. Um pai, por exemplo, pode soltar um «Ups!» prolongado ou um «Upa-leleca» para cobrir um momento crítico, quando, a brincar, atira a criança

ao ar. O som cobre o breve espaço de tempo em que a criança, no ar, possa sentir uma perda de controlo.

Tudo isto pode parecer muito forçado e exagerado. Para quê estar a analisar com pormenor uma expressão tão inconsequente? Será que, como este exemplo parece sugerir, prestamos assim tanta atenção ao que dizemos? Claro que não – pelo menos a um nível consciente. A questão crucial, contudo, reside em termos como ponto assente que possuímos um controlo contínuo e extremamente complexo sobre a nossa aparência e os nossos actos. Em situações de interacção, nunca se espera de nós que estejamos apenas presentes no local; as outras pessoas esperam de nós, e nós delas, que mostremos aquilo a que Goffman chama um «alerta controlado». Uma parte fundamental de se ser um humano consiste em demonstrar continuamente aos outros a nossa competência e capacidade nas rotinas da vida do dia-a-dia.

Lapsos de língua

«Ups!» é uma resposta a um pequeno incidente. Cometemos também erros de linguagem e de pronúncia, no decorrer de conversas, aulas, discursos e outras situações verbais. O fundador da Psicanálise, Sigmund Freud, no decurso das suas investigações sobre a «psicopatologia da vida quotidiana», analisou numerosos exemplos de tais lapsos de língua (Freud, 1975). Segundo Freud, cometer erros de fala, incluindo uma má pronúncia, má utilização de palavras ou gaguez, nunca é realmente um fenómeno acidental*. Estes erros têm motivos inconscientes e são sintoma de sentimentos reprimidos pelo inconsciente, ou são coisas que tentamos banir conscientemente sem sucesso. Assim, alguém pode querer dizer «organismo», mas em vez disso diz «orgasmo». Ou, como num exemplo citado por Freud, alguém é questionado «Em que regimento está o seu filho?» e responde «No 42.º de Assassinos» («*Mörder*» em alemão, em vez de «*Mörser*», que significa *morteiros*).

Os lapsos de língua são frequentemente engraçados e podem passar por anedotas. A diferença reside em saber se o orador tinha a intenção consciente de dizer as palavras daquela maneira ou não. As falhas de linguagem articulam-se com outros tipos de discurso considerado «não apropriado», que Freud acreditava serem muitas vezes motivados inconscientemente – como quando alguém não se apercebe de que o que disse tem um duplo sentido óbvio. Isto também pode passar por anedótico se forem ditas de uma forma deliberada, mas, de outra forma, trata-se de lapsos na produção controlada da fala que se espera das pessoas.

Uma das melhores maneiras de ilustrar estes aspectos é observar os lapsos no discurso de locutores de rádio e televisão. O discurso dos locutores não é igual às conversas banais, uma vez que não é espontâneo, mas está escrito. Espera-se igualmente que este seja mais perfeito do que as conversas do dia-a-dia, com menos hesitações e melhor articulado. Consequentemente, quando os locutores dos noticiários se «engasgam» ou cometem outras «gafes», estas são muito mais óbvias e evidentes do que se decorressem em conversas banais. Vejamos dois exemplos de lapsos de língua que possuem a «natureza única e verdadeira» de que falava Freud (Goffman, 1981):

> Este é o canal *Domínio* da *Canadian Broadcorping Castration*. («Castration» = castração; em vez de «corporation» = organização).
>
> Bata as gemas e adicione depois o leite. Misture a farinha. Entretanto pode observar como a mistura é repugnante. («sickening» (no original) = repugnante; em vez de «thickening» = espesso).

Outros exemplos pertencem à categoria do «discurso inapropriado», onde transparece um duplo sentido que deveria ter sido evitado:

> As senhoras que desejarem passar por aqui e tirarem a roupa serão atendidas de imediato.
>
> O recheio e o carro foram registados como artigos roubados pela polícia de Los Angeles.
>
> Aqui em Hollywood corre o boato de que a antiga estrela de cinema aguarda o seu quinto filho dentro de um mês.

Tendemos a rir mais dos erros verbais quando são cometidos por locutores (ou professores nas aulas) do que quando ocorrem em conversas comuns. A piada reside não só no erro de fala, mas também no prová-

* Estes deslizes revelam algo que desejaríamos manter oculto, consciente ou inconscientemente; expõem momentaneamente os nossos verdadeiros sentimentos.

Sabedoria de rua

Já alguma vez atravessou a rua para o outro lado porque se sentiu ameaçado por alguém atrás de si ou que viesse na sua direcção? Um sociólogo que tentou compreender interacções simples deste tipo foi Elijah Anderson.

Este autor começou por descrever a interacção social que tem lugar nas ruas de dois bairros urbanos adjacentes. No seu livro, *Streewise: Race, Class and Change in an Urban Community* (1990), Anderson chegou à conclusão de que estudar a vida quotidiana permite vislumbrar o modo como a ordem social é criada por interacções individuais. Este

vel desconforto exibido pelo locutor ou professor quando não cumpre com perfeição o discurso programado. Descobrimos, por momentos, que por detrás da calma profissional está um indivíduo comum.

Ver «Códigos linguísticos de Bernstein» na pág. 514 para outra abordagem à linguagem e aos entendimentos partilhados

Face, corpo e fala na interacção

Como já vimos, as pessoas usam a expressão facial, a expressão corporal e a fala, em combinações várias, de modo a transmitir determinados significados e a es_ _n_er outros. Quase sempre sem _armos por isso, cada um de nós mantém, no decurso da nossa interacção quotidiana com os outros, um controlo vigilante e contínuo s bre as expressões faciais, p st r s

autor estava particularmente interessado em compreender a interacção quando pelo menos uma das partes é vista como perigosa ou ameaçadora. Anderson demonstrou que a forma como muitos brancos e negros interagem nas ruas de uma cidade do norte dos Estados Unidos da América tem muito a ver com a estrutura dos estereótipos raciais, que por sua vez está relacionada com a estrutura económica da sociedade. Desta forma, demonstrou a ligação existente entre interacções micro e estruturas macro da sociedade.

Anderson começou por recorrer à descrição de Goffman do modo como as definições sociais emergem em determinados lugares ou contextos: «Quando indivíduos estão na presença de outros, procuram frequentemente adquirir ou confirmar informações sobre as pessoas à sua volta (...) A informação acerca de alguém ajuda a definir a situação, permitindo que se saiba de antemão o que os outros estão à espera e o que podemos esperar deles».

Seguindo esta ideia de Goffman, Anderson procurou saber que tipos de deixas e sinais comportamentais constituem o vocabulário da interacção pública. Chegou à conclusão de que:

> «a cor da pele, o género, a idade, as amizades, o vestuário, a joalharia e os objectos que as pessoas trazem consigo ajudam a identificá-las, possibilitam a formação de pressupostos e permitem a comunicação. Os movimentos (lentos ou rápidos, determinados ou hesitantes, compreensíveis ou incoerentes) refinam ainda mais esta comunicação pública. Factores como a hora do dia ou uma actividade que *explicam* a presença de uma pessoa podem afectar o modo como é rapidamente anulada a imagem de «estranho». Se um desconhecido não passar a inspecção e não for, então, considerado «seguro», é-lhe associada uma imagem de agressor potencial, e as restantes pessoas que passam na rua podem tentar manter uma distância considerável em consonância com esta imagem».

Anderson demonstrou que as pessoas que mais facilmente passam a «inspecção» são aquelas que não se integram em estereótipos geralmente aceites acerca das pessoas perigosas: «as crianças passam prontamente esta inspecção, homens e mulheres brancas fazem-no mais lentamente, homens e mulheres negras e jovens adolescentes negros mais lentamente do que todos». Ao demonstrar que as tensões da interacção derivam de estatutos externos como a raça, a classe ou o género, Anderson pôs em evidência que não podemos desenvolver uma compreensão total da situação se nos limitarmos a olhar apenas para as micro interacções. É desta forma que o autor faz a ponte entre as micro interacções e os processos macro.

Anderson defende que as pessoas têm uma «sabedoria de rua», que se revela quando desenvolvem aptidões como a «arte de evitar algo» de modo a lidar com o seu sentimento de vulnerabilidade face à violência e ao crime. Segundo o autor, os cidadãos brancos que não têm esta sabedoria de rua não reconhecem as diferenças entre os vários tipos de homens negros (por exemplo, entre adolescentes de classe média e membros de gangs. Podem também não saber como alterar o passo na presença de uma pessoa «suspeita» ou evitar «zonas perigosas» durante as várias alturas do dia.

e movimentos corporais. Como veremos em seguida também organizamos as nossas actividades nos *contextos* da vida social para alcançar os mesmos fins.

Encontros

Em muitas situações sociais, envolvemo-nos com outros naquilo a que Goffman chama interacção desfocalizada. A interacção desfocalizada tem lugar sempre que, num dado contexto, os indivíduos mostram ter consciência mútua da presença dos outros. Isto acontece habitualmente quando um grande número de pessoas se reúne, seja numa avenida movimentada, num teatro sobrelotado ou numa festa. Quando indivíduos estão na presença uns dos outros, mesmo que não falem directamente entre si, mantêm uma constante comunicação não verbal, através da sua postura corporal, facial e gestual.

A interacção focalizada ocorre quando os indivíduos prestam uma atenção directa ao que o outro diz ou faz. Excepto quando um indivíduo está sozinho – numa festa, por exemplo – toda a interacção envolve tanto trocas focalizadas como não focalizadas. Goffman chama encontro a uma unidade de interacção focalizada, e grande parte da nossa vida quotidiana consiste em encontros contínuos com outros indivíduos – família, amigos, colegas – que ocorrem frequentemente tendo como pano de fundo a interacção desfocalizada com outras pessoas presentes em cena. Conversa fiada, discussões de grupo, jogos e contactos rotineiros face a face (com bilheteiros, empregados de balcão e de mesa, e assim por diante) são exemplos de encontros.

Os encontros precisam sempre de «aberturas», indicando a exclusão da desatenção civil. Quando estranhos se encontram e começam a conversar – numa festa, por exemplo –, o momento de suspender a desatenção civil é sempre arriscado, na medida em que podem facilmente ocorrer mal-entendidos acerca da natureza do encontro que está a ser estabelecido (Goffman, 1971). Daí que a tentativa de estabelecer contacto visual possa a princípio ser ambígua e hesitante. Caso a abertura não tenha sido aceite, uma pessoa pode, então, agir como se nenhum movimento tivesse sido intencional. Nas interacções focalizadas, cada pessoa comunica tanto por expressões faciais e gestos como por palavras. Goffman faz a distinção entre as expressões que os indivíduos «oferecem» e aquelas que «revelam». As primeiras são as palavras e as expressões faciais, através das quais as pessoas tentam produzir impressões em outras. As segundas dizem respeito a pistas que podem ser usadas para verificar a sinceridade e a honestidade de uma pessoa. Por exemplo, o dono de um restaurante ouve com um sorriso atencioso as opiniões favoráveis dos clientes sobre o quanto gostaram da comida servida – enquanto, ao mesmo tempo, estará a observar se os seus clientes, à medida que vão comendo, parecem realmente satisfeitos, se deixaram muito no prato ou estará a atentar no tom de voz usado para exprimirem a sua satisfação.

Marcadores

A maioria de nós conversa e encontra-se com várias pessoas no decorrer de um dia normal. Uma determinada mulher, por exemplo, levanta-se, toma o pequeno-almoço com a sua família, e talvez acompanhe os seus filhos à escola, parando à porta desta por momentos para trocar cumprimentos com uma amiga. Dirige-se de carro para o trabalho, provavelmente ouvindo rádio. Durante o dia, entra em várias interacções com colegas de trabalho e visitantes, as quais vão de conversas passageiras a reuniões formais. É provável que cada um destes encontros esteja separado dos outros por marcadores, ou por aquilo a que Goffman chamou *parênteses*, que servem para distinguir cada episódio de interacção focalizada do anterior e das interacções não focalizadas que têm lugar no mesmo contexto (Goffman, 1974).

Numa festa, por exemplo, pessoas que falam umas com as outras têm tendência a adoptar uma postura controlada e a controlar o nível da voz, de modo a formar um grupinho separado de outros. Podem ficar frente a frente, por exemplo, dificultando a intromissão de outros, até que decidam separar-se, ou «suavizar as margens» da sua interacção focalizada, movendo-se em diferentes lugares da sala. Em situações mais formais, são usados frequentemente sinais reconhecidos para assinalar o começo e o fim de determinado encontro. Para assinalar o começo de uma peça teatral, por exemplo, baixam-se as luzes enquanto sobe o pano de cena. No final da representação, as luzes da sala acendem-se de novo e o pano cai.

Os marcadores são particularmente importantes quer se trate de um encontro que está especialmente para lá das convenções comuns da vida quotidiana, quer quando possa existir ambiguidade sobre o que se está a passar. Por exemplo, quando um indivíduo posa nu diante de uma classe de arte, normalmente não se despe na presença do grupo, nem se veste no fim na sua presença. Despir-se e vestir-se em privado permite que o corpo seja exposto e ocultado repentinamente. Tal marca simultaneamente os limites do episódio e transmite a noção de que é desprovido do significado sexual que, de outro modo, poderia ter.

Em espaços muito limitados, como os elevadores, é difícil demarcar uma área de interacção focalizada. Nem é fácil igualmente às outras pessoas presentes demonstrar, como normalmente fariam noutras situações, que não estão a ouvir as conversas à sua volta. É igualmente difícil os estranhos não serem vistos a olharem as outras pessoas mais intensamente do que o permitem as normas da desatenção civil. Assim, em elevadores, as pessoas adoptam normalmente uma

pose exagerada de «não estou a ouvir, não estou a olhar», olhando para o vazio ou para os botões do elevador – para qualquer lado menos para os restantes passageiros. As conversas são geralmente suspensas ou limitadas a breves trocas de palavras. Do mesmo modo, em casa ou no escritório, se várias pessoas estão sentadas a conversar e uma delas recebe uma chamada telefónica, os outros não podem demonstrar subitamente desinteresse e podem continuar numa espécie de conversa lenta e hesitante.

Gestão das impressões

Goffman e outros autores que estudaram a interacção social usam muitas vezes noções originárias do teatro na sua análise da interacção social. O conceito de *papel social*, por exemplo, tem origem na cena teatral. Os papéis são expectativas definidas socialmente que uma pessoa com um determinado *estatuto*, ou posição social, segue. Ser professor, por exemplo, é deter uma posição específica; o papel do professor consiste em actuar de modo específico em relação aos seus alunos. Goffman concebe a vida social como se fosse algo que vai sendo representado num palco por actores – ou em muitos palcos, já que os nossos actos dependem dos papéis que desempenhamos em determinado momento. Esta abordagem é por vezes apelidada de **modelo dramatúrgico** – a vida social vista como uma peça teatral. As pessoas são sensíveis ao modo como são vistas pelos outros, usando muitas formas de **gestão das impressões**, de modo a assegurar que os outros reagem da forma desejada. Embora isto possa ocasionalmente ser feito de forma consciente e premeditada, está usualmente entre as muitas coisas que fazemos sem disso termos consciência. Quando alguém tem de estar presente numa reunião de trabalho, veste normalmente fato e gravata, comportando-se séria e formalmente; ao contrário, a mesma pessoa, entre amigos ou assistindo a um jogo de futebol, pode usar *jeans*, uma *sweatshirt*, rir e contar anedotas. Isto é gestão das impressões.

Os sociólogos gostam igualmente de fazer a distinção entre **estatuto atribuído** e **estatuto alcançado**. O primeiro é um estatuto que é atribuído ao indivíduo com base em factores biológicos, como a raça, o sexo ou a idade. Desta forma, «negro», «mulher» ou «adolescente» são exemplos de estatutos atribuídos. Um estatuto alcançado é um estatuto que as pessoas ganham com o seu próprio esforço, como, por exemplo, «licenciado», «atleta» ou «funcionário». Apesar de gostarmos de acreditar que os estatutos alcançados é que são os mais importantes, a sociedade pode provar o contrário. Seja em que sociedade for, alguns estatutos têm prioridade sobre todos os outros, determinando em traços gerais a posição geral de um indivíduo na sociedade. Os sociólogos chamam a isto **estatuto primordial** (Hughes, 1945; Becker, 1963). Os estatutos primordiais mais comuns são aqueles que se baseiam no género e na raça. Os sociólogos demonstraram já que, num encontro entre pessoas que não se conhecem, uma das primeiras coisas em que se repara é no género e na raça (Omi e Winant, 1994).

Regiões da frente e da retaguarda

Segundo Goffman, grande parte da vida social pode ser dividida em regiões da frente e da retaguarda. As **regiões da frente** são situações sociais ou encontros em que os indivíduos desempenham papéis formais – são «actores em cena». O trabalho colectivo ou em grupo gera com frequência acções de regiões da frente. Dois políticos importantes do mesmo partido que se detestem mutuamente irão provavelmente forjar uma imagem de unidade e amizade à frente das câmaras de televisão. Maridos e mulheres estão muitas vezes de acordo em não discutir à frente das crianças, preservando uma fachada de harmonia, para discutir intensamente apenas quando os filhos já estão nos quartos a dormir.

As **regiões da retaguarda** são aquelas onde armazenamos os adereços e os indivíduos se preparam para a interacção em contextos mais formais. As regiões da retaguarda fazem lembrar bastidores de um teatro ou o cenário de uma filmagem com a câmara já desligada. Quando estão a salvo nos bastidores, as pessoas podem descansar e libertar as emoções e estilos de comportamento que ocultam quando estão em palco. As regiões da retaguarda permitem «profanidade, comentários livres de índole sexual, beliscões, uso de roupas informais, posturas desengonçadas, utilização de dialectos e gírias, murmúrios e gritos, palavras agressivas e gracejos, desconsideração pelos outros em actos menores mas potencialmente simbólicos, actos menores de envolvimento pessoal como sussurrar, assobiar, mastigar, mordiscar, vomitar e arrotar» (Goffman, 1969). Uma empregada de

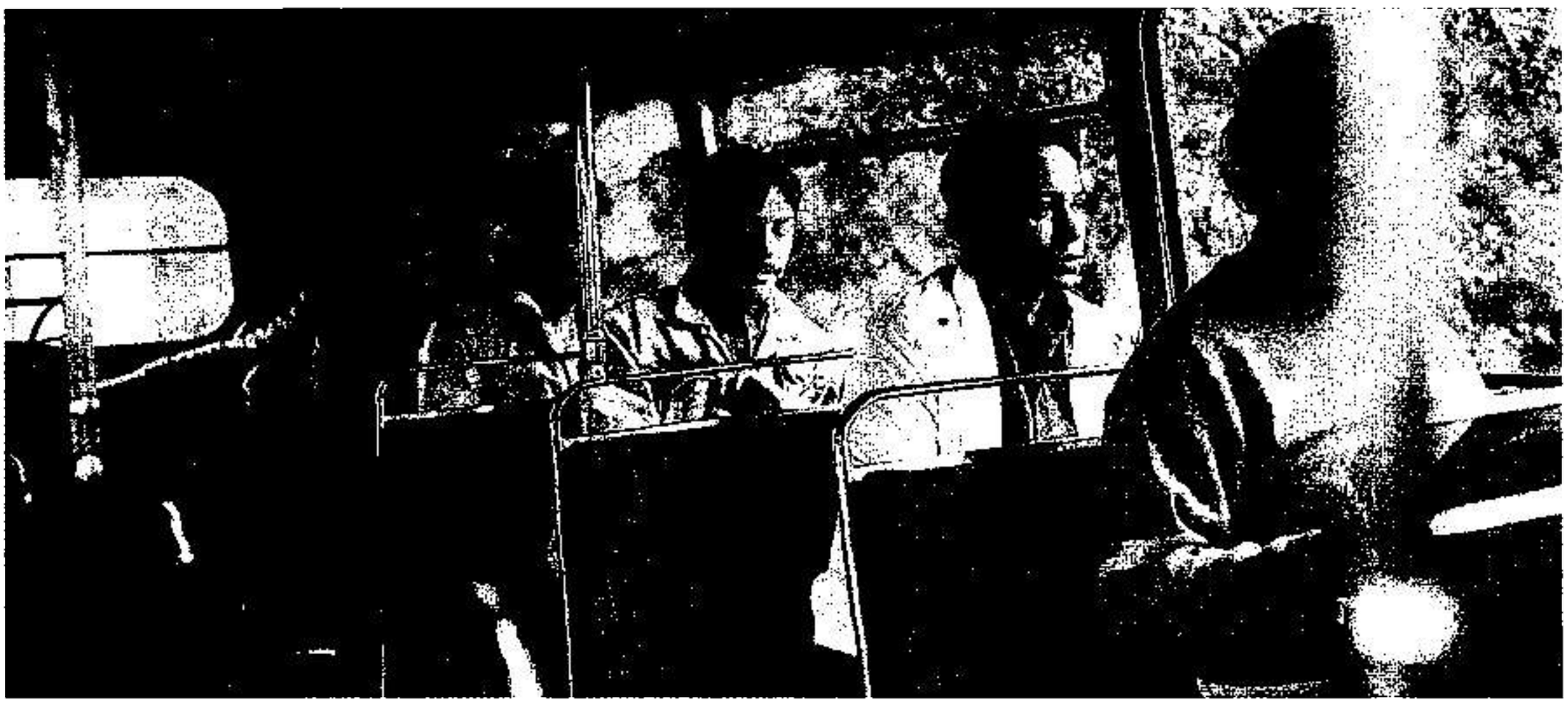
Estudo de caso: adoptando papéis em exames íntimos

Muitos dos elementos essenciais da abordagem dramatúrgica de Goffman – gestão das impressões, marcadores, papéis e encontros – são ilustrados claramente no estudo levado a cabo por James Henslin e Mae Briggs. Vejamos com algum detalhe a pesquisa que efectuaram sobre uma interacção específica e muitíssimo delicada: a visita de uma mulher ao ginecologista (Henslin e Briggs, 1971, 1997).

Por altura deste estudo, a maioria dos exames pélvicos eram feitos por médicos homens, e por este motivo a experiência era (e por vezes ainda o é) repleta de possíveis ambiguidades e embaraços para ambas as partes. Os homens e as mulheres ocidentais são socializados de forma a conceber os seus órgãos genitais como a parte mais privada do seu corpo. Ver e, especialmente, sentir os genitais de outra pessoa está normalmente associado a encontros sexuais íntimos.

Henslin e Briggs analisaram material recolhido por Briggs, uma enfermeira profissional, a partir de um grande número de exames ginecológicos. Os dois autores interpretaram aquilo que consideram ter vários estádios típicos. Adoptando uma metáfora dramatúrgica, sugeriram que cada fase pode ser tratada como uma «cena» distinta, em que os papéis desempenhados pelos actores se vão alterando à medida que o episódio se desenrola. No «prólogo», a mulher entra na sala de espera, preparando-se para assumir o papel de pessoa doente, desfazendo-se temporariamente da sua identidade exterior. Chamada ao gabinete de consulta, adopta o papel de «doente», e a primeira cena começa. O médico assume maneiras de profissional, tratando a paciente como uma pessoa competente e correcta, mantendo o contacto visual e ouvindo educadamente o que ela tem para dizer. Caso decida que é necessário um exame, informa a doente e sai da sala; a cena um acabou.

Assim que o médico sai, a enfermeira entra. Ela é um apoio importante na cena principal que começará dentro em breve. Alivia e acalma quaisquer preocupações que a paciente possa ter, actuando simultaneamente como confidente – porque conhece algumas das «situações por que uma mulher tem de passar» – e como colaboradora no que está para acontecer.



Arrisque-se a sentar-se junto a mim: enquanto passageiros de um autocarro, tentamos proteger ao máximo o nosso espaço pessoal.

A enfermeira ajuda a paciente a transformar-se de « essoa» em «não pessoa» – em corpo, de que uma p rt ai ser escrutinada, em vez de um ser humano completo – para a cena principal. A enfermeira controla não só o despir da paciente, como cuida também de outros aspectos que a própria paciente normalmente controlaria. Assim, segura nas roupas da doente e dobra-as. A maioria das mulheres deseja que a sua roupa interior não esteja à vista do médico quando este regressar; a enfermeira garante que assim sucede. Ela conduz a doente para a marquesa e cobre-lhe a maior parte do corpo com um lençol antes do médico regressar à sala.

Com a presença do médico e da enfermeira, começa a cena principal. A presença desta última contribui para assegurar que a interacção entre médico e paciente está livre de insinuações sexuais, e fornece também uma testemunha legal, caso o i h a r t m pr- fissional. O exame prossegue como se a personalidade da paciente estivesse ausente; o lençol que a cobre parcialmente separa a região genital do resto do corpo, e a sua posição não lhe permite observar os procedimentos do exame. Com a excepção de alguma pergunta específica de natureza clínica, o médico ignora a paciente, sentando-se num banco baixo e fora do seu campo de visão. A pa i nt I- bora, tornando-se temporariamente uma «não pessoa», evitando iniciar qualquer conversa e restringindo os movimentos ao mínimo.

Antes da cena final, a enfermeira desempenha mais uma vez o papel de apoio, ajudando a paciente a transformar-se novamente numa pessoa completa. Por esta altura, as duas já podem conversar e a paciente expressa alívio por o exame ter acabado. Tendo-se vestido e arranjado de novo, a doente está pronta para enfrentar a cena final. O médico torna a entrar na sala e, ao relatar os resultados do exame, trata de novo a paciente como uma pessoa completa e responsável. Reassumindo os seus modos correctos e profissionais, dá a entender que as suas impressões sobre ela não foram de modo algum t s p t t í ti s p. O «epílogo» desenrola-se quando ela deixa o consultório médico, readquirindo de novo a sua identidade no mundo exterior. Médico e paciente colab- raram, então, de maneira a gerir a interacção e as impressões que cada um forma sobre o outro.

mesa pode ser a imagem da serenidade quando atende os clientes e ser agressiva e barulhenta para lá das portas da cozinha do restaurante. Há provavelmente poucos clientes que aprovariam os restaurantes se pudessem ver tudo o que se passa nas cozinhas.

Espaço pessoal

Existem diferenças culturais na definição do que é o espaço pessoal. Na cultura Ocidental, a maior parte das vezes as pessoas mantêm uma distância de pelo menos um metro quando se envolvem numa interacção focada com outros. Quando se encontram lado a lado, podem permanecer um pouco mais próximas umas das outras. No Médio Oriente, as pessoas geralmente permanecem mais próximas do que é aceitável no Ocidente. Os ocidentais que visitam esta parte do mundo sentem-se provavelmente desconcertados com esta inesperada proximidade física.

Edward T. Hall, que trabalhou extensivamente sobre formas não-verbais de comunicação, distingue quatro zonas de espaço privado. A *distância íntima* (até cerca de meio metro) é reservada a muito poucos contactos sociais. Somente os envolvidos em relações que permitam o contacto regular com o corpo – como pais e filhos ou amantes – operam nesta zona de espaço privado. A *distância pessoal* (de cerca de meio metro até metro e meio) é a distância normal em encontros com amigos e conhecidos relativamente chegados. É permitida alguma intimidade de contacto, mas tende a ser estritamente limitada. A *distância social* (de cerca de um e meio até três metros e meio) é a zona normalmente estipulada para contextos formais de interacção, como entrevistas. A quarta zona é a *distância pública* (para além dos três metros e meio) preservada por aqueles que actuam perante uma assistência.

Interacções mais banais, as zonas mais sensíveis são as das distâncias íntima e pessoal. Se estas zonas

A construção social da realidade

Em Sociologia são usados múltiplos enquadramentos teóricos para explicar a realidade social. Apesar de cada teoria ter as suas próprias explicações para os fenómenos sociais, elas partilham como pressuposto que a realidade social existe independentemente das pessoas falarem acerca dela ou a viverem.

Todavia, nem todos os sociólogos partilham este pressuposto. A abordagem teórica chamada **construcionismo social** defende que o que os indivíduos e a sociedade concebem e entendem como realidade é uma criação da interacção social dos indivíduos e dos grupos. Desta forma, tentar «explicar» a realidade social seria menosprezar e reificar (conceber como uma verdade dada) os processos pelos quais essa realidade é construída. Por isso, os construcionistas sociais defendem que os sociólogos devem documentar e analisar estes processos, e não apenas o conceito de realidade social que originam.

Em *A Construção Social da Realidade*, o seu clássico publicado em 1966, os sociólogos Peter Berger e Thomas Luckmann examinam o conhecimento do senso comum – aquilo que os indivíduos tomam por realidade. Sublinham que esses factos «óbvios» da realidade social podem não ser os mesmos para pessoas de culturas diferentes, e mesmo para diferentes pessoas da mesma cultura. A tarefa da investigação transforma-se então na análise dos *processos* pelos quais os indivíduos entendem o que é «real» para eles como real (Berger e Luckmann, 1966).

Os construcionistas sociais aplicam as ideias de Berger e Luckmann à investigação de fenómenos sociais, de modo a esclarecer a forma pela qual os membros da sociedade ficam a saber o que é real e simultaneamente a criá-lo. Embora os construcionistas sociais tenham examinado assuntos tão diversos como a medicina e o tratamento médico, as relações de género, ou as emoções, grande parte das suas investigações centrou-se em problemas sociais, no crime e na delinquência.

A obra de Aaron Cicourel fornece-nos um exemplo de investigação social construcionista na área da delinquência juvenil. Na maior parte da produção sociológica, os dados relativos a taxas e registos de delinquência juvenil são tomados como assentes (ou seja, reais), criando-se teorias para explicar os padrões observados. Por exemplo, os dados sobre detenções e comparências em tribunal indicam que jovens provenientes de famílias monoparentais tendem a cometer mais actos delinquentes do que jovens que vivem com ambos os pais. Os sociólogos desenvolveram então explicações para esta relação observada – talvez houvesse menor supervisão das crianças de lares monoparentais, ou talvez lhes faltassem modelos.

Cicourel, de forma oposta, observou os *processos* envolvidos na detenção e classificação dos jovens suspeitos de delinquência; ou seja, o autor analisou a criação de dados «oficiais» sobre a delinquência. Descobriu que os procedimentos policiais

---

forem invadidas, as pessoas tentam readquirir o seu espaço. Por vezes olhamos para alguém como quem diz «saia daqui!» ou empurramo-lo. Nos casos em que pessoas são forçadas a uma proximidade maior do que a considerada desejável, pode ser estabelecido um certo tipo de fronteira física, como quando um leitor, numa mesa de biblioteca apinhada, demarca fisicamente o espaço privado, empilhando livros a delimitar o seu espaço (Hall, 1959, 1966).

É preciso notar que as questões de género desempenham aqui um papel, mais ou menos à semelhança do que se passa com outras formas de comunicação não-verbal. Os homens gozam tradicionalmente de maior liberdade em relação às mulheres no que diz respeito ao uso do espaço – por exemplo, movimentos no espaço pessoal de mulheres de que podem não ser necessariamente íntimos. Um homem que leva uma mulher pelo braço quando passeiam lado a lado,

com os jovens dependem de concepções do senso comum acerca de como os delinquentes juvenis «são realmente».

Deste modo, quando jovens de famílias de classes baixas eram detidos, por exemplo, a polícia tinha tendência a considerar as suas ofensas um resultado de uma orientação deficiente ou da ausência de exemplos adequados, pelo que os retinha sob custódia. No entanto, os jovens de classes altas eram mais facilmente entregues aos cuidados dos pais, pois a polícia e os pais acreditavam que estes podiam receber em casa a disciplina adequada. Assim, a acção da polícia contribui para atribuir formalmente a etiqueta de «delinquente juvenil» com mais frequência a jovens de classe baixa do que aos de classes mais altas – ainda que tenham cometido as mesmas ofensas. Esta atribuição produz ela mesmo os dados em causa, o que, por sua vez, confirma as concepções do senso comum – isto é, que os jovens de famílias pobres tendem a participar mais regularmente em actos de delinquência. O estudo de Cicourel demonstra que, através da interacção, a noção de realidade do senso comum produz provas independentes e «objectivas» da sua própria validade (Cicourel, 1968).

O construcionismo social foi também ele alvo de críticas. Os sociólogos Steve Woolgar e Dorothy Pawluch defendem que os construcionistas sociais visam demonstrar a criação subjectiva da realidade social, mas que ao fazê-lo consideram de forma selectiva alguns factos como objectivos e outras como uma construção. Por exemplo, em análises em que examinam que tipo de jovens etiquetados como delinquentes, os construcionistas sociais defendem muitas vezes que o comportamento inicial dos jovens é idêntico, pelo que quaisquer diferenças entre os jovens considerados delinquentes e os que escapam a esse rótulo devem ser atribuídas à construção da etiqueta «delinquente». Autores críticos desta abordagem defendem que o construcionismo social considera de forma inconsistente os comportamentos iniciais como objectivos, enquanto entende que o processo de rotulagem é subjectivo (Woolgar e Pawluch, 1985).

Outros sociólogos criticaram o construcionismo social pela sua dificuldade em aceitar forças sociais mais vastas como influências poderosas sobre factos sociais observados. Por exemplo, alguns críticos têm defendido que, embora a realidade possa ser uma perpetuação construída das crenças do senso comum, essas mesmas crenças podem ser resultado de factores sociais preexistentes, como o capitalismo ou o sistema de patriarcado.

Em última análise, o construcionismo social oferece-nos uma abordagem teórica para a compreensão da realidade social que é radicalmente diferente da maior parte das outras abordagens sociológicas. Em vez de assumirem que a realidade social existe de uma forma objectiva, os construcionistas sociais esforçam-se por documentar e analisar os processos pelos quais a realidade social é construída, de forma a que esta construção sirva, por sua vez, para confirmar-se a si própria como realidade social.

ou que coloca a mão na cintura da mulher quando a acompanha até à porta, pode ter estes gestos como sinal de cortesia ou boa educação. No entanto, o fenómeno contrário – uma mulher que invade o espaço pessoal de um homem – é muito frequentemente tomado como um engate ou insinuação sexual. A adopção de novas leis e padrões respeitantes ao assédio sexual em muitos países ocidentais tem como objectivo proteger o espaço individual das pessoas – homens ou mulheres – de contacto físico indesejado por parte de terceiros.

Interacção no tempo e no espaço

Compreender como as actividades são distribuídas no tempo e no espaço é fundamental na análise de encontros, bem como para entender a vida social em geral. Toda a interacção é *situada* – ocorre num deter-

minado espaço e tem uma duração específica no tempo. As acções que decorrem quotidianamente tendem a ser «demarcadas» tanto no tempo como no espaço. Assim, por exemplo, a maioria das pessoas despendem uma «faixa» – digamos, das 9h da manhã às 17h da tarde – do seu tempo diário a trabalhar. O seu tempo semanal é também delimitado: provavelmente trabalham nos dias úteis e passam os fins-de-semana em casa, alterando o padrão das suas actividades ao sábado e ao domingo. À medida que avançamos através das zonas temporais do dia, estamos muitas vezes a movermo-nos também no espaço: a distância a percorrer de casa para o trabalho pode levar uma pessoa a andar de autocarro de uma zona da cidade para outra, ou talvez dos subúrbios para o centro da cidade. Assim, na análise dos contextos da interacção social é bastante útil analisar os movimentos das pessoas e reconhecer esta **convergência espacio-temporal.**

O conceito de **regionalização** irá ajudar-nos a compreender como a vida social está dividida em zonas no tempo e no espaço. Tome-se o exemplo de uma residência particular. Uma habitação moderna está regionalizada em quartos, corredores e pisos, se houver mais do que um andar. Estes vários espaços da casa não só são áreas separadas fisicamente, como também áreas demarcadas no tempo. A sala de estar e a cozinha são normalmente usadas durante o dia, enquanto os quartos o são à noite. A interacção que tem lugar nestas várias «regiões» é delimitada simultaneamente por divisões de tempo e de espaço. Algumas áreas da casa formam as regiões da retaguarda, na medida em que as «actuações» têm lugar em outras. Por vezes, toda a casa pode transformar-se numa região da retaguarda. Mais uma vez, esta ideia foi magnificamente exposta por Goffman:

> Numa manhã de Domingo, uma família pode usar os muros à volta de casa de modo a esconder o desalinho nas roupas e nas maneiras, estendendo a todas as salas da residência a informalidade normalmente restringida à cozinha e aos quartos de dormir. Da mesma maneira, também nos subúrbios americanos de classe média, à tarde, a linha de fronteira entre a área de recreio das crianças e o resto da casa pode ser concebida pelas mães como «bastidores», onde andam vestidas de *jeans*, sapatilhas e com uma maquilhagem mínima (...) E, claro, uma região estritamente estabelecida como frontal para o desempenho normal de uma rotina particular funciona muitas vezes como uma região de retaguarda antes e depois de cada actuação, na medida em que nessas alturas as instalações são sujeitas a reparações, restauros e arranjos, e os actores podem usar trajes informais. Para assistir a isto, basta dar uma olhada a um restaurante, loja ou residência, poucos momentos antes destes estabelecimentos serem abertos ao público. (Goffman, 1969, p. 127).

Tempo do relógio

Nas sociedades modernas, a distribuição das nossas actividades é fortemente influenciada pelo uso de relógios e pelo **tempo do relógio**. Sem relógios e uma delimitação temporal precisa das actividades – e por conseguinte, da sua coordenação no espaço –, as sociedades industrializadas não poderiam existir (Mumford, 1973). A medição do tempo pelos relógios está hoje estandardizada em todo o mundo, tornando possível a existência de sistemas complexos de transporte internacional e de comunicações, das quais dependemos. O sistema mundial estandardizado de tempo só foi introduzido em 1884 no decorrer de uma conferência de nações que teve lugar em Washington. O globo terrestre foi então dividido em vinte e quatro zonas temporais, separadas por uma hora. Durante muitos anos estas zonas diziam respeito à hora local da linha zero de longitude, o chamado meridiano de Greenwich (porque passava junto ao Observatório Real em Greenwich, Londres). Em 1986 o termo «hora de Greenwich» (GMT)[1] foi substituído pelo tempo coordenado universal.

Os mosteiros do século XIV foram as primeiras organizações a tentar programar com precisão as actividades diárias e semanais dos seus internos. Hoje em dia, não há praticamente nenhum grupo ou organização que não o faça – quanto maior for o número de pessoas e os recursos em causa, tanto mais precisos têm de ser os horários. Eviatar Zerubavel (1979, 1982) demonstrou-o no seu estudo sobre a estruturação do tempo de um grande hospital moderno. Este tem de funcionar durante vinte e quatro horas por dia e conseguir coordenar o pessoal e os recursos é uma tarefa altamente complexa. Por exemplo, a maioria das enfermeiras trabalha por turnos, em diferentes

[1] No original inglês *Greenwich Mean Time*. (N. do T.).

enfermarias, alternando turnos diurnos e nocturnos. Enfermeiras, médicos e outro pessoal, mais os recursos de que necessitam, têm de ser organizados no tempo e no espaço.

A vida social e o ordenamento do espaço e do tempo

A Internet fornece outro exemplo de como as formas de vida social estão intimamente relacionadas com o modo como controlamos o espaço e o tempo. As novas formas de tecnologia, de que a Internet é exemplo, tornaram possível que interajamos com outras pessoas que nunca vimos ou conhecemos antes, e que podem estar em qualquer parte do mundo. Estas mudanças tecnológicas «rearranjaram» o espaço – sentados à secretária, podemos interagir com qualquer pessoa. Também estão a alterar a percepção do tempo, na medida em que a comunicação é quase imediata. Até há cerca de cinquenta anos atrás, a maior parte das comunicações através do espaço exigia uma certa duração de tempo. Quando se enviava uma carta a alguém no estrangeiro, existia um período de tempo em que a carta era transportada através da terra e do mar até chegar ao destinatário.

Claro que as pessoas hoje em dia ainda escrevem cartas, mas a comunicação instantânea tornou-se essencial ao nosso mundo social. As nossas vidas seriam muito difíceis de imaginar sem ela. Estamos tão acostumados a poder mudar de canal televisivo e a assistir ao noticiário, a fazer uma chamada telefónica ou a enviar uma mensagem electrónica a um amigo no estrangeiro, que é difícil imaginar a vida de outra forma.

Conclusão: a compulsão da proximidade

Ao contrário do que se passa nas sociedades tradicionais, nas sociedades modernas estamos constantemente a interagir com outras pessoas que nunca vimos ou conhecemos. Praticamente todos os nossos encontros quotidianos, como as compras no supermercado ou uma ida ao banco, fazem-nos entrar em contacto – *indirecto*, não obstante – com pessoas que poderão viver a milhares de quilómetros de distância. O sistema bancário, por exemplo, é internacional. Qualquer dinheiro que se deposite é uma pequena parte do investimento financeiro que o banco faz no mundo inteiro. Algumas pessoas receiam que os rápidos avanços na tecnologia da comunicação, como o correio electrónico, a Internet e o comércio on line, venham apenas a aumentar esta tendência para haver cada vez mais interacções indirectas. Segundo alguns autores, as nossas sociedades estão a tornar-se «afónicas», à medida que as potencialidades da tecnologia aumentam ainda mais. De acordo com esta perspectiva, as pessoas estão a isolar-se crescentemente, à medida que o ritmo de vida aumenta: interagimos hoje em dia mais com os nossos ecrãs de televisão e os monitores de computador do que com os vizinhos ou membros da mesma comunidade.

Qual será a natureza das interacções ligadas ao correio electrónico, ao sistema de mensagens instantâneas, aos grupos de discussão electrónica e às salas de chat que agora se tornaram elementos da vida de muitas pessoas nos países industrializados, e que complexidades estão daí a emergir? Num estudo de pessoal de escritório realizado em 1997 na Grã-Bretanha, quase metade dos inquiridos afirmou que a Internet substituiu a necessidade da comunicação cara-a-cara. Um terço admitiu ter usado o correio electrónico para evitar deliberadamente a necessidade de contacto directo com os colegas. Outros afirmaram que o recurso a «flame mail» – mensagens electrónicas de natureza insultuosa ou ofensiva – no local de trabalho resultou no corte total de relações com alguns colegas. A comunicação *on line* parece permitir mais espaço para más interpretações, confusões e abusos, em relação a formas mais tradicionais de comunicação:

> O problema reside na natureza da comunicação humana. Pensamo-la como um produto do espírito, mas é feita por corpos: movimentos faciais, tons de voz, movimentos corporais, gestos com as mãos (...) Na Internet, o espírito está presente, mas o corpo está ausente. Chegam poucos dados aos destinatários relativos à personalidade e disposição do emissor: não podem fazer mais do que tentar adivinhar a razão por que lhes são enviadas as mensagens, o que significam, e como devem responder. Hoje em dia, a confiança pura e simplesmente deixou de existir. É um negócio arriscado (Locke, 2000).

Muitos adeptos da Internet não estão de acordo, argumentando que, longe de ser impessoal, a comunicação *on line* tem muitas vantagens próprias, que as

formas de interacção mais tradicionais, como o telefone e o encontro face-a-face, não partilham. A voz humana, por exemplo, pode ser superior em termos de expressão de emoções e subtilezas de sentido, mas pode também passar informação acerca da idade, género, raça ou posição social do emissor – informação que pode ser usada em seu prejuízo. Ainda segundo estes, a comunicação electrónica disfarça todos estes elementos identificativos, garantindo que a atenção se foca estritamente no conteúdo da mensagem. Isto pode constituir uma grande vantagem para as mulheres ou para outros grupos tradicionalmente desfavorecidos, cujas opiniões noutros contextos são por vezes desvalorizadas (Pascoe, 2000). A interacção electrónica é muitas vezes apresentada como algo que liberta e confere poder, uma vez que as pessoas podem criar as suas próprias identidades *on line* e falar de uma forma mais livre do que o fariam noutros contextos.

Quem tem razão neste debate? Até que ponto a comunicação electrónica substitui a interacção face-a-face? Não há dúvida de que as novas formas de comunicação estão a revolucionar a forma como as pessoas comunicam, mas mesmo numa altura em que é cada vez mais fácil a interacção de forma indirecta, os seres humanos continuam a valorizar o contacto directo – talvez ainda mais do que antes. As pessoas no mundo dos negócios, por exemplo, não deixam de estar presentes em reuniões (às vezes tendo mesmo de viajar de avião através de meio mundo), quando aparentemente seria muito mais simples e eficaz negociar através de vídeo ou tele-conferência. Os membros de uma família poderiam tratar de arranjar reuniões *virtuais* ou encontros em dias de festa com recurso a comunicações electrónicas «em tempo real», mas não há ninguém que deixe de reconhecer que assim sentiriam a falta da proximidade e intimidade das celebrações face-a-face.

Uma explicação para este fenómeno é apresentada por Deirdre Boden e Harvey Molotch, que estudaram o que eles próprios chamaram a compulsão da proximidade: a necessidade que os indivíduos sentem de se encontrarem com outros em situações de «co-presença», ou interacção face-a-face. Segundo sugerem Boden e Molotch, as pessoas sujeitam-se a muito para estarem presentes em reuniões, na medida em que as situações de «co-presença», pelas razões apresentadas por Goffman nos seus estudos sobre a interacção, fornecem informação muito mais rica acerca de como as outras pessoas pensam e sentem, e da sua sinceridade, do que qualquer forma de comunicação electrónica. Apenas pelo simples facto de estarmos na presença das pessoas que tomam decisões importantes que nos dizem respeito, sentimo-nos capazes de perceber o que se passa e confiantes de que podemos impressioná-las com as nossas opiniões e sinceridade. Segundo Boden e Molotch, a «co-presença» «facilita o acesso à parte do corpo humano que *nunca mente* – os olhos, as *janelas da alma*. O próprio contacto visual em si assinala um grau de intimidade e confiança; as interacções de «co-presença» permitem monitorizar constantemente os movimentos fugazes desta parte do corpo tão subtil» (1994).

1 A interacção social é o processo pelo qual agimos face aos que nos rodeiam e reagimos a eles. Quando analisados detalhadamente, muitos aspectos aparentemente banais do nosso comportamento quotidiano acabam por ser aspectos importantes e complexos da interacção social. Um exemplo é a contemplação – olhar fixamente para outras pessoas. Na maior parte das interacções, o contacto visual é relativamente fugaz. Olhar fixamente para uma pessoa pode ser entendido como um sinal de hostilidade – ou, em algumas ocasiões, de amor. O estudo da interacção é uma área fundamental da Sociologia, esclarecendo muitos aspectos da vida social.

2 O estudo das interacções face-a-face é geralmente denominado Microssociologia – por oposição à Macrossociologia, que se debruça sobre grandes grupos, instituições e sistemas sociais. Na verdade, as análises micro e macro estão intimamente relacionadas e complementam-se.

3 A comunicação não-verbal consiste na troca de informação e sentido através de expressões faciais, gestos e movimentos do corpo. A face humana transmite várias expressões diferentes. É crença geral que há aspectos básicos da expressão facial das emoções que são inatos. Estudos transculturais demonstraram a existência de grandes semelhanças entre membros de diferentes culturas, tanto ao nível da expressão facial como da interpretação das emoções registadas na face humana. Entendida de um modo mais lato, a «face» pode também referir-se à estima que os outros têm por um indivíduo. De um modo geral, nas nossas interacções com outras pessoas, estamos preocupados em «salvar a face» – proteger a nossa auto-estima.

4 Há uma dimensão de género presente na comunicação não-verbal. Nas interacções do quotidiano, alguns gestos e expressões – como estabelecer contacto visual ou olhar fixamente – podem ser entendidos e expressos de forma diferente por homens e por mulheres.

5 O estudo das conversas banais veio a chamar-se Etnometodologia, um termo originalmente introduzido por Harold Garfinkel. A Etnometodologia consiste na análise das formas pelas quais de forma activa – embora muitas vezes implicitamente – entendemos a mensagem que os outros querem fazer passar através do que dizem e falam. A maior parte das conversas do quotidiano são bastante complexas e dependem de entendimentos partilhados pelos falantes. Quando as regras implícitas da conversação não são respeitadas, de forma intencional ou não, as pessoas sentem-se inquietas e inseguras.

6 Podemos aprender bastante acerca da natureza da conversa através dos «gritos de resposta» (exclamações) e do estudo dos lapsos de língua (quando as pessoas pronunciam ou aplicam mal determinadas palavras ou frases). Os lapsos de língua são frequentemente divertidos, e estão de facto relacionados psicologicamente com a graça e a brincadeira.

7 A interacção não focalizada é a consciência mútua que indivíduos têm uns dos outros em grandes concentrações de pessoas, quando não estão directamente a conversar. A interacção focalizada, que pode por sua vez ser dividida em diferentes tipos de encontro – ou episódios de interacção –, ocorre quando dois ou mais indivíduos estão directamente com atenção ao que o(s) outro(s) está a dizer ou fazer.

8 A interacção social pode ser estudada de uma forma elucidativa aplicando-se o modelo dramatúrgico – estudando a interacção social como se as pessoas em

causa fossem actores num palco, com um cenário e adereços. Tal como no teatro, nos vários contextos da vida social tendem a existir distinções claras entre as regiões da frente (o próprio palco) e as regiões da retaguarda, onde os actores se preparam para a cena e, no fim, relaxam.

9 Por espaço pessoal descreve-se a distância mantida por indivíduos envolvidos numa interacção social. As concepções de espaço pessoal diferem consoante as diferentes culturas.

10 Toda a interacção social se situa no tempo e no espaço. Podemos analisar o modo como as nossas rotinas diárias são «delimitadas» pela combinação do tempo e do espaço, se observarmos a forma como as actividades ocorrem durante determinados períodos e, simultaneamente, implicam movimentos no espaço.

11 As sociedades modernas caracterizam-se, em grande medida, por transacções interpessoais indirectas sem necessidade de qualquer tipo de co-presença. Tal conduz ao que foi já designado como compulsão da proximidade, a tendência para desejar uma presença face-a-face sempre que possível. As situações de co-presença fornecem uma informação muito mais rica acerca do que as outras pessoas pensam e sentem, e do seu grau de sinceridade, do que formas indirectas de comunicação.

PARA REFLEXÃO

1 Seria possível a vida social sem pressupostos essenciais partilhados pelos membros de uma sociedade?
2 Em que medida a sua visão é diferente da visão turística da sua cidade?
3 Quão fácil seria ter uma conduta de vandalismo na interacção na sala de aula?
4 Como «aparenta confiança»?
5 Que estratégias usam as mulheres que vão sozinhas a bares e cafés para demonstrar que querem ser deixadas em paz?
6 Pode a comunicação electrónica substituir a interacção face-a-face?

ADICIONAIS

Peter Berger, & **Thomas Luckmann,** *A Construção Social da Realidade, Petrópolis: E_itora Vozes, 1998.*

Stanley Cohen, & **Laurie Taylor,** *Escape Attempts: The Theory and Pratice of Resistance to Everyday Life*, 2.ª Edição, Londres: Routledge, 1995.

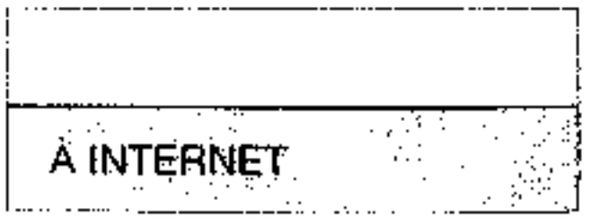
Erving Goffman, *Behaviour in Public Places*, Nova Iorque: Free Press, 1963.

Erving Goffman, *The Presentation of the Self in Everyday Life*, Harmondsworth: Penguin, 1969.

Phil Manning, *Erving Goffman and Modern Sociology*, Cambridge: Polity Press, 1992.

Ethno / CA News (recursos on line sobre análise de conversação e Etnometodologia)
http://www.pscw.uva.nl/emca/bib90's.htm

Society for the Study of Symbolic Interaction
http://sun.soci.niu.edu/~sssi



5 Género e Sexualidade

Diferenças de género 109
Género e Biologia: diferença natural 109
Socialização de género 110
A construção social do género e do sexo 111

Perspectivas sobre a desigualdade de género 114
Abordagens funcionalistas 115
Abordagens feministas 116

Feminilidades, masculinidades e relações de género 120
R. W. Connell: a ordem de género 120
Masculinidades em transformação 123

Sexualidade humana 126
Biologia e comportamento sexual 126
Influências sociais no comportamento sexual 127
A sexualidade na cultura ocidental 128
Uma nova fidelidade 130

Homossexualidade 131
A homossexualidade na cultura ocidental 132
Atitudes em relação à homossexualidade 133
A campanha pela legalização e reconhecimento 134

Prostituição 135
A prostituição na actualidade 135
A prostituição infantil e a «indústria do sexo» mundial 136
Explicar a prostituição 138

Conclusão: género e globalização 138
Sumário 139
Questões para reflexão 140
Leituras adicionais 141
Endereços electrónicos 141

LESBIAN

Capítulo 5: Género e Sexualidade

O que é ser-se um homem? O que é ser-se uma mulher? Pode pensar-se que ser-se um homem ou uma mulher é algo associado em última instância com o sexo do corpo em que nascemos. Mas, à semelhança das inúmeras questões que suscitam o interesse dos sociólogos, a natureza da feminilidade e da masculinidade não é assim tão fácil de classificar. Algumas pessoas acreditam, por exemplo, ter nascido no corpo errado e procuram «endireitar as coisas» mudando de género ao longo da vida.

A história de Janeen Newham e de David Willis é semelhante à de muitos transexuais que se submetem a operações de mudança de sexo para se tornarem as pessoas que acreditam ser. O que torna este caso especialmente notável é o facto de serem o primeiro casal transexual casado na Grã-Bretanha.

Janeen era um rapaz quando nasceu, mas sentiu-se desde muito cedo confuso ao desejar ser uma rapariga. À medida que os anos foram passando, sentiu-se cada vez mais alienado no seu corpo. Casou-se e foi pai de duas crianças, mas a sensação de estar preso no corpo errado não amenizou. David era uma rapariga quando nasceu, mas passou a infância a sentir que, no fundo, era um homem. Os sentimentos de confusão eram tão fortes que, por vezes, diz agora, desejava nem sequer ter corpo. Posteriormente, Janeen e David procuraram tratamento para mudar de sexo, um processo longo que envolve hormonas e uma cirurgia, a fim de tratar o que Janeen designa como «terrível erro da natureza» (Neustatter, 1999).

Janeen e David conheceram-se através de uma organização que luta pelos direitos dos transexuais; com o tempo, construíram uma relação sólida. Mas quando decidiram formalizar a relação através do casamento, descobriram que a legislação britânica não o permitia por terem trocado de género. Para efeitos de matrimónio, considera-se oficial o sexo indicado na certidão de nascimento. Janeen e David casaram-se na Dinamarca, país onde a mudança de sexo não representa qualquer obstáculo para uma celebração tradicional do matrimónio. Embora o governo britânico autorize a modificação da maioria dos documentos e papéis de identificação em caso de mudança de sexo, não regulariza o documento fundamental para o pleno reconhecimento jurídico da mudança de estatuto de um indivíduo – a certidão de nascimento. Muitos transexuais consideram tratar-se de uma questão de direitos humanos fundamentais.

A possibilidade de uma pessoa que era um «ele» se tornar numa «ela» leva-nos a parar para reflectir, pois as diferenças sexuais são demasiado influentes nas nossas vidas. Geralmente, nem nos apercebemos delas – precisamente por serem demasiado difusas. Estão incutidas em nós desde a nascença. As nossas concepções sobre a identidade de género, bem como as atitudes e inclinações sexuais que lhes estão associadas, formam-se tão cedo na vida que as consideramos, na maioria das vezes, como certas na idade adulta. Mas o género não existe simplesmente; todos nós, como alguns sociólogos afirmam, «fazemos o género» nas interacções sociais que estabelecemos diariamente com os outros. Após a sua mudança de estatuto, os transexuais como Janeen e David deverão aprender a fazer o género na vida quotidiana. Todos os aspectos da nossa existência são construídos a partir do género, do tom de voz aos gestos, dos movimentos às normas de comportamento. Reproduzimos socialmente – fazemos e refazemos – o género em milhares de pequenas acções praticadas ao longo do dia.

A história de Janeen e David incide numa questão bastante discutida na sociologia do género e da sexualidade. As opiniões dos estudiosos dividem-se quanto à importância a conferir ao impacto das características biológicas congénitas nas nossas identidades de género e nas nossas actividades sexuais. No presente capítulo, iremos estudar a natureza do comportamento sexual humano, bem como analisar o carácter complexo da sexualidade – os padrões sexuais humanos – e as diferenças sexuais. A vida sexual nas sociedades modernas, como em muitas outras, está a sofrer mudanças importantes que afectam a vida emocional da maioria de nós. Iremos saber que mudanças são estas e procurar interpretar a sua importância mais lata no final do capítulo.

Começaremos, contudo, por observar algumas das formas como os estudiosos tentaram explicar as diferenças entre homens e mulheres. As diferenças de género são objecto de grande interesse por parte dos sociólogos, por se encontrarem ligadas a questões de desigualdade e poder nas sociedades. As mudanças dramáticas, iniciadas pelos movimentos feministas na década de 70, inspiraram novas tentativas para compreender como se geram, se mantêm e se transformam os padrões e desigualdades de género nas nossas sociedades. O estudo do género e da sexualidade constitui uma das dimensões em desenvolvimento mais rápidas e estimulantes na sociologia contemporânea.

Diferenças de género

Começaremos por indagar sobre a origem das diferenças entre homens e mulheres. Consideraram-se abordagens contrastantes para explicar a formação das identidades do género e os papéis sociais baseados nessas mesmas identidades. O debate centra-se nos estudos existentes: alguns estudiosos dão maior destaque às influências sociais do que outros aquando da análise das diferenças de género.

Antes de revermos estas abordagens contraditórias, é necessário fazer uma distinção importante entre sexo e género. De um modo geral, os sociólogos utilizam o termo sexo para se referirem às diferenças anatómicas e fisiológicas que definem o corpo masculino e o corpo feminino. Em contrapartida, por género entendem-se as diferenças psicológicas, sociais e culturais entre indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino. O género está associado a noções socialmente construídas de masculinidade e feminilidade; não é necessariamente um produto directo do sexo biológico de um indivíduo. A distinção entre sexo e género é fundamental, pois muitas diferenças entre homens e mulheres não são de origem biológica.

As interpretações sociológicas das diferenças e desigualdades de género têm assumido posições de contraste nesta questão do sexo e do género. Existem três grandes abordagens que irão ser analisadas seguidamente. Em primeiro lugar, observaremos os argumentos que defendem a existência de uma base biológica nas diferenças de comportamento entre homens e mulheres. Em seguida, focaremos as teorias que dão particular importância à socialização e à aprendizagem dos papéis de género. Por último, tomaremos em consideração as concepções dos estudiosos que pensam que nem o género nem o sexo têm uma base biológica, sendo totalmente construídos a nível social.

Género e biologia: diferença natural

Até que ponto as diferenças no comportamento dos homens e das mulheres provêm do sexo, em vez do género? Por outras palavras, até que ponto são o resultado de diferenças biológicas? Alguns autores defendem que os aspectos da biologia humana – das hormonas aos cromossomas, do tamanho do cérebro à genética – são responsáveis pelas diferenças congénitas no comportamento entre homens e mulheres. Estas diferenças, afirmam, são visíveis em todas as culturas, o que implica que os factores naturais são responsáveis pelas desigualdades entre os géneros que caracterizam a maior parte das sociedades. Estes investigadores irão provavelmente concentrar-se no facto de, por exemplo, em quase todas as culturas, os homens participarem na caça e na guerra, e não as mulheres. Será que este facto, afirmam, não indica que os homens possuem tendências biológicas para a agressão que faltam às mulheres?

Muitos investigadores não se deixam convencer com este argumento. O nível de agressividade dos homens, dizem, varia bastante de cultura para cultura, e em algumas culturas espera-se que as mulheres sejam mais passivas ou dóceis nalgumas culturas do que noutras (Elshtain, 1987). Como os seus críticos sublinham, as teorias da «diferença natural» fundamentam-se muitas vezes em estudos sobre o comportamento animal, em vez de partirem dos indícios antropológicos e históricos sobre o comportamento humano, o qual varia no tempo e no espaço. Além disso, acrescentam, o facto de uma característica ser mais ou menos universal, não significa que seja de origem biológica; poderão existir factores culturais generalizados que originem estas características. Por exemplo, na maior parte das culturas, a maioria das mulheres passa uma parte significativa das suas vidas a cuidar dos filhos e não estariam preparadas para participar rapidamente na caça ou na guerra.

Embora não seja possível rejeitar liminarmente a hipótese dos factores biológicos determinarem

padrões de comportamento nos homens e nas mulheres, a investigação de quase um século para identificar as origens fisiológicas de tal influência não teve sucesso. Não há provas dos mecanismos que iriam associar tais forças biológicas aos comportamentos sociais complexos dos homens e das mulheres (Connell, 1987). As teorias que vêem os indivíduos a agir de acordo com uma espécie de predisposição inata descuram o papel vital da interacção social na formação do comportamento humano.

Socialização de género

Outro caminho a seguir para compreender as origens das diferenças de género é o do estudo da **socialização de género**, a aprendizagem dos papéis de género com o apoio dos agentes sociais, tais como a família e os meios de comunicação. Esta abordagem estabelece uma distinção entre sexo biológico e género social – uma criança nasce com o primeiro e desenvolve-se com o segundo. As crianças, através do contacto com diversos agentes de socialização, primários e secundários, interiorizam progressivamente as normas e expectativas sociais que correspondem ao seu sexo. As diferenças de género não são determinadas biologicamente, mas geradas culturalmente. Neste sentido, existem desigualdades de género, pois os homens e as mulheres são socializadas em papéis diferentes.

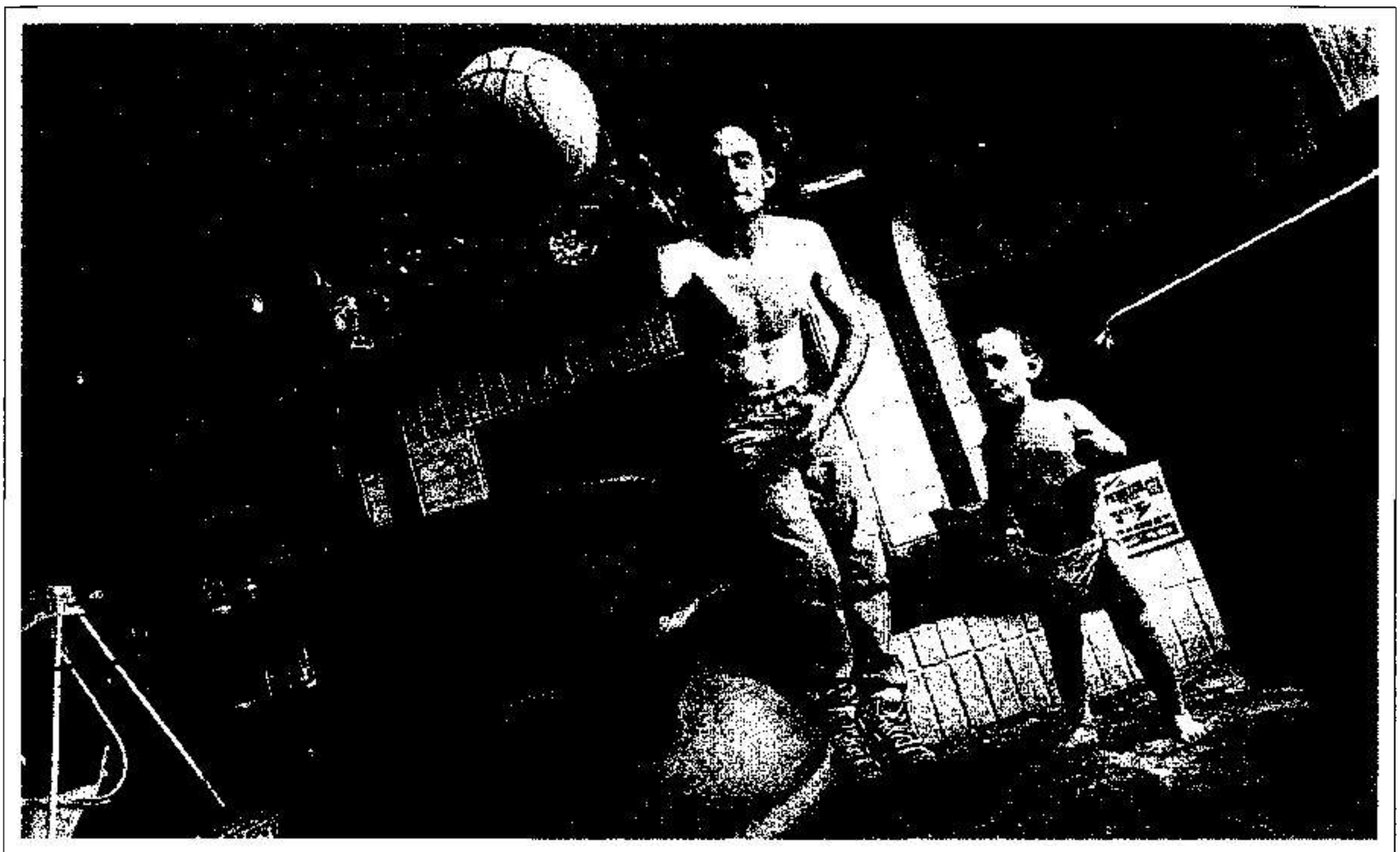
Os funcionalistas têm favorecido as teorias da socialização do género, pois vêem os rapazes e as raparigas como aprendizes dos «papéis sexuais» e das identidades masculina e feminina – masculinidade e feminilidade – que os acompanham (ver abaixo, páginas 115-117 «Abordagens funcionalistas»). Rapazes e raparigas são guiados neste processo por sanções positivas e negativas, forças socialmente aplicadas que recompensam ou restringem o comportamento. Um rapaz poderá ser positivamente sancionado no seu comportamento, por exemplo, («És um menino muito corajoso!») ou receber uma sanção negativa («Os meninos não brincam com bonecas»). Estes acompanhamentos positivos e negativos ajudam os rapazes e as raparigas na aprendizagem dos papéis sexuais que se espera virem a desempenhar e a conformarem-se com eles. Se um indivíduo desenvolve práticas de género que não correspondem ao seu sexo biológico – isto é, comportamentos desviantes – procura-se a explicação numa socialização inadequada ou irregular. Segundo esta perspectiva funcionalista, os agentes de socialização contribuem para a manutenção da ordem social ao supervisionar a socialização natural do género nas novas gerações.

Esta interpretação rígida dos papéis sexuais e da socialização tem sido alvo de críticas em muitos aspectos. Muitos autores afirmam que a socialização do género não é um processo inerentemente harmonioso; diferentes agentes, como a família, a escola e o grupo de amigos, poderão entrar em conflito entre si. Além disso, as teorias da socialização ignoram a capacidade dos indivíduos para rejeitar, ou modificar, as expectativas sociais que envolvem os papéis sexuais. Como Connell afirmou:

> «Os agentes da socialização» não geram efeitos mecânicos num ser em crescimento. Pede-se à criança para participar na prática social impondo-lhe determinadas condições. O pedido poderá ser, e é muitas vezes, coercivo – acompanhado por uma grande pressão para ser aceite e sem se propor uma alternativa... Mesmo assim, as crianças declinam, ou começam mais precisamente a tomar a sua própria posição no domínio do género. Poderão rejeitar a heterossexualidade... poderão começar a misturar elementos masculinos e femininos, o que ocorre, por exemplo, quando as raparigas persistem em praticar desportos competitivos na escola. Poderão iniciar uma ruptura nas suas próprias vidas, por exemplo, quando os rapazes se vestem a sós com roupas femininas. Poderão construir uma vida de fantasia que entra em conflito com a sua prática actual, o que é talvez a prática mais comum. (Connell, 1987)

É importante lembrar que os seres humanos não são objectos passivos ou receptores inquestionáveis de uma «programação» do género, como alguns sociólogos sugeriram. As pessoas são agentes activos que criam e modificam papéis para si mesmas. Embora seja necessário algum cepticismo relativamente a qualquer adopção na globalidade da teoria dos papéis sexuais, muitos estudos revelaram que as identidades do género *são*, em certa medida, fruto das influências sociais.

As influências sociais na identidade de género fluem de canais muito diversificados; até os pais que se dedicaram a educar os filhos de uma forma «não sexista» consideram difícil combater os padrões exis-



Imitar o pai é um bom jogo e pode ser também um momento formativo na socialização de género da criança.

tentes de aprendizagem do género (Statham, 1986). Os estudos sobre a interacção progenitor-criança revelaram, por exemplo, diferenças distintas no tratamento dos rapazes e das raparigas, mesmo quando os pais acreditam ter a mesma reacção com ambos. Os brinquedos, os livros ilustrados e os programas de televisão para crianças tendem a destacar as diferenças entre os atributos masculinos e femininos. Embora a situação esteja, de certa forma, a mudar, geralmente as personagens masculinas excedem em número as femininas na maior parte da literatura infantil, contos de fadas, programas de televisão e filmes. As personagens masculinas tendem a desempenhar papéis mais activos e aventureiros, enquanto as femininas são representadas como figuras passivas, expectantes e orientadas para as actividades domésticas (Weitzman *et al.*, 1972; Zammuner, 1987; Davies, 1991). Investigadoras feministas demonstraram como os produtos culturais e dos meio de comunicação destinados às audiências mais jovens incorporam atitudes tradicionais em relação ao género e ao tipo de objectivos e ambições que se espera das raparigas e dos rapazes.

A socialização do género é evidentemente muito forte e desafiá-la pode ser incómodo. Uma vez «conferido» um género, a sociedade espera que os indivíduos desempenhem a sua função como «homens» e «mulheres». É no quotidiano que estas expectativas se cumprem e se reproduzem (Lorber, 1994; Bourdieu, 1990).

A construção social do género e do sexo

Nos últimos anos, as teorias da socialização e do papel do género têm sido alvo de críticas por parte de um número cada vez maior de sociólogos. Em vez de considerarem o sexo como um facto determinado biologicamente e o género como um facto aprendido culturalmente, afirmam que se deveria considerar *tanto* o sexo *como* o género enquanto produtos construídos socialmente. Não só o género é uma criação puramente social ao qual falta uma «essência» domi-

Identidade de género: duas teorias

Duas das teorias dominantes sobre a explicação da formação das identidades do género incidem sobre a dinâmica emocional entre as crianças e os seus educadores. Nesta perspectiva, as diferenças de género são formuladas «inconscientemente» durante os primeiros anos de vida, e não resultam de uma predisposição biológica.

A teoria de Freud sobre o desenvolvimento do género

A teoria de Sigmund Freud é talvez a mais influente – e controversa – teoria acerca da emergência da identidade de género. Segundo Freud, a aprendizagem das diferenças de género nas crianças e nos jovens centra-se na presença ou na ausência do pénis. «Eu tenho um pénis» é o mesmo que «eu sou um rapaz», enquanto que «eu sou uma rapariga» é o mesmo que «eu não tenho pénis». Freud é cuidadoso ao afirmar que não são apenas as distinções anatómicas que estão em questão; a presença ou ausência do pénis é um símbolo de masculinidade e de feminilidade.

Por volta dos quatro ou cinco anos de idade, de acordo com a sua teoria, um rapaz sente-se ameaçado pela disciplina e autonomia que o pai lhe exige, fantasiando que o pai lhe quer tirar o pénis. O rapaz, em parte conscientemente, mas sobretudo a um nível inconsciente, reconhece o pai como um rival no afecto da mãe. Ao reprimir sentimentos eróticos em relação à mãe e ao aceitar o pai como um ser superior, o rapaz identifica-se com o pai e toma consciência da sua identidade masculina. O rapaz desiste do amor da mãe devido ao medo inconsciente de ser castrado pelo pai. Por outro lado, as raparigas sofrem supostamente de «inveja do pénis», pois não possuem o órgão visível que distingue os rapazes. A mãe é depreciada aos olhos das raparigas, pois também não possui um pénis e é incapaz de criar um. Quando a rapariga se identifica com a mãe, assume a atitude submissa implícita no reconhecimento de se ser «segunda».

Uma vez terminada esta fase, a criança aprendeu a reprimir os sentimentos eróticos. O período entre os cinco anos de idade e a puberdade é, segundo Freud, um período de latência – tende a haver uma interrupção das actividades sexuais até as mudanças biológicas da puberdade reactivarem os desejos eróticos de uma forma directa. O período de latência, que abrange a idade das crianças que frequentam o 1.° e 2.° ciclos do ensino básico, corresponde ao período em que os grupos de amigos do mesmo sexo são os mais importantes na vida de uma criança.

As concepções de Freud suscitaram grandes objecções, especialmente da parte das feministas, mas também de muitos outros autores (Mitchell, 1973; Coward, 1984). Em primeiro lugar, Freud parece identificar demasiado estreitamente o género com a consciência genital, estando envolvidos certamente outros factores mais subtis. Em segundo lugar, a teoria depende da noção de o pénis ser superior à vagina, assumida apenas como a ausência do órgão masculino. Todavia, por que razão os órgãos genitais femininos não deveriam ser considerados superiores aos masculinos? Em terceiro lugar, Freud representa o pai como o agente de disciplina primário, enquanto em muitas culturas é a figura da mãe quem desempenha o papel mais significativo na imposição da disciplina. Em quarto lugar, Freud acredita que a aprendizagem do género se concentra nos quatro ou cinco anos de idade. A maioria dos autores mais recentes destacaram a importância da aprendizagem numa idade precoce, desde a primeira infância.

A teoria de Chodorow sobre o desenvolvimento do género

Embora muitos autores se tenham servido da abordagem de Freud para estudar o desenvolvimento do

género, geralmente modificaram-na em muitos aspectos. A socióloga Nancy Chodorow é um exemplo (1978, 1988). Chodorow afirma que a aprendizagem para um indivíduo se sentir homem ou mulher deriva da ligação da criança com os pais desde tenra idade. A socióloga dá muito maior ênfase do que Freud à importância da mãe em vez do pai. Uma criança tende a envolver-se emocionalmente com a mãe, pois esta é facilmente a influência mais dominante desde tenra idade. Esta ligação tem de ser quebrada a determinada altura, para a criança adquirir um sentido próprio de si – é-lhe exigido que se torne menos dependente.

Chodorow afirma que o processo de ruptura ocorre de maneira diferente em rapazes e raparigas. As raparigas mantêm a proximidade com a mãe – têm a possibilidade de, por exemplo, continuar a abraçá-la, a beijá-la e a imitá-la em tudo o que faz. Em virtude de não ocorrer uma ruptura abrupta com a mãe, a rapariga, e mais tarde a mulher, desenvolve um sentido do «eu» que é mais contínuo com outras pessoas. É muito provável que a sua identidade se funde (ou dependa) de outra: primeiro com a mãe, mais tarde com um homem. Na perspectiva de Chodorow, este facto tende a gerar características de sensibilidade e compaixão emocional nas mulheres.

Os rapazes ganham o sentido do «eu» através de uma rejeição mais radical da sua proximidade inicial com a mãe, forjando a sua percepção de masculinidade a partir daquilo que não é feminino. Aprendem a não ser «mariquinhas» ou «meninos da mamã». Consequentemente, os rapazes têm relativamente pouca habilidade para se relacionarem intimamente uns com os outros, desenvolvendo formas mais analíticas de olhar o mundo. Adquirem uma perspectiva mais activa das suas vidas, dando ênfase à concretização, mas reprimem a sua capacidade para compreender os seus próprios sentimentos e os dos outros.

Chodorow inverte, até certo ponto, a ênfase de Freud. Não é a feminilidade, mas antes a masculinidade a ser definida por uma perda, a privação de manter uma ligação de proximidade com a mãe. A identidade masculina forma-se através da separação; desta forma, os homens sentirão inconscientemente, um dia mais tarde, a sua identidade ameaçada caso se envolvam emocionalmente de modo íntimo com outras pessoas. As mulheres, por outro lado, sentirão que a ausência de um relacionamento íntimo com outra pessoa ameaça a sua auto-estima. Estes padrões repetem-se de geração em geração, devido ao papel primário que as mulheres desempenham no processo de socialização prematura das crianças. As mulheres exprimem-se e definem-se principalmente em termos de relacionamentos. Os homens reprimiram essas necessidades adoptando uma postura mais manipuladora em relação ao mundo.

O estudo de Chodorow foi alvo de diversas críticas. Janet Sayers, por exemplo, sugeriu que Chodorow não explica a luta das mulheres, especialmente na actualidade, pela autonomia e independência (Sayers, 1986). As mulheres (e os homens), salienta, são mais contraditórias na sua caracterização psicológica do que é sugerido na teoria de Chodorow. A feminilidade pode ocultar sentimentos de agressividade ou asserção, que se revelam apenas de forma indirecta ou em determinados contextos (Brennan, 1988). Chodorow foi igualmente criticada pela sua concepção redutora de família, baseada num modelo de família branca da classe média. O que acontece, por exemplo, numa família monoparental ou quando as crianças são educadas por mais de um adulto?

Estas críticas não deitam por terra as concepções de Chodorow, cuja importância se mantém. As suas concepções ensinam muito sobre a natureza da feminilidade e ajudam-nos a compreender as origens da chamada **inexpressividade masculina** – a dificuldade que os homens sentem em revelar os seus sentimentos aos outros.

"Qual é o seu género?"

© The New Yorker Collection 1999 Edward Korem from cartoonbank. com. All rights reserved.

nante, mas o próprio corpo humano está sujeito às forças sociais que o moldam e o alteram de várias maneiras. É possível atribuir aos nossos corpos significados que desafiam o que é geralmente considerado como «natural». Os indivíduos poderão optar por construir ou reconstruir os seus corpos conforme a sua vontade – recorrendo desde a actividade física, à dieta, ao *piercing* e ao estilo pessoal, até à cirurgia plástica e às operações de mudança de sexo. A tecnologia estará a dissipar os limites dos nossos corpos. Assim, argumentam, o corpo humano e a biologia não são dados adquiridos, mas estão sujeitos à acção humana e à escolha pessoal em contextos sociais diferentes.

Nesta perspectiva, os autores que centram a sua abordagem nos papéis de género e na sua aprendizagem aceitam implicitamente a *existência* de uma base biológica nas diferenças de género. Na abordagem centrada na socialização, uma distinção biológica entre os sexos fornece um enquadramento que será «culturalmente desenvolvido» na própria sociedade. Em contrapartida, os teóricos que defendem a construção social do sexo e do género rejeitam a existência de qualquer base biológica nas diferenças de género. As identidades do género surgem, assim afirmam, relacionadas com as diferenças de sexo percepcionadas na sociedade e, por sua vez, ajudam a moldar essas mesmas diferenças. Por exemplo, uma sociedade onde a noção de masculinidade é caracterizada pela força física e atitudes «rudes» incentivará os homens a desenvolver uma determinada imagem do corpo e um conjunto de maneirismos adequados. Por outras palavras, as identidades do género e as diferenças de sexo encontram-se intimamente associadas em cada corpo humano (Connell, 1987; J. Butler, 1999; Scott e Morgan, 1993).

Perspectivas sobre a desigualdade de género

Observou-se que o género é um conceito socialmente criado que atribui aos homens e às mulheres papéis sociais e identidades diferentes. Todavia, as diferenças de género raramente são neutras – em quase todas as sociedades, o género é uma forma significativa de estratificação social. O género é um factor crítico na estruturação dos tipos de oportunidade e das hipóteses de vida que os indivíduos e os grupos enfrentam, influenciando fortemente os papéis que desempenham nas instituições sociais, da família ao Estado. Embora os papéis dos homens e das mulheres variem de cultura para cultura, não se conhece nenhuma sociedade em que as mulheres tenham mais poder do que os homens. De um modo geral, os papéis dos homens são muito mais valorizados e recompensados do que os das mulheres: em quase todas as culturas, as mulheres assumem a responsabilidade primária de educar os filhos e ocupar-se das actividades domésticas, enquanto os homens assumem tradicionalmente a responsabilidade de sustentar a família. A divisão de trabalho prevalecente entre sexos levou os homens e as mulheres a assumirem posições desiguais em termos de poder, prestígio e riqueza.

Apesar dos progressos das mulheres em países de todo o mundo, as diferenças de género continuam a servir de base para as desigualdades sociais. Investigar e explicar a desigualdade de género tornou-se uma preocupação central para os sociólogos. Surgiram muitas teorias para explicar o domínio duradouro dos homens sobre as mulheres – nas áreas da

Explorar as desigualdades de género

Os sociólogos definem a desigualdade de género como a diferença de estatuto, poder e prestígio que as mulheres e os homens adquirem em grupos, colectividades e sociedades. Ao reflectir sobre a desigualdade de género entre homens e mulheres, é possível colocar as seguintes questões: As mulheres e os homens têm o mesmo acesso a recursos societários valorizados – por exemplo, alimentação, salário, poder e tempo? Em segundo lugar, as mulheres e os homens têm opções de vida semelhantes? Os papéis e as actividades das mulheres e dos homens são valorizados de forma idêntica? Estas questões fundamentais sobre a desigualdade de género levantam-se em muitos pontos ao longo do texto, à medida que se abordam os principais temas que captam o interesse dos sociólogos. É possível encontrar mais detalhes sobre a questão do género nos seguintes capítulos:

Questões de género na vida quotidiana: «Género e comunicação não-verbal», capítulo 4, p 86

As diferenças de género na saúde e no envelhecimento: «Género e saúde», capítulo 6, p. 150

As mulheres na família: tema tratado ao longo do capítulo 7, «Famílias»

As mulheres e o crime: «Género e crime», capítulo 8, p. 226

Mobilidade na estrutura de classes: «Género e estratificação», capítulo 10, p. 300

As mulheres e a burocracia: «Género e organizações», capítulo 12, p. 361

As mulheres no mercado de trabalho: emprego e família; a divisão de trabalho doméstico: «As mulheres e o trabalho» e «O trabalho e a família», capítulo 13, pp. 389 e 402

As consequências da educação: «Género e educação», capítulo 16, p. 519

Papéis em contexto religioso: «Género e religião», capítulo 17, p. 545

economia, da política, da família, entre outras. Nesta parte do capítulo, rever-se-ão as principais abordagens teóricas para explicar a natureza da desigualdade de género a nível da sociedade, deixando o nosso debate sobre a desigualdade de género em determinados cenários e instituições para outros capítulos do livro (ver caixa).

Abordagens funcionalistas

Como foi possível observar no capítulo 1 («O que é a Sociologia?»), a abordagem funcionalista vê a sociedade como um sistema de partes interligadas que, quando em equilíbrio, funcionam de modo harmonioso para gerar solidariedade social. Assim, as perspectivas funcionalistas sobre o género e as perspectivas nelas inspiradas tentam demonstrar que as diferenças de género contribuem para a estabilidade e integração sociais. Embora estas perspectivas tenham tido outrora grande apoio, foram fortemente criticadas por negligenciarem as tensões sociais em benefício do consenso e por promulgarem uma visão conservadora do mundo social.

Os autores que apoiam a escola de pensamento das «diferenças naturais» tendem a afirmar que a divisão de trabalho entre homens e mulheres tem uma base biológica. As mulheres e os homens desempenham as tarefas para as quais estão biologicamente mais vocacionados. Desta forma, o antropólogo George Murdock considerava como algo prático e conveniente o facto de as mulheres se concentrarem nas responsabilidades domésticas e familiares, enquanto os homens trabalhavam fora de casa. Baseando-se num estudo transcultural, realizado em mais de 200 sociedades,

Murdock concluiu que a divisão sexual de trabalho está presente em todas as culturas (1949). Embora não seja o resultado de uma «programação» biológica, constitui a base mais lógica para a organização da sociedade.

Talcott Parsons, um líder da abordagem funcionalista, ocupou-se do papel da família nas sociedades industriais (Parsons e Bales, 1956). Interessava-lhe especialmente a socialização das crianças e acreditava que a estabilidade e o apoio das famílias era a chave para uma socialização de sucesso. Na perspectiva de Parsons, a família funciona de forma mais eficiente com uma divisão sexual de trabalho bem definida, na qual as mulheres desempenham papéis *expressivos*, proporcionando assistência e segurança às crianças e oferecendo-lhes apoio emocional. Os homens, por outro lado, devem desempenhar papéis *instrumentais* – nomeadamente como sustento da família. Devido à natureza exaustiva deste papel, as tendências expressivas e educativas das mulheres deveriam ser igualmente utilizadas para a estabilidade e conforto dos homens. Esta divisão complementar de tarefas, que emana da distinção biológica entre os sexos, garantiria a solidariedade da família.

John Bowlby (1953) apresentou uma outra perspectiva funcionalista sobre a educação das crianças, afirmando que a mãe é crucial para a primeira socialização das crianças. Na ausência da mãe, ou se uma criança é separada da mãe em tenra idade – um estado denominado privação maternal –, a criança corre o risco de ser socializada inadequadamente, situação que poderá conduzir mais tarde a dificuldades sociais e psicológicas graves, incluindo tendências anti-sociais e psicopáticas. Bowlby afirmou que uma relação próxima, pessoal e contínua de uma criança com a própria mãe garante melhor o seu bem-estar e saúde mental. Admitiu mesmo que uma mãe ausente poderá ser substituída por uma «mãe substituta», mas sugeriu que essa figura de substituição deveria ser igualmente uma mulher – deixando poucas dúvidas relativamente à sua opinião de que o papel de mãe pertence distintamente ao sexo feminino. Há quem tenha utilizado a tese de Bowlby sobre a privação maternal para afirmar que as mães com uma actividade profissional negligenciam os próprios filhos.

Avaliação

As feministas criticaram fortemente as opiniões sobre a existência de uma base biológica na divisão sexual do trabalho, afirmando que a atribuição de tarefas na sociedade nada tem de natural ou inevitável. Não há qualquer base biológica para impedir as mulheres de seguir uma ocupação; pelo contrário, os seres humanos são socializados para papéis que culturalmente se espera virem a desempenhar .

Múltiplas fontes sugerem que a tese da privação maternal é questionável – estudos efectuados revelaram que o desempenho pedagógico e o desenvolvimento pessoal das crianças se desenvolve, de facto, quando ambos os pais trabalham pelo menos uma parte do dia fora de casa (ver capítulo 13, «Trabalho e Vida Económica», p. 376). As feministas e outros sociólogos atacaram, de forma semelhante, a visão de Parsons sobre a «expressividade» feminina, que parece justificar o confinamento das mulheres à casa. Não há razões para crer que a «expressividade» feminina seja necessária para a tranquilidade de uma família – é, antes de mais, um papel bastante promovido para conveniência dos homens.

Abordagens feministas

O movimento feminista deu origem a um extenso corpo de textos teóricos que tenta explicar as desigualdades de género e estabelecer programas para ultrapassar essas desigualdades. As teorias feministas relativas à desigualdade de género contrastam marcadamente entre si. Embora as autoras feministas se preocupem na sua totalidade com a posição desigual das mulheres na sociedade, os argumentos que apresentam divergem substancialmente. Correntes feministas concorrentes procuraram explicar as desigualdades de género recorrendo a uma variedade de processos sociais profundamente enraizados, como o sexismo, o patriarcado, o capitalismo e o racismo. Nas secções seguintes, observaremos os argumentos subjacentes a três das principais perspectivas feministas – o feminismo liberal, o radical e o negro.

Feminismo liberal

O feminismo liberal procura explicações para as desigualdades de género nos comportamentos sociais e culturais. Ao contrário das feministas radicais, as feministas liberais não concebem a subordinação das mulheres como parte de um sistema ou estrutura maior. Em vez disso, concentram-se em muitos factores distintos que contribuem para as desigualdades

entre homens e mulheres. As feministas liberais, por exemplo, preocupam-se com o sexismo e a discriminação das mulheres no local de trabalho, nas instituições educativas e nos meios de comunicação. Tendem a concentrar as suas energias no estabelecimento da igualdade de oportunidades para as mulheres através da legislação e de outros meios democráticos. As feministas liberais apoiaram activamente novas leis, como a Lei da Igualdade de Salários e a Lei da Discriminação Sexual, afirmando que era importante consagrar a igualdade na lei para eliminar a discriminação das mulheres. As feministas liberais procuram trabalhar no sistema existente, a fim de introduzir reformas gradualmente. Neste aspecto, são mais moderadas em relação aos seus objectivos e métodos do que as feministas radicais, que exigem o fim do sistema existente.

Embora as feministas liberais tenham contribuído em muito para o progresso das mulheres no último século, os seus críticos acusam-nas de não saberem lidar com as causas de origem da desigualdade de género e de não reconhecerem a natureza sistémica da opressão sobre as mulheres na sociedade. Ao focarem a sua atenção nas privações independentes que as mulheres sofrem – sexismo, discriminação, um «tecto» salarial revelador de desigualdade de salários –, as feministas liberais dão apenas uma imagem parcial da desigualdade de género. As feministas radicais acusam as feministas liberais de incentivarem as mulheres a aceitar uma sociedade desigual e o seu carácter competitivo.

Feminismo radical

O feminismo radical assenta na crença de que os homens são responsáveis pela exploração das mulheres e beneficiam desse facto. A análise do patriarcado – o domínio sistemático dos homens sobre as mulheres – é a questão principal para este ramo do feminismo. O patriarcado é considerado como um fenómen- universal que tem existido a- l-ng- d- tempo e em múltiplas culturas. As feministas radicais concentram-se, muitas vezes, na família como uma das fontes primárias de opressão das mulheres na sociedade. Afirmam que os homens exploram as mulheres pois contam com o trabalho doméstico gratuito realizado pelas mulheres em casa. Enquanto grupo, os homens negam igualmente o acesso das mulheres a cargos de poder e de influência na sociedade.

As feministas radicais divergem nas suas interpretações quanto ao que constitui a base do patriarcado, mas a maioria está de acordo em que ele envolve algum tipo de apropriação do corpo e da sexualidade das mulheres. Shulamith Firestone (1971), uma das primeiras autoras feministas radicais, afirma que os homens controlam os papéis da mulheres na reprodução e na educação dos filhos. Por as mulheres serem biologicamente capazes de dar à luz, tornam-se materialmente dependentes dos homens para fins de protecção e subsistência. Esta «desigualdade biológica» está socialmente organizada na família nuclear. Firestone fala em «classe sexual» para descrever a posição social das mulheres e afirma que a sua emancipação só será possível com a abolição da família e das relações de poder que a caracterizam.

Outras feministas radicais apontam a importância da violência masculina sobre as mulheres como um facto central na supremacia masculina. Nesta perspectiva, a violência doméstica, a violação e o assédio sexual são parte de uma opressão sistemática das mulheres, e não casos isolados com as suas próprias causas psicológicas e criminosas. Até as interacções quotidianas – como a comunicação não-verbal, os padrões de audição e interrupção, e o bem-estar das mulheres em público – contribuem para a desigualdade de género. Além disso, argumentam, os homens impõem às mulheres conceitos populares de beleza e sexualidade, de forma a criar um determinado tipo de feminilidade. As normas sociais e culturais que realçam um corpo elegante e uma atitude carinhosa e atenciosa para com os homens, por exemplo, ajudam a perpetuar a subordinação das mulheres. A «objectificação» das mulheres através dos meios de comunicação, da moda e da publicidade transforma-as em objectos sexuais, cujo papel principal é agradar e entreter os homens.

Ver o desenvolvimento do tema nos capítulos «O género e a comunicação não-verbal», pág. 86, e «Espaço pessoal», pág. 97.

As feministas radicais não acreditam na libertação das mulheres da opressão sexual através de reformas ou mudanças progressivas. Afirmam que em virtude

Sylvia Walby: teorizar o patriarcado

A noção de patriarcado tem sido fundamental para muitas interpretações feministas sobre a desigualdade de género. Mas enquanto ferramenta analítica, tem sido igualmente criticada por não conseguir explicar as mudanças e a diversidade na desigualdade de género. Poderemos falar de um sistema de opressão uniforme e inalterável em toda a história, interrogam os críticos? Sylvia Walby é uma teórica que acredita que o conceito de patriarcado é essencial para qualquer análise sobre a desigualdade de género. Mas reconhece a validade de muitas críticas. Na obra *Theorizing Patriarchy* (1990), Walby apresenta uma visão mais flexível para compreender o patriarcado do que os seus antecessores. Admite a ocorrência de mudanças ao longo da história e a possibilidade de haver diferenças ao nível das etnias e classes sociais.

Para Walby, o patriarcado é «um sistema de estruturas e práticas sociais onde os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres» (1990: 20). Entende o patriarcado e o capitalismo como dois sistemas distintos que interagem de maneiras diferentes – ora de forma harmoniosa, ora sob tensão – conforme as circunstâncias históricas. De uma maneira geral, o capitalismo, afirma, beneficiou do patriarcado através da divisão sexual do trabalho. Mas houve alturas em que o capitalismo e o patriarcado entraram em conflito. Durante a guerra, por exemplo, quando as mulheres entraram no mercado de trabalho em massa, os interesses do capitalismo e do patriarcado não estavam alinhados.

Walby identifica seis estruturas através das quais o patriarcado exerce a sua acção. Reconhece que um dos pontos fracos da teoria feminista nos seus inícios residiu na tendência para incidir numa causa «essencial» da opressão sobre as mulheres, como a violência masculina ou o papel das mulheres na reprodução. Dado o seu interesse incidir na profundidade e interligação da desigualdade de género, Walby considera o patriarcado como um sistema constituído por seis estruturas independentes, mas que interagem entre si.

- *Relações de produção em casa.* O trabalho doméstico não remunerado que as mulheres desempenham é expropriado pelo marido (ou companheiro).
- *Trabalho remunerado.* No mercado de trabalho, as mulheres são excluídas de determinados car-

do patriarcado ser um fenómeno sistémico, a igualdade de género só será possível com a eliminação da ordem patriarcal.

A utilização do conceito de patriarcado para explicar a desigualdade de género tem gozado de popularidade entre muitas teóricas feministas. Ao declarar que «o pessoal é político», as feministas radicais chamaram a atenção para múltiplas dimensões interligadas da opressão sobre as mulheres. A ênfase dada à violência masculina e à objectificação das mulheres trouxe estas questões para o centro dos debates sobre a subordinação das mulheres.

As opiniões das feministas radicais poderão, contudo, suscitar muitas objecções. A principal reside, talvez, na utilização adequada do conceito de patriarcado como explicação geral da opressão sobre as mulheres. As feministas radicais tendem a afirmar que o patriarcado tem existido ao longo da história e em múltiplas culturas – que é um fenómeno universal. Os críticos afirmam, contudo, que o conceito de patriarcado não admite variações históricas ou culturais. Ignora igualmente a influência importante que a raça, a classe ou a etnicidade possam ter na natureza da subordinação das mulheres. Por outras palavras, não é possível considerar o patriarcado como um fenómeno universal, pois ao fazê-lo, corre-se o risco do *reducionismo biológico* – reduzir todas as complexidades da desigualdade de género a uma mera distinção entre homens e mulheres.

Recentemente, Sylvia Walby apresentou um nova concepção de patriarcado (ver quadro). Walby afirma que a noção de patriarcado continua a ser uma ferramenta explicativa de grande valor e utilidade, desde que utilizada de modo adequado.

gos, mal pagas e segregadas em trabalhos menos qualificados.

- *O estado patriarcal.* O estado tem, nas suas políticas e prioridades, um preconceito sistemático a favor dos interesses patriarcais.
- *Violência masculina.* Embora a violência masculina seja muitas vezes considerada como composta por actos individuais, ela possui um carácter padronizado e sistemático. As mulheres viveram regularmente esta violência e são afectadas por ela de modo sistemático. O estado tolera efectivamente esta violência, recusando-se a intervir, salvo casos excepcionais.
- *Relações patriarcais na sexualidade.* Manifestam-se na «heterossexualidade compulsiva» e na existência de padrões sexuais distintos para homens e mulheres (obdecem a «regras» diferentes de comportamento sexual).
- *Instituições culturais patriarcais.* Muitas instituições e práticas – incluindo os meios de comunicação, a religião e a educação – produzem representações de mulheres que obedecem a «um olhar patriarcal». Estas representações influenciam as identidades das mulheres e prescrevem modelos de comportamento e de acção tidos como aceitáveis.

Walby distingue duas formas distintas de patriarcado. O *patriarcado privado* consiste na dominação das mulheres em casa às mãos de um patriarca. Trata-se de uma estratégia de exclusão, pois as mulheres são essencialmente impedidas de participar na vida pública. O **patriarcado público**, por outro lado, adquire uma forma mais colectiva. As mulheres envolvem-se em áreas públicas, como a política e o mercado de trabalho, mas continuam afastadas da riqueza, do poder e do estatuto.

Walby afirma que, pelo menos na Grã-Bretanha, tem havido uma mudança no patriarcado – em grau e forma – desde a época vitoriana à actualidade. Comenta que a redução na discriminação salarial e os ganhos na educação das mulheres revelam uma mudança no grau de patriarcado, mas não a sua derrota. Se antigamente existia opressão sobre as mulheres principalmente em casa, esta encontra-se agora em toda a sociedade – as mulheres estão actualmente segregadas e subordinadas em todas as áreas do domínio público (1990). Por outras palavras, o patriarcado mudou na forma, do privado para o público. Como Walby ironiza: libertas da casa, as mulheres têm agora a oportunidade de serem exploradas por toda a sociedade (1990).

«Feminismo negro»

As versões do feminismo descritas anteriormente aplicam-se da mesma forma às experiências das mulheres brancas e não-brancas? Muitas feministas negras, e feministas de países em vias de desenvolvimento, garantem que não. Afirmam que as principais correntes de pensamento feministas não tomam em consideração as divisões étnicas entre as mulheres, estando orientadas para os dilemas das mulheres brancas que pertencem predominantemente à classe média nas sociedades industrializadas. Não se deve, afirmam, generalizar teorias sobre a subordinação das mulheres como um todo a partir da experiência de um grupo específico de mulheres. Além disso, a ideia de uma forma «unificada» da opressão de género vivida de igual forma por todas as mulheres é problemática.

A insatisfação relativamente às formas de feminismo existentes levou à emergência de um feminismo negro concentrado em problemas específicos que as mulheres negras enfrentam. No prefácio da sua autobiografia, a feminista negra norte-americana Bell Hooks afirma:

> Muitas pensadoras feministas que escrevem e discutem a meninice na actualidade gostam de sugerir que as raparigas negras têm uma maior auto-estima do que as brancas. Essa diferença é medida, muitas vezes, pelo facto das raparigas negras serem mais assertivas, falarem mais e parecerem mais confiantes. Todavia, na tradição sulista negra, esperava-se e espera-se que as raparigas tenham um discurso eloquente e se apresentem com dignidade. Os nossos pais e professores exigiam sempre que nos levantássemos e falássemos com clare-

za. Estas peculiaridades eram entendidas como uma promoção da raça, e não estavam necessariamente associadas ao desenvolvimento da auto-estima feminina. Uma rapariga afirmativa poderia sentir-se desvalorizada por a pele não ser suficientemente clara ou o cabelo não ter a textura certa. Estas são variáveis que os investigadores brancos não tomam, muitas vezes, em consideração quando medem a auto-estima das mulheres negras com um padrão de comparação baseado em valores que emergem da experiência branca. (Hooks, 1997)

Os textos de autoras feministas negras tendem a dar ênfase à história – os aspectos do passado que estão na base dos problemas actuais que as mulheres negras enfrentam. Os textos das feministas negras norte-americanas dão ênfase à influência do poderoso legado da escravatura, da segregação e do movimento dos direitos civis sobre a desigualdade de género na comunidade negra. Salientam que as primeiras sufragistas negras apoiaram a campanha a favor dos direitos das mulheres, mas perceberam que a questão da raça não podia ser ignorada: as mulheres negras eram discriminadas com base na raça *e* no género. Nos últimos anos, as mulheres negras não tiveram, em parte, um papel essencial no movimento da libertação das mulheres, por a «feminidade» não dominar tanto as suas identidades quanto os conceitos de raça.

Hooks afirmou que os enquadramentos explanatórios favorecidos pelas feministas brancas – como a família como um alicerce do patriarcado, por exemplo – poderão não se aplicar nas comunidades negras, onde a família representa um ponto fulcral de solidariedade contra o racismo. Por outras palavras, é possível encontrar opressão sobre as mulheres negras em localizações diferentes das mulheres brancas.

As feministas negras afirmam, por isso, que qualquer teoria sobre a igualdade de género que não tome em consideração o racismo, não poderá explicar a opressão das mulheres negras de forma adequada. As dimensões de classe são outro factor que não poderá ser ignorado no caso de muitas mulheres negras. Algumas feministas negras defendem que a força da teoria do feminismo negro reside no facto de focar a interacção entre os interesses da raça, da classe social e do género. As mulheres negras encontram-se consideravelmente em desvantagem, afirmam, pela sua cor, sexo *e* posição de classe. Quando estes três factores interagem, reforçam-se e intensificam-se entre si (Brewer, 1993).

Feminilidades, masculinidades e relações de género

Tendo em conta a preocupação das feministas com a subordinação das mulheres na sociedade, talvez não seja surpresa o facto de as primeiras investigações sobre o género se concentrarem quase exclusivamente nas mulheres e nas concepções de feminilidade. Os homens e a masculinidade eram considerados como tópicos relativamente simples e sem problemas. Pouco se fez para analisar a masculinidade, a experiência de se ser homem ou a formação das identidades masculinas. Os sociólogos preocupavam-se mais em compreender a opressão dos homens sobre as mulheres e o seu papel na manutenção do patriarcado.

Contudo, os estudos críticos sobre os homens e a masculinidade têm recebido maior atenção desde os últimos anos da década de 80. As mudanças vitais que afectam o papel das mulheres e os padrões de família nas sociedades industrializadas colocaram questões relativas à natureza da masculinidade e ao seu papel em mudança na sociedade. O que significa ser homem na sociedade moderna actual? Estará a masculinidade em crise? De que forma as expectativas e as pressões habituais sobre os homens se transformam numa época de mudanças rápidas?

Nos últimos anos, os sociólogos interessaram-se cada vez mais pelas posições e experiências dos homens na ordem social mais ampla que os molda. Esta mudança no campo da sociologia do género e da sexualidade criou uma nova ênfase no estudo dos homens e da masculinidade no contexto das relações de género, as interacções socialmente padronizadas entre homens e mulheres. Os sociólogos estão interessados em compreender como se constroem as identidades masculinas e que impacto os papéis socialmente prescritos causam no comportamento dos homens.

R. W. Connell: a ordem de género

Nas obras *Gender and Power* (1987) e *Masculinities* (1995), R. W. Connell apresenta uma das descrições teóricas mais completas sobre o género. A sua abordagem tem influenciado particularmente a sociologia, pois integra as concepções do patriarcado e da

masculinidade numa teoria global sobre as relações de género. Segundo Connell, as masculinidades constituem um elemento crítico na ordem de género e não poderão ser entendidas isoladamente das feminilidades que as acompanham ou partindo destas.

Connell pretende saber de que forma o poder social dominado pelos homens cria e mantém a desigualdade de género. Realça o facto de as provas empíricas sobre a desigualdade de género não serem apenas uma «pilha de informações informe», mas revelarem a base de um «campo organizado de prática humana e de relações sociais» através do qual as mulheres têm sido mantidas em posições subordinadas (1987). Nas sociedades capitalistas ocidentais, afirma, as relações de género continuam a ser definidas pelo poder patriarcal. Do nível individual ao nível institucional, os diversos tipos de masculinidade e feminilidade organizam-se à volta de uma premissa central: o domínio dos homens sobre as mulheres.

Segundo Connell, as relações de género são o produto de interacções e práticas quotidianas. As acções e os comportamentos das pessoas comuns nas suas vidas pessoais estão directamente associados a acordos sociais colectivos na sociedade. Estes acordos reproduzem-se continuamente ao longo da vida e das gerações, estando igualmente sujeitos a mudanças.

Connell apresenta três aspectos da sociedade que interagem para formar a sua **ordem de género** – padrões de relações de poder entre masculinidades e feminilidades difundidas pela sociedade. Segundo Connell, *trabalho*, *poder* e *cathexis* (relações pessoais/sexuais) são partes da sociedade distintas, mas que se correlacionam, funcionando em conjunto e alterando-se em função umas das outras. Estes três domínios representam os principais campos onde as relações de género são constituídas e delimitadas. O trabalho consiste na divisão sexual do trabalho em casa (no referente às responsabilidades domésticas e à educação das crianças) e no mercado de trabalho (em que surgem a segregação profissional e a desigualdade de salários). O poder funciona através das relações sociais, como a autoridade, a violência e a ideologia nas instituições, no Estado, na vida militar e doméstica. A *cathexis* diz respeito à dinâmica nas relações íntimas, emocionais e pessoais, incluindo o casamento, a sexualidade e a educação das crianças.

As relações de género, tal como são articuladas nestas três áreas da sociedade, encontram-se estruturadas a nível social numa ordem de género específica. Connell utiliza o termo regime de género para se referir ao desempenho das relações de género em cenários mais pequenos, como numa instituição específica. Assim, uma família, uma comunidade e um Estado têm os seus próprios regimes de género. Máirtín Mac an Ghaill orientou um estudo importante sobre a formação das masculinidades num regime de género – a escola (ver caixa, p. 124).

A hierarquia do género

Connell acredita existirem muitas expressões diferentes de masculinidade e de feminilidade. O nível da sociedade, estas versões contrastantes organizam-se numa hierarquia orientada à volta de uma premissa definida – o domínio dos homens sobre as mulheres (ver figura 5.1). Connell utiliza «tipos ideais» estilizados de masculinidades e feminilidades na sua hierarquia. No topo desta, encontra-se a masculinidade hegemónica, que domina todas as outras masculinidades e feminilidades na sociedade. O termo hegemónico refere-se ao conceito de *hegemonia* – o domínio social que um determinado grupo exerce, não pela força bruta, mas através de uma dinâmica cultural que se estende ao campo da vida privada e social.

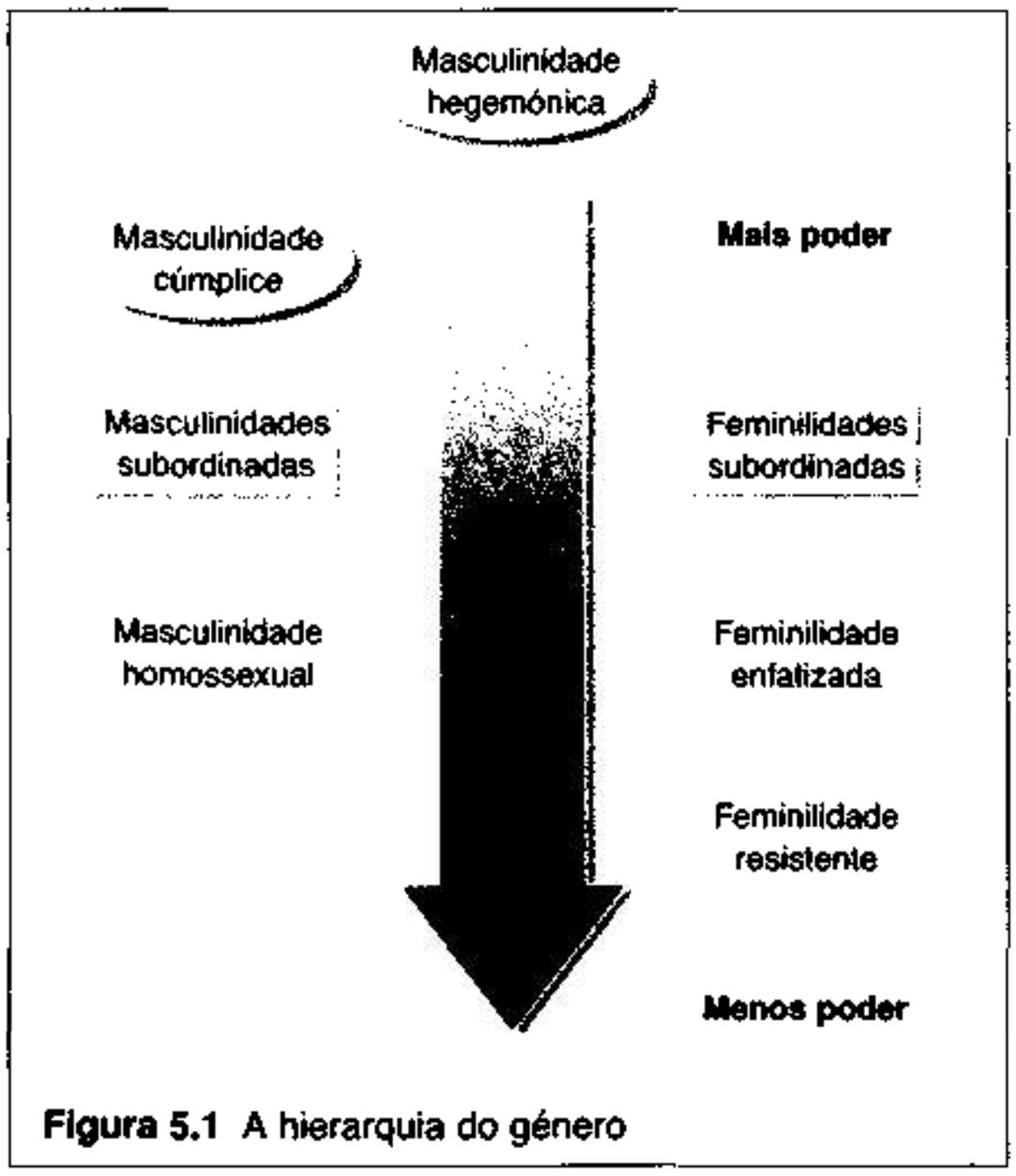


Figura 5.1 A hierarquia do género

Desta forma, os meios de comunicação, a educação e a ideologia poderão constituir canais através dos quais a hegemonia se funda. Segundo Connell, a masculinidade hegemónica está associada, em primeiro lugar e antes de mais nada, à heterossexualidade e ao casamento, mas também à autoridade, ao salário, à força e à resistência física. Sylvester Stallone, Bruce Willis, Humphrey Bogart e Jean-Claude van Damme são exemplos que personificam a masculinidade hegemónica.

Embora a masculinidade hegemónica se apresente como uma forma ideal de masculinidade, poucos são os homens que conseguem segui-la na vida prática. Contudo, existem muitos homens que, ainda assim, tiram proveito da posição dominante da masculinidade hegemónica na ordem patriarcal. Connell refere-se a este facto como um «dividendo patriarcal» e aos que beneficiam dessa posição como sendo a personificação da masculinidade cúmplice.

Há um certo número de masculinidades e feminilidades que se encontram numa relação subordinada à masculinidade hegemónica. Entre as masculinidades subordinadas, a masculinidade homossexual é a mais importante. Numa ordem de género dominada pela masculinidade hegemónica, o homossexual é considerado o oposto do «verdadeiro homem», pois não se guia pela masculinidade hegemónica ideal e assume, muitas vezes, características «rejeitadas» por esta. A masculinidade homossexual é um estigma e está em último lugar na hierarquia do género masculino.

Connell afirma que todas as feminilidades estão formadas em posições de subordinação à masculinidade hegemónica. Existe uma forma de feminilidade – a feminilidade enfatizada – que é um complemento importante da masculinidade hegemónica. Procura conciliar os interesses e os desejos dos homens e caracteriza-se pela «complacência, educação e empatia». Entre as jovens, esta concepção está associada à

Dois artistas travesti desafiam a masculinidade com um *glamour* absoluto.

receptividade sexual, enquanto para as mulheres mais velhas envolve a maternidade. Connell faz referência a Marylin Monroe como simultaneamente «arquétipo e sátira» da feminilidade enfatizada. Salienta que as imagens da feminilidade enfatizada continuam a prevalecer nos meios de comunicação, nas campanhas de publicidade e marketing.

Por último, existem feminilidades subordinadas que rejeitam a versão da feminilidade enfatizada acima descrita. Contudo, na maioria dos casos, a atenção exacerbada dedicada a conservar a feminilidade enfatizada como a norma convencional na sociedade implica que outras feminilidades subordinadas, que resistem à convenção, não tenham expressão. Entre as mulheres que desenvolveram identidades e modos de vida não subordinados encontram-se feministas, lésbicas, celibatárias, parteiras, bruxas, prostitutas e operárias. Contudo, as experiências destas feminilidades resistentes foram, em grande parte, «omitidas da história».

A mudança na ordem de género: tendências da crise

Embora Connell apresente uma hierarquia do género bem definida, rejeita a ideia de relações de género fixas ou estáticas. Pelo contrário, acredita que estas são o resultado de um processo contínuo, sendo, por isso, vulneráveis às mudanças e aos desafios. Connell observa a ordem de género em termos dinâmicos. Acreditando que o sexo e o género se constroem socialmente, afirma que as pessoas podem mudar as suas orientações em relação ao género. O que não significa necessariamente que as pessoas possam mudar a sua sexualidade, passando de homossexuais a heterossexuais e vice-versa – embora tal ocorra nalguns casos –, mas que as identidades e perspectivas de género das pessoas sofrem um ajustamento constante. As mulheres que aderiram anteriormente à «feminilidade enfatizada» poderão desenvolver uma consciência feminista, por exemplo. Esta possibilidade permanente de mudança torna os padrões das relações de género vulneráveis à ruptura e ao poder da acção humana.

Enquanto alguns sociólogos sugerem que a sociedade ocidental está a atravessar uma «crise do género», Connell sugere que estamos apenas na presença de tendências de crise muito fortes. Estas tendências assumem três formas. Em primeiro lugar, há a *crise da institucionalização*. Connell entende que as instituições que apoiavam tradicionalmente o domínio dos homens – a família e o Estado – estão a ser minadas de forma gradual. A legitimidade da dominação masculina está a enfraquecer devido à legislação relativa ao divórcio, à violência doméstica e à violação, e devido a questões económicas, como os impostos e as pensões. Em segundo lugar, há a *crise da sexualidade*, na qual a heterossexualidade hegemónica é menos dominante do que anteriormente. O poder cada vez maior da sexualidade das mulheres e dos homossexuais pressiona a masculinidade hegemónica tradicional. Por último, existe a *crise da formação de interesses*. Connell afirma existirem novos fundamentos dos interesses sociais, que contradizem a ordem de género existente. Os direitos das mulheres casadas, os movimentos gay e o crescimento de atitudes anti-sexistas entre os homens ameaçam a ordem actual.

Connell afirma que as acções dos indivíduos e dos grupos poderão levar a mudanças na ordem de género. As tendências da crise já evidentes na ordem existente poderiam ser exploradas a fim de se proceder à erradicação da desigualdade de género (Connell 1987, 1995).

Masculinidades em transformação

Connell destacou várias «tendências de crise» na actual ordem de género que ameaçam minar a estabilidade da masculinidade hegemónica. O autor não está só na análise das mudanças profundas que afectam os homens nas sociedades modernas mais recentes: muitos observadores acreditam que as transformações económicas e sociais estão a provocar uma crise da masculinidade. Os proponentes desta teoria sugerem que as noções tradicionais de masculinidade estão a sofrer uma erosão provocada por influências que vão de um mercado de trabalho em mudança à elevada taxa de divórcios. Se, antigamente, o homem comum gozava da segurança proporcionada pelos colegas de trabalho, pela família e pela sociedade como um todo, a sua posição está a ser destruída por múltiplas forças, que o deixam inseguro em relação a si e ao seu papel na sociedade. Já em seguida, consideraremos algumas das áreas onde as identidades masculinas parecem estar a mudar.

Máirtín Mac an Ghaill: a educação e a formação de masculinidades e sexualidades

Máirtín Mac an Ghaill realizou uma investigação etnográfica numa escola secundária pública britânica para explorar o seu «regime de género» – a forma como as relações de género se desenrolam dentro da escola. Recorrendo à obra de Connell, Mac an Ghaill estava interessado em saber como é que as escolas criam activamente um certo número de masculinidades e feminilidades entre os alunos. Embora se sentisse especialmente curioso quanto à formação de masculinidades heterossexuais, investigou igualmente as experiências de um grupo de alunos homossexuais. As descobertas de Mac an Ghaill, publicadas no livro *The Making of Men* (1994), revelaram que a escola é uma instituição caracterizada por padrões heterossexuais de género. O «regime» predominante incentiva a construção de relações de género entre os alunos, que coincidem com a ordem de género mais ampla – ou seja, é possível detectar uma hierarquia de masculinidades e feminilidades dominantes e subordinadas dentro da escola. Influências e práticas sociais tão diversas quanto os procedimentos disciplinares, as escolhas das matérias, as interacções professor-aluno e aluno-professor e a vigilância contribuem para a formação de masculinidades heterossexuais. Mac an Ghaill indica quatro tipos de masculinidade emergentes no contexto escolar. Os *rapazes machistas* são um grupo de rapazes brancos provenientes da classe trabalhadora, que desafiam a autoridade da escola e menosprezam o processo de aprendizagem e os bons alunos (ver também capítulo 16, «Educação», pp. 517-518). Mac an Ghaill conclui que os miúdos machistas estão a atravessar uma «crise de masculinidade», assim como as ocupações de colarinho azul e não qualificadas/semi-qualificadas que outrora eles viram como definindo as suas identidades futuras e que deixaram de estar disponíveis. Esta situação coloca os rapazes perante um dilema psicológico e

Desemprego

Sara Willott e Christine Griffin exploraram a tão conhecida «crise de masculinidade» num grupo de homens desempregados a longo prazo do interior de Inglaterra. Os inquiridos viviam numa área com uma taxa de desemprego elevada, restrições económicas e sociais. Muitos deles tinham perdido a esperança de encontrar um emprego estável. Entre estes homens da classe trabalhadora, a concepção de masculinidade estava intimamente associada à ideia de «sair de casa» e voltar com dinheiro suficiente para que a família não dependesse do apoio do Estado. O desemprego a longo prazo deblita estes ideais – tanto em casa com a família como com outros homens em locais de socialização, como o bar. Contudo, Willott e Griffin salientam que, embora o papel masculino de angariador do «sustento» tenha sido seriamente posto em causa pelo desemprego, os sentimentos individuais de incapacidade não se traduzem necessariamente em mudanças na globalidade das relações de poder entre homens e mulheres. Por outras palavras, não havia qualquer indício de «crise de masculinidade» de um modo geral, mas apenas um enfraquecimento de certos elementos inerentes à masculinidade tradicional (Willott e Griffin, 1996).

Criminalidade

A criminalidade é outra área onde se sentiu a «crise de masculinidade». Com base num estudo empírico sobre o comportamento violento dos jovens nalgumas cidades, Beatrix Campbell sugeriu a existência de uma ligação entre o mesmo e a mudança de papel dos homens nas sociedades modernas (1993). No passado, os jovens, mesmo em bairros com um elevado índice de criminalidade, tinham um conjunto de objectivos bem definidos na vida: conseguir um emprego fidedigno e ser o sustento da família. Mas, segundo Campbell, tal objectivo é cada vez mais difícil de alcançar, especialmente para os jovens das áreas mais carenciadas. Quando o desemprego a longo prazo é a única perspectiva, querer sustentar

prático sobre o seu futuro, que, para eles, é de compreensão difícil e mais difícil ainda de resolver.

O segundo grupo é constituído pelos *bons alunos* que se vêem como futuros profissionais. Os «rapazes machistas» (e professores) estereotipam estes rapazes como os «idiotas» efeminados. Segundo Mac an Ghaill, o caminho mais comum que estes alunos seguem, quando lidam com o ciclo vicioso dos estereótipos, é continuar a acreditar que o seu esforço e as referências académicas lhes irão assegurar um futuro. Tal forma a base das suas identidades masculinas.

O terceiro grupo, os *novos empreendedores*, são rapazes que se sentem atraídos pelas disciplinas do novo currículo vocacional, como as ciências de computação e a gestão. Mac an Ghaill vê-os como filhos da nova «cultura de empresa», que se desenvolveu na época de Margaret Thatcher. Para estes rapazes, o êxito escolar nos exames nacionais é relativamente inútil dada a importância que atribuem ao mercado e ao planeamento instrumental do seu futuro.

Os *verdadeiros ingleses* compõem o último grupo. São o mais impertinente dos grupos da classe média, pois mantêm uma atitude ambivalente relativamente ao ensino, mas consideram-se como «árbitros da cultura», superiores a tudo o que os professores possam oferecer. Para os «verdadeiros ingleses», a masculinidade implica o êxito académico aparentemente sem esforço, pois são educados para entrar numa carreira profissional.

No seu estudo sobre os alunos homossexuais masculinos, Mac an Ghaill descobriu a existência de um conjunto de normas e valores distintamente heterossexuais – fundados nas relações tradicionais e nas famílias nucleares – tacitamente aceite em todas as discussões nas salas de aula que versam sobre o género ou a sexualidade. Este facto leva a «confusões e contradições» difíceis na construção das identidades de género e de sexo dos jovens homossexuais, que podem sentir-se simultaneamente ignorados e classificados pelos outros.

uma família não é opção que se coloque. Além disso, as mulheres tornaram-se mais independentes do que era habitual e não precisam de um homem para conseguir um determinado estatuto na sociedade. Todas estas dinâmicas conduzem a uma deterioração social em espiral do tipo que se encontra actualmente nas áreas carenciadas dos centros das cidades. Os resultados do estudo de Campbell articulam-se estreitamente com os de outros estudos sociológicos recentes sobre a pobreza, a criminalidade e a cidade.

Uma crise de sentido?

No livro *Stiffed: The Betrayal of the Modern Man* (1999), Susan Faludi analisa as experiências de homens americanos no final do séc. XX. A autora afirma que o homem contemporâneo foi traído pela sociedade, pois o aumento do desemprego, a redução dos salários, a ampliação do horário de trabalho e o eterno receio da redundância debilitam o papel seguro do homem como «sustento». Segundo Faludi, os homens não se sentem apenas ameaçados no campo profissional. O seu estudo revelou que o casamento e as relações entre as pessoas já não são considerados tão estáveis como anteriormente; o papel dos homens na comunidade – na igreja, na política e nas associações locais – também se diluiu. A autora descobriu que a mercantilização da sociedade americana solapou muitas expectativas de vida dos homens – expectativas que os seus pais lhes haviam prometido e para os quais os haviam preparado na geração anterior. Faludi conclui que, em vez disso, os homens estão a viver uma profunda crise de dúvida em relação ao seu próprio valor e utilidade num tempo em que a lealdade, os compromissos e os papéis tradicionais estão a ser desgastados por uma cultura do consumidor e um nível de consumo exacerbados.

Representações nos meios de comunicação

A mudança nas representações da masculinidade na cultura popular, na imprensa, na publicidade e na

Um pai esforçado e o seu três gémeos: novos papéis de género estão a transformar o fenómeno sexual.

moda são temas que Jonathan Rutherford (1988) aborda no seu estudo. O autor identificou duas imagens idealizadas de homens que reflectem reacções contrárias aos desafios do feminismo e à mudança de papel das mulheres. A primeira representa o «homem punitivo», que corresponde à interpretação comum da masculinidade tradicional. O homem punitivo defende a sua virilidade e honra atacando violentamente aqueles que representam os «traidores» da masculinidade – homens que se tornaram «delicados» ou «efeminados». Este é o mundo da reivindicação violenta da masculinidade tradicional, de que a figura de Rambo é epítome, que luta contra toda e qualquer potencial ameaça num esforço de reivindicação da ordem tradicional.

Como alternativa, existe o chamado homem novo – uma figura que começou a aparecer cada vez com mais frequência nos meios de comunicação e nas campanhas de publicidade na década de 80. Rutherford observa o homem novo a exprimir uma masculinidade que foi reprimida, demonstrando sensibilidade nas suas atitudes para com as mulheres e as crianças, e nas suas próprias necessidades emocionais. Põe em voga a paternidade, surgindo como um educador forte mas afectivo. O homem novo pode ser igualmente representado como um objecto sexual, da es a for a que as ulheres foram convencionalmente representadas, admitindo uma inversão do processo habitual que tornou as mulheres objectos do «olhar» masculino. A popularidade do homem novo sexualizado e sensível poderá ser considerada como uma tentativa para reconstruir ideias de masculinidade na sequência do desafio do feminismo.

Sexualidade humana

No momento em que as noções tradicionais de género se transformam, também as concepções sobre a sexualidade estão a sofrer mudanças drásticas. Ao longo das últimas décadas, nos países ocidentais, teve lugar uma alteração fundamental na vida sexual das pessoas. Nas sociedades tradicionais, a sexualidade estava ligada estreitamente ao processo de reprodução, estando actual...ente uma i_eia separa_a _a outra. A sexualidade tornou-se uma dimensão de vida que cada indivíduo pode explorar e desenvolver. Se a sexualidade foi «definida» outrora em função da heterossexualidade e da monogamia no contexto das relações matrimoniais, há agora uma aceitação cada vez maior de diversas orientações e comportamentos sexuais numa ampla variedade de contextos.

Nesta parte do capítulo, iremos explorar variações na sexualidade humana e as mudanças que ocorrem actualmente. Começaremos por considerar a importância relativa das influências biológicas no comportamento sexual humano face às sociais e culturais – uma questão sobre a qual a opinião dos estudiosos diverge. Examinaremos, em seguida, as influências sociais no comportamento sexual, as tendências mais recentes na actividade sexual humana e as mudanças de atitude em relação à homossexualidade.

Biologia e comportamento sexual

A sexualidade é considerada desde há muito como um tema do foro pessoal. Por este motivo, é uma área de estudo que desafia os sociólogos. Até há pouco tempo, muito do que sabíamos sobre a sexualidade provinha de estudos realizados por biólogos, investigadores médicos e sexólogos. Os estudiosos observaram também o mundo animal numa tentativa de perceber melhor o comportamento sexual humano.

Existe claramente uma base biológica na sexualidade, pois a anatomia feminina difere da masculina.

Existe também um imperativo biológico para reproduzir, de outra forma a espécie humana extinguir-se-ia. Alguns biólogos afirmam haver uma explicação evolucionária para perceber por que razão os homens tendem a ser sexualmente mais promíscuos do que as mulheres. Argumenta-se que os homens estão biologicamente mais dispostos para fecundar o maior número possível de mulheres, enquanto as mulheres procuram parceiros estáveis para proteger a herança biológica investida nos filhos. Este argumento baseia-se em estudos sobre o comportamento sexual dos animais, que pretendem demonstrar que os machos são normalmente mais promíscuos do que as fêmeas da mesma espécie.

Contudo, estudos mais recentes revelaram que a infidelidade feminina é, na verdade, bastante comum no reino animal e que as actividades sexuais de muitos animais são mais complexas do que se pensava. Acreditava-se que as fêmeas acasalavam com os machos que possuíam o maior potencial de herança genética para as suas crias. Mas um estudo recente sobre as aves fêmeas questionou este argumento, defendendo que as aves fêmeas acasalam com um segundo parceiro, não pelos seus genes, mas pelo facto deste poder ser melhor progenitor e oferecer um território melhor para as suas crias.

As conclusões de tais investigações não são conclusivas, especialmente quanto às implicações para o comportamento sexual humano. Há, contudo, uma coisa que distingue claramente os seres humanos dos animais. O comportamento sexual humano é significativo – isto é, os seres humanos usam e exprimem a sua sexualidade de várias maneiras. Para os seres humanos, a actividade sexual é muito mais do que um acto biológico. É um acto simbólico que reflecte quem somos e as emoções que vivemos. Como veremos mais adiante, a sexualidade é demasiado complexa para ser atribuível unicamente a características biológicas. Deve ser entendida de acordo com os significados sociais que os seres humanos lhes atribuem.

Influências sociais no comportamento sexual

A maioria das pessoas, em todas as sociedades, é heterossexual – interessam-se pelo sexo oposto por causa do envolvimento emocional e do prazer sexual. Em qualquer sociedade, a heterossexualidade é a base do casamento e da família.

Todavia, existem igualmente muitas preferências e inclinações sexuais minoritárias. Judith Lorber (1994) distingue até dez identidades sexuais diferentes: a mulher hetero (heterossexual), o homem hetero, a mulher lésbica, o homem homossexual, a mulher bissexual, o homem bissexual, a mulher travesti (uma mulher que se veste regularmente como um homem), o homem travesti (um homem que se veste regularmente como uma mulher), a mulher transexual (um homem que se transforma numa mulher) e o homem transexual (uma mulher que se transforma num homem). As próprias práticas sexuais são ainda mais diversificadas. Freud classificou os seres humanos como «polimorficamente perversos». Quis dizer com isto que os seres humanos possuem uma ampla variedade de preferências sexuais que poderão seguir mesmo quando, numa determinada sociedade, algumas são consideradas imorais ou ilegais. Freud iniciou as suas investigações no final do séc. XX, altura em que muitas pessoas eram sexualmente pudicas; todavia, os seus pacientes revelavam uma surpreendente diversidade de práticas sexuais.

Consideremos algumas práticas sexuais possíveis. Um homem ou uma mulher podem ter relações sexuais com mulheres, homens ou ambos. Pode envolver um de cada vez, ou três ou mais pessoas ao mesmo tempo. Uma pessoa pode ter uma experiência sexual consigo mesma (masturbação) ou não ter nenhuma. Uma pessoa pode ter relações sexuais com transexuais ou com pessoas que se vestem com roupas eróticas do sexo oposto, recorrer à pornografia ou a outros dispositivos sexuais, praticar sado-masoquismo (uso erótico da escravidão e da dor), ter relações sexuais com animais, e por aí adiante (Lorber, 1994).

Em todas as sociedades, existem normas sexuais que aprovam algumas práticas ao mesmo tempo que desaconselham e condenam outras. Os membros de uma sociedade aprendem estas normas através da socialização. Nas últimas décadas, por exemplo, as normas sexuais nos países ocidentais têm estado associadas a ideias de amor romântico e de relações familiares. Contudo, tais normas variam bastante de cultura para cultura. A homossexualidade é um desses casos. Algumas culturas toleraram ou incentivaram activamente a homossexualidade em determinados contextos. Na Grécia antiga, por exemplo, ideali-

zava-se o amor que os homens sentiam pelos rapazes como a forma mais elevada de amor sexual.

Os tipos de comportamento sexual aceites variam igualmente de cultura para cultura, o que constitui uma forma de saber que a maioria das respostas sexuais é aprendida e não congénita. Clellan Ford e Frank Beach (1951) realizaram, há cinquenta anos, o estudo mais exaustivo sobre o tema, observando provas antropológicas de mais de duzentas sociedades. Descobriram enormes variações no conteúdo do que se considera ser um comportamento sexual «natural» e nas normas da atracção sexual. Por exemplo, em algumas culturas, o prolongamento dos preliminares, por vezes durante horas, antes da relação sexual propriamente dita é desejável e até necessário; noutras culturas, os preliminares são virtualmente inexistentes. Nalgumas sociedades, acredita-se que relações sexuais praticadas em excesso poderão conduzir as pessoas à debilidade física e à doença. Entre o povo Seniang do Sul do Pacífico, os membros mais velhos da aldeia aconselham a intervalar as relações sexuais – acreditando também que as pessoas com cabelos brancos podem copular legitimamente todas as noites!

Na maior parte das culturas, as normas da atracção sexual (por parte das mulheres e dos homens) concentram-se mais na aparência física das mulheres do que na dos homens, uma situação que parece estar a mudar progressivamente no Ocidente à medida que as mulheres se tornam cada vez mais activas fora de casa. Contudo, as características que se consideram mais importantes na beleza feminina divergem bastante. Na cultura ocidental moderna, admira-se um corpo delgado e elegante, enquanto noutras culturas um corpo com formas muito mais generosas é considerado mais atraente (ver capítulo 6, «Sociologia do Corpo»). Por vezes, os seios não são tidos como uma fonte de estímulo sexual, embora algumas sociedades lhes atribuam um grande significado erótico. Algumas sociedades dão muita importância à fisionomia, enquanto outras dão ênfase à forma e à cor dos olhos ou ao tamanho e à forma do nariz e dos lábios.

A sexualidade na cultura ocidental

As atitudes dos ocidentais em relação ao comportamento sexual foram, durante quase dois mil anos, moldadas primariamente pelo Cristianismo. Embora as diferentes seitas e denominações do Cristianismo tenham defendido opiniões divergentes sobre a posição exacta da sexualidade na vida, a visão dominante da Igreja Cristã era a de que todos os comportamentos sexuais são suspeitos, excepto em caso de reprodução. Houve alturas em que esta visão gerou um puritanismo extremo na sociedade. Noutras, muitas pessoas ignoraram e reagiram contra os ensinamentos da Igreja, participando habitualmente em práticas (como o adultério) proibidas pelas autoridades religiosas. A ideia de que a satisfação sexual pode e deve ser procurada através do casamento era rara.

No séc. XIX, os pressupostos religiosos sobre a sexualidade foram parcialmente substituídos pelos de ordem médica. A maior parte das primeiras obras escritas por médicos sobre o comportamento sexual era, contudo, tão austera como a opinião da Igreja. Alguns autores afirmaram que qualquer tipo de actividade sexual que não estivesse associada à reprodução causaria sérios danos físicos. Dizia-se que a masturbação provocava cegueira, loucura, doenças cardíacas e outras enfermidades, enquanto o sexo oral provocava cancro. Na época vitoriana, a hipocrisia sexual reinava. Acreditava-se que as mulheres virtuosas eram indiferentes à sexualidade, aceitando as atenções do cônjuges apenas como um dever. Todavia, nas vilas e cidades em desenvolvimento, a prostituição era comum e, muitas vezes, tolerada publicamente, sendo as mulheres «da vida» consideradas como pertencentes a uma categoria completamente diferente da das suas respeitáveis irmãs.

Muitos vitorianos, cidadãos aparentemente sóbrios, com um comportamento exemplar, devotados às suas esposas, visitavam com regularidade prostitutas ou mantinham amantes. Este comportamento era encarado com tolerância, enquanto as mulheres «respeitáveis» que tivessem amantes eram consideradas escandalosas e eram afastadas da vida pública se houvesse conhecimento dos seus comportamentos. As diferentes atitudes em relação às actividades sexuais dos homens e das mulheres criaram um padrão duplo, que existia há muito e cujos resíduos ainda subsistem.

Nos dias de hoje, as atitudes tradicionais em relação à sexualidade coexistem com atitudes muito mais liberais, que se desenvolveram especialmente na década de 60. Algumas pessoas, em especial as influenciadas pelos ensinamentos cristãos, acreditam que o sexo pré-conjugal é um erro e geralmente desa-

Quadro 5.1 Atitudes relativamente às relações sexuais, Grã-Bretanha, 1988 (%)

	Sempre errado	Quase sempre errado	Por vezes errado	Raramente errado	Nada errado	Outros	Total dos inquiridos
Relações sexuais entre um homem e uma mulher antes do casamento	8	8	12	10	58	5	100
Relações sexuais entre uma pessoa casada e outra que não seja o cônjuge	52	29	13	1	2	4	100
Relações sexuais entre uma rapariga e um rapaz com idade inferior à 16 anos	56	24	11	3	3	3	100
Relações sexuais entre duas pessoas do mesmo sexo	39	12	11	8	23	8	100

Realizou-se um inquérito a pessoas com idade igual e superior a 18 anos para saber se consideravam os diferentes tipos de relações sexuais errados, numa escala de cinco respostas possíveis que variam entre «Sempre errado» e «Nada errado»; a categoria «outros» abrange os inquiridos que não responderam, e os que responderam «não sei», «depende» ou «varia».
Fonte: British Social Attitudes Survey, National Centre for Social Research. *In Social Trends*, n.º 30 (2000), p. 41.

provam todas as formas de comportamento sexual, excepto as práticas heterossexuais no casamento – embora se aceite cada vez mais a ideia de que o prazer sexual é desejável e importante. Outras, em contrapartida, toleram ou aprovam activamente o sexo pré-conjugal e mantêm uma atitude tolerante em relação às diferentes práticas sexuais (ver quadro 5.1). As atitudes sexuais tornaram-se indubitavelmente mais permissivas nos últimos trinta anos na maioria dos países ocidentais. No cinema e no teatro, exibem-se cenas que anteriormente teriam sido consideradas inaceitáveis, ao passo que o material pornográfico está facilmente ao alcance da maioria dos adultos que o pretendem adquirir.

Comportamento sexual: o estudo de Kinsey

Podemos abordar com muito mais segurança os valores públicos no que diz respeito à sexualidade do que às práticas íntimas que, devido à sua natureza, não se encontram documentadas na maioria dos casos. Quando Alfred Kinsey iniciou a sua pesquisa nos Estados Unidos, nas décadas de 40 e 50, foi a primeira vez que se realizou uma investigação de grande alcance sobre o comportamento sexual concreto. Kinsey e os seus assistentes enfrentaram a condenação das organizações religiosas e o seu trabalho foi denunciado à imprensa e ao Congresso como imoral. Mas persistiu, tendo conseguido mais tarde histórias da vida sexual de 18 000 pessoas, uma amostra razoavelmente significativa da população branca americana (Kinsey *et al*. 1984, 1953).

As conclusões de Kinsey foram surpreendentes para a maioria das pessoas e chocante para muitos, pois revelavam uma grande discrepância entre as expectativas da sociedade em relação ao comportamento sexual dominante na altura e a verdadeira conduta sexual. Descobriu que quase 70% dos homens tinham ido a uma prostituta e que 84% haviam tido experiências sexuais pré-conjugais. Todavia, seguindo o padrão duplo, 40% dos homens esperavam que as suas esposas fossem virgens para o casamento. Mais de 90% dos homens haviam praticado a masturbação e quase 60% alguma forma de sexualidade oral. Quanto às mulheres, cerca de 50% viveram experiências sexuais pré-conjugais, embora a maioria com os respectivos cônjuges. Cerca de 60% haviam-se masturbado e a mesma percentagem tivera contactos orais-genitais.

A distância existente entre as atitudes publicamente aceites e o verdadeiro comportamento das pessoas, que o estudo de Kinsey revelou, era provavelmente grande naquele período, imediatamente após a II Guerra Mundial. Iniciara-se muito antes uma fase de libertação sexual, nos anos 20, altura em que muitos jovens se sentiram libertos dos códigos morais rígidos que haviam regido as gerações anteriores. O comportamento sexual havia provavelmente mudado bastante, mas não se discutiam abertamente

questões relacionadas com a sexualidade como acontece actualmente. As pessoas que participavam em actividades sexuais fortemente condenadas pela sociedade ocultavam-nas, sem perceber que muitos outros também se envolviam em práticas semelhantes. A época mais permissiva dos anos 60 acarretou uma maior proximidade entre as atitudes abertamente declaradas e as realidades do comportamento.

O comportamento sexual após Kinsey

Na década de 60, os movimentos sociais que desafiaram a ordem existente das coisas, como os movimentos associados aos estilos de vida «hippy» ou da contracultura, romperam com as normas sexuais existentes. Estes movimentos preconizavam a liberdade sexual, e a invenção da pílula contraceptiva para as mulheres permitiu fazer uma separação clara entre o prazer sexual e a reprodução. Grupos de mulheres começaram também a pressionar a favor de uma maior independência em relação aos valores sexuais masculinos, da rejeição do padrão duplo e do reconhecimento da necessidade das mulheres atingirem uma maior satisfação sexual nas suas relações.

Até há muito pouco tempo, era difícil saber com exactidão quanto o comportamento sexual mudara desde a investigação de Kinsey. Nos últimos anos da década de 80, Lillian Rubin entrevistou 1000 americanos com idades compreendidas entre os treze e os quarenta e oito anos, a fim de descobrir que mudanças ocorreram no comportamento e atitudes sexuais durante os últimos trinta anos aproximadamente. Segundo as suas descobertas, registou-se realmente uma evolução significativa. De um modo geral, a actividade sexual estava a iniciar-se numa idade mais precoce do que nas gerações anteriores; além disso, as práticas sexuais dos adolescentes tendiam a ser tão variadas e completas como as dos adultos. Continuava a existir um padrão duplo, mas não era tão forte como anteriormente. Uma das mudanças mais importantes residia no facto das mulheres esperarem o prazer sexual nas suas relações, e procurarem-no activamente. Esperavam receber, e não apenas proporcionar, satisfação sexual – um fenómeno que Rubin afirma ter grandes consequências para ambos os sexos.

As mulheres têm mais liberdade sexual do que antigamente; mas com esta evolução, aplaudida pela maioria dos homens, surgiu uma nova capacidade de afirmação que muitos homens têm dificuldade em aceitar. Os homens que Robin entrevistou afirmaram muitas vezes que se «sentiam inadequados», receavam «nunca fazer as coisas acertadamente» e acreditavam ser «impossível satisfazer as mulheres nos dias de hoje» (Rubin, 1990).

Os homens sentem-se inadequados? Esta questão não contradiz tudo o que esperávamos? Pois na sociedade moderna, os homens continuam a dominar na maioria das esferas e são, geralmente, mais violentos em relação às mulheres do que o contrário. Tal violência visa substancialmente o controlo e a contínua subordinação das mulheres. Todavia, um grupo de autores – como vimos no início do capítulo – começaram a afirmar que a masculinidade é tanto um fardo como uma fonte de recompensa. Acrescentam que muita da sexualidade masculina é mais compulsiva do que satisfatória. Se os homens deixassem de usar a sexualidade como um meio de controlo, não só as mulheres como os próprios homens teriam a ganhar com este facto.

Uma nova fidelidade?

Em 1994, uma equipa de investigadores publicou *The Social Organization of Sexuality: Sexual Practices in the United States*, o estudo mais completo sobre o comportamento sexual efectuado em qualquer país desde Kinsey. Para surpresa de muitos, as suas descobertas sugeriram um conservadorismo sexual essencial entre os americanos. Por exemplo, 83% dos indivíduos tivera apenas um parceiro (ou nenhum) no ano anterior e em relação às pessoas casadas o índice subia para 96%. A fidelidade conjugal era também bastante comum: apenas 10% das mulheres e menos de 25% dos homens declararam ter um caso extraconjugal na sua vida. De acordo com o estudo, os americanos têm em média três parceiros durante toda a sua vida. Apesar da natureza aparentemente estável do comportamento, este estudo revelava mudanças evidentes, sendo a mais significativa o crescimento progressivo das experiências sexuais pré-conjugais, especialmente entre as mulheres. Na realidade, cerca de 95% dos americanos que se vão casar na actualidade possuem experiência sexual (Laumann *et al.*, 1994).

Os inquéritos sobre o comportamento sexual estão recheados de dificuldades. Nunca poderemos saber até que ponto as pessoas dizem a verdade sobre a sua

Será que a fidelidade e a família nuclear nunca chegaram realmente a desaparecer?

vida sexual quando são entrevistadas por um investigador. *The Social Organization of Sexuality* parece revelar que os americanos são hoje menos aventureiros na sua vida sexual em comparação com o tempo em que Kinsey realizou o seu estudo. Talvez o estudo em si fosse impreciso. Talvez o medo da Sida tivesse levado muitas pessoas a reduzir a variedade das suas práticas sexuais. Ou talvez, por algum motivo, as pessoas se sintam mais inclinadas a ocultar aspectos da sua vida sexual. Não podemos ter certezas.

A validade dos estudos sobre o comportamento sexual tem sido recentemente objecto de um intenso debate (Lewontin, 1995). Os críticos desta investigação defendem que estes inquéritos não revelam informações fidedignas sobre as práticas sexuais. Uma parte da controvérsia centrou-se nas respostas dadas pelos inquiridos mais velhos. Os investigadores constataram que 45% dos homens com idades compreendidas entre os oitenta e os oitenta e cinco anos afirmam ter relações sexuais com o seu parceiro. Os críticos consideraram este facto obviamente tão falso que punha em dúvida os resultados de todo o inquérito. Os investigadores defenderam-se da acusação e receberam algum apoio de especialistas no estudo da terceira idade, acusaram os críticos de possuírem estereótipos negativos sobre o envelhecimento. Referiram que, num estudo sobre idosos que não vivem em instituições, 74% eram sexualmente activos. Na realidade, existe um estudo que revela que a maioria dos homens, mesmo nonagenários, continua a interessar-se por sexo.

Homossexualidade

A homossexualidade, a orientação sexual ou os sentimentos afectivos entre indivíduos do mesmo sexo, existe em todas as culturas. Nalgumas culturas não ocidentais, as relações homossexuais são aceites e até incentivadas em determinados grupos. O povo Batak do norte de Sumatra, por exemplo, aceita a prática de

relações homossexuais entre homens antes do casamento. Os rapazes deixam a casa dos pais quando chegam à puberdade e dormem numa habitação com cerca de doze homens mais velhos que iniciam os recém-chegados em práticas homossexuais. Em muitas sociedades, contudo, a homossexualidade não é aceite de uma forma tão aberta. No mundo ocidental, por exemplo, predomina a ideia de que um homossexual é um indivíduo que se demarca claramente da maioria da população em termos de preferências sexuais.

Nos seus estudos sobre a sexualidade, Michel Foucault demonstrou que, antes do século XVIII, a noção de uma pessoa homossexual mal parece ter existido (Foucault, 1978). O acto de sodomia era condenado pelas autoridades religiosas e pela legislação; em Inglaterra e em vários países europeus era punível com a pena de morte. Contudo, a sodomia não era definida especificamente como um crime homossexual. Aplicava-se às relações entre homens e mulheres, homens e animais, bem como às relações entre homens. O termo «homossexualidade» foi cunhado na década de 60 do séc. XIX e, desde então, os homossexuais foram considerados cada vez mais como um tipo de pessoas distintas com uma aberração sexual peculiar (Weeks, 1986). A homossexualidade tornou-se parte de um discurso «medicalizado»; falava-se dela em termos clínicos como uma desordem psiquiátrica ou uma perversão, e não como um «pecado» religioso. Os homossexuais, juntamente com outros «desviados» como os pedófilos e os travestis, eram tidos como sujeitos que sofriam de uma patologia biológica que ameaçava a salubridade da sociedade comum.

Para saber mais sobre as perspectivas medicalizadas, consultar «A emergência do modelo biomédico de saúde», pag. 156

A pena de morte por «actos contra-natura» foi abolida nos Estados Unidos após a Independência, e nos países europeus no final do séc. XVIII e início do séc. XIX. Até há poucas décadas, contudo, a homossexualidade continuou a ser considerada como uma actividade criminosa em praticamente todos os países ocidentais. A mudança dos homossexuais das margens da sociedade para a sociedade comum não terminou, mas tem-se registado uma evolução rápida nos últimos anos. É possível identificar vários pontos-chave de mudança. Em primeiro lugar, a publicação do estudo de Kinsey sobre o comportamento sexual chamou a atenção do público para a prevalência da homossexualidade na sociedade americana (ver abaixo). Estas descobertas foram um choque para muitas pessoas, mas ajudaram a eliminar a crença errada de que os homossexuais eram um pequeno grupo de desviados com desordens psiquiátricas. Um segundo momento crítico ocorreu em 1969 com os distúrbios de Stonewall, um episódio de violência brutal entre a polícia e a comunidade gay de Nova Iorque. Stonewall galvanizou o movimento de libertação gay, não só nos Estados Unidos como também noutros países. Por último, o aparecimento da epidemia da Sida no início da década de 80 foi um caso crucial na história recente da homossexualidade. Embora, por um lado, fosse devastadora para a população gay, devido ao grande número de indivíduos infectados e que depois morreram, reforçou igualmente a comunidade gay e tornou a homossexualidade uma questão pública debatida abertamente.

Nos últimos anos, as atitudes em relação aos homossexuais tornaram-se mais descontraídas em muitos países ocidentais, e imagens afirmativas das relações homossexuais tornaram-se mais comuns nos meios de comunicação e na imprensa.

A homossexualidade na cultura ocidental

Kenneth Plummer, num estudo clássico, distinguiu quatro tipos de homossexualidade na cultura ocidental moderna. A *homossexualidade casual* é um encontro homossexual passageiro que não estrutura de forma substancial a vida sexual de uma pessoa. As paixões entre estudantes e a masturbação mútua são disso exemplo. Chama *actividades situadas* a actos homossexuais que ocorrem regularmente, mas não se tornam a principal preferência de um indivíduo. Este tipo de comportamento homossexual é comum em cenários como as prisões ou campos militares, onde os homens vivem sem mulheres, sendo considerado como um substituto do comportamento heterossexual e não uma preferência.

Designa como *homossexualidade personalizada* o caso dos indivíduos que têm preferência por práticas homossexuais, mas se encontram isolados dos grupos onde estas são facilmente aceites. Neste contexto, a

homossexualidade é uma actividade furtiva, ocultada aos amigos e colegas. A homossexualidade como *modo de vida* abrange indivíduos que «se assumiram» e fazem da associação a outras pessoas com preferências sexuais semelhantes uma parte fundamental das suas vidas. Estas pessoas pertencem habitualmente a subculturas gay, em que as práticas homossexuais se integram num estilo de vida próprio (Plummer, 1975). Estas comunidades preparam frequentemente acções políticas colectivas para promover os direitos e interesses dos homossexuais.

A proporção da população (masculina e feminina) que teve experiências homossexuais ou sentiu uma forte inclinação para a homossexualidade é provavelmente muito maior do que a proporção da população que assumiu abertamente um estilo de vida gay. A dimensão provável da homossexualidade nas culturas ocidentais tornou-se conhecida com a publicação da investigação de Alfred Kinsey. De acordo com as suas descobertas, só metade dos homens americanos são completamente heterossexuais, de acordo com as suas práticas e inclinações sexuais após a puberdade. Na amostra de Kinsey, 8% dos inquiridos envolveram-se em relações exclusivamente homossexuais num período de três anos ou mais. Outros 10% participaram de modo mais ou menos equitativo em práticas homossexuais e heterossexuais. A descoberta mais surpreendente de Kinsey foi o facto de 37% dos homens terem tido, pelo menos, uma experiência homossexual onde atingiram o orgasmo. Uma percentagem adicional de 13% dos homens representa os que já haviam sentido desejos homossexuais, embora não os tivessem concretizado.

No que diz respeito à homossexualidade entre mulheres, as investigações de Kinsey registaram uma taxa mais baixa. Cerca de 2% das mulheres eram exclusivamente homossexuais. Treze por cento relataram experiências homossexuais, enquanto 15% admitiu ter sentido desejos homossexuais sem os ter concretizado. Kinsey e os seus colegas ficaram tão surpreendidos com o índice de homossexualidade que voltaram a verificar os resultados, mas as conclusões confirmaram-se (Kinsey *et al.*, 1948, 1953).

Os resultados descritos em *The Social Organization of Sexuality* põem em questão as descobertas do estudo de Kinsey sobre a prevalência da homossexualidade. Contrastando com os 37% de Kinsey, apenas 9% dos homens relataram no estudo posterior terem tido um encontro homossexual onde atingiram o orgasmo, apenas 8% dos homens afirmaram ter desejos homossexuais (em comparação com os 13%) e apenas uma percentagem inferior a 3% declarou ter tido um encontro sexual com outro homem no ano anterior.

Como os autores deste estudo já admitiram, o estigma que continua associado à homossexualidade contribuiu provavelmente para o não reconhecimento geral do comportamento homossexual. E, como referiu um crítico, a amostra aleatória dos autores não conseguiu ter em conta a concentração geográfica de homossexuais nas grandes cidades, onde constituem provavelmente perto de 10% da população total (Laumann *et al.*, 1994).

Lesbianismo

A homossexualidade masculina é geralmente alvo de maior atenção do que o lesbianismo – as ligações ou práticas homossexuais entre mulheres. Os grupos lésbicos tendem a ser menos organizados do que as subculturas masculinas gay e incluem uma proporção mais baixa de relações casuais. Nas campanhas pelos direitos dos homossexuais, os grupos de activistas lésbicas são frequentemente tratados como se os seus interesses fossem semelhantes aos das organizações homossexuais. Mas, embora haja uma cooperação estreita entre homossexuais e lésbicas, existem também diferenças, especialmente quando as lésbicas se envolvem activamente no feminismo. Algumas lésbicas sentem que o movimento da libertação gay reflecte os interesses dos homens, enquanto as feministas liberais e radicais se preocupam exclusivamente com os problemas das mulheres heterossexuais da classe média. Assim surgiu um grupo distinto de feministas lésbicas que promoveu a difusão dos «valores femininos» e desafiou a ortodoxia heterossexual masculina instituída. Muitas mulheres gay consideram o lesbianismo não tanto como uma orientação sexual mas mais como um compromisso e uma forma de solidariedade para com outras mulheres – a nível político, social e pessoal (Seidman, 1997).

Atitudes em relação à homossexualidade

As atitudes de intolerância em relação à homossexualidade foram tão fortes no passado que só nos últimos anos se dispersaram alguns dos mitos que a

envolvem. A homossexualidade não é uma doença e não está associada de modo específico a qualquer forma de distúrbio psiquiátrico. Os homossexuais não se limitam a um sector profissional específico, como os cabeleireiros, decoradores de interiores ou artistas. À semelhança dos termos racismo e sexismo, por heterossexismo designa-se um processo em que os indivíduos não heterossexuais são categorizados e discriminados com base na sua orientação sexual. Por **homofobia** entende-se o medo e o desprezo por indivíduos homossexuais.

Embora a homossexualidade seja mais aceite, tanto o heterossexismo como a homofobia continuam enraizados em muitos domínios da sociedade ocidental; o antagonismo em relação aos homossexuais persiste nas atitudes emocionais de muitas pessoas. Casos de agressão violenta e de assassinato de homossexuais continuam a ser excessivamente frequentes. Por este motivo, muitos grupos homossexuais fazem campanhas para que as acções anti-homossexuais sejam classificadas como «crimes de ódio».

Ver as questões abordadas em «Crimes contra homossexuais», pág 230

Alguns tipos de comportamento masculino gay poderiam ser considerados como uma tentativa para alterar as conexões estabelecidas entre masculinidade e poder – talvez, uma razão por que a comunidade heterossexual os considera muitas vezes uma ameaça. Os homens gay tendem a rejeitar a imagem de efeminados que lhes está popularmente associada, desviando-se dessa imagem de duas maneiras. Uma delas consiste no culto de uma efeminação extravagante – uma masculinidade «afectada» que ridiculariza o estereótipo. A outra consiste no desenvolvimento de uma imagem de «macho». Isto também não é um comportamento convencionalmente masculino; os homens vestidos como motociclistas ou «cowboys» ridicularizam uma vez mais a masculinidade ao exagerá-la (Bertelson, 1986).

Alguns sociólogos investigaram o efeito do flagelo da Sida nas atitudes públicas em relação à homossexualidade. Sugerem que esta epidemia desafiou algumas das principais fundações ideológicas da masculinidade heterossexual. A sexualidade e o comportamento sexual, por exemplo, tornaram-se temas de discussão pública, abrangendo desde campanhas de sexo seguro com o apoio de fundos governamentais até à cobertura pelos meios de comunicação da disseminação da epidemia. A Sida ameaçou a legitimidade da concepção tradicional de moralidade ao chamar a atenção do público para a prevalência do sexo pré-conjugal, e para a existência de casos extraconjugais e de relações não heterossexuais na sociedade. Mas, sobretudo, ao aumentar a visibilidade dos homossexuais, esta epidemia pôs em questão a «universalidade» da heterossexualidade e revelou a existência de alternativas à família nuclear tradicional (Redman, 1996). Contudo, a resposta assumiu, por vezes, contornos histéricos e paranóicos. Os homossexuais são descritos como uma ameaça desviante ao bem-estar moral da «sociedade normal». A fim de preservar a masculinidade heterossexual como a «norma», há que marginalizar e difamar a ameaça identificada (Rutherford e Chapman, 1988).

A campanha pela legalização e reconhecimento

Em muitos as ectos, a homossexualidade tornou-se mais «normalizada» – mais uma parte aceite da sociedade quotidiana. Vários países ratificaram leis para proteger os direitos dos homossexuais. Quando a África do Sul adoptou a nova Constituição em 1996, tornou-se um dos raras países do mundo a garantir constitucionalmente os direitos dos homossexuais. Vários países europeus, como a Dinamarca, a Noruega e a Suécia, permitem actualmente o casamento civil de casais homossexuais, e a reivindicação por estes de muitas das prerrogativas do casamento. As cidades e os governos locais na Holanda, França e Bélgica começaram igualmente a reconhecer as relações homossexuais. Os estados americanos do Havai e Vermont ratificaram leis que legalizam os casamentos homossexuais e as «uniões de facto» (união entre homossexuais com direitos e obrigações conjugais). Na Grã-Bretanha, uma disposição legal recente estipula que um casal homossexual com uma relação estável pode ser definido como uma família – uma decisão com muitas implicações quanto aos direitos de herança e ao estatuto parental.

Um número cada vez maior de activistas gay reivindica a legalização do casamento homossexual. Por que razão se preocupam eles, quando o casamento entre casais heterossexuais parece perder toda a sua importância? Preocupam-se porque pretendem

adquirir os mesmos estatutos, direitos e obrigações de qualquer outra pessoa. Actualmente, o casamento é sobretudo um compromisso emocional, tendo também implicações legais definidas pois é reconhecido pelo Estado. Concede aos casais o direito de tomar decisões fundamentais de ordem médica, direitos de herança e direitos a uma parte das pensões e outros benefícios económicos. As «cerimónias de compromisso» – casamentos não legalizados – que se tornaram comuns entre homossexuais e heterossexuais nos Estados Unidos da América – não conferem estes mesmos direitos e obrigações. Em contrapartida, é claro, esta é uma das razões pelas quais muitos casais heterossexuais decidem hoje adiar o casamento ou nem se casam.

Os opositores ao casamento homossexual condenam-no, considerando-o frívolo ou *contra naturam*, como se aceitá-lo significasse legitimar uma orientação sexual que o Estado deveria fazer o possível por restringir. Nos Estados Unidos da América, existem grupos de pressão que tentam mudar o modo de vida dos homossexuais, e levá-los a casarem com pessoas do sexo oposto. Alguns ainda consideram a homossexualidade como uma perversão e opõem-se violentamente a qualquer medida que possa normalizá-la.

Todavia os indivíduos gay, na sua maioria, querem simplesmente ser vistos como pessoas normais. Salientam que os homossexuais necessitam de segurança económica e emocional como todas as outras pessoas. No seu livro *Virtually Normal* (1995), Andrew Sullivan defende veementemente as virtudes do casamento homossexual. O próprio autor, católico e homossexual, sofreu por causa da conciliação das suas crenças religiosas com a sua sexualidade. Afirma que a homossexualidade pertence, pelo menos, em parte à natureza – não é pura e simplesmente uma «escolha». Pedir a alguém que renuncie à homossexualidade é pedir que desista da oportunidade de amar e de ser amado. Esse amor deveria ter expressão no casamento. Se se quer que os homossexuais não se tornem uma minoria alienada, então, conclui o autor, o casamento gay tem de ser legalizado.

Prostituição

A prostituição pode definir-se como uma prestação de favores sexuais em troca de dinheiro. A palavra «prostituta» começou a tornar-se comum no final do séc. XVIII. Na antiguidade, a maioria das prestadoras destes serviços eram cortesãs, concubinas (sustentadas como amantes) ou escravas. As cortesãs e concubinas possuíam muitas vezes uma posição elevada nas sociedades tradicionais.

Um aspecto-chave na prostituição moderna é o facto de as mulheres e os seus clientes geralmente não se conhecerem. Embora os homens possam tornar-se «clientes regulares», a relação não se estabelece inicialmente com base no conhecimento pessoal. O mesmo não acontecia antigamente, na maioria das formas de prestar favores sexuais com fins materiais. A prostituição está directamente associada à desintegração das pequenas comunidades, ao desenvolvimento das grandes áreas urbanas e impessoais, e à comercialização das relações sociais. Nas pequenas comunidades tradicionais, as relações sexuais eram controladas pela sua visibilidade. Nas novas áreas urbanas, relações sociais mais anónimas estabelecem-se com maior facilidade.

A prostituição na actualidade

Actualmente, as prostitutas do Reino Unido vêm dos meios mais pobres, tal como no passado, mas a estas tem-se juntado um número considerável de mulheres da classe média. A subida da taxa de divórcios instigou algumas mulheres que empobrecem a recorrer à prostituição. Além disso, algumas mulheres que não conseguiram encontrar emprego após terem terminado o curso superior, trabalham numa casa de massagens ou são acompanhantes, enquanto procuram outras oportunidades de emprego.

Paul J. Goldstein classificou os tipos de prostituição em termos de *compromisso ocupacional* e *contexto ocupacional*. O *compromisso* consiste na frequência com que uma mulher se envolve na prostituição. Muitas mulheres envolvem-se temporariamente, vendendo sexo algumas vezes antes de abandonarem a prostituição por muito tempo ou para sempre. As «prostitutas ocasionais» são aquelas que aceitam muitas vezes dinheiro em troca de sexo, mas sem praticar esta actividade regularmente, a fim de aumentar o seu rendimento proveniente de outras fontes. Outras estão continuamente envolvidas na prostituição, sendo esta a sua principal fonte de rendimento. O *contexto ocupacional* designa o tipo de ambiente de trabalho e o processo de interacção em

que uma mulher está inserida. Uma «prostituta de rua» faz o seu negócio na rua. Uma «acompanhante» estabelece contacto com os clientes por telefone, indo os homens a casa dela ou recebendo-a na sua própria casa. Uma «prostituta da casa» é uma mulher que trabalha num clube privado ou num bordel. Uma «prostituta da casa de massagens» presta serviços sexuais num estabelecimento que só oferece supostamente instalações para massagens e tratamentos de saúde legítimos.

Muitas mulheres permutam géneros (pagamento em bens ou outros serviços em vez de dinheiro) por serviços sexuais. A maioria das acompanhantes que Goldstein estudou envolviam-se regularmente em permutas sexuais – sexo em troca de aparelhos de televisão, reparação de automóveis e electrodomésticos, roupas, serviços jurídicos e dentários (Goldstein, 1979).

Uma decisão das Nações Unidas, ratificada em 1951, condena todos os indivíduos que organizam a prostituição ou beneficiam das actividades das prostitutas, mas não proíbe a prostituição propriamente dita. Um total de cinquenta e três Estados membros, incluindo o Reino Unido, aceitou formalmente a decisão, embora a sua legislação relativa à prostituição varie bastante de Estado para Estado (ver caixa). Nalguns países, a prostituição é ilegal. Outros países, como a Grã-Bretanha, proíbem determinados tipos de prostituição, como a prostituição de rua ou a infantil. Alguns governos nacionais ou locais licenciam oficialmente bordéis ou casas de sexo – como os «centros Eros» na Alemanha ou as casas de sexo em Amsterdão. Em Outubro de 1999, o parlamento holandês reconheceu a prostituição como uma profissão oficial para um grupo estimado em 30 000 mulheres que trabalham na indústria do sexo. Todos os locais em que tem lugar a venda de sexo serão agora regulamentados, licenciados e inspeccionados pelas autoridades locais. Só alguns países conferem licenças a prostitutas.

A legislação que proíbe a prostituição raramente pune os clientes. Os indivíduos que pagam serviços sexuais não são detidos ou acusados, e as suas identidades poderão ser omitidas em tribunal. Há muito menos estudos sobre clientes do que sobre quem vende sexo, e é raro alguém sugerir – como é muitas vezes referido ou sugerido em relação às prostitutas – que são indivíduos psicologicamente perturbados. Esta disparidade na investigação revela seguramente uma aceitação acrítica dos estereótipos ortodoxos da sexualidade, segundo os quais é «normal» os homens procurarem activamente uma variedade de escapes sexuais, enquanto as pessoas que prestam esses serviços são condenadas.

A prostituição infantil e a «indústria do sexo» mundial

A prostituição envolve frequentemente crianças. Um estudo sobre a prostituição infantil nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na Alemanha ocidental revelou que a maioria são crianças que fugiram de casa e não têm dinheiro, entrando no mundo da prostituição como meio de subsistência.

O facto de muitas crianças fugitivas recorrerem à prostituição é, em parte, uma consequência perversa da legislação que protege as crianças do trabalho infantil, mas nem todas as crianças que se prostituem fugiram de casa. É possível distinguir três grandes categorias de crianças que se prostituem (Janus e Heid Bracey, 1980): os *fugitivos*, que saem de casa e não são procurados pelos pais ou que persistem em fugir sempre que são encontrados e levados para casa; os *andarilhos*, que vivem basicamente com os pais, mas passam muito tempo fora de casa, por exemplo várias noites consecutivas; e os *abandonados*, cujos pais são indiferentes ao que fazem os filhos ou rejeitam os próprios filhos. Todas as categorias abrangem tanto rapazes como raparigas.

A prostituição infantil faz parte da indústria do turismo sexual em várias regiões do mundo – por exemplo, na Tailândia e nas Filipinas. Os pacotes de viagens, destinados à prostituição, incentivam pessoas provenientes da Europa, dos Estados Unidos e do Japão a viajarem para estes destinos – embora tenham sido actualmente ilegalizados no Reino Unido. Membros de grupos femininos asiáticos organizaram protestos públicos contra este tipo de viagens que, não obstante, continuam a decorrer. O turismo sexual no Extremo Oriente tem as suas origens no fornecimento de prostitutas para as tropas americanas durante as guerras na Coreia e no Vietname. Construíram-se centros de «repouso e lazer» na Tailândia, Filipinas, Vietname, Coreia e Formosa. Alguns, especialmente nas Filipinas, continuam a servir expedições regulares de turistas bem como os militares instalados na região.

As prostitutas, os seus clientes e a lei na Europa

Inglaterra e País de Gales. O acto de prostituição não é ilegal, mas as leis que a regulamentam estão entre as mais severas no mundo. É ilegal aliciar homens na rua e passar o tempo na rua com esse mesmo intuito, assim como conduzir devagar ao longo da estrada para entrar em contacto com as prostitutas. Não é ilegal uma prostituta ter um local de trabalho próprio, mas se duas ou mais prostitutas trabalharem juntas no mesmo local, este é considerado um bordel clandestino. Os homens e as mulheres que controlam as prostitutas poderão ser acusados de viverem de rendimentos imorais.

Alemanha. A prostituição é bastante tolerada e controlada através do seu registo. As leis variam de estado para estado. Registou-se uma proliferação de bordéis legalizados nas cidades, sendo Hamburgo a segunda maior capital do sexo da Europa, a seguir a Amsterdão. Há os grupos de pressão que defendem o reconhecimento da prostituição como profissão legítima.

Itália. A prostituição é ilegal, embora as perseguições sejam raras. A pressão do Vaticano ajudou a cancelar um debate recente sobre a legalização dos bordéis, que empregam um número cada vez maior de mulheres provenientes da Europa de leste e de África. A Igreja Católica e outras instituições de assistência pediram a revisão da lei que proíbe o funcionamento de bordéis.

França. O acto de prostituição é legal, mas os bordéis regulamentados pelo Estado foram fechados em 1946. Todos os bordéis funcionam actualmente na clandestinidade, embora as mulheres que aliciam os homens na rua sejam toleradas nas zonas de «luz» vermelha. A polícia francesa uniu esforços com a Alemanha e outros países para combater a prostituição transnacional.

Rússia. A prostituição é ilegal, mas são poucos os que agem em conformidade com a lei. A infracção é punida pelo Código Civil e não pelo Penal, por isso, só é punível com multa. Uma mulher apanhada a aliciar homens na rua poderá pagar uma multa no valor equivalente a um salário mínimo – 82 rublos (£ 3,50) –, uma quantia insignificante para as prostitutas em Moscovo, S. Petersburgo e noutras cidades. Qualquer pessoa que dirija um bordel poderá ser punida nos termos do Direito penal, podendo mesmo ser detida.

Suécia. A Suécia, há muito considerada como um dos países mais liberais do mundo pela sua atitude em relação ao sexo e à pornografia, ratificou uma lei onde consta que uma prostituta pode continuar a trabalhar legalmente, embora o seu cliente se sujeite a ser processado. Considera-se delito o pagamento de serviços sexuais.

Fonte: Guardian, 30 de Outubro de 1999.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicou um relatório em 1998 onde consta que a prostituição e o turismo sexual no Sudeste Asiático adquiriram a dimensão de um sector comercial completamente desenvolvido devido ao rápido crescimento ao longo das últimas décadas. Apesar do abrandamento económico em muitas economias asiáticas, a procura no mercado do sexo parece continuar inabalável. Este facto deve-se, em parte, ao seu carácter internacionalizado – o alargamento das diferenças na taxa de câmbio entre as moedas asiáticas e as divisas internacionais torna o turismo sexual mais acessível e atractivo para os estrangeiros. Além disso, a indústria do sexo está relacionada com as taxas de desemprego local. Em situações de dificuldade económica, as mulheres e crianças são muitas vezes consideradas como uma população «excedente». Nalgumas famílias mais desesperadas, os pais obrigam os próprios filhos a prostituírem-se; outros jovens são atraídos inadvertidamente para o mercado do sexo quando respondem ingenuamente a anúncios a pedir «artistas» e «bailarinos». As correntes de migração das áreas rurais para as urbanas constituem um factor importante no crescimento da indústria do sexo, pois muitas mulheres que anseiam deixar a sua tradicional e constrangedora terra natal agarram qualquer oportunidade para fazê-lo.

O relatório da OIT adverte que muitos dos países onde a indústria do sexo se encontra particularmente difundida não possuem um enquadramento jurídico ou políticas sociais para lidar com as suas inúmeras consequências. A prostituição tem implicações graves para a disseminação da Sida e de outras doenças sexualmente transmissíveis. Está frequentemente associada à violência, à criminalidade, ao tráfico de droga, à exploração e violação dos direitos humanos (Lim, 1998).

Explicar a prostituição

Por que motivo existe a prostituição? É seguramente um fenómeno duradouro, que resiste às tentativas dos governos para o eliminar. Trata-se quase sempre de uma situação onde as mulheres vendem favores sexuais a homens, e não o inverso – embora haja alguns exemplos, como em Hamburgo, na Alemanha, onde há «casas de prazer» para prestar serviços sexuais masculinos a mulheres. Por certo, que os rapazes e os homens também se prostituem com outros homens.

A prostituição não é explicável por um único factor. Poderia parecer que os homens têm simplesmente necessidades sexuais mais fortes ou mais persistentes do que as mulheres e, por isso, procuram o escape que a prostituição proporciona. Mas esta explicação não é plausível. A maioria das mulheres parece ter capacidade para desenvolver a sua sexualidade de uma forma mais intensa do que os homens com a mesma idade. Além disso, se a prostituição existisse simplesmente para servir necessidades sexuais, deveria haver muitos prostitutos a prestar este tipo de serviços às mulheres.

A conclusão geral mais persuasiva é a de que a prostituição reflecte, e até certo ponto ajuda a perpetuar, a tendência dos homens para tratar as mulheres como objectos que podem ser «usados» para fins sexuais. A prostituição reflecte, num determinado contexto, as desigualdades de poder entre homens e mulheres. Há naturalmente também muitos outros elementos envolvidos. A prostituição proporciona um meio de satisfação sexual a pessoas que, devido às suas deficiências físicas ou à existência de códigos morais rígidos, não poderão encontrar outro parceiro sexual. As prostitutas prestam serviços sexuais a homens que se encontrem longe de casa, desejem ter um encontro sexual sem compromisso ou tenham preferências sexuais peculiares que outras mulheres não aceitariam. Mas estes factores são mais relevantes para perceber a amplitude da prostituição do que para entender a sua natureza global.

Conclusão: género e globalização

No presente capítulo, focámos a nossa discussão nas noções de género nas sociedades industrializadas ocidentais. Vimos de que forma o movimento das mulheres esteve na origem de um corpo poderoso de teoria sociológica destinado a entender as desigualdades persistentes de género e a apresentar propostas para as ultrapassar.

Contudo, o feminismo não é um mero exercício académico nem se limita à América do Norte e à Europa ocidental. O movimento feminino é um fenómeno internacional dinâmico que tem como objecto tanto as desigualdades de género duradouras como os novos desafios que as mulheres enfrentam numa era global. Na China, por exemplo, as mulheres trabalham para assegurar a igualdade de direitos no trabalho e de participação na política. Na África do Sul, as mulheres desempenharam um papel essencial na luta contra o *apartheid* e continuam a lutar no período *pós-apartheid*, a fim de melhorar o acesso das pessoas à educação, aos serviços de saúde, à habitação e ao emprego. No Peru, as activistas têm trabalhado durante décadas para alargar o papel das mulheres na esfera pública.

Embora as participantes nos movimentos das mulheres tenham, durante muitos anos, desenvolvido laços com as activistas de outros países, a quantidade e a importância desses contactos aumentou com a globalização. A Conferência das Nações Unidas sobre as Mulheres, realizada quatro vezes desde 1975, foi o primeiro fórum para o estabelecimento de contactos entre nações. Cerca de 50 000 pessoas – das quais mais de dois terços eram mulheres – assistiram à última conferência, realizada em Beijing, na China, em 1995. Compareceram delegados de 181 nações, juntamente com representantes de milhares de organizações não governamentais. Os participantes na conferência, que procuravam formas de «assegurar a igualdade das mulheres no acesso a recursos económicos, incluindo propriedade, crédito, ciência e tecnologia, cursos vocacionais, informação, comuni-

cação e mercados», passaram dez dias a ouvir comunicados sobre a situação das mulheres no mundo, a debater formas de melhorar a sua condição e de construir laços profissionais e pessoais entre si.

A Plataforma para a Acção concordou finalmente em que os participantes da conferência questionassem os diversos países do mundo sobre problemas como:

- o peso persistente e a pobreza crescente das mulheres;
- a violência contra as mulheres;
- os efeitos da guerra e de outros tipos de conflito nas mulheres;
- a desigualdade entre homens e mulheres na partilha do poder e nas tomadas de decisão;
- os estereótipos femininos;
- as desigualdades de género na gestão dos recursos naturais;
- a discriminação e violação persistente dos direitos das crianças.

Será que os movimentos feministas deverão ter uma orientação internacional para agir eficazmente? O que é que o feminismo poderá significar para as mulheres no mundo em desenvolvimento? Os interesses das mulheres serão essencialmente os mesmos em todo o mundo? Estas questões e muitas outras estão a ser debatidas calorosamente enquanto o processo da globalização continua a passo acelerado.

1 Os sociólogos estabelecem uma distinção entre sexo e género. O sexo reporta-se às diferenças biológicas entre o corpo masculino e o feminino, enquanto o género diz respeito às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres.

2 Algumas pessoas afirmam que as diferenças entre homens e mulheres são determinadas geneticamente. Contudo, não há provas conclusivas que sugiram existir uma base biológica nas diferenças de género.

3 A socialização do género consiste na aprendizagem dos papéis de género com a ajuda de agentes como a família e os meios de comunicação. Crê-se que a socialização do género tem início assim que uma criança nasce. As crianças aprendem e interiorizam normas e expectativas que se supõe corresponderem ao seu sexo biológico. Neste sentido, adoptam «papéis sexuais» e as identidades masculinas e femininas (masculinidade e feminilidade) que as acompanham.

4 Alguns sociólogos acreditam que tanto o sexo como o género são produtos socialmente construídos que poderão ser moldados e alterados de várias maneiras. Não é só ao género que falta uma «essência» fixa; o próprio substrato do corpo humano pode ser modificado por influências sociais e intervenções tecnológicas.

5 A desigualdade de género refere-se às diferenças de estatuto, poder e prestígio entre mulheres e homens em vários contextos. Os funcionalistas, ao explicarem a desigualdade de género, sublinham que as diferenças de género e a divisão sexual do trabalho contribuem para a estabilidade e para a integração social. As abordagens feministas rejeitam a ideia da desigualdade de género ser, de alguma forma, natural. As feministas liberais explicaram a desigualdade de género em termos de atitudes sociais e culturais, como o sexismo e a discriminação. As feministas radicais afirmam que os homens são responsáveis pela exploração das mulheres através do patriarcado – o domínio sistemático dos homens sobre as mulheres. As feministas negras consideram a classe e a etnicidade, além do género, como factores essenciais para compreender a opressão vivida pelas mulheres não-brancas.

6 As relações de género consistem em interacções socialmente padronizadas entre homens e mulheres na sociedade. Alguns sociólogos afirmaram existir uma ordem de género onde as expressões da masculinidade e da feminilidade se organizam numa hierarquia que promove o domínio dos homens sobre as mulheres.

7 Nos últimos anos, as atenções têm-se concentrado mais na natureza da masculinidade. Alguns observadores crêem que grandes transformações económicas e sociais estão a provocar uma crise de masculinidade caracterizada pelo desgaste dos papéis tradicionais dos homens.

8 Embora exista, claramente, uma base biológica na sexualidade humana, a maioria dos comportamentos sexuais parecem ser aprendidos e não congénitos. As práticas sexuais variam bastante entre culturas e no âmbito das mesmas. No Ocidente, o Cristianismo tem tido um papel importante na formação das atitudes sexuais. Nas sociedades com códigos sexuais rígidos, os padrões duplos e a hipocrisia são atitudes comuns. O abismo entre as normas e a prática pode ser tremendo, como o revelaram os estudos sobre o comportamento sexual. No Ocidente, as atitudes repressivas em relação à sexualidade deram lugar a um panorama mais permissivo na década de 60, cujos efeitos são ainda hoje evidentes.

9 A maioria das pessoas de todo o mundo é heterossexual, embora existam também muitas preferências e inclinações sexuais minoritárias. A homossexualidade parece existir em todas as culturas, e as atitudes em relação a esta tornaram-se mais descontraídas nos últimos anos. Alguns países ratificaram leis que reconhecem as uniões homossexuais e concedem aos casais gay os mesmos direitos que aos casais heterossexuais casados.

10 A prostituição é a prestação de favores sexuais a troco de dinheiro. Existem nas sociedades modernas vários tipos de prostituição, incluindo a prostituição masculina e infantil. Nalguns países, a prostituição legalizada é aceite pelos governos nacionais e regionais, mas na maioria dos Estados as prostitutas trabalham clandestinamente. Uma indústria crescente do turismo sexual orientada para a prostituição prosperou nalgumas partes do mundo.

PARA REFLEXÃO

1 Seria _ossível ou dese ável eliminar as diferen as de _énero na sociedade?
2 É possível manter as diferenças de género ao mesmo tempo que se eliminam as desigualdades de género?
3 Em que medida factores como a classe, a etnicidade e a orientação sexual moldam a nossa experiência do género?
4 Que novos tipos de masculinidades e feminilidades irão surgir nas próximas décadas em resposta a processos mais vastos de mudança social?
5 De que forma se estrutura a interacção social em função de uma norma heterossexual ?
6 Em que medida a prostituição difere de outros meios de subsistência?

ADICIONAIS

John Horton, e **Sue Mendus**, (eds), *Toleration, Identity and Difference*, Basingstoke: Macmillan, 1999.

Michael S. Kimmel, e **Michael Messner**, A., *Men's Lives*, Boston: Allyn and Bacon, 1998.

Londa Schiebinger, *Has Feminism Changed Science?*, Cambridge: Harvard University Press, 1999.

Lynne Segal, – *Why Feminism?*, Cambridge: Polity, 1999.

Steven Seidman, *Difference Troubles: Queering Social Theory and Sexual Politics*, Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

À INTERNET

Arquivo de pesquisa sobre os estudos femininos e do género – ligações internacionais
http://www.lib.utsa.edu/Archives/links2.htm#intl

Fawcett Library, actualmente conhecida como The Women's Library
www.lgu.ac.uk/fawcett/main.htm

Masculinidade e Representação
http://www.newcastle.edu.au/department/so/kibby.htm

Directório de Recursos
http://www.qrd.org/

Voz do Shuttle
http://vos.ucsb.edu/shuttle/gender.html

6

Sociologia do Corpo: Saúde, Doença e Envelhecimento

A sociologia do corpo 146

A base social da saúde 146

Classe e saúde 147

Género e saúde 150

Raça e Saúde 154

A lei dos "cuidados inversos" 155

Medicina e Sociedade 155

A emergência do modelo biomédico de saúde 155

O modelo biomédico 156

Críticas ao modelo biomédico 157

A medicina e a saúde num mundo em mudança 159

Perspectivas sociológicas sobre a saúde e a doença 160

O papel de doente 161

A doença como «experiência vivida» 163

Saúde e envelhecimento 164

Os efeitos físicos do envelhecimento 166

Problemas do envelhecimento 167

Conclusão: o futuro do envelhecimento 168

Sumário 169

Questões para reflexão 170

Leituras adicionais 171

Endereços electrónicos 171

Capítulo 6: Sociologia do Corpo: Saúde, Doença e Envelhecimento

Jan Mason gozou em tempos de uma saúde de ferro. Mas, quando começou a sentir depressão e um cansaço extremo, descobriu que o seu médico habitual não podia fazer muito para aliviar o mau-estar que sentia:

> Antes, era uma pessoa em boa forma física. Conseguia nadar, jogar *squash*, correr e, de repente, fui-me abaixo. Fui ao médico mas ninguém conseguia dizer-me do que sofria. O meu médico de família disse que se tratava de uma febre glandular, e receitou-me antibióticos, que me provocaram uma ansiedade terrível. Passou depois a dizer-me que não sabia ao certo do que sofria (...). Fiz todas as análises possíveis. Encontrava-me realmente de rastos. Isto durou meio ano. Continuava doente e os médicos continuavam sem saber do quê (citado em Sharma, 1992: 37).

O médico de Jan chegou à conclusão de que ela sofria de problemas de stress, tendo-lhe receitado antidepressivos. Jan sabia que este tipo de medicamentos não era a solução para o seu problema, embora reconhecesse que o seu estado de saúde, ainda sem um diagnóstico, tinha-se tornado uma grande fonte de stress. Ao ouvir um programa de rádio, Jan suspeitou de que o seu estado letárgico podia ser o resultado de um síndroma de fadiga de origem viral. Seguindo o conselho de um amigo, procurou ajuda de um *homeopata* – um praticante de medicina alternativa que primeiro avalia o estado de saúde do corpo no seu conjunto e só depois, receitando minúsculas doses de várias substâncias, trata «o igual com o igual», partindo do princípio de que os sintomas de uma doença fazem parte do processo de cura desenvolvido pelo próprio corpo. Depois de ter descoberto um homeopata com quem se sentiu à vontade, Jan ficou satisfeita com o tratamento (Sharma, 1992).

Jan faz parte do número cada vez maior de pessoas que procuram incorporar práticas médicas alternativas nos seus cuidados de saúde. Na última década, assistiu-se a um crescimento do interesse pelas potencialidades da medicina alternativa em muitos países industrializados. O número de praticantes de medicina alternativa está a aumentar, o mesmo sucedendo às formas de tratamento disponíveis. Dos produtos das ervanárias à acupunctura, da reflexologia aos tratamentos quiropráticos, assiste-se na sociedade moderna a uma explosão nos cuidados de saúde alternativos que permanecem fora do sistema médico "oficial" ou se lhe sobrepõem. Estima-se que um em cada quatro britânicos já consultou um praticante de medicina alternativa. O perfil do indivíduo-tipo que procura formas alternativas de cura é mulher, jovem ou de meia-idade, e de classe média.

A maior parte das unidades de saúde mais evoluídas e bem equipadas de todo o mundo situam-se nos países industrializados. Por que razão, então, um número cada vez maior de pessoas opta por virar costas ao sistema de saúde oficial, em favor de tratamentos «não científicos», como a aromoterapia ou a hipnoterapia? Em primeiro lugar, é importante realçar que nem toda a gente que recorre às medicinas alternativas o faz em substituição dos tratamentos médicos ortodoxos (embora algumas abordagens alternativas, como a homeopatia, rejeitem por completo as bases da medicina oficial). Muitas pessoas conjugam elementos de ambas as abordagens. É por esta razão que alguns autores preferem chamar às técnicas não-ortodoxas medicina *complementar*, em vez de medicina alternativa (Saks, 1992).

Há um certo número de razões que levam as pessoas a procurar os serviços de praticantes alternativos. Para algumas pessoas, a medicina ortodoxa revela-se incapaz ou deficiente para aliviar dores crónicas ou incómodas, ou sintomas de stress e ansiedade. Outras estão descontentes com a forma como funcionam os sistemas de saúde modernos – com longas listas de espera, múltiplas consultas em cadeia de especialistas, restrições financeiras e de outro tipo. Além disso, há receios quanto aos efeitos secundários nocivos dos medicamentos e ao carácter intrusivo das cirurgias – as duas técnicas que constituem a base dos sistemas modernos de saúde. A relação de poder assimétrica entre médicos e pacientes é um aspecto fun-

A acupunctura é uma das muitas técnicas da medicina complementar escolhidas pelas pessoas que adoptam um papel mais interventivo no seu tratamento médico e que questionam o modelo biomédico de saúde.

damental que leva algumas pessoas a procurar ajuda na medicina alternativa. Sentem que o papel de «doente passivo» lhes retira poder de acção decisivo sobre o seu próprio tratamento e o processo de cura. Por último, algumas pessoas declaram ter objecções filosóficas ou religiosas em relação à medicina ortodoxa, que tende a tratar o corpo e o espírito separadamente. Acreditam que as dimensões espiritual e psicológica da saúde e da doença não são levadas muitas vezes em conta pela medicina ortodoxa. Como veremos ao longo do capítulo, todas estas preocupações são, explícita ou implicitamente, críticas do modelo biomédico de saúde, a base em que assenta a medicina ocidental oficial. O modelo biomédico de saúde define a doença em termos objectivos e acredita que um corpo pode voltar a ser saudável, submetendo-se a um tratamento médico de base científica.

O crescimento da medicina alternativa coloca uma série de questões interessantes do ponto de vista da Sociologia. Em primeiro lugar, e mais importante que tudo, é um reflexo fascinante das transformações que estão a ter lugar nas sociedades modernas. Vivemos hoje numa época onde cada vez temos mais informação à nossa disposição – a partir de fontes muito variadas – a qual nos permite fazer escolhas acerca das nossas vidas. Os cuidados de saúde não constituem excepção. As pessoas estão cada vez mais a tornarem-se «consumidores de saúde» – adoptando uma postura mais activa em relação à sua própria saúde e bem-estar. Não só temos a capacidade de escolher o tipo de clínicos que queremos consultar, como somos também mais exigentes em relação ao nosso próprio tratamento e cuidados de saúde. Desta forma, o crescimento da medicina alternativa prende-se com a expansão do movimento de auto-ajuda, que envolve grupos de apoio, círculos de aprendizagem e manuais de cura. As pessoas estão hoje mais do que nunca dispostas a tomar o controlo das suas vidas e a reconfigurá-las activamente, em vez de dependerem das instruções ou opiniões de terceiros.

Outra questão interessante para os sociólogos está relacionada com a mudança na natureza da saúde e da doença no período da modernidade tardia. Muitas das maleitas e doenças que levam as pessoas a procurar tratamentos médicos alternativos parecem ser produto da própria era moderna. Insónia, ansiedade, stress, depressão, fadiga e dores crónicas (causadas por

artrite, cancro e outras doenças) são males cada vez mais comuns nas sociedades industrializadas. Embora estas maleitas existam há muito, parecem causar hoje mais do que nunca uma maior perturbação na saúde das pessoas. Estudos recentes revelaram que o stress suplantou a constipação vulgar como a principal causa de absentismo laboral. A Organização Mundial de Saúde prevê que dentro de vinte anos a depressão será a doença mais debilitante a nível mundial. Ironicamente, estas consequências da modernidade são aquelas que a medicina oficial sente maior dificuldade em tratar. Embora não seja provável que a medicina alternativa possa ultrapassar a medicina «oficial», tudo indica que a sua importância continuará a crescer.

A sociologia do corpo

O campo de estudos conhecido como sociologia do corpo investiga as formas como os nossos corpos são afectados por influências sociais. Enquanto seres humanos, somos corpóreos – isto é, todos possuímos um corpo. Mas o corpo não é algo que nos limitemos a ter, nem algo puramente físico que existe separado da sociedade. Os nossos corpos são profundamente afectados pelas nossas experiências sociais, bem como pelas normas e valores dos grupos a que pertencemos. Só recentemente os sociólogos começaram a reconhecer a natureza profunda das interligações entre corpo e vida social. Por conseguinte, este campo é uma área de estudos relativamente nova, mas muito promissora.

A sociologia do corpo abrange um certo número de questões essenciais que analisaremos ao longo do presente capítulo. Um tema crucial é o dos efeitos da mudança social sobre o corpo – da mesma forma que, ao longo de todo o livro, é dada uma grande ênfase à mudança social. O mundo de hoje, em rápida transformação, apresenta novos riscos e desafios que podem afectar os nossos corpos e a nossa saúde. Mas proporciona-nos igualmente a possibilidade de fazermos as nossas próprias escolhas acerca de como viver o quotidiano e como cuidar da nossa saúde. A medicina e os sistemas de prestação de cuidados de saúde passam presentemente por transformações profundas, que permitem que os indivíduos tenham hoje um papel mais importante no seu tratamento. O relacionamento entre especialistas médicos e pacientes está a mudar, e formas «alternativas» de medicina tornam-se cada vez mais populares.

A próxima secção analisa os fundamentos sociais da saúde, nomeadamente os padrões de saúde e de doença e a forma como estão relacionados com as desigualdades sociais. Examinaremos, depois, o nascimento da medicina científica e a emergência do modelo biomédico de saúde. Observaremos estes dois processos e os princípios que sustentam a medicina contemporânea, bem como as críticas que lhes foram feitas. Em seguida, a nossa atenção virar-se-á para algumas perspectivas sociológicas sobre a saúde, em especial para o trabalho dos interaccionistas simbólicos que investigaram a experiência da doença. Por fim, analisaremos o envelhecimento do corpo. Tal como muitos outros aspectos das nossas vidas nas sociedades modernas, o envelhecer já não é o que era. O processo de envelhecimento não é apenas físico, pois hoje em dia a posição das pessoas mais velhas na sociedade está a mudar em muitos aspectos fundamentais.

A base social da saúde

No século XX, assistiu-se nos países industrializados a um aumento significativo da esperança média de vida. Doenças como a poliomielite, a escarlatina e a tuberculose foram praticamente erradicadas. Em comparação com outras partes do mundo, os padrões de saúde e de bem-estar são relativamente mais elevados. Atribuíram-se ao poder da medicina moderna muitos destes avanços na saúde pública. De acordo com uma ideia generalizada, a investigação médica tem tido – e continuará a ter – sucesso na descoberta das causas biológicas das doenças, bem como no desenvolvimento de tratamentos eficazes para as controlar. Segundo este argumento, à medida que o saber e o conhecimento médico evoluem, assistiremos a uma melhoria constante e sustentada no campo da saúde pública.

Embora esta abordagem à saúde e à doença tenha sido extremamente influente, é de certa forma insuficiente para os sociólogos, pois ignora o papel importante que as influências sociais e ambientais têm nos padrões de saúde e doença. Os avanços globais registados na saúde pública nos últimos cem anos não podem dissimular o facto de que a saúde e a doença não se distribuem da mesma forma entre a população.

Investigações levadas a cabo revelaram que determinados grupos de pessoas tendem a gozar de uma saúde melhor do que outros. Estas *desigualdades de saúde* estão aparentemente relacionadas com padrões socioeconómicos mais amplos.

Sociólogos e especialistas em epidemiologia social – cientistas que estudam a distribuição e a incidência de doenças entre a população – tentaram explicar a relação existente entre a saúde e algumas variáveis como a classe social, o género, a raça, a idade e a localização geográfica. Embora a maior parte dos autores reconheça a existência de uma correlação entre saúde e desigualdades sociais, não estão de acordo nem acerca da natureza dessa relação nem acerca do modo como se deve lidar com as desigualdades de saúde. Uma das principais áreas de debate centra-se em torno da questão da importância relativa das variáveis individuais (como o estilo de vida, o comportamento, a dieta e os padrões culturais) *versus* factores estruturais ou ambientais (tais como a distribuição da riqueza e da pobreza). Nesta secção, analisaremos variações nos padrões de saúde na Grã-Bretanha em função da classe social, género, raça e localização geográfica, e passaremos em revista algumas das explicações para o facto.

Classe e saúde

Pesquisas efectuadas em torno da saúde e da classe revelaram uma relação clara entre padrões de mortalidade e morbilidade (doenças) e a classe social dos indivíduos. Dois grandes estudos efectuados sobre a saúde na Grã-Bretanha – o *Relatório Black*, de 1980, e *The Health Divide*, de 1987 – tiveram um papel particularmente relevante na divulgação da importância que a classe tem nas desigualdades de saúde. Muitas pessoas ficaram chocadas com os resultados. Embora, de uma forma geral, haja a tendência para uma melhoria de saúde global na sociedade britânica, existem disparidades significativas entre as várias classes, que afectam os indicadores de saúde, como o peso à nascença, a tensão arterial ou o risco de contrair uma doença crónica. Em média, os indivíduos pertencentes aos estratos socioeconómicos mais elevados gozam de uma saúde melhor, são mais altos e fortes, e vivem mais do que aqueles que se encontram no fundo da escala social. Embora as diferenças sejam maiores no que diz respeito à mortalidade infantil (as crianças que morrem no primeiro ano de vida) e à morte de crianças, as pessoas mais pobres correm um risco maior de morrer, seja em que idade for, do que as pessoas mais abastadas.

Brown e Bottrill (1999) resumiram algumas das principais desigualdades de saúde baseadas na classe social. Estas incluem:

- Os trabalhadores manuais não especializados no fundo da escala ocupacional (classe social V) correm um risco duas vezes maior de morrer antes de atingir a reforma do que os executivos e profissionais liberais do topo da escala ocupacional (classe social I).
- O número de nado-mortos ou de óbitos na primeira semana de vida entre as famílias de trabalhadores não especializados é o dobro do registado entre as famílias de profissionais do topo (ver quadro 6.1).
- Um indivíduo nascido na classe social I (membros das profissiões liberais do topo, executivos) viverá, em média, mais sete anos do que alguém que nasça na classe social V (trabalho manual não especializado).
- Cerca de 90% das principais causas de morte são mais comuns nas classes sociais IV e V (ver figura 6.1).
- As pessoas da classe trabalhadora visitam o médico mais frequentemente, e por causa de uma gama maior de males do que as pessoas nos segmentos ocupacionais mais elevados; a incidência de doenças de longa duração é 50% mais elevada entre os trabalhadores manuais do que entre os que se encontram no topo.
- As desigualdades de saúde baseadas na classe social são ainda mais acentuadas entre os desempregados de longa duração. As pessoas com emprego tendem a viver mais tempo do que aquelas que o não têm.

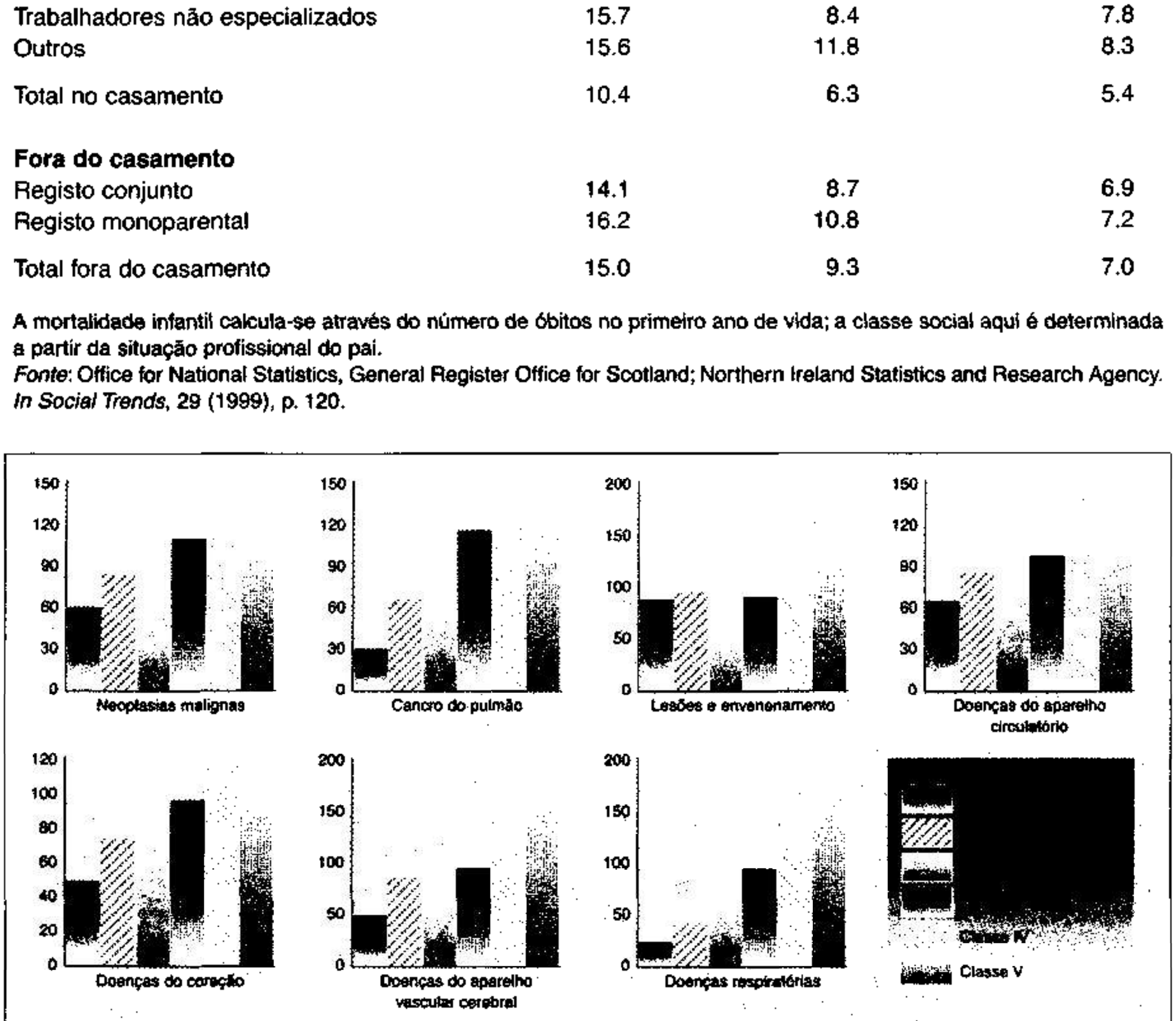
Estudos levados a cabo em outros países industrializados confirmaram que existe de facto um claro desnível de classe em termos de saúde. Alguns autores acreditam que as desigualdades de saúde entre os membros mais ricos e os membros mais pobres da sociedade estão a aumentar. No entanto, embora as pesquisas efectuadas com o objectivo de revelar a relação entre as desigualdades de saúde e a classe

Quadro 6.1 Mortalidade infantil no Reino Unido, em função da classe social (taxas por cada 1.000 nados-vivos)

	1981	1991	1996
No casamento			
Profissionais liberais e executivos de topo	7.8	5.0	3.6
Dirigentes e técnicos	8.2	5.3	4.4
Trabalhadores especializados não-manuais	9.0	6.2	5.4
Trabalhadores especializados manuais	10.5	6.3	5.8
Trabalhadores semi-especializados	12.7	7.2	5.9
Trabalhadores não especializados	15.7	8.4	7.8
Outros	15.6	11.8	8.3
Total no casamento	10.4	6.3	5.4
Fora do casamento			
Registo conjunto	14.1	8.7	6.9
Registo monoparental	16.2	10.8	7.2
Total fora do casamento	15.0	9.3	7.0

A mortalidade infantil calcula-se através do número de óbitos no primeiro ano de vida; a classe social aqui é determinada a partir da situação profissional do pai.

Fonte: Office for National Statistics, General Register Office for Scotland; Northern Ireland Statistics and Research Agency. *In Social Trends*, 29 (1999), p. 120.



A média esperada da população em geral é 100. As taxas de óbitos acima de 100 são maiores do que o esperado, as taxas menores do que o esperado estão abaixo de 100.

Figura 6.1 Mortalidade no período 1976 – 89 de homens com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, por causa de morte e em função da sua classe social em 1971.

Fonte: Dados de *Population Trends*, 80 (1995). In *Sociology Review*, 9.2 (Novembro 1999), p. 3.

social sejam cada vez em maior número, os autores não têm conseguido identificar com sucesso os mecanismos que, na prática, as relacionam. Foram já avançadas várias explicações diferentes para as causas subjacentes à correlação:

1 As explicações que defendem que a relação entre as variáveis decorre de *artefactos* estatísticos centram-se na natureza problemática da produção de estatísticas. Alguns especialistas argumentam que a medição das variáveis de saúde e de classe pode ser sujeita a variadas formas de enviesamento, tornando-se pouco fiável. Por isso, qualquer relação que pareça existir entre as duas variáveis deve ser encarada com cepticismo, pois tal pode resultar simplesmente da forma como os dados foram recolhidos.
2 As *explicações selectivas de saúde* defendem que a saúde de um indivíduo influencia a sua posição social, e não o inverso. De acordo com esta perspectiva, as pessoas que gozam de uma boa saúde tendem a ter mais sucesso e maior mobilidade social ascendente, enquanto as pessoas com problemas de saúde ficarão naturalmente na base da escala social. Por exemplo, uma criança que desde cedo tenha problemas de saúde pode vir a não conseguir alcançar mais tarde o mesmo nível de estatuto educacional ou ocupacional que os seus pares. De acordo com este argumento, uma saúde deficiente pode levar à exclusão do emprego, de promoções ou de nomeações profissionais.
3 As *explicações comportamentais ou culturais* enfatizam a importância dos estilos de vida individuais na saúde de uma pessoa. As classes sociais mais baixas tendem a tomar parte em determinadas actividades – como fumar, beber álcool de modo excessivo, ou seguir uma dieta alimentar pobre –inimigas de uma boa saúde. De acordo com este argumento, os indivíduos detêm a responsabilidade primária pela sua má saúde, uma vez que a escolha dos estilos de vida é feita livremente. Alguns defensores desta abordagem argumentam que tais comportamentos estão enraizados no próprio contexto da classe social, e não sob o controlo exclusivo dos indivíduos. Seja como for, estes últimos não deixam igualmente de identificar os estilos de vida e os padrões de consumo como as causas principais de uma saúde deficitária.
4 As *explicações ambientais ou materialistas* concebem as causas das desigualdades de saúde em função de estruturas sociais mais vastas, como a pobreza, a distribuição do rendimento e da riqueza, o desemprego, a habitação, a poluição e as más condições de trabalho. De acordo com esta perspectiva, os padrões de desigualdades de saúde entre classes sociais decorrem da privação material. A redução das desigualdades de saúde só será possível se atacarem as causas das desigualdades sociais em geral.

O *Relatório Black*, trabalho encomendado pelo Governo Britânico com o objectivo de analisar os dados sobre as desigualdades de saúde e fazer recomendações em termos de políticas a seguir e investigações a ter lugar, centrou-se sobretudo nas explicações materialistas das desigualdades de saúde. Embora não descartando a validade de outros argumentos, o relatório salientou ser necessário promover uma estratégia integrada de combate à pobreza e melhorias na educação de maneira a poder combater melhor as desigualdades de saúde. Muitas pesquisas posteriores apoiaram estas conclusões (Macintyre, 1997).

Contudo, no que diz respeito às desigualdades de saúde, a política oficial do governo britânico tem sido no sentido de se centrar em explicações culturais ou comportamentais. O governo conservador liderado por Margaret Thatcher menosprezou os resultados do estudo e optou por não agir em conformidade com as suas conclusões, considerando a despesa pública exigida pelo relatório irrealista e imprevisível. Os governos que se seguiram continuaram a dar mais importância às campanhas de saúde pública destinadas a influenciar as escolhas individuais de estilo de vida. As campanhas de combate ao tabaco e os programas a favor de uma alimentação saudável são dois exemplos desse tipo de esforços para mudar o comportamento público. Campanhas como estas incentivam os indivíduos a tomar a responsabilidade pelo seu próprio bem-estar, mas prestam menos atenção à forma como a posição social pode condicionar as escolhas e as possibilidades das pessoas. Por exemplo, a fruta e os vegetais, que são cruciais para uma boa alimentação, são alimentos mais caros do que muitos outros alimentos ricos em gordura e colesterol. Estudos realizados demonstram que são precisamente os grupos sociais mais ricos quem mais consome alimentos saudáveis.

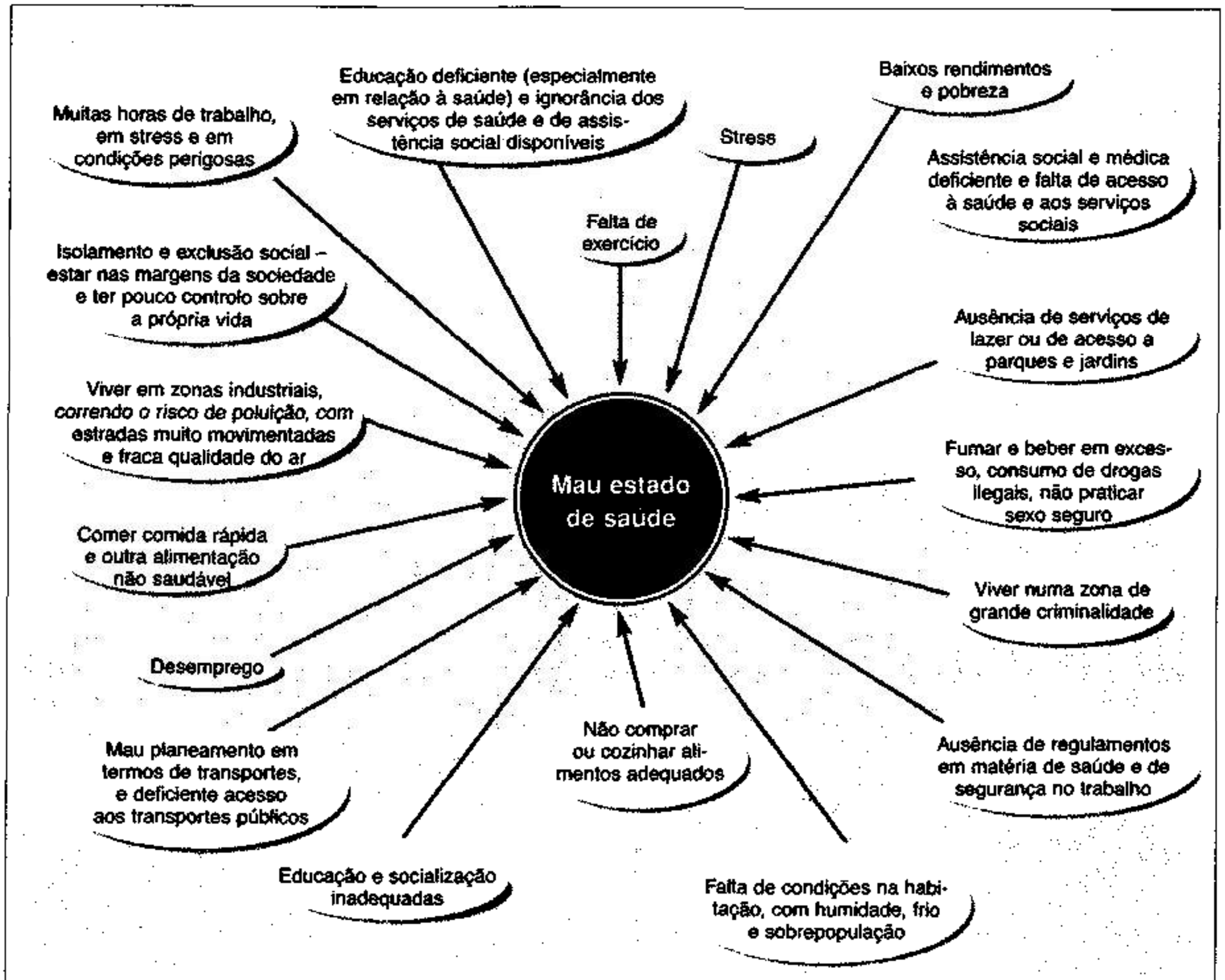


Figura 6.2 Influências materiais e culturais sobre a saúde.

Fonte: Brown, K., *An Introduction to Sociology*, 2.ª edição, Polity, 1998. In *Sociology Review*, 9.2 (Novembro 1999), p. 5.

O governo trabalhista de Tony Blair optou por uma abordagem mais abrangente em relação às desigualdades de saúde, reconhecendo tanto a importância dos factores culturais como dos materiais para a saúde das pessoas. O relatório de 1998, *Our Healthier Nation*, salientou o leque de diversas influências – sociais, económicas, ambientais e culturais – que, em conjunto, produzem problemas de saúde (alguns dos quais se podem ver na figura 6.2). Propôs também uma série de iniciativas governamentais articuladas para lidar não apenas com os sintomas associados a um mau estado de saúde, como também com as suas causas – desemprego, habitação e educação deficientes.

Género e saúde

As disparidades de saúde entre homens e mulheres foram também objecto de pesquisa. De uma forma geral, as mulheres têm em relação aos homens uma maior esperança de vida em quase todos os países do mundo. Ao mesmo tempo, as mulheres sofrem de uma maior incidência de doenças, especialmente na terceira idade. Em comparação com os homens, as

Quadro 6.2 Problemas de saúde declarados no Reino Unido, por género e idade, em 1996-7 (em percentagem)

	16-44	45-64	65-74	75 ou mais	16 e mais
Homens					
Dores ou mal-estar	18	39	52	56	32
Mobilidade	6	22	36	50	18
Ansiedade ou depressão	12	19	20	19	15
Problemas em desempenhar as tarefas habituais	5	16	21	27	12
Problemas em cuidar de si próprio	1	6	8	14	5
Mulheres					
Dores ou mal-estar	20	40	51	65	34
Mobilidade	6	21	37	60	19
Ansiedade ou depressão	18	24	25	30	22
Problemas em desempenhar as tarefas diárias	7	17	23	40	15
Problemas em cuidar de si próprio	2	5	9	21	6

Percentagem de inquiridos que declararam ter sofrido problemas com a saúde em geral e dificuldade em cumprir as tarefas do dia-a-dia.
Fonte: General Household Survey, Office for National Statistics; Continuous Household Survey, Northern Ireland Statistics and Research Agency. In *Social Trends*, 29 (1999), p. 120.

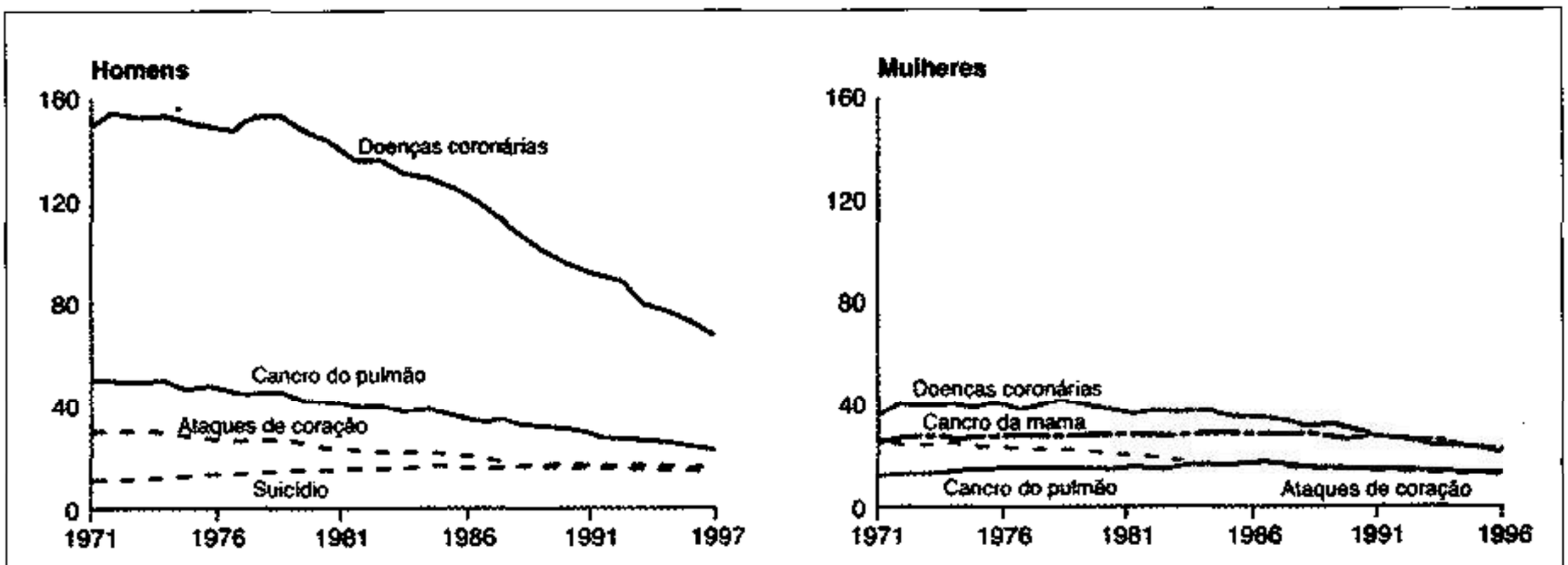


Figura 6.3 Taxa de mortalidade para pessoas abaixo de 65 anos, por género e causa específica de morte, no Reino Unido, 1971-97 (taxa por 100.000 habitantes)

Fonte: Office for National Statistics; General Register Office for Scotland; Northern Ireland Statistics and Research Agency. In *Social Trends*, 29 (1999), p. 132.

Coesão social – a chave para uma melhor saúde?

Na tentativa de deslindar as causas das desigualdades de saúde, um número cada vez maior de sociólogos está a voltar a sua atenção para o papel da ajuda e da coesão social na promoção da saúde. Como talvez ainda se recorde da discussão acerca da obra de Durkheim no capítulo 1 («O que é a Sociologia?»), a solidariedade social é um dos conceitos mais importantes da Sociologia. Para Durkheim, o tipo e o nível de solidariedade de uma sociedade era uma das suas características principais. No seu estudo em torno do suicídio, por exemplo, o autor chegou à conclusão de que os indivíduos e os grupos bem integrados na sociedade apresentavam uma tendência menor para cometer actos suicidas.

Em diversos artigos e numa obra posterior, *Unhealthy Societies: The Afflictions of Inequality* (1996), Richard Wilkinson defende que as sociedades mais saudáveis do mundo não são os países mais ricos, mas aqueles onde o rendimento está distribuído de uma forma mais justa e os níveis de integração social são mais elevados. Segundo o autor, níveis elevados de riqueza nacional não se traduzem necessariamente num maior bem-estar da população. Ao observar dados empíricos de diferentes países do mundo, Wilkinson descobriu uma relação clara entre as taxas de mortalidade e os padrões de distribuição do rendimento. Os habitantes de países como o Japão e a Suécia, que são vistos como alguns dos países mais igualitários do mundo, gozam em média de maiores níveis de saúde do que os cidadãos de países onde a distância entre pobres e ricos é mais pronunciada, como é o caso dos Estados Unidos.

Na perspectiva de Wilkinson, o fosso crescente na distribuição do rendimento mina a coesão social e torna mais difícil a gestão dos riscos pelas pessoas. Um isolamento social mais elevado e a incapacidade de lidar com o stress reflectem-se em indicadores de saúde. Wilkinson defende que os factores sociais – a força dos contactos sociais, os laços no interior das comunidades, a disponibilidade de apoio social e um sentido de segurança – são os determinantes principais da saúde relativa de uma sociedade.

A tese de Wilkinson provocou respostas enérgicas. Há quem diga que a sua obra devia ser de leitura obrigatória para os políticos e outros decisores. Concordam com a afirmação de Wilkinson de que tem sido colocada uma ênfase excessiva nas relações de mercado e na marcha para a prosperidade. Argumentam que esta última abordagem tem deixado de lado muitos membros da sociedade; chegou o

mulheres tendem a procurar mais cuidados médicos e a apresentar maiores taxas de doenças autodeclaradas (ver quadro 6.2). Nos países industrializados, as mulheres declaram um nível de ansiedade e depressão duas vezes superior ao dos homens. Em traços gerais, no que diz respeito à saúde das mulheres nos países desenvolvidos, estas vivem mais tempo do que os homens, mas têm mais doenças e sofrem mais de situações de invalidez (Doyal, 1995).

As causas de morte e os padrões de doença demonstram algumas diferenças entre homens e mulheres (ver figura 6.3). Embora as doenças de coração constituam a maior causa de morte para ambos os sexos, as taxas de mortalidade associadas a acidentes e episódios de violência são maiores entre os homens, que possuem também maior propensão para o alcoolismo e para a toxicodependência. De uma forma geral, os homens têm tendência a estar doentes com menos frequência, ainda que as doenças que os afligem sejam tendencialmente mais ameaçadoras para a saúde.

As circunstâncias materiais parecem influenciar o estado de saúde das mulheres, embora tal tenha sido tradicionalmente um factor negligenciado. No passado, muitos estudos tenderam a classificar as mulheres em função da classe social do marido, promovendo uma distorção da saúde feminina (ver capítulo 10, «Classe, Estratificação e Desigualdade»). Alguns

tempo de tomar em consideração políticas mais humanas e socialmente mais responsáveis que apoiem os mais desfavorecidos. Outros criticam o seu estudo do ponto de vista metodológico e argumentam que o mesmo não mostrou a existência de uma relação causal clara entre a desigualdade em termos de rendimento e uma saúde pobre (Judge 1995). Segundo os críticos, a doença podia ser causada por quaisquer outros factores mediadores. Estes defendem que as conclusões de Wilkinson são no melhor dos casos sugestivas.

Enquanto Wilkinson investiga as ligações entre a coesão social e a saúde ao nível de toda a sociedade, outros sociólogos têm feito incidir a sua atenção sobre determinados segmentos da população. Heather Graham estudou os efeitos do stress na saúde das mulheres brancas da classe trabalhadora e revelou que as mulheres com o estatuto socioeconómico mais baixo têm um menor acesso a redes de apoio em tempos de crise do que as mulheres da classe média. A autora chama a atenção para o facto de as mulheres da classe trabalhadora tenderem a confrontar-se com crises de vida (como a perda de emprego, o divórcio, a expulsão de casa ou a morte de uma criança) mais frequentemente do que outros grupos, mas possuírem em geral menor capacidade para lidar com elas e terem menos escapes para a sua ansiedade. Não só o stress que decorre destes factos é prejudicial em termos físicos e psicológicos, mas algumas estratégias para lidar com o mesmo – como fumar – são também prejudiciais. Graham defende que fumar constitui um modo de reduzir a tensão quando os recursos pessoais e materiais atingem um ponto de exaustão. Ocupa, por isso, uma posição paradoxal na vida das mulheres – aumenta os riscos de saúde para as mulheres e os seus filhos, enquanto permite simultaneamente que elas lidem com circunstâncias difíceis (Graham 1987, 1994).

Ann Oakley e os seus colegas estudaram o papel do apoio social na saúde de mulheres e crianças desfavorecidas em quatro cidades inglesas. A autora defende que a relação entre stress e saúde se aplica tanto às grandes crises da vida como a problemas de menor dimensão, e que é sentida de modo particularmente agudo nas vidas das pessoas da classe trabalhadora. Oakley assinala que o apoio social – como os serviços de aconselhamento, as linhas de atendimento telefónico ou as visitas domiciliárias – pode actuar como um "tampão" contra as consequências negativas para a saúde do stress sofrido habitualmente pelas mulheres (Oakley *et al.* 1994). Outros estudos mostraram que o apoio social é um factor importante que pode ajudar as pessoas a ajustarem-se à saúde e à doença (Ell 1996).

factos são, no entanto, claros. De modo geral as mulheres idosas têm rendimentos mais baixos do que os homens. Esta discrepância pode traduzir-se num acesso reduzido aos recursos que promovem a independência e facilitam a vida activa. Outra diferença reside na saúde das mães solteiras em relação aos pais solteiros – de uma forma geral, as mães solteiras têm pior saúde.

Foram apontadas algumas explicações genéticas para explicar as diferenças na saúde de homens e mulheres. Embora seja possível que factores biológicos contribuam para determinadas discrepâncias ao nível da saúde (como a resistência a doenças de coração), não é provável que estes consigam explicar a totalidade das diferenças. Pelo contrário, o mais certo é os padrões de saúde dos homens e das mulheres resultarem de factores sociais e diferentes condições materiais. Os padrões de trabalho dos homens e os seus estilos de vida podem, de uma forma geral, por exemplo, envolver maiores riscos do que os das mulheres, o que ajuda a explicar as taxas de mortalidade mais elevadas derivadas de episódios de violência e acidentes. De uma forma geral, em relação aos homens, as mulheres são mais desfavorecidas economicamente e sofrem mais dos efeitos da pobreza.

Segundo alguns autores, os múltiplos papéis desempenhados pelas mulheres – trabalho doméstico, educação dos filhos, responsabilidades profissionais

– podem levar a um aumento do nível de stress feminino, contribuindo para taxas de doença mais altas. Segundo Lesley Doyal, os padrões femininos de saúde e de doença podem ser adequadamente explicados em função dos principais campos de actividade que constituem a vida das mulheres. De uma forma geral, a vida feminina é intrinsecamente diferente da vida dos homens em termos dos papéis e tarefas desempenhados normalmente – trabalho doméstico, reprodução sexual, educação dos filhos, regulação da fertilidade através de métodos contraceptivos, e por aí adiante. De acordo com a autora, «os efeitos acumulados destes vários tipos de trabalhos constituem as principais influências no estado de saúde das mulheres (1995, p. 22). Assim sendo, toda e qualquer análise da saúde feminina deve tomar em consideração a interacção entre factores sociais, psicológicos e biológicos.

Raça e Saúde

Embora a sáude nas sociedades industrializadas obedeça a padrões de raça, o nosso entendimento da relação entre saúde e raça é, no melhor dos casos, parcial. Existe um número crescente de estudos sobre raça e saúde, mas as suas conclusões não possuem um carácter definido. Uma das dificuldades principais reside no facto de os conceitos de raça e de etnicidade permanecerem ambíguos. Tal dificulta os processos de recolha de dados, na medida em que não há acordo quanto às definições ou ao modo de classificação dos grupos étnicos. É necessário, por conseguinte, lidar com precaução com os dados relativos à raça e à saúde. Em alguns casos, atribuíram-se tendências à raça, ignorando outros factores, como a classe e o género, que também podem ser significativos.

Contudo, a incidência de certas doenças é mais elevada entre os indivíduos das Caraíbas de origem africana e os asiáticos. A mortalidade decorrente do cancro do fígado, da tuberculose e dos diabetes é muito mais elevada nestas populações do que entre os brancos. Os africanos das Caraíbas possuem taxas de hipertensão mais elevadas. Nesta população existe uma proporção de anemia muito mais elevada do que em outros grupos. As pessoas oriundas do subcontinente indiano têm uma mortalidade mais elevada devido a doenças cardíacas; as crianças asiáticas parecem mais susceptíveis à acção do raquitismo do que as de outras origens.

Como no caso das diferenças de saúde em termos de género, têm sido avançadas explicações genéticas para padrões de doença deste tipo. Parece claro que determinadas condições, como a anemia, são hereditárias e possuem, por isso, um carácter genético. Mas a genética possivelmente não pode por si só explicar as amplas variações registadas na distribuição racial da doença. Estas têm de ser entendidas no contexto de influências de maior amplitude.

Alguns estudiosos voltaram-se para explicações de carácter cultural e comportamental. De um modo similar ao que ocorre com as explicações culturais de desigualdades de saúde assentes no factor classe, coloca-se muita ênfase nos estilos de vida individuais e de grupo que se pensa terem como consequência uma saúde pior. Esses estilos de vida são vistos frequentemente como ligados a crenças religiosas ou culturais, como os hábitos alimentares e culinários ou a consanguinidade (a prática de matrimónios endogâmicos ao nível dos primos segundos). Todavia, tais explicações podem traduzir perspectivas etnocêntricas da saúde. Ao culpar indivíduos e comunidades, implicam que as culturas étnicas são de algum modo inferiores e produzem uma saúde deficiente. Há poucas provas de que tal suceda. Por exemplo, não se pode afirmar que as dietas "culturais" são uma causa da falta de saúde, na medida em que os desequilíbrios nutricionais nas diéticas étnicas apenas emergem quando estas são "perturbadas" – quando é difícil adquirir determinados ingredientes básicos e se têm de encontrar substitutos. Os críticos defendem que as abordagens culturais não identificam o problema principal – as desigualdades estruturais que afectam os grupos étnicos e o racismo e discriminação com que deparam no sistema de saúde.

As explicações socio-estruturais dos padrões de distribuição de saúde concentram-se nos contextos sociais em que vivem os naturais das Caraíbas de origem africana e os de proveniência asiática. Estas populações enfrentam múltiplas desvantagens que podem ser daninhas para a sua saúde. Entre elas encontram-se o alojamento deficente ou sobrepovoado, taxas elevadas de desemprego e uma enorme proporção de empregos precários e mal remunerados. A estes factores de natureza material juntam-se os efeitos do racismo, sentido tanto de modo directo sob

a forma de violência, ameaças ou discriminação, como sob formas "institucionalizadas" (ver capítulo 9, "Raça, Etnicidade e Migração").

Tem-se assinalado a presença de racismo na prestação de cuidados de saúde. Os grupos étnicos podem sofrer os efeitos de um acesso desigual ou problemático aos serviços de saúde. A linguagem pode constituir um obstáculo à informação; os profissionais dos serviços de saúde podem não tomar em consideração entendimentos culturais específicos da doença e do tratamento. O Serviço Nacional de Saúde tem sido alvo de críticas por não exigir aos seus funcionários uma maior consciência da existência de crenças culturais e religiosas e por dar menor atenção a doenças que ocorrem predominantemente no seio da população não branca.

Não há consenso no que diz respeito à relação entre raça e desigualdades em termos de saúde. Na verdade, há ainda muita pesquisa a fazer. É, no entanto, claro que esta problemática deve ser analisada no contexto dos factores mais amplos de ordem social, política e económica que afectam a experiência das minorias étnicas na Grã-Bretanha.

A lei dos "cuidados inversos"

Já vimos de.que modo a classe social, o género e a raça influenciam os padrões e a experiência de saúde da população. Também se podem encontrar desigualdades regionais em termos de saúde. As desigualdades de saúde possuem uma dimensão espacial.

Na Grã-Bretanha, as principais diferenças regionais em termos de saúde ocorrem entre o norte e o sul do país. No seu conjunto, o sul dispõe de maiores recursos e há um melhor acesso da população aos cuidados de saúde. Contudo, em geral, o estado de saúde é influenciado pela combinação de um certo número de factores – os quais diferem de região para região. O clima, a poluição, a qualidade da água, os tipos de alojamento, os padrões de trabalho e desemprego, e os níveis globais de privação variam através do país. Estas variações reflectem-se na saúde da população.

Alguns sociólogos chamaram a atenção para o facto de nem sempre existirem recursos adequados às necessidades de saúde da população. Por outras palavras, os grupos com pior saúde vivem frequentemente nas regiões com menores recursos. Esta tendência para um fornecimento de serviços de saúde assimétricos é conhecida como a lei dos cuidados inversos.

Medicina e Sociedade

A emergência do modelo biomédico de saúde

Tal como muitas ideias exploradas ao longo deste livro, «saúde» e «doença» são termos cultural e socialmente definidos. O que se considera ser saudável e normal varia de acordo com as culturas. Embora todas elas possuam concepções de saúde física e de doença, a maior parte do que actualmente entendemos por medicina é uma consequência de desenvolvimentos que tiveram lugar na sociedade ocidental nos últimos três séculos. Nas culturas pré-modernas a família constituía a principal instituição que tinha a responsabilidade de lidar com a doença e o sofrimento. Houve sempre indivíduos que se especializaram como curandeiros, usando uma mistura de remédios físicos e mágicos, e muitos desses sistemas tradicionais de cura permanecem vivos nas culturas não ocidentais. Um grande número desses tipos de sistemas de tratamento pertence à categoria das medicinas alternativas descrita no início do capítulo.

Desde há mais ou menos dois séculos, as ideias ocidentais dominantes acerca da medicina têm sido expressas pelo modelo biomédico, descrito atrás. Esta concepção de saúde e doença desenvolveu-se a par do crescimento das sociedades modernas. Na verdade, pode ser vista como uma das principais características deste tipo de sociedades. A sua emergência esteve intimamente ligada ao triunfo da razão e da ciência sobre os modos de explicar o mundo tradicionais ou de carácter religioso (ver discussão acerca de Weber e a racionalização).

Antes de discutir os pressupostos em que assenta o modelo de saúde biomédico, tomemos por breves instantes em consideração o contexto social e histórico onde teve a sua origem. Como já foi referido, os membros das sociedades tradicionais dependiam em grande medida de medicamentos populares, tratamentos e técnicas de cura que passavam de geração em geração. A maior parte das vezes as doenças eram vistas numa perspectiva mágica ou religiosa, sendo atribuídas à acção de espíritos malignos ou à punição por pecados cometidos. Para os camponeses e citadi-

nos comuns, não havia uma autoridade externa que se preocupasse com a sua saúde, como acontece hoje com os sistemas públicos de saúde. A saúde era um assunto privado, não uma preocupação pública.

Demografia: estudar a população humana

No entanto, o aparecimento do estado-nação e a industrialização vieram mudar drasticamente a situação. A emergência dos estados-nação com fronteiras bem delimitadas produziu uma transformação na atitude perante os cidadãos, que deixaram de ser simplesmente os habitantes de um território para passarem a ser uma *população* sob a admnistração de uma autoridade central. A população humana foi vista como um recurso que devia ser gerido e regulado enquanto parte do processo de maximização do poder e da riqueza nacional. O Estado começou a ter um interesse maior na saúde da sua população, na medida em que o bem-estar dos seus membros afectava a produtividade nacional, o nível de prosperidade, as capacidades de defesa da nação e a taxa de crescimento. O estudo da *Demografia* – a dimensão, composição e dinâmica das populações humanas – passou a assumir uma maior importância. Introduziram-se recenseamentos para registar e regular as mudanças sofridas pela população. Foram coligidos e calculados dados estatísticos de todo o tipo: taxa de nascimento, taxa de mortalidade, média de idade no casamento e na geração de filhos, taxa de suicídio, esperança média de vida, dieta alimentar, doenças mais comuns, causas de morte, e por aí adiante.

Michel Foucault deu um contributo influente para o nosso entendimento do surgimento da medicina moderna, ao chamar a atenção para a acção do Estado em matéria de regulação e acção disciplinar sobre os corpos. O autor defende que a sexualidade e o comportamento sexual tiveram uma importância fundamental neste processo. O sexo era, simultaneamente, a forma pela qual a população se podia reproduzir e crescer, e uma ameaça potencial à sua saúde e bem-estar. A sexualidade não relacionada com a reprodução era algo que devia ser reprimido e controlado. Esta regulação da sexualidade por parte do Estado fazia-se em parte através da recolha de informação acerca do casamento, do comportamento sexual, da filiação legítima e ilegítima, do recurso à contracepção e ao aborto. Esta vigilância andou a par da promoção de normas públicas apertadas acerca da moral sexual e da actividade sexual considerada aceitável. Por exemplo, as «perversões» sexuais, como a homossexualidade, a masturbação ou o sexo fora do casamento foram discriminadas e condenadas.

A ideia de *saúde pública* começou a tomar forma, numa tentativa de erradicar «patologias» da população – o «corpo social». O Estado começou a assumir a responsabilidade pela melhoria das condições de vida da população. Desenvolveram-se então as redes públicas de água e de saneamento para proteger os habitantes de doenças. As estradas foram pavimentadas e deu-se atenção às condições de habitação. Impôs-se gradualmente regulamentação específica aos matadouros e às fábricas de produtos alimentares. As práticas funerárias foram regulamentadas de maneira a garantir que não constituíam uma ameaça à saúde da população. Emergiu toda uma série de instituições, como as prisões, os asilos, as casas de correcção, as escolas e os hospitais, como parte do processo de regulamentação, controlo e reforma dos hábitos das pessoas.

O modelo biomédico

As práticas médicas estavam intimamente ligadas às mudanças sociais acima descritas. A aplicação da ciência ao diagnóstico médico e aos processos de cura é a característica principal dos sistemas de saúde modernos. A doença passou a ser definida de uma forma objectiva de acordo com sintomas identificáveis. A prestação de cuidados médicos formais por parte de «especialistas» treinados para o efeito tornou-se a forma aceite de tratar tanto as doenças físicas como as mentais. A medicina tornou-se um intrumento de reforma dos comportamentos e das práticas entendidas como «desviantes» – do crime à homossexualidade, passando pela doença mental.

O modelo biomédico de saúde assenta em três pressupostos fundamentais. Em primeiro lugar, a doença é vista como uma ruptura do funcionamento «normal» do corpo humano. A teoria dos germes da doença, desenvolvida no final do século XIX, defende que existe sempre um determinado agente identificável como estando subjacente a cada doença. Para devolver a saúde ao corpo doente, é necessário isolar e tratar a causa da doença.

Em segundo lugar, o espírito e o corpo podem ser tratados separadamente. O doente representa um

Os médicos e o «olhar médico» trazem uma formação científica e uma abordagem impessoal ao tratamento da doença, por vezes para desespero do paciente.

corpo doente – uma patologia – e não um indivíduo na sua totalidade. A ênfase é colocada na cura da doença, e não no bem-estar do indivíduo. O modelo biomédico defende que o corpo doente pode ser manipulado, investigado e tratado de forma isolada, sem ter em consideração outros factores. Os especialistas médicos adoptam um «olhar médico», uma abordagem distanciada na observação e tratamento do paciente. Neste sentido, o tratamento é levado a cabo de uma forma neutra, coligindo-se e compilando-se informação médica na ficha oficial do doente.

Em terceiro lugar, os especialistas médicos com formação académica são considerados os únicos profissionais com capacidade para tratar a doença. A profissão médica enquanto corpo adere a um código ético reconhecido e é constituída por profissionais acreditados que completaram com sucesso uma formação extensa. Não há lugar para curandeiros autodidactas e práticas médicas «não-científicas». O hospital representa o ambiente propício para tratar as doenças mais graves: estes tratamentos dependem muitas vezes de uma determinada conjugação entre tecnologia, medicação ou cirurgia.

O quadro 6.3 sintetiza os principais pressupostos e críticas do modelo biomédico.

Críticas ao modelo biomédico

Nas últimas décadas, o modelo biomédico de doença acima descrito tem sido alvo de um número cada vez maior de críticas. Em primeiro lugar, alguns autores têm defendido que se "exagera" a eficácia da medicina científica. Mau grado o prestígio adquirido pela medicina moderna, a melhoria global da saúde pode ser atribuída muito mais a mudanças sociais e ambientais do que à competência médica. A existência de serviços de saneamento eficazes, melhor nutrição, a canalização da água e melhorias na higiene foram, de um modo geral, os factores que fizeram a diferença, especialmente no que toca à redução da taxa de mortalidade infantil e da morte de crianças (McKeown, 1979). Os fármacos, os avanços no

Quadro 6.3 Pressupostos e críticas ao modelo biomédico

Pressupostos	Críticas
A doença constitui uma ruptura no funcionamento do corpo humano causada por um agente biológico específico.	A doença é uma construção social, não algo que possa ser revelado pela "verdade científica".
O paciente é um ser passivo cujo "corpo doente" pode ser tratado em separado da sua mente.	As opiniões do paciente e a experiência da doença são cruciais para o tratamento. O paciente é um ser activo e "integral", cujo bem-estar global é importante e não apenas a sua saúde física.
Os médicos possuem um "conhecimento especializado" e oferecem o único tratamento válido para a doença.	Os médicos não são a única fonte de conhecimento sobre a saúde e a doença. Há formas alternativas de conhecimento igualmente válidas.
O lugar apropriado para o tratamento é o hospital, onde a tecnologia médica está concentrada e é mais bem empregue.	Não é necessário que a cura tenha lugar no hospital. Os tratamentos que utilizam tecnologia, medicação e cirurgia não são necessariamente superiores.

campo da cirurgia e os antibióticos só passaram a influenciar de forma significativa as taxas de mortalidade nas últimas décadas. Os antibióticos usados para tratar as infecções bacterianas apareceram nos anos trinta e quarenta do século XX, enquanto as vacinas (contra doenças como a poliomielite) foram desenvolvidas mais tarde. Alguns autores que adoptam uma postura crítica, como Ivan Illich (1976), têm sugerido que a medicina moderna tem, na realidade, feito mais mal do que bem. Uma vez desaparecidos os cuidados próprios de saúde e as formas tradicionais de cura, as pessoas passaram a estar mais dependentes dos médicos, em vez de se apoiarem nas suas próprias capacidades e conhecimentos.

Em segundo lugar, a medicina moderna tem sido acusada de ignorar a opinião e experiências dos doentes que pretende curar. Em virtude de a medicina se basear supostamente em concepções objectivas e científicas das causas e curas de determinadas maleitas físicas, não é muito sentida a necessidade de ouvir as interpretações dos próprios doentes acerca da sua condição. Cada paciente é um «corpo doente» que deve ser tratado e curado. Segundo os críticos, no entanto, um tratamento eficaz só pode ocorrer quando o paciente for tratado enquanto um ser pensante e capaz, que tem as suas próprias concepções e interpretações válidas.

Em terceiro lugar, os críticos argumentam que a medicina científica se coloca a si própria como algo superior a todas as outras formas alternativas de medicina ou cura. Tem sido perpetuada a ideia de que tudo o que não é "científico» é necessariamente inferior. Como já se viu, a ideia de que a medicina moderna é de alguma maneira uma forma mais válida de conhecimento está a ser posta em causa pela popularidade crescente das formas alternativas de medicina, como a homeopatia ou a acupunctura.

Em quarto lugar, alguns sociólogos têm defendido que a profissão médica exerce um poder imenso na definição do que é ou não doença. Tem a possibilidade de recorrer à sua posição de juiz da «verdade científica» para submeter ao controlo médico um número cada vez maior de esferas da vida humana. Algumas das maiores críticas deste teor provêm de mulheres que defendem que os processos de gravidez e parto têm sido apropriados e «medicalizados» pela medicina moderna. Deixando de estar nas mãos de mulheres – em casa, com a ajuda de parteiras – o parto tem hoje em dia lugar em hospitais sob a direcção de médicos especialistas predominantemente do sexo masculino. A gravidez, um fenómeno natural e comum, é tratada como uma «doença» repleta de riscos e perigos. As feministas defendem que as mulheres perderam o controlo deste processo, na medida em que as suas

A «medicalização da hiperactividade»

Na última década, o número de prescrições médicas do fármaco Ritalin aumentou de forma exponencial. Nos Estados Unidos da América, quase 3% das crianças com idades compreendidas entre os cinco e os dezoito anos tomam Ritalin. Em 1998, na Grã-Bretanha foram passadas mais de 125.000 receitas do medicamento – quando em 1995 haviam sido passadas apenas 3.500. O que é o Ritalin e que têm os sociólogos a ver com o medicamento? O Ritalin é um fármaco receitado às crianças e adolescentes com Síndroma de *Deficit* de Atenção e Hiperactividade – uma desordem psicológica que, segundo muitos médicos e psiquiatras, se manifesta pela falta de atenção das crianças, dificuldade de concentração e incapacidade de aprendizagem na escola. O Ritalin tem sido descrito como «a pílula mágica». Ajuda as crianças a concentrarem-se, acalma-as e ajuda a que aprendam de uma forma mais eficaz. Segundo alguns professores, as crianças que antes eram conflituosas e problemáticas na sala de aula, assim que começaram a tomar o medicamento, tornaram-se alunos «angélicos».

No entanto, os críticos do Ritalin defendem que o medicamento está longe de ser a «pílula mágica» inofensiva que muitas vezes se quer fazer crer. Ainda que seja receitado em quantidades cada vez maiores nos EUA e no Reino Unido, não foi levada a cabo nenhuma investigação exaustiva acerca dos seus hipotéticos efeitos a longo prazo sobre o corpo e o cérebro das crianças. O facto talvez mais preocupante será a afirmação de que o Ritalin se tornou uma «solução» conveniente para algo que, efectivamente, nem sequer é um problema físico. Os que se opõem ao Ritalin alegam que os «sintomas» do Síndroma de *Deficit* de Atenção e Hiperactividade são, na verdade, um reflexo da pressão e cargas de stress crescente que as crianças modernas enfrentam – um ritmo de vida cada vez mais rápido, o efeito estonteante da tecnologia da informação, a falta de exercício físico, dietas alimentares com um elevado nível de açúcar e o desgaste da vida familiar. Graças ao Ritalin, dizem, a profissão médica conseguiu «medicalizar» a hiperactividade e a falta de atenção das crianças, em vez de chamar a atenção para as causas sociais dos sintomas observados.

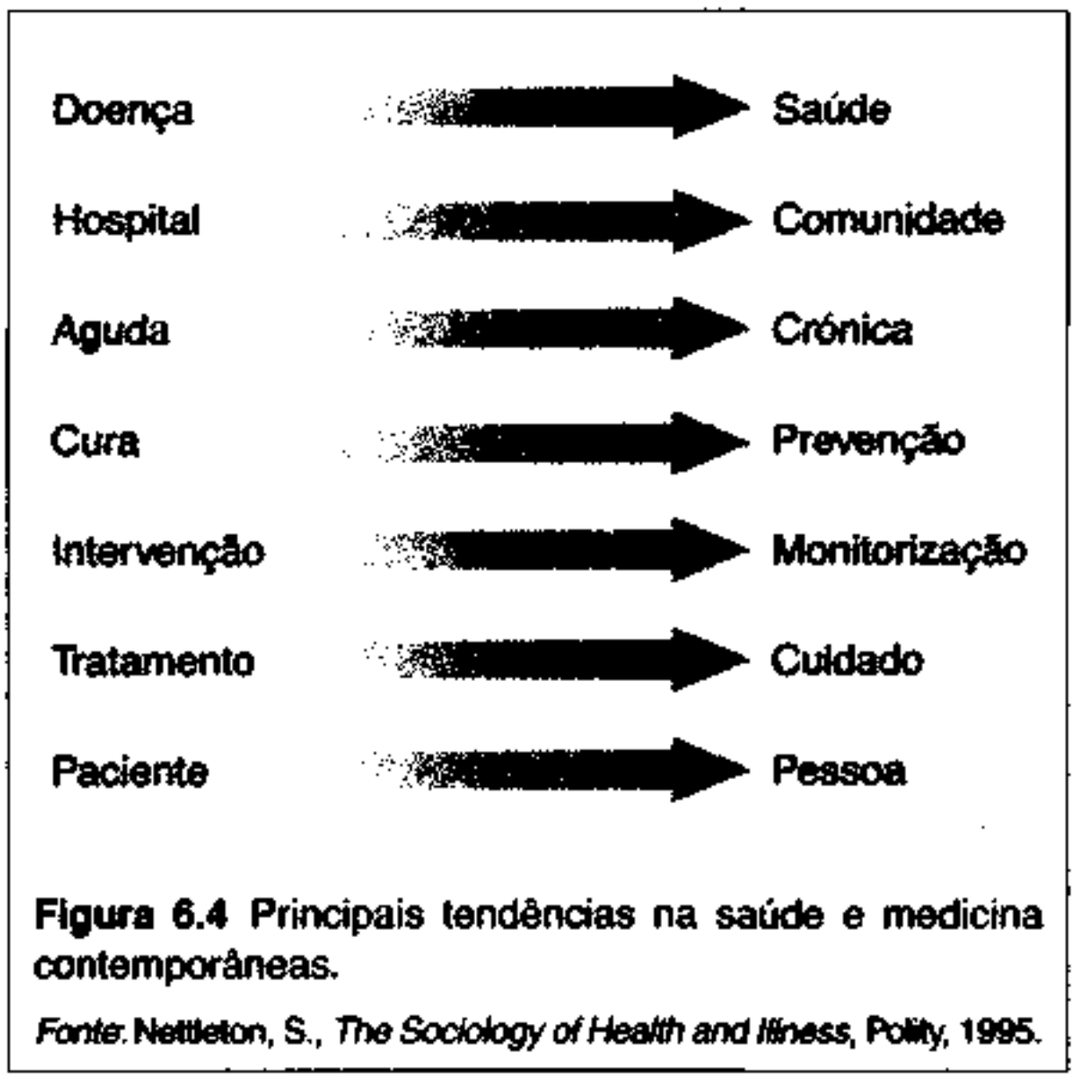


Figura 6.4 Principais tendências na saúde e medicina contemporâneas.

Fonte: Nettleton, S., *The Sociology of Health and Illness*, Polity, 1995.

opiniões e saber são considerados irrelevantes pelos «especialistas» que agora supervisionam os processos reprodutivos (Oakley, 1984). Receios semelhantes levantam-se em torno da *medicalização* de condições "normais", como sucede em relação com a hiperactividade nas crianças (ver caixa), a tristeza ou depressões ligeiras (enfrentadas geralmente com a ajuda de medicamentos como o Prozac), e o cansaço (muitas vezes rotulado como *Síndroma de Fadiga Crónica*).

A medicina e a saúde num mundo em mudança

Há uma consciência cada vez maior de que não são apenas os médicos que detêm saber e compreensão sobre a saúde e a doença. Todos estamos em posição de interpretar e configurar o nosso bem-estar através do entendimento do nosso corpo, e através das esco-

Opções de vida como fumar estão cada vez mais em causa, à medida que as pessoas vivem mais tempo e têm de lidar com as consequências nefastas dos seus prazeres anteriores.

lhas que fazemos na vida quotidiana em termos de dieta alimentar, exercício físico, padrões de consumo e estilos de vida em geral. Estes novos caminhos do senso comum em relação à saúde, juntamente com as críticas à medicina científica atrás discutidas, estão a contribuir para algumas transformações profundas nos sistemas de prestação de cuidados de saúde nas sociedades modernas (ver figura 6.4).

No entanto, neste aspecto, outros factores são igualmente relevantes: a natureza e a escala da própria doença têm vindo a mudar. Antigamente, as doenças principais eram doenças infecciosas como a tuberculose, a cólera, a malária ou a poliomielite. Doenças que tomavam com frequência proporções de epidemia e podiam ameaçar uma população inteira. Hoje em dia, nos países industrializados estas graves doenças infecciosas tornaram-se uma causa de morte menor: algumas foram substancialmente erradicadas. Nestes países, as causas de morte mais comuns são actualmente doenças crónicas não-infecciosas, como o cancro, as doenças cardíacas, a diabetes ou doenças do aparelho circulatório. Chama-se a esta transformação transição na saúde. Enquanto nas sociedades pré-modernas as taxas elevadas de mortalidade se verificavam entre bebés e crianças muito novas, hoje em dia a incidência destas mesmas taxas aumenta com o avançar da idade. Em virtude de as pessoas viverem mais tempo e sofrerem maioritariamente de doenças crónicas degenerativas, uma nova abordagem à saúde e aos cuidados de saúde torna-se necessária. Dá-se igualmente uma ênfase maior às «escolhas de estilo de vida» – como fumar, fazer exercício físico, cumprir uma dieta alimentar equilibrada – que são tidas como algo que influencia o aparecimento de muitas doenças crónicas.

Não é possível descortinar com clareza se estas mudanças actuais em torno dos cuidados de saúde irão desembocar num novo «paradigma de saúde» que substituirá o modelo biomédico, como alguns autores têm defendido. O certo é que hoje assistimos a um período de reformas rápidas e importantes na medicina moderna e nas atitudes das pessoas em relação a ela. Sarah Nettleton (1995) sintetizou as principais tendências na prestação de cuidados de saúde em sete alterações gerais (ver figura 6.4).

Perspectivas sociológicas sobre a saúde e a doença

Uma das principais preocupações dos sociólogos consiste em analisar a experiência de doença – como o facto de se estar doente, ter uma doença crónica ou estar incapacitado é vivido e interpretado pela pessoa doente e por aqueles que a rodeiam. Se já alguma vez esteve doente, ainda que por um curto período de tempo, sabe que os padrões da vida quotidiana são temporariamente modificados e as suas interacções com os outros transformadas. Tal acontece porque o funcionamento «normal» do corpo é uma parte vital, mas frequentemente não visível, das nossas vidas. Esperamos que os nossos corpos funcionem correctamente: o nosso próprio sentido de identidade pessoal

depende da expectativa de que os nossos corpos facilitarão, e não impedirão, as interacções e as actividades do dia-a-dia.

A doença possui dimensões pessoais e públicas. Quando adoecemos, não só *nós* sentimos dor, mal-estar, confusão e outras maleitas, como também os outros se vêm afectados. As pessoas muito próximas de nós podem mostrar compaixão, preocupação e apoio. Podem esforçar-se por encarar o facto de estarmos doentes ou arranjar maneira de o incorporar nos padrões das suas próprias vidas. Outras pessoas com quem entramos em contacto podem igualmente reagir à doença: essas reacções, por sua vez, ajudam a configurar as nossas próprias interpretações e podem constituir desafios ao nosso sentido de identidade pessoal.

Duas formas de entender a experiência da doença têm sido particularmente influentes no pensamento sociológico. A primeira, associada à escola funcionalista, debruça-se sobre as normas de comportamento que se pensa que os indivíduos adoptam quando doentes. A segunda perspectiva, favorecida pelos interaccionistas simbólicos, é uma tentativa mais vasta de revelar as interpretações atribuídas à doença e a forma como esses significados influenciam as acções e comportamentos das pessoas.

O papel de doente

O proeminente pensador funcionalista Talcott Parsons avançou a noção do papel de doente para descrever os padrões de comportamento que a pessoa doente adopta para minimizar o impacto desorganizador da doença (Parsons, 1952). A corrente funcionalista defende que as sociedades operam geralmente de forma tranquila e consensual. A doença é vista, portanto, como uma disfunção que pode alterar radicalmente o curso deste estado normal de ser. Um indivíduo doente, por exemplo, pode não ser capaz de assumir todas as suas responsabilidades quotidianas ou estar menos apto ou eficiente do que o normal. Em virtude de as pessoas doentes não serem capazes de desempenhar os seus papéis habituais, a vida das pessoas que as rodeiam entra em ruptura: as tarefas laborais ficam por concluir e são uma fonte de stress para os colegas de trabalho, as responsabilidades domésticas não são desempenhadas, e por aí adiante.

Segundo Parsons, as pessoas aprendem o papel de doente através da socialização e desempenham-no – com a ajuda dos outros – quando adoecem. O papel de doente assenta em três pilares:

1 *A pessoa doente não é pessoalmente responsável por estar doente*. A doença é vista como o resultado de causas físicas que estão para além do controlo do indivíduo. O desencadear da doença não está relacionado com as acções ou o comportamento do indivíduo.
2 *São concedidos certos direitos e privilégios à pessoa doente, que incluem o cancelamento das suas responsabilidades habituais*. Dado a pessoa doente não ser responsável pela doença, fica isenta de determinadas tarefas, papéis e comportamentos pelos quais seria normalmente responsável. Por exemplo, pode "libertar-se" a pessoa doente do cumprimento das tarefas domésticas habituais. Pode desculpar-se um comportamento menos educado e atencioso do que o habitual. A pessoa doente ganha o direito de ficar na cama, por exemplo, ou de faltar ao emprego.
3 *A pessoa doente deve esforçar-se por recuperar a saúde, recorrendo à consulta de um médico e aceitando assumir-se como «paciente»*. O papel de doente é de natureza temporária e «condicional», dependendo do facto de a pessoa doente procurar activamente recuperar a saúde. De maneira a poder desempenhar este papel, a pessoa doente tem de obter a concordância de um médico, que legitima as queixas de doença da pessoa. A confirmação do estado de doença por via da opinião de um especialista permite que aqueles que rodeiam a pessoa doente aceitem a validade das suas queixas. Espera-se do paciente que este coopere na sua recuperação seguindo as «ordens do médico». Uma pessoa doente que se recuse a consultar um médico, ou que não preste a devida atenção às indicações da autoridade médica, coloca o seu estatuto de pessoa doente em risco.

O "papel de doente" de Parsons foi sujeito a refinamento por parte de outros sociólogos, que defendem que, no que toca ao papel de doente, nem todas as doenças são iguais. Segundo estes autores, a experiência do papel de doente varia em função do tipo de doença, pois as reacções das pessoas a uma pessoa doente são influenciadas pela gravidade da doença e pela sua percepção desse facto. Assim, os direitos e

privilégios adicionais que são parte do papel de doente podem não ser sentidos uniformemente. Freidson (1970) identificou três versões do papel de doente que correspondem a diferentes tipos e graus de doença. O papel de doente *condicional* aplica-se a indivíduos que sofrem de um estado de doença temporário, do qual podem recuperar. Espera-se que a pessoa doente «fique melhor», e ela recebe alguns direitos e privilégios em função da gravidade da doença. Por exemplo, alguém que tenha uma bronquite terá direito a maiores benefícios do que alguém com uma simples constipação. O papel de doente *legitimado incondicionalmente* diz respeito a indivíduos que sofrem de doenças incuráveis. Dado a pessoa doente nada *poder* fazer para recuperar a saúde, ela tem automaticamente direito a desempenhar o papel de doente. O papel legitimado incondicionalmente pode aplicar-se a indivíduos que sofrem de alopecia (queda total de cabelo) ou de grave ataque de acne (em ambos os casos não há direito a privilégios especiais, antes o reconhecimento de o indivíduo não ser responsável pela doença), ou de cancro e doença de Parkinson – que acarretam importantes privilégios e o direito a abandonar muitas ou a maior parte das obrigações. O último papel de doente é o papel *ilegítimo*, obtido quando alguém sofre de uma doença ou problema de saúde estigmatizado pelos outros. Nestes casos, há a noção de que o indivíduo pode de alguma forma ser responsável pela doença: direitos e privilégios adicionais não são necessariamente atribuídos. A SIDA é talvez o melhor exemplo de uma doença estigmatizada que afecta o direito do doente a assumir o papel de doente.

Um estigma é qualquer característica que distinga um indivíduo ou grupo da maioria da população, o que faz com que o indivíduo ou grupo sejam tratados com suspeição ou hostilidade. Como já vimos, a maior parte das formas de doença originam sentimentos de pena ou de compaixão entre as pessoas saudáveis e a pessoa doente recebe «privilégios» especiais. Contudo, quando uma doença é vista como especialmente infecciosa, ou é percebida como um sinal de vergonha ou de desonra, as pessoas que sofrem dela podem ser rejeitadas pela população «saudável». Isto aplica-se aos leprosos da Idade Média, que eram renegados e forçados a viver em colónias isoladas. De uma forma não tão extrema, a SIDA provoca frequentemente, hoje em dia, uma estigmatização parecida – apesar do facto de, como no caso da lepra, o perigo de transmissão da doença em situações normais do dia-a-dia ser praticamente nulo. Contudo, os estigmas raramente se baseiam em concepções válidas, nascendo de estereótipos ou percepções que podem ser falsas, ou só parcialmente verdadeiras.

Avaliação

O modelo do papel de doente foi de uma grande importância teórica, revelando claramente a forma como a pessoa doente é parte integrante de um contexto social mais abrangente. Mas pode ser objecto igualmente de um certo número de críticas. Alguns autores defendem que a «fórmula» do papel de doente não tem capacidade para capturar a *experiência* da doença. Outros assinalam que o modelo não é de aplicação universal. A teoria do papel de doente não se aplica, por exemplo, quando o médico e o paciente discordam acerca do diagnóstico ou têm interesses opostos. Também não consegue explicar aquelas «doenças» que não conduzem a uma suspensão das actividades normais, como a gravidez, o alcoolismo, determinados estados de incapacidade ou algumas doenças crónicas. Além do mais, assumir o papel de doente não é sempre um processo linear. Alguns indivíduos – como Jan Mason, cujo caso foi discutido no início do capítulo – sofrem durante anos de dor crónica ou de sintomas que são repetidas vezes mal diagnosticados. Até obterem um diagnóstico claro do seu problema de saúde, é-lhes negado o papel de doente. Noutros casos, factores sociais como a raça, a classe social ou o género podem afectar quando, e com que prontidão, o papel de doente é atribuído. Este não pode ser separado das influências sociais, culturais ou económicas que o rodeiam.

As realidades da vida e da doença são mais complexas do que o papel de doente parece sugerir. A ênfase crescente nos estilos de vida e saúde na era moderna traduz-se numa concepção que atribui às pessoas uma responsabilidade cada vez maior sobre o seu próprio bem-estar. Tal está em contradição com a primeira premissa do papel de doente, a de que o indivíduo não é culpado da sua doença. Além do mais, nas sociedades modernas o lugar de destaque passou das doenças infecciosas agudas para as doenças crónicas, o que tornou o papel de doente menos aplicável. Embora este possa revelar-se útil para

entender melhor doenças agudas, no caso de doenças crónicas a sua utilidade é menor: não há uma fórmula única para as pessoas com uma incapacidade ou doença crónica seguirem. Viver com a doença é experienciado e interpretado de inúmeras maneiras pelas pessoas doentes – e por aqueles que as rodeiam.

Abordaremos agora algumas das formas pelas quais os sociólogos da escola do Interaccionismo Simbólico tentaram compreender a experiência da doença.

A doença como «experiência vivida»

Os interaccionistas simbólicos estão interessados nas formas pelas quais as pessoas interpretam o mundo social e os significados que lhe atribuem. Muitos sociólogos aplicaram esta abordagem ao campo da saúde e da doença de modo a perceber a forma como as pessoas passam pela experiência da doença ou concebem a doença dos outros. Como é que as pessoas reagem e se ajustam quando recebem a notícia que sofrem de uma doença grave? Como é que a doença molda a vida quotidiana das pessoas? De que forma viver com uma doença crónica afecta a noção de identidade pessoal de um indivíduo?

Já vimos que os padrões de doença têm vindo a mudar nas sociedades modernas. Neste tipo de sociedades, as pessoas vivem agora mais e sofrem de doenças crónicas na última fase da vida, e já não morrem de doenças agudas e infecciosas como se passava antigamente. A medicina tem capacidade para aliviar a dor e o mal-estar associado a alguns destes estados de saúde, ainda que um número cada vez maior de pessoas se confronte com a possibilidade de viver com a doença durante um longo período de tempo. Os sociólogos estão interessados em saber de que forma, nesses casos, a doença é incorporada na «biografia» pessoal do indivíduo.

Um outro tema explorado pelos sociólogos é o da forma como os doentes crónicos aprendem a lidar com as implicações práticas e emocionais da sua doença. Certas doenças exigem a prestação regular de cuidados de saúde ou uma atenção permanente, o que pode afectar o dia-a-dia normal das pessoas. A hemodiálise, as injecções de insulina ou ter de tomar um grande número de comprimidos, por exemplo, obriga os indivíduos em causa a ter que ajustar os horários em função da doença. Outras doenças podem ter efeitos imprevisíveis sobre o corpo, tal como uma perda súbita de controlo sobre o intestino ou a bexiga, ou náuseas violentas. Os indivíduos que sofrem tais males desenvolvem, frequentemente, estratégias para melhor lidar com a sua doença na vida quotidiana. Estas estratégias incluem tanto considerações práticas – como, quando num lugar desconhecido, procurar descobrir sempre a localização da casa-de-banho – bem como aptidões para gerir as relações interpessoais, sejam íntimas ou banais. Embora os sintomas da doença possam ser embaraçosos e desorganizadores, as pessoas desenvolvem estratégias de adaptação, de modo a levar uma vida tão normal quanto possível (M. P. Kelly, 1992).

Ao mesmo tempo, a experiência da doença pode transformar ou pôr em causa a noção de identidade pessoal das pessoas. Isto passa-se tanto por via das reacções reais dos outros face à doença, quer através de reacções imaginadas. Para os doentes crónicos ou em estado de invalidez, as interacções sociais que muita gente considera banais tornam-se algo repleto de riscos e de incertezas. Os entendimentos partilhados que estão na base das interacções quotidianas comuns nem sempre estão presentes quando está em causa a doença e a incapacidade, e as interpretações das situações banais podem ser muito diferentes. Uma pessoa doente pode necessitar de apoio, mas não querer parecer dependente, por exemplo. Um indivíduo pode sentir comiseração por alguém a quem foi diagnosticada uma doença, mas hesitar em falar abertamente da questão. Esta mudança no contexto das interacções sociais pode provocar transformações na identidade pessoal.

Alguns sociólogos investigaram a forma como os indivíduos com uma doença crónica conciliam as suas doenças com o contexto geral das suas vidas (Jobling, 1988; Williams, 1993). A doença pode consumir muitíssimo tempo, energia, força e reservas emocionais da pessoa. Corbin e Strauss (1985) estudaram os *regimes de saúde* que pessoas com doenças crónicas desenvolvem de modo a organizarem as suas vidas quotidianas. Os autores identificaram três tipos de «trabalho» incluídos nas estratégias quotidianas das pessoas. Por *trabalho de doença* entendem-se as actividades que dizem respeito à forma como lidam com o seu estado de saúde, como tratar a dor, fazer exames de diagnóstico, ou submeter-se a terapias. O *trabalho do quotidiano* diz respeito à ges-

O poder grisalho: a terceira idade já não é o que era.

tão da vida quotidiana – manter o relacionamento com os outros, continuar com as tarefas domésticas e lutar por interesses profissionais ou pessoais. O *trabalho biográfico* envolve aquelas actividades que a pessoa doente pratica como parte do esforço de construir ou reconstruir a sua narrativa pessoal. Por outras palavras, é o processo de incorporação da doença na vida do indivíduo, conferindo-lhe significado e desenvolvendo formas que permitam explicá-la aos outros. Este processo pode ajudar as pessoas a devolver sentido e ordem às suas vidas, depois de aceitarem o facto de viver com uma doença crónica.

O trabalho dos interaccionistas simbólicos em torno da experiência da doença crónica é uma das dimensões mais importantes da Sociologia do Corpo. Como veremos na parte final do capítulo, vivemos hoje mais que nunca numa sociedade onde as pessoas vivem mais tempo e levam vidas mais activas na fase final da vida, ainda que em alguns casos tal signifique também viver mais tempo com a doença e o sofrimento.

Saúde e envelhecimento

Vivemos numa sociedade em envelhecimento, onde a proporção de pessoas com idade superior a sessenta e cinco anos está a aumentar de forma sustentada. Ao mesmo tempo, a questão da importância social do envelhecimento é uma das que possuem um alcance maior. Aquilo em que consiste a terceira idade – as oportunidades que proporciona e os fardos que implica – *está* de facto a mudar drasticamente. A **gerontologia**, o estudo do envelhecimento e dos idosos, trata não só dos processos físicos associados ao envelhecimento, mas também dos factores sociais e culturais relacionados com o mesmo.

Estão em causa aqui dois processos francamente contraditórios. Por um lado, os idosos nas sociedades

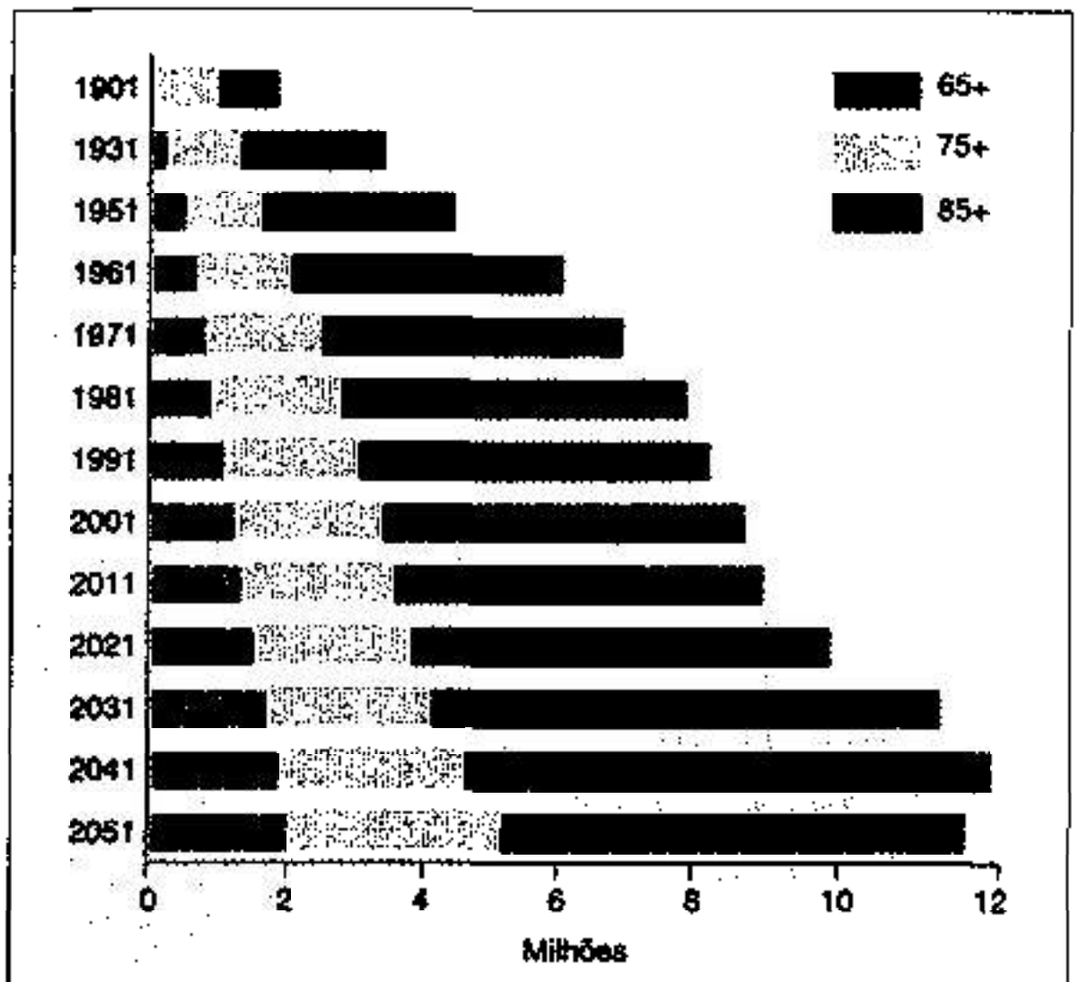


Figura 6.5 A população idosa no Reino Unido, 1901-2051.
Fonte: OPCS, in *Sociology Review*, 8.2 (Novembro 1998).

modernas tendem a ter um estatuto inferior e menos poder do que era costume nas culturas pré-modernas. Nestas, tal como nas sociedades não ocidentais da actualidade (como a Índia ou a China), acreditava-se que a velhice trazia sabedoria, e em qualquer comunidade os mais idosos eram aqueles que tomavam a maior parte das decisões principais. Hoje em dia, o avançar da idade implica normalmente o oposto. Numa sociedade como a nossa, em processo constante de mudança, o saber acumulado das pessoas mais velhas deixou em grande medida de ser considerado pelos mais novos como uma reserva valiosa de sabedoria, passando apenas a ser visto como algo desactualizado.

Por outro lado, as pessoas idosas estão hoje em dia muito menos predispostas a aceitar o envelhecimento como um processo inevitável de decadência do corpo. Podemos, mais uma vez, identificar o impacto da socialização da natureza. O processo de envelhecimento era antigamente aceite de uma forma global como uma manifestação inevitável da destruição operada pelo tempo, mas hoje em dia é visto cada vez menos como uma coisa estritamente «natural»; os avanços na medicina e no campo da nutrição mostraram que muito do que antes era considerado inevitável no envelhecimento pode ser contrariado ou adiado. Em média, as pessoas vivem até muito mais tarde do que acontecia há um século atrás, como resultado os avanços na nutrição, na higiene e nos cuidados de saú e.

Ao analisar as mudanças registadas nas estatísticas demográficas, alguns sociólogos e especialistas em gerontologia referem-se ao «agrisalhamento» da população (ver figura 6.5). Na Grã-Bretanha de 1850, a proporção da população com mais de 65 anos era cerca de 5%. Actualmente, o número é de mais de 15%, e continuará a crescer. A idade média da população britânica tem aumentado desde há mais de 150 anos. Em 1800, a média das idades era provavelmente 16. No início do século XX, aumentara já para os 23 anos. Em 1970, era de 28, e hoje em dia já ultrapassa os 30. i a e m ia a populaç o r continuar a aumentar durante algum tempo, caso não ocorram mudanças significativas nas tendências demográficas actuais. É provável que possa atingir os 37 no ano 2030.

A Grã-Bretanha não é a única sociedade a passar por um processo de «agrisalhamento». Quase todos os países desenvolvidos assistirão nas próximas décadas ao envelhecimento das suas populações. Peter Peterson descreveu esta transformação como *Gray Dawn* («alvorada grisalha») (1999). Actualmente, no mundo desenvolvido, uma em cada sete pessoas tem mais de sessenta e cinco anos. Dentro de trinta anos, a proporção será de um para quatro. Em 2030, a percentagem de pessoas com mais de sessenta e cinco anos irá variar de 33% na Austrália até quase 50% na Alemanha. O número de «velhos velhos» (aqueles com mais de oitenta e cinco anos) está a crescer de forma mais rápida do que o dos «velhos novos». No decorrer do próximo meio século, o número de pessoas com mais de oitenta e cinco anos multiplicar-se-á por seis. Chama-se por vezes «envelhecimento dos idosos» a este processo.

Esta mudança significativa na distribuição etária da população coloca desafios específicos à Grã-Bretanha e a muitos outros países industrializados. Uma forma de os entender consiste em pensar em termos de **rácio de dependência** – a relação entre, por um lado, o número de crianças e aposentados, e, por outro, o número das pessoas em idade activa. À medida que a população idosa continuar a crescer no século XIX, aumentará a procura de serviços sociais e dos sistemas de saúde. O aumento da esperança de

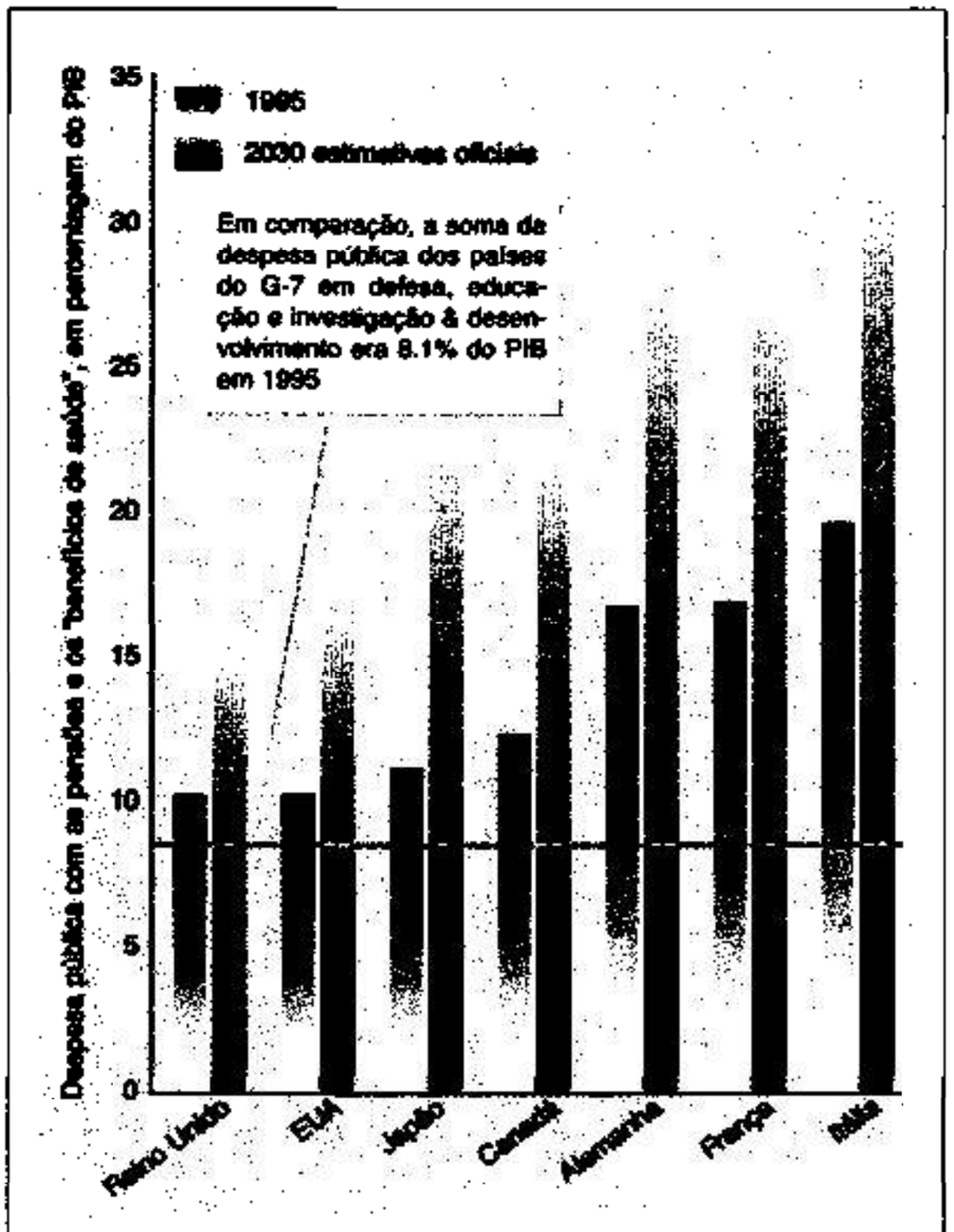


Figura 6.6 Despesa pública com as pensões e os "benefícios de saúde", em sete países diferentes, em 1995 e estimativas para 2030.

Fonte: OCDE; censos; cálculos do autor. *In* Peterson, P. G. – *Gray Dawn*, Random House, 1999, p. 69.

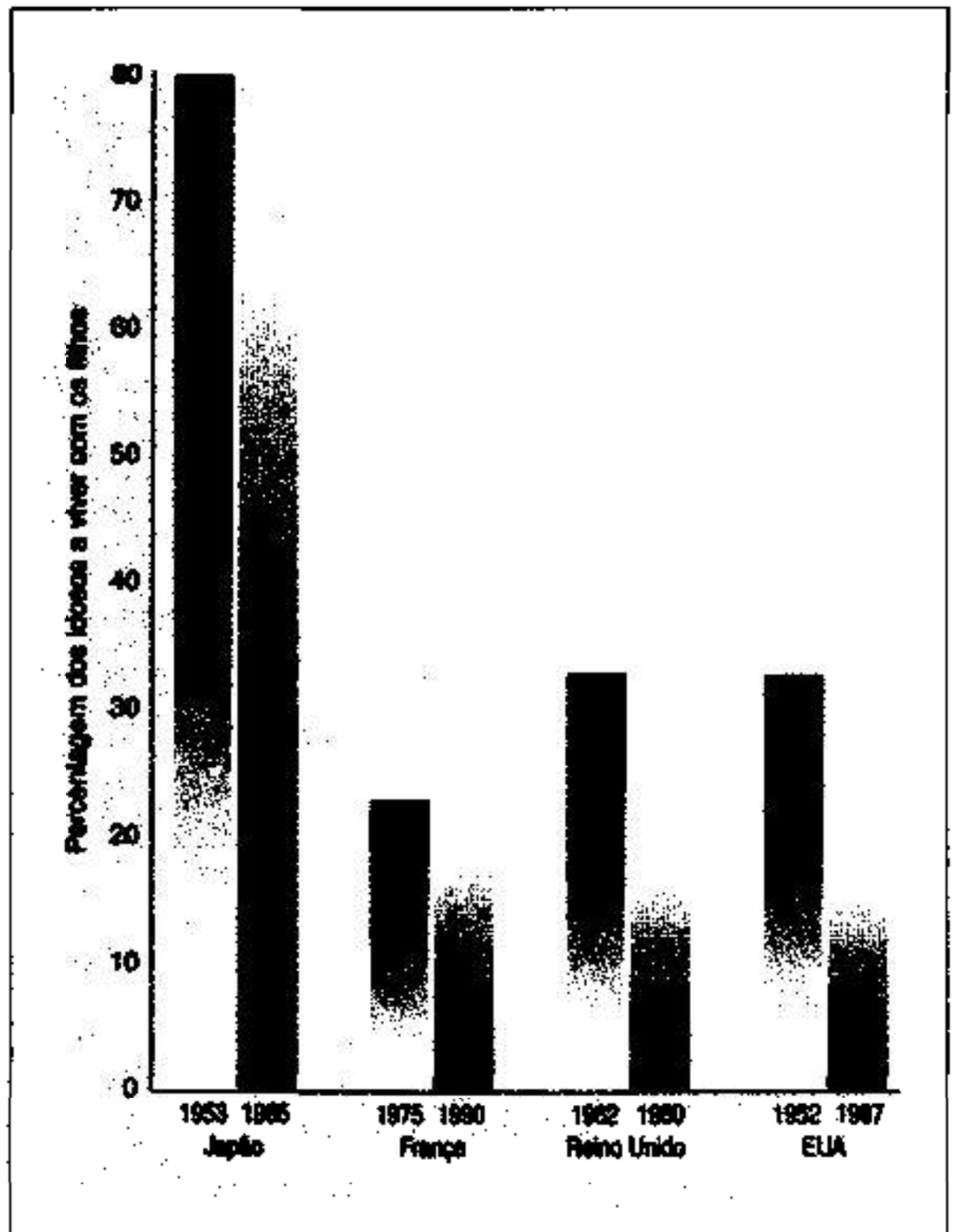


Figura 6.7 Diferenças na percentagem dos idosos a residir com os filhos, em quatro países diferentes e duas alturas históricas.

Fonte: OCDE. In Peterson, P. G. – Gray Dawn, Random House, 1999, p. 153.

vida significa que as pensões de reforma terão de ser pagas por mais tempo do que acontece hoje em dia (ver figuras 6.6 e 6.7).

Os programas que sustentam os idosos são, no entanto, financiados pela população activa. À medida que o *rácio de dependência da terceira idade* for aumentando, crescerá a pressão sobre os recursos disponíveis. De acordo com projecções demográficas, os governos, os grupos de interesse e os decisores políticos serão forçados a precaver o futuro e a fomentar propostas que salvaguardem as necessidades de uma poplução em mudança. Por exemplo, as associações de pensionistas avisaram recentemente que o actual esquema de pagamento de pensões de reforma não é viável indefinidamente. Apelaram para um aumento da idade mínima de reforma, tanto para as mulheres (dos sessenta da actualidade para os sessenta e cinco) como para os homens (dos sessenta e cinco para os setenta anos), de maneira a compensar o aumento na longevidade.

Os efeitos físicos do envelhecimento

A velhice, por si só, não pode ser identificada com a doença ou a incapacidade, embora o avanço da idade tenda a causar problemas crescentes de saúde. Só nos últimos vinte anos é que os biólogos têm tentado de uma forma sistemática distinguir os efeitos físicos do envelhecimento dos traços associados às doenças. Conhecer com exactidão o grau de «desgaste» do corpo provocado pela idade é algo problemático. Além disso, é difícil destrinçar as perdas sociais e

económicas dos efeitos da deterioração física. A morte de familiares e amigos, a separação dos filhos que vão viver para longe, a perda do emprego, tudo isto pode ter consequências físicas.

Contudo, de um modo geral, o resultado das investigações demonstra que uma saúde precária e o avanço da idade não são de maneira nenhuma sinónimos. Muitas pessoas com mais de 65 anos dizem possuir uma saúde quase perfeita.

O envelhecimento do corpo é afectado por influências sociais mas, como é óbvio, é também ditado por factores genéticos. De uma maneira geral, os biólogos aceitam que o ser humano tem uma duração máxima de vida ditada geneticamente – julga-se que ande por volta dos 120 anos. Tal como o de todos os animais, o corpo humano está geneticamente programado para morrer.

Mas quanto tempo levará até à morte? Se os geneticistas descobrissem uma forma de controlar o envelhecimento e a morte, seria um dos mais significativos e importantes aspectos da socialização da natureza. Os cientistas demonstraram já que células envelhecidas de animais podem ser manipuladas de maneira a agirem como células novas. Ronald Klatz, presidente da Associação Americana da Medicina contra o Envelhecimento, afirmou: «Acredito que assistiremos, a esperanças de vida muito maiores, talvez ainda no decurso das nossas vidas. As novas tecnologias estão já à nossa disposição, mas precisam de ser desenvolvidas. É necessário começar a preparar uma sociedade sem idade. O envelhecimento é uma doença que pode ser tratada» (citado em Kelsey, 1996, p. 2).

Problemas do envelhecimento

Embora seja um processo que abre novas possibilidades, o envelhecimento é também acompanhado por um conjunto de novos desafios. À medida que as pessoas envelhecem, enfrentam uma combinação de problemas físicos, emocionais e materiais com que pode ser difícil lidar. Uma das principais preocupações das pessoas idosas é manter a independência, liberdade de movimentos e a possibilidade de participar de forma plena no mundo social. Mas, como seria de esperar, o envelhecimento não é um fenómeno que seja sentido de forma uniforme pelas pessoas. Verificam-se enormes disparidades entre os idosos no que diz respeito aos recursos materiais e ao acesso a apoio emocional e a cuidados de saúde. Estas diferenças podem influenciar as hipóteses de os idosos manterem a sua autonomia e o seu bem-estar geral.

A classe social, o género e a raça constituem influências importantes na experiência do envelhecimento. Por exemplo, o envelhecimento é um fenómeno de género. As mulheres tendem a viver durante mais tempo do que os homens, fazendo da terceira idade uma idade altamente «feminina». Os últimos anos de vida são fortemente influenciados pelas experiências tidas em fases anteriores. Devido às suas responsabilidades domésticas e de criação dos filhos, as mulheres de uma forma geral participam menos do que os homens no trabalho remunerado, recebendo igualmente salários mais baixos. Factores como estes têm um efeito muito considerável na situação material das mulheres idosas, especialmente se o suporte financeiro provir de esquemas públicos ou privados de pagamento de pensões. Estudos realizados revelam que as mulheres idosas têm um rendimento pessoal mais baixo do que os homens, estando também em desigualdade em relação a outros recursos como a habitação ou o carro. Esta discrepância quanto à posse de carro parece ser uma questão de somenos, mas pode traduzir-se numa restrição significativa da mobilidade geral das mulheres e do seu acesso a cuidados de saúde, compras e contacto com os outros. Com o avanço da idade, as mulheres sofrem mais que os homens de situações de incapacidade. Isto significa que requerem uma maior assistência e apoio para desempenhar tarefas quotidianas e rotinas de cuidados pessoais, como tomar banho e entrar e sair da cama. Aproximadamente metade das mulheres idosas na Grã-Bretanha vive sozinha, em comparação com apenas 20% dos homens idosos na mesma situação. Verificam-se, portanto, determinadas implicações de género nos padrões de cuidados a serem prestados à população idosa.

De um modo geral, os idosos tendem a ser materialmente desfavorecidos em comparação com outros segmentos da população. A reforma traduz-se numa diminuição dos rendimentos, o que pode causar uma importante redução nos padrões de vida das pessoas idosas. Os sociólogos mostraram que os padrões de desigualdade registados em fases de vida anteriores tendem a manter-se na velhice, embora muitos estudos sobre a pobreza e a classe social se centrem

exclusivamente em pessoas com idade activa. Um inquérito recente realizado aos estilos de vida de 1.317 idosos britânicos, promovido pela Universidade de Kent (Milne *et al.*, 1999), encontrou indícios da existência de dois «mundos» diferente. Num dos mundos, composto por indivíduos a viver os primeiros anos de reforma, a habitar numa casa juntamente com outras pessoas e a receber uma pensão de reforma, constata-se um estilo de vida razoavelmente confortável. No segundo mundo, composto por pessoas com mais de oitenta e cinco anos de idade, a viver sozinhas e com poupanças reduzidas, constata-se um nível agudo de pobreza. Este estudo revelou que metade da população idosa com oitenta anos ou mais vive com 80 libras por semana ou ainda menos. As preocupações de dinheiro constituíam o segundo receio manifestado pelos entrevistados, a seguir às complicações de saúde.

Conclusão: o futuro do envelhecimento

Numa sociedade que valoriza a juventude, a vitalidade e a aparência física, os idosos tendem a tornar-se invisíveis. Não obstante, assistiu-se nos últimos anos a um certo número de mudanças nas atitudes face à velhice. Os idosos provavelmente nunca recuperarão a autoridade e o prestígio que costumavam ser atribuídos aos «mais velhos» da comunidade nas sociedades antigas. No entanto, à medida que se tornaram uma parcela cada vez maior da população, os idosos adquiriram uma maior influência política. Tornaram-se já um importante grupo de pressão política.

Os últimos anos de vida são vistos por muita gente cada vez com mais frequência como um tempo de grande importância e mesmo de comemoração. É um tempo de reflexão acerca dos feitos de uma vida, mas que permite também que os indivíduos continuem a crescer, a aprender e a explorar. Os anos que compreendem o período em que as pessoas estão libertas das responsabilidades parentais e do mercado de trabalho é muitas vezes designado como **terceira idade**. Nesta altura da vida, que é hoje em dia um período mais longo do que nunca, os indivíduos são livres de levar uma vida activa e independente – viajar, prosseguir a formação académica ou desenvolver novas aptidões. Por *quarta idade* entende-se, então, os anos de vida em que a independência das pessoas e a possibilidade de tomarem conta de si próprias é mais seriamente posta em causa.

Grupos activistas começaram também a combater a **discriminação etária** – pessoas que são discriminadas devido à sua idade – procurando fomentar uma opinião positiva sobre a velhice e os idosos. A discriminação etária é uma ideologia como o racismo ou a discriminação sexual. Existem muitos estereótipos falsos sobre os idosos, tal como em outros tipos de discriminação. Por exemplo, julga-se frequentemente que a maioria das pessoas com mais de sessenta e cinco anos está em hospitais ou em lares, ou que uma proporção elevada dessas pessoas é senil, ou até que os trabalhadores mais velhos são menos competentes do que os mais novos. Todas estas crenças são erróneos. A produtividade e a assiduidade dos trabalhadores com mais de sessenta e cinco anos são superiores em média às dos grupos etários mais novos. Noventa e cinco por cento das pessoas com mais de sessenta e cinco anos vive em residências particulares, e apenas cerca de 7% dos que têm entre 65 e 85 anos apresentam sintomas pronunciados de senilidade.

No seu livro, *Life After Work: The Arrival of the Ageless Society*, Michael Young e Tom Schuller (1991) defendem que a idade se tornou um mecanismo opressivo para confinar as pessoas a papéis fixos e estereotipados. Muitos idosos estão, porém, a revoltar-se contra este tratamento e a explorar novas actividades e novos modos de realização pessoal. Eles contestam aquilo a que Young e Schuller chamam a «sociedade fechada pela idade».

Nas sociedades modernas, os jovens e os velhos são classificados de acordo com a idade, e não segundo as suas características, iniciativas e identidades. Segundo estes dois autores, os dois grupos deveriam aliar-se, de maneira a libertar-se dessas categorias e a criar uma sociedade sem idade. Poderiam ter um papel pioneiro não só no que se prende com as suas próprias posições sociais, mas também no que diz respeito à maioria da população trabalhadora.

Young e Schuller defendem que os jovens e os idosos podiam ajudar a afastar a sociedade moderna das garras do consumismo. Citando Virginia Woolf, afirmam que um número cada vez maior de pessoas poderia ser libertado do fardo do trabalho, de «ter de estar sempre a fazer trabalhos de que não se gosta, e fazendo-o como um escravo, rastejando e bajulando». As pessoas poderiam desenvolver as suas pró-

prias qualidades e interesses particulares, como o fez Virginia Woolf de uma forma espectacular. De outro modo, pensava que o seu talento para escrever, «pequeno, mas caro à sua possuidora», iria «extinguir-se e, com ele, eu e o meu espírito (...) como o bolor que consome a frescura da Primavera».

1 O campo da Sociologia do corpo centra-se na forma como os nossos corpos são afectados por influências sociais. As forças ambientais e sociais ajudam a configurar os padrões de saúde e de doença, tal como se pode constatar pelo facto de determinados grupos de pessoas tenderem a gozar de uma saúde melhor do que outros.

2 Investigações sociológicas revelaram uma estreita relação entre a doença e as desigualdades. Nos países industrializados, os grupos mais pobres têm uma esperança média de vida mais reduzida e estão mais expostos à doença do que os estratos sociais mais privilegiados. Os países ricos apresentam igualmente esperanças médias de vida mais elevadas do que os países mais pobres. Algumas pessoas acreditam que as desigualdades de saúde em função da classe social podem ser explicadas por factores culturais e comportamentais, como a dieta alimentar ou os estilos de vida. Outras enfatizam a importância das influências estruturais, como o desemprego, deficientes condições de habitação e más condições de trabalho.

3 Os padrões de saúde e de doença têm igualmente dimensões raciais e de género. De uma forma geral, as mulheres vivem durante mais tempo do que os homens em quase todos os países do mundo, embora estas sofram uma maior incidência de doenças do que os homens. Algumas doenças são mais comuns entre determinados grupos étnicos minoritários do que entre a generalidade da população branca. Foram já avançadas explicações de ordem genética para explicar as diferenças raciais e de género em relação à saúde, embora estas não possam, por si só, fornecer uma explicação para as desigualdade. Embora possa haver uma base biológica em determinados problemas de saúde, os padrões gerais de saúde e de doença devem tomar em consideração factores sociais e disparidades entre os grupos quanto às condições materiais.

4 A medicina ocidental baseia-se no modelo biomédico de saúde – a crença que postula que a doença pode ser definida em termos objectivos e que se pode devolver a saúde ao corpo doente através de tratamentos médicos de base científica. O modelo biomédico de saúde surgiu a par do surgimento das sociedades modernas, estando relacionado com o aparecimento da Demografia – o estudo da dimensão, composição e dinâmica das populações humanas – e com o interesse crescente na promoção da saúde pública. Os sistemas de saúde modernos foram em grande medida influenciados pelo recurso à ciência em matéria de diagnóstico médico e de processos de cura.

5 O modelo biomédico de saúde tem sido alvo de um número crescente de críticas. Há quem defenda que a medicina científica não é tão eficaz quanto se pensa, que os profissionais médicos não valorizam as opiniões dos seus pacientes, e que a profissão médica se considera superior a todas as outras formas alternativas de cura que não estejam de acordo com as abordagens ortodoxas.

6 Os sociólogos estão interessados na experiência da doença – no modo como a pessoa e os que lhe estão próximos passam pela experiência de se estar doente,

possuir uma doença crónica ou incapacitante. A ideia do papel de doente, introduzida por Talcott Parsons, sugere que uma pessoa doente adopta determinadas formas de comportamento com o objectivo de minimizar os impactos desorganizadores da doença. São atribuídos alguns privilégios concretos a um indivíduo doente, tais como o direito a não cumprir com as responsabilidades do quotidiano, embora este seja, por sua vez, obrigado a procurar activamente a recuperação da saúde, aceitando submeter-se às instruções do médico.

7 Os interaccionistas simbólicos levaram a cabo investigações em torno da forma como as pessoas lidam com os problemas de saúde e as doenças crónicas no quotidiano das suas vidas. A experiência da doença pode provocar mudanças ao nível da noção de identidade pessoal de um indivíduo e nas suas rotinas diárias. Em muitas sociedades esta dimensão da Sociologia do Corpo afirma-se como um campo cada vez mais relevante: as pessoas vivem hoje em dia durante muito mais tempo e tendem a sofrer mais com situações crónicas debilitantes do que com doenças agudas.

8 Uma outra área importante da Sociologia do Corpo é a Gerontologia – o estudo do envelhecimento e da população idosa. A Gerontologia tem como objecto não apenas os efeitos físicos do envelhecimento mas também os factores sociais e culturais que influenciam este processo.

9 A maioria dos países industrializados estão a passar por um fenómeno de «agrisalhamento» da população. A percentagem de cidadãos com mais de sessenta e cinco anos está a aumentar de forma progressiva e continuará a crescer assim durante as próximas décadas. As sociedades estão perante novos desafios, à medida que o rácio de dependência da população idosa continuar a aumentar. Este rácio mede a relação entre o número de reformados e as pessoas em idade activa. À medida que a população idosa aumenta, crescem também as exigências sobre os serviços de segurança social, o regime de pensões e os sistemas de prestação de cuidados de saúde, enquanto se verifica existir cada vez menos gente nos trabalhos remunerados que financiam estes serviços.

10 O envelhecimento oferece a muitas pessoas a possibilidade de se libertarem das obrigações do trabalho. Contudo, acarreta também problemas psicológicos, sociais e económicos aos indivíduos (e frequentemente ao agregado familiar). Para a maioria das pessoas a reforma é uma transição crucial que se traduz normalmente numa perda de estatuto. Pode implicar solidão e desorientação, pois as pessoas têm de reestruturar grande parte das suas actividades quotidianas.

11 Nos últimos anos, os idosos, que hoje constituem uma grande parte da população dos países industrializados, começaram a exercer pressão para que os seus interesses e necessidades específicas fossem objecto de maior reconhecimento. A luta contra a discriminação etária é um aspecto importante deste desenvolvimento.

PARA REFLEXÃO

1 O que poderá ser feito para reduzir as desigualdades nos cuidados de saúde?
2 Como podem as diferenças na vida dos homens e das mulheres explicar as diferentes experiências de doença entre os géneros?
3 Que políticas deveriam ser adoptadas para tornar o Sistema Nacional de Saúde mais atento à proveniência cultural dos doentes?

4 Será que a medicalização de determinados estados de saúde, como a gravidez e a tristeza, aumenta o poder do sistema médico, ao mesmo tempo que retira poder aos doentes?
5 De que forma a história de Jan Mason ilustra a importância de uma pesquisa biográfica sobre os indivíduos com uma doença crónica?
6 De que forma a experiência de envelhecimento de um indivíduo é configurada por factores sociais?

ADICIONAIS

Sara Arber, & **Jay Ginn** (Eds.), *Connecting Gender and Ageing: A Sociological Approach*, Buckingham: Open University Press, 1995

Lesley Doyal, *What makes Women Sick*, Londres: Macmillan, 1995

Sarah Nettleton, *The Sociology of Health and Illness*, Cambridge: Polity, 1995.

Peter G. Peterson, *Gray Dawn: How the Coming Age Wave will Transform America and the World*, Nova Iorque: Random House, 1999.

A INTERNET

European Observatory on Health Care Systems
http://www.observatory.dk

I t r ti al Public H alth
http://www.ldb.org/iphw/

LSE Health: institute for researching public health issues and health policy
http://www.lse.ac.uk./Depts/lse-health/default.htm/

OECD – international work on ageing
http://www.oecd.org/subject/ageing

Wellcome Library on the History and Understanding of Medicine
http://www.wellcome.ac.uk/en/1/lib.html

World Health Organization
http://www.who.int

7 Famílias

Conceitos elementares 175

A diversidade da família 176

Perspectivas teóricas sobre a família 176

A abordagem funcionalista 177

Abordagens feministas 177

Novas perspectivas na sociologia da família 180

Casamento e divórcio no Reino Unido 182

Agregados monoparentais 183

Voltar a casar 184

Famílias recompostas 185

O "pai ausente" 188

Mulheres sem filhos 190

Variações nos padrões familiares: a diversidade étnica na Grã-Bretanha 191

Famílias oriundas do sul da Ásia 191

Famílias negras 192

Alternativas ao casamento 194

Coabitação 194

Casais homossexuais 194

Violência e abuso na vida familiar 195

A violência no seio da família 196

O incesto e o abuso sexual de crianças 197

O debate sobre os "valores familiares" 198

Sumário 199

Questões para reflexão 200

Leituras adicionais 201

Ligações à Internet 201

Capítulo 7: Famílias

O tema de grande parte deste livro é a mudança. Vivemos num mundo turbulento, difícil e estranho. Quer o queiramos ou não, temos de aceitar a mistura de oportunidades e riscos que este mundo nos oferece. Esta observação é particularmente relevante quando falamos da nossa vida pessoal e emocional.

Ao longo das últimas décadas, a Grã-Bretanha e outros países ocidentais passaram por mudanças nos padrões familiares, que seriam inimagináveis para gerações anteriores. A grande diversidade de famílias e formas de agregados familiares tornou-se um traço distintivo da época actual. As pessoas têm menos probabilidades de se virem a casar do que no passado, e fazem-no numa idade mais tardia. O índice de divórcios subiu significativamente, contribuindo para o crescimento de famílias monoparentais. Constituem-se 'famílias recompostas' através de segundos casamentos, ou através de novas relações que envolvem filhos de relações anteriores. As pessoas optam cada vez mais por viverem juntas em coabitação antes do casamento, ou em alternativa ao casamento. Em resumo, o mundo familiar é hoje muito diferente do que o era há cinquenta anos atrás. Apesar das instituições do casamento e da família ainda existirem e serem importantes nas nossas vidas, o seu carácter mudou radicalmente.

No entanto, não foi só a família e a composição do agregado familiar que sofreram alterações. A mudança nas expectativas criadas pelas pessoas nas suas relações com os outros foi igualmente importante. O termo 'relações', aplicado à vida pessoal, generalizou-se na linguagem corrente há cerca de vinte ou trinta anos, bem como a ideia que existe uma necessidade de 'intimidade' e 'compromisso' na vida pessoal. Nos tempos recentes, uma relação é algo de *activo* – algo em que temos de nos empenhar. Para perdurar no tempo, uma relação depende da confiança entre as pessoas. A maioria dos relacionamentos sexuais são hoje em dia vividos nestes termos, tal como o casamento. As relações dependem cada vez mais da colaboração e comunicação entre os participantes. A comunicação emocional tornou-se central não só no relacionamento que envolve relações sexuais, mas também nas amizades e nas interacções entre pais e filhos.

As transformações mencionadas não se limitam aos países industrializados. Os processos descritos têm vindo a ter lugar – embora de forma desigual – em outras sociedades. A sociedade chinesa ilustra claramente a natureza contraditória da mudança na esfera familiar. O índice de divórcios na China permanece baixo, quando comparado com os países ocidentais, embora tenha vindo a aumentar rapidamente – tal como noutras sociedades asiáticas desenvolvidas. Nas sociedades chinesas, o divórcio e a coabitação são cada vez mais frequentes. Estes factos fizeram com que o Estado pensasse em dificultar a obtenção do divórcio. A legislação actual sobre o casamento, que data dos anos sessenta, é bastante liberal. O casamento é visto como um contrato de trabalho que pode ser dissolvido, 'quando ambos os parceiros o desejarem'. Mesmo que uma das partes tenha objecções, o divórcio pode ser concedido quando o 'afecto mútuo' já não existe entre o casal. Após duas semanas de espera e o pagamento de uma pequena taxa administrativa, o casal torna-se independente.

Existe um grande debate na China sobre a defesa dos padrões familiares "tradicionais", como os ainda vigentes nas zonas rurais. Apesar de políticas oficiais governamentais terem limitado a natalidade a um ou a dois filhos por casal, o casamento e a vida familiar continuam a ser muito mais tradicionais nas zonas rurais do que nas áreas urbanas. O casamento é um arranjo entre duas famílias, mais dependente dos pais do que do consentimento dos indivíduos envolvidos. Em algumas províncias, aproximadamente 60% dos casamentos ainda são organizados pelos pais. Há, no entanto, um aspecto irónico acarretado pela história da modernização chinesa. A maior parte dos divórcios que ocorrem nas zonas urbanas chinesas dá-se entre indivíduos casados segundo a tradição rural.

Como este exemplo demonstra, as sociedades em todo o mundo são confrontadas com um conjunto de

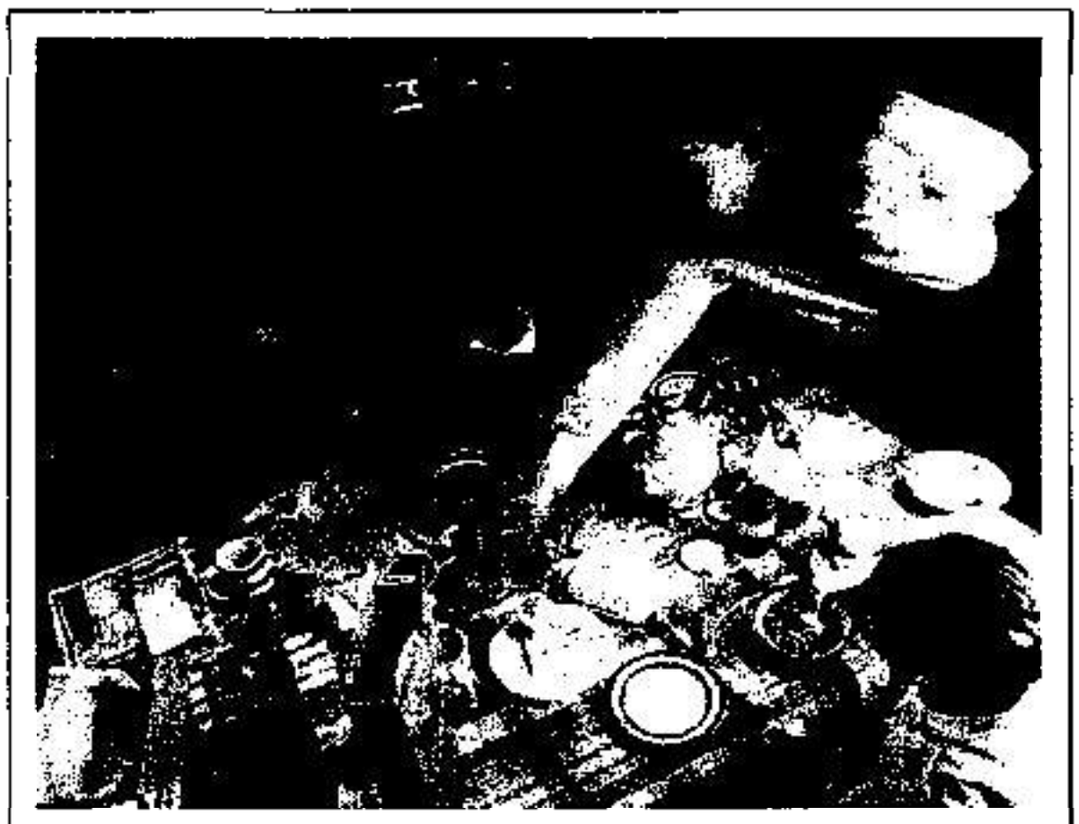
problemas semelhantes no que diz respeito à mudança da vida familiar. As preocupações acerca da 'desintegração' das famílias britânicas encontram paralelos bastante próximos noutros países, tanto dentro como fora do mundo industrializado. O que está em jogo difere apenas no grau, e varia de acordo com o contexto cultural em que as mudanças ocorrem. A erosão das formas tradicionais da vida familiar – na Grã-Bretanha, na China e outras sociedades à escala mundial – é simultaneamente um efeito da globalização e um importante contributo para a mesma. Como veremos, as mudanças na vida familiar deparam sempre com resistência e com apelos aos 'dias de ouro' do passado. Mas o facto da maior parte de nós, resistindo ou não a estas mudanças, reflectirmos sobre elas, é indicativo das transformações básicas que têm vindo a afectar as nossas vidas pessoais e emocionais ao longo das últimas décadas. Não podemos voltar atrás. Em vez disso devemos enfrentar activa e criativamente este mundo em mudança e os seus efeitos sobre a nossa vida íntima.

Conceitos elementares

Em primeiro lugar, é necessário definir alguns conceitos básicos, em particular os de família, parentesco e casamento. Uma **Família** é um grupo de pessoas unidas directamente por laços de parentesco, no qual os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças. Os laços de **Parentesco** são relações entre indivíduos estabelecidas através de casamento ou por meio de linhas de descendência que ligam familiares consanguíneos (mães, pais, filhos e filhas, avós, etc.). O **Casamento** pode ser definido como uma união sexual entre dois indivíduos adultos, reconhecida e aprovada socialmente. Quando duas pessoas se casam, tornam-se parentes; contudo, o casamento une também um número mais vasto de pessoas que se tornam parentes. Pais, irmãos e outros familiares de sangue tornam-se parentes do outro cônjuge através do casamento.

As relações familiares são sempre reconhecidas dentro de grupos de parentesco mais amplos. Em praticamente todas as sociedades podemos identificar aquilo que os sociólogos e os antropólogos designaram como **família nuclear**, ou seja, dois adultos vivendo juntos num mesmo agregado com os seus filhos biológicos ou adoptados. Na maioria das sociedades tradicionais, a família nuclear estava inserida em redes de parentesco mais amplas. Quando outro parente, além do casal e dos filhos, vive na mesma casa ou está em contacto próximo e contínuo com eles, falamos de **família extensa**. Uma família extensa pode ser definida como um grupo de três ou mais gerações que vivem na mesma habitação ou muito próximas umas das outras. Pode incluir avós, irmãos e as suas mulheres, irmãs e os seus maridos, tias, tios, sobrinhas e sobrinhos.

Nas sociedades ocidentais, o casamento e, por conseguinte, a família, está associado à **monogamia** É ilegal que um homem ou uma mulher sejam casados com mais de um indivíduo simultaneamente. Contudo, esta situação não se verifica a nível mundial. Numa famosa comparação, que envolvia várias centenas de sociedades em meados do século XIX, George Murdock descobriu que a **poligamia** – que permitia que um homem ou uma mulher tivessem mais do que um cônjuge – era permitida em mais de 80 por cento delas (Murdock, 1949). Existem dois tipos de poligamia: a *poliginia*, na qual um homem pode ser casado com mais do que uma mulher ao mesmo tempo; e a *poliandria*, muito menos comum, na qual uma mulher pode ter simultaneamente dois ou mais maridos.



Uma família nuclear reúne-se para partilhar a comida... uma força unificadora em muitas culturas e organizações familiares.

Uma família extensa reúne-se para a fotografia no Zimbabwé.

A diversidade da família

Muitos sociólogos consideram que não podemos falar de 'família', como se existisse um modelo de vida familiar mais ou menos universal. A predominância da família nuclear tradicional foi sofrendo uma erosão pronunciada ao longo da segunda metade do século vinte, como veremos ao longo deste capítulo. Menos de um quarto dos agregados familiares na Grã-Bretanha estão conformes com o modelo tradicional de família. Existem também diferenças vincadas nos padrões familiares entre os grupo étnicos minoritários. Por exemplo, os agregados familiares de origem asiática são muitas vezes compostos por algo mais do que uma família com filhos, enquanto as comunidades negras são caracterizadas pela existência de um grande número de famílias monoparentais.

Por estas razões, parece mais apropriado falar-se de 'famílias'. Ao usarmos o termo 'famílias', sublinhamos a diversidade das formas familiares. Embora o termo 'família' possa ser usado mais facilmente, é vital lembrarmo-nos da grande variedade que este abrange.

Perspectivas teóricas sobre a família

O estudo da família e da vida familiar tem sido conduzido de modo diferente por sociólogos com posições contrastantes. Muitas das perspectivas adoptadas ainda há poucas décadas parecem agora muito menos convincentes, tendo em conta as pesquisas mais recentes e as mudanças importantes que ocorreram no mundo social. Não obstante, é pertinente traçar brevemente a evolução do pensamento sociológico, antes de analisarmos as abordagens contemporâneas no estudo da família.

A abordagem funcionalista

A perspectiva funcionalista vê a sociedade como um conjunto de instituições sociais que desempenham funções específicas, assegurando a continuidade e o consenso do todo social. De acordo com esta perspectiva, a família desempenha funções importantes que contribuem para satisfazer as necessidades básicas da sociedade e para a reprodução da ordem social. Os sociólogos que trabalham na tradição funcionalista reconhecem que a família nuclear desempenha determinados papéis especializados nas sociedades modernas. Com o advento da industrialização, a família tornou-se menos importante enquanto unidade de produção económica, acentuando o seu papel na reprodução, procriação e socialização.

Segundo o sociólogo americano Talcott Parsons, as duas grandes funções desempenhadas pela família são: a *socialização primária* e a *estabilização da personalidade* (Parsons e Bales, 1956). A socialização primária é o processo através do qual a criança apreende as normas culturais da sociedade onde nasce. Em virtude deste aprendizado, ocorrido nos primeiros anos da infância, a família é a mais importante "arena" para o desenvolvimento da personalidade humana. Por estabilização da personalidade entende o papel desempenhado pela família na assistência emocional aos membros adultos da família. O casamento entre homens e mulheres adultos é o dispositivo através do qual a personalidade dos adultos é suportada e mantida a um nível saudável. Afirma-se que o papel da família na estabilização das personalidades adultas na sociedade industrial é de importância crucial. Tal sucede porque a família nuclear está geralmente distanciada dos parentes extensos, tornando-se incapaz de manter laços de parentesco mais amplos, como ocorria antes da industrialização.

Para Parsons, a família nuclear era a unidade mais bem equipada para suportar as imposições da sociedade industrial. Na 'família convencional' um dos adultos pode trabalhar fora de casa, enquanto o segundo toma conta da casa e das crianças. Em termos práticos, esta especialização dos papéis na família nuclear envolveu, por um lado, a atribuição ao marido do papel 'instrumental' de "ganha-pão", e por outro lado a aceitação, por parte da esposa, do papel emocional e 'afectivo' desempenhado no espaço doméstico.

Na época actual a visão que Parsons apresenta da família surge como inadequada e datada. As teorias funcionalistas da família foram alvo de duras críticas pela sua justificação da divisão do trabalho entre homens e mulheres no espaço doméstico, como sendo algo de natural e consensual. No entanto, estas teorias tornam-se mais compreensíveis se forem vistas à luz do contexto histórico em que emergiram. Os anos imediatos do pós-guerra presenciaram o regresso das mulheres aos seus papéis domésticos tradicionais, e o retomar pelos homens da sua posição de único "ganha-pão" da família. Contudo, podemos criticar a visão funcionalista da família noutros aspectos. Ao enfatizar a importância da família no desempenho de determinadas funções, ambos os teóricos referidos negligenciaram o papel activo de outras instituições sociais, como o governo, os meios de comunicação social e as escolas, na socialização da criança. A abordagem funcionalista omite as variações nas formas familiares, que não correspondem ao modelo da família nuclear. As famílias que não se encaixavam no modelo 'ideal' da família branca, de classe média dos subúrbios, eram vistas como desviantes.

Abordagens feministas

Para muitas pessoas, a família proporciona uma fonte vital de consolo e conforto, amor e companheirismo. No entanto também pode ser um lugar de exploração, solidão e profunda desigualdade. O movimento feminista teve um grande impacto na sociologia ao contestar a visão da família como um espaço harmonioso e igualitário. Uma das primeiras vozes 'dissonantes' foi, em 1965, a da feminista americana Betty Freidan, que escreveu sobre 'o problema sem nome' – o isolamento e o aborrecimento que atingiam muitas donas-de-casa dos subúrbios norte-americanos, ao serem relegadas para um ciclo interminável de criação de filhos e trabalho doméstico. Seguiram-se outras, apontando para o fenómeno da 'esposa cativa' (Gavron, 1976), e para os efeitos devastadores dos espaços familiares 'sufocantes' nas relações interpessoais (Laing, 1971).

Durante as décadas de 70 e 80, as perspectivas feministas dominaram grande parte dos debates e pesquisas sobre a família. Se previamente a sociolo-

Uma visão panorâmica das principais tendências dos padrões familiares britânicos

Para muitos observadores, as mudanças que afectam a família na Grã-Bretanha na sociedade contemporânea suscitam perplexidade. Padrões de vida familiar que tínhamos como garantidos parecem diluir-se diante dos nossos olhos. A ênfase colocada nas necessidades individuais, no âmbito das relações, parece ter sido conseguida à custa da família como instituição basilar da sociedade.

Quadro 7.1 Composição dos agregados na Grã-Bretanha por tipo de família

	1961	1971	1981	1991	1998
Casais (%)					
Com filhos dependentes	38	35	31	25	23
Com filhos não-dependentes	10	8	8	8	7
Sem filhos	26	27	26	28	28
Famílias monoparentais (%)					
Com filhos dependentes	2	3	5	6	7
Com filhos não-dependentes	4	4	4	4	3
Agregados compostos por mais de uma família (%)	3	1	1	1	1
Agregados compostos por apenas uma pessoa (%)	11	18	22	27	28
Agregados compostos por duas ou mais pessoas não-aparentadas (%)	5	4	5	3	3
Todas as famílias (milhões)	13.7	14.5	14.8	15.7	16.3
Todos os agregados (milhões)	16.3	18.6	20.2	22.4	23.6

Fonte: *Guardian*, 24 de março de 2000, p. 3.

gia da família havia focado as estruturas familiares, o desenvolvimento histórico da família nuclear e extensa, bem como a importância dos laços de parentesco, o feminismo teve êxito ao dirigir a sua atenção para o interior das famílias, examinando as experiências das mulheres no espaço doméstico. Muitas escritoras feministas questionaram a visão da família como unidade cooperativa baseada em interesses comuns e no suporte mútuo. Tentaram mostrar como a presença desigual de poder no interior das relações familiares significa que determinados membros da família tendem a beneficiar mais do que outros.

Os trabalhos feministas enfatizaram um vasto espectro de tópicos, mas três grandes temáticas são de particular importância. Uma das preocupações centrais, que iremos explorar em maior profundidade no capítulo 13 ('O Trabalho e a Vida Económica'), é a *divisão doméstica do trabalho* – a forma como as tarefas são distribuídas entre os membros do agregado familiar. Entre feministas existem opiniões divergentes sobre a emergência histórica desta divisão. Enquanto algumas feministas consideram que se trata de uma consequência do capitalismo industrial, outras reclamam a sua ligação ao patriarcado, antecedendo a industrialização. Existem razões para acreditar que a divisão doméstica do trabalho já existia antes da industrialização, mas parece claro que a produção capitalista originou uma distinção definitiva entre os espaços doméstico e de trabalho. Este processo resultou na cristalização de 'espaços masculinos' e 'espaços femininos', e em relações de poder que ainda hoje se fazem sentir. Até muito recentemente o modelo do ganha-pão masculino estava muito difundido nas sociedades industrializadas.

O Reino Unido estará a evoluir para se tornar uma 'nação de solitários'? A avaliar pelas tendências dos padrões familiares nos últimos anos, alguns dirão que sim.

Mais do que nunca, um grande número de pessoas vivem sozinhas em todas as etapas do ciclo de vida. No início do século vinte e um estima-se que mais de 6 milhões de britânicos – vinte e oito por cento do total dos agregados – viverão sozinhos (ver quadro 7.1). Este número é o triplo do de há quarenta anos. Pesquisas sobre a composição do agregado familiar indicam os seguintes factores como explicação do crescimento do número dos que vivem sós:

- *Casamento* – Diminui o número de pessoas que casa, e aquelas que o fazem, fazem-no numa idade mais tardia. O índice anual de casamentos, na Grã-Bretanha, está actualmente no seu ponto mais baixo dos últimos 150 anos. A idade média para o primeiro casamento tem vindo a subir. Em 1996, a idade média para os homens era 29, e para as mulheres 27. É cada vez mais comum 'permanecer-se solteiro' por mais tempo.
- *Procriação* – As mulheres optam por ter filhos numa idade mais tardia. A idade média para a procriação é 29, mas muitas mulheres adiam o acto de ter filhos bem para lá dos trinta ou até quarenta anos. Estima-se que um quarto das mulheres nascidas em 1973 não terão filhos até aos 45 anos.
- *Divórcio* – Os índices de divórcio têm vindo a aumentar. Cerca de 40% dos casamentos actuais acabam em divórcio.
- *Famílias monoparentais* – Há um número cada vez maior de crianças a viver em agregados monoparentais; actualmente 21% das crianças vivem com apenas um dos progenitores, três vezes mais do que acontecia em 1972.

Se as famílias estão realmente a "desmoronar-se", como alguns afirmam, as implicações deste fenómeno não podem ser descuradas. A família é o ponto de encontro de um conjunto de processos que afectam globalmente a sociedade – o aumento crescente da igualdade entre os sexos, a entrada generalizada da mulher no mercado de trabalho, as mudanças nos comportamentos sexuais e nas expectativas, e a relação em mudança entre casa e trabalho.

As sociólogas feministas conduziram estudos sobre a forma como as tarefas domésticas, a criação dos filhos e o trabalho de casa, são partilhadas entre homens e mulheres. Investigaram a validade de afirmações como a relativa existência da 'família simétrica' (Young and Wilmott, 1973), segundo a qual, ao longo dos tempos, as famílias têm-se tornado cada vez mais igualitárias na distribuição de funções e responsabilidades. As conclusões comprovam que as mulheres continuam a carregar uma maior responsabilidade nas tarefas domésticas, possuindo menos tempo de lazer do que os homens, apesar de um número cada vez maior de mulheres trabalharem num emprego pago fora de casa (Gershunny *et al.*, 1994; Hochschild, 1989; Sullivan, 1997).

Seguindo uma temática semelhante, alguns sociólogos têm vindo a examinar os ambientes contrastantes de trabalho pago e do não pago, focando a sua atenção na contribuição do trabalho doméstico não pago das mulheres para a economia em geral (Oackley, 1974). Outros têm investigado a forma como os recursos são distribuídos entre os membros da família, e os padrões de acesso às finanças do agregado e o seu controlo (Pahl, 1989).

Em segundo lugar, as feministas têm chamado a atenção para as *relações de poder desiguais* existentes num grande número de famílias. Em resultado desta situação, um tópico tem merecido uma maior atenção, o fenómeno da violência doméstica. O 'espancamento da esposa', a violação conjugal, o incesto e o abuso sexual das crianças têm recebido mais atenção pública como resultado das reivindicações feministas que argumentam que os aspectos violentos e abusivos da vida familiar têm continuamente sido

ignorados nos contextos académico e legal, bem como nos círculos políticos. As sociólogas feministas procuraram compreender como a família se torna uma "arena" para a opressão de género e para o abuso físico.

O estudo das *actividades assistenciais* é uma terceira área onde os estudos feministas representaram um importante contributo. Esta é um espaço amplo que abrange uma enorme variedade de processos, desde a assistência a um membro da família que está doente, até tomar conta de um parente idoso durante um longo período de tempo. Por vezes tomar conta de alguém significa apenas estar preocupado com o bem-estar psicológico de outra pessoa – algumas escritoras feministas têm-se interessado pelo 'trabalho emocional' no seio das relações. As mulheres tendem não só a encarregar-se de tarefas concretas como a limpeza e a criação dos filhos, como também investem uma grande quantidade de trabalho emocional na manutenção das relações pessoais (Duncombe e Marsden, 1993). Embora as actividades assistenciais se baseiem no amor e em emoções profundas, estas também são uma forma de trabalho, que exige capacidade para ouvir, perceber, negociar e agir criativamente.

Novas perspectivas na sociologia da família

Os estudos teóricos e empíricos conduzidos a partir da perspectiva feminista, durante as últimas décadas, têm gerado um aumento do interesse pela família entre os académicos e a população em geral. Termos como o 'segundo turno' – que se refere ao papel duplo da mulher, em casa e no trabalho – entraram na linguagem corrente. No entanto, em virtude de os estudos feministas da família focarem frequentemente temas específicos do âmbito doméstico, nem sempre reflectem as grandes mudanças e influências que têm lugar fora desse contexto.

Na década passada emergiu um importante corpo de literatura sociológica da família que se apoia nas perspectivas feministas, mas que não se baseia estritamente nelas. A preocupação central incide sobre as grandes transformações que têm vindo a ocorrer nas formas da família – a formação e a dissolução das famílias e lares, e a evolução das expectativas individuais no seio das relações. O crescimento do divórcio e dos agregados monoparentais, a emergência das 'famílias recompostas', as famílias gay e a popularidade da coabitação são algumas das temáticas que geram interesse. No entanto, estas transformações não podem ser compreendidas se as separarmos das grandes mudanças que ocorreram na nossa época de modernidade tardia. Para podermos compreender a relação entre as transformações pessoais e os padrões de transformação global, temos de prestar atenção às mudanças que ocorrem ao nível da organização da sociedade e inclusivamente a nível global. Uma das mais importantes contribuições para este grupo de obras é a da equipa formada pelo casal Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim.

Beck e Beck-Gernsheim

Em *The Normal Chaos of Love* (1995), Ulrich e Elisabeth Beck-Gernsheim examinam a natureza tumultuosa das relações pessoais, os casamentos e padrões de família num mundo em rápida mudança. Os autores argumentam que as tradições, regras e linhas de orientação que governavam as relações pessoais já não se aplicam, e que os indivíduos são actualmente confrontados com uma série interminável de escolhas, que fazem parte do processo de construção, ajustamento e melhoramento, ou dissolução, das uniões que formam com os outros. O facto dos casamentos serem actualmente uniões voluntárias e não relacionamentos que obedecem a motivos económicos ou que são impostos pelas famílias, acarreta tanto novas liberdades como novos constrangimentos, exigindo um grande empenho em termos de esforço e dedicação.

Para Beck e Beck-Gernsheim a nossa época está repleta de interesses conflituosos entre a família, o trabalho, o amor e a liberdade para prosseguir objectivos individuais. A colisão é sentida de uma forma mais incisiva nas relações pessoais, particularmente quando existem duas 'biografias de mercado de trabalho' em vez de uma. Os autores querem dizer com esta expressão que, além dos homens um número crescente de mulheres tem carreiras profissionais no decurso das suas vidas. Outrora existia uma maior tendência por parte das mulheres para trabalhar a tempo parcial fora de casa, ou retirar um tempo significativo às suas carreiras para o dedicar à criação dos filhos. Estes padrões são hoje em dia menos fixos do que antigamente; tanto os homens como as mulheres dão hoje uma importância enorme às suas neces-

No novo mas "normal caos" do amor, as pessoas podem adiar inscrever filhos nas suas biografias pessoais e profissionais.

sidades pessoais e profissionais. Os autores concluem que as relações na nossa época moderna são, por assim dizer, muito mais do que relações. Não só o amor, o sexo, os filhos, o casamento e os deveres domésticos são tópicos de negociação nas relações, mas também o são os tópicos que têm a ver com o trabalho, a política, a economia, as profissões, e a desigualdade. Os casais modernos enfrentam um conjunto variado de problemas, que vão dos mais mundanos aos mais profundos.

Sendo assim, talvez não seja surpreendente que o antagonismo entre homens e mulheres se encontre em crescimento. Beck e Beck-Gernsheim defendem que a 'batalha entre os sexos' é o 'drama central dos nossos tempos', como o mostram o crescimento da indústria de aconselhamento matrimonial, os tribunais de família, os grupos de auto-ajuda marital, e os índices de divórcio. Todavia, embora o casamento e a vida familiar pareçam muito mais 'débeis' do que antigamente, ainda são muito importantes para as pessoas. Os divórcios são cada vez mais comuns, mas os índices de novos casamentos são elevados. A taxa de natalidade pode estar em declínio, mas existe uma grande procura de tratamentos de fertilidade. Poucas pessoas podem desejar casar-se, mas o desejo de viver com outra pessoa e fazer parte de um casal continua certamente firme. O que é que poderá explicar estas tendências opostas?

De acordo com estes autores a resposta é simples: o amor. Beck e Beck-Gernsheim argumentam que a 'batalha dos sexos' a que se assiste hoje em dia é o mais claro indicador da 'sede de amor' sentida pelas pessoas. As pessoas casam-se por causa do amor e divorciam-se por causa do amor; as pessoas empenham-se num interminável ciclo de esperança, arrependimento e novas tentativas. Enquanto por um lado as tensões entre homens e mulheres tendem a aumentar, por outro lado permanece uma grande fé e espe-

rança na possibilidade de encontrar um grande amor que conduza a uma maior realização pessoal.

Pode-se pensar que o "amor" é uma resposta muito simplista para responder às complexidades da época actual. Mas Beck e Beck-Gernsheim argumentam que é precisamente por o nosso mundo se ter tornado tão opressivo, impessoal, abstracto e em mudança constante, que o amor se tornou cada vez mais importante. De acordo com estes autores, o amor é o único lugar onde as pessoas podem verdadeiramente encontrar-se e ligar-se a outros. Num mundo de incerteza e risco como o nosso, o amor é real:

> O amor é a procura de nós próprios, é o desejo ardente de realmente entrar em contacto comigo e contigo, partilhar os corpos, os pensamentos, encontrar-se um ao outro sem nada a esconder, fazer confissões e ser perdoado, é compreensão, confirmação e suporte no que foi e no que é, é o anseio por um lar e pela confiança para contrabalançar as dúvidas e ansiedades geradas pela vida moderna. Se nada é certo e seguro, se até mesmo é arriscado respirar num mundo poluído, então as pessoas seguem os sonhos sedutores do amor até estes subitamente se transformarem em pesadelos. (1995: 175-176)

Segundo estes autores, o amor é ao mesmo tempo desesperante e doce. É uma 'força poderosa que obedece às suas próprias regras e que inscreve as suas mensagens nas expectativas, ansiedades e padrões de comportamento das pessoas'. No nosso mundo flutuante o amor tornou-se uma nova fonte de fé.

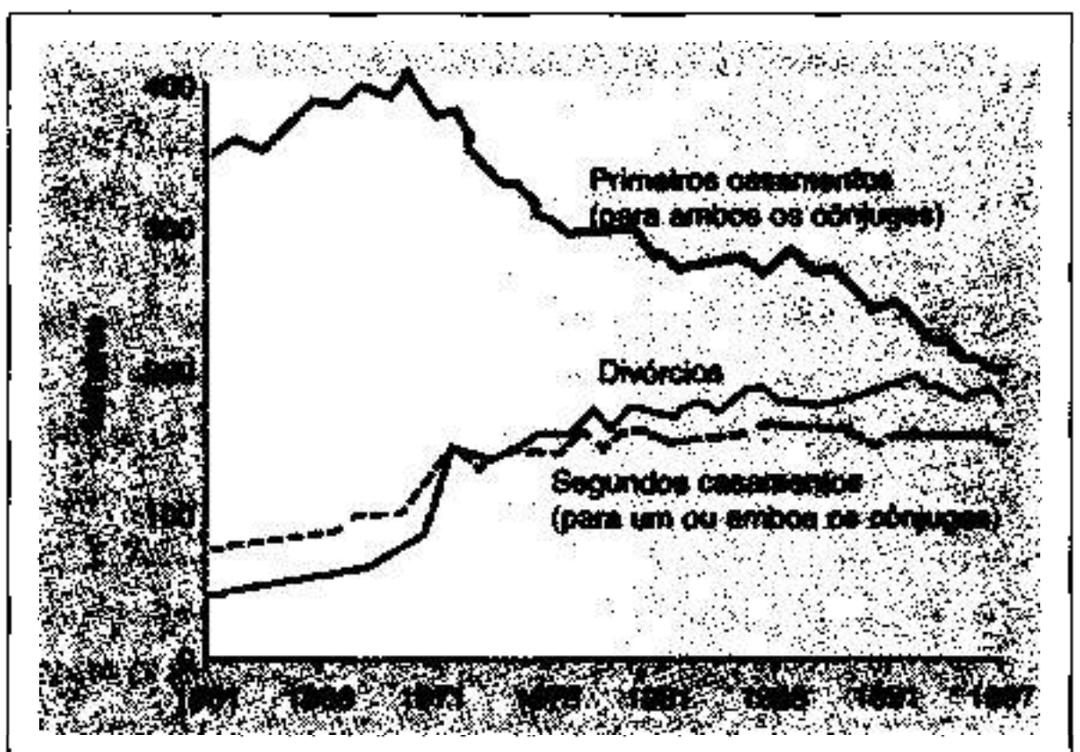


Figura 7.1 Casamentos, segundos casamentos e divórcios, na Grã-Bretanha, entre 1961-1997 (milhares)
Fontes: *Social Trends*, 30 (2000).Do jornal *The Guardian*, 27 de Março de 2000, p. 3.

Casamento e divórcio no Reino Unido

Estarão Beck e Beck-Gernsheim certos ao dizerem que o antagonismo entre homens e mulheres é o 'drama central dos nossos tempos'? As estatísticas de casamento e divórcio dão algum suporte a esta tese. O aumento das taxas de divórcio tem sido uma das tendências mais importantes que influenciou os padrões familiares em muitas sociedades industrializadas, incluindo a Grã-Bretanha *(ver figura 7.1)*. De seguida iremos examinar estas tendências com maior detalhe, e analisar as suas implicações mais amplas.

Durante muitos séculos, o casamento foi considerado no Ocidente como praticamente indissolúvel. O divórcio era concedido apenas em casos muito especiais, como a não consumação do casamento. Num ou noutro país industrializado o divórcio não é ainda reconhecido, mas trata-se hoje em dia de exemplos isolados. A maioria dos países optou rapidamente por facilitar o divórcio. Os chamados *divórcios litigiosos* eram característicos de praticamente todos os países industrializados. Sob este sistema, para ser permitido o divórcio era necessário que um dos esposos apresentasse queixa (maus-tratos, abandono ou adultério, por exemplo) contra o outro. As primeiras leis de divórcio por comum acordo foram introduzidas em alguns países em meados da década de sessenta do século XX. Desde então, muitos países ocidentais seguiram o exemplo, embora com variações de pormenor. No Reino Unido, a *Lei da Reforma do Divórcio*, que facilitou a obtenção do divórcio e continha provisões para o divórcio por comum acordo, foi aprovada em 1969 e entrou em vigor em 1971. O princípio do divórcio por comum acordo foi reforçado legalmente em 1996.

Entre 1960 e 1970, a taxa de divórcios na Grã-Bretanha aumentou regularmente nove por cento ao ano, duplicando no final dessa década. Em 1972 tinha duplicado novamente, em parte devido ao *Acto* de 1969 que facilitou o fim legal de casamentos há muito «acabados». A partir de 1980, a taxa de divórcio estabilizou até certo ponto, embora seja muito elevada comparada com períodos anteriores. Dois quintos de todos os casamentos terminam actualmente em divórcio.

Quadro 7.2 Famílias encabeçadas por apenas um dos progenitores como percentagem de todas as famílias com crianças dependentes pelo estatuto marital (na Grã-Bretanha)

	1971	1976	1981	1986	1991-2	1996-7	1998-9
Mães sós	1	2	2	3	6	7	9
Solteira	2	2	2	1	1	1	1
Viúva	2	3	4	6	6	6	8
Divorciada	2	2	2	3	4	5	5
Separada							
Todas as mães sós	7	9	11	13	18	20	22
Pais sós	1	2	2	1	1	2	2
Casais pelo casamento ou coabitação	92	89	87	86	81	79	75
Todas as famílias com crianças dependentes	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: *General Household Survey*, Office for National Statistics. De *Social Trends*, 30 (2000). Crown copyright.

Obviamente, as taxas de divórcio não são um índice directo de infelicidade conjugal. Por um lado, as taxas de divórcio não incluem as pessoas que se separam mas não estão legalmente divorciadas. Além disso, pessoas infelizes no casamento podem preferir manter-se juntas – porque acreditam na santidade do matrimónio, porque se preocupam com as consequências financeiras e económicas da separação, ou ainda por preferirem ficar juntas para proporcionar aos filhos um lar «familiar».

Por que razão se estará a tornar o divórcio cada vez mais comum? Há vários factores envolvidos, que têm a ver com mudanças sociais mais amplas. Excepto para uma pequena proporção de pessoas ricas, o casamento hoje em dia já não está relacionado com o desejo de perpetuar a propriedade e a posição social de geração em geração. À medida que as mulheres se vão tornando economicamente mais independentes, o casamento deixa de ser uma necessidade económica para os cônjuges como acontecia outrora. Uma maior prosperidade global significa que é mais fácil hoje em dia estabelecerem-se residências autónomas, em caso de separação conjugal, do que antigamente. O facto de o divórcio não ser hoje um grande factor de estigma é em parte o resultado de tudo isto, mas também lhe dá impulso. Um outro factor importante é a tendência crescente para avaliar o casamento em termos da satisfação pessoal que possa oferecer. As taxas crescentes de divórcio não parecem indicar uma profunda insatisfação com o casamento propriamente dito, mas uma determinação cada vez maior para fazer dele uma relação gratificante e satisfatória.

Agregados monoparentais

Os agregados monoparentais têm-se tornado cada vez mais comuns nas últimas três décadas. Mais de vinte por cento das crianças dependentes vivem actualmente em agregados monoparentais. Na sua grande maioria – aproximadamente 90 por cento – são encabeçados por mulheres. Em meados dos anos noventa existiam 1.6 milhões de agregados monoparentais no Reino Unido, e o número está a aumentar *(ver quadro 7.2)*. Situam-se, de uma forma geral, entre os grupos mais pobres da sociedade contemporânea. Muitos progenitores solitários, quer tenham estado casados ou não, enfrentam ainda a desaprovação social e a insegurança financeira. Contudo, os termos antigos e mais discriminatórios como «mulher abandonada», «famílias sem pai» e «lares desfeitos» tendem a desaparecer.

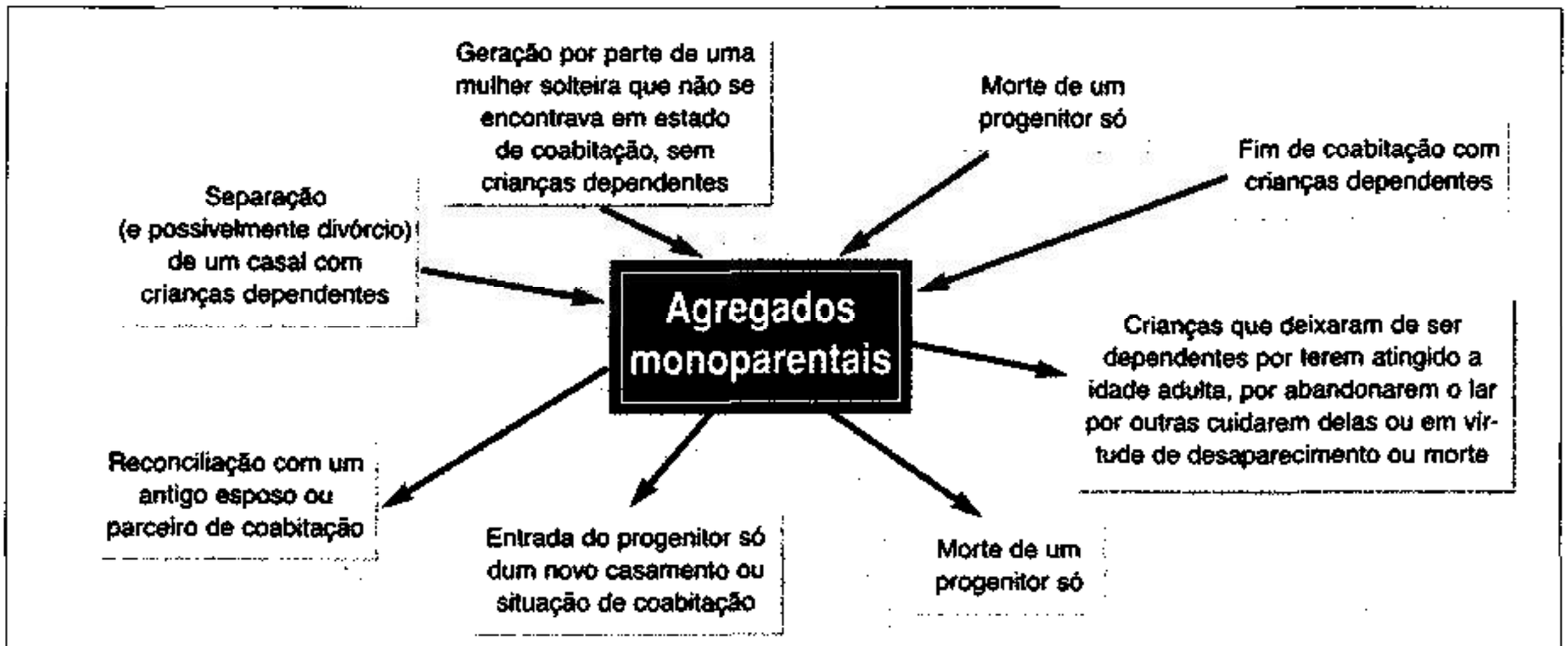


Figura 7.2 Vias de entrada (→) e de saída (←) de um agregado monoparental.

Fonte: G. Crow e M. Hardey, 'Diversity and ambiguity among lone-parent households in modern Britain', in C. Marsh e S. Arber (eds), *Families and Households*, Macmillan, 1992.

Há uma grande diversidade interna nesta categoria da família monoparental. Mais de metade das mães viúvas, por exemplo, são proprietárias das casas que habitam, mas a grande maioria das mães solteiras vive em casas arrendadas. O estado monoparental tende a ser transitório, e as suas fronteiras são bastante fluidas. Existem múltiplos caminhos que conduzem ao estado monoparental, e outros tantos que conduzem à saída deste mesmo estado *(ver figura 7.2)*. No caso de uma pessoa viúva, a ruptura é obviamente nítida – embora, mesmo nesta circunstância, uma pessoa possa já ter estado a viver só, no caso de o parceiro ter estado internado num hospital antes de morrer. Todavia, cerca de 60% das famílias monoparentais são produzidas por divórcio ou separação.

Entre os 1.6 milhões de famílias monoparentais, a categoria que cresce mais rapidamente é a de mãe solteira, que nunca casou. Em 1997 constituíam 42% do número total de famílias monoparentais. Destes 42% é difícil saber quantas optaram deliberadamente por criar os filhos sozinhas. A maioria das pessoas não deseja ser uma progenitora só, mas há uma minoria cada vez maior que opta por sê-lo – decidem ter um ou mais filhos sem o apoio de um cônjuge ou parceiro. «Mães solteiras por opção» é uma descrição adequada de algumas progenitoras, que possuem normalmente recursos suficientes para gerir satisfatoriamente um agregado monoparental. Para a maioria das mães sós ou solteiras a realidade é diferente; há uma grande correlação entre a taxa de nascimentos fora do casamento e indicadores de pobreza e exclusão social. Como foi analisado anteriormente, estas influências são muito importantes para a explicação da grande percentagem de agregados monoparentais entre famílias oriundas das Antilhas (britânicas) no Reino Unido.

Crow e Hardey (1992) argumentam que a grande diversidade de «caminhos» para entrar ou para sair das famílias monoparentais significa que os progenitores solitários como um todo não são um grupo unificado ou coeso. Embora as famílias monoparentais partilhem em comum algumas desvantagens sociais e materiais, apresentam uma identidade colectiva difusa. A pluralidade de caminhos que levam ao estado monoparental e à saída do mesmo significa que, para efeitos de política social, as suas fronteiras são difíceis de definir e as suas necessidades difíceis de apontar.

Voltar a casar

Um novo casamento envolve várias circunstâncias. Alguns casais que voltam a casar têm pouco mais de 20 anos e nenhum dos parceiros leva filhos para a nova relação. As pessoas que voltam a casar quando têm

perto de trinta ou quarenta anos podem levar um ou mais filhos do casamento (ou casamentos) anterior para viver na mesma casa com o novo cônjuge. Aqueles que voltam a casar numa idade mais tardia podem ter filhos adultos que nunca irão viver nos novos lares que os pais estabelecem. Podem existir também filhos deste novo casamento. Qualquer dos cônjuges podia ser anteriormente solteiro, divorciado ou viúvo, factores que levam a oito combinações possíveis. Por conseguinte, e embora valha a pena salientar algumas questões gerais, as generalizações acerca dos novos casamentos devem ser feitas com relativo cuidado.

Em 1900, cerca de 90% de todos os casamentos no Reino Unido eram primeiros casamentos. Na maioria dos segundos casamentos, pelo menos um dos cônjuges era viúvo. Com o aumento da taxa de divórcio, o número de novos casamentos aumentou também, e uma proporção cada vez maior de segundos casamentos passou a envolver pessoas divorciadas. Na década de setenta 20% dos casamentos eram novos casamentos. Actualmente este número é superior a 40%.

Actualmente, vinte e oito em cada cem casamentos envolvem pelo menos uma pessoa que já foi casada. Até à idade de 35 anos, a maioria dos segundos casamentos envolve pessoas divorciadas. A partir dessa idade, aumenta o número de novos casamentos de viúvas e viúvos, e pelos cinquenta e cinco anos o número de casamentos entre viúvos é maior do que o de novos casamentos entre pessoas divorciadas.

Por mais estranho que tal possa parecer, a melhor forma de maximizar as oportunidades de casamento é, para ambos os sexos, ter sido casado anteriormente! As pessoas que já foram casadas e se divorciaram têm mais probabilidades de voltar a casar do que as pessoas solteiras da mesma idade. Em todos os grupos etários os homens divorciados são mais propensos a voltar a casar do que as mulheres divorciadas: três em cada quatro mulheres divorciadas voltam a casar, ao passo que a proporção é de cinco em cada seis no caso dos homens divorciados. Em termos estatísticos, pelo menos, os novos casamentos são menos bem sucedidos do que os primeiros. As taxas de divórcio dos segundos casamentos são mais elevadas do que as taxas dos primeiros.

Isto não significa que os segundos casamentos estejam condenados a falhar. As pessoas que tenham sido divorciadas podem colocar maiores expectativas no casamento do que os que se casam pela primeira vez. Assim, podem igualmente ter uma propensão maior para dissolver os novos casamentos do que aquelas que só casaram uma vez. Possivelmente, os segundos casamentos que perduram são, de uma forma geral, mais satisfatórios do que os primeiros.

© The New Yorker Collection 1992 Edward Koren from cartoonbank.com All rights reserved.

Famílias recompostas

Uma **família recomposta** pode ser definida como uma família em que pelo menos um dos adultos tem filhos de um dos matrimónios anteriores. Existem alegrias e benefícios nítidos associados às famílias recompostas, e ao crescimento de famílias extensas que daí provém. No entanto, tendem igualmente a surgir certas dificuldades. Em primeiro lugar, existe normalmente um progenitor biológico que vive em outro lugar e cuja influência sobre o filho ou filhos provavelmente se mantém intensa. Em segundo lugar, as relações de cooperação entre pessoas divorciadas tornam-se muitas vezes tensas quando um ou ambos voltam a casar. Pensemos no caso de uma mulher com dois filhos, que casa com um homem que também tinha outros dois filhos, passando a viver todos juntos. Se os progenitores "exteriores" insistirem em que os filhos os continuem a visitar com a mesma regularidade de outrora, as tensões inerentes à manutenção da unidade do novo agregado familiar serão exacerbadas. Por exemplo, pode tornar-se impossível reunir a nova família aos fins de semana.

Carol Smart e Bren Neale: *Fragmentos Familiares?*

Entre 1994 e 1996 Carol Smart e Bren Neale conduziram duas rondas de entrevistas com um grupo de sessenta pais de West Yorkshire, Inglaterra, que se tinham separado ou divorciado depois da aprovação da *Lei da Infância*, em 1989. Esta lei alterou a situação de pais e crianças no que se refere ao divórcio, abolindo as velhas noções de 'custódia' e de 'guarda', o que fez com que os pais não sentissem que tinham de lutar um com o outro pelos seus filhos. A lei estipulou que a relação legal entre pais e filhos não deveria ser alterada pelo divórcio, encorajando os pais a partilharem a criação dos filhos e exigia aos juízes e outras instâncias que ouvissem mais os pontos de vista das crianças. Smart e Neale estavam interessados em saber como se formavam inicialmente os padrões de paternidade e de maternidade depois do divórcio e como se alteravam com o tempo. Na sua investigação os autores compararam as expectativas dos pais, no momento da separação, em relação ao que viria a ser a paternidade e a maternidade pós-divórcio, e a realidade das circunstâncias um ano depois.

Smart e Neale concluíram que o exercício da paternidade e da maternidade depois do divórcio envolvia um processo de ajustamento constante, que muitos pais não tinham antecipado nem estavam preparados para gerir. As capacidades desenvolvidas, quando formavam uma equipa de dois, não funcionavam necessariamente nos agregados monoparentais. Os pais eram continuamente forçados a reavaliar as suas abordagens, não só em relação às "grandes decisões" que afectavam as crianças, mas também no que dizia respeito aos aspectos quotidianos de criação dos filhos, que agora ocorriam em dois lares em vez de um. No seguimento de um divórcio os pais confrontavam-se com duas exigências opostas – as suas próprias necessidades de separação e de distância face ao cônjuge anterior, e a necessidade de manter uma relação como parte das responsabilidades da paternidade.

Smart e Neale descobriram que a experiência vivida do exercício da paternidade e da maternidade após o divórcio era extremamente fluida e mudava ao longo do tempo. Quando entrevistados um ano depois da separação, muitos dos pais eram capazes de olhar para trás, para as fases iniciais da sua situação de progenitores solitários, e de avaliar as decisões paternais que tinham tomado a sós. Os pais reavaliavam frequentemente os seus comportamentos e acções à luz de novos entendimentos aprendidos ao longo do tempo. Por exemplo, muitos dos pais preocupavam-se com os danos que as crianças pudessem sofrer com o divórcio, mas eram incapazes de transformar os seus medos e sentimento de culpa numa acção construtiva. Isto levou alguns pais a prenderem-se muito às suas crianças ou a tratá-las como confidentes 'adultos'. Noutros casos conduziu à alienação, à distância e à perda de ligações significativas.

De acordo com os autores, nos meios de comunicação e em alguns contextos políticos, existe o pressuposto implícito – e por vezes explícito – de que,

Em terceiro lugar, as famílias recompostas misturam filhos provenientes de meios diferentes, que podem ter expectativas variadas quanto ao comportamento familiar apropriado. Dado a maioria dos enteados «pertencer» a dois agregados familiares, é provável que venham a existir confrontos consideráveis de hábitos e perspectivas. Vejamos como uma madrasta descreve a sua experiência, depois de uma série de problemas que foi obrigada a enfrentar a ter levado à separação:

Há sempre um enorme sentimento de culpa. Não podemos agir do mesmo modo como faríamos com os nossos próprios filhos e sentimo-nos culpados por isso, mas se reagirmos de uma forma normal e ficarmos zangados, também nos sentimos culpados por esse motivo. Temos tanto medo de não sermos justos. O pai dela (a enteada) e eu não estávamos de acordo e ele repreendia-me se eu chamasse a atenção dela. Quanto mais ele deixava de fazer o que quer que fosse para a disciplinar, tanto mais

depois do divórcio, os adultos abandonam quaisquer regras morais e começam a agir de uma forma egoísta, de acordo com os seus próprios interesses. Subitamente a flexibilidade, generosidade, compromisso e sensibilidade desaparecem. O contexto moral no qual as decisões sobre a família e o bem-estar eram previamente tomadas é posto de lado. As entrevistas conduzidas por Smart e Neale a pais divorciados levaram-nos a rejeitar esta visão. Os autores argumentam que os pais agem num contexto moral enquanto pai e mãe, mas este contexto é mais bem compreendido se for entendido como uma *moralidade de assistência* e não como um comportamento moral inequívoco baseado num conjunto de crenças e princípios. Smart e Neale defendem que como os pais se preocupam com os seus filhos, as decisões emergem quando se trata da 'coisa certa a fazer'. Estas decisões são altamente contextuais; os pais têm de pesar um grande número de prós e contras, incluindo os efeitos que a decisão pode ter na criança, se se trata da altura apropriada para agir e quais as possíveis implicações penosas que a decisão pode ter de co-responsabilidade entre os progenitores. Vejamos o seguinte testemunho de uma mãe solteira, cujo marido requereu a custódia do filho:

> Eu disse: 'olha, se tu achas realmente, se sentes realmente que consegues olhar pelas crianças a tempo inteiro, não achas que podias abdicar de um dos teus fins-de-semana para estares com eles, só para veres como é que te sentes, e depois, talvez depois do fim-de-semana, talvez pudesses progredir para passar uma semana inteira com eles, e veres como é que te sentias com eles'. Ele imediatamente subiu às paredes porque tem a ideia de que estaria a fazer de baby-sitter para mim, e disse que não. Eu disse: 'Olha, nesse caso, eu nem me sinto preparada para falar contigo sobre este assunto, porque sinto que tu não sabes quanto é difícil; tu não ficaste com eles a tempo inteiro durante três anos. Eu realmente acho que não fazes ideia do que é. [Eu acho que tu os deverias ter] numa rotina diária, levá-los à escola, ir buscá-los à escola, cozinhar, fazer as limpezas, dar-lhes banho, brincar com eles, ajudá-los com os trabalhos de casa, cuidar deles quando estão doentes. Depois disso nós voltávamos a discutir o assunto e reavaliávamos a situação. (citado em Smart e Neale, 1999:125)

Aqui a mãe tentava determinar a 'coisa certa a fazer', balançando entre múltiplos factores. No contexto duma relação difícil com o antigo cônjuge e da necessidade de preservar o progresso que fez no seu próprio autodesenvolvimento, mesmo assim ela ainda tentava agir construtivamente com ele pelos interesses das crianças.

Smart e Neale concluíram que o divórcio provoca mudanças nos contextos que só muito raramente se podem 'endireitar' de uma vez por todas. Uma paternidade e uma maternidade pós-divórcio com êxito exigem uma negociação e uma comunicação constantes. Embora a Lei da Infância de 1989 tenha trazido uma flexibilidade necessária aos acordos contemporâneos pós-divórcio, a sua ênfase no bem-estar da criança pode levar à desvalorização do papel crucial desempenhado pela qualidade das relações existentes entre pais divorciados.

> eu parecia repreendê-la (...) queria dar-lhe alguma coisa, ser um elemento que faltava na sua vida, mas talvez eu não seja suficientemente flexível. (Smith, 1990, p. 42)

Há poucas normas estabelecidas que definam a relação entre enteados e padrastos. Deverá o enteado chamar o padrasto ou madrasta pelo seu nome ou será «pai» e «mãe» o tratamento mais apropriado? Será que estes deveriam disciplinar os enteados como um progenitor biológico o faria? Como é que um padrasto ou madrasta deverá tratar o novo esposo do seu parceiro anterior quando este for buscar as crianças?

As famílias recompostas estão a desenvolver novos tipos de relações de parentesco nas sociedades ocidentais; as dificuldades criadas pelos segundos casamentos *depois do divórcio* também são novas. Os membros dessas famílias estão a desenvolver as suas formas próprias de ajustamento às circunstâncias

Atitudes em Mudança

Parece haver diferenças substanciais entre as classes no modo como reagem à mudança da natureza da vida familiar e à existência de elevados níveis de divórcio. Lillian Rubin, no livro *Families on the Fault Line* (1994), entrevistou em profundidade trinta e duas famílias da classe trabalhadora. Esta autora conclui que os pais da classe trabalhadora tendem a ser mais tradicionais do que os pais das famílias da classe média. As normas por que muitos pais de classe média se regem, como a aceitação do sexo pré-matrimonial, são rejeitadas em grande medida pelos indivíduos da classe trabalhadora, mesmo quando não são especialmente religiosos. Assim, há tendência para existir uma maior incidência do conflito de gerações nos lares das classes trabalhadoras.

Neste estudo, os jovens concordam que as suas atitudes em relação ao comportamento sexual, ao casamento e à divisão de género são diferentes das atitudes dos pais, embora insistam que não estão apenas preocupados com a procura de prazer. Limitam-se a defender valores distintos dos das gerações anteriores.

Rubin descobriu que as jovens entrevistadas são muito mais ambivalentes em relação ao casamento do que a geração dos pais. Estavam plenamente conscientes das imperfeições masculinas, falando sobre as várias opções ao seu dispor e expressando o desejo de viver a vida de uma forma mais aberta e plena do que fora possível para as suas mães. No que se refere às atitudes masculinas, a diferença entre gerações não era tão relevante.

A investigação de Lillian Rubin foi efectuada nos EUA, embora as suas conclusões estejam em consonância com outras investigações efectuadas noutros países. Por exemplo, Graham Allan e Graham Crow, no livro *Families, Households and Society* (1989), referem-se a um estudo efectuado em Inglaterra, que mostra que as jovens mães da classe trabalhadora tendem a ser mais tradicionais em relação à família do que as mães da classe média. Em geral, as mães da classe trabalhadora tinham uma actividade laboral paga e ficava em casa a tomar conta dos filhos. O pai era o principal ganha-pão da família e, consequentemente, estava fora de casa durante o dia inteiro, só estando com os filhos à noite e aos fins-de-semana.

Com o aumento das taxas de divórcio nos últimos anos e o número cada vez maior de agregados monoparentais, a questão do «pai ausente» passou a ter outro significado. Hoje em dia esta expressão refere-se a pais que, em consequência de uma separação ou divórcio, têm muito pouco contacto com os filhos ou deixam pura e simplesmente de estar com eles. Esta situação tem suscitado intensos debates tanto na Grã-Bretanha como nos Estados Unidos da América, onde se verificam as mais altas taxas mundiais de divórcio. Alguns têm proclamado a 'morte do pai'.

Escrevendo a partir de perspectivas contrastantes, sociólogos e analistas têm dito que o número cada vez maior de famílias sem pai está na origem de toda uma série de problemas sociais, que vão do aumento da criminalidade à multiplicação dos custos da educação das crianças. Alguns autores argumentam que as crianças nunca serão membros efectivos de um

relativamente inéditas em que se encontram. Actualmente, alguns autores falam já em *famílias binucleares*, entendendo por tal que dois agregados formados depois de um divórcio continuam a implicar um único sistema familiar sempre que há crianças envolvidas.

Na presença de transformações tão ricas e confusas, talvez a conclusão mais apropriada a que se possa chegar seja a de que embora os casamentos acabem em divórcio, as famílias enquanto tal permanecem. Em especial quando há crianças envolvidas, persistem muitos laços, apesar de se construírem novas relações familiares através de novos matrimónios.

O «pai ausente»

O período que vai dos anos 30 até à década de 70 foi já designado por vezes como o período do «pai ausente». Durante a Segunda Guerra Mundial, muitos pais quase não viam os filhos porque estavam no campo de batalha ou a prestar serviço militar. No período que se seguiu à guerra, numa percentagem elevada das famílias, a maioria das mulheres não

cordância com os resultados dos investigadores britânicos e de outros países europeus. Helen Wilkinson e Geoff Mulgan levaram a cabo dois grandes estudos sobre homens e mulheres britânicos com idades compreendidas entre os dezoito e os trinta e quatro anos (Wilkinson, 1994; Wilkinson e Mulgan, 1995). Descobriram que estavam a ter lugar grandes mudanças, em especial nas concepções das jovens; e que os valores da geração entre os dezoito e os trinta e quatro anos, de uma forma geral, contrastavam com os valores das gerações anteriores na Grã-Bretanha.

Entre as jovens há um «desejo de autonomia e de realização pessoal, tanto através do trabalho como através da família» e a «valorização do risco, da aventura e da mudança». Há, nestes termos, uma convergência cada vez maior entre os valores tradicionais masculinos e os novos valores das mulheres. Segundo estes dois autores, os valores da geração mais nova constituíram-se em função das liberdades herdadas, de que as gerações anteriores não dispunham – liberdade para as mulheres trabalharem e controlarem a sua reprodução, liberdade de mobilidade para ambos os sexos e liberdade para cada um definir o seu estilo de vida. Estas liberdades conduzem a uma maior abertura, generosidade e tolerância, mas podem igualmente levar a um individualismo egoísta e limitado, e também à desconfiança nos outros. Na amostra, 29% das mulheres e 51% dos homens queria «adiar o nascimento de filhos enquanto pudessem». Do grupo das mulheres entre os 16 e os 24 anos, 75% acreditava que um progenitor sozinho consegue educar os filhos tão bem como um casal. O estudo conclui que o casamento estava a perder o seu atractivo tanto para os homens como para as mulheres deste grupo etário.

grupo social, se não forem expostas a exemplos constantes de negociação, cooperação e compromisso entre adultos no seu ambiente imediato (Dennis e Erdos, 1992). De acordo com tais argumentos os rapazes que crescem sem pais irão lutar para eles próprios serem pais bem sucedidos.

Uma abordagem algo diferente da "crise da paternidade masculina" foi defendida por Francis Fukuyama. No seu livro, *The End of Order* (1997), Fukuyama localiza as raízes da 'grande ruptura' na família nos níveis crescentes de emprego feminino. O autor não afirma que as mulheres que trabalham negligenciam as suas responsabilidades na criação dos filhos, mas antes que os homens *vêem* as mulheres como mais independentes e capazes de tomar conta de qualquer criança gerada por elas. Se outrora os jovens eram obrigados a assumir a responsabilidade dos seus actos, a emancipação da mulher conduziu-os – ironicamente – a comportarem-se mais livremente do que antes.

Os autores americanos que participaram activamente neste debate tiveram uma influência muito grande na discussão deste assunto no Reino Unido. David Blankenhorn, no seu livro *Fatherless America* (1995), defende que sociedades com taxas de divórcio elevadas enfrentam não só a perda dos pais mas a própria erosão da ideia de paternidade – com consequências sociais gravíssimas, na medida em que, hoje em dia, muitas crianças crescem sem um modelo de autoridade a quem possam recorrer nas alturas em que mais o necessitam. Em todas as sociedades conhecidas até ao presente o casamento e a paternidade fornecem um meio de canalizar as energias sexuais e agressivas masculinas. Sem estas instituições, estas energias expressar-se-ão provavelmente na criminalidade e na violência. Como se escrevia numa recensão do livro de Blankenhorn: «é melhor ter um pai que chega a casa vindo de um emprego enfadonho e se põe a beber em frente à televisão do que não ter nenhum» (*The Economist*, 8 de Abril de 1995, p. 121).

Será mesmo assim? A questão do pai ausente sobrepõe-se a outra questão mais geral referente aos efeitos do divórcio sobre as crianças – e, como se viu, as conclusões tiradas a partir dos dados disponíveis não são nada claras. Tal como o autor da mesma

recensão colocou a questão: «Será que um mau pai gera maus filhos? Não serão alguns pais prejudiciais à família?». Alguns estudiosos sugerem que a questão central não é a de saber se o pai está ou não presente, mas se está comprometido com a vida familiar e com a paternidade. Por outras palavras, a configuração do lar pode não ser tão importante quanto a qualidade do afecto, atenção e suporte que as crianças recebem dos membros da família.

Embora o fenómeno do 'pai ausente' sugira implicitamente que o homem é culpado de 'irresponsabilidade moral', muitos insurgem-se em defesa dos jovens, argumentando que estes abordam frequentemente a paternidade cheios de esperança. No entanto, como lhes faltam determinadas capacidades para o relacionamento ou não são muito apoiados, irão abandonar as crianças que vão crescer zangadas e alienadas. Nos Estados Unidos da América e na Grã-Bretanha a 'crise de paternidade' produziu um número crescente de grupos de auto-ajuda a homens que se querem tornar melhores pais. Nos E ta 'os Unidos grupos como os *'Promisse Keepers'* (Os que cumprem as suas promessas) e o *'National Fatherhood Initiative'* (Iniciativa Nacional para a Paternidade) trabalham com pais que pretendem desenvolver as suas competências para a vida familiar e para a paternidade. No interior da comunidade negra eventos como a "Marcha do Milhão de Homens", organizada pela *Nação do Islão*, pretendem chamar a atenção para o grande número de agregados monoparentais encabeçados por mulheres.

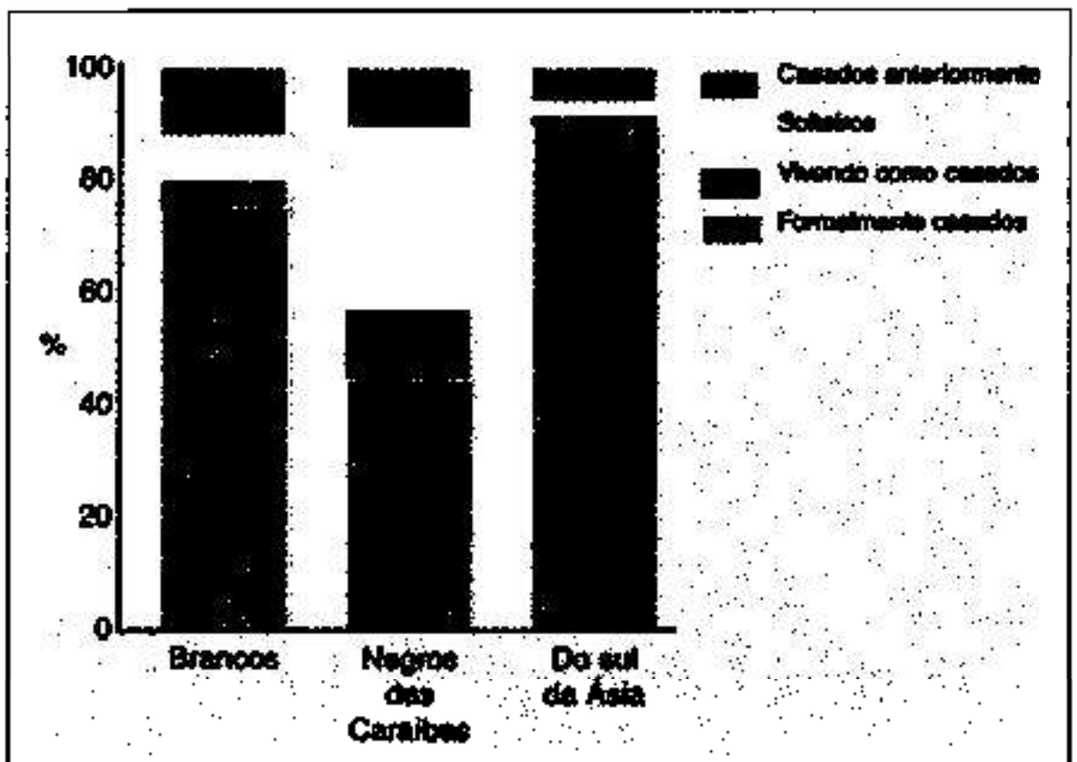


Figura 7.3 Estatuto parental das famílias com crianças, de acordo com o grupo étnico, na Grã-Bretanha

Fonte: T. Modood *et al., Ethnic Minorities in Britain*, Policy Studies Institute, 1997, p. 39.

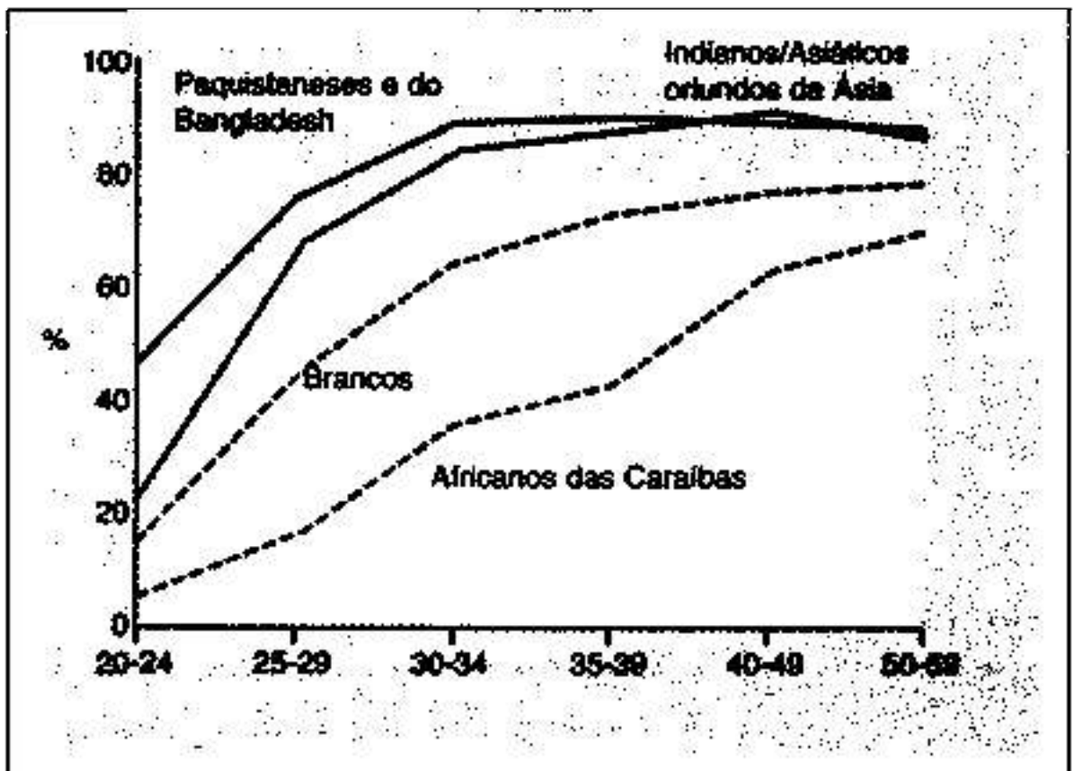


figura 7.4 Proporção de todos os adultos em casamentos formais, por idade e grupo étnico, na Grã-Bretanha

Fonte: T. Modood *et al., Ethnic Minorities in Britain*, Policy Studies Institute, 1997, p. 33.

Mulheres sem filhos

Um inquérito efectuado em 1976 pelo Observatório Britânico de Formação da Família (*British Family Formation Survey)* chegou à conclusão de que só 1% das mulheres casadas da altura não queria ter filhos. Em contraste, um documento recente do Departamento de Estudos e Censos da População (*Office of Population Census and Surveys)* previa que 20% das mulheres nascidas entre 1960 e 1990, por opção, não irá ter filhos. Hoje em dia, as mulheres na Grã-Bretanha enquadram a decisão de ter um filho no contexto de outras motivações da sua vida, como os objectivos profissionais e a autonomia pessoal.

Uma mulher sem filhos já não é uma solteirona triste. Quer tenha casado ou não, pode ter tomado a decisão de não ter filhos como uma reivindicação da sua liberdade de escolha. Contudo, há igualmente razões negativas. As novas oportunidades profissionais na Grã-Bretanha não se fizeram acompanhar de medidas sociais de apoio às grávidas e progenitores de filhos pequenos. Algumas pessoas podem pensar duas vezes em ter filhos devido às suas preocupações quanto à probabilidade de um divórcio e de queda na pobreza.

	Brancos	Oriundos das Caraíbas	Indianos	Asiáticos oriundos de África	Paquistaneses	Oriundos do Bangladesh	Chineses
Solteiros	23	41	21	21	19	22	34
Casados	60	39	72	72	74	73	62
Vivendo como casados	9	10	3	2	3	1	1
Separados/divorciados	7	9	3	3	3	1	3
Viúvos	1	2	2	1	2	3	–
Contagem ponderada	4,194	1,834	1,539	960	1,053	344	467
Contagem não ponderada	4,187	1,298	1,560	951	1,709	815	271

Os números são percentagens; análise baseada no número total de indivíduos que fazem parte dos agregados sujeitos ao inquérito, que não eram filhos dependentes e tinham menos de 60 anos.
Fonte: T. Modood et al., *Ethnic Minorities in Britain*, Policy Studies Institute, 1997, p. 24

As taxas de fecundidade têm vindo a diminuir na Grã-Bretanha e noutros países da Europa Ocidental. A média de 1.73 filhos por mulher na Grã-Bretanha é um pouco mais elevada do que na maior parte dos países da União Europeia, mas está abaixo do número exigido para manter a população no futuro no seu estado do presente, que é de 2.1 filhos por mulher. Actualmente a Itália é o país com o mais baixo índice de fecundidade em todo o mundo – 1.2 filhos por mulher. Espera-se que a 'crise do bebé' que atinge o país resulte numa queda da população no próximo quarto de século, de 57.3 milhões de pessoas para 51.3 milhões.

Variações nos padrões familiares: a diversidade étnica na Grã-Bretanha

Dada a diversidade cultural existente actualmente no Reino Unido, há por todo o país variações consideráveis no que diz respeito ao tipo de família e casamento. Algumas das maiores variações ocorrem entre os padrões familiares brancos e não-brancos; por isso, torna-se necessário inquirir as razões das mesmas. Alguns dados recentes sobre a composição familiar dos grupos étnicos minoritários na Grã-Bretanha podem ser observados nas figuras 7.3 e 7.4 e no quadro 7.3.

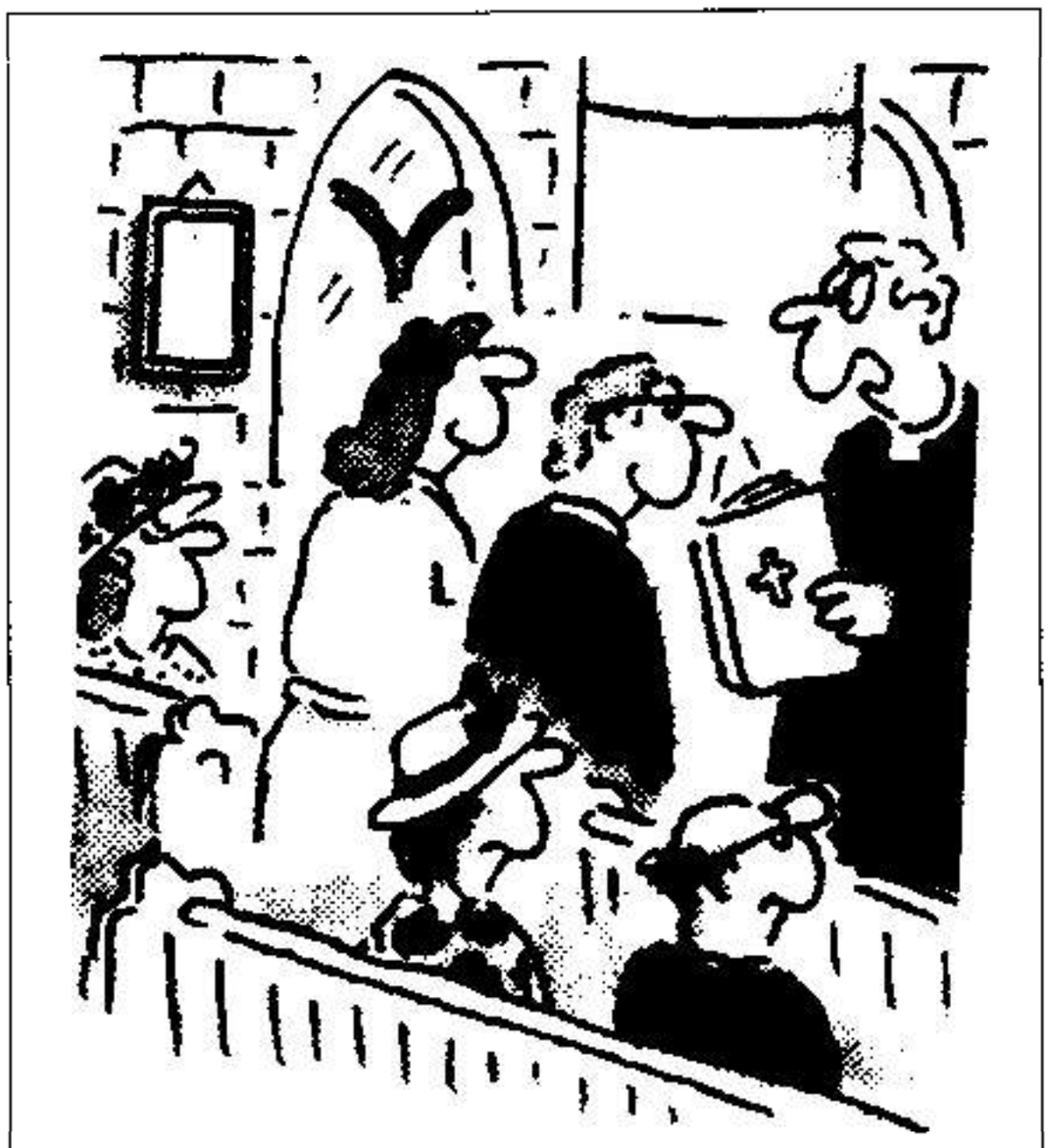
Famílias oriundas do sul da Ásia

Entre os vários tipos de família britânica existe um padrão claramente diferente da maioria – o que está associado aos grupos provenientes do sul da Ásia. A população britânica oriunda do sul da Ásia é superior a um milhão de indivíduos. Iniciada na década de cinquenta, a emigração teve origem principalmente em três regiões do subcontinente Indiano: Punjabe, Guzarate e Bengala. Na Grã-Bretanha, estes emigrantes constituíram comunidades baseadas na religião, região de origem, casta, e sobretudo nos laços de parentesco. Muitos descobriram que os seus ideais de honra e lealdade para com a família praticamente não existiam entre a população indígena britânica. Tentaram manter a unidade familiar, mas as habitações disponíveis revelaram-se um problema. Só havia casas grandes em áreas decadentes; mudar para zonas mais caras significava normalmente ir para casas mais pequenas e quebrar a família extensa.

Os filhos de nativos da Ásia do Sul nascidos no Reino Unido estão expostos a duas culturas muito diferentes. Em casa, os seus pais esperam ou exigem conformidade com as normas de cooperação, respeito e lealdade à família. Na escola, espera-se que alcancem o sucesso académico num ambiente social competitivo e individualista. A maioria prefere organizar as suas vidas pessoais e domésticas nos termos da sua subcultura étnica, assim como valoriza o relacionamento íntimo associado à vida familiar tradicional. Contudo, a exposição à cultura britânica acarretou mudanças. A tradição cultural ocidental, representada pelo casamento 'por amor' entra frequentemente em conflito com a prática de casamentos combinados, como acontece nas comunidades Asiáticas. Tais uniões, combinadas pelos pais e membros fami-

liares, são baseadas na crença de que o amor nasce do casamento. Os jovens de ambos os sexos exigem hoje em dia que a sua opinião seja tida mais em conta na combinação dos seus casamentos.

Dados estatísticos do quarto censo nacional das minorias étnicas (Modood *et al.*, 1997), realizado pelo *Policy Study Institute*, indicam que os Indianos, os Paquistaneses, os naturais do Bangladesh e os asiáticos de origem africana são os grupos étnicos mais propensos ao casamento. Entre todos os pais com filhos, 90% dos indivíduos do sul da Ásia eram casados, enquanto entre os brancos e os africanos oriundos das Caraíbas as percentagens eram algo mais baixas. Existia também uma proporção mais pequena de casais originários do sul da Ásia com filhos, que coabitavam. Embora o número de agregados monoparentais tenha aumentado mais rapidamente entre os grupos oriundos do sul da Ásia do que noutros grupos étnicos, a proporção de tais agregados permaneceu mais baixa do que entre os brancos (16 por cento), ou entre os africanos das Caraíbas (36 por cento). Embora pareça haver alguns sinais de mudança entre as famílias da Ásia do sul na Grã-Bretanha – como, por exemplo, o facto dos jovens exigirem que a sua opinião seja tida em conta nos casamentos arranjados, ou o aumento crescente dos divórcios e dos agregados monoparentais – no seu todo, as famílias oriundas do sul da Ásia continuam a ser surpreendentemente fortes.



"Se alguém souber de alguma razão pela qual estas duas pessoas não podem levar a tralha para um apartamento..." *Daily Telegraph: The Best of Matt, Orion, 1995.*

Famílias negras

As famílias negras britânicas oriundas das Caraíbas têm também uma estrutura diferente. Há consideravelmente muito menos mulheres negras com idades compreendidas entre os vinte e os quarenta quatro anos casadas do que mulheres brancas com a mesma idade. Os índices de divórcio e separação entre os africanos das Caraíbas são mais elevados do que em qualquer outro grupo étnico na Grã-Bretanha. Os agregados monoparentais também são mais comuns entre os africanos das Caraíbas do que em qualquer outra minoria étnica; contudo, ao contrário do que acontece noutros grupos étnicos, é mais comum encontrar mães solteiras empregadas entre as mulheres africanas oriundas das Caraíbas, (Modood *et al.*, 1997).

O mesmo se passa entre as mulheres afro-americanas dos Estados Unidos, onde este facto tem dado origem a debates acesos. Há trinta e cinco anos atrás, o Senador Daniel Patrick Moyniham descreveu as famílias negras como «desorganizadas» e envolvidas num «emaranhado de patologias» (Moynihan, 1965). A divergência entre os padrões familiares dos negros e dos brancos nos Estados Unidos acentuou-se ainda mais desde os princípios da década de 60 – altura em que Moyniham efectuou o seu estudo – até agora. Em 1960, 21% das famílias afro-americanas eram encabeçadas por mulheres; entre as famílias brancas o número era apenas de 8%. Em 1993, o número para as famílias negras subira para mais de 58%, enquanto era de 26% para as famílias brancas.

As famílias encabeçadas por mulheres estão mais proeminentemente representadas entre a população negra pobre. Os afro-americanos dos bairros degradados sentiram nas últimas duas décadas poucas melhorias das suas condições de vida: a maioria está confinada a empregos desqualificados e mal pagos ou a um desemprego mais ou menos permanente. Nestas circunstâncias, pouco há que sustente a continuidade

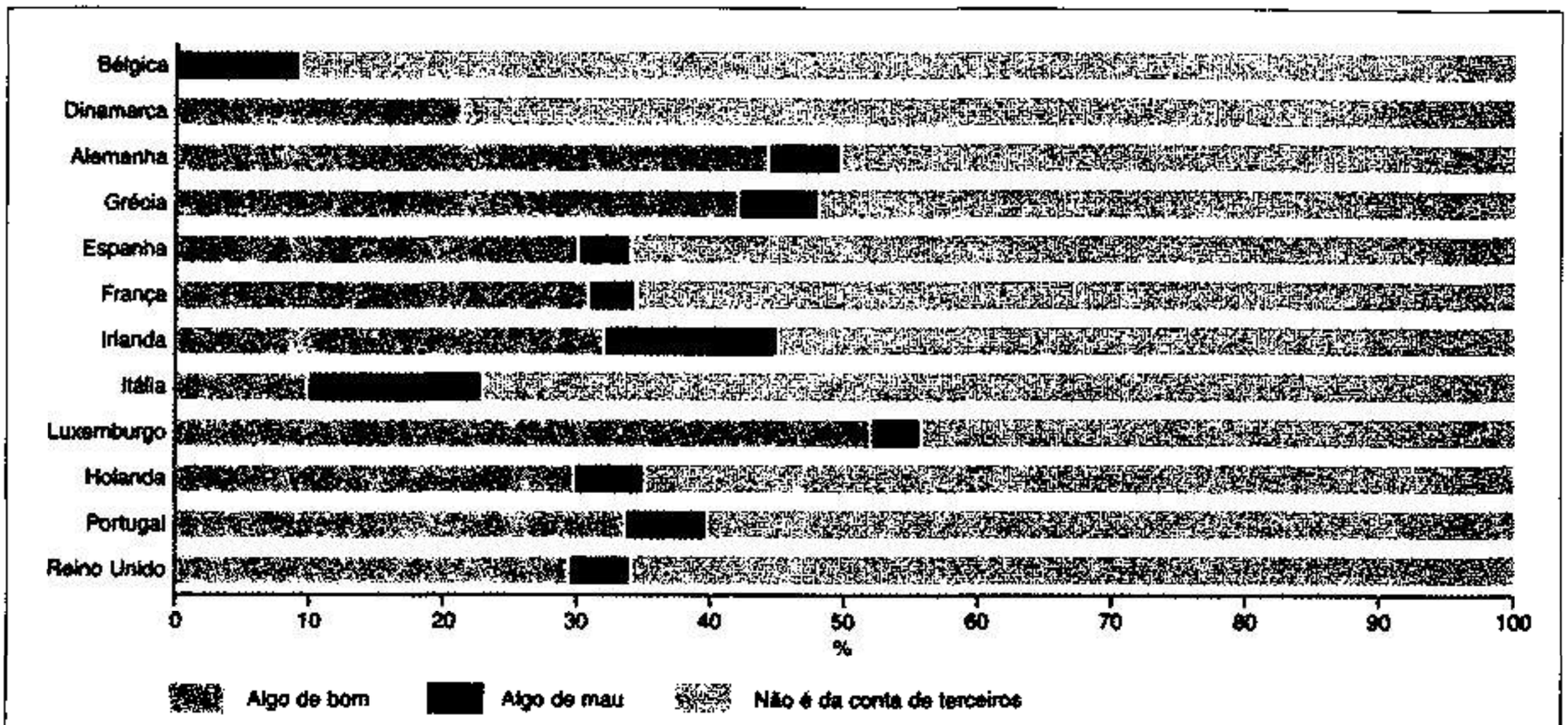


Figura 7.5 Opiniões sobre a coabitação de indivíduos entre os 15 e os 24 anos, União Europeia, 1993

Fonte: Eurobarómetro, Sondagem 39.0, 1993. De Eurostat, *Social Profile of Europe*, 1998, p. 61.

Quadro 7.4 Percentagem de pessoas não-casadas em coabitação: por idade e genéro, na Grã-Bretanha, 1998-9

Grupos de idade	Homens	Mulheres
16-19	1	8
20-24	18	27
25-29	39	39
30-34	44	35
35-39	36	29
40-44	31	26
45-49	28	16
50-54	17	16
55-59	18	12
Todos os que não são casados, idades entre os 16-59 anos	26	25

No número dos que não são casados incluem-se as pessoas separadas, mas legalmente casadas.

Fonte: General Household Survey, Office for National Statistics. De *Social Trends*, 30 (2000), p. 40. Copyright da Coroa.

dos relacionamentos matrimoniais. Os mesmos factores parecem aplicar-se às famílias negras dos bairros mais pobres de Londres e de outras cidades do Reino Unido.

Grande parte das discussões sobre as famílias negras têm-se centrado nos baixos níveis de casamento formal, mas alguns analistas acreditam que tal não é constante. A relação matrimonial não forma necessariamente a estrutura da família negra, como acontece nas famílias de outros grupos étnicos. As redes de parentesco extenso são importantes para os africanos das Caraíbas – são muito mais significativas, relativamente aos laços matrimoniais, e mais importantes do que na maioria das comunidades brancas. É provável que uma mãe que encabeça uma família monoparental tenha uma rede de familiares próximos a cujo apoio pode recorrer. Os irmãos também têm um papel importante nas famílias de africanos das Caraíbas ajudando na criação das crianças pequenas (Chamberlain, 1999). Isto contradiz a ideia de que as famílias negras monoparentais são necessariamente famílias instáveis. Um número muito maior de famílias encabeçadas por mulheres afro-americanas têm outros parentes a viver com elas do que as famílias brancas chefiadas por mulheres.

Alternativas ao casamento

Coabitação

A Coabitação – situação que tem lugar quando um casal vive junto e mantém relações sexuais sem haver casamento – tem vindo a generalizar-se na maioria das sociedades ocidentais. Se anteriormente o casamento era a base definitiva da união entre duas pessoas, actualmente tal já não acontece. Hoje em dia talvez seja mais apropriado falar-se em juntar-se *(coupling)* e separar-se *(uncoupling)*. Um número crescente de casais, envolvidos em relações de longa duração, escolhem não se casar, e em vez disso optam por viver juntos e criar assim os seus filhos.

Na Grã-Bretanha, até muito recentemente, a coabitação era vista de um modo geral como algo de escandaloso. O Inquérito Geral sobre Agregados Familiares (General Household Surveys), a fonte primordial de dados sobre os padrões familiares britânicos, incluía pela primeira vez em 1979 uma questão sobre a coabitação. No entanto, na Grã-Bretanha e por toda a Europa as atitudes dos jovens face à coabitação estão a mudar (ver figura 7.5 e quadro 7.4). Nas décadas recentes, o número de homens e de mulheres solteiros que partilham um lar tem vindo a aumentar consideravelmente. No Reino Unido, houve um aumento de 400% nos últimos quarenta anos do número de pessoas que vivem juntas em coabitação antes do casamento. Apenas 4% das mulheres nascidas nos anos 20 coabitavam com o seu parceiro aquando da realização do inquérito e apenas 19% das nascidas nos anos 40 o faziam. Contudo, entre as mulheres nascidas na década de 60 a percentagem chegava quase a metade. Prevê-se que, no ano 2000, quatro em cada cinco casais que formalizaram a sua relação através do casamento já tenham vivido em coabitação antes do mesmo (Wilkinson e Mulgan, 1995).

Apesar da coabitação se ter tornado cada vez mais popular, pesquisas recentes indicam que o casamento continua ainda a ser mais estável. Existe uma maior probabilidade de separação entre os casais que vivem juntos e não são casados, do que entre os casais casados.

Actualmente, a coabitação na Grã-Bretanha parece ser para a maioria das pessoas um estágio experimental anterior ao casamento, não obstante o tempo de duração da coabitação ter vindo a aumentar e cada vez mais casais a escolherem em alternativa ao casamento. Os jovens têm passado a viver juntos mais pela marcha dos acontecimentos do que por um planeamento calculado. Um casal que mantenha um relacionamento sexual passa cada vez mais tempo junto, acabando um ou outro por abdicar da sua habitação individual. Os jovens que vivem juntos quase sempre planeiam casar-se, mas não necessariamente com o seu parceiro de então. Só uma minoria destes casais tem um orçamento conjunto.

Num estudo levado a cabo por investigadores da Universidade de Nottingham, em 1999, os sociólogos conduziram entrevistas a uma amostra de casais que coabitavam ou estavam casados, com filhos com menos de 11 anos, bem como a uma amostra constituída pelos seus pais, que ainda eram casados. Estes sociólogos interessavam-se pelas diferenças em matéria de compromisso, entre as pessoas casadas mais velhas, e os casais da nova geração. Os investigadores concluíram que a jovem geração, tanto os casados como os que viviam em coabitação, tinham mais em comum entre si, do que com os seus pais. Enquanto a geração mais velha via o casamento em termos de obrigações e deveres, a nova geração encarecia os compromissos livremente aceites. A grande diferença entre os entrevistados da geração mais nova residia no facto de alguns deles preferirem ver o seu compromisso reconhecido publicamente através do casamento (Dyer, 1999).

Casais homossexuais

Hoje em dia, muitos homens e mulheres homossexuais mantêm relacionamentos estáveis como casais. As relações entre homens e mulheres homossexuais são muito mais baseadas no compromisso pessoal e na confiança mútua do que na lei, pois a maior parte dos países ainda não aprova o casamento entre homossexuais. Tem-se aplicado a expressão 'famílias de escolha' às relações homossexuais, pois esta reflecte as formas positivas e criativas da vida quotidiana que os casais homossexuais cada vez mais levam a cabo juntos. Muitas das características tradicionais das relações heterossexuais – como o acompanhamento mútuo, o afecto e a responsabilidade em caso de doença, a partilha do dinheiro, e outras mais – estão a integrar-se nas famílias homossexuais através de formas que não eram possíveis antigamente.

Existe desde os anos 80 um interesse académico crescente pelas famílias homossexuais de um ou de outro sexo. Os sociólogos observaram que as relações homossexuais apresentam formas de intimidade e de igualdade muito diferentes das que são comuns nos casais heterossexuais. As relações homossexuais têm de ser construídas e negociadas fora das normas e linhas de orientação que governam muitas uniões heterossexuais, pois os homens e mulheres homossexuais foram excluídos da instituição do casamento, e também porque os papéis tradicionais dos géneros não são facilmente aplicáveis aos casais do mesmo sexo. Alguns sugerem que a epidemia da SIDA foi um factor importante no desenvolvimento de uma cultura distinta de afecto e compromisso entre parceiros homossexuais.

Weeks, Heaphy e Donovan (1999) distinguem três padrões significativos nos casais homossexuais de um e de outro sexo. Em primeiro lugar, existe uma maior oportunidade de *igualdade entre os parceiros*, pois estes não são guiados pelos estereótipos culturais e sociais que condicionam as relações heterossexuais. Os casais homossexuais podem escolher deliberadamente como definir a sua relação de forma a evitar os tipos de desigualdade e desfasamento de poder característicos de muitos casais heterossexuais. Em segundo lugar, os parceiros homossexuais *negoceiam* os parâmetros e o funcionamento das suas relações. Enquanto os casais heterossexuais são influenciados por papéis associados ao género socialmente enraizados, entre os casais do mesmo sexo as expectativas sobre quem faz o quê numa relação são menores. Por exemplo, se nos casamentos heterossexuais as mulheres tendem a ocupar-se mais do trabalho doméstico e da criação dos filhos, tais expectativas não existem nas relações homossexuais. Tudo se torna um motivo de negociação, o que pode conduzir a uma partilha das responsabilidades mais igualitária. Em terceiro lugar, as relações homossexuais demonstram ser uma forma particular de *compromisso*, para o qual não existe um enquadramento institucional. A confiança mútua, a disposição para enfrentar dificuldades e uma responsabilidade partilhada do 'trabalho emocional' parecem ser as características distintivas das relações homossexuais (Weeks *et al.*, 1999).

O abrandamento de atitudes intolerantes do passado em relação à homossexualidade tem sido acompanhada pela tendência crescente dos tribunais a atribuírem a custódia dos filhos a mães envolvidas em relacionamentos homossexuais. As técnicas de inseminação artificial possibilitam que as lésbicas possam ter filhos e iniciar famílias de progenitores homossexuais sem qualquer contacto heterossexual. Embora praticamente todas as famílias britânicas homossexuais com filhos envolvam duas mulheres, durante um certo período, entre o fim dos anos 60 e o princípio dos anos 70, os departamentos da Segurança Social de várias cidades norte-americanas atribuíram a custódia de rapazes adolescentes homossexuais sem lar a casais homossexuais masculinos. Esta prática foi abandonada, em grande parte devido à reacção pública adversa de que foi alvo.

Um número recente de vitórias legais para os casais homossexuais indica que os seus direitos estão gradualmente a ser consolidados por lei. Na Grã-Bretanha a legislação de 1999 constituiu um marco por declarar que um casal homossexual com uma relação estável podia ser definido como uma família. Esta classificação dos parceiros homossexuais como 'membros da família' irá influir juridicamente em âmbitos como os da imigração, segurança social, impostos, herança e apoio aos filhos. Em 1999 um tribunal norte-americano atribuiu os direitos paternais a um casal masculino homossexual, considerando que os nomes dos dois deveriam figurar no certificado de nascimento da criança, gerada através de inseminação artificial numa mulher. Um dos parceiros que levou o caso a tribunal testemunhou que, "Estamos a celebrar uma vitória legal. A família nuclear tal como a conhecemos está a evoluir. A ênfase não deve ser colocada em ser-se pai ou mãe, mas sim em haver adultos ternos e que cuidem da criança, quer se trate de uma mãe solteira ou de um casal homossexual que vive com empenho a sua relação" (Hartley-Brewer, 1999).

Violência e abuso na vida familiar

A vida familiar abrange virtualmente toda a gama de experiências emocionais, pois as relações familiares ou de parentesco fazem parte da existência de toda a gente. As relações familiares – entre marido e mulher, pais e filhos, irmãos e irmãs, ou entre parentes mais afastados – podem ser calorosas e gratifi-

cantes. Mas podem igualmente estar impregnadas das mais pronunciadas tensões que levam as pessoas ao desespero ou as enchem de um sentimento profundo de ansiedade e culpa. Este «lado sombrio» da vida familiar contrasta com as imagens cor-de-rosa de harmon a que impregnam frequentemente os anúncios publicitários e outros locais dos meios de comunicação social populares. Maus tratos dados às crianças são dois dos seus aspectos mais inquietantes.

A violência no seio da família

Podemos definir a violência doméstica como o abuso físico de um membro da família em relação a outro ou outros membros. Os estudos mostram que o principal alvo de abuso físico são as crianças, principalmente as crianças pequenas com menos de seis anos. O segundo tipo de violência mais comum é a exercida pelos maridos sobre as mulheres. Contudo, as mulheres podem também ser perpetradoras de violência física doméstica contra filhos pequenos e maridos.

A casa é, de facto, o lugar mais perigoso da sociedade moderna. Em termos estatísticos, seja qual for o sexo ou a idade, uma pessoa estará mais sujeita à violência em casa do que numa rua à noite. Um em quatro assassinatos no Reino Unido é cometido por um membro da família contra outro. As mulheres correm mais risco de violência por parte de homens com quem têm relações familiares e íntimas do que por parte de estranhos.

O problema da violência doméstica ganhou atenção popular e académica, durante a década de 70, em resultado do trabalho desenvolvido por grupos feministas nos centros de refúgio para 'mulheres maltratadas'. Antes disso, a violência doméstica, bem como os maus-tratos às crianças eram fenómenos discretamente ignorados. Os estudos feministas sobre a violência doméstica chamaram a atenção para a prevalência e a severidade da violência dirigida contra as mulheres nas suas casas. A maior parte dos episódios violentos entre marido e mulher reportados à polícia envolviam violência por parte dos homens contra as suas esposas. Em menos de 5% dos casos foi usada força física por parte das mulheres contra os seus maridos (Dobash e Dobash, 1980). As feministas apoiaram-se nestas estatísticas para apoiar o seu argumento de que a violência doméstica é uma forma maior do controlo masculino exercido sobre as mulheres.

Sobre perspectivas quanto à patriarcado e dominação, ver 'Feminismo radical', pág. 117

Comentadores conservadores têm vindo a afirmar recentemente que a violência familiar não é uma consequência do poder masculino patriarcal, como defendem as feministas, mas que tem que ver com as 'famílias disfuncionais'. Assim, a violência dirigida contra a mulher é um reflexo da crise crescente da família e da erosão dos padrões morais. Estes autores questionam os dados que dão como rara a violência dirigida pelas mulheres contra os homens, pois os homens estarão menos dispostos a reportar situações em que tenham sofrido violência por parte de mulheres, do que vice-versa (Straus e Gelles, 1986).

Tais afirmações têm sido fortemente criticadas por feministas e por outros investigadores que argumentam que a violência por parte das mulheres é, em todo o caso, restringida e episódica, com menos probabilidades de causar danos físicos permanentes, do que a exercida pelos homens. Estes autores defendem que não é suficiente olhar para os 'números' que retratam incidentes violentos nas famílias. Pelo contrário, é essencial olhar para o significado, o contexto e o efeito da violência exercida. «Bater na mulher» – a agressão física regular dos maridos sobre as mulheres – é algo que não tem equivalente real da parte destas. Os homens que maltratam fisicamente os filhos tendem provavelmente a fazê-lo de um modo mais consistente, causando ferimentos acentuados, do que as mulheres.

James Nazroo conduziu um estudo, na Grã-Bretanha, com noventa e seis casais que coabitavam, com a intenção de revelar a incidência da violência nas casas (1995). O autor concluiu que a violência masculina tem muito mais probabilidades de resultar em danos físicos permanentes, do que aquela que é dirigida pelas mulheres contra os homens.

Porque é que a violência doméstica é tão banal? Há um conjunto de factores envolvidos. Um deles reside na combinação entre a intensidade emocional e a intimidade pessoal características da vida familiar. Os laços familiares estão normalmente impregnados de emoções fortes, que misturam frequentemente amor e ódio. As desavenças que ocorrem no

contexto doméstico podem libertar antagonismos que não seriam sentidos da mesma forma noutros contextos sociais. O que parece ser um incidente menor pode precipitar hostilidades em larga escala entre cônjuges ou entre pais e filhos. Um homem tolerante em relação às excentricidades de comportamento de outra mulher pode ficar furioso se a sua mulher falar demais num jantar ou revelar intimidades que ele deseja manter em segredo.

Uma segunda influência reside no facto de se tolerar e até mesmo aprovar um certo grau de violência no âmbito da família. Embora a violência familiar socialmente aprovada seja de natureza relativamente limitada, pode facilmente degenerar em formas mais severas de agressão. Haverá poucas crianças na Grã-Bretanha que nunca tenham levado uma bofetada ou apanhado uma tareia – mesmo que leve – de um dos seus progenitores. Estas acções gozam frequentemente da aprovação dos outros e provavelmente não são sequer reconhecidas como «violência». Embora menos explícita, existe (ou existiu no passado) também uma aprovação social da violência entre esposos. A aceitação cultural desta forma de violência doméstica está expressa no velho ditado: "A mulher, o cavalo e a nogueira; quanto mais apanham, melhor ficam".

No local de trabalho e em outros lugares públicos é regra geral que ninguém pode bater em ninguém, por mais ofensiva ou irritante que a outra pessoa seja. O mesmo não sucede na família. Um grande número de investigadores mostrou que uma proporção substancial dos casais acredita que, em determinadas circunstâncias, é legítimo um dos esposos bater no outro. Cerca de um em quatro americanos de ambos os sexos pensa que pode haver razões que justifiquem o marido bater na mulher. Uma percentagem mais baixa acredita que o inverso também é válido (Greenblat, 1983).

O incesto e o abuso sexual de crianças

Podemos definir com facilidade o abuso sexual de crianças como a prática de actos sexuais por adultos com crianças de idade inferior ao que é permitido por lei (na Grã-Bretanha, dezasseis anos). Entendemos por incesto as relações sexuais entre parentes próximos. Nem todos os casos de incesto são de abuso sexual. As relações sexuais entre irmão e irmã, por exemplo, são incestuosas, mas não se encaixam na definição de abuso. Em caso de abuso sexual, um adulto está basicamente a explorar um menor ou uma criança com um propósito sexual (Ennew, 1986). No entanto, a forma mais comum de incesto é aquela em que há também abuso sexual – as relações incestuosas entre pai e filhas menores.

O incesto e, de um modo geral, o abuso sexual infantil são fenómenos que têm sido «descobertos» apenas nos últimos dez ou vinte anos. Sabia-se por certo há muito tempo que tais actos sexuais ocorriam, mas a maioria dos cientistas sociais partia do princípio de que os enormes tabus existentes sobre este tipo de comportamento significavam que este era muito pouco comum. Mas tal não acontece. O abuso sexual de crianças revelou-se um facto assustadoramente banal. Encontra-se com mais frequência em famílias de classe baixa, mas tem lugar em todos os níveis da estrutura social – bem como nas instituições, como veremos mais adiante.

Embora a natureza do abuso sexual infantil seja fácil de entender na sua forma mais básica, é difícil, se não mesmo impossível, calcular toda a sua amplitude, por causa das múltiplas formas que pode assumir. Investigadores e tribunais não conseguiram arranjar definições completamente consensuais de abuso infantil em geral e de abuso sexual de crianças em particular. Uma secção da Lei da Infância de 1989 fala em «males relevantes» causados pela falta de cuidados básicos – mas não fica explícito o que se considera como males «relevantes». O Instituto Nacional para a Protecção da Criança define quatro categorias de abuso: «negligência», «abusos físicos», «abusos emocionais» e «abusos sexuais». O abuso sexual é definido como um «contacto sexual entre uma criança e um adulto tendo em vista a satisfação sexual do adulto» (Lyon e de Cruz, 1993).

A força ou a ameaça de violência estão implicadas em muitos casos de incesto. As crianças, por vezes, são participantes mais ou menos condescendentes, mas tal parece suceder raramente. É certo que as crianças são seres sexuais e que se envolvem com frequência em brincadeiras sexuais moderadas ou em exploração sexual mútua. Mas a grande maioria das crianças sujeita a contactos sexuais por parte de familiares adultos acha a experiência repugnante, vergonhosa ou perturbadora. Existe hoje em dia material suficiente para indicar que o abuso sexual infantil

pode ter consequências a longo prazo para as crianças que o sofrem. Estudos efectuados sobre prostitutas, delinquentes juvenis, adolescentes que fogem de casa e consumidores de droga mostram que uma grande percentagem tem um historial de abuso sexual durante a infância. Não podemos, obviamente, confundir correlação com causa. Demonstrar que essas categorias de pessoas foram vítimas de abuso sexual infantil não prova que esse abuso tenha sido uma influência causal no seu comportamento posterior. Há provavelmente uma série de factores envolvidos, tais como os conflitos familiares, a negligência por parte dos pais ou a violência física.

Pesquisas recentes sobre o abuso sexual

No decurso da década de oitenta (séc. XX) foram levadas a cabo umas quarenta investigações sobre abuso sexual infantil na Grã-Bretanha. O caso mais conhecido foi o *Inquérito Cleveland* de 1987. Esta investigação envolveu dois médicos, Marietta Higgs e Geoffrey Wyat, que afirmaram existir uma série de crianças da região vítimas de abuso sexual por parte de membros da própria família. Os pais, que como consequência ficaram sem a custódia legal dos filhos por intervenção de assistentes sociais, protestaram e clamaram a sua inocência.

Houve médicos da polícia que não estiveram de acordo com as conclusões e gerou-se um debate nacional, sendo publicados na imprensa muitos artigos sobre o caso. O director dos serviços sociais de Cleveland acabou por reconhecer que doze das famílias, envolvendo vinte e seis crianças, haviam sido injustamente acusadas. Poucas questões geram emoções tão intensas, e os perpetradores de abuso sexual de crianças negam quase sempre com veemência a prática de tais actos. Por outro lado, sempre que pais ou familiares são injustamente acusados a dor emocional causada é grande.

A maior investigação sobre abuso sexual de crianças efectuada na Grã-Bretanha envolveu acusações de abuso, não no interior da família, mas num espaço institucional. Em 1996 constituiu-se a Comissão Waterhouse para investigar as acusações de abuso sexual infantil, em duas áreas do norte do País de Gales, nas residências de acolhimento social. O inquérito prolongou-se por mais de 200 dias, recolhendo provas de 575 testemunhas incluindo os depoimentos de 259 antigos residentes. O relatório, publicado em Fevereiro de 2000, revelou que entre 1974 e 1990 houve um grande número de abusos físicos e sexuais de rapazes, e em menor número de raparigas, em vários lares de acolhimento pertencentes a autoridades locais – a maior parte dos delitos foram cometidos por administradores e assistentes sociais. O relatório descreveu a vida numa das casas, Bryn Eastyn, como "uma forma de purgatório, mas pior, uma vez que as [crianças] saíam daqui mais maltratadas do que quando entraram" (Waterhouse Inquiry, 2000).

A maior parte das acusações recolhidas pelo inquérito dizia respeito ao uso contínuo e repetido da força, incluindo o espancamento e o estrangulamento das crianças, ameaçando-as e sujeitando-as a abusos emocionais. No entanto, a maior atenção recaiu no abuso sexual dos rapazes pelo pessoal da instituição. O relatório confirmou que durante um período de mais de dez anos dois funcionários de grau elevado do sexo masculino violentaram continuamente rapazes. O subdirector principal de uma das casas tinha como prática diária convidar um conjunto de rapazes para irem a altas horas da noite ao seu apartamento privado, onde abusava sexualmente dos rapazes. O pessoal que tinha conhecimento das suas acções nunca qualificou este comportamento como 'inapropriado', criando à volta destes abusos aquilo que o relatório qualificou como 'culto do silêncio'. As crianças eram desencorajadas a fazerem queixa e no sistema do serviço social não havia procedimentos adequados para monitorizar e administrar as actividades destas residências de apoio.

O debate sobre os «valores familiares»

«A família está a desaparecer!» gritam, alarmados, os defensores dos valores familiares, analisando as mudanças das últimas décadas – uma atitude mais liberal e aberta em relação à sexualidade, um aumento sempre crescente das taxas de divórcio e uma preocupação geral em relação à felicidade pessoal à custa das velhas concepções dos deveres familiares. É necessário recuperar a ordem moral da vida familiar, defendem. É necessário reinstituir a família tradicional, muito mais estável e organizada do que a complexa rede de relações em que hoje em dia a maioria de nós se vê envolvido.

«Não!» respondem os críticos. «Pensa-se que a família está a desaparecer. Na verdade, está apenas a diversificar-se. Devemos encorajar uma variedade de formas de vida familiar e de formas de vida sexual, em vez de pressupor que toda a gente tem de estar comprimida no mesmo molde».

Quem tem razão? Provavelmente o melhor será manter uma posição crítica em relação a ambas as perspectivas. Um retorno à forma tradicional de família não é possível. Não apenas por, como já foi explicado, o que se entende por família tradicional nunca ter existido, ou por as inúmeras facetas opressivas da família do passado lhe terem retirado prestígio como modelo. Mas também em virtude de as mudanças sociais que transformaram os modelos do casamento e família do passado serem, na sua maioria, irreversíveis. As mulheres não voltarão em grande número à situação doméstica de que lhes custou tanto a livrar-se. Hoje em dia, para o bem ou para o mal, o relacionamento sexual e o casamento não podem voltar a ser o que eram. A comunicação emocional – ou melhor, a criação activa e sustentada das relações – tornou-se uma parte central das nossas vidas no domínio pessoal e familiar.

O que irá acontecer? A taxa de divórcio pode ter estabilizado e deixado de aumentar em relação aos elevados níveis anteriores, mas não está a diminuir. Todas as medições de divórcios são, até certo ponto, estimativas mas, tendo em conta as tendências do passado, podemos prever que cerca de 60% dos casamentos celebrados hoje poderão acabar em divórcio dentro de dez anos.

O divórcio, como vimos, nem sempre é um reflexo da infelicidade. As pessoas que antigamente se sentiam pressionadas a manter casamentos infelizes podem hoje em dia começar de novo. Mas não pode haver dúvidas de que as tendências actuais em relação à sexualidade, ao casamento e à família geram profundas ansiedades em determinadas pessoas, ao mesmo tempo que dão novas possibilidades de satisfação e auto-realização a outras.

Aqueles que defendem que a grande diversidade de formas familiares actualmente existentes, que libertam as pessoas das limitações e sofrimentos do passado, têm certamente, em grande medida, razão. Homens e mulheres podem permanecer sós se assim o quiserem, sem terem de enfrentar a desaprovação social associada no passado a ser-se um homem solteiro ou, sobretudo, uma solteirona. Os casais que vivem juntos em coabitação já não são socialmente rejeitados pelos seus amigos casados mais «respeitáveis». Os casais homossexuais podem construir um lar em conjunto e educar crianças sem terem de lidar com o mesmo grau de hostilidade que teriam enfrentado no passado.

Como já se disse, é difícil resistir à conclusão de que estamos presentemente numa encruzilhada. Será que o futuro trará uma decadência ainda maior do casamento e das relações duradouras? Viveremos num cenário emotivo e sexual marcado pela amargura e pela violência? Ninguém sabe ao certo. Mas a análise sociológica do casamento e da família que aqui é apresentada leva-nos a pensar que não se resolvem os problemas actuais olhando para o passado. É necessário tentar reconciliar a liberdade individual que a maioria de nós aprendeu a valorizar na vida pessoal com a necessidade de constituir relações estáveis e duradouras com outras pessoas.

1 Parentesco, família e casamento são termos estreitamente relacionados e de grande significado para a Sociologia e para a Antropologia. O parentesco abrange tanto os laços genéticos como os iniciados pelo casamento. Uma família é um grupo de parentes responsável pela criação e educação das crianças. O casamento é uma ligação entre duas pessoas que vivem juntas num relacionamento sexual socialmente aprovado.

2 Uma família nuclear é um agregado familiar em que um casal (ou um só progenitor) vive com os seus filhos, próprios ou adoptados. Quando outros familiares, além do casal e dos seus filhos, fazem também parte desse agregado ou estão envolvidos em relacionamentos próximos e contínuos com ele, falamos na existência de uma família extensa.

3 Nas sociedades ocidentais, o casamento e, por conseguinte, a família estão associados à monogamia (um relacionamento sexual culturalmente aprovado entre uma mulher e um homem). Muitas outras culturas toleram e encorajam a poligamia, em que um indivíduo pode ser ao mesmo tempo casado com dois ou mais cônjuges.

4 Durante o século vinte, o predomínio da família nuclear sofreu uma erosão constante, em particular o seu papel na maior parte das sociedades industrializadas. Existe actualmente uma grande diversidade de formas familiares.

5 O estudo da família foi abordado de acordo com perspectivas teóricas opostas. Os funcionalistas viram a família como uma das instituições fundamentais da sociedade, referindo-se particularmente ao seu papel na socialização das crianças. A abordagem feminista estudou as desigualdades em muitas áreas da vida familiar, incluindo a divisão doméstica do trabalho, as relações desiguais de poder e as actividades de prestação de cuidados a cargo das mulheres.

6 As taxas de divórcio têm vindo a aumentar desde o pós-guerra, e o número de primeiros casamentos têm vindo a diminuir. Como consequência, uma proporção crescente da sociedade vive em agregados monoparentais.

7 Os níveis de segundos casamentos são bastante elevados. Voltar a casar pode levar à formação de uma família recomposta – uma família na qual pelo menos um dos membros adultos já tem filhos de casamentos ou relações anteriores. O termo 'pai ausente' refere-se aos pais cujo contacto com os filhos é esporádico (ou nenhum) depois de uma separação ou divórcio.

8 Existe uma grande diversidade de formas familiares entre as minorias étnicas. Na Grã-Bretanha, as famílias originárias da Ásia do sul ou as dos africanos oriundos das Caraíbas diferem dos tipos de família dominantes.

9 O casamento já não é base que define a união entre duas pessoas. A coabitação (quando um casal vive junto numa relação sexual fora do casamento) está cada vez mais espalhada em muitos países industrializados. Devido ao abrandamento das atitudes intolerantes face à homossexualidade, há cada vez mais homens e mulheres homossexuais a viverem juntos como casais. Em alguns casos os casais homossexuais conseguiram obter o direito legal de ser definidos como uma família.

10 A vida familiar nem sempre é, de forma alguma, um retrato de harmonia e de felicidade, pois, por vezes, o abuso sexual e a violência doméstica têm lugar no seu seio. A maioria dos casos de abuso sexual de crianças é praticada por homens e está, aparentemente, relacionada com outros tipos de comportamento violento de certos homens.

11 O casamento deixou de ser (se é que alguma vez o foi) uma condição para contactos sexuais regulares para ambos os sexos; também já não é a base da actividade económica. Parece certo que irão continuar a florescer diferentes formas de relacionamento social e sexual. O casamento e a família continuam a ser instituições firmemente estabelecidas, embora estejam submetidas a grandes pressões e tensões.

PARA REFLEXÃO

1 Serão todas as formas familiares igualmente aceitáveis nas sociedades contemporâneas?

2 A poliginia e a poliandria poderão ter lugar nas sociedades contemporâneas?

3 Como é que os níveis de divórcio em ascensão poderão indicar que a relação matrimonial se tornou mais importante e não menos?

4 Que medidas podem ser tomadas para reduzir o nível de violência no seio das famílias?
5 Com o declínio do papel do homem como sustento da família, que novos papéis podem ser ocupados pelos homens no interior das famílias?
6 Será o amor suficiente para garantir a instituição familiar?

ADICIONAIS

Linda Hantrais e **Marlene Lohkamp-Himminghofen** (eds), *Changing Family Forms, Law and Policy* (Loughborough: Cross-National Research Group, European Research Centre, Loughborough University, 1999)

Brenda M. Hoggett *et al.*, *The Family, Law and Society: Cases and Materials* (London: Butterworths, 1996)

Gordon Hughes e **Ross Ferguson** (eds), *Ordering Lives: Family, Work and Welfare* (London: Routledge, 2000)

Richard M. Lerner e **Domini R. Castellino** (eds), *Adolescents and their Families: Structure, Function and Parent-Youth Relationships* (New York: Garland, 1999)

Helen Wilkinson (ed.), *Family Business* (London: Demos, 2000)

À INTERNET

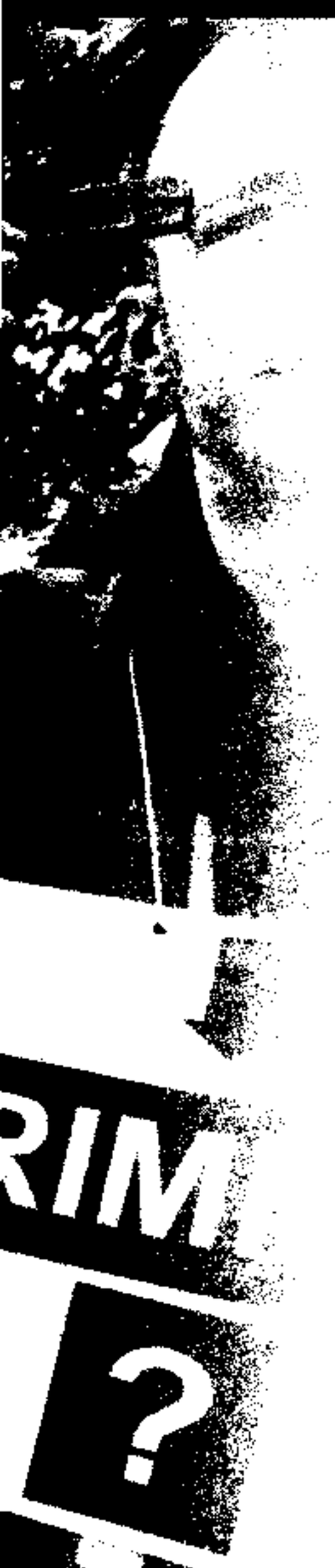
Australian Institute of Family Studies (Instituto Australiano de Estudos Familiares)
http://www.aifs.org.au/

Centre for Policy Studies – um organismo criado por Margaret Tatcher para preservar a família, as empresas, o individualismo e a liberdade
http://www.cps.org.uk

Clearinghouse on International Developments in Child, Youth and Family Policies
http://www.childpolicyintl.org/

Demos – um organismo que aborda pesquisas efectuadas nas áreas da exclusão social, da família e da pobreza
http://www.demos.co.uk

8 Crime e Desvio



A sociologia do desvio 205

Abordagens do crime e do desvio 207
- **Explicações biológicas: os "tipos criminais"** 207
- **Explicações psicológicas: os "estados mentais anormais"** 208

Teorias sociológicas sobre o crime e o desvio 209
- **As teorias funcionalistas** 209
- **As teorias interaccionistas** 211
- **As teorias do conflito: "a nova criminologia"** 214
- **As teorias do controlo social** 217
- **Conclusões teóricas** 218

Padrões do crime no reino unido 218
- **O crime e as estatísticas criminais** 219

Estratégias de redução do crime na sociedade do risco 222
- **Políticas para enfrentar o crime** 223
- **O policiamento na sociedade do risco** 224
- **O Policiamento comunitário** 225

As vítimas e os perpetradores do crime 226
- **Género e crime** 226
- **Crimes contra homossexuais** 230
- **A juventude e o crime** 231
- **O crime do colarinho branco** 233

Crime organizado 235
- **A mudança de rosto do crime organizado** 236
- **O "cibercrime"** 236

As prisões serão uma resposta adequada ao crime? 239

Conclusão: crime, desvio e ordem social 240
- **Sumário** 241
- **Questões para reflexão** 243
- **Leituras adicionais** 243
- **Ligações à Internet** 243

CRIMINAL
?
CRIMINAL
?

Capítulo 8: Crime e Desvio

Toda a gente sabe, ou pensa que sabe, quem são os indivíduos desviantes – pessoas que se recusam a viver de acordo com as regras pelas quais se rege a maioria. São criminosos violentos, drogados ou marginais, gente que não se encaixa no que a maior parte das pessoas define como padrões normais de comportamento aceitável. Contudo, as coisas não são exactamente o que parecem – uma lição que se aprende com frequência em Sociologia, porque esta nos incentiva a olhar para além do óbvio. A noção de indivíduo desviante não é exactamente fácil de definir, e entre crime e desvio não existe uma relação linear.

Kevin Mitnick tem sido descrito como o "mais famoso pirata informático do mundo". Talvez seja justo dizer que este californiano com trinta e seis anos de idade é reverenciado e desprezado em igual medida. Para os 100.000 piratas informáticos que se pensa existirem no mundo, Mitnick é um génio pioneiro, cuja condenação a cinco anos de reclusão numa penitenciária norte-americana foi considerada injusta e injustificada – uma prova concreta de como a actividade de pirata informático se tornou mal interpretada com a expansão das tecnologias de informação. Para as autoridades norte-americanas e as grandes empresas de tecnologia de ponta – como a Sun Microsystems, a Motorola ou a Nokia – Mitnick é um dos homens mais perigosos do planeta. Foi capturado pelo FBI em 1995, e mais tarde condenado por ter capturado códigos de origem e por ter roubado *software* destas e doutras companhias que alegadamente valia milhões de dólares. Como condição para sair da prisão, em Janeiro de 2000, Mitnick foi proibido de usar computadores e de falar publicamente sobre temas tecnológicos.

Ao longo da última década os piratas informáticos foram a pouco e pouco transformados de um grupo pouco conhecido de entusiastas dos computadores num grupo maligno de desviantes considerados uma ameaça à própria estabilidade da era da informação. Em Fevereiro de 2000, a distribuição de ordens de denegação de acesso a importantes páginas *web* de comércio electrónico provocou uma espécie de "histeria antipirataria informática" nos meios de comunicação, no mundo empresarial e nas agências de segurança internacional. Alguns dos sítios da Internet mais visitados – como o Yahoo, o Bay.com, e o Amazon.com – tiveram de parar por algumas horas, enquanto os seus servidores eram bombardeados com milhões de solicitações de informações falsas provenientes de computadores de todo o mundo. Antes que algum dos envolvidos nos "raids online" fosse detido os dedos acusadores foram apontados aos "piratas informáticos" – retratados como uma população sombria de "inadaptados sociais", gente jovem (sobretudo homens) que evita o contacto com outros seres humanos criando vidas alternativas para si próprios ao abrigo do anonimato proporcionado pelos nomes de usuário electrónico.

Contudo, para Mitnick e outros membros desta comunidade tais representações patológicas não podiam estar mais longe da verdade. "Pirata informático é um nome que implica honra e respeito", diz Mitnick num artigo escrito pouco tempo depois da sua saída da prisão. "É um nome que descreve uma competência, não uma actividade, da mesma forma que o de médico descreve uma competência. O nome foi usado durante décadas para descrever o talento de alguns entusiastas dos computadores, pessoas cuja competência para usar computadores e resolver problemas técnicos e puzzles era – e ainda é – respeitada e admirada por outros que também possuem capacidades técnicas similares" (Mitnick, 2000). Os piratas informáticos não perdem tempo a assinalar que as suas actividades não são criminosas. Pelo contrário, o seu principal interesse reside na exploração dos limites da tecnologia informática, tentando desmontar as suas falhas e descobrir até onde é possível chegar na penetração de outros sistemas informáticos. Uma vez descobertas as falhas a "ética hacker" ordena que estas sejam publicitadas. Muitos piratas informáticos já foram inclusivamente consultores de grandes empresas e agências governamentais, ajudando-os na defesa dos seus sistemas contra a intrusão vinda do exterior.

Os piratas informáticos acreditam que têm sido injustamente diabolizados nos últimos anos, à medida que o nome *hacker* tem sido aplicado de forma geral e incorrecta a um número crescente de vândalos informáticos que destroem sítios na Internet, levam a cabo crimes online, ou lançam ataques massivos de denegação de acesso. O espectacular roubo online de 12 biliões de dólares, das contas do Citibank em 1992, e o recente roubo de 300.000 números de cartões de crédito do sítio CD Universe são crimes que foram atribuídos à comunidade hacker contra a sua própria vontade. Também têm sido identificados como piratas informáticos o número crescente de "script kiddies" – adolescentes que se mascaram com a identidade online de outras pessoas, e que semeiam a confusão na Internet, interferindo na correspondência electrónica privada. Os *hackers* (piratas informáticos) como Mitnick não se vêem a si próprios na mesma categoria daqueles cuja única intenção é causar danos. Como afirmou Mitnick aos meios de comunicação norte-americanos depois da sua saída da prisão: "Via-me como alguém que dá uma volta num carro alheio. Não me considero um ladrão".

Como observámos nos capítulos anteriores, a vida social humana é governada por normas e regras. As nossas actividades desmoronar-se-iam se não cumpríssemos as regras que definem certos tipos de comportamento como correctos em determinados contextos e outros como inapropriados. Quando se começa a estudar o comportamento desviante, é necessário ter em conta as regras que as pessoas respeitam e aquelas a que desobedecem. Ninguém quebra *todas* as regras, assim como ninguém as respeita todas. Criamos e quebramos regras. Mesmo indivíduos que podem parecer estar totalmente à margem da sociedade res_eitável – como os *hackers* informáticos, frequentemente considerados uns vilões – seguem provavelmente as regras dos grupos a que pertencem. Os piratas informáticos, por exemplo, vêem-se a si próprios como parte de uma comunidade maior comprometida com determinados princípio colectivos e com um código de honra. Aqueles que se desviam dos códigos estritos de conduta – como os "crackers" (vândalos) – podem ser expulsos da comunidade.

O estudo do comportamento desviante é uma das áreas mais intrigantes e complexas da Sociologia, ensinando-nos que ninguém é tão normal quanto gosta de pensar que o é. Ajuda-nos igualmente a perceber que aquelas pessoas, cujo comportamento pode parecer estranho ou incompreensível, podem ser vistas como seres racionais quando compreendemos porque agem desse modo.

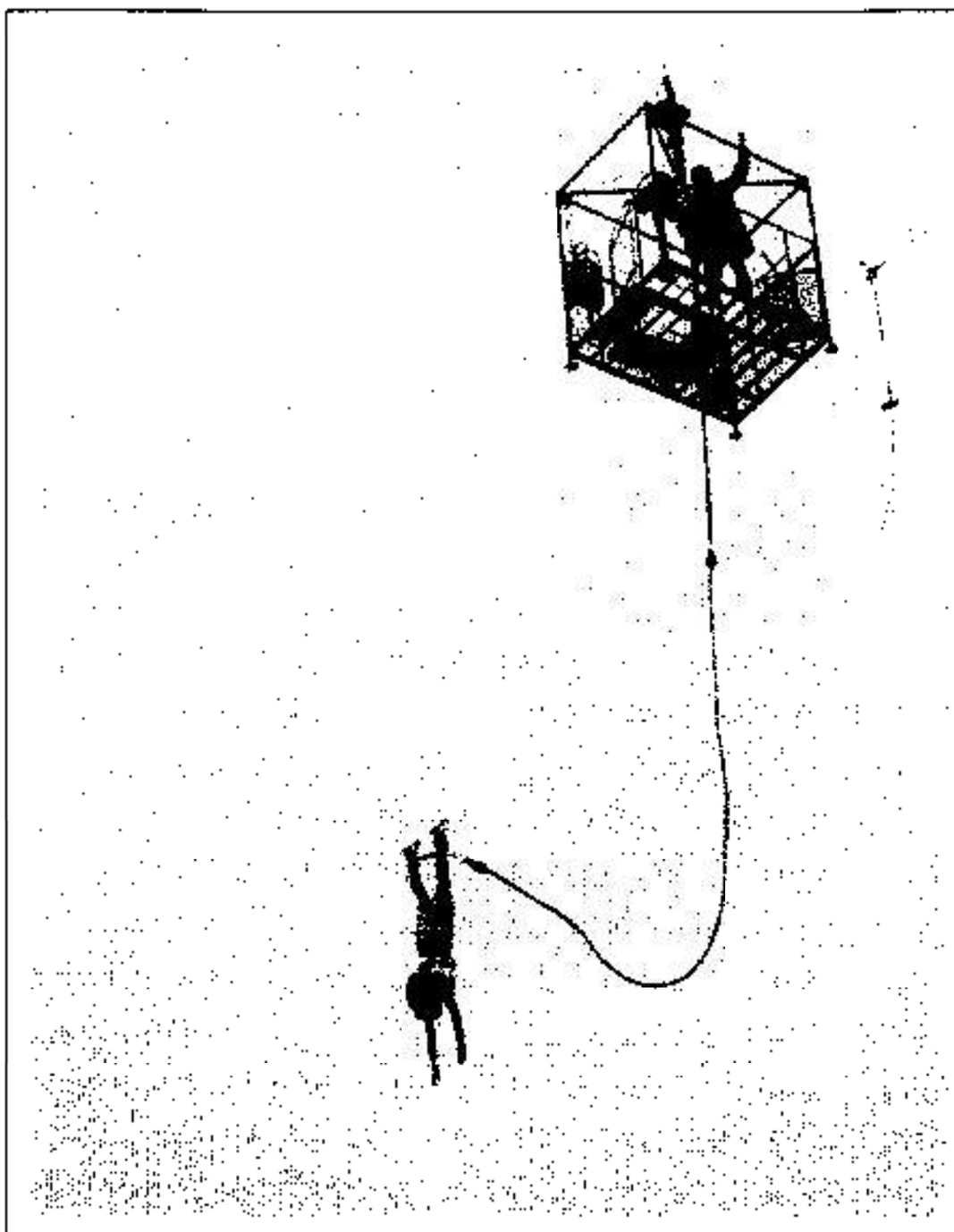
A sociologia do desvio

Podemos definir o desvio como o que não está em conformidade com determinado conjunto de normas aceite por um número significativo de pessoas de uma comunidade ou sociedade. Como já foi enfatizado, nenhuma sociedade pode ser dividida de um modo linear entre os que se desviam das normas e aqueles que estão em conformidade com elas. A maior parte das pessoas transgride, em certas ocasiões, regras de comportamento geralmente aceites. Quase toda a gente, por exemplo, já cometeu em determinada altura actos menores de roubo, como levar alguma coisa de uma loja sem pagar ou apropriar-se de pequenos objectos do emprego – como papel de correspondência – e dar-lhe uso privado. A dada altura das nossas vidas podemos ter excedido o limite de velocidade, feito chamadas telefónicas de brincadeira, ou fumado marijuana.

Desvio e crime não são sinónimos, embora muitas vezes se sobreponham. O âmbito do conceito de desvio é muito mais vasto do que o do conceito de **crime**, que se refere apenas à conduta inconformista que viola uma lei. Muitas formas de comportamento desviante não são sancionadas pela lei. Sendo assim, os estudos sobre desvio podem examinar fenómenos tão diversos como os naturalistas (nudistas), a cultura "rave" ou os viajantes "New Age".

Ver mais sobre 'valores e normas', em relação ao conceito de cultura, pág 22

O conceito de desvio pode aplicar-se tanto ao comportamento do indivíduo, como às actividades dos grupos. O culto de Hare Krishna, um grupo religioso cujas crenças e forma de vida são bem diferentes das da maioria das pessoas que vivem no Reino Unido, é um exemplo ilustrativo deste facto. O culto estabeleceu-se nos anos 60, quando Sril Prabhupada chegou da Índia para difundir a palavra de Krishna no Ocidente. Dirigia a sua mensagem particularmente



Este praticante de saltos tem um comportamento desviante?

E este veste-se de modo "não-convencional"? ▶

aos jovens consumidores de drogas, pregando que uma pessoa podia "estar sempre na maior, descobrindo o êxtase eterno", se seguisse os seus ensinamentos. Os Hare Krisna tornaram-se conhecidos, dançando e cantando nas ruas, aeroportos e outros locais. Eram vistos de forma tolerante pela maior parte da população, ainda que as suas crenças parecessem excêntricas.

Os Hare Krishna representam um exemplo de uma **subcultura desviante**. Embora os seus membros sejam hoje em menor número, têm sobrevivido facilmente na sociedade englobante. A organização é rica, sendo financiada através de donativos feitos pelos seus membros e simpatizantes. A sua posição diverge da posição de uma outra subcultura que pode ser aqui referida em contraste: a dos sem-abrigo permanentes. São pessoas que vivem nas ruas, passando a maior parte do tempo em parques ou edifícios públicos (como bibliotecas), dormindo na rua ou refugiando-se em abrigos. A maioria dos sem-abrigo mantém a custo uma existência difícil nas margens da sociedade.

Há duas disciplinas relacionadas, mas distintas, que estão envolvidas no estudo do crime e do desvio. A **Criminologia** trata das formas de comportamento sancionadas pela lei. Os criminologistas estão frequentemente interessados nas técnicas que permitem medir o crime, nas tendências dos índices criminais, e nas políticas conduzidas com o intuito de reduzir o crime no seio das comunidades. A **sociologia do desvio** interessa-se pela pesquisa criminológica, mas também investiga a conduta que está fora do âmbito do direito penal. Os sociólogos que estudam o comportamento desviante procuram entender porque é que determinados comportamentos são vistos como desviantes, e como varia a aplicação da noção de des-

Normas e sanções

De um modo geral seguimos determinadas normas sociais porque, em virtude da socialização, estamos habituados a fazê-lo. Todas as normas sociais são acompanhadas por sanções que promovem a conformidade e castigam a não conformidade. Chamamos sanção a qualquer reacção por parte dos outros em relação ao comportamento de um indivíduo ou grupo, a fim de assegurar que determinada norma seja cumprida. As sanções podem ser positivas (ofertas de recompensa no caso de conformidade) ou negativas (punição por comportamento inapropriado).

As sanções podem ser divididas em formais ou informais. Uma sanção formal existe quando há um grupo definido de pessoas ou um agente encarregado de assegurar que um conjunto particular de normas é seguido. Nas sociedades modernas, os principais tipos de sanção formal são os que fazem parte do sistema de punição representado pelos tribunais e as prisões. As **leis** são sanções formais definidas pelos governos como regras ou princípios que os seus cidadãos têm de seguir; são usadas contra as pessoas que não se conformam com estes mesmos princípios.

As sanções informais são reacções menos organizadas e mais espontâneas em relação à inconformidade, como sucede quando colegas de escola acusam na brincadeira um deles de estudar de mais e ser um "marrão", quando este decide passar a noite a estudar em vez de ir a uma festa. O sancionamento informal também pode ocorrer quando, por exemplo, um indivíduo faz um comentário sexista ou racista e é confrontado pelos amigos e colegas de trabalho com respostas que não aprovam o seu comentário.

vio a pessoas diferentes no interior de uma mesma sociedade.

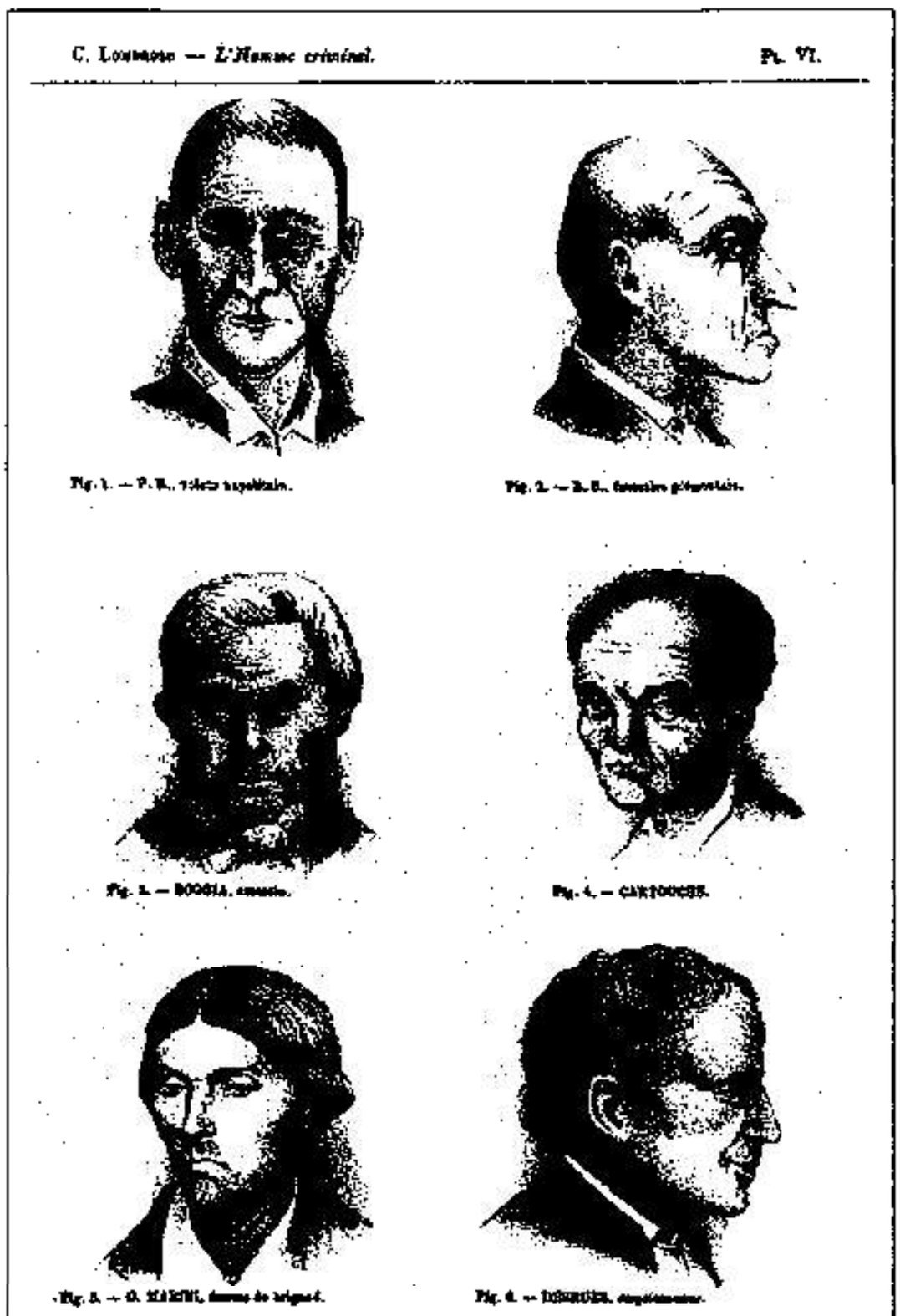
Por isso, o estudo do desvio dirige a nossa atenção para o *poder* social, bem como para a influência da classe social – as divisões entre ricos e pobres. Quando olhamos para o desvio ou para a conformidade com as normas ou regras sociais, temos sempre de ter presente a questão: «*quem* dita as regras?». Como veremos, as normas sociais são fortemente influenciadas pelas divisões de classe e de poder.

Abordagens do crime e do desvio

Em contraste com outras áreas da sociologia, nas quais uma perspectiva teórica particular foi emergindo com o tempo e tornando-se proeminente, no estudo do desvio muitos contributos teóricos continuam a ser relevantes. Depois de uma breve apresentação das explicações biológica e psicológica, iremos voltar às quatro abordagens sociológicas que continuam a influenciar a sociologia do desvio: *as teorias funcionalistas, o interaccionismo simbólico, as teorias do conflito e as teorias do controlo social*.

Explicações biológicas: "os tipos criminais"

Algumas das primeiras tentativas de explicar o delito tiveram, essencialmente, um carácter biológico. Consideravam que os indivíduos possuíam traços inatos que seriam a fonte do crime e do desvio. O criminologista italiano Cesare Lombroso, que trabalhou nos anos setenta do século passado, acreditava que podiam ser identificados tipos de criminosos por meio de determinados traços anatómicos. Este autor investigou a aparência e as características físicas de criminosos, como a forma do cérebro e da testa, o tamanho dos maxilares e o dos braços, concluindo que apresentavam traços que remontavam aos primeiros estádios da evolução humana. Embora aceitasse que a aprendizagem social podia influenciar o desenvolvimento do comportamento criminoso, Lombroso considerava que a maioria dos criminosos eram seres biologicamente degenerados ou patológicos. Como ainda não se tinham desenvolvido inteiramente como seres humanos, tendiam a agir através de formas que não estavam em conformidade com as da sociedade humana. As teorias deste autor foram com-



Tipos criminais, tais como foram apresentados por Cesare Lombroso (1836-1909) no seu livro *L'Homme Criminel:* um ladrão de Nápoles, um falsário do Piemonte, Boggia, o assassino, Cartouche, cuja tendência criminosa não é especificada, a mulher de um brigão e um envenenador.

pletamente desacreditadas, mas perspectivas semelhantes têm sido adoptadas repetidas vezes.

Uma teoria posterior distinguiu três tipos de constituição física humana, afirmando que um deles estava directamente associado à delinquência. Segundo esta teoria, os indivíduos musculados e enérgicos (*mesomorfos*) são mais agressivos e propensos ao contacto físico e, por isso, têm mais probabilidade de se tornarem delinquentes do que os magros (*ectomorfos*) ou gente mais carnuda (*endomorfos*) (Sheldon, 1949; Glueck e Glueck, 1956). Esta teoria foi também alvo de amplas críticas. Ainda que houvesse uma relação global entre o tipo de constituição física e a delinquência, tal não provaria nada acerca da influência da hereditariedade. Pessoas com uma compleição física musculosa podem sentir-se atraídas por actividades criminosas, na medida em que estas permitem exibir o seu poder físico. Além disso, quase todos os estudos neste campo têm sido feitos a delinquentes internados em reformatórios, e pode suceder que os delinquentes mais fortes e atléticos apresentem maior propensão ao internamento nestas instituições do que os delinquentes de aparência mais frágil.

Alguns indivíduos poderiam ter inclinação para a irritabilidade e a agressividade, o que se poderia reflectir em crimes de agressão física a terceiros. Todavia, não existem provas conclusivas de que qualquer traço de personalidade seja herdado desta forma e, ainda que o fosse, a sua relação com a criminalidade parece, no mínimo, bastante distante.

Explicações psicológicas: os "estados mentais anormais"

Tal como as interpretações biológicas, as teorias psicológicas sobre o crime e o desvio incidem sobre o indivíduo, e não sobre a sociedade. Contudo, enquanto as abordagens biológicas atribuem características físicas a uma maior predisposição individual para o delito, as perspectivas psicológicas concentram-se nos tipos de personalidade.

Muita da pesquisa criminológica inicial foi levada a cabo em prisões e outras instituições, como os asilos, onde as ideias psiquiátricas tinham bastante influência. Eram enfatizadas determinadas características dos criminosos – incluindo a 'debilidade mental' e a 'degeneração moral'. Hans Eysenck (1964) sugeriu que os estados mentais anormais eram herdados; estes poderiam predispor o indivíduo a cometer actos criminosos ou a criar problemas no processo de socialização.

Alguns autores sugeriram que uma minoria de pessoas desenvolve uma personalidade amoral ou psicopática. Os psicopatas são introvertidos, personagens sem emoções que agem impulsivamente e raramente experienciam sentimentos de culpa. Alguns psicopatas satisfazem-se com a violência como um fim em si. É verdade que indivíduos com características psicopáticas cometem, por vezes, cri-

mes violentos, mas o conceito de psicopatia coloca problemas graves. Não é de todo claro que traços de personalidade psicopata sejam inevitavelmente criminais. Praticamente, todos os estudos sobre pessoas que têm supostamente estas características foram feitos sobre presidiários condenados, e as suas personalidades tendem inevitavelmente a ser apresentadas de uma forma negativa. Se descrevermos os mesmos traços de uma forma positiva, o tipo de personalidade surge bastante diferente e não parece existir qualquer razão especial para que indivíduos deste tipo sejam inerentemente criminosos.

As teorias psicológicas da criminalidade podem, na melhor das hipóteses, explicar apenas certos aspectos do crime. Embora alguns criminosos possam ter características de personalidade diferentes do resto da população, é altamente improvável que isto se verifique com a maioria dos criminosos. Há crimes de todo o tipo e não é plausível supor que aqueles que os cometem partilham algumas características psicológicas específicas.

Tanto a abordagem biológica e a psicológica à criminalidade pressupõem que o desvio é um sinal de que algo de 'errado' se passa com o indivíduo, em vez de se passar algo na sociedade. Vêem o crime como sendo causado por factores fora do controlo do indivíduo, encrostados no seu corpo ou na sua mente. Sendo assim, se a criminologia científica pudesse identificar com êxito as causas do crime, estas possivelmente poderiam ser tratadas. No que diz respeito às teorias do crimes desenvolvidas pela biologia e pela psicologia, elas são na sua natureza *positivistas*. Como vimos na apresentação de Comte, no capítulo 1, o positivismo é a crença na aplicação dos métodos científicos ao estudo do mundo social de modo a poderem ser reveladas as suas verdades essenciais. No caso da criminologia positivista, esta foi conduzida com base na crença de que a pesquisa empírica podia apontar as causas do crime, e por consequência fazer recomendações sobre a melhor forma de erradicar estas mesmas causas.

Teorias sociológicas sobre o crime e o desvio

A criminologia positivista foi alvo de muitas críticas pelas gerações posteriores de académicos. Estes argumentam que uma explicação satisfatória do crime deve ser sociológica, já que o que se entende por crime depende das instituições sociais de uma determinada sociedade. Ao longo do tempo a ênfase foi sendo deslocada de teorias individualistas do delito para teorias que acentuam o papel do contexto cultural e social em que o mesmo ocorre.

As teorias funcionalistas

As teorias funcionalistas vêem o crime e o desvio como o resultado de tensões estruturais e da ausência de regulação moral no seio da sociedade. Se as aspirações dos indivíduos e dos grupos sociais não coincidirem com as recompensas disponíveis, esta disparidade entre os desejos e a sua realização far-se-á sentir nas motivações desviantes de alguns dos membros desta mesma sociedade.

Crime e anomia: Durkheim e Merton

Tal como foi referido no Capítulo 1, a noção de *anomia* foi originalmente introduzida por Émile Durkheim, um dos fundadores da Sociologia, que sugeria que nas sociedades modernas as normas e os modelos tradicionais desaparecem sem serem substituídos por outros novos. A anomia dá-se quando não há modelos claros de comportamento a seguir numa determinada área da vida social. Nestas circunstâncias, acreditava Durkheim, as pessoas sentem-se desorientadas e ansiosas; a anomia é, por conseguinte, um dos factores que influenciam a tendência para o suicídio.

Durkheim via o crime e o desvio como factos sociais. Este autor acreditava que ambos eram elementos inevitáveis e essenciais das sociedades modernas. De acordo com Durkheim, as pessoas no mundo moderno sentem-se menos coagidas do que nas sociedades tradicionais. Por esta razão existe mais margem de manobra para a liberdade de escolha nas sociedades modernas, tornando-se assim inevitável que exista algum inconformismo. Durkheim pensava que nenhuma sociedade conseguiria atingir um consenso completo sobre as normas e os valores que a governam.

O desvio é algo necessário para a sociedade, de acordo com Durkheim, porque desempenha duas funções importantes. Em primeiro lugar, o desvio tem uma função *adaptativa*. O desvio é uma força inova-

Robert K. Merton: ambições e recompensas

Merton vê o desvio como uma reposta natural dos indivíduos às situações em que se encontram. Identifica cinco reacções possíveis às tensões entre os valores socialmente aprovados e os meios limitados de os alcançar:

- Os *conformistas* aceitam tanto os valores geralmente mantidos, como os meios convencionais de os tentar realizar, sem se importarem se têm sucesso ou não. A maioria da população pertence a esta categoria.
- Os *inovadores* são aqueles que aceitam igualmente os valores aprovados socialmente, embora usem meios ilegítimos e ilegais para os tentar atingir. Os criminosos que adquirem riqueza através de actividades ilegais são exemplo deste tipo de resposta.
- Os *ritualistas* vivem em conformidade com os modelos socialmente aceites, embora tenham perdido de vista os valores que estão na sua base. As regras são seguidas por si só, de modo compulsivo, sem um objectivo mais amplo em vista. Um *ritualista* será alguém que se dedica a um emprego enfadonho, mesmo que pouco compensador e sem perspectivas de carreira.
- Os *retirados* são pessoas que abandonaram por completo a perspectiva competitiva, rejeitando assim os valores dominantes e os meios aprovados de os alcançar. Estes indivíduos colocam-se em grande medida "à margem da sociedade". Os membros de uma comuna auto-sustentada são exemplo desta reacção.
- Os *rebeldes* são os indivíduos que rejeitam tanto os valores existentes como os meios normativos para os alcançar, mas desejam activamente substituí-los por outros novos e reconstruir o sistema social. Os membros de grupos políticos radicais fazem parte desta categoria.

dora, que impulsiona a mudança através da introdução de novas ideias e desafios na sociedade. Em segundo lugar, o desvio promove a *manutenção de limites* entre comportamentos 'maus' e 'bons' na sociedade. Um acto criminoso pode provocar uma resposta colectiva que irá reforçar a solidariedade do grupo e clarificar as normas sociais. Por exemplo, os residentes de um dado bairro, em face de um problema relacionado com traficantes de droga, podem juntar-se depois de um tiroteio relacionado com a droga, e comprometerem-se eles próprios em manterem a área livre da droga.

As ideias de Durkheim sobre o crime e o desvio influenciaram a mudança de perspectiva das explicações individualistas para as forças sociais. A sua noção de anomia foi recuperada pelo sociólogo americano Robert K. Merton, que construiu uma teoria do desvio extremamente influente, que localizava a fonte do crime no interior da estrutura da sociedade americana (1957).

Merton modificou o conceito de anomia para se referir à tensão a que o comportamento dos indivíduos é sujeito quando as normas aceites entram em conflito com a realidade social. Na sociedade americana – e, até certo ponto, noutras sociedades modernas ocidentais – os valores em geral aceites enfatizam o valor do sucesso material. As formas de atingir este sucesso são supostamente a autodisciplina e o trabalho árduo. De acordo com esta convicção, as pessoas que realmente trabalham com esforço podem ser bem sucedidas na vida, seja qual for o seu ponto de partida. Na verdade, isto não é válido, pois a maioria dos desfavorecidos tem muito poucas, ou nenhumas, oportunidades de melhorar consideravelmente de vida. Contudo, aqueles que não têm "sucesso" sentem-se condenados pela sua aparente incapacidade para alcançar progressos materiais. Nesta situação, existe uma grande pressão para "subir na vida" seja como for, de modo legítimo ou não. Segundo Merton, o desvio é, então, uma consequência das desigualdades económicas e da ausência de iguais oportunidades.

Os escritos de Merton ocupavam-se de um dos grandes enigmas do estudo da criminologia: porque é

que os índices do crime continuam a subir no momento em que a sociedade se torna mais abastada? Ao enfatizar o contraste entre os desejos crescentes e as desigualdades persistentes, Merton aponta o sentimento de *privação relativa* como um elemento importante do comportamento desviante.

A teoria dos grupos subculturais

Autores posteriores associaram o desvio a grupos subculturais que adoptavam normas que encorajavam ou recompensavam comportamentos delituosos. Tal como Merton, Albert Cohen entendia que a causa principal do crime se encontrava nas contradições no seio da sociedade americana. No entanto, enquanto Merton colocava a ênfase nos comportamentos desviantes individuais como respostas à tensão gerada entre valores a atingir e meios disponíveis, Cohen sugeriu que estas respostas ocorriam colectivamente através de subculturas. Na obra *Delinquent Boys* (1955), Cohen argumenta que os rapazes da classe baixa trabalhadora que se sentem frustrados com a posição que atingiram na vida, agrupam-se com frequência em subculturas delinquentes, como os *gangs* (bandos). Estas subculturas rejeitam os valores da classe média e substituem-nos por normas que celebram o desafio, como a delinquência e outros actos de não-conformidade.

Richard A. Cloward e Lloyd E. Ohlin (1960) concordam com Cohen que a maior parte dos jovens delinquentes emergem da classe baixa trabalhadora. No entanto, para estes autores, os rapazes que estão mais em "risco" são aqueles que interiorizaram os valores da classe média, e foram encorajados, com base nas suas capacidades, a dirigir a sua ambição com vista a atingir um futuro na classe média. Quando estes rapazes são incapazes de atingir os seus objectivos, tornam-se particularmente propensos à actividade delinquente. No seu estudo sobre bandos de jovens delinquentes, Cloward e Ohlin argumentaram que estes surgem em comunidades subculturais onde as hipóteses de alcançar sucesso de uma forma legítima são muito diminutas, como é o caso de comunidades pobres de minorias étnicas.

Conclusões teóricas

As teorias funcionalistas enfatizam correctamente as ligações entre conformidade e desvio em diferentes contextos sociais. A falta de oportunidades para ter sucesso, segundo os termos estabelecidos pela sociedade mais ampla, é o grande factor diferenciador entre aqueles que optam por um comportamento criminoso e aqueles que o não fazem. No entanto, é necessário pensar com cautela na ideia de que as pessoas das comunidades mais desfavorecidas aspiram ao mesmo nível de sucesso material que as pessoas mais abastadas. A maioria das primeiras tende a ajustar as suas aspirações ao que consideram ser a realidade da sua situação. Merton, Cohen, Cloward e Ohlin podem ser criticados por presumirem que os valores da classe média são aceites por toda a sociedade. Contudo, seria também errado supor que as discrepâncias entre aspirações e oportunidades estão confinadas aos menos privilegiados. Há igualmente pressões que induzem à actividade criminosa no seio de outros grupos, como, por exemplo, os crimes ditos de colarinho branco – desfalque, fraude ou fuga aos impostos –, que serão analisados mais à frente, indiciam.

As teorias interaccionistas

Os sociólogos que estudam o crime e o desvio segundo a tradição interaccionista vêem o desvio como um fenómeno socialmente construído. Estes autores rejeitam a ideia de que existem tipos de conduta inerentemente 'desviantes'. Pelo contrário, os interaccionistas interrogam-se sobre o modo como os comportamentos são inicialmente definidos como desviantes, e porque é que determinados grupos e não outros são rotulados como 'desviantes'.

O desvio aprendido: a associação diferencial

Edwin H. Sutherland foi um dos primeiros investigadores a sugerir que o desvio pode ser aprendido através da interacção com os outros. Em 1949, Sutherland avançou com uma noção que viria a influenciar muita da teoria interaccionista posterior: associou o crime ao que chamou associação diferencial. Esta ideia é muito simples: numa sociedade onde existem muitas subculturas diferentes, alguns ambientes sociais tendem a encorajar actividades ilegais, ao passo que outros não. Os indivíduos tornam-se delinquentes ou criminosos através da sua associação com outros que são portadores de normas criminais. De uma forma geral, de acordo com Sutherland, o comportamento criminoso é aprendido nos grupos primá-

rios, particularmente nos grupos de pares. Esta teoria contraria a ideia de que existem diferenças psicológicas que distinguem os criminosos das outras pessoas; concebe as actividades criminosas como sendo aprendidas em grande medida da mesma forma que as que estão de acordo com a lei e orientadas, no essencial, pelas mesmas necessidades e valores. Os ladrões tentam ganhar dinheiro, tal como as pessoas com empregos normais, mas escolhem formas ilegais de o fazer.

A teoria da rotulagem

Uma das abordagens mais importantes para entender a delinquência veio a ser conhecida como teoria da rotulagem. Os teóricos da rotulagem interpretaram o desvio não como um conjunto de características de um indivíduo ou grupos, mas como um *processo* de interacção entre aqueles que se desviam e os que o não fazem. Segundo estes autores, para poder perceber a natureza do próprio desvio é necessário descobrir a razão por que determinadas pessoas ficam marcadas com um rótulo de «desvio».

As pessoas que representam as forças da lei e da ordem, ou que são capazes de impor definições de moralidade convencional a outros, constituem os principais agentes da rotulagem. Os rótulos aplicados na criação de categorias de desvio expressam, então, a estrutura de poder de determinada sociedade. De um modo geral, as regras que definem o desvio e os contextos em que são aplicadas são estabelecidas pelos ricos para os pobres, pelos homens para as mulheres, pelos mais velhos para os mais novos e pela maioria étnica para as minorias. Muitas crianças, por exemplo, envolvem-se em certas actividades, como correr nos jardins de outras pessoas, partir vidros das janelas, roubar fruta ou andar na vadiagem. Nos bairros abastados, estas atitudes podem ser consideradas pelos pais, professores ou pela polícia como aspectos relativamente inocentes do processo de crescimento. Em contrapartida, em bairros pobres as mesmas podem ser vistas como prova de tendências para a delinquência juvenil. Uma vez rotulada como delinquente, a criança é estigmatizada como criminosa e é provável que seja considerada como indigna de confiança pelos professores e possíveis patrões. Nos dois casos referidos os actos são os mesmos, mas são associados a significados diferentes.

Howard Becker é um dos sociólogos associados mais claramente à teoria da rotulagem. Este autor preocupou-se em demonstrar como as identidades desviantes são produzidas através da rotulagem, em vez de o serem por meio de motivações ou comportamentos desviantes. De acordo com Becker, "o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como desviante". Becker foi extremamente crítico face à abordagem criminologista que clamava existir uma clara divisão entre "normal" e "desviante". Para este autor o comportamento desviante não é o factor determinante no processo de se tornar "desviante", pois existem processos que não estão relacionados com o comportamento em si que exercem uma grande influência no rotular ou não uma dada pessoa como desviante. O modo de vestir de uma pessoa, a maneira de falar, o seu país ou região de origem, são factores-chave que podem determinar se se aplica ou não o rótulo de desviante.

A teoria da rotulagem ficou associada ao estudo efectuado por Becker sobre fumadores de marijuana (1963). No início dos anos 60, fumar marijuana era uma actividade marginal ligada a grupos subculturais em vez de ser uma opção de um determinado estilo de vida, como hoje. Becker descobriu que tornar-se um fumador de marijuana dependia da aceitação num dado grupo subcultural, da afinidade próxima com consumidores experientes, e das atitudes face aos que não consumiam marijuana.

A rotulagem não só afecta a forma como os outros vêem o indivíduo, como também influencia a ideia que o indivíduo tem da sua própria identidade. Edwin Lemert (1972) concebeu um modelo para tentar compreender como é que o desvio pode coexistir com a identidade ou ocupar um lugar central na mesma. Lemert defendeu que, contrariamente ao que se pensa, o desvio é bastante comum, e que as pessoas na generalidade têm comportamentos desviantes sem ninguém dar por isso! Por exemplo, alguns actos desviantes, como as violações dos sinais de tráfego, raramente são assinalados, enquanto outros, como pequenos furtos no local de trabalho, recebem pouca atenção. Lemert chamou desvio primário ao acto inicial de transgressão. Na maioria dos casos estes actos permanecem 'marginais' relativamente à identidade pessoal do indivíduo – tem lugar um processo de *normalização* do acto desviante. Contudo, em alguns casos, a normalização não ocorre e a pessoa é rotula-

Amplificação do desvio

Leslie Wilkins (1964) interessou-se pelas ramificações resultantes da "gestão" da identidade desviante, e da sua integração na vida quotidiana de cada um. Este autor sugeriu que o resultado deste processo é frequentemente a **amplificação do desvio.** Entende por este conceito as consequências indesejadas que podem advir quando uma agência de controlo rotula um determinado comportamento como desviante, provocando um aumento do mesmo. Se a pessoa rotulada incorpora o rótulo na sua identidade através do desvio secundário, é provável que este facto venha a provocar mais respostas por parte das agências de controlo. Por outras palavras, o comportamento que era visto como indesejável torna-se predominante, e aqueles que são rotulados como desviantes tornam-se ainda mais resistentes à mudança.

Exemplo dos efeitos mais vastos da amplificação do desvio aparecem no importante trabalho de Stanley Cohen intitulado *Folk Devils and Moral Panics* (1980). Neste estudo clássico Cohen mostrou que o modo como a polícia tentou controlar determinadas subculturas juvenis durante ao anos 60 – os chamados *Mods* e *Rockers* – apenas serviu para chamar mais a atenção para estas mesmas subculturas e torná-las mais populares entre a juventude. O processo de rotular um grupo como *marginal* ou *agitador* – para o tentar controlar – teve um efeito de ricochete e criou ainda mais problemas às forças policiais. A cobertura excessiva e sensacionalista que os meios de comunicação fizeram dos *Mods* e dos *Rockers* provocou um **pânico moral** – um termo usado pelos sociólogos para descrever uma reacção exagerada para com determinados grupos ou tipos de comportamento, inspirada pelos meios de comunicação. Os pânicos morais emergem na maior parte dos casos à volta de temas públicos que são considerados como sintomáticos da desordem social geral; nos anos mais recentes houve pânico moral em torno de tópicos como o crime juvenil e os "falsos" refugiados.

da como criminosa ou delinquente. Lemert usou o termo desvio secundário para descrever os casos em que o indivíduo acaba por aceitar o rótulo que lhe foi posto, vendo-se a si próprio como desviante. Em tais casos, o rótulo pode tornar-se central para a identidade da pessoa, e conduzir à continuação, ou intensificação, do comportamento desviante.

Tome-se, como exemplo, um rapaz que parte a montra de uma loja, durante uma saída pela cidade com os amigos num sábado à noite. O acto pode porventura talvez ser considerado como a consequência acidental de um comportamento turbulento, característica desculpável nos jovens. O rapaz pode safar-se com uma reprimenda ou uma pequena multa. Se pertencer a um meio «respeitável» será este provavelmente o resultado. Partir o vidro de uma montra fica ao nível de um desvio primário, se o rapaz for visto como uma pessoa com um «bom carácter» que teve um pequeno deslize. Se, por outro lado, a polícia e os tribunais ditarem uma pena suspensa, obrigando o rapaz a apresentar-se a uma assistente social, o incidente pode vir a ser o primeiro passo no processo de desvio secundário. Este processo de «aprender a ser desviante» tem tendência a ser enfatizado pelas próprias instituições supostamente encarregues de corrigirem o comportamento desviante – as prisões e os organismos de assistência social.

Conclusões teóricas

A teoria da rotulagem é importante na medida em que se baseia na presunção de que nenhum acto é intrinsecamente criminoso. As definições de criminalidade são estabelecidas pelos poderosos, pela polícia, tribunais e instituições correccionais, através das leis e das suas interpretações. Os críticos da teoria da rotulagem têm por vezes defendido que existem de facto actos consistentemente proibidos em quase todas as culturas, como o assassínio, a violação ou o roubo. Este ponto de vista é por certo incorrecto: mesmo na nossa própria cultura, matar nem sempre é considerado

homicídio. Em tempo de guerra, o facto de se matar o inimigo é algo visto de modo positivo, e até há bem pouco tempo a legislação britânica não reconhecia a imposição do acto sexual pelo marido como violação.

Podemos criticar mais convincentemente a teoria da rotulagem com outros argumentos. Em primeiro lugar, ao colocar o acento no processo activo de rotulagem, esta teoria tende a deixar de lado os processos que *conduzem* aos actos definidos como desviantes. A rotulagem de certos actos como desviantes não é totalmente arbitrária; as diferenças na socialização, atitudes e oportunidades influenciam a forma como as pessoas se comprometem com um comportamento particularmente susceptível de ser rotulado como desviante. Por exemplo, há maior propensão entre as crianças de meios mais desfavorecidos a roubar em lojas do que entre as crianças ricas. Não é tanto a rotulagem que leva estas crianças a roubar, mas sim os meios de onde provêm.

Em segundo lugar, não está claro que a rotulagem realmente incremente a conduta desviante. O comportamento delinquente tende a aumentar depois de uma condenação penal, mas isso será resultado da própria rotulagem? Podem estar em causa outros factores, como uma maior interacção com outros delinquentes ou saber da existência de novas oportunidades para cometer delitos.

As teorias do conflito: "a nova criminologia"

A publicação de *The New Criminology* por Taylor, Walton e Young em 1973 marcou uma importante ruptura com as teorias do desvio anteriores. Estes autores basearam-se em elementos do pensamento marxista para defender que o desvio é uma opção deliberada e frequentemente de natureza política. Rejeitaram a ideia de que o desvio é 'determinado' por factores como a biologia, a personalidade, a anomia, a desorganização social ou os rótulos. Pelo contrário, argumentaram estes autores, os indivíduos optam activamente por enveredar por um comportamento desviante, em resposta às desigualdades do sistema capitalista. Sendo assim, os membros de grupos contra-cultura vistos como desviantes – como os activistas do *Black Power* (Poder Negro) ou de movimentos de libertação *gay* – envolviam-se em actos claramente políticos que punham em causa a ordem social. Os teóricos da nova criminologia enquadravam a sua análise do crime e do desvio tendo em conta a estrutura da sociedade e a preservação do poder pela classe dominante.

A perspectiva mais ampla delineada em *The New Criminology* foi desenvolvida por outros académicos em direcções específicas. Stuart Hall e outros autores ligados ao Centro de Estudos Culturais Contemporâneos de Birmingham conduziram um importante estudo sobre um fenómeno que atraiu muita atenção durante a década de 70 na Grã-Bretanha – o crime dos assaltos de rua com intimidação física. Vários dos mais importantes assaltos foram amplamente divulgados e este facto alimentou uma enorme preocupação em torno de uma possível explosão do crime de rua. Os assaltantes eram na sua maioria retratados como negros, facto que contribuiu para a visão dos imigrantes como responsáveis primários pelo desmoronamento da sociedade. Em *Policing the Crisis* (1978), Hall e os seus colegas assinalaram que o pânico moral em torno dos assaltos havia sido encorajado tanto pelo estado como pelos meios de comunicação, como forma de afastar a atenção do desemprego crescente, do declínio dos salários, e de outras falhas estruturais profundas no seio da sociedade.

Ao mesmo tempo, outros criminologistas examinaram a formação e o uso das leis na sociedade, defendendo que as leis são ferramentas usadas pelos mais poderosos para poderem manter as suas posições privilegiadas. Estes autores rejeitaram a ideia de as leis serem 'neutras' e aplicadas imparcialmente a toda a população. Pelo contrário, os autores argumentam que quanto mais aumentarem as desigualdades entre a classe dominante e a classe trabalhadora, mais importante se torna a lei para os poderosos poderem manter a ordem social que pretendem conservar. Pode apreciar-se esta dinâmica nos procedimentos do sistema judicial penal, que se tem tornado cada vez mais opressivo para os "réus" da classe trabalhadora; ou na legislação fiscal que favorece desproporcionalmente os mais abastados. Contudo, esta desigualdade em termos de poder não está confinada à criação das leis. Os poderosos também quebram as leis, segundo os estudiosos, mas raramente são apanhados. No seu todo estes crimes são muito mais significativos do que os crimes e a delinquência quotidiana, que atraem a maior parte da atenção. Contudo, com medo das implicações decorrentes de perseguir estes criminosos de "colarinho branco" a força poli-

cial concentra os seus esforços nos membros menos poderosos da sociedade, como as prostitutas, os tóxico-dependentes ou os ladrões de pouca monta (Pearce, 1976; Chambliss, 1978).

Estes estudos, bem como outros associados à nova criminologia, foram importantes na ampliação do debate sobre o crime e o desvio por incluírem questões relacionadas com a justiça social, o poder e a política. Estes autores sublinharam que o crime ocorre a todos os níveis da sociedade, e tem de ser compreendido no contexto das desigualdades e dos interesses contrapostos que existem entre os grupos sociais.

O Realismo da Nova Esquerda

Durante a década de 80 emergiu uma nova escola de pensamento relacionada com a criminologia. Conhecida como **Realismo da Nova Esquerda**, baseava-se em algumas das ideias neo-marxistas usadas pelos criminologistas discutidos anteriormente, mas distanciava-se dos "idealistas de esquerda" por considerar que estes davam uma ideia romântica do desvio e menosprezavam o medo real da delinquência sentido por grande parte da população. Durante muito tempo, um grande número de criminologistas tenderam a minimizar a importância do crescimento dos índices de delinquência. Procuraram mostrar que os meios de comunicação criavam um alarme público desnecessário a este respeito, defendendo também que a maioria dos crimes constituía uma forma dissimulada de protesto contra a desigualdade social. O Realismo da Nova Esquerda afastou-se desta posição, sublinhando que *tinha* realmente havido um aumento no número de crimes, e que a opinião pública tinha razão em estar preocupada. Os teóricos do Realismo da Nova Esquerda argumentaram que a criminologia precisava de comprometer-se mais com assuntos da actualidade como o controlo do crime e a política social, em vez de debater-se com estes temas abstractamente (Lea and Young, 1984; Matthews e Young, 1986).

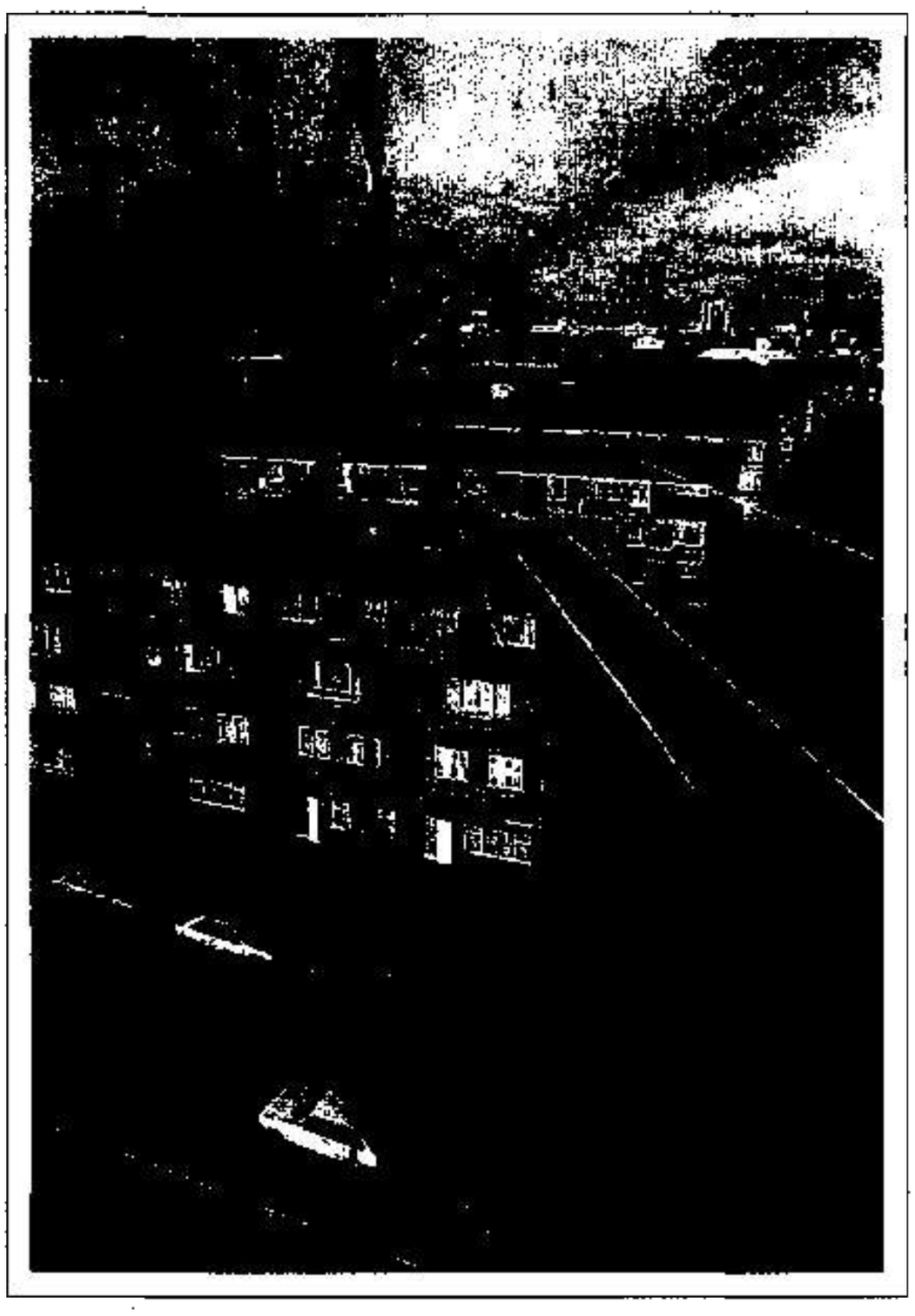
O Realismo da Nova Esquerda chamou a atenção para as vítimas do crime, e defendeu que os inquéritos às vítimas fornecem um retrato mais válido da amplitude do crime do que as estatísticas oficiais (Evans, 1992). Os estudos sobre as vítimas revelaram que o crime é um problema sério, particularmente nas zonas mais empobrecidas do centro das cidades. Os criminólogos do Realismo da Nova Esquerda assinalaram que os índices do crime e de vitimização estavam concentrados nos subúrbios marginalizados – os grupos sociais desfavorecidos correm um risco muito maior de se envolver em crimes do que os outros. Esta perspectiva baseia-se em Merton, Cloward e Ohlin e outros autores, para sugerir que se desenvolvem subculturas criminais nos centros urbanos. Estas subculturas não derivam da pobreza propriamente dita, mas de uma falta de integração na comunidade mais ampla. Os grupos de jovens delinquentes, por exemplo, operam nas margens da «sociedade respeitável» e revoltam-se contra ela. Atribui-se o facto de a percentagem de crimes cometidos por negros ter aumentado nos últimos anos à falência das políticas de integração racial.

Para poder responder a estas tendências no crime, o Realismo da Nova Esquerda avança com propostas "realistas" para mudar os procedimentos policiais. Defende que a força policial necessita de ter mais em conta as necessidades da comunidade ao impor a lei, em vez de se apoiar em técnicas de "policiamento militar" que tendem a alienar o apoio popular. O Realismo da Nova Esquerda propôs um "policiamento mínimo" em que os cidadãos elegiam localmente as autoridades policiais que respondiam perante eles. Os cidadãos passariam a ter uma maior intervenção no estabelecimento de prioridades policiais na sua área. Acrescente-se também que, ao passar mais tempo a investigar e a solucionar os crimes, e menos tempo na rotina do trabalho administrativo, a polícia voltaria a ganhar a confiança das comunidades locais. No seu todo, o Realismo da Nova Esquerda representa uma abordagem mais pragmática e orientada policialmente do que as perspectivas criminologistas que a precederam.

Os críticos desta abordagem estão de acordo com a importância atribuída às vítimas. Contudo, chamam a atenção para o facto de as percepções públicas do crime assentarem frequentemente em estereótipos e imagens falsas. Sem o querer, o Realismo da Nova Esquerda pode estar a contribuir para o estereótipo que identifica o negro como criminoso. Esta abordagem tem sido igualmente criticada por dirigir excessivamente a sua atenção para a vítima. O que é necessário é uma investigação das experiências de ambos, vítima e delinquente. Ao concentrar a sua atenção nas vítimas, o Realismo da Nova Esquerda pode não ter prestado suficiente atenção aos motivos subjacentes ao comportamento criminoso (G. Hughes, 1991).

A teoria dos "vidros partidos"

A teoria do controlo social está ligada à influente abordagem policial conhecida como a **teoria dos vidros partidos.** Desenvolvida há cerca de duas décadas (Wilson e Kelling, 1982), esta teoria defende que existe uma relação directa entre a aparência de desordem e o aparecimento da delinquência. Se uma janela partida permanece sem ser reparada num dado bairro, tal constitui uma mensagem aos potenciais delinquentes de que nem a polícia nem os residentes se preocupam com manter a comunidade em boas condições. Com o tempo, irão ser acrescentados outros sinais de desordem à janela partida – grafitis, lixo, vandalismo e veículos abandonados. A área começará deste modo um processo gradual de decadência, os 'residentes respeitáveis' começam a abandonar o espaço, e são substituídos por recém-chegados 'desviantes' como os traficantes de droga, os sem-abrigo, ou indivíduos em liberdade condicionada.



A teoria dos vidros partidos serviu de base para o chamada **policiamento de tolerância zero**, uma abordagem que defende que o processo permanente de manutenção da ordem é o conceito fundamental para reduzir o crime. As políticas de tolerância zero centram-se nos pequenos crimes e formas de conduta imprópria, como o vandalismo, a vagabundagem, a pedinchice e a embriaguez pública. Acredita-se que as rusgas policiais relativamente a desvios de pequena monta produzem um efeito positivo na redução de formas mais sérias de crime. O policiamento de tolerância zero foi largamente introduzido nas grandes cidades norte-americanas, depois do sucesso aparente obtido em Nova York. Começando por uma agressiva campanha para restaurar a segurança no metropolitano da cidade, a polícia de Nova York expandiu a política de tolerância zero às ruas, impondo maiores restrições aos pedintes, aos sem-abrigo, aos vendedores de rua e aos proprietários de lojas e clubes para adultos. Como resultado, não só os níveis dos crimes mais comuns (como os assaltos) desceram drasticamente, como também o índice de homicídios baixou para o seu nível mais baixo em quase um século (*Kelling e Coles, 1997*).

Contudo, uma das falhas importantes da teoria dos "vidros partidos" reside no facto de permitir à polícia identificar uma 'desordem social' da forma que pretender. Dada a ausência de uma definição sistemática de desordem, a polícia está autorizada a poder encarar qualquer coisa como um sinal de desordem, e qualquer pessoa como uma ameaça. De facto, os níveis do crime desceram ao longo dos anos 90 na cidade de Nova York, mas o número de queixas sobre o abuso de poder e maus tratos por parte da polícia subiu, particularmente as provenientes dos jovens negros urbanos que se encaixam no "perfil" de criminoso potencial.

As teorias do controlo social

A teoria do controlo social considera que o crime ocorre como o resultado do conflito entre os impulsos que conduzem à actividade criminal e os dispositivos físicos e sociais que a detêm. Esta teoria não está muito interessada em perceber as motivações que conduzem aos crimes; pelo contrário, assume-se que as pessoas agem racionalmente, e que dada a oportunidade, todos podem enveredar por actos desviantes. Afirma-se que muitos tipos de delito são o resultado de "decisões situacionais" – uma pessoa tem uma dada oportunidade e é motivada a agir.

Um dos autores mais conhecidos da teoria do controlo social, Travis Hirschi, defendeu que os seres humanos são fundamentalmente seres egoístas que tomam decisões calculadas sobre envolver-se, ou não, na actividade criminal, pesando todos os riscos e benefícios envolvidos nessa mesma acção. Na obra *Causes of Delinquency* (1969), Hirschi defende que existem quatro tipos de laços que ligam as pessoas à sociedade e ao comportamento estabelecido pela lei: apego, compromisso, participação e crença. Quando suficientemente fortes estes elementos contribuem para manter o controlo social e a conformidade, pois não deixam espaço livre para os indivíduos transgredirem as normas. Contudo, se estes laços sociais são fracos pode resultar daqui o desvio e a delinquência. A abordagem de Hirschi sugere que os delinquentes são na generalidade indivíduos cujos níveis de autocontrolo são baixos, em virtude de uma socialização inadequada em casa e na escola (Gottfredson e Hirschi, 1990).

Alguns teóricos do controlo social vêem o crescimento do crime como uma consequência do número crescente de oportunidades e alvos para o crime na sociedade moderna. Quanto mais a população cresce, e quanto mais se torna central o consumismo nas suas vidas, tanto mais aumenta o número dos que possuem bens como televisões, equipamentos de vídeo, computadores, carros e roupa de marca, todos eles alvos favoritos dos ladrões. As residências ficam vazias durante o dia cada vez com mais frequência, pois cada vez mais mulheres têm emprego fora de casa. Os 'delinquentes motivados' interessados em cometer delitos podem seleccionar entre um vasto leque de 'alvos aconselháveis'.

De modo a poder responder a tais mudanças, a prevenção do crime por parte das autoridades, nos anos mais recentes, tem vindo a concentrar os seus esforços na tentativa de limitar as oportunidades para o crime ocorrer. Nestas técnicas policiais tem sido central a ideia de dissuasão – colocar obstáculos à ocorrência dos crimes através da intervenção directa em 'situações de crime' potenciais. Por exemplo, a lei obriga a que todos os novos carros tenham bloqueio de direcção de modo a reduzir as oportunidades de assalto. Em algumas áreas, os telefones públicos apresentam uma caixa de moedas mais resistente com o intuito de impedir a acção de vândalos oportunistas. A instalação de circuitos fechados de televisão nos centros urbanos e nos espaços públicos é outra tentativa de impedir a actividade criminal. Os autores que defendem a teoria do controlo social argumentam que, em vez de tentar alterar o criminoso, a melhor política é tomar medidas pragmáticas para controlar a sua capacidade para cometer delitos.

Nos últimos anos, as técnicas de dissuasão e de tolerância zero parecem ter ganho o apoio de muitos políticos, tendo tido sucesso no combate ao crime em alguns contextos. Mas também podem ser feitas críticas a tal abordagem. Os métodos dissuasórios e o policiamento de tolerância zero não estão dirigidos para as causas do crime, mas para a protecção e defesa de determinados elementos da sociedade do crime. A popularidade crescente de serviços de segurança privada, alarmes de carros e casas, cães de guarda e condomínios fechados, levou a que algumas pessoas considerem que vivemos numa 'sociedade armada', onde alguns segmentos da sociedade se sentem compelidos a defender-se contra outros. Esta tendência ocorre não só na Grã-Bretanha e nos EUA, onde se acentua o hiato entre os mais abastados e os mais empobrecidos, mas é particularmente marcante em países como a antiga União Soviética, a África do Sul e o Brasil, onde emergiu uma 'mentalidade de fortaleza' entre os mais privilegiados.

Existe uma outra consequência imprevista de tais políticas de policiamento: à medida que os alvos mais populares de crime são cada vez mais difíceis de lograr, os padrões do crime podem simplesmente mudar de um domínio para outro. Por exemplo, o fecho centralizado, que foi compulsivamente imposto em todos os novos carros na Grã-Bretanha, não foi exigido nos carros mais antigos. O resultado foi que os ladrões de carros alteraram o seu alvo dos novos carros para os velhos. As abordagens feitas ao crime

baseadas na colocação de obstáculos aos seus alvos e na tolerância zero correm o rico de transferir os delitos das áreas mais protegidas para as mais vulneráveis. Pode muito bem suceder que os bairros mais pobres e com falta de coesão social sintam o crescimento do crime e da delinquência, à medida que as áreas mais abastadas aumentam as suas defesas.

Conclusões teóricas

Que devemos, então, concluir da descrição das várias teorias sobre o crime? Em primeiro lugar, é necessário reiterar algo já afirmado anteriormente: mesmo que o «crime» seja apenas uma subcategoria do comportamento desviante, cobre uma variedade tão grande de formas de actividade – desde levar um chocolate sem pagar até ao genocídio – que é pouco provável que conseguíssemos produzir uma única teoria que englobasse todos os tipos de conduta criminosa.

A contribuição das teorias sociológicas sobre o crime tem um duplo teor. Em primeiro lugar, estas teorias acentuam correctamente as continuidades existentes entre o comportamento criminoso e o comportamento "respeitável". Os contextos em que certos tipos de actividade são considerados criminosos e puníveis por lei são muito diversificados, o que está certamente relacionado com questões de poder e de desigualdade no interior da sociedade. Segundo, todas concordam que o contexto é um aspecto determinante para as actividades criminosas. O facto de alguém se envolver em actos criminosos ou começar a ser tratado como criminoso é algo influenciado de forma determinante pelos contextos e pela aprendizagem social.

Apesar das suas deficiências, a teoria da rotulagem é porventura a abordagem mais amplamente usada na compreensão do crime e do comportamento desviante. Esta teoria chama a atenção para a forma como algumas actividades passam a ser concebidas como criminosas e puníveis por lei, para as relações de poder envolvidas na formação de tais concepções, bem como para as circunstâncias em que certos indivíduos transgridem as leis.

A forma como o crime é entendido afecta directamente as políticas desenvolvidas para o combater. Por exemplo, se o crime é visto como um produto de privação ou de desorganização social, as políticas podem ser dirigidas para a redução da pobreza ou para o fortalecimento dos serviços sociais. Pelo contrário, se a criminalidade for entendida como algo de voluntário, ou livremente escolhido pelos indivíduos, a forma de a combater irá tomar uma forma diferente. Iremos analisar em seguida as últimas tendências da delinquência na Grã-Bretanha, bem como algumas das políticas delineadas para lhes dar resposta.

Quadro 8.1 Razões da não participação de crimes à polícia, Inglaterra e País de Gales, 1997

Demasiado banal/sem perdas	(44%)
A polícia não podia fazer nada	(33%)
A polícia não estaria interessada	(22%)
Nós próprios tratámos do assunto	(11%)
Inconveniente participar	(4%)
Medo de represálias	(3%)
Notificado a outras autoridades	(2%)
Medo/desprezo da policia	(–)
Outras	(5%)

(percentagem dos que foram objecto de um crime e não o participaram à polícia; podia indicar-se mais de um motivo).
Fonte: British Crime Survey, Home Office. De *Social Trends*, 29, 1999, p.156.

Padrões do crime no Reino Unido

Desde os anos 50 regista-se um aumento permanente dos níveis do crime no Reino Unido. Entre a população generalizou-se a percepção de que, ao longo do tempo, o crime se tornou mais proeminente e sério. Embora antigamente o crime fosse visto como algo marginal ou excepcional, ao longo da última metade do século tornou-se uma preocupação central na vida de muitas pessoas. As sondagens mostram que, ao contrário do que acontecia antigamente, as pessoas têm muito mais medo do crime e sentem maior ansiedade quando se trata de sair de casa à noite, ou quando pensam que as suas casas podem ser assaltadas ou elas podem ser vítimas de violência.

Qual é o índice real do crime e até que ponto as pessoas são vulneráveis? O que é que pode ser feito para impedir o crescimento aparentemente explosivo do crime? Estas questões têm sido amplamente debatidas nas últimas décadas, à medida que a cobertura do crime pelos meios de comunicação e a indignação

Quadro 8.2 Proporção dos crimes que são participados à polícia e registados, Inglaterra e País de Gales

	Participados à polícia	Registados pela polícia
1981	36	22
1991	49	30
1993	47	26
1995	46	23
1997	44	24

Fonte: British Crime Survey, Home Office. De *Social Trends*, 1999, p.152.

pública foram crescendo e à medida que os governos sucessivos prometeram um combate ao crime 'mais duro'. Contudo, desvendar a natureza e a distribuição do crime, para não falar das políticas para o combater, revelou-se um trabalho muito difícil.

O crime e as estatísticas criminais

Para determinar a extensão do crime e as formas mais comuns de ofensa criminal podemos começar por observar as estatísticas oficiais do crime. Dado estas estatísticas serem publicadas regularmente, aparentemente não haveria qualquer dificuldade no cálculo das taxas de crime – mas tal não é bem assim. As estatísticas sobre o crime e a delinquência são provavelmente as menos fidedignas de todas as estatísticas oficiais publicadas sobre assuntos sociais. Muitos criminologistas têm dito que não podemos fiar-nos no rigor das estatísticas oficiais, antes devemos prestar atenção ao modo como estas estatísticas são geradas.

A principal limitação das estatísticas oficiais sobre o crime reside no facto de apenas incluírem os crimes participados à polícia. Há uma longa cadeia de decisões problemáticas entre um possível crime e o seu registo pela polícia. A maioria dos crimes, especialmente os pequenos roubos, nunca chegam a ser comunicados à polícia (ver quadro 8.1). Mesmo nos casos em que ocorrem crimes violentos, mais de um terço das vítimas optam por não apresentar queixa à polícia, referindo que se trata de um assunto particular, com o qual têm de lidar sozinhas (HMSO, 1999).

Muitos dos crimes que chegam a ser participados à polícia não estão incluídos nas estatísticas. O inquérito sobre a delinquência, *British Crime Survey*, efectuado em 1998, concluiu que mais de metade dos crimes participados à polícia em 1997, na Inglaterra e no País de Gales, não estão incluídos nas estatísticas. Isto pode ocorrer por uma série de razões. A polícia pode mostrar-se céptica quanto à validade de algumas informações acerca de crimes praticados, e a vítima pode não querer apresentar formalmente a sua queixa. O efeito geral da participação e do registo parciais das queixas à polícia leva a que as estatísticas do crime apenas reflictam uma pequena parte de todas as ofensas criminais (ver quadro 8.2). As ofensas que não estão incluídas nas estatísticas oficiais são consideradas como o "número oculto" dos crimes não registados.

Até aos inquéritos britânicos do crime de 1982 e de 1984 (BCS: «British Crime Survey»), não havia uma estimativa oficial dos crimes não participados no Reino Unido. Desde essa época os resultados do BCS têm sido importantes para mostrar a discrepância entre as estatísticas oficiais e a experiência real que as pessoas têm do crime. Ao perguntar aos entrevistados se tinham sido vítimas de algum crime no ano anterior, o inquérito revelou que uma percentagem maior da população do que se pensava já tinha sido vítima de algum crime. Este tipo de inquéritos são conhecidos como estudos sobre a vitimização.

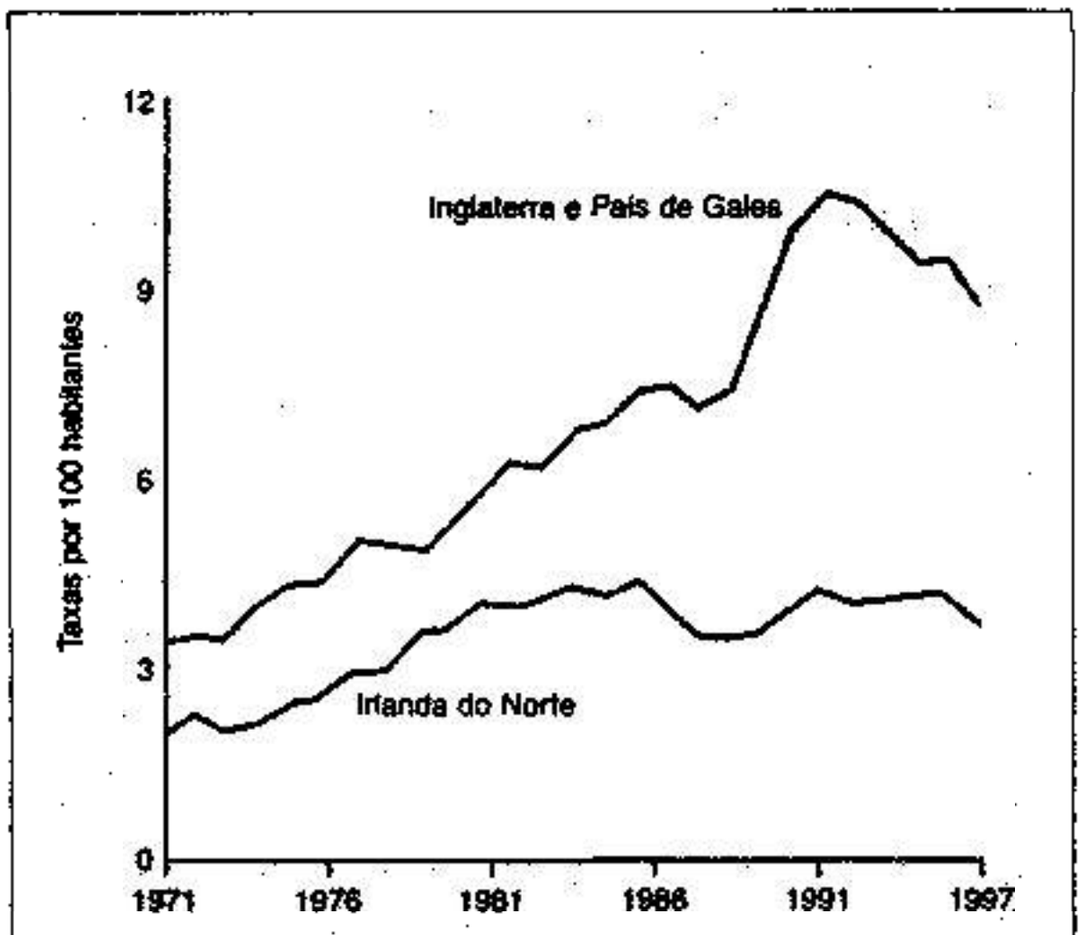


Figura 8.1 Evolução das ofensas participadas à polícia, 1971-97

Fonte: Home Office; Royal Ulster Constabulary. De *Social Trends*, 1999, p.151.

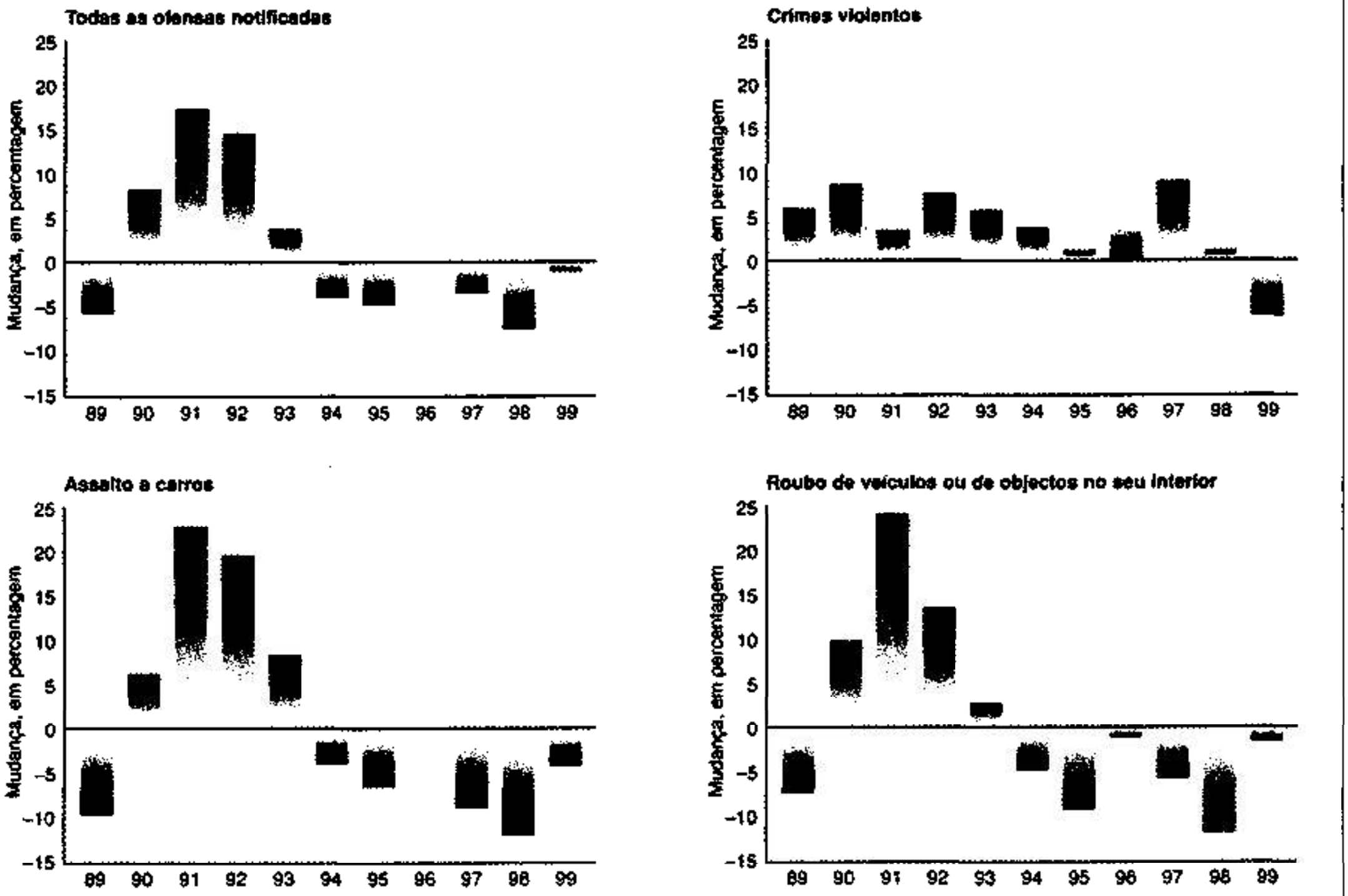


Figura 6.2 Perfis do crime na década de 90

Fonte: Home Office. Extraído do *The Guardian*, 13 de outubro, 1999, p. 4.

Embora sejam indicadores valiosos, os dados recolhidos pelos estudos sobre a vitimização têm de ser tratados com alguma precaução. Em algumas situações, como a violência doméstica, a própria metodologia usada no estudo pode produzir uma falta considerável de denúncias. O BCS é conduzido através de entrevistas nas casas dos entrevistados. É muito provável que uma vítima de violência doméstica não queira falar sobre incidentes violentos na presença do atacante.

Para descobrir as taxas reais de crime não podemos simplesmente acrescentar à taxa oficial da polícia os crimes não registados, pois a prática de registo de crimes por parte das forças policiais locais varia. Algumas registam menos crimes do que outras, quer devido à ineficácia, quer porque, desta forma, o seu registo de prisões parece melhor. Na Grã-Bretanha, o governo tem levado a cabo com regularidade um Inquérito Geral dos Lares (General Household Survey), recolhendo informações por amostra a nível nacional. O inquérito incluía uma pergunta sobre assaltos a residências em 1972, 1973, 1979 e 1980. Pedia-se que os moradores mencionassem qualquer roubo ou assalto ocorrido nos doze meses anteriores à entrevista. O inquérito de 1981 concluiu que praticamente não houvera mudanças significativas na frequência dos assaltos entre 1972 e 1980; no entanto, ao longo deste período as estatísticas criminais oficiais britânicas, com base nos crimes denunciados à polícia, mostraram um crescimento da ordem dos 50% (Bottomley e Pease, 1986, pp. 22-3). O aumento aparente surgiu provavelmente de uma cada vez maior consciência pública do crime que terá levado a um aumento do número de denúncias e a modos mais

Quadro 8.3 Preocupação com o crime segundo a área de residência, Inglaterra e País de Gales, 1998

	Centro urbano	Fora do centro urbano
Assaltos a casas	30	18
Assaltos de rua	27	16
Violação (feminina)	39	30
Ataque físico	27	17
Roubo do carro	36	20
Roubo de objectos do carro	27	16

O quadro mostra a percentagem de pessoas que foram vítimas, uma vez ou mais, de um dado tipo de ofensa criminal. O total de pessoas vítimas de assalto ao seu carro é uma percentagem do número total de pessoas que possuem um carro.

Fonte: British Crime Survey, Home Office. Extraído de *Social Trends*, 2000, p.155.

Figura 8.3 Lares em maior risco de ser assaltados: em cada categoria, percentagens dos que já foram vítimas de assalto uma ou mais vezes.

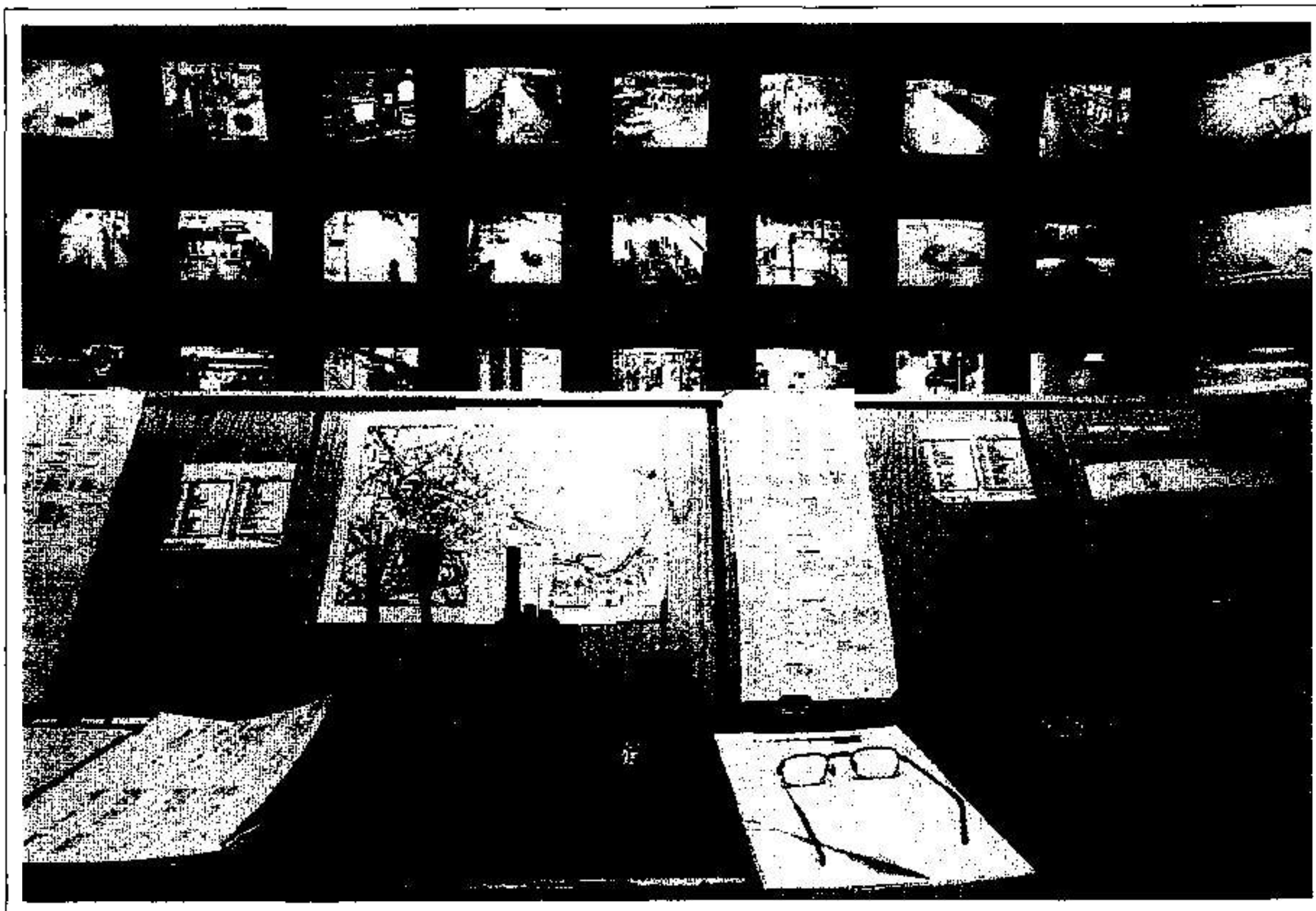
Fonte: British Crime Survey, 1998, in *Sociology Review*, Abril, 1999.

eficientes de registo de dados por parte da polícia. Nessa altura um número cada vez maior de residências estava coberta pelo seguro – outro factor que pode ter afectado a participação à polícia.

De acordo com as estatísticas de crimes participados à polícia, as taxas do crime no Reino Unido têm vindo a aumentar de um modo mais ou menos contínuo desde há pelo menos 50 anos. Antes dos anos 20 deste século, havia menos de 100.000 transgressões registadas anualmente na Inglaterra e no País de Gales. Este número subiu para 500.000 por volta de 1950, e para 5.600.000 por volta de 1992. Depois deste ano o número de ofensas desceu ligeiramente para 4.500.000 em 1998. Actualmente, a polícia regista anualmente mais de oito ofensas por cada cem pessoas. A Irlanda do Norte pode estar associada a um nível alto de violência terrorista, mas o nível geral de crime, com apenas 4 ofensas por cada 100 pessoas, de acordo com as estatísticas da polícia, encontra-se bem abaixo do nível da Inglaterra e do País de Gales (ver figura 8.1).

É importante notar que existem variações nos índices de crescimento e declínio da criminalidade em função dos diferentes tipos de crime. A figura 8.2 mostra a mudança da face do crime, na Grã-Bretanha, durante a década de 90. Os dados recolhidos pelo Inquérito Britânico do Crime (BCS) sugerem que nos anos oitenta os crimes contra a propriedade subiram uns 95%, enquanto os crimes contra pessoas cresceram uns 21%. Durante a década de 90 o crime contra a propriedade – sem dúvida a maior categoria de crime – começou a declinar. Por exemplo, entre 1991 e 1997, os assaltos a casas em Inglaterra e no País de Gales desceram cerca de 17%, e o resto dos roubos e a receptação desceram 22%. A fraude e a falsificação desceram cerca de 23% durante este período, mas aumentaram de modo notável entre 1998-9, devido ao crescimento do crime relacionado com a Internet (ver mais adiante "Cibercrime"). Em 1998, o número de crimes violentos, que tinha vindo a aumentar vertiginosamente desde há duas décadas, mostrou o seu primeiro declínio em muitos anos.

Não existe ainda consenso sobre esta descida recente do crime nas estatísticas e sobre se se trata de facto de um declínio das ofensas criminais ou se é apenas um fenómeno relacionado com o modo de registar. Pode acontecer que o "número oculto" dos crimes não participados esteja a subir, pois as pessoas optam por



Versão da sala de controlo por Circuito Fechado de TV observando – ou vigiando mesmo – Doncaster.

não participar os crimes contra a propriedade à polícia, com medo do aumento dos prémios do seguro. O crescimento sustentado dos índices do crime desde meados do século XX leva alguns a questionar se esta recente descida não é simplesmente uma aberração.

Estratégias de redução do crime na sociedade do risco

Apesar do retrato enganador apresentado pelas estatísticas oficiais, quando tomadas em conjunto com os dados recolhidos pelos inquéritos efectuados às vítimas, torna-se claro que as ofensas criminais assumem um papel cada vez mais proeminente na sociedade britânica. Cada vez mais, os cidadãos *percebem* que hoje em dia o risco de se ser vítima de um crime é muito maior do que antigamente. Os residentes nos centros urbanos têm mais razões para se preocuparem com o crime do que as pessoas que vivem noutros espaços (ver quadro 8.3). O Inquérito Britânico do Crime de 1998 elaborou um "índice de risco", indicando quais os segmentos da população que estão em maior risco de se tornarem vítimas de determinados crimes (ver figura 8.3).

Tendo em conta as várias mudanças e incertezas presentes no mundo que nos cerca, todos estamos envolvidos num processo constante de gestão do risco. O crime é um dos riscos mais óbvios com que temos de nos confrontar nos tempos mais recentes da era moderna. Porém, os indivíduos não são os únicos envolvidos numa situação de gestão do risco: os governos confrontam-se, na actualidade, com sociedades mais perigosas e incertas do que outrora. O controlo do crime e da delinquência tem sido das principais tarefas da política social nos Estados modernos. No entanto, se num dado momento os Estados procuravam garantir segurança aos cidadãos,

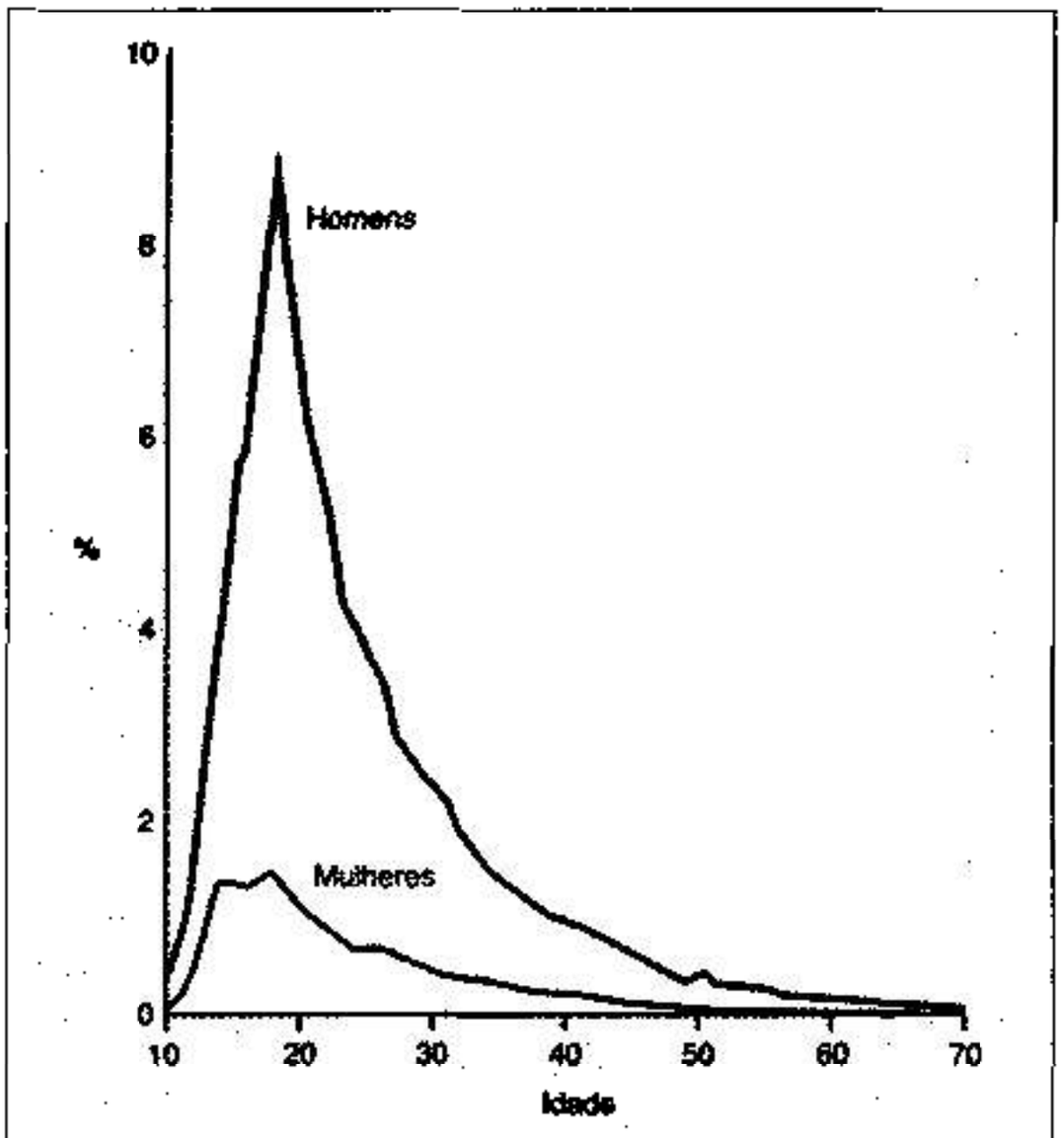


Figura 8.4 Delinquentes como percentagem da população, por género e idade, Inglaterra e País de Gales, 1997
Fonte: Home Office. De *Social Trends*, 1999, p. 158.

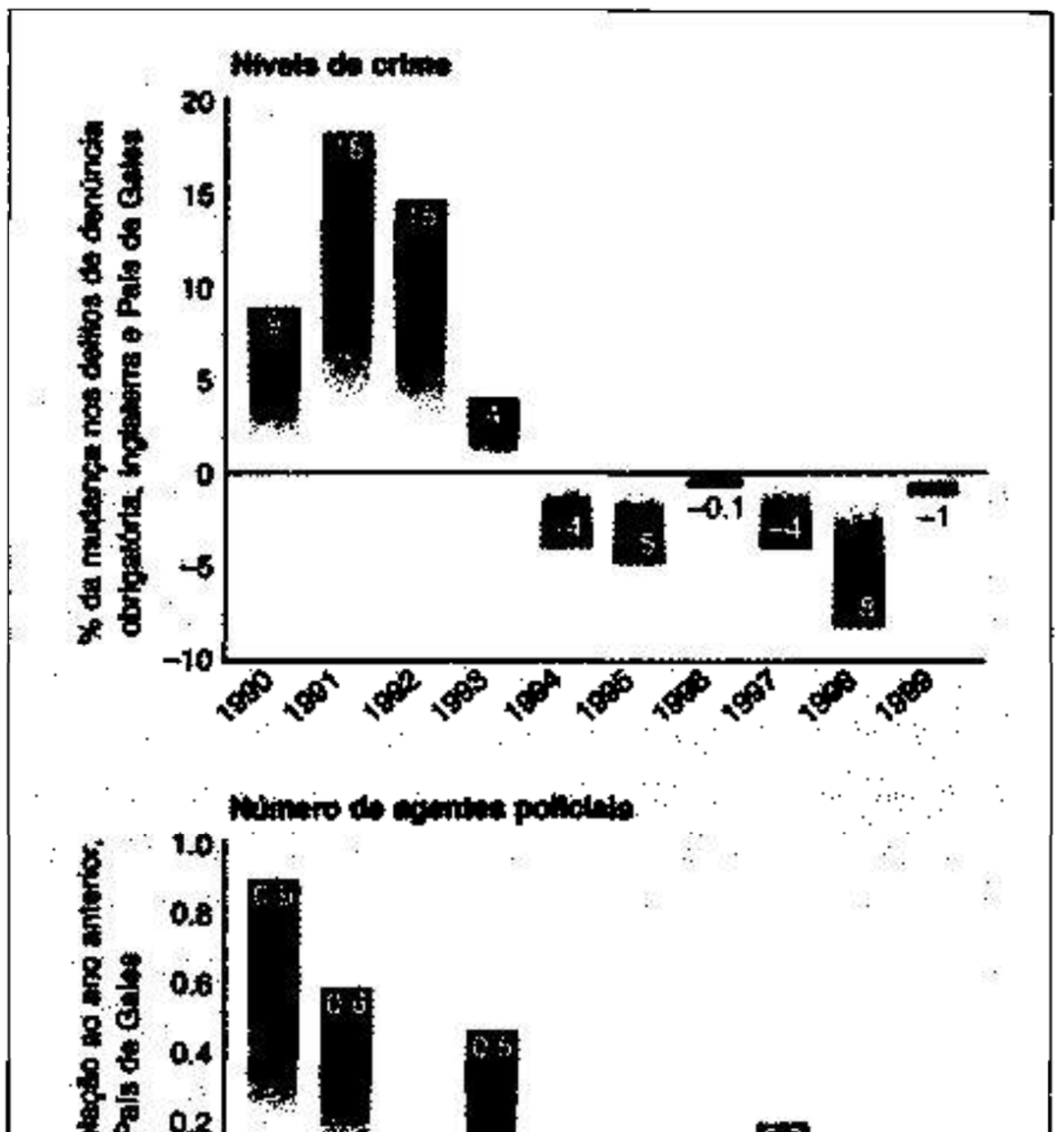


Figura 8.5 Mudanças nos níveis de crime em relação com as mudanças no número de polícias, 1990-9
Fonte: Home Office Statistical Bulletin. Extraído de *The Guardian*, 19 de outubro, 1999.

agora as políticas estão centradas cada vez mais na "gestão" da insegurança.

Políticas para enfrentar o crime

A subida ao poder de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha, e de Ronald Reagan nos EUA, há duas décadas, conduziu a uma abordagem do crime baseada num vigoroso enfoque na imposição da "lei e da ordem", em ambos os países. Ligava-se o crescimento do crime e da delinquência à degeneração moral, ao declínio da família, e à erosão dos valores tradicionais. Os debates públicos e a cobertura intensa dos meios de comunicação centravam-se nas crises de violência e na ausência de cumprimento da lei, que ameaçavam apoderar-se da sociedade. O desvio era retratado como uma patologia individual – como um conjunto de comportamentos destrutivos e ilegais, escolhidos activamente e perpetrados por indivíduos carentes de autocontrolo e de sentido de moralidade. Em resposta ao que se entendia ser uma escalada da ilegalidade e do medo público do crime, os governos conservadores começaram a intensificar as actividades de imposição do cumprimento da lei. Os poderes policiais foram aumentados, bem como os fundos do sistema de justiça penal e considerou-se de modo crescente que eram o meio mais efectivo para deter a criminalidade.

A prevenção "situacional" do crime – dificultar o acesso aos alvos e sistemas de vigilância – tem sido uma via popular de abordagem da "gestão" do risco de crime. Tais técnicas são geralmente favorecidas pelos políticos; são relativamente fáceis de ser incorporadas às técnicas policiais já existentes, e devolvem a segurança aos cidadãos dando a impressão de que estão a ser tomadas acções firmes contra o crime. No entanto, como estas técnicas não estão relacionadas com as causas subjacentes ao crime – como a desigualdade social, o desemprego ou a pobreza – o

seu maior êxito é a protecção de determinados segmentos populacionais contra o crime, e a deslocação da delinquência para outros âmbitos.

Podemos encontrar uma ilustração desta dinâmica na *exclusão* física de determinadas categorias de pessoas dos espaços comuns, como uma tentativa de reduzir o crime e o risco face a este. Em resposta ao sentimento de insegurança da população em geral, espaços públicos sociais – como as livrarias, os parques, e até mesmo as esquinas das ruas – estão a ser transformados cada vez mais em "redomas de segurança". O objectivo de certas práticas de gestão do risco, como o controlo policial, as equipas de segurança privada e os sistemas de vigilância, é a protecção do público contra potenciais riscos. Por exemplo, nos centros comerciais, as medidas de segurança são uma parte cada vez mais proeminente do "pacto contratual" entre vendedores e consumidores. Para conseguir atrair e manter os mesmos clientes de base, os negociantes têm de assegurar a segurança e o conforto dos seus clientes. Os jovens tendem a ser desproporcionalmente excluídos destes espaços porque são entendidos como uma maior ameaça à segurança, pois são estatisticamente mais propensos a cometer ofensas do que os adultos (ver figura 8.4). Na sequência da criação de "espaços de confiança" para os consumidores, os jovens observam que os espaços públicos a que podem aceder estão a encolher.

Estes temas são explorados mais adiante em "Crime e Exclusão Social" pág.333

As forças policiais aumentaram também os seus contingentes para responder ao crescimento do crime. Quando os índices do crime sobem, surge quase inevitavelmente um clamor público para pôr mais polícias "na rua". O desejo dos governos de parecerem firmes no que diz respeito ao crime, tende a favorecer o aumento do número de polícias e dos recursos postos à sua disposição com o objectivo de dissuadir os delinquentes. A visão mais popular da polícia é a de ela constituir o principal suporte da manutenção da lei e da ordem. Mas qual é realmente o papel da polícia no controlo do crime? Não é linear que a existência de um maior número de polícias se traduza necessariamente numa diminuição dos níveis do crime. No Reino Unido, as estatísticas oficiais sobre os níveis do crime e o número de polícias, lançam dúvidas sobre a relação entre estes dois indicadores (ver figura 8.5). Isto levanta algumas questões inquietantes. Se o aumento do número de polícias não evita o crime, porque é que o público exige a presença visível da polícia? Qual o papel desempenhado pela polícia nas nossas sociedades?

O policiamento na sociedade do risco

Alguns sociólogos e criminologistas assinalaram que as técnicas policiais muito visíveis, como o patrulhamento das ruas, são tranquilizadoras para a opinião pública. Tais actividades são consistentes com a percepção que se tem da polícia como estando activamente envolvida no controlo do crime, investigando as ofensas criminais e apoiando o sistema de justiça penal. Todavia, num trabalho publicado recentemente: *Policing the Risk Society* (1999), os autores, Richard Ericson e Kevin Haggerty, sugerem que é necessário reavaliar o papel da polícia na época actual. Embora a manutenção da lei e da ordem pública, bem como a interacção com os cidadãos e o providenciamento de serviços, sejam parte das tarefas policiais contemporâneas, tais actividades apenas representam uma pequena fracção daquilo que a polícia faz realmente. Segundo estes autores, o policiamento incide actualmente mais sobre a detecção e a gestão dos riscos, do que sobre o controlo do crime. O policiamento deve tratar acima de tudo, da comunicação do conhecimento sobre o risco às outras instituições da sociedade que solicitam essa mesma informação.

De acordo com Ericson e Haggerty, os polícias são, acima de tudo e principalmente, "trabalhadores do conhecimento". Com esta expressão os autores querem dizer que a maioria do tempo gasto pelos polícias é consumido em actividades dirigidas para o processamento de informação, redacção de relatórios e comunicação de dados. Um "simples" caso de um acidente de automóvel, em Ontario no Canáda, ilustra o que se disse. Um agente da polícia é chamado ao local onde ocorreu um acidente de automóvel envolvendo dois veículos. Ninguém morreu, mas existem pequenos ferimentos e um dos condutores apresenta-se embriagado. A investigação do incidente leva uma hora; o condutor embriagado é acusado de conduzir um veículo depois de ter ingerido álcool em excesso e de ter provocado danos físicos a terceiros. A licença de condução do acusado é automaticamente suspensa por doze horas.

No seguimento desta investigação de rotina, o polícia gasta três horas a escrever mais de dezasseis relatórios separados documentando o incidente. É aqui que o papel dos polícias como "mediadores" da informação é notório:

- O *registro provincial dos veículos motorizados* requer informação sobre a localização exacta do acidente, sobre as pessoas e os veículos envolvidos. Isto é usado para definir "perfis de risco", que por sua vez irão ser utilizados na prevenção de acidentes, na organização do tráfico e na distribuição dos recursos.
- A *indústria automóvel* necessita de saber quais os veículos envolvidos no acidente para melhorar as suas medidas de segurança, reportar às agências reguladoras e proporcionar informações aos grupos de consumidores.
- As *companhias de seguros* envolvidas necessitam de informações sobre o acidente para determinar responsabilidades e atribuir recompensas, se as houver. Também precisam de obter informação junto da polícia para poderem desenvolver os seus próprios perfis estatísticos de risco, que irão determinar os prémios e níveis de compensação atribuídos aos clientes.
- O *sistema de saúde público* exige informação detalhada sobre os ferimentos produzidos e o modo como estes ocorreram. Este conhecimento é usado para delinear perfis estatísticos e conceber as disposições de um serviço de emergência.
- Os *tribunais* exigem informação à polícia como material para a acusação e como prova de que o cenário do crime foi correctamente investigado e todas as provas foram recolhidas.
- A própria *administração policial* exige relatórios sobre o incidente para os seus registos internos, e para as bases de dados informáticas nacionais.

Este exemplo revela como a polícia representa uma peça-chave num complicado circuito de informação entre as instituições envolvidas na gestão do risco. Ericson e Haggerty argumentam que, com a ajuda das novas tecnologias, o trabalho da polícia centra-se, cada vez mais, na "cartografia" e no diagnóstico do risco no seio da sociedade.

Os autores sugerem também que as exigências informativas das outras instituições, determinam, cada vez mais, a forma como a polícia trabalha. A polícia tem de recolher e redigir a informação, de modo a que esta seja compatível com as necessidades informativas de agências exteriores. Na actualidade, os sistemas e as estruturas informáticas determinam o modo como a polícia redige a informação. Em vez de redigir narrativas dos incidentes, a polícia regista os factos do caso em formulários normalizados, através dos modelos disponíveis de bases de dados. A informação disposta nestes formatos é usada para categorizar pessoas e eventos, uma parte constitutiva da criação de perfis de risco. No entanto, de acordo com Ericson e Haggerty, a própria natureza de tais formatos de registo influencia aquilo que a polícia observa e regista, como compreendem e interpretam o incidente, e também a abordagem escolhida para solucionar o problema.

Esta ênfase na recolha e processamento da informação pode-se tornar frustrante para a polícia. Para muitos polícias existe uma distinção entre o "verdadeiro trabalho policial" – como a investigação dos crimes – e o "trabalho de burro", como os relatórios e a papelada. Todos os procedimentos relacionados com os relatórios burocráticos são, para alguns polícias, um "beco sem saída", pois não percebem o que se pretende com toda a extensa documentação exigida.

Ericson e Haggerty consideram que o crescimento do policiamento comunitário e os grupos de vigilância dos bairros são parte essencial do corpo policial na sociedade do risco. Em tais instâncias, a polícia encoraja os residentes locais a envolverem-se activamente na detecção dos riscos que correm, colaborando na gestão do risco. Por outro lado, estes grupos podem fornecer informação sobre os riscos locais às redes de conhecimento através da sua relação com a polícia local, que transmite a informação a outras instituições.

O Policiamento comunitário

Tanto a prevenção do crime como a redução do medo do mesmo estão estreitamente relacionadas com a reconstrução de comunidades consistentes. Como já vimos anteriormente ao analisar a "teoria dos vidros partidos", uma das inovações mais significativas da criminologia nos anos mais recentes residiu na descoberta da relação directa entre o declínio da civilidade quotidiana e a criminalidade. Durante muito

tempo a atenção esteve exclusivamente voltada para crimes sérios – como roubos, assaltos e violência física. Contudo, crimes menores e outras formas de desordem pública tendem a ter um efeito cumulativo. Quando questionados sobre os seus problemas, os residentes dos bairros mais problemáticos das cidades europeias e norte-americanas mencionam carros abandonados, a prostituição, os "grafitis", os "gangs" juvenis e outros fenómenos similares.

As pessoas reagem com ansiedade a estes temas: se puderem mudam de casa, compram fechaduras fortes para as suas portas e barras de ferro para as janelas, e abandonam os espaços públicos. O comportamento desordeiro sinaliza aos cidadãos que se trata de uma área pouco segura. Os cidadãos com medo abandonam as ruas, evitando certos bairros e anulam as actividades normais que eventualmente possam ter nas associações locais. Ao retirarem-se fisicamente, os cidadãos também se retiram dos papéis de suporte mútuo desempenhados junto dos outros cidadãos, abandonando o controlo social que antigamente ajudava a manter o civismo no seio da comunidade.

O que é que se pode fazer para combater esta evolução? Nos anos mais recentes, tem vindo a ganhar popularidade a ideia de que a polícia deveria trabalhar em conjunto com os cidadãos, para melhorar a qualidade de vida da comunidade e os padrões de comportamento civil, através da educação, da persuasão e do aconselhamento, em vez do encarceramento.

O "policiamento comunitário" implica não só apoiarem-se os cidadãos, mas também mudar a perspectiva habitual das forças policiais. Uma ênfase renovada na prevenção do crime mais do que na imposição da lei, pode ir a par da reintegração do policiamento na comunidade. O isolamento da polícia daqueles que é suposto servir tende geralmente a produzir uma mentalidade fechada, pois a polícia tem pouco contacto regular com os cidadãos comuns.

Para que as parcerias entre o governo e os seus or_anismos, o sistema de _usti_a _enal, as associações locais e as organizações comunitárias obtenham resultados, essas parcerias têm de ter um carácter inclusivo – todos os grupos étnicos e económicos têm de estar envolvidos (Kelling e Coles, 1997). O governo e o mercado podem agir conjuntamente para ajudar a reparar a decadência urbana. Um dos modelos é a criação de áreas prioritárias de desenvolvimento, concedendo isenções fiscais às empresas que participem no planeamento estratégico dessas áreas e que aí invistam. Para terem sucesso estes esquemas envolvem um compromisso a longo prazo com determinados objectivos sociais.

Enfatizar estas estratégias não significa negar as ligações existentes entre desemprego, pobreza e crime. Ao invés, a luta contra estes problemas sociais deve ser coordenada com abordagens à prevenção do crime, baseadas na comunidade. Estas abordagens podem de facto contribuir, directa e indirectamente, para uma melhor justiça social no futuro. Onde a ordem social está em decadência, bem como os serviços públicos, também outras oportunidades, como novos empregos, diminuíram. A melhoria da qualidade de vida num bairro pode fazê-los renascer.

As vitímas e os perpetradores do crime

Haverá alguns grupos e indivíduos mais propensos a cometer crimes, ou a serem vítimas deles? Os criminologistas dizem que sim – a investigação efectuada e as estatísticas do crime indicam que o crime e as suas vítimas não se encontram distribuídos de forma aleatória entre a população. Os homens, por exemplo, tendem a cometer mais crimes do que as mulheres; os jovens estão mais envolvidos em crimes do que as pessoas mais velhas.

A probabilidade de alguém se tornar vítima do crime está directamente relacionada com a área onde vive. As áreas que sofrem maior privação material atingem geralmente elevados níveis de crime. Os indivíduos que vivem em bairros no centro urbano correm um risco muito maior de se tornarem vítimas do crime, do que os residentes das áreas suburbanas mais afluentes. O facto de as minorias étnicas estarem desproporcionalmente concentradas em áreas do centro urbano parece ser um factor significativo do número elevado de vítimas no seu seio.

Sobre a relação no Reino Unido entre minorias étnicas, crime e o sistema criminal de justiça ver "Race, crime and justice", pág. 270.

Género e crime

Tal como em outras áreas da Sociologia, os estudos de criminologia têm tradicionalmente ignorado meta-

de da população. As feministas têm razão ao criticar a criminologia por esta ser uma disciplina dominada pelos homens onde as mulheres são praticamente "invisíveis", tanto nas abordagens teóricas como nos estudos empíricos. Desde os anos 70, muitos trabalhos feministas importantes chamaram a atenção para a diferença entre os contextos em que ocorrem as transgressões criminais cometidas por mulheres e homens e para o modo como a experiência do sistema penal de justiça pelas mulheres é influenciada por determinados pressupostos de género relativos aos papéis masculino e feminino apropriados. As feministas também tiveram um papel central ao realçar a prevalência da violência contra as mulheres, tanto em casa como em público.

Taxas de delinquência masculinas e femininas

As estatísticas sobre o género e o crime são surpreendentes. Por exemplo, entre todos aqueles que foram acusados ou considerados culpados, de algum delito em 1997, em Inglaterra e no País de Gales, uma percentagem esmagadora de 83% eram homens. Existe igualmente um enorme desequilíbrio na proporção de homens e mulheres na prisão, não só na Grã-Bretanha como em todos os países industrializados. As mulheres constituem apenas 3% da população prisional britânica. Há igualmente contrastes entre os tipos de crime cometidos por homens e por mulheres. Os crimes das mulheres raramente envolvem violência, e são quase todos de pequena escala. Os crimes típicos cometidos por mulheres são pequenos roubos, como o roubo de artigos de lojas, e ofensas à ordem pública, como o alcoolismo e a prostituição (Flowers, 1987).

Evidentemente, pode suceder que a diferença real entre os géneros nas taxas de crime seja menor do que a que ressalta das estatísticas oficiais. Isto foi sugerido por Otto Pollak, nos anos 50, que argumentava que alguns crimes cometidos por mulheres tendem a passar despercebidos. Este autor supôs que o papel predominantemente doméstico das mulheres lhes dava a oportunidade para cometer crimes em casa e na esfera privada. Segundo Pollak, as mulheres eram naturalmente falsas e especializadas no encobrimento dos seus crimes. O autor fundamentava a sua posição na biologia, pois as mulheres teriam aprendido a esconder dos homens a dor e o desconforto da menstruação, e a simular o acto sexual de uma forma que os homens não conseguiam! Pollak também sugeriu que as ofensas femininas são tratadas de modo mais brando, porque as forças policiais adoptam uma atitude "galante" face às mulheres (1950).

O retrato delineado por Pollack das mulheres como seres maquinadores e falsos assenta em estereótipos infundados. No entanto, a sugestão que as mulheres são tratadas mais suavemente pelo sistema penal de justiça tem desencadeado muito debate e exame crítico. A *tese do galanterio* tem sido aplicada de duas formas. Em primeiro lugar, é possível que a polícia e outras instituições considerem as mulheres menos perigosas do que os homens, deixando passar em branco muitas acções e comportamentos, pelos quais os homens seriam presos. Em segundo lugar, no que diz respeito às sentenças por ofensas criminais, as mulheres tendem a ter muito menos probabilidades de serem presas do que os homens. Foram conduzidos alguns estudos empíricos para testar a tese do galanterio, mas os resultados permanecem inconclusivos. Uma das maiores dificuldades reside em avaliar a influência relativa do género em comparação com outros factores como a idade, a classe social ou a raça. Por exemplo, parece que as mulheres mais velhas que cometem ofensas criminais tendem a ser tratadas de um modo menos agressivo do que os seus pares masculinos. Outros estudos mostraram que as mulheres negras recebem um tratamento pior da polícia do que as mulheres brancas.

Outra perspectiva adoptada pelas feministas examina o modo como o entendimento social do que é a "feminilidade" afecta as experiências das mulheres no sistema penal de justiça. Frances Heidensohn (1985) assinalou que as mulheres são tratadas mais severamente nos casos onde, alegadamente, se desviaram das normas de sexualidade feminina. Por exemplo, as raparigas tidas como sexualmente promíscuas são detidas mais frequentemente do que os rapazes na mesma situação. Nestes casos, as mulheres são "duplamente desviantes" – não só agiram contra a lei, como também transgrediram as normas do comportamento feminino "apropriado". Em tais casos as mulheres são julgadas menos em função da natureza da ofensa, do que por terem escolhido um estilo de vida "desviante". Heidenshon e outras chamaram a atenção para a existência de um duplo padrão de avaliação no seio do sistema penal de jus-

tiça: enquanto a agressão e a violência masculinas são vistas como um fenómeno natural, para as ofensas femininas procura-se uma explicação em "desequilíbrios psicológicos".

Num esforço para tornar o crime feminino mais "visível", as feministas conduziram um número de investigações detalhadas sobre mulheres criminosas – de bandos de raparigas, a terroristas e mulheres presas. Tais estudos mostram que a violência não é uma característica exclusiva da criminalidade masculina. É muito menos provável que as mulheres participem em crimes violentos do que os homens, mas estas nem sempre se inibem de tomar parte em episódios violentos. Porque será, então, que as taxas femininas de criminalidade são muito inferiores às dos homens?

Há indícios de que as delinquentes femininas conseguem escapar frequentemente a julgamento, por serem capazes de levar a polícia ou outras autoridades a ver as suas acções segundo uma determinada perspectiva. Invocam o que tem sido designado como "contrato de género" – o contrato implícito entre homens e mulheres, segundo o qual ser mulher equivale, por um lado, a ter-se um comportamento errático e impulsivo e, por outro, a ser-se alguém carente de protecção (Worral, 1990).

No entanto, o tratamento diferenciado dado a uns e a outras dificilmente pode explicar a enorme diferença existente entre as taxas de delinquência masculina e feminina. As razões são praticamente as mesmas que explicam as diferenças entre os géneros noutras esferas. Há, obviamente, alguns crimes especificamente "femininos" – o mais notório dos quais a prostituição – , pelos quais as mulheres são condenadas, enquanto os seus clientes masculinos o não são. Os "crimes masculinos" continuam a ser "masculinos", devido às diferenças na socialização e porque as actividades e relações dos homens continuam ainda a ser muito menos domésticas do que as da maioria das mulheres. Como vimos na abordagem de Pollack, as diferenças de género em matéria de crime eram com frequência explicadas recorrendo a diferenças biológicas ou psicológicas supostamente inatas – diferenças em termos de força física, de passividade ou de preocupações com a reprodução. Hoje em dia, tanto os traços de "feminilidade" como os de "masculinidade" são vistos, em grande medida, como produtos sociais. Muitas mulheres são socializadas para dar valor a qualidades na vida social (cuidar dos outros e manter relações pessoais) diferentes das que são valorizadas para os homens. Algo igualmente importante é o facto de o comportamento das mulheres ser frequentemente confinado e controlado de modos distintos dos das actividades masculinas, através da influência da ideologia e de outros factores – como a ideia de "boa menina".

Os criminologistas têm vindo a prever desde os finais do século XIX que a igualdade dos géneros reduziria ou eliminaria as diferenças na criminalidade entre homens e mulheres, mas, não obstante, estas diferenças continuam a ser pronunciadas. Não podemos ainda dizer, de uma forma segura, que as variações entre as taxas de crime feminina e masculina irão alguma vez desaparecer.

O Crime e a "crise da masculinidade"

Os níveis elevados de crime registados nas áreas mais degradadas das cidades estão associados especialmente às actividades de jovens do sexo masculino. Porque é que tantos rapazes desses bairros se viram para o crime? Já se adiantaram algumas respostas a esta pergunta. Os rapazes fazem parte de bandos desde muito cedo, pertencem a uma subcultura em que determinadas formas de crime são um estilo de vida. E a partir do momento em que os membros de bandos são catalogados pelas autoridades como criminosos, passam a ter uma participação regular em actividades criminosas. Apesar de hoje em dia existirem *gangs* femininos, estas subculturas são essencialmente masculinas e influenciadas por valores masculinos, como o espírito de aventura, a excitação ou a camaradagem.

No capítulo 5 ("Género e Sexualidade") discutimos a ideia de que existe uma "crise da masculinidade" nas sociedades modernas. Antigamente, os rapazes, incluindo os que viviam em bairros onde os níveis de crime eram elevados, tinham um conjunto claro de objectivos na vida: arranjar um trabalho legítimo e ser o sustento da mulher e da família. As mudanças no mercado de trabalho fizeram com que o desemprego e a insegurança no emprego se tornassem ameaças sempre presentes, ao mesmo tempo que as mulheres se tornaram mais independentes, financeira e profissionalmente, do que o eram antigamente. As ideias de Connel sobre a "masculinidade hegemónica" (v. p. 120) serviram de base para muitos sociólogos e criminologistas explicarem como é que

a violência e a agressão se podem tornar facetas aceitáveis da identidade masculina.

O nível de crime entre os homens jovens está estreitamente relacionado com o desemprego: os jovens desempregados, com idades entre os dezasseis e os vinte e nove anos, estão muito sobrerrepresentados no que diz respeito a crimes violentos e a crimes contra a propriedade. A análise regional deste fenómeno consubstancia esta ligação. As manchas negras do país (Reino Unido) onde abunda o desemprego, como o Merseyside, a Área Metropolitana de Manchester, a Oeste das Midlands, o sul do País de Gales e a Área Metropolitana de Londres, são também manchas negras do crime (Wells, 1995).

Alguns autores defendem que os níveis elevados de desemprego masculino estão a começar a criar uma nova categoria de delinquente profissional. Um relatório publicado pelo Ministério da Administração Interna em 1996, «Os Jovens e o Crime», apresentou material de pesquisas relevantes para esta tese. A investigação descrita no relatório implicou a entrevista a 2500 jovens, de ambos os sexos, com idade entre os catorze e os vinte e cinco anos. Os investigadores não dependeram de estatísticas da polícia, mas perguntaram aos entrevistados, assegurando a confidencialidade da resposta, se tinham cometido crimes. O resultado foi que, até uma idade de vinte e cinco anos, 30% dos jovens havia já participado em algumas formas de actividade criminosa – excluindo o consumo de drogas ilegais e infracções rodoviárias. Antes, o nível de actividades criminais dos jovens caía drasticamente a partir dos vinte anos, mas esta investigação demonstrou que já não é assim. Por exemplo, a percentagem de jovens rapazes com idades entre os vinte e dois e os vinte e cinco anos que cometeram crimes contra a propriedade é maior do que a percentagem dos envolvidos no mesmo tipo de delito do grupo etário entre os dezoito e os vinte e um anos.

Estudos como este sugerem que os jovens já não "saem do crime" como outrora acontecia. Em 1996 quase 70 % dos rapazes condenados por ofensas criminais, já o haviam sido no passado noutras ocasiões. Pelo contrário, menos de metade das raparigas eram delinquentes reincidentes (HMSO, 1999). O relatório concluiu que a ausência de perspectivas de um emprego estável está a tornar difícil que grande parte das gerações mais novas se tornem adultos responsáveis.

Crimes contra mulheres

Existem determinadas categorias de crime onde os homens são esmagadoramente os agressores e as mulheres as vítimas. A violência doméstica, o assédio sexual e a violação são crimes em que os homens usam o seu poder físico e social superior sobre as mulheres. Ainda que alguns destes actos tenham sido praticados por mulheres sobre homens, na grande maioria dos casos os homens são os agressores e as mulheres as vítimas. Estima-se que um terço das mulheres são vítimas de violência a dado momento das suas vidas, e todas as mulheres estão ameaçadas por estes crimes, directa ou indirectamente.

Durante muitos anos estas ofensas eram ignoradas pelo sistema criminal de justiça; as vítimas tinham que persistir, incansavelmente, até obterem amparo legal contra o agressor. Mesmo actualmente, a actuação da justiça em matéria de crimes contra mulheres permanece muito aquém do esperado. No entanto a criminologia feminista tem feito muito para sensibilizar a população em relação aos crimes cometidos contra as mulheres, e também para integrar tais ofensas criminais nos debates actuais sobre o crime. Nesta secção iremos avaliar o crime da violação, deixando a discussão sobre a violência doméstica e o assédio sexual para outros capítulos (ver capítulo 7, "Famílias", e capítulo 13, "Trabalho e Vida Económica).

É difícil avaliar com precisão a verdadeira extensão da violação. Apenas uma pequena parte das violações chegam ao conhecimento da polícia e contam para as estatísticas. Todos os anos são participados à polícia em média 6000 casos de violação e 17500 casos de estupro. Contudo, um estudo publicado pelo Ministério da Administração Interna, em Fevereiro de 2000, estimava que o verdadeiro número de violações e estupros, na Grã-Bretanha, estaria entre os 118000 e os 295000 casos por ano (*The Guardian*, 18 de Fevereiro, 2000).

Durante os anos 90 registou-se um aumento no número de incidentes participados em que a vítima conhecia o agressor. Quarenta e três por cento dos casos de abuso sexual são cometidos por conhecidos da vítima, amigos, antigos colegas ou conhecimentos recentes – as violações denominadas de "encontro" ou de "conhecidos". Estima-se que metade deste tipo de violações envolvem alguém que a vítima conhe-

ceu há menos de vinte e quatro horas. Embora o número de violações cometidas por "conhecidos" tenha subido, o número de denúncias por violação envolvendo estranhos desceu, e abrange 12 por cento da totalidade dos casos.

Antes de 1991, na Grã-Bretanha, não se reconhecia a existência de violação no seio do casamento. De acordo com Sir Matthew Hale, um juiz que emitiu um parecer que fixou jurisprudência em 1736: um marido «não pode ser acusado de violar a sua mulher, pois, pelo consentimento mútuo do contrato matrimonial, a mulher deverá entregar-se ao seu marido, a quem não se pode negar» (citado em Hall, James e Kertesz, 1984, p. 20). Esta formulação manteve-se como lei na Inglaterra e no País de Gales até 1991, quando a Câmara dos Lordes decretou ser inaceitável nos tempos modernos a noção de que um marido tem o direito de violentar a sua esposa.

Há muitas razões que podem levar uma mulher a optar por não participar um caso de violência sexual à polícia. A maioria das mulheres violadas desejam esquecer por completo o acontecimento ou não estão dispostas a passar pela humilhação que o exame médico, o interrogatório policial e a exposição do sucedido em tribunal podem representar. O processo legal leva geralmente muito tempo, e pode ser intimidante. As audiências são públicas e a vítima tem de se confrontar visualmente com o acusado. Têm de ser apresentadas provas de penetração, da identidade do violador e de que o sucedido aconteceu sem o consentimento da mulher. A mulher pode sentir que é *ela* que está a ser julgada, particularmente se a sua história sexual é examinada publicamente, como acontece na maioria dos casos.

Durante os últimos anos, grupos de mulheres têm feito pressão a favor de mudanças, tanto na opinião pública como na concepção judicial sobre a violação, defendendo que a violação não deveria ser vista como uma ofensa sexual, mas como um crime violento. Não se trata apenas de uma agressão física, mas também de um atentado contra a integridade e a dignidade pessoal. A violação está claramente relacionada com a associação entre masculinidade, poder, domínio e força. Na maioria dos casos, não é apenas o resultado de um desejo sexual irresistível, mas dos laços entre a sexualidade e sensações de poder e de superioridade. O acto sexual em si é menos importante do que o rebaixamento da mulher (Estrich, 1987). Hoje em dia, a violação é, de uma forma geral, reconhecida por lei como uma forma específica de violência criminal.

Em certo sentido, todas as mulheres são vítimas de violação. Mulheres que nunca foram violadas passam muitas vezes por estados de ansiedade semelhantes aos daquelas que o foram. Podem ter medo de andar sozinhas à noite, mesmo em ruas movimentadas, da mesma forma que receiam estar a sós na sua própria casa. Salientando a estreita relação entre a violação e a sexualidade masculina ortodoxa, Susan Brownmiller defendeu que a violação faz parte de um sistema de intimidação masculina que mantém as mulheres amedrontadas. As que não foram vítimas de violação são afectadas pela ansiedade provocada por esse receio e pela necessidade de serem mais cautelosas no seu dia-a-dia do que os homens (Brownmiller, 1975).

Crimes contra homossexuais

As feministas mostraram como o entendimento da violência é influenciado por noções de género e percepções do "senso comum" sobre o risco e a responsabilidade. Como geralmente se pensa que as mulheres são menos capazes de se defenderem contra um atacante violento, o "senso comum" defende que estas devem alterar o *seu* comportamento, de modo a reduzir o risco de se tornarem vítimas do crime. Por exemplo, as mulheres devem evitar andar sozinhas, à noite, em bairros pouco seguros, e devem também ter o cuidado de não se vestirem de um modo provocatório, ou comportar-se de um modo que pode ser mal-interpretado. As mulheres que não seguem estas regras podem ser acusadas de "andar à procura de sarilhos". No espaço do tribunal, o comportamento da mulher pode ser tomado como um factor atenuante ao avaliar o acto de violência do atacante (Richardson e May, 1999; Dobash e Dobash, 1992).

Assinalou-se que uma lógica similar do "senso comum" surge no caso de actos violentos contra homens e mulheres homossexuais. Os estudos sobre vítimas concluíram que há uma enorme incidência de crimes violentos e assédio sexual entre os homossexuais. Um inquérito nacional feito a 4000 homens e mulheres homossexuais descobriu que, nos últimos cinco anos, um terço dos homens homossexuais e um quarto das mulheres lésbicas tinham sido vítimas de um ataque violento pelo menos. Um terço passou por

alguma forma de assédio, incluindo ameaças e vandalismo. Uma maioria esmagadora de 73% já tinha sido violentada verbalmente em público (Mason e Palmer, 1996, citado por Richardson e May, 1999).

Diane Richardson e Hazel May assinalaram que, em virtude de os homossexuais permanecerem estigmatizados e marginalizados em muitas sociedades, existe, por esta razão, uma enorme tendência a tratá-los como "merecedores" de ataques criminosos, em vez de como vítimas inocentes. Considera-se que as relações homossexuais são algo do domínio privado, enquanto a heterossexualidade é a norma maioritária nos espaços públicos. De acordo com Richardson e May, os homens e mulheres homossexuais que se desviam deste contrato entre o público e o privado assumindo a sua identidade homossexual em público são geralmente acusados de contribuírem para a sua vulnerabilidade face ao crime. Existe a sensação de que a introdução da homossexualidade na esfera pública representa uma forma de provocação.

Esta mesma sensação forma a base da defesa legal baseada no "pânico homossexual" que pode ser usada nos sistemas legais britânico e americano, para conseguir que uma acusação passe de homicídio voluntário para homicídio involuntário. O arguido acusado de homicídio pode argumentar que um avanço homossexual *o* (a) levou a perder o controlo e a atacar a vítima. Tal defesa foi recentemente usada, com sucesso, por um jovem no estado norte-americano do Wyoning, no julgamento do homicídio do estudante universitário Mathew Shepard. O acusado e outros dois homens espancaram gravemente Shepard no exterior de um bar, antes de o deixarem atado a uma árvore nos bosques, onde morreu cinco dias depois. Em casos como este a violência homofóbica é tida como uma resposta justificada, e o valor essencial da pessoa enquanto "ser humano", ou o seu direito à vida não são tidos em conta ou são negados. Crimes como o assassinato de Mathew Shepard levaram a que muitos grupos sociais apelassem à adopção de legislação contra os "crimes de ódio", de modo a proteger os direitos humanos de alguns grupos que permanecem estigmatizados na sociedade.

A juventude e o crime

O medo público em relação ao crime centra-se em ofensas como os assaltos, com ou sem intimidação, as agressões e a violação – "crimes de rua" considerados em grande medida da responsabilidade de jovens do sexo masculino da classe trabalhadora. A cobertura do crescimento dos níveis do crime feita pelos meios de comunicação insiste frequentemente na existência de uma "decadência moral" na camada jovem, e identifica fenómenos como o vandalismo, o mau comportamento escolar e o uso de drogas como imagens ilustradoras do aumento da "permissividade" na sociedade. Esta equação entre juventude e crime não é uma novidade, de acordo com alguns sociólogos. As pessoas jovens são habitualmente tomadas como um indicador da saúde e bem-estar da própria sociedade.

Tal como vimos anteriormente (ver figura 8.4), as estatísticas oficiais do crime revelam níveis elevados de ofensas entre as pessoas jovens. Dois quintos de todos os acusados, que pagaram caução ou foram condenados, por delitos durante o ano de 1997, tinham menos de vinte e um anos de idade. Tanto entre rapazes como entre raparigas os 18 anos eram a idade em que se verificava o auge do número de delitos (HMSO 1999). No entanto, como notou John Muncie (1999), temos de abordar os pressupostos acerca da relação entre crime e juventude com alguma precaução. Para este autor os "pânicos morais" sobre a criminalidade da juventude podem não reflectir correctamente a realidade social. Um evento isolado envolvendo pessoas jovens e crime pode ser transformado simbolicamente numa "crise da adolescência", que exige respostas duras em termos da imposição da "lei e da ordem". O assassinato de James Bulger, um menino de dois anos, por dois rapazes de dez é um exemplo do modo como a revolta moral pode desviar a atenção de grandes problemas sociais. No caso Bulger, câmaras do circuito fechado de vídeo de um centro comercial, captaram os rapazes mais velhos a levarem a criança pela mão, o que gravou o caso na consciência pública. De acordo com Muncie, este brutal assassínio foi um evento que marcou um ponto de viragem nos retratos do crime juvenil feitos pelos políticos, e pelos meios de comunicação. As próprias crianças mais pequenas passaram a ser vistas como ameaças violentas potenciais. Os rapazes com dez anos foram rotulados como "demónios", "monstros", e "animais". Foi prestada muito menos atenção às histórias biográficas dos acusados, ou ao facto de, apesar de ter havido indicações sobre a exis-

O tráfico de droga

Será fácil comprar marijuana na escola ou no colégio? Houve alguma vez um festival 'pop' sem drogas? Embora alguns possam achar este facto lamentável, a maior parte dos jovens na Grã-Bretanha tem um acesso relativamente livre a drogas ilegais.

Que factores possibilitam o acesso a drogas ilegais na sua comunidade? O nível de patrulhamento policial existente é por certo importante, tal como o grau da procura local. Mas não menos importante é a existência de redes de traficantes que têm a possibilidade de transportar as drogas dos países onde são cultivadas até à sua terra natal. Estas redes têm florescido, em parte, devido à globalização.

Embora o cultivo de marijuana possa ser feito no jardim de qualquer pessoa, quase toda a cocaína e ópio do mundo são cultivados nos países do Terceiro Mundo. São gastos biliões todos os anos para ajudar as nações do Terceiro Mundo nos seus esforços para tentar erradicar estes cultivos. Contudo, apesar do [illegible] investiment[illegible], nã[illegible]arece [illegible]ue a erradicação ou os esforços de interdição tenham contribuído significativamente para baixar o número de drogas ilegais que entram na Grã-Bretanha e noutros países europeus. Porque falharam estes esforços?

Uma resposta possível seria a de que o lucro é muito grande. Agricultores que lutam por uma vida

desafogada, na Bolívia e no Peru; os membros dos cartéis de droga na Colómbia; os traficantes menores, das ruas e dos clubes na área onde moramos, todos eles recebem substanciais compensações monetárias pelas suas actividades ilegais. Estes ren-

tência de uma tendência para a violência e para a auto-agressividade num dos rapazes, não ter havido nenhuma intervenção (Muncie, 1999).

Devemos tomar uma precaução semelhante relativamente à visão mais banal que defende que todos os crimes juvenis estão relacionados com o uso de drogas. Por exemplo, Muncie observou que o pressuposto mais generalizado em relação aos assaltos afirma que estes são cometidos por pessoas jovens para poderem financiar o seu consumo de drogas. Estudos recentes revelam que o consumo de álcool e droga entre os jovens se tornou relativamente "normalizado". Um inquérito efectuado a mais de 7000 jovens, com idades compreendidas entre os quinze e os dezasseis anos, revelou que mais de 94% consumia álcool, cerca de um terço tinha fumado um cigarro nos últimos trinta dias, e 42% experimentara o consumo ilegal de drogas pelo menos uma vez (Miller e Plant, 1996). As tendências observadas no consumo de drogas mostram que o consumo se desviou das drogas pesadas, como a heroína, para a combinação de substâncias como as anfetaminas, o álcool e o Ecstasy. O Ecstasy, em particular, tornou-se uma droga associada a um "estilo de vida", às subculturas "rave" e "discoteca", e não tanto a base de um hábito aditivo dispendioso. A "guerra das drogas", segundo Muncie, serve para criminalizar grandes segmentos da população juvenil que geralmente respeitam a lei (Muncie, 1999).

imentos constituem um forte incentivo para encontrar formas de escapar aos esforços anti-droga, e correr o risco de ser apanhado.

Uma outra resposta – discutida recentemente numa cimeira com as oito maiores potências industriais – refere que os traficantes de droga têm conseguido tirar partido da globalização. Em primeiro lugar, nas suas tentativas de ludibriar as autoridades, os traficantes de droga usam todas as tecnologias de comunicação disponíveis numa era global. Como disse um comentador, os traficantes de droga 'usam a mais sofisticada tecnologia, como os interceptores de sinais, que os ajudam a evitar os radares e os controlos... [e] podem usam faxes, computadores e telemóveis para coordenar as suas actividades, e deixar o seu negócio desenvolver-se sem sobressaltos'. Em segundo lugar, a globalização do tráfico beneficiou duma infra-estrutura, através da qual se podem movimentar electronicamente, por todo o mundo, grandes quantias de dinheiro em poucos segundos, tornando relativamente fácil a tarefa de 'lavagem' de dinheiro sujo (isto é, fazendo com que ele pareça dinheiro oriundo duma fonte legítima). Em terceiro lugar, as mudanças recentes nas políticas governamentais, autorizando a livre circulação de bens e pessoas pelas fronteiras internacionais, aumentaram as oportunidades de contrabando.

Ao mesmo tempo, a globalização pode também criar novas oportunidades para os governos planearem em conjunto o combate ao tráfico de droga. Neste sentido, muito recentemente, líderes internacionais apelaram a uma maior cooperação internacional em matéria de narcóticos, enfatizando a necessidade de partilha das informações e da existência de esforços policiais coordenados.

A análise da criminalidade juvenil raramente é linear. Embora o crime implique a transgressão de uma lei, a criminalidade juvenil está geralmente associada a actividades que, estritamente falando, não são crimes. O comportamento anti-social, as subculturas e o inconformismo nos jovens, tudo isso, pode ser *visto* como delinquência, mas não constitui de facto uma conduta criminosa.

O crime do colarinho branco

Embora exista tendência para associar o crime com as pessoas jovens, especialmente os homens das classe baixas, o envolvimento em actividades criminosas não está de nenhum modo confinado a este segmento da população. Muitas pessoas ricas e poderosas cometem crimes cujas consequências podem ser muito mais amplas do que os crimes, geralmente de pequena dimensão, cometidos pelos pobres.

O termo **crime do colarinho branco** foi introduzido pela primeira vez por Edwin Sutherland (1949), e refere-se aos crimes cometidos por aqueles que pertencem aos sectores mais prósperos da sociedade. O termo abarca muitos tipos de actividade criminal, incluindo a fuga aos impostos, práticas comerciais ilegais, fraudes com seguros e propriedades, desfalques, fabrico e comercialização de produtos perigosos, poluição do ambiente, bem como o roubo puro e sim-

"luvas, corrupção, preços concertados, subornos... esta é uma zona de grande criminalidade."
Reproduzida com autorização de Sidney Harris.

ples. A distribuição dos crimes de colarinho branco é mais difícil de avaliar do que a de outros tipos de crime; a maior parte destes crimes nem sequer consta das estatísticas oficiais. Podemos distinguir os crimes do colarinho branco dos crimes dos poderosos. Os primeiros implicam principalmente o uso de uma posição de classe média ou profissional para o envolvimento em actividades criminosas. Os *crimes dos poderosos* são aqueles em que a autoridade conferida por uma determinada posição é usada de modo criminoso – como sucede quando um político aceita um suborno para favorecer a adopção de determinada medida.

Embora sejam vistos pelas autoridades de uma forma muito mais tolerante do que os crimes dos menos privilegiados, os custos dos crimes do colarinho branco são enormes. Têm sido efectuados muito mais estudos sobre os crimes do colarinho branco nos Estados Unidos da América do que na Grã-Bretanha. Nos E.U.A., calcula-se que a quantidade de dinheiro envolvida em crimes do colarinho branco (definidos como fuga aos impostos, fraudes com seguros, fraudes envolvendo remédios e serviços médicos, fraudes com melhoramentos na habitação e na reparação de automóveis) é quatro vezes maior do que a envolvida em crimes comuns contra a propriedade (roubos, assaltos a casas, falsificações e roubos de carros) (Comissão Presidencial contra o Crime Organizado, 1986).

O crime empresarial

Alguns criminologistas têm vindo a falar em **crime empresarial** para descrever os tipos de ofensas cometidas por grandes empresas. A poluição, a rotulagem enganadora, as violações dos regulamentos de saúde e de segurança afectam muito mais a população do que a pequena criminalidade. O poder e a influência, cada vez maior, das grandes empresas, e o seu crescente alcance mundial, significam que as nossas vidas são tocadas por estas através de muitas formas. As grandes empresas estão envolvidas na produção dos carros que conduzimos e da comida que nos alimenta. Têm também um enorme impacto no ambiente natural e nos mercados financeiros, as_ectos da vida actual _ue nos afectam a todos.

Gary Slapper e Steve Tombs (1999) efectuaram uma revisão dos estudos quantitativos e qualitativos sobre o crime empresarial. Estes autores concluíram que um grande número de empresas não cumprem as regulamentações legais a que a sua actividade está sujeita. Segundo estes autores, o crime empresarial não se limita apenas a algumas "maçãs podres", mas está altamente difundido e invade tudo. Os estudos revelaram haver seis tipos de violações relacionadas com grandes empresas: *administrativas* (burocráticas ou o não cumprimento), *ambientais* (poluição, violação das licenças), *financeiras* (fuga aos impostos, pagamentos ilegais), *laborais* (condições de trabalho, práticas de contratação) *manufactura* (segurança dos produtos, embalagem), *práticas comerciais injustas* (contra a concorrência ou publicidade falsa).

A identificação das vítimas do crime empresarial não é simples. Por vezes existem vítimas 'óbvias', como no caso de desastres ambientais como o provocado pela fábrica de produtos químicos Bhopal na Índia, ou os perigos para a saúde das mulheres que são provocados pelos implantes de silicone no peito. Recentemente, os que foram feridos em acidentes ferroviários, ou os parentes de indivíduos mortos nestes acidentes, reclamaram que sempre que se conclua que as companhias têm um comportamento negligente os seus executivos devem ser levados a julgamento. Mas muito frequentemente as vítimas de crimes empresa-

riais não se vêem como tal. Isto acontece porque nos crimes 'tradicionais' a proximidade entre vítima e atacante é muito maior – é difícil não conseguir reconhecer que se foi assaltado! No caso do crime empresarial, as maiores distâncias de tempo e espaço podem fazer com que a vítima não se aperceba da sua situação, ou ela pode nem sequer saber como encontrar um modo de exigir reparações pelo crime cometido.

Os efeitos do crime empresarial não são vividos do mesmo modo no seio da sociedade. Aqueles que estão em desvantagem socioeconómica noutros aspectos tendem também a sofrer mais nesta área. Por exemplo, os riscos em termos de saúde e segurança tendem a estar concentrados nos locais ocupados por profissões com baixas remunerações. Muitos dos riscos associados a produtos cosméticos e farmacêuticos tiveram um impacto muito maior nas mulheres do que nos homens, como é o caso dos contraceptivos ou de tratamentos de fertilidade com efeitos secundários perigosos (Slapper e Tombs, 1999).

Os aspectos violentos do crime empresarial são menos visíveis do que os casos de assalto e homicídio, mas são tão reais quanto estes – podendo em algumas ocasiões ter consequências muito mais sérias. Por exemplo, não respeitar as regulamentações no que diz respeito à preparação de novos medicamentos, ou à segurança no local de trabalho, ou à poluição, pode causar graves danos físicos, ou a morte, a um grande número de pessoas. O número de mortes causadas por acidentes de trabalho é muito maior do que as que são consequência de homicídio, embora seja difícil obter estatísticas sobre acidentes laborais. Não podemos, por certo, pressupor que todas as mortes e danos causados sejam o resultado da negligência do empregador em relação às normas de segurança que são obrigados a cumprir pela lei. Não obstante, existe alguma base para supor que muitas delas se devem à negligência no cumprimento das regulamentações de segurança, por parte de empregadores ou dirigentes.

Crime organizado

Ao falar-se em crime organizado alude-se a formas de actividade que têm muitas das características dos negócios ortodoxos, mas que são ilegais. O crime organizado engloba, entre outras actividades, o jogo ilegal, a prostituição, o roubo em grande escala e esquemas de extorsão. Baseia-se frequentemente na violência ou na ameaça do uso da mesma. Embora o crime organizado se tenha desenvolvido tradicionalmente em cada país segundo determinadas particularidades culturais, o seu alcance tornou-se cada vez mais de carácter transnacional.

O alcance do crime organizado é actualmente sentido em muitos países em todo o mundo, mas historicamente tem sido particularmente forte num dado número de nações. Nos Estado Unidos da América, o crime organizado é um negócio gigantesco, competindo com os maiores sectores económicos ortodoxos, como a indústria automóvel, por exemplo. As organizações criminosas, nacionais ou locais, fornecem produtos e serviços ilegais aos consumidores, e certas redes de crime também se expandem internacionalmente. Nos Estados Unidos da América, o jogo ilícito das corridas de cavalos, as lotarias e eventos desportivos representam a maior fonte de lucro gerada pelo crime organizado. Este provavelmente só se tornou tão significativo na sociedade americana por em tempos ter estado associado às actividades dos «barões gatunos» da indústria do final do século XIX, que em parte lhes serviram de modelo. Muitos dos primeiros industriais fizeram fortuna explorando a mão-de-obra emigrante, ignorando em grande medida as normas legais de segurança no trabalho e usando uma mistura de corrupção e de violência para construírem os seus impérios industriais.

Embora tenhamos poucas informações sistemáticas sobre o crime organizado no Reino Unido, sabe-se que existem amplas redes criminosas em Londres e em outras cidades importantes, algumas delas com ligações internacionais. Londres, em especial, é um centro de operações internacionais de organizações com base nos E.U.A. e noutros países. As 'Tríades' (*gangsters* chineses, originalmente de Hong Kong e do Sudoeste Asiático) e os 'Yardies' (traficantes de droga com ligações com as Caraíbas) são duas das maiores redes criminosas. Existem, no entanto, outros grupos de crime organizado da Europa de Leste, da América do Sul e da África Ocidental, que estão envolvidos no branqueamento de capitais, no tráfico de droga e em esquemas de fraude.

Na Grã-Bretanha, o crime organizado é hoje mais complexo do que o era há alguns anos atrás. Não existe uma organização nacional única que ligue os

diferentes grupos criminosos, mas o crime organizado tem-se tornado cada vez mais sofisticado. Algumas das maiores organizações criminosas, por exemplo, lavam dinheiro através de grandes bancos; usando o seu dinheiro «limpo» investem, então, em negócios legítimos. A polícia calcula que passam anualmente por bancos britânicos entre 2.5 e 4 mil milhões de libras de dinheiro da criminalidade.

A mudança de rosto do crime organizado

Na sua obra, *Fim do Milénio* * (1998), Manuel Castells argumenta que as actividades dos grupos de crime organizado estão cada vez mais a aumentar o seu alcance internacional. O autor observa que a coordenação das actividades criminosas através das fronteiras – com a ajuda das novas tecnologias de informação – se tornou uma marca distintiva da nova economia global. Envolvidos em actividades que vão do tráfico de drogas ao transporte ilegal de imigrantes clandestinos e tráfico de órgãos humanos, os grupos criminosos organizados operam muito mais através de redes flexíveis internacionais do que nos limites dos seus territórios.

De acordo com Castells, os grupos criminosos estabelecem entre si alianças estratégicas. O tráfico internacional de drogas, o tráfico de armas, a venda de material nuclear e o branqueamento de capitais tornaram-se actividades que ligam grupos criminosos transpondo as fronteiras nacionais. As organizações criminosas tendem a concentrar as suas actividades em países de 'baixo risco', onde as ameaças às suas actividades são menores. Nos últimos anos a antiga União Soviética tem sido um dos mais importantes pontos de convergência para o crime organizado internacional. A natureza flexível destas redes criminosas faz com que os grupos envolvidos escapem às iniciativas policiais governamentais de modo relativamente fácil. Se um "porto de abrigo" dos criminosos se torna mais arriscado, a 'geometria organizativa' da rede pode mudar para formar um novo padrão.

A natureza internacional do crime tem-se feito sentir no Reino Unido. Os *gangs* japoneses 'Yazuka' e os operadores da «Máfia» americana e italiana estabeleceram-se na Grã-Bretanha. Entre os recém-chegados mais recentes estão os criminosos da antiga União Soviética. Alguns comentadores acreditam que a nova máfia russa é o mais perigoso sindicato do crime organizado do mundo. As redes criminosas russas estão amplamente envolvidas em branqueamento de capitais, articulando as suas actividades com os bancos russos que em larga medida não são fiscalizados. Alguns consideram mesmo que os grupos russos podem vir a tornar-se a maior rede criminosa do mundo. Eles apoiam-se num Estado russo infiltrado pela máfia, onde a 'protecção' do submundo é actualmente uma rotina para muitos negócios. A possibilidade mais preocupante é a de que as redes criminosas russas estejam a contrabandear materiais nucleares que faziam parte do arsenal da antiga União Soviética à escala internacional.

Apesar das numerosas campanhas empreendidas pela polícia e pelos governos, o tráfico de narcóticos é uma das indústrias criminosas internacionais em mais rápida expansão, tendo um índice anual de crescimento superior a 10% na década de oitenta e no início da década de noventa, e um nível de lucro extremamente elevado. As redes de tráfico de heroína estendem-se pelo Extremo-Oriente, em particular pelo Sul da Ásia, estando também localizadas no Norte de África, no Médio Oriente e na América Latina. Algumas linhas de tráfico passam também por Paris e Amesterdão, de onde as drogas são encaminhadas habitualmente para a Grã-Bretanha.

O "cibercrime"

O crime organizado internacional foi não só bastante facilitado pelos recentes avanços nas tecnologias de informação, como também parece certo que a revolução nas telecomunicações e na informação irá mudar o rosto do crime em aspectos fundamentais. Os avanços na tecnologia proporcionaram novas e excitantes oportunidades e benefícios, mas também aumentaram a vulnerabilidade ao crime. Embora seja difícil quantificar a extensão do cibercrime – actos criminosos cometidos com a ajuda das novas tecnologias de informação – é possível enumerar as formas principais que parece estar a tomar. P. N. Grabosky e Russell Smith (1998) identificaram os nove tipos de crime mais frequentes baseados na tecnologia:

- A intercepção ilegal dos sistemas de telecomunicações significa que as *escutas telefónicas* se tor-

* Nota do revisor científico: esta obra foi editada em português pela Fundação Calouste Gulbenkian, em 2003.

Crimes do futuro

Imagine um mundo onde o dinheiro físico já não existe, todas as suas posses pessoais são etiquetadas com *chips* electrónicos e a sua identidade pessoal é o seu bem mais precioso. De acordo com um relatório intitulado *Just around the Corner*, publicado pelo Ministério do Comércio e da Indústria Britânico (DTI, 2000), o crime será muito em breve transformado pelos avanços da tecnologia. Conforme o relatório, dentro de duas décadas muito bens como as máquinas fotográficas, os carros e os computadores tornar-se-ão alvos cada vez menos atractivos aos olhos dos ladrões, pois tais bens serão programados para funcionarem apenas nas mãos dos seus donos. As 'identidades' personalizadas – como os chips dos computadores, os códigos PIN e os códigos de segurança – tornar-se-ão ubíquas. Irão ser essenciais para fazer transacções electrónicas, usando 'cartões inteligentes' (dinheiro virtual) e para atravessar sistemas de segurança. Ainda de acordo com o relatório, os casos de 'identidade fraudulenta' e roubos de identidades pessoais irão proliferar, pois um número cada vez maior de aspectos da vida basear-se-á na alta tecnologia.

naram de execução mais fácil. Este facto tem implicações que vão desde o "controlo do cônjuge" à espionagem.

- A vulnerabilidade ao *vandalismo electrónico* e ao *terrorismo* é cada vez maior. As sociedades ocidentais dependem cada vez mais dos sistemas informáticos; a interferência com estes sistemas – como os ataques através de ordens de denegação de acesso que referimos anteriormente – pode originar sérios problemas de segurança.
- A habilidade para *roubar serviços de telecomunicações* significa que as pessoas podem conduzir negócios ilícitos sem serem detectadas, ou simplesmente manipular linhas telefónicas móveis de modo a poderem efectuar e receber chamadas gratuitas.
- A *intimidade das telecomunicações* constitui um problema crescente. Tem-se tornado relativamente fácil violar as regras dos direitos de propriedade intelectual através da cópia de materiais, software, filmes e CDs.
- É difícil controlar os *conteúdos ofensivos* e a *pornografia* no ciberespaço. Material sexualmente explícito, propaganda racista e instruções de construção de dispositivos incendiários podem todos ser colocados na Internet, de onde se pode fazer a descarga desta informação. O 'acesso informático' pode colocar problemas, não só virtuais, como também ameaças reais aos utilizadores online.
- Notou-se um crescimento nas *fraudes do telemarketing*. Esquemas fraudulentos de caridade e de oportunidades de investimento são difíceis de regular.
- Existe um risco maior de *crimes pela transferência de fundos electrónicos*. O uso difundido de caixas multibanco, o comércio na Internet e o 'dinheiro electrónico' aumentam as possibilidades de algumas transacções serem interceptadas.

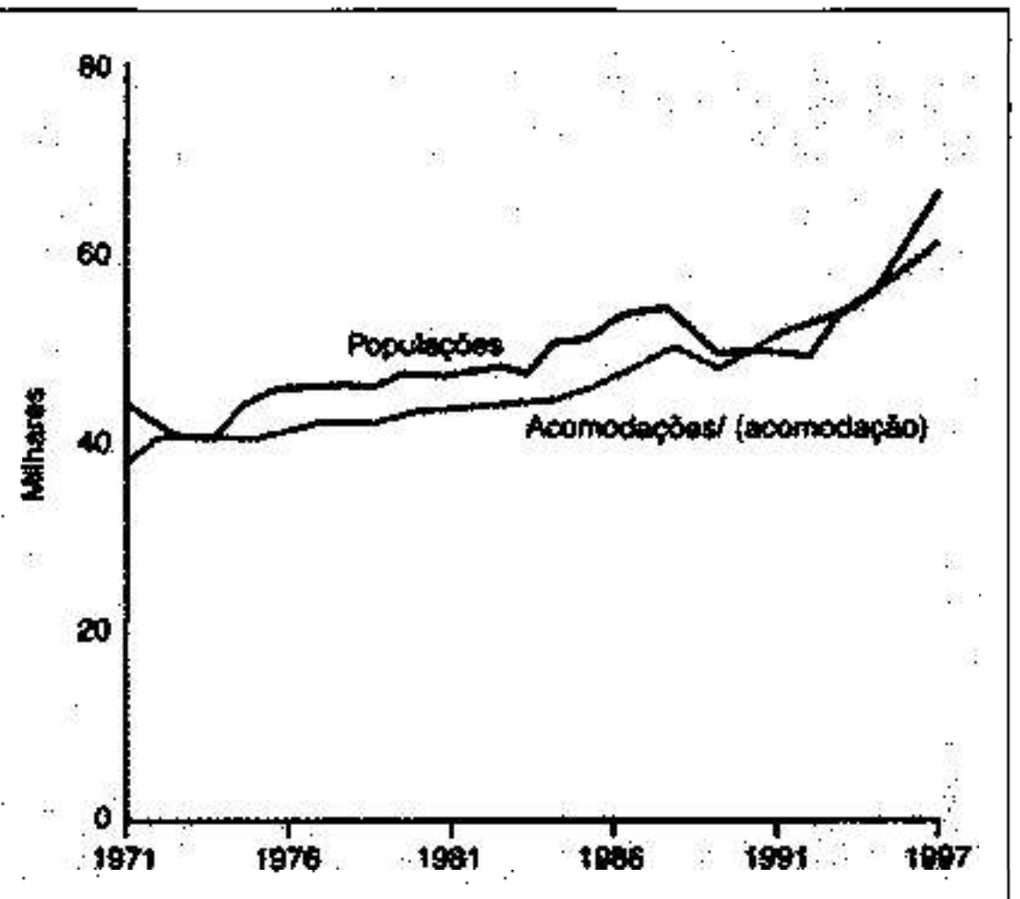


Figura 8.6 A população prisional e a acomodação prisional na Grã-Bretanha, 1971-7

Fonte: Home Office; Scottish Home Office Department. De *Social Trends*, 29 (1999).

A justiça punitiva: o caso dos Estados Unidos da América

Os Estados Unidos da América têm o sistema de justiça mais punitivo do mundo. No presente, mais de 2 milhões de pessoas estão encarceradas em prisões americanas, enquanto 4 milhões estão sob a alçada da jurisdição do sistema penal. Embora a população americana represente apenas 5% da população mundial, contribui com 25% para a totalidade de reclusos no mundo.

O sistema prisional americano emprega mais de 500.000 pessoas e a sua manutenção custa 35 biliões de dólares por ano. Também se tornou parcialmente privado, pois as companhias privadas começaram a poder obter contratos do governo para a construção e a administração das prisões, de modo a poder acomodar a crescente população de reclusos. Os críticos alegam que emergiu um 'complexo prisional-industrial': um grande número de pessoas – onde se incluem burocratas, políticos e empregados prisionais – têm interesses na existência, e contínua expansão, do sistema prisional.

O apoio à **pena capital** (a 'pena de morte') é bastante grande nos Estados Unidos da América. Em 1999, 71% dos adultos entrevistados disseram acreditar na pena capital; 21% opunha-se-lhe. Isto representa uma grande mudança em relação a 1965, quando 38% dos entrevistados eram a favor da pena capital, e 47% eram contra. O número de indivíduos que aguardam execução aumentou ligeiramente desde 1977, quando o Supremo Tribunal confirmou leis de diversos estados que previam a pena capital (ver figura 8.7). No final de 1997 mais de 3000 prisioneiros aguardavam no 'corredor da morte'. Destes, 99% eram homens, sendo 56% brancos e 42% negros (US Bureau of Justice, 1998/1999).

Os proponentes de sentenças duras apontam para a queda significativa do crime nos Estados Unidos da América, durante a última década, como prova de que as prisões funcionam. Os críticos não concordam. Para estes a redução do crime pode ser explicada por outros factores, tais como uma economia forte e o baixo nível de desemprego. Estes argumentam que os altos níveis de encarceramento estão a desmembrar as famílias e as comunidades desnecessariamente. Mais de um quarto de todos os homens afro-americanos estão na prisão ou sob o controlo do sistema penal. Mais de 60% dos indivíduos presos nos Estados Unidos da América estão a cumprir penas em consequência de crimes não-violentos relacionados com drogas. Os críticos alegam que tais desequilíbrios provam que o encarceramento já não é tido como o 'último recurso' – agora vê-se a prisão como a solução de todos os problemas sociais.

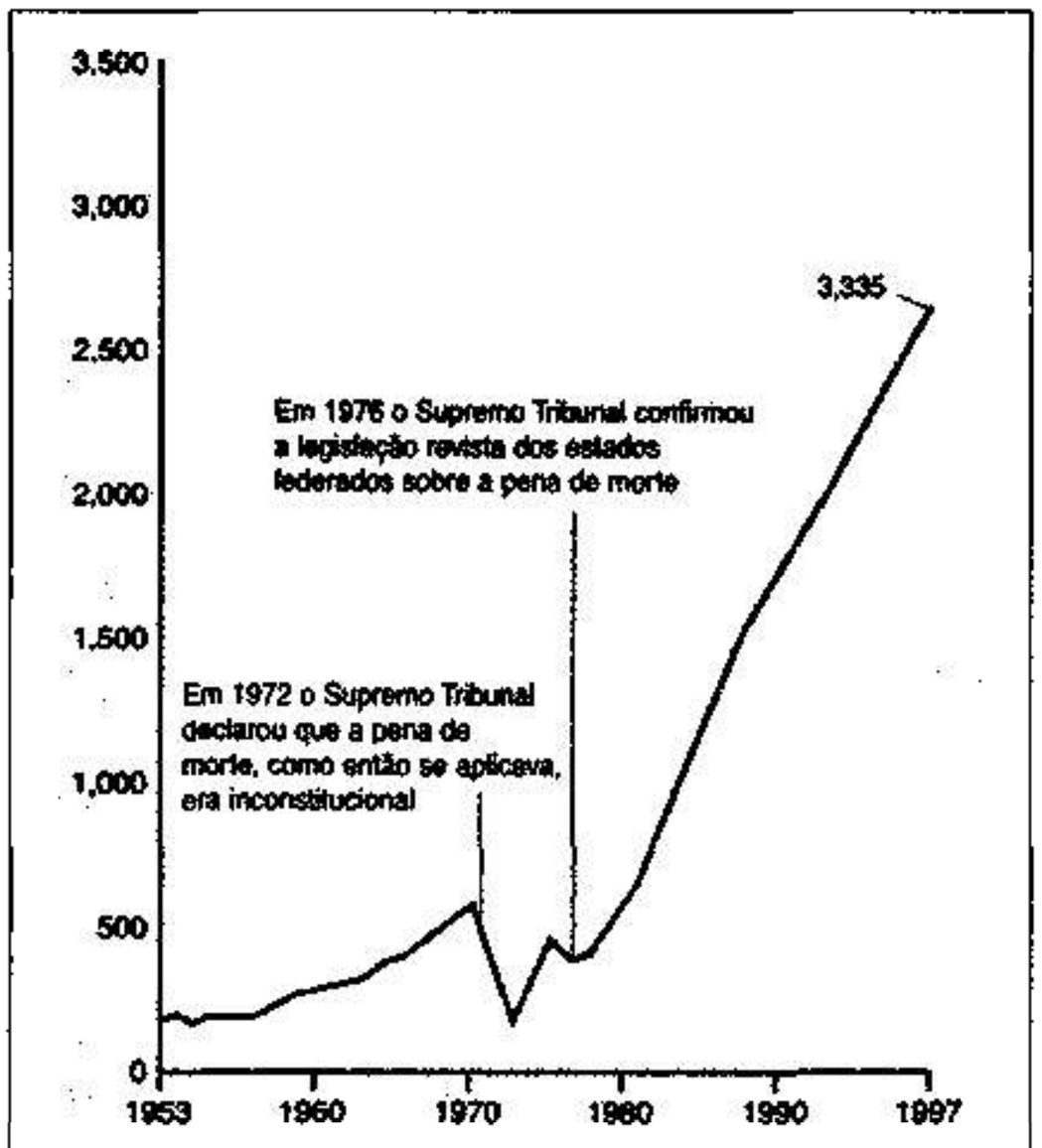


Figura 8.7 Número de pessoas sentenciadas com a pena de morte nos Estados Unidos da América, 1957-97

Fonte: US Bureau of Justice, *Capital Punishment 1997*, Statistics Bulletin, US Government Printing Office, 1998.

- O *branqueamento de dinheiro electrónico* pode ser usado para 'deslocar' os lucros ilegais de um crime, de modo a esconder a sua verdadeira origem.
- As telecomunicações podem também ser usadas para *conspirações criminosas*. Devido aos códigos crípticos e à alta velocidade de transferência de dados, torna-se difícil para as autoridades policiais interceptarem informação sobre actividades criminosas. Isto tem uma particular importância nas novas actividades criminosas internacionais.

Existem indícios de que o "cibercrime" já está em crescimento. As fraudes efectuadas na Internet foram a categoria de crime que cresceu mais rapidamente, na Grã-Bretanha, no final da década de noventa. Nos meses anteriores a Setembro de 1999 a fraude e a falsificação haviam crescido cerca de 29% – um aumento de 70.000 delitos ao longo do ano. Este aumento tem sido atribuído ao crescimento dos crimes relacionados com a Internet.

O alcance global dos crimes que envolvem as telecomunicações colocam desafios particulares às forças policiais. Actos criminosos conduzidos num dado país têm o poder de fazer vítimas em todo o mundo. Como observaram Grabosky e Smith, este facto tem implicações perturbantes no que diz respeito à detecção e punição dos crimes. As polícias dos países envolvidos têm de determinar em que jurisdição o acto ocorreu, fazer acordos para permitir a extradição dos alegados culpados e fornecer as provas necessárias à acusação. Embora a cooperação entre as polícias através das fronteiras possa aumentar à medida que o cibercrime cresce, no presente momento os que estão envolvidos no cibercrime possuem uma grande margem de manobra.

Numa época em que os sistemas financeiros, comerciais e produtivos dos países de todo o mundo estão integrados electronicamente, os níveis crescentes de fraude na Internet e as intrusões electrónicas não autorizadas, como os ataques assentes em ordens de denegação de acesso, servem de avisos potentes relativamente à vulnerabilidade dos sistemas informáticos actualmente existentes. Do FBI até à nova força policial "antipirata" do governo Japonês, todos os governos lutam por combater as formas novas e escorregadias das actividades informáticas internacionais.

As prisões serão uma resposta adequada ao crime?

O princípio subjacente ao sistema prisional moderno é o de ele contribuir para 'melhorar' o indivíduo de maneira a que este possa ter um papel digno e decente na sociedade, depois de sair em liberdade. Pensa-se igualmente que as prisões, bem como as sentenças longas, constituem um poderoso dissuasor do crime. Por esta razão, muitos políticos, que anseiam por 'parecer duros' relativamente aos níveis crescentes de crime, favorecem um sistema de justiça mais punitivo e um aumento das instalações prisionais. Mas será que as prisões têm o efeito 'reformador' esperado nos condenados e evitam que novos crimes sejam cometidos? É uma questão complexa, como veremos, mas os dados sugerem que não.

O sistema de justiça penal britânico tornou-se muito mais punitivo nos últimos anos. Como indica a figura 8.6, a população prisional tem vindo a crescer rapidamente. Em 1997 havia 67.000 pessoas em instalações prisionais, um aumento de 10% relativamente ao ano anterior (HMSO, 1999). Na Inglaterra e no País de Gales são presas mais pessoas proporcionalmente à população do que em qualquer outro país europeu ocidental, exceptuando Portugal (*Guardian*, 23 de Fevereiro de 2000). Os tribunais ingleses e galeses tendem a impor sentenças de prisão mais longas aos arguidos do que qualquer outro tribunal de países europeus. Alguns críticos temem que a Grã-Bretanha siga um caminho muito próximo ao dos Estados Unidos da América – que é sem dúvida o país mais punitivo de todo o mundo (ver caixa).

Os prisioneiros já não são, de um modo geral, maltratados fisicamente, como era prática comum antigamente, mas sofrem muitos outros tipos de privação. Não só são privados da sua liberdade, mas também de um rendimento apropriado, da companhia dos seus familiares e amigos, de relações heterossexuais, das suas roupas e de outros objectos pessoais. Vivem com frequência em lugares apinhados, têm de aceitar procedimentos disciplinares severos e a regulamentação das suas vidas diárias.

Viver nestas condições tende a erguer uma barreira entre os detidos e a sociedade exterior, em vez de ajustar o comportamento dos primeiros às normas da sociedade. Os prisioneiros têm de se habituar a um ambiente bastante diferente do «exterior», e os hábi-

tos e atitudes que aprendem na prisão são, bastantes vezes, exactamente o oposto dos que deveriam adquirir. Podem, por exemplo, desenvolver uma aversão contra os cidadãos comuns, aprender a aceitar a violência como algo normal, adquirir contactos com criminosos experimentados que mantêm depois de cumprida a pena e desenvolver dotes para o crime que anteriormente não possuíam. Por esta razão as prisões são muitas vezes referidas como 'universidades do crime'. Assim, não constitui surpresa que os níveis de reincidência – a repetição de ofensas criminais por parte daqueles que já estiveram presos – sejam bastante elevados. Na Grã-Bretanha, mais de 60% do total de homens libertados depois de cumprirem sentenças na prisão são novamente presos nos quatro anos que se seguiram ao crime original. Como vimos anteriormente, os jovens delinquentes têm menos probabilidades de 'sair da delinquência' do que tinham anteriormente.

Embora os dados pareçam mostrar que as prisões não reabilitam os prisioneiros, continua a existir uma enorme pressão para aumentar o número de prisões e endurecer as penas previstas para muitos crimes. O sistema prisional está sobrelotado, havendo muitas reivindicações de construção de novas instalações prisionais. Contudo, os críticos argumentam que não só os programas de construção de novas prisões são uma enorme despesa para os contribuintes, como também terão pouco impacto nos índices criminais.

Alguns defensores da reforma do sistema de justiça penal alegam que se devia mudar de uma justiça punitiva, para formas de uma justiça reparadora. Uma 'justiça reparadora' procura sensibilizar os reclusos para os efeitos dos seus crimes através do cumprimento de 'sentenças' no seio da comunidade. Os autores dos delitos poderiam ser chamados a contribuir em projectos de serviço à comunidade ou em sessões de reconciliação mediados com as suas vítimas. Em vez de serem separados da sociedade e também do impacto dos seus actos criminosos, os delinquentes seriam assim expostos às consequências dos seus delitos de um modo construtivo.

Não existem respostas simples para o debate sobre a utilidade das prisões. Embora as prisões não pareçam ter sucesso na reabilitação dos presos, é possível, contudo, que dissuadam outras pessoas de cometer crimes. Apesar dos que já se encontram presos não se terem deixado dissuadir, as condições desagradáveis da vida na prisão podem muito bem desencorajar outros. Há aqui um problema de solução quase impossível para os reformadores prisionais. Fazer com que as prisões sejam lugares desagradáveis ajuda a desencorajar criminosos potenciais, mas faz também com que os objectivos de reabilitação das prisões sejam extremamente difíceis de alcançar. Quanto menos desagradáveis forem as condições da prisão, mais a encarceração perde o seu efeito dissuador.

Embora as prisões ajudem a manter alguns indivíduos perigosos fora das ruas, os dados sugerem que temos de encontrar outras formas de combater o crime. Uma interpretação sociológica do crime mostra claramente que não existem receitas fáceis. As causas do crime estão ancoradas em condições estruturais da sociedade, incluindo a pobreza, a condição dos centros urbanos e a deterioração das circunstâncias de vida de muitos homens jovens. Embora se devam explorar mais profundamente medidas a curto prazo como as reformas que tornam as prisões lugares de reabilitação em vez de lugares de encarceração pura e simples, bem como as experiências alternativas à prisão como os esquemas de prestação de trabalho à comunidade, para que as soluções sejam efectivas têm de se planear medidas a longo prazo (Currie, 1998b).

Conclusão: crime, desvio e ordem social

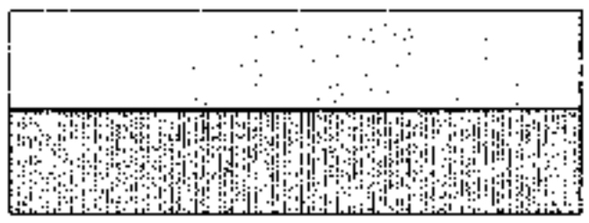
Seria um erro olhar para o crime e o desvio segundo uma perspectiva totalmente negativa. Qualquer sociedade que reconheça que os seres humanos têm valores e preocupações diversas deve encontrar espaço para os indivíduos ou grupos cujas actividades não estão em conformidade com as normas seguidas pela maioria. Quem segue as normas ortodoxas olha muitas vezes com suspeição ou hostilidade as pessoas que desenvolvem ideias novas nos campos da política, da ciência, da arte ou outras áreas. Os ideais políticos desenvolvidos durante a Revolução Americana – liberdade individual e igualdade de oportunidades – por exemplo, depararam, na altura, com a resistência feroz de muitos, embora hoje em dia sejam universalmente aceites. O desvio das normas dominantes de uma sociedade implica coragem e determinação, mas é frequentemente um processo crucial para garantir mudanças mais tarde consideradas como de interesse geral.

O «desvio nocivo» será o preço que uma sociedade tem de pagar por permitir, até certo ponto, que as

pessoas se envolvam em actividades não-conformistas? Serão, por exemplo, os altos níveis de violência criminal o preço imposto a uma sociedade em troca da liberdade individual de que os seus cidadãos gozam? Alguns autores chegaram ao ponto de sugerir que sim, afirmando que os crimes violentos são inevitáveis numa sociedade onde não são impostas regras rígidas de conformidade. Mas esta opinião não parece muito consistente, quando submetida a um exame atento. Em algumas sociedades onde são reconhecidas amplas liberdades individuais e toleradas actividades desviantes, como a Holanda, as taxas de crime violento são muito baixas. Em contrapartida, países onde o campo das liberdades individuais é restringido, como algumas sociedades latino-americanas, podem exibir altos níveis de violência.

Uma sociedade tolerante em relação ao comportamento desviante não sofrerá necessariamente de ruptura social. Mas tal só poderá provavelmente ser alcançado quando as liberdades individuais estiverem associadas à justiça social, quer dizer onde exista uma ordem social em que as desigualdades não sejam notoriamente grandes e onde toda a população tenha oportunidade de levar uma vida plena e satisfatória. Se a liberdade não for contrabalançada com a igualdade e se muita gente achar a sua vida destituída de sentido, o comportamento desviante será provavelmente dirigido para fins socialmente destrutivos.

1 Entendemos por comportamento desviante acções que transgridem normas amplamente partilhadas. O que é considerado desvio pode mudar de tempos a tempos e de lugar para lugar; o comportamento «normal» num dado contexto cultural pode ser rotulado como «desviante» noutro. O conceito de desvio é muito mais amplo do que o conceito de crime, que se refere unicamente à conduta inconformista que transgride a lei.



2 As sanções, formais e informais, são aplicadas pela sociedade para reforçar as normas sociais. As leis são normas definidas e impostas pelos governos.

3 Têm sido desenvolvidas teorias biológicas e psicológicas que pretendem provar que o crime e outros tipos de desvio são geneticamente determinados, mas estas têm sido, em grande medida, desacreditadas. Os sociólogos defendem que a conformidade e o desvio são definidos de forma diferente em contextos sociais diversos. As diferenças em termos de poder e de riqueza que existem numa sociedade influenciam fortemente o tipo de oportunidades abertas aos diferentes grupos de indivíduos e a definição de certas actividades como criminosas. Estas actividades são aprendidas de um modo muito semelhante às que estão de acordo com a lei e obedecem, de uma forma geral, às mesmas necessidades.

4 As teorias funcionalistas encaram o crime e o desvio como o resultado de tensões estruturais e de uma ausência de regulação moral no seio da sociedade. Durkheim introduziu o conceito de anomia para se referir a um sentimento de ansiedade e desorientação que advém do desmoronamento da vida tradicional nas sociedades modernas. Robert Merton ampliou este conceito para incluir o constrangimento sentido pelos indivíduos sempre que as normas entram em conflito com a realidade social. A teoria dos grupos subculturais dirige a sua atenção para grupos como os *bandos*, que rejeitam os valores partilhados pela maioria e os substituem por normas que celebram o desafio, a delinquência ou a não conformidade.

5 A teoria da rotulagem (que postula que rotular alguém de desviante irá reforçar o seu comportamento de desvio) é importante na medida em que parte da presunção de que nenhum acto é intrinsecamente criminoso (ou normal). A teoria da rotulagem está interessada em saber como é que determinados comportamentos são definidos como desviantes, e por que razão determinados grupos são definidos como desviantes, enquanto outros não o são.

6 A teoria do conflito social analisa o crime e o desvio em função da estrutura da sociedade, dos interesses conflituosos dos grupos sociais e da preservação do poder entre as elites. O Realismo da Nova Esquerda é uma variante da criminologia influenciada por esta tradição, que, no entanto, diverge da mesma em pontos importantes. O Realismo da Nova Esquerda dirige a sua atenção às vítimas dos crimes, e reclama mudanças práticas nas políticas para que a imposição da lei seja mais responsável perante as comunidades, particularmente nos centros urbanos.

7 A teoria do controlo social postula que o crime ocorre quando existem constrangimentos físicos e sociais inadequados que deveriam impedir que ocorresse. O crescimento do crime é relacionado com o número crescente de oportunidades e alvos para o mesmo, nas sociedades modernas. A teoria dos vidros partidos sugere que existe uma ligação directa entre a aparência de desordem e o crime.

8 É difícil avaliar a verdadeira extensão do crime em qualquer sociedade, pois nem todos os crimes são reportados às autoridades. Por "número oculto" dos crimes não participados entendemos os delitos não registados nas estatísticas oficiais. Os estudos sobre a vitimização (inquéritos em que se pergunta aos entrevistados se foram vítimas de algum crime durante o ano anterior) revelam a discrepância entre as estatísticas oficiais do crime e a experiência real das pessoas.

9 Os índices dos crimes participados têm vindo a aumentar, na Grã-Bretanha, desde a década de cinquenta, e os cidadãos apercebem-se de que o risco do crime é muito maior do que em tempos anteriores. As respostas políticas ao crime têm incluído uma intensificação da actividade policial, técnicas situacionais de prevenção do crime (como a vigilância e colocar obstáculos ao acesso ao alvo), serviços de segurança privados e iniciativas de policiamento comunitário.

10 Os índices de criminalidade são muito mais baixos entre as mulheres do que entre os homens, provavelmente devido a diferenças genéricas na socialização entre homens e mulheres, e também devido ao maior envolvimento, por parte dos homens, em esferas não domésticas. Os índices de crime masculino têm sido associados ao desemprego e a 'crise da masculinidade'. Em alguns tipos de crime as mulheres são, esmagadoramente, as vítimas. A violação é com certeza muito mais comum do que o revelado pelas estatísticas oficiais. Num certo sentido todas as mulheres são vítimas de violação, pois têm de tomar precauções especiais para se protegerem e vivem com o medo de poderem ser violadas. Mulheres e homens homossexuais experienciam níveis elevados de vitimização criminosa e assédio. No entanto, são geralmente encarados como 'merecedores' do crime em vez de vítimas inocentes, dada a sua posição marginalizada na sociedade.

11 O medo mais comum do crime incide sobre o crime das ruas, como o roubo, com ou sem intimidação e as agressões, frequentemente o domínio de jovens da classe trabalhadora. As estatísticas oficiais revelam altos níveis de delinquência entre os jovens. Contudo, é necessário ter alguma precaução a este respeito em virtude da existência de pânicos morais relativamente ao crime juvenil. Muitos dos comportamentos desviantes da juventude, como actos anti-sociais ou inconformistas, não são de facto criminosos.

12 Por crimes do colarinho branco e crimes empresariais entendemos os crimes cometidos por aqueles que ocupam posições nos sectores mais abastados da sociedade. As consequências de tais crimes podem ser de muito maior alcance do que os crimes cometidos pelos pobres, mas as forças policiais dão-lhes menos atenção. O crime organizado abrange formas institucionalizadas de actividade

criminal, onde emergem muitas das características das organizações ortodoxas, com a diferença de as actividades em questão serem sistematicamente ilegais. Por cibercrime entende-se a actividade criminosa conduzida com a ajuda das tecnologias de informação, como o branqueamento de dinheiro por via electrónica ou a fraude na Internet.

13 As prisões foram desenvolvidas em parte para proteger a sociedade, e em parte com o intuito de 'reabilitar' os criminosos. As prisões não parecem constituir um obstáculo ao crime e é duvidoso o seu papel na reabilitação dos prisioneiros, de modo a que estes consigam enfrentar o mundo exterior sem recair na criminalidade. Chamamos reincidência à repetição de delitos por parte de indivíduos que já estiveram presos anteriormente. Têm sido sugeridas alternativas às prisões, como as sentenças baseadas em serviços prestados à comunidade.

PARA REFLEXÃO

1 _____ p_____a_ s_r in_erpr_t_____ _s _ç_____ _____ p_ss_ _i_t_____ '_svi_-te' de modo diferente das de uma pessoa vista como 'normal'?
2 Porque é que os inquéritos conduzidos às vítimas podem dar uma imagem mais válida da extensão do crime, d- -ue as estatísticas oficiais?
3 Os polícias serão actualmente, e em primeiro lugar, 'trabalhadores da informação'?
4 A entrada crescente da mulher na esfera pública produzirá inevitavelmente mudanças na criminalidade feminina?
5 Será o executivo de uma grande empresa um delinquente mais típico do que um jovem desempregado?
6 Como é que o crime é afectado pelos processos de globalização?

ADICIONAIS

Erich Goo ̈e, *Deviant Behaviour* 'Upper Sa ' 'le River, N. J.: Prentice Hall, 1^^7'

Simon Holdaway e **Paul Rock** (eds), *Thinking about Criminology* (London: UCL Press, 1998)

Paul Walton e **Jock Young** (eds), *The New Criminology Revisited* (London: Macmillan, 1998)

À INTERNET

Instituto Australiano de Criminologia
www.aic.gov.au

Revista Britânica de Criminologia (*British Journal of Criminology*)
www3.oup.co.uk/crimin

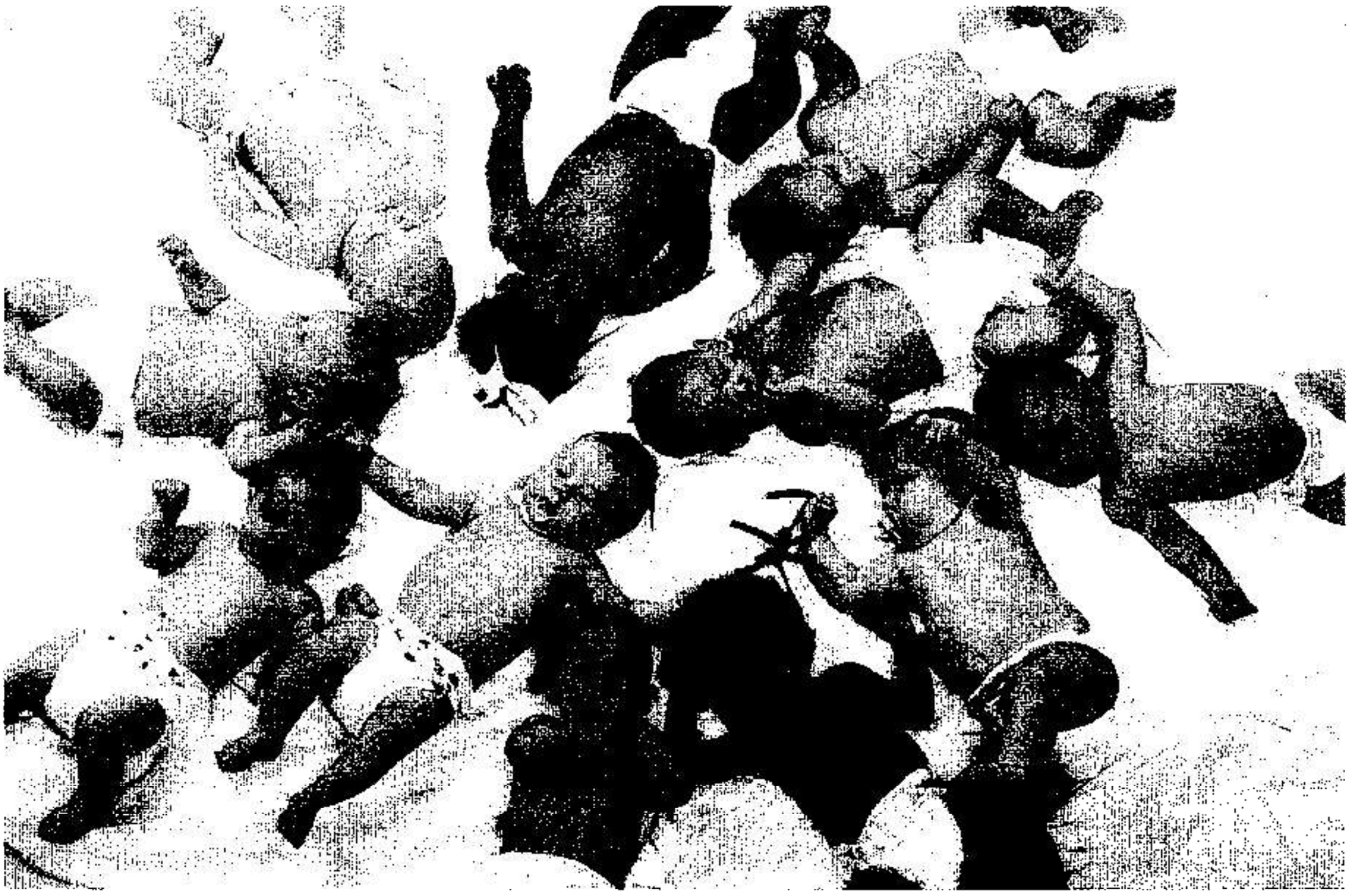
Home Office (Grã-Bretanha)
www.homeoffice.gov.uk

Instituto de Criminologia, Universidade de Cambridge
http://www.law.cam.ac.uk/crim/CRIMLINK.HTM

NACRO – sítio dedicado à prevenção do crime e ao bem-estar dos delinquentes
www.nacro.org.uk

9 Raça, Etnicidade e Migração

Compreender a raça e a etnicidade 247
Raça 247
Etnicidade 248
Preconceito, discriminação e racismo 252
Racismo 253
Explicar o racismo e a discriminação étnica 254
Interpretações psicológicas 254
Interpretações sociológicas 256
Integração étnica e conflito étnico 258
Modelos de integração étnica 258
Conflito étnico 259
Migração global 260
Movimentos migratórios 260
Diásporas globais 262
Imigração para o Reino Unido 265
Mudança da política de imigração na Grã-Bretanha 266
Diversidade étnica no Reino Unido 267
Emprego e sucesso económico 269
Alojamento 272
Raça e crime 273
Imigração e relações étnicas no Continente 275
As migrações e a União Europeia 276
Refugiados, pessoas que procuram asilo e migrantes económicos 277
Conclusão 279
Sumário 279
Questões para reflexão 281
Leituras adicionais 281
Ligações à Internet 281



Capítulo 9: Raça, Etnicidade e Migração

Até há uma década, a África do Sul foi governada pelo **apartheid** – um sistema de segregação racial forçada. Sob o *apartheid*, cada sul-africano era classificado numa de quatro categorias: branco (descendentes de imigrantes europeus), "pessoa de cor" (pessoas cuja ascendência provém de membros de mais do que uma "raça"), asiático e negro. A minoria branca Sul Africana, compreendendo uns 13% da população, dominava a maioria não branca. Os não brancos não tinham voto nem representação no governo central. A segregação foi imposta a todos os níveis da sociedade, desde espaços públicos como lavabos e carruagens de comboio a bairros residenciais e escolas. Milhões de negros foram concentrados nas chamadas *terras natais* ("*homelands*"), bem longe das principais cidades, e trabalhavam como trabalhadores migrantes nas minas de ouro e diamantes.

O *apartheid* estava formalizado legalmente, mas era imposto pela violência e pela brutalidade. O Partido Nacional, que institucionalizou o *apartheid* depois de subir ao poder em 1948, usou os órgãos de segurança e a força da lei para suprimir toda a resistência ao regime de *apartheid*. Os grupos da oposição foram proibidos e os dissidentes políticos detidos sem julgamento e muitas vezes torturados. As manifestações pacíficas acabaram frequentemente em violência. Depois de anos de condenação internacional, de sanções económicas e culturais, e do crescimento da resistência interna, o regime do apartheid começou a enfraquecer. Quando em 1989 F. W. de Klerk se tornou Presidente da África do Sul, herdou um país em profunda crise e virtualmente ingovernável.

Em 1990, de Klerk levantou a interdição ao Congresso Nacional Africano (ANC), o principal partido de oposição, e libertou o seu líder, Nelson Mandela, após 27 anos de prisão. Seguiu-se uma série de negociações complexas que prepararam o caminho para a primeira eleição nacional sul-africana envolvendo brancos e não brancos. A 27 de Abril de 1994 o ANC recebeu uns esmagadores 62% dos votos e Nelson Mandela tornou-se o primeiro Presidente sul-africano pós-*apartheid*.

A tarefa com que Mandela e o ANC se confrontavam era enorme. Num país de 38 milhões de pessoas, 9 milhões estavam empobrecidas e 20 milhões viviam sem electricidade. O desemprego estava disseminado. Mais de metade da população negra era iletrada e as taxas de mortalidade infantil eram mais de dez vezes superiores entre negros do que entre brancos. Mas, para além de ser uma sociedade profundamente desigual em termos materiais, a África do Sul era também uma sociedade fortemente dividida. Décadas de governo ideológico assente numa crença na superioridade racial deixaram o país ferido e com uma necessidade de desesperada reconciliação. As atrocidades do regime de *apartheid* exigiam uma reparação, e a cultura da opressão racial tinha de ser desmantelada. As tensões étnicas entre a população africana inflamaram-se em violentas manifestações e ameaçaram conduzir à guerra civil.

Durante a sua presidência, que terminou em 1999, Mandela estabeleceu cuidadosamente os alicerces para a emergência de uma sociedade multiétnica e justa. A Constituição, adoptada em 1996, é uma das mais progressistas do mundo, proibindo qualquer discriminação com base na raça, origem social ou étnica, religião ou crença, a par da orientação sexual, deficiência e gravidez. Os apelos repetidos de Mandela a favor de um "novo patriotismo" procuraram juntar tanto "brancos nervosos" como "negros impacientes" num projecto de construção de uma nação comum. Grupos políticos em desacordo, como o Partido da Liberdade Inkatha (IFP) com apoio entre os Zulu, foram integrados no governo de forma a reduzir tensões étnicas e políticas que poderiam levar à violência.

Um dos eventos mais notáveis que ocorreram durante a presidência de Mandela teve como objectivo tratar do legado do passado de *apartheid*. Com início em Abril de 1996 e conclusão em Julho de 1998, a Comissão para a Verdade e Reconciliação (TRC) levou a cabo audiências em comunidades em toda a África do Sul para investigar os atentados aos direitos humanos que tinham ocorrido sob o *apartheid*. O Arcebispo Desmond Tutu, laureado com um

Nobel, liderou a TRC na investigação de actos e abusos cometidos entre 1960 e 1994. Foram prestados e registados mais de 21 000 testemunhos; as sessões eram abertas ao público e foram cobertas extensivamente pelos media. As averiguações da TRC tinham por objectivo revelar as verdades da era do *apartheid* – das mais horríficas às mais banais – para que todos as pudessem ver; não pretendiam servir como julgamentos ou emitir punições. Foi oferecida amnistia aos que haviam cometido crimes durante o *apartheid*, incluindo nela os polícias e membros das forças de segurança em troca dos seus testemunhos sinceros e da revelação integral de toda a informação relevante.

A Comissão para a Verdade e Reconciliação publicou um relatório de 3 500 páginas com os seus achados, em 1998. Sem surpresa, o governo do *apartheid* foi identificado como o principal perpetrador de abusos dos direitos humanos, apesar das transgressões realizadas por outras organizações, incluído o ANC, terem sido também assinaladas. Algumas pessoas criticaram a TRC, afirmando que esta pouco mais seria do que um arquivo de crimes da era do *apartheid*, incapaz de corrigir os erros que ocorreram. Mas muitas outras acreditam que o próprio processo de recolha de testemunhos – dos que cometeram abusos e das vítimas – trouxe à luz as injustiças da era do *apartheid*.

A TRC por si só não consegue certamente superar décadas de divisão racial e discriminação. A África do Sul permanece uma sociedade dividida e continua a lutar contra o fanatismo e a intolerância. Uma série de "leis de transformação", aprovadas em 2000, baniram o discurso do ódio e estabeleceram uma série de "tribunais da igualdade" para ouvir queixas de discriminação racial. Contudo, as audiências da Comissão para a Verdade e Reconciliação constituíram um epi-sódio poderoso da história sul-africana pós-*apartheid* e estabeleceram um novo padrão de abertura e de honestidade na resposta às divisões raciais. A TRC obrigou a que fosse prestada atenção às consequências perigosas do ódio racial e, através do seu próprio exemplo, demonstrou o poder da comunicação e do diálogo no processo de reconciliação.

Neste capítulo iremos investigar as noções de "raça" e de etnicidade e debruçar-nos sobre as razões que levam as divisões raciais e étnicas a produzirem tão frequentemente conflitos sociais – como sucedeu na África do Sul e em muitas outras sociedades. Depois de considerarmos as formas como os cientistas sociais compreendem e usam os conceitos de raça e de etnicidade, iremos estudar os tópicos do preconceito, da discriminação e do racismo e discutir interpretações psicológicas e sociológicas que ajudam a explicar a sua persistência. A partir daqui, iremos centrar a nossa atenção sobre modelos de integração étnica e explorar exemplos de conflito étnico, antes de nos voltarmos para padrões globais de migração que estão a fomentar a integração entre populações humanas. Nas secções finais deste capítulo, a nossa atenção voltar-se-á para a diversidade étnica e para as relações étnicas na Grã-Bretanha e na Europa, prestando particular atenção às tendências da imigração e aos padrões de desigualdade étnica.

Compreender a raça e a etnicidade

Raça

O conceito de "raça" é um dos conceitos mais complexos da sociologia, nomeadamente devido à contradição entre o seu uso quotidiano e a sua base científica (ou a ausência desta). Actualmente, muitas pessoas acreditam erroneamente que os seres humanos podem ser separados com facilidade em raças biologicamente diferentes. O que não é surpreendente, dado muitos teóricos terem realizado numerosas tentativas para estabelecer categorizações raciais da população do mundo. Alguns autores distinguiram quatro ou cinco raças principais, enquanto outros reconheceram nada menos que três dúzias.

As teorias científicas da raça surgiram nos finais do século XVIII e princípios do século XIX. Foram utilizadas para justificar a ordem social emergente à medida que a Inglaterra e outras nações europeias se tornavam potências imperiais, governando territórios e populações subjugadas. O Conde Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), designado por vezes como pai do racismo moderno, propôs a existência de três raças: *branca* (Caucasiana), *negra* (Negróide) e *amarela* (Mongolóide). De acordo com Gobineau, a raça branca possui moralidade, vontade e inteligência superiores; são estas qualidades hereditárias que estão na origem da disseminação da influência ocidental por todo o mundo. Os negros, por contraste, são menos capazes, marcados por uma natureza ani-

mal, pela falta de moralidade e pela instabilidade emocional. As ideias de Gobineau e dos seus colegas proponentes do racismo científico influenciaram mais tarde Adolf Hitler, que o transformou na ideologia do Partido Nazi, e outros grupos de supremacia branca como o Ku-Klux-Kkan nos Estados Unidos e os arquitectos do *apartheid* na África do Sul.

Nos anos que se seguiram à II Guerra Mundial, a "ciência da raça" foi largamente desacreditada. Em termos biológicos não existem raças definidas, apenas uma gama de variações físicas nos seres humanos. As diferenças de tipo físico entre grupos de seres humanos resultam da procriação da população, a qual varia de acordo com o grau de contacto entre diferentes grupos sociais e culturais. Os grupos da população humana são um *continuum*. A diversidade genética no seio de populações que partilham traços físicos visíveis é tão grande quanto a própria diversidade existente entre as mesmas. Em virtude destes factos, a comunidade científica abandonou quase por completo o conceito de raça. Muitos cientistas sociais estão de acordo, argumentando que a raça não é mais do que uma construção ideológica cujo uso nos círculos académicos apenas perpetua a crença comum de que existe uma base biológica (Miles, 1993). Outros cientistas sociais discordam, afirmando que a raça, enquanto conceito, tem sentido para muita gente, mesmo que a sua base biológica tenha sido desacreditada. Argumentam que, para a análise sociológica, a raça permanece um conceito vital, embora altamente contestado. Por esse motivo, alguns teóricos optam por usar a palavra "raça" entre aspas para reflectir o seu uso enganador, mas comum no quotidiano.

O que é então a raça, se não se referir a categorias biológicas? Existem diferenças físicas claras entre os seres humanos, e algumas destas diferenças são hereditárias. Mas a questão de se saber porque é que algumas destas diferenças físicas, e não outras, se tornam motivo de discriminação e preconceito social nada tem a ver com a biologia. As diferenças raciais devem, por isso, ser entendidas como variações físicas assinaladas por membros de uma comunidade ou sociedade como sendo socialmente relevantes. Diferenças na cor da pele, por exemplo, são tratadas como relevantes, enquanto que diferenças na cor do cabelo não o são. A **raça** pode ser entendida como um conjunto de relações sociais que permite que os indivíduos e grupos sejam localizados, e lhes sejam atribuídos vários atributos ou competências, com base em características de natureza biológica. As distinções raciais são mais do que formas de descrever as diferenças humanas – são também factores importantes na reprodução de padrões de poder e de desigualdade na sociedade.

Chamamos **racialização** ao processo pelo qual os entendimentos do que é a raça são usados para classificar indivíduos ou grupos de pessoas. Historicamente, racialização significava que certos grupos de pessoas eram rotulados como constituindo grupos biologicamente distintos com base em características físicas (como nas ideias já referidas de Gobineau). Durante o século XV e seguintes, à medida que os Europeus entraram em contacto crescente com pessoas de diferentes regiões do mundo, foram feitas tentativas para sistematizar o conhecimento através da categorização e explicação de fenómenos sociais e naturais. As populações não europeias foram racializadas por oposição à "raça branca" europeia. Nalgumas instâncias esta racialização tomou formas codificadas institucionalmente, como no caso da escravatura nas colónias americanas e do *apartheid* na África do Sul. Todavia, é mais comum que as instituições sociais quotidianas se tornem racializadas por via de facto. No âmbito de um sistema racializado, aspectos do dia-a-dia dos indivíduos – incluindo o emprego, as relações pessoais, o alojamento, os cuidados de saúde, a educação e a representação legal – são moldados e constrangidos pelas suas próprias posições racializadas dentro do sistema.

Etnicidade

Embora a ideia de raça erroneamente implique algo de fixo ou biológico, a "etnicidade" é um conceito de significado puramente social. Por **etnicidade** entendem-se as práticas culturais e os modos de entender o mundo que distinguem uma dada comunidade das restantes. Os membros dos grupos étnicos vêem-se a si próprios como culturalmente distintos dos outros grupos de uma sociedade e são vistos por estes mesmos grupos como tal. Diferentes características podem servir para distinguir os grupos étnicos uns dos outros, mas as mais comuns são a linguagem, a história ou a ancestralidade (real ou imaginária), a religião, os modos de vestir ou outros adornos. As

A celebração do Ano Novo Chinês, com actuações e decorações, não é apenas um evento pitoresco que ocorre todos os anos no Soho, mas é sobretudo um importante símbolo da continuidade cultural para a Comunidade Chinesa de Londres.

diferenças étnicas são inteiramente aprendidas, algo que parece evidente até nos lembrarmos da frequência com que alguns desses grupos têm sido vistos como "nascidos para governar" ou, alternativamente, como "não inteligentes", "preguiçosos inatos", e por aí adiante. De facto, não existe nada de inato na etnicidade; esta é um fenómeno unicamente social que é produzido e reproduzido ao longo do tempo. Através da socialização, os mais jovens assimilam estilos de vida, normas e crenças das suas comunidades.

Para muitas pessoas a etnicidade é um elemento central da identidade do indivíduo e do grupo. Pode fornecer uma importante linha de continuidade com o passado e é muitas vezes mantida viva através da prática de tradições culturais. Todos os anos a excitação e as exibições de virtuosismo do Carnaval evocam as Caraíbas nas ruas de Notting Hill, em Londres. Como outro exemplo, temos a terceira geração de americanos de descendência irlandesa que orgulhosamente se identificam como "irlando-americanos" apesar de terem vivido toda a sua vida nos Estados Unidos. As tradições e costumes irlandeses são muitas vezes transmitidos entre gerações no seio das famílias e na Comunidade Irlandesa no seu todo. Embora seja mantida no âmbito da tradição, a etnicidade não é estática e imutável. Pelo contrário, é fluida e adaptável às circunstâncias em mutação. No caso dos "irlando-americanos", por exemplo, é possível ver como costumes populares da Irlanda têm sido mantidos mas simultaneamente transformados no contexto da sociedade americana. As alegres e efusivas paradas do Dia de S. Patrício* em muitas cidades americanas são um exemplo do modo como a herança irlandesa foi remodelada com um gosto distintivamente americano. Exemplos semelhantes podem ser encontrados por todo o globo em casos em que as populações – como resultado da migração, guerra,

* Nota do revisor científico: S. Patrício é o Santo padroeiro da Irlanda.

Identidade "negra"

O uso do termo "negro" para descrever indivíduos e populações sofreu transformações fundamentais ao longo dos anos e permanece altamente contestado. Durante muito tempo, o termo "negro" foi um rótulo pejorativo atribuído pelos brancos. Só nos anos 60 os americanos e ingleses de descendência africana "reclamaram" o termo e o aplicaram a si próprios de forma positiva. "Negro" tornou-se uma fonte de orgulho e de identidade, em vez de uma repreensão racial. O slogan "black is beautiful" ("o negro é lindo") e o conceito motivacional do "black power" ("poder negro") foram centrais para o movimento negro de libertação. Estas ideias foram utilizadas para inverter a dominância simbólica da "brancura" sobre a "negritude". À medida que o termo " negro" se foi tornando mais aceite na sociedade, começou a ser aplicado a não brancos que não eram de origem africana – particularmente a asiáticos. Todavia, o termo "negro" era mais do que um simples rótulo; ele continha também subjacente uma mensagem política. Como a população "negra" tinha vivido o racismo e a exclusão às mãos da população branca, houve um apelo para que eles se mobilizassem em torno de uma identidade negra comum de forma a impulsionar a mudança.

No final da década de 80, alguns teóricos e membros de grupos étnicos minoritários começaram a pôr em causa o uso do termo "negro" para designar toda a população não branca. Embora reconhecendo que os não brancos haviam partilhado uma opressão

mudança dos mercados de trabalho ou outros factores – se misturaram para produzir comunidades etnicamente diversas.

Os sociólogos favorecem frequentemente o termo "etnicidade" por ser um conceito inteiramente social no seu significado. Contudo, referências à etnicidade e às diferenças étnicas podem ser problemáticas, especialmente se sugerir um contraste com uma norma "não étnica". Na Grã-Bretanha, por exemplo, a etnicidade é usada frequentemente para nos referirmos a práticas culturais e a tradições que diferem das práticas inglesas "indígenas". O termo "étnico" na sua acepção mais ampla é aplicado em campos tão distintos como a culinária, o vestuário, a música e os bairros para designar práticas "não britânicas". Usar rótulos étnicos desta forma colectiva leva a correr o risco de produzir divisões entre "nós" e "eles", em que certas partes da população são vistas como "étnicas" e outras como o não sendo. De facto, a etnicidade é um atributo possuído por todos os membros de uma população, não apenas por certos segmentos da mesma. Todavia, como iremos ver, na prática a etnicidade encontra-se mais frequentemente associada a grupos minoritários no seio de uma dada população.

Grupos minoritários

A noção de **grupos minoritários** (frequentemente *minorias étnicas*) é amplamente usada em Sociologia e envolve mais do que uma simples distinção numérica. Existem muitas minorias no sentido estatístico, tal como as das pessoas que medem mais de 1,90 ou pesam mais de 120 kg, mas estas não são minorias de acordo com o conceito sociológico. Em Sociologia, os membros de um grupo minoritário estão em desvantagem em relação à maioria da população e têm um certo sentido de solidariedade de grupo, de pertencerem ao mesmo grupo. A experiência de serem objecto de preconceito e discriminação amplifica normalmente os sentimentos de lealdade e interesses comuns.

Desta forma, os sociólogos usam frequentemente o termo "minoria" de uma forma não literal, para se referirem à posição subordinada dos grupos na sociedade, e não à sua representação numérica. Existem muitos casos em que a "minoria" é de facto a maioria! Em algumas áreas geográficas como os centros das cidades, os grupos étnicos constituem a maioria da população, mas são, no entanto, designados como

comum, argumentam que o termo "negro" obscurece as diferenças entre grupos étnicos. De acordo com oponentes ao uso do termo, deve ser prestada mais atenção às experiências de cada grupo étnico minoritário, em vez de se presumir uma experiência partilhada. Tariq Modood tem sido um dos principais críticos que argumentam que o termo "negro" é usado de forma demasiado vaga – por vezes significa apenas pessoas descendentes de africanos, outras vezes refere-se colectivamente também a asiáticos. O autor acredita que o termo enfatiza demasiado a opressão baseada na cor da pele e negligencia a enorme quantidade de racismo que possui uma base cultural. De acordo com Modood, os asiáticos tendem a não se ver como "negros" devido às poderosas conotações entre o termo "negro" e a experiência das pessoas de origem africana. Por último, Modood salienta que "negro" implica uma identidade essencial que é inerentemente falsa. As populações não brancas possuem muitas identidades diversas, tal como sucede com grupos incluídos na chamada população "branca" (Modood, 1994).

Em Sociologia, não existe um consenso claro acerca do uso do termo "negro". Embora as críticas levantadas por Modood e outros sejam válidas, o termo "negro" permanece uma forma útil para se falar acerca das experiências partilhadas de racismo branco que a maioria dos não brancos viveram. Tendências recentes na Sociologia parecem todavia apoiar as preocupações de Modood. Escritores associados à escola pós-moderna tendem a salientar as diferenças entre vários grupos étnicos minoritários, em vez de insistirem no significado de uma identidade "negra" colectiva.

"minorias". Isto ocorre porque o termo "minoria" capta as suas posições desvantajosas. As mulheres são, por vezes, descritas como um grupo minoritário, embora em muitos países do mundo constituam a maioria numérica. Porém, como as mulheres tendem a estar em desvantagem em comparação com os homens (a "maioria"), o termo também se aplica às mesmas.

Os membros de um grupo minoritário tendem, frequentemente, a ver-se a si próprios como diferentes dos membros da maioria. Normalmente, estão física e socialmente isolados do resto da comunidade. Tendem a concentrar-se em certos bairros, cidades ou regiões de um país. Existem poucos casamentos entre membros de grupos minoritários e maioritários, ou entre membros de grupos minoritários diferentes. As pessoas pertencentes a estes grupos promovem activamente a *endogamia* (casamento dentro do próprio grupo) de forma a salvaguardar a sua própria identidade cultural.

Alguns teóricos favoreceram a utilização do termo "minorias" para se fazer referência colectivamente a grupos que tenham experienciado preconceito às mãos da "maioria" da sociedade. O termo "minorias" chama a atenção para a penetrabilidade da discriminação ao desvendar os elementos comuns às experiências de vários grupos subordinados da sociedade. O anti-semitismo, a homofobia e o racismo, por exemplo, partilham muitas características em comum e mostram como a opressão contra diferentes grupos pode assumir contornos semelhantes. Todavia, ao mesmo tempo, falar colectivamente em "minorias" pode levar a generalizações acerca da opressão e da discriminação que não reflectem com exactidão as experiências de cada grupo. Embora os homossexuais e os paquistaneses sejam ambos grupos minoritários em Londres, a forma como vivem a subordinação no seio da sociedade está longe de ser idêntica.

Muitas minorias são étnica e fisicamente diferentes do resto da população. É o caso, por exemplo, dos naturais das antigas Antilhas Britânicas e dos asiáticos que vivem na Grã-Bretanha, ou dos afro-americanos, chineses e outros grupos nos Estados Unidos. Como salientámos anteriormente, na prática a designação de um grupo ou de um conjunto de tradições como "étnico" ocorre, de certa forma, selectivamente. Enquanto os naturais das antigas Antilhas Britânicas e os afro-americanos nos Estados Unidos consti-

O Caso Stephen Lawrence

Em 1993, o adolescente negro Stephen Lawrence foi morto num ataque por motivos de raça às mãos de cinco jovens brancos, enquanto aguardava numa paragem de autocarro, junto com um amigo, no sudeste de Londres. Sem serem provocados, os jovens avançaram para Lawrence, apunhalaram-no duas vezes e deixaram-no a morrer no chão. O facto de ninguém ter sido condenado pelo seu assassinato tem sido visto como um erro clamoroso da justiça e como um testemunho do racismo latente nos sistemas de justiça criminal e de defesa da lei.

A comissão de inquérito ao caso concluiu que a investigação do assassínio de Lawrence foi mal conduzida desde início (Macpherson, 1999). Os polícias que chegaram ao local do crime desenvolveram poucos esforços para perseguir os atacantes de Lawrence, e demonstraram falta de respeito pelos seus pais, negando o acesso destes à informação acerca do caso para o qual tinham sido designados. Assumiram erradamente que Lawrence tinha estado envolvido numa briga de rua, em vez de ter sido uma vítima inocente de um ataque racista não provocado. A vigilância dos suspeitos pela polícia foi organizada de forma insuficiente e conduzida sem urgência; as buscas às casas dos suspeitos, por exemplo, não foram feitas de imediato, apesar de haver informações acerca dos locais onde as armas poderiam estar escondidas. Os oficiais superiores que estavam em posição para intervir e corrigir estes erros, não o fizeram. No decurso das investigações e durante os inquéritos subsequentes, a polícia reteve informação vital, protegeu-se mutuamente e recusou assumir responsabilidades pelos erros cometidos.

Devido à perseverança dos pais de Lawrence, três dos suspeitos foram julgados em 1996, mas o caso desmoronou-se quando um juiz decretou que

tuem exemplos evidentes de minorias étnicas, é menos provável que os britânicos e os americanos de ascendência italiana ou polaca sejam considerados como tal. Diferenças físicas como a cor da pele constituem geralmente factores centrais na definição de uma minoria étnica. Como veremos neste capítulo, as distinções étnicas raramente são neutras, pelo contrário, estão normalmente associadas a desigualdades de riqueza e de poder, bem como a antagonismos entre grupos.

Preconceito, discriminação e racismo

Embora o conceito de raça seja moderno, o preconceito e a discriminação são uma constante da história universal e é necessário, antes do mais, fazer a distinção entre as duas ideias. Por preconceito entendem-se as opiniões ou atitudes partilhadas por membros de um grupo acerca de outro. As ideias preconceituosas de uma pessoa são, muitas vezes, mais baseadas em rumores do que em provas directas; são ainda resistentes à mudança mesmo face a novas informações. As pessoas podem ter preconceitos favoráveis relativamente a grupos com que se identificam e preconceitos negativos face a outros. Alguém que tenha preconceitos contra determinado grupo recusará atender ou escutar imparcialmente os seus membros.

Os preconceitos assentam frequentemente em estereótipos, categorizações fixas e inflexíveis de um grupo de pessoas. Os estereótipos são muitas vezes aplicados a grupos étnicos minoritários na sua totalidade, como sucede com a noção de que todos os homens negros são naturalmente atléticos ou que todos os asiáticos são estudantes trabalhadores e aplicados. Alguns estereótipos possuem um fundo de verdade, mas são altamente exagerados. Outros constituem unicamente um mecanismo de deslocação, pelo qual sentimentos de hostilidade ou raiva são dirigidos contra sujeitos que não são a verdadeira origem desses sentimentos. Os estereótipos tornam-se parte integrante das percepções culturais e são difíceis de eliminar, mesmo quando são uma clara distorção da realidade. A crença de que as mães solteiras dependem da segurança social e se recusam a traba-

as provas apresentadas por uma testemunha não eram admissíveis. Jack Straw, então Ministro da Administração Interna, anunciou um inquérito total ao caso de Lawrence em 1997; os resultados do inquérito foram publicados em 1999 no Relatório Macpherson. Os autores do relatório foram inequívocos nas suas conclusões:

> "As conclusões a retirar a partir das provas relacionadas com a investigação do assassínio racista de Lawrence são claras. Não existem dúvidas de que ocorreram erros fundamentais. A investigação foi travada por uma combinação de incompetência profissional, racismo institucional e falta de liderança dos oficiais seniores."

A acusação de *racismo institucional* foi um dos resultados mais importantes deste inquérito. Os autores do relatório concluíram que não só a Polícia Metropolitana mas muitas outras instituições, incluindo o sistema de justiça criminal, estavam implicadas numa "falha colectiva ... em fornecer um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa da cor da sua pele, cultura ou origem étnica. Podem ser vistas ou detectadas neste processo atitudes e comportamentos equivalentes a discriminação derivada de preconceito inconsciente, ignorância, irreflexão e estereotipização racista que prejudicam as pessoas de minorias étnicas" (Macpherson, 1999).

O Relatório Macpherson concluiu que "cabe a cada instituição examinar as suas políticas e os resultados das suas políticas" de forma a assegurar que nenhum segmento da população seja prejudicado. Foram avançadas setenta recomendações para melhorar a forma como os crimes racistas são investigados. Estas incluíam formação sobre consciência étnica para polícias, poderes disciplinares mais fortes para afastar agentes racistas, definições mais claras do que constitui um incidente racista e um compromisso para aumentar o número total de agentes negros e asiáticos nas forças policiais.

lhar é um exemplo de um estereótipo persistente sem base real. Um grande número de mães solteiras trabalha efectivamente, e muitas das que recebem benefícios da segurança social prefeririam trabalhar, mas não têm acesso a apoio para os seus filhos.

Se o preconceito descreve atitudes e opiniões, a discriminação diz respeito ao comportamento tido em relação a indivíduos ou grupos. Pode detectar-se em acções que negam aos membros de um grupo oportunidades que são dadas a outros, como, por exemplo, quando é recusado a um negro britânico um emprego disponível para um branco. Embora o preconceito esteja frequentemente na base da discriminação, os dois podem existir separadamente. As pessoas podem ter ideias preconceituosas e não agir em conformidade. Além disso, a discriminação não deriva necessariamente de modo directo do preconceito. Por exemplo, uma pessoa branca pode evitar comprar uma propriedade em bairros dominantemente negros, não por causa de atitudes de hostilidade face a quem lá vive, mas por recear a desvalorização da propriedade nessa área. Neste caso, as atitudes preconceituosas influenciam a discriminação, mas de uma forma indirecta.

Racismo

O conceito de raça é fundamental para a existência de racismo – um preconceito baseado em distinções físicas com significado social. Um racista é alguém que acredita que alguns indivíduos são inferiores ou superiores a outros como resultado dessas diferenças raciais. Geralmente, pensa-se no racismo como um comportamento ou atitude própria de certos indivíduos ou grupos. Um indivíduo pode defender crenças racistas ou juntar-se a um grupo, como a organização da supremacia branca, que promove uma causa racista. Todavia, muitos têm argumentado que o racismo consiste em algo mais do que as ideias de um pequeno número de fanáticos. Pelo contrário, o racismo está imiscuído na própria estrutura e funcionamento da sociedade. A ideia de racismo institucional sugere que o racismo atravessa todas as estruturas sociais de um forma sistemática. De acordo com esta perspecti-

va, instituições como a polícia, os serviços de saúde e o sistema educativo promovem políticas que favorecem certos grupos e discriminam outros.

A ideia de racismo institucional foi desenvolvida nos Estados Unidos no final dos anos 60 por activistas dos direitos civis que acreditavam que o racismo subjaz à própria fábrica da sociedade, em vez de representar apenas a opinião de uma pequena minoria. Nos anos seguintes, a existência de racismo institucional tornou-se bastante aceite e foi abertamente reconhecida em muitos locais. Uma investigação recente às práticas do Serviço de Polícia Metropolitana de Londres, à luz do assassinato de Stephen Lawrence (ver caixa), concluiu que o racismo institucional atravessa os sistemas judicial e policial. Na cultura e nas artes, o racismo institucional tem-se revelado em esferas como as emissões de televisão (retratos limitados ou negativos das minorias étnicas na programação) e na indústria internacional de moda (enviesamento contra manequins não brancas).

Do "velho racismo" ao "novo racismo"

Tal como o conceito biológico de raça que foi desacreditado, o velho racismo "biológico" baseado em diferenças ao nível dos traços físicos raramente se exprime de forma aberta na sociedade actual. O fim da segregação legal nos Estados Unidos e o colapso do *apartheid* na África do Sul foram momentos de viragem na rejeição do "racismo biológico". Em ambos os casos, as atitudes racistas assentavam numa associação directa entre traços físicos e inferioridade biológica. Hoje em dia, estas ideias marcadamente racistas ouvem-se raramente, excepto em casos de crimes violentos de ódio ou nas plataformas programáticas de certos grupos extremistas. Mas tal não significa que as atitudes racistas tenham desaparecido nas sociedades modernas. Pelo contrário, alguns autores argumentam que estas foram substituídas por um novo racismo mais sofisticado (ou *racismo cultural*) que usa a ideia de diferenças culturais para excluir certos grupos (Barker, 1981).

Aqueles que argumentam que emergiu um "novo racismo" defendem que os argumentos culturais são agora empregues, em vez dos argumentos biológicos, de forma a discriminar certos segmentos da população. De acordo com esta perspectiva, hierarquias de superioridade e inferioridade são construídas de acordo com os valores da cultura da maioria. Os grupos que não são maioria são marginalizados ou difamados pelo facto de se recusarem a ser assimilados. Alega-se que o "novo racismo" tem uma dimensão política evidente. Na Grã-Bretanha, esta pode ser detectada no conteúdo dos *curricula* do sistema educativo nacional que definem a literatura e a história britânicas como disciplinas centrais em vez de uma agenda "multicultural", e nas políticas de imigração restritivas que visam limitar o número de imigrantes não brancos. Outros exemplos proeminentes do "novo racismo" podem ser vistos nos esforços de alguns políticos americanos para decretar como língua oficial apenas o inglês, e nos conflitos em França em torno das raparigas que querem usar lenços muçulmanos nas escolas. O facto de o racismo assentar, cada vez mais, em aspectos culturais e não em biológicos levou alguns autores a sugerir que vivemos numa era de "múltiplos racismos", em que a discriminação é sentida de forma diferente por diferentes sectores da população (Modood *et al.*, 1997).

Explicar o racismo e a discriminação étnica

Interpretações psicológicas

As teorias psicológicas podem ajudar a compreender a natureza das atitudes preconceituosas e também a entender as razões pelas quais as diferenças étnicas têm tanta importância para muitas pessoas. Duas abordagens psicológicas são particularmente importantes. A primeira parte do facto do preconceito operar principalmente através do pensamento estereotipado. Os indivíduos baseiam-se, por vezes, em estereótipos e descarregam o seu antagonismo em "bodes expiatórios", pessoas culpabilizadas por coisas de que não têm culpa. A procura de bodes expiatórios é algo comum quando dois grupos étnicos com privações entram em competição um com o outro por motivos económicos. As pessoas que dirigem ataques raciais contra negros, por exemplo, estão, muitas vezes, numa posição económica semelhante.

Culpam os negros por males cujas causas reais são outras. A procura de bodes expiatórios é normalmente dirigida contra grupos que são diferentes e relativamente fracos, na medida em que constituem alvos

A persistência do racismo

Porque é que o racismo floresceu? Há várias razões para tal. Uma reside no facto de a oposição entre o branco e o negro, enquanto símbolos culturais, se encontrar profundamente enraizada na cultura europeia. O branco está há muito associado à pureza e o preto ao mal (nada há de natural neste simbolismo; em outras culturas, sucede exactamente o contrário). Antes da população do Ocidente entrar em contacto permanente com negros, já o preto era símbolo de significados negativos. Esses sentidos simbólicos tenderam a influenciar as reacções face aos negros quando os europeus chegaram às costas africanas. A sensação de existir uma diferença radical entre brancos e negros, aliada ao "paganismo" dos Africanos – o seu desconhecimento do Cristianismo –, levou muitos europeus a olhar os nativos com desprezo e medo. Embora as expressões mais extremas de tais atitudes tenham desaparecido nos nossos dias, é difícil não acreditar que elementos deste simbolismo cultural preto/branco continuem difundidos.

Um segundo factor importante que influenciou o racismo moderno foi pura e simplesmente a invenção e difusão do próprio conceito de raça. Sabe-se que existem atitudes quase racistas há centenas de anos. Mas a noção de raça enquanto conjunto de características fixas emergiu com o aparecimento da "ciência da raça" que discutimos anteriormente. A noção de superioridade da raça branca, apesar de não ter qualquer valor factual, permanece um elemento-chave para o racismo branco.

Uma terceira razão para o surgimento do racismo moderno reside nas relações de exploração que os Europeus estabeleceram com as populações não brancas. O comércio de escravos não poderia ter existido se a maioria dos Europeus não acreditasse que os negros pertenciam a uma raça inferior, talvez mesmo sub-humana. O racismo ajudou a justificar a dominação colonial sobre povos não europeus, negando-lhes os direitos de participação política que estavam, nessa época, a ser conquistados pelos brancos nos seus países europeus de origem. Alguns sociólogos argumentam que a exclusão da cidadania permanece ainda uma característica central do racismo moderno.

fáceis. Ao longo da história do Ocidente, protestantes, católicos, judeus, italianos, africanos e outros grupos desempenharam, contra sua vontade, o papel de bodes expiatórios.

A segunda abordagem sugere que existem certos tipos de pessoas que, em resultado da socialização na infância, são particularmente propensas ao pensamento estereotipado e à *projecção* – a atribuição inconsciente dos nossos desejos ou características a outros. Uma famosa investigação efectuada por Theodor Adorno e colaboradores nos anos 40 diagnosticou um tipo de carácter a que os investigadores chamaram personalidade autoritária (Adorno *et al.*, 1950). Estes autores desenvolveram várias escalas para medir os níveis de preconceito. Numa escala, por exemplo, perguntava-se às pessoas se concordavam ou não com uma série de afirmações particularmente anti-semitas. Verificou-se que os que foram diagnosticados como tendo preconceitos contra judeus tendiam também a expressar atitudes negativas contra outras minorias. Os autores concluíram que as pessoas com personalidades autoritárias tendem a ser rigidamente conformistas, submissas face aos que consideram superiores e ríspidas para com os inferiores. Este tipo de pessoas é também muito intolerante nas suas atitudes religiosas e sexuais.

Os investigadores sugeriram que as características de uma personalidade autoritária resultam de um padrão de educação infantil em que os pais não são capazes de exprimir um amor directo pelos filhos, sendo distantes e disciplinadores. Já adultos, estes indivíduos sofrem de ansiedade, que só conseguem controlar adoptando uma postura rígida. São incapazes de lidar com situações ambíguas, ignorando as incoerências e pensando de uma forma altamente estereotipada.

A pesquisa de Adorno foi submetida a uma imensidão de críticas. Alguns críticos duvidaram do valor das escalas de medida utilizadas. Outros argumentaram que o autoritarismo não é uma característica da personalidade, mas reflecte os valores e as normas de subculturas particulares que fazem parte de uma sociedade. A investigação pode valer sobretudo como um contributo para a compreensão dos padrões de autoritarismo em geral, e não tanto para distinguir um tipo particular de personalidade. Por último, tais abordagens presumem que o racismo é um conjunto de crenças partilhadas por um pequeno número de indivíduos que revelam traços psicológicos particulares. Pelo contrário, muitas interpretações sociológicas procuram localizar as causas do racismo e do preconceito na cultura ou estruturas das próprias sociedades.

Interpretações sociológicas

Alguns dos mecanismos psicológicos mencionados estão presentes em membros de todas as sociedades, e ajudam a explicar as razões pelas quais o antagonismo étnico é um elemento comum a diferentes culturas. Não obstante, pouco nos dizem acerca dos processos sociais envolvidos na discriminação. Para estudar estes processos, temos de nos apoiar em ideias sociológicas.

Etnocentrismo, fechamento de grupo e repartição de recursos

Os conceitos sociológicos relevantes a nível geral para a interpretação de conflitos étnicos são os de etnocentrismo, fechamento de grupo étnico e repartição de recursos. O *etnocentrismo* – uma desconfiança em relação a estranhos combinada com uma tendência para avaliar as outras culturas em termos da nossa própria cultura – é um conceito que já encontrámos anteriormente (capítulo 2). Todas as culturas têm sido virtualmente, em grau maior ou menor, etnocêntricas, e é fácil ver como o etnocentrismo se combina com o pensamento estereotipado. Os forasteiros são considerados diferentes, bárbaros ou moral e mentalmente inferiores. Foi assim que a maioria das civilizações concebeu, por exemplo, os membros de culturas mais pequenas, e esta atitude contribuiu para fomentar inúmeros confrontos étnicos através da história.

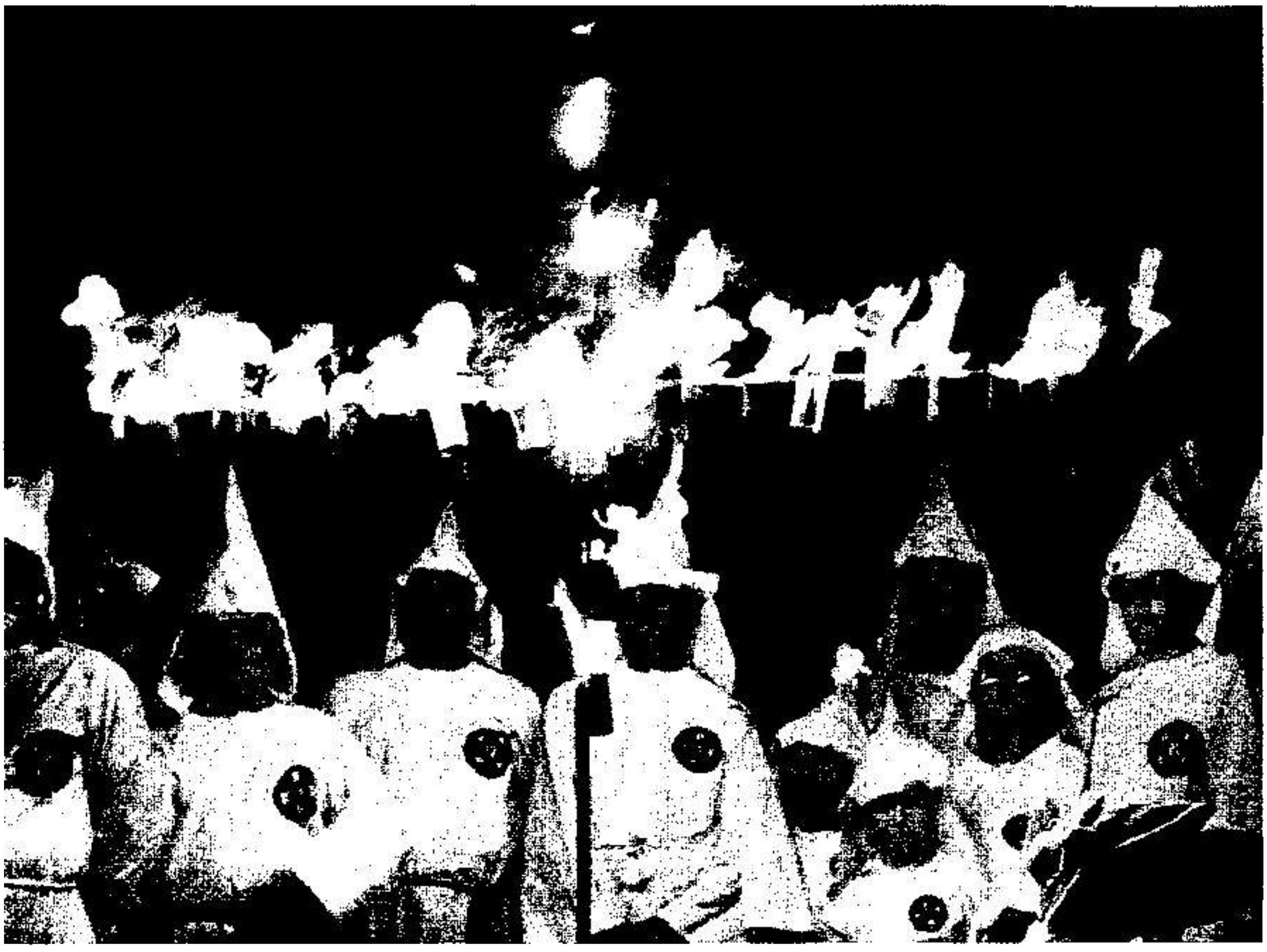
O etnocentrismo e o fechamento de grupo andam frequentemente a par. Entende-se por "fechamento" o processo pelo qual os grupos mantêm fronteiras que os separam dos outros. Estas fronteiras são formadas através de instrumentos de exclusão, que realçam as divisões entre grupos étnicos. Estes instrumentos incluem, por exemplo, a limitação ou proibição de casamentos entre membros de diferentes grupos, restrições no contacto social ou nas relações económicas como o comércio, e a separação física dos grupos (como no caso dos guetos étnicos). Nos Estados Unidos, os negros passaram por estes três instrumentos de exclusão: o casamento entre raças foi considerado ilegal em alguns estados, a segregação social e económica foi instituída pela lei no sul do país, existindo ainda hoje nas principais cidades guetos exclusivamente negros.

Por vezes, grupos de igual poder podem impor mutuamente princípios de fechamento: os seus membros mantêm-se separados uns dos outros, embora não haja um grupo dominante. Contudo, o mais vulgar é os membros de um grupo étnico estarem em posição de maior poder em relação a outros. Nestas circunstâncias, o fechamento do grupo coincide com a repartição de recursos, instituindo desigualdades na distribuição da riqueza e dos bens materiais.

Alguns dos mais graves conflitos entre grupos étnicos centram-se nos princípios de fechamento, precisamente porque estes princípios assinalam desigualdades na distribuição de riqueza, de poder e de posição social. O conceito de fechamento de grupo ajuda a compreender as diferenças mais dramáticas e mais insidiosas que separam as comunidades – não apenas a razão pela qual membros de alguns grupos são baleados, linchados, espancados ou violentados, mas também as razões pelas quais não conseguem obter um bom emprego, uma boa educação ou um bom sítio para viver. Riqueza, poder e estatuto social são recursos escassos – alguns grupos têm mais do que outros. Para assegurar as suas posições, os grupos privilegiados levam a cabo, por vezes, actos de extrema violência contra outros grupos. Do mesmo modo, os membros de grupos desfavorecidos podem também recorrer à violência na tentativa de melhorar a sua posição.

Teorias do conflito

Alguns teóricos tentaram situar o racismo no âmbito da cultura geral da sociedade, argumentando que o mesmo representa um certo tipo de conservadorismo



A agressividade demonstrada pelos defensores da supremacia branca no Ku Klux Klan – que, inclusivamente, chegaram a incluir as suas crianças neste seu encontro em Birmingham, Alabama, nos anos 50 – esteve na origem a uma série de explicações científicas, que iam de explicações psicológicas e económicas a conceitos de fechamento de grupo.

natural que emerge em tempos de mudança e instabilidade. As explicações culturais têm visto o racismo como um tipo de defesa contra a introdução de novos costumes, linguagens e estilos de vida que ameaçam a ordem existente (Cashmore, 1987). Tais argumentos são, todavia, algo insatisfatórios, porque não conseguem explicar como o racismo se relaciona com as estruturas e forças ao nível da sociedade, e não ao nível do indivíduo.

Em contrapartida, as teorias do conflito estão preocupadas, por um lado, com as relações entre o racismo e o preconceito, e por outro, com as relações de poder e desigualdade. As primeiras abordagens ao racismo em termos de conflito foram fortemente influenciadas por ideias marxistas que viam o sistema económico como o factor determinante de todos os aspectos restantes da sociedade. Alguns teóricos marxistas afirmavam que o racismo era um produto do sistema capitalista, argumentando que a classe dominante usava a escravatura, a colonização e o racismo como ferramentas para explorar o trabalho (Cox, 1959).

Mais tarde, os teóricos neo-marxistas consideraram estas formulações demasiado rígidas e simplistas, sugerindo que o racismo não era produto apenas das forças económicas. Um conjunto de artigos publicados em 1982 pelo Birmingham Centre for Contemporary Cultural Studies, designado *The Empire Strikes Back* ("O império contra-ataca"),

assume uma perspectiva mais ampla do surgimento do racismo. Embora concordando que a exploração capitalista do trabalho é um factor, John Solomos, Paul Gilroy e outros assinalaram que várias influências históricas e políticas conduziram à emergência de um tipo específico de racismo na Grã-Bretanha dos anos 70 e 80. Argumentam que o racismo é um fenómeno complexo e multifacetado, que envolve uma interacção entre identidades e crenças de minorias étnicas e da classe trabalhadora. Aos seus olhos, o racismo é muito mais do que um simples conjunto de ideias opressivas desencadeadas contra a população não branca por elites poderosas (S. Hall *et al.*, 1982).

Integração étnica e conflito étnico

Muitos países do mundo actual são caracterizados por terem populações multiétnicas. Frequentemente evoluíram deste modo ao longo dos séculos. Muitos países da Europa Central e de Leste, como, por exemplo, a Turquia ou a Hungria, são etnicamente diversos em resultado de longas histórias de mudança de fronteiras, ocupação por potências estrangeiras e migração regional. Outras sociedades tornaram-se multiétnicas mais rapidamente, em resultado de políticas deliberadas que encorajavam a migração, ou pela via de legados coloniais e imperiais.

Numa era de globalização e de rápida mudança social, os ricos benefícios e complexos desafios da diversidade étnica estão a confrontar um número crescente de países. A migração internacional está a acelerar com a integração da economia global; parece certo que o movimento e a mistura de populações humanas se irão intensificar nos próximos anos. Entretanto, tensões e conflitos étnicos continuam a despoletar em todo o mundo, ameaçando levar à desintegração alguns estados multiétnicos e ao prolongamento da violência noutros. Como se poderá tratar da acomodação da diversidade étnica e impedir a erupção de conflitos étnicos? Em sociedades multiétnicas, qual deve ser a relação entre grupos étnicos minoritários e a maioria da população? Existem três modelos principais de integração étnica que têm sido adoptados por sociedades multiétnicas em relação a estes desafios: a assimilação, o *melting pot* e o pluralismo.

Modelos de integração étnica

A primeira via é a da **assimilação**, que significa que os imigrantes abandonam os seus usos e costumes, passando a pautar o seu comportamento pelos valores e normas da maioria. Uma abordagem deste tipo exige que os imigrantes mudem a sua linguagem, forma de vestir, estilo de vida e a sua cultura como parte da integração na nova ordem social. Nos Estados Unidos, que foram formados como "uma nação de imigrantes", gerações de imigrantes foram pressionadas para se deixarem assimilar desta forma e o resultado foi que muitos dos seus filhos se tornaram mais ou menos "americanos". A maioria das políticas oficiais britânicas tem procurado a assimilação de imigrantes na cultura britânica.

Um segundo modelo é o do **melting pot**. Em vez de se dissolverem as tradições dos imigrantes a favor das dominantes no seio da população pré-existente, misturam-se todas para formar novos padrões culturais. Assiste-se, não só, à introdução na sociedade de normas e valores culturais diferentes trazidos do exterior, como a diversidade é também criada à medida que os grupos étnicos se adaptam aos meios sociais mais amplos em que agora se encontram.

Muitos autores acreditam que este seria o produto mais desejável da diversidade étnica. As tradições e costumes das populações imigrantes não são abandonados, mas contribuem para um meio social em constante transformação que ajudam a modelar. Formas híbridas de culinária, moda, música, arquitectura são manifestações da via *melting pot*. Até certo ponto, este modelo constitui uma expressão precisa de certos aspectos da evolução cultural americana. Embora a cultura "anglo" continue a ser a dominante, as suas características reflectem, em determinados aspectos, o impacto dos diferentes grupos que hoje compõem a população americana.

O terceiro modelo é o do **pluralismo cultural**. Nesta perspectiva, a via mais apropriada consiste em fomentar o desenvolvimento de uma sociedade genuinamente plural, onde seja reconhecida a igual valia de numerosas subculturas diferentes. Uma abordagem pluralista considera os grupos étnicos minoritários como iguais na sociedade, o que significa que estes desfrutam dos mesmos direitos da maioria da população. As diferenças étnicas são respeitadas e celebradas enquanto componentes vitais da vida

nacional mais ampla. Os Estados Unidos da América e outros países ocidentais são pluralistas em muitos sentidos, mas as diferenças étnicas têm estado predominantemente associadas a desigualdades em vez de a uma participação equitativa, embora independente, na comunidade nacional.

Na Grã-Bretanha e noutros países da Europa, os líderes das minorias étnicas têm, cada vez mais, enfatizado a via do pluralismo. Para alcançar posições sociais "distintas mas iguais" ainda vão ser necessárias muitas lutas e, até à data, esta é uma opção muito distante. As minorias étnicas são ainda vistas por muitos como uma ameaça: uma ameaça ao seu emprego, à segurança individual e à "cultura nacional". Fazer das minorias étnicas bodes expiatórios é uma tendência recorrente. Se os jovens da Europa Ocidental continuarem a manter preconceitos semelhantes aos das gerações mais velhas, as minorias étnicas enfrentam um futuro de discriminação continuada, num clima social caracterizado pela tensão e ansiedade.

Conflito étnico

A diversidade étnica pode enriquecer muito as sociedades. Os países multiétnicos são frequentemente lugares dinâmicos e vibrantes que são fortalecidos pelas contribuições diversificadas dos seus habitantes. Mas tais países podem também ser frágeis, especialmente face a convulsões sociais internas ou a ameaças externas. Traços culturais, linguísticos e religiosos diferentes podem constituir linhas de fractura que conduzem ao antagonismo aberto entre os grupos étnicos. Por vezes, sociedades com uma longa história de tolerância e integração étnica podem mergulhar rapidamente no *conflito étnico* – hostilidades entre diferentes grupos ou comunidades étnicas.

Isto sucedeu recentemente na antiga Jugoslávia, uma região famosa pela sua rica herança multiétnica. Os Balcãs constituem há muito o entroncamento da Europa. Séculos de migração e a existência de sucessivos impérios produziram uma população diversa, fruto de misturas, composta predominantemente por eslavos (como os sérvios ortodoxos de Leste), croatas (católicos), muçulmanos e judeus. Desde 1991, a par de grandes transformações sociais e políticas que se seguiram à queda do comunismo, rebentaram conflitos mortais entre grupos étnicos em várias áreas da antiga Jugoslávia.

Estes conflitos envolveram tentativas de limpeza étnica, a criação de áreas etnicamente homogéneas através da expulsão em massa de outras populações étnicas. A Croácia, por exemplo, tornou-se um estado "monoétnico" independente após uma guerra dispendiosa em que milhares de sérvios foram expulsos do país. A guerra que rebentou em 1992, na Bósnia, entre sérvios, croatas e muçulmanos envolveu a limpeza étnica da população muçulmana às mãos dos sérvios. Milhares de homens muçulmanos foram forçados a permanecer em campos de concentração e uma campanha de violação sistemática foi levada a cabo contra as mulheres muçulmanas. A guerra no Kosovo, em 1999, foi desencadeada por acusações de que as forças sérvias estavam a limpar etnicamente da província a população albanesa (muçulmana).

Quer na Bósnia quer no Kosovo, os conflitos étnicos tornaram-se internacionalizados. Centenas de milhares de refugiados espalharam-se pelas áreas vizinhas, desestabilizando ainda mais a região. Houve países ocidentais que intervieram quer diplomática quer militarmente para proteger os direitos humanos dos grupos étnicos que se tinham tornado alvo da limpeza étnica. No curto prazo, tais intervenções foram bem sucedidas na repressão da violência sistemática. Porém, tiveram igualmente consequências não pretendidas. A frágil paz na Bósnia tem-se mantido, mas apenas através da presença de tropas de manutenção da paz e da divisão do país em diferentes enclaves étnicos. No Kosovo, ocorreu um processo de " limpeza étnica oposta", após a campanha de bombardeamento da NATO. Os kosovares albaneses começaram a expulsar a população sérvia do Kosovo; a presença das tropas "Kfor" das Nações Unidas tem-se revelado inadequada para prevenir o reinício das tensões étnicas.

A limpeza étnica envolve a deslocação de populações étnicas alvo da violência, da agressão, das ameaças e das campanhas de terror. Fala-se em genocídio, pelo contrário, para descrever a eliminação sistemática de um grupo étnico por outro. O termo genocídio tem sido frequentemente utilizado para descrever os processos pelos quais os indígenas da América do Norte e do Sul foram dizimados após a chegada dos exploradores e colonizadores europeus. Doenças, realojamentos forçados e campanhas de violência destruíram muitas populações nativas, embora a questão de se saber em que medida tal

decorreu de um planeamento sistemático continue a suscitar polémica.

O século XX assistiu à emergência do genocídio "organizado" e carrega a distinção dúbia de ser o século com mais genocídios da história. No genocídio da Arménia de 1915 a 1923, mais de um milhão de arménios foram mortos às mãos dos turcos otomanos. O Holocausto nazi resultou na morte de mais de seis milhões de judeus e permanece o exemplo mais horripilante de exterminação planeada de um grupo étnico por outro. Mais recentemente, a maioria Hutu do Ruanda lançou uma campanha de extermínio contra a minoria étnica Tutsi em 1994, que custou a vida a mais de 800 000 indivíduos num espaço de três meses. Mais de dois milhões de refugiados do Ruanda espalharam-se pelos países vizinhos, aumentando as tensões étnicas em países como o Burundi e o Zaire (actual Congo).

Tem-se verificado que os conflitos violentos em todo o mundo assentam cada vez mais em divisões étnicas. Actualmente, apenas uma pequena porção de guerras tem lugar entre países; a grande maioria são guerras civis com dimensões étnicas. Num mundo de interdependência e competição crescentes, os factores internacionais tornam-se ainda mais importantes na moldagem das relações étnicas, enquanto os efeitos dos conflitos étnicos internos são sentidos muito para além das fronteiras nacionais. Como já vimos, os conflitos étnicos atraem a atenção internacional e provocaram, algumas vezes, a intervenção física. Foram convocados tribunais internacionais de crimes de guerra para investigar e julgar os responsáveis pela limpeza étnica e genocídio ocorridos na Jugoslávia e no Ruanda. Responder a conflitos étnicos e preveni-los tornou-se um dos desafios-chave que os estados, individualmente, e as estruturas políticas internacionais enfrentam. Embora as tensões étnicas sejam frequentemente experienciadas, interpretadas e descritas a um nível local, estão cada vez mais a assumir dimensões nacionais e internacionais.

Migração global

O expansionismo europeu iniciou há séculos um movimento de populações em larga escala, que formou a base de muitas das sociedades multiétnicas do mundo. Contudo, a partir destas vagas iniciais de migração global, as populações humanas continuaram a interagir e a misturar-se de maneiras que moldaram de modo fundamental a composição étnica de muitos países. Nesta secção, iremos considerar conceitos relacionados com padrões globais de migração, antes de nos voltarmos, em particular, para os efeitos da imigração no Reino Unido.

Movimentos migratórios

Embora a migração não seja um fenómeno novo, é um fenómeno que parece estar a acelerar como resultado do processo de integração global. Os padrões de migração globais podem ser vistos como um reflexo da mudança rápida dos laços económicos, políticos e culturais entre países. Estimou-se que, em 1990, a população mundial migrante era de mais de 80 milhões de pessoas, 20 milhões das quais refugiadas. Este número parece estar condenado a crescer nos primeiros anos do século XXI, levando alguns teóricos a rotulá-lo como "era da migração" (Castles e Miller, 1993).

A **imigração**, o movimento de pessoas para um país onde se estabelecem, e a **emigração**, o processo pelo qual as pessoas deixam o país para se estabelecer noutro, combinam-se para produzir padrões globais de migração que ligam entre si os países de origem e os países de destino. Os movimentos migratórios aumentam a diversidade étnica e cultural de muitas sociedades e ajudam a moldar as dinâmicas demográfica, económica e social. A intensificação da migração global a partir da II Guerra Mundial, e particularmente nas últimas duas décadas, transformou a imigração num importante assunto político, em muitos países. O aumento das taxas de imigração em muitas sociedades ocidentais desafiou as noções usualmente partilhadas de identidade nacional e levou a um reexame dos conceitos de cidadania.

Os teóricos identificaram quatro modelos de migração para descrever os principais movimentos globais da população ocorridos desde 1945. O *modelo clássico* de migração aplica-se a países como o Canadá, os Estados Unidos e a Austrália que se desenvolveram como "nações de imigrantes". Em casos como estes, a imigração tem sido grandemente encorajada e a promessa de cidadania estendida aos imigrantes, apesar de restrições e quotas ajudarem a limitar o influxo anual de imigrantes. O *modelo colonial de imigração*, adoptado por países como a França e o Reino Unido, tende a favorecer imigrantes de

Os padrões históricos de migração e de colonialismo transformaram alguns grupos étnicos em minorias nos seus próprios países: estes aborígenes australianos eram alguns dos muitos que se reuniram em Amata, na Austrália Central, para protestar contra o desenvolvimento da exploração mineira e proteger os seus direitos de propriedade.

antigas colónias em detrimento de imigrantes de outros países. O grande número de imigrantes de países da comunidade britânica na Grã-Bretanha é um reflexo desta tendência.

Países como a Alemanha, a Suíça e a Bélgica têm seguido uma terceira política – o *modelo dos trabalhadores convidados*. Neste esquema, os imigrantes são aceites no país numa base temporária, muitas vezes de forma a cumprir exigências do mercado de trabalho, mas não recebem direitos de cidadania, mesmo após longos períodos de permanência. Finalmente, os *modelos ilegais* de imigração estão a tornar-se cada vez mais comuns devido às apertadas leis de imigração vigentes em muitos países industrializados. Os imigrantes que são capazes de entrar num país quer secretamente quer sob uma intenção de "não imigração" são muitas vezes capazes de viver ilegalmente fora do domínio da sociedade oficial. Exemplos disto podem ser encontrados no grande número de mexicanos ilegais em muitos estados do sul dos Estados Unidos, ou no crescente negócio internacional de contrabando de refugiados ao longo das fronteiras nacionais.

Que forças estão subjacentes à migração global e como é que elas estão a mudar em resultado da globalização? Muitas das teorias iniciais sobre a migração centravam-se sobre os chamados factores "*push and pull*" ("empurrar e puxar"). Os factores "*push*" referem-se a dinâmicas dentro de um país de origem que forçam as pessoas a emigrar, tais como a guerra, a fome, a opressão política ou a pressão demográfica. Os factores "*pull*", pelo contrário, são as caracterísi-

cas dos países de destino que atraem os imigrantes: mercados de trabalho prósperos, melhores condições gerais de vida ou menor densidade populacional podem "puxar" os imigrantes para essas regiões.

Mais recentemente, as teorias de "*push and pull*" têm sido criticadas por oferecerem explicações demasiado simplistas de um processo complexo e multifacetado. Em vez disso, os teóricos da migração estão cada vez mais a observar os padrões globais de migração como "sistemas" produzidos por interacções entre processos de nível macro e micro. Embora esta ideia possa parecer complicada é, na verdade, bastante simples. Por factores de nível macro entendem-se situações de âmbito lato como a situação política na área, as leis e regulamentos que controlam a imigração e a emigração, ou as mudanças na economia internacional, factores esses que exercem uma importante influência sobre diversos aspectos. Os factores de nível micro, por outro lado, são os que dizem respeito aos recursos, conhecimentos e formas de pensar das próprias populações migrantes.

Pode detectar-se a intersecção entre processos de nível micro e macro no caso da grande comunidade imigrante turca na Alemanha. A nível macro encontram-se factores como a necessidade económica de trabalhadores por parte da Alemanha, as suas políticas de aceitação de "trabalhadores convidados" estrangeiros, e o estado da economia turca que impede muitos turcos de ganharem os salários pretendidos. A nível micro estão as redes informais e os canais de apoio mútuo existentes entre a comunidade turca na Alemanha e os fortes laços com a família e os amigos que permaneceram na Turquia. Entre potenciais migrantes turcos, o conhecimento acerca da Alemanha e o "capital social" – recursos humanos e comunitários em que se podem apoiar – ajudam a tornar a Alemanha um dos países de destino mais populares. Os apoiantes da abordagem em termos dos sistemas de migração salientam que nenhum factor, por si só, pode explicar o processo de migração. Pelo contrário, cada movimento migratório particular, como o existente entre a Turquia e a Alemanha, é o produto de uma interacção entre processos de nível micro e macro.

Ao examinar as tendências recentes de migração global, Stephen Castles e Mark Miller (1993) identificaram quatro tendências que em sua opinião irão caracterizar os padrões de migração nos próximos anos:

- *Aceleração* – a migração para além das fronteiras está a ocorrer em números nunca antes vistos.
- *Diversificação* – a maioria dos países recebe actualmente imigrantes de tipos muito distintos, em contraste com épocas passadas em que formas particulares de imigração, como a imigração de trabalhadores ou de refugiados, era predominante.
- *Globalização* – a migração adquiriu uma natureza mais global, envolvendo um maior número de países simultaneamente como remetentes e destinatários (ver figuras 9.1 e 9.2).
- *Feminização* – um número crescente de migrantes são mulheres, tornando a migração contemporânea muito menos dominada por homens do que anteriormente. O aumento de mulheres migrantes está intimamente relacionado com mudanças no mercado global de trabalho, incluindo a procura crescente de empregadas domésticas, a expansão do "turismo do sexo" e do "tráfico de mulheres" (ver Capítulo 5) e o fenómeno das "noivas por encomenda".

Diásporas globais

Outra forma de compreender os padrões globais de migração reside no estudo das diásporas. Pelo termo diáspora entende-se a dispersão de uma população étnica a partir da sua terra natal para áreas estrangeiras, muitas vezes de forma forçada ou em circunstâncias traumáticas. Referem-se frequentemente as diásporas dos judeus e dos africanos para descrever a forma como estas populações foram redistribuídas globalmente, em resultado do genocídio e escravidão. Embora os membros de uma diáspora estejam, por definição, disseminados separadamente em termos geográficos, mantêm-se unidos por factores como a posse de uma história comum, uma memória colectiva da terra natal ou uma identidade étnica comum cultivada e preservada.

Robin Cohen argumentou que as diásporas ocorreram de várias formas, embora os exemplos mais comummente citados sejam aqueles que ocorreram involuntariamente como resultado da perseguição e da violência. No *Global Diasporas* (1997), Cohen adopta uma abordagem histórica e identifica cinco categorias diferentes de diásporas, de acordo com as forças subjacentes à disseminação original da população: *vítima* (por exemplo, africanos, judeus e arménios), *imperial* (britânicos), *trabalho* (indianos),

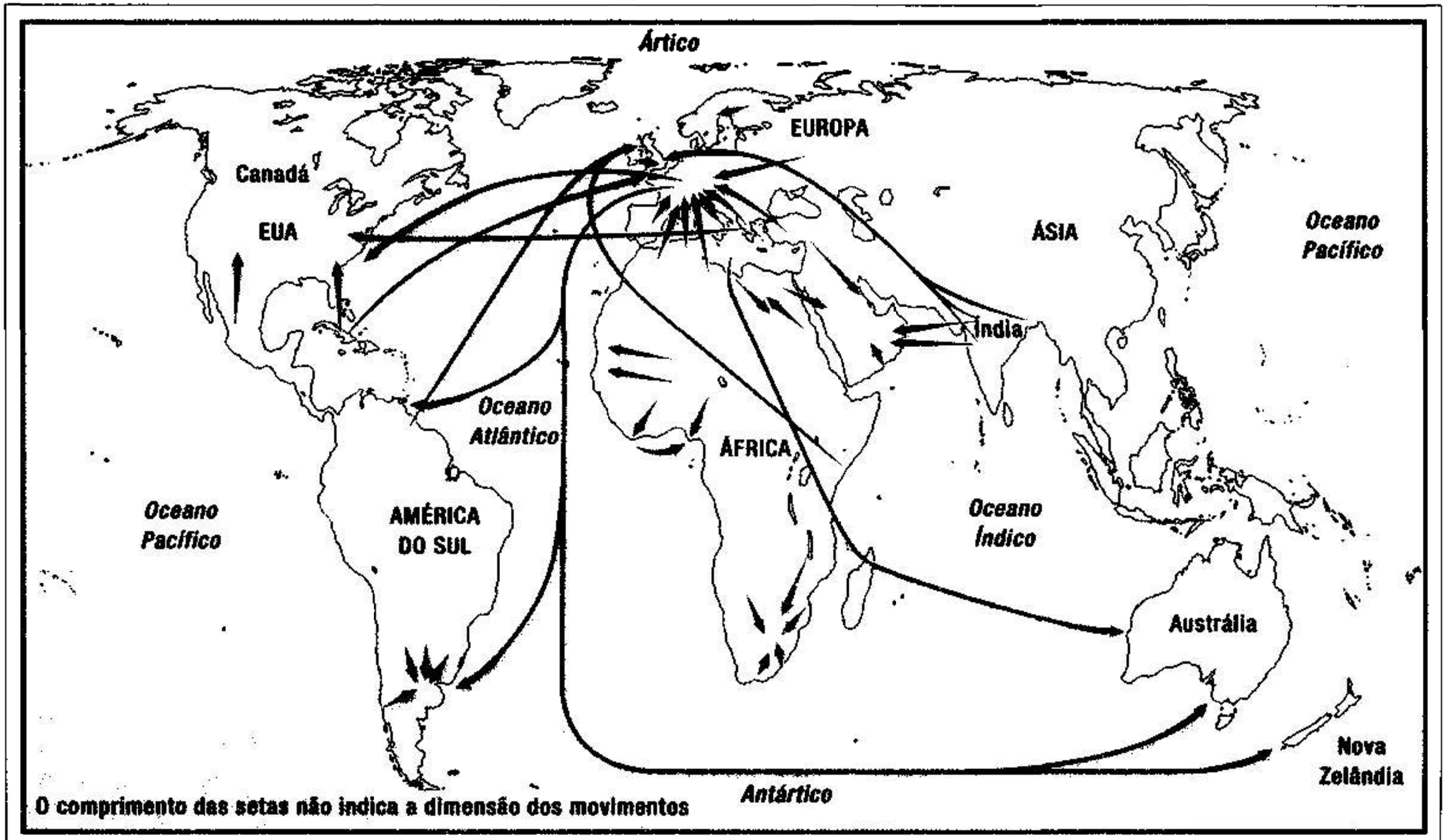


Figura 9.1 Migrações globais, 1945-73

Fonte: S. Castles e M. J. Miller, *The Age of Migration*, Macmillan, 1993, p. 67.

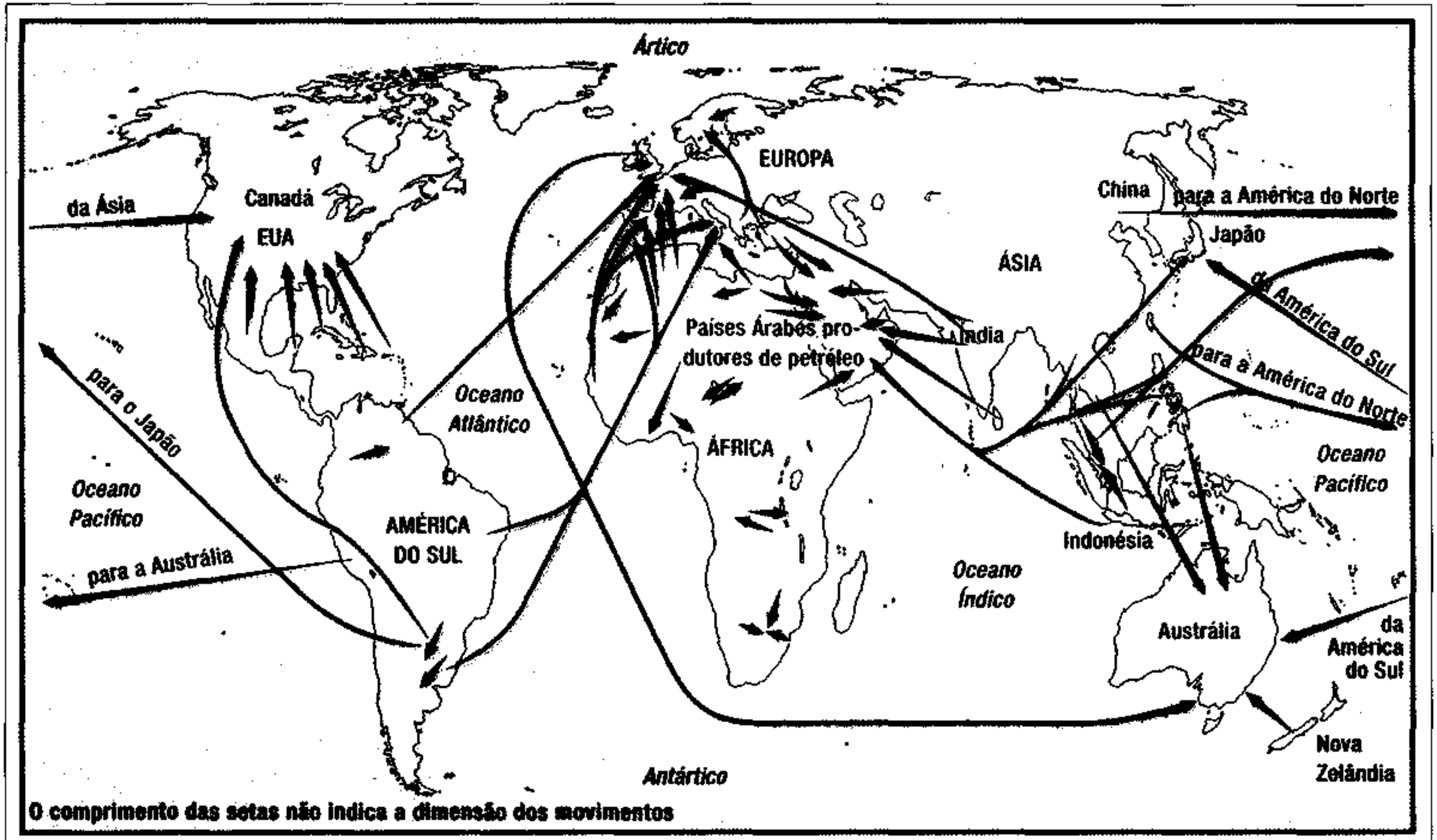


Figura 9.2 Movimentos migratórios, desde 1973

Fonte: S. Castles e M. J. Miller, *The Age of Migration*, Macmillan, 1993, p. 6.

comércio (chineses) e *cultural* (naturais das Caraíbas). Em alguns destes casos, como o dos chineses, os movimentos da população em grande escala tiveram uma base voluntária, e não ocorreram devido a um evento traumático.

Apesar da diversidade de formas, todas as diásporas partilham certas características-chave. Cohen sugere que todas as diásporas preenchem os seguintes critérios:

- Um movimento voluntário ou forçado da terra natal para uma nova ou novas regiões;
- Uma memória partilhada da terra natal, um compromisso com a sua preservação e a crença na possibilidade de um eventual retorno;
- Uma identidade étnica forte sustentada ao longo do tempo e da distância;
- Um sentido de solidariedade com os membros do mesmo grupo étnico que também vivem em áreas de diáspora;
- Uma certa tensão em relação às sociedades hospedeiras;
- Um potencial para contribuições valiosas e criativas para sociedades hospedeiras pluralistas.

Alguns teóricos acusaram Cohen de tentar simplificar experiências complexas e distintas numa tipologia limitada, ao associar "categorias" de diásporas com grupos étnicos particulares. Outros argumentam que a sua conceptualização de diáspora não é suficientemente precisa para a análise que desenvolve. Porém, apesar destas críticas, o estudo de Cohen é valioso por demonstrar que as diásporas não são estáticas, mas antes processos continuados de manutenção da identidade colectiva e de preservação da cultura étnica num mundo em rápida globalização.

Imigração para o Reino Unido

Embora possamos pensar na imigração para a Grã-Bretanha como um fenómeno do século XX, trata-se de um processo cujas raízes remontam a tempos anteriores aos princípios da história escrita. O número considerável de apelidos irlandeses, galeses e escoceses disseminados entre a população inglesa de hoje é uma recordação do fluxo tradicional de pessoas das "franjas célticas" para os centros urbanos da Inglaterra. Nos princípios do século XIX, muito antes do advento da grande imigração vinda de colónias distantes, tornou-se claro que as cidades inglesas em crescimento atraíam migrantes das áreas menos prósperas das ilhas britânicas.

A disseminação da industrialização, contudo, transformou drasticamente os padrões de migração dentro do país, bem como a imigração internacional para a Inglaterra. O crescimento de oportunidades de trabalho nas áreas urbanas conjuntamente com o declínio da produção familiar nas zonas rurais encorajaram a tendência para a migração rural-urbana [êxodo rural]. As exigências do mercado de trabalho também deram um novo ímpeto à imigração do exterior. Embora existissem comunidades irlandesas, judias e negras na Grã-Bretanha bem antes da Revolução Industrial, a vaga de oportunidades alterou radicalmente a escala e a dimensão da imigração internacional. Novas vagas de imigrantes holandeses, chineses, irlandeses e negros ajudaram a transformar o clima socioeconómico da Inglaterra.

Uma vaga considerável mais recente de imigração para a Grã-Bretanha ocorreu quando as perseguições nazis do início dos anos 30 levaram uma geração de judeus europeus, preocupados com a sua segurança, a fugir para o Ocidente. Uma pesquisa estimou que 60 000 judeus se estabeleceram no Reino Unido entre 1933 e 1939, mas os números reais podem ter sido mais elevados. Entre 1933 e 1939, cerca de 80 000 refugiados chegaram da Europa Central, e mais 70 000 chegaram durante a guerra. Em Maio de 1945, a Europa confrontou-se com um problema de refugiados sem precedentes: milhões de pessoas tinham-se tornado refugiados. Várias centenas de milhares estabeleceram-se na Grã-Bretanha.

No período a seguir à Segunda Guerra Mundial, a Grã-Bretanha conheceu uma imigração sem precedentes – a maioria dos novos residentes provinha dos países da Comunidade Britânica, em resposta a oportunidades de emprego. Havia uma clara falta de força de trabalho no período do pós-guerra na Grã-Bretanha; os empregadores estiveram, durante algum tempo, interessados em contratar trabalhadores imigrantes. Para além da reconstrução do país e da economia a seguir à destruição causada pela guerra, a expansão industrial estava a dar aos trabalhadores britânicos condições de mobilidade sem precedentes e a criar a necessidade de trabalhadores em cargos não especializados e manuais. Os que pertenciam a

círculos governamentais eram influenciados pela noção da grande herança imperial britânica e, por conseguinte, sentiam que os naturais das Índias Ocidentais, da Índia, do Paquistão e das antigas colónias em África todos eram súbditos da Coroa Britânica com direito a estabelecerem-se na Grã-Bretanha. O influxo de imigrantes foi apoiado pela adopção em 1948 da *British Nationality Act* (Lei da Nacionalidade Britânica) que concedia direitos de imigração favoráveis aos cidadãos da Comunidade Britânica.

Mudança da política de imigração na Grã-Bretanha

Os anos 60 marcaram o início de um retrocesso gradual na noção de que os habitantes do império britânico tinham o direito de imigrar para a Grã-Bretanha e reivindicar a sua cidadania. Embora a mudança nos contornos do mercado de trabalho possa ter desempenhado um papel nas novas restrições à imigração, estas foram também uma resposta ao protesto por parte de muitos ingleses brancos contra o influxo de imigrantes. Em particular, os trabalhadores que viviam nas zonas pobres para onde gravitavam os imigrantes eram sensíveis às alterações que a imigração causava às suas vidas quotidianas. As suas atitudes para com os recém-chegados eram frequentemente hostis. Os motins de 1958 em Notting Hill, nos quais residentes brancos atacaram imigrantes negros, foram um testemunho da força das atitudes racistas.

O coro crescente de pedidos de controlo da imigração encontraram eco numa frase famosa de Enoch Powell, um deputado e porta-voz do Partido Conservador. Num discurso de 1962, em Birmingham, Powell previu um aumento extraordinário da população não branca na Grã-Bretanha: "tal como os romanos, julgo ver "as águas do Rio Tibre turvas de sangue" . Uma sondagem efectuada mostrou que 75% da população simpatizava com as ideias de Powell.

Os escritores e activistas anti-racistas têm defendido que a política de imigração britânica é racista e discriminatória contra os não brancos. A começar pela promulgação da Lei dos Imigrantes da Comunidade Britânica em 1962, foi aprovada uma série de medidas que restringiam os direitos de entrada e de estabelecimento de não brancos, protegendo a possibilidade dos brancos entrarem na Grã-Bretanha de forma relativamente livre. Mesmo entre cidadãos da Comunidade Britânica, as leis da imigração discriminavam os habitantes de estados predominantemente não brancos, preservando os direitos de imigrantes de países da "velha comunidade" como o Canadá e a Austrália. A introdução do princípio da patriarcalidade [1] em 1968 na Lei dos Imigrantes da Comunidade Britânica implicava que, de forma a reclamar a cidadania britânica, um cidadão de um país da comunidade britânica tinha necessariamente de ter nascido, sido adoptado ou naturalizado no Reino Unido, ou ter um dos pais ou avós nessas condições. No conjunto, tais exigências tornaram a imigração algo muito mais possível para brancos do que para não brancos (Skellington, 1996).

A Lei da Nacionalidade Britânica, aprovada em 1981, limitou as condições sob as quais os naturais de colónias antigas ou actuais podem entrar no Reino Unido. A cidadania britânica foi separada da cidadania desses territórios. Foi criada uma categoria de "Cidadãos Britânicos Ultramarinos" destinada essencialmente a abranger indivíduos que vivem em Hong Kong, na Malásia e em Singapura; estes não têm direito a estabelecer-se no Reino Unido e os seus filhos não podem herdar a sua cidadania. Os cidadãos da Comunidade Britânica, que anteriormente se podiam registar como cidadãos britânicos depois de residirem no país durante cinco anos, têm agora de pedir a naturalização nas mesmas condições que os naturais de qualquer parte do mundo. Foram acrescentadas igualmente outras restrições em matéria de entrada e de direito de residência no país. A legislação introduzida em 1988 e 1996 aumentou ainda mais estas restrições.

É possível também proferir acusações de racismo na política de imigração a propósito das taxas de admissão de visitantes estrangeiros para pequenas estadias. De acordo com dados do Ministério da Administração Interna, o controlo da imigração recusa um em cada 63 visitantes jamaicanos e um em cada 82 visitantes do Bangladesh. Para os visitantes americanos e suecos, as taxas são de um em cada 3 011 e de um em cada 4 319, respectivamente (Skellington, 1996).

A Grã-Bretanha reduziu igualmente as possibilidades de entrada no país de refugiados políticos ou religiosos. Foi aprovada em 1991 a Lei do Asilo, que

---

[1] No original *Patriality principle*, que tem a ver com *patriarch*, isto é, patriarca.

Deixando para trás a confusão da antiga Jugoslávia, crianças de famílias ciganas originárias das Repúblicas Checa e Eslovaca chegam ao Cais de Dover, à espera de asilo, mas enfrentam um futuro pouco hospitaleiro.

introduziu severas condições para as pessoas que reivindicam o estatuto de refugiados, incluindo impressões digitais, limitações no acesso a assistência legal gratuita e duplicação da importância das multas a aplicar às companhias que transportam passageiros sem vistos válidos. A Lei do Recurso ao Asilo e à Imigração, de 1993, conduziu a um aumento do número de recusas e do número de pessoas à procura do estatuto de refugiadas presas em centros de detenção por grandes períodos de tempo. Em Abril de 2000, começaram a ter efeito novas leis que impõem severas penalidades aos camionistas encontrados a contrabandear pessoas à procura de asilo para a Grã-Bretanha. Além disso, as pessoas que se encontrem na Grã-Bretanha à espera das decisões acerca das suas candidaturas enfrentam a ameaça de deportação se forem encontradas a pedir, e presentemente recebem vales de desconto, em vez de dinheiro, para usar na com_ra de comida e outros bens essenciais.

As acusações de políticas de imigração racistas foram particularmente veementes durante o governo do Partido Conservador da Sr.ª Thatcher, embora acusações similares tenham permanecido também sob o governo do Novo Partido Trabalhista (*"New Labour"*). Os activistas anti-racistas chamaram a atenção para a tendência de alguns políticos jogarem o "trunfo da raça" em discursos e debates públicos. Baseando-se em estereótipos ou citando informação incorrecta acerca dos padrões de imigração, os políticos podem inflamar a opinião pública acerca da "inundação" de imigrantes que se tentam infiltrar na Grã-Bretanha. Por exemplo, a sugestão de que muitos dos que procuram asilo são principalmente imigrantes pobres e desqualificados que tentam ultrapassar os procedimentos de imigração habituais é enganadora, mas ecoa de forma poderosa entre quem é céptico quanto às políticas de imigração e de asilo.

Diversidade étnica no Reino Unido

Os grupos étnicos minoritários constituem actualmente mais de 6% da _o_ula_ão total do Reino Unido. Como vimos anteriormente, a imigração tem sido um factor significativo na moldagem da composição étnica do país. Mas é importante salientar que a imigração é agora responsável pelo declínio da proporção da população das minorias étnicas. A maioria dos membros dos grupos étnicos minoritários nasceram no Reino Unido. Isto pode ser constatado, claramente, olhando para a estrutura etária das populações étnicas minoritárias – para cada grupo étnico, é muito mais provável que as crianças tenham nascido na Grã-Bretanha do que os idosos (quadro 9.1). Entre a população indiana, por exemplo, mais de 96% dos que têm 16 ou menos anos de idade nasceram na Grã-Bretanha, enquanto apenas 1% dos que têm 35 anos ou mais nasceram aqui (HMSO, 1999). Isto marca uma importante mudança de uma "população imigrante" para uma população britânica não branca com plenos direitos de cidadania.

Os censos de 1991 foram os primeiros em que os inquiridos foram solicitados a classificar-se em ter-

Quadro 9.1 Percentagem de pessoas nascidas no Reino Unido, por grupo étnico e idade, Grã-Bretanha, 1997-8

	Menos de 16	16-24	25-34	35 ou mais	Todas as idades
Brancos	98	96	95	95	96
Negros das Caraíbas	94	87	86	17	56
Negros Africanos	61	36	27	6	33
Outros grupos Negros	97	94	88	57	87
Indianos	96	81	37	1	44
Paquistaneses	93	65	35	5	54
Naturais do Bangladesh	84	40	–	–	47
Chineses	77	41	–	–	26
Nenhum dos anteriores	87	61	35	16	56
Todos os grupos étnicos	97	93	91	92	93

"Nenhum dos anteriores" inclui os de origem mista; "todos os grupos étnicos" inclui aqueles que não disseram o seu grupo étnico.

mos étnicos. Antes disto, os dados acerca da composição étnica da população eram determinados de acordo com a informação sobre o local de nascimento do "cabeça de casal". Porém, à medida que uma percentagem crescente da população de minorias étnicas foi nascendo na Grã-Bretanha, este procedimento foi considerado inadequado. As medidas de autoclassificação da pertença a grupos étnicos tornaram-se actualmente padrão na maioria dos estudos e inquéritos oficiais, tal como o Inquérito à Força de Trabalho (LFS). Contudo, a comparação dos resultados entre estudos pode ser difícil, na medida em que as classificações étnicas usadas nos mesmos nem sempre correspondem entre si (Mason, 1995). Como sempre, é necessário ser cauteloso acerca da exactidão das estatísticas oficiais. O entendimento dos inquiridos acerca da sua etnicidade pode ser mais complexo do que as opções ou categorias existentes num inquérito (Moore, 1995). Isto é particularmente verdade no caso de indivíduos com várias proveniências étnicas.

A população britânica de etnias minoritárias, actualmente mais de 3 milhões de pessoas, está concentrada sobretudo nas áreas urbanas mais densamente povoadas de Inglaterra. O recenseamento de 1991 revelou elevadas concentrações de minorias étnicas em Londres e no centro oeste do país (44.8% e 14% da população de minorias étnicas, respectivamente), com as áreas suburbanas e rurais representadas a níveis muito inferiores (Owen, 1992). A maioria das pessoas negras não vive no centro das cidades por livre escolha; moveram-se para aí porque essas áreas são menos valorizadas pela população branca e as casas ficaram disponíveis à medida que os brancos se mudaram. Comparações dos dados do censo de 1991 com os de recenseamentos anteriores revelam que a tendência geral da mudança da população de áreas urbanas para rurais não tem sido característica das minorias étnicas. Pelo contrário, parece contribuir para a concentração de grupos étnicos minoritários em áreas urbanas em que a população branca está a encolher (Owen, 1992).

Dos grupos minoritários étnicos ingleses, a população originária do Bangladesh é a mais jovem, com 45% dos seus membros com 16 ou menos anos de idade (HMSO, 1999). Em temos de género, a composição da maioria dos grupos étnicos é mais equilibrada entre os sexos do que em períodos anteriores. Nos primeiros tempos, o grosso dos imigrantes, particularmente da Comunidade Britânica, eram homens. Políticas posteriores favoreceram a imigração com o propósito de reunificação das famílias, uma mudança que ajudou a equilibrar as proporções de homens e mulheres em muitos grupos étnicos minoritários.

As descrições anteriores da diversidade étnica na Grã-Bretanha só podem ser tomadas como indicadores gerais dos padrões complexos e diversificados existentes dentro na população. Sociólogos e estudio-

sos de outras disciplinas estão cada vez mais a chamar a atenção para a necessidade de se atender às diferenças existentes entre os grupos étnicos minoritários da Grã-Bretanha, em vez de se falar genericamente acerca da experiência das minorias étnicas em geral. Como iremos ver na secção seguinte, sobre raça e desigualdade, as pessoas negras e asiáticas na Grã-Bretanha estão, no geral, em desvantagem em comparação com a população branca, mas existe uma grande diferenciação entre os grupos minoritários que merece um exame mais pormenorizado.

Emprego e sucesso económico

O emprego é uma área crucial para avaliar os efeitos das desvantagens sociais e económicas devidas a factores como o género, a idade, a classe e a etnicidade. Os estudos acerca da posição das minorias étnicas no mercado de trabalho têm revelado padrões de desvantagem em termos da distribuição ocupacional, níveis salariais, discriminação nas práticas de contratação e promoção, e nas taxas de desemprego. Iremos considerar alguns destes temas nesta secção.

Tendências nos padrões ocupacionais das minorias étnicas desde 1960

O primeiro inquérito nacional às minorias étnicas na Grã-Bretanha, que foi conduzido pelo *Policy Studies Institute* (PSI) nos anos 60, constatou que a maior parte dos recém-imigrados estavam agrupados de forma desproporcional em ocupações manuais, num pequeno número de indústrias. Mesmo os recém-chegados, que possuíam qualificações nos seus países de origem, tendiam a trabalhar em empregos não adaptados às suas capacidades. A discriminação com base na origem étnica era uma prática comum e aberta, havendo alguns empregadores que se recusavam a contratar trabalhadores não brancos ou que só os aceitavam quando havia falta de trabalhadores brancos.

Nos anos 70, os padrões de emprego tinham mudado levemente. Os membros de grupos étnicos continuavam a ocupar posições manuais não qualificadas ou semi-qualificadas, embora um número crescente estivesse empregado em empregos manuais qualificados. Poucas minorias étnicas estavam representadas em posições técnicas e de gestão. Não obstante as mudanças na legislação para prevenir a discriminação racial nas práticas de contratação, a pesquisa constatou que eram constantemente oferecidas entrevistas e oportunidades de emprego de preferência a brancos face a candidatos não brancos igualmente qualificados.

O terceiro inquérito nacional às minorias étnicas PSI, em 1982, constatou que, com excepção dos homens africanos, asiáticos e indianos, as minorias étnicas estavam a sofrer taxas de desemprego duas vezes mais altas do que os brancos devido a uma recessão económica geral que teve um forte impacto no sector industrial. Pessoas não brancas qualificadas e com inglês fluente, todavia, estavam a entrar cada vez mais em posições de "colarinho branco", e no conjunto havia uma redução na diferença salarial entre as minorias étnicas e os brancos. A partir dos finais dos anos 70, um número crescente de minorias étnicas criou o seu próprio emprego, contribuindo para melhores salários e menores níveis de desemprego, o que ocorreu especialmente entre indianos e africanos da África Oriental.

Dados recentes

O mais recente inquérito nacional às minorias étnicas inglesas, conduzido pelo PSI, baseou-se numa amostra representativa de 5 196 britânicos de origem asiática e das Caraíbas (em adição a 2 867 brancos), e os resultados foram publicados na obra *Ethnic Minorities in Britain: Diversity and Disadvantage* (Modood *et al.*, 1997). Este inquérito revelou, mais do que nunca, as trajectórias divergentes das minorias étnicas no mercado de trabalho. Embora as minorias étnicas continuem, no geral, a experienciar desvantagens em termos de salários, práticas discriminatórias de contratação e maiores taxas de desemprego, verifica-se que a população britânica não branca é heterogénea com alguns grupos a encontrar maior sucesso profissional do que outros. Os homens paquistaneses e os do Bangladesh, por exemplo, continuam a trabalhar de forma desproporcional em actividades manuais; a probabilidade de ocuparem uma posição técnica ou de gestão comparativamente com os brancos é dois terços menor. Comparadas com outras mulheres, apenas um terço das mulheres paquistanesas e um décimo das mulheres do Bangladesh trabalham fora de casa (Modood *et al.*, 1997).

No outro lado do espectro estão os indivíduos de ascendência asiática provenientes de África e os de origem chinesa. Entre estes grupos, os níveis salariais

As minorias étnicas e a "nova economia"

Devido à grande concentração de trabalhadores de grupos étnicos minoritários na manufactura e indústria, muitos observadores sugeriram que o declínio da economia industrial teve um impacto desproporcional neste segmento da população. Argumentam que as altas taxas de desemprego são um reflexo da reestruturação da economia sobre os trabalhadores de minorias étnicas, pois estes são menos especializados e mais vulneráveis. A mudança da economia britânica de uma economia baseada na indústria para uma outra guiada pela tecnologia e pelo sector dos serviços tem sido prejudicial para os trabalhadores de minorias étnicas que estão mais mal preparados para fazer a transição para novas ocupações. Contudo, esta visão convencional tem sido posta em causa por resultados como os dos inquéritos PSI (acima) e por comparações com os dados do Inquérito à Força de Trabalho e estatísticas dos recenceamentos (Iganski e Payne, 1999). Estes estudos demonstraram que, de facto, certos grupos não brancos atingiram altos níveis de sucesso profissional e económico em décadas recentes, de forma semelhante aos trabalhadores brancos de sucesso. Argumentam que o processo de reestruturação contribuiu, na realidade, para reduzir a diferença entre as minorias étnicas e a população branca no mercado de trabalho. Este facto decorre das transformações em larga escala na economia que tenderam a englo-

são agora virtualmente equivalentes aos dos brancos e as taxas de desemprego são também comparáveis. É tão provável que os homens asiáticos provenientes de África trabalhem em profissões técnicas, de gestão ou sejam pequenos empresários como os seus colegas brancos, enquanto é duas vezes mais provável que as mulheres chinesas o sejam do que as brancas. Os autores do inquérito nacional concluem que já não é apropriado considerar que estes grupos estão em desvantagem em relação aos brancos, na medida em que estes ofuscam a população branca de acordo com alguns indicadores socioeconómicos (Modood *et al.*, 1997).

A experiência dos jovens do sexo masculino originários das Caraíbas no mercado de trabalho difere significativamente da dos indianos e brancos. Um estudo baseado em dados de onze anos do Inquérito à Força de Trabalho constatou que a probabilidade dos homens originários das Caraíbas estarem desempregados era mais de duas vezes superior à dos homens brancos; e tendiam a ganhar menos do que os outros grupos. Podemos discernir outra variação gritante no panorama profissional dos homens africanos graduados que, apesar do sucesso na obtenção de qualificações académicas, têm uma probabilidade sete vezes maior de estarem desempregados do que os seus semelhantes brancos (Berthoud, 1999).

Entre mulheres não brancas, os padrões de emprego também variam fortemente. É muito menos provável que as mulheres originárias das Caraíbas estejam num trabalho manual do que as mulheres brancas, enquanto as mulheres indianas, tal como as paquistanesas, tendem a ocupar essencialmente trabalhos manuais. Existe um nível muito maior de actividade económica entre mulheres originárias das Caraíbas e indianas, enquanto as mulheres paquistanesas e originárias do Bangladesh são menos activas no mercado de trabalho. Em média, as mulheres originárias das Caraíbas e as indianas tendem a ter um rendimento ligeiramente superior às mulheres brancas em horários integrais, embora entre as mulheres indianas exista uma polarização aguda entre mulheres com rendimentos relativamente altos e baixos (Modood *et al.*, 1997).

O "sucesso económico indiano"

Os mais bem sucedidos não brancos, em termos de nível de rendimento, são os originários da Ásia do Sul que estão empregados por conta própria ou são pequenos empresários. A proporção de pessoas nesta categoria tem crescido de forma constante ao longo dos últimos vinte anos: presentemente, a probabilidade dos homens e mulheres indianos estarem empre-

bar quer os membros das minorias étnicas quer a população branca.

Usando dados de três décadas dos Inquéritos à Força de Trabalho e dos censos (1971, 1981, 1991), Paul Iganski e Geoff Payne constataram que, no seu conjunto, os grupos étnicos minoritários passaram por menores níveis de perda de trabalho do que a restante força de trabalho industrial. Entre 1971 e 1991, os trabalhos industriais perdidos por não brancos contabilizavam 12% dos economicamente activos em 1971, enquanto na força de trabalho total esse valor era de 14,4%. Iganski e Payne constataram que havia disparidades significativas nesta tendência geral – por exemplo, entre homens e mulheres e também entre sectores industriais. Mas no geral, verificaram que o movimento para a "nova economia" tendeu a "varrer" igualmente não brancos e brancos de uma forma que diminuiu o fosso entre eles. De acordo com Iganski e Payne, existe actualmente uma população substancial de não brancos na Grã-Bretanha cuja estrutura ocupacional está a mudar de forma indistinguível da da maioria da população branca.

Iganski e Payne são cuidadosos ao apontar que os ganhos substanciais alcançados por certos grupos étnicos minoritários não devem ser confundidos com o fim da desvantagem ocupacional. Pelo contrário, defendem que esta "mobilidade social colectiva" demonstra que as forças da reestruturação pós-industrial são *mais fortes* do que as da discriminação racial e do que a persistência da desvantagem (1999).

gados por conta própria é mais de duas vezes superior à dos brancos. As pequenas lojas asiáticas e outras formas de negócios geridas por asiáticos tornaram-se um aspecto tão proeminente da sociedade britânica, que há quem tenha sugerido que poderiam reconduzir a um renascimento económico dos centros das cidades. Tariq Modood explicou o "sucesso económico indiano" como o resultado de muito trabalho, de apoio familiar e comunitário, e da prioridade máxima dada à educação (1991).

Não obstante, é importante não exagerar a prosperidade e o impacto potencial dos pequenos negócios destes grupos. Muitos dos asiáticos que trabalham por conta própria trabalham demasiadas horas – chegando mesmo a trabalhar entre 60 e 80 horas semanais – para níveis gerais de rendimento relativamente baixos. Estão registados como trabalhadores por conta própria, mas na verdade são trabalhadores de outros membros da família que dirigem o negócio; e não gozam dos benefícios habituais dos empregados, como o pagamento do salário correspondente aos dias de doença, feriados e os descontos patronais para a segurança social.

Problemas em chegar ao topo

Os avanços dentro da estrutura ocupacional nem sempre são acompanhados por um aumento da representação nos níveis de poder de topo. Apesar do facto de o número de elementos de minorias étnicas a ocupar posições de colarinho branco ser maior que anteriormente, parece haver um "tecto de vidro" que impede que as pessoas das minorias étnicas avancem para posições de topo nas grandes companhias e organizações. No geral, a probabilidade dos homens de minorias étnicas – mesmo os mais qualificados – estarem representados entre os 10% de cargos de topo em termos de poder, estatuto e salários é apenas metade da dos homens brancos (Modood *et al.*, 1997).

Um relatório recente resultante do Congresso da Federação de Sindicatos (*Trades Union Congress*) intitulado "Qualificar para o racismo" (2000) salienta que o fosso no exercício de cargos de gestão e supervisão existente entre brancos e não brancos ampliou-se de forma velada durante os anos 90. Neste congresso pediu-se a observação obrigatória de todos os empregadores de forma a evitar a discriminação racial contra empregados negros e asiáticos altamente qualificados, cujas hipóteses de promoção estão a ser restringidas devido à sua etnicidade. Parece certo que a barreira em relação à gestão irá enfraquecer ainda mais com a passagem do tempo, mas, no presente, esta permanece uma poderosa recordação da persistência do preconceito e do racismo que

os indivíduos provenientes de minorias étnicas têm de enfrentar.

Alojamento

As minorias étnicas na Grã-Bretanha tendem a sofrer a experiência da discriminação, dos maus tratos e da privação material no mercado de habitação. Desde os primeiros pedidos de controlo da imigração, que o alojamento tem estado na primeira linha da batalha por recursos entre os grupos e das tendências para o fechamento étnico. O facto da posse da casa ser uma matéria altamente simbólica pode constituir uma razão para tal – indica estatuto, fornece segurança e está ligada a todos os aspectos da vida. Tal como acontece com os padrões de emprego, as diferenças na qualidade e tipo de habitação variam entre os grupos étnicos. Embora a população não branca, como um todo, esteja em maior desvantagem do que os brancos em termos de alojamento, este facto está longe de ser uniforme. Certos grupos, como os de origem indiana, atingiram níveis muito elevados de propriedade das suas casas, enquanto outros estão agrupados de forma desproporcional em acomodações de baixa qualidade ou no sector da habitação social (Ratcliffe, 1999).

Um certo número de factores contribui para as diferenças no alojamento entre as populações branca e não branca, e entre os grupos não brancos. É provável que o assédio racial e os ataques violentos, que estão a aumentar de frequência não só na Grã-Bretanha mas em toda a Europa, encorajem um certo grau de segregação étnica nos padrões de alojamento. É provável que famílias não brancas com meios para se mover para bairros mais abastados, predominantemente brancos, sejam dissuadidas de o fazer devido à hostilidade étnica. Outro factor relaciona-se com as condições físicas da habitação. Em geral, as habitações ocupadas por grupos étnicos minoritários tendem a estar em pior estado do que as da população branca. Uma elevada proporção de paquistaneses e de pessoas originárias do Bangladesh vivem em acomodações sobrelotadas (devido ao elevado tamanho médio das suas famílias); as suas habitações tendem também a ser mais susceptíveis à humidade e é mais provável que lhes falte o aquecimento central (quadro 9.2).

Pelo contrário, é tão provável que as pessoas de origem indiana ocupem vivendas ou casas geminadas quanto os brancos; e é menos provável que vivam nos bairros do centro das cidades do que os outros grupos étnicos. Por outro lado, é muito mais provável que as famílias originárias das Caraíbas arrendem acomodações no sector das habitações sociais do que se tornem proprietárias da sua habitação. Isto poderá estar relacionado com a elevada proporção de famílias monoparentais neste grupo.

Preocupado com as desigualdades e com o "stress do alojamento" que as minorias étnicas enfrentam na sua comunidade, o Fórum de Habitação de Bradford levou a cabo, em 1995, um estudo localizado sobre as necessidades habitacionais. Os resultados foram de uma relevância que ia muito para além das questões desta cidade. Do inquérito a 1 000 famílias não brancas resultaram dois grandes achados. Primeiro, em aproximadamente metade das famílias participantes originárias do Paquistão e Bangladesh ninguém da família estava a trabalhar a tempo inteiro. O declínio da indústria manufactureira em Bradford tinha tido um forte impacto nas comunidades étnicas minoritárias, levando a altas taxas de desemprego. Segundo, existiam taxas extremamente elevadas de doença e de incapacidade de longo prazo nas famílias não brancas em situações de grave desvantagem. Dados do recenseamento de 1991 sobre a morbidez tinham mostrado, de modo semelhante, que os grupos étnicos sofriam de forma desproporcionada de doenças crónicas, como as doenças respiratórias e problemas de peito. Os resultados de Bradford deram suporte ao argumento que defende a ligação íntima entre as condições de alojamento e a saúde física.

Como podemos entender as diferenças étnicas em matéria de habitação? Alguns sociólogos defenderam que, em resultado dos processos de competição no mercado de habitação, as minorias étnicas emergiram como uma "classe de habitação distinta" (Rex e Moore, 1967). De acordo com esta abordagem, os desafios colocados aos grupos étnicos – da desvantagem económica à discriminação racial – implicam que eles tenham poucas opções e poucas hipóteses de exercer controlo sobre a sua posição no mercado de habitação. As minorias étnicas são essencialmente forçadas a lidar com estes alojamentos inadequados porque têm pouca ou nenhuma escolha nesta matéria. Embora existam certamente muitas circunstâncias constrangedoras que colocam as minorias étnicas em desvantagem no mercado da habitação, seria errado

Quadro 9.2 Famílias com problemas físicos no seu alojamento, por grupo étnico, na Grã-Bretanha, 1991.

Grupo étnico	Mais de 1 pessoa/quarto (%)	Acomodação não independente (%)	Sem uso exclusivo de casa de banho ou WC (%)	Sem uso exclusivo de casa de banho ou WC pessoas por família	Sem aquecimento central (%)	Sem aquecimento central pessoas por família
Brancos	1.8	0.9	1.2	1.50	18.9	2.16
Minorias étnicas	13.1	2.4	2.1	2.09	17.8	3.33
Negros	7.2	3.1	2.3	1.69	17.4	2.33
Negros das Caraíbas	4.7	2.0	1.4	1.65	17.4	2.30
Africanos Negros	15.1	6.5	5.1	1.73	15.8	2.46
Outros Negros	5.6	3.2	2.4	1.67	20.2	2.27
Asiáticos do Sul	20.5	1.1	1.4	3.08	19.5	4.43
Indianos 1	12.8	1.0	1.1	2.65	12.4	3.59
Paquistaneses	29.7	1.2	1.7	3.31	34.2	4.95
do Bangladesh	47.1	1.3	2.0	4.17	23.6	5.19
Chineses e outros	9.4	3.6	3.0	1.78	15.0	2.62
Chineses	10.6	3.5	3.2	1.95	16.0	2.82
Outros asiáticos	11.0	3.7	3.0	1.79	12.1	2.83
Outros-outros	7.4	3.7	3.0	1.67	16.7	2.39
População total	2.2	1.0	1.3	1.54	18.9	2.21

Fonte: D. Owen in David Mason, *Race and Ethnicity in Modern Britain*, Oxford University Press, 1995.

deduzir que estas são meras vítimas passivas de forças racistas ou discriminatórias. Os padrões e práticas mudam ao longo do tempo através das escolhas feitas por actores sociais. A discriminação pode também tornar-se um impulso para a acção criativa.

Raça e crime

Desde os anos 60 que membros dos grupos étnicos têm estado representados, em número crescente, no âmbito do sistema de justiça criminal tanto como criminosos como na qualidade de vítimas. Em comparação com a sua distribuição na população total, as minorias étnicas estão sobre-representadas nas prisões. Em 1997, um em cada oito prisioneiros do sexo masculino da Inglaterra e do País de Gales pertencia a um grupo étnico minoritário (HMSO, 1999). As taxas de detenção entre os indivíduos negros originários das Caraíbas são também desproporcionalmente elevadas – estes são responsáveis por 7% das 1,3 milhões de detenções efectuadas em 1998-9, apesar de constituírem apenas 2% da população total.

Existem razões para acreditar que os membros de grupos étnicos minoritários sofrem um tratamento discriminatório no sistema de justiça criminal. Existe uma maior taxa de sentenças de prisão entre não brancos, mesmo em casos em que existem poucos ou nenhuns antecedentes criminais. É também mais provável que membros das minorias étnicas sofram discriminação ou ataques raciais depois de já estarem presos. Alguns estudiosos têm salientado que a administração do sistema de justiça criminal é preponderantemente dominada por brancos. Uma pequena percentagem dos advogados são negros, e os negros representam menos de 2% dos membros das forças policiais (Denney, 1998).

Todos os grupos não brancos são vulneráveis ao racismo de um tipo ou de outro – incluindo as agressões por motivos raciais. A maioria escapa a tal tratamento, mas para uma minoria essa experiência pode ser perturbadora e brutal. O inquérito do Policy Studies Institute (Modood *et al.*, 1997) revelou que 12% dos inquiridos tinham sido violentados, insultados ou atacados por motivos raciais no ano anterior. Destes,

25% tinham sido vítimas cinco ou mais vezes durante esse período. Um quarto dos inquiridos admitiu preocupar-se com o facto de ser vítima de violência racial.

Nos últimos anos, tem sido prestada uma atenção crescente aos crimes contra as minorias étnicas motivados por questões raciais. Os estudos sobre vitimização revelaram que é mais provável que crimes como ameaças, vandalismo e ataques violentos sejam vistos como racialmente motivados pelas vítimas do que crimes como o roubo. O Inquérito Britânico ao Crime, de 1998, constatou que é mais provável que os inquiridos originários do Paquistão e do Bangladesh percepcionem os crimes como racialmente motivados (26% de todos os crimes), enquanto os inquiridos indianos (13%) e negros (9%) percepcionam, de certa forma, uma menor motivação racial nos incidentes criminais. Em contraste, apenas 1% dos brancos consideraram os crimes perpetrados contra si como racialmente motivados (HMSO, 1999).

Como podemos explicar estes padrões de crime e vitimização? Como salientámos no Capítulo 8, o crime não está distribuído de igual forma entre a população. Parece existir um elemento espacial distinto nos padrões de crime e vitimização. As áreas que sofrem de privação material têm, geralmente, maiores taxas de crime, e os indivíduos que vivem em tais regiões correm um maior risco de se tornarem vítimas de crime.

As privações a que as pessoas expostas ao racismo estão sujeitas tanto ajudam a produzir o ambiente decadente dos centros das cidades como são produzidas por ele (ver também capítulo 18). Existem correlações evidentes entre raça, desemprego e crime, que tendem a centrar-se particularmente na posição dos jovens negros do sexo masculino. Através da criação de "pânicos morais" acerca do crime, pelos políticos e pelos meios de comunicação social, foi estabelecida uma ligação pública entre raça e crime. O *Daily Telegraph* comentou: "Muitos jovens das Índias Ocidentais que vivem na Grã-Bretanha e, por um processo associado, um número cada vez maior de jovens brancos, não têm qualquer sentimento de pertença à nação em que vivem. Os seus cidadãos tornam-se, assim, para eles meros objectos de exploração violenta" (citado em Solomos e Rackett, 1991, p. 44). Porém, a experiência de muitos jovens negros diz-lhes que são precisamente eles quem são "objecto de exploração violenta" na sua vivência com os brancos e, até certo ponto, também, infelizmente, com a polícia.

Racismo policial

Os estudos sociológicos têm sido esclarecedores quanto à revelação de atitudes racistas entre agentes da polícia. No seu estudo sobre a polícia, Roger Graef concluiu que a polícia era "fortemente hostil para com todos os grupos minoritários". O autor salientou a frequência com que os agentes usavam estereótipos e comentários raciais ofensivos ao falar das minorias étnicas (1989). Durante os anos 90, vários incidentes de alto nível, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, alertaram para o racismo policial de uma forma que nenhum estudo um dia poderia conseguir. O homicídio, em 1993, de Stephen Lawrence, discutido anteriormente neste capítulo, alterou significativamente a natureza do debate sobre o racismo na Grã-Bretanha, ao demonstrar que o racismo não está restrito a certos indivíduos, mas pode perverter instituições inteiras.

No seguimento da publicação, em 1999, do Relatório Macpherson sobre o homicídio de Stephen Lawrence, pelo Ministro da Administração Interna Jack Straw desafiou a polícia a tornar-se "campeã da sociedade multicultural". Muitas das 70 recomendações do relatório foram postas em prática no ano seguinte à sua publicação, embora haja por vezes críticas que afirmam que as mudanças não estão a ocorrer com a rapidez necessária. No primeiro ano após o relatório, mais de um terço das forças policiais não tinham efectuado contratações adicionais de agentes negros ou asiáticos, e o número de agentes membros de minorias étnicas tinha caído em 9 das 43 forças de Inglaterra e do País de Gales. Há também alguns indicadores da existência de um "movimento anti-Macpherson" entre alguns segmentos da comunidade encarregues da aplicação da lei, que acreditam que o relatório atingia injustamente a polícia.

Nos Estados Unidos, têm sido levantadas preocupações similares com o racismo institucional, em resposta a uma série de violentos incidentes, envolvendo polícias brancos e cidadãos negros. O espancamento violento do motorista Rodney King pelo Departamento de Polícia de Los Angeles, em 1991, foi captado por um vídeo amador e transmitido repetidas vezes perante uma nação chocada. Quando a

polícia foi considerada inocente, em 1992, irromperam motins em determinadas partes de Los Angeles. No decurso de quase uma semana, os motins resultaram em 40 mortos, 5 000 detenções e mais de um bilião de dólares em estragos materiais. Na cidade de Nova York, quatro polícias foram ilibados depois de Amadou Diallo ter sido morto a tiro, em 1999, provocando mais acusações de racismo policial. Diallo, um imigrante guineense, foi morto à porta do bloco do seu apartamento, quando puxava da sua carteira. Acreditando que ele tinha uma arma, a polícia disparou contra ele 43 vezes. O Presidente da Câmara de Nova York, Rudolph Giuliani, e o seu comissário William Safir foram fortemente criticados por protegerem os agentes da "lei e ordem" que, de forma desproporcional, atingiam os nova-iorquinos não brancos. A ênfase no grande número de detenções e no cumprimento da ordem levou a uma situação em que os polícias, com pouca formação e demasiado entusiasmo, tendiam a "atirar primeiro, e a perguntar depois".

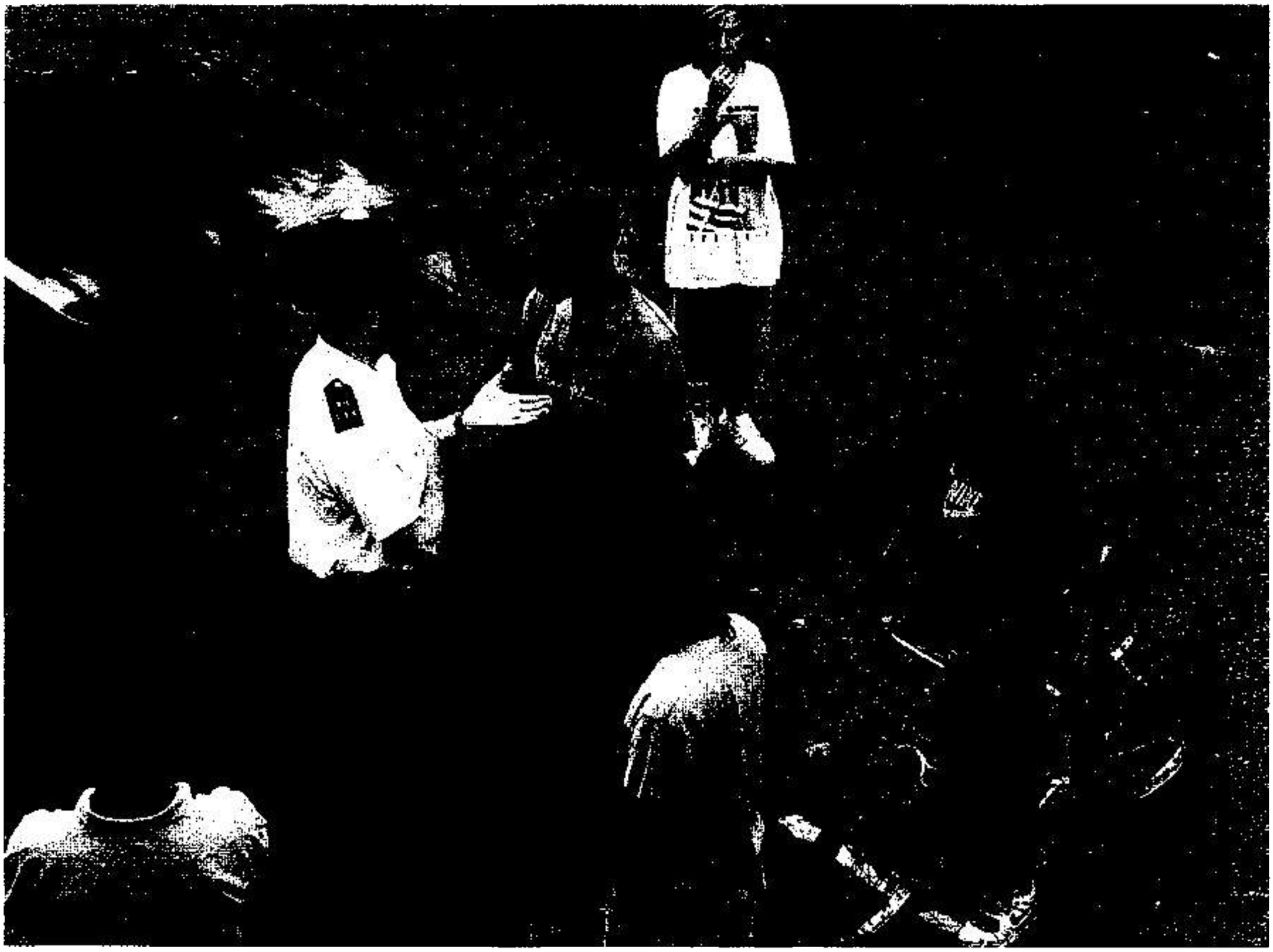
À luz de tais incidentes, não causará qualquer surpresa que a pesquisa tenha confirmado que a hostilidade em relação à polícia é um fenómeno comum entre os grupos negros – quer na Grã-Bretanha quer nos Estados Unidos. Estas atitudes são, até certo ponto, simplesmente o produto da experiência directa; as atitudes dos jovens negros, em particular, são resultado das estratégias policiais que encontram. O inquérito PSI constatou que, apenas um quarto dos inquiridos que tinham sido racialmente atacados no ano anterior optaram por reportar o ataque à polícia. Metade dos que efectivamente o tinham feito estavam insatisfeitos com o tratamento que haviam recebido. Muitos consideravam que a resposta da polícia mostrava que esta não tinha qualquer interesse real em conhecer ou investigar o incidente (Modood *et al.*, 1997).

As minorias étnicas têm uma grande necessidade da protecção da polícia e do sistema de justiça criminal porque têm uma probabilidade maior de serem vítimas de crimes do que os brancos, mas existem algumas indicações de que políticas de imposição da lei possuem um carácter racial que tem como alvo os não brancos. O uso de "perfis raciais" pela polícia tem significado que os membros dos grupos étnicos minoritários são submetidos mais frequentemente a um escrutínio apertado e a elevadas suspeitas de terem feito algo de errado do que os brancos. As chamadas "operações *stop*" – de detenção temporária e inquirição – apontam de forma desproporcionada para não brancos. Em Londres, por exemplo, é seis vezes mais provável que os negros sejam detidos e presos pela polícia do que os brancos. Há quem afirme que os pedidos de assistência policial por parte de não brancos não recebem uma resposta tão rápida ou completa como os pedidos dos cidadãos brancos.

Imigração e relações étnicas no Continente

Tal como a Grã-Bretanha, a maioria dos outros países europeus foram transformados profundamente pelas migrações durante o século XX. Durante as primeiras duas décadas após a Segunda Guerra Mundial, ocorreram na Europa migrações em larga escala. Os países mediterrâneos forneceram mão-de-obra barata aos países europeus do norte e do oeste. A chegada de imigrantes vindos de áreas como a Turquia, o Norte de África, a Grécia, o sul de Espanha e a Itália foi, durante um período de tempo, encorajada pelos países anfitriões que se encontravam com falta de trabalhadores. A Suíça, a Alemanha Ocidental, a Bélgica e a Suécia são países com uma considerável população de trabalhadores imigrantes. Ao mesmo tempo, os países que tinham sido potências coloniais receberam um afluxo de imigrantes das suas antigas colónias: foi o caso particularmente da França (argelinos), da Holanda (indonésios), bem como do Reino Unido.

A migração de mão-de-obra para a Europa Ocidental abrandou consideravelmente há cerca de duas décadas, à medida que a conjuntura de alta na economia se transformou em recessão. Mas desde a queda do Muro de Berlim, em 1989, e das transformações que têm vindo a ocorrer nos países da Europa de Leste e da antiga União Soviética, a Europa testemunhou o nascimento do que tem sido designado como nova migração. Esta "nova migração" tem sido marcada por dois eventos principais. Primeiro, a abertura das fronteiras entre o Leste e o Ocidente levou à migração de sensivelmente cinco milhões de pessoas na Europa entre 1989 e 1994. Segundo, a guerra e o conflito étnico na antiga Jugoslávia resultou num surto de aproximadamente cinco milhões de refugiados para outras regiões da Europa (Koser e Lutz, 1998). Os padrões geográficos da migração europeia



Em média, é muito mais provável que os jovens negros sejam mandados parar e revistados pela polícia nas ruas de Londres do que os jovens brancos.

também mudaram, com as linhas entre países de origem e países de destino a tornarem-se cada vez mais confusas. Países na Europa Central e do Sul tornaram-se destinos para muitos imigrantes, uma notável diferença em relação aos anteriores padrões de migração.

Outra característica da "nova migração" é a da "não mistura" étnica. Na antiga União Soviética, na antiga Jugoslávia e em alguns estados da Europa Central, a mudança de fronteiras e de regimes políticos e o rebentar de conflitos levaram à migração com base no princípio da "afinidade étnica". Uma ilustração clara de tal facto pode ser observada no caso dos milhares de russos que se encontravam a viver em países recentemente independentes – como a Letónia, o Casaquistão e a Ucrânia – no seguimento da queda da União Soviética. Muitos deles estão a optar por regressar à Rússia como parte de um processo de separação étnica (Brubaker, 1998).

As migrações e a União Europeia

Como parte do movimento de integração europeia, foram removidas muitas das barreiras ao livre movimento de mercadorias, capital e empregados anteriormente existentes. Este facto conduziu a um aumento dramático da migração regional entre países europeus. Os cidadãos da União Europeia têm agora o direito de trabalhar em qualquer país da UE. Profissionais com competências e qualificações altamente desenvolvidas juntaram-se às fileiras dos que procuram asilo e dos migrantes económicos como o

maior grupo de migrantes europeu. Com esta mudança, os estudiosos assinalaram a existência de uma polarização crescente entre "os ricos e os pobres" no seio da população migrante.

A migração para os países da UE a partir de países não pertencentes à mesma tornou-se um dos assuntos mais prementes na agenda política de um grande número de estados europeus. À medida que o processo de integração europeia prossegue, um grande número de países tem dissolvido os controlos internos das fronteiras com estados vizinhos como parte do acordo de Schengen. Os signatários do acordo controlam, presentemente, apenas as suas fronteiras externas (ver figura 9.3) e permitem a livre entrada de membros de estados vizinhos. Esta reconfiguração do controlo das fronteiras europeias teve um enorme impacto na imigração ilegal para a UE e nos crimes fronteiriços. Os imigrantes ilegais que consigam ter acesso a um estado signatário do acordo de Schengen podem mover-se sem impedimentos em toda a zona Schengen.

Em virtude de a maior parte dos estados da UE terem limitado a imigração legal aos casos de reunificação familiar, os exemplos de imigração ilegal têm estado a aumentar. Alguns ilegais entram na UE legalmente como estudantes ou visitantes e permanecem para além do período de duração dos seus vistos, mas um número orescente de imigrantes ilegais são traficados através das fronteiras (ver figura 9.4). O Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas de Imigração estima que anualmente 400 000 pessoas sejam passadas clandestinamente para a UE. As longas fronteiras marítimas italianas têm sido consideradas como as mais porosas da Europa, atraindo imigrantes ilegais da Albânia, da antiga Jugoslávia, da Turquia e do Iraque. Desde que se juntou ao acordo Schengen, a Itália apertou significativamente o controlo das suas fronteiras externas. A Alemanha, que recebe uma quota desproporcional de imigrantes ilegais e de pedidos de asilo, tem trabalhado com os governos da Polónia e da República Checa para apertarem o controlo nas suas fronteiras orientais. Enquanto candidatos à UE, estes países farão parte da ponta oriental da UE dentro de poucos anos; as suas extensas e prolixas fronteiras com a Eslováquia, Ucrânia, Bielorússia e Rússia podem tornar-se o novo " elo fraco" do controlo da migração na UE.

Todavia, o apertar do controlo sobre os "novos migrantes" não está a ter lugar no vácuo. As redes de tráfico e contrabando dão respostas informais às mudanças nas políticas de imigração. O comércio de imigrantes tornou-se uma das categorias de crime organizado de crescimento mais rápido na Europa. Tal como os agrupamentos criminosos de tráfico de drogas, armas e mercadorias roubadas ao longo das fronteiras, também eles são capazes de traficar imigrantes ilegais de várias maneiras. Os migrantes e traficantes juntam-se para retirar pistas para as decisões acerca dos seus próprios movimentos, à luz do conhecimento e experiência de outros migrantes. Neste sentido, as restrições políticas parecem estar a provocar novas formas de resistência (Koser e Lutz, 1998).

Refugiados, pessoas que procuram asilo e migrantes económicos

Com o apertar das fronteiras da EU, a submissão de pedidos de asilo tornou-se um dos derradeiros canais pelos quais os cidadãos de países não comunitários podem obter permissão para se estabelecerem na UE. Uma pessoa que procura asilo é uma pessoa que requer refúgio num país estrangeiro devido a medo de perseguição no seu país de origem. Embora o direito de pedir asilo seja universal, as políticas destinadas a rever os casos de asilo tornaram-se altamente controversas em muitos estados da UE. Os críticos acusam os estados de tratarem os candidatos a asilo como criminosos – forçados a viver em centros de detenção sobrelotados semelhantes a cadeias enquanto os seus pedidos são processados. Acumularam-se imensos processos em atraso em muitos países, incluindo o Reino Unido, onde, no início de 2000, mais de 100 000 pessoas que tinham pedido asilo aguardavam a decisão acerca dos seus pedidos.

Os governos da UE, todavia, insistem na necessidade de se prevenirem quanto a "embustes" nos pedidos de asilo, embora protegendo os direitos daqueles que possuem um medo genuíno e bem fundamentado de perseguição no seu país de origem. Devido ao facto da UE ser o local onde existem alguns dos maiores salários, serviços de saúde e níveis de vida do mundo, alguns "migrantes económicos", que não fogem à perseguição mas procuram melhorar de vida e que não conseguem ganhar a sua entrada por outros meios, podem procurar fazê-lo apresentando um

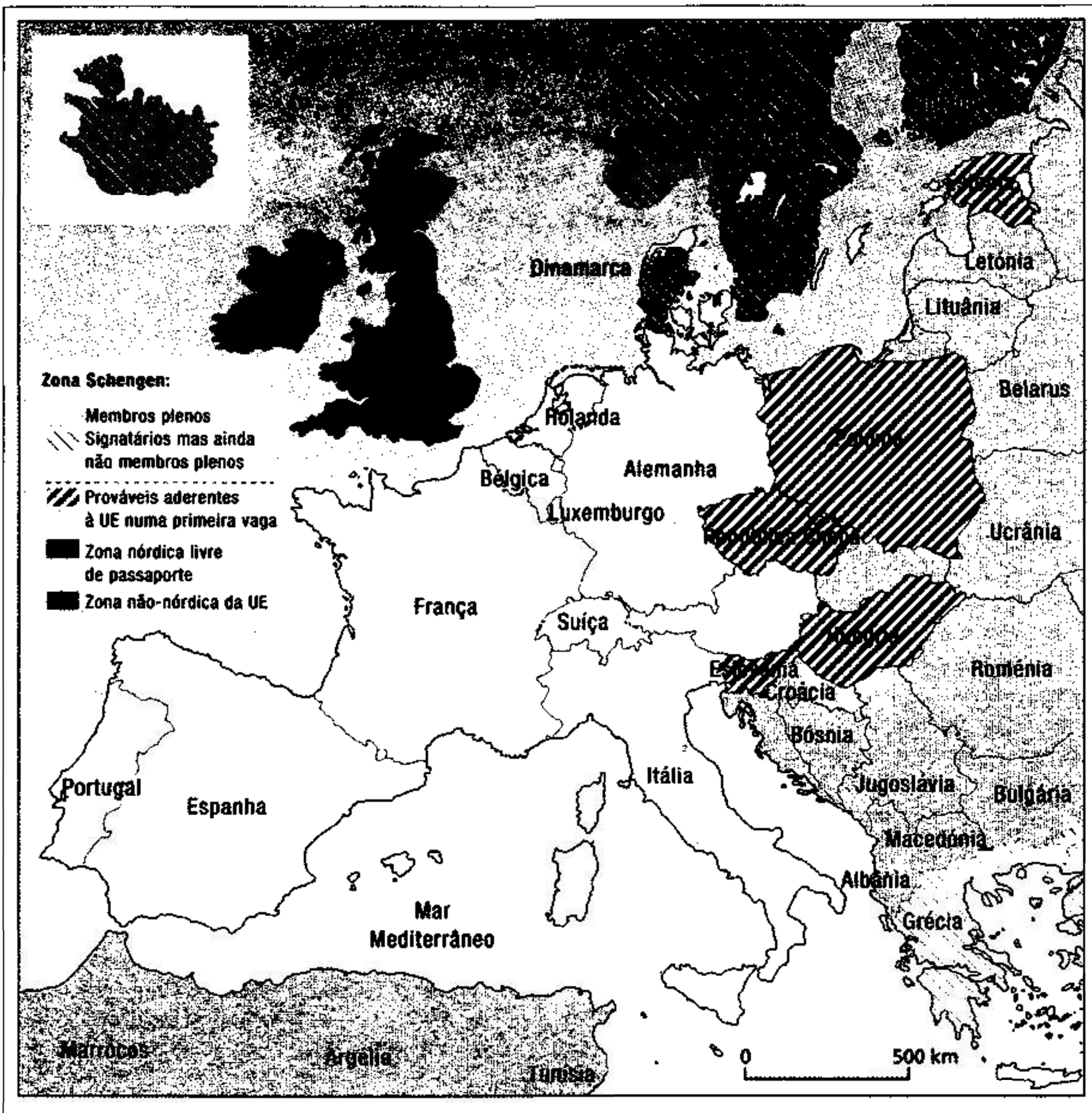


Figura 9.3 A zona Schengen

Fonte: The Economist, 16 Out. 1999, p. 28.

pedido de asilo. As rígidas políticas de asilo têm levado algumas pessoas a falar de uma Fortaleza Europa – uma zona protegida que actua colectivamente para proteger os seus bens e elevado padrão de vida contra o "assalto" de imigrantes de outras partes do mundo que procuram partilhar dessa prosperidade.

Muitos países da Europa Ocidental assistiram a campanhas a favor do regresso dos imigrantes aos seus países de origem, e de ameaças de deportação, caso estivessem desempregados ou tivessem cometido um crime. Pânicos morais retratando os imigrantes como criminosos e dependentes da segurança

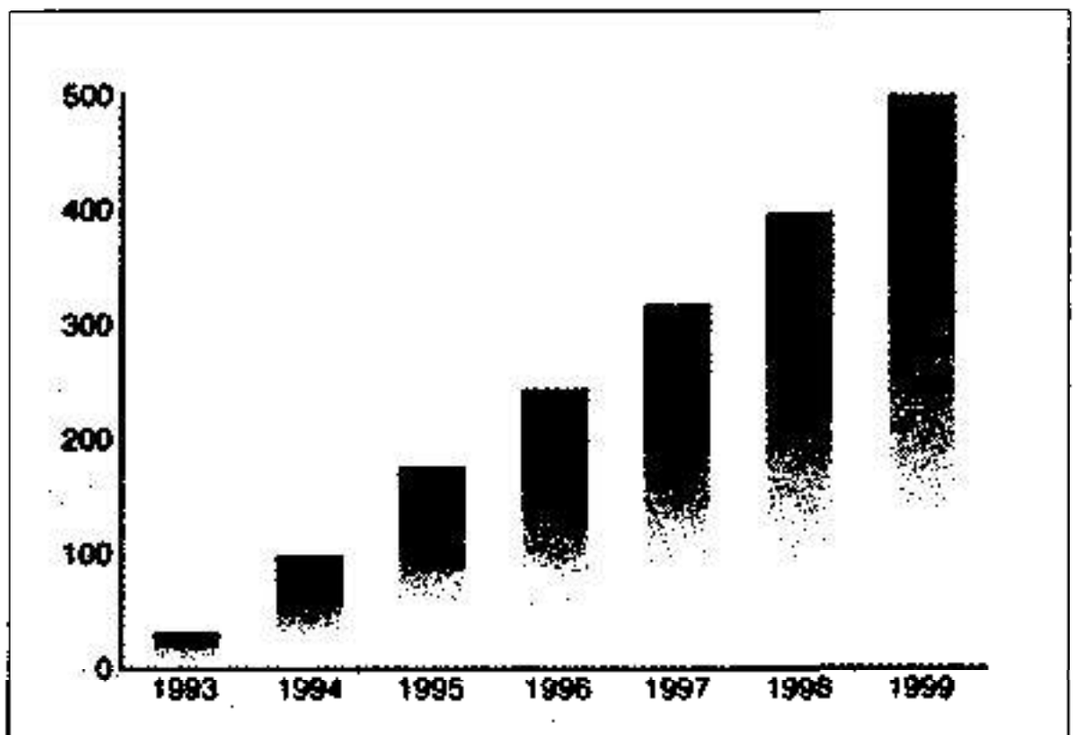


Figura 9.4 Estimativas das entradas de imigrantes ilegais na União Europeia, 1993-9 (em milhares).
Fontes: International Centre for Migration Policy Development. In *The Economist*, 16 Out. 1999, p. 31.

social estão a instigar ainda mais o aperto das políticas de imigração em muitos países. Robin Cohen (1994) usa a expressão "fronteiras da identidade" para se referir à forma como os debates públicos promovem uma visão particular do património nacional e levantam barreiras contra pessoas que são "estrangeiras" ou "diferentes".

Na Europa, o racismo associado ao sentimento anti-imigração produziu, nos anos 1990, alguns incidentes explosivos. Na Alemanha recém-unificada centenas de ataques contra estrangeiros – e contra trabalhadores turcos, alguns dos quais estavam no país há mais de vinte anos – tiveram lugar em 1991 e 1992. Ataques violentos contra populações ciganas tornaram-se mais frequentes em muitos países da Europa Central e Oriental.

Conclusão

No nosso mundo em globalização, as ideias – e as pessoas – estão a fluir ao longo das fronteiras em volumes nunca antes vistos na história. Estes processos estão a alterar profundamente as sociedades em que vivemos. Muitas sociedades estão a tornar-se, pela primeira vez, etnicamente diversas; outras a descobrir que os padrões existentes de multietnicidade estão a ser transformados ou intensificados. Todavia, em todas as sociedades, os indivíduos estão a começar a contactar regularmente com pessoas que pensam de forma diferente, têm uma aparência diferente e vivem de uma forma diferente da sua. Estas interacções estão a acontecer directamente, como resultado da migração, bem como através das imagens transmitidas através dos meios de comunicação social e da Internet.

Algumas pessoas dão as boas-vindas a esta nova complexidade étnica e cultural, considerando-a uma componente vital de uma sociedade cosmopolita Outras acham-na perigosa e ameaçadora. Aquelas que mantêm uma visão fundamentalista do mundo, procuram refúgio na tradição estabelecida e rejeitam o diálogo com aqueles que são diferentes (ver Capítulo 17). Actualmente, muitos dos conflitos étnicos que estão a decorrer em todo o mundo podem ser vistos como uma expressão deste tipo de abordagem fundamentalista. Um dos principais desafios que o nosso mundo em globalização enfrenta consiste em saber como gerar uma sociedade com uma natureza mais cosmopolita. Como os esforços pacientes da Comissão para a Verdade e Reconciliação na África do Sul demonstraram, criar um fórum para a comunicação aberta e respeitadora é difícil, mas constitui um primeiro passo eficaz no sentido da reconciliação racial.

1 Por raça entendem-se as características físicas, como a cor da pele, tratadas pelos membros de uma comunidade ou sociedade como etnicamente significativas – por assinalarem características culturais distintas. Muitas crenças populares acerca da raça são um mito. Não existem características nítidas que permitam distribuir os seres humanos por raças diferentes.

2 Certos sectores de uma população formam grupos étnicos em virtude de partilharem características culturais comuns que os separam de outros grupos da mesma população. Por etnicidade entendem-se as diferenças culturais que separam os grupos. As principais características que distinguem os grupos étnicos são a linguagem, a história ou ancestralidade, a religião, modos de vestir ou adornos.

As diferenças étnicas são inteiramente aprendidas, embora, por vezes, sejam vistas como "naturais".

3 Um grupo minoritário é aquele cujos membros são discriminados pela maioria da população de uma sociedade. Os membros dos grupos minoritários têm frequentemente um forte sentido de solidariedade de grupo, derivado em parte da experiência colectiva de exclusão.

4 A deslocação e a procura de bodes expiatórios são mecanismos psicológicos associados ao preconceito e à discriminação. No caso da deslocação, os sentimentos de hostilidade são dirigidos contra objectos que não são a real causa das ansiedades. As pessoas projectam as suas ansiedades e inseguranças em bodes expiatórios. Ter preconceitos significa manter atitudes pré-concebidas acerca de um indivíduo ou grupo; a discriminação significa comportamentos que privam os membros de um grupo das oportunidades dadas a outros.

5 Racismo significa atribuir falsamente características hereditárias de personalidade ou de comportamento a indivíduos com determinada aparência física. Um racista é alguém que acredita que existe uma explicação biológica para características de inferioridade supostamente possuídas por pessoas de um ou outro tipo físico. Fala-se em racismo institucional para designar padrões de discriminação baseados na etnicidade que se tornaram estruturados nas instituições sociais existentes. O novo racismo descreve atitudes racistas que são expressas através da noção de diferenças culturais, em vez da noção de inferioridade biológica.

6 O fechamento de grupo e o acesso privilegiado a recursos são um aspecto importante de muitas situações de antagonismo étnico. Contudo, alguns dos aspectos fundamentais dos conflitos étnicos modernos, especialmente as atitudes racistas dos brancos contra negros, têm de ser entendidos à luz da história da expansão do Ocidente e do colonialismo.

7 Têm sido adoptados três modelos de integração étnica por sociedades multiétnicas. No modelo de *assimilação*, os novos grupos de imigrantes adoptam as atitudes e a linguagem da comunidade dominante. No *melting pot*, as diferentes culturas e perspectivas dos grupos étnicos de uma sociedade fundem-se. O *pluralismo* significa que os grupos étnicos existem separadamente e são vistos como participantes em termos idênticos na vida económica e política.

8 Os estados multiétnicos podem ser frágeis e viverem, por vezes, episódios de conflito étnico. A limpeza étnica é uma forma de conflito étnico em que são criadas áreas etnicamente homogéneas através da expulsão em massa de outros grupos étnicos. O genocídio descreve a eliminação sistemática de um grupo étnico às mãos de outro.

9 A migração é um movimento de pessoas de uma região ou sociedade para outra com o objectivo de aí se estabelecerem. A migração global, o movimento de indivíduos através de fronteiras nacionais, aumentou nos anos a seguir à Segunda Guerra Mundial e está a intensificar-se com a globalização. Por diáspora entende-se a disseminação de uma população étnica a partir de uma terra natal para áreas estrangeiras, muitas vezes de forma forçada ou sob circunstâncias traumáticas.

10 A imigração levou à existência de numerosos grupos étnicos diferentes na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e em outros países industrializados. Na Grã-Bretanha, os grupos étnicos, no seu conjunto, experienciam desvantagens em relação à população branca – em áreas como o emprego, o rendimento, a habitação

e o crime. Todavia, os padrões de desigualdade têm estado a mudar e existem agora muitas diferenças entre os grupos étnicos minoritários, com alguns grupos a alcançarem amplamente a paridade com a população branca.

11 A nova migração refere-se a padrões alterados de migração na Europa que resultaram do fim da Guerra Fria, de prolongados conflitos étnicos na antiga Jugoslávia, e do aprofundamento da integração europeia. A imigração ilegal tem estado a aumentar à medida que as oportunidades de imigração legal para a UE têm sido gradualmente limitadas.

PARA REFLEXÃO

1 Como é que uma pessoa não preconceituosa po˙e encontrar-se a agir ˚e forma discriminatória?

2 Precisamos de compreender a história para entender os padrões actuais de migração e o antagonismo étnico¯

3 Quão preciosa será a noção de multiculturalismo?

4 O que se ganha por se viver numa cultura de *melting pot*?

5 O conceito de raça deverá ser eliminado da Sociologia?

6 Deveríamos ter a possibilidade de viver e trabalhar em qualquer parte do mundo?

ADICIONAIS

Martin Bulmer e John Solomos (eds), *Ethnic and Racial Studies Today* (New York: Routledge, 1999).

Phil Cohen (ed.), *New Ethnicities, Old Ra˙isms*? (L˙nd˙˙: Z˙d Bo˙ks, 1999).

Stephen Cornell e Douglas Hartmann, *Ethnicity and Race: Making Identities in a Changing World* (Thousand Oaks, Calif.: Pine Forge Press, 1998).

Liz Fawcett, *Religion, Ethnicity and Social Change* (Basingstoke: Macmillan, 2000).

Michael Ignatieff, *Blood and Belonging* (Toronto: Viking, 1993).

Will Kymlicka, *The New Debate over Minority Rights* (Toronto: University of Toronto, 1997).

Ross Poole, *Nation and Identity* (London: Routledge, 1999).

À INTERNET

Black and Asian History Map
www.bl ckhistorym p.com

Centre for Research in Ethinc Relations, Universidade de Warwick
www.csv.warwick.ac.uk/fac/soc/CRER_RC

Comissão (Inglesa) para a Igualdade Racial
http://www.cre.gov.uk

Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
http://unhir.ch

10 Classe, Estratificação e Desigualdade

Teorias sobre as classes e a estratificação 285

A teoria de Karl Marx 285

A teoria de Max Weber 287

A teoria de classes de Erik Olin Wright 288

A medição das classes 289

John Goldthorpe: classe e ocupação 290

Avalia~ão dos esquemas de classes 290

As divisões de classe nas sociedades ocidentais da actualidade 292

A questão da classe alta 292

A classe média 294

A mudança de natureza da classe trabalhadora 296

Classe e estilo de vida 298

A subclasse 299

Género e estratificação 300

A determinação da posição de classe das mulheres 300

O impacto do emprego das mulheres nas divisões de classe 301

Mobilidade social 302

Estudos comparativos sobre a mobilidade 302

Mobilidade descendente 303

Mobilidade social na Grã-Bretanha 304

Género e mobilidade social 305

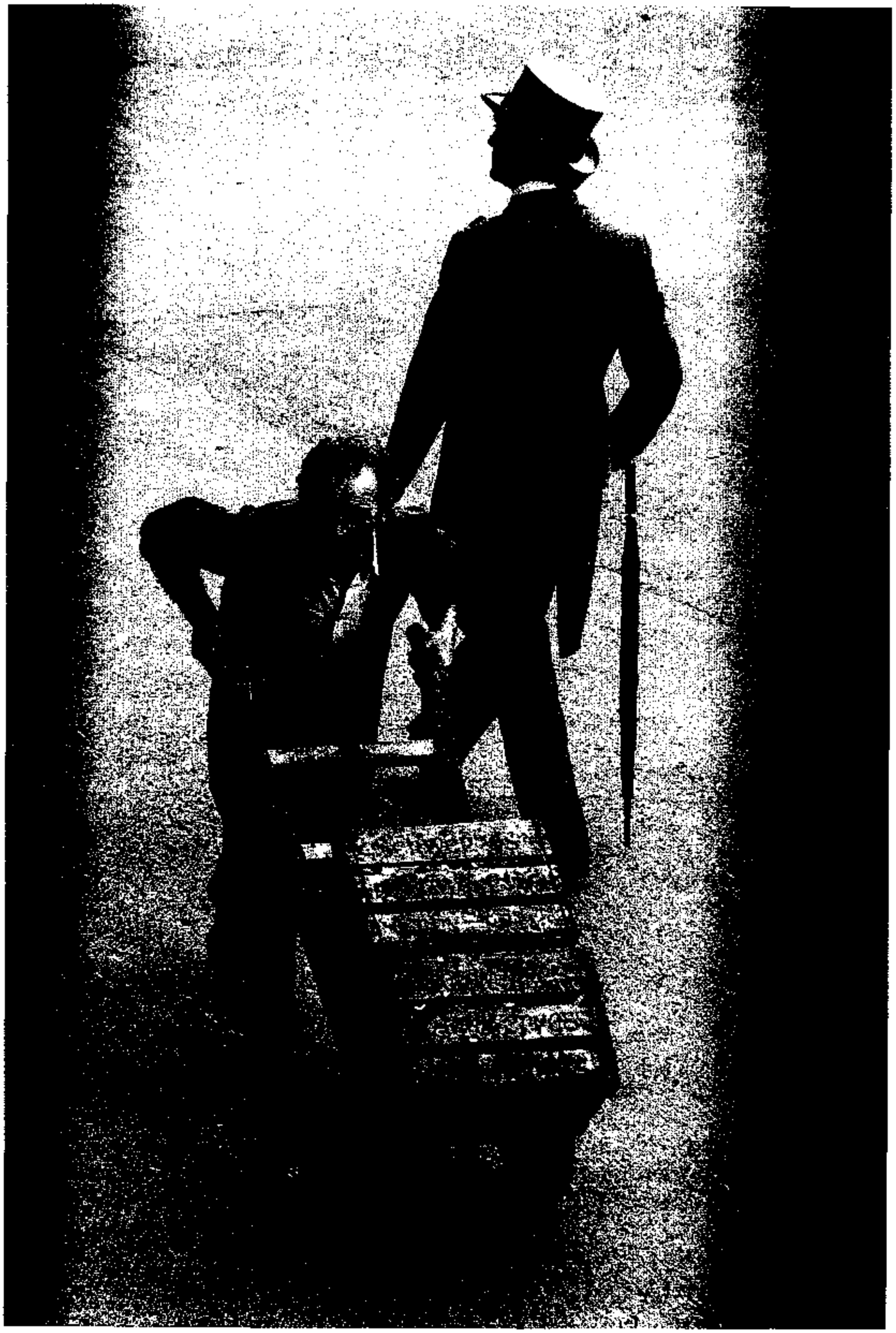
Conclusão 306

Sumário 306

Questões para reflexão 308

Leitur~s ~dicio~~is 308

Ligações à Internet 309



Capítulo 10: Classe, Estratificação e Desigualdade

Os sociólogos falam em estratificação social para descrever as desigualdades que existem entre indivíduos e grupos nas sociedades humanas. Pensamos frequentemente em estratificação em termos de riqueza ou propriedade, mas esta também pode ocorrer com base noutros atributos como o género, a idade, a filiação religiosa ou a patente militar.

Os indivíduos e grupos gozam de um acesso diferente (desigual) às recompensas, de acordo com a sua posição no esquema de estratificação. Assim, a forma mais simples de definir a estratificação consiste em vê-la como um sistema de desigualdades estruturadas entre diferentes agrupamentos de pessoas. Pode ser útil pensar-se na estratificação como uma sobreposição geológica de camadas de pedra sobre a superfície da terra. As sociedades podem ser vistas como constituindo "estratos" hierarquizados, com os mais favorecidos no topo e os menos privilegiados perto do fundo.

Historicamente, existem quatro sistemas básicos de estratificação nas sociedades humanas: a escravatura, as castas, os estados e as classes. A escravatura é uma forma de desigualdade extrema, na qual alguns indivíduos são literalmente possuídos por outros como sua propriedade. Enquanto instituição formal, a escravatura foi sendo gradualmente erradicada, tendo hoje em dia desaparecido quase por completo. A casta está associada, acima de tudo, às culturas do subcontinente indiano e à crença Hindu no renascimento. Acredita-se que os indivíduos que não pautam o seu viver pelos deveres e rituais da sua casta renascerão numa posição inferior na próxima encarnação. O sistema de castas estrutura o tipo de contacto que pode ocorrer entre membros de diferentes posições. Os estados faziam parte de muitas civilizações tradicionais, incluindo o feudalismo europeu. Os estados feudais consistiam em estratos, cada qual com diferentes obrigações e direitos. Na Europa, o estado mais elevado era composto pela aristocracia e pela pequena nobreza rural. O clero formava outro estado, os homens do povo (servos, mercadores e artesãos) formavam o chamado "terceiro estado". As classes diferem em muitos aspectos da escravatura, castas ou estados.

Podemos definir a classe como um grupo grande de pessoas que partilham recursos económicos comuns, que influenciam fortemente o seu estilo de vida. A riqueza e a ocupação profissional constitutem as principais bases das diferenças entre as classes. As classes diferem das anteriores formas de estratificação de várias formas:

- Ao contrário dos outros tipos de estratificação, as classes não são estabelecidas por disposições legais ou religiosas; a posição de classe não assenta numa posição herdada, determinada pela lei ou pelo costume. Os sistemas de classes são tipicamente mais fluidos do que os outros tipos de estratificação e as fronteiras entre as classes nunca são precisas. Não existem restrições formais ao casamento entre pessoas de classes diferentes.
- A posição de classe de um indivíduo é, pelo menos em parte, *alcançada* e não simplesmente *dada* à nascença, como é comum em outros tipos de sistemas de estratificação. A mobilidade social – movimento de ascensão e descida na estrutura de classes – é muito mais comum do que noutros tipos de estratificação. (No sistema de castas, a mobilidade individual de uma casta para outra não é possível.)
- As classes dependem de diferenças *económicas* entre grupos de indivíduos – desigualdades na posse e no controlo de recursos materiais. Noutros tipos de sistemas de estratificação, os factores não económicos – como a influência da religião no sistema de castas indiano – são geralmente mais importantes.
- Nos outros tipos de sistema de estratificação, as desigualdades são primordialmente expressas em relações pessoais de dever ou de obrigação – entre servo e senhor, escravo e dono, ou indivíduos de casta inferior e superior. O sistema de classes, pelo contrário, opera principalmente através de conexões em larga escala de tipo impessoal. Uma das maiores bases das diferenças entre classes, por exemplo, reside nas desigualdades em termos de remuneração e de condições de trabalho; estas

Estes trabalhadores de uma fábrica de tijolos no estado de Bihar, na Índia, nasceram na casta dos Intocáveis e cumprem as tarefas "sujas" que lhes foram adjudicadas, sem as oportunidades de mobilidade que mesmo um sistema de classes oferece.

afectam todas as pessoas em categorias profissionais específicas, em resultado de circunstâncias económicas prevalecentes na economia global.

Teorias sobre as classes e a estratificação

As ideias desenvolvidas por Karl Marx e Max Weber formam a base da maioria das análises sociológicas das classes e da estratificação. Os académicos que trabalham no âmbito da tradição Marxista desenvolveram as ideias que Marx lançou; outros tentaram elaborar os conceitos de Weber. Começaremos por examinar as teorias propostas por Marx e Weber antes de analisar a abordagem neomarxista proposta por Erik Olin Wright.

A teoria de Karl Marx

A maior parte dos trabalhos de Marx relacionam-se com a estratificação, e acima de tudo, com as classes sociais, mesmo que, surpreendentemente, ele não tenha fornecido uma análise sistemática do conceito de classe. O manuscrito em que Marx trabalhava por alturas da sua morte (publicado postumamente como parte da sua obra mais importante, *O Capital*) acaba precisamente no ponto em que coloca a questão "*O que constitui uma classe?*". O conceito de classe de Marx teve, por isso, de ser reconstruído a partir do conjunto dos seus escritos. Em virtude de as várias passagens em que discute a questão das classes não serem inteiramente consistentes, têm existido muitas discussões entre os estudiosos acerca "do que Marx realmente queria dizer". Contudo, as linhas gerais da sua perspectiva são bastante claras.

A natureza das classes

Para Marx, uma classe é um grupo de pessoas com uma posição comum face aos **meios de produção** – os meios pelos quais ganham o seu sustento. Antes do aparecimento da indústria moderna, os meios de pro-

Os trabalhadores industriais, como estes mineiros, estiveram no cerne das teorias do capitalismo, pauperização e exploração de Marx.

dução consistiam essencialmente na terra e nos instrumentos utilizados para a actividade agrícola e na pastorícia. Por conseguinte, nas sociedades pré-industrializadas as duas principais classes eram constituídas por aqueles que possuíam a terra (aristocratas, pequena nobreza rural ou donos de plantações) e pelos que estavam activamente envolvidos no cultivo das mesmas (servos, escravos e camponeses livres). Nas sociedades industriais modernas, as fábricas, os escritórios, a maquinaria e a riqueza ou capital necessário para as adquirir tornaram-se mais importantes. As duas principais classes são constituídas por aqueles que possuem estes novos meios de produção – industriais ou capitalistas – e aqueles que ganham a vida vendendo a sua força de trabalho aos primeiros – a classe trabalhadora, ou no termo actualmente algo arcaico de Marx, o "proletariado".

De acordo com Marx, a relação entre as classes é uma relação de exploração. Nas sociedades feudais, a **exploração** assumia frequentemente a forma de uma transferência directa de produtos do campesinato para a aristocracia. Os servos eram obrigados a ceder uma determinada parcela da sua produção aos seus senhores aristocratas, ou tinham de trabalhar durante um certo número de dias por mês nos campos dos senhores, para produzir colheitas consumidas por estes e pelo seu séquito. Nas sociedades capitalistas actuais, a fonte de exploração é menos óbvia, e Marx devotou muita da sua atenção a tentar clarificar a sua natureza. Marx argumentou que, no decurso do dia de trabalho, os trabalhadores produzem mais do que é realmente necessário aos patrões para que estes reponham os custos de os contratar. Esta mais valia é a fonte do lucro que os capitalistas usam em seu próprio proveito. Um grupo de trabalhadores numa fábrica de confecções, por exemplo, pode produzir cerca de cem fatos por dia. A venda de 75% destes fatos produz o rendimento suficiente para o industrial pagar o salário dos trabalhadores, o custo da fábrica e do equipamento. O rendimento resultante da venda dos restantes fatos é apropriado.

Marx ficou perplexo com as desigualdades criadas pelo sistema capitalista. Embora em tempos anteriores os aristocratas levassem uma vida de luxo, totalmente diferente da do campesinato, as sociedades agrárias eram relativamente pobres. Mesmo que não houvesse aristocracia, os níveis de vida teriam sido, indubitavelmente, baixos. Contudo, embora com o desenvolvimento da indústria moderna a riqueza fosse produzida a uma escala nunca antes vista, os trabalhadores tinham pouco acesso à riqueza gerada pelo seu trabalho. Permanecem relativamente pobres, enquanto a riqueza acumulada pela classe proprietária cresce. Marx usou o termo *pauperização* para descrever o processo pelo qual a classe trabalhadora se torna cada vez mais empobrecida em relação à classe capitalista. Mesmo que os trabalhadores se tornem mais prósperos, em termos absolutos, o fosso que os separa da classe capitalista continuará a aumentar. Estas desigualdades entre as classes capitalista e trabalhadora não são apenas de natureza estritamente económica. Marx fez notar como o desenvolvimento das fábricas modernas e a mecanização da produção significa que o trabalho se torna frequentemente monótono e, no extremo, opressivo. O trabalho que é a fonte da nossa riqueza é, muitas vezes, fisicamente desgastante e mentalmente entediante – como no caso do operário de fábrica cujo trabalho consiste em tarefas rotineiras levadas a cabo, dia após dia, num ambiente imutável.

A teoria de Max Weber

A abordagem de Weber sobre a estratificação baseou-se na análise desenvolvida por Marx, que o autor modificou e desenvolveu noutras direcções. Como Marx, Weber considerava que a sociedade se caracterizava por conflitos pelo poder e pelos recursos. Porém, enquanto Marx considerava que no centro de todos os conflitos sociais se encontravam as relações entre classes polarizadas e as questões económicas, Weber desenvolveu uma visão mais complexa e multidimensional da sociedade. De acordo com Weber, a estratificação social não é simplesmente uma questão de classes, mas é modelada por dois outros aspectos: o *status* e o *partido*. Estes três elementos da estratificação produzem um enorme número de possíveis posições na sociedade, ao contrário do modelo bipolar proposto por Marx, que é mais rígido.

Apesar de Weber aceitar o ponto de vista de Marx de que as classes se baseiam em condições económicas objectivas, concebeu uma maior variedade de factores económicos importantes para a formação das classes do que aqueles que Marx reconhecera. De acordo com Weber, a divisão em classes deriva não só do controlo ou falta de controlo dos meios de produção, mas também de diferenças económicas que não têm directamente a ver com a propriedade. Tais recursos incluem especialmente os saberes e credenciais ou qualificações que afectam os tipos de trabalho que as pessoas são capazes de obter. Weber acreditava que a *posição* dos indivíduos *no mercado* influencia fortemente as suas "oportunidades de vida". Por exemplo, os que têm cargos de gestão ou ocupações técnicas ganham mais e possuem condições de trabalho mais favoráveis do que os trabalhadores manuais. As qualificações que possuem, como os graus académicos e diplomas, e as competências que adquiriram, tornam-nos mais "comercializáveis" do que aqueles que não têm essas qualificações. A um nível inferior, entre os trabalhadores manuais, os trabalhadores especializados são capazes de assegurar melhores ordenados do que os semiespecializados ou aqueles que não têm qualquer especialização.

Na teoria de Weber, entende-se por status as diferenças entre grupos sociais em matéria da honra ou prestígio social que lhes são conferidos. Nas sociedades tradicionais, o *status* era frequentemente determinado com base no conhecimento directo da pessoa, conhecimento esse ganho através de múltiplas interacções em diferentes contextos ao longo de anos. Porém, à medida que as sociedades se tornaram mais complexas, tornou-se impossível conferir *status* sempre desta forma. Em vez disso, e de acordo com Weber, o *status* passou a expressar-se através dos *estilos de vida* das pessoas. As marcas e símbolos de *status* – como os alojamentos, o vestuário, a maneira de falar e a ocupação – ajudam a moldar o posicionamento social dos indivíduos aos olhos dos outros. As pessoas que partilham o mesmo *status* formam uma comunidade na qual existe um sentido de identidade partilhada.

Enquanto Marx acreditava que as diferenças de *status* são o resultado das divisões de classe nas sociedades, Weber argumentou que o *status* varia frequentemente de forma independente das divisões da classe. A posse de riqueza material tende normal-

mente a conferir um *status* elevado, mas existem muitas excepções. O termo "pobreza elegante" refere-se a uma delas. Na Grã-Bretanha, os indivíduos de famílias aristocráticas continuam a usufruir de considerável estima social mesmo quando as suas fortunas já desapareceram. Pelo contrário, os "novos ricos" são geralmente vistos com algum desprezo pelos ricos bem instalados.

Weber salienta que, nas sociedades modernas, a formação de partidos é um aspecto importante do poder, e pode influenciar a estratificação independentemente da classe e do *status*. Por partido entende-se um grupo de indivíduos que unem os seus esforços na medida em que têm origens, objectivos ou interesses comuns. Na maior parte das vezes, um partido trabalha de forma organizada com vista a alcançar um objectivo específico que é do interesse dos seus membros. Marx tendia a explicar tanto as diferenças de *status* social como a organização de partidos em termos de classes. Weber argumentou que, na verdade, nenhum destes factos pode ser reduzido a divisões de classe, ainda que cada um seja influenciado por estas; ambos podem, por sua vez, influenciar as condições económicas dos indivíduos e grupos e, por conseguinte, afectar as classes. Os partidos podem fazer apelo a preocupações transversais às diferenças de classe; por exemplo, os partidos podem basear-se na filiação religiosa ou em ideais nacionalistas. Um marxista pode tentar explicar os conflitos entre Católicos e Protestantes na Irlanda do Norte em termos de classe, já que existem mais Católicos do que Protestantes na classe trabalhadora. Um seguidor de Weber argumentaria que tal explicação é ineficaz, na medida em que muitos Protestantes também provêm da classe trabalhadora. Os partidos em que as pessoas estão filiadas expressam tanto diferenças religiosas como de classe.

Os escritos de Weber sobre a estratificação são importantes, pois mostram que outras dimensões da estratificação, para além das classes, influenciam fortemente a vida das pessoas. Enquanto Marx procurou reduzir a estratificação apenas às divisões de classe, Weber deu atenção à relação complexa existente entre classe, *status* e partido, enquanto aspectos separados da estratificação social. A maioria dos sociólogos defende que a teorização de Weber oferece uma base mais flexível e sofisticada para a análise da estratificação do que a fornecida por Marx.

A teoria de classes de Erik Olin Wright

O sociólogo americano Erik Olin Wright desenvolveu uma influente teoria de classes que combina aspectos das abordagens de Marx e de Weber (Wright, 1978, 1985, 1997). De acordo com Wright, existem três dimensões de controlo sobre os recursos económicos na produção capitalista moderna, que permitem identificar as principais classes existentes:

1 Controlo sobre os investimentos ou capital monetário.
2 Controlo sobre os meios físicos de produção (terras ou fábricas e escritórios).
3 Controlo sobre a força de trabalho.

Os que pertencem à classe capitalista têm controlo sobre cada uma destas dimensões do sistema de produção. Os membros da classe trabalhadora não têm controlo sobre nenhuma delas. No meio destas duas classes principais, existem, contudo, grupos cuja posição é mais ambígua – os gestores e trabalhadores de colarinho branco anteriormente mencionados. Estas pessoas situam-se no que Wright designa como localizações contraditórias de classe, porque são capazes de influenciar alguns aspectos da produção, mas é-lhes negado o controlo de outros. Os trabalhadores de colarinho branco e os técnicos, por exemplo, têm de vender a sua força de trabalho aos empregadores para poderem ganhar a vida, da mesma forma que os trabalhadores manuais o fazem. Porém, têm ao mesmo tempo um maior grau de controlo sobre o seu trabalho do que a maioria das pessoas com profissões manuais. Wright designa a posição de classe deste tipo de trabalhadores de "contraditória" porque eles nem são capitalistas nem são operários, embora tenham características comuns a cada um deles.

Um grande segmento da população – de 85 a 90% de acordo com Wright (1997) – pertence à categoria dos que são forçados a vender a sua força de trabalho porque não controlam os meios de produção. Porém, dentro desta população existe uma grande diversidade, que vai desde a classe trabalhadora tradicional aos trabalhadores de colarinho branco. De forma a diferenciar as posições de classe dentro desta grande população, Wright toma em consideração dois factores: a relação com a autoridade e a *posse de competências ou perícia*. Wright argumenta, em primeiro

lugar, que muitos trabalhadores da classe média, como os gestores e supervisores, usufruem de *relações com a autoridade* mais privilegiadas do que os indivíduos da classe trabalhadora. São chamados pelos capitalistas a dar assistência no controlo da classe trabalhadora – controlando o trabalho dos empregados, por exemplo, ou conduzindo avaliações de desempenho dos mesmos – e são recompensados pela sua "lealdade" com maiores salários e promoções regulares. Todavia, ao mesmo tempo, estes indivíduos permanecem sobre o controlo dos capitalistas. Por outras palavras, são simultaneamente exploradores e explorados.

O segundo factor que diferencia as localizações de classe dentro das classes médias é a *posse de competências e de perícia*. De acordo com Wright, os empregados da classe média que possuem competências necessárias no mercado de trabalho são capazes de exercer uma forma específica de poder sobre o sistema capitalista. Dado existirem poucas pessoas com a sua perícia, são capazes de ganhar um salário superior. As posições lucrativas acessíveis aos especialistas em tecnologias da informação, na emergente economia do conhecimento, são um dado que ilustra este ponto. Além disso, Wright argumenta que, na medida em que os empregados com conhecimentos e competências são mais difíceis de monitorizar e controlar, os empregadores são obrigados a assegurar a sua lealdade e cooperação, recompensando-os em conformidade.

A medição das classes

Estudos teóricos e empíricos investigaram a relação existente entre a posição de classe e outras dimensões da vida social, como os padrões de votação, o desempenho académico e a saúde física. Porém, como vimos anteriormente, o conceito de classe está longe de estar bem definido. Quer nos circuitos académicos quer no uso quotidiano, o termo classe é compreendido e usado numa ampla variedade de formas. Assim sendo, como é possível aos sociólogos e investigadores medir um conceito impreciso como o de classe, tendo em vista a realização de estudos empíricos?

Quando num estudo, um conceito abstracto, como o de classe, é transformado numa variável passível de medição dizemos que o conceito foi *operacionalizado*. Isto significa que ele foi definido de forma suficientemente clara e concreta para ser testado através da pesquisa empírica. Os sociólogos operacionalizaram as classes recorrendo a vários esquemas que tentam cartografar a estrutura de classes de uma sociedade. Estes esquemas fornecem enquadramentos teóricos que permitem distribuir os indivíduos por classes sociais.

Uma característica comum da maior parte dos esquemas de classes reside no facto de serem construídos com base na estrutura ocupacional. Os sociólogos têm equacionado as divisões de classe como algo que corresponde, de forma geral, a desigualdades materiais e sociais relacionadas com tipos de emprego. O desenvolvimento do capitalismo e do industrialismo tem sido marcado por uma divisão crescente do trabalho e por uma complexificação crescente da estrutura ocupacional. Embora não tanto como em outros tempos, a ocupação é um dos factores mais críticos no posicionamento social, oportunidades de vida e nível de conforto material dos indivíduos. Os cientistas sociais têm usado extensivamente a ocupação como um indicador da classe social por acreditarem que indivíduos da mesma ocupação tendem a experienciar níveis semelhantes de vantagem ou desvantagem social, a manter estilos de vida comparáveis e a partilhar oportunidades de vida igualmente semelhantes.

Os esquemas de classes baseados na estrutura ocupacional assumem um certo número de formas diferentes. Alguns esquemas são em grande medida de natureza descritiva – reflectem a forma da estrutura ocupacional e de classes na sociedade sem se ocuparem das relações entre classes sociais. Este tipo de modelos têm sido favorecidos por académicos que não vêem a estratificação como problemática, concebendo-a como parte da ordem social natural, como é o caso dos que trabalham no âmbito da tradição funcionalista. Outros esquemas são mais informados teoricamente – muitas das vezes baseando-se nas ideias de Marx ou de Weber – e preocupam-se com a explicação das relações *entre* classes na sociedade. Os esquemas de classes "relacionais" tendem a ser favorecidos por sociólogos que trabalham no âmbito de paradigmas do conflito, de forma a demonstrar as divisões e tensões existentes na sociedade. O mapa de classes de Erik Olin Wright (ver acima) é um exemplo de um esquema de classes relacional, pois procura descrever os processos de exploração de classes a partir de uma perspectiva marxista.

O *Registrar General's Social Class* (RGSC) é usado na Grã-Bretanha pelos estatísticos do governo como uma de duas classificações oficiais das ocupações. É um exemplo de um esquema de classe "descritivo", não um esquema teoricamente derivado. O RGSC consiste numa hierarquia de seis categorias de ocupação: técnicas, intermediárias (predominantemente não manuais), especializadas não manuais, especializadas manuais, parcialmente especializadas e não especializadas. Estas categorias são pensadas para reflectir as noções amplamente partilhadas de vantagem e desvantagem ocupacional na sociedade britânica. No âmbito do esquema RGSC, a classe social do indivíduo é determinada em estreito acordo com a sua ocupação. Estão listadas mais de 500 ocupações na *Classificação das Ocupações* oficial, cada uma atribuída a uma das seis categorias. O RGSC está actualmente sobre exame no seguimento do recenseamento de 2001. Espera-se que o esquema continue a ser usado para fins de política social, mas poderá sofrer modificações.

John Goldthorpe: classe e ocupação

Alguns sociólogos têm mostrado insatisfação face a esquemas descritivos de classe como o do RGSC, argumentando que estes reflectem meramente desigualdades sociais e materiais entre classes, em vez de procurarem explicar os processos de classes que lhes dão vida. Com esta preocupação em mente, o sociólogo John Goldthorpe criou um esquema para ser usado na pesquisa empírica sobre a mobilidade social. O *Esquema de classes Goldthorpe* foi desenhado não como uma hierarquia, mas antes como uma representação da natureza "relacional" da estrutura de classes contemporânea.

Embora actualmente Goldthorpe minimize qualquer influência teórica explícita sobre o seu esquema (Eriksson e Goldthorpe, 1993), os sociólogos têm apontado muitas vezes a classificação de Goldthorpe como um exemplo de um esquema de classes neoweberiano. Tal deve-se ao facto de o esquema original de Goldthorpe ter identificado as localizações de classe com base em dois factores principais: a situação no mercado e a situação no trabalho. A *situação no mercado* de um indivíduo diz respeito ao seu nível salarial, segurança do trabalho e perspectivas de progresso; enfatiza as recompensas materiais e as "oportunidades de vida" gerais. A *situação no trabalho*, pelo contrário, refere-se a questões de controlo, poder e autoridade na ocupação. A situação no trabalho de um indivíduo prende-se com o seu grau de autonomia no contexto de trabalho e com as relações gerais de controlo que afectam um empregado.

Goldthorpe construiu este esquema avaliando as ocupações com base nas suas situações relativas no mercado e no trabalho. A classificação resultante é apresentada no quadro 10.1. O esquema de Goldthorpe que incluiu onze localizações de classes é mais detalhado do que muitos outros. Porém, no seu uso comum, as localizações de classe são comprimidas em três níveis principais de classes: uma "classe de serviços" (Classes I e II), uma "classe intermédia" (Classes III e IV) e uma "classe trabalhadora" (Classes V, VI, VII). Goldthorpe reconhece também a presença de uma classe de elite no topo do esquema constituída por detentores de propriedade, mas argumenta que se trata de um segmento tão pequeno da sociedade que não é significativo enquanto categoria em estudos empíricos.

Nos seus escritos recentes, Goldthorpe tem enfatizado as *relações de emprego* dentro deste esquema, em vez da noção de situação no trabalho acima descrita (Goldthorpe e Marshall, 1992). Desta forma, Goldthorpe chama a atenção para os diferentes tipos de contratos de trabalho. Um contrato de trabalho supõe uma troca de salários e de esforço que é especificamente definida e delimitada, enquanto um contrato de prestação de serviços tem um elemento "prospectivo" como a possibilidade de aumento do salário ou de promoção. De acordo com Goldthorpe, a classe trabalhadora é caracterizada por contratos de trabalho e a classe de serviços por contratos de prestação de serviços. Como se depreende, as localizações na classe intermédia experienciam tipos intermédios de relações de emprego.

Avaliação dos esquemas de classes

Quer o esquema de classes do RGSC quer o de Goldthorpe têm sido amplamente usados na pesquisa empírica. Têm sido úteis na revelação de desigualdades da classe, como as relacionadas com a saúde e a educação, bem como na revelação de dimensões da classe em aspectos como os padrões de votação, o posicionamento político e as atitudes sociais. Porém,

Quadro 10.1 Esquema de classes de Goldthorpe

Classe			Relação de Emprego
Serviço	I	Profissionais especializados, administradores e funcionários de nível elevado. Grandes gestores e proprietários.	Empregador ou relação de serviço.
	II	Profissionais especializados, administradores e funcionários de menor nível. Pequenos gestores e proprietários.	Relação de serviço.
Intermédia	III	Empregados não manuais de rotina na administração ou comércio (em grande medida administrativos).	Intermédia.
	IIIb	Empregados não manuais de rotina, de grau menor que os anteriores (a maior parte dos empregados do sector dos serviços).	Intermédia (homens), contrato de trabalho (mulheres).
	IV	Pequenos empresários e artesãos.	Empregador.
	IVb	Pequenos empresários e artesãos sem trabalhadores.	Trabalhador por conta própria.
	IVc	Agricultores e pequenos proprietários, outras pessoas com emprego próprio na agricultura.	Empregador ou trabalhador por conta própria.
	V	Técnicos de menor grau, supervisores de trabalhadores manuais.	Intermédia.
Trabalhadora	VI	Trabalhadores manuais especializados.	Contrato de trabalho.
	VII	Trabalhadores semi-especializados ou não especializados.	Contrato de trabalho.
	VIIb	Trabalhadores agrícolas.	Contrato de trabalho.

Fonte: Adaptado de R. Crompton, *Class and Stratification*, 2.ª edição, Polity, 1998, p. 67.

é importante salientar a existência de várias limitações signifioativas neste tipo de esquemas, que nos devem precaver contra a utilização indiscriminada.

Os esquemas das classes ocupacionais são difíceis de aplicar aos indivíduos *economicamente inactivos*, como os desempregados, estudantes, pensionistas e crianças. Os indivíduos desempregados e os aposentados são muitas vezes classificados com base na sua anterior actividade profissional, embora tal possa ser problemático no caso de desempregados de longa duração ou de pessoas com histórias profissionais esporádicas. Os estudantes podem, por vezes, ser classificados de acordo com a sua área de formação, mas é mais provável que esta prática tenha sucesso em casos em que o campo de estudo se correlacione de forma próxima com uma ocupação específica (tal como a engenharia ou medicina).

Os esquemas de classes baseados nas distinções ocupacionais são também incapazes de reflectir a importância da *posse de propriedade* e de *riqueza material* para a classe social. Por si só, os títulos ocupacionais não constituem indicadores suficientes da riqueza e dos bens em geral que o indivíduo possui. Tal é particularmente verídico no que respeita aos membros mais ricos da sociedade, incluindo empresários, financiadores e "velhos ricos", cujos títulos ocupacionais de "director" ou "executivo" os colocam na mesma categoria de muitos profissionais de recursos muito mais limitados. Por outras palavras, os esquemas de classes derivados das categorias profissionais não reflectem com exactidão a enorme concentração de riqueza entre a "elite económica". Ao classificar estes indivíduos junto de outros profissionais de elevado nível, os esquemas de classes ocupacionais diluem o peso relativo das relações de propriedade na estratificação social.

John Westergaard é um sociólogo que desafiou a ideia – defendida, por exemplo, por Goldthorpe – de os ricos poderem ser excluídos dos esquemas que descrevem a estrutura de classes por serem tão poucos em número. Como argumenta Westergaard, "é a intensa concentração de poder e privilégios em tão poucas mãos que faz destas pessoas o topo. O seu peso socioestrutural total, imensamente desproporcional para o seu reduzido número, faz da sociedade em que constituem o topo uma sociedade de classes,

quaisquer que sejam os padrões de divisão abaixo deles" (1995, p. 127).

Como vimos anteriormente, há muitas questões complexas envolvidas na elaboração de esquemas de classes que possam cartografar de modo fiável a estrutura de classes da sociedade. Mesmo no âmbito de uma estrutura ocupacional relativamente "estável", a medição e cartografia das classes sociais está repleta de dificuldades. Porém, as rápidas transformações económicas que ocorrem nas sociedades industriais tornaram a medição das classes ainda mais problemática, e conduziram algumas pessoas a questionar a utilidade do conceito de classe. Estão a emergir novas categorias ocupacionais, ocorreu uma mudança geral da produção industrial para os serviços e a economia do conhecimento, e um número enorme de mulheres entrou na força de trabalho em décadas recentes. Os esquemas de classes ocupacionais baseados na ocupação não estão necessariamente bem adequados para capturar os processos dinâmicos da formação de classes, da mobilidade e da mudança provocadas por tais transformações sociais.

As divisões de classe nas sociedades ocidentais da actualidade

A questão da classe alta

Quem está certo, Westergaard ou Goldthorpe? Existe ainda uma classe alta distinta, fundada na posse de riqueza e propriedade? Ou devemos falar de uma classe de serviços mais ampla, como sugere Goldthorpe? Uma forma de abordar estas questões é observar até que ponto a riqueza e o rendimento estão concentrados nas mãos de poucos.

É difícil obter informação fiável sobre a distribuição de riqueza. Alguns países mantêm estatísticas mais precisas do que outros, mas existe sempre um grau considerável de suposição envolvido. Normalmente, os ricos não tornam público o leque total dos seus bens; tem sido várias vezes salientado que se sabe muito mais sobre os pobres do que sobre os ricos. O certo é a riqueza estar de facto concentrada nas mãos de uma pequena minoria. Na Grã-Bretanha, 1% da população possui 19% de toda a riqueza pessoal (a riqueza que é possuída por indivíduos e não por organizações). Os 10% mais ricos da população possuem cerca de metade da riqueza pessoal total do país, enquanto a metade da população menos rica possui apenas 8% da mesma (ver quadro 10.2).

A posse de acções e títulos é mais desigual do que a posse de riqueza no seu todo. Um por cento da população do Reino Unido possui cerca de 75% das acções das empresas detidas por particulares; 5% possui cerca de 90% da sua totalidade. Mas tem havido mudanças neste aspecto. Cerca de 25% da população possui acções, quando em 1986 essa percentagem era de 14%. Muitas pessoas compraram acções pela primeira vez durante o programa de privatizações do governo do Partido Conservador. O aumento é ainda mais dramático quando observado no contexto de um período mais longo, pois em 1979 apenas 5% da população detinha acções. A maior parte destas carteiras de acções é pequena (com valores inferiores a 1000 libras, a preços de 1991), e a posse institucional de acções – acções detidas por companhias em outras firmas – está a crescer mais rapidamente do que a posse individual de acções.

Os "ricos" não são um grupo homogéneo, nem formam uma categoria estática. Os indivíduos seguem trajectórias diferentes "para dentro e para fora" da esfera da riqueza. Algumas pessoas ricas nasceram em famílias de "dinheiro velho" – uma expressão que se refere à riqueza duradoura transmitida ao longo de gerações. Outros indivíduos ricos fizeram-se a si próprios tendo construído com sucesso a sua riqueza a partir de raízes humildes. Os perfis dos membros mais ricos da sociedade variam grandemente. Ao lado de membros de famílias influentes de longa data encontram-se músicos e celebridades, atletas e representantes da "nova elite" que fizeram milhões através do desenvolvimento e promoção de computadores, das telecomunicações e da Internet. Tal como a pobreza, a riqueza deve ser vista no contexto dos ciclos de vida. Alguns indivíduos tornam-se ricos rapidamente, mas perdem muita ou parte da sua fortuna; outros podem passar por um crescimento ou declínio gradual dos bens ao longo do tempo.

Embora seja difícil recolher informação precisa sobre os bens e as vidas dos ricos, é possível traçar amplas mudanças na composição do segmento mais rico da sociedade. Algumas tendências dignas de registo têm aparecido na Grã-Bretanha nos últimos anos. Primeiro, os "milionários que se fizeram a si próprios" parecem estar a constituir uma grande pro-

Quadro 10.2 Repartição da riqueza no Reino Unido

	1976	1981	1986	1991	1994	1995
Riqueza comercializável						
Percentagem de riqueza detida por:						
1% dos mais ricos	21	18	18	17	19	19
5% dos mais ricos	38	36	36	35	39	38
10% dos mais ricos	50	50	50	47	52	50
25% dos mais ricos	71	73	73	71	74	73
50% dos mais ricos	92	92	90	92	93	92
Total da riqueza comercializável (em biliões de libras)	280	565	955	1711	1950	2033
Riqueza comercializável menos o valor das residências						
Percentagem de riqueza detida por:						
1% dos mais ricos	29	26	25	29	29	27
5% dos mais ricos	47	45	46	51	53	51
10% dos mais ricos	57	56	58	64	66	64
25% dos mais ricos	73	74	75	80	83	81
50% dos mais ricos	88	87	89	93	94	93

Fonte: Inland Revenue. Extraído de *Social Trends*, 29 (1999), p. 100.

porção dos indivíduos mais ricos. Em 2000, mais de 70% dos 1000 britânicos mais ricos tinham construído a sua própria riqueza, em vez de a ter herdado. Alguns destes milionários fizeram a sua fortuna na "nova economia" – software, media, Internet e telecomunicações. Segundo, um número crescente de mulheres está a entrar nas fileiras dos mais ricos. Em 1989, apenas seis mulheres se encontravam entre os britânicos mais ricos. Em 2000, o número crescera mais de 10 vezes para 64. Terceiro, muitos dos membros mais ricos da sociedade são bastante jovens – estão na casa dos 20/30 anos. Em 2000, 17 britânicos com menos de 30 anos possuíam mais de 30 milhões de libras. Finalmente, as minorias étnicas, principalmente as de origem asiática, estão a aumentar a sua presença entre os super ricos (Lista dos Ricos 2000, *Sunday Times*). A riqueza combinada dos 200 britânicos mais ricos de origem asiática aumentou 40% em 1999-2000.

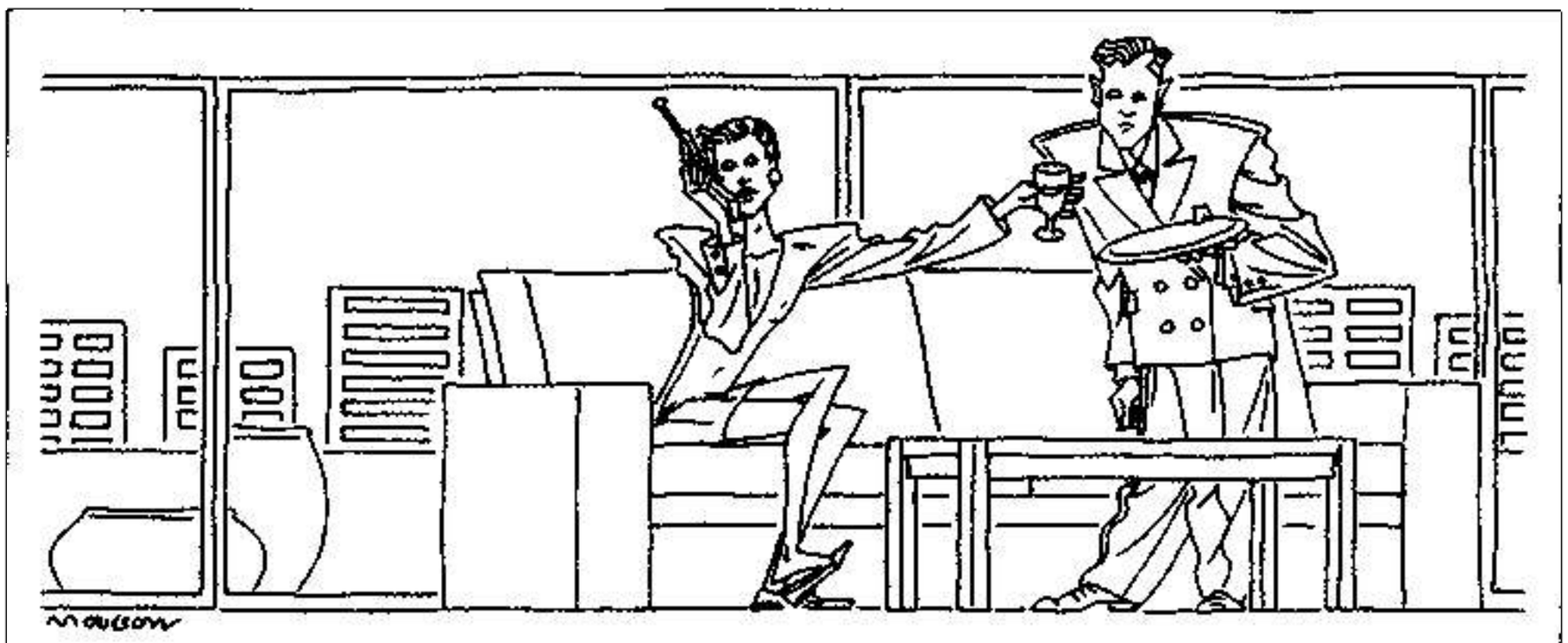
Embora a composição dos ricos esteja certamente a mudar, a ideia de que já não existe uma classe alta distinta é questionável. John Scott (1991) argumentou que a classe alta actualmente mudou de configuração, mas mantém a sua posição distinta. Apontou três grupos distintos que no seu conjunto formam uma *constelação de interesses* no controlo – e obtenção de lucros – de grandes negócios. Os executivos seniores das grandes corporações podem não ser proprietários das suas companhias, mas são muitas vezes capazes de acumular carteiras de acções, o que os liga aos empresários industriais à moda antiga e aos "capitalistas financeiros". Os capitalistas financeiros, uma categoria que inclui as pessoas que gerem as companhias de seguros, bancos, fundos de investimento e outras organizações que são grandes accionistas institucionais, estão, na perspectiva de Scott, no centro da classe alta dos nossos dias.

As políticas de incentivo à iniciativa empresarial durante os anos 80 e o *boom* das tecnologias da informação nos anos 90 conduziram a uma nova vaga de entradas na classe alta, de pessoas que fizeram fortuna nos negócios e nos avanços tecnológicos. Ao mesmo tempo, o crescimento da posse de acções por parte de famílias da classe média alargou o perfil dos accionistas. Porém, a concentração de riqueza e de poder na classe alta permanece intacta. Embora o

Quadro 10.3 Os dez indivíduos mais ricos da Grã-Bretanha

Posição	Nome	Riqueza estimada	Fonte da riqueza
1	Hans Rausing	£4.0 biliões	Empacotamento de comida
2	Duke de Westminster	£3.75 biliões	Propriedade
3	Sir Richard Branson	£2.4 biliões	Viagens, vendas a retalho, telefones móveis
4	Lord Sainsbury e família	£2.2 biliões	Comida
=	Lakshmi Mittal	£2.2 biliões	Aço
6	Joseph Lewis	£2.0 biliões	Finanças e Internet
=	Bernie e Slavica Ecclestone	£2.0 biliões	Corridas de fórmula 1
8	Sri e Gopi Hinduja	£1.95 biliões	Comércio e indústria
9	Bruno Schroder e família	£1.5 biliões	Banca
=	Phipille Foriel-Destezet	£1.5 biliões	Serviços de recrutamento

Fonte: Lista dos Ricos 2000, *Sunday Times*.



"Então, quando regressámos tanto o Ferrari como o Rolls tinham sido estampados. Estás a ver, Sara, isto é típico da minha falta de sorte!"

padrão de posse de acções possa ser mais difuso do que anteriormente, ainda só uma pequena minoria beneficia substancialmente da posse de acções.

Podemos concluir que precisamos simultaneamente dos conceitos de *classe alta* e de *classe de serviços*. A classe alta consiste numa pequena minoria de indivíduos que têm riqueza e poder, e que são capazes de transmitir os seus privilégios aos seus filhos. A classe alta pode ser rudemente identificada como o 1% dos possuidores de riqueza. Abaixo desta classe existe a classe de serviços, constituída, como afirma Goldthorpe, por técnicos, gestores e administradores de topo. Estes constituem cerca de 5% da população. Aqueles a quem Goldthorpe chama de "classe intermédia" são, porventura, mais simplesmente apelidados de *classe média*. Olhemos mais detalhadamente para esta classe.

A classe média

O termo *classe média* cobre um largo espectro de pessoas que trabalham em ocupações muito diferen-

tes, desde empregados na indústria de serviços a professores e profissionais da medicina. Alguns autores preferem falar de "classes médias" para chamar a atenção para a diversidade de ocupações, situações de *status* e de classe, e de oportunidades de vida que caracterizam os seus membros. De acordo com a maioria dos observadores, a classe média engloba actualmente a maioria da população da Grã-Bretanha e a maioria da população dos outros países industrializados. Isto deve-se ao facto de a proporção de postos de trabalho de colarinho branco ter aumentado acentuadamente em relação aos empregos manuais ao longo do século (Ver Capítulo 13).

Os membros da classe média, por mérito das suas qualificações técnicas ou títulos académicos, ocupam posições que lhes fornecem maiores vantagens materiais e culturais do que as usufruídas pelos trabalhadores manuais. Ao contrário da classe trabalhadora, os membros da classe média podem vender a sua capacidade de trabalho intelectual *e* física para ganhar a vida. Embora esta distinção seja útil para formar uma divisão grosseira entre as classes trabalhadora e média, a natureza dinâmica da estrutura ocupacional e a possibilidade de mobilidade ascendente e descendente torna difícil definir as fronteiras da classe média com grande precisão.

A classe média não é internamente coesa e é pouco provável que se torne assim, dada a diversidade dos seus membros e os seus diferentes interesses (Butler e Savage, 1995). É verdade que a classe média não é tão homogénea como a classe trabalhadora; os seus membros não partilham as mesmas origens sociais ou culturais, como acontece frequentemente com as camadas superiores da classe alta. A composição "solta" da classe média, todavia, não é um fenómeno novo; tem sido uma característica duradoura da classe média desde a sua emergência no início do século XIX.

As ocupações técnicas, de gestão e administrativas encontram-se entre os sectores de crescimento mais rápido da classe média. Existem várias razões para tal. A primeira está relacionada com a importância das organizações de larga escala nas sociedades modernas (Ver Capítulo 12). A disseminação das burocracias criou oportunidades e uma procura de trabalhadores para trabalhar em contextos institucionais. Indivíduos como os médicos e os advogados que podiam ter sido empregados por conta própria anteriormente, tendem agora a trabalhar em ambientes institucionais. Em segundo lugar, o crescimento de profissionais técnicos é um reflexo da expansão do número de pessoas que trabalham em sectores da economia onde o governo desempenha um papel importante. A criação do estado de previdência social levou a um enorme crescimento no número dos profissionais envolvidos na execução das suas funções, como os trabalhadores sociais, os professores e os profissionais dos cuidados de saúde. Finalmente, com o aprofundamento do desenvolvimento da economia e da indústria, tem havido um aumento constante da procura dos serviços de peritos nos campos da justiça, finanças, contabilidade, tecnologia e sistemas de informação. Neste sentido, os técnicos podem ser vistos simultaneamente como um produto da era moderna e como um contributo central para a sua evolução e expansão.

Os técnicos, gestores e administradores de nível superior ganham a sua posição em grande medida devido à posse de *credenciais* – graus académicos, diplomas e outras qualificações. No seu conjunto, usufruem de carreiras relativamente seguras e bem remuneradas, e a sua separação das pessoas em empregos não manuais rotineiros tornou-se provavelmente mais acentuada nos últimos anos. Alguns autores viram neles e em outros grupos de topo um conjunto que viria a formar uma classe específica – a "classe gestora e técnica" (Ehrenreich e Ehrenreich, 1979). Todavia, o grau de divisão entre estes e os trabalhadores de colarinho branco em geral não parece ser suficientemente nítido ou profundo para tornar tal perspectiva defensável.

Outros autores têm examinado as formas pelas quais os profissionais de colarinho branco se juntam para maximizar os seus interesses e assegurar níveis mais elevados de recompensas materiais e de prestígio. O caso da classe médica ilustra este ponto com clareza (Parry e Parry, 1976). A classe médica organizou-se com sucesso de forma a proteger a sua posição na sociedade e a assegurar elevados níveis de recompensas materiais. Houve três dimensões de *profissionalismo* a permitir que tal acontecesse: a entrada para a profissão é restringida aos que satisfazem um conjunto apertado de critérios (qualificações); uma associação profissional regula e disciplina a conduta e desempenho dos seus membros; e é geralmente aceite que apenas os membros desta pro-

O crescimento dos "trabalhadores contratados"

A globalização, os avanços na tecnologia de informação e as mudanças na natureza do trabalho estão no seu conjunto a gerar um novo tipo de economia, muitas vezes designada como *economia do conhecimento* (ver Capitulo 13). Os sectores mais dinâmicos desta nova economia – computadores, finanças, *software*, telecomunicações – são sectores que estão dependentes de "trabalhadores do conhecimento": trabalhadores de colarinho branco que trabalham com e produzem *informação*, em vez de o fazerem com bens físicos.

Um dos sectores da classe média com maior crescimento é constituído por pessoas que trabalham no sector das tecnologias da informação. Estes chamados "trabalhadores contratados" estão empregados num largo espectro de posições, como desenhadores de páginas de internet, trabalhadores de comércio electrónico, publicitários e especialistas em marketing *on line*, analistas de dados, criadores de *software*, desenhadores gráficos e consultores financeiros. Apesar da diversidade de ocupações, os trabalhadores contratados estão unidos por uma série de características comuns. Tendem a passar a maior parte dos seus dias atrás de computadores, trabalhando em cenários não hierárquicos. Em vez de realizarem tarefas repetitivas, os trabalhadores contratados envolvem-se em actividades dinâmicas de resolução de problemas. É difícil estimar o número de trabalhadores contratados com alguma precisão, mas alguns autores estimaram que esse número corresponde a um terço da força de trabalho dos países da UE, sendo ligeiramente superior nos Estados Unidos. Em todo o caso, a economia do conhecimento encontra-se ainda na sua fase de emergência; parece certo que a população de trabalhadores contratados irá aumentar.

Os "trabalhadores contratados" estão entre aqueles na dianteira da adopção de uma nova cultura política que está a transcender as políticas tradicionais de "esquerda-direita". Nesta nova ordem, as posições políticas baseiam-se menos nas questões tradicionais de classe, como a política fiscal e a provisão de riqueza estatal, e mais em questões de "estilo de vida" que reflectem preocupações e valores pessoais (Clark e Hoffman-Martinot, 1998).

fissão estão qualificados para praticar medicina. Através de tais canais, as associações profissionais autogeridas são capazes de excluir da profissão indivíduos indesejáveis e incrementar a posição dos seus próprios membros no mercado.

A mudança de natureza da classe trabalhadora

Marx acreditava que a classe trabalhadora – pessoas que trabalham na indústria como trabalhadores manuais – tornar-se-ia progressivamente maior. Esta crença era a base da sua visão de que a classe trabalhadora iria criar as condições para uma transformação revolucionária da sociedade. Na verdade, a classe trabalhadora tornou-se cada vez mais pequena. Apenas há um quarto de século, 40% da população trabalhadora estava em empregos manuais. Agora, no Reino Unido, apenas 18% da mesma se encontra nestes, e a proporção encontra-se ainda a descer. Para além disso, as condições em que a classe trabalhadora vive, e os estilos de vida que segue, estão a alterar-se.

A sociedade britânica, tal como a da maioria dos países industrializados, tem um número considerável de pessoas pobres. Todavia, a maioria dos indivíduos que trabalham em ocupações manuais já não vivem na pobreza. Tal como foi mencionado anteriormente, o rendimento dos trabalhadores manuais aumentou consideravelmente desde a viragem do século. Este aumento do nível de vida exprime-se no aumento da capacidade de consumo de bens por todas as classes. Actualmente, cerca de 50% dos trabalhadores manuais são proprietários das casas em que habitam. Uma grande proporção das famílias possui carros, máquinas de lavar, televisões e telefones.

O fenómeno da prosperidade da classe trabalhadora sugere, porém, outra via possível em direcção a uma sociedade mais de "classe média". Será que os trabalhadores manuais, à medida que ficam mais abastados, se tornam mais classe média? Esta ideia, com o gosto característico dos sociólogos por nomes embaraçosos, tornou-se conhecida como a *tese do aburguesamento*. Aburguesamento significa "tornar-se mais burguês", um termo de estilo marxista para significar "tornar-se mais classe média". Nos anos 50, quando a tese foi pela primeira vez avançada, os seus apoiantes argumentaram que muitos dos trabalhadores manuais que ganhavam salários de classe média iriam também adoptar os valores, a aparência e os estilos de vida desta. Havia a crença amplamente partilhada de que o progresso na sociedade industrial estava a ter um forte efeito na configuração da estratificação social.

Nos anos 60, John Goldthorpe e os seus colegas efectuaram aquilo que veio a ser um estudo muito conhecido sobre a hipótese do aburguesamento. Ao conduzir o estudo, os autores argumentaram que, se a tese do aburguesamento fosse verdadeira, os empregados manuais abastados deveriam ser virtualmente indistinguíveis dos trabalhadores de colarinho branco em termos das suas atitudes face ao trabalho, estilo de vida e posicionamento político. Com base em entrevistas a trabalhadores das indústrias automóvel e química da zona de Luton, a pesquisa foi publicada em três volumes. É muitas vezes identificada como o estudo do *Trabalhador Abastado** (Goldthorpe *et al.*, 1968-9). Foram estudados, no total, 229 trabalhadores manuais junto com 54 trabalhadores de colarinho branco para fins de comparação. Muitos dos trabalhadores manuais tinham migrado para a zona à procura de trabalho bem pago; em comparação com a maioria dos outros trabalhadores manuais eram de facto bem pagos, ganhando mais do que a maior parte dos trabalhadores de colarinho branco de baixo nível.

Goldthorpe e colegas debruçaram-se sobre três dimensões das atitudes da classe trabalhadora e encontraram muito pouco apoio para a tese de aburguesamento. Em termos de perspectiva económica e de atitudes face ao trabalho, os autores concordaram que muitos dos trabalhadores tinham adquirido um nível de vida de classe média com base nos seus rendimentos e na propriedade de bens de consumo. Porém, esta relativa prosperidade foi obtida através de posições caracterizadas por benefícios pobres, poucas oportunidades de promoção e baixa satisfação no trabalho. Os autores do estudo constataram que os trabalhadores abastados tinham uma *orientação instrumental* face ao seu trabalho: viam-no como um meio para um fim, o de ganhar bons salários. O seu trabalho era, essencialmente, repetitivo e desinteressante, e tinham pouco compromisso directo com o mesmo.

Apesar dos níveis de prosperidade comparáveis aos dos trabalhadores de colarinho branco, os trabalhadores deste estudo não se associavam aos mesmos nos seus tempos de lazer, nem aspiravam a subir na escala de classe. Goldthorpe e colegas verificaram que a maioria da socialização tinha lugar em casa com membros directos da família, ou com os vizinhos da classe trabalhadora. Existiam poucos indicadores de que estes trabalhadores se estavam a mover no sentido dos valores e normas da classe média. Em termos de posicionamento político, os autores constataram que havia uma correlação negativa entre a prosperidade da classe trabalhadora e o apoio ao Partido Conservador. Os apoiantes da tese do aburguesamento tinham previsto que o crescimento da prosperidade entre a classe trabalhadora iria enfraquecer o seu apoio tradicional ao Partido Trabalhista.

Aos olhos dos seus autores, os resultados deste estudo eram esclarecedores: a tese do aburguesamento era falsa. Estes trabalhadores não estavam em vias de se tornarem da classe média. Todavia, Goldthorpe e seus colegas conceberam a possibilidade de existência de alguma convergência em alguns pontos entre a classe média baixa e o escalão mais alto da classe trabalhadora. Os trabalhadores abastados partilhavam com os seus colegas de colarinho branco padrões semelhantes de consumo económico, uma visão do mundo centrada na família, e um apoio ao *colectivismo instrumental* no local de trabalho (a acção colectiva através de sindicatos para melhorar salários e condições de vida).

Não foi feita desde então qualquer pesquisa comparável e, por isso, não está claro até que ponto as conclusões de Goldthorpe e seus colegas, ainda que válidas na altura, continuam a ser verdadeiras hoje

* Nota do revisor científico: a obra de Goldthorpe e seus colaboradores intitula-se *The Affluent Worker in the Class Structure* (ver bibliografia).

em dia. Aceita-se, de uma forma geral, que as velhas comunidades tradicionais da classe trabalhadora tenderam a fragmentar-se ou, pura e simplesmente, a desintegrar-se com o declínio da indústria e o impacto do consumismo. Contudo, o alcance dessa fragmentação permanece aberto à discussão.

Classe e estilo de vida

Ao analisar a posição de classe, os sociólogos têm tradicionalmente confiado em indicadores convencionais da posição de classe, como a posição no mercado, as relações com os meios de produção e a ocupação. Mais recentemente, alguns autores argumentaram que devíamos avaliar a posição de classe dos indivíduos não só, ou mesmo não principalmente, em termos económicos e de emprego, mas também em relação com factores culturais como o estilo de vida e os padrões de consumo. De acordo com esta abordagem, a nossa era é uma era em que os "símbolos" e os marcadores relacionados com o *consumo* estão a jogar um papel ainda maior na vida diária. As identidades pessoais dos indivíduos são estruturadas, numa grande extensão, em torno de escolhas de **estilo de vida** – como vestir-se, o que comer, como cuidar do corpo e onde relaxar – e menos em torno de indicadores de classe mais tradicionais, como o emprego.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu vê os grupos de classes como identificáveis de acordo com os seus diferentes níveis de *capital cultural e económico* (1986). Os indivíduos distinguem-se cada vez mais uns dos outros não de acordo com factores económicos ou ocupacionais, mas com base nos seus gostos culturais e de lazer. São ajudados neste processo pela proliferação de "comerciantes de necessidades", o número crescente de pessoas envolvidas na apresentação e representação de bens e serviços – simbólicos ou reais – de consumo no sistema capitalista. Publicitários, técnicos de marketing, estilistas de moda, consultores de estilo, desenhadores de interiores, treinadores pessoais, terapeutas e criadores de páginas de internet, apenas para nomear alguns, todos influenciam os gostos culturais e a promoção de escolhas de estilos de vida numa comunidade de consumidores em crescimento constante.

Outros académicos concordaram com a asseveração de Bourdieu de que a divisão de classes pode ligar-se com estilos de vida e padrões de consumo distintos. Assim, falando de agrupamentos no interior da classe média, Savage *et al.* (1992) identificaram três sectores a partir dos seus "bens" e gostos culturais. Os profissionais nos serviços públicos, que possuem "capital cultural" elevado e baixo "capital económico", tendem a seguir estilos de vida activos e saudáveis que envolvem exercício, baixo consumo de álcool e participação em actividades comunitárias e culturais. Os gestores e burocratas, pelo contrário, possuem tipicamente padrões "indistintos" de consumo que envolvem níveis médios ou baixos de exercício, pouca participação em actividades culturais e uma preferência por estilos tradicionais na moda e nas mobílias da habitação. O terceiro agrupamento, os "pós-modernos", seguem um estilo de vida a que falta qualquer princípio definidor e que pode conter elementos que tradicionalmente não se encontram associados. Assim, o interesse por andar a cavalo e o interesse pela literatura clássica podem ser acompanhados por uma fascinação por desportos radicais como a escalada e o gosto por *raves* e pelo *Ecstasy*.

No essencial, seria difícil questionar a ideia de que a estratificação no seio das classes, bem como entre as classes, acaba por depender não só de diferenças em termos de ocupações, mas também de diferenças ao nível do consumo e dos estilos de vida. Basta atentar nas tendências apresentadas globalmente na sociedade. Nas sociedades industrializadas, por exemplo, a rápida expansão da economia de serviços e da indústria do entretenimento e do lazer reflectem uma ênfase crescente no consumo. As sociedades modernas tornaram-se sociedades de consumo, viradas para a aquisição de bens materiais. Sob certos pontos de vista, uma sociedade de consumo é uma "sociedade de massas", onde as diferenças de classe são, em certo grau, postas de lado. No entanto, as diferenças de classe podem igualmente ser *intensificadas* através de variações nos estilos de vida e nos "gostos" (Bourdieu, 1986).

Contudo, embora mantendo estas mudanças em mente, é impossível ignorar o papel crucial desempenhado pelos factores económicos na reprodução das desigualdades sociais. Para a maior parte dos autores, os indivíduos que suportam privações extremas em termos sociais e materiais não estão a fazê-lo como parte de uma escolha de estilo de vida. Pelo contrário, as suas circunstâncias de vida são constrangidas

Uma educação enriquecida, que se apoia no capital cultural, tem sido vista por muitos como o caminho para minar a estratificação de classes imposta pelas desigualdades económicas.

por factores relacionados com a estrutura ocupacional e económica (Crompton, 1998).

A subclasse

O termo "subclasse" é usado muitas vezes para descrever o segmento da população localizado no fundo da estrutura de classes. Os membros da subclasse têm níveis de vida significativamente mais baixos do que a maioria das pessoas na sociedade. É um grupo caracterizado por múltiplas desvantagens. Muitos são desempregados de longa duração, ou transitam de emprego em emprego. Alguns são sem abrigo, ou não têm um sítio permanente onde viver. Os membros da subclasse podem permanecer dependentes, por longos períodos de tempo, dos benefícios da segurança social. A subclasse é frequentemente descrita como "marginalizada" ou "excluída" da forma de vida mantida pela maioria da população.

A subclasse é frequentemente associada aos grupos étnicos minoritários menos privilegiados. Muito do debate acerca da subclasse teve origem nos EUA, onde a preponderância de negros pobres que vivem em áreas do interior das cidades despoletou o debate acerca de uma "subclasse negra" (W. J. Wilson, 1978; Murray, 1984, 1990). Contudo, não se trata apenas de um fenómeno norte-americano. Na Grã-Bretanha, os negros e asiáticos estão desproporcionalmente representados na subclasse. Em alguns países europeus, os trabalhadores imigrantes que obtiveram emprego em tempos de maior prosperidade, há cerca de vinte anos, constituem agora uma grande parte deste sector. É o que acontece, por exemplo, com os imigrantes Argelinos em França e com os imigrantes Turcos na Alemanha.

A natureza – e a própria existência – de uma subclasse é debatida de forma calorosa em Sociologia. Iremos analisar o tópico da subclasse com maior detalhe no Capítulo 11.

Género e estratificação

Os estudos sobre a estratificação foram durante muitos anos "cegos em relação ao género" – foram escritos como se as mulheres não existissem, ou como se não tivessem importância ou interesse quando se analisavam divisões de poder, de riqueza e de prestígio. Contudo, o próprio género é um dos exemplos mais profundos de estratificação. Não existe nenhuma sociedade em que os homens não tenham, em certos aspectos da vida social, mais riqueza, maior estatuto e influência do que as mulheres.

Um dos principais problemas colocados pelo estudo do género e da estratificação nas sociedades modernas parece simples, mas acaba por ser de difícil resolução. É a questão de se saber até que ponto poderemos entender as desigualdades de género nos tempos modernos em termos principalmente da divisão de classes. As desigualdades de género estão historicamente mais enraizadas do que o sistema de classes; os homens detêm uma posição superior às mulheres mesmo nas sociedades de caça e recolecção onde não existem classes. Porém, as divisões de classe são tão fortes nas sociedades modernas, que não existem dúvidas de que se sobrepõem substancialmente às desigualdades de género. A posição material da maioria das mulheres tende a reflectir a dos seus pais ou maridos; por isso, pode-se argumentar que devemos explicar as desigualdades de género principalmente em termos de classe.

A determinação da posição de classe da mulheres

A ideia de que as desigualdades de classe governam em grande medida a estratificação de género foi, até muito recentemente, uma assunção não assumida. Todavia, as críticas feministas e as mudanças inegáveis no papel económico das mulheres em muitas sociedades ocidentais tornaram este assunto aberto ao debate.

A "posição convencional" na análise de classes é a de que o trabalho remunerado das mulheres é relativamente insignificante em comparação com o dos homens, e que, por isso, as mulheres podem ser consideradas como pertencendo à mesma classe social que os seus maridos (Goldthorpe, 1983). De acordo com Goldthorpe, cujo esquema de classes dependeu originalmente deste pressuposto, não se trata de uma visão baseada numa ideologia sexista. Pelo contrário, ela reconhece a posição subordinada em que se encontra a maioria das mulheres na força de trabalho. É mais provável que as mulheres tenham empregos a tempo parcial do que os homens, e tendam a ter uma maior experiência de emprego intermitente, pois podem retirar-se por longos períodos para dar à luz e cuidar das suas crianças (ver Capítulo 13). Dado a maioria das mulheres ter tradicionalmente uma posição de dependência económica em relação aos maridos, conclui-se que a sua posição de classe é determinada na maior parte dos casos pela posição de classe do marido.

A argumentação de Goldthorpe tem sido criticada de variadas formas. Em primeiro lugar, numa proporção substancial de agregados familiares o rendimento das mulheres é essencial para manter a posição económica e o estilo de vida da família. Nestas circunstâncias, o emprego remunerado da mulher determina em parte a posição de classe de toda a família. Em segundo lugar, o emprego de uma esposa pode, por vezes, determinar a posição da família como um todo. Mesmo quando uma mulher trabalhadora ganha menos do que o marido, a posição profissional dela pode ser o factor-chave que influencia a classe do marido. Isto pode acontecer, por exemplo, no caso de o marido ser um trabalhador manual especializado ou semiespecializado, e a sua mulher ser gerente de uma loja.

Em terceiros lugar, em situações em que existem agregados familiares de "classe mista" – nos quais o trabalho do marido pertence a uma categoria diferente do da esposa – poderão existir certos objectivos para os quais será mais realista tratar os homens e mulheres, ainda que pertençam ao mesmo agregado familiar, como tendo posições de classe diferentes. Em quarto lugar, a proporção de famílias em que a mulher é a única fonte de sustento está a aumentar. O número crescente de mães solteiras e de mulheres trabalhadoras celibatárias sem filhos constitui um testemunho deste facto. Este tipo de mulheres tem por definição uma influência determinante sobre a

"O aparecimento de mulheres trabalhadoras de sucesso e de maridos que cuidam da casa desarranjou as classificações de classe tradicionais baseadas no homem como fonte de sustento de um agregado familiar dependente".

posição de classe dos seus agregados familiares, excepto no caso em que o usufruto de uma pensão de alimentos coloca a mulher no mesmo nível económico do ex-marido (Sanworth, 1984; Walby, 1986).

Goldthorpe e outros autores têm defendido a posição convencional, contudo foram incorporadas no seu esquema algumas modificações importantes. Para fins de pesquisa, o parceiro de classe mais elevada pode ser usado para classificar o agregado familiar, quer essa pessoa seja um homem ou uma mulher. Em vez da classificação baseada "ganha-pão masculino", a classificação do agregado é agora determinada pelo "ganha-pão dominante". Para além disso, a classe III do esquema de Goldthorpe foi dividida em duas subcategorias de forma a reflectir a preponderância das mulheres em trabalhos de colarinho branco de nível inferior. Quando o esquema é aplicado a mulheres, a classe IIIB (trabalhadores não manuais nos serviços e vendas) é tratada como a classe VII. Isto é visto como uma representação mais precisa da posição das mulheres não especializadas ou semiespecializadas no mercado de trabalho.

Para além do agregado familiar?

Desenvolvendo o debate acerca da atribuição de posições de classe, alguns autores sugeriram que a posição de classe de um indivíduo deveria ser determinada sem referência ao agregado familiar. Por outras palavras, a classe social deveria ser avaliada a partir da ocupação, de forma independente para cada indivíduo, sem referências específicas às suas circunstâncias domésticas. Esta abordagem foi assumida, por exemplo, no trabalho de Gordon Marshall e seus colegas num estudo sobre o sistema de classes no Reino Unido (Marshall *et al.*, 1988).

Contudo, tal perspectiva possui também as suas dificuldades. Deixa de parte aqueles que não têm emprego remunerado, incluindo não só donas de casa a tempo inteiro, mas também pessoas reformadas e desempregadas. Os dois últimos grupos podem ser classificados de acordo com as últimas ocupações que tiveram, o que pode ser problemático se já não trabalharem há algum tempo. Além disso, parece potencialmente erróneo ignorar por inteiro o agregado familiar. O facto de os indivíduos estarem sós ou integrados num agregado doméstico pode acarretar grandes diferenças em termos das oportunidades de que dispõem.

O impacto do emprego das mulheres nas divisões de classe

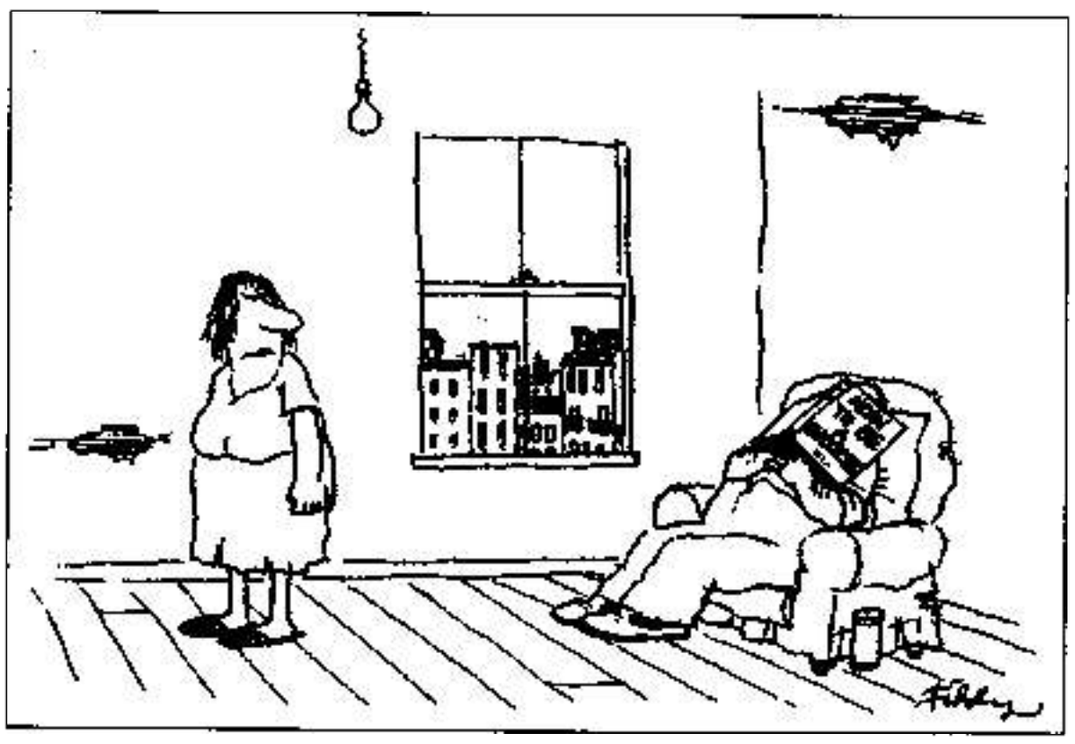
A entrada das mulheres no mundo do emprego assalariado teve um impacto significativo no rendimento dos agregados familiares. Todavia, este impacto tem sido sentido de forma desigual e pode estar a conduzir a uma acentuação das divisões de classe entre agregados familiares. Um número crescente de mulheres está a mover-se em direcção a posições técnicas e de gestão e a ganhar salários elevados. Isto está a contribuir para a polarização, por um lado, entre "agregados com dois ganhadores" de rendimento elevado e, por outro, agregados "com um único ganhador" ou "sem qualquer ganhador" (ver Capítulo 13).

A pesquisa demonstrou que as mulheres com salários elevados tendem a ter parceiros com ordenados elevados, e também que as esposas de homens com profissões técnicas ou de gestão têm salários mais altos do que as outras mulheres empregadas. O casamento tende a produzir associações em que ambos os indivíduos são relativamente privilegiados ou desprivilegiados em termos do seu estatuto profissional (Bonney, 1992).

O impacto da associação entre dois parceiros que trabalham é ampliado pelo facto de a idade média para se ter filhos estar a aumentar, particularmente entre as mulheres profissionais. O número crescente de casais sem filhos, em que ambos trabalham, está a ajudar a aumentar o fosso entre os agregados com maior e menor remuneração.

Mobilidade social

Ao estudar a estratificação temos de ter em consideração não apenas as diferenças entre posições económicas ou profissões, mas também o que acontece aos indivíduos que as ocupam. O termo **mobilidade social** refere-se ao movimento de indivíduos e grupos entre diferentes posições socioeconómicas. Por **mobilidade vertical** entende-se o movimento ascendente ou descendente na escala socioeconómica. Diz-se que aqueles que ganham em termos de propriedade, rendimento ou *status* têm uma *mobilidade ascendente*, enquanto os que se movem na direcção oposta possuem uma *mobilidade descendente*. Nas sociedades modernas existe também bastante **mobilidade lateral**, que se refere à movimentação geográfica entre bairros, cidades ou regiões. A mobilidade vertical e a lateral estão muitas vezes associadas. Por exemplo, um indivíduo que trabalhe numa empresa numa determinada cidade pode ser promovido a uma posição mais alta numa sucursal da firma localizada noutra cidade ou mesmo noutro país.



Existem duas formas de estudar a mobilidade social. Em primeiro lugar, podem observar-se as próprias carreiras dos indivíduos – detectar até que ponto ascenderam ou desceram na escala social no decurso das suas vidas profissionais. Chama-se a isto normalmente **mobilidade intrageracional**. Alternativamente, pode-se analisar até que ponto os filhos estão no mesmo tipo de ocupações dos seus pais ou avós. A mobilidade através das gerações é designada como **mobilidade intergeracional**.

Estudos comparativos sobre a mobilidade

A quantidade de mobilidade vertical numa sociedade é um indicador maior do seu grau de "abertura", revelando até onde podem subir na escala socioeconómica os indivíduos talentosos de origem humilde. Neste sentido, a mobilidade social é um assunto político importante, particularmente em estados comprometidos com a visão liberal de igualdade de oportunidades para todos os cidadãos. Até que ponto os países industrializados são "abertos" em termos de mobilidade social? Existe uma maior igualdade de oportunidades na Grã-Bretanha do que noutros países?

Durante um período de mais de cinquenta anos foram conduzidos estudos acerca da mobilidade social, englobando frequentemente comparações internacionais. Um estudo importante foi conduzido por Peter Blau e Otis Dudley Duncan nos anos 60 (Blau e Duncan, 1967). A sua investigação continua a ser o estu o mais detalhado da mobilidade social até agora conduzido em qualquer país. (Por muito vasto que tenha sido, e como a maioria dos estudos sobre mobilidade, está sujeito às críticas anteriormente enumeradas – todas as pessoas estudadas eram do sexo masculino.) Blau e Duncan recolheram dados a partir de uma amostra nacional de 20 000 homens. Concluíram que existe bastante mobilidade vertical nos Estados Unidos, mas quase sempre entre posições profissionais muito próximas umas das outras. A mobilidade de "largo alcance" é rara. Embora o movimento descendente ocorra, tanto ao nível das carreiras dos i divíduos como a nível intergeracional,

é muito menos comum do que a mobilidade ascendente. A razão para tal é o facto de os empregos de colarinho branco e técnicos terem aumentado muito mais rapidamente do que os manuais, uma mudança que criou oportunidades para os filhos de trabalhadores manuais se moverem para posições de colarinho branco. Blau e Duncan enfatizam a importância da educação e da formação para as hipóteses de sucesso dos indivíduos. Na sua opinião, a mobilidade ascendente é, de uma forma geral, característica das sociedades industriais e contribui para a estabilidade e a integração social.

O estudo internacional sobre a mobilidade mais elaborado talvez seja o efectuado por Seymour Martin Lipset e Reinhard Bendix (1959). Os autores analisaram dados de nove sociedades industrializadas – Grã-Bretanha, França, Alemanha Ocidental, Suécia, Suíça, Japão, Itália e Estados Unidos da América –, concentrando-se na mobilidade de homens abrangendo desde os trabalhadores manuais aos trabalhadores de colarinho branco. Contrariamente às suas expectativas, não encontraram provas no sentido dos EUA serem mais abertos do que as sociedades europeias. A mobilidade vertical total entre as posições manuais e as de colarinho branco era de 30% nos EUA e nas outras sociedades variava entre 27 e 31%. Lipset e Bendix concluíram que todos os países, no que respeita à expansão de empregos de colarinho branco, estavam a passar por mudanças semelhantes. Tal levou a um "surto de mobilidade ascendente" de dimensões comparáveis em todas elas. Outros autores têm questionado os seus resultados, argumentando que se teriam encontrado diferenças significativas entre os países se tivesse sido prestada maior atenção à mobilidade descendente, e se a mobilidade de longo alcance tivesse sido considerada (Heath, 1981; Grusky e Hauser, 1984).

A maioria dos estudos sobre a mobilidade social, tal como os aqui descritos, centram-se em dimensões "objectivas" da mobilidade – isto é, quanta mobilidade parece existir, em que direcções, e para que partes da população. Gordon Marshall e David Firth (1999) assumiram uma abordagem diferente no seu estudo comparativo da mobilidade; investigaram os sentimentos "subjectivos" das pessoas acerca da mudança de posição de classe. Os autores realizaram a sua pesquisa em resposta ao que designaram como "especulação não consubstanciada" entre sociólogos acerca dos efeitos prováveis da mobilidade sobre o sentido de bem-estar dos indivíduos. Enquanto alguns autores têm argumentado que a mobilidade social produz um certo sentido de desequilíbrio, isolamento e desenraizamento, outros têm assumido uma visão mais optimista, sugerindo que acaba por ocorrer inevitavelmente um processo gradual de adaptação à nova classe.

Usando dados empíricos de dez países – Bulgária, a antiga Checoslováquia, Estónia, Alemanha, Polónia, Rússia, Eslovénia, Estados Unidos e Reino Unido – Marshall e Firth examinaram se a mobilidade de classe estava relacionada com um maior sentido de satisfação ou insatisfação com aspectos da vida quotidiana como a família, a comunidade, o trabalho, o rendimento e a política. No geral, os autores encontraram poucas evidências para a existência de uma associação entre as experiências de classe dos indivíduos e a sua satisfação com a vida em geral. Este resultado verificava-se quer entre os indivíduos que se tinham movido a partir de origens de classe trabalhadora para posições de classe média, quer entre aqueles que se tinham movido de forma descendente.

Mobilidade descendente

Embora a mobilidade descendente seja menos comum do que a ascendente, é ainda assim um fenómeno bastante difundido. A mobilidade descendente intrageracional é também comum. Este tipo de mobilidade está muitas vezes associado a problemas psicológicos e a ansiedades, dado os indivíduos deixarem de ser capazes de manter o estilo de vida a que estavam habituados. A falta de trabalho é outra das principais causas de mobilidade descendente. Por exemplo, as pessoas de meia idade, que perdem os seus empregos, sentem dificuldades em encontrar novo emprego ou só conseguem arranjar trabalho com um nível de rendimento mais baixo que o anterior.

Até agora foram realizados poucos estudos sobre a mobilidade descendente no Reino Unido. É provável, contudo, que a mobilidade descendente, inter e intrageracional, esteja a aumentar na Grã-Bretanha, como acontece nos Estados Unidos da América. Nos Estados Unidos tem havido recentemente bastantes estudos acerca do fenómeno. Durante os anos 80 e princípios de 90, pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial, deu-se uma descida global do rendi-

mento real médio (rendimentos após o ajustamento da inflação) dos norte-americanos com ocupações de colarinho branco de nível médio. Assim, mesmo que este tipo de empregos continue a expandir-se em relação aos outros, podem não sustentar as aspirações de estilo de vida de outrora.

A reestruturação das empresas e o emagrecimento são os principais motivos que levam a estas mudanças. Face à crescente competição global, muitas empresas reduziram as suas forças de trabalho. Foram extinctos empregos de colarinho branco e azul a tempo inteiro – e substituídos por ocupações mal pagas a tempo parcial.

Actualmente, a mobilidade descendente nos Estados Unidos é particularmente comum entre mulheres divorciadas ou separadas com filhos. Mulheres que usufruíam de um estilo de vida moderadamente confortável e de classe média, quando eram casadas, encontram-se frequentemente a viver de forma precária e ao nível da subsistência depois de divorciadas. Em muitos casos, a pensão de alimentos é pequena ou inexistente; as mulheres que tentam conjugar o trabalho, a educação dos filhos e as responsabilidades domésticas consideram difícil atingir os seus objectivos (Schwarz e Volgy, 1992).

Mobilidade social na Grã-Bretanha

Os níveis gerais de mobilidade foram estudados extensivamente na Grã-Bretanha, no período pós-guerra – embora uma vez mais virtualmente toda a pesquisa se tenha concentrado sobre os homens. Um primeiro estudo foi dirigido por David Glass (1954). O trabalho de Glass analisou a mobilidade intergeracional durante um longo período de tempo até aos anos 50. Os seus resultados correspondem aos anteriormente salientados no que respeita a dados internacionais (cerca de 30% de mobilidade de funções manuais para funções de colarinho branco). A pesquisa de Glass serviu em grande medida de suporte aos autores que procederam a comparações internacionais. No conjunto, Glass concluiu que a Grã-Bretanha não era uma sociedade particularmente "aberta". Embora existisse uma boa percentagem de mobilidade, a maior parte desta era de pequeno alcance. A mobilidade ascendente era muito mais comum do que a descendente, e estava sobretudo concentrada nos níveis médios da estrutura de classes. As pessoas no fim da escala tendiam a permanecer aí; quase 50% dos filhos de trabalhadores em profissões técnicas e profissionais de nível elevado ou de gestão estavam em ocupações semelhantes às dos seus pais. Glass também encontrou um elevado grau deste tipo de "auto-recrutamento" nas posições de elite na sociedade.

Outra importante pesquisa, conhecida como o Estudo de Mobilidade de Oxford, foi conduzida por John Goldthorpe e colegas, com base em achados de um inquérito de 1972 (Goldthorpe, Llewellyn e Payne, 1980). Os autores procuraram investigar até que ponto os padrões de mobilidade social se tinham alterado desde os tempos do estudo de Glass, concluindo que o nível geral de mobilidade dos homens era de facto mais elevado do que no período anterior e tinha uma maior amplitude. A principal razão para tal, contudo, não residia no facto do sistema ocupacional se ter tornado mais igualitário. Pelo contrário, a origem das mudanças encontrava-se na aceleração contínua do crescimento do número de empregos de colarinho branco em relação aos postos manuais. Os investigadores descobriram que dois terços dos filhos dos trabalhadores manuais não especializados ou semiespecializados tinham eles próprios também ocupações manuais. Cerca de 30% dos técnicos e quadros superiores provinham da classe trabalhadora, enquanto 4% dos homens com funções manuais eram oriundos de meios "técnicos" ou de quadros directivos.

Apesar de encontrar provas da existência de maiores taxas de mobilidade social absoluta, o Estudo de Mobilidade de Oxford concluiu que as hipóteses relativas de mobilidade entre segmentos diferentes da população na Grã-Bretanha permaneciam altamente desiguais, e que as desigualdades de oportunidades permaneciam largamente enraizadas na estrutura de classes.

O Estudo de Mobilidade de Oxford foi actualizado com base em novo material recolhido cerca de dez anos depois (Goldthorpe e Payne, 1986). Os principais achados do trabalho anterior foram corroborados, mas foram encontrados novos desenvolvimentos. Por exemplo, as hipóteses de rapazes oriundos de famílias de trabalhadores manuais obterem um emprego técnico ou de gestão tinham aumentado. Uma vez mais, tal devia-se às mudanças na estrutura ocupacional, que produziram uma diminuição de empregos manuais relativamente a um maior número de empregos de colarinho branco.

A Grã-Bretanha será uma meritocracia?

Peter Saunders (1990, 1996) tem sido um dos críticos mais vorazes da tradição de pesquisa britânica sobre mobilidade social que inclui estudos como os de Glass e de Goldthorpe. De acordo com Saunders, a Grã-Bretanha é uma verdadeira **meritocracia** porque as recompensas vão naturalmente para aqueles que têm melhor desempenho e capacidade para alcançar objectivos. Na sua perspectiva, a capacidade e o esforço são os factores-chave do sucesso ocupacional, e não os antecedentes de classe. Saunders usou dados empíricos obtidos a partir do Estudo Nacional sobre o Desenvolvimento Infantil para demonstrar que as crianças que são inteligentes e trabalhadoras irão obter sucesso independentemente das vantagens ou desvantagens sociais que possam experienciar. Nesta perspectiva, a Grã-Bretanha pode ser uma sociedade desigual, mas é uma sociedade justa.

Em resposta a este ponto de vista, Richard Breen e John Goldthorpe criticam Saunders tanto em termos teóricos como metodológicos (1999). Acusam Saunders de introduzir enviesamentos na sua análise dos dados provenientes do inquérito, como sucede com a exclusão de participantes desempregados. Breen e Goldthorpe fornecem uma análise alternativa dos mesmos dados usados por Saunders e produzem resultados radicalmente diferentes que consubstanciam a crença de ambos na importância das barreiras de classe para a mobilidade social. Os autores concluem que o mérito individual é com toda a certeza um factor que contribui para a determinação da posição de classe dos indivíduos, mas que a "classe de origem" continua a ser uma influência poderosa. De acordo com Breen e Goldthorpe, as crianças de antecedentes/origens menos privilegiadas têm que mostrar *mais* mérito do que aqueles que são privilegiados para alcançar posições de classe semelhantes.

Marshall-e colegas obtiveram resultados nos anos 80 que corroboram em grade medida os encontrados por Goldthorpe e outros. No Estudo de Mobilidade de Essex, os autores descobriram que cerca de um terço das pessoas em cargos elevados de colarinho branco ou cargos técnicos provinha de famílias de trabalhadores manuais. Descobertas como estas demonstram a existência de uma quantidade substancial de fluidez na sociedade britânica: é, de facto, possível para muitas pessoas subir na hierarquia social, tanto em termos de mobilidade intrageracional como intergeracional. Porém, as proporções encontram-se ainda enviesadas contra as mulheres cujas hipóteses de mobilidade estão limitadas pela sua excessiva representação em trabalhos rotineiros não manuais. O carácter fluido da sociedade moderna deriva principalmente da sua propensão para elevar ocupações. Marshall e os seus colegas concluem: "a existência de mais espaço no topo não tem sido acompanhada por uma maior igualdade de oportunidades para aí chegar" (Marshall *et al.*, 1988, p.138). Contudo, deve ter-se em mente algo que já foi salientado anteriormente: a mobilidade é um processo a longo termo e, se a sociedade se está a tornar mais "aberta", os efeitos integrais de tal processo não serão visíveis antes de passar uma geração.

Género e mobilidade social

Embora a maior parte da pesquisa sobre mobilidade social se centre nos homens, nos últimos anos começou a ser prestada maior atenção aos padrões de mobilidade entre as mulheres. Numa altura em que as raparigas estão a superar o rendimento dos rapazes nas escolas e as mulheres estão em maior número que os homens no ensino superior, é tentador concluir-se que as desigualdades entre os géneros podem estar a diminuir na sociedade. Ter-se-á a estrutura ocupacional tornado mais "aberta" para as mulheres ou serão ainda as suas oportunidades de mobilidade guiadas em grande medida pela sua origem familiar e social?

Um estudo de coortes recente realizado pelo Conselho de Pesquisa Económica e Social, *Vinte e poucos anos nos anos 90*, acompanhou a vida de 9 000 britâ-

nicos nascidos durante a mesma semana nos anos 70. No inquérito mais recente aos participantes, aos vinte e seis anos de idade, descobriu-se que a classe de origem e os antecedentes familiares continuam a ser influências poderosas tanto para os homens como para as mulheres. O estudo concluiu que os jovens que estão a lidar melhor com a transição para a idade adulta são os que obtiveram uma melhor educação, adiaram o casamento e os filhos, e têm pais em ocupações técnicas ou profissionais de nível elevado. Os indivíduos com origens menos privilegiadas têm uma maior tendência para aí permanecer.

No seu conjunto, o estudo constatou que as mulheres de hoje estão a encontrar oportunidades muito maiores do que as suas congéneres da geração anterior. As mulheres da classe média foram as principais beneficiárias da maioria das mudanças referidas anteriormente: é tão provável que entrem na universidade e se movam para cargos bem pagos como os seus pares do sexo masculino. Esta tendência no sentido de uma maior igualdade encontra-se também reflectida no aumento de confiança e de sentido de auto-estima das mulheres, quando comparadas com uma coorte de mulheres nascidas doze anos antes.

As hipóteses das mulheres desenvolverem uma boa carreira estão a aumentar, mas permanecem dois grandes obstáculos. Os gestores e empregadores do sexo masculino ainda discriminam as candidatas mulheres. Fazem-no, pelo menos em parte, devido à sua crença de que "as mulheres não estão verdadeiramente interessadas em carreiras", e de que é provável que abandonem o seu emprego quando iniciarem uma família. O facto de terem filhos tem, de facto, um efeito substancial sobre as hipóteses de carreira das mulheres. Isto não acontece por não estarem interessadas em construir carreiras, mas porque são de facto forçadas a escolher entre a progressão na carreira e a maternidade. Os homens raramente se prestam a partilhar todas as responsabilidades do trabalho doméstico e da educação dos filhos. Embora hoje em dia muitas mais mulheres estejam a organizar as suas vidas domésticas de forma a prosseguirem uma carreira, existem ainda grandes obstáculos no seu caminho.

Conclusão

Embora nas sociedade modernas, a influência tradicional da classe esteja em certa medida a enfraquecer, particularmente em termos das identidades das pessoas, as divisões de classe permanecem no centro das desigualdades económicas. As classes continuam a exercer uma grande influência nas nossas vidas, e a pertença de classe está associada a uma série de desigualdades, desde desigualdades nas expectativas de vida e na saúde física em geral a desigualdades no acesso à educação e a empregos bem remunerados.

As desigualdades entre os pobres e os mais afortunados cresceram, nos últimos vinte anos, na Grã-Bretanha. Será o crescimento da desigualdade entre classes o preço a pagar para assegurar o desenvolvimento económico? Este pressuposto foi particularmente proeminente durante o período do governo Thatcher. O argumento era o de que a busca da riqueza cria o desenvolvimento económico, porque constitui uma força motivadora que encoraja à inovação e à acção. Muitos autores argumentam que, actualmente, a globalização e a não regulação dos mercados económicos estão a conduzir a um alargamento do fosso entre os ricos e os pobres e a "acentuar" as desigualdades entre as classes.

Porém, é importante relembrar que as nossas actividades nunca são completamente determinadas pelas divisões de classes: muitas pessoas experienciam, de facto, mobilidade social. A expansão do ensino superior, a acessibilidade crescente a qualificações técnico-profissionais, e a emergência da Internet e da "nova economia" constituem importantes e novos canais para a mobilidade ascendente. Tais desenvolvimentos estão a desgastar cada vez mais os velhos padrões de classe e de estratificação e a contribuir para uma ordem mais fluida e meritocrática.

1 Entende-se por estratificação social a divisão da sociedade em camadas ou estratos. Quando falamos em estratificação social, chamamos a atenção para as posições desiguais ocupadas pelos diversos indivíduos na sociedade. A estratificação baseada no género e na idade existe em to-as as socie-a-es. Nas grandes socie-

dades tradicionais e nos países industrializados de hoje existe estratificação em termos de riqueza, propriedade e acesso a bens materiais e a produtos culturais.

2 Podem distinguir-se quatro grandes tipos de sistemas de estratificação: escravatura, casta, estados e classes. Enquanto os três primeiros dependem de desigualdades sancionadas legal ou religiosamente, as divisões de classe não são reconhecidas "oficialmente", mas derivam de factores económicos que afectam as circunstâncias materiais da vida das pessoas.

3 As teorias mais proeminentes e influentes acerca da estratificação são as que foram desenvolvidas por Marx e Weber. Marx realçou em particular a classe, que considerou ser uma característica objectiva da estrutura económica da sociedade. Concebeu uma divisão fundamental entre os proprietários do capital e os trabalhadores que não possuem capital. Weber adoptou uma visão semelhante, mas distinguiu dois outros aspectos da estratificação – o *status* e o partido. O *status* refere-se à estima ou "honra social" atribuída a indivíduos ou grupos; o partido diz respeito à mobilização activa de grupos no sentido de assegurar fins definidos.

4 A ocupação é frequentemente usada como um indicador de classe social. Os indivíduos com a mesma ocupação tendem a experienciar graus similares de vantagem ou desvantagem social, e a usufruir de oportunidades de vida igualmente similares. Os sociólogos têm usado tradicionalmente esquemas de classes ocupacionais para cartografar a estrutura da sociedade. Os esquemas de classes são úteis para traçar padrões e desigualdades globais baseadas nas classes, mas limitados noutros campos. Por exemplo, os esquemas de classes são difíceis de aplicar aos economicamente inactivos e não reflectem a importância da posse de propriedade e de riqueza para a classe social.

5 A maior parte das pessoas das sociedades modernas são hoje mais abastadas do que o eram há algumas gerações atrás, todavia a riqueza permanece altamente concentrada nas mãos de um número relativamente pequeno de pessoas. A classe alta consiste numa pequena maioria de pessoas que possuem riqueza e poder, e a oportunidade de transmitir os seus privilégios à geração seguinte. Os ricos são um grupo diversificado e em mudança; milionários que se fizeram a si próprios, mulheres e jovens entraram em grande número para as fileiras dos ricos nos últimos anos;

6 A classe média é composta de modo amplo por aqueles que trabalham em ocupações de colarinho branco, como os professores, os profissionais da medicina e os empregados na indústria de serviços. Na maioria dos países industrializados, a classe média abarca agora a maioria da população; isto deve-se, em grande parte, ao crescimento das ocupações técnicas, de gestão e administrativas. Ao contrário da classe trabalhadora, os membros da classe média possuem geralmente títulos escolares ou qualificações técnicas que lhes permitem vender tanto o seu trabalho físico como o mental de forma a ganhar a vida.

7 A classe trabalhadora é composta pelas pessoas que trabalham em ocupações manuais. A classe trabalhadora diminuiu significativamente durante o século XX, com o declínio do trabalho industrial. Os membros da classe trabalhadora são mais abastados do que eram há um século.

8 Recentemente, alguns autores sugeriram que factores culturais como o estilo de vida e os padrões de consumo constituem importantes influências sobre a posição de classe. De acordo com esta perspectiva, as identidades individuais são agora estruturadas mais em torno das opções do estilo de vida do que em torno de indicadores tradicionais de classe, como a ocupação.

9 As análises sobre a estratificação têm sido feitas tradicionalmente a partir de um ponto de vista masculino. Isto acontece em parte por se presumir que as desigualdades de género reflectem as diferenças de classe; este pressuposto é altamente questionável. O género influencia até certo ponto a estratificação nas sociedades modernas, independentemente da classe.

10 A posição de classe de um indivíduo é, pelo menos em parte, alcançada; não é simplesmente "dada" à nascença. A mobilidade social na estrutura de classes, tanto no sentido ascendente como no descendente, é um fenómeno relativamente comum.

11 No estudo da mobilidade social, faz-se a distinção entre mobilidade intra e intergeracional. Pela primeira entende-se o movimento ascendente ou descendente na escala social ao longo da vida profissional do indivíduo. Pela segunda os movimentos entre gerações, como sucede quando os filhos de um trabalhador manual se tornam trabalhadores técnicos. A mobilidade social é geralmente de âmbito limitado. A maior parte das pessoas permanece perto do nível social das suas famílias, embora a expansão dos empregos de colarinho branco nas últimas décadas tenha proporcionado oportunidades para uma considerável mobilidade ascendente de curto alcance.

PARA REFLEXÃO

1 Face às suas experiências diárias, qual das abordagens teóricas sobre a estratificação lhe parece mais relevante?

2 Por que motivo usam tantos sociólogos a ocupação como uma medida de classe social?

3 Por que motivo é que a mobilidade descendente é menos comum do que a mobilidade ascendente nas sociedades modernas?

4 O que entendem os sociólogos por esquemas "relacionais" de classes?

5 Qual a unidade mais apropriada para a análise de classes, o indivíduo ou o agregado familiar?

6 Será a desigualdade na sociedade uma coisa má, se todos estiverem adequadamente alimentados e vestidos?

ADICIONAIS

Rosemary Crompton, *Class and Stratification: An Introduction to Current Debates* (Cambridge: Polity, 1998).

Michael Lavalette e Gerry Mooney (eds), *Class, Struggle and Social Welfare* (New York: Routledge, 2000).

T. H. Marshall, *Citizenship and Social Class, and Other Essays* (Cambridge: Cambridge University Press, 1950).

Sally R. Munt (ed.), *Cultural Studies and the Working Class* (London: Cassell, 2000).

Christine Zmroczek e **Pat Mahony** (eds), *Women and Social Class: International Feminist Perspectives* (London: UCL Press, 1999).

À INTERNET

Bibliografia sobre classes sociais (Universidade de Amsterdão)
http://www.pscw.uva.nl/sociosite/CLASS/bibA.html

Pesquisas sobre Desigualdades Sociais
http://www.trinity.edu/mkearl/strat.html

Arquivo sobre marxistas na Internet
http://www.marxists.org

Programa multidisciplinar sobre desigualdade e política social na Kennedy School of Government
http://www.ksg.harvard.edu/inequality/

Relatório da Unicef sobre o Progresso das Nações 2000
http://www.unicef.org/pon00/

11

Pobreza, Previdência e Exclusão Social

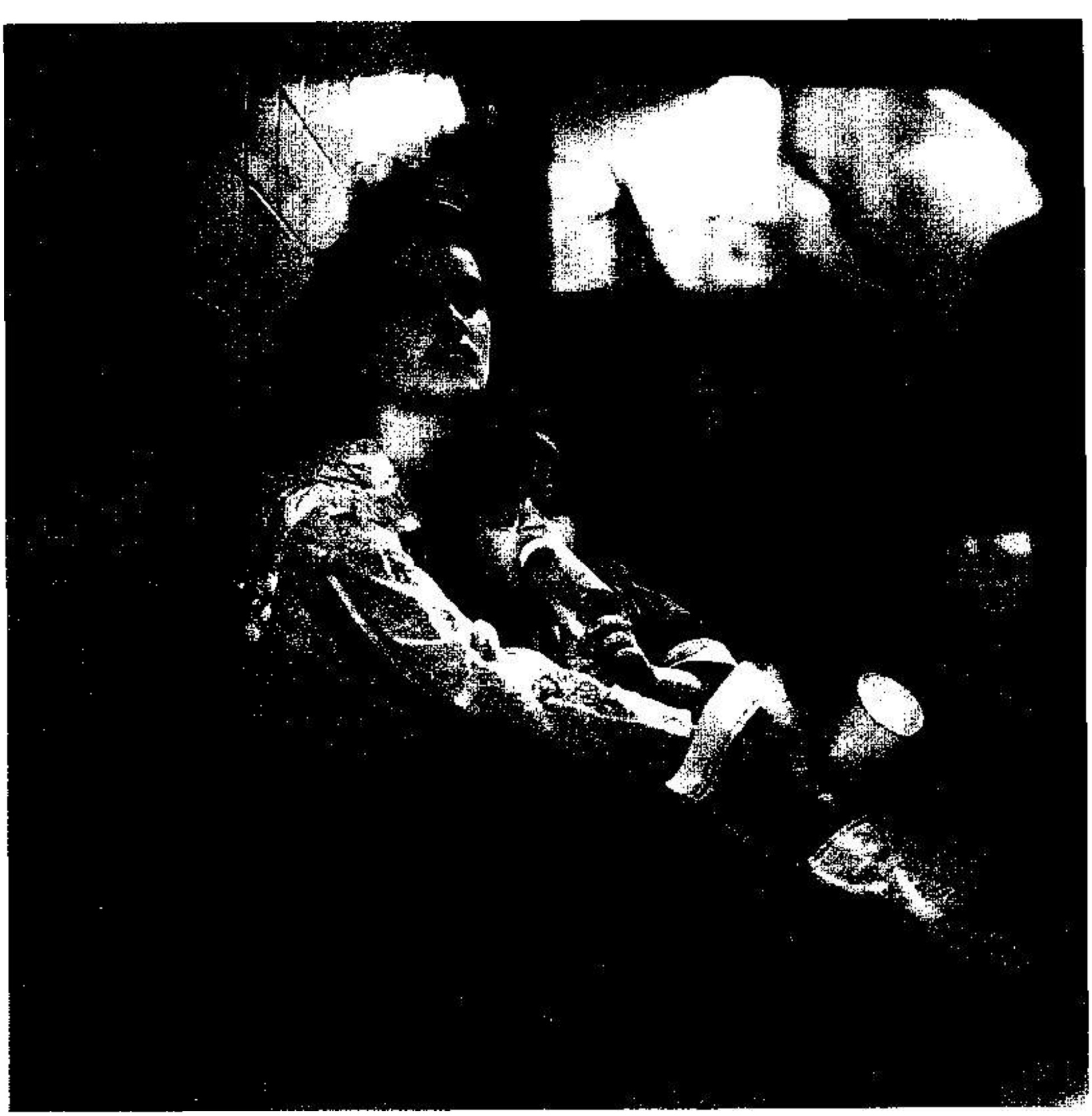
A pobreza 313
O que é a pobreza? 313
Medir a pobreza 314
Padrões recentes de pobreza no Reino Unido 316
Quem são os pobres? 317
Explicar a pobreza 318
Pobreza e mobilidade social 321

A controvérsia da subclasse 322
Antecedentes do debate em torno da subclasse 323
A subclasse, a União Europeia e a imigração 323
Existe uma subclasse na Grã-Bretanha? 324

A exclusão social 325
Formas de exclusão social 328
Os sem-abrigo 330
Crime e exclusão social 333

A segurança social e a reforma do estado-providência 334
As teorias do estado-providência 335
A emergência do estado-providência britânico 336
A reforma do estado-providência 338

Conclusão: repensar a igualdade e a desigualdade 342
Sumário 343
Questões para reflexão 345
Leituras adicionais 345
Ligações à Internet 345



Capítulo 11: Pobreza, Previdência e Exclusão Social

Carolina é uma mulher de 24 anos que trabalha num centro de atendimento telefónico que fornece informação e serviço de apoio a clientes que pretendem marcar viagens por telefone. Trabalha arduamente, frequentemente até altas horas da noite. As pessoas que trabalham com ela no centro de atendimento são todas mulheres. Sentam-se em longas filas numa sala ampla, separadas entre si por compartimentos cinzentos. Falam através de um conjunto integrado de microfones e auscultadores, enquanto introduzem e recuperam informação dos terminais de computador, à sua frente.

Tal como muitas das suas colegas, Carolina é uma mãe sozinha. Cuida dos seus dois filhos pequenos com o seu pequeno salário. Todos os meses recebe do seu ex-marido uma pequena pensão para as crianças, mas esta nunca parece ser suficiente para cobrir as despesas. Carolina vive de cheque de pagamento em cheque de pagamento. Três manhãs por semana tem um trabalho extra como empregada de limpeza num edifício de escritórios perto do seu apartamento. O dinheiro que consegue ganhar com este trabalho extra permite-lhe pagar a maioria das suas contas a tempo, comprar roupas para os filhos e cobrir o custo dos infantários. Apesar destas horas extras, todos os meses a Carolina luta para que o dinheiro lhe chegue. Vive com os filhos num apartamento de um bairro social. O seu principal objectivo é conseguir mudar-se com as crianças para uma área mais segura e desejável.

Nas tardes em que trabalha no centro de atendimento até mais tarde, apressa-se a ir buscar as crianças à casa da sua mãe, que cuida das mesmas após o fecho do infantário. Se estiver com sorte, as crianças adormecem assim que as levar para casa, mas em muitas noites é uma luta para conseguir adormecê-las. Quando as crianças adormecem, Carolina está demasiado exausta para fazer mais do que ver televisão. Tem pouco tempo para comprar comida ou confeccionar refeições apropriadas, pelo que ela e os filhos comem muita comi ' congela '. S b qu todos beneficiariam de uma dieta mais equilibrada, mas não existem lojas nas imediações do bairro social, e de qualquer forma também não pode comprar muitos produtos frescos.

Carolina preocupa-se com o facto de passar muito tempo longe das crianças, mas não consegue ver nenhuma saída para o seu dilema. Após o divórcio, passou os primeiros dezoito meses em casa com as crianças a viver de subsídios do governo. Embora esteja a lutar para lidar com a sua presente situação, não quer ficar dependente da segurança social. Espera que ao fim de alguns anos de experiência no centro de atendimento, possa ascender a uma posição de maior responsabilidade e melhor remunerada.

Muitas pessoas que encontram alguém como a Carolina podem fazer algumas considerações sobre a sua vida. Podem concluir que a sua pobreza e baixa posição na sociedade decorrem das suas capacidades naturais ou são consequência da sua educação. Outros podem culpar a Carolina por esta não trabalhar tão arduamente quanto o necessário para superar a sua difícil situação. Estas apreciações serão correctas? É função da Sociologia analisar estas suposições e desenvolver uma visão mais alargada da nossa sociedade que possa conferir sentido às experiências de pessoas como a Carolina.

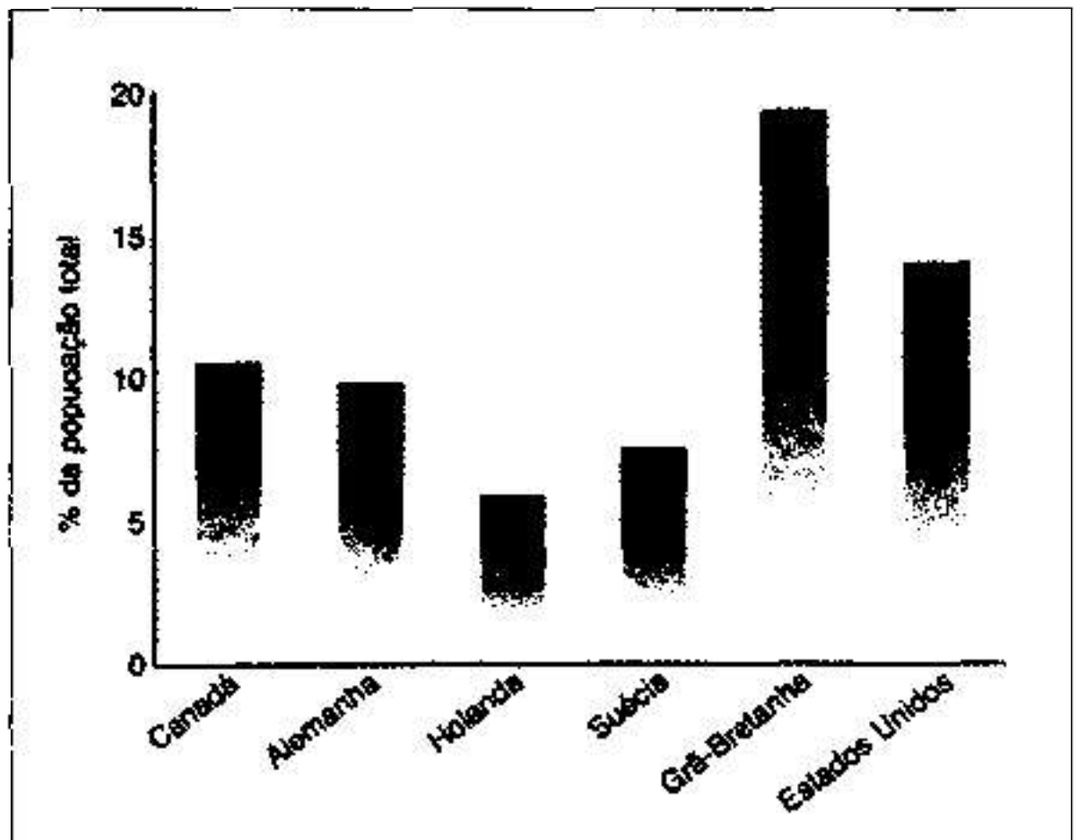


Figura 11.1. Nível médio de pobreza em seis países
Fontes: OCDE. De *The Guardian*, 12 Jan. 2000.

Carolina e os seus filhos são apenas um exemplo dos muitos agregados familiares que vivem em condições de pobreza na Grã-Bretanha. De acordo com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), a Grã-Bretanha possui um dos piores recordes de pobreza do mundo desenvolvido (ver figura 11.1). Muitas pessoas podem ficar chocadas por saber que a Grã-Bretanha detém tão dúbia distinção. As pessoas mais prósperas possuem frequentemente um conhecimento pouco preciso sobre a extensão da pobreza no seu meio.

A Pobreza

O que é a pobreza?

O que é a pobreza e como deve ser definida? Os sociólogos e investigadores têm favorecido duas abordagens diferentes sobre a pobreza: a da *pobreza absoluta* e a da *pobreza relativa*. O conceito de pobreza absoluta está enraizado na ideia de *subsistência* – as condições básicas que permitem sustentar uma existência física saudável. Diz-se que pessoas que carecem de requisitos fundamentais para a existência humana – tal como comida suficiente, abrigo e roupa – vivem em situação de pobreza. Considera-se que o conceito de pobreza absoluta é universalmente aplicável. Defende-se que os padrões de subsistência humana são mais ou menos os mesmos para as pessoas de idade e constituição física equivalentes, independentemente do local onde vivem. Pode afirmar-se que qualquer indivíduo, em qualquer parte do mundo, vive na pobreza se estiver abaixo deste padrão universal.

Contudo, nem todos aceitam ser possível identificar tal padrão. Argumentam que é mais apropriado utilizar o conceito de pobreza relativa, que relaciona a pobreza com o padrão de vida geral prevalecente numa determinada sociedade. Os defensores do conceito de pobreza relativa afirmam que a pobreza é culturalmente definida e não deve ser medida de acordo com um padrão de privação universal. É errado assumir que as necessidades humanas são idênticas em todo o lado – de facto, elas diferem entre sociedades e no seio destas. Coisas vistas como essenciais numa sociedade podem ser consideradas luxos supérfluos noutra. Por exemplo, na maioria dos países industrializados a existência de água corrente, de casas de banho com autoclismos e o consumo regular de frutas e vegetais são vistas como necessidades básicas para uma vida saudável. Porém, em muitas sociedades em vias de desenvolvimento tais itens não estão difundidos no seio da população e não faria sentido medir a pobreza de acordo com a sua presença ou ausência.

Existem dificuldades tanto na formulação do conceito de pobreza absoluta como na do de pobreza relativa. Uma técnica comum para medir a pobreza absoluta consiste em determinar uma linha da pobreza, baseada no preço dos bens essenciais à sobrevivência humana em determinada sociedade. Considera-se que os indivíduos ou agregados familiares cujos rendimentos se encontram abaixo da linha de pobreza vivem numa condição de pobreza. Porém, utilizar um único critério de pobreza pode ser problemático, porque tais definições não tomam em consideração as variações nas necessidades humanas existentes entre sociedades e no seio destas. Por exemplo, é muito mais caro viver em algumas zonas do país do que em outras; o custo das necessidades básicas será diferente de região para região. É provável que indivíduos que desenvolvem actividades físicas em espaço aberto tenham maiores necessidades nutricionais que, digamos, por exemplo, os trabalhadores de escritórios que passam os seus dias sentados. A utilização de um único critério de pobreza pode levar a considerar alguns indivíduos como estando acima da linha de pobreza quando, de facto, os seus rendimentos nem sequer cobrem as suas necessidades básicas de subsistência.

Contudo, o conceito de pobreza relativa apresenta problemas próprios. Um dos principais reside no facto de à medida que as sociedades se desenvolvem o que se entende por pobreza relativa deve também mudar. À medida que as sociedades se tornam mais prósperas, os padrões de pobreza relativa são gradualmente ajustados num sentido ascendente. Por exemplo, numa dada altura, os carros, os frigoríficos, o aquecimento central e os telefones foram considerados bens de luxo. Porém, na maioria das sociedades industrializadas de hoje são vistos como necessidades básicas de uma vida plena e activa. Alguns críticos alertaram para o facto da utilização do conceito de pobreza relativa tender a desviar a atenção do facto de mesmo os membros menos prósperos da

sociedade se encontrarem agora consideravelmente melhor do que no passado. Questionam o facto de se poder afirmar que existe "verdadeira" pobreza numa sociedade, como a Grã-Bretanha actual, onde há bens de consumo como as televisões e as máquinas de lavar em praticamente todos os lares.

É verdade que há presentemente um maior acesso a bens e serviços do que há duas décadas, até entre as famílias com menores rendimentos (ver figura 11.2). Porém, seria errado supor que tal assinala uma ausência de pobreza. Enquanto a sociedade britânica em geral tem vindo a tornar-se mais próspera, o fosso entre os membros mais ricos e os mais pobres da sociedade é cada vez maior. Agregados familiares próximos da base da distribuição de rendimentos, como o de Carolina, têm ainda dificuldade em sustentar-se. Através do uso de um índice de privação que mede a presença ou ausência dos itens necessários à educação de uma criança, os sociólogos descobriram que muitos agregados familiares lutam por fornecer às crianças "o básico" – como fruta fresca pelo menos uma vez por dia, um casaco à prova de água, ou a oportunidade de usufruir de um passatempo ou actividade de lazer (Middleton *et al.*, 1997). A má nutrição, a saúde débil, o acesso limitado à educação e aos serviços públicos, e as condições de alojamento inseguras permanecem disseminadas entre os lares de baixo rendimento. Tais indicadores sugerem que em termos relativos, a pobreza permanece profundamente enraizada na sociedade britânica.

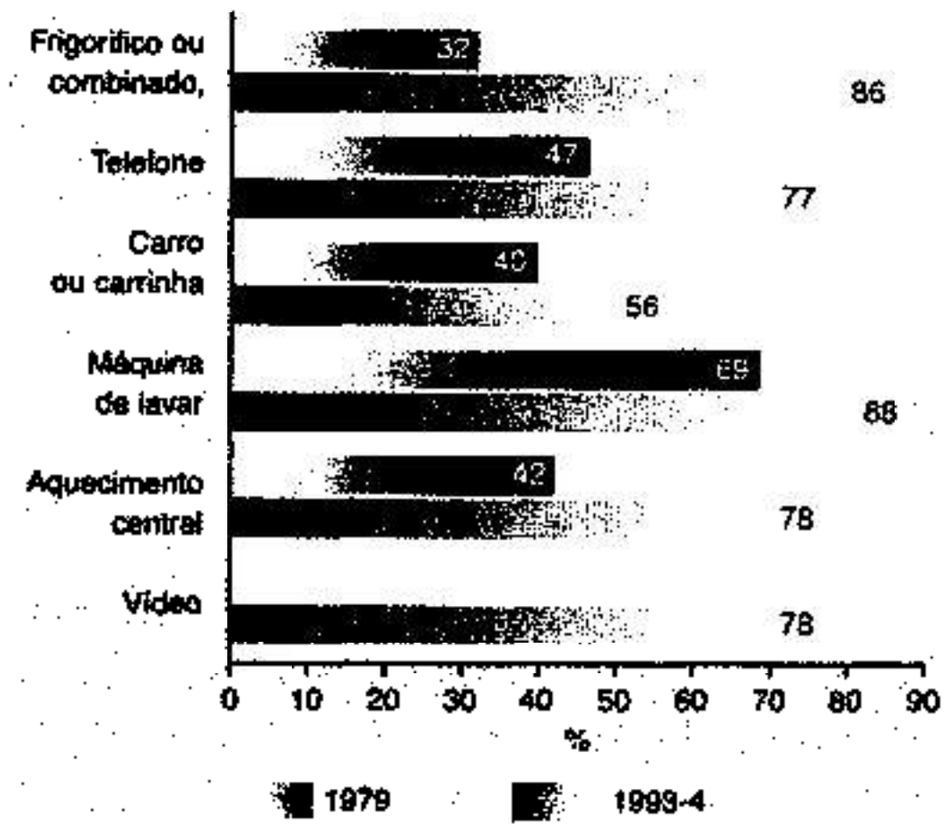


Figura 11.2. Percentagem de pessoas em agregados familiares com acesso a equipamentos e serviços domésticos entre os 10% da base da distribuição de rendimentos, 1979 e 1993-4

Fontes: Family Expenditure Survey. De *Sociology Review*, 8.1 (Set.1998), p.19.

Medir a pobreza

Medidas oficiais de pobreza

Em contraste com os Estados Unidos da América e com muitos outros países onde existe uma "linha de pobreza" definida oficialmente, na Grã-Bretanha tal não acontece. Devido à ausência de uma definição oficial de pobreza, os investigadores na Grã-Bretanha têm-se apoiado noutros indicadores estatísticos, como as provisões de abonos, para medir os níveis de pobreza. Os estudos consideravam habitualmente que "vivia na pobreza" quem quer que tivesse um rendimento igual ou inferior ao nível do "rendimento mínimo". O "rendimento mínimo" consistia num subsídio monetário atribuídos às pessoas cujos rendimentos não atingiam o nível considerado necessário à subsistência. Pessoas cujo rendimento se situava entre os 100 e os 140% do mesmo eram definidas como vivendo "no limiar da pobreza". Este subsídio foi recentemente substituído por um de apoio ao rendimento, e a pobreza é medida agora mais frequentemente por referência ao número de agregados que vivem abaixo do rendimento médio (mediana) ou com metade do rendimento médio e abaixo do mesmo.

Medido deste modo, o número de pessoas que viviam na pobreza ou nas margens da pobreza assim definida aumentou dramaticamente (Blackburn, 1991), afectando um número cada vez maior de crianças. Em 1979, 10% das crianças (ou seja, um em cada dez nos menores de 15 anos) viviam em agregados com rendimento inferior em 50% à média nacional; em 1991 esta percentagem tinha crescido para os 31% (Kumar, 1993). Após o crescimento dramático da pobreza nos anos 80, os níveis de pobreza permaneceram praticamente constantes durante a década de 90. Dados dos finais dos anos 90 revelaram que aproximadamente 10.7 milhões de britânicos estavam a viver abaixo de metade do rendimento médio, com o número a aumentar para 14 milhões ao tomar-se em

consideração os custos do alojamento (Howarth *et al.*, 1999).

Medidas subjectivas de pobreza

Alguns investigadores consideram que medir a pobreza exclusivamente em termos de rendimento subestima a verdadeira extensão da privação entre os agregados com baixo rendimento. Vários estudos importantes procuraram medir a pobreza de acordo com critérios subjectivos, em vez de critérios objectivos como o nível de rendimento.

Peter Townsend é um académico que acredita que as medidas oficiais de pobreza são inadequadas. Em vez de se apoiarem em estatísticas de rendimento, os estudos de Townsend viraram-se para o entendimento subjectivo da pobreza (1979; Townsend *et al.*, 1987). Foram solicitadas aos participantes nos estudos as suas opiniões pessoais acerca do rendimento necessário para sustentar adequadamente o seu agregado, questionado-se ainda se o seu rendimento actual correspondia a essa quantia, excedia ou se ficava aquém da mesma. Entre um grande número de agregados, as estimativas do rendimento necessário foram em média 61% superiores ao mínimo requerido pelo governo para a provisão de benefícios. Os inquiridos forneceram também informação detalhada acerca dos seus estilos de vida, incluindo as condições de vida, os hábitos alimentares, a profissão e as actividades cívicas e de lazer. Estes dados revelaram a existência de discrepâncias abundantes e significativas entre as necessidades percebidas pelo agregado familiar e a sua capacidade para as satisfazer. Abaixo de um certo nível de rendimento, os agregados sofriam "múltiplas privações", o que significava que passavam sem vários dos itens ou actividades que consideravam essenciais. Com base nestes achados, Townsend concluiu que as taxas governamentais que serviam de base à concessão de subsídios estatais eram mais de 50% inferiores, ficando bastante longe da quantia mínima necessária para um agregado familiar participar plena e significativamente na sociedade.

A partir da pesquisa de Townsend, Joanna Mack e Stewart Lansley conduziram dois importantes estudos sobre a pobreza relativa na Grã-Bretanha. Mack e Lansley realizaram um estudo de opinião destinado a um programa de televisão chamado "Grã-Bretanha Paupérrima", o qual procurava determinar quais as necessidades que, no entender das pessoas, deviam ser satisfeitas para se atingir um padrão de vida aceitável". Com base nestas respostas, criaram uma lista de 21 necessidades básicas que mais de 50% dos participantes consideravam ser importantes para uma vida normal. Mais de 90% dos participantes estavam de acordo quanto à importância de outras cinco necessidades: a alimentação, a existência de sanita e banheira no interior do domicílio, uma cama para cada membro da família e uma casa livre de humidade. Mack e Lansley mediram os níveis de pobreza em 1983 e novamente em 1990, tendo por base a presença ou ausência destas 26 necessidades nos agregados familiares. Os seus resultados revelaram um crescimento significativo da pobreza durante os anos 80, com o número de pessoas a viver na pobreza (definida como a falta de três ou mais dessas 26 necessidades) a crescer de 7.5 para 11 milhões, e o número de pessoas a viver em pobreza severa (falta de sete ou mais necessidades) a crescer de 2.6 para 3.5 milhões (Mack e Lansley, 1985, 1992).

Índices de privação semelhantes baseados em critérios subjectivos têm sido utilizados para medir a pobreza infantil e para realizar comparações internacionais de níveis de pobreza relativa (ver quadro 11.1).

Quadro 11.1. Percentagem de agregados familiares que consideravam não poder adquirir certos itens, comparações na UE, 1995.

	Comer carne dia sim/dia dia/não	Comprar roupa nova	Ter uma semana de férias
Portugal	6	47	59
Grécia	35	32	51
Espanha	2	9	49
Grã-Bretanha	10	15	40
Irlanda	4	7	38
Itália	6	15	38
França	5	10	34
Bélgica	4	10	26
Áustria	8	10	24
Dinamarca	2	5	16
Holanda	2	13	15
Luxemburgo	3	5	14
Alemanha	5	15	12

Fontes: Social Trends, 29 (1999), quadro 5.12. *Crown copyright.*

Padrões recentes de pobreza no Reino Unido

A Fundação Joseph Rowntree e o New Policy Institute compilaram uma lista de 50 indicadores de pobreza e exclusão social que são monitorizados anualmente de forma a avaliar a eficácia dos programas de erradicação da pobreza (Howarth *et al.*, 1999). Os indicadores incluem o rendimento familiar, mas abrangem também factores como a saúde, o acesso à educação, os padrões de emprego e de actividade comunitária. Algumas das principais conclusões de 1999 são:

- Mais de dois milhões de crianças vivem em agregados nos quais não existe nenhum adulto empregado. Mais de três milhões de crianças vivem em agregados em que o rendimento é menos de metade da média nacional.
- Mais de dois terços dos chefes de família que vivem em habitações sociais estão desempregados.
- Mais de um milhão de pensionistas estão completamente dependentes das pensões e subsídios do estado para subsistirem. Os pensionistas permanecem fortemente concentrados na metade inferior da distribuição de rendimentos.
- As desigualdades na saúde são proeminentes entre a população britânica. Desde 1991 houve um aumento de 40% no número de autarquias locais com taxas de mortalidade significativamente acima da média.

Como podemos compreender a existência de privações tão disseminadas em nações prósperas como a Grã-Bretanha? Um ponto de partida lógico é considerar as desigualdades crescentes existentes, na Grã-Bretanha e noutras sociedades industriais, entre os que "têm" e os que "não têm". O fosso entre os membros mais ricos e os mais pobres da sociedade aumentou dramaticamente durante os anos 80: a Grã-Bretanha estava em segundo lugar, atrás da Nova Zelândia, enquanto nação industrializada com o crescimento mais profundo da desigualdade económica no período que decorreu entre 1977 e 1990. Uma combinação de factores, muitos dos quais relacionados com políticas governamentais específicas cujo objectivo era revitalizar uma economia estagnante, conduziu a esta mudança rápida.

A teoria subjacente às políticas do governo da Sr.ª Thatcher era a de que a diminuição das taxas de imposto sobre os rendimentos dos indivíduos e das empresas iria gerar níveis elevados de crescimento económico, cujos frutos iriam afluir aos pobres. Políticas semelhantes foram implementadas nos EUA durante a presidência de Ronald Reagan, com resultados comparáveis. Os resultados não apoiam a tese do "fluir dos rendimentos dos ricos para os pobres". Tal política económica pode ou não gerar aceleração no desenvolvimento económico, mas o resultado tende a aumentar as diferenças entre os pobres e os ricos, aumentando na realidade o número dos que vivem na pobreza.

As políticas governamentais iniciadas durante os anos 80 e o começo dos anos 90 tenderam a beneficiar os membros mais abastados da sociedade e a acentuar as privações sentidas pelos pobres. A privatização de indústrias anteriormente nacionalizadas forneceu oportunidades lucrativas para os investidores das classes média e alta. Entretanto, os trabalhadores em funções manuais e sem especialização viram muitas vezes os seus salários reduzidos, à medida que os direitos incluídos na Lei de Protecção do Emprego (Employment Protection Act) foram reduzidos.

Outras mudanças na estrutura ocupacional e na economia global contribuíram também para a tendência para a polarização social na Grã-Bretanha, nos EUA e noutras nações. Como salientamos no Capítulo 10, o crescimento dos empregos técnicos e de gestão foi acompanhado por um declínio relativo na força de trabalho manual. Tal teve um efeito importante sobre os padrões de distribuição de rendimento e de desemprego. Muito frequentemente trabalhadores em ocupações não especializadas ou semiespecializadas tiveram dificuldade em reentrar num mercado de trabalho em rápida mudança onde as qualificações académicas e a competência tecnológica estão em crescente demanda. Embora tenha havido uma expansão evidente das oportunidades no sector dos serviços, tal aconteceu para posições que são mal pagas e com poucas perspectivas de melhoria.

A entrada das mulheres no mercado de trabalho tem significado uma divisão crescente entre agregados de "trabalho rico", caracterizados por terem dois assalariados, e de "trabalho pobre", onde ninguém está activo no mercado de trabalho. Os ganhos das

mulheres tornaram-se mais relevantes para o rendimento dos agregados do que anteriormente, e com um número cada vez maior de mulheres a ocupar posições influentes e bem remuneradas, o impacto dos seus ganhos pode ser enorme. De facto, o sucesso dos agregados com dois ganhadores, particularmente os sem crianças, é um dos factores mais importantes na mudança do padrão de distribuição de rendimento. As diferenças entre agregados de dois assalariados, de um e de nenhum ganhador estão a tornar-se cada vez mais visíveis.

É possível que o desemprego seja o factor com maior influência na pobreza. Isto pode parecer evidente, mas é um facto muitas vezes subvalorizado. Um rendimento fixo não é suficiente para garantir uma vida livre da pobreza, mas é um pré-requisito importante. Os agregados de "trabalho pobre" e sem ganhadores têm poucas hipóteses de escapar à pobreza. A relação entre pobreza e ausência de emprego é evidente em dados sobre a pobreza infantil. Uma investigação recente demonstrou que perto de 1/5 das crianças da Grã-Bretanha – mais de 2 milhões – estão a viver em agregados onde não existe nenhum adulto empregado (ver figura 11.3).

Para governos empenhados no combate à pobreza, um mercado de trabalho activo que permita um bom acesso a empregos é uma prioridade de topo. Se mais pessoas estiverem empregadas, existirão mais recursos disponíveis no orçamento para ser destinados à saúde, à educação e a outros serviços sociais. Como iremos ver na discussão sobre reforma da Segurança Social, os programas de emprego que permitem a pessoas desempregadas entrar no mercado de trabalho encontram-se no centro de muitas estratégias actuais de prevenção e alívio da pobreza.

Quem são os pobres?

É impossível apresentar um perfil para descrever "os pobres"; a face da pobreza é diversa e encontra-se em constante mutação. Porém, é mais provável que certas pessoas de certas categorias vivam num estado de pobreza do que outras. Muitas vezes pessoas que estão em desvantagem noutros aspectos da vida têm maiores hipóteses de serem pobres. Os desempregados, os que têm empregos a tempo parcial ou empregos precários, os idosos, os doentes e deficientes, as crianças, as mulheres, os membros de grandes famílias ou de famílias monoparentais, e os membros de minorias étnicas têm uma maior probabilidade de viver em pobreza em determinado momento das suas vidas.

A pobreza está disseminada entre os idosos que vivem de pensões (ver figura 11.4). Muitas pessoas que receberam salários razoáveis durante as suas vidas profissionais sofrem uma redução drástica de rendimento após a reforma. Com o avançar da idade, muitos idosos tornam-se dependentes do apoio de ter-

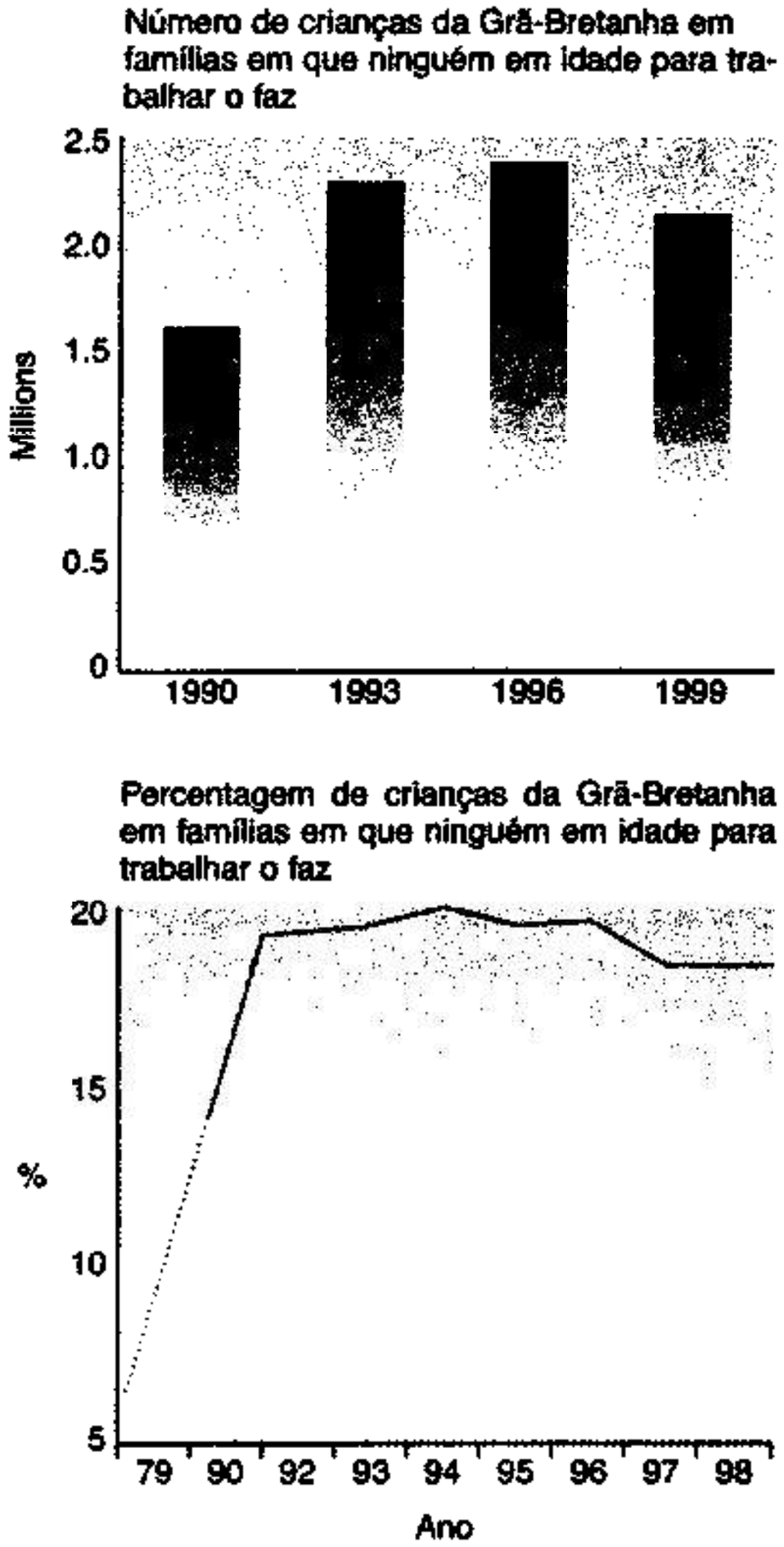


Figura 11.3. Número e percentagem de crianças em famílias em que ninguém em idade para trabalhar o faz.
Fontes: Fundação Joseph Rowntree; Departamento de Segurança Social. De *The Guardian*, 7 Dez. 1999.

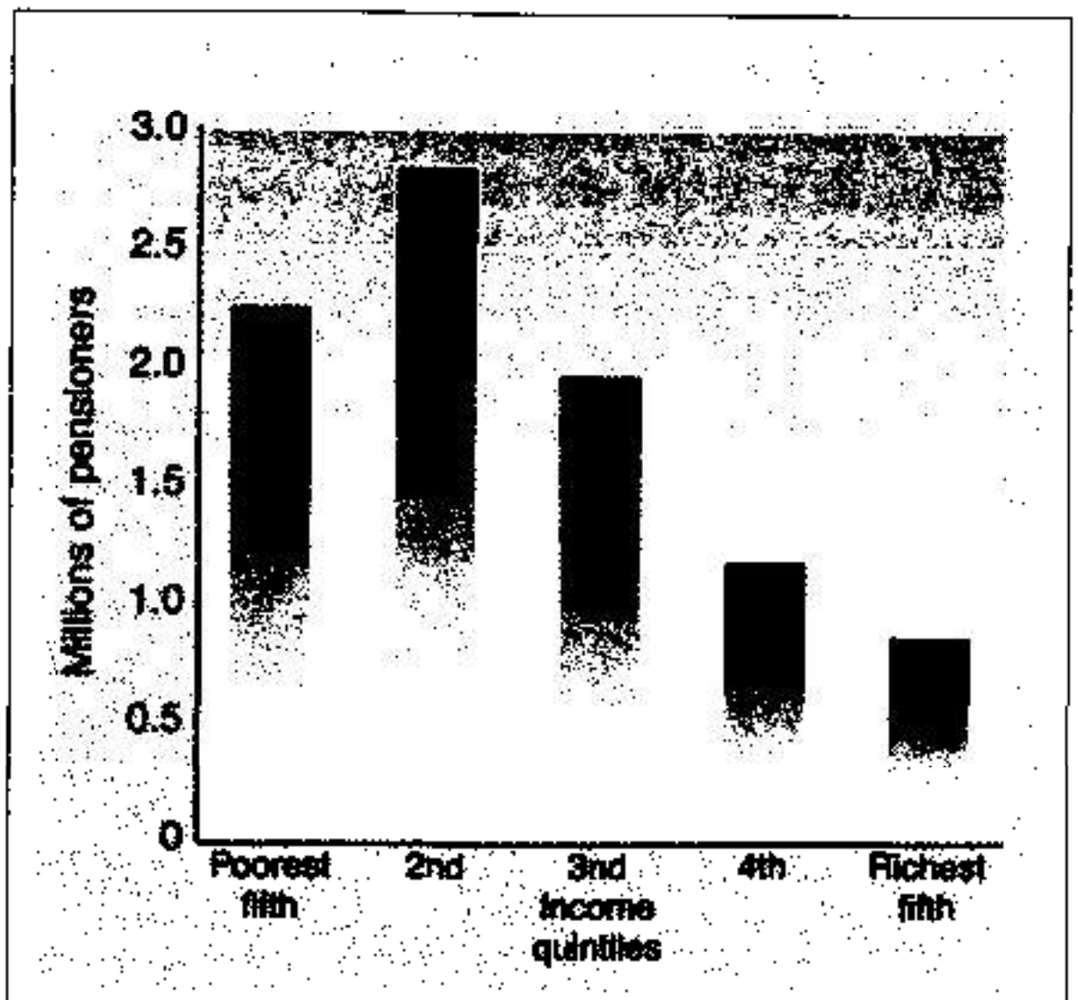


Figura 11.4. A concentração de pensionistas na metade inferior da distribuição de rendimento.
Milhões de pensionistas; quintos de rendimento – quinto mais pobre, segundo, terceiros, quarto, quinto mais rico.
Fontes: C. Howarth et al., *Monitoring Poverty and Social Exclusion 1999*, Fundação Joseph Rowntree, 1999, figura 5.

ceiros – apoio material, físico e emocional. Na Grã-Bretanha, as pessoas com mais de 65 anos representam o maior grupo de indivíduos que recebem subsídios estatais; em 1998, 1.3 milhões estavam dependentes exclusivamente de pensões e subsídios concedidos pelo Estado (Howarth *et al.*, 1999). Em 1996-7, 2/5 das despesas com a protecção social foram para este grupo (HMSO, 1999).

A percentagem de crianças (os com menos de quinze anos) a viver em agregados familiares com um rendimento inferior a metade da média nacional aumentou nos últimos anos. Em 1979, 10% das crianças viviam em agregados nessas condições. Em 1991, a percentagem aumentara para 31%. As causas mais importantes do aumento da pobreza infantil são as altas taxas de desemprego, o aumento da proporção de trabalho mal pago e o número cada vez maior de famílias monoparentais.

Os efeitos da pobreza sobre as oportunidades de vida das crianças são visíveis: é 20% mais provável que os bebés nascidos nas classes sociais IV e V tenham peso a menos do que os nascidos nas classes sociais I, II e III; as taxas de morte acidental são maiores entre as crianças das duas classes da base do que entre as das três superiores; e os resultados escolares continuam a reflectir a classe social de origem (Howarth *et al.*, 1999).

Os membros dos grupos étnicos minoritários encontram-se também desproporcionalmente representados entre os pobres. Nos anos 90, a pesquisa sobre a pobreza na Grã-Bretanha constatou, com alarme, a existência de elevadas taxas de pobreza entre agregados familiares de origem paquistanesa e do Banglandesh, onde o desemprego é particularmente elevado. A preponderância de mães negras solteiras entre as famílias de Caribenhos ilustra igualmente a associação (Fundação Joseph Rowntree, 1995). Nos EUA, a etnia e a pobreza estão estreitamente ligadas: a taxa de pobreza entre os afro-americanos é de 26.1% (9.1 milhões de pessoas) e entre os hispânicos é de 25.6 (8.1 milhões de pessoas) – sensivelmente três vezes superior à taxa de pobreza entre a população branca.

Explicar a pobreza

As explicações da pobreza podem ser agrupadas em duas categorias principais: as teorias que consideram os indivíduos pobres responsáveis pela sua própria pobreza, e as teorias que consideram a pobreza como produzida e reproduzida pelas forças estruturais da sociedade. Estas abordagens opostas são, por vezes, descritas como teoria da "culpabilização da vítima" e teoria da "culpabilização do sistema", respectivamente. Iremos examinar brevemente cada uma das mesmas.

Existe uma longa história de atitudes que responsabilizam os pobres pela sua posição desprivilegiada. Os esforços iniciais para atender aos efeitos da pobreza, como as Casas dos Pobres do século XIX, estavam enraizados na crença de que a pobreza era o resultado de um desajustamento ou patologia dos indivíduos. Os pobres eram vistos como os incapazes – devido à falta de talento, à fraqueza física ou moral, à ausência de motivação, ou a capacidades abaixo da média – de vencer na sociedade. A posição social era tida como um reflexo do esforço ou talento da pessoa; os que mereciam ser bem sucedidos, eram-no, enquanto os menos capazes estavam condenados a falhar. A existência de "vencedores" e de "vencidos" era vista como um facto da vida.

Polarização social: a culpa será da globalização?

Numa época em que as forças da globalização se tornaram uma característica central do nosso mundo em mudança, sugere-se frequentemente que a globalização é em grande parte culpada pelo aumento da desigualdade económica. Pensa-se que a expansão dos acordos de comércio livre permite que trabalhadores não especializados em alguns países acabem com as posições de trabalhadores não especializados noutros países. Por exemplo, trabalhadores de empresas têxteis nas Filipinas exigem salários e benefícios menores que os seus colegas da Grã-Bretanha ou EUA. Como resultado, os postos de trabalhos são "embarcados para além-mar", à medida que as empresas subcontratam partes do processo produtivo nos mercados de trabalho internacionais.

Todavia, devemos ter cuidado ao responsabilizar a globalização pela desigualdade económica. Uma avaliação do padrão de distribuição de rendimentos mostra que as disparidades não são necessariamente mais pronunciadas nas indústrias em que o comércio internacional é mais significativo. As mudanças tecnológicas são indubitavelmente mais importantes, aumentando a procura de trabalhadores especializados e reduzindo a procura de trabalhadores não especializados, que vêem os seus ordenados e segurança profissional declinar correspondentemente. Entretanto, os trabalhadores com formação na esfera das tecnologias da informação tornam-se mais vendáveis e capazes de assegurar melhores vencimentos.

Tal concepção ressurgiu, a partir dos anos 70 e 80, à medida que a ênfase política colocada na actividade empresarial e a ambição individual recompensou aqueles que "obtiveram sucesso" na sociedade e responsabilizou aqueles que o não fizeram pelas circunstâncias em que se encontravam. Procuraram-se frequentemente explicações para a pobreza nos estilos de vida dos pobres, bem como nas atitudes e concepções que supostamente teriam adoptado. Oscar Lewis (1961) lançou uma das mais influentes destas teorias, argumentando que existe uma cultura da pobreza entre muitas pessoas pobres. De acordo com Lewis, a pobreza não é o resultado de inadequações individuais, mas de uma atmosfera social e cultural mais lata na qual as crianças pobres são socializadas. A cultura da pobreza é transmitida entre gerações porque os jovens desde cedo não vêem razão para aspirar a algo mais. Em vez disso, resignam-se fatalisticamente a uma vida de empobrecimento.

A tese da cultura da pobreza teve um novo desenvolvimento pelo sociólogo americano Charles Murray. Os indivíduos que são pobres "sem culpa própria" – viúvos, órfãos ou incapacitados – fazem parte de uma categoria diferente daqueles que pertencem à cultura da dependência. Com este termo, Murray refere-se às pessoas pobres que dependem das provisões da segurança social em vez de entrarem no mercado de trabalho. Argumenta que o crescimento do estado-providência criou uma subcultura que mina a ambição pessoal e a capacidade de auto-ajuda. Em vez de se orientarem para o futuro e lutarem por uma vida melhor, os dependentes da segurança social contentam-se em aceitar as ajudas. O estado-providência, argumenta, corroeu o estímulo das pessoas para trabalharem (1984).

Teorias como estas parecem ecoar entre a população britânica. Os inquéritos mostram que a maioria dos britânicos consideram os pobres como responsáveis pela sua própria pobreza e desconfiam daqueles que vivem "à borla" das "ajudas do governo". Muitos acreditam que as pessoas dependentes da segurança social poderiam encontrar trabalho se estivessem determinadas a fazê-lo. Porém, estas perspectivas não correspondem à realidade da pobreza. Cerca de um quarto daqueles que vivem na pobreza na Grã-Bretanha encontram-se a trabalhar, mas ganham muito pouco para conseguirem sair dos limites da pobreza. Dos restantes, a maioria são crianças com

Vaguear por um bairro social em North Peckam, em Londres: nada para fazer e nada para gastar.

menos de 14 anos, adultos com 65 ou mais anos e os doentes ou incapacitados. Apesar da visão popular acerca dos níveis elevados de embustes à segurança social, menos de 1% das candidaturas envolvem pedidos fraudulentos – número muito menor do que no caso das declarações do imposto sobre o rendimento, onde se estima que mais de 10% dos impostos são perdidos devido à evasão ou falsas declarações. (Ver caixa de texto sobre "Dependência da segurança social").

A segunda abordagem para explicar a pobreza coloca ênfase nos grandes processos sociais que produzem condições de pobreza difíceis de superar pelos indivíduos. De acordo com esta perspectiva, as forças estruturais de uma sociedade – factores como a classe, o género, a etnia, a posição ocupacional, a escolaridade e outros – moldam a forma como os recursos são distribuídos. Os investigadores que advogam explicações estruturais para a pobreza argumentam que a falta de ambição entre os pobres muitas vezes tomada como "cultura da dependência" é, de facto, uma *consequência* das suas situações condicionadas e não uma causa das mesmas. Defendem que a redução da pobreza não consiste apenas numa questão de mudança das concepções individuais, mas requer medidas políticas destinadas a distribuir de forma mais uniforme os rendimentos e os recursos pela sociedade. Abonos de família, um salário mínimo e níveis mínimos de rendimentos garantidos para as famílias são exemplos de medidas políticas que procuraram emendar as desigualdades sociais persistentes.

Avaliação

Ambas as teorias têm gozado de amplo apoio e variações de cada perspectiva são encontradas sistematicamente em debates públicos sobre a pobreza. Os críticos da perspectiva da cultura da pobreza acusam os

Quadro 11.2. Adultos que se moveram dentro da distribuição de rendimentos entre 1991 e 1996, na Grã-Bretanha (percentagem)

	Agrupamentos de rendimento – 1996					
	20% mais pobres	**Próximos 20%**	**20% do meio**	**Próximos 20%**	**20% mais ricos**	**Todos os adultos**
Agrupamentos de rendimento – 1991						
20% mais pobres	52	26	12	7	4	100
Próximos 20%	25	35	22	12	6	100
20% do meio	11	21	33	23	12	100
Próximos 20%	7	12	20	37	23	100
20% mais ricos	4	6	11	21	59	100

Fontes: British Household Panel Survey, Institute for Social and Economic Research. De *Social Trend,* 29 (1999), p. 98, *Crown Copyright.*

seus defensores de "individualizarem" a pobreza e de culparem os pobres por circunstâncias que estão além do seu controlo. Concebem os pobres como vítimas e não como "chupistas" que abusam do sistema. Porém, devemos acautelar-nos de uma aceitação incondicional dos argumentos dos que consideram que as causas da pobreza assentam exclusivamente na estrutura da própria sociedade. Tal concepção implica que os pobres aceitam simplesmente de forma passiva as situações difíceis em que se encontram. Isto está longe de ser verdade, como veremos de seguida.

Pobreza e mobilidade social

Muita da pesquisa anterior sobre a pobreza centrou-se na entrada de pessoas na pobreza e mediu os níveis agregados de pobreza ano após ano. Tem sida prestada tradicionalmente menos atenção ao "ciclo de vida" da pobreza – as trajectórias de saída da pobreza (e muitas vezes de nova entrada) das pessoas ao longo do tempo.

Uma visão comum é a de a pobreza ser uma condição permanente. Porém ser pobre não significa necessariamente estar atolado na pobreza. Uma percentagem substancial de pessoas pobres gozaram, numa altura ou noutra, de condições económicas superiores ou pode-se esperar que acabarão por sair da pobreza no futuro. Uma pesquisa recente revelou uma quantidade significativa de mobilidade para dentro e para fora da pobreza: um número surpreendente de pessoas escapa com sucesso à pobreza, mas um número maior do que o que se pensava anteriormente vive na pobreza em determinada altura das suas vidas.

Os resultados estatísticos do British Household Panel Survey (BHPS) mostram que mais de metade dos indivíduos que estavam no quinto inferior de rendimento em 1991 estavam na mesma categoria em 1996 (ver quadro 11.2). Todavia, isto não significa necessariamente que estas pessoas permaneceram consistentemente entre os 20% mais pobres ao longo do período de cinco anos. Embora alguns o possam ter feito, outros podem ter saído para fora deste grupo e voltado posteriormente ao mesmo durante esse período. O BHPS revelou igualmente que um em cada dez adultos permaneceu consistentemente entre os 20% mais pobres durante cinco dos seis anos em que o inquérito foi administrado. Sessenta por cento dos adultos nunca estiveram entre os 20% mais pobres em nenhuma altura entre 1991 e 1996. No conjunto, estes resultados sugerem que cerca de metade dos adultos entre os 20% mais pobres suportam um estado constante de fracos rendimentos, enquanto a outra metade se move para fora e para dentro do grupo de rendimento inferior ano após ano (HMSO, 1999).

Dados sobre os padrões de rendimento alemães entre 1984 e 1994 revelaram igualmente uma significativa mobilidade para dentro e para fora da pobreza. Mais de 30% dos alemães foram pobres (ganhando menos de metade do rendimento médio) (metade da mediana) pelo menos durante um ano no decurso da década examinada; isto representa um resultado mais de três vezes superior ao número máximo de pobres em qualquer ano (Leisering and Leibfried, 1999). Entre aqueles que "escapavam" à pobreza, o rendimento médio obtido era cerca de 30% superior à linha de pobreza. Porém, mais de metade desses indivíduos caíram novamente na pobreza pelo menos por um ano durante o período de dez anos.

Os investigadores sublinharam que devíamos interpretar tais resultados de forma cautelosa, na medida em que os mesmos podem ser facilmente usados por aqueles que querem diminuir as provisões de segurança social ou evitar que a pobreza se transforme numa questão política e social. John Hills do Centro de Análise da Exclusão Social acautelou-nos contra a aceitação da perspectiva do "modelo da lotaria" da determinação do rendimento. Desta forma, defende que devemos ser cépticos face a argumentos que apresentam a pobreza como uma situação "excepcional" vivida pelas pessoas de forma mais ou menos aleatória à medida que se movem na hierarquia dos rendimentos. Esta visão sugere que as desigualdades entre os ricos e os pobres na sociedade não são terrivelmente críticas; toda a gente tem a hipótese de ser um vencedor ou perdedor em dada altura, pelo que a ideia de pobreza já não é causa para grandes preocupações. De acordo com este tipo de argumentação, alguns indivíduos azarados podem acabar por ter rendimentos baixos ao longo de vários anos, mas o rendimento baixo é essencialmente um fenómeno aleatório.

Como salienta Hills, o BHPS revela que existe de facto uma quantidade significativa de mobilidade de *médio alcance* entre aqueles que vivem na pobreza. Entre os indivíduos que integram os 10% mais pobres, por exemplo, 46% estavam ainda ali no ano seguinte. Isto sugere que mais de metade das pessoas nos 10% mais pobres conseguiram arranjar uma forma de escapar à pobreza. Porém um olhar mais atento mostra que 67% dos indivíduos permanecem entre os 20% mais pobres; apenas um terço progride mais que isto. Entre os 20% mais pobres da população por rendimento, 65% estavam ainda nesse grupo no ano seguinte; 85% permaneceu nos 40% mais pobres. Estes resultados sugerem que cerca de um terço dos rendimentos baixos são de natureza "transitória", enquanto os restantes dois terços não o são. De acordo com Hills, é enganador pensar-se que ao longo do tempo a população "se mistura" gradualmente pelos grupos de rendimento. Pelo contrário, aqueles que saem da pobreza não avançam para longe e eventualmente retrocedem novamente à mesma; as "taxas de fuga" para aqueles que permanecem na base por mais de um ano tornam-se progressivamente menores (Hills, 1998).

Embora a escalada para fora da pobreza se encontre seguramente repleta de desafios e obstáculos, os resultados de pesquisas indicam que o movimento para dentro e para fora da pobreza *é* mais fluido do que muitas vezes se pensa. A pobreza não decorre simplesmente da acção de forças actuando sobre uma população passiva. Mesmo indivíduos em posições seriamente desvantajosas podem agarrar oportunidades para melhorar as suas posições; o poder da agência humana para provocar a mudança não deve ser subestimado. A política social pode desempenhar um papel importante na maximização do potencial de acção dos indivíduos e comunidades em desvantagem. Na nossa discussão sobre segurança social, mais à frente neste capítulo, iremos centrar a atenção nas medidas políticas destinadas a aliviar a pobreza através do aumento do mercado de trabalho, da educação e de oportunidades de formação, e da coesão social.

A controvérsia da subclasse

No capítulo 10 mencionámos a ideia de subclasse – um segmento da população que vive em situações severamente desvantajosas nas margens da sociedade. São indivíduos que passam por longos períodos de desemprego (ou histórias de trabalho altamente fragmentadas) e que estão em grande medida dependentes de subsídios estatais para poderem sobreviver. O termo "subclasse" é bastante contestado no contexto de um agitado debate sociológico. Embora o termo já tenha entrado no discurso quotidiano, muitos académicos e comentadores utilizam-no com extrema prudência! É um conceito que integra um largo espectro de significados, alguns dos quais vistos como tendo uma carga política e uma conotação negativa.

O conceito de subclasse tem uma longa história. Marx escreveu sobre um *lumpenproletariat* composto por indivíduos localizados persistentemente fora das formas dominantes de produção e troca económica. Posteriormente, a noção foi aplicada às "classes perigosas" de indigentes, ladrões e vagabundos que se recusavam a trabalhar e em vez disso sobreviviam às margens da sociedade como "parasitas sociais". Mais recentemente, a ideia de uma subclasse que é dependente dos subsídios da segurança social e despojada de iniciativa gozou de um renascimento, novamente devido em grande medida aos escritos de Charles Murray, cujas visões sobre este assunto vamos retomar brevemente.

Antecedentes do debate em torno da subclasse

Debates recentes em torno da subclasse foram provocados por vários trabalhos importantes publicados por sociólogos americanos sobre a posição dos negros pobres a viver em zonas centrais das cidades. Na obra *The Declining Significance of Race* (1978), baseada numa pesquisa feita em Chicago, William Julius Wilson argumentou que, nos EUA, uma classe média negra substancial – composta por técnicos e trabalhadores de colarinho branco – tinha emergido ao longo das três ou quatro décadas anteriores. Nem todos os afro-americanos continuam a viver em guetos, e aqueles que permanecem, argumenta Wilson, fazem-no não tanto devido a uma discriminação activa, mas sobretudo por factores económicos – por outras palavras, por causa da classe e não pela raça. As velhas barreiras racistas estão a desaparecer; os negros estão "presos" em guetos em virtude de desvantagens económicas.

Charles Murray concorda que existe uma subclasse negra na maioria das grandes cidades. Todavia, de acordo com Murray, os afro-americanos encontram-se na base da sociedade como resultado das próprias políticas de segurança social destinadas a ajudar a melhorar a sua situação. Esta afirmação constituiu uma reiteração da tese da cultura da pobreza. As pessoas tornam-se dependentes de ajudas da segurança social e depois têm pouco incentivo para encontrar emprego, construir comunidades sólidas ou estabelecer casamentos estáveis (Murray, 1984).

Em réplica às afirmações de Murray, Wilson repetiu e ampliou os argumentos anteriores, apoiando-se uma vez mais na pesquisa conduzida em Chicago. Sugeriu que a deslocação de muitos brancos das cidades para os subúrbios, o declínio das indústrias urbanas e outros problemas económicos urbanos levaram a elevadas taxas de desemprego entre os homens afro-americanos. Wilson explicou que as formas de desintegração social apontadas por Murray, incluindo a elevada percentagem de mães negras solteiras, se deviam à diminuição do número de homens em posição de se poderem casar (empregados).

Num trabalho mais recente, Wilson examinou o papel destes processos sociais na criação de bolsas de privação urbana espacialmente concentradas, habitadas pelos "podres do gueto". Os membros deste grupo – predominantemente afro-americanos e hispânicos – sofrem múltiplas privações, de baixas qualificações escolares e baixos padrões de saúde a elevados níveis de vitimização criminal. Estão também em desvantagem devido a uma fraca infraestrutura urbana – em termos de transportes públicos deficientes e de instalações comunitárias e instituições escolares desadequadas – que reduz ainda mais as hipóteses de se integrarem social, política e economicamente na sociedade (Wilson, 1999).

A subclasse, a União Europeia e a imigração

Nos Estados Unidos, muito do debate em torno da subclasse centra-se em torno da sua dimensão étnica. Na Europa, tal sucede também cada vez mais; a tendência para a divisão económica e a exclusão social agora característica da América parece estar a fortificar-se tanto na Grã-Bretanha como noutros países da Europa Ocidental. A subclasse está estreitamente ligada a questões de raça, etnicidade e migração. Em cidades como Londres, Manchester, Roterdão, Frankfurt, Paris e Nápoles existem bairros marcados por severas privações económicas. Hamburgo é a cidade mais rica da Europa, em termos do rendimento médio individual, e tem a maior percentagem de milionários da Alemanha; tem também a maior percentagem de pessoas dependentes da segurança social e no desemprego – 40% acima na média nacional.

A maioria das pessoas pobres e desempregadas dos países da Europa Ocidental são nativas dos seus países, mas existem também muitas primeiras e segundas gerações de imigrantes na pobreza e encurraladas nos bairros, em deterioração, das cidades.

Populações significativas de turcos na Alemanha, de argelinos na França e de albaneses em Itália, por exemplo, cresceram em cada um destes países. Migrantes em busca de melhores padrões de vida são muitas vezes relegados para trabalhos ocasionais que oferecem baixos salários e fracas perspectivas de carreira. Para além disso, os rendimentos dos imigrantes são frequentemente enviados para o país de origem de forma a sustentar os membros da família que aí ficaram. Os padrões de vida dos imigrantes recentes podem ser precariamente baixos.

Em casos em que membros da família se tentam juntar ilegalmente a um imigrante para que a família possa estar reunida, o potencial de exclusão e de marginalização é particularmente alto. Não tendo direito aos subsídios da segurança social, os imigrantes sem estatuto oficial são incapazes de obter apoio do estado de forma a manter um padrão mínimo de vida. Estes indivíduos são extremamente vulneráveis, encurralados em condições extremamente constrangedoras com poucos canais de recurso em caso de crise ou infortúnio.

Existe uma subclasse na Grã-Bretanha?

Após os escritos iniciais sobre os EUA, Charles Murray aplicou subsequentemente os seus argumentos ao Reino Unido (1990). De acordo com este autor, não existe ainda uma subclasse claramente definida na Grã-Bretanha, mas está a desenvolver-se rapidamente. Incluirá não só membros de minorias étnicas, mas brancos de áreas empobrecidas onde a desintegração social está a avançar. O trabalho de Murray tem sido contundentemente criticado, todavia, por outros sociólogos a trabalhar neste país.

Duncan Gallie é um dos sociólogos que argumenta que existem poucas bases para a ideia da existência de uma subclasse com uma cultura distinta. Na sua análise dos dados da Iniciativa Mudança Social e Vida Económica, Gallie (1994) argumenta que existe pouca diferença entre os indivíduos da classe trabalhadora e os desempregados de longa duração em termos das suas concepções políticas ou das suas histórias de emprego. Na sua perspectiva, os desempregados de longa duração podem sentir um maior isolamento e empobrecimento, mas continuam a identificar-se com a classe trabalhadora. Verificou que as pessoas que estão desempregadas por longos períodos de tempo estão *mais* comprometidas com o conceito de trabalho do que outras.

Lydia Morris examinou as dimensões espaciais da pobreza em Hartlepool, no nordeste de Inglaterra. É em áreas como Hartlepool, onde houve um declínio da indústria manufactureira e um crescimento em larga escala de desemprego, que é provável que a subclasse emerja. Porém a pesquisa de Morris não confirma a emergência de uma subclasse distinta. Na sua perspectiva, o conceito de subclasse é demasiado simplista (e politizado) para reflectir a complexidade da pobreza e da desvantagem social na sociedade contemporânea.

Morris estudou três grupos de trabalhadores desempregados: o primeiro, constituído por casais em que o homem estava desempregado há pelo menos 12 meses; o segundo, por casais em que o homem manteve o mesmo trabalho pelo menos nos últimos 12 meses; e o terceiro, por casais em que o homem começara um novo emprego nos últimos 12 meses.

Morris constatou existir pouca diferença entre os três grupos, no que se refere à posse, por parte dos indivíduos e das famílias, de redes de apoio de confiança. Os que estão desempregados há mais de um ano estão ainda preocupados com a procura de emprego; não criaram uma cultura anti-trabalho. A situação destes homens resultou do declínio económico progressivo da área, da falta de competências e de uma relativa ausência de contactos informais baseados no trabalho que poderiam ajudá-los a encontrar emprego. Morris verificou, todavia, que a maioria dos desempregados de longa duração tinham parceiros que estavam também desempregados e que tinham a maior percentagem de amigos desempregados. Não obstante, concluiu que "não existe qualquer evidência directa no meu estudo de uma cultura distinta de "subclasse" (Morris, 1993, p. 410).

A pesquisa de Morris não é de modo algum conclusiva. Foi conduzida apenas numa parte do país, e numa parte onde as minorias étnicas não se encontram fortemente representadas. Os homens das Caraíbas e os asiáticos estão mais concentrados em trabalhos semiespecializados e têm maiores taxas médias de desemprego que os homens brancos.

Avaliação

Como podemos nós dar sentido a estas abordagens contraditórias da subclasse? A pesquisa sociológica

apoiará a ideia da existência de uma classe distinta de pessoas em desvantagem unidas por oportunidades de vida semelhantes?

A ideia de subclasse foi introduzida nos EUA e continua a fazer sentido nesse país. Nos EUA os extremos de riqueza e de pobreza são mais vincados do que na Europa Ocidental. Os grupos menos privilegiados tendem a encontrar-se afastados da sociedade mais ampla, particularmente em locais onde as privações económicas e sociais convergem com divisões raciais. O conceito de subclasse nestes contextos tem uma aplicação evidente. Em países europeus é provável que tal não aconteça. Embora existam condições semelhantes de desvantagem na Europa, estas parecem ser menos pronunciadas que nos EUA. Não existe, ou não existe por enquanto, o mesmo nível de separação entre os que vivem em condições de vincada privação e o resto da sociedade.

Exclusão social

Na Europa, a maioria dos investigadores prefere a noção de **exclusão social**, em vez utilizar o conceito de subclasse. A ideia de exclusão social tem sido utilizada por políticos, mas foi primeiramente introduzida por sociólogos para se referirem a novas fontes de desigualdade. Entende-se por exclusão social as formas pelas quais os indivíduos podem ser afastados do pleno envolvimento na sociedade. É um conceito mais amplo do que o de subclasse, e tem a vantagem de enfatizar *processos* – mecanismos de exclusão. Às pessoas que vivem em bairros sociais degradados com escolas pobres e poucas oportunidades de emprego na área, por exemplo, podem ser negadas oportunidades de melhoramento pessoal que a maioria das pessoas na sociedade possui. É também uma questão diferente da da pobreza em si. Foca a atenção num conjunto mais amplo de factores que impedem que indivíduos ou grupos tenham oportunidades que estão abertas à maioria da população.

De modo a viverem uma vida plena e activa, os indivíduos devem não só ser capazes de se alimentar, vestir e pagar alojamento, mas devem também ter acesso a bens e serviços essenciais como o transporte, o telefone, os seguros e a banca. Para uma comunidade ou sociedade estar socialmente integrada, é importante que os seus membros partilhem instituições como escolas, instalações de saúde e transportes públicos. Estas instituições partilhadas contribuem para a existência de um sentido de solidariedade social na população.

A exclusão social pode assumir um número diverso de formas, por isso pode ocorrer em comunidades rurais isoladas afastadas de muitos serviços e oportunidades, ou em bairros centrais das cidades marcados por elevadas taxas de crime e por um padrão de habitação inferior à média. A exclusão e inclusão podem ser vistas em termos económicos, políticos ou sociais.

(1) *Exclusão económica*. Os indivíduos e comunidades podem viver a exclusão da economia tanto em termos da produção como do consumo. Do lado da produção, o emprego e a participação no mercado de trabalho são centrais para a inclusão. Em comunidades com elevadas concentrações de privação material existem menos pessoas a trabalhar a tempo inteiro e as redes informais de informação que podem ajudar os indivíduos desempregados a entrar no mercado de trabalho são fracas. As taxas de desemprego são frequentemente altas e as oportunidades de trabalho são geralmente limitadas. Uma vez excluídas do mercado de trabalho, as pessoas podem achar muito difícil reentrar no mesmo.

A exclusão da economia pode também ocorrer em termos de padrões de consumo, isto é, em termos daquilo que as pessoas compram, consumem ou usam nas suas vidas diárias. A ausência de um telefone pode contribuir para a exclusão social – o telefone é um dos principais pontos de contacto entre indivíduos e o seu universo de amigos, família, vizinhos e membros da comunidade. Não ter uma conta num banco é outro indicador de exclusão social, na medida em que as pessoas não têm a possibilidade de usufruir de muitos dos serviços que os bancos fornecem aos seus clientes. Como iremos ver brevemente, ser "sem-abrigo" é um dos exemplos mais precisos de exclusão social. As pessoas a quem falta um lugar de residência permanente descobrem ser quase impossível participar em termos igualitários na sociedade.

(2) *Exclusão política*. A participação popular na política é uma pedra angular dos estados democráticos liberais. Os cidadãos são encorajados a permanecer a par das questões políticas, a levantar as suas vozes em apoio ou oposição, a contactar os seus

Os efeitos económicos da gravidez na adolescência

Muitas discussões em torno da subclasse focam as altas taxas de gravidez entre as adolescentes. O grande crescimento do número de mães solteiras que criam as suas crianças tem sido um factor que contribui para a pobreza e para o aumento dos gastos da previdência na Grã-Bretanha. Os casos de raparigas com 12 ou 13 anos que dão à luz bebés filhos de rapazes das mesmas idades alimentaram um pânico moral acerca de pais adolescentes. Embora a taxa de gravidez na adolescência na Grã-Bretanha tenha descido ao longo dos anos 90, permanece de longe a maior da Europa (ver figura 11.5). Em 1996 existiam 63 concepções por 1000 mulheres com menos de 20 anos na Inglaterra e no País de Gales. É mais provável que ocorram nascimentos fora do casamento no caso de mães adolescentes do que no de mães mais velhas – 89% dos nascimentos em adolescentes ocorreram com raparigas solteiras. Em 29% dos casos, os nascimentos foram registados apenas pelas mães (HMSO, 1999).

A Unidade de Exclusão Social do governo, constituída pelo Primeiro Ministro Tony Blair em 1997, referiu-se ao fenómeno da maternidade na adolescência no seu relatório *Single Pregnancy* (Gravidez Solteira) (1999). Os resultados sugerem que os adolescentes não estão a receber informação adequada e precisa sobre relações sexuais através de programas de educação sexual na escola. Quando os adolescentes começam a iniciar-se sexualmente, a sua ignorância acerca das relações sexuais conduz a um número elevado de gravidezes indesejáveis. O facto de apenas metade dos adolescentes britânicos com menos de 16 anos utilizar protecção quando tem relações pela primeira vez vem em apoio da ideia de que é necessário melhorar a educação sexual. Mas nem todos concordam que a educação é a resposta. Críticos de direita argumentam que fornecer mais informação acerca do sexo nas escolas apenas encoraja estes jovens a tornarem-se sexualmente activos mais cedo.

Outros centram-se na exclusão sexual, na pobreza e nas expectativas sexuais do comportamento sexual como os principais factores subjacentes à alta taxa de gravidez na adolescência na Grã-Bretanha. Esta abordagem defende que a atitude face ao sexo e à paternidade entre muitos rapazes é modelada não pela educação ou pela influência pessoal, mas pelos retratos da conquista sexual e do comportamento dito "macho" propagados pelos meios de comunicação social. O facto de o Reino Unido liderar a Europa na taxa de gravidez na adolescência é simplesmente um reflexo da grande extensão que a carência e a exclusão têm na Grã-Bretanha.

representantes eleitos com preocupações e a participar a todos os níveis no processo político. Porém, a participação política activa pode estar fora do alcance dos socialmente excluídos, que podem não ter os recursos, a informação e as oportunidades necessárias para participar no processo político. Participar em "lobbies", tomar parte em reuniões e participar em encontros políticos exige um certo grau de mobilidade, tempo e acesso a informação que pode não existir em comunidades excluídas. Tais problemas alimentam uma espiral que se auto-reproduz, à medida que as vozes e as necessidades dos socialmente excluídos deixam de ser incorporadas nas agendas políticas.

(3) *Exclusão social*. A exclusão pode também ser vivida no domínio da vida social e comunitária. As áreas que sofrem de um elevado grau de exclusão social podem ter instalações comunitárias limitadas, como parques, campos desportivos, centros culturais e teatros. Os níveis de participação cívica são frequentemente baixos. Para além disso, indivíduos e famílias excluídas podem ter menos oportunidades de lazer, de viajar e de desenvolver actividades fora

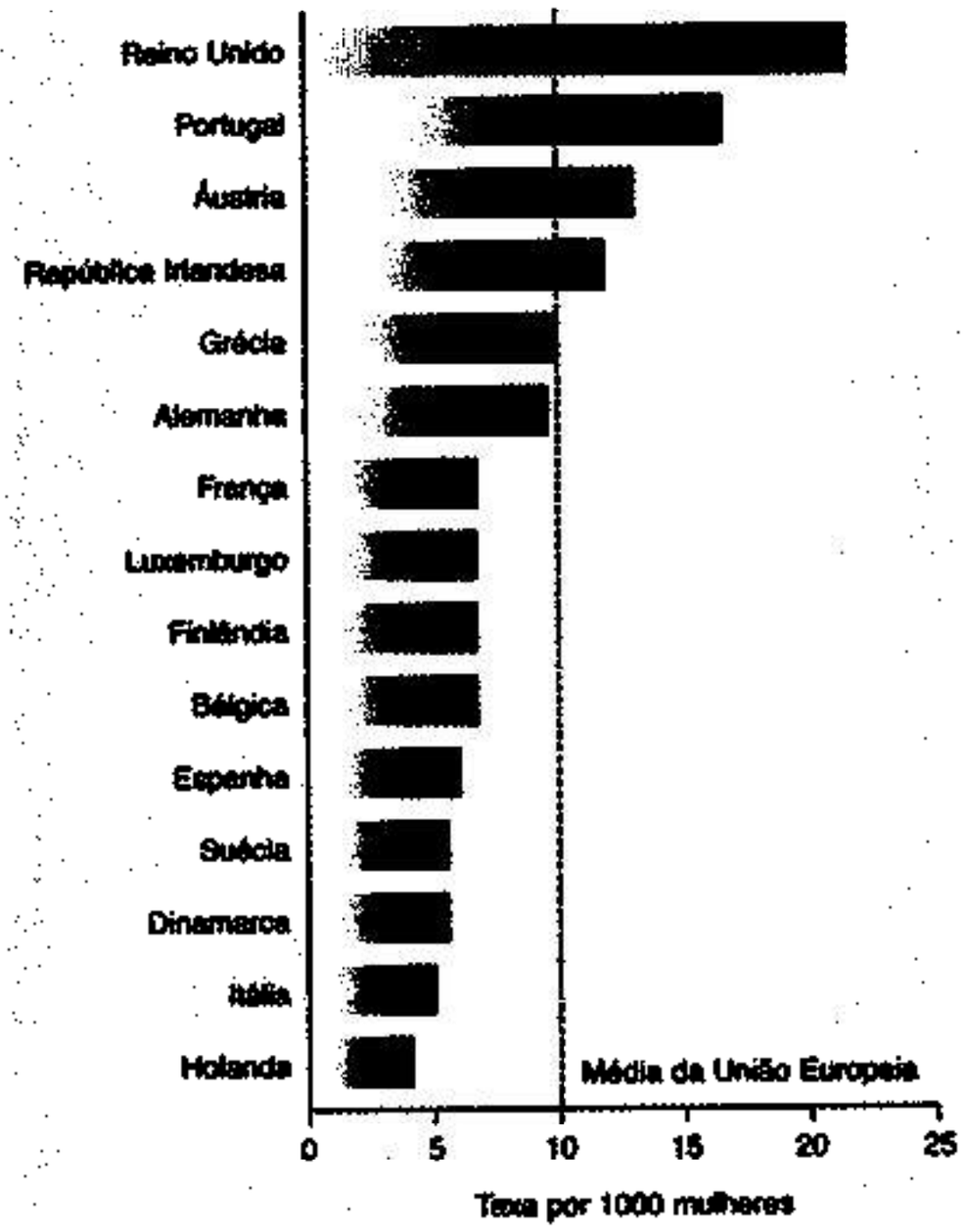


Figura 11.5. Nados vivos em mulheres adolescentes, comparações na União Europeia, 1995 (taxas por 1000 mulheres com idades entre os 15-19 anos).

Fontes: Eurostat; Office for National Statistics De *Social Trends*, 30 (2000), p. 43. Crown Copyright.

Um estudo longitudinal de 9000 jovens nascidos em 1970 deu a descoberto as implicações potenciais da maternidade na adolescência para a vida posterior. Um quarto das jovens respondentes que tinham sido mães ainda na adolescência estavam a criar as suas crianças como mães sozinhas aos 26 anos. Entre os homens que tinham sido pais na adolescência, 25% estavam desempregados e apenas 4% estavam em funções técnicas ou de gestão, comparados com 25% de homens que se tinham tornado pais já na casa dos 20 anos (ESRC, 1997).

de casa. A exclusão social pode também significar uma rede social limitada ou fraca, levando ao isolamento e ao contacto mínimo com outros.

O conceito de exclusão social levanta a questão da acção. Afinal, a palavra "exclusão" implica que alguém ou alguma coisa está a ser afastada de outra. Existem certamente instâncias em que os indivíduos são excluídos mediante decisões situadas fora do seu próprio controlo. Os bancos podem recusar conceder uma conta corrente ou cartões de crédito a indivíduos que vivem na área de determinado código postal. As companhias de seguros podem rejeitar a realização de uma apólice com base na história pessoal e antecedentes do candidato. Um empregado dispensado pode ver serem-lhe recusados outros empregos com base na sua idade.

Mas a exclusão social não é apenas o resultado da exclusão de pessoas – pode também resultar de pessoas que se excluem a si mesmas de aspectos centrais da sociedade. Os indivíduos podem optar por desistir dos estudos, recusar uma oportunidade de emprego e tornar-se economicamente inactivos ou abster-se de votar em eleições políticas. Ao considerarmos o fenó-

O Serviço Naci nal de Saú e praticamente gratuito tem sido considerado uma das jóias da coroa do estado-providência britânico.

meno de exclusão social devemos estar conscientes, por um lado, da interacção entre a acção e a responsabilidade humana e, por outro, do papel desempenhado pelas forças sociais na moldagem das situações em que as pessoas se encontram.

Formas de exclusão social

Os sociólogos têm conduzido pesquisas sobre as diferentes formas pelas quais os indivíduos e as comunidades sentem a exclusão. As investigações têm focado tópicos tão diversos como o alojamento, a educação, o mercado de trabalho, o crime, os jovens e os idosos. Iremos agora olhar brevemente para três exemplos de exclusão que têm atraído a atenção na Grã-Bretanha, bem como noutros países industrializados.

Alojamento e bairros

A natureza da exclusão social pode ser observada claramente no sector da habitação. Enquanto muitas pessoas das sociedades industrializadas vivem em habitações confortáveis e espaçosas, outras residem em casas sobrepovoadas, inadequadamente aquecidas ou estruturalmente deterioradas. Ao entrar no mercado da habitação, os indivíduos só podem encontrar uma habitação com base nos recursos próprios existentes e projectados. Como tal, um casal sem crianças em que ambos trabalhem terá maiores hipóteses de obter uma hipoteca para uma casa numa área atractiva, enquanto um agregado familiar em que os adultos estejam desempregados ou em empregos com baixa remuneração poderá estar restringido a opções menos desejáveis no sector público ou no privado de aluguer de habitações.

A estratificação no mercado de habitação ocorre tanto a nível do agregado como da comunidade. Tal como indivíduos menos privilegiados são excluídos das opções de habitação desejáveis, comunidades inteiras podem ser excluídas de oportunidades e actividades que são a norma para o resto da sociedade. A exclusão pode assumir uma dimensão espacial: os bairros variam imenso em termos de segurança, de condições ambientais e de disponibilidade de serviços e instalações públicas. Por exemplo, bairros de menor qualidade tendem a ter menor número de serviços básicos como bancos, supermercados e instalações dos correios do que áreas mais desejáveis. Os espaços comunitários como parques, áreas desportivas e bibliotecas podem ser também limitados. Porém, as pessoas que vivem em lugares menos privilegiados estão muitas vezes dependentes das poucas instalações disponíveis. Ao contrário dos residentes de áreas mais ricas, podem não ter acesso a transporte (ou capital) que lhes permita fazer compras ou utilizar serviços noutro lugar.

Em comunidades carenciadas pode ser difícil às pessoas superar a exclusão e dar passos no sentido de participar mais plenamente na sociedade. As redes sociais podem ser fracas; isto reduz a circulação de informação acerca de empregos, actividades políticas e eventos comunitários. O desemprego elevado e os baixos níveis de rendimento provocam tensão na vida familiar; o crime e a delinquência infantil minam a qualidade de vida geral do bairro. As áreas residenciais com menor procura sofrem muitas vezes taxas elevadas de mudança à medida que muitos residentes procuram mudar-se para residências mais desejáveis, enquanto novos residentes carenciados, novatos no mercado da habitação, continuam a chegar.

Jovens

Poderíamos pensar que os jovens não serão prováveis candidatos à exclusão social. Afinal, os adolescentes e jovens adultos estão a entrar na primavera da vida, a começar carreiras e famílias, a construir o seu futuro. Porém a transição da adolescência para a vida adulta é problemática. Muitos jovens lutam por se integrar na sociedade e vêem-se excluídos da mesma de muitas maneiras.

Nos últimos anos, várias mudanças tornaram a exclusão dos jovens um problema importante. A primeira relaciona-se com a mudança no mercado de trabalho. Antigamente, a transição para a idade adulta ocorria usualmente no início da carreira profissional. Agora, o mercado de trabalho para jovens é menos seguro que anteriormente, tornando menos directa a transição de casa dos pais para a vida adulta independente. Muitos jovens têm dificuldade em encontrar trabalho; os trabalhos não especializados estão a dar lugar a posições que requerem capacidades e perícia nas novas tecnologias. Em 1997, na Grã-Bretanha, aproximadamente 160 000 jovens adultos com idades entre os 16 e os 18 anos não estavam na escola, em actividades de formação ou a trabalhar (Howarth *et al.*, 1999).

A mudança nos subsídios da segurança social também afectou os padrões de exclusão entre os jovens. Embora ainda herdem direitos e estatuto político, os direitos sociais dos jovens ao emprego, à educação e à habitação estão a ser reduzidos. Isto levou a uma maior (e mais longa) dependência da família. No passado, os jovens podiam contar com apoio financeiro e subsídios ao alojamento durante a transição para a vida adulta. Os cortes na segurança social desde os anos 80 deixaram alguns jovens mais vulneráveis do que anteriormente, particularmente numa altura em que os níveis salariais entre muitos jovens estão a cair. Na primavera de 1999, 1,25 milhões de jovens adultos na Grã-Bretanha com idades entre os 16 e 24 anos foram pagos a taxas inferiores a metade da remuneração horária média dos homens (Howarth *et al.*, 1999).

Existe também preocupação quanto à possibilidade de o sistema educacional estar a excluir um número crescente de jovens – quer formal quer informalmente. A mudança nos padrões de emprego fez a educação parecer irrelevante para muitos jovens. As políticas actuais, que promovem a selecção nas escolas e entre estas, tendem a prejudicar os jovens que já se encontram nas margens da sociedade (France e Wiles, 1998).

O fenómeno dos "sem-abrigo" é uma das principais expressões da exclusão entre os jovens. Desde os anos 80, um aumento do número de jovens sem-abrigo sugere que o actual sector da habitação está mal equipado para lidar com os padrões em mutação da mobilidade juvenil. Por comparação com épocas anteriores, a juventude de hoje deixa a casa das suas famílias mais cedo – muitas vezes para continuar a sua educação ou formação noutra cidade, para come-

çar uma família, para aceitar um emprego noutra região ou simplesmente para começar uma vida independente. Porém, porque muitos jovens têm recursos limitados, existem poucas opções disponíveis em termos de habitação que sejam comportáveis para os mesmos. Pesquisas do Inquérito às Despesas Familiares (Family Expediture Survey) revelaram existir um número crescente de alojamentos de "transição" ou de "substituição", como hospedarias e casas de amigos, onde um número de jovens partilham as acomodações. Todavia, as necessidades de acomodação flexível e comportável por parte dos jovens não são necessariamente acolhidas por um mercado de habitação dominado pelas opções de alojamento privadas e públicas. Enquanto alguns jovens poderão escolher regressar à casa dos pais para evitar as pressões do mercado de habitação, outros voltam-se para as ruas (Jones, 1997).

Áreas rurais

Embora muita atenção seja prestada à exclusão social em cenários urbanos, as pessoas que vivem nas regiões rurais podem também sentir exclusão. Alguns trabalhadores sociais e prestadores de cuidados acreditam que os desafios da exclusão na província são tão grandes, se não mesmo maiores, como nas cidades. Em pequenas aldeias e áreas pouco povoadas, o acesso a bens, a serviços e a equipamentos não é tão grande como em áreas densamente povoadas. Na maioria das sociedades industriais, a proximidade de serviços básicos como médicos, postos de correios, escolas, igrejas, bibliotecas e serviços governamentais é considerada uma condição necessária para se poder ter uma vida activa, plena e saudável. Mas os que residem em áreas rurais têm muitas vezes um acesso limitado a estes serviços e estão dependentes dos equipamentos existentes nas suas comunidades.

O acesso ao transporte é um dos principais factores que afectam a exclusão rural. Se um agregado possui ou tem acesso a um carro, é mais fácil permanecer integrado na sociedade. Por exemplo, os membros da família podem considerar aceitar empregos noutras cidades, podem combinar viagens periódicas para compras a locais com uma maior selecção de lojas e podem organizar mais rapidamente visitas a amigos ou familiares residentes noutras áreas. Os jovens podem ser trazidos para casa após as festas. Todavia, as pessoas que não têm acesso ao seu próprio transporte estão dependentes dos transportes públicos e em áreas rurais tais serviços tendem a ser limitados. Algumas aldeias, por exemplo, podem ser servidas por autocarro apenas algumas vezes por dia, com horários reduzidos ao fim de semana e feriados, e nenhum horário à noite.

Os sem-abrigo

A maioria das pessoas pobres vivem em algum tipo de casa ou abrigo permanente. Aquelas que não o fazem, os sem-abrigo, tornaram-se bastante visíveis nas ruas das cidades nos últimos vinte anos. A falta de lugar de residência permanente é uma das formas mais extremas de exclusão social. As pessoas sem residência permanente podem ser excluídas de muitas das actividades diárias que os outros têm como garantidas, tal como ir para o trabalho, manter uma conta bancária, conversar com os amigos ou mesmo receber cartas pelo correio.

Algumas pessoas sem-abrigo escolhem deliberadamente vaguear pelas ruas, dormindo nelas, livres dos constrangimentos da propriedade e da posse de bens. Mas a grande maioria nunca desejou tal sorte; foram empurradas para o abismo, tornando-se sem-abrigo devido a factores para fora do seu controlo. Assim que se encontram sem um abrigo permanente, as suas vidas por vezes deterioram-se numa espiral de miséria e privação.

Quem são os sem-abrigo da Grã-Bretanha? A categoria é, de facto, heterogénea. Cerca de um quarto são pessoas que passaram por hospitais psiquiátricos. Pelo menos alguns destes indivíduos estiveram internados durante muito tempo antes dos anos 60, altura em que as pessoas com doenças mentais crónicas começaram a ser libertados destas instituições em resultado de mudanças na política de saúde.

Este processo de **desinstitucionalização** (ver abaixo) foi desencadeado por vários factores. Um deles foi a vontade do governo de poupar dinheiro – o custo do internamento de pessoas em hospitais psiquiátricos, tal como em outros hospitais, é elevado. Outro motivo, mais meritório, foi a crença, por parte dos líderes da profissão psiquiátrica, de que a hospitalização de longa duração muitas vezes fazia mais mal do que bem. Toda e qualquer pessoa que pudesse ser tratada em consulta externa, deveria sê-lo. Os

Exclusão social no topo

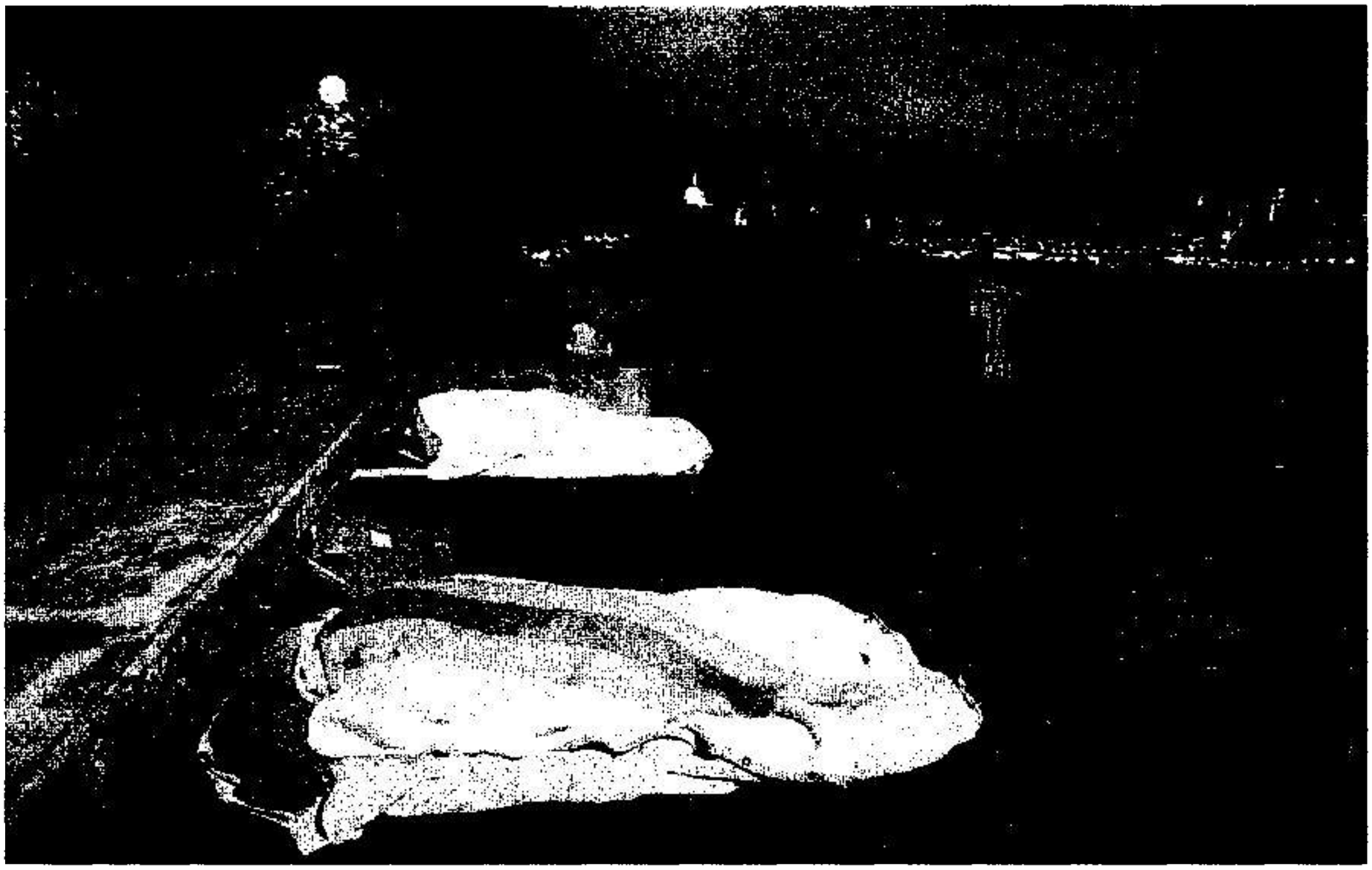
Os exemplos de exclusão social que considerámos até ao momento são relativos a indivíduos ou grupos que, por alguma razão, são incapazes de participar plenamente em instituições e actividades realizadas pela maioria da população. Porém nem todos os casos de exclusão social ocorrem entre os carenciados que se encontram na base da sociedade. Nos últimos anos, têm emergido novas dinâmicas de "exclusão social no topo". Com isto quer-se dizer que uma minoria da sociedade pode "optar por deixar" de participar nas instituições centrais em virtude da sua riqueza, influência ou ligações.

A exclusão no topo pode assumir um grande número de formas. Os ricos podem retirar-se completamente do campo da educação pública e dos serviços de saúde públicos, preferindo pagar por serviços e atenção privados. As comunidades residencias ricas estão cada vez mais afastadas do resto da sociedade – os chamados "condomínios fechados" localizados atrás de altos muros e postos de segurança. O pagamento de impostos e de obrigações fiscais pode ser reduzido drasticamente através de uma gestão cuidada e da ajuda de gestores financeiros privados. Em particular nos EUA, a participação política activa da elite é frequentemente substituída por grandes donativos aos candidatos políticos que são vistos como representando os seus interesses. Através de um grande número de formas diferentes, os muito ricos conseguem escapar às suas responsabilidades sociais e financeiras, encerrando-se num domínio privado em grande medida separado do resto da sociedade. Tal como a exclusão social na "base" mina a solidariedade e a coesão social, a exclusão no "topo" é igualmente nociva a uma sociedade integrada.

resultados não confirmaram as expectativas daqueles que consideravam a desinstitucionalização como um passo positivo. Alguns hospitais deram alta a pessoas que não tinham para onde ir, e que já não viviam no mundo exterior há muito anos. Frequentemente, foram tomadas poucas acções concretas para assegurar um acompanhamento adequado aos doentes a quem tinha sido dada alta médica.

Contudo, grande parte dos sem-abrigo não são ex-doentes mentais, nem alcoólicos ou consumidores regulares de drogas ilegais. São pessoas que acabaram por se encontrar nas ruas devido a problemas pessoais, muitas vezes mais do que um em simultâneo. Tornar-se sem-abrigo raramente é o resultado de uma sequência directa de causa-efeito. Um grande número de infortúnios pode ocorrer numa rápida sucessão, levando a uma poderosa espiral descendente. Uma mulher, por exemplo, pode divorciar-se e ao mesmo tempo perder não só a sua casa mas o seu emprego. Um jovem pode ter problemas de relacionamento em casa com os pais e partir para uma grande cidade sem ter meios de se sustentar. A pesquisa tem indicado que aqueles que são mais propensos a tornar-se sem-abrigo são pessoas da classe trabalhadora baixa sem quaisquer qualificações profissionais específicas e rendimentos muito baixos. O desemprego de longa duração é um bom indicador. As quebras de relações amorosas e familiares parecem ser também influências-chave.

De acordo com a Shelter ("Abrigo"), o grupo de acção sobre o alojamento, o número dos sem-abrigo cresceu na ordem dos 300% durante o período de 1978 a 1992. As estatísticas do governo indicam que existiam 132 300 sem-abrigo a viver na Inglaterra e no País de Gales em 1998. Grupos defensores dos sem-abrigo, como a Shelter, apontam um número consideravelmente mais elevado. Entre os sem-abrigo, os "rough sleepers" ("os que dormem ao ar livre") atraem a maior parte da atenção dos voluntários, dos meios de comunicação social e da população no geral. As estimativas actuais colocam o número de "rough sleepers" na Grã-Bretanha na ordem das 2 000 pessoas, mais de 600 dos quais apenas nas ruas de Londres.



Excluídos da prosperidade económica, os sem-abrigo arranjam casa onde podem.

Dormir ao ar livre é algo de perigoso. A pesquisa do Institute for Public Policy Research (IPPR) (Instituto de Pesquisa sobre as Políticas Públicas) sobre os sem-abrigo e os crimes de rua em Londres, Glasgow e Swansea fornece a primeira indicação da extensão da vitimização sofrida pelos sem-abrigo nas ruas. O Inquérito Britânico ao Crime, o principal indicador estatístico do crime na Grã-Bretanha, não inclui os sem-abrigo entre os seus participantes. No *Unsafe Streets* ("Ruas Inseguras") (1999), o IPPR revelou que quatro em cinco dos que dormem ao ar livre foram vítimas de crime pelo menos uma vez. Quase metade dos mesmos foram assaltados, porém apenas 1/5 opta por reportar o crime à polícia. A imagem que emerge é a de pessoas sem-abrigo vítimas de elevados níveis de violência nas ruas, mas que são também excluídas dos sistemas de protecção legal e policial que poderiam possivelmente oferecer alguma assistência.

Em 1999, o governo anunciou a sua intenção de reduzir em 2/3 até 2002 o número dos que domem ao ar livre. Embora a constituição dos sem-abrigo como prioridade de topo tenha sido universalmente louvada, existe pouco consenso sobre o modo como se devem levar as pessoas a sair da rua para um alojamento permanente e a ter uma vida mais estável. Os defensores dos sem-abrigo concordam que é necessária uma abordagem de longo termo – incluindo aconselhamento, serviços de mediação, formação para o trabalho e esquemas de favorecimento. Porém, e entretanto, muitos grupos de voluntariado estão relutantes em suspender as suas medidas de curto prazo como a distribuição de sopa, sacos cama e roupa quente aos sem-abrigo nas ruas. A questão é controversa. Ao tentar focar a atenção na necessidade de soluções permanentes, a "Czarina dos sem-abrigo" Louise Casey salientou que as "pessoas bem intencionadas estão a gastar dinheiro servindo o problema nas ruas e mantendo-o aí" (citado em Gillan, 1999). Muitos grupos de acção de alojamento concordam. Porém, grupos de caridade como o Exército da Sal-

vação assumem uma abordagem diferente: enquanto existirem pessoas a viver nas ruas, irão continuar a ir em seu auxílio e a prestar tanta assistência quanta lhes for possível.

Embora esta não seja a solução final, a maioria dos sociólogos que estudou o problema concorda que o fornecimento de habitações em condições é um aspecto importante para acabar com os sem-abrigo, quer as casas sejam directamente financiadas pelo governo ou não. Tal como Christopher Jenks conclui no seu livro *The Homeless* (O Sem-abrigo) (1994): "independentemente das razões pelas quais as pessoas vivem na rua, dar-lhes um lugar para morar que ofereça um mínimo de privacidade e estabilidade é geralmente a coisa mais importante que se pode fazer para melhorar as suas vidas. Sem habitações estáveis, nada mais resultará".

Outros discordam, salientando que ser sem-abrigo tem apenas a ver em 20% com "tijolos e argamassa", e em 80% com trabalho social e com o ir mais longe para enfrentar os efeitos da fragmentação da família, da violência e de abusos, da adição a drogas e alcoolismo, e da depressão. Mike, um homem sem abrigo, na casa dos 50 anos, conclui: "Penso que para a maioria das pessoas a situação é muito mais complicada do que parece. Muitas vezes o problema está nas suas crenças acerca de si próprias, no seu valor. Muitas pessoas da rua têm uma auto-estima baixa. Não acreditam que podem fazer algo melhor"(citado de Bamforth, 1999).

Crime e exclusão social

Alguns sociólogos argumentam que nas sociedades industrializadas como a Grã-Bretanha e os EUA existem fortes laços entre o crime e a exclusão social. Defendem que nas sociedades da modernidade tardia existe uma tendência para o afastamento dos objectivos integradores (baseados nos direitos de cidadania) e para a institucionalização de dispositivos sociais que aceitam ou até promovem a exclusão de certos cidadãos (Young, 1999). As taxas de crime podem estar a reflectir o facto de um número crescente de pessoas não se sentirem valorizadas – ou sentirem que têm um investimento – nas sociedades em que vivem.

Elliot Currie é um sociólogo americano que tem investigado as ligações entre a exclusão social e o crime nos EUA, particularmente entre jovens. Currie argumenta que a sociedade americana é um "laboratório natural" que já está a demonstrar o "reverso sinistro" de uma política social orientada pelo mercado: pobreza crescente e incremento do número dos sem-abrigo, abuso de drogas e aumento nítido no número de crime violentos. O autor sublinha que os jovens estão cada vez mais a crescer entregues a si mesmos sem a orientação ou o apoio que precisam da população adulta. Enquanto enfrentam o sedutor engodo do mercado e dos bens de consumo, os jovens são também confrontados com a diminuição das oportunidades no mercado de trabalho para angariar os meios de subsistência. Isto pode levar a um profundo sentido de privação relativa e a uma vontade de se voltar para meios ilegítimos de obtenção do estilo de vida desejado.

De acordo com Currie existem várias ligações principais entre o crescimento do crime e a exclusão social. Primeira, as mudanças no mercado de trabalho, na política fiscal do governo e nas políticas de ordenado mínimo levaram a um enorme crescimento quer na pobreza relativa quer na absoluta entre a população americana. Segunda, o crescimento da exclusão social é sentido em comunidades locais, que sofrem a perda de meios de subsistência, o impacto de populações transitórias, o aumento no custo do alojamento e o enfraquecimento da coesão social. Terceira, a privação económica e a fragmentação da comunidade provocam tensão na vida familiar. Os adultos de muitas famílias pobres são forçados a ter múltiplos trabalhos para sobreviver – uma situação que produz um contínuo stress, ansiedade e ausência de casa. Por consequência, a socialização e educação das crianças é enfraquecida; o "empobrecimento social" geral da comunidade significa que existem poucas oportunidades para os pais recorrerem a outras famílias ou parentes para obterem apoio. Quarta, o estado "voltou a recuar" em muitos dos programas e serviços públicos que podiam "reincorporar" os socialmente excluídos, como os programas de intervenção na infância, de cuidados infantis e cuidados de saúde mental.

Finalmente, os padrões de estatuto económico e de consumo que são promovidos na sociedade não podem ser satisfeitos por meios legítimos pela população socialmente excluída. De acordo com Currie, uma das dimensões mais problemáticas desta cone-

xão entre exclusão social e crime é que os canais legítimos de mudança são ultrapassados em favor de canais ilegais. O crime é favorecido em detrimento de meios alternativos, como o sistema político ou a organização da comunidade (Currie, 1998a).

A segurança social e a reforma do estado-providência

Muitos países industrializados e em vias de industrialização no mundo de hoje são estados-providência – isto é, estados em que o governo desempenha um papel central na redução de desigualdades entre a população através da provisão ou subsídio de certos bens e serviços. O objectivo da previdência é contrariar os efeitos negativos do mercado em pessoas que, por uma variedade de razões, lutam por satisfazer as suas necessidades básicas. É uma forma de gerir os riscos enfrentados pelas pessoas no decurso das suas vidas: doença, incapacidade, perda de emprego e envelhecimento. Os serviços de um estado-providência variam de país para país, mas incluem frequentemente provisões nos campos da educação, cuidados de saúde, habitação, rendimento, incapacidade, desemprego e pensões. O nível de gastos com a segurança social também varia. Alguns países têm sistemas de segurança social altamente desenvolvidos e devotam uma larga proporção dos seus orçamentos nacionais aos mesmos. Na Suécia, por exemplo, os gastos com a segurança social representam cerca de 50% do produto interno bruto (PIB).

Uma das diferenças principais entre os modelos de segurança social reside no modo de disponibilização dos benefícios às populações. Em sistemas de previdência que fornecem **benefícios universais**, a previdência quando necessária é um direito que deve ser usufruído igualmente por todos, independentemente do nível de rendimento ou do estatuto económico. Os sistemas de previdência assentes em benefícios universais são desenhados para assegurar a todos os cidadãos a satisfação das necessidades básicas de previdência de modo contínuo. O sistema sueco tem uma maior proporção de subsídios universais que o britânico, o qual depende mais de subsídios concedidos com base na **avaliação dos meios** dos indivíduos. A avaliação dos meios refere-se ao processo pelo qual os candidatos à segurança social são tidos como elegíveis ou não elegíveis para um dado serviço. A avaliação dos meios é feita muitas vezes com base no rendimento. Por exemplo, o subsídio de habitação pode ser oferecido apenas a pessoas com rendimentos baixos.

Esta distinção entre benefícios universais e benefícios com base na avaliação dos meios expressa-se a nível político em duas abordagens distintas da previdência social. Os apoiantes da visão *institucional* da previdência social argumentam que o acesso aos serviços da segurança social devem ser proporcionados a todas as pessoas como um direito. Aqueles que adoptam uma visão *residualista* acreditam que a segurança social deve apenas ser disponibilizada aos membros da sociedade que verdadeiramente precisam de ajuda e que são incapazes de satisfazer as suas próprias necessidades de previdência.

Esta problemática envolve também uma disputa acerca de impostos. Os serviços da segurança social têm de ser financiados através de impostos. Alguns acham que os níveis de impostos deveriam ser altos, porque o estado-providência precisa de ser bem financiado. Argumentam que o estado-providência deve ser mantido e até mesmo expandido de forma que o estado possa limitar a dura polarização dos efeitos do mercado, mesmo que isto signifique uma grande carga fiscal. Clamam que é uma responsabilidade de qualquer estado civilizado cuidar dos seus cidadãos e protegê-los. Defensores da abordagem do estado-providência como "rede de segurança" salientam que apenas os mais necessitados – como demonstrado através da avaliação de meios – devem ser receptores de benefícios da segurança social. Consideram o estado-providência como dispendioso, ineficaz e demasiado burocrático e pedem que o mesmo seja reduzido.

A diferença de opinião entre os modelos de previdência institucional e residual está no centro dos actuais debates em torno da reforma da segurança social. Em todos os países industrializados, o futuro do estado-providência está sob intensa avaliação. À medida que a face da sociedade muda – através da globalização, das migrações, de mudanças na família e no trabalho e de outras mudanças fundamentais – a natureza da segurança social deve também mudar. Nesta secção iremos examinar o crescimento do estado-providência na Grã-Bretanha, os desafios que actualmente enfrenta e as tentativas para o reformar.

As teorias do estado-providência

Porque é que se desenvolveram estados-providência na maioria dos países industrializados? Como podemos explicar as variações nos modelos de previdência privilegiados por diferentes estados? A face da segurança social é diferente de país para país, porém no seu conjunto as sociedades industrializadas devotaram uma grande parte dos seus recursos para responder a necessidades públicas.

Têm sido avançadas muitas teorias para explicar a evolução do estado-providência. Os marxistas têm visto a segurança social como algo necessário para sustentar um sistema capitalista, enquanto os teóricos funcionalistas defenderam que os sistemas de segurança social ajudaram a integrar a sociedade de forma ordenada em condições de industrialização avançada. Embora estas e outras perspectivas tenham tido apoio ao longo dos anos, os escritos de T. H. Marshall e Gosta Esping-Andersen foram talvez os contributos mais influentes para as teorias do estado-providência.

Marshall: direitos de cidadania

Escrevendo nos anos 60, Marshall via na segurança social um resultado do desenvolvimento progressivo dos direitos de cidadania a par do crescimento das sociedades industrializadas. Adoptando uma abordagem histórica, Marshall traçou a evolução da previdência social na Grã-Bretanha e identificou três estádios chave. O século XVIII, de acordo com Marshall, foi a época de aquisição dos *direitos civis*. Estes incluíam importantes liberdades pessoais como a liberdade de expressão, pensamento ou de religião, o direito à propriedade, e o direito a um tratamento legal justo. No século XIX, obtiveram-se *direitos políticos*: o direito ao voto, o direito a assumir cargos políticos, e a participar no processo político. O terceiro conjunto de direitos – os *direitos sociais* – foi obtido apenas no século XX. O direito dos cidadãos à segurança social e económica através da educação, cuidados de saúde, alojamento, pensões e outros serviços foi consagrado no estado-providência. A incorporação de direitos sociais na noção de cidadania significou que qualquer pessoa tinha direito a viver uma vida plena e activa e a obter um rendimento razoável, independentemente da sua posição na sociedade. A este respeito, os direitos associados à cidadania social abriram o caminho para o ideal de igualdade para todos (Marshall, 1973).

A visão de Marshall tem sido influente nos debates sociológicos acerca da natureza da cidadania e das questões de inclusão e exclusão social. Os conceitos de direitos e responsabilidades estão intimamente relacionados com a noção de cidadania; estas ideias estão a gozar de popularidade nas discussões actuais sobre o modo como se deve promover a "cidadania activa". Porém, embora os trabalhos de Marshall sobre direitos de cidadania permaneçam relevantes para as discussões contemporâneas são de utilidade limitada. Os críticos têm salientado que Marshall focou exclusivamente a Grã-Bretanha no desenvolvimento da sua perspectiva acerca dos direitos de cidadania; não é claro que a evolução da segurança social tenha ocorrido da mesma forma noutras sociedades.

Esping-Andersen: os três mundos da segurança social

O livro *The Three Worlds of Welfare Capitalism* (1990) do escritor Costa Esping-Andersen é um contributo posterior para as teorias do estado-providência. Neste importante trabalho, Esping-Andersen compara os sistemas de previdência ocidentais e apresenta uma tipologia tripartida de "regimes de previdência". Ao criar esta tipologia, Esping-Andersen avaliou o nível de segurança social *não comercializável** – designação que significa simplesmente o grau de independência do mercado dos serviços da previdência social. Num sistema de ausência elevada de comercialização, a previdência é fornecida publicamente e não está de forma alguma ligada ao rendimento ou aos recursos económicos da pessoa. Em sistemas comerciais, os serviços de segurança social são tratados mais como mercadorias – isto é, são vendidos no mercado como qualquer outro bem ou serviço. Ao comparar políticas de pensões, de desemprego e de subsídio entre países, Esping-Andersen identificou os três tipos seguintes de sistemas de previdência:

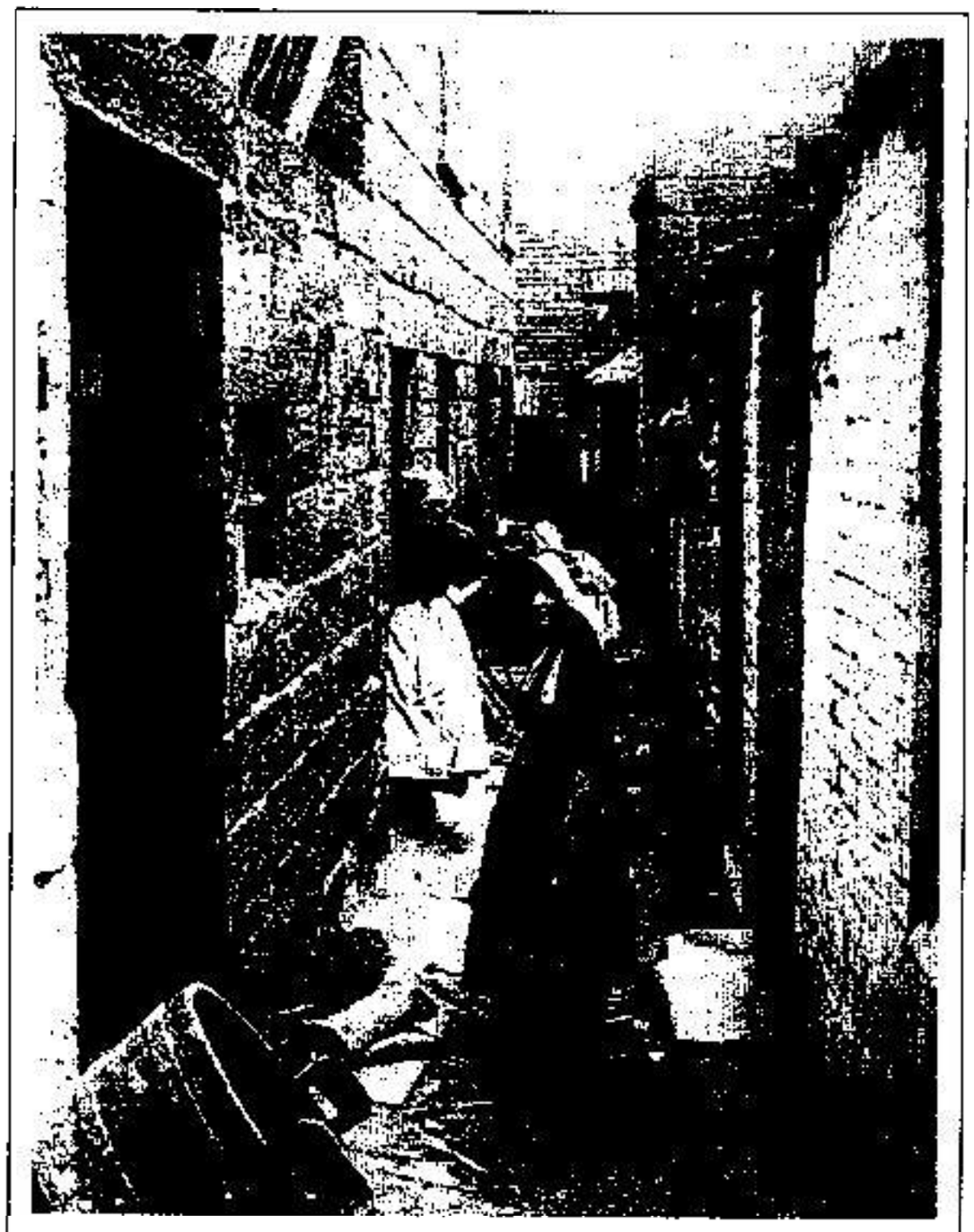
- *Social-democrata* – Os regimes de previdência sociais-democratas estão em grau elevado fora da esfera do mercado. Os serviços de segurança social são subsidiados pelo estado e disponibilizados a todos os cidadãos (benefícios universais).

---

* Nota do revisor científico: tradução do inglês *decommodification*, que não possui equivalente literal em português.

A maioria dos estados escandinavos são exemplo de regimes de previdência sociais-democratas.

- *Conservador-corporatista* – Em estados conservadores-corporatistas, como a França e a Alemanha, os serviços de previdência podem estar em grau elevado fora do mercado, mas não são necessariamente universais. O montante de benefícios a que um cidadão tem direito depende da sua posição na sociedade. Este tipo de regime de segurança social pode não estar dirigido para a eliminação de desigualdades, mas para manter a estabilidade social, famílias fortes e lealdade ao estado.
- *Liberal* – Os EUA são um exemplo de um regime de previdência liberal. A segurança social está altamente comercializada e é vendida no mercado. Há benefícios disponíveis para os muitos necessitados com base na avaliação dos seus meios, mas estes tornam-se altamente *estigmatizados*. Isto ocorre porque se espera que a maioria da população adquira a sua própria segurança social no mercado.



Os bairros de lata do século XIX alojaram uma vida dura e precária, mas sociável.

O Reino Unido não se encaixa nitidamente em nenhum destes três "tipos ideais". Anteriormente estava mais perto de um modelo social-democrata, mas as reformas da segurança social desde 1970 têm vindo a aproximá-lo mais de um modelo liberal de previdência com níveis elevados de comercialização.

A emergência do estado-providência britânico

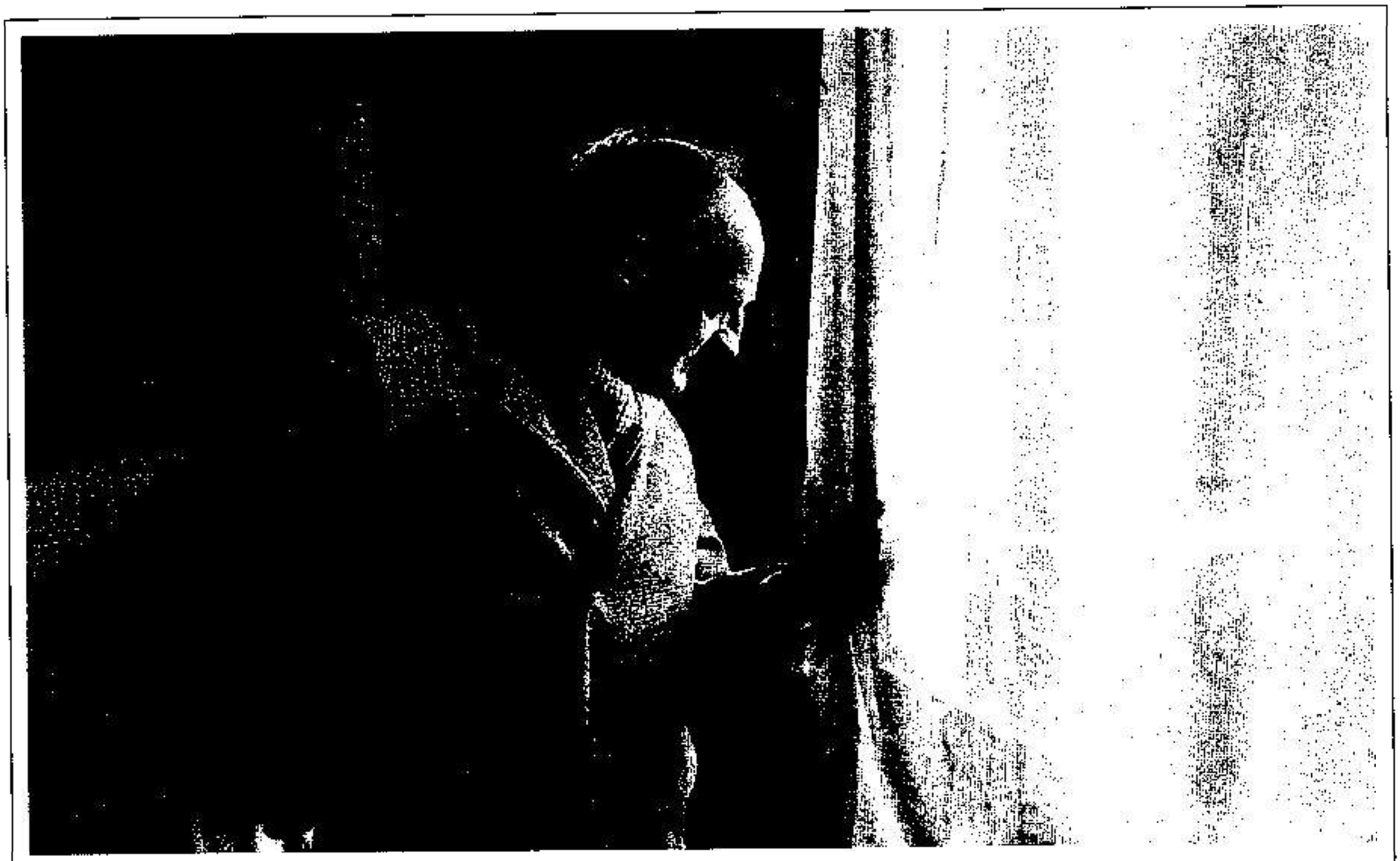
O estado-providência como actualmente o conhecemos foi criado em meados do século XX, no seguimento da II Guerra Mundial; porém, as suas raízes recuam à época da Rainha Isabel I. Como parte da transição de uma sociedade agrícola para uma industrial, as formas tradicionais de apoio informal no âmbito das famílias e comunidades começaram a quebrar. Para manter a ordem social e reduzir as desigualdades acarretadas pelo capitalismo, foi necessário oferecer assistência aos membros da sociedade que se encontraram na periferia da economia de mercado. As Leis dos Pobres foram a primeira tentativa do governo para impor alguma ordem na provisão de ajuda e assistência aos pobres e doentes. Nesse tempo, a principal fonte de previdência era uma vaga rede de casas de beneficência privadas, muitas das quais ligadas à igreja. Com o tempo, como parte do processo de construção da nação, o estado veio a desempenhar um papel mais central na ajuda aos necessitados. A legislação que estabeleceu a administração nacional da educação e saúde pública em finais do séc. XIX foi uma percursora dos programas mais extensivos que viriam a existir alguns 60 anos depois.

Os anos que se seguiram à II Guerra Mundial testemunharam um poderoso impulso para a reforma e expansão do sistema de previdência. É possível dizer que o actual estado-providência data desta época. Em vez de se concentrar somente nos destituídos e doentes, o âmbito da segurança social foi alargado para incluir todos os membros da sociedade. A guerra tinha sido uma experiência intensa e traumática para toda a nação – ricos e pobres. Produziu um sentimento de solidariedade e a consciência de que o infortúnio e a tragédia não se restringiam unicamente aos desprivilegiados.

Esta mudança de uma visão restrita para uma visão universalista da previdência tinha sido sintetizada no Relatório Beveridge de 1942, muitas vezes

considerado o plano-modelo do estado-providência moderno. O Relatório Beveridge tinha como objectivo a erradicação dos cinco grandes males: Carência, Doença, Ignorância, Sujidade e Ociosidade. Uma série de medidas legislativas tomadas pelo governo trabalhista no pós-guerra começaram a traduzir esta visão em acção concreta. Várias leis principais encontram-se no cerne do novo estado-providência universalista. A Lei da Educação de 1944 procurou lidar com o problema da escolarização, enquanto a Lei Nacional da Saúde de 1946 se preocupava com a melhoria da qualidade da saúde entre a população. A Lei Nacional da Segurança de 1946 dirigiu-se à "carência", montando um esquema para a protecção contra perdas de rendimento devidas a desemprego, doença, reforma ou viuvez. A Lei Nacional de Assistência de 1948 forneceu apoio com base na avaliação de meios para aqueles que não estavam cobertos pela Lei Nacional de Segurança. Outra legislação respondeu às necessidades das famílias (Lei dos Abonos de Família, 1945) e à procura de condições de alojamento melhores (Lei das Cidades Novas, 1946).

O estado-providência britânico nasceu sob a égide de um conjunto de condições específicas e sob a influência de certas noções prevalecentes acerca da natureza da sociedade. São três as premissas sobre as quais assenta o estado-providência. Em primeiro lugar, para o estado-providência trabalho era o mesmo que trabalho pago e a crença na possibilidade de pleno emprego estava enraizada. O objectivo derradeiro era construir uma sociedade em que o trabalho pago desempenhasse um papel central para a maioria das pessoas, mas onde a previdência poderia tratar das necessidades dos que estavam fora da economia de mercado devido ao infortúnio do desemprego ou à incapacidade. Relacionada com isto, a visão do estado-providência assentava numa concepção patriarcal das famílias – o ganha-pão masculino tinha de sustentar a família enquanto a mulher tomava conta da casa. Os programas de previdência eram desenhados



Para alguns idosos, a linha entre a independência orgulhosa e a exclusão social pode ser ténue.

em torno deste modelo tradicional de família, com uma segunda fileira de serviços destinados às famílias em que o ganha-pão masculino estava ausente.

Em segundo lugar, o estado-providência era concebido como um instrumento da promoção da solidariedade nacional. Integraria a nação através do envolvimento de toda a população num conjunto comum de serviços. A segurança social era uma forma de fortalecer a conexão entre o estado e a população. Em terceiro lugar, o estado-providência estava implicado na gestão dos riscos que ocorriam como parte natural do curso da vida. Neste sentido, a segurança social foi considerada como uma espécie de seguro que podia ser empregue contra os problemas potenciais de um futuro imprevisível. O desempre o, a doen a e outros infortúnios na vida social e económica do país podiam ser geridos através do estado-providência.

Est s princípios es iveram su jacentes enorme expansão do estado-providência nas três décadas que se seguiram à guerra. À medida que a economia industrial cresceu, o estado-providência representou um bem sucedido "negócio" de classe que foi ao encontro das necessidades da classe trabalhadora, bem como das da elite económica que dependia de uma força de trabalho saudável e de elevado nível de desempenho. Porém, como iremos ver nas próximas secções, no início dos anos 70 a divisão da opinião política nos campos de segurança social residualista e institucional tornou-se altamente pronunciada. Nos anos 90 tanto a esquerda como a direita reconheceram que as condições sob as quais o estado-providência fora formado tinham mudado, tornando a visão de Beveridge um modelo desactualizado e a necessitar de uma reforma significativa.

A reforma do estado-providência

O "retrocesso" conservador

O consenso político acerca dos objectivos do estado-providência começou a fragmentar-se nos anos 70 e intensificou-se durante os anos 80, quando as administrações de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha e de Ronald Reagan nos EUA tentaram fazer "recuar" o estado-providência. Várias críticas principais estiveram no centro das tentativas para reduzir a previdência. A primeira dizia respeito à subida dos custos financeiros do estado-providência. A recessão económica geral, o desemprego crescente e a emergência de enormes burocracias da segurança social significavam que os gastos com a segurança social continuavam a aumentar firmemente – e a uma taxa maior do que a expansão económica geral. Sucedeu-se um debate acerca dos gastos, com defensores do retrocesso a apontar para a crescente pressão financeira do sistema de segurança social. Os legisladores enfatizaram o impacto potencialmente esmagador da "bomba temporal demográfica" sobre o sistema de segurança social: o número de pessoas dependentes dos serviços de segurança estava a crescer com o envelhecimento da população, porém o número de jovens em idade de trabalho a descontar para o sistema estava a declinar. Este facto assinalava uma crise financeira potencial.

O envelhecimento da população é discutido em "Saúde e envelhecimento", pág. 164

Uma segunda linha de críticas estava relacionada com a noção de dependência da segurança social Críticos das instituições de segurança social existentes argumentavam que as pessoas se tornaram dependentes dos próprios programas que se supunha que eles permitiriam forjar uma vida independente e com significado. Tornaram-se não apenas materialmente dependentes, mas psicologicamente dependentes da chegada do pagamento da previdência. Em vez de tomarem uma atitude activa face às suas vidas, tenderam a adoptar uma atitude passiva e resignada, esperando que o sistema de segurança social olhasse por elas.

Na Grã-Bretanha, o debate acerca da dependência da segurança social esteve ligado a críticas ao "estado-ama", um título que sugere que o estado respeitosamente (mas desnecessariamente) tomava conta de todas as necessidades dos cidadãos. O governo conservador sob a liderança da Sr.ª Thatcher promoveu a iniciativa individual e a auto-suficiência como valores centrais. Como parte da viragem para uma economia total de mercado livre, desencorajou-se o recurso a apoios do estado através de uma série de reformas da segurança social. Apenas aqueles que eram incapazes de pagar a sua própria previdência receberiam assistência do estado. A Lei da Segurança Social de 1988 permitiu ao estado cortar nos gastos da segurança social ao aumentar os critérios de elegibilidade para esquemas de apoio financeiro, crédito familiar e subsídios de habitação.

Dependência da segurança social

A ideia de dependência da segurança social é controversa e alguns negam que tal dependência esteja disseminada. Dizem que "viver da segurança social" é algo visto comummente como uma fonte de vergonha, e que a maioria das pessoas que estão nessa situação lutam provavelmente de forma activa para escapar tanto quanto possível da mesma.

Carol Walker analisou pesquisas sobre a forma como as pessoas que vivem de fundos estatais organizam as suas vidas. Encontrou uma realidade muito diferente da retratada por aqueles que defendem que viver à custa da segurança social é uma opção fácil. Dos inquiridos desempregados de um estudo, 80% tinham sentido uma deterioração dos seus padrões de vida desde que haviam passado a viver da segurança social. Para praticamente todos, a vida passou a ser muito mais uma luta constante. Por outro lado, para uma minoria, a assistência social trouxe benefícios ao nível das condições de vida. Por exemplo, alguém que está desempregado e atinge os sessenta anos é catalogado como tendo direito a pensão e pode reivindicar benefícios superiores em 30% ao que recebia anteriormente.

A categoria das pessoas cujas condições podem melhorar pode aumentar caso inclua pais solteiros. A pesquisa indica que um terço dos pais solteiros – quase todos mulheres – passou a viver melhor depois da separação. A grande maioria, contudo, viu as suas condições de vida piorar.

Apenas 12% das pessoas a viver dos fundos sociais durante a década de 90 afirmou estar "a viver razoavelmente bem". A maioria disse que "vai vivendo como pode" ou "atravessando dificuldades". Prever o futuro é difícil. O dinheiro não pode ser posto de lado para o futuro e as contas são uma fonte de preocupações constantes. Apesar da sua importância, a alimentação é vista como uma coisa em que se pode poupar quando o dinheiro é pouco. Walker concluiu: "Apesar das manchetes dos jornais mais polémicos, viver à custa da segurança social não é uma opção que muita gente escolheria se tivesse outra verdadeira alternativa. A maioria destas pessoas encontra-se nesta posição porque ocorreu algum acontecimento trágico nas suas vidas: perda de um emprego, perda de um cônjuge ou aparecimento de doença" (Walker, 1994, p. 9).

O governo conservador implementou um conjunto de reformas da segurança social que começou a mudar a responsabilidade pela previdência pública do estado para o sector privado, o sector de voluntariado e as comunidades locais. Serviços anteriormente fornecidos pelo estado a taxas elevadamente subsidiadas foram privatizados ou tornaram-se sujeitos a avaliações de meios mais apertadas. Um exemplo disto pode ser encontrado na privatização das habitações camarárias nos anos 80. A Lei da Habitação de 1980 permitiu que as rendas das casas camarárias fossem aumentadas significativamente, preparando o terreno para uma venda em larga escala do *stock* de habitação camarário. Este movimento no sentido do residualismo na provisão de alojamento foi particularmente prejudicial para os que estavam posicionados logo acima do limite que permitia aceder ao subsídio de habitação, na medida em que já não podiam ter acesso ao alojamento público, mas dificilmente aguentavam arrendar acomodações ao preço de mercado. Os críticos argumentam que a privatização dos alojamentos camarários contribuiu significativamente para o crescimentos dos sem-abrigo nos anos 80 e 90.

O governo conservador também promoveu a privatização da segurança social mudando algumas responsabilidades pela provisão de serviços para organizações voluntárias. Em vez de fornecer serviços directamente através de grandes burocracias, o estado canalizou cada vez mais fundos para a segurança social através de grupos particulares, argumentando que a qualidade e eficiência seriam muito aumentadas. O "retrocesso" conservador da previdência incluiu também apoio à desinstitucionalização, o pro-

cesso pelo o qual indivíduos ao cuidado do estado (em instituições) foram devolvidos às suas famílias e comunidades. Os deficientes e mentalmente doentes estavam entre os grupos mais directamente afectados pela desinstitucionalização, embora o processo também tenha tido implicações significativas para os membros das comunidades e famílias a quem foi dada a responsabilidade pelo seu cuidado.

Fez outra tentativa para reduzir os gastos da previdência e aumentar a sua eficiência através da introdução de princípios de mercado no fornecimento de serviços públicos. O governo conservador argumentou que injectando um certo grau de competição entre serviços como os da saúde e da educação iria dar ao público uma maior possibilidade de escolha e assegurar um serviço de elevada qualidade. Os consumidores poderiam, com efeito, "votar pelos seus *pés*", ao poder escolher fornecedores de cuidados de saúde ou escolas. As instituições que fornecessem serviços abaixo do padrão seriam obrigadas a melhorar ou forçadas a encerrar, tal como um negócio. Isto porque o financiamento para uma instituição seria baseado no número de estudantes e de pacientes que escolhia utilizar os seus serviços. Os críticos atacaram afirmando que os "mercados internos" dentro dos serviços públicos conduziriam a uma baixa qualidade de serviços e a um sistema estratificado de fornecimento de serviços, em vez de proteger o valor de serviços iguais para todos os cidadãos.

Avaliando o "retrocesso" conservador

Em que medida os governos conservadores dos anos 80 tiveram sucesso no recuo do estado-providência? Na obra *Dismantling the Welfare State?* (1994), Christopher Pierson compara o processo de "redução" da previdência na Grã-Bretanha e nos EUA sob as administrações de Thatcher e Reagan e conclui que os estados-providência emergiram da era conservadora praticamente intactos. Embora ambas as administrações tenham entrado em funções com a intenção expressa de cortar os gastos da previdência, Pierson argumenta que os obstáculos ao retrocesso da previdência foram, em última instância, superiores ao que qualquer governo poderia superar. A razão para tal reside na forma como a política social se desenvolveu ao longo do tempo: desde o seu início que o estado-providência e as suas instituições deram origem a eleitorados específicos que defendiam activamente os benefícios que recebiam contra os esforços políticos para os reduzir. De sindicatos de trabalhadores organizados a associações de reformados, toda uma rede intrincada de grupos de interesses que se mobilizou em apoio à segurança social.

De acordo com Pierson, as decisões acerca da diminuição da previdência foram guiadas principalmente pelo medo do alarido e da reacção fortemente negativa por parte do público. Os políticos descobriram que o retrocesso do estado-providência estava longe de ser a imagem oposta da sua expansão. Como resultado, emergiu um novo tipo de actividade política: foram feitas tentativas para minimizar a oposição compensando os grupos "perdedores" ou trabalhando para prevenir a formação de alianças entre grupos de interesse. Pierson escreve que "muito mais do que na era da expansão do estado-providência, as lutas sobre política social tornaram-se lutas sobre a informação acerca das causas e consequências da mudança de política" (1994, p. 8). Os programas sociais em que a redução realmente teve lugar, como a política de habitação e subsídio de desemprego foram, em geral, aqueles em que os grupos de interesse foram impedidos, com sucesso, de se mobilizar.

Pierson vê o estado-providência como estando debaixo de severa tensão, mas rejeita a noção de que está "em crise". Argumenta que os gastos sociais foram mantidos razoavelmente constantes e os componentes-chave do estado-providência permaneceram no lugar. Embora não negue o grande crescimento de desigualdades como resultado da reforma da segurança social nos anos 80, salienta que no conjunto a política social não foi reformada como o foram as relações industriais ou as políticas reguladoras. Na Grã-Bretanha, uma grande maioria da população continua a depender de serviços públicos de educação e de saúde, enquanto que nos EUA os serviços de previdência são mais residuais.

Prioridades recentes na reforma da segurança social

A reforma da previdência permaneceu uma prioridade de topo para o governo do New Labour (Novo Partido Trabalhista) que assumiu o poder na Grã-Bretanha em 1997. Concordando em alguns aspectos com as críticas conservadoras à previdência (e cortando com as políticas tradicionais de esquerda), o New Labour argumentou que são necessárias novas políticas de previdência para lidar com a pobreza e a

desigualdade, bem como para melhorar a saúde e a educação. O estado-providência é ele próprio muitas vezes parte do problema, criando dependências, oferecendo um "subsídio" em vez de "ajuda". Tal gerou grandes burocracias que agora lutam por gerir problemas sociais na sua forma plena, em vez de lidar com eles antecipadamente na sua origem. Tal abordagem não revelou sucesso na redução da pobreza ou na redistribuição de rendimento através da população. Argumenta-se que a maioria da redução na pobreza decorre de aumentos gerais na riqueza e não da política social.

Uma das principais dificuldades que o sistema de previdência enfrenta reside no facto de as condições em que foi criado terem mudado significativamente. Nos anos 90 o sonho do pleno emprego tinha dado lugar ao desemprego persistente. Mudanças na estrutura da família tornaram inaplicável a visão patriarcal do ganha-pão masculino. Um enorme número de mulheres entraram na força de trabalho e o crescimento de agregados monoparentais colocou novas exigências ao estado-providência. Ocorreu também uma mudança distinta nos tipos de riscos com que o estado-providência tinha de lidar. Por exemplo, o estado-providência revelou-se uma ferramenta desadequada para lidar com as consequências prejudiciais da poluição ambiental ou com escolhas relacionadas com o estilo de vida, como fumar.

Uma proposta lançada pelo governo para discussão em 1998, "Novas ambições para o nosso país: um novo contrato para a previdência", forneceu uma avaliação do estado-providência e descreveu uma visão de "previdência activa" destinada a conceder aos indivíduos mais controlo sobre as suas carreiras e a sua vida pessoal. Argumentando que as velhas soluções para a pobreza e a desigualdade já não eram aplicáveis, o New Labour avançou com a ideia de um *contrato de previdência* entre o estado e os cidadãos baseado nos direitos e responsabilidades de ambos. O papel do governo reside em ajudar as pessoas a obter emprego e um rendimento estável, e não simplesmente a dar-lhes assistência quando estão fora do mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, os cidadãos devem apoiar-se no seu potencial de acção para mudar as suas circunstâncias de vida, em vez de esperar pelos subsídios da segurança social.

O emprego tornou-se um dos pilares da política social trabalhista e tem sido prestada grande atenção ao papel dos mercados de trabalho dinâmicos na reforma da previdência. A ideia subjacente a esta abordagem é a de que o mercado não se limita a criar desigualdades, mas que também pode ser parte da redução das mesmas. Colocar as pessoas a trabalhar e fazer chegar rendimento aos agregados familiares é um dos principais passos que podem ser tomados para reduzir a pobreza. Entre as reformas mais significativas introduzidas pelo governo do New Labour estão os programas de incentivo ao trabalho cuja intenção é mover os receptores de assistência pública para trabalhos remunerados. Os benefícios dos programas de incentivo ao trabalho destinam-se a encorajar um número variado de grupos a entrar no mercado de trabalho. Aos jovens com menos de 25 anos é oferecida formação e oportunidades de emprego em vez do apoio financeiro do estado, a pais/mães sós é concedido um subsídio para ajudar nos custos com a educação dos filhos e a desempregados de longa duração são oferecidas lições sobre como se apresentar aos empregadores durante as entrevistas de selecção.

O New Labour também promoveu acções para melhorar a capacidade social dos indivíduos e das comunidades, para se "auto-ajudarem", apoiando iniciativas locais destinadas a reduzir a pobreza. Foram criadas em todo o país zonas sob o controlo das comunidades locais nas áreas da saúde, do emprego e da educação, permitindo aos políticos locais desenhar soluções apropriadas às necessidades dos residentes. Tal abordagem tem vários benefícios. A ajuda é concedida de forma mais directa, podem ser introduzidos esquemas inovadores de pequena escala, e é aumentada a participação local na tomada de decisão. Tais programas promovem uma forma mais activa de previdência na qual os cidadãos são totalmente envolvidos na construção de vidas melhores para si em colaboração com o estado.

O debate acerca da reforma da segurança social não diminuiu, embora haja um consenso geral de que a mudança é necessária. A abordagem trabalhista não está isenta de críticas. Alguns consideram os programas de incentivo ao trabalho como uma forma desumana de cortar os gastos sociais. As pessoas incapazes de entrar no mercado de trabalho, apesar da formação e dos incentivos para a educação das crianças, arriscam-se a perder os seus benefícios da previdência. Embora os programas se destinem a cortar as condições de dependência da previdência, podem

Avaliando os programas de incentivo ao trabalho

Os programas de incentivo ao trabalho começaram a ser introduzidos muito recentemente na Grã-Bretanha e ainda não é possível julgar adequadamente as suas consequências. Os resultados iniciais mostram que os programas de emprego "New Deal" (Novo Contrato) ajudaram cerca de 1 milhão de pessoas, 170 000 das quais classificadas como desempregadas de longa duração, a encontrar emprego até ao fim de 1999. Existiram durante algum tempo programas semelhantes nos EUA, e tem havido algumas oportunidades para estudar as suas implicações. Daniel Friedlander e Gary Burtless estudaram quatro iniciativas governamentais pensadas para encorajar os beneficiários da segurança social a encontrar trabalho pago. Os programas eram, na essência, parecidos. Forneciam subsídios financeiros aos beneficiários da segurança social que procurassem activamente trabalho, bem como aconselhamento em técnicas de procura de emprego e oportunidades de educação e formação. A população-alvo eram principalmente progenitores solteiros que fossem chefes de família apoiados pelo Serviço de Apoio à Família com Crianças Dependentes, o maior programa de previdência social do país. Friedlander e Burtless descobriram que esses programas produziam, de facto, resultados. As pessoas que recebiam apoio conseguiam realmente entrar no mundo do trabalho, arranjando emprego mais rapidamente do que as pessoas que não recebiam apoio. Tinham também mais probabilidades de ganhar mais dinheiro. Contudo, os programas não conseguiram ajudar os beneficiários a ultrapassar o limiar da pobreza. Tal como Friedlander e Burtless concluíram, "os programas de incentivo ao trabalho podem ser um meio eficaz de ajudar os pobres a ganhar mais dinheiro, mas não são uma forma eficaz de os ajudar a ultrapassar o limiar da pobreza". Isto não é surpreendente, uma vez que os programas não foram concebidos para aumentar os salários, mas para aumentar a empregabilidade. Os programas não conseguiram também

damente do que aqueles que não participavam. Em todos os quatro programas, os ganhos foram várias vezes superiores aos custos das iniciativas. Foram, contudo, menos eficazes quanto a ajudar aqueles que mais precisavam de ajuda – os indivíduos que não tinham emprego há muito tempo, os desempregados de longa duração (Friedlander e Burtless, 1994).

Embora os programas de incentivo ao emprego tenham obtido sucesso na redução dos gastos da segurança social americana em cerca de 40%, algumas estatísticas sugerem que os resultados não são inteiramente positivos. Nos EUA, cerca de 20% daqueles que deixaram de receber a segurança social não trabalham e não têm uma fonte de rendimento independente; perto de 1/3 dos que conseguiram emprego voltaram a solicitar o pagamento da segurança social no prazo de um ano. Entre 1/3 e metade dos ex-pensionistas que estão a trabalhar têm salários inferiores aos subsídios anteriores. No Wisconsin, um dos primeiros estados dos EUA a implementar programas de incentivo ao trabalho, 2/3 dos ex-beneficiários da segurança social vivem abaixo da linha da pobreza (Evans, 2000). Apontando para tais resultados, os críticos argumentam que o aparente sucesso das iniciativas destinadas a trocar o sustento via segurança social pelo trabalho na redução do número absoluto de casos de beneficiários da segurança social oculta alguns padrões preocupantes nas experiências reais daqueles que perdem os seus subsídios.

ambiente e o crescimento acelerado das zonas urbanas são problemas que nós próprios construímos. São ameaças pelas quais todos somos responsáveis e que exigem mudanças nos estilos de vida de todos de forma a serem geríveis.

À medida que começamos a responder a estes novos desafios, o papel do estado e dos serviços de segurança social estão necessariamente em revisão. A previdência não diz respeito apenas à prosperidade material, mas ao bem-estar geral da população. A política social está preocupada com a promoção da coesão social, fomentando redes de interdependência e a maximização das capacidades das pessoas para se auto-ajudarem. Os direitos e responsabilidades estão a assumir uma nova importância – não apenas para aqueles que estão na base da sociedade a tentar sair dos braços da segurança social para os do mercado de trabalho – mas para aqueles que estão no topo cuja riqueza não lhes dá direito a fugir de deveres cívicos, sociais e fiscais.

1 Existem duas formas distintas de compreender a pobreza. Por pobreza absoluta entende-se a falta de recursos básicos necessários para manter a saúde e um funcionamento eficaz do corpo. A pobreza relativa envolve a avaliação de fossos entre as condi~ões de vida de alguns grupos e as gozadas pela maioria da população.

2 Em muitos países, as medidas oficiais de pobreza são feitas em relação à linha de pobreza, um nível abaixo do qual se diz que as pessoas vivem em pobreza. As medidas subjectivas de pobreza baseiam-se nas ideias das pessoas acerca do que é necessário para terem um padrão de vida aceitável.

3 A pobreza está disseminada em países ricos. A Grã-Bretanha tem um dos piores recordes do mundo desenvolvido. As desigualdades entre os ricos e os pobres aumentaram dramaticamente em resultado das políticas governamentais, de mudanças na estrutura ocupacional e do desemprego. Os pobres são um grupo

diversificado, mas os indivíduos que estão em desvantagem noutros aspectos da vida (como os idosos, os doentes, as crianças, as mulheres e os membros de minorias étnicas) têm uma maior hipótese de serem pobres.

4 Têm sido adoptadas duas grandes abordagens para explicar a pobreza. Os argumentos da "cultura da pobreza" e da "cultura da dependência" clamam que os pobres são responsáveis pela sua própria miséria. Devido à falta de capacidades, ausência de motivação ou fraqueza moral, os pobres são incapazes de serem bem sucedidos na sociedade. Alguns tornam-se dependentes da ajuda exterior, como da segurança social, em vez de se auto-ajudarem. A segunda abordagem argumenta que a pobreza é o resultado de grandes processos sociais que distribuem recursos de forma desigual e criam condições com as quais é difícil lidar. A pobreza não decorre de inadequações individuais, mas de importantes desequilíbrios estruturais.

5 A pobreza não é uma condição permanente. Muitas pessoas que vivem na pobreza conseguirão escapar à mesma, embora a sua mobilidade para fora da pobreza possa ser apenas de curto alcance. A movimentação para dentro e fora da pobreza parece ser mais fluida que anteriormente se pensava.

6 A subclasse é um segmento da população que vive em condições acentuadamente desprivilegiadas nas margens da sociedade. A ideia de subclasse foi primeiramente desenvolvida nos EUA para descrever a posição de minorias étnicas pobres em áreas urbanas. Embora a noção de subclasse tenha sido aplicada à Grã-Bretanha, o conceito parece mais aplicável nos EUA onde existe uma maior separação entre aqueles que são fortemente carenciados e o resto da sociedade.

7 Por exclusão social entende-se o processo pelo qual os indivíduos podem ser excluídos do pleno envolvimento na sociedade. Às pessoas que são socialmente excluídas, devido a pobres condições de alojamento, a escolas inferiores ou a condições de transporte limitadas, podem ser negadas as oportunidades de melhoria pessoal de que a maioria das pessoas da sociedade usufrui. Não ter residência permanente é uma das formas mais extremas de exclusão. As pessoas sem-abrigo a quem falta uma residência permanente podem ser excluídas de muitas actividades quotidianas que a maioria das pessoas toma por garantidas.

8 Os estados-providência são estados em que o governo desempenha um papel central na redução de desigualdades na população através da provisão ou concessão de subsídios para certos bens ou serviços. Os serviços de previdência variam de país para país, mas incluem muitas vezes a educação, os cuidados de saúde, a habitação, o apoio financeiro, o apoio na incapacidade e no desemprego e pensões.

9 Nos estados-providência que fornecem benefícios universais, a previdência em tempos de necessidade é um direito que deve ser usufruído igualmente por todos, independentemente do nível de rendimento ou estatuto económico. Os benefícios com base na avaliação dos meios de cada um, pelo contrário, são disponibilizados apenas a alguns indivíduos, cuja elegibilidade é determinada com base no rendimento e poupanças. O futuro da segurança social está a ser debatido na maior parte dos países industrializados. De um lado estão aqueles que acreditam que a segurança social deveria ser bem financiada e universal; do outro, pessoas que acreditam que deveria servir apenas como uma rede de segurança para aqueles que realmente não podem obter ajuda de outra forma.

10 O estado-providência britânico desenvolveu-se nos anos que se seguiram à II Guerra Mundial. Foi orientado para uma visão abrangente da segurança social, incluindo todos os membros da sociedade. Nos anos 70 o estado-providência foi criticado

como ineficaz, burocrático e demasiado dispendioso. Havia uma preocupação com a dependência da previdência – as pessoas tornavam-se dependentes dos próprios programas que se supunha que as ajudariam a levar uma vida independente.

11 O governo conservador tentou fazer recuar o estado-providência, mudando a responsabilidade pela segurança social pública do estado para o sector privado, sector voluntário e comunidades locais. A desinstitucionalização é o processo pelo qual os indivíduos ao cuidado do estado (em instituições) são devolvidos às suas famílias e comunidades. O governo do New Labour continuou com a reforma da segurança social, incluindo programas de incentivo ao trabalho destinados a mover os receptores de subsídios da segurança social para trabalhos remunerados.

PARA REFLEXÃO

1 Porque é que a Carolina é pobre?
2 Qual o nível de rendimento de que precisaria de forma a participar "plena e significativamente" na sociedade?
3 Porque aumentaram as taxas de pobreza no Reino Unido após 1977?
4 A dependência da segurança social fornece uma explicação para a persistência da pobreza?
5 Quais as causas da falta de residência e qual a melhor maneira de lidar com as mesmas?
6 Porque é que têm falhado em larga medida os esforços para reduzir os gastos com a segurança social?

ADICIONAIS

Jet Bussemaker (ed.), *Citizenship and Welfare State Reform in Europe* (Londres: Routledge, 1999).

Gordon Hughes e **Ross Ferguson** (eds.), *Ordering Lives: Family, Work and Welfare* (Londres: Routledge, 2000).

David Miller, *Principles of Social Justice* (Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1999).

Anne Phillips, *Which Equalities Matter?* (Cambridge: Polity, 1999).

Robert Walker (ed.), *Ending Child Poverty: Popular Welfare for the Twenty-First Century?* (Bristol: Policy Press, 1999).

A INTERNET

Fundação Joseph Rowntree
www.jrf.org.uk

Social Disadvantage Research Group (Grupo de Pesquisa sobre as Desvantagens Sociais), Universidade de Oxford
http://marx.apsoc.ox.ac.uk/sdrgdocs/

Social Exclusion Unit (Unidade de Exclusão Social do governo britânico)
www.cabinet-office.gov.uk/seu

UNDP sobre formas de vida sustentáveis
http://www.undp.org/sl/

12 Organizações Modernas

As organizações e a vida moderna 348

Teorias das organizações 350

A perspectiva de Weber sobre a burocracia 350

A teoria das organizações de Michel Foucault: o controlo do tempo e do espaço 354

Burocracia e democracia 359

O género e as organizações 361

As mulheres na gestão 362

E para lá da burocracia? 365

Mudança organizacional: o modelo japonês 365

A transformação da gestão 366

A tecnologia e as organizações modernas 367

As organizações enquanto redes 368

O debate em torno da desburocratização 370

Conclusão 372

Sumário 372

Questões para reflexão 373

Leituras adicionais 373

Ligações à Internet 373

Capítulo 12: Organizações Modernas

Há muitos anos toda a gente nascia nas suas próprias casas. Praticamente todas as mulheres davam à luz no sítio onde viviam e as pessoas atribuíam grande importância ao local exacto onde tinham nascido – na aldeia ou comunidade local, nesta ou naquela casa, nesta ou naquela divisão. Normalmente, o nascimento ocorria no quarto principal ou na sala comum da casa da mãe da criança. Assim que começavam as primeiras contracções, as mulheres da aldeia juntavam-se para a ajudar. As mulheres davam à luz normalmente à frente da lareira, particularmente quando fazia frio fora de casa. Traziam palha e espalhavam-na no chão, mais ou menos da mesma forma que quando nascia um bezerro.

As mulheres em trabalho de parto não dispunham de outros recursos além dos que a comunidade podia oferecer. Durante séculos, a ideia de procurar ajuda fora da comunidade era estranha à maneira de pensar das mulheres rurais. "Ajuda mútua entre mulheres" e "mulher que ajuda mulher" são frases que surgem nos testemunhos de padres e administradores que registavam os partos no século XVIII e princípios do século XIX. A figura-chave era a parteira, uma mulher com experiência em assistir a partos. As parteiras eram geralmente conhecidas como as "boas mães": alguém que podia ajudar as grávidas mais jovens a lidar com as dores e os problemas em alturas-chave da gravidez e durante o próprio parto. Um documento escrito em França em 1820 enuncia as qualidades que a parteira deveria possuir. Tinha de ser "forte, robusta, ágil, graciosa, sem deficiências físicas, com mãos flexíveis e compridas". Não menos importante era o lado espiritual: devia ser "virtuosa, discreta, cautelosa, de conduta moral correcta" (Gelis, 1991).

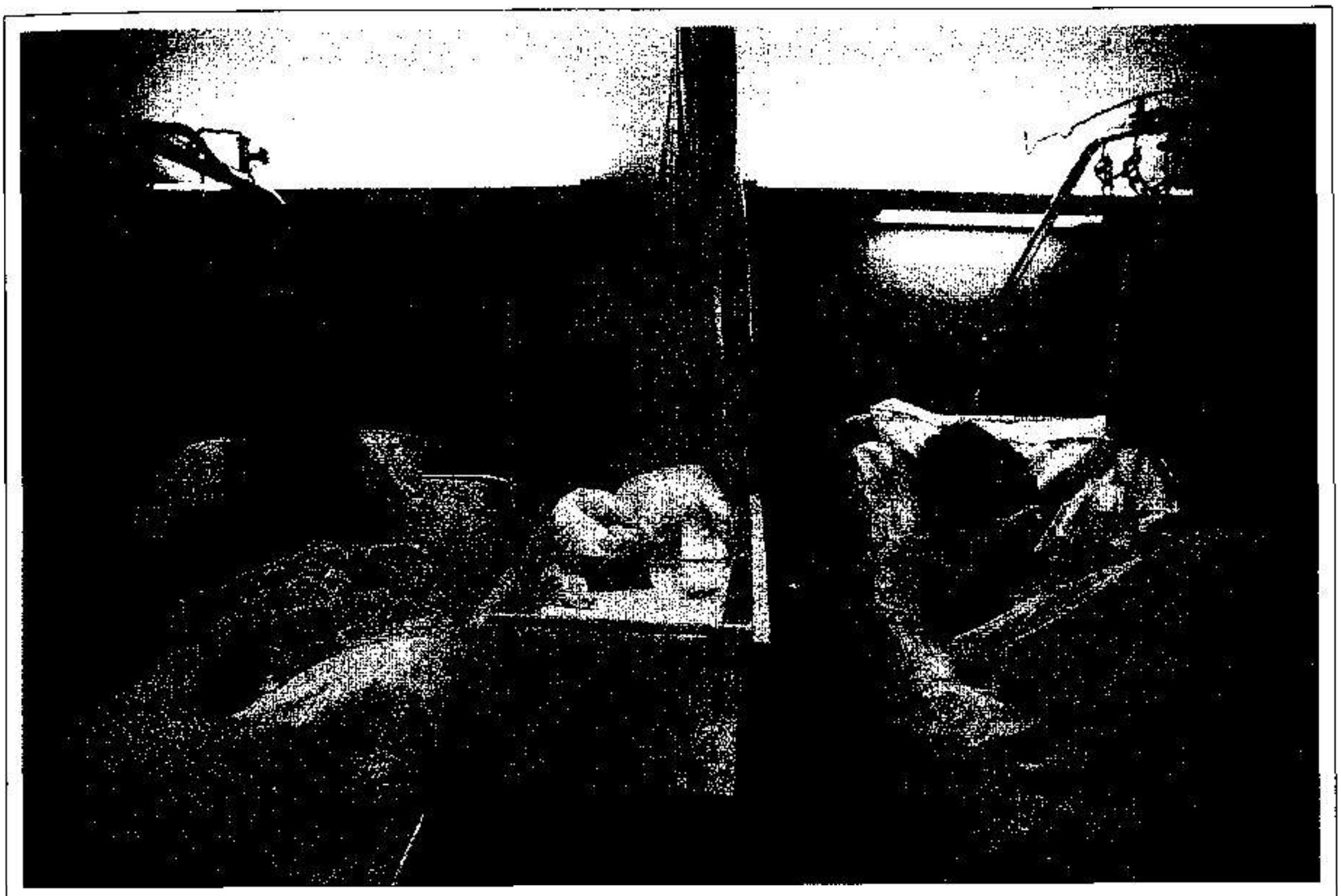
Até por volta de 1950, a maioria das pessoas na Grã-Bretanha também nascia nas suas próprias casas, tendo a parteira continuado a desempenhar um papel importante. Contudo, hoje em dia, a prática dos nascimentos em hospitais é a mais comum, e esta mudança trouxe consigo outras transformações. Poucas pessoas continuam a sentir algum laço sentimental com o local onde nasceram. Porque o deveriam sentir? Esse local é actualmente um hospital grande e impessoal. Depois de terem existido durante muitos séculos, as parteiras desapareceram hoje por completo ou desempenham apenas um papel secundário. O próprio processo de parto é controlado e monitorizado pelos profissionais de saúde no hospital.

As organizações e a vida moderna

Um hospital moderno é um bom exemplo de uma organização. Uma organização é um grupo amplo de pessoas, estruturado em linhas impessoais e constituído para se alcançarem objectivos específicos; no caso do hospital, estes objectivos são os de curar doenças e prestar outras formas de assistência médica.

As organizações desempenham actualmente um papel muito mais importante nas nossas vidas quotidianas do que antigamente. Além de nos pôr no mundo, acompanham-nos no nosso desenvolvimento até que morremos. Até mesmo antes de nascermos, as nossas mães e provavelmente também os nossos pais participam em aulas, exames de gravidez e por aí adiante, levados a cabo nos hospitais e em outras instituições médicas. Hoje em dia, todas as crianças que nascem são registadas em organizações governamentais, que reúnem informação sobre nós desde o nascimento à morte. Actualmente, a maior parte das pessoas morre em hospitais – e não em casa, como já aconteceu em tempos – e cada morte tem de ser também formalmente registada pelas autoridades locais.

Todas as vezes que usamos o telefone, abrimos a torneira, ligamos a televisão ou entramos dentro do carro estamos em contacto com organizações e, até certo ponto, dependentes delas. E geralmente isto significa muitas organizações ao mesmo tempo, todas interagindo regularmente entre si e connosco. A companhia das águas, por exemplo, garante o fornecimento da água com que contamos quando abrimos a torneira – a qual correrá também nas torneiras de outros milhões de pessoas. Mas ela própria está



Os hospitais modernos são organizações complexas, com estruturas e procedimentos impessoais – mas planeadas para alcançar resultados muito pessoais.

dependente de outras organizações como as que constroem e fazem a manutenção das barragens que, por sua vez, estão também dependentes de outras ... e assim por diante. Podemos multiplicar o que faz a companhia das águas dezenas de vezes, pois o fornecimento regular de água é apenas uma forma pela qual dependemos das organizações.

Não se deve esquecer que durante a maior parte da história da humanidade, antes do actual nível de desenvolvimento organizacional, as pessoas não podiam contar com equipamentos que hoje não podemos dispensar. Há um século atrás na Grã-Bretanha, por exemplo, poucas casas estavam equipadas com um fornecimento regular de água canalizada, e muita da água que as pessoas usavam ou bebiam estava poluída e era responsável por inúmeras doenças e epidemias. Mesmo hoje em dia, em grandes áreas de sociedades menos desenvolvidas, não há água canalizada; as pessoas recolhem água todos os dias num poço ou numa nascente, e grande parte contém bactérias que espalham doenças. Nas sociedades modernas, a água para consumo é cuidadosamente examinada em busca de agentes de contaminação, o que envolve ainda mais organizações – as autoridades de saúde pública.

Contudo, a tremenda influência que as organizações passaram a exercer nas nossas vidas não pode ser vista como totalmente positiva. As organizações têm frequentemente o poder de tirar as coisas das nossas mãos, colocando-as sob o controlo de autoridades e especialistas sobre os quais temos pouca influência. Por exemplo, todos nós somos *obrigados* a fazer certas coisas que o governo nos diz para fazer – pagar impostos, obedecer às leis, combater em guerras – sob ameaça de enfrentar punições. As organizações, enquanto fontes de poder social, podem

assim subjugar os indivíduos e levá-los a fazer coisas a que eles não têm poder suficiente para resistir.

Neste capítulo iremos analisar a emergência das organizações modernas e as consequências que isso teve nas nossas vidas. Iremos debruçar-nos em primeiro lugar sobre as ideias de dois autores que tiveram um impacto particularmente grande sobre o pensamento sociológico acerca das organizações: Max Weber e Michel Foucault. Veremos de seguida alguns modos de funcionamento das organizações – sejam empresas ou hospitais, escolas ou departamentos governamentais, universidades ou prisões –, estudando o que diferencia os vários tipos de organizações. Dar-se-á uma atenção especial às grandes organizações empresariais que operam cada vez mais a nível mundial. Nas secções finais, iremos discutir até que ponto as empresas e outras organizações das sociedades modernas estão a passar por processos de mudança determinantes.

Teorias das organizações

Max Weber desenvolveu a primeira interpretação sistemática da emergência das organizações modernas. Segundo este autor, as organizações constituem formas de coordenar as actividades dos seres humanos, ou os bens que produzem, de uma forma constante no tempo e no espaço. Weber realçou que o desenvolvimento das organizações assenta no domínio da informação, sublinhando a importância da escrita neste processo: uma organização precisa de regras escritas para funcionar e de ficheiros onde a sua "memória" seja armazenada. Concebeu as organizações como fortemente hierarquizadas, tendendo o poder a estar concentrado no topo. Examinaremos ao longo deste capítulo se Weber estava certo. Se estava certo, o que escreveu tem grande importância para todos nós. Weber detectou a existência de uma oposição bem como de uma conexão entre as organizações modernas e a democracia, oposição essa que acreditava ter grandes consequências ao nível da vida social.

A perspectiva de Weber sobre a burocracia

De acordo com Weber, todas as grandes organizações em grande escala tendem a ser de natureza burocrática. A palavra "burocracia" foi utilizada pela primeira vez por de Gournay em 1745, que juntou ao prefixo "bureau" (originalmente em francês), que tanto significa escritório como secretária, a palavra "cracia", derivada do verbo grego "governar". A **burocracia** é, por conseguinte, o poder dos **funcionários**. A princípio o termo era aplicado apenas aos funcionários do governo, mas o seu uso foi generalizado gradualmente para nos referirmos às grande organizações em geral.

O conceito foi usado desde o seu início de modo depreciativo. De Gournay falou do desenvolvimento do poder dos funcionários como uma "doença chamada buromania". O romancista francês Honoré de Balzac retratava a burocracia como "o poder gigante dos pigmeus". Este tipo de opinião tem persistido até aos nossos dias. A burocracia é frequentemente associada à formalidade, à ineficácia e ao desperdício. Outros escritores, contudo, conceberam de forma diferente a burocracia – como um modelo de gestão cautelosa, precisa, eficaz. Partilham a ideia de que a burocracia é, de facto, a forma de organização mais eficaz que os seres humanos desenvolveram, dado todas as tarefas serem reguladas por regras de procedimento escritas. A análise de Weber sobre a burocracia abre um caminho entre estes dois extremos.

Weber assinalou que nas sociedades tradicionais existia um número limitado de organizações burocráticas. Havia, por exemplo, um funcionalismo burocrático na China Imperial responsável pela generalidade dos assuntos respeitantes à governação. Mas só nos tempos modernos é que as burocracias se desenvolveram completamente. Weber considerava a burocracia como uma parte central da racionalização da sociedade, que estava a afectar todas as facetas da vida desde a ciência à educação e ao governo. Em vez de confiarem em crenças e costumes tradicionais, as pessoas na idade moderna tomavam decisões racionais orientadas para um objectivo concreto. O caminho melhor, e mais eficiente seria escolhido para produzir determinado resultado.

Segundo este autor, a expansão da burocracia é um fenómeno inevitável das sociedades modernas; a autoridade burocrática é a única forma de lidar com as implicações administrativas de grandes sistemas sociais. À medida que as tarefas se tornaram mais complexas, tornou-se necessário desenvolver sistemas de controlo e de gestão de forma a lidar com as mesmas. Contudo, Weber acreditava que a burocracia apresenta grandes deficiências que, como veremos, têm grandes implicações na natureza da vida social moderna.

De maneira a estudar as origens e a natureza da expansão das organizações burocráticas, Weber construiu um tipo ideal de burocracia ("ideal" aqui não se refere ao que é mais desejável, mas a uma "forma pura" de organização burocrática). Weber (1976) enumerou as características particulares do tipo ideal de burocracia:

1. *Existe uma nítida hierarquia de autoridade*. Uma burocracia parece-se com uma pirâmide, com as posições de maior autoridade no topo. Existe uma cadeia de comando que se estende do topo à base e torna possível a coordenação da tomada de decisões. Nestas organizações as tarefas são distribuídas como "deveres oficiais" e cada funcionário de nível superior controla e supervisiona os que estão abaixo de si na hierarquia.
2. *O regulamento escrito governa a conduta dos funcionários a todos os níveis da organização*. Isto não quer dizer que os deveres burocráticos sejam apenas uma questão de rotina. Quanto mais alto o cargo, mais as normas envolvidas tendem a englobar uma grande variedade de casos, exigindo flexibilidade na sua interpretação.
3. *Os funcionários são trabalhadores a tempo inteiro e assalariados*. Cada função na hierarquia tem inerente um salário fixo e definido. Espera-se que os indivíduos façam carreira na organização. A promoção é possível e baseia-se na capacidade e na antiguidade, ou na combinação destes dois elementos.
4. *Há uma separação entre as tarefas do funcionário na organização e a sua vida privada*. A vida familiar do funcionário é distinta das suas actividades no local de trabalho e está também fisicamente distanciada deste.
5. *Nenhum membro da organização é dono dos recursos materiais com que opera*. O desenvolvimento da burocracia, de acordo com Weber, separa os trabalhadores do controlo dos seus meios de produção. Nas comunidades tradicionais, de uma maneira geral, os agricultores e os artesãos tinham controlo sobre os seus processos de produção e eram donos das ferramentas que usavam. Na burocracia, os funcionários não possuem os escritórios onde trabalham, as secretárias onde se sentam ou os computadores que utilizam.

Weber acreditava que quanto mais uma organização se aproxima do tipo ideal de burocracia tanto mais eficaz será na prossecução dos objectivos para os quais foi criada. Weber considerava que a burocracia tinha uma "superioridade técnica" sobre outras formas de organização. Comparava frequentemente a burocracia com máquinas sofisticadas; a burocracia maximiza capacidades, precisão e velocidade na realização de tarefas definidas.

Mais de 80 anos após a sua morte, os seus escritos sobre a burocracia continuam a ser o ponto de partida para a maioria das análises das organizações. O grau de correcção das esperanças e dos medos de Weber sobre a burocracia tem sido fortemente debatido por gerações de sociólogos das organizações. Iremos agora considerar várias respostas a Weber que focam dimensões particulares da sua teoria.

Blau: relações formais e informais nas burocracias

A análise da burocracia de Weber dá a primazia às relações formais nas organizações – as relações entre as pessoas segundo o que está estipulado nas regras da organização (ver exemplos na figura 12.1). Weber pouco disse acerca das ligações informais e das relações de pequenos grupos que podem existir em todas as organizações. Nas burocracias, os modos informais de actuação permitem alcançar a flexibilidade que não poderia ser alcançada de outra forma.

Num estudo clássico, Peter Blau analisou as relações informais num departamento governamental encarregado de investigar possíveis fugas ao fisco (Blau, 1963). Os funcionários que se confrontavam com problemas que não sabiam exactamente como resolver deveriam discuti-los com o seu superior hierárquico; as normas de procedimento estabeleciam que não os podiam discutir com colegas do mesmo nível. Todavia, a maior parte era prudente quando se tratava de consultar os superiores, pois pensava que tal poderia sugerir incompetência, e, por conseguinte, levar a reduzir as suas hipóteses de promoção. Por isso, normalmente os funcionários consultavam-se uns aos outros, violando as normas oficiais. Isto não só os ajudava a obter informações correctas como diminuía também as ansiedades envolvidas no trabalho individual. Desenvolveu-se um conjunto sólido de lealdades a um nível primário de grupo social entre os trabalhadores do mesmo nível. Blau concluiu que os proble-

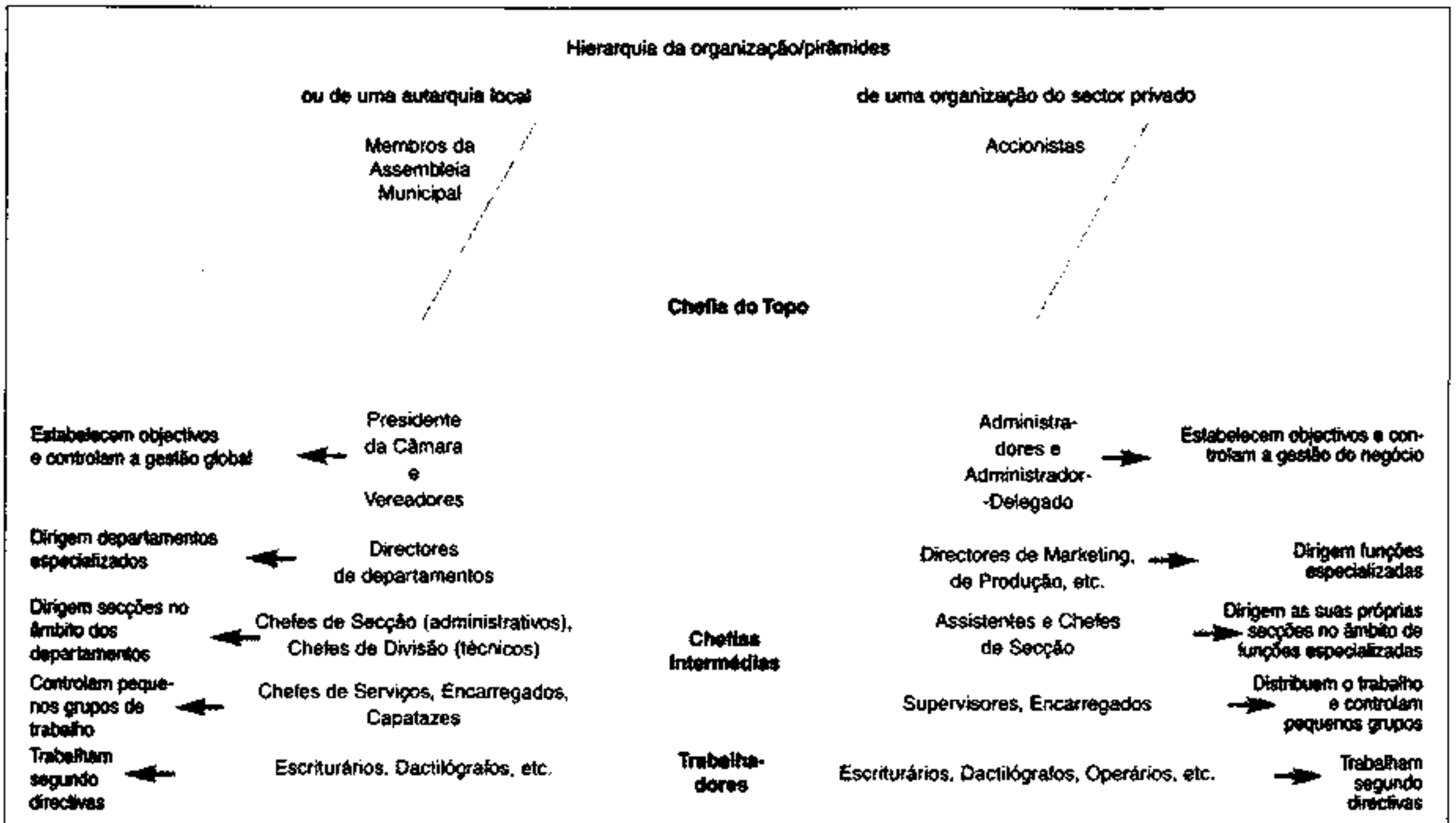


Figura 12.1. Relações formais no seio das organizações.
Fonte: Shaun Gregson e Frank Liversey, *Organizations and Management Behaviour*, 1993.

mas com que estes se deparavam eram assim provavelmente enfrentados com maior eficácia. O grupo foi capaz de desenvolver procedimentos informais que permitiam maior iniciativa e responsabilidade do que a atribuída pelas normas formais da organização.

As redes informais tendem a desenvolver-se a todos os níveis das organizações. Mesmo no topo das organizações, os laços e relações pessoais podem ser mais importantes para a estrutura real do poder do que as situações formais nas quais as decisões são supostamente tomadas. Veja-se, por exemplo, o caso das reuniões entre a administração e os accionistas que são as que supostamente determinam as políticas das empresas. Na prática, frequentemente, alguns membros da administração gerem realmente a empresa, tomando as suas decisões informalmente e esperando que os restantes as aprovem. As redes informais deste tipo podem também estender-se a diferentes organizações. Os administradores de diferentes empresas consultam-se frequentemente entre si de modo informal e podem pertencer aos mesmos clubes ou associações de lazer.

Saber até que ponto os procedimentos informais ajudam ou constituem obstáculos à eficácia das organizações não é uma questão simples. Os sistemas que se assemelham ao tipo ideal tendem a originar um vasto número de formas não oficiais de agir. Em parte, isto acontece porque a flexibilidade que falta pode ser adquirida por ajustamentos não oficiais das regras formais. Para aqueles que desempenham funções insípidas, as maneiras informais de actuar podem ajudar a criar um ambiente de trabalho mais agradável. As relações informais entre funcionários em lugares superiores podem ser eficazes ajudando a organização como um todo. Por outro lado, estes funcionários podem estar mais preocupados em subir na carreira ou proteger os seus próprios interesses do que com o futuro da organização.

Merton: as disfunções da burocracia

Robert Merton, um académico americano de orientação funcionalista, analisou o tipo ideal de burocracia de Weber e concluiu que vários dos elementos inerentes à mesma podiam levar a consequências preju-

Reunião de negócios?

diciais para o funcionamento da própria burocracia (Merton, 1957). Referiu-se às mesmas como *disfunções da burocracia*. Primeiro, Merton sublinhou que os burocratas são treinados para confiar unicamente nas regras e procedimentos escritos. Não são encorajados a ser flexíveis, a usar as suas próprias capacidades de raciocínio na tomada de decisão ou para procurar soluções criativas; a burocracia prende-se com a gestão de casos de acordo com um conjunto de critérios objectivos. Merton receava que esta rigidez pudesse levar ao *ritualismo burocrático*, uma situação em que as regras são protegidas a todo o custo, mesmo em casos em que outra situação poderia ser melhor para a organização como um todo.

Uma segunda preocupação de Merton é a de que a aderência às regras burocráticas pudesse eventualmente assumir prioridade sobre os objectivos subjacentes à organização. Dada a grande ênfase colocada no procedimento correcto, é possível perder de vista o que realmente interessa. Um burocrata responsável pelo processamento de pedidos de seguros, por exemplo, pode recusar compensar um segurado por danos legítimos, evocando a ausência de um formulário ou o preenchimento incorrecto do mesmo. Por outras palavras, o processamento correcto do pedido poderia assumir prioridade sobre as necessidades do cliente que sofreu uma perda.

Merton previu a possibili a e a existência de tensão entre o público e a burocracia em casos como este. Esta preocupação não era inteiramente incorrecta. A maioria de nós lida regularmente com grandes burocracias – desde o Serviço Nacional de Saúde a autoridades camarárias e de inspecção fiscal. Debatemo-nos não raras vezes com situações em que os empregados públicos e burocratas parecem não estar preocupados com as nossas necessidades. Uma das maiores fraquezas da burocracia é a dificuldade que tem em lidar com casos que precisam de uma consideração e tratamento especiais.

Burns e Stalker: sistemas mecanicistas e orgânicos

Os procedimentos burocráticos podem ser aplicados eficazmente a todos os tipos de trabalho? Alguns aca- é i s s ge r q r r i f z s i p desenvolver tarefas rotineiras, mas pode ser problemática em contextos em que as exigências do trabalho mudem de forma imprevisível. Na sua pesquisa sobre a inovação e a mudança nas companhias de electrónica, Tom Burns e G. M. Stalker constataram que as burocracias eram de eficácia limitada em indústrias onde a flexibilidade e a inovação são preocupações primordiais (Burns e Stalker, 1966).

Burns e Stalker distinguiram dois tipos de organizações: *mecânicas* e *orgânicas*. As organizações mecânicas são sistemas burocráticos em que existe uma cadeira hierárquica de comando, com a comunicação a fluir verticalmente através de canais claros. Os empregados são responsáveis por uma tarefa descontínua; assim que a tarefa está concluída, a responsabilidade passa para o empregado seguinte. O trabalho dentro deste sistema é anónimo, com as pessoas "no topo" e "na base" a comunicarem muito raramente entre si.

As organizações orgânicas, pelo contrário, são caracterizadas por possuírem uma estrutura mais flexível na qual os objectivos gerais da organização assumem primazia sobre responsabilidades definidas de modo estreito. Os fluxos de comunicação e as "directivas" são mais difusas, movendo-se em muitas trajectórias e não apenas em trajectórias verticais. Considera-se que todos os que estão envolvidos na organização possuem conhecimento legítimo e contributos que podem ser utilizados para a resolução de problemas; as decisões não são um domínio exclusivo do "topo".

Instituições totais

Um dos estudos mais influentes sobre as organizações foi conduzido pelo sociólogo americano Erving Goffman em finais dos anos 50 e publicado no livro *Asylums* (Asilos) (1968). Goffman trabalhou com base na tradição interaccionista, investigando o fenómeno social na perspectiva dos próprios actores sociais, tendo em conta os significados que estes atribuíam ao mundo à sua volta. Neste estudo específico, Goffman procurou compreender o funcionamento das **instituições totais** através das experiências dos indivíduos que passam por elas. As instituições totais são instalações como os hospitais mentais, as prisões, os reformatórios e os mosteiros que impõem coercivamente aos seus residentes um sistema de existência completamente isolado do mundo exterior. Goffman estava particularmente interessado em compreender as mudanças profundas que ocorriam no sentido de si dos indivíduos nestas condições.

As instituições totais podem ser vistas como exemplos de burocracias elaboradas, guiadas por procedimentos complexos e rígidos que são obrigatórios para os seus membros. Os indivíduos em instituições totais encontram-se rodeados por um mundo rigidamente organizado, inteiramente planeado e meticulosamente supervisionado. Goffman descobriu que tipos distintos destas instituições têm certas características em comum. Em todos os casos, os recém-chegados são despidos do seu sentido de si e da sua individualidade enquanto pessoas e "reconstruídos" de acordo com as regras da instituição. Os bens pessoais são retirados e os traços identificativos neutralizados: as roupas são trocadas por uniformes, fazem-se cortes de cabelo estandardizados, atribui-se um novo nome ou número de identificação, e as ligações com o mundo exterior, incluindo as relações com os amigos e a família, são restringidas. Recorda-se ao interno de muitas maneiras que já não é a pessoa que foi anteriormente, mas que assumiu uma nova identidade como membro da instituição.

Existem linhas claras que separam os residentes em instituições totais do pessoal. As rotinas diárias são planeadas e supervisionadas pelos empregados que têm autoridade para castigar ou recompensar os residentes de acordo com o grau de obediência revelado. Este processo de garantia de submissão é ajudado em parte por aquilo a que Goffman chamou a *mortificação do eu*. Os recém-chegados a instituições totais são sistematicamente

---

De acordo com Burns e Stalker, as organizações orgânicas estão muito melhor equipadas para lidar com as exigências em mudança de um mercado inovador como o das telecomunicações, o do software de computadores ou o da biotecnologia. A estrutura interna mais fluida significa que podem responder mais rapidamente e de forma mais apropriada a mudanças no mercado e encontrar soluções mais criativa e rapidamente. As organizações mecânicas são mais adequadas a formas tradicionais e estáveis de produção menos susceptíveis a mudanças no mercado. Embora o seu estudo tenha sido publicado há mais de 30 anos, é muito relevante para as discussões actuais sobre mudança organizacional (ver mais à frente "E para lá da burocracia?"). Burns e Stalker anteciparam muitos dos assuntos que tomaram um lugar central nos debates recentes sobre a globalização, a especialização, a flexibilização e a desburocratização.

A teoria das organizações de Michel Foucault: o controlo do tempo e do espaço

A maioria das organizações modernas funciona em espaços físicos especificamente planeados para o efeito. O edifício onde se aloja uma determinada organização tem características próprias relevantes para a actividade desta, mas partilha também características arquitectónicas importantes com os edifícios de outras organizações. A arquitectura de um hospi-

humilhados e rebaixados perante os seus superiores e pares até o seu autoconceito anterior ser quebrado. A mortificação do eu pode ocorrer através de uma variedade de formas, em que se incluem exames de saúde e exames às cavidades corporais, a atribuição de tarefas domésticas ou servis, impressões digitais, uma falta constante de privacidade e a necessidade de pedir licença antes de realizar qualquer tarefa.

Goffman identificou cinco respostas da parte dos internos às suas experiências em instituições totais. Estas variavam entre a retirada completa e a resistência ostensiva à acomodação e ao "fazer o seu papel". Contudo, concluiu que, no conjunto, a maioria dos internos resistem à pressão para abandonar o seu sentido de si "levando as coisas com calma" – protegendo-se psicologicamente e fazendo o mínimo necessário para ir andando e evitar problemas. Em vez de resistirem completamente ao sistema, muitos internos encontram formas pragmáticas de se ajustarem ao mesmo.

Resistência às instituições totais: críticas a Goffman

Como muitos trabalhos pioneiros, o estudo de Goffman sobre as instituições totais tem atraído tanto louvores como críticas. Alguns sociólogos defendem que Goffman exagerou a dimensão do "ajustamento" e que, de facto, existe uma resistência muito maior nestas instituições do que a que ele sugeriu. Stanley Cohen e Laurie Taylor, no seu estudo sobre a penitenciária de Durham (1972), encontraram mais provas de resistência à autoridade do que Goffman. Enquanto Goffman considerou a resistência obstinada como a forma mais directa de resistência à autoridade, Cohen e Taylor observaram formas de resistência que iam bem além da mera protecção do sentido de si. Argumentam que muitas formas de resistência nas prisões assentam em objecções colectivas ao sistema e têm como objectivo provocar mudanças no funcionamento da instituição. Assim, greves de fome, campanhas de abaixo-assinados, tentativas de fuga e motins nas prisões podem ser vistos como exemplos de reacções activas à experiência de aprisionamento. Uma forma de resistência menos pública indicada por Cohen e Taylor reside na tendência para os hóspedes rejeitarem os rótulos atribuídos pelas autoridades prisionais. Recusavam-se a ver-se como "criminosos" e a diminuir a imagem que tinham de si próprios como resultado da sua posição no sistema de justiça criminal.

tal, por exemplo, é em certos aspectos diferente da arquitectura de uma empresa ou de uma escola. No hospital existem enfermarias separadas, consultórios, salas de espera e escritórios, que dão ao edifício um aspecto próprio, enquanto uma escola tem salas de aula, laboratórios e recintos desportivos. Há, no entanto, uma semelhança genérica: ambos terão provavelmente um grande número de corredores com portas de acesso e uma decoração e mobiliário estandardizados. Com excepção das diferenças no vestuário das pessoas que se movimentam pelos corredores, os edifícios onde as organizações modernas normalmente se instalam têm uma certa semelhança entre si.

Michel Foucault demonstrou que a arquitectura de uma organização está directamente implicada na ordenação social e no sistema de autoridade (Foucault, 1970, 1979). Os seus influentes escritos sobre as prisões modernas (ver texto "As prisões como instituições modernas") tratam em grande parte da aparência física das instalações prisionais. O seu trabalho demonstrou que através do estudo das características físicas das organizações podemos observar de outro ângulo os problemas analisados por Weber. Os escritórios que Weber discutiu de forma abstracta são também espaços arquitectónicos – por vezes os edifícios de grandes firmas estão estruturados fisicamente de forma hierárquica, de modo a que quanto mais elevada for a posição da pessoa na hierarquia da autoridade, mais próximo do topo será o seu escritório; a frase "o último andar" é por vezes usada

As prisões como instituições modernas

Michel Foucault prestou grande atenção ao estudo de organizações como as prisões, onde os indivíduos estão fisicamente separados do mundo exterior durante longos períodos. Utilizou o termo **organizações de encarceramento** para se referir às instalações onde as pessoas são encarceradas – mantidas em isolamento – e privadas do ambiente social exterior. De acordo com Foucault, as prisões e o encarceramento constituem uma característica principal da "sociedade disciplinante". Utilizou este termo para descrever as sociedades modernas nas quais a disciplina é produzida através da monitorização, do controlo e da punição da população humana. Foucault acreditava que muitas das técnicas desenvolvidas nas prisões são também aplicadas noutras áreas da vida, como as escolas, os locais de trabalho e mesmo os bairros residenciais.

O desenvolvimento das prisões modernas

Antes do século XIX, o aprisionamento raramente era usado para punir crimes. A maioria das cidades, independentemente do seu tamanho, tinham uma prisão local, mas esta era normalmente muito pequena e não era capaz de alojar mais que três ou quatro prisioneiros ao mesmo tempo. Eram usadas para prender os bêbados durante a noite até lhes passar a bebedeira ou, ocasionalmente, como lugares onde as pessoas acusadas de crime aguardavam julgamento. Nas cidades europeias de maior dimensão existiam prisões de alguma envergadura; a maioria das pessoas internadas eram criminosos condenados que aguardavam a execução. Estas prisões eram muito diferentes das que foram construídas em grande número a partir da viragem do século XIX. A disciplina prisional era frouxa ou inexistente e os direitos de visita dos membros da família eram muito menos rígidos do que o são hoje. Os prisioneiros não estavam isolados uns dos outros; tendo em conta os padrões modernos, a atmosfera da prisão era incrivelmente livre e informal.

Até ao século XIX, as principais formas de punição para o crime consistiam em colocar as pessoas no tronco, açoitá-las, marcá-las com um ferro quente ou enforcá-las. Geralmente eram publicitadas e tinham bastante público. A punição pública era uma forma dos governantes demonstrarem simbolicamente a sua autoridade sobre a população. Não eram o resultado de uma aplicação sistemática da lei.

As prisões modernas têm a sua origem, não nas prisões existentes anteriormente, mas nos asilos. Na maioria dos países europeus, os asilos datam do século XVII e foram estabelecidos durante o período em que o feudalismo estava a entrar em colapso; muitos camponeses não conseguiam obter trabalho na agricultura e tornavam-se vagabundos. Nos asilos era-lhes fornecida comida em troca de trabalho físico duro. Contudo, os asilos não eram só para os pobres. Tornaram-se lugares onde outros grupos – como os doentes, os idosos e os mentalmente doentes – eram internados se ninguém estivesse preparado para cuidar deles no exterior.

Durante o século XVIII, as prisões, asilos e hospitais tornaram-se gradualmente distintos uns dos outros. Os reformistas levantaram objecções relativamente às punições tradicionais, considerando a privação da liberdade como uma forma mais eficiente de lidar com as actividades criminosas. Dado supor-se que as prisões tinham o efeito de treinar os criminosos em hábitos sóbrios de disciplina e conformidade, a ideia de punir as pessoas publicamente foi desaparecendo progressivamente.

---

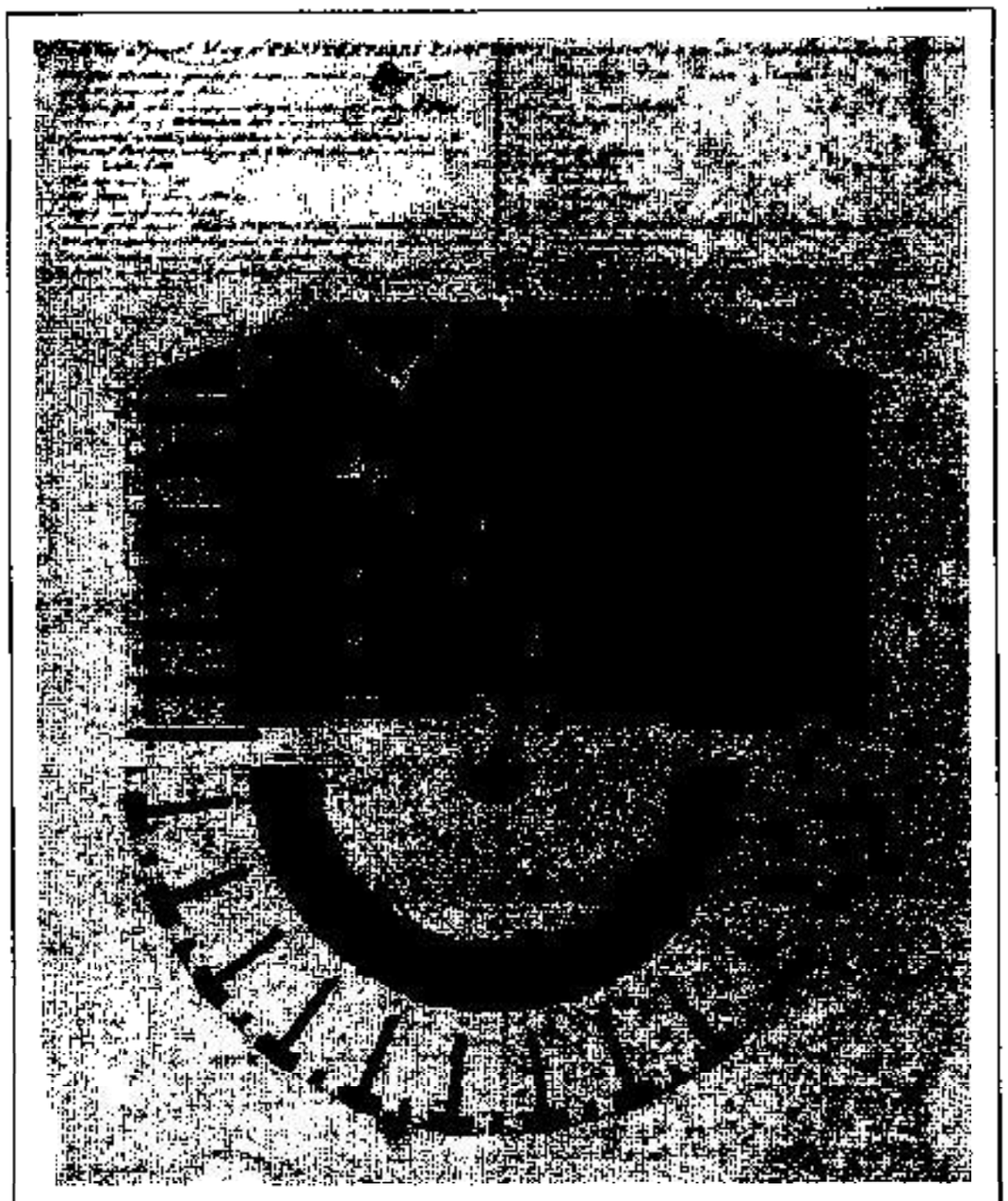
para designar aqueles que detêm o máximo poder na organização.

A geografia de uma organização afecta de muitas outras formas o seu funcionamento, especialmente quando assenta em grande medida em relações informais. A proximidade física facilita a formação de grupos primários, ao passo que a distância física pode incrementar a polarização dos grupos – uma atitude

A burocratizaçã⁻ d⁻s prisões

A punição tornou-se muito mais sistemática na era industri_l. O crescimento das áreas urbanas e a emergência de uma classe trabalhadora in ustrial trouxeram novos desafios à ordem social. As mudanças da população das regiões rurais para as urbanas significavam que os recém-chegados às cidades não estavam ainda totalmente integrados na vida citadina, mas também já não eram governados pelas estruturas sociais rurais. Estas flutuações na população e as condições sociais em rápida mudança produziram uma certa desordem e instabilidade. A prisão moderna foi uma instituição que emergiu para lidar com os indivíduos que perturbavam a nova ordem social. Como muitas instituições na sociedade moderna, as prisões tornaram-se cada vez mais burocratizadas; foram integradas numa complexa rede administrativa de agências estatais que incluíam os sistemas legais e de justiça criminal.

Durante o século XIX houve uma vaga de construções de instalações prisionais. De acordo com Foucault, o traçado da prisão moderna tem a sua origem no *Panopticon,* uma organização projectada pelo filósofo e pensador social Jeremy Bentham no século XIX. "Panopticon" foi o nome dado por Bentham a uma prisão ideal por ele projectada; nunca conseguiu vender o projecto completo ao governo britânico, mas algumas caracteristicas do projecto foram incorporadas em prisões nos Estados Unidos da América, na Grã-Bretanha e na Europa. O Panopticon incorporava um conjunto de características estruturais distintivas que permitiam às autoridades prisionais controlar o tempo, o espaço e os movimentos dos prisioneiros. Embora ainda existissem áreas comuns para a realização de exercício e para tomar refeições, os prisioneiros estavam isolados em celas individuais com uma única janela que era visível a partir de uma torre de vigia central. As celas eram dispostas de forma circular para que os guardas na torre de vigia pudessem monitorizar todas as celas a partir de um único lugar. Porém, os prisioneiros nas celas não podiam saber se os guardas os estavam a observar num dado momento, porque os estores das janelas da torre tornavam os guardas invisíveis. O Panopticon tinha como intenção maximizar o controlo sobre o comportamento dos internos através de vigilância real ou imaginada. Como podiam ser vigiados a todo o momento, os prisioneiros eram forçados a regular o seu próprio comportamento.



Uma planta, um alçado e um perfil transversal do Panopticon de Bentham, projectado em 1790.

de contraposição entre "nós" e "eles" no relacionamento interdepartamental.

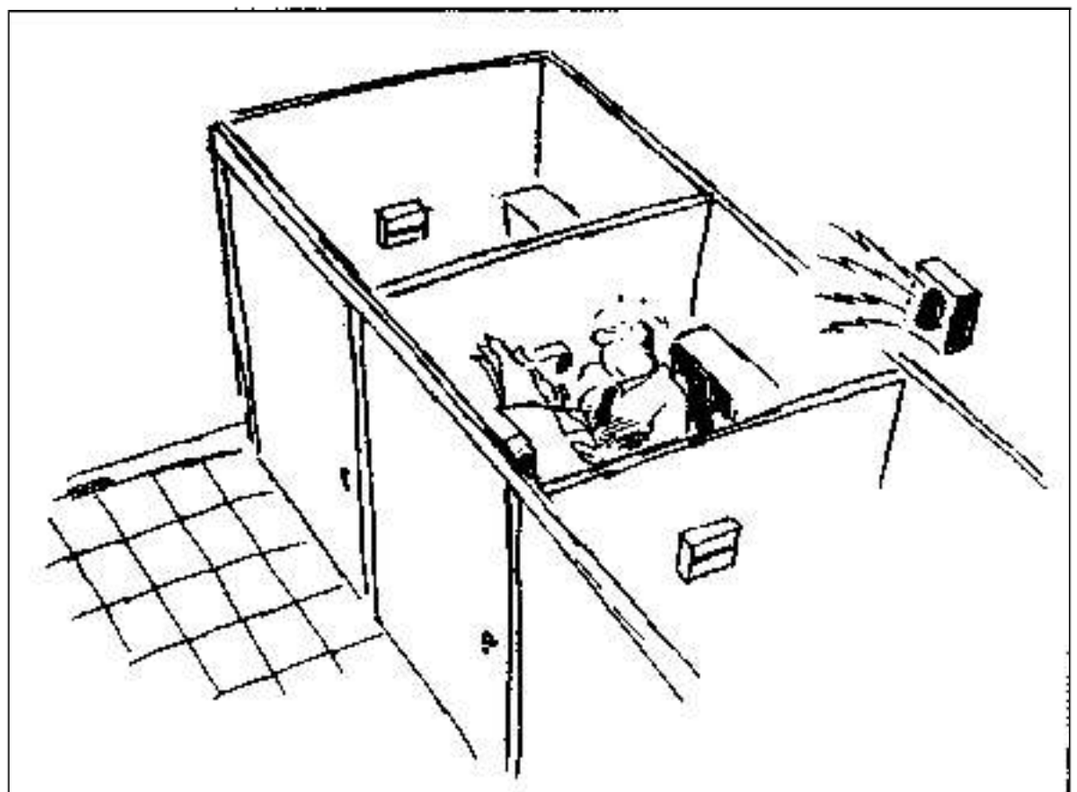
As organizações não funcionam eficazmente se o trabalho dos empregados for casual. Como salientou Weber, nas empresas espera-se que as pessoas trabalhem um número regular de horas por dia. As suas actividades têm de ser bem coordenadas no tempo e no espaço, algo que só se consegue através tanto da

isposição física das organizações como da calendarização precisa fornecida por horários detalhados. Os horários laborais regulam as actividades no tempo e no espaço – nas palavras de Foucault, "distribuem eficientemente os corpos" pela organização. Os horários são a condição da disciplina organizacional, pois articulam as actividades de um grande número de pessoas. Se uma universidade não tivesse um horário rigoroso que gerisse as suas salas de aulas, por exemplo, rapidamente entraria em colapso e num caos completo. Um horário torna possível o uso intensivo do tempo e do espaço: cada um pode ser preenchido por muitas pessoas e muitas actividades.

A vigilância nas organizações

A disposição das salas, dos corredores e dos espaços abertos dos edifícios de uma organização pode fornecer pistas básicas sobre o modo como o seu sistema de autoridade funciona. Em certas organizações, grupos de pessoas trabalham colectivamente em espaços abertos. Dada a natureza monótona e repetitiva de determinados tipos de trabalho industriais, como o das linhas de montagem, é necessária uma supervisão regular para assegurar o ritmo de trabalho. O mesmo se aplica ao trabalho de rotina das dactilógrafas, que se sentam colectivamente numa sala onde as suas actividades são visíveis aos olhos dos seus supervisores. Foucault deu grande realce à forma como a visibilidade, ou a sua ausência, nas estruturas arquitectónicas modernas influencia e imprime padrões de autoridade. Quanto mais visível for a actividade dos subordinados, tanto mais facilmente podem ser submetidos àquilo a que Foucault chama **vigilância**, a supervisão de actividades no seio das organizações. Nas organizações modernas todos, mesmo aqueles que estão em posições de autoridade relativamente elevadas, estão sujeitos a vigilância; mas quanto mais baixo for o cargo de uma pessoa, mais o seu trabalho tende a ser fiscalizado.

A vigilância assume duas formas. Uma é a supervisão directa do trabalho dos subordinados por parte dos seus superiores. Tome-se o exemplo de uma sala de aula. Os alunos sentam-se nas carteiras, geralmente dispostas em filas, todos eles à vista do professor. Supostamente, as crianças devem estar atentas ou então concentradas nos seus deveres. Naturalmente, se isto realmente acontece na prática depende da capacidade do professor e da disposição dos alunos para corresponderem ao que deles se espera.



Os sensores indicam que o cubículo n.° 2 está ocupado há mais de 18 minutos. Necessita de ajuda?

O segundo tipo de vigilância é mais subtil, mas igualmente importante. Consiste em manter arquivos, registos e o historial do indivíduo. Weber percebeu a importância dos registos escritos (hoje em dia predominantemente informatizados) para as organizações modernas, embora não tenha explorado devidamente o modo como podem ser usados para regular o comportamento. Os ficheiros dos empregados fornecem todo o seu historial, registam dados pessoais e fazem muitas vezes juízos de carácter. Estes registos são usados para fiscalizar o comportamento dos empregados e avaliar hipotéticas promoções. Em muitas empresas, os indivíduos em cada nível hierárquico apresentam relatórios anuais acerca do desempenho daqueles que estão no nível imediatamente inferior. As classificações escolares e os diplomas constituem outros exemplos de fontes usadas para avaliar o desempenho de cada indivíduo à medida que ele avança na organização.

A disseminação da tecnologia de informação no local de trabalho levantou novas e importantes preocupações acerca da vigilância. O uso do correio electrónico e da internet pelos empregados pode ser monitorizado pelos empregadores através de programas de software que perscrutam as mensagens pessoais e registam os sites que o empregado consulta e quanto tempo demora a fazê-lo. Os empregadores salientam que se trata apenas de uma questão de produtividade. Como os correios electrónicos e o acesso à internet se tornaram praticamente padrão nas áreas

de trabalho, existe uma preocupação com a possibilidade de que uma quantidade anormal de tempo de trabalho possa ser gasta a tratar de correspondência pessoal, a fazer compras *on line*, a jogar jogos de computador ou a visitar sites pornográficos. Os empregados, por outro lado, defendem que a vigilância do uso da internet por parte da direcção é uma invasão da privacidade e uma infracção aos seus direitos. Informação privada que não é da conta do empregador – por exemplo, o facto do colaborador ter SIDA ou a sua intenção de aceitar um emprego noutra companhia – pode ser detectada através destas técnicas de vigilância.

Os limites da vigilância

Weber e Foucault argumentaram que a forma mais eficaz de gerir uma organização consiste em maximizar a vigilância – ter divisões de autoridade claras e consistentes. Mas esta perspectiva é um erro, pelo menos se a aplicarmos a organizações empresariais, que não exercem um controlo total sobre a vida das pessoas em espaços fechados (como o fazem as instituições totais). As prisões e outras instituições semelhantes, na verdade, não são um bom modelo para as organizações no seu todo. A supervisão directa pode funcionar razoavelmente bem quando se aceita de antemão que é provável que as pessoas envolvidas sejam hostis aos que exercem autoridade sobre elas e não desejam estar onde estão. Mas em organizações onde os gestores pretendem que os outros cooperem com eles de maneira a alcançar objectivos comuns, a situação é diferente. Um excesso de supervisão directa pode alienar os empregados, que sentem que lhes são negadas quaisquer hipóteses de envolvimento no trabalho que desenvolvem (Grint, 1991; Sabel, 1982).

Esta é uma das razões principais pelas quais as organizações baseadas no tipo de princípios formulados por Weber e Foucault, como grandes fábricas de linhas de montagem e hierarquias de autoridade rígidas, acabaram eventualmente por ter grandes dificuldades. Os trabalhadores não se sentiam motivados a aplicar-se no que faziam nestes cenários; a supervisão constante era, de facto, um *requisito* para que trabalhassem razoavelmente bem, mas promovia ressentimentos e antagonismos.

As pessoas têm também tendência a resistir a grandes níveis de vigilância na segunda acepção do termo mencionada por Foucault, a compilação de informação acerca delas. Esta foi na verdade uma das razões principais pelas quais as sociedades comunistas de estilo soviético entraram em colapso. Nestas sociedades, as pessoas eram espiadas regularmente pela polícia secreta ou por outras pessoas a soldo desta – mesmo familiares e vizinhos. O governo detinha também informações detalhadas sobre os cidadãos de maneira a reprimir qualquer possível oposição à sua governação. O resultado foi um tipo de sociedade politicamente autoritária e, mais para o fim, pouco eficiente economicamente. Toda a sociedade acabou, de facto, por parecer quase uma prisão gigante, com todos os descontentamentos, conflitos e modos de oposição que as prisões geram – um sistema de que, no fim, as pessoas se libertaram.

Burocracia e democracia

Foucault estava certo quanto ao papel central da vigilância nas sociedades modernas, uma questão que se tornou actualmente ainda mais importante devido ao impacto crescente das tecnologias de informação e de comunicação. Vivemos hoje naquilo a que alguns têm chamado a sociedade de vigilância (Lyon, 1994) – uma sociedade onde a informação acerca das nossas vidas é compilada por todo o tipo de organizações, não apenas por empregadores.

Como foi mencionado anteriormente, as organizações governamentais detêm enormes quantidades de informação a nosso respeito, desde registos da nossa data de nascimento, registos escolares e profissionais, dados sobre rendimentos brutos e informações usadas para emitir cartas de condução ou cartões da Segurança Social. Com o desenvolvimento dos computadores e outras formas de equipamento de processamento de dados electrónicos, a vigilância ameaça passar a estar em todos os aspectos das nossas vidas. Imagine que ouve falar de um país, com 26 milhões de habitantes, onde o governo possui 2220 bases de dados contendo uma média de 20 ficheiros sobre cada cidadão. Dez por cento da população tem os seus nomes no computador central da polícia. Poderá pensar que este país vive sob um regime ditatorial. Este país é, no entanto, o Canadá (Lyon, 1994).

A lei de ferro da oligarquia

Roberto Michels (1967), um estudante de Weber, inventou uma expressão que desde então se tornou famosa para se referir à perda de poder da base para o topo. Segundo ele, nas grandes organizações, e de uma forma geral nas sociedades dominadas por organizações, existia uma **lei de ferro da oligarquia**. A oligarquia significava a governação por parte de poucos indivíduos. De acordo com Michels, a passagem do poder para o topo é simplesmente uma parte inevitável de um mundo cada vez mais burocratizado – daí o termo "lei de ferro".

Para compreender os motivos que levaram Michels a considerar como inevitável a tendência para a oligarquia, é necessário compreender um paradoxo básico que ele refere nos seus escritos. Michels argumenta que as organizações são essenciais para a democracia, mas que elas garantem simultaneamente o seu fracasso final. As or_anizações são necessárias para a democracia, de acordo com Michels, porque são a única forma possível de um grande número de pessoas poder participar no processo político e fazer ouvir as suas opiniões. Mas, uma vez estabelecidas, torna-se impossível em termos práticos que uma organização seja *dirigida* por um grande número de pessoas. É neste ponto que o processo de "perda de poder para o topo" se acelera: os modelos da "democracia representativa" dão lugar a líderes a tempo inteiro e a burocracias, que por sua vez abrem caminho à gestão de uma elite ou oligarquia. Uma vez estabelecida, a liderança oligárquica faz um maior investimento na manutenção do seu próprio poder do que em trabalhar para os objectivos e valores dos seus apoiantes democráticos. Michels defendeu que esta mesma dinâmica era inevitável tanto no seio de organizações como no conjunto das sociedades democráticas.

Mais informação sobre as questões aqui levantadas pode ser obtida em "Democracia", pág. 426

A concepção da polícia enquanto "trabalhadores do conhecimento" é analisada em "O policiamento de sociedade de risco", pág. 224

O enfraquecimento da democracia com o desenvolvimento das formas modernas de controlo de informação e organização era algo que preocupava muito Max Weber. O que o inquietava particularmente era a hipótese da governação por parte de burocratas anónimos. Como irá sobreviver a democracia face ao poder cada vez maior que as organizações burocráticas têm sobre nós? No fundo, pensava Weber, as burocracias são necessariamente especializadas e hierarquizadas. Aqueles que estão perto da base encontram-se inevitavelmente a desempenhar tarefas banais e não têm poder nenhum sobre o que os outros fazem; o poder passa para aqueles que se encontram no topo. Weber estava preocupado com os efeitos alienantes das burocracias sobre os que nelas trabalhavam. Privados da hipótese de serem criativos e de revelarem iniciativa, os burocratas poderiam simplesmente resignar-se a desempenhar o seu papel e a defender a segurança das suas posições contra qualquer 'esafio vin 'o 'o exte 'or.

Weber antevia também um conflito potencial entre os burocratas de carreira e os políticos democraticamente eleitos. Embora os burocratas sejam de facto empregados do governo, as suas posições estáveis e elevados conhecimentos concedem-lhes uma base de poder significativa. Os próprios políticos que devem servir de contrapeso ao poder burocrático nas sociedades modernas, estão ao mesmo tempo dependentes da burocracia para a obtenção de informação e perícia. Aos olhos de Weber, era essencial que a burocracia fosse submetida a fortes controlos políticos que garantissem a sua abertura e transparência. As preocupações de Weber não estavam de modo algum deslocadas. Nos antigos países comunistas, foram formadas grandes burocracias para administrar a economia planificada e a rede de serviços sociais que esta-

vam centralizadas. Estas burocracias evoluíram para blocos de poder intricados que, até ao fim da era comunista, só foram controlados com grande dificuldade pelas forças políticas. Tal fenómeno, contudo, não se restringe apenas aos antigos estados comunistas. Mesmo no ocidente têm existido episódios documentados de disputas de alto nível entre interesses burocráticos e políticos.

O género e as organizações

Até há duas décadas, os estudos organizacionais não devotavam grande importância à questão do género. A teoria burocrática de Weber e muitas das influentes respostas a Weber que surgiram nos anos que se seguiram foram escritas por homens e pressupunham um modelo de organizações que colocava os homens no centro. Contudo, a emergência dos estudos feministas nos anos 70 conduziu a análises das relações de género em todas as principais instituições da sociedade, incluindo organizações e burocracias. As socióloga feministas não só sublinharam a desigualdade nos papéis de género nas organizações, como exploraram as formas pelas quais as próprias organizações modernas se desenvolveram de um modo específico moldado pelo género.

As feministas argumentaram que a emergência da organização moderna e da carreira burocrática defendeu uma configuração de género particular. Apontaram duas formas principais pelas quais o género está embutido na própria estrutura das organizações modernas. Primeira, as burocracias são caracterizadas por uma segregação das ocupações entre os géneros. À medida que as mulheres começaram a entrar no mercado de trabalho em maior número, tenderam a ser segregadas para categorias ocupacionais que eram mal remuneradas e envolviam trabalhos rotineiros. Estas posições estavam subordinadas às ocupadas por homens e não forneciam oportunidades para as mulheres serem promovidas. As mulheres foram usadas como uma espécie de força de trabalho confiável e barata, à qual não eram concedidas as mesmas oportunidades de construção de carreira que aos homens.

Segunda, a ideia de uma carreira burocrática era concebida, de facto, como uma carreira *masculina* em que as mulheres desempenhavam um papel de apoio crucial. No local de trabalho, as mulheres desempenhavam tarefas rotineiras – como escriturárias, secretárias e responsáveis de escritórios – o que permitia aos homens avançarem nas suas carreiras. Os homens podiam concentrar-se na obtenção de promoções ou em obter grandes contas porque o pessoal feminino de apoio dava conta de muito do "trabalho menor". Na esfera doméstica, as mulheres também apoiavam a carreira burocrática cuidando da casa, das crianças e do bem-estar quotidiano do homem. A mulher "provia" às necessidades do homem burocrata, permitindo que o mesmo trabalhasse longas horas, viajasse e se focasse unicamente no seu trabalho sem se preocupar com questões domésticas ou pessoais.

Como resultado destas duas tendências, as primeiras escritoras feministas argumentaram que as organizações modernas se desenvolveram como reservas dominadas pelos homens nas quais as mulheres eram excluídas do poder, viam-lhes negadas oportunidades de avançar nas suas carreiras e eram vítimas em virtude do seu género através do assédio sexual e da discriminação (ver caixa).

Embora a maioria das primeiras análises feministas focasse um conjunto de preocupações comuns – pagamento desigual, discriminação e localização do poder nos homens – não houve consenso relativamente à melhor abordagem a seguir para lutar pela igualdade das mulheres. Dois dos trabalhos feministas líderes sobre as mulheres e as organizações exemplificaram a divisão entre as perspectivas feministas radical e liberal (ver a secção "As abordagens feministas").

A obra de Rosabeth Moss Kanter, *Men and Women of the Corporation* (1977), constitui uma das primeiras análises das mulheres em contextos burocráticos. Kanter investigou a posição das mulheres nas organizações e as formas como eram privadas de ganhar poder. Focou-se na "homossociabilidade masculina" – a forma como os homens mantêm com sucesso o poder num círculo fechado e permitem o acesso apenas àqueles que fazem parte do mesmo "endogrupo". Às mulheres e aos membros de minorias étnicas eram efectivamente negadas oportunidades de progressão, sendo ainda afastados das redes sociais e dos relacionamentos interpessoais cruciais para as promoções.

Embora Kanter criticasse estas desigualdades entre os géneros nas organizações modernas, não estava totalmente pessimista acerca do futuro. Na sua

Assédio sexual

A existência disseminada de assédio sexual no local de trabalho é um reflexo das relações de género existentes nas organizações. Por **assédio sexual** entendem-se os avanços sexuais repetidos ou indesejáveis, os reparos ou observações, e os comportamentos que são ofensivos para o receptor e causam desconforto ou interferem com o seu desempenho profissional. Os desequilíbrios de poder facilitam o assédio; é mais comum os homens assediarem as mulheres, porque detêm *usualmente posições de autoridade, muito* embora as mulheres também o possam fazer e de facto assediem sexualmente os subordinados (Reskin e Padavic, 1994). Nas organizações ou locais de trabalho, os homens podem usar a sua autoridade profissional ou poder para tentar forçar exigências sexuais. Isto pode assumir formas gritantes, como quando se sugere a uma empregada que concorde com um encontro sexual ou caso contrário será despedida. Contudo, a maioria dos tipos de assédio sexual são algo mais subtis. Envolvem sugestões de que, por exemplo, a concessão de favores sexuais traria outras recompensas; ou que se tais favores não forem concedidos, haverá um qualquer tipo de castigo, como o congelamento de uma promoção.

perspectiva o problema era um problema de *poder*, não de género. As mulheres estavam numa situação desprivilegiada não por serem mulheres *per se*, mas porque não possuíam poder suficiente nas organizações. De acordo com Kanter, à medida que maior número de mulheres assumir papéis de poder, as desigualdades serão eliminadas. A sua análise pode ser descrita como uma abordagem feminista liberal porque está principalmente preocupada com a igualdade de oportunidades e com assegurar que as mulheres têm a possibilidade de obter posições comparáveis às dos homens.

A abordagem feminista radical apresentada por Kathy Ferguson na obra *The Feminist Case Against Bureaucracy* (1984) difere grandemente da de Kanter. Ferguson não considerava a desigualdade entre os géneros nas organizações como algo que pudesse ser resolvido com a promoção de mais mulheres para posições de poder. Na sua perspectiva, as organizações modernas estavam fundamentalmente manchadas por valores e padrões de dominação masculinos. Argumentava que as mulheres iriam ser sempre relegadas para papéis subordinados em tais estruturas. A única verdadeira solução era as mulheres construírem as suas próprias organizações com base em princípios muito diferentes dos princípios dos homens. As mulheres, argumentava, têm capacidade para organizar de forma mais democrática, participativa e cooperativa que os homens, que estão inclinados para tácticas autoritárias, procedimentos inflexíveis e um estilo de gestão insensível.

As mulheres na gestão

Como, nas últimas décadas, as mulheres ingressaram em grande número em ocupações técnicas, o debate em torno do género e das organizações tomou novos rumos. Muitos académicos vêem agora uma oportunidade para avaliar o impacto das mulheres gestoras e líderes sobre as organizações em que trabalham. Estaria Kanter correcta quando previu que a desigualdade entre géneros diminuiria à medida que mais mulheres assumissem posições de poder? Uma das questões mais debatidas hoje em dia é a de saber se as mulheres gestoras estão a "fazer a diferença" nas suas organizações através da introdução de um estilo de gestão "feminino" em contextos há muito dominados por uma cultura, valores e comportamentos masculinos.

Como veremos mais à frente neste capítulo, organizações de todos os tipos são confrontadas com a necessidade de se tornarem mais flexíveis, eficientes e competitivas na actual economia global. Este desafio está a afectar as organizações a todos os níveis, desde os processos de produção e as relações entre os trabalhadores ao uso de tecnologia e às práticas de

É óbvio que não é fácil traçar uma linha clara de separação entre o assédio e o que podemos considerar uma aproximação legítima de um homem a uma mulher. Com base em auto-relatos, todavia, tem-se estimado que sete em cada dez mulheres na Grã-Bretanha são afectadas pelo assédio sexual durante as suas vidas profissionais. O assédio sexual pode ser uma ocorrência única ou um padrão de comportamento consistente (L. Kelly, 1988). Quando ocorre o segundo tipo, as mulheres têm frequentemente dificuldade em manter a sua taxa de desempenho habitual, podendo meter baixa médica ou mesmo deixar de todo os seus empregos.

O assédio sexual é agora proibido por lei na maioria dos países ocidentais, mas crê-se que muitos casos de assédio sexual não são mencionados. Apesar da consciência crescente da existência de assédio sexual, muitas mulheres que foram assediadas – e traumatizadas pela experiência – podem não categorizar a experiência como um caso de assédio sexual. Um grande número de mulheres opta por não apresentar as suas queixas, com medo que não acreditem nelas e que as suas queixas não sejam levadas a sério, ou que sejam sujeitas a represálias (Giuffre e Williams, 1994).

gestão. Nos últimos anos, muitas qualidades de liderança frequentemente associadas às mulheres foram vistas como activos essenciais para as organizações que tentam tornar-se mais flexíveis nas suas operações. Em vez de confiarem nos estilos de gestão rígidos de "cima para baixo", as organizações são encorajadas a adoptar políticas que assegurem o comprometimento do empregado, o entusiasmo colectivo pelos objectivos, a partilha de responsabilidade e o enfoque nas pessoas. A comunicação, o consenso e o trabalho em equipa são citados por teóricos da gestão como as abordagens-chave que irão distinguir as organizações de sucesso na nova era global. Estas capacidades de gestão designadas como "competências moles" são tradicionalmente associadas às mulheres.

Alguns autores defendem que esta mudança face a um estilo de gestão mais "feminino" já pode ser sentida. Argumentam que as mulheres estão a obter uma influência sem precedentes nos níveis de poder de topo, e estão a fazê-lo de acordo com as suas próprias regras, em vez de adoptarem técnicas de gestão tipicamente masculinas (Rosener, 1997). À medida que o sucesso da liderança das mulheres se faz sentir cada vez mais no mundo organizacional, há quem preveja a emergência de um novo paradigma de gestão em que os homens irão também adoptar muitas das técnicas há muito favorecidas pelas mulheres, como a delegação da responsabilidade, a partilha de informação e de recursos, e a definição colectiva de objectivos.

Outros não subscrevem esta visão de que as mulheres estão a exercer com sucesso uma forma distintiva de gestão "feminina". Na obra *Managing like a Man* (1998), Judy Wajcman questiona esta abordagem por vários motivos. Primeiro, argumenta que o número de mulheres que realmente conseguiram chegar a níveis de poder de topo é extremamente limitado. É verdade, afirma a autora, que as mulheres estão a fazer progressos substanciais nas fileiras da gestão intermédia, mas apesar de serem cada vez em maior número continuam a ser em grande medida impedidas de aceder ao poder aos mais altos níveis. Mais de 90% dos executivos de topo da Grã-Bretanha são homens. Os homens continuam a receber maiores salários por trabalho equivalente e estão empregados num maior leque de papéis do que as mulheres, que tendem a ser agrupadas em campos como os recursos humanos e o marketing.

Quando as mulheres realmente atingem o topo, tendem a "gerir como homens". Embora se tenham feito grandes avanços no sentido da igualdade no trabalho, em matéria de medidas sobre o assédio sexual e na consciencialização geral acerca das questões de género nas últimas duas décadas, Wajcman argumenta que a cultura organizacional e o estilo de gestão

À medida que mais mulheres chegam ao topo, irão mudar os métodos bem como a face da gestão – ou irão aprender a "gerir como homens"?

permanecem esmagadoramente masculinos. No seu estudo de 324 gestores seniores de organizações multinacionais, constatou que as técnicas de gestão são dominadas muito mais pela cultura organizacional geral do que pelo género ou estilo pessoal dos gestores. Para as mulheres terem acesso ao poder e manter a sua influência, devem adaptar-se ao estilo de gestão prevalecente que enfatiza a liderança agressiva, tácticas duras e a tomada de decisão de cima para baixo.

Wajcman argumenta energicamente que as organizações são completamente moldadas pelo género, tanto de formas subtis como de formas óbvias. A cultura organizacional do dia-a-dia – incluindo a maneira como as pessoas falam umas com as outras – é dominada por interacções rápidas e competitivas. Apesar da quebra no assédio sexual aberto – já não tolerado na maioria das organizações – relações sexualizadas mais subtis permanecem salientes no local de trabalho e actuam frequentemente sobre mulheres desprivilegiadas. As redes sociais e os laços informais são elementos cruciais subjacentes a promoções no emprego e à progressão na carreira, mas continuam a funcionar ao estilo da "rede dos velhos rapazes" *. Muitas mulheres consideram estes factos alienantes e desconfortáveis, como explicou uma das participantes no estudo de Wajcman:

> Tu tens de ser um dos rapazes ... não me importo de ír até ao bar com os rapazes ... não me ofendo com as anedotas ... é assim que chegas ao topo ... começas a ver as falhas ou algo que não está muito bem e fazes uso disso ... Pessoalmente não gosto de jogar o jogo. Não merece o esforço (1998, p.128).

* Nota do revisor científico: no original inglês "old boys network" usado para descrever as redes de poder informal que unem os antigos alunos das escolas da elite britânitas.

Existem também razões para acreditar que é difícil às mulheres acostumarem-se a padrões tradicionais de orientação como o subjacente ao papel de mentor. O modelo de mentor tem sido tradicionalmente o do homem mais velho que "cuida" de um jovem protegido no qual revê traços de si mesmo quando era mais jovem. O mentor trabalharia nos bastidores para garantir os interesses do jovem empregado e facilitar futuros movimentos na carreira. É mais difícil replicar esta dinâmica entre velhos patrões e jovens empregadas, e não existem mulheres suficientes em posições seniores para servir de mentoras às mulheres jovens. Entre as participantes do estudo de Wajcman, era mais provável as mulheres citarem a falta de orientação na carreira como uma das grandes barreiras à sua progressão do que os homens.

Wajcman é céptica acerca das afirmações de que se aproxima uma nova era de organizações flexíveis e descentralizadas. Os seus resultados revelam que as formas tradicionais de gestão autoritária estão ainda firmemente presentes. Na sua opinião, alguns atributos superficiais das organizações poderão ter sido transformados, mas a natureza de género das organizações – e o poder hegemónico dos homens nas mesmas – não foi posta em questão.

E para lá da burocracia?

Durante bastante tempo, com o desenvolvimento das sociedades ocidentais, o modelo de Weber, muito semelhante ao de Foucault, deu bons resultados. No governo, na administração de hospitais, nas universidades e nas organizações empresariais, a burocracia parecia dominar. Mesmo que, como Peter Blau demonstrou, grupos sociais informais se desenvolvam sempre em contextos burocráticos e sejam realmente eficazes, tudo indicava que o futuro podia trazer o que Weber tinha antecipado: um crescimento constante da burocratização.

As burocracias ainda predominam no Ocidente, mas a ideia de Weber de que uma hierarquia de autoridade explícita, com o poder e saber concentrados no topo, é a única maneira de gerir grandes organizações, começa a parecer antiquada. Numerosas organizações estão a reestruturar-se no sentido de se tornarem menos (e não mais) hierarquizadas. Há mais de três décadas, Burns e Stalker concluíram que as estruturas burocráticas tradicionais podem sufocar a inovação e a criatividade em indústrias de "ponta" (1966); na indústria electrónica de hoje, poucos questionariam a importância destas descobertas. Partindo de rígidas estruturas de comando verticais, muitas organizações estão a voltar-se para modelos "horizontais" e cooperantes de forma a tornarem-se mais flexíveis e com capacidade de resposta às flutuações do mercado. Nesta secção iremos analisar algumas das principais forças por detrás destas mudanças, incluindo a globalização e o crescimento da tecnologia da informação, e considerar algumas formas pelas quais as organizações modernas mais recentes estão a reinventar-se a si próprias à luz das circunstâncias em tranformação.

Mudança organizacional: o modelo japonês

Muitas das mudanças que podemos agora observar em organizações à volta do mundo foram introduzidas primeiramente em companhias japonesas há algumas décadas atrás. Embora a economia japonesa tenha sofrido uma recessão nos últimos anos, foi fenomenalmente bem sucedida durante os anos 80. Este sucesso económico foi frequentemente atribuído a características específicas das grandes empresas japonesas – que diferem substancialmente da maioria das organizações empresariais do Ocidente.

As empresas japonesas divergem das características que Weber associou à burocracia de várias maneiras:

- *Tomada de decisão de baixo para cima* – As grandes empresas japonesas não formam uma pirâmide de autoridade como Weber retratava, em que os membros de cada nível apenas prestam contas aos que se encontram no nível imediatamente acima. Nas empresas japonesas, os trabalhadores subalternos da organização são consultados sobre as políticas que estão a ser ponderadas pela direcção e mesmo os executivos de topo reúnem-se regularmente com eles.
- *Menos especialização* – Nas organizações japonesas, os empregados especializam-se muito menos do que os seus pares no Ocidente. Os jovens trabalhadores que entram para uma empresa para uma posição de gestor estagiário passarão o seu primeiro ano a aprender como operam os vários departamentos da empresa. Irão depois rodar por

uma variedade de posições quer em filiais locais quer na sede nacional de forma a ganhar experiência em muitas das dimensões de actividade da companhia. Na altura em que os empregados atingirem o topo da carreira, alguns trinta anos após terem começado como estagiários, dominarão todas as tarefas importantes.

- *Segurança laboral* – As grandes companhias japonesas comprometem-se com o emprego vitalício daqueles que contratam; é garantido um trabalho ao empregado. O salário e a responsabilidade dependem mais da antiguidade – os anos que o trabalhador esteve na empresa – do que de uma luta competitiva por uma promoção.
- *Produção em grupo* – Em todos os níveis da empresa, as pessoas estão envolvidas em pequenas "equipas" cooperativas ou grupos de trabalho. Os grupos, e não os membros individuais, são avaliados em termos do seu desempenho. Ao contrário dos seus equivalentes no Ocidente, os organogramas das companhias japonesas – mapas do sistema de autoridade – mostram somente grupos e não posições individuais.
- *Fusão entre o trabalho e a vida privada* – Na descrição de Weber da burocracia há uma divisão clara entre o trabalho do indivíduo dentro da organização e as suas actividades exteriores. Isto passa-se de facto na maioria das empresas do Ocidente, nas quais as relações entre as firmas e os empregados são largamente de teor económico. As empresas japonesas, pelo contrário, respondem em muitos aspectos às necessidades dos seus empregados, esperando em troca um elevado grau de lealdade para com a firma. Os trabalhadores recebem da firma muitos benefícios materiais para além dos seus salários. A companhia de electrónica Hitachi, por exemplo, estudada por Ronald Dore (1973), fornecia alojamento para todos os empregados solteiros e para quase metade dos seus trabalhadores casados. Eram disponibilizados empréstimos por parte da empresa para a educação dos filhos e para ajudar a custear as despesas de casamentos e funerais.

Estudos efectuados sobre fábricas filiais de empresas japonesas localizadas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos da América indicam que o processo de tomada de decisão de "baixo para cima" funciona mesmo fora do Japão. Os trabalhadores parecem responder positivamente ao maior nível de envolvimento que estas fábricas permitem (White e Trevor, 1983). Por conseguinte, parece razoável concluir que o modelo japonês contribui com ensinamentos relevantes para a avaliação do conceito de burocracia de Weber. As organizações que se assemelham ao tipo ideal de Weber são provavelmente muito menos eficazes do que parecem em teoria, pois não permitem que os empregados de nível mais baixo desenvolvam um sentido de autonomia e de envolvimento nas suas funções.

Partindo do exemplo de companhias japonesas, Ouchi (1979, 1981) tem argumentado que existem limites claros à eficácia da hierarquia burocrática, como foi realçado por Weber. Dada a sua natureza rígida, inflexível e não envolvente, as organizações abertamente burocratizadas dão origem a "falhas internas" de funcionamento. As formas de autoridade a que Ouchi chama *clãs* – grupos que têm ligações pessoais próximas entre si – são mais eficientes do que os tipos burocráticos de organização. Os grupos de trabalho nas firmas japonesas são um exemplo, mas sistemas de tipo clã também se desenvolvem informalmente com alguma frequência nas organizações ocidentais.

A transformação da gestão

A maioria dos componentes do "modelo japonês" acima descrito resumem-se a questões de gestão. Embora seja impossível ignorar certas práticas de produção específicas desenvolvidas pelos japoneses, uma grande parte da abordagem japonesa está centrada nas relações entre a direcção e os trabalhadores e assegura que os empregados de todos os níveis sintam uma ligação pessoal à companhia. A ênfase no trabalho em equipa, as abordagens assentes na construção de consenso e na participação alargada dos trabalhadores contrastavam fortemente com as formas tradicionais de gestão ocidental que eram mais hierárquicas e autoritárias.

Nos anos 80, muitas organizações ocidentais começaram a introduzir novas técnicas de gestão de forma a fomentar a produtividade e a competitividade. Dois ramos populares da teoria da gestão – a *gestão de recursos humanos* e a abordagem da *cultura organizacional* – mostraram que o modelo japonês não tinha passado despercebido no Ocidente. A gestão de recur-

sos humanos (GRH) é um estilo de gestão que considera a força de trabalho da empresa como vital para a sua competitividade económica: se os trabalhadores não estiverem completamente dedicados à sua empresa e aos seus produtos, a empresa nunca será líder no seu campo. De forma a gerar entusiasmo e compromisso nos empregados, a cultura organizacional deve ser reestruturada de forma a que os trabalhadores sintam que têm um investimento no local de trabalho e no processo de trabalho. De acordo com a GRH, as questões dos recursos humanos não devem ser do domínio exclusivo dos "funcionários do departamento de pessoal", mas devem ser uma prioridade de topo de todos os membros da direcção.

A segunda tendência da gestão – a criação de uma **cultura organizacional** distinta – está relacionada de forma próxima com a GRH. De forma a promover a lealdade à companhia e o orgulho no seu trabalho, a direcção da companhia trabalha com os trabalhadores para construir uma cultura organizacional que envolve rituais, eventos e tradições próprias dessa companhia. Estas actividades culturais são planeadas para envolver e juntar todos os membros da firma – dos gestores seniores ao empregado mais recente – de forma a que se conheçam mutuamente e a solidariedade de grupo aumente. Os piqueniques das empresas, as "sextas-feiras informais" (dias em que os empregados podem vestir-se de forma mais prática) e os projectos comunitários patrocinados pela empresa são exemplos de técnicas de construção de uma cultura organizacional.

Nos últimos anos, um conjunto de companhias ocidentais foram fundadas de acordo com os princípios de gestão acima descritos. Em vez de se construírem de acordo com um modelo burocrático tradicional, empresas como a companhia de automóveis Saturn* nos Estados Unidos da América organizaram-se de acordo com estas novas linhas de gestão. Na Saturn, por exemplo, os empregados de todos os níveis gozam da oportunidade de ter pequenas experiências em posições de outras áreas de forma a ganharem um sentido mais apurado das operações da empresa no seu todo. Os trabalhadores da produção fabril passam tempo com a equipa de marketing, partilhando conhecimentos sobre o modo como os veículos são feitos. O pessoal das vendas roda no departamento de serviços para se tornar mais consciente dos problemas comuns da manutenção que podem preocupar possíveis clientes. Representantes das vendas e da produção são reunidos em equipas de planeamento de produtos de forma a discutir problemas de que a direcção podia não estar consciente nos modelos anteriores. Uma cultura organizacional centrada num serviço de apoio aos clientes simpático e competente unifica os empregados da empresa e aumenta o sentido de orgulho na mesma.

A tecnologia e as organizações modernas

Para as organizações modernas o reordenamento do tempo e do espaço é fundamental. Hoje em dia, as tecnologias da informação e da comunicação electrónica possibilitam que se transcenda o espaço e se controle o tempo segundo formas que eram desconhecidas até há relativamente pouco tempo. O facto de informação complexa, armazenada em computadores, poder ser transmitida para todo o mundo está a alterar muitos aspectos da nossa vida. Os processos de globalização que produzem e são produzidos por essas tecnologias estão também a modificar a própria forma de muitas organizações. Isto é particularmente verdade no caso de empresas que têm de competir entre si no mercado global.

Mais do que nunca, a rápida assimilação da tecnologia é um factor crítico para o sucesso. Podemos ver um exemplo claro disso no caso do comércio electrónico, que era relativamente desconhecido até aos anos 90. Agora, poucas pessoas afirmariam não estar familiarizadas com o mesmo – espera-se que o comércio electrónico atinja um valor mundial de 1 trilião de dólares em 2002. É frequentemente fácil esquecer que a internet, a World Wide Web e o correio electrónico são também inovações tecnológicas relativamente recentes. Num pequeno período de tempo, estes desenvolvimentos tecnológicos tornaram-se centrais para muitos aspectos das nossas vidas quotidianas.

Actualmente, as organizações enfrentam novos desafios e oportunidades face às quais os velhos procedimentos parecem antiquados ou irrelevantes. Uma série de tarefas básicas – como comunicar com parceiros de negócios, encomendar suprimentos e fazer o marketing de produtos – estão a ser transformadas pelo potencial das novas tecnologias. Livros de registos, facturas de papel, materiais de promoção impres-

* Nota do revisor científico: Companhia constituída pela General Motors, destinada à produção de veículos baratos.

sos e viagens de negócios estão a dar lugar à facturação e a pagamentos electrónicos, aos *sites* de internet elaborados com informação sobre os produtos e às teleconferências em tempo real entre continentes ou zonas temporais.

As organizações têm de *estar* em algum lado, não é verdade? Era certamente o que pensava Foucault. De forma relevante, a sua opinião é válida. A área empresarial de qualquer grande cidade, com os seus imponentes edifícios e arranha-céus, é um testemunho da necessidade da sua afirmação. Estes edifícios que albergam os executivos e o pessoal de grandes empresas, bancos e instituições financeiras, tendem a estar concentrados numa pequena área.

Contudo, ao mesmo tempo, as grandes organizações de hoje não estão em "lugar algum". Consistem tanto em indivíduos e grupos dispersos como em núcleos que trabalham no mesmo espaço físico em edifícios de escritórios. Em parte, isto passa-se assim devido à facilidade com que as pessoas podem hoje em dia comunicar instantaneamente com outras à volta do globo. Deve-se também à importância cada vez maior da diferenciação, já que tantos bens materiais, para a modelagem da nossa vida social.

As mercadorias e os lugares físicos não podem ocupar o mesmo espaço simultaneamente, mas os lugares físicos e a informação, uma série de aparelhos electrónicos, podem. Assim, as próprias organizações não têm de estar tão limitadas a "estar" em algum lugar como acontecia antigamente. Por exemplo, onde se localiza a bolsa de valores da Grã-Bretanha? Situa-se em Londres, na City, onde os corretores andam numa correria trocando papéis e documentos? Hoje em dia já não. A bolsa de valores não é, como o eram os antigos mercados, um lugar físico de compra e venda de acções e títulos. Poder-se-ia dizer que está em todos e em nenhum lugar. A bolsa de valores consiste num grande número de corretores, a maioria dos quais trabalha através de computador a partir de diferentes escritórios e lugares, que estão em contacto permanente com os seus colegas de Nova Iorque, Paris, Tóquio e Frankfurt.

O comércio electrónico e a actividade financeira electrónica fornecem outro exemplo do modo como as organizações dos nossos dias se podem localizar simultaneamente em todos os lugares e em lugar algum. Embora muitas companhias *online* tenham uma base física a partir da qual são geridas ou na qual os seus produtos são armazenados, um número crescente de negócios de internet, como bancos e corretores electrónicos, conduzem as suas operações exclusivamente no ciberespaço. Embora estejam registados física e oficialmente em determinado lugar, para fins de taxação de impostos e procedimentos legais, quase todas as suas interacções com os clientes e fornecedores ocorrem *online*. Para os clientes de empresas de serviços é bastante irrelevante saber onde a companhia se encontra fisicamente localizada, pois está convenientemente acessível na internet a partir de qualquer ponto do globo.

As nações ainda tentam influenciar os fluxos de informação, de recursos e de divisas através das suas fronteiras. Mas as modernas tecnologias de informação tornam isso cada vez mais difícil, se não mesmo impossível. A informação e as divisas podem ser transferidas electronicamente por todo o mundo à velocidade da luz.

O vasto poder das multinacionais é examinado em "As empresas transnacionais", pág. 57

As organizações enquanto redes

Tradicionalmente, a identificação das fronteiras das organizações era bastante simples. As organizações estavam geralmente localizadas em espaços físicos definidos, como um edifício de escritórios, um conjunto de salas, ou no caso de um hospital ou universidade, num campo hospitalar ou universitário. A missão ou tarefas que a organização se propunha realizar eram normalmente também evidentes. Uma característica central das burocracias, por exemplo, era a adesão a um conjunto definido de responsabilidades e procedimentos para as cumprir. A visão de Weber da burocracia era a de uma unidade auto-suficiente que intersectava com entidades exteriores em pontos limitados e previamente designados.

Já vimos anteriormente como as fronteiras físicas das organizações estão a ser esbatidas pela capacidade das novas tecnologias de informação para transcender países e zonas temporais. Mas esse mesmo processo está também a afectar o trabalho feito pelas organizações e a forma como este é coordenado. Muitas organizações já não operam, como anteriormente, como unidades independentes. Um número crescente está a descobrir que as suas operações se desenvolvem mais

eficazmente quando estão ligadas numa rede de complexas relações com outras organizações e companhias. Já não existe uma linha de divisão clara entre a organização e os grupos externos. A globalização, as tecnologias de informação e as tendências nos padrões ocupacionais significam que as fronteiras das organizações estão mais abertas e fluidas que nunca.

Na obra *The Rise of the Network Society* (1996), Manuel Castells argumenta que a "empresa em rede" é a forma organizacional mais adequada a uma economia global de informação. Com isto, o autor quer dizer que é cada vez mais impossível às organizações – sejam elas grandes empresas ou pequenos negócios – sobreviver se não fizerem parte de uma rede. O que permite a ocorrência do processo de ligação em rede é o crescimento da tecnologia de informação: as organizações à volta do globo são capazes de se localizarem umas às outras, entrar rapidamente em contacto e coordenar actividades conjuntas através de meios electrónicos. Castells cita vários exemplos de redes organizacionais e sublinha que tiveram a sua origem em contextos culturais e institucionais diversos. De acordo com Castells, todavia, todas representam "diferentes dimensões de um processo fundamental", o da desintegração da burocracia racional tradicional.

Embora existam muitos exemplos de redes organizacionais, vamos considerar dois casos ilustrativos. O primeiro envolve a popular cadeia de vestuário Benetton, que tem 5000 lojas em cidades em todo o mundo. À primeira vista, poderá pensar-se que a Benetton não é particularmente diferente de qualquer outra marca de roupa comercializada mundialmente. Mas, de facto, a Benetton é um exemplo de um tipo particular de organização em rede tornada possível pelos avanços da tecnologia de informação. As lojas Benetton em todo o mundo são *franchises* dirigidos por indivíduos que não são empregados directamente pela Benetton, mas que fazem parte de um grande complexo destinado a produzir e a vender os produtos Benetton.

Toda a operação se baseia num princípio de rede: a firma central Benetton na Itália subcontrata encomendas de produtos a industriais com base na procura das suas lojas em todo o mundo. Computadores ligam as várias partes da rede de forma a que a loja de Moscovo, por exemplo, possa mandar um feedback específico e informação para a central em Itália acerca das remessas de que necessita. Enquanto os outros retalhistas internacionais de moda introduzem um conjunto idêntico de produtos nas suas lojas a nível mundial, a estrutura da Benetton permite-lhe personalizar as encomendas para as suas lojas de franchise. Em vez de fazer contratos regulares com os fornecedores, a Benetton pode reagir ao mercado e pedir à sua rede alargada de parceiros que forneçam os serviços quando necessário (Clegg, 1990).

Um segundo exemplo de organizações enquanto redes pode ser encontrado nas poderosas alianças estratégicas entre companhias de topo. Cada vez mais a grande corporação é menos uma grande empresa e mais uma "rede de empresas" – uma organização central que liga entre si pequenas firmas. A Internacional Bussiness Machines (IBM), por exemplo, era uma empresa em grande parte auto-suficiente e prudente quanto a parcerias com outras. Porém, nos anos 80 e em princípios dos anos 90, a IBM juntou-se a dúzias de companhias americanas e a mais de 80 companhias estrangeiras para partilhar o planeamento estratégico e lidar com problemas de produção.

Recentes fusões de alto nível entre companhias de meios de comunicação social e de telecomunicações mostraram que mesmo empresas grandes e lucrativas se sentem pressionadas para se manter à frente de um mercado em rápida mudança. As intenções da AOL, o popular servidor de internet, e da Time-Warner, o grande gigante da televisão e da imprensa, subjacentes às suas propostas de fusão eram construir a maior empresa mundial e ligar entre si a internet e os produtos dos meios de comunicação social tradicionais. Numa altura em que a inovação tecnológica é essencial para se manterem competitivas, é difícil, mesmo para as empresas líderes, permanecer no topo sem recorrer às competências e aos recursos de outras.

A "descentralização" é outro processo que contribui para que as organizações funcionem como redes. As burocracias altamente centralizadas de que falava Weber são demasiado pesadas e estão excessivamente concentradas nas suas formas pré-estabelecidas de agir para lidar com a mudança quando esta se torna simultaneamente mais profunda e rápida. Stanley Davis defende que à medida que as empresas, assim como outros tipos de organizações, se transformam cada vez mais em redes, passam também por um processo de *descentralização* através do qual o poder e a responsabilidade são devolvidos de cima para baixo ao longo da organização, em vez de ficarem concentrados nos níveis de topo (1988).

O debate em torno da desburocratização

Um dos principais debates no seio da sociologia das organizações consiste em saber se estamos a assistir ao declínio gradual das burocracias de estilo weberiano – o processo de desburocratização – ou se as burocracias continuam a ser a forma organizacional típica na sociedade. Existe pouco consenso entre os sociólogos acerca do modo como se devem entender as mudanças n strutur rg iz ci ais, , d fact , acerca d se saber em que medida estas alterações representam verd d ir dança . Ir mos abaixo considerar as perspectivas de três autores que contribuem para o debate: Henry Mintzberg, Stuart Clegg e George Ritzer.

A emergência da "adhocracia"

Henry Mintzberg argumenta que não existe um modelo burocrático único (1979). Em vez disso, existe uma variedade de estruturas organizacionais que respondem a diferentes necessidades – desde burocracias complexas para lidar com as exigências de um comércio multinacional a burocracias profissionais constituídas por especialistas com formação como trabalhadores sociais e professores. Cita quatro tipos de burocracias "tradicionais" que são adequadas para a realização de determinadas tarefas em ambientes de mercado estáveis; todas estas formas organizacionais são variações do modelo de burocracia weberiano.

Mintzberg identifica também uma quinta forma organizacional – a "adhocracia" – e sugere que esta se está a tornar mais comum com o tempo e a mudança de circunstâncias. Ao contrário das outras formas de burocracia, a "adhocracia" não realiza tarefas estandardizadas de acordo com procedimentos preestabelecidos. De facto, tanto as suas funções como a sua composição estão constantemente em mudança! Na perspectiva de Mintzberg, a "adhocracia" assenta no trabalho em equipa entre pequenos grupos de técnicos de diversas origens que se juntam para trabalhar em projectos descontínuos ou para resolver problemas específicos. Em campos como a publicidade ou a consultoria, a "adhocracia" está a desempenhar um papel cada vez maior: os indivíduos são convidados a contribuir com a sua perícia para projectos específicos, mas não são necessariamente empregados regulares da organização. A "adhocracia" é por definição fluida e flexível. Como tal é adequada à inovação e à resolução criativa de problemas, e menos apropriada para realizar funções especializadas numa base regular.

Mintzberg admite que a "adhocracia" não pode substituir a eficiência estável das formas tradicionais de burocracia. Em vez disso, representa uma alternativa dinâmica numa altura em que os mercados mudam rapidamente e estão a ser exigidas constantemente novas abordagens.

Ver também a discussão sobre "Tendências no sistema ocupacional", pág. 378

A organização pós-moderna

Se o modelo de burocracia de Weber tipificou as organizações no decurso da idade moderna, alguns sociólogos argumentam que as mudanças ocorridas no âmbito das burocracias estão a dar origem a "organizações pós-modernas" (para as implicações teóricas do termo "pós-moderno" ver "A teoria pós-moderna", pág. 676). Stuart Clegg é um dos académicos que acredita que a previsão de Weber acerca de uma racionalização e centralização crescentes não se tornou realidade. O autor aponta para uma série de tendências das organizações contemporâneas para explicar a sua posição.

Clegg está preocupado com a influência dos contextos culturais sobre as formas das organizações. Sugere que os valores e estilos de vida inerentes a culturas específicas afectam o modo como as organizações operam e podem prevenir o domínio em larga escala das estruturas burocráticas. No caso das padarias francesas, por exemplo, as técnicas estandardizadas de produção em massa são ignoradas a favor de operações em pequena escala que produzem pão fresco para comunidades locais. O processo não é particularmente eficiente – os empregados trabalham muitas horas por ordenados pequenos e os clientes têm que comprar pão todos os dias devido à curta vida do produto. Porém, os produtos de padaria frescos são uma parte essencial da cultura e da vida diária francesa; os esforços para introduzir pão produzido em massa no mercado foram totalmente mal sucedidos. Neste caso, as preferências culturais superaram o impulso para a racionalização e a eficiência, e as pequenas padarias prevaleceram (1990).

De acordo com Clegg, outra característica das organizações pós-modernas é a da *des-diferenciação*. Com

isto o autor refere-se a uma tendência para o abandono de tarefas rotineiras especializadas face aos desenvolvimentos de competências mais amplas e diversas. Enquanto os empregados das organizações modernas eram responsáveis por funções especificamente definidas, como completar um certo passo de uma linha de montagem ou inserir na base de dados os dados de determinado documento, os trabalhadores das organizações pós-modernas estão envolvidos em muitos mais passos do processo. O exemplo anterior da companhia de automóveis Saturn, em que os empregados da fábrica participavam nas equipas de desenho dos produtos, ilustra a ideia de "des-diferenciação". Nas organizações pós-modernas ser competente em muitas áreas de uma função é mais importante do que desenvolver uma especialidade rotineira. Não é surpreendente, talvez, que Clegg e outros que acreditam na emergência de organizações pós-modernas considerem os japoneses como os pioneiros nesta forma de organização.

A "McDonaldização" da sociedade?

Nem todos concordam que a nossa sociedade e as suas organizações se estão a afastar da visão weberiana de burocracias rígidas e metódicas. Alguns críticos salientam que um conjunto de casos de grande visibilidade – como a empresa de automóveis Saturn ou a Benetton – são aproveitados pelos meios de comunicação social e pelos comentadores, que por sua vez anunciam o nascimento de uma tendência que de facto não existe. Argumentam que a ideia de que assistimos a um processo de desburocratização é exagerada.

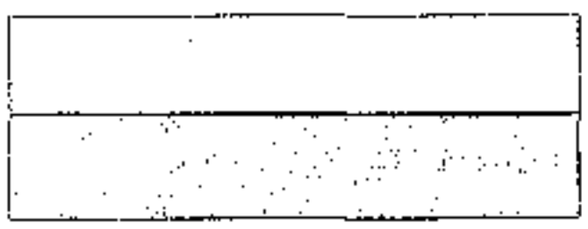
Numa contribuição para o debate sobre a desburocratização, George Ritzer desenvolveu uma metáfora vívida para ilustrar a sua visão das transformações que estão a ter lugar nas sociedades industrializadas. Argumenta que, embora algumas tendências face à desburocratização tenham de facto emergido, no conjunto aquilo a que assistimos é à "McDonaldização" da sociedade! De acordo com Ritzer, a McDonaldização é o "processo pelo qual os princípios em que assentam os restaurantes de comida rápida estão a dominar um número cada vez maior de sectores da sociedade americana bem como do resto do mundo". Ritzer utiliza os quatro princípios orientadores dos restaurantes da McDonald's – eficiência, cálculo, uniformidade e controlo através da automação – para demonstrar que, com o tempo, a nossa sociedade está a tornar-se cada vez *mais* racionalizada (1996).

Se já visitou um restaurante da McDonald's em duas cidades ou países diferentes, reparou que existem muito poucas diferenças entre eles. A decoração interior pode variar ligeiramente e a linguagem utilizada irá muito provavelmente variar de país para país, mas a aparência exterior, os menus, o procedimento para encomendar, os uniformes do pessoal, as mesas, a embalagem e o "serviço com um sorriso" são virtualmente idênticos. A "experiência McDonald's" está planeada para ser a mesma quer esteja em Bogotá ou Beijing. Seja onde for que se encontrem, os visitantes de um McDonald's sabem que podem esperar um serviço rápido com um mínimo de barulho e produtos estandardizados que são seguramente consistentes. O sistema McDonald's é construído deliberadamente para maximizar a eficiência e minimizar a responsabilidade e o envolvimento humano no processo. Excepto no que toca a certas tarefas-chave, como a recepção de encomendas ou pressionar os botões de iniciar e parar dos equipamentos de cozinha, as funções dos restaurantes estão altamente automatizadas e realizam-se em grande medida por si mesmas.

Ritzer argumenta que a sociedade como um todo está a mover-se no sentido de um modelo altamente estandardizado e regulado para obter as coisas feitas. Muitos aspectos das nossas vidas, por exemplo, envolvem agora interacções com sistemas automáticos e computadores em vez de seres humanos. Os correios electrónicos e de voz estão a substituir as cartas e as chamadas telefónicas, o comércio electrónico ameaça ultrapassar as viagens às lojas, as máquinas dos bancos estão a ultrapassar em número os caixas dos bancos e as comidas embaladas oferecem uma opção mais rápida do que cozinhar. Se tentou telefonar recentemente para uma grande organização, como uma companhia aérea ou uma companhia de seguros de automóveis, saberá que é praticamente impossível falar com um ser humano! Concebem-se serviços de informação automáticos sensíveis à voz para responder aos seus pedidos; apenas em certos casos será posto em contacto com um empregado da companhia. Sistemas computadorizados de todos os tipos estão a desempenhar um papel cada vez maior nas nossas vidas diárias. Ritzer, como Weber antes dele, está receoso quanto aos efeitos prejudiciais da racionalização sobre o espírito e a criatividade humana. Argumenta que a McDonaldização está a tornar a vida social mais homogénea, mais rígida e menos pessoal.

Conclusão

Estarão as redes, a tomada de decisão de baixo para cima e a tecnologia de informação a afastar-nos completamente da visão pessimista de Weber acerca do futuro da burocracia? Alguns autores têm sugerido que sim, mas é necessário lidar com cautela com esta perspectiva. Os sistemas burocráticos são mais fluidos internamente do que Weber considerava e estão cada vez a enfrentar o desafio de outras organizações menos hierarquizadas, mas provavelmente não chegarão a desaparecer, como os dinossauros. Num futuro próximo é provável que continue a existir uma oposição entre tendências para organizações de grande dimensão, impessoais e hierarquizadas, por um lado, e, por outro, influências no sentido oposto.



1 As organizações desempenham presentemente um papel central nas nossas vidas. Pode definir-se uma organização como uma associação grande de pessoas constituída para alcançar determinados objectivos. Entre os exemplos de organizações incluem-se empresas, institutos, escolas, universidades, hospitais e prisões.

2 Todas as organizações modernas são, de certa forma, de natureza burocrática. A burocracia implica uma hierarquia definida de autoridade; regras escritas que dirigem a conduta dos funcionários (que trabalham a tempo inteiro e recebem um salário); e a separação entre as funções do funcionário dentro da organização e a sua vida no exterior. Os membros das organizações não são donos dos recursos materiais com que trabalham. Max Weber defendeu que a burocracia moderna é um meio altamente eficaz de organizar um grande número de pessoas e que assegura que as decisões são tomadas de acordo com critérios comuns.

3 Existe uma tendência para o desenvolvimento de redes informais a todos os níveis, tanto dentro das organizações como entre elas. O estudo destas ligações informais é tão importante como o estudo das características formais em que Weber se concentrou.

4 Alguns elementos inerentes à burocracia podem interferir com o seu funcionamento. O ritualismo burocrático é uma situação em que os procedimentos oficiais são mantidos como um fim em si mesmo, mesmo quando outra solução pode ser mais apropriada. Outra dificuldade potencial é a de regras burocráticas tomarem, por vezes, precedência sobre os objectivos subjacentes à organização. A burocracia parece ser mais adequada à realização de tarefas de rotina do que a lidar com ambientes de trabalho imprevisíveis.

5 O trabalho de Michel Foucault debruça-se sobre a forma como os cenários físicos das organizações influenciam fortemente as suas características sociais. A arquitectura das organizações modernas está estreitamente relacionada com a vigilância como meio de assegurar a obediência dos subordinados em relação aos que detêm uma posição de autoridade. A vigilância consiste na supervisão das actividades das pessoas, bem como na manutenção de ficheiros e dados sobre elas.

6 A lei de ferro da oligarquia sugere que em grandes organizações, e na sociedade no seu todo, o poder se torna inevitavelmente centralizado, dificultando a democracia. Alguns identificaram uma tensão entre burocracia e democracia. Por um lado, os processos de longa duração da centralização da tomada de decisão estão associados ao desenvolvimento das sociedades modernas. Por outro lado, uma das características principais dos últimos dois séculos tem sido a existência de uma pressão cada vez maior a favor da democracia. Estas tendências entram em conflito, sem que nenhuma predomine.

7 As organizações modernas desenvolveram-se como instituições moldadas pelo género. As mulheres foram tradicionalmente segregadas para certas categorias ocupacionais que apoiam a capacidade dos homens para avançar nas suas carreiras. Nos últimos anos, as mulheres têm entrado em maior número em posições técnicas e de gestão, mas há quem acredite que adoptaram um estilo de gestão tradicionalmente masculino de forma a obter sucesso nos níveis de topo.

8 As grandes organizações começaram a reestruturar-se nos últimos anos de forma a tornarem-se menos burocráticas e mais flexíveis. Muitas firmas ocidentais adoptaram aspectos dos sistemas de gestão japoneses: mais consulta aos trabalhadores de níveis inferiores pelos gestores executivos; pagamento e responsabilidade relacionados com a antiguidade; e avaliação do desempenho de grupos, em vez do de indivíduos.

9 A nova tecnologia de informação está a mudar a forma como as organizações trabalham. Muitas tarefas podem ser agora realizadas electronicamente, um facto que permite às organizações transcenderem o tempo e o espaço. As fronteiras físicas das organizações estão a ser esbatidas pelas capacidades da nova tecnologia. Muitas organizações trabalham agora em grandes redes, em vez de em unidades auto-suficientes.

10 Por desburocratização entende-se o processo de declínio gradual das burocracias de estilo weberiano como forma organizacional dominante.

PARA REFLEXÃO

1 Quais são as vantagens de se agir de uma forma burocrática?
2 Porque é que nas organizações as pessoas se afastam tão frequentemente dos procedimentos formais?
3 O que têm em comum as escolas, os hospitais e as prisões?
4 Serão as grandes organizações "fundamentalmente marcadas" por valores masculinos?
5 Como é que as organizações em rede conseguem estar em todos e em nenhum lugar?
6 Porque existe uma relação tão complexa entre a burocracia e a democracia?

ADICIONAIS

Manuel Castells, *The Rise of the Network Society* (Oxford: Blackwell, 1966).

Stuart Clegg, *Modern Organizations: Organizational Studies in the Postmodern World* (Londres: Sage, 1990).

David Lyon, *The Electronic Eye: The Rise of Surveillance Society* (Cambridge: Polity, 1994).

A INTERNET

Centro para a Sociologia das Organizações (CNRS, Paris)
http://www.cso.edu

Jornal electrónico da Radical Organisation Theory, que disponibiliza números anteriores
http://www.mngt.waitako.ac.nz/research/ejrot/

Site de Foucault
http://www.qut.edu.au/edu/cpol/foucault/links.html

13 O Trabalho e a Vida Económica

O que é o trabalho? 377
O trabalho remunerado e o não remunerado 377
Tendências no sistema ocupacional 378
A economia do conhecimento 379
A divisão do trabalho e a depêndencia económica 381
O Taylorismo e o Fordismo 384
As limitações do Fordismo e do Taylorismo 386
A transformação do trabalho 386
O Pós-Fordismo 386
A produção flexível 387
A produção em grupo 387
O «trabalhador polivalente» 388
Críticas ao Pós-Fordismo 389
As mulheres e o trabalho 389
As mulheres e o local de trabalho: uma visão histórica 392
O crescimento da participação das mulheres na actividade económica 392
Género e desigualdades no trabalho 393
A desigualdade salarial 395
As desigualdades de género a nível ocupacional estarão a desaparecer? 399
A divisão doméstica do trabalho 400
O trabalho e a família 402
A relação problemática entre família e trabalho 402
As políticas laborais de «apoio à família» 405
O desemprego 409
Análise do desemprego 410
O desemprego na Grã-Bretanha 411
A experiência do desemprego 412
A precarização do trabalho 413
O aumento da precarização do trabalho 414
Os efeitos nocivos da precarização do trabalho 415
O fim do «emprego para toda a vida»? 416
Declínio da importância do trabalho 417
Sumário 418
Questões ara reflexão 420
L-itur-s -dicio--is 420
Ligações à Internet 421

Capítulo 13: O Trabalho e a Vida Económica

Tal como tantos outros aspectos da sociedade, o trabalho e a vida económica estão a conhecer enormes transformações. Ao que parece, somos sistematicamente confrontados com o discurso do "fim das carreiras", com notícias sobre fusões empresariais e redução do número de efectivos, e discursos contraditórios sobre o impacto das tecnologias de informação no local de trabalho. Todavia, para além destes aspectos públicos dos padrões de trabalho contemporâneos, os sociólogos estão interessados em saber de que forma as mudanças no trabalho afectam a vida privada dos indivíduos e das famílias.

Uma forma de compreender a dimensão da mudança na vida económica actual consiste em considerar as trajectórias profissionais, radicalmente diferentes, que têm surgido no espaço de uma única geração. O sociólogo Richard Sennett analisa este aspecto na sua recente investigação sobre os efeitos do trabalho contemporâneo no carácter pessoal. Sennett compara e contrasta as vidas e carreiras de pais e filhos para focar a transformação ocorrida na experiência do trabalho (Sennett 1998).

Há vinte cinco anos, num estudo sobre trabalhadores de colarinho azul em Boston, Sennett traçou o perfil de Enrico, um imigrante italiano que passou os seus anos de trabalho como porteiro num edifício de escritórios na baixa desta cidade. Embora não gostasse das precárias condições de trabalho e do baixo salário, o emprego proporcionava a Enrico um sentido de respeito por si próprio e uma forma "honesta" de cuidar da sua mulher e filhos. Durante quinze anos, Enrico limpou toalhas e esfregou o chão dia após dia até conseguir pagar uma casa num subúrbio da cidade. Apesar de não ser atractivo, o seu trabalho era seguro, protegido por um sindicato, e Enrico e sua mulher podiam planear o seu futuro e o dos seus filhos com confiança. Enrico soube com bastante antecedência quando se iria reformar e quanto dinheiro teria à sua disposição. Tal como Sennett notou, o trabalho de Enrico "tinha um propósito único e durável, servir a sua família". Embora estivesse orgulhoso do seu árduo e honesto trabalho, Enrico não queria o mesmo futuro para os seus filhos. Era importante criar condições para que os seus filhos pudessem ascender.

Como descobriu Sennett quinze anos mais tarde, num encontro ocasional com Rico, filho de Enrico, as crianças ascenderam efectivamente. Rico concluiu a licenciatura em engenharia antes de ir para uma escola de gestão em Nova Iorque. Nos catorze anos que se seguiram à sua licenciatura, Rico construiu uma carreira altamente lucrativa e ascendeu aos cinco por cento do topo da escala salarial. Rico e sua mulher, Jeanette, mudaram-se pelo menos quatro vezes no decurso do seu casamento para progredirem nas suas respectivas carreiras. Rico e Jeanette, ao enfrentarem riscos e manterem-se abertos à mudança, adaptaram-se aos tempos turbulentos e enriqueceram. Apesar do seu sucesso, a história não é totalmente feliz. Rico e sua mulher preocupam-se por estarem em risco de "perder o controlo das suas vidas". Como consultor, Rico sente a falta de controlo sobre o tempo e o seu trabalho: os contratos são vagos e mudam constantemente; não tem um papel fixo e o seu destino está largamente entregue ao destino dos seus contactos. De forma similar, Jeanette sente que o seu vínculo ao emprego é ténue. Jeanette gere uma equipa de contabilistas geograficamente dispersos: alguns trabalham em casa, outros no escritório, e outros ainda a milhares de milhas de distância, noutro ramo da empresa. Na gestão desta equipa "flexível", não pode confiar exclusivamente nas interacções face-a-face e no conhecimento pessoal do trabalho de um indivíduo. Em vez disso, Jeanette gere à distância, recorrendo ao correio electrónico e ao telefone.

Devido às suas constantes deslocações por todo o país, as boas amizades de Rico e Jeanette têm desaparecido; os novos vizinhos e comunidades nada sabem sobre o seu passado: de onde vêm ou que pessoas são. Como escreve Sennett, "a natureza efémera da amizade e da comunidade local constituem o pano de fundo da principal preocupação de Rico, a sua família". Em casa, Rico e Jeanette descobrem que as suas vidas profissionais interferem na sua capacidade para cumprir os seus objectivos de pais. As horas de trabalho são muitas e o casal preocupa-se com o facto

de poder negligenciar os seus filhos. Mas mais problemático do que fazer malabarismos com tempo e horários é, contudo, o facto de poderem estar a dar um mau exemplo. Enquanto tentam ensinar aos seus filhos o valor do trabalho árduo, do compromisso e dos objectivos a longo prazo, temem que as suas próprias vidas contem uma história diferente: Rico e Jeanette são exemplos da forma de trabalho flexível e de curto prazo que tem vindo a ser privilegiada na sociedade da modernidade tardia. As suas trajectórias profissionais caracterizam-se pela mudança constante, pelos compromissos temporários e investimentos de curto prazo nas tarefas que executam. O casal apercebe-se de que, na sociedade veloz da actualidade, "as qualidades do bom trabalho não são as qualidades do bom carácter".

Neste capítulo iremos analisar a natureza do trabalho nas sociedades modernas e observar as mudanças que actualmente mais afectam a vida económica. Ao fazer isso, iremos então considerar com mais detalhe alguns dos desafios e oportunidades com que se confrontam Rico, Jeanette e muitos outros inidvíduos que têm de lidar com novas e "flexíveis" condições de trabalho.

O que é o trabalho?

Para a maioria dos indivíduos o trabalho é, de todas as actividades, a que ocupa a maior parte das suas vidas. Associamos, frequentemente, a noção de trabalho a escravidão – um conjunto de tarefas que pretendemos minimizar e, se possível, a que queremos escapar.

O trabalho é mais do que escravidão, ou as pessoas não se sentiriam tão perdidas e desorientadas quando ficam desempregadas. Como se sentiria se pensasse que nunca mais encontraria um emprego? Nas sociedades modernas ter um emprego é importante para se preservar o respeito por si próprio. Mesmo quando as condições de trabalho são relativamente desagradáveis e as tarefas a realizar monótonas, o trabalho tende a ser um elemento estruturante na constituição psicológica das pessoas e no ciclo das suas actividades diárias.

Há diversas características do trabalho que são relevantes a este respeito:

- *Dinheiro* – O salário é a principal fonte de rendimento de que a maioria das pessoas depende para fazer face às suas necessidades. Sem esse rendimento, as ansiedades na gestão do quotidiano tendem a aumentar.
- *Nível de actividade* – O trabalho fornece frequentemente uma base para a aquisição e o exercício de certas capacidades. Mesmo quando o trabalho é rotineiro, fornece um ambiente estruturado no qual as energias de uma pessoa podem ser absorvidas. Sem ele, as oportunidades para exercitar tais capacidades poderão ser reduzidas.
- *Variedade* – O trabalho possibilita o acesso a contextos que contrastam com os ambientes domésticos. Na esfera do trabalho, mesmo quando as tarefas são relativamente aborrecidas, os indivíduos podem apreciar fazer qualquer coisa diferente das suas actividades domésticas.
- *Estrutura Temporal* – Para os indivíduos com um emprego fixo, o dia encontra-se habitualmente organizado de acordo com o ritmo de trabalho. Embora este possa ser, por vezes, opressivo, dá um sentido às actividades diárias. Aqueles que estão desempregados têm frequentemente como maior problema o aborrecimento e desenvolvem um sentido de apatia em relação ao tempo.
- *Contactos sociais* – O ambiente de trabalho possibilita a criação de laços de amizade e a oportunidade de partilhar actividades com os outros. Fora do local de trabalho, o círculo de possíveis amizades e conhecimentos reduzir-se-á provavelmente.
- *Identidade pessoal* – O trabalho é habitualmente valorizado pelo sentido de identidade social estável que oferece. Para os homens, em particular, a auto-estima está frequentemente ligada à contribuição económica que dão para as despesas domésticas.

Face aos itens que constam desta lista, não é difícil perceber porque é que estar sem trabalho pode diminuir a confiança dos indivíduos no seu valor social.

O trabalho remunerado e o não remunerado

Consideramos muitas vezes como trabalho apenas aquele que é remunerado. No entanto, este é um ponto de vista demasiado simplista. O trabalho não remunerado (como o trabalho doméstico ou a reparação do próprio carro) fazem parte da vida de muitas

pessoas. Muitos tipos de trabalho não se inserem dentro das categorias ortodoxas do trabalho remunerado. Muito do trabalho realizado na economia informal não é registado directamente nas estatísticas oficiais de emprego. O termo economia informal refere-se a transações fora da esfera do emprego regular, que implicam, por vezes, a troca de dinheiro por serviços prestados, mas que também implicam frequentemente a troca directa de bens ou serviços.

A pessoa que vem a nossa casa arranjar uma televisão, por exemplo, pode ser paga em dinheiro sem haver recibo ou factura detalhada do trabalho efectuado. As pessoas trocam bens «baratos» – roubados – com amigos ou sócios em troca de outros favores. A economia informal inclui não apenas transacções «ocultas» de dinheiro, como muitas formas de *auto-aprovisionamento* que as pessoas efectuam em casa e fora dela. As actividades efectuadas pelos próprios, as ferramentas e os aparelhos domésticos, por exemplo, proporcionam serviços e bens que de outra forma teriam de ser pagos (Gershuny e Miles, 1983).

O trabalho doméstico, que tem sido tradicionalmente, na sua maioria, levado a cabo pelas mulheres, habitualmente não é remunerado. No entanto, é um trabalho frequentemente bastante duro e exaustivo. O trabalho voluntário para obras de caridade ou outras organizações desempenha um papel social relevante. Ter um trabalho remunerado é importante, por todas as razões anteriormente enunciadas – mas a categoria «trabalho» é mais abrangente.

Podemos definir o trabalho, remunerado ou não, como a realização de tarefas que envolvem o dispêndio de esforço mental e físico, com o objectivo de produzir bens e serviços para satisfazer necessidades humanas. Uma ocupação ou emprego é um trabalho efectuado em troca de um pagamento ou salário regular. O trabalho é, em todas as culturas, a base da economia. O sistema económico consiste em instituições que tratam da produção e distribuição de bens e serviços.

Tendências no sistema ocupacional

O trabalho é sempre intrínseco a todo o sistema económico. Nas sociedades modernas, o sistema económico depende da produção industrial. A indústria moderna, tal como tem sido sublinhado noutras partes do livro, difere, no essencial, dos sistemas de produção pré-modernos baseados sobretudo na agricultura. A maioria das pessoas trabalhava nos campos ou cuidava dos animais. Nas sociedades modernas, pelo contrário, só uma pequena percentagem da população trabalha na agricultura e o próprio cultivo da terra se tornou industrializado – é levado a cabo em grande escala mais por máquinas do que manualmente.

A indústria moderna está em constante transformação – o desenvolvimento tecnológico é uma das suas principais características. Por tecnologia entende-se o uso da ciência na invenção e desenvolvimento de máquinas para atingir uma maior produtividade. A natureza da produção industrial também muda devido a influências sociais e económicas mais amplas. Se considerarmos o sistema ocupacional dos países industrializados durante o século XX podemos observar profundas alterações impulsionadas pela economia global e pelos avanços tecnológicos no tipo de trabalho desempenhado. No início do século, o mercado de trabalho era dominado pelo trabalho manual de "colarinho azul", tendência que, posteriormente, viria a sofrer uma inversão no sentido do crescimento do trabalho de "colarinho branco" no sector dos serviços (figuras 13.1 e 13.2).

Em 1900, mais de três quartos da população empregada executava trabalho manual (colarinho azul). Cerca de 28 por cento destes eram trabalhadores especializados, 35 por cento semiespecializados e 10 por cento sem especialização. A meio do século, os trabalhadores manuais perfaziam menos de dois terços da população com trabalho remunerado, tendo o trabalho não manual aumentado na mesma proporção.

Atente-se nos dados de dois recenseamentos da população do Reino Unido, um feito em 1971 e outro em 1981. Durante este período, a proporção das pessoas em ocupações de colarinho azul diminuiu de 62 para 56 por cento no que se refere aos homens e de 43 para 36 por cento no caso das mulheres. Os empregos profissionais e de administração preenchidos por homens aumentaram cerca de um milhão. Por volta de 1981 havia menos 170.000 homens em trabalho de colarinho branco de rotina, mas mais de 250.000 mulheres em tais empregos. O declínio nos empregos manuais correspondia a uma diminuição na proporção de pessoas que trabalhavam na indústria fabril. Em 1981 havia menos 700.000 homens e menos 420.000 mulheres a trabalhar em fábricas do que dez anos antes.

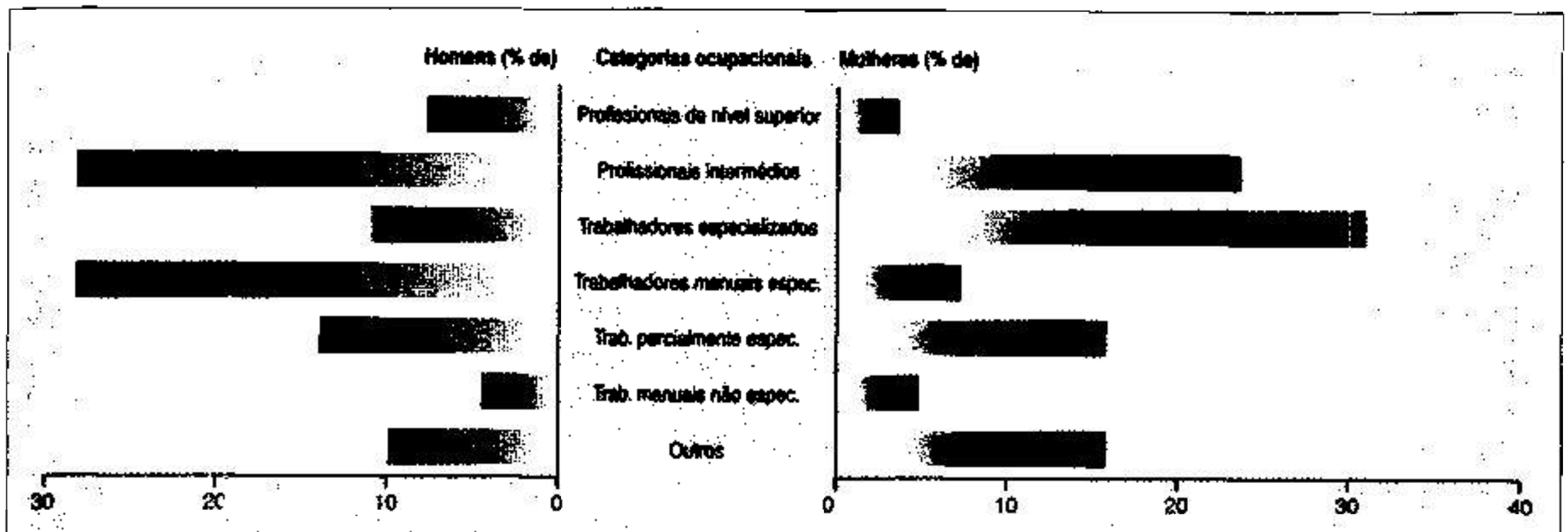


Figura 13.1 População em idade activa, por género e classe, Reino Unido, 1999.
Fonte: Inquérito à Força de Trabalho, Gabinete de Estatísticas Nacionais. *Social Trends* 30 (2000), p. 26.

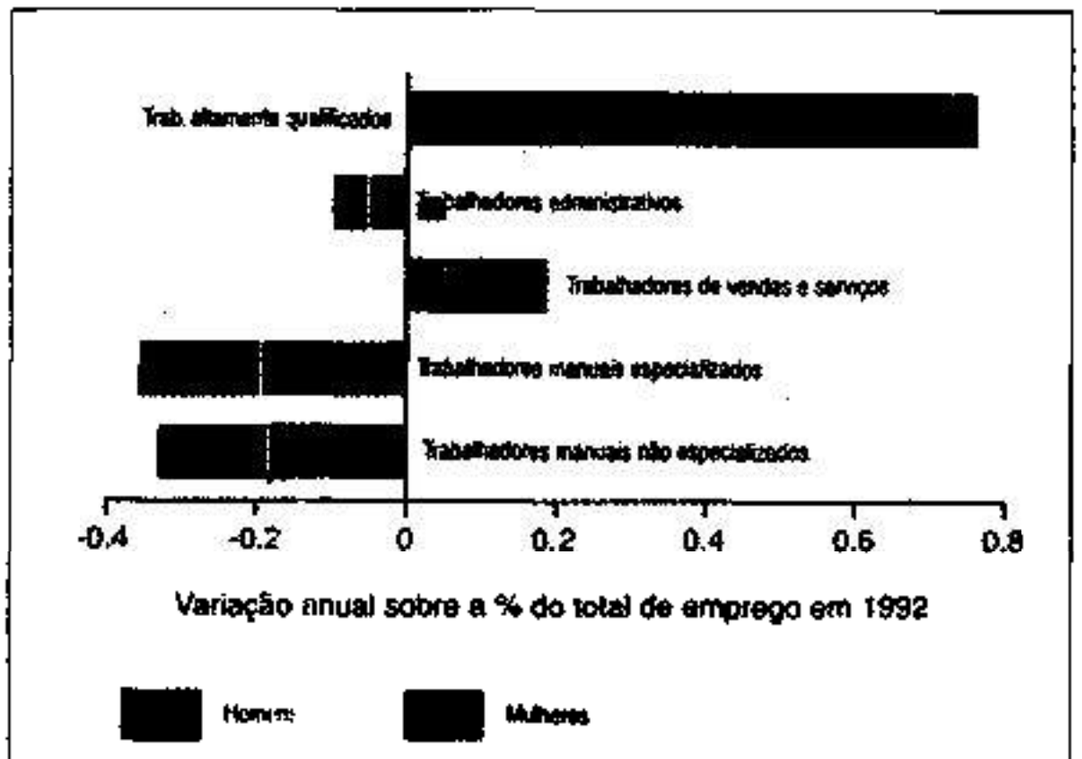


Figura 13.2 Mudanças no emprego dos homens e das mulheres por ocupação, 1992-8.
Fonte: Comissão Europeia, *Emprego na Europa*, 1999, p. 12.

Estas tendências continuam hoje em dia, mas estabilizaram um pouco. Um inquérito sobre a força de trabalho, levado a cabo pelo governo em 1998, mostrou que só um pouco mais de 25 por cento dos homens e 10 por cento das mulheres se encontravam em ocupações manuais. Esta tendência contrasta com o aumento abrupto do número de pessoas a trabalhar no sector dos serviços na área financeira e empresarial: em 1981 apenas 10 por cento dos homens se encontravam empregados neste sector, percentagem que, por volta de 1998, passou para 16 por cento. No caso das mulheres, o aumento foi de 12 por cento em 1981 para 19 por cento em 1998.

Existe grande discussão em torno das causas destas mudanças. As razões parecem ser inúmeras. Uma delas é a introdução sistemática de máquinas que substituem o trabalho humano, culminando com a generalização da tecnologia da informação e o uso crescente de computadores na indústria. Outra é o aumento das indústrias fabris fora do Ocidente, especialmente no Extremo Oriente. As velhas indústrias nas sociedades ocidentais passaram por grandes recessões por causa da sua incapacidade para competir com os produtores mais eficientes do Extremo Oriente, cuja mão-de-obra é mais barata.

Maior aprofundamento sobre as assimetrias de crescimento económico no mundo em desenvolvimento em "Países recém-industrializados" pág. 37

A economia do conhecimento

Perante estes dados, alguns observadores sugeriram que o que ocorre hoje é a transição para um novo tipo de sociedade já não baseada fundamentalmente na indústria. Alegam que estamos a entrar numa fase de desenvolvimento que vai além da era industrial. Tem sido utilizada uma variedade de termos para caracterizar esta nova ordem social, tais como os de *socie-*

dade pós-industrial, era da informação e *"nova economia"*. O termo mais utilizado tem sido **economia do conhecimento**

A respeito da infraestrutura tecnológica da economia do conhecimento ver "Factores que contribuem para a globalização" na pág. 52 e ver também a caixa sobre "O crescimento dos trabalhadores contratos" na pág. 296

É difícil formular uma definição precisa para economia do conhecimento; porém, em termos gerais, entende-se por tal uma economia na qual as ideias, a informação e as formas de conhecimento sustentam a inovação e o crescimento económico. Uma economia do conhecimento é aquela em que grande parte da força de trabalho está envolvida não na produção material ou distribuição de bens materiais, mas na sua concepção, desenvolvimento, tecnologia, marketing, vendas e serviços. Estes empregados podem ser denominados como *trabalhadores do conhecimento*. ' economia 'o con' ecimen o é 'omin d l ···stante fluxo de informação e de opiniões, bem como pelo poderoso potencial da ciência e da tecnologia. Como observou Charles Leadbeater:

> Muitos de nós fazemos dinheiro do ar: não produzimos nada que possa ser pesado, tocado ou facilmente medido. A nossa produção não é armazenada em portos, armazéns ou colocada em carruagens de comboio. Muitos de nós ganhamos a vida fornecendo serviços, avaliações, informações e análises, seja num centro de chamadas, no escritório de um advogado, num departamento governamental ou num laboratório científico. Todos estamos no negócio do ar (1999, vii).

O caso de Enrico e do seu filho Rico, descrito no início deste capítulo, fornece uma ilustração clara desta mudança para a economia do conhecimento. O trabalho de Enrico era típico de muitos empregos da era industrial, na medi..a em que envolvia tra..alho físico que produzia resultados tangíveis (um edifício de escritórios limpo e ordenado). Rico, em contrapartida, é um trabalhador do conhecimento – o seu trabalho como consultor está centrado no uso e aplicação de informação. Não produz directamente nada que possa ser observado ou medido de forma tradicional.

Até que ponto se encontra difundida a economia do conhecimento no início do século XXI? Um estudo recente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico tentou avaliar a extensão da economia do conhecimento entre as nações mais desenvolvidas, através da medição da percentagem da produção total dos negócios de cada país que podem ser atribuídos a indústrias baseadas no conhecimento (ver figura 13.3). Por indústrias baseadas no conhecimento entende-se em sentido lato a alta tecnologia, a educação e a formação, a pesquisa e o desenvolvimento, bem como o sector financeiro e de investimentos. Entre o total dos países membros da OCDE, as indústrias baseadas no conhecimento detinham mais de metade da produção dos negócios em meados dos anos 90. A Alemanha Ocidental detinha a proporção elevada de 58.6%, tendo os Estados Uni-

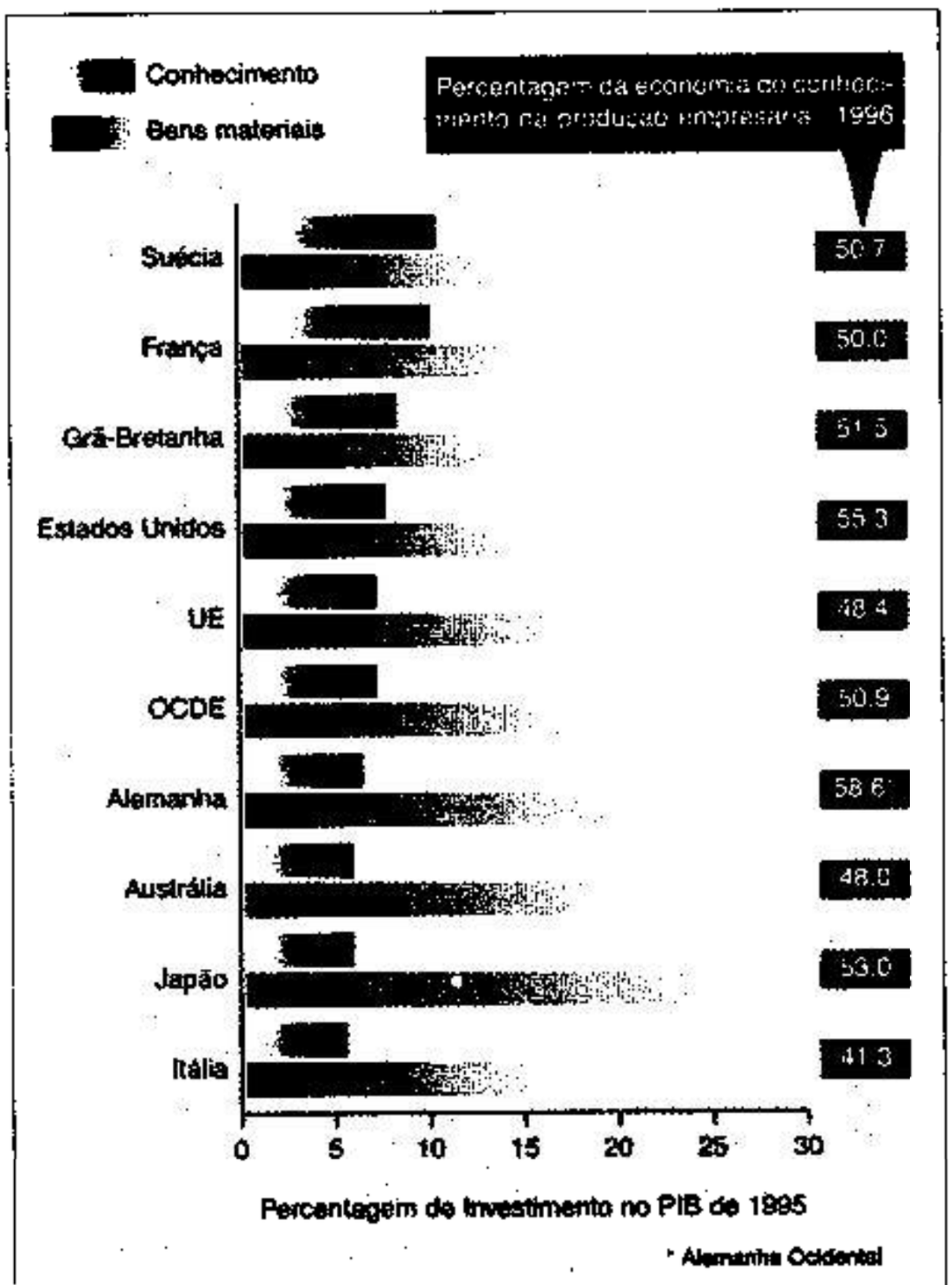


Figura 13.3 O peso da economia do conhecimento no investimento e na produção, por país e região económica, 1995-6.
Fonte: OCDE, *The Economist*, 16 de Outubro de 1999, p. 145.

dos, Japão, Grã-Bretanha, Suécia e França contribuído com valores acima de 50%.

Os investimentos na economia do conhecimento – na forma de educação pública, gastos em desenvolvimento de *software*, e investigação e desenvolvimento – também representam actualmente uma parte significativa dos orçamentos de muitos países. Por exemplo, em 1995 a Suécia investiu 10.6% do total do seu produto interno bruto na economia do conhecimento. A França surgia em segundo lugar, mas bastante próxima, devido aos seus elevados gastos em educação pública.

A economia do conhecimento mantém-se um fenómeno de difícil análise, quer quantitativa quer qualitativamente! É mais fácil medir o valor das coisas físicas do que ideias "sem peso". É, no entanto, inegável o facto de a criação e a aplicação do conhecimento assumirem crescentemente um papel central nas economias das sociedades ocidentais, tal como iremos ver ao longo do capítulo.

A divisão do trabalho e a dependência económica

A existência de uma **divisão do trabalho** extremamente complexa e diversificada constitui uma das características mais distintivas do sistema económico das sociedades modernas. Por outras palavras, o trabalho divide-se em numerosas ocupações diferentes, em que as pessoas se especializam. Nas sociedades tradicionais, o trabalho não agrícola baseava-se em ofícios, cujo domínio perfeito era adquirido depois de um longo período de aprendizagem. O trabalhador executava normalmente todas as fases do processo de produção, do princípio ao fim. Por exemplo, ao fabricar uma charrua, um ferreiro teria de forjar ferro, modelá-lo e finalmente montar a charrua. Com o desenvolvimento da produção industrial moderna muitos dos ofícios tradicionais desapareceram, sendo substituídos por especialistas que operam no âmbito de processos de produção mais amplos. Um electricista, actualmente a trabalhar numa indústria, pode, por exemplo, inspeccionar e reparar apenas algumas partes de uma determinada máquina, enquanto outras pessoas se ocupam de outras partes e de outras máquinas.

A sociedade moderna tem também testemunhado uma mutação na localização do trabalho. Antes da industrialização, a maior parte do trabalho tinha lugar em casa, sendo realizado de forma colectiva por todos os membros do agregado familiar. Os avanços na tecnologia industrial, como a maquinaria que opera a electricidade e a carvão, contribuíram para a separação entre o trabalho e a casa. As fábricas pertencentes a empresários tornaram-se pontos fulcrais do desenvolvimento industrial: a maquinaria e o equipamento concentravam-se na sua esfera, e a produção em massa de bens começou a eclipsar o artesanato de pequena escala produzido em casa. As pessoas que procuravam empregos nas fábricas seriam treinadas para desempenhar uma tarefa específica, recebendo um salário por tal trabalho. O desempenho dos empregados era supervisionado por directores, que se preocupavam com a implementação de técnicas para melhorar a produtividade e a disciplina do trabalhador.

O contraste entre a divisão do trabalho nas sociedades tradicionais e nas modernas é verdadeiramente extraordinário. Mesmo nas maiores sociedades tradicionais, não havia normalmente mais do que vinte ou trinta ofícios principais, juntamente com escassas ocupações especializadas, como as de negociante, soldado ou padre. No sistema industrial moderno, existem milhares de ocupações distintas. O recenseamento britânico inclui cerca de 20 000 ocupações diferentes na economia do Reino Unido. Nas comunidades tradicionais, a maioria da população trabalhava na agricultura, era economicamente auto-suficiente e produzia os seus próprios alimentos, vestuário, entre outros bens essenciais. Pelo contrário, uma das principais características das sociedades modernas é a enorme expansão da **interdependência económica**. Todos dependemos de muitos trabalhadores – hoje em dia, esta dependência alarga-se a todo o mundo – para a obtenção dos produtos e serviços de que necessitamos no quotidiano. Salvo algumas excepções, a grande maioria das pessoas nas sociedades modernas não produz os alimentos que ingere, as habitações onde vive ou os bens materiais que consome.

Os primeiros sociólogos escreveram extensivamente sobre as consequências potenciais da divisão do trabalho – para cada trabalhador e para a sociedade como um todo. Para Marx, a mutação para a industrialização e o trabalho remunerado iria por certo desembocar na **alienação** entre os trabalhado-

O trabalho e a tecnologia

A relação entre tecnologia e trabalho tem, desde há muito, sido alvo de interesse dos sociólogos. Como é que a tecnologia afecta a nossa experiência de trabalho? À medida que a industrialização progride, a tecnologia tem assumido um papel cada vez maior no local de trabalho, desde a automatização da fábrica à informatização do trabalho de escritório. A actual revolução na tecnologia de informação atraiu um interesse renovado por esta questão. A tecnologia pode conduzir a uma maior eficiência e produtividade. Mas até que ponto afecta a forma como se trabalha? Para os sociólogos, uma das principais questões consiste em saber como é que a mudança para sistemas mais complexos influencia a natureza do trabalho e as instituições onde este é desempenhado.

A automatização

O conceito de automatização, ou máquinas programáveis, foi introduzido em meados do século XIX, quando o americano Christopher Spencer inventou o Autómato: um torno mecânico programável que fazia parafusos, porcas e carretos. O impacto da automatização ampliou-se com a concepção dos robots industriais – aparelhos automáticos que executam funções habitualmente atribuídas a seres humanos. Os robots foram utilizados pela primeira vez em quantidades significativas na indústria em 1946, quando o primeiro dispositivo foi inventado para regular automaticamente a maquinaria na engenharia industrial. Não obstante, os robots com maior complexidade datam apenas do desenvolvimento

dos microprocessadores – ou seja, basicamente a partir dos anos 70. Actualmente os robots podem desempenhar uma série de tarefas como soldar, pintar a jacto de tinta, levantar e carregar pesos. Alguns robots conseguem distinguir certas peças através de «sensores» ou pelo toque, enquanto outros distinguem visualmente uma certa gama de objectos.

A disseminação da automatização provocou um aceso debate entre sociólogos e peritos das relações industriais sobre o impacto da nova tecnologia nos trabalhadores, nas suas qualificações e no seu compromisso com o trabalho. Na influente obra *Alienation and Freedom* (1964), Robert Blauner examina a experiência dos trabalhadores em quatro indústrias distintas com níveis variados de tecnologia. Aplicando as ideias de Durkheim e Marx, Blauner operacionalizou o conceito de alienação e mediu a amplitude com que os trabalhadores em cada sector industrial a sentiam enquanto perda de controlo e de sentido, isolamento e alheamento. Blauner concluiu que os trabalhadores das linhas de montagem são os mais alienados, mas que os níveis de alienação se atenuavam nos locais de trabalho em que havia automatização. Por outras palavras, Blauner argumentava que a introdução da automatização nas fábricas era responsável pela *inversão* da tendência para a alienação crescente do trabalhador. A automatização auxiliava a integrar a força de trabalho e conferia aos trabalhadores um sentido de controlo sobre o seu trabalho, sentido ausente noutras formas de tecnologia.

Uma tese bastante diferente foi introduzida por Harry Braverman no famoso *Labour and Monopoly Capital* (1974). Aos olhos de Braverman, a automatização era parte da "desqualificação" total da força de trabalho industrial. Mediante a introdução de técnicas organizacionais tayloristas (ver p. 385) e a divisão do processo de trabalho em tarefas especializadas, os gerentes podiam controlar a força de trabalho. Ao limitar a necessidade de intervenção humana, a introdução da tecnologia contribuiu para esta "degradação" total do trabalho tanto nos cenários industriais como nos escritórios modernos. Exigia-se apenas um "corpo" sem pensamento ou raciocínio, capaz de levar a cabo a mesma tarefa desqualificada de forma interminável.

As tecnologias de Informação

As perspectivas opostas a Blauner e Braverman em torno dos efeitos da automatização têm actualmente o seu eco em debates sobre o impacto da tecnologia de informação (TI) no local de trabalho. Existem certamente poucas dúvidas de que a Internet, o correio electrónico, a teleconferência e o comércio electrónico estão a transformar a forma como se processam as operações comerciais entre as empresas. Porém, também afectam o trabalho diário dos empregados. Optimistas como Blauner argumentam que a tecnologia de informação irá revolucionar o mundo do trabalho, permitindo novas e mais flexíveis formas de trabalhar e ascender na carreira. Estas oportunidades permitirão substituir a rotina e os aspectos alienantes do trabalho industrial por uma era de informação mais libertadora, fornecendo aos trabalhadores um maior controlo e capacidade de intervenção no processo de trabalho. Os defensores e entusiastas dos avanços tecnológicos são, por vezes, apelidados *deterministas tecnológicos* por acreditarem que a tecnologia determina decisivamente o poder e a própria forma de trabalho.

Outros não estão convencidos de que a tecnologia de informação acarrete uma transformação inteiramente positiva do trabalho. Como concluiu Shoshana Zuboff (1988), na sua investigação sobre o uso da tecnologia da informação nas empresas, a administração pode optar por utilizar as tecnologias da informação com fins muito diversos. Entendida como força criativa e descentralizadora, a tecnologia de informação pode ajudar a quebrar hierarquias rígidas, bem como contribuir para um envolvimento mais directo dos empregados na tomada de decisões e nos assuntos do dia-a-dia da empresa. Por outro lado, pode facilmente ser utilizada como forma de consolidação das hierarquias e de fortalecimento das práticas de vigilância. A adopção de tecnologias de informação no local de trabalho pode fazer desaparecer as interacções face-a-face, bloquear circui-

tos de responsabilidade e transformar o escritório numa rede de módulos autónomos e isolados. Para tal abordagem, o impacto da tecnologia de informação é influenciado quer pela forma como é utilizada quer pela forma como os seus utilizadores entendem o seu papel.

A disseminação das tecnologias de informação irá certamente produzir grandes e excitantes oportunidades para alguns segmentos da força de trabalho. No campo dos *media*, da publicidade e do design, por exemplo, as tecnologias de informação tanto realçam a criatividade no domínio profissional como introduzem flexibilidade nos estilos de trabalho pessoais. A visão de um mundo de "trabalhadores em rede", operando ao nível do "teletrabalho" parece prestes a ser concretizada no caso destes profissionais qualificados e reconhecidos que detêm posições de responsabilidade. Porém, existem, por outro lado, milhares de indivíduos sem qualificações e com baixas remunerações a trabalhar em centrais telefónicas e empresas de inserção de dados. Estas situações, produto em grande parte da recente explosão das telecomunicações, caracterizam-se por graus de isolamento e alienação que rivalizam com as situações dos trabalhadores não especializados de Braverman. Os trabalhadores dos centros de chamadas, que processam reservas de viagem e transações financeiras, trabalham de acordo com formatos padronizados rigorosos onde pouco ou nenhum espaço existe para a intervenção criativa dos empregados. As interacções destes empregados, fortemente controlados, com os clientes são registadas para "assegurar a qualidade". À semelhança da industrialização, a "revolução da informação" parece ter produzido um largo número de empregos rotineiros sem qualificações.

res. Uma vez empregados numa fábrica, os trabalhadores perderiam todo o controlo sobre o seu trabalho. Seriam obrigados a desempenhar tarefas rotineiras e monótonas que despiriam o seu trabalho do seu valor criativo intrínseco. Defendia que os trabalhadores num sistema capitalista adoptam eventualmente uma orientação instrumental face ao trabalho, vendo-o simplesmente como uma forma de ganhar a vida.

Durkheim tinha uma perspectiva mais optimista sobre a divisão do trabalho, apesar de também reconhecer os seus efeitos potencialmente nocivos. De acordo com Durkheim, a especialização de papéis iria fortalecer a solidariedade social no âmbito das comunidades. Em vez de viverem em unidades isoladas e auto-suficientes, as pessoas estariam ligadas entre si por laços de dependência mútua. A solidariedade seria reforçada através de relacionamentos multidireccionais de produção e consumo. Durkheim viu este arranjo como sendo altamente funcional, apesar de também estar consciente de a solidariedade social poder ser perturbada se a mudança ocorresse demasiado depressa. Chamou a este sentido resultante de falta de normas *anomia* (ver pág. 10).

O Taylorismo e o Fordismo

Nos finais do século XVIII, Adam Smith, um dos fundadores da economia moderna, identificou várias vantagens, em termos do aumento de produtividade, resultantes da divisão do trabalho. A sua obra mais famosa, *A Riqueza das Nações* *, abre com uma descrição da divisão do trabalho numa fábrica de alfinetes. Uma pessoa que trabalhasse sozinha podia talvez fazer vinte alfinetes por dia. Ao dividir a tarefa numa série de operações simples, dez trabalhadores, efectuando trabalhos especializados em colaboração uns com os outros, podiam produzir 48.000 alfinetes por dia. Por outras palavras, o índice de produção por trabalhador aumenta de 20 para 4800 alfinetes, produzindo cada operador especializado 240 vezes mais do que se trabalhasse sozinho.

Um século mais tarde, estas ideias alcançaram a sua expressão mais desenvolvida na obra de Frede-

* Publicada na série de *Textos Clássicos*, da Fundação Calouste Gulbenkian.

rick Winslow Taylor, um consultor de gestão americano. A *gestão científica*, como Taylor lhe chamou, implicava o estudo pormenorizado dos processos industriais, de modo a dividi-los em operações simples que podiam ser cronometradas e organizadas com exactidão. De acordo com Taylor, todas as tarefas podem ser examinadas rigorosa e objectivamente de forma a determinar a "melhor via" para serem levadas a cabo.

O Taylorismo, como a gestão científica veio a ser chamada, não era meramente um estudo académico – teve um impacto generalizado na organização da produção industrial e na tecnologia. Muitas fábricas empregaram técnicas Tayloristas de modo a maximizar a produção industrial e aumentar o nível de produtividade do trabalhador. Os empregados eram fortemente controlados pela gestão de forma a assegurar que o trabalho era finalizado eficaz e rapidamente, de acordo com as especificações precisas estabelecidas a partir de cima. Por forma a encorajar a eficiência no trabalho, foi introduzido um sistema de pagamento por incentivos, através do qual os trabalhadores auferiam salários de acordo com as suas taxas de produtividade.

Taylor estava preocupado com a melhoria da eficiência industrial, mas deu pouca atenção aos resultados dessa eficiência. A produção em série necessita de mercados de massa, e o industrial Henry Ford foi dos primeiros a perceber esta ligação. O Fordismo, um desenvolvimento dos princípios de gestão de Taylor, é o nome usado para designar o sistema de produção em série associado à criação de mercados de massa.

Ford projectou a sua primeira fábrica de carros em Highland Park, no Michigan, em 1908, para fabricar apenas um produto – o Ford Modelo T – o que permitiu a introdução de ferramentas especializadas e de maquinaria criada para operações rápidas, precisas e

A linha de montagem final na fábrica do Parque da Ford Motor Company em 1913. Cada componente do automóvel deslizava pela rampa de madeira até aos chassis à medida que estes passavam.

simples. Enquanto o Taylorismo se centrou na forma mais eficiente de executar tarefas separadas, o Fordismo avançou um pouco mais, ligando essas mesmas tarefas outrora separadas num sistema de produção fluido e contínuo. Uma das inovações mais significativas de Ford foi a construção de uma linha de montagem móvel. Cada trabalhador da linha de montagem de Ford tinha uma tarefa específica, tal como a de encaixar as maçanetas das portas do lado esquerdo, à medida que a estrutura do carro passava ao longo da linha. Até 1929, quando terminou o fabrico do Modelo T, tinham sido fabricados mais de quinze milhões de carros.

As limitações do Fordismo e do Taylorismo

A dada altura, parecia que o Fordismo representava o futuro provável da produção industrial em geral. Tal acabou por não acontecer. O sistema só pode ser desenvolvido em indústrias, como a automóvel, que fabriquem produtos estandardizados para grandes mercados; o estabelecimento de linhas de produção mecanizadas é muito dispendioso. De facto, uma vez instalado um sistema Fordista, este é bastante rígido; para se alterar um produto, por exemplo, é necessário um novo e substancial investimento. A produção fordista é relativamente fácil de copiar, caso haja fundos suficientes para se montar a fábrica. Mas nos países onde a mão-de-obra é cara, as empresas têm dificuldade em competir com as das regiões onde os salários são mais baixos. Este foi um dos factores de sucesso da indústria automóvel japonesa (embora, actualmente, os níveis salariais japoneses já não sejam baixos) e, mais recentemente, da Coreia do Sul. Todavia, as dificuldades associadas ao Fordismo e ao Taylorismo vão para além da necessidade de equipamento caro. O Fordismo e o Taylorismo são aquilo a que alguns sociólogos industriais chamam **sistemas de pequena responsabilidade**. Os trabalhos são estabelecidos pela administração e são ajustados ao funcionamento das máquinas. Aqueles que desempenham o trabalho são atentamente supervisionados e é-lhes conferida pouca autonomia de acção. Por forma a manter a disciplina e padrões de produção de elevada qualidade, os empregados são constantemente controlados através de diversos sistemas de vigilância. Esta supervisão constante tende, no entanto, a produzir o resultado contrário: o compromisso com o trabalho e a moral dos trabalhadores são frequentemente debilitados, na medida em que pouco têm a dizer sobre o seu trabalho e a forma como é desempenhado. Onde existem muitos postos de trabalho com pequena autonomia, verifica-se um elevado nível de insatisfação e de absentismo dos trabalhadores, e o conflito industrial é habitual.

Num **sistema de grande responsabilidade**, por contraste, é permitido aos trabalhadores controlar o *ritmo e mesmo o teor do trabalho* conforme regras gerais. Estes sistemas encontram-se, geralmente, nos níveis mais elevados das organizações industriais. Como iremos observar, nas últimas décadas os sistemas de grande responsabilidade difundiram-se em muitos locais de trabalho, transformando bastante a forma como pensamos a organização e execução do trabalho.

A transformação do trabalho

Desde o início dos anos 70, empresas na Europa Ocidental, nos Estados Unidos e no Japão experimentaram alternativas aos sistemas de pequena responsabilidade. As práticas fordistas começaram a ser vistas como limitativas, na medida em que eram mais adequadas à manufactura de grandes quantidades de bens padronizados. Estavam, contudo, a ocorrer importantes mudanças no consumo global; os mercados de massa que haviam contribuído para o sucesso do Fordismo estavam a ser suplantados por "nichos de mercado" de bens inovadores e de alta qualidade. As técnicas Fordistas eram demasiado rígidas para responder às solicitações de um mercado em mudança rápida, pelo que, ao longo do tempo, muitas empresas tentaram modificar a rigidez dos seus padrões de produção e operar de maneira mais flexível.

As inovações do Japão na vanguarda da gestão são examinadas no capítulo "Mudança organizacional: o modelo japonês" na pag. 365

O Pós-Fordismo

Ao longo das últimas três décadas, têm sido introduzidas práticas flexíveis num determinado número de esferas, incluindo o desenvolvimento de produtos, técnicas de produção, estilo de gestão, ambiente de trabalho, envolvimento dos empregados e marketing. Os grupos de produção, as equipas de resolução de

problemas, a «multitarefa» e o «marketing de nichos», são apenas algumas das estratégias que têm sido adoptadas por empresas que procuram adaptar-se à mutação de condições em que operam. Alguns comentadores têm sugerido que, no seu conjunto, estas mudanças representam uma ruptura radical com os princípios do fordismo; afirmam que estamos agora num período que pode ser compreendido como **pós-fordismo**. O pós-fordismo, um termo popularizado por Michael Piore e Charles Sabel na obra *The Second Industrial Divide* (1984), descreve uma nova era de produção económica capitalista, na qual a flexibilidade e a inovação são maximizadas por forma a ir de encontro às solicitações do mercado em matéria de produtos diversos e padronizados.

A ideia do pós-fordismo é, contudo, algo problemática. O termo refere-se a um conjunto de mudanças simultâneas que ocorrem não só no domínio do trabalho e da vida económica, mas também na sociedade entendida como um todo. Alguns autores argumentam que a tendência para o pós-fordismo pode ser encontrada em esferas tão diversas como os partidos políticos, os programas de segurança social, as escolhas do consumidor e os estilos de vida. Apesar de os observadores das sociedades da modernidade tardia apontarem frequentemente para muitas das mesmas mudanças, não existe consenso sobre o significado preciso do pós-fordismo e se esta é, de facto, a melhor forma de compreender os fenómenos de que somos testemunhas.

Apesar da confusão em torno do termo pós-fordismo, têm emergido nas décadas mais recentes diversas tendências distintas no mundo do trabalho, que parecem representar uma ruptura clara com práticas fordistas mais antigas. Essas tendências incluem a ideia de "produção flexível", a descentralização do trabalho em equipas não hierarquizadas, um afastamento da importância conferida à formação e às qualificações especializadas em benefício das qualificações gerais e da formação contínua, bem como a introdução de padrões mais flexíveis de trabalho. Iremos agora considerar alguns exemplos das primeiras três tendências; a emergência de padrões de trabalho mais flexíveis será tratada mais adiante.

A produção flexível

Apesar de o Taylorismo e o Fordismo terem obtido sucesso na produção em série para mercados de massa, não conseguiam produzir pequenas encomendas de mercadorias, e consequentemente, atender aos pedidos específicos efectuados por clientes individuais. Associados a outros tipos de tecnologias computadorizadas, os programas de *design* assistido por computador alteraram radicalmente esta situação.

A ideia de produção flexível, ou *especialização flexível*, assenta na utilização de técnicas de produção inovadoras e de novas formas de tecnologia por pequenas equipas de trabalhadores altamente qualificados para produzir menores quantidades de bens mais individualizados que os oferecidos pela produção em massa. As mudanças na concepção, nas opções e nas características dos produtos podem ser introduzidas mais frequentemente do que os lentos tempos de rotatividade comuns aos métodos de produção fordista permitem.

Como alguns segmentos do mercado consumidor procuram tipos específicos de bens, a especialização flexível permite às empresas diversificar a sua linha de produto por forma a satisfazer estas necessidades. O número crescente de mulheres e jovens que nos países ocidentais compram automóveis, por exemplo, tem impulsionado muitas fábricas de automóveis a introduzir veículos com "pacotes opcionais" especificamente dirigidos a estes segmentos do mercado. Algumas linhas de veículos ostentam características de segurança adicionais, bem como uma concepção mais compacta do lugar do condutor para o público feminino. Outras empresas introduziram modelos baratos de baixo consumo para jovens compradores, na mira de fidelizar o cliente para toda a vida. Os resultados da produção flexível podem também ser observados em muitos outros tipos de empresas, que introduziram linhas de produtos "amigos do ambiente" – dos produtos de limpeza aos champôs e cosméticos – em toda a sua gama.

A produção em grupo

A produção em grupo tem sido, por vezes, implementada conjuntamente com a automatização como forma de reorganização do trabalho. O objectivo principal é aumentar a motivação do trabalhador, permitindo que grupos de trabalhadores colaborem no processo de produção ao invés de exigir que cada um passe um dia inteiro a realizar uma tarefa única e repetitiva como atarraxar parafusos na maçaneta da porta de um carro.

Um exemplo de produção em grupo são os círculos de qualidade (QCs), constituídos por grupos de cinco a vinte trabalhadores que se encontram regularmente para estudar e resolver problemas de produção. Os trabalhadores que pertencem aos círculos de qualidade recebem uma formação suplementar que lhes permite dar um contributo técnico à discussão de assuntos de produção. Os círculos de qualidade tiveram a sua origem nos Estados Unidos, foram adoptados por empresas japonesas, sendo repopularizados no Ocidente nos anos oitenta. Eles representam uma brecha nos princípios do Taylorismo, pois provam que os trabalhadores possuem capacidade para contribuir para a definição das tarefas que realizam e do método pelo qual são realizadas.

Trabalho de equipa

Em locais de trabalho não automatizado, os grupos de trabalho estão também a tornar-se populares como forma de desenvolver a eficiência e de melhorar a relação entre custo e eficiência no desenvolvimento de produtos e na resolução de problemas. Em lugar de serem designados para uma posição fixa, com um conjunto definido de responsabilidades, espera-se agora que muitos empregados trabalhem de forma mais flexível, reunindo-se com outros colegas e consultores externos para projectos de curto prazo e rodando depois para outra tarefa. Esta abordagem é muitas vezes utilizada na indústria de marketing e publicidade. As equipas são muitas vezes formadas para construir uma campanha e "lançar" determinado produto, sendo dissolvidas pouco depois e os seus membros deslocados para novos projectos.

Muitos empregados com formação na área das tecnologias de informação tendem a trabalhar de uma forma altamente flexível, integrando temporariamente um grupo de trabalho pequeno para ampliar a sua perícia técnica. Este período de trabalho intensivo no seio de uma equipa multidisciplinar acaba abruptamente, e a atenção volta-se de imediato para o projecto seguinte. Como afirma o recrutador de uma empresa de *media* britânica, "Um dos inimigos do pensamento criativo é o hábito. Trabalhar num destes grupos é como produzir uma peça teatral. Para aquele período de seis semanas tem-se uma nova família" (citado em Philips, 1999). A reunião de empregados de áreas diferentes pode permitir a pequenas equipas maximizarem as competências e contributos de cada membro, bem como solucionar os problemas de forma mais criativa.

O «trabalhador polivalente»

Uma das crenças dos comentadores pós-Fordistas é a de que novas formas de trabalho permitem aos empregados incrementarem a amplitude das suas competências mediante o envolvimento em tarefas variadas, em vez de desempenharem vezes sem conta uma tarefa específica. A produção em grupo e o trabalho de equipa são vistos como promotores de uma força de trabalho "polivalente", capaz de levar a cabo um conjunto alargado de tarefas, o que, por sua vez, conduz ao aumento da produtividade e da qualidade dos bens e serviços. Os empregados com capacidade para contribuir para o seu trabalho de múltiplas maneiras serão mais bem sucedidos na resolução de problemas e na formulação de abordagens criativas.

A transição para a "polivalência" tem implicações no processo de contratação. Se outrora a base para as decisões em matéria de contratação residia na educação e nas qualificações, muitos empregadores olham agora para indivíduos que são flexíveis e que podem adquirir novas competências rapidamente. Desta forma, o conhecimento especializado de determinada aplicação informática poderá não ser tão valioso quanto a capacidade demonstrada para entender prontamente o que está em questão. As especializações constituem frequentemente mais-valias, porém, se os trabalhadores demonstrarem dificuldade na aplicação de competências específicas de forma criativa em novos contextos, a sua existência poderá não ser encarada como benéfica num local de trabalho flexível e inovador.

Um estudo da Fundação Joseph Rowntree, intitulado *The Future of Work* (Meadows 1996), investigou os tipos de qualificações hoje procurados pelos empregadores. Os autores do estudo concluíram que, tanto nos sectores ocupacionais qualificados como nos não qualificados, as "qualificações pessoais" são cada vez mais valorizadas. A capacidade quer para colaborar e trabalhar de forma independente, quer para tomar a iniciativa e adoptar abordagens criativas perante desafios estão entre as melhores competências que um indivíduo pode levar para um emprego. Num mercado onde as necessidades individuais dos consumidores são gradualmente satisfeitas, é essen-

cial que os empregados, numa gama de cenários que vai do sector de serviços à consultoria financeira, sejam capazes de se socorrerem das "competências pessoais" no local de trabalho. De acordo com os autores do estudo, esta "desvalorização" de qualificações técnicas pode revelar-se particularmente difícil para os trabalhadores que desde há muito têm trabalhado em actividades repetitivas e rotineiras, onde as "qualificações pessoais" não tinham lugar.

A formação no emprego

A "polivalência" encontra-se intimamente associada à ideia de formação e informação do empregado. Em lugar de empregar especialistas de uma área específica, muitas empresas preferiram contratar trabalhadores não especializados capazes e com competência para desenvolverem novas capacidades no emprego. À medida que se alteram as solicitações da tecnologia e do mercado, as empresas voltam a formar os seus próprios empregados em função das suas necessidades, em lugar de recrutarem consultores externos com elevadas remunerações ou de substituírem os empregados existentes por novos. O investimento num núcleo de empregados que se podem tornar trabalhadores valiosos para toda a vida é visto como uma forma estratégica de acompanhar os tempos em rápida mudança.

Algumas empresas organizam a formação no local de trabalho, recorrendo ao método da partilha do trabalho. Esta técnica permite que a formação de competências e a assistência aos trabalhadores mais novos na empresa ocorram em simultâneo com a execução do trabalho. Um especialista em tecnologias da informação poderia trabalhar em conjunto, durante várias semanas, com um gerente da companhia de modo a que cada um deles adquirisse algumas das competências do outro. O tipo de formação é eficiente em termos de custos, já que não reduz significativamente as horas de trabalho e permite que todos os empregados envolvidos possam alargar a sua base de competências.

A formação no local de trabalho pode ser uma importante forma de os trabalhadores desenvolverem as suas competências e perspectivas de carreira. No entanto, é importante notar que as oportunidades de formação não estão de modo igual disponíveis para todos os trabalhadores. Os estudos feitos sobre jovens nascidos entre 1958 e 1970 revelaram que era mais provável que os empregados que possuíam qualificações recebessem formação no local de trabalho do que os desprovidos de qualificações. Tais estudos sugerem que existe um investimento mais sistemático naqueles que têm mais qualificações, enquanto o pessoal desqualificado tem menos oportunidades. A formação tem também impacto ao nível dos salários. No grupo de jovens nascidos em 1970, a formação no emprego aumenta, em média, em 12 por cento os ordenados dos trabalhadores.

Críticas ao pós-Fordismo

Embora reconheçam a ocorrência de transformações no mundo do trabalho, alguns analistas rejeitam o rótulo de "pós-fordismo". Uma crítica comum é a de que os analistas pós-fordistas empolam a real dimensão do abandono das práticas Fordistas. Assistimos não a uma transformação em grande escala, como nos fazem acreditar os defensores do pós-fordismo, mas à integração de algumas novas abordagens em técnicas Fordistas tradicionais. Este argumento tem sido adoptado por aqueles que alegam estarmos a passar na actualidade por um período de "neo-fordismo", isto é, por transformações das técnicas Fordistas tradicionais (Wood 1989).

Tem sido sugerido que a ideia de uma transição linear suave de um período dominado por técnicas fordistas a um dominado por técnicas pós-fordistas exagera a verdadeira natureza do trabalho em ambos. Anna Pollert sustenta que as técnicas Fordistas nunca estiveram tão arreigadas quanto alguns de nós acreditam. É também um exagero, segundo Pollert, afirmar que a era da produção em massa tenha sido substituída pela flexibilidade total. A autora sublinha que as técnicas de produção em massa são ainda dominantes em muitas indústrias, especialmente naquelas que têm como alvo mercados de consumidores. De acordo com Pollert, a produção económica tem-se caracterizado sempre pelo emprego de uma diversidade de técnicas e não por uma única abordagem padronizada (1988).

As mulheres e o trabalho

Ao longo da história, homens e mulheres têm contribuído para a produção e reprodução do mundo social em que estão inseridos, tanto no quotidiano como ao

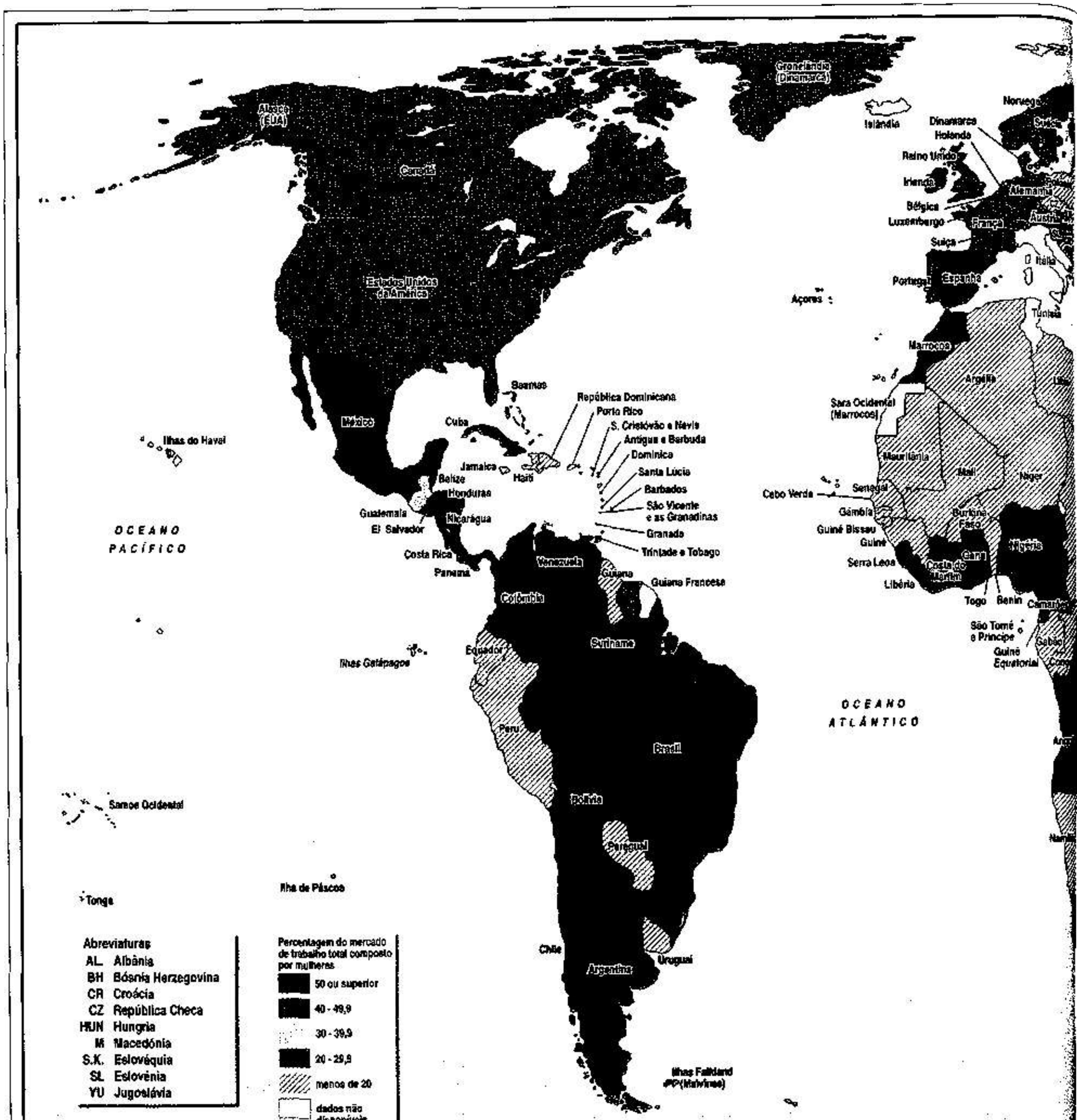
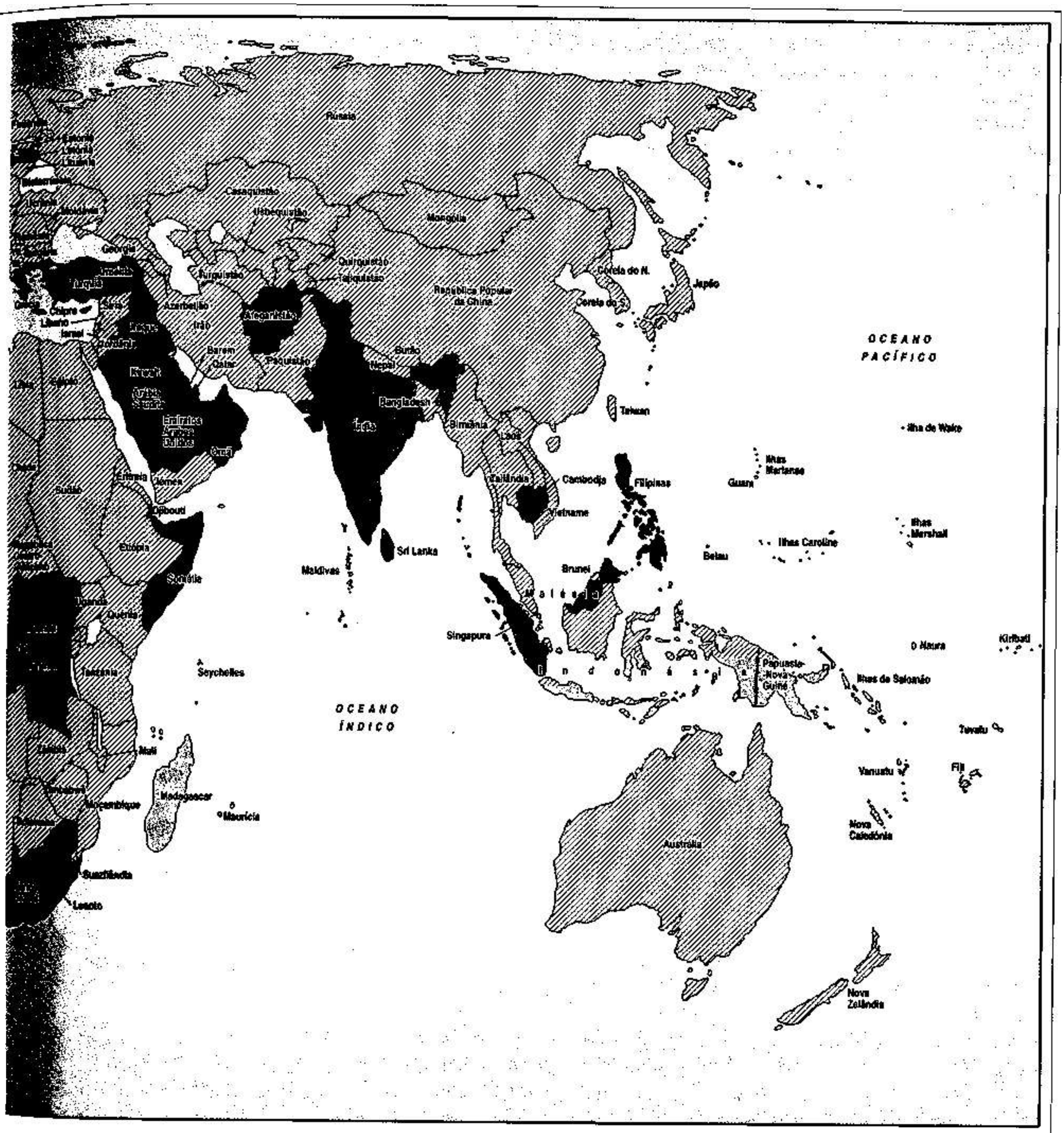


Figura 13.4 – Mulheres no mercado de trabalho a nível mundial

Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators*, 1998.


Rússia
Cazaquistão
Uzbequistão
Mongólia
Geórgia
Turquia
Chipre
Síria
Líbano
Israel
Jordânia
Azerbaijão
Irão
Afeganistão
Turquemenistão
Quirguistão
Tajiquistão
República Popular da China
Coreia do N.
Coreia do S.
Japão
Barein
Qatar
Paquistão
Butão
Nepal
Bangladesh
Índia
Birmânia
Laos
Tailândia
Camboja
Vietname
Filipinas
Taiwan
Ilha de Wake
Ilhas Marianas
Guam
Ilhas Caroline
Belau
Ilhas Marshall
Brunei
Malásia
Singapura
Indonésia
Papuásia-Nova Guiné
Ilhas de Salomão
O Nauru
Kiribati
Tuvalu
Vanuatu
Fiji
Nova Caledónia
Austrália
Nova Zelândia
Sri Lanka
Maldivas
Seychelles
Maurícia
Madagáscar
Moçambique
Zimbabué
Suazilândia
Lesoto
África do Sul
Namíbia
Botsuana
Zâmbia
Malawi
Tanzânia
Uganda
Quénia
Somália
Etiópia
Djibouti
Iémen
Eritreia
Sudão
Egipto
Líbia
Argélia
Tunísia
Mali
Golfo Pérsico
Golfo de Aden
Mar Vermelho
OCEANO ÍNDICO
OCEANO PACÍFICO

longo de grandes períodos de tempo. Porém, a natureza desta parceria e a distribuição de responsabilidades no seu âmbito assumiram formas diferentes ao longo do tempo.

Até recentemente, nos países ocidentais o trabalho remunerado era uma característica predominante dos homens. Nas últimas décadas esta situação mudou radicalmente: há cada vez mais mulheres a entrar na força do trabalho. Actualmente, na maioria dos países europeus, entre 35 e 60 por cento das mulheres com idades compreendidas entre os dezasseis e os sessenta anos possui empregos remunerados fora de casa (ver figura 13.4).

Nas diferentes partes que se seguem neste capítulo analisaremos as origens e as implicações deste fenómeno – uma das principais mudanças que tem lugar na sociedade moderna, no momento presente. Iremos ter também em consideração a dimensão do impacto de algumas das actuais mudanças no mundo do trabalho – como as novas tecnologias de informação e os padrões de emprego flexíveis – nas experiências das mulheres no mercado de trabalho.

As mulheres e o local de trabalho: uma visão histórica

Para a grande maioria da população nas sociedades pré-industriais (e para muitas pessoas nas sociedades do Terceiro Mundo, ainda hoje), as actividades produtivas e as actividades domésticas não estavam separadas. A produção era levada a cabo em casa ou perto dela e todos os membros de uma família trabalhavam a terra ou ocupavam-se em trabalhos artesanais. Muitas vezes as mulheres tinham uma grande influência dentro do lar em consequência da sua importância nos processos económicos, mesmo sendo excluídas do mundo masculino da política e da guerra. As mulheres dos artesãos e as dos agricultores detinham, frequentemente, as contas destas actividades. Também era vulgar as viúvas possuírem e dirigirem os negócios.

O desenvolvimento da indústria moderna veio modificar muitas destas situações, com a separação entre a casa e o local de trabalho. O factor principal da mudança foi provavelmente a passagem da produção para as fábricas mecanizadas. O trabalho era realizado ao ritmo das máquinas por indivíduos contratados especialmente para realizar as tarefas em questão. Assim, os donos das fábricas começaram a contratar preferencialmente trabalhadores individuais e não famílias.

Com o tempo e o progresso da industrialização, estabeleceu-se uma divisão crescente entre casa e local de trabalho. A ideia de *esferas separadas* – pública e privada – enraizou-se nas atitudes populares. Em virtude do seu emprego fora de casa, os homens passavam mais tempo no domínio público, envolvendo-se mais em assuntos locais, políticos e económicos. As mulheres vieram a ser associadas aos valores "domésticos", sendo responsáveis por tarefas como o cuidado das crianças, a manutenção da casa e a preparação da comida para a família. A ideia de que «o lugar da mulher é em casa» teve um sentido diferente para mulheres de estratos sociais diferentes. Mulheres com posses usufruíam dos serviços de criadas, amas e empregadas domésticas. As dificuldades maiores eram suportadas pelas mulheres mais pobres, que, para além de realizarem as tarefas domésticas, tinham de trabalhar na indústria para suplementar o rendimento do marido.

As taxas de emprego da mulher fora do lar, em todas as classes, eram bastante baixas mesmo já bem entrado o século XX. Ainda em 1910, na Grã-Bretanha, mais de um terço das mulheres com emprego eram criadas ou empregadas domésticas. A força de trabalho feminino consistia essencialmente em jovens mulheres solteiras, cujos salários, quando trabalhavam em fábricas ou escritórios, eram enviados directamente para os pais. Ao casar retiravam-se da força de trabalho, dedicando-se apenas às obrigações familiares.

O crescimento da participação das mulheres na actividade económica

Desde aí, a participação das mulheres no trabalho remunerado tem vindo a manifestar um aumento mais ou menos contínuo. Uma das maiores causas residiu na falta de mão-de-obra durante a Primeira Guerra Mundial. Durante os anos de guerra, as mulheres realizaram funções anteriormente consideradas como exclusivas dos homens. Ao regressar da guerra, os homens ocuparam de novo esses empregos, mas o padrão pré-estabelecido tinha sido que-

brado. Nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, a divisão do trabalho com base no género mudou dramaticamente. Se as mulheres em 1945 representavam 29 por cento da força de trabalho, esse número atinge 45 por cento na actualidade. Em 1997, mais de 75 por cento das mulheres na Grã-Bretanha, com idades entre os 25 e os 44, eram economicamente activas, o que significa que exerciam ou procuravam um trabalho remunerado. Em 1971, apenas metade das mulheres era economicamente activa. O aumento mais significativo tem-se verificado entre as mulheres casadas. Sessenta por cento das mulheres casadas ou que vivem em união de facto com filhos de idade inferior a três anos têm neste momento empregos remunerados.

Os números referentes a mães solteiras são significativamente mais baixos – só 36 por cento das mães sozinhas com crianças em idade pré-escolar exerce uma profissão (HMSO 1999).

Os homens continuam a ter taxas mais elevadas de actividade económica do que as mulheres. Porém, à medida que a proporção de mulheres na força de trabalho remunerado aumenta, entra em declínio a proporção de homens economicamente activos. Em 1981, 98 por cento dos homens, com idades entre os 45 e 54 anos, eram economicamente activos, mas por volta de 1997 o número caía para 91 por cento. É provável que esta redução da desigualdade entre os géneros continue nos próximos anos.

Existem várias razões para o enfraquecimento da desigualdade entre homens e mulheres nas taxas de actividade económica em décadas recentes. Em primeiro lugar, houve mudanças no âmbito e na natureza das tarefas tradicionalmente associadas às mulheres e à "esfera doméstica". Como a taxa de natalidade tem decrescido e a média das idades das mães com filhos aumentou, muitas mulheres procuram trabalho remunerado quando jovens, regressando ao trabalho após o nascimento dos filhos. A diminuição da família teve como consequência a redução do tempo que outrora muitas mulheres dedicavam à casa e aos filhos. A mecanização de muitas tarefas domésticas também ajudou a reduzir o volume de tempo necessário à manutenção da casa. Máquinas de lavar louça automáticas, aspiradores e máquinas de lavar roupa tornaram menos pesada a carga de trabalho doméstico. É também evidente que a divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres se tem atenuado ao longo do tempo, apesar de ainda caberem às mulheres mais tarefas domésticas do que aos homens (ver abaixo).

A entrada de um número crescente de mulheres no mercado de trabalho prende-se também com razões financeiras. O modelo nuclear da família tradicional – composto por um homem ganha-pão, uma mulher dona de casa e crianças dependentes – representa hoje apenas um quarto das famílias na Grã-Bretanha. As pressões económicas sobre os agregados, incluindo o aumento no desemprego masculino, levaram a um aumento da procura de trabalho remunerado pelas mulheres. Muitos lares descobrem que é necessário ter dois rendimentos para sustentar o estilo de vida desejável. Outras mudanças na estrutura dos agregados, incluindo o elevado número de solteiros sem filhos, bem como o crescimento de lares de mães solteiras, implicaram que as mulheres fora das famílias tradicionais, quer por opção quer por necessidade, estejam também a entrar no mercado de trabalho. Adicionalmente, esforços recentes para reformar as políticas de segurança social, tanto na Grã-Bretanha como nos Estados Unidos, visam apoiar a entrada no mercado de trabalho das mulheres – incluindo as mães sós e as mulheres casadas com crianças pequenas.

Finalmente, importa notar que muitas mulheres escolheram entrar no mercado de trabalho pelo desejo de concretização pessoal, em resposta ao impulso para a igualdade propulsionado pelo movimento das mulheres dos anos 60 e 70. Tendo obtido igualdade legal em relação aos homens, muitas mulheres aproveitaram oportunidades para concretizar estes direitos nas suas próprias vidas. Como já se observou, o trabalho é central na sociedade contemporânea, e o emprego é, quase sempre, um pré-requisito para uma vida independente. Nas décadas recentes, as mulheres deram passos largos para atingir a paridade com os homens. A sua actividade económica crescente tem sido central neste processo (Crompton, 1997).

Género e desigualdades no trabalho

Apesar de possuírem igualdade formal em relação aos homens, as mulheres são ainda alvo de uma série de desigualdades no mercado de trabalho. Nesta secção, analisaremos três das principais desigualdades que as mulheres enfrentam no trabalho: a segregação ocupacional, a concentração em empregos a tempo parcial e a disparidade de remunerações.

A segregação ocupacional

As mulheres que exercem uma profissão têm-se concentrado tradicionalmente em ocupações rotineiras e mal pagas. Muitos destes empregos são comummente vistos como "trabalhos de mulheres". Os trabalhos de secretariado e os que envolvam cuidados a terceiros (como a enfermagem, o trabalho social e a educação infantil) são esmagadoramente detidos por mulheres e, na generalidade, considerados como ocupações femininas. **A segregação ocupacional com base no género** refere-se ao facto de homens e mulheres estarem concentrados em diferentes tipos de trabalho, com base na ideia de que há «empregos para homens» e «empregos para mulheres».

A segregação ocupacional possui componentes verticais e horizontais. A *segregação vertical* diz respeito à tendência para as mulheres se concentrarem em postos de trabalho com pouca autoridade e espaço para ascender, enquanto os homens ocupam posições mais poderosas e influentes. A *segregação horizontal* diz respeito à tendência para homens e mulheres ocuparem diferentes categorias de trabalhos. Por exemplo, as mulheres predominam largamente em posições administrativas domésticas e rotineiras, enquanto os homens se concentram em posições manuais qualificadas e semiqualificadas. A segregação horizontal pode ser pronunciada. Em 1991, mais de 50 por cento do emprego das mulheres (comparado com 1 por cento dos homens) no Reino Unido recaía sobre quatro categorias ocupacionais: administrativa, secretariado, serviços pessoais e "outras categorias elementares" (Crompton 1997). Em 1998, 26 por cento das mulheres exerciam trabalhos rotineiros de colarinho branco, contra 8 por cento dos homens, enquanto 17 por cento dos homens exercia um trabalho manual qualificado, contra 2 por cento das mulheres (HMSO 1999).

Alterações na organização do trabalho, assim como estereótipos do papel dos dois sexos, têm contribuído para a segregação ocupacional. As modificações no prestígio e nas tarefas dos escriturários são um bom exemplo disso. Em 1850, no Reino Unido, 99 por cento dos empregados de escritório eram homens. Muitas vezes, ser um escriturário significava ter uma posição de responsabilidade, que requeria conhecimentos de contabilidade e, por vezes, envolvia funções de gerência. Até um escriturário de um nível mais baixo possuía um certo estatuto social. O século XX trouxe a mecanização do trabalho de escritório (começando com a introdução da máquina de escrever no final do século XIX) e com ela o decréscimo dos conhecimentos e capacidades exigidos a um escriturário, bem como a despromoção social – juntamente com outra actividade relacionada: a de "secretário" – tornando-se uma ocupação com um estatuto social e uma remuneração baixos. As mulheres vieram a ocupar estes empregos, pois a remuneração e o prestígio que lhes estavam associados diminuíram. Em 1998, quase 90 por cento dos escriturários e 98 por cento das secretárias no Reino Unido eram mulheres. A proporção de pessoas a exercer cargos de secretariado decresceu, contudo, nas últimas duas décadas. Os computadores substituíram as máquinas de escrever, e hoje muitos gestores fazem grande parte da redacção de cartas e outras tarefas directamente no computador.

A concentração no emprego a tempo parcial

Embora um número crescente de mulheres trabalhe actualmente a tempo inteiro fora de casa, uma grande proporção de mulheres concentra-se no emprego a tempo parcial. Em décadas recentes, as oportunidades de trabalho a tempo parcial cresceram enorme-

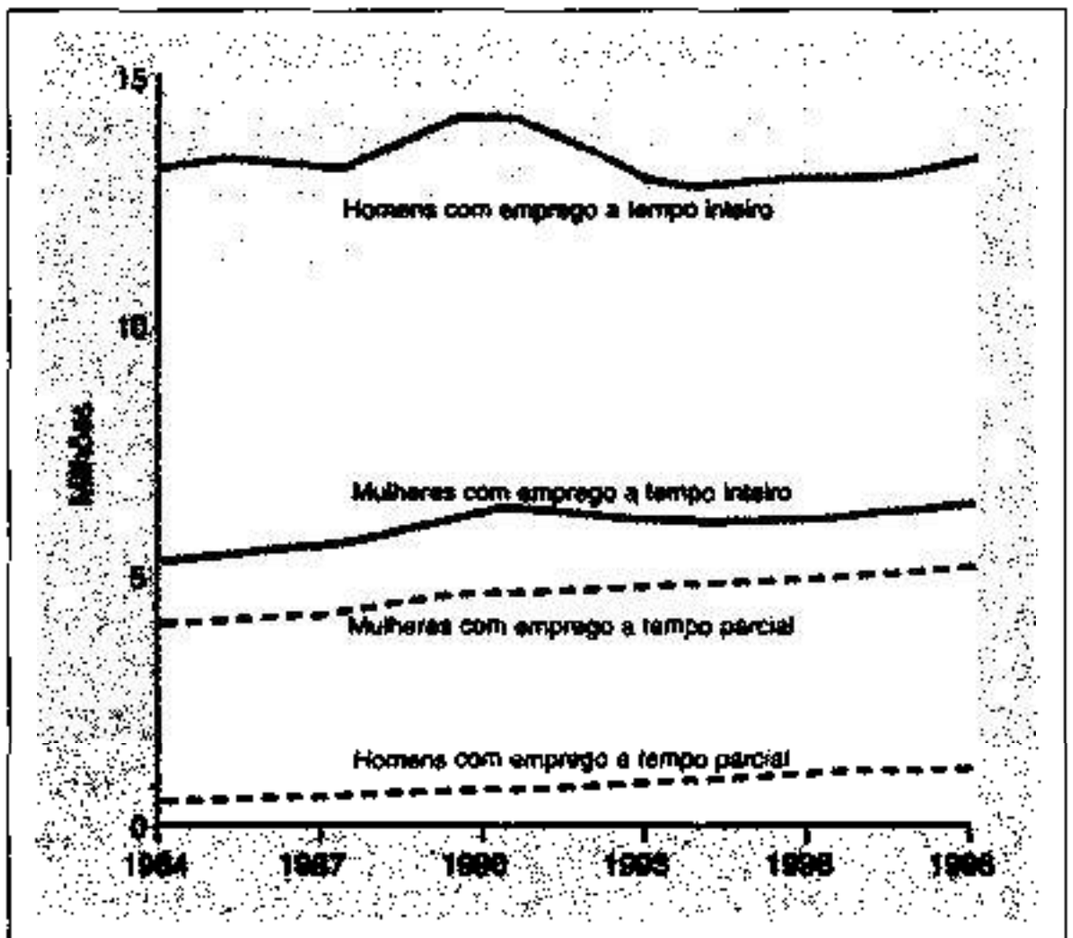


Figura 13.5 Emprego a tempo inteiro e a tempo parcial entre homens e mulheres, Reino Unido, 1994-98.

Fontes: Inquérito à Força de Trabalho, Office for National Statistics. *Social Trends*, 29 (1999), p. 76. Crown copyright.

mente, em parte como resultado das reformas do mercado de trabalho para encorajar políticas de emprego flexíveis, em parte devido à expansão do sector de serviços (Crompton, 1997).

Os empregos a tempo parcial oferecem mais flexibilidade aos trabalhadores do que o trabalho a tempo inteiro. Por esta razão, estes empregos são muitas vezes os preferidos pelas mulheres que procuram equilibrar as obrigações da família e do trabalho. Em muitos casos, isto pode ser feito com sucesso, e as mulheres, que de outra forma poderiam renunciar ao emprego, tornam-se então economicamente activas. No entanto, o trabalho a tempo parcial tem desvantagens como a baixa remuneração, a precarização do trabalho e as oportunidades limitadas de carreira.

O trabalho a tempo parcial atrai muitas mulheres. Entre os anos 50 e os anos 80, a grande maioria do crescimento da actividade económica das mulheres pode atribuir-se ao emprego a tempo parcial. Em 1994, as mulheres detinham 78 por cento de todo o trabalho a tempo parcial na Grã-Bretanha (Crompton, 1997, ver figura 13.5). O caso da Grã-Bretanha é específico, já que, entre as nações industrializadas, o Reino Unido tem uma das mais elevadas taxas de emprego feminino a tempo parcial.

Porque é que há muito mais mulheres com empregos a tempo parcial do que homens? Os sociólogos têm debatido este fenómeno, procurando explicar a intensidade deste padrão na Grã-Bretanha em comparação com outros países. Houve pesquisas que revelaram que os empregos a tempo parcial são muito mal pagos, instáveis e, muitas vezes, mais flexíveis para o empregador do que para o empregado! No entanto, quando questionadas, muitas trabalhadoras a tempo parcial diziam estar satisfeitas com o seu emprego a tempo parcial. A principal razão avançada pelas inquiridas para o trabalho a tempo parcial refere-se ao facto de preferirem não trabalhar a tempo inteiro.

Alguns académicos argumentam que há diferentes "tipos" de mulheres – as mulheres comprometidas com o trabalho, e as mulheres não comprometidas com o trabalho, que acham que a divisão sexual do trabalho tradicional é inquestionável (Hakim 1996). De acordo com tal abordagem, muitas mulheres *preferem* trabalhar a tempo parcial, por forma a cumprir as obrigações domésticas tradicionais. Existe, no entanto, um factor importante que lhes deixa pouca oportunidade de escolha. Os homens, de um modo geral, não assumem a responsabilidade principal na educação dos filhos. As mulheres que têm essa responsabilidade (bem como outras obrigações domésticas – ver abaixo), mas que mesmo assim querem, ou precisam, de trabalhar em empregos remunerados são da opinião de que o trabalho a tempo parcial é a opção mais viável (teremos em consideração o debate sobre "As opções das mulheres face ao trabalho" no texto em caixa seguinte).

A desigualdade salarial

O salário médio das mulheres empregadas na Grã-Bretanha está bem abaixo do dos homens, apesar de a diferença se ter atenuado de alguma forma nos últimos trinta anos. Em 1970, as mulheres com empregos a tempo inteiro ganhavam 63 pence por cada libra ganha pelos homens a trabalhar a tempo inteiro. Em 1999, esse número tinha aumentado para 84 pence. Entre as mulheres a trabalhar a tempo parcial, a disparidade reduziu-se de 51 pence para 58 no mesmo período de tempo. Esta tendência geral para a extinção da "disparidade dos salários" é correctamente observada como um passo significativo no movimento para a igualdade entre os dois sexos.

Diversos processos estão a afectar tais tendências. Um factor significativo é o de hoje mais mulheres ocuparem posições profissionais mais bem pagas do que no passado. Na actualidade, a probabilidade de as mulheres jovens com boas qualificações conseguirem um emprego lucrativo é idêntica à dos homens. Porém, este progresso no topo da estrutura ocupacional vai de par com o enorme incremento do número de mulheres em empregos a tempo parcial mal pagos na esfera em expansão rápida do sector de serviços.

A segregação ocupacional em função do género é um dos factores principais da persistência de uma disparidade de salários entre homens e mulheres. As mulheres estão sobrerrepresentadas nos sectores com empregos mais mal pagos: mais de 45 por cento das mulheres ganha menos de 100 libras por semana, enquanto pouco mais de 20 por cento dos homens aufere de tal rendimento. Apesar de algumas conquistas, as mulheres continuam também subrerrepresentadas no topo da distribuição do rendimento. Enquanto 10 por cento dos homens ganha mais de 500 libras por semana, só 2 por cento das mulheres aufere desse rendimento semanal (Rake, 2000).

O debate sobre o trabalho a tempo parcial

Um dos debates mais acesos no âmbito da sociologia do trabalho prende-se com a elevada concentração de mulheres em trabalhos mal pagos a tempo parcial. Têm sido avançadas diversas explicações para justificar a posição de relativa desvantagem das mulheres no âmbito do mercado de trabalho. Muitos sociólogos têm sublinhado constrangimentos como a segregação ocupacional, a relativa falta de instituições para cuidar das crianças e a discriminação persistente com base no género para explicar porque é que as mulheres aceitam empregos a tempo parcial e por que é que parecem satisfeitas com eles. Outros adoptam uma abordagem marcadamente diferente, argumentando que a posição das mulheres no mercado de trabalho é resultado das suas escolhas racionais. O proponente principal de tal visão é Catherine Hakim (1995, 1996, 1998).

De acordo com Hakim, há hoje em dia dois tipos de mulheres trabalhadoras: as que estão "comprometidas" com o trabalho a tempo inteiro e as que "não estão comprometidas" com o trabalho, dando prioridade às responsabilidades domésticas e trabalhando apenas a tempo parcial fora de casa. Hakim refuta o argumento de que o acesso a cuidados às crianças constitui uma barreira para mulheres que desejam trabalhar a tempo inteiro, não acreditando que estas sejam exploradas em empregos a tempo parcial. Hakim alega que estes e outros "mitos" são avançados por académicas feministas que cumprem uma agenda política. De acordo com a autora, muitas mulheres têm simplesmente uma perspectiva da vida profissional diferente da dos homens. Como resultado, escolhem racionalmente fazer do lar a sua primeira prioridade, estando satisfeitas com a flexibilidade oferecida pelo emprego a tempo parcial.

Os escritos de Hakim têm provocado veementes respostas por parte de muitos sociólogos que discordam da ideia de que os padrões do mercado de trabalho sejam apenas um resultado das opções femininas (Ginn *et al.* 1996; Crompton e Harris,

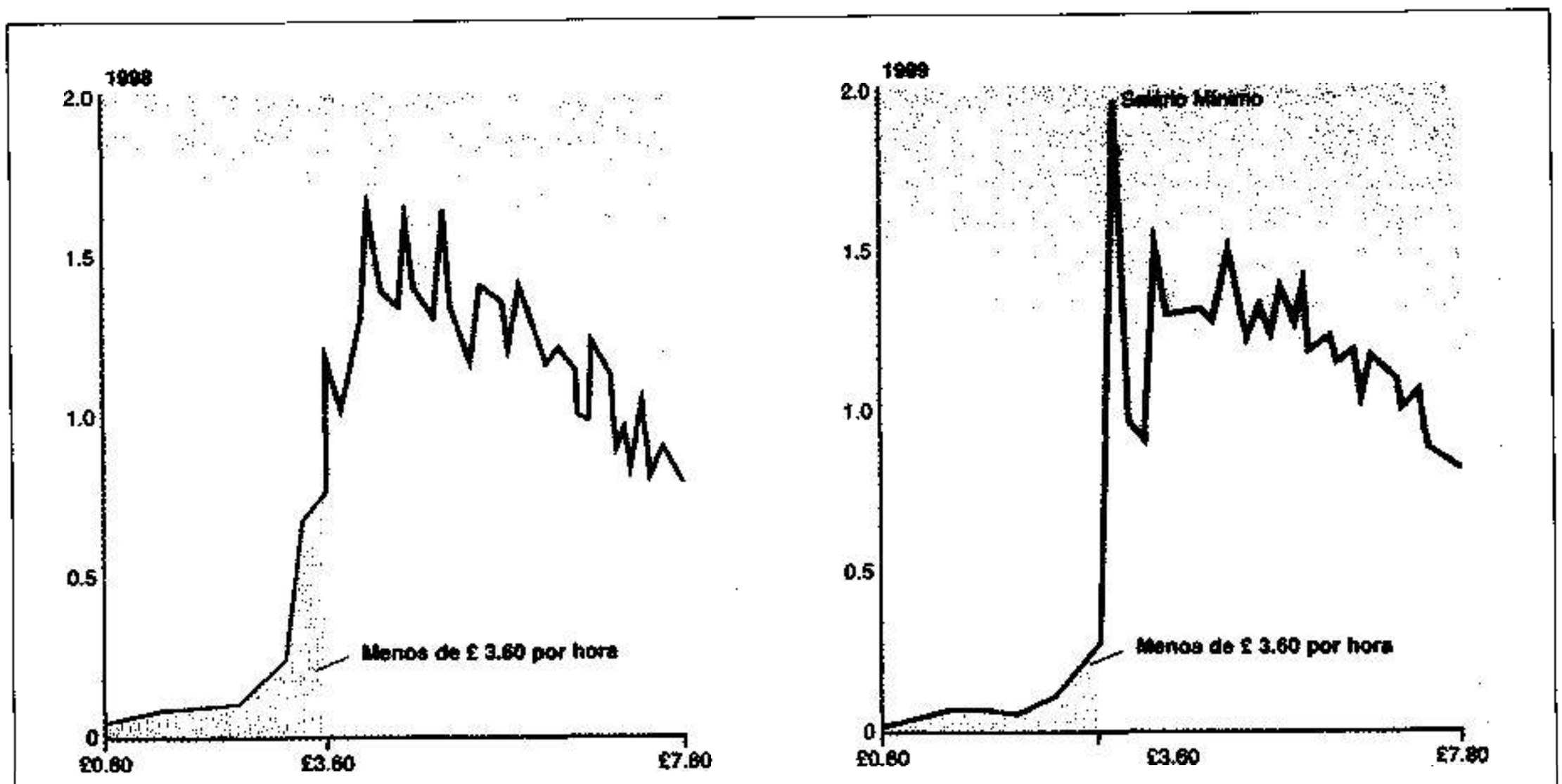


Figura 13.6 O impacto do salário mínimo: Trabalhadores remunerados à hora em percentagem do total dos trabalhadores, 1998 e 1999.
Fontes: Office for National Statistics. in *Guardian*, 15 de Outubro de 1999.

1998). Os que se opõem às suas teses acreditam ser errado ignorar os vários constrangimentos subjacentes às escolhas que as mulheres fazem. Rosemary Crompton e Fiona Harris criticaram a abordagem de Hakim, que defende que as mulheres possuem «orientações profissionais» diferentes das dos homens. De acordo com Crompton e Harris, as mulheres podem conciliar os imperativos do trabalho e as responsabilidades familiares, variando ao longo da sua vida a prioridade que atribuem ao trabalho e à família. Estudos sobre os trabalhadores no sector industrial, realizados em 1960 e 1970, demonstraram que estes podem ter atitudes diversas e complexas em relação ao trabalho, valorizando-o quer como satisfação pessoal, quer como recompensa. As autoras argumentam que o mesmo se aplica em relação às mulheres contemporâneas, que procuram equilibrar as exigências concorrentes da família e da profissão em contextos culturais e ocupacionais diferentes (Crompton e Harris, 1998).

Com base numa amostra transnacional de entrevistas a mulheres trabalhadoras na Rússia, na Grã-Bretranha, na Noruega, em França e na República Checa, Crompton e Harris concluíram que os percursos biográficos das mulheres revelam que as atitudes em relação à família e ao trabalho são complexas e variáveis. Por exemplo, uma mulher que, desde muito cedo, se dedique entusiasticamente a uma carreira pode, a uma dada altura, planear ter filhos, e regressar mais tarde ao trabalho com igual vigor. Em vez de demonstrar o «empenhamento» ou «não empenhamento» da mulher em relação ao trabalho, o estudo revela que as mulheres «elaboram» as suas biografias individuais com base nas possibilidades e constrangimentos que enfrentam em diferentes fases da sua vida.

Muitos críticos de Hakim concordam que as mulheres fazem opções em relação ao emprego que influenciam a sua posição no mercado de trabalho. No entanto, rejeitam a ideia de que as decisões das mulheres sejam «racionais» e tomadas fora de qualquer contexto. Pelo contrário, as decisões em relação à carreira são moldadas por desafios reais, atitudes familiares e normas culturais.

A introdução de um salário mínimo nacional, em 1999, também contribuiu para diminuir a disparidade de salários entre homens e mulheres, já que muitas mulheres se concentram em ocupações – como a de cabeleireira ou empregada de mesa – que durante muito tempo foram pagas abaixo do salário mínimo nacional. Estimou-se que perto de 2 milhões de pessoas receberam um aumento do salário de aproximadamente 30 por cento, devido ao novo salário mínimo (ver figura 13.6). Contudo, os benefícios do novo salário mínimo não negam o facto de uma larga proporção de mulheres trabalhar ainda em empregos em que, no máximo, pouco mais recebem que o salário mínimo, tornando excessivamente difícil a sobrevivência de uma pessoa, quanto mais de uma pessoa com uma criança dependente.

A proporção substancial de mulheres no Reino Unido a viver na pobreza é reveladora dessa situação precária. Isto é especialmente verdade para as mulheres que são chefes de família. A percentagem de mulheres entre os pobres subiu sustentadamente nas últimas duas décadas. A pobreza é especialmente grave para as mulheres com crianças pequenas que necessitam de cuidados constantes. Trata-se de um ciclo vicioso: uma mulher que consiga obter um trabalho razoavelmente bem pago pode ficar financeiramente enfraquecida por ter de pagar a quem cuide das crianças; contudo, se começar a trabalhar a tempo parcial os seus rendimentos baixam. As perspectivas de carreira, quaisquer que fossem, desapareceram. Para além disso, também perde outros subsídios económicos como o direito à pensão – que os trabalhadores a tempo inteiro têm.

Tendo em conta o tempo de vida de uma mulher, a disparidade de salários produz diferenças gritantes ao nível da totalidade dos rendimentos. Um estudo recente intitulado *Women's Incomes over the Lifetime* (Rake, 2000) descobriu que uma mulher com qualificações médias, por exemplo, terá uma "perda feminina" superior a 240.000 libras durante toda a sua vida. A perda feminina diz respeito à diferença de rendimentos durante uma vida inteira entre homens e mulheres – com filhos ou sem filhos – com qualificações semelhantes. O montante que uma mulher ganhará durante

A disparidade de salários

As três categorias de 'tipo de mulher'

Mulher com baixas qualificações: abandona a escola sem atingir o nível mínimo de qualificação escolar. Trabalha como empregada numa loja. Casa aos 21 anos e tem o primeiro filho aos 23 anos e o segundo aos 26. Ao todo, está nove anos fora do mercado de trabalho e permanece num emprego a tempo parcial durante 28 anos.

Mulher com qualificações médias: obtém aprovação no exame nacional do ensino secundário. Trabalha como administrativa (por exemplo, secretária). Casa aos 26 anos e tem o primeiro filho aos 28 anos e o segundo aos 31. Ao todo, está apenas dois anos fora do mercado de trabalho e trabalha a tempo parcial 12 anos.

Mulher com elevadas qualificações: licenciada e profissional especializada (por exemplo, professora). Casa aos 28 anos e tem o primeiro filho aos 30 anos e o segundo aos 33. Trabalha a tempo parcial somente durante um ano e a tempo inteiro durante toda a sua vida.

A disparidade de rendimento nas três categorias			
A "perda feminina" – diferença de rendimentos durante uma vida inteira entre homens e *mulheres – mesmo que* estas não tivessem filhos – com qualificações semelhantes.	£197,000	£241,000	£143,000
A "situação de desigualdade vivida pela mãe" – disparidade de rendimento no decurso da vida entre uma mulher sem filhos e uma mulher com filhos.	£285,000	£140,000	£19,000
A "disparidade entre homens e mulheres" – disparidade de rendimento entre homens e mulheres com qualificações semelhantes, resultante da "perda feminina" e da "situação de desigualdade vivida pela mãe".	£197,000	£381,000	£162,000

Figura 13.7 A "perda feminina", a "situação de desigualdade vivida pela mãe" e a "disparidade entre homens e mulheres" nos rendimentos auferidos pelas mulheres durante uma vida inteira.
Fontes: *Guardian*, 21 de Fevereiro de 2000; K. Rake (ed.), *Women's incomes over the Lifetime*, Stationery Office, 2000.

toda a sua vida varia de acordo com as suas qualificações. Por exemplo, pode esperar-se que uma mulher sem filhos e sem nenhumas qualificações ganhe 518.000 libras durante toda a sua vida. Se possuir um curso superior, pode esperar-se que ganhe mais do dobro daquele montante. A sua "perda feminina" será relativamente baixa e não irá sofrer a mesma "situação de desigualdade vivida pela mãe", ou seja, a disparidade de rendimento entre uma mulher sem filhos e uma mulher com filhos (ver figura 13.7). Em contrapartida, é provável que uma mulher com baixas qualificações e mãe de dois filhos se confronte com uma situação de "desigualdade vivida pela mãe" no valor de 285.000 libras (comparativamente ao que um homem com qualificações equivalentes iria ganhar), que no caso de uma mãe com qualificações médias com o mesmo número de filhos a desigualdade seja de 140.000 libras e no de uma mulher altamente qualificada nas mesmas condições seja de 19.000 libras – isto além da sua "perda feminina". É mais provável que as mulheres pertencentes às duas últimas categorias regressem rapidamente ao trabalho e recorram a estabelecimentos para cuidar dos seus filhos durante a infância e adolescência (Rake, 2000).

As desigualdades de género a nível ocupacional estarão a desaparecer?

Oportunidades crescentes para as mulheres no topo...

Apesar do enraizamento da segregação ocupacional e da disparidade salarial, há sinais de que as desigualdades extremas de género se estão a atenuar e de que as atitudes que as sustentam continuam em mudança. A segregação ocupacional com base no género é menos pronunciada entre os jovens licenciados que entram actualmente no mercado de trabalho.

Um estudo efectuado a um grupo de jovens nascidos em 1970 revelou que as jovens usufruem de programas para a igualdade de oportunidades implementados nos anos 80 (ESRC, 1997). As mulheres oriundas da classe média têm a mesma probabilidade que os homens pertencentes à mesma classe de serem admitidas em boas universidades e de encontrarem uma ocupação bem remunerada.

O facto de as mulheres terem ou não crianças a seu cargo assume uma grande importância na sua integração na força de trabalho remunerado. Em todos os grupos socioeconómicos é mais provável que as mulheres tenham um emprego a tempo inteiro se não tiverem filhos,em casa. Contudo, hoje em dia a tendência para as mães retomarem o trabalho a tempo inteiro, regressando ao mesmo emprego e ao mesmo patrão, é maior do que nas últimas duas décadas. As mulheres tendem hoje a fazer pausas mais curtas na sua carreira para ter filhos. Isto é especialmente verdadeiro para as ocupações bem remuneradas, factor que contribui para o elevado poder financeiro de agregados com dupla remuneração.

É possível que ocorram actualmente profundas transformações. Muitos sociólogos concordam que houve, de facto, um aumento considerável no número de mulheres com formação académica e qualificações elevadas. O estudo revela que há hoje mais mulheres a ocupar posições de direcção do que em décadas anteriores. Entre 1991 e 1998, por exemplo, a proporção de mulheres gestoras e administradoras subiu de 30 por cento para 33 por cento (HMSO, 1999).

Contudo, devemos ter presente que ainda demorará algum tempo até aquelas mulheres que estão a iniciar as suas carreiras atingirem o seu máximo no desempenho das mesmas, e os resultados só serão visíveis daqui a alguns anos. Alguns estudos revelaram que as posições de nível intermédio são mais acessíveis às mulheres do que as posições de topo (ver os dados de Judy Wajcman, anteriormente referidos nas págs. 363). Menos de 5 por cento da direcção de companhias britânicas é exercida por mulheres; 4 em cada 5 empresas não têm mulheres na sua direcção. Exemplos semelhantes podem ser encontrados noutros domínios da economia.

Mas as mulheres que se encontram na base permanecem desfavorecidas...

Porém, estes avanços nas oportunidades profissionais das mulheres não são iguais para todas. Tendências na «economia informacional» parecem estar a incrementar a cisão entre as mulheres que ocupam posições de topo e as que ocupam posições de base. Um conjunto actual de novas ocupações privilegiadas contrasta com o significativo número de posições pouco qualificadas necessárias ao funcionamento da «economia informacional». Já se observou que a grande expansão das mulheres no trabalho remunerado se verifica ao nível do trabalho a tempo parcial no sector de serviços, onde se praticam baixos salários. As mulheres representam uma importante força de trabalho na economia em mudança. Contudo, o facto de tantos empregos pagarem, no máximo, pouco mais que o salário mínimo, faz da pobreza um problema bem real para muitas mulheres e, em particular, para as mães solteiras.

O emprego entre as mulheres com filhos pequenos está a aumentar substancialmente. Para estas mulheres uma preocupação principal é cuidar dos filhos. A existência de creches deve ser vista como um dos elementos mais significativos que afectam as possibilidades de entrada das mulheres no mercado de trabalho. Para poderem trabalhar a tempo inteiro, as mulheres têm de recorrer a uma rede de apoio formal ou informal (apoio de amigos, parentes ou vizinhos), a quem possam deixar as crianças. Um relatório do Departamento para a Educação e Emprego, intitulado *Meeting the Childcare Challenge* (DFEE, 1998), revelava que 4 em 5 mães que não exercem uma profissão trabalhariam, se conseguissem encontrar um local aceitável para deixar os filhos; 1 em 7 mães indicou o facto de ter de cuidar da criança como a principal razão para não entrar no mercado de traba-

lho. Embora os serviços privados de cuidados infantis estejam a aumentar, são na maior parte das vezes demasiado caros. As mulheres com baixas qualificações verificam muitas vezes que o emprego fora de casa mal cobre as despesas com os serviços de cuidados à criança.

A divisão doméstica do trabalho

O trabalho doméstico

O trabalho doméstico na sua forma actual surgiu com a separação entre a casa e o local de trabalho (Oakley, 1974). Com a industrialização, a casa tornou-se sobretudo um lugar de consumo e não de produção de bens. O trabalho doméstico tornou-se «invisível», pois o «trabalho real» foi sendo gradualmente definido como aquele que recebe um pagamento directo. O trabalho doméstico tem sido tradicionalmente encarado como o domínio das mulheres, enquanto o domínio do «trabalho real» fora de casa era reservado aos homens. Neste modelo convencional, a *divisão doméstica do trabalho* – a forma como as responsabilidades domésticas são partilhadas entre os membros do agregado familiar – era bastante clara: as mulheres dedicavam-se mais, por vezes de forma exclusiva, às tarefas domésticas, enquanto os homens «sustentavam» a família com o seu salário.

O período de desenvolvimento da separação entre «casa» e «trabalho» também assistiu a outras mudanças. Antes das invenções e equipamentos proporcionados pela industrialização terem influenciado a esfera doméstica, o trabalho em casa era difícil e penoso. A lavagem da roupa semanal, por exemplo, era uma esfera pesada e exigente. A instalação de água corrente quente e fria em casa pôs termo a muitas tarefas demoradas: anteriormente a própria água tinha de ser levada para casa e aquecida, sempre que fosse necessário ter água quente. A canalização da electricidade e do gás tornou os fogões a carvão e a lenha obsoletos, e as actividades como o habitual rachar da lenha, o transporte do carvão e a limpeza constante do fogão foram em grande medida eliminadas.

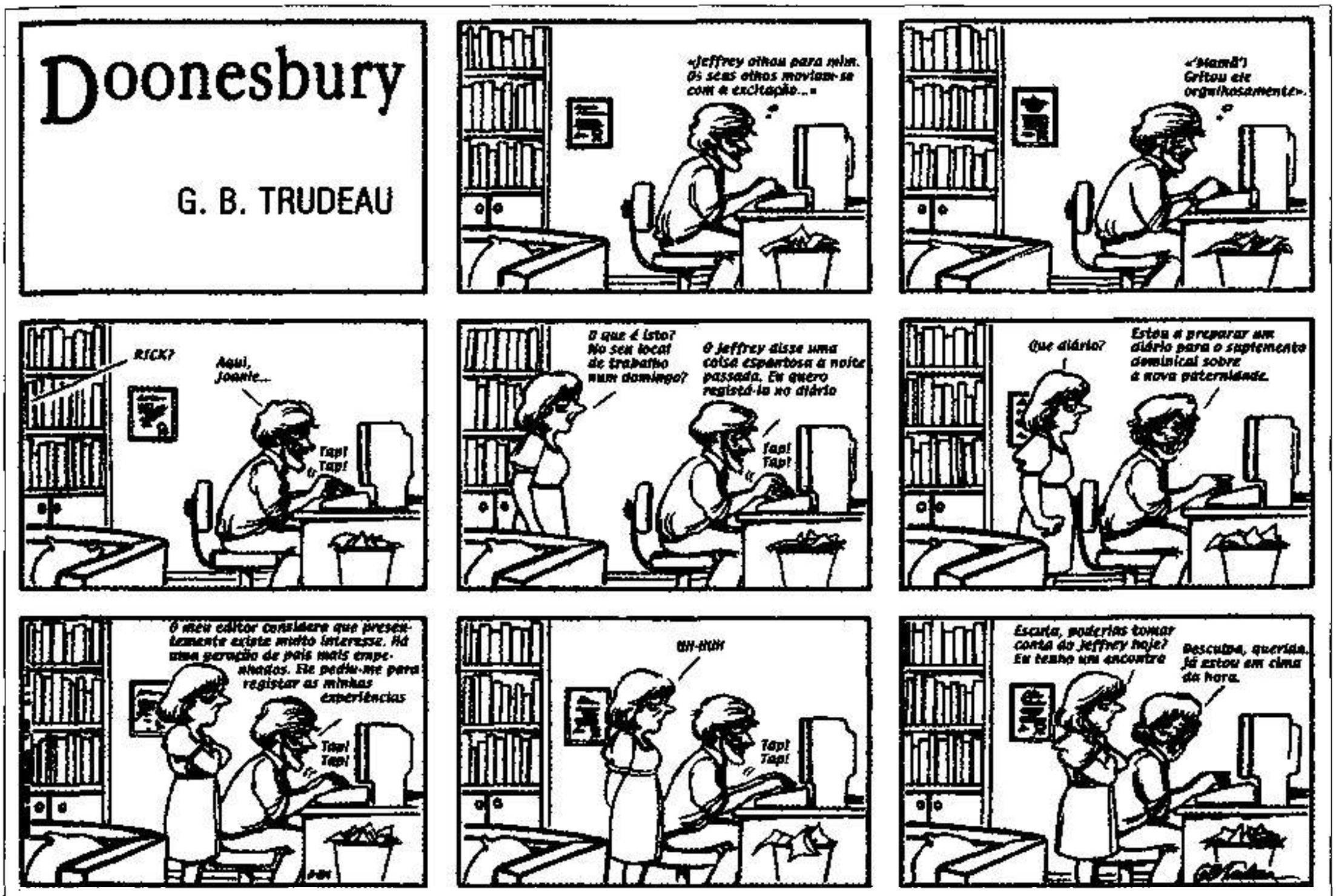
Surpreendentemente, o tempo médio despendido pelas mulheres em trabalho doméstico não diminuiu substancialmente, mesmo com a introdução de equipamentos que poupam trabalho, como aspiradores e máquinas de lavar a roupa. O tempo que as mulheres britânicas, que não possuem um emprego remunerado, gastam no trabalho de casa permaneceu constante durante o último meio século. Os aparelhos domésticos eliminaram algumas das tarefas pesadas, mas surgiram outras em seu lugar. O tempo gasto a tratar das crianças, a fazer compras para a casa e a preparar refeições aumentou.

O trabalho doméstico não remunerado tem um enorme significado para a economia. Estimou-se que este trabalho representa entre 25 a 40 por cento da riqueza criada nos países industrializados. O trabalho doméstico apoia o resto da economia, proporcionando serviços grátis dos quais depende grande parte da população com trabalho remunerado. No entanto, a própria natureza do trabalho doméstico tem dimensões problemáticas. O estudo de Anne Oakley sobre o trabalho doméstico como forma de trabalho, demonstrou que a dedicação a tempo inteiro às tarefas domésticas pode conduzir ao isolamento, à alienação e à ausência de satisfação interior. As donas de casa inquiridas consideravam as tarefas domésticas extremamente monótonas, sentindo dificuldade em escapar a pressões psicológicas auto-impostas para cumprir determinados padrões que elas próprias estabeleciam para o seu trabalho (1974).

As formas de trabalho remunerado e não remunerado estão estreitamente relacionadas como o demonstra a importância do trabalho doméstico para a economia global. Uma das principais questões de interesse para os sociólogos reside na forma como o envolvimento crescente das mulheres no mercado de trabalho afectou a divisão doméstica do trabalho. Se a quantidade de trabalho doméstico não diminuiu, mas hoje são poucas as mulheres donas de casa a tempo inteiro, então as actividades domésticas deverão ser organizadas de forma muito diferente nos dias que correm.

Mudanças na divisão doméstica do trabalho

Um dos resultados da entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho reside no facto de certos padrões familiares tradicionais estarem a ser renegociados. O modelo do 'homem ganha-pão' tornou-se mais a excepção do que a regra, e o aumento da independência económica das mulheres significa que estas estão em melhor posição para abandonar os papéis de género no lar se o escolherem fazer. Quer em termos de trabalho doméstico, quer na tomada de decisões financeiras, os papéis domésticos tradicionais das



Doonesbury © 1985 G. B. Trudeau. Reimpresso com autorização do Universal Press Syndicate. Reservam-se todos os direitos.

mulheres estão a sofrer mudanças significativas. Parece que assistimos a uma passagem para relações mais igualitárias em muitos lares, apesar de as mulheres continuarem a assumir a principal responsabilidade pela maior parte do trabalho doméstico. As pequenas reparações no lar, tarefas frequentemente executadas pelos homens, parecem ser a excepção.

Alguns estudos demostram que às mulheres casadas a trabalhar fora de casa cabe menos trabalho doméstico, embora quase sempre assumam a principal responsabilidade de tomar conta da casa. O padrão das suas actividades é, evidentemente, bastante diferente. Elas dedicam-se às tarefas domésticas sobretudo no final da tarde e por longas horas aos fins de semana, ao contrário das donas de casa a tempo inteiro.

O motivo para as mulheres trabalhadoras continuarem a ser largamente responsáveis pelo trabalho doméstico levou o sociólogo americano Arlie Hochschild a falar em 'segundo turno' (1989). Hochschild utiliza este termo para descrever as horas adicionais de trabalho doméstico que muitas mulheres empregadas executam, após o oficial dia de trabalho, de modo a manter a casa a funcionar regularmente. Na perspectiva de Hochschild, isto conduz a uma 'revolução adiada' para as mulheres. Apesar de os seus direitos no mercado de trabalho progredirem de modo crescente, as mulheres continuam a suportar o pesado fardo do trabalho doméstico.

No entanto, há provas de que mesmo este padrão pode estar a mudar. Os homens estão a contribuir mais para o trabalho doméstico do que no passado, embora os investigadores que analisaram o fenómeno afirmem que é um processo de 'adaptação retardada' (Gershuny *et al*. 1994). Isto significa que a renegociação das tarefas domésticas entre homens e mulheres

corre mais lentamente 'o que a entra 'a 'as mul' eres no mercado de trabalho. O estudo observou que a divisão do trabalho nos lares varia em função de factores como a classe e o tempo que a mulher despende na profissão. Casais de classes sociais elevadas tendem a ter uma divisão do trabalho mais igualitária, tal como acontece nos agregados onde a mulher trabalha a tempo inteiro. No global, os homens assumem uma maior responsabilidade em relação à casa, mas o fardo ainda não é partilhado de forma igualitária.

Um inquérito conduzido por Warde e Heathering-ton (1993), em Manchester, revelou que a divisão do trabalho doméstico era mais igualitária entre casais jovens do que entre os mais velhos. Os autores concluíram que os estereótipos de género se vão dissolvendo ao longo do tempo. Os jovens cujos pais procuravam partilhar as tarefas domésticas teriam maior probabilidade de implementar tais práticas nas suas próprias vidas.

Vogler e Pahl examinaram um aspecto diferente da _i isã_ _____stica d_ tra_al_o – o dos sistemas de 'gestão' financeira nos lares (1994). O seu estudo procurava compreender se o acesso das mulheres ao dinheiro e ao controlo sobre as decisões de gastos se tornou mais igualitário com o aumento do emprego feminino. Através de entrevistas a casais, em seis comunidades britânicas distintas, descobriram que a distribuição dos recursos financeiros é, no conjunto, feita de forma mais justa do que no passado, permanecendo, ainda assim, relacionada com questões de classe. Entre os casais com rendimentos elevados, as finanças «conjuntas» tendem a ser geridas por ambos, existindo um maior grau de igualdade no acesso ao dinheiro e na tomada de decisões sobre as despesas. Quanto mais a mulher contribui financeiramente para o lar, maior o seu controlo sobre as decisões financeiras.

Em famílias com baixos rendimentos, as mulheres são frequentemente responsáveis pela gestão diária das finanças do agregado, mas não são necessariamente encarregues de decisões estratégicas sobre a gestão do orçamento e das despesas. Nestes casos, Vogler e Pahl sublinharam a tendência para as mulheres salvaguardarem o acesso dos seus maridos aos gastos financeiros, enquanto elas próprias se privam do mesmo direito. Por outras palavras, parece haver uma distinção entre o controlo diário das mulheres sobre as finanças e o seu acesso ao dinheiro.

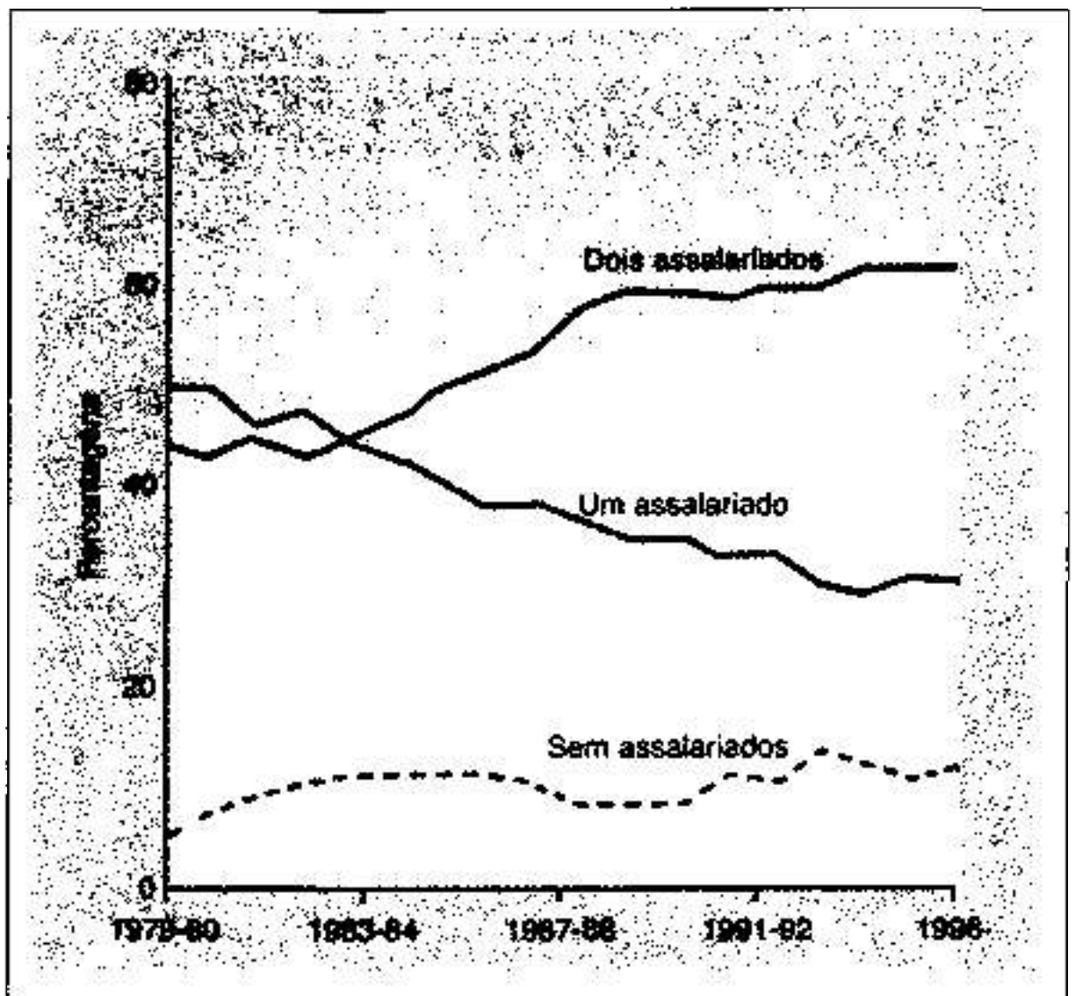


Figura 13.8 Número de assalariados em casais com crianças a cargo, Grã-Bretanha, 1979-96.

Fontes: Inquérito Nacional aos Agregados, Office for National Statistics. *Social Trends* 30 (2000), p. 68. Crown Copyright.

O trabalho e a família

Até agora examinámos algumas das principais transformações que estão a ocorrer no mundo do trabalho, como a mudança para uma economia do conhecimento, a introdução de técnicas de produção flexíveis pós-fordistas e a entrada das mulheres no mercado de trabalho. Como são vividas estas mudanças no mundo do trabalho no seio da família? As transformações no local de trabalho não ocorrem no vazio, tendo efeitos significativos no lar e na família. Nesta secção, iremos considerar alguns dos desafios e das possíveis estratégias de conciliação das exigências do trabalho e da família nesta época de rápida mudança.

A relação problemática entre família e trabalho

O declínio do lar tradicional com 'ganha-pão masculino' tem sido acompanhado por uma maior igualdade para as mulheres, quer em casa, quer na esfera profissional. Contudo, tal tem também produzido efeitos complicados no seio da família: a polarização social e a pobreza aumentam à medida que cresce o fosso entre os agregados 'com elevados rendimentos do trabalho' e os agregados com 'baixos rendimentos

do trabalho'. Há uma ruptura crescente entre os agregados em que dois adultos têm rendimentos, por um lado, e os agregados em que no máximo um indivíduo tem rendimentos, por outro (ver figura 13.8).

Estas mudanças nas estruturas dos agregados familiares coincidem com fortes transformações na economia e no local de trabalho. As empresas esforçam-se para obter uma maior eficiência e "emagrecem", os empregos são extintos ou "reduzidos", e muitos empregados vivem momentos de ansiedade face à instabilidade das suas posições. Expectativas elevadas no desempenho do trabalho, quer por imposição do próprio, quer por imposição dos seus superiores, têm levado a uma sobrecarga de trabalho e a um aumento do horário laboral. O trabalho exige mais tempo das pessoas. Em particular, no caso dos casais em que os dois trabalham e no dos progenitores solteiros, mais tempo passado no trabalho significa menos tempo disponível para a vida familiar e para as interacções com as crianças. A repartição do tempo tornou-se um problema central para muitas famílias que têm simplesmente "demasiado trabalho".

O prolongamento da semana de trabalho

Um estudo da Fundação Joseph Rowntree verificou que 60 por cento dos empregados sentiam que, durante os últimos cinco anos, se têm esforçado mais no seu emprego e trabalhado a um ritmo mais acelerado. Os homens britânicos com empregos a tempo inteiro são, praticamente em toda a Europa, os que trabalham, em média, mais horas: 45.7 horas por semana comparativamente a 41.3 horas, a média da UE (HMSO 2000, p. 74). As estatísticas oficiais do inquérito ao trabalho revelam que aproximadamente 20 por cento da população activa britânica trabalha mais de 48 horas semanais no seu emprego principal; 30 por cento dos homens e 7 por cento das mulheres afirma trabalhar mais de 48 horas por semana (HMSO 1999). Estudos sobre os padrões de trabalho entre empresários e consultores revelam que se torna cada vez mais comum trabalhar regularmente 50, 60 ou até mais horas por semana.

Os 'longos horários' estarão a tornar-se norma? Alguns acreditam que sim e que esta não é uma tendência particularmente saudável. Os críticos defendem que o 'excesso de trabalho' conduz a um forte desequilíbrio entre vida pessoal e profissional. Os pais que trabalham e chegam a casa ansiosos e exaustos têm menor capacidade de passar um tempo de qualidade com as crianças e o cônjuge, penalizando quer o casamento quer o desenvolvimento da criança. Por outro lado, têm menos tempo para actividades de lazer e para o envolvimento em actividades comunitárias, como a intervenção local ou a administração escolar. De acordo com os críticos, as horas de trabalho estão gradualmente a usurpar o valioso 'tempo de descanso' que a saúde das pessoas exige.

O emprego dos pais e o desenvolvimento da criança

À medida que cada vez mais mães entram no mercado de trabalho, colocam-se questões sobre os efeitos a longo prazo desta tendência para o bem-estar das crianças. Estarão as mães trabalhadoras a "menosprezar" as suas crianças?

Esta questão tem suscitado opiniões distintas. Muitas são controversas, sugerindo que as crianças cujos pais saem para trabalhar podem ficar numa posição desfavorecida face às que usufruem da companhia de um dos progenitores em casa durante os seus primeiros anos de vida.

Um estudo do Instituto da Educação utilizou dados do Inquérito Nacional ao Desenvolvimento da Criança, a partir de uma amostra de 11 000 pessoas nascidas em 1958, conjuntamente com os seus filhos. A pesquisa tinha por objectivo analisar os efeitos do regresso das mães ao trabalho sobre as crianças com menos de um ano de idade. Os resultados revelaram uma relação entre o emprego das mulheres e o posterior sucesso escolar das crianças: as crianças, cujas mães regressaram ao trabalho no período máximo de um ano após o seu nascimento, revelaram ter, de alguma forma, menores capacidades de leitura do que outras crianças com idades compreendidas entre os oito e os dez anos. No entanto, a pesquisa também mostrou que, no seu conjunto, as crianças, cujas mães regressaram ao trabalho (em particular, trabalho a tempo inteiro), adaptaram-se melhor, com menos ansiedade e maior maturidade social, mais tarde na vida (Joshi e Verropoulou, 1999). Estudos como este são sublinhados por activistas que afirmam que as mulheres deveriam ter o direito legal de regressar ao trabalho um ano após o nascimento de uma criança, e não mais cedo, como é pratica corrente.

Um estudo de caso recente, conduzido em Barking e Dagenham, no Leste de Londres, também observou ligações entre o desempenho educacional das crian-

Quadro 13.1 Relato das crianças relativo ao tempo passado com os progenitores segundo a situação laboral destes (horas e minutos)

Situação perante o trabalho		Semana (5 dias)	Fim-de-semana (2 dias)	Total	Tempo despendido com os pais
Agregados onde ambos os pais trabalham					
Mãe (Trabalho a tempo parcial)	Mãe	26.50			
Pai (Trabalho a tempo inteiro)	Pai	18.00	15.70	42.40	75.20
			15.00	33.00	
Ambos os pais trabalham					
Mãe (Trabalho a tempo inteiro)	Mãe	22.30	16.00	38.30	74.75
Pai (Trabalho a tempo inteiro)	Pai	20.65	15.60	36.25	
Agregados onde apenas um trabalha					
Pai (Trabalho a tempo inteiro)	Mãe	22.25	13.00	38.00	68.00
	Pai	18.00	12.00	30.0	

Não se registaram diferenças significativas entre as ocupações dos pais nos três grupos.
Fonte: M. O'Brien and Jones, «Children, parental employment and educational attainment: an English case study», *Cambridge Journal of Economics*, 23 (1999)

ças e o emprego dos pais (O'Brien and Jones, 1999). Em 1994, Margaret O'Brien e Deborah Jones inquiriram 620 crianças estudantes com idades compreendidas entre os treze e os quinze anos, por forma a examinar a relação entre vida familiar e experiência educacional. Como complemento dos questionários, foi pedido às crianças que elaborassem diários durante uma semana e que relatassem por escrito as suas rotinas diárias, incluindo o tempo que despendiam com cada um dos pais. O' Brien e Jones reuniram dados subsequentes sobre os resultados escolares das crianças dois anos depois.

Barking e Dagenham foi o local de um importante estudo sociológico conduzido por Peter Willmott, nos anos cinquenta. Esta região caracterizava-se pela presença de famílias brancas da classe trabalhadora, com fortes laços de parentesco e fraco desempenho educacional. Willmott descreveu-a como uma "colónia de uma só classe" de cultura homogénea e valores orientados para o trabalho manual (1963). Após mais de duas décadas, a região sofreu poucas mudanças (a maior parte dos homens continua a trabalhar em actividades manuais), embora sejam muito mais as mulheres no mercado de trabalho. Na amostra de O'Brien e Jones, em 40 por cento dos agregados ambos os pais trabalhavam a tempo inteiro, em 34 por cento só o pai trabalhava a tempo inteiro, trabalhando a mãe a tempo parcial, e em 23 por cento dos agregados só o pai trabalhava, e a tempo inteiro.

Baseando-se nos dados do inquérito, O'Brien e Jones puderam comparar o tempo que as crianças passavam com os seus pais em diferentes tipos de famílias. Observaram que, no conjunto, o acesso das crianças às mães era mais fácil nos casos em que a mãe trabalhava a tempo parcial (ver quadro 13.1). Surpreendentemente, nos lares onde o pai trabalhava a tempo inteiro e a mãe estava em casa, as crianças passavam *menos* tempo quer com o pai, quer com a mãe. De acordo com as narrativas das crianças, as mães não trabalhadoras não passavam necessariamente mais tempo com elas, apesar de estarem em casa, o que se aplica particularmente aos fins-de-semana. O'Brien e Jones sugeriram que, por comparação com as mães trabalhadoras, as mães não trabalhadoras podem não perceber a necessidade de passar mais tempo com as crianças aos fins-de-semana ou não ter os rendimentos suficientes para pagar actividades de lazer.

No que diz respeito à qualidade das relações entre pais e filhos, as crianças com mães a trabalhar a tempo parcial exprimiram, de alguma forma, mais satisfação do que aquelas cujas mães trabalham a tempo inteiro,

embora a diferença não fosse significativa. Oitenta e um por cento das crianças com mães em empregos a tempo parcial, por exemplo, sentiam que as suas mães tinham tempo para conversar com elas sobre assuntos importantes; entre as crianças com mães a trabalhar a tempo inteiro o valor descia para 73 por cento.

Quando observaram o desempenho educacional global das crianças do estudo, O' Brien e Jones identificaram vários factores que influenciam os resultados escolares: bem-estar material, aspirações educacionais, apoio maternal e padrões de emprego dos pais. Concluíram que as crianças têm melhor desempenho escolar quando ambos os pais trabalham, mas que os resultados são, de alguma forma, mais baixos entre aquelas cujos pai e mãe trabalham a tempo inteiro. De uma forma geral, a entrada das mulheres de Barking e Dagenham no mercado de trabalho teve, não obstante, um impacto positivo na transição das crianças para a vida adulta (O'Brien e Jones, 1999).

A pressão sobre as mães trabalhadoras

As mulheres acarretam ainda com a responsabilidade principal de tomar conta das crianças, embora este cenário pareça alterar-se à medida que o pai assume um papel mais activo. Isto significa que as mulheres trabalhadoras com crianças pequenas enfrentam a tarefa de gerir as aparentemente infindáveis exigências diárias da casa e do trabalho. Para muitas mães trabalhadoras, o quotidiano é uma confusão: levantar as crianças e prepará-las pela manhã, deixá-las no infantário, trabalhar o dia inteiro, ir buscar a criança no final do dia, passar o tempo com as crianças à noite, tratar dos afazeres em casa e arranjar tempo para as suas próprias necessidades. Para as mães solteiras, tais desafios são ainda maiores, na medida em que há menos ajuda e menos "rede de apoio", em particular quando a criança adoece e necessita de cuidados.

Muitas mães trabalhadoras consideram-se forçadas a reconciliar as várias dimensões das suas vidas. No estudo de Judy Wajcman sobre mulheres empresárias, uma inquirida comentou:

> "Parece-me que existem três elementos na vida: a família, a vida social e o trabalho. Numa família de dupla carreira, um elemento tem de ser eliminado. Para mim, esse elemento é a vida social. Quando não estou no trabalho, sou mãe a tempo inteiro. E quando as crianças vão para a cama, caio para o lado!"

Mesmo as mães trabalhadoras com posses para recorrer a empregadas domésticas, consideram que assumem maior responsabilidade do que os seus parceiros para encontrar e supervisionar estes serviços. "Se perguntar à ama quem é o seu patrão, ela dir-lhe-á que sou eu", afirmou outra empresária. "Procuro manter um contacto mais próximo com os afazeres. Ela tem tendência a falar mais comigo do que com o meu marido" (citado em Wajcman 1998, p.152).

Alguns estudos recentes sugeriram que o esforço para equilibrar trabalho e casa leva grande número de mães trabalhadoras a desistir totalmente do trabalho a tempo inteiro ou a optar pelo emprego a tempo parcial. Investigadores da Universidade de Bristol efectuaram um estudo de 560 mães britânicas que tinham regressado ao trabalho a tempo inteiro após o nascimento do primeiro filho. Observaram que mais de um terço tinham abandonado o trabalho a tempo inteiro no espaço de dois anos. Muitas citaram a inflexibilidade dos empregadores, que não estavam dispostos a fazer quaisquer concessões pelo facto de as mulheres que regressaram terem novas obrigações adicionais para com um bebé (J. Wilson, 2000).

Embora estes resultados sejam importantes para revelar os enormes desafios que as mães trabalhadoras enfrentam no mundo contemporâneo, devemos também ser cautelosos ao interpretá-los. Ser mãe ou ser pai é, pela sua própria natureza, um esforço complexo e trabalhoso. Não surpreende que o equilíbrio entre o papel de pai e o de mãe e as responsabilidades profissionais se deparem com enormes dificuldades. Há o perigo, no entanto, de encarar a relação problemática entre família e trabalho como um "assunto de mulher". Ao considerar a questão do equilíbrio saudável entre a casa e o local de trabalho, devemos também prestar atenção aos respectivos papéis dos pais, dos empregadores e do governo no apoio ao exercício parental. Iremos agora observar alguns exemplos de políticas laborais de 'apoio à família', desenvolvidas nalguns locais de trabalho por forma a atenuar as pressões da relação problemática entre família e trabalho.

As políticas laborais de 'apoio à família'

Se entrámos verdadeiramente numa era na qual o ritmo de trabalho é mais rápido, as empresas mais flexíveis e os estilos de gestão mais "suaves", estará

a legislação do trabalho também em mudança para facilitar aos empregados a gestão da relação entre família e trabalho? Os sinais apontam para a adopção, através do recurso às tecnologias de informação, de várias políticas laborais de 'apoio à família' pelos empregadores no sentido de ajudar os agregados onde ambos os cônjuges trabalham a encontrar um equilíbrio entre os compromissos de trabalho e compromissos de outra ordem.

Não há consenso sobre o critério exacto para uma política ser considerada como política laboral de 'apoio à família'. Contudo, no seu inquérito sobre os vários tipos de políticas de trabalho de apoio à família actualmente existentes na Europa, Lisa Harker (1996) evidenciou quatro objectivos-chave a ter em conta:

1. As políticas devem ser orientadas para facilitar, aos empregados, a articulação entre os compromissos da casa e do trabalho.
2. As políticas devem apoiar a igualdade de género e a partilha de compromissos familiares entre homens e mulheres.
3. As políticas não devem discriminar. Devem ser implementadas em condições de trabalho razoáveis e apoiar as necessidades dos empregados.
4. Uma política laboral de apoio à família não é bem sucedida se não alcançar um equilíbrio – um 'compromisso invisível' – entre as necessidades do trabalhador e as do empregador.

Os defensores das políticas laborais de 'apoio à família' afirmam que estas são uma proposta "vencedora". Em primeiro lugar, as políticas flexíveis são vantajosas para os empregados porque, ao permitirem-lhes tomar decisões sobre o tipo de trabalho mais adequado ao seu caso, proporcionam-lhes um maior controlo sobre as suas vidas Este aspecto leva à obtenção, por parte dos trabalhadores, de um melhor equilíbrio entre os seus compromissos de trabalho e os compromissos de outra ordem.

As políticas flexíveis reconhecem que os trabalhadores têm diferentes necessidades em vários períodos da sua vida. Um jovem empregado, por exemplo, pode trabalhar intensivamente para construir uma carreira durante dez anos, optar por reduzir o horário por um período de cinco anos quando os filhos nascem, regressar ao nível anterior de actividade durante a meia-idade e, mais tarde, começar a trabalhar algumas horas a partir de casa, por forma a tomar conta de um progenitor mais velho.

Um segundo aspecto fundamental das políticas laborais de 'apoio à família' reside no facto de serem vantajosas para o empregador. Ao trabalhar com os empregados na criação de padrões de trabalho mais adequados, os empregadores descobrem que estes são mais leais e empenhados, tendendo também a ser mais eficientes e produtivos por despenderem menos tempo de trabalho a tentar coordenar as várias dimensões da sua vida. De acordo com os defensores das políticas flexíveis, os trabalhadores mais equilibrados, menos ansiosos, terão melhor desempenho no trabalho.

As políticas laborais de apoio à família estão longe de ser universais, mas algumas visões estão a tornar-se cada vez mais populares com a expansão das novas tecnologias de informação.

Trabalho flexível

O trabalho flexível é uma das opções bastante adoptada pelos trabalhadores. Tal como o seu nome sugere, o trabalho flexível permite aos trabalhadores escolher as suas próprias horas de trabalho no âmbito de limites estabelecidos, o que pode significar, por exemplo, que uma mãe trabalhadora comece o seu dia às 7 horas da manhã por forma a estar em casa na altura em que o seu filho termina a escola à tarde. Outros empregados podem optar por começar cedo, acabar tarde e tirar um intervalo de três horas a meio do dia para cuidarem de um parente doente. Outra versão do trabalho flexível escolhida por muitos trabalhadores implica a compressão da semana de trabalho de cinco para quatro dias. Trabalhar mais horas de segunda a quinta permite às pessoas tirar três dias de fim-de-semana.

Apesar de o trabalho flexível ser popular entre muitos empregados – em particular, entre os casais onde os dois auferem de um rendimento e podem utilizar o trabalho flexível para coordenar os seus horários de trabalho e as necessidades das crianças – não é aplicável a todos os tipos de trabalho. Os críticos também argumentam que o trabalho flexível não pode *criar* nenhum tempo extra para passar com a família, já que transforma simplesmente a carga de trabalho num novo padrão. Finalmente, alguns empresários são hostis ao trabalho flexível, afirman-

Equilibrando a família e o trabalho numa única mesa.

do que os trabalhadores precisam de estar no local de trabalho durante as horas de trabalho para prestar serviço aos clientes e colaborar com os colegas. Num estudo sobre políticas laborais de apoio à família, um empresário expunha uma desvantagem potencial do trabalho flexível:

> "O meu principal objectivo é estabelecer uma forma que vá ao encontro das necessidades da Tina e que seja também aceitável para as outras pessoas no local de trabalho ... Se os outros a virem ir para casa mais cedo todos os dias, isso será moralmente desastroso. Um dia por semana, que é quando ela não está cá, é mais aceitável." (citado em Lewis e Taylor 1996, p. 121)

A partilha do trabalho

A partilha do trabalho é uma proposta que repensa a forma segundo a qual o trabalho está organizado. A partilha do trabalho permite a duas pessoas partilhar a responsabilidade e as remunerações inerentes a um posto de trabalho. Para um casal casado ou a coabitar, em que ambos os indivíduos têm idênticas habilitações ou competências, tal pode constituir uma opção atractiva, pois permite que um deles esteja disponível para cuidar das crianças a qualquer momento. A partilha de empregos pode também ser organizada entre dois trabalhadores a tempo parcial que precisam de flexibilidade para compromissos fora da esfera do trabalho. Por exemplo, duas mães trabalhadoras podem partilhar uma posição administrativa, coordenando as suas horas de trabalho entre elas.

Há desafios práticos envolvidos no desenvolvimento normal da partilha de empregos, porque ambos os indivíduos devem permanecer informados sobre as tarefas que foram executadas e as que ficaram por fazer. No entanto, se for estabelecido um sistema eficiente de registo e comunicação, este tipo de

trabalho oferece grande flexibilidade aos empregados e às empresas.

O trabalho em casa

O trabalho ao domicílio (por vezes denominado como 'teletrabalho ao domicílio') permite aos empregados executar algumas ou todas as suas responsabilidades em casa, com o auxílio de um computador e de um *modem*. Em trabalhos que não requerem um contacto regular com os clientes ou parceiros, como o trabalho de *design* gráfico feito por computador ou o de *copy-writing* para publicidade, os empregados consideram que trabalhar a partir de casa permite equilibrar as responsabilidades fora da esfera do trabalho *e* aumenta a sua produtividade. O fenómeno dos 'trabalhadores em rede' irá certamente continuar a crescer nos próximos anos.

Apesar de o trabalho realizado em casa ser hoje mais aceite, não é necessariamente a opção preferida por todos os empregadores. É bem mais difícil supervisionar o trabalho de um empregado quando este não está no local de trabalho. Por esta razão, novos tipos de controlo são frequentemente colocados em casa dos trabalhadores por forma a garantir que eles não abusam da sua 'liberdade'. Por exemplo, os trabalhadores têm de contactar regularmente o local de trabalho ou enviar relatórios sobre ele com maior frequência que os outros empregados.

Apesar de existir grande entusiasmo acerca do potencial da 'casa como local de trabalho', alguns investigadores advertem quanto à probabilidade de surgir uma significativa polarização entre trabalhadores que realizam em casa projectos inovadores e criativos, e um grande número de trabalhadores desqualificados, que executam trabalhos de rotina, como a dactilografia ou a inserção de dados. Caso tal cisão viesse a ter lugar, as mulheres iriam provavelmente concentrar-se nas categorias mais desqualificadas dos trabalhadores em casa (Phizacklea e Wolkowitz 1995).

A licença parental

O grau de apoio de uma empresa à família pode ser avaliado em função das políticas de licença para assistência aos filhos. No âmbito da implementação de políticas mais favoráveis aos empregados, muitas empresas no Reino Unido estão a utilizar as propostas acima descritas para diminuir o fardo sobre os jovens pais. No entanto, por lei, mãe e pai trabalhadores no Reino Unido só têm direito a treze semanas de licença sem vencimento. Apesar de alguns empregadores concordarem com licenças de maternidade e paternidade mais generosas, por lei não são obrigados a fazê-lo.

Em muitos outros países europeus têm sido implementadas políticas relativas à licença parental no sentido de encorajar, em particular, o pai a tirar licença para auxiliar a cuidar dos filhos. Na Noruega, por exemplo, os empregados podem tirar uma licença parental por quarenta e duas semanas com salário por completo, ou cinquenta e duas semanas com 80 por cento da sua remuneração. Ao pai exige-se que usufrua de, pelo menos, quatro semanas de licença. São concedidos dez a quinze dias por ano aos pais para o caso de a criança adoecer. Os pais solteiros têm direito a mais tempo: vinte ou trinta dias (PNUD, 1999).

A situação na Suécia é, segundo sustentam alguns activistas e decisores políticos, um modelo ao qual o Reino Unido deve aspirar. A Suécia lidera o mundo ocidental em termos de legislação destinada a promover a igualdade entre os sexos (Scriven, 1984). A lei consagra tipos de licenças bem remuneradas e igualitárias que concedem tanto à mãe como ao pai a oportunidade de permanecer no mercado de trabalho, mas deixando-lhes o tempo e espaço necessários para cumprir os seus compromissos parentais. Uma grande proporção das mulheres na Suécia tem um emprego remunerado – 80% a 90% daquelas cuja idade varia entre os 16 e os 64 anos tem trabalho remunerado. As mulheres têm direito a quinze meses de licença de maternidade remunerada; o estado paga 80 a 90 por cento dos seus salários durante este período. Os pais têm direito a dez dias de licença remunerada no momento do nascimento da criança, bem como a uma licença adicional de 450 dias a 80 por cento. Até a criança completar oito anos, ambos os pais têm direito a uma redução de 25 por cento nas horas de trabalho. Existem ainda muitos centros para assistência a crianças até ao doze anos, após a escola e durante o período de férias (PNUD, 1999).

Avaliação

Deveríamos acolher entusiasticamente a implementação de políticas laborais de apoio à família? Por um lado, as tentativas inovadoras para auxiliar os empregados na gestão da vida familiar e profissional podem

ser vistas como uma resposta dinâmica e positiva às mudanças na economia e na natureza do trabalho. Porém, tal como estão actualmente implementadas, as políticas de trabalho orientadas para o 'apoio à família' ficam aquém do que se esperava no que diz respeito à resolução, pela raiz, deste problema que assola as famílias contemporâneas.

Em primeiro lugar, as políticas de trabalho flexível não estão implementadas em muitos locais de trabalho, sendo frequentemente concedidas apenas a empregados privilegiados. Em muitos casos, a autorização para trabalhar de forma mais flexível depende de decisão da administração. Muitas políticas ainda continuam essencialmente orientadas para as necessidades das empregadas com crianças pequenas, em vez de se dirigirem a uma assistência mais alargada, incluindo os homens e todos os trabalhadores que precisam de cuidar de parentes velhos ou incapacitados. A percentagem de homens a usufruir destas políticas permanece desanimadoramente baixa. Por exemplo, apenas 5 por cento da força de trabalho masculina na UE – o que inclui países onde as políticas são relativamente generosas – trabalha a tempo parcial ou tirou licença de paternidade em 1995. Como notou o Comissário Europeu para o Emprego e Assuntos Sociais, 'mesmo onde há instrumentos de política orientados para acabar com o desequilíbrio entre os géneros no que toca aos cuidados à criança... persiste a ideia de que estes cuidados são da responsabilidade da mulher' (PNUD, 1999, p. 82).

Em segundo lugar, a taxa de usufruto de políticas flexíveis varia bastante, o que pode estar relacionado com o receio, por parte de algumas mulheres, de que o facto de concordarem com políticas flexíveis significará um fraco 'compromisso' com o local de trabalho, um receio que não parece despropositado. Um inquérito aplicado aos membros do Instituto de Dirigentes Empresariais revelou que 45 por cento considera que as mulheres com crianças pequenas devem ser preteridas face a outros grupos, devido a conflitos de interesse potenciais entre a profissão e a família. De acordo com o director do instituto "os empregadores, quando recrutam trabalhadores, têm conhecimento dos seus compromissos familiares. Mas esperam que estes sejam suficientemente adultos para lidar com estas pressões. Não nos cabe a nós fazê-lo" (citado em Lynch, 2000).

Em terceiro lugar, alguns comentadores argumentam que as políticas laborais de 'apoio à família', por si só, nunca poderão integrar totalmente a mulher no mercado de trabalho e assegurar a sua independência económica. Tais políticas não conseguirão igualmente aligeirar o fardo da relação problemática entre família e trabalho; quando muito conseguirão 'reconfigurá-la'. A solução, na opinião de alguns comentadores, é a redução da semana de trabalho para todos, para ultrapassar a cultura de horários longos (Creighton, 1999). A redução da semana de trabalho conduziria à criação de uma nova e sólida relação entre família e trabalho, para substituir a relação pouco equilibrada do modelo do "ganha-pão masculino", permitindo assim um melhor equilíbrio entre família e trabalho, uma maior igualdade entre os géneros e uma redução da polarização social através de uma distribuição mais igualitária do trabalho entre os adultos.

Outros investigadores concordam que uma mudança substancial exige uma transformação na cultura e nas atitudes, e não simplesmente um conjunto de políticas flexíveis. A popularidade das políticas laborais de 'apoio à família' deve-se, em parte, ao facto de as empresas as encararem como benefícios atractivos colocados à disposição dos bons empregados. Não obstante, enquanto os ideais subjacentes a tais políticas não fizerem efectivamente parte do programa e da missão da empresa, mantém-se o perigo de tais oportunidades permanecerem periféricas.

O desemprego

As taxas de desemprego têm flutuado consideravelmente no decurso deste século. Nos países ocidentais, o desemprego atingiu o máximo nos princípios dos anos 30, com cerca de 20 por cento da força de trabalho desempregada na Grã-Bretanha. O pensamento do economista John Maynard Keynes influenciou fortemente a política na Europa e nos Estados Unidos durante o período do pós-guerra. Keynes acreditava que o desemprego provinha da falta de poder de compra necessário à aquisição de bens, o que conduziria à falta de estímulo da produção e, por sua vez, à redução da procura de mão-de-obra. Os governos podem intervir para aumentar o nível da procura numa economia, levando à criação

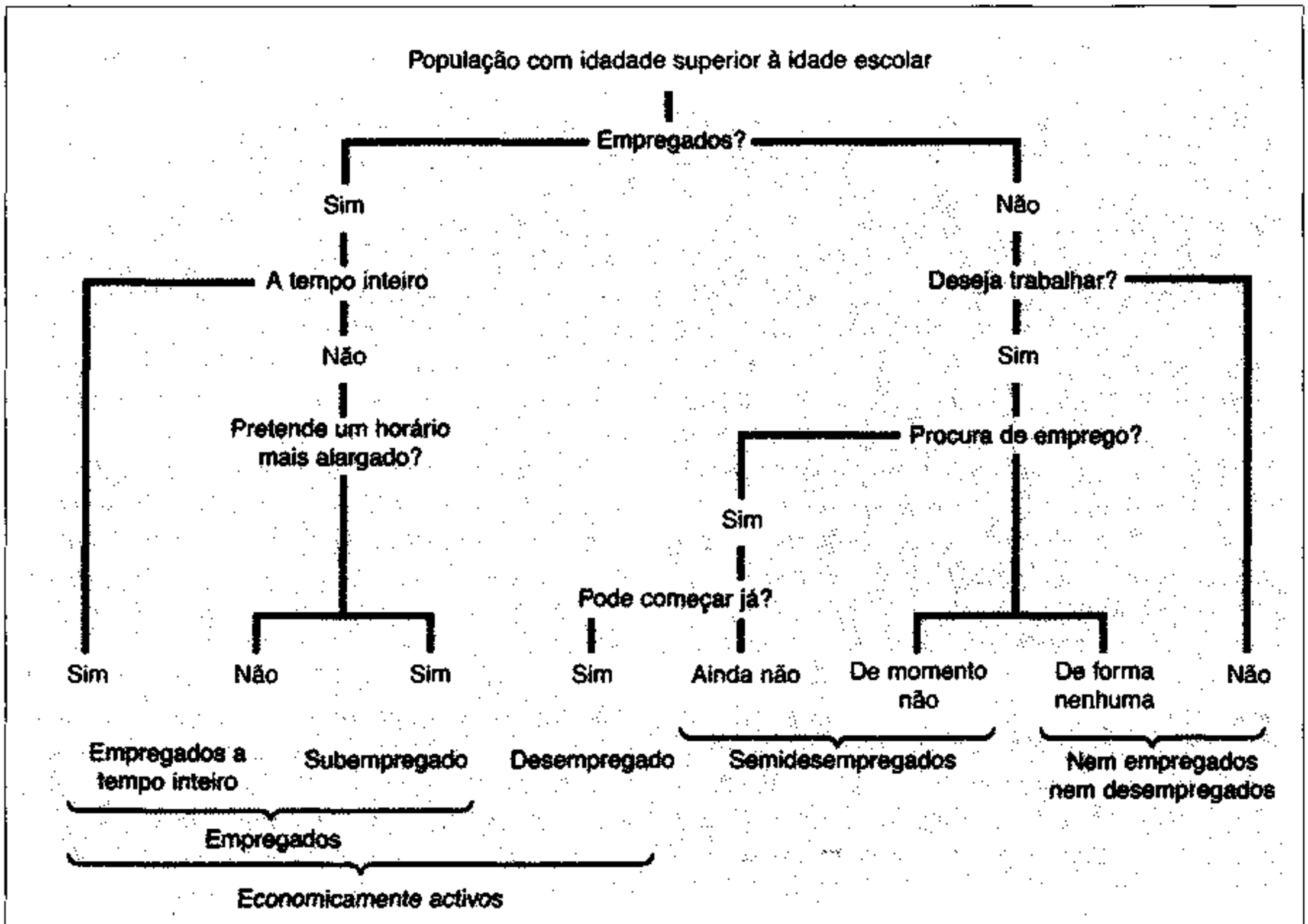


Figura 13.9 Uma taxonomia dos estados possíveis de emprego, desemprego e não-emprego. *Fonte:* Peter Sinclair, *Unemployment: Economy Theory and Evidence* (Oxford: Basil Blackwell, 1987), p. 2.

de novos postos de trabalho. Muitos passaram a acreditar que a gestão da vida económica pelo Estado significava que os índices elevados de desemprego pertenciam ao passado. O compromisso com o *pleno emprego* tornou-se parte da política governamental praticamente em todas as sociedades ocidentais. Até aos anos 70, estas políticas pareciam ter sucesso, e o crescimento económico foi mais ou menos contínuo.

Durante os anos 70 e 80, os índices de desemprego dispararam em muitos países, e o Keynesianismo foi abandonado, em grande parte, como meio de regulação da actividade económica. Durante cerca de um quarto de século, a partir da Segunda Guerra Mundial, a taxa de desemprego na Grã-Bretanha foi inferior a 2 por cento. Aumentou para 12 por cento no início dos anos oitenta, depois baixou, voltando a subir no fim dessa década. Desde meados até ao final dos anos 90, o desemprego na Grã-Bretanha voltou mais uma vez a subir, permanecendo no final da década ligeiramente abaixo dos 6 por cento.

Análise do desemprego

Contudo, não é fácil interpretar as estatísticas oficiais de desemprego (ver figura 13.9). Também não é fácil definir o desemprego. Significa «estar sem trabalho». Mas aqui «trabalho» significa «trabalho remunerado» e «ter uma ocupação reconhecida». As pessoas devidamente registadas como desempregados podem dedicar-se a muitas formas de actividade produtiva, como pintar a casa ou tratar do jardim. Muitas pessoas têm empregos remunerados a tempo parcial ou só têm

Quadro 13.2 *Taxas de desemprego segundo o grupo étnico e a idade, Grã-Bretanha, 1997-8*

	16-24	25-34	35-44	45-59/64	Todas as idades 16-59/64
Pouplação branca	13	6	5	5	6
Poupalção negra	39	18	12	16	19
População de origem indiana	18	7	6	7	8
Paquistaneses e os oriundos do Bangladesh	29	16	13	26	21
Outros grupos, incluindo o cruzamento inter-racial	22	13	10	8	13
Todos os grupos étnicos	14	7	5	5	7

Percentagem de desempregados – de acordo com a definição utilizada pela Organização Internacional do Trabalho – no total de indivíduos activos; homens com idade até aos 64 anos, mulheres com idade até aos 59 anos.
Fonte: Social Trends, 29 (1999), p. 82. Crown copyright.

empregos pagos esporadicamente; os reformados não são contabilizados como «desempregados».

Muitas estatísticas oficiais são calculadas de acordo com a definição de desemprego utilizada pela Organização Internacional do Trabalho (*International Labour Organization*). O registo do desemprego efectuado pela Organização Internacional do Trabalho inclui os indivíduos que não têm emprego, que estão disponíveis para iniciar uma actividade no prazo de duas semanas e que procuraram um emprego no mês anterior. Muitos economistas pensam que a esta taxa de desemprego padrão se deviam juntar outros dois tipos de desempregados: os «trabalhadores desmotivados», aqueles que gostariam de ter um emprego, mas perderam a esperança de o conseguir, tendo desistido de o procurar; e os «trabalhadores a tempo parcial involuntário», indivíduos que não conseguiram encontrar um emprego a tempo inteiro, embora o desejassem.

As estatísticas globais do desemprego são também problemáticas devido ao facto de englobarem dois «tipos» distintos de desemprego. Um deles, o *desemprego ocasional*, por vezes designado como «desemprego temporário», refere-se à entrada e saída habitual, por um curto período, de indivíduos no mercado de trabalho, por razões como a mudança de emprego, a procura de uma ocupação após a licenciatura ou um período de saúde débil. Em contrapartida, entende-se por *desemprego estrutural* a falta de emprego resultante de mudanças estruturais na economia, e não de circunstâncias que afectem os indivíduos. O declínio da indústria pesada na Grã-Bretanha, por exemplo, contribuiu para um elevado nível de desemprego estrutural.

O desemprego na Grã-Bretanha

Na Grã-Bretanha as variações na distribuição do desemprego, tal como este é definido pelo governo, encontram-se bem documentadas. O desemprego é mais elevado entre os homens do que entre as mulheres. Em 1998, a taxa de desemprego entre os homens era de 6.8 por cento contra 5.3 por cento nas mulheres. A probabilidade de os homens desempregados terem trabalhado anteriormente era duas vezes maior do que entre as mulheres. A probabilidade de as mulheres registadas no desemprego terem estado em casa a cuidar das crianças ou do lar é dez vezes maior do que entre os homens (HMSO, 1999).

O desemprego é, em média, mais elevado entre as minorias étnicas do que entre a população branca. As minorias étnicas têm também taxas de desemprego de longa duração mais elevadas do que o resto da população. Todavia, estas tendências gerais ocultam uma parte significativa da diversidade nas taxas de desemprego entre as minorias étnicas (ver quadro 13.2). O desemprego entre a população branca permaneceu nos 6 por cento em 1997-8. Na população de origem

indiana, a taxa era de 8 por cento – um dos factores que levou alguns a sugerir que a população britânica de origem indiana havia praticamente alcançado a paridade socioeconómica com a população branca. Pelo contrário, a taxa de desemprego entre os afro-caribenhos era de 19 por cento e entre os paquistaneses e os oriundos do Bangladesh de 21 por cento. O desemprego mais elevado entre minorias étnicas registava-se entre os afro-caribenhos com idades compreendidas entre os 16 e os 24 anos (39 por cento), e nos paquistaneses e naturais do Bangladesh entre os 45 e a idade da reforma (26 por cento) (HMSO, 1999). Os jovens são particularmente afectados pelo desemprego. A taxa de desemprego para os que têm idades compreendidas entre os dezoito e os vinte e quatro anos é quase o dobro da taxa total. Em 1998, cerca de 13 por cento dos adolescentes e 9 por cento das adolescentes possuíam um emprego. Até certo ponto, estas taxas são artificialmente elevadas, pois incluem estudantes que têm empregos a tempo parcial ou temporários, enquanto estão a estudar ou a frequentar cursos de formação.

Não obstante, há uma proporção substancial de jovens que faz parte dos desempregados de longa duração, especialmente os que pertencem a grupos minoritários. Mais de metade dos adolescentes masculinos desempregados inclui os que não têm emprego há seis meses ou mais. Há novas iniciativas governamentais direccionadas para jovens com idades compreendidas entre os dezoito e os vinte e quatro anos, que reivindicam o subsídio de procura de emprego por um prazo superior a seis meses. O desempregado de longa duração pode usufruir de cursos de formação, de assistência na procura de emprego e de oportunidades de emprego subsidiado.

A classe social e as taxas de desemprego estão correlacionadas. De acordo com o estudo do ESRC efectuado junto dos jovens nascidos em 1970, aqueles cujos pais provinham das classes sociais I ou II tinham as taxas de desemprego mais baixas, enquanto aqueles cujos pais provinham da classe social V, ou eram filhos de mães solteiras, detinham as taxas de desemprego mais elevadas, incluindo uma elevada proporção de indivíduos que nunca trabalhou (ESRC, 1997).

As taxas de desemprego estão igualmente associadas às qualificações educacionais. O Inquérito à População Activa revelou que quanto mais elevado é o nível de qualificação, mais baixa é a taxa de desemprego. Na Primavera de 1998, a taxa de desemprego entre os indivíduos sem qualificações era quatro vezes maior do que a existente entre os indivíduos com elevadas qualificações educacionais (HMSO, 1999).

A experiência do desemprego

A experiência do desemprego pode ser muito perturbadora para os que se habituaram a ter empregos seguros. A consequência mais imediata é, obviamente, a perda de rendimentos. Os efeitos desta perda variam de país para país em consequência das diferenças nos subsídios de desemprego. Nos países onde há direito à assistência médica pública e a outros benefícios sociais, os desempregados podem enfren-

O declínio nas fontes de emprego tradicionais tem provocado uma ansiedade generalizada entre os homens em ocupações de trabalho manual, não só quanto aos seus empregos mas também quanto ao futuro dos seus filhos.

tar dificuldades financeiras agudas, mas continuam a ter o apoio do Estado. No caso dos Estados Unidos, os apoios ao desemprego são atribuídos por períodos de tempo mais reduzidos e a assistência médica pública não é universal, sendo maiores as dificuldades económicas dos desempregados.

Os estudos sobre os efeitos emocionais do desemprego observaram que os desempregados passam frequentemente por uma série de fases de adaptação ao novo estatuto. Embora a experiência seja individual, os indivíduos recentemente desempregados vivem muitas vezes um sentimento de choque, seguido de um optimismo face a novas oportunidades. Quando essas expectativas não são retribuídas, como sucede frequentemente, os indivíduos podem cair em períodos de depressão e profundo pessimismo sobre si próprios e as suas perspectivas de emprego. Se o período de desemprego se prolonga, o processo de adaptação é eventualmente completado, e os indivíduos resignam-se à sua situação (Ashton, 1986).

A solidez das comunidades e dos vínculos sociais pode ser também perturbada por níveis de desemprego elevado. Num estudo sociológico clássico dos anos 30 do século XX, Marie Jahoda e os seus colegas analisaram o caso de Marienthal, uma pequena cidade austríaca que conheceu o desemprego em massa após o encerramento de uma fábrica local (Jahoda *et al.* 1972). Os investigadores observaram a forma como a experiência de um longo período de desemprego minou eventualmente diversas estruturas e redes sociais na comunidade. As pessoas revelavam menor participação nos assuntos cívicos, menor vida social e visitavam menos a biblioteca municipal.

É importante sublinhar que a experiência do desemprego também varia em função da classe social. Para os indivíduos posicionados no último nível da escala de rendimentos, as consequências do desemprego são sobretudo sentidas a nível financeiro. Sugeriu-se que entre os indivíduos da classe média o desemprego era perturbador sobretudo no que respeita ao seu estatuto social e não ao nível financeiro. Um professor universitário de quarenta e cinco anos que se encontre no desemprego pode ter adquirido os bens necessários para viver confortavelmente durante as fases iniciais do desemprego, mas poderá questionar-se sobre o significado do desemprego para o futuro da sua carreira e sobre a sua valia como profissional.

Quadro 13.3 Evolução da precarização do trabalho, 1986 *versus* 1997 (%)

Profissionais com educação e formação superiores	+28
Trabalhadores administrativos	+10
Gestores	+9
Profissionais associados	+9
Operários especializados, artífices	-4
Trabalhadores manuais	-7

Fonte: Mudança Social e Iniciativa Económica (1986) e Inquérito às Qualificações (1997); in B. J. Burchell *et al.*, *Job Insecurity and Work Intensification* YPS, 1999.

A precarização do trabalho

As transformações profundas que ocorrem actualmente no mercado de trabalho enquadram-se na transição de uma economia baseada na indústria para uma economia baseada nos serviços. A difusão das tecnologias de informação está também a provocar transformações na estrutura das organizações, no tipo de gestão utilizado e na forma como as tarefas são distribuídas e executadas. Apesar de estas novas formas de trabalho apresentarem, para muitos, grandes oportunidades, podem também produzir uma ambivalência profunda por parte daqueles que se sentem enclausurados num mundo em constante mutação – tal como no caso de Rico e Jeannette, exposto no início do capítulo. A mudança brusca pode ser perturbadora. Os trabalhadores, em diversos tipos de ocupações, vivem hoje a **precarização do trabalho**, um sentimento de receio a respeito da estabilidade futura da sua posição e do seu papel no local de trabalho.

O fenómeno da precarização do trabalho tornou-se um dos principais tópicos de debate no âmbito da sociologia do trabalho em décadas recentes. Muitos comentadores e fontes mediáticas sugeriram ter havido um aumento contínuo na precarização do trabalho nos últimos trinta anos e que esta precarização atingiu hoje um peso sem precedentes nos países industrializados. Argumentam que os jovens já não podem contar com uma carreira segura com um único patrão, pois a globalização crescente da economia incrementa as fusões de empresas e a redução do número de empregados. O esforço no sentido da eficiência e do lucro faz com que os indivíduos com

poucas qualificações – ou as qualificações 'erradas' – sejam relegados para empregos precários e marginais, vulneráveis às mudanças nos mercados globais. Apesar dos benefícios trazidos pela flexibilidade no local de trabalho, vivemos hoje numa cultura de 'contratação e despedimento', onde a ideia de um 'emprego para toda a vida' já não tem cabimento.

O aumento da precarização do trabalho

Em 1999, a Fundação Joseph Rowntree publicou os resultados do Inquérito sobre a Precarização e Intensificação do Trabalho (JIWIS), baseado em entrevistas aprofundadas a 340 britânicos, desde operários a administradores. O estudo visava avaliar a extensão da precarização do trabalho, bem como o seu impacto no local de trabalho e nas famílias e comunidades. Os autores do estudo observaram que a precarização do trabalho tem registado um aumento na Grã-Bretanha a partir de 1966, com o período de crescimento mais intensivo a ocorrer entre os trabalhadores manuais no final dos anos 70 e nos anos 80.

Apesar de uma retoma económica global iniciada em meados dos anos 80, a precarização do trabalho continuou, no entanto, a crescer. O estudo concluiu que a precarização do trabalho está agora no seu auge, registando o valor mais elevado desde a Segunda Guerra Mundial (Burchell *et al.* 1999).

O inquérito também examinou as categorias de trabalhadores que, ao longo dos anos, têm sido submetidos a elevados ou mais baixos níveis de precarização. Os autores descobriram que, em meados da década de 90, o aumento mais elevado na precarização do trabalho ocorreu entre os trabalhadores não manuais. Entre 1986 e 1999, os "profissionais" * deixaram de ser o grupo ocupacional mais seguro para se tornarem o menos seguro (ver quadro 13.3), enquanto os trabalhadores manuais registaram, de alguma forma, níveis mais baixos de precarização do trabalho. Uma das principais razões desta precarização parecia ser uma falta de confiança na administração. Quando questionados quanto ao zelo da administração pelos interesses dos empregados, 44 por cento dos inquiridos afirmaram que era "pouco" ou "nenhum" (Burchell *et al.* 1999).

Muitos investigadores concordam que a precarização do trabalho não é um fenómeno novo. O desacordo gira em torno da dimensão do fenómeno nos últimos anos e, sobretudo, dá-se quanto à identificação dos segmentos da população trabalhadora que são confrontados com a precarização do trabalho de forma mais acentuada. Alguns críticos argumentam que estudos como o projecto sobre a precarização e intensificação do trabalho (JIWIS) não passam de uma resposta pouco fiável à *percepção* da precarização entre as classes médias.

A 'classe média insegura': haverá um empolamento da questão da precarização do trabalho?

No final dos anos 70 e no início dos 80, a Grã-Bretanha viveu uma recessão económica que atingiu particularmente as indústrias transformadoras tradicionais. Neste período, perderam-se cerca de um milhão de postos de trabalho nos sectores metalúrgico, da construção naval e do minério do carvão. Os "profissionais" e os dirigentes só enfrentaram em larga escala pela primeira vez a precarização do trabalho nos anos 80 e 90. As privatizações e os despedimentos afectaram o sector financeiro e da banca. A expansão da era da informação acarretou a perda de emprego de muitos funcionários públicos, à medida que os sistemas foram dominados pela utilização dos computadores.

Enquanto os operários se habituaram, de alguma forma, a viver com a ameaça da perda de emprego, os trabalhadores de colarinho branco estavam menos preparados para as mudanças introduzidas nas suas ocupações. Esta ansiedade entre os profissionais especializados levou alguns a falar de uma 'classe média insegura'. O termo foi utilizado para descrever os trabalhadores de colarinho branco, cuja fé na estabilidade dos seus empregos os levara a assumir compromissos financeiros significativos, como hipotecas consideráveis, educação privada para as crianças ou actividades de lazer de custos elevados. Como nunca tinham pensado em perder o emprego, o súbito espectro do desemprego levou-os a viver numa enorme ansiedade e instabilidade. A precarização do trabalho continuou a ser um tópico central nos círculos mediáticos e "profissionais", apesar de alguns acreditarem ter sido uma reacção exagerada quando comparada com a precarização mais crónica vivida pelas classes trabalhadoras.

* Nota do revisor científico: Do inglês "professionals". Este termo designa aqueles que têm uma formação especializada, que exige, em particular, níveis elevados de preparação académica.

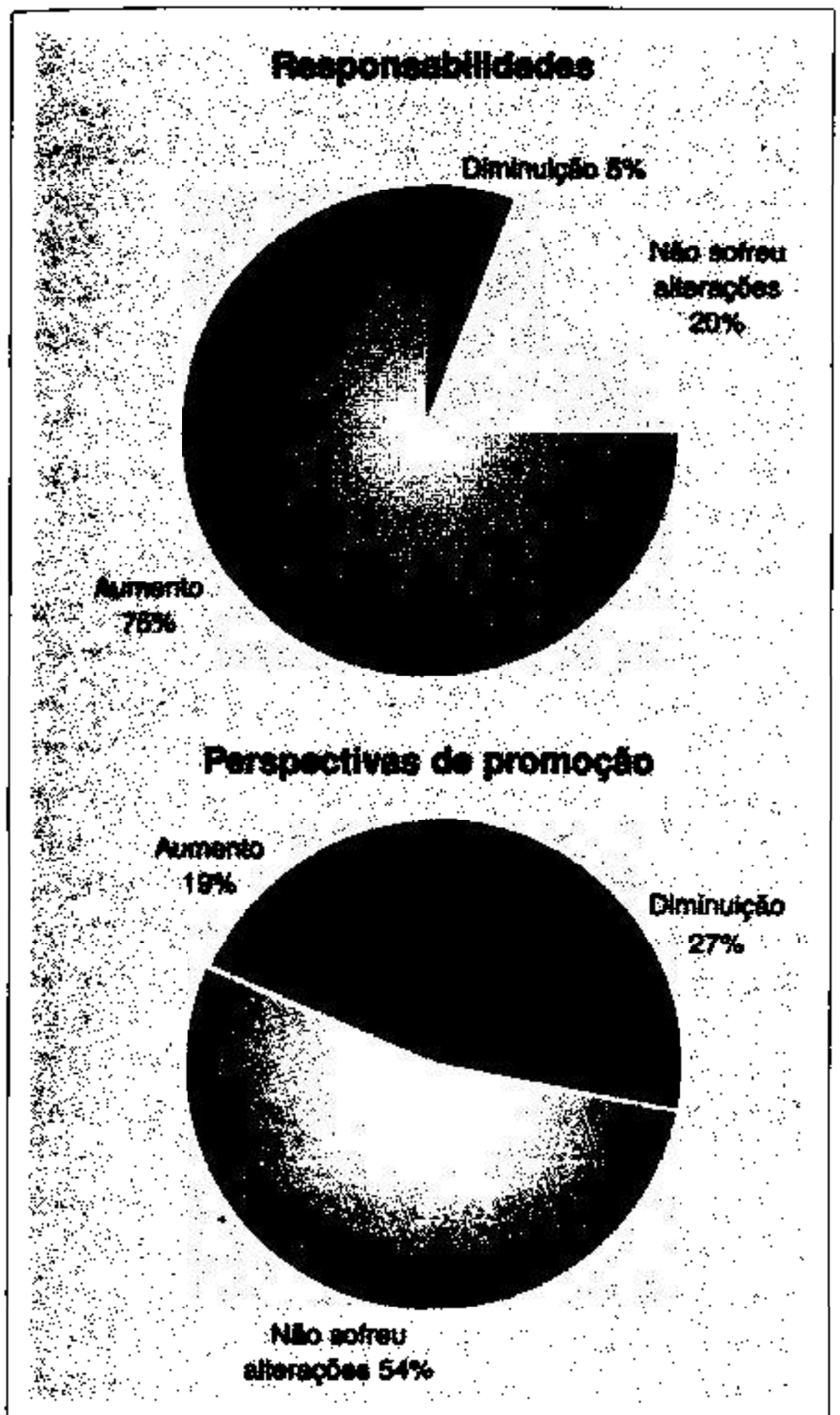


Figura 13.10 – Percentagem de empregados em situação de mudança de responsabilidades e com perspectivas de promoção na carreira.

Fonte: Inquérito sobre a Precarização e Intensificação do Trabalho; B. J. Burchell *et al.*, *Job Insecurity and Work Intensification*, YPS, 1999.

desde 1970 e o desemprego continua a afectar apenas 1 em cada 5 britânicos durante a sua vida. Para além disso, a média de permanência nos empregos hoje está ligeiramente abaixo dos cinco anos, um dado que permanece virtualmente inalterado desde há vinte anos para cá (Jowell *et al.* 1996).

Os resultados do Inquérito sobre as Atitudes Sociais dos Britânicos, aplicado a uma amostra re~re-sentativa da população adulta com dezoito anos ou mais, revelaram que a mudança de emprego está associada a duas tendências divergentes. Algumas ocupações têm elevadas taxas de mudança, mas uma parte substancial da força de trabalho continua a trabalhar em posições estáveis. Em 1995, 33 por cento dos inquirid s es v _ s_ _c al ___pr_g_ há ____is de dez anos, e 13 por cento tinha estado no emprego vinte ou mais anos. O inquérito também avaliava a confiança dos inquiridos no futuro, _er_untando às pessoas se o seu local de trabalho iria admitir novos trabalhadores ou proceder a despedimentos no ano seguinte. Apesar de os 'pessimistas' terem ultrapassado os 'optimistas' no início dos anos 90, em 1995, basicamente, eles tinham empatado, com 23 por cento a afirmar que a sua empresa iria expandir-se e 22 por cento a afirmar que se iria reduzir.

Os analistas do Inquérito às Atitudes Sociais dos Britânicos concluíram que as crenças populares em relação à quase universal precarização do trabalho eram exageradas. Enquanto alguns segmentos da força de trabalho enfrentaram elevadas taxas de rotatividade no emprego, outros segmentos permaneceram razoavelmente estáveis. Por outro lado, embora os gestores e os "profissionais" enfrentassem agora a ameaça do desemprego muito mais do que anteriormente, mesmo assim a probabilidade destes trabalhadores se encontrarem numa situação de desemprego era menor do que a dos indivíduos menos qualificados (Lilley *et al.* 1996).

No entanto, outras fontes de informação contradizem os resultados do estudo sobre a precarização e intensificação do trabalho (JIWIS), sugerindo que a precarização do trabalho é um «mito» que se estendeu ao grupo dos quadros superiores. De acordo com os críticos, este «mito» não é partilhado por grandes segmentos de opinião. A proporção de pessoas que estão verdadeiramente preocupadas com o desemprego – menos de 10% – tem permanecido constante

Os efeitos nocivos da precarização do trabalho

O Inquérito sobre a Precarização e Intensificação do Trabalho observou que, para muitos trabalhadores, a precarização do trabalho consiste em muito mais do que o medo do desemprego. Engloba também ansiedades quanto às transformações do próprio trabalho e quanto aos efeitos desta transformação na saúde dos empregados e na sua vida pessoal.

O estudo revelou que, à medida que as estruturas organizacionais se desburocratizam e que ganha terreno a tomada de decisão no local de trabalho, também se exige dos trabalhadores uma maior responsabilização no trabalho. Mas, ao mesmo tempo que as exigências sobre os trabalhadores aumentam, muitos vêem diminuir as suas oportunidades de promoção (ver figura 13.10). Esta combinação conduz ao sentimento, entre os trabalhadores, de que estão a 'perder o controlo' sobre importantes aspectos do seu emprego, como o ritmo de trabalho e a confiança na progressão da carreira (Burchell *et al.* 1999).

Um segundo aspecto nocivo da precarização do trabalho diz respeito à vida pessoal dos trabalhadores. O estudo observou uma forte correlação entre a precarização do trabalho e a fragilidade da saúde. Esta ligação é fundamentada por dados do Inquérito aos Agregados Domésticos Britânicos, o qual revela que a saúde física e mental dos indivíduos se deteriora com episódios de precarização laboral prolongada. Em vez de se adaptarem às condições precárias, os trabalhadores permanecem ansiosos e em stress constante. Esta pressão do trabalho parece contagiar o ambiente doméstico: os trabalhadores submetidos a situações de grande precaridade a nível laboral também tendem a viver sob tensão em casa (Burchell *et al.* 1999).

A 'corrosão do carácter'

No início do capítulo chamou-se a atenção para alguns dos efeitos dos padrões contemporâneos do trabalho na vida pessoal e familiar. As experiências de Rico e da sua mulher Jeannette, descritas por Richard Sennett no seu livro *A Corrosão do Carácter* (1998), ilustram algumas das consequências do trabalho de horário flexível na vida pessoal e no carácter dos trabalhadores. Sennett argumenta vigorosamente que a ênfase crescente no comportamento e métodos de trabalho flexíveis pode produzir bons resultados, mas conduz também, inevitavelmente, à confusão e à corrosão. Isto acontece na medida em que as expectativas hoje colocadas nos trabalhadores – as de serem flexíveis, adaptáveis, versáteis e dispostos a correr riscos – contradizem directamente muitas das características intrínsecas a um carácter forte: lealdade, cumprimento de objectivos a longo termo, compromisso, confiança e intenção.

Sennett sugere que este tipo de tensões são inevitáveis na nova era da flexibilidade. O autor argumenta que, apesar de ser elogiada por dar aos trabalhadores mais liberdade na orientação da sua trajectória individual, a flexibilidade também impõe novos e rígidos constrangimentos. Em vez do empenhamento numa carreira para a vida, exige-se agora aos trabalhadores polivalência no trabalho em equipa, entrando e saindo dela, deslocando-se de tarefa em tarefa. A lealdade torna-se uma obrigação, em vez de uma qualidade. Quando a vida se transforma numa sucessão de empregos distintos (isolados), em vez de uma carreira coerente, desvanecem-se os objectivos a longo termo, os laços sociais não se desenvolvem e a confiança torna-se efémera. As pessoas já não conseguem avaliar que riscos vale a pena correr, e as antigas 'regras' para as promoções, despedimentos e recompensas parecem já não se aplicar. Segundo o autor, o desafio central para os adultos na era actual consiste em saber como conduzir uma vida com objectivos a longo termo, numa sociedade que enfatiza o curto prazo. Na sua perspectiva, as características do 'novo capitalismo' corroem elementos da personalidade que ligam as pessoas umas às outras.

O fim do «emprego para toda a vida»?

À luz do impacto da economia global e da procura de uma força de trabalho flexível, alguns sociólogos e economistas defendem que, no futuro, cada vez mais indivíduos se tornarão no que designam como **trabalhadores polivalentes**. Estes terão um «portefólio de especializações» – uma série de especializações e credenciais diferentes – que utilizarão para mudar de emprego ao longo das suas vidas de trabalhadores. Só uma proporção relativamente pequena continuará a ter "carreiras" contínuas no sentido actual. De acordo com estes autores, a ideia de um «emprego para toda a vida» está ultrapassada.

Alguns vêem esta mudança para o «trabalhador polivalente» de uma forma positiva: os trabalhadores não ficarão presos ao mesmo emprego durante anos a fio e poderão planear as suas vidas de trabalho de um modo criativo (Handy, 1994). Outros defendem que a «flexibilidade» significa, na prática, que as organizações podem contratar e despedir segundo a sua vontade, enfraquecendo qualquer sentimento de estabilidade laboral. A entidade patronal só terá um compromisso com os trabalhadores a curto prazo e poderá

minimizar o pagamento de benefícios extra ou de direitos de pensão.

Um estudo recente de Silicon Valley, na Califórnia, defende que o sucesso económico de uma área já está definido nos «portefólios de especialização» da sua força de trabalho. A taxa de falência das empresas em Silicon Valley é muito alta: cerca de 300 novas empresas surgem todos os anos, mas um número equivalente fracassa. A força de trabalho, que tem uma elevada proporção de trabalhadores especializados e técnicos, aprende a ajustar-se a este facto. Como resultado, afirmam os autores, os indivíduos especializados e com talento migram rapidamente de uma firma para outra, tornando-se cada vez mais adaptáveis. Os especialistas técnicos tornam-se consultores, os consultores tornam-se gestores, os empregados tornam-se capitalistas que arriscam – funcionando esta cadeia também de modo inverso (Bahrami e Evans, 1995).

Há uma tendência crescente entre os jovens, sobretudo os consultores e especialistas na área das tecnologias de informação, para o «trabalho de portefólio». De acordo com algumas estimativas, no Reino Unido os jovens licenciados podem ter como expectativa trabalhar, durante a sua vida activa, em onze empregos diferentes utilizando três qualificações de base distintas!

No entanto, esta situação é ainda a excepção e não a regra. De acordo com estatísticas de emprego recentes, os trabalhadores a tempo inteiro na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos – países que possuem o mercado de trabalho mais desregulado dos países industrializados – passam tanto tempo no seu emprego hoje como há dez anos (*The Economist*, 21 de Maio de 1995). As razões parecem residir no facto de os gestores reconhecerem que um alto grau de rotatividade entre os trabalhadores é dispendioso e negativo para a sua moral, preferindo manter os seus próprios empregados a ir buscar novos, mesmo que isso signifique pagar acima do valor de mercado. No seu livro *Built to Last* (1994), James Collins e Jerry Porras analisaram dezoito empresas americanas cujas acções têm continuamente excedido a cotação média do mercado de acções desde 1926. Os autores descobriram que estas empresas, em vez de contratarem e despedirem trabalhadores segundo a sua vontade, seguiram políticas muito protectoras em relação ao seu pessoal. Durante o período da pesquisa, apenas duas destas empresas, comparadas com treze das empresas com menos sucesso incluídas no estudo, contrataram um director executivo vindo do exterior.

Estes dados não contrariaram as ideias dos que falam da emergência do «trabalhador polivalente». A diminuição da dimensão organizacional das empresas é uma realidade, atirando para o mercado de trabalho muitos milhares de trabalhadores que podiam pensar que tinham um emprego para toda a vida. Para encontrarem um novo emprego, podem ser forçados a desenvolver e diversificar as suas capacidades. Muitos, especialmente os mais velhos, podem nunca mais conseguir encontrar empregos comparáveis aos que tinham antes, ou, talvez mesmo, qualquer trabalho remunerado.

Declínio da importância do trabalho?

O desemprego persistente, a precarização do trabalho, a redução do número de efectivos, as carreiras assentes numa pluralidade de especializações, o trabalho a tempo parcial, o trabalho de horário flexível e a partilha de empregos ... Parece que as pessoas se encontram, mais do que nunca, a trabalhar fora dos padrões normais, ou nem sequer se encontram no âmbito do trabalho remunerado! Talvez devêssemos repensar a natureza do trabalho remunerado e em especial a posição dominante que ocupa frequentemente na vida das pessoas.

A identificação do «trabalho» com «emprego remunerado» é muito limitativa. O sociólogo e crítico social francês André Gorz defendeu que, no futuro, o trabalho assalariado terá um papel cada vez menos importante na vida das pessoas. Gorz baseia os seus pontos de vista numa avaliação crítica dos escritos de Marx. Marx acreditava que a classe trabalhadora – à qual cada vez mais pessoas supostamente pertenceriam – iria conduzir uma revolução que daria origem a um tipo de sociedade mais humana, onde o trabalho teria um papel central para atingir os benefícios que a vida tem para oferecer. Embora escreva a partir de uma perspectiva de esquerda, Gorz rejeita este ponto de vista. Em vez de a classe trabalhadora se tornar o maior grupo da sociedade (como Marx sugeriu) e chefiar uma revolução bem sucedida, na verdade ela está a diminuir. Os trabalhadores manuais são hoje uma minoria – e uma minoria em declínio – da força de trabalho.

Já não faz sentido, na opinião de Gorz, supor que os trabalhadores podem dominar as organizações a que pertencem, quanto mais apoderar-se do poder de Estado. Não há qualquer esperança real de poder transformar a natureza do trabalho assalariado, pois este encontra-se organizado de acordo com considerações técnicas que não podem pôr-se de lado, se se deseja a eficiência económica. «O que interessa», nas palavras de Gorz, «é cada um libertar-se do trabalho ...» (Gorz, 1982, p. 67). Isto é particularmente necessário nos casos em que o trabalho é organizado numa perspectiva Taylorista, ou se de qualquer modo é opressivo ou enfadonho.

O aumento do desemprego, juntamente com a expansão do trabalho a tempo parcial, argumenta Gorz, já criaram o que chama «uma não-classe de não-trabalhadores», paralela aos que têm empregos estáveis. De facto, a maioria das pessoas pertence a esta «não-classe», pois a proporção da população com empregos estáveis a tempo inteiro em qualquer momento é relativamente pequena – a "não-classe" inclui os jovens, os reformados, os doentes e as donas de casa, juntamente com as pessoas com emprego a tempo parcial ou desempregadas. Gorz acredita que a expansão da tecnologia de informação irá reduzir ainda mais o número de empregos a tempo inteiro. O resultado parece ser uma mudança no sentido da rejeição da perspectiva «produtivista» da sociedade ocidental, com a sua ênfase na riqueza, no crescimento económico e nos bens materiais. No futuro próximo, a maioria da população irá adoptar uma diversidade de estilos de vida fora da esfera do emprego permanente e remunerado.

Segundo Gorz, caminhamos para uma «sociedade dualista». Num sector, a produção e a administração política serão organizadas de modo a maximizar a eficiência. O outro sector será uma área na qual os indivíduos se ocupam de tarefas não laborais que oferecem satisfação ou realização pessoal. Talvez um número cada vez maior de indivíduos se possa dedicar ao *planeamento da vida*, através do qual irá decidir sobre as várias possibilidades de trabalho que poderá realizar em diferentes momentos da sua vida.

Até que ponto estas ideias serão válidas? É um facto indiscutível que estão a ter lugar grandes transformações na natureza e na organização do trabalho nos países industrializados. Parece provável que um número cada vez maior de pessoas irá ficar desencantado com o «produtivismo» – a ênfase dada ao crescimento económico constante e à acumulação de bens materiais. É certamente válido, como Groz sugeriu, encarar o desemprego não como algo inteiramente negativo, mas como algo que dá aos indivíduos a oportunidade de poderem dedicar-se ao que lhes interessa e de desenvolverem os seus talentos. Não obstante, pelo menos até à data, o progresso neste sentido tem sido lento; parecemos estar ainda longe da situação prevista por Gorz. Com a pressão das mulheres a favor de maiores oportunidades de emprego, tem havido um aumento e não uma diminuição da quantidade de pessoas interessadas em assegurar um trabalho remunerado. Para muitos, este continua a ser a forma básica de gerar os recursos materiais necessários para assegurar uma vida diversificada.

1 O trabalho é a realização de tarefas que envolvem esforço físico e mental, com o fim de produzir bens e serviços para a satisfação das necessidades humanas. Muitos tipos de trabalho importantes – como o trabalho doméstico ou voluntário – são não remunerados. Uma ocupação é o trabalho efectuado em troca de um salário regular. O trabalho é a base do sistema económico em todas as culturas.

2 No decurso deste século ocorreram grandes mudanças no sistema ocupacional. O aumento das ocupações não manuais em detrimento das manuais foi particularmente importante. Hoje em dia muita gente acredita que se está a passar por uma mudança da economia industrial para uma economia do conhecimento, na qual ideias, informação e formas de conhecimento são o suporte do crescimento económico.

3 Uma característica específica do sistema económico das sociedades modernas reside no desenvolvimento de uma divisão do trabalho muito complexa e diversificada. A divisão do trabalho significa que o trabalho está dividido em diferentes ocupações que requerem uma especialização. Um resultado deste facto é a interdependência económica: estamos todos dependentes uns dos outros para manter as nossas vidas.

4 A produção industrial tornou-se mais eficiente com a introdução do Taylorismo ou gestão científica – a crença de que todos os processos industriais podem ser divididos em tarefas simples que podem ser cronometradas e organizadas. O Fordismo estende os princípios da gestão científica à produção de massa associada aos mercados de massa. O Fordismo e o Taylorismo podem ser encarados como sistemas de pequena responsabilidade que maximizam a alienação do trabalhador face ao trabalho. Um sistema de grande responsabilidade permite aos trabalhadores controlarem o seu ritmo de trabalho e até mesmo a sua natureza.

5 Nos anos mais recentes as práticas fordistas têm sido substituídas por técnicas operacionais mais flexíveis em muitos países industrializados. O termo pós-fordismo é utilizado por alguns autores para descrever o actual período de produção económica, no qual a flexibilidade e a inovação são maximizadas para corresponder às necessidades do mercado em produtos diversificados e padronizados. A especialização flexível, o trabalho de equipa e a qualificação diversificada são as três abordagens pós-fordistas mais populares.

6 A natureza do trabalho feminino tem sido fortemente afectada pela separação entre o local de trabalho e a casa. O domínio do trabalho remunerado tem estado tradicionalmente associado aos homens, apesar de cada vez mais mulheres assumirem, hoje em dia, ocupações remuneradas relativamente ao que se passava há umas décadas. As mulheres continuam, contudo, a experimentar desigualdades no mercado de trabalho. Quando falamos em segregação ocupacional de género estamos a referir-nos ao facto de homens e mulheres se concentrarem em diferentes tipos de trabalho; muitos "trabalhos femininos" encontram-se entre as categorias ocupacionais menos bem remuneradas. As mulheres também estão sobrerrepresentadas no emprego a tempo parcial, embora haja diferentes explicações para este facto. Por diferença de salários entre os géneros entendemos o facto das mulheres ganharem em média, ao longo das suas vidas, menos que os homens com as mesmas qualificações.

7 Por divisão doméstica do trabalho entende-se a forma como as responsabilidades são partilhadas entre os membros de um agregado familiar. Seja qual for a percentagem de mulheres integradas na força de trabalho remunerado, estas continuam a desempenhar o grosso do trabalho não remunerado que se concentra na manutenção da casa e na prestação de cuidados às crianças. Estes padrões poderão, contudo, estar a mudar; entre os casais mais novos, em particular, os homens contribuem mais para o trabalho doméstico do que no passado.

8 As transformações no mundo do trabalho e as mudanças nas estruturas domésticas estão a sobrepor-se, o que acarreta novos desafios à conciliação entre trabalho e família. Os empregados trabalham mais horas do que anteriormente e têm menos tempo para despender com as suas famílias ou em actividades de lazer. As pressões são particularmente sentidas pelas mães trabalhadoras. Algumas empresas introduziram políticas laborais de apoio à família – como a flexibilidade de horário, a partilha do trabalho, o trabalho no domicílio e a licença

parental – para ajudarem as famílias trabalhadoras a equilibrar as suas vidas pessoais e profissionais.

9 O desemprego tem sido um problema recorrente nos países industrializados. Sendo o emprego um elemento estruturante da constituição psicológica do indivíduo, a experiência do desemprego é, frequentemente, perturbante.

10 As consequências da precarização do trabalho podem ser tão debilitantes quanto as do desemprego. Por precarização do trabalho entende-se a apreensão que o trabalhador sente perante a futura salvaguarda do seu trabalho e da sua função no local de trabalho. A precarização do trabalho registou um rápido crescimento entre as classes médias, embora alguns acreditem que essa ansiedade em relação à precarização do trabalho é bastante exagerada.

11 Alguns falam em 'morte da carreira' e da chegada do «trabalhador polivalente» – o trabalhador que tem um «portfólio» com diferentes especializações, e que será capaz de mudar prontamente de emprego em emprego. Estes trabalhadores existem, de facto, mas para muitas pessoas a «flexibilidade» está mais associada a empregos com remunerações baixas e com poucas perspectivas de carreira.

12 Actualmente, a natureza e a organização do trabalho estão a passar por transformações importantes que parecem poder vir a ter ainda um maior alcance no futuro. Não obstante, para muitas pessoas o trabalho remunerado continua a ser a principal forma de gerar os recursos necessários à manutenção de uma vida diversificada.

PARA REFLEXÃO

1. Porque é que a vida de Rico difere tanto da de Enrico?
2. Poderiam as sociedades modernas operar sem uma divisão do raba ho?
3. Porque é que se consideram algumas actividades trabalho e outras não?
4. Se o Taylorismo e o Fordismo foram tão eficientes, porque é que estão em declínio?
5. O que significa o «desafio trabalho-família» e o que pode ser feito para ultrapassá-lo?
6. Se o leitor fosse um trabalhador polivalente, seria o seu portefólio suficiente para conservar o seu trabalho?

ADICIONAIS

Keith Grint, *The Sociology of Work: An Introduction*, Cambridge: Polity, 1991

Neil J. Smelser e **Richard Swedberg,** (eds.), *The Handbook of Economic Sociology*, Princeton: Princeton University Press, 1994

A INTERNET

Institute for Public Policy Research
http://www.ippr.org.uk/research/index.html

Institute of Economic Affairs
(Instituto dos Assuntos Económicos)
http://iea.org.uk/

International Labour Organization
(Organização Internacional do Trabalho)
http://www.ilo.org

14 O Governo e a Política

O governo, a política e o poder 424

O conceito de estado 425

Tipos de sistema político 425
- **Monarquia** 425
- **Democracia** 426
- **Autoritarismo** 428

A disseminação global da democracia liberal 428
- **A queda do comunismo** 428
- **Como explicar a popularidade da democracia liberal?** 432
- **O paradoxo da democracia** 433

Os partidos políticos e o sufrágio nos países ocidentais 436
- **Sistemas Partidários** 436
- **Partidos e voto na Grã-Bretanha** 438
- **O Thatcherismo e os anos seguintes** 438
- **O "New Labour" (Novo Partido Trabalhista)** 439
- **A Política da Terceira Via** 440

A mudança política e social 442
- **A globalização e os movimentos sociais** 443
- **Tecnologia e movimentos sociais** 444

Movimentos nacionalistas 446
- **As teorias do nacionalismo e a nação** 446
- **Nações sem estado** 447
- **Nações e nacionalismo em países em vias de desenvolvimento** 449

Conclusão: o estado-nação, a identidade nacional e a globalização 450
- **Sumário** 450
- **Questões para reflexão** 452
- **Leituras adicionais** 452
- **Ligações à Internet** 453

226
227
172
123
125
79

Capítulo 14: O Governo e a Política

Timor Leste ocupa a metade oriental da ilha de Timor, que está situada entre a Indonésia e a Austrália. É uma área pequena, com pouco mais de metade do tamanho do País de Gales. Originalmente uma colónia portuguesa, Timor Leste tem uma fronteira comum com Timor Ocidental, que pertence à Indonésia. Quando os portugueses partiram, em 1975, os Indonésios invadiram e anexaram o país. Um terço da população – talvez umas 200.000 pessoas – morreu durante a ocupação indonésia. Os movimentos contestatários em Timor Leste procuraram alcançar a independência e a democracia para o país, mas durante muitos anos não tiveram sucesso. Muitos activistas foram presos, outros torturados ou executados. No entanto, em vez de enfraquecer, o movimento pela autodeterminação de Timor Leste fortaleceu-se, tornando-se Timor Leste foco de atenções da comunidade internacional.

Suharto, o presidente da Indonésia e a principal figura envolvida na repressão em Timor Leste, foi afastado do poder por manifestações de estudantes em Maio 1999. Num referendo em Agosto daquele ano, o povo de Timor Leste votou maioritariamente a favor da independência. O exército indonésio reagiu de forma feroz, forçando centenas de milhar de habitantes a abandonar o país pela força das armas. No entanto, o povo de Timor Leste conseguiu a independência em Outubro 1999. Uma força das Nações Unidas foi enviada para proteger a população e garantir uma transição para um Governo autónomo e democrático.

Ninguém tem a certeza de a transição ser bem sucedida*. Mas as forças que sustentam o movimento a favor da independência – o nacionalismo e o desejo de um governo democrático – são das influências mais importantes da actualidade. Estão activas um pouco por todo o mundo. Em muitas partes do mundo, os movimentos em prol da democracia conseguiram derrubar regimes autoritários. Na antiga União Soviética e na Europa de Leste, o comunismo foi derrubado por aquelas forças. Nos últimos anos também foram instaurados governos democráticos em grande parte da América Latina e em alguns países da África e Ásia. Os governos democráticos já existem há muito mais tempo na Europa Ocidental, na América do Norte, na Austrália e na Nova Zelândia.

* Nota do revisor científico: Timor Leste é actualmente um estado independente.

O governo, a política e o poder

Tal como em muitos outros aspectos das sociedades contemporâneas, o domínio do governo e da política está a sofrer grandes transformações. Por governo entende-se as determinações regulares de políticas, decisões e assuntos de Estado pelas entidades oficiais no âmbito do aparelho político. A política diz respeito aos meios pelos quais o poder é usado para influenciar as intenções e o conteúdo das actividades governamentais. A esfera do *político* pode ir além do âmbito das próprias instituições de Estado.

O estudo do poder é de extrema importância para a sociologia. O poder é a capacidade que indivíduos ou grupos possuem para fazer valer os seus próprios interesses, mesmo quando outros se opõem. Por vezes, isso requer o uso directo da força, como aconteceu quando as autoridades indonésias reprimiram violentamente o movimento democrático em Timor Leste. O poder é um elemento que se encontra em todas as relações sociais, tal como entre a entidade patronal e os trabalhadores. Este capítulo foca um aspecto mais específico do poder: o poder governamental. Nesta forma, ele é quase sempre acompanhado por ideologias, que são usadas para justificar as acções dos que detêm o poder. Por exemplo, o uso da força por parte do governo Indonésio contra o movimento pró-democracia em Timor Leste foi justificado como decorrendo da defesa da integridade territorial indonésia contra um movimento regional a favor da independência.

A **autoridade** é o uso legítimo do poder pelo governo. A **legitimidade** significa que aqueles que se submetem à autoridade do governo consentem nela.

O poder é, assim, diferente de autoridade. Quando as manifestações pró-democracia eclodiram em Timor Leste, o governo respondeu prendendo e matando os manifestantes. Foi uma manifestação de poder, mas também um indicativo da perda de autoridade do governo.

O conceito de estado

Um estado existe quando há um aparelho político de governo (instituições como um parlamento ou congresso, mais funcionários públicos), que governa um dado território, cuja autoridade é apoiada por um sistema legal e pela capacidade de usar a força militar para implementar as suas políticas. Todas as sociedades modernas são *estados-nação*. Isto é, são estados onde os cidadãos, constituindo o grosso da população, se reconhecem como fazendo parte de uma só nação. Existiram estados-nação em diferentes épocas, em diferentes partes do mundo (por exemplo, nos Estados Unidos em 1776 e na Republica Checa em 1993). As suas principais características, contudo, contrastam de uma forma marcante com as dos estados nas civilizações não industriais ou tradicionais, como as descritas no Capítulo 2 («Cultura e Sociedade»). Elas são:

- *Soberania* – Os territórios governados por estados tradicionais eram sempre mal definidos, sendo o nível de controlo do governo central bastante fraco. A noção de soberania – a autoridade que um governo possui sobre uma área com fronteiras bem definidas, dentro das quais detém o poder supremo – tinha pouca relevância. Todos os Estados-nação, pelo contrário, são estados soberanos.
- *Cidadania* – Em estados tradicionais, a maioria da população governada por um rei ou imperador mostrava pouco conhecimento ou interesse por aqueles que a governavam. Também não possuíam direitos políticos ou influência. Normalmente só as classes dominantes ou os grupos mais ricos é que tinham um sentimento de pertença a uma comunidade política. Nas sociedades modernas, pelo contrário, a maior parte das pessoas que vivem dentro dos limites do sistema político são cidadãos, tendo direitos e deveres comuns e reconhecendo-se como fazendo parte da nação. Embora existam algumas pessoas que são refugiados políticos ou «sem estado», quase todos os indivíduos no mundo de hoje são membros de uma ordem política nacional definida.
- *Nacionalismo* – Os Estados-nação estão associados ao incremento do nacionalismo, que pode ser definido como um conjunto de símbolos e convicções que estabelecem um sentido de pertença a uma única comunidade política. Assim, os indivíduos sentem orgulho em serem britânicos, americanos, canadianos ou russos. Este sentimento de pertença alimentou a luta dos timorenses pela independência. Provavelmente as pessoas sentiram sempre, de algum modo, alguma espécie de identidade com grupos especiais – a sua família, aldeia ou comunidade religiosa. Todavia, o nacionalismo só surgiu com o desenvolvimento do estado moderno e é a principal expressão de sentimentos de identidade com uma certa comunidade soberana. No final do capítulo, iremos explorar com mais profundidade o fenómeno do nacionalismo.

Tendo discutido algumas das características mais importantes dos estados modernos, consideraremos agora os principais tipos de sistemas políticos.

Tipos de sistema político

As sociedades sempre se apoiaram em diversos sistemas políticos. Mesmo actualmente, no início do século XXI, há países por todo o mundo que continuam a organizar-se de acordo com diferentes padrões e configurações. Enquanto actualmente a maioria das sociedades reivindica serem democráticas – ou seja, serem governadas pelo povo – continuam a existir outras formas de domínio político. Nesta secção, estabeleceremos o perfil de três tipos básicos de sistemas políticos: monarquia, democracia liberal e autoritarismo.

Monarquia

A monarquia é um sistema político encabeçado por uma única pessoa, em que o poder é transmitido no seio de uma família ao longo de diversas gerações. Nos tempos antigos e medievais, havia monarquias em muitas partes do mundo, da Ásia à Europa, e em muitas zonas de África. As famílias reais governa-

vam os seus súbditos baseadas na tradição e no direito divino. A autoridade das monarquias era mais legitimada pela força do costume do que pela lei.

Embora possamos ainda encontrar monarcas em alguns estados modernos, como a Grã-Bretanha ou a Bélgica, o seu papel hoje pouco mais é do que figurativo. Os monarcas continuam ainda a ter certas responsabilidades simbólicas e a constituir um ponto focal para a identidade nacional, porém raramente influenciam o decurso dos acontecimentos políticos. Num pequeno número de países, como a Arábia Saudita, a Jordânia e Marrocos, os monarcas continuam ainda a ter algum tipo de controlo sobre o governo. No entanto, os mais comuns são os monarcas constitucionais – como a Rainha de Inglaterra, o Rei da Suécia ou mesmo o Imperador do Japão – cujo poder real é severamente restringido pela constituição, que investe de autoridade os representantes eleitos pelo povo. A maioria dos estados modernos são republicanos, o que significa que não existe Rei ou Rainha; em quase todos os estados, monarquias constitucionais incluídas, há uma adesão declarada à democracia.

Democracia

A palavra «democracia» tem as suas raízes no termo grego *demokratia*, formado por *demos* (povo) e *kratos* (governo). O significado básico de democracia é, por conseguinte, o de um sistema político em que o povo governa, e não os monarcas ou aristocratas. Isto parece simples e de fácil entendimento, mas não o é. O Governo democrático tem tomado formas contrastantes em vários períodos e diferentes sociedades, em função da interpretação atribuída ao conceito. Por exemplo, "o povo" tem sido diversamente entendido como sendo os proprietários, os homens brancos, os homens educados, só os homens e os homens e mulheres adultos. Em algumas sociedades, a versão oficialmente aceite de democracia é limitada à esfera política, enquanto noutras se defende a sua extensão a outras áreas da vida social.

A forma tomada pela democracia em determinado contexto é largamente um resultado do modo como os seus valores e objectivos são entendidos e considerados prioritários. A democracia é vista genericamente como o sistema político mais capaz de garantir a igualdade política, proteger a liberdade individual, defender o interesse comum, ir ao encontro das necessidades dos cidadãos, promover o autodesenvolvimento moral e possibilitar a tomada de decisão efectiva que leve em conta os interesses de todos (Held 1996). O peso atribuído a estes diversos objectivos pode influenciar a forma como a entendemos: essencialmente como uma forma de poder popular (autogoverno e auto-regulação) ou como forma de acatar a tomada de decisão por parte de outros (tal como um grupo de representantes eleitos).

Democracia participativa

Na **democracia participativa** (ou democracia directa) as decisões são tomadas em comum por aqueles que lhes estão sujeitos. Este era o tipo «original» de democracia na Grécia antiga. Os que eram considerados cidadãos, uma pequena minoria da sociedade, reuniam-se regularmente para ponderar a política a seguir e tomar decisões importantes. A democracia participativa tem uma importância limitada nas sociedades modernas, onde o grosso da população tem direitos políticos, e seria impossível que todos participassem activamente na tomada de todas as decisões que os afectam.

No entanto, alguns aspectos da democracia participativa têm relevância nas sociedades modernas. Existem pequenas comunidades da Nova Inglaterra, no nordeste dos Estados Unidos, que continuam a tradição anual das "reuniões de cidade". Em dias pré-estabelecidos, todos os residentes da cidade se reúnem para debater e votar sobre assuntos locais que não caem sobre jurisdição governamental, estatal ou federal. A organização de referendos, através dos quais as pessoas expressam a sua opinião sobre um determinado assunto, por exemplo, é outra forma de democracia participativa. É possível consultar directamente as pessoas sobre um determinado assunto, reduzindo a essência deste a uma ou duas questões. Em alguns países da Europa, os referendos são regularmente utilizados a nível nacional para legitimar importantes decisões políticas, como a adesão à União Monetária Europeia (UME). Também têm sido utilizados para resolver assuntos controversos relacionados com a secessão de regiões nacionalistas étnicas como o Quebeque, a região canadiana de língua francesa.

Democracia representativa

Questões de natureza prática fazem com que a democracia participativa não seja viável em larga escala,

Explorar a democracia: o que constitui o "governo pelo povo?"

A ideia subjacente à democracia é bastante clara – o povo devia assumir a responsabilidade de ser governado por si próprio em condições de igualdade política, sem ter de se sujeitar ao domínio de líderes inimputáveis. Mas, quando observamos mais de perto, não é totalmente claro o significado de "ser governado pelo povo". Como David Held salientou, podem colocar-se interrogações a cada parte da frase (Held, 1996):

"O povo"

Quem deve ser considerado «povo»?
Que espécie de participação lhe é permitida?
Que condições se pensa poderem levar à sua participação?

«Governo»:

- Até onde se deve alargar ou estreitar o campo de acção do governo? Deverá ser confinado, por exemplo, à esfera da administração pública ou pode haver democracia noutras esferas – tal como uma democracia industrial?
- Deverá a governação abranger decisões de rotina administrativa ou restringir-se às principais decisões políticas?

«Governo pelo»:

- Deverá obedecer-se ao governo «do povo»? Qual o papel da obrigação e do desacordo?
- Existirão circunstâncias em que parte «do povo» deverá actuar fora da lei, caso ache que as leis existentes são injustas?
- Em que circunstâncias, se é que em alguma, deverão os governos democráticos usar de coacção contra aqueles que estiverem em desacordo com as suas políticas?

Como Held sublinha, os debates sobre o "governo do povo" vão muito além destas questões básicas, existindo opiniões contrastantes sobre as condições necessárias para a existência de uma democracia de sucesso. A democracia poderá sobreviver durante períodos de guerra ou de crise civil? Para a sociedade democrática existir será necessária a existência da escolarização ou a difusão de um certo grau de bem-estar social? Não há um consenso claro sobre estes aspectos fundamentais da democracia, sobretudo devido a novas questões que resultam do acelerado ritmo de globalização e mudança social. A democracia continua a ser hoje um assunto tão relevante, apesar de controverso, como o tem sido durante séculos.

excepto em momentos específicos, como um referendo especial. Hoje é mais comum a democracia representativa, sistema político no qual as decisões que afectam uma comunidade são tomadas, não por esta como um todo, mas por pessoas eleitas para esse propósito. Nesta área do governo nacional, a democracia representativa toma a forma de eleições para congressos, parlamentos ou outros órgãos nacionais similares. A democracia representativa também existe noutros níveis onde decisões colectivas são tomadas, como províncias ou estados de uma comunidade nacional, cidades, condados, municípios e outras regiões. Muitas grandes organizações escolhem gerir os seus assuntos através da democracia representativa, mediante a eleição de um pequeno comité executivo para tomar decisões-chave.

Designam-se normalmente por democracias liberais as nações que praticam a democracia representativa multipartidária, nas quais a massa da população adulta tem o direito de votar. A Grã-Bretanha e os outros países da Europa ocidental, os Estados Unidos, o Japão, a Austrália e a Nova Zelândia pertencem todos a esta categoria. Alguns países do Terceiro Mundo, como a Índia, também têm sistemas democráticos liberais. A esta lista juntaram-se recentemente os países da Europa Central, Oriental e da

antiga União Soviética que têm caminhado em direcção à democracia desde a queda do domínio comunista há mais de uma década. A democracia liberal permanece frágil em alguns destes estados, como as antigas repúblicas da Ásia central da União Soviética, Jugoslávia e até a Rússia. Noutros países, como a Polónia, a República Checa, a Hungria e os Estados Bálticos, a democracia veio para ficar.

Autoritarismo

Apesar de a democracia encorajar o envolvimento activo dos cidadãos nos assuntos políticos, nos estados autoritários essa participação é negada ou severamente reprimida. Nestas sociedades, as necessidades e os interesses do Estado têm prioridade sobre os dos cidadãos comuns, não havendo mecanismos legais para fazer oposição ao governo ou para remover um líder do poder.

Os governos autoritários existem hoje em muitos países, alguns dos quais professam ser democráticos. O Iraque, sob a liderança de Saddam Hussein, é um exemplo de um estado autoritário onde a dissidência é reprimida e uma grande parte dos recursos naturais é desviada em benefício de uma minoria*. As poderosas monarquias da Arábia Saudita e do Kuwait e a liderança do Myanmar (Birmânia) limitam rigidamente as liberdades cívicas dos cidadãos e negam a participação significativa do povo nos assuntos governamentais.

A nação asiática de Singapura é muitas vezes citada como um exemplo do chamado "autoritarismo suave", devido ao facto de o partido dominante, o Partido de Acção do Povo, se manter firmemente no poder, assegurando, no entanto, uma elevada qualidade de vida aos seus cidadãos através da intervenção em quase todos os aspectos da sociedade. Singapura é notável pela sua segurança, ordem civil e integração social de todos os cidadãos. Se bem que o recente revés económico mundial tenha decerto tido os seus efeitos, a economia de Singapura conhece um *boom*, as ruas estão limpas, a população está empregada e a pobreza é virtualmente desconhecida. Mesmo as transgressões menores, como deitar lixo para o chão ou fumar em público, são punidas com multas severas, possuindo a polícia poderes extraordinários para deter possíveis suspeitos. Apesar deste controlo excessivo, a satisfação popular com o governo tem sido elevada e as desigualdades sociais são mínimas, em comparação com muitos outros países. Embora Singapura careça de liberdades democráticas, o tipo de autoritarismo do país é significativamente diferente do de muitos regimes ditatoriais.

* Nota do revisor científico: na Primavera de 2003 o regime de Saddam Hussein foi derrubado militarmente por uma coligação anglo-americana, sendo o país actualmente controla_o pelos EUA.

A disseminação global da democracia liberal

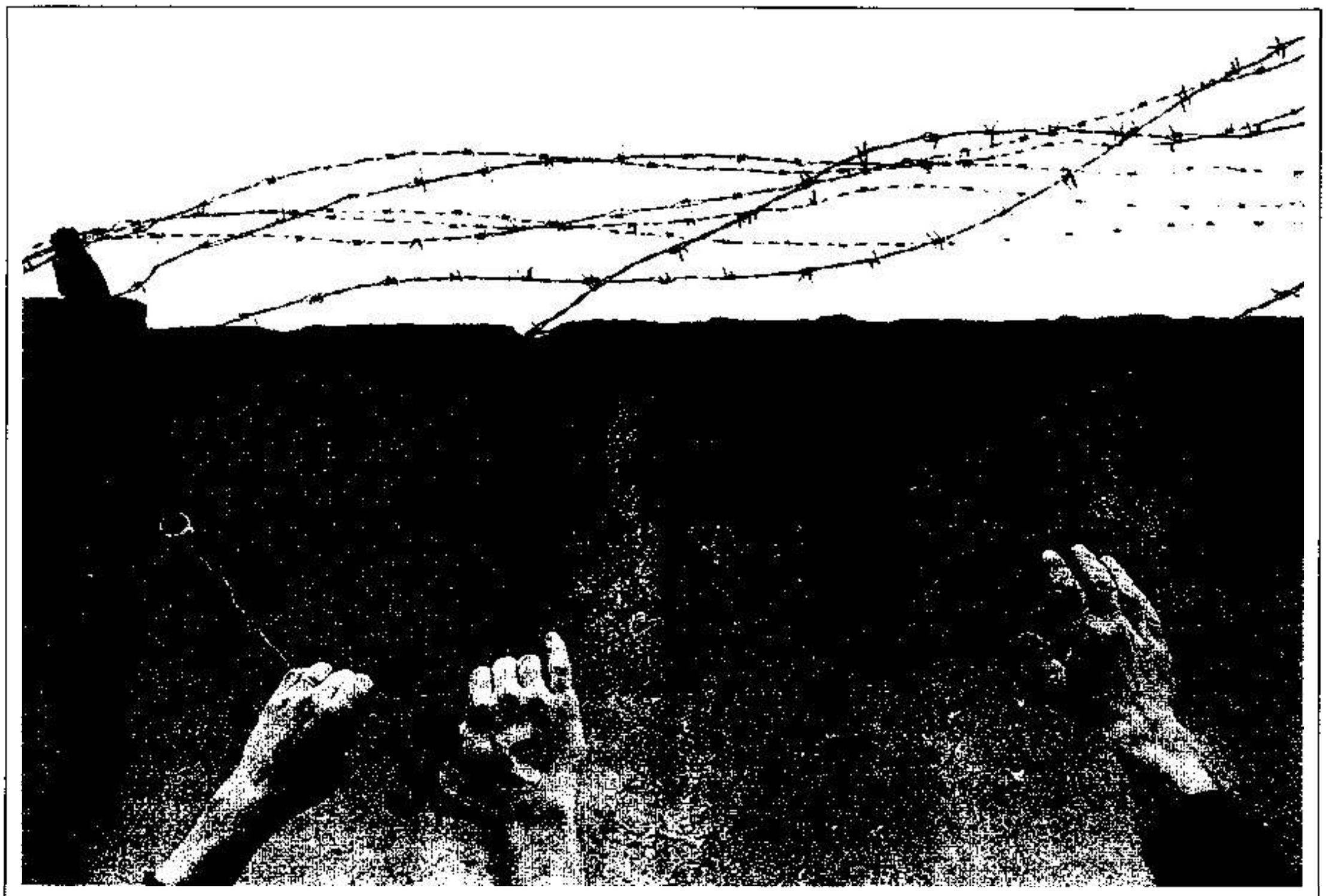
Em meados dos anos 70, mais de dois terços das sociedades mundiais podiam ser consideradas como autoritárias. Desde essa altura, a situação alterou-se significativamente – agora menos de um terço das sociedades são autoritárias. A democracia deixou de estar concentrada principalmente nos países ocidentais, mas tem sido aprovada, pelo menos em princípio, como a forma desejada de governo em muitas áreas do mundo. Como David Held notou, "a democracia tornou-se o padrão fundamental de legitimidade política dos tempos actuais" (Held, 1996).

Nesta secção, iremos considerar a disseminação global da democracia liberal, avançando algumas possíveis explicações para a sua popularidade. Depois, passaremos a examinar alguns dos principais problemas que a democracia enfrenta no mundo contemporâneo.

A queda do comunismo

Durante um longo período, os sistemas políticos mundiais estavam divididos entre a democracia liberal e o comunismo. Este último existia na antiga União Soviética e na Europa do Leste (e ainda existe na China e em alguns outros países). Durante a maior parte do século XX, uma grande parte da população mundial vivia sob sistemas políticos de orientação comunista ou socialista. Os cem anos seguintes à morte de Marx em 1883 pareciam corroborar o prognóstico da disseminação do socialismo e das revoluções dos trabalhadores em todo o mundo.

O leitor poderá encontrar informação mais detalhada sobre o "Segundo Mundo" das economias de planificação centralizada do bloco soviético em "Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo" na pág. 98



A queda do muro de Berlim, em 1989, simbolizou o rápido desmantelamento do comunismo no Leste, que deu lugar a uma expansão sem precedentes das instituições democráticas liberais.

Os estados comunistas consideravam-se democracias, apesar de os sistemas destes países se diferenciarem muito daquilo que no Ocidente se entende por democracia O comunismo foi essencialmente um sistema de partido único. Os eleitores podiam escolher não entre diferentes partidos, mas entre diferentes candidatos do mesmo partido – o Partido Comunista. Muitas vezes havia apenas um candidato a concorrer, não havendo, portanto, uma escolha real. O partido Comunista foi a força dominante nas sociedades com um sistema semelhante ao da União Soviética: o partido controlava não só o sistema político, mas também a economia.

Quase toda a gente no Ocidente, de académicos a cidadãos normais, acreditava que os sistemas comunistas estavam profundamente entrincheirados e que se tinham tornado uma característica permanente da política global. Poucas pessoas, se é que alguma, previram a mudança dramática dos acontecimentos que se começaram a desenrolar em 1989, à medida que os regimes comunistas foram consecutivamente caindo numa série de "revoluções de veludo". O que parecia ser um sólido e bem estabelecido sistema de governo por toda a Europa de Leste foi derrubado de um dia para o outro. Os Comunistas perderam o poder numa sequência cada vez mais rápida nos países que tinham dominado por meio século: Hungria, Polónia, Bulgária, Alemanha Oriental, Checoslováquia e Roménia. Eventualmente, o próprio partido Comunista na União Soviética perdeu o controlo do poder. Quando as 15 repúblicas constituintes da URSS declararam a independência, em 1991, Mikhail Gorbachev, o último líder soviético, tornou-se um "presidente sem estado".

Desde a queda da União Soviética, os processos de democratização continuaram a espalhar-se (ver a

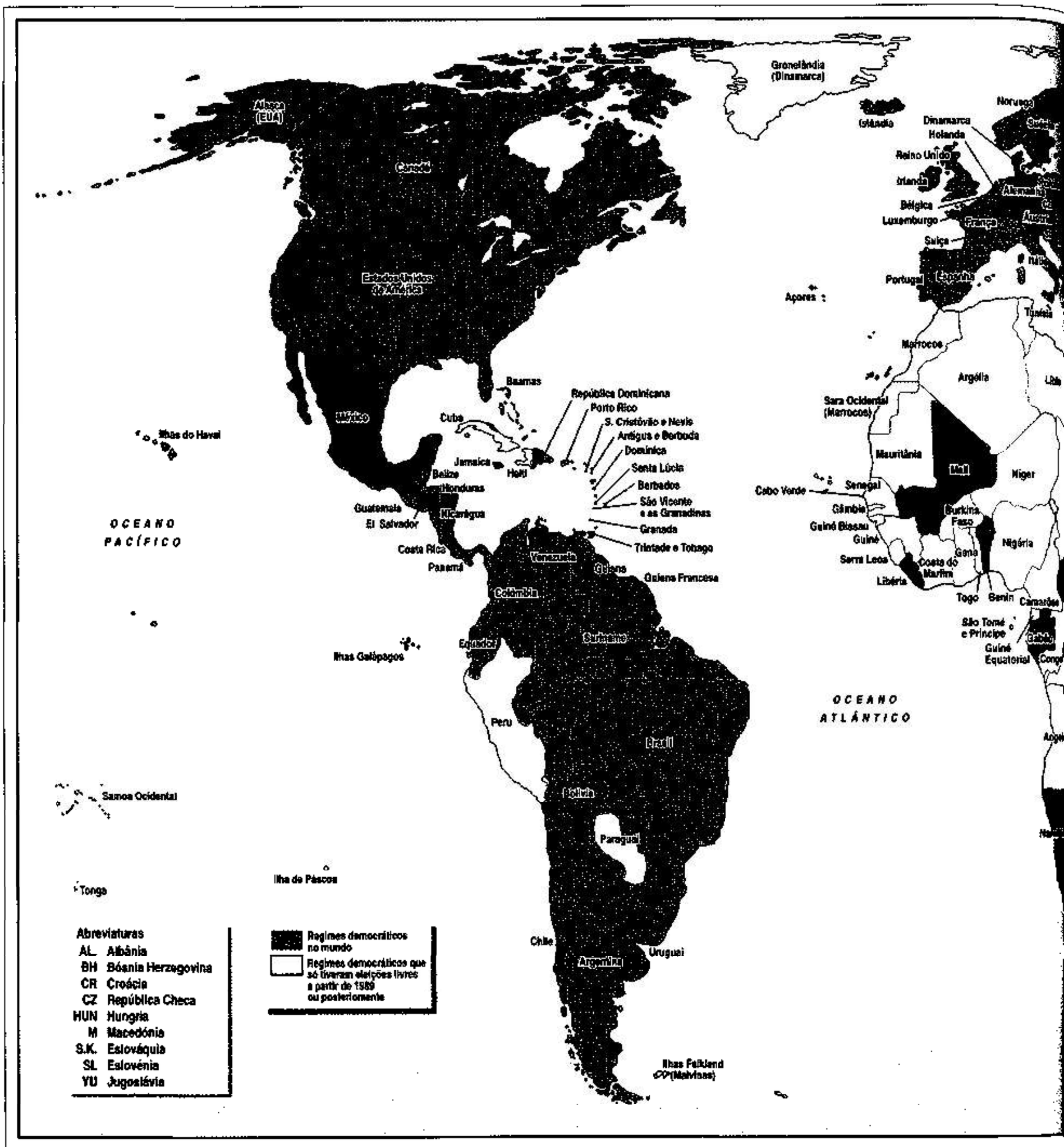


Figura 14.1 – A expansão da democracia a partir de 1989

Fonte: *Freedom in the World*, 1997-1998 (Nova Iorque: Freedom House, 1

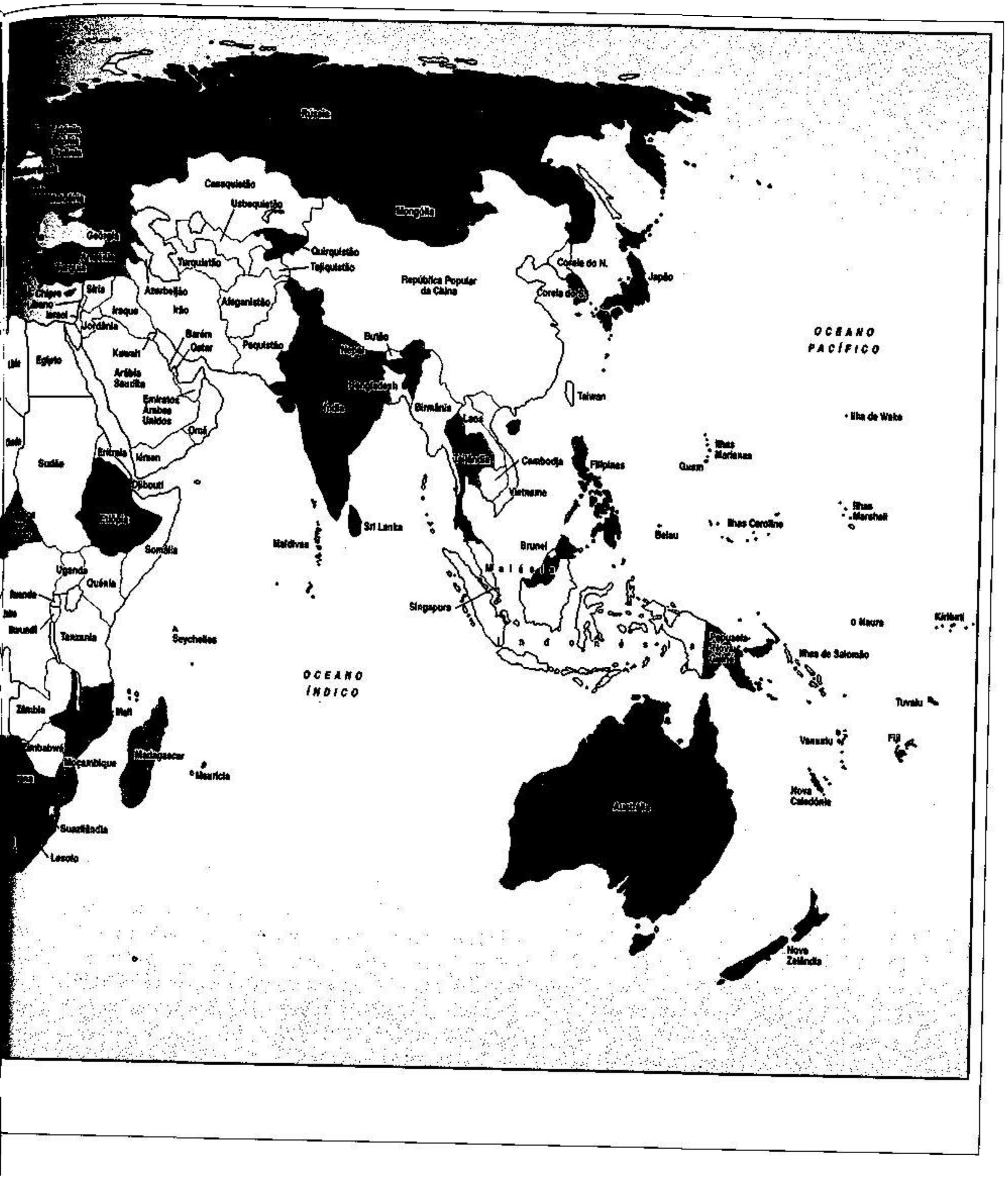

Rússia
Cazaquistão
Usbequistão
Mongólia
Geórgia
Quirguistão
Tajiquistão
Turquistão
Síria
Azerbeijão
Afeganistão
Chipre
Líbano
Iraque
Irão
Israel
Jordânia
Barém
Qatar
Paquistão
Butão
Kuwait
Egipto
Arábia Saudita
Bangladesh
Emiratos Árabes Unidos
Birmânia
Laos
Omã
Eritreia
Iémen
Sudão
Djibouti
Camboja
Filipinas
Vietname
Sri Lanka
Maldivas
Brunei
Uganda
Quénia
Singapura
Ruanda
Burundi
Tanzania
Seychelles
Zâmbia
Malawi
Zimbabwe
Moçambique
Madagascar
Maurícia
Suazilândia
Lesoto
Austrália
Nova Zelândia
República Popular da China
Coreia do N.
Coreia do S.
Japão
Taiwan
Guam
Ilhas Marianas
Ilhas Carolinas
Belau
Ilhas Marshall
Ilha de Wake
O Nauru
Kiribati
Ilhas de Salomão
Tuvalu
Vanuatu
Fiji
Nova Caledónia
OCEANO ÍNDICO
OCEANO PACÍFICO

figura 14.1). Inclusivamente, entre alguns dos estados mais autoritários do mundo, podem ser detectados sinais de democratização. No Irão, o estado islâmico mais militante do mundo, o descontentamento popular com os poderosos *mullahs* (chefes religiosos) conduz, a passos hesitantes, a reformas em alguns níveis de governo. O presidente iraniano, Mohammed Khatami, tem sido comparado a Mikhail Gorbachev como líder que reconhece que os anseios populares no sentido da democracia – se não obtiverem resposta – conduzirão ao colapso do sistema. Na China, que contém um quinto da população mundial, o governo comunista enfrenta fortes pressões com vista à democratização. Milhares de pessoas permanecem ainda na prisão na China por exprimirem de modo não violento o desejo de estabelecer a democracia. Mas ainda há grupos que resistem ao governo comunista, trabalhando activamente para garantir uma transição segura para um sistema democrático. Nos anos mais recentes, outros estados asiáticos autoritários, como a Birmânia, a Indonésia e a Malásia, também assistiram ao crescimento de movimentos democráticos. Alguns destes movimentos depararam com respostas violentas. De qualquer forma, a "globalização da democracia" continua a ser real em todo o globo e há razões para optimismo acerca do futuro da democracia.

A tendência geral para a democracia não é linear. Com efeito, são vários os momentos da história em que as instituições políticas democráticas se têm revelado frágeis e vulneráveis. Não devemos assumir que a democratização é um processo irreversível. No entanto, o facto de a democratização estar ligada a forças globalizadoras maiores é razão para optimismo quanto ao futuro da democracia.

Como explicar a popularidade da democracia liberal?

Porque se tornou tão popular a democracia? Uma explicação frequentemente avançada é a de que outros tipos de governo político têm sido experimentados e têm falhado – a democracia revelou ser o "melhor" sistema político (ver caixa de texto). Parece claro que a democracia *é* a melhor forma de organização política, o que, contudo, por si só não explica adequadamente as recentes vagas de democratização.

As razões estão relacionadas com as transformações sociais e económicas analisadas ao longo deste livro. Em primeiro lugar, a democracia tende a estar associada a uma economia de mercado e esta mostrou ser superior ao comunismo como sistema gerador de riqueza. Enquanto sistema de gestão e de planeamento económico, o comunismo revelou-se ineficaz e não competitivo. Em segundo lugar, quanto mais a actividade social se torna globalizada e as pessoas vêem as suas vidas diárias influenciadas por acontecimentos que ocorrem longe, mais elas tentam obter informação acerca do modo como são governadas, desejando logicamente uma maior democracia. A globalização, ao promover a disseminação de ideias e de opiniões através das fronteiras nacionais, conduz a uma cidadania mais activa em muitas partes do mundo.

Em terceiro lugar, vem a influência da comunicação de massas, especialmente a televisão e a Internet. A reacção em cadeia provocada pela expansão da democracia foi, provavelmente, muito influenciada pela possibilidade de se visualizarem os acontecimentos no mundo de hoje. Com o aparecimento de novas tecnologias ligadas à televisão, especialmente o satélite e o cabo, os governos não podem manter o controlo sobre o que os seus cidadãos vêem. Tal como na China, o Partido Comunista da União Soviética e os da Europa de leste costumavam manter um controlo rígido sobre as cadeias de televisão, que pertenciam todas ao governo e eram por ele dirigidas. Contudo, a expansão das transmissões por satélite possibilitou a muitas pessoas o acesso a programas de televisão do Ocidente, pondo-as, assim, em contacto com opiniões diferentes das emitidas pela propaganda ortodoxa dos governos sobre as suas condições de vida.

A popularidade crescente da Internet está a intensificar esta tendência com a utilização da comunicação directa entre indivíduos e grupos por todo o globo. A Internet e os sistemas de telecomunicações sofisticados permitem a transmissão instantânea de imagens e material escrito. Vivemos actualmente num "mundo informacional aberto", onde os governos autoritários têm menor capacidade de controlo sobre o fluxo de informação (apesar de muitos ainda o tentarem – ver caixa). Este ambiente mediatizado dificulta cada vez mais aos governos o recurso a antigas formas de poder, minando a legitimidade de

O triunfo da democracia: o fim da história?

Francis Fukuyama é o escritor cujo nome é sinónimo da expressão "fim da história". A concepção de Fukuyama do fim da história baseia-se no triunfo global do capitalismo e da democracia liberal. Segundo Fukuyama, na sequência das revoluções na Europa de Leste em 1989, da dissolução da União Soviética e de um movimento para a democracia multipartidária em outras regiões, as batalhas ideológicas de eras anteriores acabaram. O fim da história é o fim das alternativas. Hoje ninguém defende a monarquia, e o fascismo é um fenómeno do passado. O comunismo, por tanto tempo o maior rival da democracia ocidental, também acabou. O capitalismo ganhou a sua longa luta contra o socialismo, contrariamente à previsão de Marx, e a democracia liberal é agora inabalável.

Fukuyama refere que chegámos "ao ponto final da evolução ideológica da Humanidade e à universalização da democracia ocidental como a forma final do governo humano" (1989).

A tese de Fukuyama tem provocado reacções críticas, porém, sublinhou de alguma forma um fenómeno-chave do nosso tempo. Actualmente, não existe um eleitorado com dimensão significativa ou um movimento de massas capaz de conceber formas de organização política e económica para além do mercado e da economia liberal. Apesar de tudo isto parecer estar a acontecer, é duvidoso que a história tenha parado, no sentido de se terem esgotado todas as nossas alternativas. Quem pode afirmar que novas formas de ordem económica, política ou cultural não poderão emergir no futuro? Tal como os pensadores dos tempos medievais não faziam ideia da sociedade industrial que iria surgir com o declínio do feudalismo, não podemos antecipar como mudará o mundo no próximo século.

governos cujo domínio assenta num simbolismo tradicional ou depende de um respeito inquestionável. Em tais condições, o governo autoritário perde o contacto com outras experiências de vida, como a flexibilidade e o dinamismo necessários para competir na economia electrónica global.

O paradoxo da democracia

À medida que a democracia liberal se expande por todo o Mundo, poderíamos esperar que estivesse a consolidar-se de uma forma muito sólida. No entanto, a democracia está a atravessar algumas dificuldades em quase todo o lado. O "paradoxo da democracia" é intrigante. Por um lado, a democracia expande-se por todo o mundo; por outro, nas sociedades democráticas de modernidade tardia, com instituições democráticas enraizadas, é elevada a desilusão com os processos democráticos.

A democracia está em crise nos seus principais países de origem – inquéritos realizados na Grã-Bretanha, na Europa e nos Estados Unidos mostram que cada vez mais pessoas estão insatisfeitas com o sistema político ou se sentem indiferentes a ele.

Porque é que muitos se sentem infelizes com o sistema político que parece estar a expandir-se por todo o mundo? As respostas, curiosamente, estão ligadas aos factores que o ajudaram na sua expansão – o impacto das novas tecnologias da comunicação e a globalização da vida social.

Como afirmou o sociólogo americano Daniel Bell, o governo nacional é "demasiado pequeno para dar resposta às grandes questões", tais como a influência da competição económica global ou a destruição do meio ambiente, mas tornou-se "demasiado grande para lidar com pequenas questões", assuntos que afectam particularmente cidades ou regiões. Os governos têm pouco poder, por exemplo, sobre as actividades das grandes empresas multinacionais, os principais intervenientes no sistema económico global. Uma multinacional americana pode decidir fechar as suas fábricas na Grã-Bretanha e montar

A Internet e a democratização

A Internet é uma poderosa força de democratização. Ultrapassa as fronteiras nacionais e culturais, facilita a disseminação de ideias por todo o globo e permite a pessoas de mentalidades próximas encontrarem-se no reino do ciberespaço. Cada vez mais pessoas em países por todo o mundo acedem à Internet regularmente e consideram isso importante para os seus estilos de vida. Porém, a expansão dinâmica da Internet é entendida como uma ameaça pelos governos – especialmente pelos governos autoritários – que reconhecem o potencial da actividade online para subverter a autoridade estatal. Apesar de a Internet ter permissão para existir livremente em muitos países, alguns têm começado a tomar medidas para limitar o seu uso pelos cidadãos.

A China, por exemplo, assistiu à quadruplicação de utilizadores da Internet de 2,1 milhões para 8,9 milhões só em 1999. Estimou-se que o número de utilizadores chineses continuará a duplicar anualmente. Como resposta a este rápido crescimento, o governo chinês anunciou regras rígidas banindo a publicação de "segredos de estado" na Internet, tem bloqueado *links* directos e indirectos entre *websites* chineses e estrangeiros, e iniciou um sistema de

uma nova fábrica no México com o objectivo de diminuir os custos e competir com mais eficácia com outras multinacionais. O resultado é milhares de trabalhadores britânicos perderam os seus empregos. O mais provável é que queiram que os seus governos façam alguma coisa, mas os governos nacionais são impotentes para controlar processos ligados à economia mundial.

Em muitas democracias, os cidadãos têm pouca confiança nos seus representantes eleitos, concluindo que a política nacional tem pouco impacto nas suas vidas. Existe um cinismo crescente acerca de políticos que alegam ser capazes de prever ou controlar assuntos globais, que transcendem as fronteiras do estado-nação. Muitos cidadãos apercebem-se de que os políticos não têm capacidade para influenciar as mudanças que ocorrem a nível global, encarando assim com grande suspeita as suas proclamações de sucesso. As sondagens de opinião pública revelam que, em muitos países ocidentais, a imagem dos políticos está seriamente comprometida! Um número crescente de cidadãos considera que os políticos actuam apenas em benefício próprio, não se envolvendo em assuntos que inquietam o eleitorado.

Alguma comprovação para esta conclusão advém dos resultados de estudos recentes levados a cabo em dois grupos de idade. De acordo com estas pesquisas, as atitudes políticas entre os cidadãos jovens e de meia-idade do Reino Unido são mais caracterizadas pelo cinismo do que por qualquer outro factor. No levantamento dos nascidos em 1970, 44 por cento acreditava que os políticos estavam na política para seu próprio benefício, e 30 por cento dos nascidos em 1958 concordava que era largamente irrelevante qual o partido político que está no poder, porque há poucos benefícios directos para o cidadão comum. Os estudos revelaram que o cinismo político é mais pronunciado entre aqueles que não possuem quaisquer qualificações (ESRC 1997).

Ao mesmo tempo que o poder dos governos enfraquece em relação a assuntos globais, as autoridades políticas também se tornaram mais distantes da vida da maioria dos cidadãos. Muitos destes ressentem-se pelo facto de decisões que afectam as suas vidas serem tomadas por «intermediários do poder» distantes – membros do partido, grupos de interesse, «lobbies» e burocratas. Também acreditam que o governo é impotente para tratar de assuntos locais importantes, como o crime e os sem-abrigo. Em consequência destes factos, a fé no governo tem vindo a diminuir substancialmente. Por seu turno, isto afecta a vontade de participação das pessoas no processo político.

Os efeitos da "era da informação aberta" são sentidos não só em estados autoritários, mas também nas

censura para vigiar o conteúdo de notícias e informações trocadas na Internet.

Aos olhos da liderança comunista chinesa, a Internet representa uma ameaça perigosa à segurança estatal, uma vez que permite aos grupos de oposição política coordenarem as suas actividades. Em Abril de 1999, por exemplo, milhares de apoiantes da Falun Gong – um movimento espiritual cujos membros acreditam que exercícios de respiração prolongam a vida – mobilizaram-se através da Internet e juntaram-se em Pequim para um protesto silencioso. Informação sensível sobre as capacidades militares e tecnológicas chinesas tem sido supostamente publicada em *websites* chineses. Tais acontecimentos confirmam ao governo chinês que a Internet é um poderoso meio de comunicação que tem de ser controlado.

Existem outros governos que chegaram a conclusões semelhantes. O governo birmanês anunciou a decisão de banir a disseminação de informação "prejudicial ao governo" através da Internet ou do correio electrónico. As autoridades malaias exigiram que os cibercafés mantivessem listas de todos os indivíduos que usam os seus computadores. Na Rússia, requer-se aos fornecedores locais de serviços de Internet que se associem a um esquema de vigilância electrónica supervisionado pelo serviço de segurança federal.

democracias. Vivemos num mundo em que os cidadãos e o governo têm, virtualmente, acesso à mesma informação. Os próprios governos democráticos, que há muito dependem de certas formas de actuação não democráticas – desde a corrupção pura e simples a jogos de bastidores e redes de influências – encontram-se agora mais facilmente expostos, graças às tecnologias de informação. Certos processos, que outrora permaneciam invisíveis, são hoje visíveis, provocando ressentimento e desilusão entre o eleitorado democrático. Os velhos modos de fazer as coisas têm sido progressivamente minados e as estruturas políticas existentes já não podem ser consideradas como assentes.

Hoje em dia, alguns observadores lamentam que os cidadãos em estados democráticos se tenham tornado apáticos, perdendo o interesse no processo político. É verdade que o número de votantes tem decrescido em décadas mais recentes, e o número de membros dos principais partidos políticos entrou também em declínio. No entanto, é um erro sugerir que as pessoas se desinteressaram da política e perderam a fé na própria democracia. As sondagens de opinião mostram que, para a maioria esmagadora de residentes em países democráticos, a democracia é a forma preferida de governo. Além disso, há sinais de que o interesse pela política está em crescimento, sendo, porém, canalizado para outras direcções e não para a política partidária ortodoxa. Crescem os membros de grupos cívicos e associações que investem os seus esforços em novos movimentos sociais dedicados a questões como o ambiente, os direitos dos animais, a política comercial e a não-proliferação nuclear (ver mais à frente).

Qual será, então, o destino da democracia numa época em que o governo democrático parece estar mal preparado para lidar com os acontecimentos? Alguns observadores sugerem que há pouco a fazer, que o governo não pode esperar controlar as mudanças rápidas que ocorrem à nossa volta e que o rumo de acção mais prudente é reduzir o papel do governo e deixar que as forças de mercado nos orientem. Contudo, tal abordagem é contestável. No mundo actual, temos cada vez mais necessidade de *mais* governo e não de menos. Porém, o governo efectivo leva, na era actual, a um aprofundamento da democracia quer ao nível do estado-nação, quer a níveis superiores ou inferiores a este.

Veremos brevemente como algumas destas dinâmicas se estão a fazer sentir na política britânica. A democracia liberal por definição envolve a existência de diversos partidos políticos. Iremos observar, em primeiro lugar, os diferentes tipos de sistema partidário que podem ser agrupados sob o rótulo de democracia liberal.

Os partidos políticos e o sufrágio nos países ocidentais

Sistemas Partidários

Um partido político pode ser definido como uma organização orientada para adquirir o controlo legítimo do governo através de um processo eleitoral. Existem muitos tipos de sistemas partidários. A existência de um sistema bipartidário ou de outro que envolva mais partidos depende, em grande parte, da natureza do processo eleitoral num dado país. Dois partidos tendem a dominar o sistema político, quando as eleições se baseiam no princípio da maioria. O candidato que obtiver a maioria dos votos num círculo eleitoral ganha a eleição independentemente da proporção geral dos votos que obteve e monopoliza a representação partidária. Quando as eleições assentam em princípios diferentes, como o da representação proporcional (em que os lugares na assembleia representativa são distribuídos de acordo com a proporção dos votos obtidos), os sistemas bipartidários são menos comuns.

Nos países da Europa ocidental existem muitos tipos de organizações partidárias, mas nem todos eles se encontram na política britânica. Alguns partidos assentam na denominação religiosa (como o Partido Social Cristão ou o Partido Popular Católico, na Bélgica)*; outros são partidos étnicos que representam determinados grupos nacionalistas ou linguísticos (como o Partido Nacional Escocês na Grã-Bretanha ou o Svenska Folkpartiet** na Finlândia); outros são partidos rurais que representam interesses agrários (por exemplo, o Partido do Centro na Suécia ou o Partido Popular Suíço, na Suíça); outros, ainda, são partidos ambientalistas, preocupados com objectivos ecológicos (como os Verdes, na Alemanha). Muitos países europeus também têm partidos nacionalistas de extrema direita que são hostis a imigrantes e estrangeiros (ver abaixo).

Partidos socialistas ou trabalhistas têm formado governos, desde a Segunda Guerra Mundial, na maioria dos países da Europa Ocidental. Até há pouco tempo havia partidos comunistas oficialmente reconhecidos em quase todos esses países e alguns deles eram grandes (como os da Itália, França e Espanha). A seguir às mudanças na Europa de Leste, muitos deles têm mudado as suas denominações. Existem muitos partidos conservadores (como o Partido Republicano, em França, ou o Partido Conservador e o Partido Unionista, na Grã-Bretanha) e há partidos «centristas» que ocupam «o terreno do centro», entre a *esquerda* e a *direita* (como os Liberais-Democratas, na Grã-Bretanha). (O termo «esquerda» é usado para nos referirmos a grupos políticos radicais ou progressistas; «direita» refere-se a grupos mais conservadores).

Em alguns países, o líder do partido da maioria, ou de um dos partidos numa coligação, torna-se automaticamente primeiro-ministro, a mais alta função pública do país. Noutros casos (como nos Estados Unidos), é eleito um presidente separadamente das eleições para os principais corpos representativos. É pouco provável que qualquer sistema eleitoral nos países do Ocidente seja exactamente igual a outro, e a maior parte são mais complicados que o do Reino Unido. A Alemanha pode servir de exemplo. Nesse país, os membros são eleitos para o *Bundestag* (Parlamento) através de um sistema que combina o princípio da maioria com o da eleição proporcional. Metade dos membros do *Bundestag* são eleitos em círculos eleitorais em que ganha o candidato que tiver mais votos. Os outros 50 por cento são eleitos de acordo com as proporções de voto obtidas em áreas regionais específicas. Este sistema permitiu ao Partido dos Verdes ganhar lugares no parlamento. Estabeleceu-se um limite de 5 por cento para evitar a proliferação de pequenos partidos – tem de ser alcançada esta proporção de voto, pelo menos, para que o Partido possa obter representação parlamentar. Um sistema semelhante é usado nas eleições autárquicas.

Sistemas com dois partidos predominantes, como o da Grã-Bretanha, tendem a conduzir a uma concentração no «centro», onde se encontra a maioria dos votos, excluindo opiniões mais radicais. Nestes países, os partidos cultivam normalmente uma imagem moderada que chega por vezes a assemelhar-se de tal forma, que a opção por um ou outro pouco difere. Uma pluralidade de interesses pode ser representada supostamente por cada partido, mas, muito frequentemente, acabam misturados num programa moderado

---

* Nota do revisor científico: um dos partidos é valão e o outro é flamengo.

** Nota do revisor científico: partido que procura representar a minoria sueca.

que oferece poucas opções políticas distintas. Os sistemas multipartidários permitem a expressão de interesses e opiniões divergentes de forma mais directa e fornecem campo de acção para a representação de alternativas radicais. Por outro lado, nenhum partido alcança, normalmente, uma maioria absoluta. Este facto conduz a coligações que podem ser incapazes de tomar decisões por causa de conflitos importantes entre os seus membros, ou a uma rápida sucessão de eleições e de novos governos, sem que qualquer um seja capaz de ficar no poder por muito tempo, e, por conseguinte, sendo muito limitados nos seus efeitos.

Partidos de extrema-direita na Europa

O ressentimento crescente em torno da imigração tem-se reflectido nos ganhos políticas conseguidos por partidos de direita em diversos países europeus. Este facto tomou a forma mais notável na Áustria, onde o Partido da Liberdade, chefiado até recentemente por Jörg Haider, conseguiu 27 por cento do voto nacional nas eleições de Outubro 1999 e formou um governo de coligação com o conservador Partido do Povo. O mesmo Haider que no passado defendeu abertamente as "políticas de emprego" Nazi e elogiou veteranos das SS de Hitler, fez uma campanha violenta "anti-estrangeirização", que era distintamente anti-imigrante e anti-Europa. Apesar de a Áustria ser, desde há muito, um dos países mais estáveis e prósperos da Europa, a mensagem de Haider encontrou eco em muitos eleitores. No decurso da última década, a Áustria absorveu milhares de imigrantes da Europa de Leste e dos Balcãs; actualmente os imigrantes constituem 10% do total da população. Depois do anúncio da nova coligação governamental em Fevereiro de 2000, Viena foi inundada por manifestantes, outros membros da União Europeia anunciaram a sua intenção de isolar a Áustria diplomaticamente, e Israel retirou o seu embaixador de Viena.

Na sequência imediata do voto austríaco, o direitista Partido do Povo na Suíça conseguiu 23 por cento dos votos, transformando-se na mais poderosa força política do país. Na Suíça, que não é membro da União Europeia ou das Nações Unidas, um em cada cinco residentes é imigrante. O Partido do Povo mobilizou com sucesso sentimentos anti-imigrantes na população e fortaleceu a sua posição, exigindo o aperto das leis de asilo durante a guerra do Kosovo, em 1999.

Noutros países europeus, os partidos de extrema-direita gozam de algum apoio, mas permanecem na periferia do sistema político (ver figura 14.2). Na Itália, a Liga Lombarda tem um forte apoio em votos no norte do país. A Frente Nacional de Jean Marie Le Pen, em França, tem chegado a um máximo de 15 por cento em eleições, baseada numa plataforma anti-imigração. Até mesmo os países escandinavos, há muito os bastiões do liberalismo nas relações entre as raças, têm assistido ao surgimento de grupos de direitistas com largo apoio.

Muitas organizações de imigrantes e de direitos humanos na Europa e por todo o mundo têm reagido com consternação àquilo que consideram ser uma vaga crescente de racismo associada ao apoio à construção da "fortaleza Europa". Porém, estas tendên-

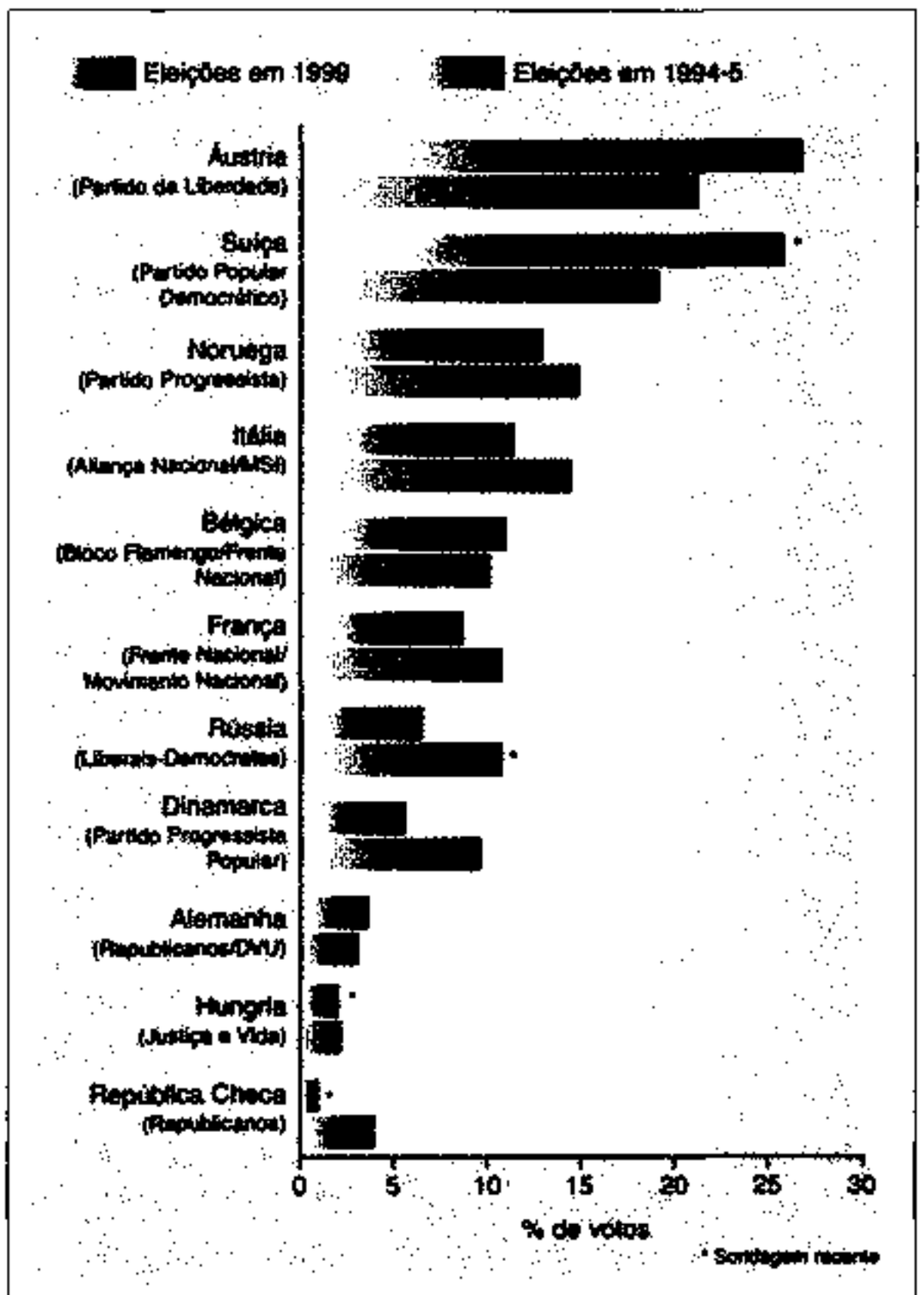


Figura 14.2 O apoio do eleitorado aos partidos de extrema-direita na Europa, 1994-5 e 1999 (percentagem de votos).

Fonte: Estatísticas Eleitorais Nacionais. *The Economist*, 9 de outubro 1999, p. 53.

cias não vão todas no sentido da diminuição da tolerância. A figura 14.2 mostra uma queda no apoio a partidos de extrema-direita em alguns países entre 1944-5 e 1999. Inclusivamente, as organizações anti-racistas desenvolveram-se fortemente nos países referidos acima e muitos governos promoveram medidas para reduzir a discriminação.

Partidos e voto na Grã-Bretanha

Na Grã-Bretanha, até ao século XIX, os partidos eram vistos como dispositivos temporários, necessários para mobilizar apoios em relação a acontecimentos ou crises específicas. À medida que os partidos se foram transformando em organizações mais estáveis, começaram a ser associados à ideia de que o apoio à sua liderança podia trazer benefícios específicos. A militância partidária e a lealdade aos partidos vieram a ficar ligadas a várias formas de patrocinato, através das quais os fiéis seriam recompensados com cargos específicos numa nova administração. Durante a maior parte do século XX, os dois maiores partidos (Trabalhista e Conservador) têm dominado a cena política nacional, e têm-se desenvolvido *políticas adversárias* através da angariação de apoio para dois grupos alternativos de governo, consistindo cada um deles em membros de um só Partido.

A política eleitoral britânica mudou de um modo significativo nos últimos 20 anos. Os partidos Trabalhista e Conservador têm estado sob uma pressão crescente motivada pelo decréscimo do número de membros, pela falta de recursos e pela perda do apoio do eleitorado. O Partido Trabalhista conseguiu reinventar-se com sucesso e regressou ao poder em 1997, enquanto o Partido Conservador continua a registar uma baixa significativa no número de membros e uma base de apoiantes cada vez mais envelhecida. É necessário ter em conta diversos factores importantes na compreensão da experiência dos principais partidos nas duas últimas décadas. Um factor estrutural envolvido nessa mudança é o facto de a proporção da população economicamente activa empregada em ocupações tradicionais de colarinho azul – especialmente nas fábricas – ter baixado consideravelmente. Não há duvida de que isto provocou a erosão de certas fontes tradicionais de apoio ao Trabalhismo. Um segundo factor foi a divisão que ocorreu no Partido Trabalhista no princípio dos anos oitenta, que conduziu à formação do Partido Social Democrata (SDP) *. Embora o SDP já não exista, o Partido dos Democratas Liberais, de formação mais recente, tem mantido um apoio significativo e tem retirado votos aos dois principais partidos. Uma terceira influência a ter em conta foi a do primeiro-ministro conservador entre 1979 e 1990, a Sr.ª Thatcher. O vigoroso programa de mudança iniciado pela Sr.ª Thatcher e pelos seus gabinetes representou um afastamento significativo da antiga filosofia «Tory». O «**Thatcherismo**» conferiu ênfase prioritária à restrição do papel do Estado na vida económica e apostou nas forças de mercado como base das liberdades individuais e do crescimento económico. Um quarto factor é a emergência do *New Labour* (Novo Partido Trabalhista), em meados dos anos 90, que marcou o aparecimento de uma nova abordagem na política Britânica.

O Thatcherismo e os anos seguintes

Durante o seu primeiro mandato, a política da Sr.ª Thatcher concentrou-se especialmente no «monetarismo». Acreditava-se que o controlo da oferta de moeda era a chave para reduzir a inflação e promover uma sólida gestão da economia. Contudo, foi impossível alcançar os objectivos estabelecidos para o controlo monetário, e o «monetarismo» acabou por ser em larga medida subsequentemente abandonado. Depois da eleição de 1983, o ímpeto do Thatcherismo em assuntos económicos foi mantido através da privatização de companhias públicas. A venda de acções da *British Telecom*, da *British Gas*, da *British Airways* e da *British Petroleum* (BP) suscitou uma ampla resposta. Afirma-se que existem inúmeras vantagens na privatização. Defende-se que esta vem reintroduzir uma competição económica saudável em substituição de burocracias públicas pouco maleáveis e ineficientes, reduzir as despesas públicas e pôr fim à interferência política em matéria de gestão. A política de privatizações iniciada pela Sr.ª Thatcher teve um impacto duradouro. Ao princípio foi acaloradamente contestada pelo Partido Trabalhista. No entanto, posteriormente, este partido abandonou a sua postura hostil e veio a aceitar como irreversíveis muitas destas privatizações.

---

* No original, «Social Democratic Party», (*N. do T.*).

«Esta senhora não muda de opinião!» declarou a Sr.ª Thatcher num dos seus mais célebres discursos públicos. Talvez o mais forte elemento de continuidade do Thatcherismo tenha residido na personalidade e no estilo moral da Sr.ª Thatcher. A sua atitude de cruzado não lhe trouxe o afecto de muitos dos eleitores, mas trouxe-lhe respeito pelas suas qualidades como líder nacional. A recusa da Sr.ª Thatcher em recuar perante a ocupação das Ilhas Falkland pelos argentinos pareceu a muitos a expressão concreta destas qualidades, e o seu papel dominante no seio do governo foi igualmente reforçado pelas demissões de membros do gabinete que não simpatizavam com as suas opiniões.

Contudo, depois de obter uma vitória esmagadora nas eleições de 1987, a popularidade da Sr.ª Thatcher entre os eleitores começou a declinar acentuadamente. Os factores-chave foram a impopularidade do Imposto de Capitação (Poll Tax – um imposto calculado *per capita*, sem ser baseado em rendimentos ou propriedades), e a recessão económica. O nível de insatisfação com a liderança da Sr.ª Thatcher no Governo conservador chegou a tal ponto que colegas seniores persuadiram-na a retirar-se durante a eleição para a liderança em 1990. O seu sucessor foi John Major (Kingdom, 1999).

Com John Major, os Conservadores continuaram a privatizar empresas públicas, mesmo quando esses planos não eram populares entre o eleitorado. O caminho de ferro britânico, por exemplo, foi dividido e vendido a privados, embora sondagens mostrassem que a maioria da população não apoiava este programa.

O "New Labour" (Novo Partido Trabalhista)

Em parte como resposta ao impacto do Thatcherismo e em parte como reacção a acontecimentos mais globais, incluindo a intensificação da competição da economia global, o Partido Trabalhista começou a modificar a sua visão ideológica. Este processo iniciou-se com Neil Kinnock, que se demitiu da liderança do partido quando perdeu as eleições de 1992, e foi continuado com o novo líder, John Smith, cujo período de liderança foi encurtado pela sua morte prematura. Tony Blair tornou-se líder do partido em 1994 e imediatamente prosseguiu com reformas internas mais profundas, apelidando o seu partido de New Labour (Novo Partido Trabalhista). Blair liderou com sucesso uma campanha dentro do partido para abolir a famosa Cláusula 4 – uma cláusula no programa do partido que o comprometia a aumentar o sector público na área da indústria.

O Partido Trabalhista reconheceu, assim, formalmente a importância central da economia de mercado, que a Sr.ª Thatcher estava tão determinada em expandir. Ao fazer isto, o partido estava a efectuar mudanças semelhantes àquelas que aconteceram na maioria dos partidos socialistas na Europa Ocidental. Uma influência decisiva nestas transformações foi a dissolução do Comunismo na União Soviética e na Europa de Leste. A imagem ideológica do Partido Trabalhista foi sempre bastante diferente da do Comunismo – o peso do Estado nas empresas industriais em sociedades comunistas era maior do que o que o Partido Trabalhista alguma vez defendeu. Contudo, a maioria das pessoas aceitou que a desintegração do comunismo também significa que as ideias menos extremistas do socialismo precisam de sofrer uma revisão radical. A ideia de que uma economia moderna pode ser gerida colocando-a sobre controlo estatal – um princípio central tanto do comunismo como do socialismo adoptado pelo Partido Trabalhista – aparece agora como obsoleta.

A Eleição de 1997

A eleição de 1997, que trouxe o "Novo Partido Trabalhista" * ao poder, representou uma das maiores mudanças eleitorais na Grã-Bretanha no século XX – uma mudança de 10,3 por cento do partido Conservador para o Trabalhista – e colocou um fim a dezoito anos do Partido Conservador no poder. O Partido Trabalhista conquistou 419 lugares no parlamento (comparado com os 165 dos Conservadores), obtendo a mais ampla maioria de sempre: 179 lugares. A percentagem de votos dos Conservadores (31,4%) foi a mais baixa que obtiveram desde 1832. Representou uma queda abrupta dos níveis de apoio estáveis de que os Conservadores ainda gozavam nos primeiros anos dessa década. Em 1992, por exemplo, os Tories haviam obtido 42,8 por cento dos votos. Um outro resultado importante da eleição de 1997 foi o do ressurgimento sólido dos Liberais Democratas,

* Nota do revisor científico: o Novo Partido Trabalhista permanece no poder (2003), sendo Tony Blair o primeiro-ministro da Grã-Bretanha.

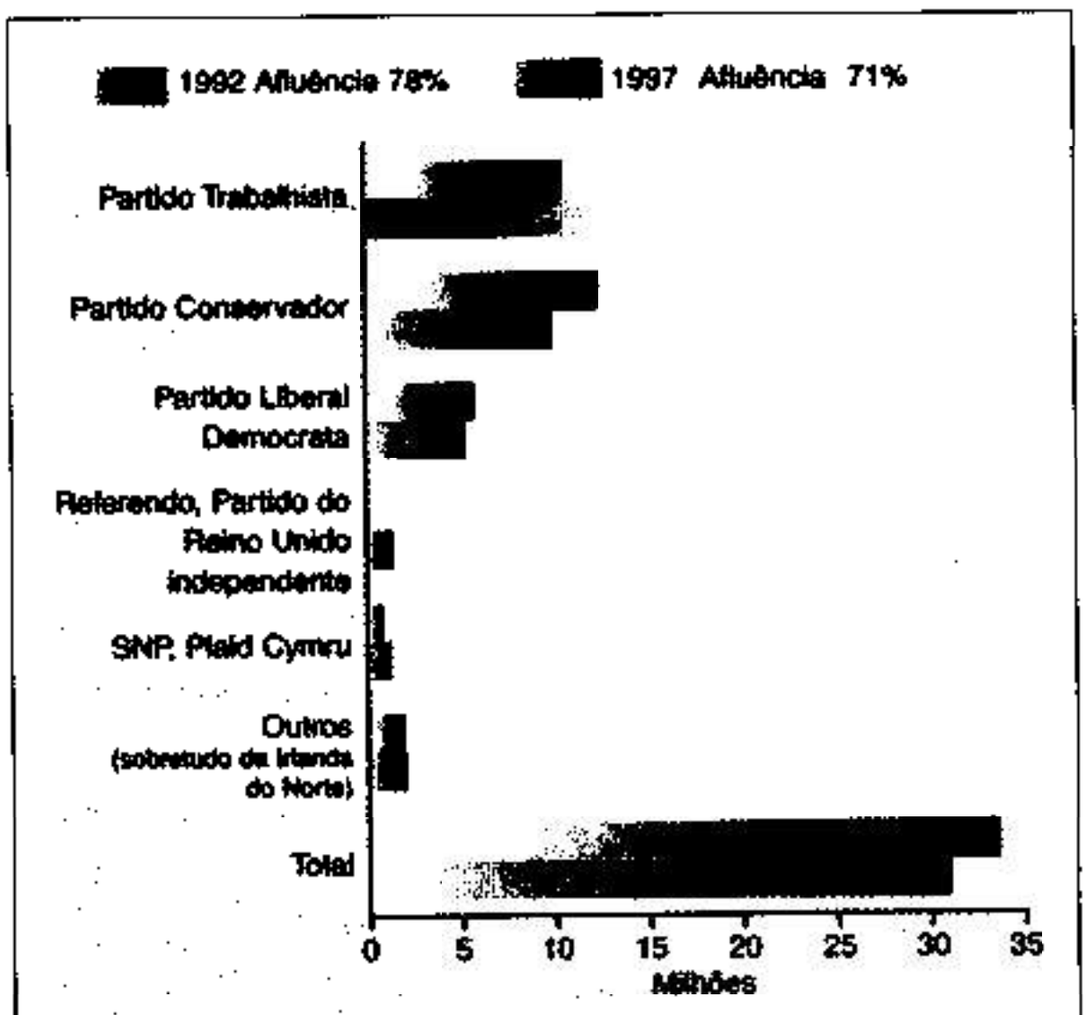


Figura 14.3 Evolução no número de eleitores por partido, 1992 e 1997 (milhões).
Fonte: *Sunday Times*, 4 de Maio de 1997.

que ganharam 46 lugares, o resultado mais forte de um partido liberal na era do pós-guerra.

Como explicar esta enorme reviravolta eleitoral? Um certo número de factores parecem ter influenciado o resultado. Muitos observadores têm sugerido que o número reduzido de votantes – 71,3 por cento dos eleitores registados – indica que os eleitores não estavam tanto a votar a favor do Novo Partido Trabalhista, mas a votar "negativamente" a favor da mudança. Estimou-se que cerca de 2 milhões de eleitores do Partido Conservador ficaram em casa no dia das eleições (ver figura 14.3), um facto que terá impulsionado certamente os resultados dos Trabalhistas.

A cobertura dos media na campanha também afectou o resultado. Enquanto os Trabalhistas promoveram com sucesso uma imagem de Tony Blair como alguém jovem, enérgico e voltado para reformas, os Conservadores estavam envolvidos em alegações de negócios corruptos e apareceram divididos em assuntos cruciais como o papel da Grã-Bretanha na Europa. A análise da cobertura da imprensa diária de John Major e Tony Blair revelou que era dada mais atenção às personalidades dos candidatos do que às suas capacidades profissionais, o que funcionou contra John Major. Embora Major fosse frequentemente caracterizado como um indivíduo corajoso e honesto, era fortemente acusado de ser um líder incompetente e ineficaz. Por outro lado, Blair era visto pelos oponentes e apoiantes como apaixonado e duro (Seymour-Ure, 1998). Os jornais que tinham antes apoiado objectivos dos Conservadores e os seus políticos em anos de eleições, mostravam-se mais apoiantes dos Trabalhistas em 1997.

Estas mudanças no eleitorado do Novo Partido Trabalhista estão espelhadas na composição dos Membros do Parlamento. Os deputados trabalhistas são relativamente jovens; dez estavam abaixo dos trinta anos de idade, e mais de metade tinham 50 anos ou eram mais jovens na altura da eleição. A nova fornada possui também um segmento maior de categorias de profissionais de colarinho branco do que antes, com uma proporção elevada de académicos e professores entre os novos membros (ver figura 14.4). Finalmente, um número recorde de 101 membros do Parlamento são mulheres, mais 37 que em 1992, o que, em parte, é o resultado de uma política explícita Trabalhista que visa aumentar o número de mulheres no Parlamento. Por algum tempo, até tal política ser anulada em tribunal, listas exclusivas de mulheres foram utilizadas nas candidaturas a metade dos lugares Trabalhistas "elegíveis".

A Política da Terceira Via

Após chegar ao poder, o Novo Partido Trabalhista embarcou num caminho ambicioso de reforma política e modernização. Embora mantendo um compromisso em relação aos valores de justiça social e solidariedade, o governo procurou enfrentar as realidades da nova ordem global. Reconheceu-se que a antiga política estava desactualizada face aos desafios da nova era. Tal como mais de uma dúzia de outros governos europeus, o Novo Partido Trabalhista queria ir além das categorias políticas tradicionais de esquerda e de direita, e embarcar num novo tipo de política de centro-esquerda. Esta aproximação é muitas vezes designada como **política da terceira via**, por tentar evitar as divisões políticas habituais.

Existem seis dimensões básicas na política da terceira via:

1 *Reconstrução do Governo* – É necessário um governo activo para ir ao encontro das necessidades de um mundo em mudança rápida. No entanto, o governo não deveria ser exclusivamente

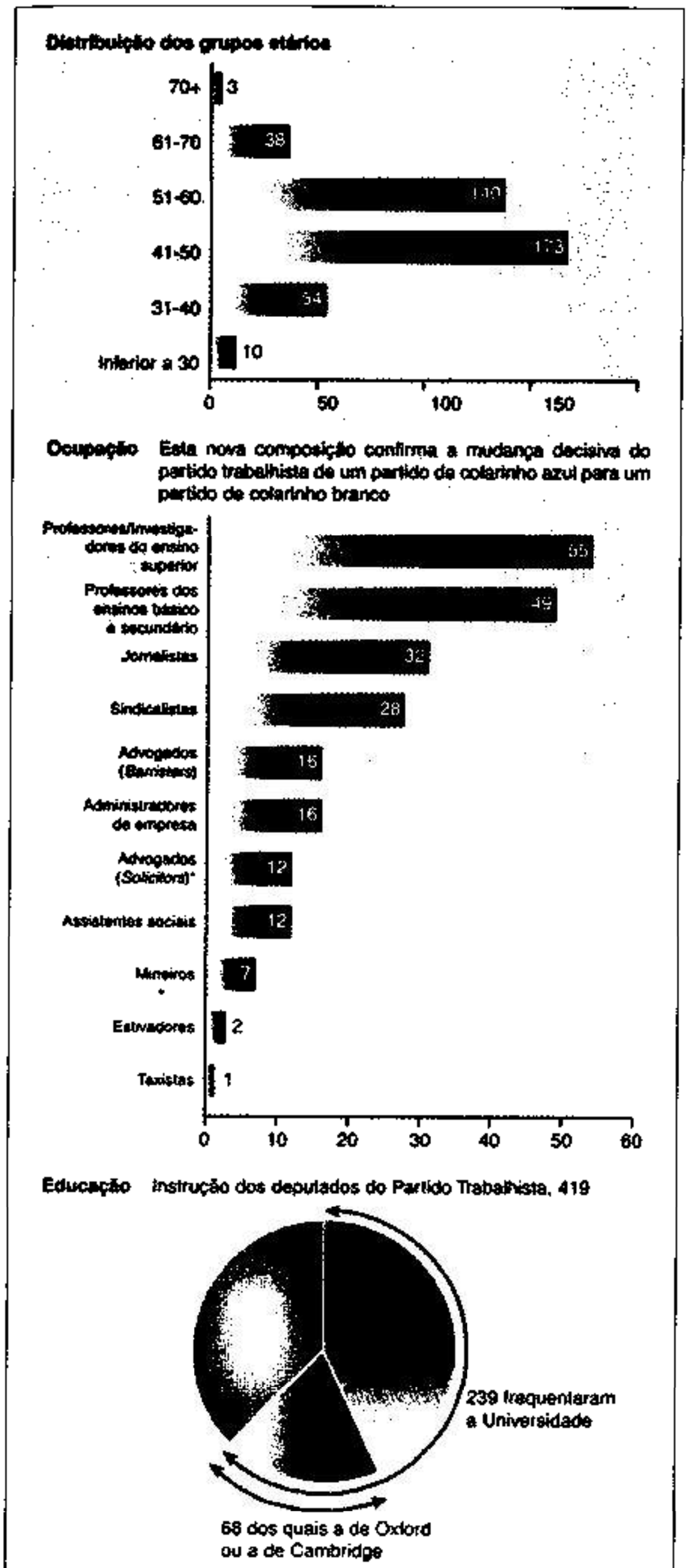


Figura 14.4 Percentagem de membros do Partido Trabalhista no Parlamento após a eleição de 1997, segundo a idade, ocupação e instrução.

Fonte: *Observer*, 4 de Maio de 1997. *Sociology Review*, 7.1 (Setembro de 1997), p. 8.

associado a burocracias rígidas e políticas nacionais. As formas dinâmicas de gestão e administração, como as existentes no sector empresarial, podem funcionar com o governo na defesa e revitalização da esfera pública.

2 *Cultivar a sociedade civil* – O Governo e o mercado não são suficientes para resolver os principais desafios das sociedades modernas. A sociedade civil – a esfera fora do Estado e do mercado – tem de ser fortalecida e conjugada com o governo e os negócios. Os grupos de voluntários, as famílias e as associações cívicas podem assumir papéis importantes no tratamento de assuntos comunitários, do crime à educação.

3 *A reconstrução da economia* – A terceira via vislumbra uma nova economia mista caracterizada por um equilíbrio entre regulamentação e desregulamentação governamental. Rejeita-se a visão neoliberal de que a desregulamentação é a única via para assegurar liberdade e crescimento.

4 *A reforma do Estado-Providência* – Embora seja essencial proteger os mais vulneráveis, providenciando serviços efectivos de apoio social, o Estado-Providência tem de ser reformado para se tornar mais eficiente. A política da terceira via aspira a uma "sociedade providência", conquanto reconheça que as antigas formas de segurança social não tiveram muitas vezes sucesso na redução das desigualdades, servindo mais para controlar os pobres, do que para lhes reforçar as capacidades.

5 *Modernização ecológica* – A política da terceira via rejeita o ponto de vista de que há incompatibilidade entre protecção ambiental e crescimento económico. Existem muitas formas do compromisso com a defesa do ambiente poder gerar emprego e estimular o desenvolvimento económico.

6 *A reforma do sistema global* – Numa era de globalização, a política da terceira via procura novas formas de governo global. As associações transnacionais podem conduzir a uma democracia que transcende o nível do estado-nação, e podem permitir um maior controlo da volátil economia internacional pelos governos.

---

* Nota do revisor científico: em Inglaterra e no País de Gales, *Barrister* é o advogado que possui qualificações para intervir nos tribunais superiores; na Grã-Bretanha, *Solicitor* é o advogado que trata da documentação legal e que pode intervir em alguns tribunais.

A Participação política das mulheres

Votar tem um significado especial para as mulheres dadas as suas lutas no passado pelo direito ao sufrágio universal – um voto para todos, mulheres e homens – que demorou muito tempo a adquirir em todo o mundo. Em muitos países, as mulheres praticamente já votam na mesma proporção que os homens. As mudanças nas divisões sociais entre sexos provocaram alterações na participação política das mulheres. À medida que as diferenças em termos de poder e posição social entre homens e mulheres começaram a diminuir, a proporção de mulheres a votar subiu.

Antes de as mulheres adquirirem o direito ao voto, havia opiniões divergentes sobre o impacto potencial do voto das mulheres na política. Os que defendiam o direito ao voto das mulheres acreditavam que a entrada das mulheres na política transformaria radicalmente a actividade política, incutindo-lhe um novo sentido de altruísmo e moralidade. Os que se opunham à extensão do voto às mulheres, por seu lado, argumentavam que a participação feminina na política transformaria esta em algo de trivial e que, ao mesmo tempo, viria minar a estabilidade familiar.

Nenhuma destas consequências extremas acabou por se verificar. A obtenção do direito de voto pelas mulheres não alterou grandemente a natureza da política. Os padrões de voto das mulheres, como os dos homens, são moldados pelas preferências partidárias, opções políticas e pela escolha entre candidatos disponíveis. Contudo, em eleições recentes na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, as mulheres que votam têm sido vistas como um eleitorado-chave, que tem de ser cativado para se obter a vitória. Tanto Bill Clinton como Tony Blair obtiveram, com sucesso, o apoio do eleitorado feminino nas eleições dos anos 90, ao conceder prioridade aos assuntos que dizem respeito às mulheres. Os analistas políticos recorrem ao exemplo das "mães do futebol" e das "mulheres do Worcester" para descrever este eleitorado vital composto por mulheres trabalhadoras da classe média, cujo apoio pode actualmente incentivar ou destruir estratégias políticas. Parece evidente que muitos dos problemas e assuntos que afectam particularmente as mulheres, e que anteriormente eram negligenciados ou considerados como "políticas marginais", se encontram agora no centro do debate político. Essas matérias incluem os cuidados dispensados a crianças, a igualdade de direitos no trabalho, o direito ao aborto, a pesquisa do cancro da mama, o controlo de armamento, alterações nas leis da família e do divórcio e direitos das lésbicas.

A política da terceira via emergiu num cenário de uma dupla crise política. Tal como antes foi sublinhado, as revoluções de 1989 revelaram que o socialismo não era uma aproximação viável à organização económica, enquanto o entusiasmo não controlado pelo mercado livre favorecido pelos neoliberais conservadores também possuía deficiências. A agenda modernizadora da política da terceira via adoptada na Grã-Bretanha e noutros países foi uma tentativa para responder de forma criativa às forças da globalização. Procurou canalizar a energia subjacentes a estas transformações, de forma a revitalizar os procedimentos do governo e da democracia.

Esta ideia de encontrar uma terceira via na política tem sido, no entanto, muito criticada. Muitos Conservadores vêem a nova política como largamente desprovida de conteúdo, mais como pose política do que como um programa político sério. Por outro lado, alguns elementos da esquerda mais tradicional acreditam que a terceira via faz pouco para lidar com os problemas da desigualdade e insegurança, acreditando que o "Velho Partido Trabalhista" é ainda superior à nova versão.

A Mudança Política e Social

A vida política não se circunscreve, de modo algum, ao seio da estrutura ortodoxa dos partidos políticos, à votação e à representação nos corpos legislativos e governamentais. É frequente os grupos chegarem à

conclusão de que os seus objectivos ou ideais não podem ser alcançados ou então são activamente inviabilizados no âmbito desta estrutura. Apesar da expansão da democracia acima descrita, a persistência de regimes autoritários em muitos países – como a China, Cuba e a antiga Jugoslávia – recorda-nos que a mudança no seio das estruturas políticas existentes nem sempre é possível. Algumas vezes, a mudança política e social pode só ter lugar através do recurso a formas de acção política não ortodoxas.

O exemplo mais dramático e de maior alcance da acção política não ortodoxa é a revolução – o acto de derrubar uma ordem política existente através de um movimento de massas, recorrendo à violência. As revoluções são acontecimentos excitantes, fascinantes e carregados de tensão, sendo compreensivelmente alvo de muita atenção. Porém, as revoluções ocorrem com pouca frequência, apesar de possuírem uma natureza fortemente dramática. O tipo mais comum de actividade política não-ortodoxa ocorre com os movimentos sociais, que são esforços colectivos para promover um interesse comum ou defender um objectivo comum fora da esfera das instituições estabelecidas. Nas sociedades modernas existe uma ampla variedade de movimentos sociais, para além daqueles que levam à revolução, alguns duradouros, alguns temporários. Os movimentos sociais são tão característicos do mundo contemporâneo quanto as organizações formais, burocráticas, às quais se opõem. Muitos movimentos sociais contemporâneos têm uma dimensão internacional, alicerçando fortemente a sua intervenção na utilização da tecnologia de informação e permitindo, assim, a participação dos activistas locais nos assuntos globais.

A Globalização e os movimentos sociais

Existem movimentos sociais de todas as formas e tamanhos. Alguns são muito pequenos, tendo não mais de uma dúzia de membros; outros incluem milhares ou mesmo milhões de pessoas. Enquanto alguns movimentos sociais levam a cabo as suas actividades no âmbito das leis da sociedade em que existem, outros operam como grupos ilegais e clandestinos. Os movimentos de protesto tendem, no entanto, a operar muito próximo dos limites do que é definido como legalmente permissível pelos governos em determinado tempo ou espaço.

Os movimentos sociais surgem muitas vezes com o objectivo de trazer alterações a um assunto público, tal como expandir os direitos civis a um segmento da população. Em resposta aos movimentos sociais, às vezes surgem contra-movimentos em defesa do *statu quo*. A campanha do direito das mulheres ao aborto, por exemplo, tem sido desafiada de forma barulhenta por activistas antiaborto ("pró-vida"), que consideram que o mesmo devia ser ilegal.

Muitas vezes, as leis e as políticas são alteradas devido à acção de movimentos sociais. Estas alterações na legislação podem surtir efeitos a longo prazo. Por exemplo, era ilegal que grupos de trabalhadores convocassem os seus membros para uma greve, e a greve era punível com diferentes graus de severidade em diferentes países. Contudo, as leis foram rectificadas, transformando a greve numa táctica permissível no conflito industrial.

Os movimentos sociais são das formas mais poderosas de acção colectiva. Campanhas persistentes bem organizadas podem obter enormes resultados. O movimento de direitos civis americano, por exemplo, teve sucesso na aprovação de importantes peças da legislação que ilegalizaram a segregação racial em escolas e locais públicos. O movimento feminista obteve ganhos importantes para as mulheres em termos de igualdade política e económica. Em anos recentes, activistas ambientais conseguiram concessões importantes dos governos e corporações, como no caso dos alimentos geneticamente modificados (ver capítulo 19: "Crescimento da População e Crise Ecológica).

Novos Movimentos sociais

Nas últimas três décadas houve uma explosão de movimentos sociais em diversos países por todo o globo. Estes diversos movimentos – que vão desde os direitos civis e movimentos feministas dos anos 60 e 70 aos movimentos antinucleares e ecológicos dos anos 80 ou à campanha pelos direitos dos homossexuais nos anos 90 – são referidos muitas vezes pelos comentadores como novos movimentos sociais (NMS). Esta descrição procura diferenciar movimentos sociais contemporâneos em relação àqueles que os precederam em décadas anteriores. Muitos observadores acreditam que os NMS são um produto único da sociedade moderna e são profundamente diferentes nos seus métodos, motivações e orientações em relação a formas de acção colectiva precedentes.

O desenvolvimento de novos movimentos sociais em anos recentes é um reflexo dos riscos em mudança que as sociedades modernas enfrentam. As condições são propícias ao desenvolvimento dos movimentos sociais – as instituições políticas tradicionais revelam-se cada vez mais incapazes de lidar com os desafios com que se confrontam. Estas não conseguem responder de forma criativa às ameaças que o ambiente enfrenta, aos perigos potenciais representados pela energia nuclear e pelos organismos geneticamente modificados, e aos efeitos poderosos das tecnologias de informação. Estes são alguns dos novos problemas que as instituições políticas democráticas tradicionais não podem esperar resolver. Como resultado, estes desafios esmagadores são frequentemente ignorados ou evitados até ser demasiado tarde e ocorrer uma crise verdadeira.

Os efeitos acumulados destes novos desafios e riscos revelam-se na sensação de que as pessoas estão a "perder o controlo" das suas vidas num contexto de mudança rápida. Os indivíduos sentem-se menos seguros e mais isolados, o que leva a um sentimento de perda de poder. Em contraste, empresas, governos e *media* parecem estar a dominar cada vez mais aspectos das vidas das pessoas, acentuando a sensação de um mundo descontrolado. Existe um sentimento crescente de que a globalização, entregue à sua lógica, acarretará riscos cada vez maiores para a vida dos cidadãos.

Ver a discussão sobre "Globalização e Risco" já mencionada antes na pág. 65

Podemos analisar os novos movimentos sociais à luz do "paradoxo da democracia" anteriormente mencionado. Enquanto a fé na política tradicional parece estar a decrescer, o crescimento dos NMS prova que os cidadãos nas sociedades de modernidade tardia não estão apáticos ou desinteressados da política, como por vezes se afirma. Existe, antes, uma crença de que a acção directa e a participação é mais útil que confiar nos políticos e sistemas políticos. Mais do que nunca, as pessoas estão a apoiar movimentos sociais como forma de iluminar assuntos morais complexos e de os colocar no centro da vida social. A este respeito, os NMS estão a ajudar a revitalizar a democracia em muitos países. Encontram-se no centro de uma forte cultura cívica ou sociedade civil – a esfera entre o estado e o mercado ocupada pela família, por associações comunitárias e por outras instituições não económicas.

Feitos audaciosos, tal como este dos activistas do Greenpeace nas Cataratas do Niágara, têm servido para influenciar a opinião pública e para forçar os governos a prestar atenção às questões ecológicas.

Tecnologia e movimentos sociais

Nos últimos anos, duas das forças mais influentes nas sociedades da modernidade tardia – a tecnologia de informação e os movimentos sociais – têm-se conjugado com resultados surpreendentes. Na actual era da informação, os movimentos sociais por todo o mundo podem associar-se em gigantescas redes internacio-

nais e regionais, que envolvem organizações não governamentais, grupos religiosos e humanitários, associações de direitos humanos, defensores da protecção dos consumidores, activistas ambientais, bem como outras entidades que promovem campanhas de interesse público. Actualmente, estas redes electrónicas têm a capacidade sem precedentes para responder de imediato a acontecimentos logo que estes aconteçem, aceder e partilhar fontes de informação e colocar sob pressão empresas, governos e organismos internacionais como parte das suas estratégias de campanha. Os enormes protestos contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) que tiveram lugar em Seattle, por exemplo, foram organizados em grande parte através de redes baseadas na Internet.

A Internet tem estado na vanguarda destas mudanças, se bem que o telemóvel, o fax e a difusão por satélite tenham também acelerado a sua evolução. Basta premir um botão para histórias locais serem disseminadas internacionalmente. Os activistas de base desde o Japão à Bolívia podem encontrar-se online para partilhar recursos informacionais, trocar experiências e coordenar a acção conjunta.

Esta última dimensão – a capacidade para coordenar campanhas políticas internacionais – é a mais preocupante para os governos e a mais inspiradora para os participantes nos movimentos sociais. Na última década, o número de "movimentos sociais internacionais" tem crescido de forma sustentada com a expansão da Internet. A Internet provou a sua capacidade para unir intervenientes em campanhas que transcendem as fronteiras nacionais e culturais devido ao seu papel num leque enorme de movimentos desde os protestos globais a favor do cancelamento da dívida do Terceiro Mundo até à campanha internacional para banir minas terrestres (que culminou num Prémio Nobel da Paz). Alguns observadores argumentam que a era da informação está a assistir à "migração" de poder dos estados-nação para alianças não governamentais e coligações.

Conselheiros em centros de reflexão como a RAND Corporation (nos Estados Unidos) falaram em *guerras de redes (netwars)* – conflitos internacionais em larga escala nos quais estão em jogo a informação e a opinião pública, em vez de recursos ou território. Os participantes nas guerras de redes usam os *media* e as fontes online para manipular o conhecimento das populações sobre o mundo social. Estes movimentos online destinam-se frequentemente a difundir informação sobre empresas, políticas governamentais ou efeitos de acordos internacionais a públicos sem acesso a essa informação. Para muitos governos – mesmo os democráticos – as guerras de redes (*netwars)* representam uma ameaça assustadora e difícil de controlar. Como alertou um relatório do exército dos E.U.A., "uma nova geração de revolucionários, radicais e activistas começam a criar ideologias na era da informação nas quais identidades e alianças podem mudar do nível do estado-nação para o nível transnacional da sociedade cívica global" (citado no *the Guardian* de 19 Janeiro de 2000).

Estarão tais medos deslocados? Existem razões para pensar que os movimentos sociais têm, de facto, passado recentemente por transformações radicais. Manuel Castells, em *The Power of Identity (1997),* examina os casos de três movimentos sociais que, embora completamente diferentes nas suas preocupações e objectivos, têm todos atraído a atenção da comunidade internacional para a sua causa através do uso efectivo da tecnologia de informação. Os rebeldes zapatistas mexicanos, o movimento de "milícia" americano e o culto japonês Aum Shinrikyo têm usado o seu conhecimento dos *media* para difundir a sua mensagem de oposição aos efeitos da globalização e para exprimir a sua revolta pela perda de controlo sobre os seus próprios destinos.

De acordo com Castells, cada um destes movimentos tem nas tecnologias de informação a sua infraestrutura organizacional. Sem a Internet, por exemplo, os rebeldes zapatistas permaneceriam um movimento de guerrilha isolado no sul do México. Em vez disso, no espaço de algumas horas após a sua revolta armada, em Janeiro 1994, grupos de apoio locais, nacionais e internacionais tinham emergido online para promover a causa dos rebeldes e para condenar a repressão brutal do governo mexicano à rebelião. Os Zapatistas utilizaram telecomunicações, vídeos e entrevistas nos *media* para dar voz às suas objecções às políticas comerciais, como o acordo norte-americano do comércio livre (NAFTA), que exclui cada vez mais os índios pobres das zonas de Oaxaca e de Chiapas dos benefícios da globalização. Em virtude de a sua causa ter sido lançada para a primeira linha da frente das redes online dos activistas sociais, os zapatistas foram capazes de forçar negociações com o governo Mexicano e de atrair a aten-

ção internacional para os efeitos nefastos do mercado livre nas populações indígenas.

Movimentos nacionalistas

As teorias do nacionalismo e a nação

Alguns dos mais importantes movimentos sociais no mundo contemporâneo são movimentos nacionalistas. Os sociólogos do século XIX e de princípios do século XX mostraram pouco interesse ou preocupação com o nacionalismo. Marx e Durkheim viam o nacionalismo acima de tudo como uma tendência destrutiva e acreditavam que a crescente integração económica produzida pela indústria moderna causaria o seu rápido declínio. Só Max Weber gastou muito tempo a analisar o nacionalismo ou estava preparado para se declarar nacionalista. Mas mesmo Weber falhou ao estimar a importância que o nacionalismo e a ideia da nação teriam no século XX.

No começo do século XXI, o nacionalismo não só está vivo, como continua a florescer, ao menos em algumas partes do mundo. Embora o mundo se tenha tornado mais interdependente, especialmente nos últimos trinta ou quarenta anos, esta interdependência não significou o fim do nacionalismo. Em alguns aspectos até ajudou provavelmente a intensificá-lo.

O ressurgimento do nacionalismo na antiga Jugoslávia foi descrito antes em "Conflito Étnico" na pag. 259

Os pensadores mais recentes que se debruçaram sobre o fenómeno defenderam ideias contrastantes sobre o caso. Existem também desacordos quanto ao estádio da história em que o nacionalismo, a nação e o estado-nação começaram a existir. Alguns dizem que estes têm origens muito mais antigas do que outros pensam.

O nacionalismo e a sociedade moderna

Ernest Gellner é provavelmente o mais importante teórico do nacionalismo (1925-1995). Gellner defende que o nacionalismo, a nação e o estado-nação são produto da civilização moderna, cujas origens repousam na revolução industrial dos finais do século XVIII. O nacionalismo e as sensações e os sentimentos que lhe estão associados não têm raízes profundas na natureza humana. São produto da nova sociedade em larga escala criada pelo industrialismo. De acordo com Gellner, o nacionalismo enquanto tal é desconhecido nas sociedades tradicionais, assim como a ideia de nação (1983).

Há diversas particularidades das sociedades modernas que levaram ao surgimento destes fenómenos. Em primeiro lugar, uma sociedade industrial moderna está associada com o rápido desenvolvimento económico e uma complexa divisão do trabalho. Gellner assinala que o industrialismo moderno cria a necessidade de um sistema de estado e de governo muito mais eficaz do que os existentes no passado. Em segundo lugar, no estado moderno, os indivíduos têm de interagir a todo o momento com estranhos, já que a base da sociedade deixou de ser a vila ou a cidade local, para passar a ser uma unidade muito mais ampla. A educação de massas, baseada numa "língua oficial" ensinada nas escolas, é o meio principal pelo qual uma sociedade em larga escala pode ser organizada e mantida unificada.

Vários aspectos da teoria de Gellner têm sido alvo de crítica. Segundo alguns críticos, é uma teoria funcionalista que defende que a educação funciona para produzir unidade social. Tal como ocorre com a abordagem funcionalista mais genérica, esta visão tende a subestimar o papel da educação na produção do conflito e da divisã . A e ri ll r xplica realmente as paixões que o nacionalismo pode, e muitas vezes, consegue suscitar. O poder do nacionalismo está provavelmente relacionado não só com a educação mas com a sua capacidade para criar uma *identidade* para as pessoas – algo sem o qual os indivíduos não podem viver.

A necessidade de identidade não nasceu certamente só com a sociedade industrial moderna. Por isso, os críticos argumentam que Gellner está errado ao separar nacionalismo e a nação de forma tão forte dos tempos pré-modernos. O nacionalismo é em algumas formas totalmente moderno, mas apoia-se em sentimentos e formas de simbolismo que remontam muito mais longe no passado. De acordo com um dos mais conhecidos estudiosos actuais do nacionalismo, Anthony Smith, as nações tendem a ter linhas directas de continuidade com comunidades étnicas anteriores, ou aquilo a que chama *etnias*. Uma etnia é um grupo que partilha ideias de ancestralidade comum,

uma identidade cultural comum e uma ligação com uma terra natal específica.

Muitas nações, tal como Smith aponta, têm continuidades pré-modernas, e em momentos anteriores da história existiram comunidades étnicas que se pareciam com nações. Os Judeus, por exemplo, formaram uma etnia distinta por mais de 2000 anos. Em determinados períodos, os Judeus juntaram-se em comunidades que tinham algumas características de nações. Mas foi só a seguir à 2.ª Guerra Mundial que estes elementos se agruparam na forma do estado-nação de Israel. Tal como muitos outros Estados-nação, Israel não é formado por uma única etnia. A minoria palestiniana em Israel traça as suas origens a uma base étnica completamente diferente e reclama que a criação do Estado de Israel deslocou os palestinianos das suas terras ancestrais – daí as tensões persistentes com os Judeus em Israel e as tensões entre Israel e a maioria dos estados árabes circundantes.

Diversas nações seguiram padrões divergentes de desenvolvimento em relação às etnias. Em algumas, incluindo a maioria das nações da Europa Ocidental, só uma etnia se expandiu, expulsando as rivais anteriores. Assim, na França do século XVII falavam-se diversas línguas e havia histórias étnicas diferentes ligadas a elas. À medida que o francês se tornou a língua dominante, a maioria das línguas rivais foi desaparecendo. Porém, persistem resquícios destas línguas em algumas áreas. Uma delas é o País Basco que atravessa as fronteiras espanhola e francesa. A língua Basca é completamente diferente do espanhol ou mesmo do francês, e os bascos reivindicam uma história cultural própria. Alguns bascos reivindicam o seu próprio Estado-nação, completamente independente da França e da Espanha. Embora não exista nada comparável ao nível de violência visto em outras áreas – como Timor Leste ou a Chechénia no sul da Rússia – grupos separatistas no País Basco têm esporadicamente usado campanhas bombistas para apoiar o seu objectivo de independência.

Nações sem estados

A persistência de etnias bem definidas no interior de nações estabelecidas leva ao fenómeno das nações sem estados. Nestas situações muitas das características essenciais da nação estão presentes, mas aqueles que fazem parte da nação carecem de uma comunidade política independente. Os movimentos separatistas como os da Chechénia e do País Basco, tal como outros em muitas áreas do mundo – como em Caxemira no norte da Índia – são conduzidos pelo desejo de estabelecer um estado autónomo e que se autogoverne.

Podem reconhecer-se diversos tipos de nações sem estados, dependendo da relação entre a etnia e o estado-nação maior no qual ela existe (Guibernau, 1999).

(1) Em algumas situações, um estado-nação pode aceitar as diferenças culturais representadas pela sua minoria ou minorias e permitir-lhes um certo desenvolvimento activo. Assim, na Grã-Bretanha, reconheceu-se que a Escócia e o País de Gales têm histórias e facetas culturais em parte divergentes do resto do Reino Unido, e até certo ponto têm as suas próprias instituições. A maioria dos Escoceses, por exemplo, são Presbiterianos e a Escócia tem desde há muito um sistema educativo separado do da Inglaterra e do País de Gales. A Escócia e o País de Gales atingiram maior autonomia em relação ao resto do Reino Unido com o estabelecimento de um Parlamento Escocês e de uma Assembleia Galesa em 1999.

De forma semelhante o País Basco e a Catalunha (a área em torno de Barcelona no nordeste de Espanha) são ambos reconhecidos como "comunidades autónomas" dentro de Espanha. Possuem os seus próprios parlamentos, que têm um certo número de direitos e poderes. Tanto na Grã-Bretanha como em Espanha, no entanto, ainda permanece muito poder nas mãos de governos e parlamentos nacionais, localizados em Londres e Madrid, respectivamente.

(2) Algumas nações sem estados têm um grau mais elevado de autonomia. No Quebeque (a província canadiana de língua francesa) e na Flandres (região de língua flamenga do norte da Holanda), há organismos políticos regionais com poder para tomar grandes decisões, sem serem totalmente independentes. Tal como nos casos mencionados no ponto anterior, estes também contêm movimentos nacionalistas que provocam agitação para obter a independência total.

(3) Por outro lado, existem algumas nações a quem falta, de forma mais ou menos completa, o reconhecimento do estado onde estão integradas. Em tais casos, o estado-nação maior usa a força de forma a negar o

O sentimento de separação dos escoceses em relação a outras regiões do Reino Unido, já evidenciado pela existência de algumas instituições próprias, foi confirmado pelo seu voto afirmativo no referendo a respeito da devolução e do estabelecimento do Parlamento Escocês, em 1999.

reconhecimento à minoria. Até ao recente desenvolvimento do processo de paz no Médio Oriente, os palestinianos eram um exemplo claro disto. Outros incluem os Tibetanos na China e os Curdos, cujo território cobre partes da Turquia, da Síria, do Irão e do Iraque.

Os Tibetanos e os Curdos fazem remontar a sua história cultural há muitos séculos. A história do Tibete está fortemente associada a formas particulares de budismo que aí floresceram. O líder tibetano no exílio, o Dalai Lama, está no centro dos movimentos fora do Tibete que pretendem alcançar um estado tibetano autónomo, sem o recurso à violência. Por outro lado, entre os Curdos diversos movimentos independentistas, a maior parte dos quais sediados no exterior, proclamam a violência como meio para atingir os seus fins. Os Curdos têm um "parlamento no exílio" em Bruxelas, mas este não tem o apoio de todos os movimentos separatistas.

No caso dos Tibetanos e dos Curdos há poucas hipóteses de atingir uma autonomia, mesmo limitada, a não ser que os governos dos estados-nação envolvidos decidam em algum momento mudar as políticas existentes. Mas, em outros casos, é possível que minorias nacionais possam optar pela autonomia no âmbito dos estados em que estão localizadas, em vez de o fazerem pela independência completa. No País Basco, na Catalunha e na Escócia, por exemplo, só uma minoria da população apoia correntemente a independência completa. No Quebeque, um referendo provincial recente sobre a independência desta região canadiana foi derrotado, por não obter os votos populares necessários.

As minorias nacionais e a União Europeia

A União Europeia tem um papel significativo a desempenhar no caso das minorias nacionais na Europa. A União Europeia formou-se a partir de alianças criadas pelas principais nações da Europa Ocidental. Porém, a devolução de poder a localidades e regiões é um elemento-chave da União Europeia. Um dos objectivos explícitos é criar uma " Europa das regiões". Esta ênfase é fortemente apoiada por muitos Bascos, Escoceses, Catalães e outros grupos minoritários nacionais. Os membros destes grupos sentem-se muitas vezes ressentidos quanto ao modo como partes da sua cultura ou das suas instituições se perderam e desejam recuperá-las. Estes vêem a União Europeia como um meio de proteger as suas identidades distintas. O seu direito de se relacionarem directamente com as organizações da U.E., como o Parlamento Europeu ou os tribunais europeus, poderá dar-lhes autonomia suficiente para se sentirem na posse do controlo dos seus destinos. É, portanto, pelo menos concebível que a existência da U.E. significará que as minorias nacionais poderão desistir do ideal de independência completa a favor de uma relação cooperativa tanto com as nações maiores das quais fazem parte como com a U.E.

Nações e nacionalismo nos países em desenvolvimento

Na maioria dos países do mundo em vias de desenvolvimento, o percurso seguido pelo nacionalismo, pela nação e pelo estado-nação tem sido diferente em comparação com as sociedades industriais. Muitos dos países menos desenvolvidos foram em tempos colonizados por europeus e atingiram a independência em meados do século XX. Em muitos destes países, as fronteiras entre as administrações coloniais foram acordadas arbitrariamente na Europa e não levaram em linha de conta divisões étnicas, culturais ou económicas no seio da população. Os poderes coloniais derrotaram ou subjugaram os reinos e os grupos tribais existentes no subcontinente africano, na Índia e em outras partes da Ásia, e estabeleceram as suas próprias administrações coloniais ou protectorados. Como consequência, cada colónia era "uma miscelânea de povos e velhos estados, ou fragmentos destes, agrupados nas mesmas fronteiras" (Akintoye 1976: 3). Muitas áreas colonizadas continham um mosaico de etnias e outros grupos.

Quando as colónias atingiram a sua independência, depararam muitas vezes com a dificuldade de criar um sentido de nação e de pertença nacional. Se bem que o nacionalismo desempenhasse um grande papel, na obtenção da independência de áreas colonizadas, estava largamente confinado a pequenos grupos de activistas. As ideias nacionalistas não influenciaram a maioria da população. Inclusivamente hoje muitos estados pós-coloniais são continuamente ameaçados por rivalidades internas e por reivindicações rivais pela autoridade política.

O continente mais completamente colonizado foi África. Os movimentos nacionalistas que promoviam a independência neste continente a seguir à Segunda Guerra Mundial procuraram libertar as áreas colonizadas da dominação europeia. Uma vez isto atingido, os novos líderes enfrentaram por toda a parte problemas enormes na tentativa de criar unidade nacional. Muitos dos líderes nos anos 50 e 60 tinham sido educados na Europa ou nos E.U.A., e existia um abismo enorme entre eles e os seus cidadãos, a maioria dos quais eram iletrados, pobres e não familiarizados com os direitos e obrigações da democracia. Sob o colonialismo, alguns grupos étnicos prosperaram mais do que outros; estes grupos tinham interesses e objectivos diferentes e viam-se legitimamente como inimigos.

Eclodiram guerras civis em diversas colónias de África, como o Sudão, o Zaire e a Nigéria, enquanto as rivalidades e antagonismos étnicos caracterizavam outras regiões africanas e asiáticas. No caso do Sudão, cerca de 40% da população falava arábico e reclamava origens étnicas árabes. Em outras regiões do país, em particular no sul, o arábico mal era falado. Os nacionalistas uma vez no poder estabeleceram um programa para a integração nacional baseado no uso do árabe como língua nacional. A tentativa foi só em parte bem sucedida e as tensões e esforços que produziu ainda são visíveis. Os problemas sérios que a maioria do continente africano enfrentou são o resultado directo de dificuldades como estas.

A Nigéria é outro exemplo do que está em questão. O país tem uma população de 120 milhões de pessoas: cerca de um em cada quatro africanos é nigeriano. A Nigéria foi uma antiga colónia britânica que

alcançou a independência a 1 de Outubro de 1960. O inglês permanece a língua oficial do país. No entanto, o inglês está ainda largamente confinado a um número restrito de grupos, os mais escolarizados. A maior parte da população fala três línguas principais, que possuem o nome dos povos a que respeitam: Yoruba, Ibo e Hausa. Há ainda mais de 300 dialectos, nas línguas principais e transversais às mesmas. Muitos destes dialectos são, com efeito, como línguas – por isso há alguns dialectos do Yoruba que outros falantes Yoruba não entendem.

Pouco depois da independência em 1966, deflagraram lutas armadas no país entre grupos étnicos diferentes. Foi estabelecido um governo militar e desde então períodos de governo civil alternaram com fases de domínio militar. Em 1967, estalou uma guerra civil pela independência do Biafra. O movimento separatista foi suprimido por intermédio do uso de força militar, com muitas perdas de vidas. Houve diversos governos que tentaram construir um sentido claro de identidade nacional em torno da ideia de "mãe-pátria Nigéria", mas é difícil criar um sentido de unidade e objectivos nacionais. O país possui grandes reservas de crude e petróleo, mas continua em grande medida afundado na pobreza e ainda submetido ao domínio autoritário.

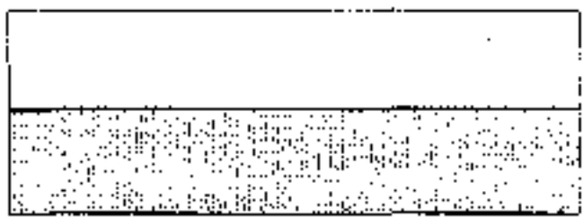
Em resumo, muitos estados no mundo em desenvolvimento começaram a existir em resultado de processos de formação de uma nação diferentes dos que os que ocorreram no mundo industrializado. Houve estados impostos externamente em áreas que não possuíam frequentemente unidade cultural ou étnica anterior. Estes problemas, difíceis de ultrapassar, alastram por todo o mundo. As nações modernas surgiram com mais efectividade em áreas que nunca chegaram a ser totalmente colonizadas ou onde havia já muita unidade cultural – como o Japão, a Coreia ou a Tailândia.

Conclusão – o estado-nação, a identidade nacional e a globalização

Em algumas partes de África, as nações e os estados-nação ainda não estão totalmente formados. Porém, em outras áreas do mundo alguns escritores anunciam já o "fim do estado-nação" em face da globalização. De acordo com o escritor japonês Kenichi Ohmae, graças à globalização vivemos cada vez mais num "mundo sem fronteiras" no qual a identidade nacional vai enfraquecendo (1995; ver também p. 59).

Até que ponto esta perspectiva será válida? Todos os estados estão certamente a ser afectados por processos de globalização. A própria ascensão de " nações sem estados" está provavelmente ligada à globalização. À medida que a globalização vai progredindo, os povos reagem muitas vezes revivendo identidades locais, num esforço para atingir segurança num mundo em rápida mudança. As nações têm menos poder económico próprio do que o que costumavam ter, em resultado da disseminação do mercado global.

Porém, não seria rigoroso dizer que assistimos ao fim do estado-nação. Em alguns formas, o oposto é o caso. Actualmente todos os países do mundo são estados-nação ou aspiram a sê-lo – o estado-nação tornou-se uma forma política universal. Ainda recentemente tinha rivais. Durante a maior parte do século XX, áreas colonizadas e impérios coexistiram com os estados-nação. Pode defender-se que o último império só desapareceu em 1990 com o colapso do comunismo soviético. A União Soviética estava efectivamente no centro de um império que abarcava os seus estados satélites na Europa de Leste. Agora todos estes se tornaram independentes, tal como aconteceu com muitas áreas no interior do que era anteriormente a União Soviética. Existem na realidade muito mais nações independentes no mundo de hoje do que há vinte anos.



1 Por governo entende-se o aparelho político em que governantes e funcionários promulgam políticas e tomam decisões. A política é o meio pelo qual o poder é usado e disputado para afectar o alcance e conteúdo de actividades governamentais.

2 O poder é a capacidade para atingir os objectivos próprios contra a resistência de outros, e envolve muitas vezes o uso da força. Diz-se que um governo tem autoridade quando o seu uso do poder é legítimo. Tal legitimidade deriva do

consentimento concedido por aqueles que estão a ser governados. A forma mais comum de governo legítimo é a democrática, mas outras formas legítimas são também possíveis.

3 Um Estado existe quando há um aparelho político que governa um dado território, cuja autoridade é apoiada por um sistema legal e pela capacidade para usar a força para implementar as suas políticas. Os estados modernos são estados-nação, caracterizados pela ideia de cidadania, o reconhecimento de que a população tem direitos e deveres comuns e estão conscientes de fazerem parte do estado, e pelo nacionalismo, o sentido de fazer parte de uma comunidade política mais ampla e unificadora.

4 A monarquia é um sistema político no qual o poder é transmitido no seio de uma única família ao longo das gerações. Numa monarquia constitucional, os poderes da família real são severamente restringidos por uma constituição, que coloca a autoridade nas mãos de representantes eleitos democraticamente.

5 A democracia é um sistema político no qual é o povo quem governa. Na democracia participativa (ou democracia directa), as decisões são tomadas por aqueles a quem elas dizem respeito. Uma democracia liberal é uma democracia representativa multipartidária, onde os cidadãos podem votar em um de pelo menos dois partidos.

6 Em estados autoritários, a participação popular é negada ou severamente restringida. As necessidades e interesses do estado têm prioridade sobre os dos cidadãos normais e não existem nenhuns mecanismos legais para a oposição ao governo ou para remover um líder do poder.

7 O número de países com governos democráticos tem aumentado rapidamente nos últimos anos, devido em grande parte aos efeitos da globalização, das comunicações de massa e do capitalismo competitivo. Mas a democracia não está isenta de problemas; as pessoas começaram por todo o lado a perder a fé na capacidade de políticos e governos para resolver problemas e gerir economias, e a participação política no sistema eleitoral está a decrescer.

8 Um partido político é uma organização orientada para conseguir o controlo legítimo do governo através de um processo eleitoral. Na maioria dos estados ocidentais, os maiores partidos são os que estão associados a interesses políticos gerais – ao socialismo, ao liberalismo ou ao conservadorismo. Os partidos de extrema-direita têm vindo a ganhar apoio em diversos países europeus, em grande medida devido a controvérsias em torno da imigração.

9 A política britânica nos últimos anos conheceu o impacto forte do Thatcherismo – um conjunto de princípios associados à Sr.ª Thatcher. O Thatcherismo implica acreditar ser desejável a redução do papel do Estado e o domínio das leis de mercado.

10 O partido Trabalhista passou por grandes alterações nos últimos vinte anos. Sob a liderança de Tony Blair em particular, o "Novo Partido Trabalhista" afastou-se de antigas noções socialistas, incluindo a nacionalização e a planificação económica. Após chegar ao poder em 1997, o "Novo Partido Trabalhista" prosseguiu um rota de reforma política e de modernização que vai além da divisão política tradicional "esquerda-direita". Este novo tipo de política de centro-esquerda é muitas vezes conhecido como política da Terceira Via.

11 A revolução é o derrube de uma ordem política existente por um movimento de massas, que usa a violência. Os movimentos sociais, em contrapartida, envol-

vem uma tentativa colectiva de favorecer interesses comuns mediante uma acção colectiva fora da esfera das instituições estabelecidas. O termo "novos movimentos sociais" é aplicado a um conjunto de movimentos sociais que surgiram nos países ocidentais a partir dos anos 60 em resposta aos riscos em mudança com que as sociedades humanas se confrontam. De forma distinta de movimentos sociais anteriores, os NMS são campanhas centradas num único assunto, sem fins materiais e atraem apoio em várias classes. A tecnologia de informação tem-se tornado uma poderosa ferramenta de organização para muitos dos novos movimentos sociais.

12 Por nacionalismo entende-se um conjunto de símbolos e crenças que proporcionam o sentido de se fazer parte de uma comunidade política única. Este conceito emergiu a par do desenvolvimento do estado moderno. Embora os fundadores da sociologia acreditassem que o nacionalismo desapareceria nas sociedades industriais, este parece estar a florescer no início do século XXI. Por "nações sem Estados" entendemos os casos nos quais um grupo nacional não possui soberania política sobre a área que reclama ser sua.

PARA REFLEXÃO

1 Por que razão deveria a sociologia preocupar-se com o estudo da política?
2 Porque é que a democracia liberal e o capitalismo são tantas vezes encontrados em associação?
3 Se as nações ocidentais estão tão comprometidas com a democracia, então por que razão em muitos países poucos aparecem para votar?
4 O que é "novo" no "Novo Partido Trabalhista"?
5 Como é que os movimentos sociais utilizam instituições sociais e políticas existentes?
6 Será que os estados-nação estão a perder importância com o avanço da globalização?

ADICIONAIS

Robert A., Dahl, *On Democracy* (New Haven: Yale University Press, 1998)

Patrick Dunleavy, e **Brendan O'Leary,** *Theories of the State: The Politics of Liberal Democracy* (Basingstoke: Macmillan Education, 1987)

Elaine Ciulla, e **Joseph S. Nye, Jr,** *Democracy.com? Governance in a Networked World* (Hollis, N.H.: Hollis, 1999)

Walter J. M. Kickert, e **Richard J. Stillman II,** (eds), *The Modern State and its Study: New Administrative Sciences in a Changing Europe and United States* (Northampton, Mass.: Edward Elgar, 2000)

Steven Lukes, *Power: A Radical View* (Londres: Macmillan, 1974)

Alberto Melucci, *Nomads of the Present: Social Movements and Individual Needs in Contemporary Society* (Londres: Hutchinson Radius, 1989)

Cornelia Navari, *Internationalism and the State in the Twentieth Century* (Nova Iorque: Routledge, 2000)

A INTERNET

International Institute for Democracy and Electoral Assistance
(Instituto Internacional para a Democracia e Acompanhamento eleitoral)
http://www.idea.int/

Internet Modern History Sourcebook: nationalism
(Livro de referência de História moderna na Internet: nacionalismo)
http://www.fordham.edu/halsall/mod/modsbook17.html

Political Studies Association
(Associação de Estudos Políticos)
www.psa.ac.uk

15 Os Meios de Comunicação de Massa e a Comunicação em Geral

Jornais e televisão 456
Jornais 456
A Transmissão Televisiva 457

O impacto da televisão 459
TV e Violência 459
Os estudos sociológicos sobre as notícias da televisão 462
Géneros televisivos 464

Teorias dos media 465
As primeiras teorias 465
Jürgen Habermas: a esfera pública 465
Baudrillard: o mundo da hiper-realidade 466
John Thompson: os media e a sociedade moderna 467

As novas tecnologias da comunicação 469
Os telemóveis: a vaga do futuro? 470

A internet 472
As origens da Internet 473
O impacto da Internet 475

A globalização e os meios de comunicação 477
Música 478
Cinema 479
As «grandes empresas» de media 480

O imperialismo dos meios de comunicação 482
Os media globais e a democracia 483
Resistência e alternativas aos media globais 484

A questão da regulamentação dos media 485

Conclusão 488
Sumário 488
Questões para reflexão 490
Leituras adicionais 490
Ligações à Internet 490

Capítulo 15: Os Meios de Comunicação de Massa e a Comunicação em Geral

Vivemos numa era marcada pela interconexão, na qual as pessoas de todo o mundo participam numa única ordem de informação, o que decorre, em grande parte, do âmbito internacional das comunicações modernas. Devido à globalização e ao poder da Internet, é possível receber a mesma música popular, notícias, filmes e programas de televisão de Caracas ao Cairo. Os canais noticiosos que operam ao longo das 24 horas relatam histórias assim que estas ocorrem e difundem a cobertura de eventos para o resto do mundo. Filmes feitos em Hollywood ou Hong-Kong atingem audiências em todo o mundo, enquanto celebridades como as Spice Girls ou Tiger Woods são famosas em qualquer continente.

Ao longo das últimas décadas, temos sido testemunho de um processo de convergência na produção, distribuição e consumo de informação. Formas de comunicar, como a impressão, a televisão e o cinema, esferas relativamente independentes no passado, têm vindo a entrelaçar-se extraordinariamente. As divisões entre formas de comunicação tornaram-se mais ténues: a televisão, a rádio, os jornais e os telefones estão a passar por transformações profundas devido a avanços na tecnologia e à rápida disseminação da Internet. Embora os jornais e similares permaneçam centrais nas nossas vidas, assiste-se a uma transformação nas suas formas de organização e de fornecimento de serviços. Os jornais podem ser lidos *online*, o uso do telefone móvel cresce exponencialmente e a televisão digital e os serviços de difusão por satélite permitem uma diversidade de escolha sem precedentes. No entanto, é a Internet que está no centro da revolução das comunicações. Com a expansão de tecnologias como o reconhecimento de voz, as transmissões em banda larga, as ligações por cabo, a Internet ameaça eliminar as diferenças entre os media tradicionais, tornando-se assim o canal *por excelência* de oferta de informação, entretenimento, publicidade e comércio para os vários públicos dos *media*.

Neste capítulo, abordaremos as transformações que afectam os *mass media* e as comunicações como parte da globalização. Os *mass media* incluem uma ampla variedade de formas, como a televisão, os jornais, os filmes, as revistas, a rádio, a publicidade, os jogos de vídeo e os CDs. Chamamos-lhes "*mass*" media porque abrangem um grande número de pessoas. Por vezes são denominados como *meios de comunicação de massa*.

Os *mass media* são frequentemente associados apenas ao entretenimento e, como tal, são considerados como marginais para a vida da maioria das pessoas. Esta visão é, no entanto, parcial: as comunicações de massa estão presentes em muitos outros aspectos das nossas actividades sociais. Os jornais e a televisão têm uma larga influência nas nossas experiências e na opinião pública, não apenas por afectarem as nossas atitudes de várias formas, mas também porque são *meios de acesso* aos conhecimentos de que dependem muitas das nossas actividades sociais.

Iniciaremos o estudo dos meios de comunicação examinando duas das suas primeiras formas, os jornais e a televisão. Abordaremos também o impacto da televisão e o papel da transmissão pública. Passaremos em seguida para a análise de algumas das teorias principais neste campo e para a análise do papel dos media na protecção do espaço público. Nas partes finais do capítulo, iremos explorar a emergência dos *media* electrónicos e das telecomunicações, incluindo a Internet, e discutiremos a globalização dos meios de comunicação de massa em décadas recentes.

Jornais e Televisão

Jornais

Os jornais, na sua forma moderna, têm a sua origem nos panfletos e nas folhas de informação impressas e difundidas desde o século XVIII. Os jornais só se tornaram «diários», com muitos milhares ou milhões de leitores, a partir dos fins do século XIX. O jornal representou um desenvolvimento extremamente importante na história moderna dos meios de comunicação, pois continha vários tipos de informação num

formato limitado e facilmente reproduzível. Os jornais continham num único exemplar informação sobre assuntos correntes, entretenimento e publicidade.

A imprensa diária barata começou nos Estados Unidos. Os primeiros jornais diários ao preço de um cêntimo apareceram primeiro em Nova Iorque e foram mais tarde copiados pelas outras grandes cidades do leste. Nos princípios do século XX existiam jornais citadinos ou regionais que cobriam a maioria dos estados americanos (em contraste com os países da Europa, mais pequenos, não se desenvolveram jornais nacionais). A invenção de papel de impressão barato foi um elemento chave para a difusão em massa dos jornais, a partir dos finais do século XIX.

Os dois grandes exemplos de jornais de prestígio, na viragem do século, eram o *New York Times* e o *The Times* de Londres. Muitos dos jornais mais influentes nos outros países tomaram-nos como modelo. Os jornais mais vendidos tornaram-se uma força política e ainda o continuam a ser no presente.

Durante meio século ou mais, os jornais foram a via principal para fazer chegar a informação, rápida e compreensivamente, ao público em geral. A sua influência enfraqueceu com o aparecimento da rádio, do cinema e – algo muito mais importante – da televisão. Os dados relativos à leitura de jornais demonstram que a proporção de pessoas que lê um diário nacional na Grã-Bretanha tem vindo a decrescer desde o início dos anos 80. Entre os homens, a proporção caiu de 76% em 1981 para 60% em 1998-9; os níveis de leitura são, de alguma forma, mais baixos entre as mulheres, porém com uma queda semelhante: de 68% para 51% (HMSO 2000).

As comunicações electrónicas poderão realmente contribuir para diminuir ainda mais a circulação dos jornais. A informação noticiosa está agora disponível *online* quase instantaneamente e permanece em constante actualização ao longo do dia. Pode aceder-se gratuitamente à leitura de muitos jornais online.

A Transmissão Televisiva

A seguir à ascensão da Internet, a influência crescente da televisão é provavelmente o factor mais importante no desenvolvimento dos meios de comunicação, nos últimos quarenta anos. Se se mantiverem as tendências actuais de ver televisão, cada criança nascida hoje, quando chegar à idade dos dezoito anos, terá passado mais tempo a ver televisão do que em qualquer outra actividade, com excepção do dormir. Hoje praticamente todos os lares possuem um aparelho de televisão. No Reino Unido, os aparelhos de TV estão ligados, em média, cerca de cinco a seis horas por dia. Acontece algo semelhante nos Estados Unidos e nos outros países ocidentais. No Reino Unido, indivíduos a partir dos quatro anos de idade vêem, em média, vinte e cinco horas de televisão por semana! As pessoas idosas vêem o dobro de televisão em relação às crianças dos quatro aos quinze, e as mulheres vêem ligeiramente mais televisão do que os homens (ver figura 15.1).

O número de canais de televisão, a que os britânicos têm acesso, tem crescido devido aos avanços na tecnologia por cabo e por satélite. Em 1998, cerca de 13% dos lares britânicos subscreveu a televisão por satélite, enquanto 9% subscreveu a televisão por cabo (HMSO 2000). A televisão digital tornou-se comercialmente disponível no Reino Unido em 1998.

A televisão pública

Na maioria dos países, o Estado tem estado directamente envolvido na administração da televisão. Na Grã-Bretanha, a BBC, que iniciou a nível mundial os programas de televisão, é uma empresa pública. É financiada por taxas pagas por todas as casas que possuam um aparelho de televisão. Durante alguns anos a BBC foi a única organização na Grã-Bretanha autorizada a transmitir programas de rádio ou de televisão, mas actualmente, paralelamente aos dois canais da BBC, a BBC1 e a 2, existem outros três canais comerciais terrestres (ITV, Canal 4 e Canal 5). A frequência e duração da publicidade é controlada por lei, com um máximo de seis minutos por hora. Estes regulamentos aplicam-se igualmente aos canais que transmitem por satélite, que se difundiram amplamente na década de oitenta.

Nos Estados Unidos, as três maiores cadeias de TV são canais comerciais – a *American Broadcasting Company* (ABC), a *Columbia Broadcasting System* (CBS) e a *National Broadcasting Company* (NBC). As cadeias só estão autorizadas, por lei, a possuir cinco estações licenciadas que, no caso destas três organizações, se encontram nas maiores cidades. Deste modo, as «três grandes» cobrem cerca de um quarto da população, através das suas estações. Há cerca de 200 outras estações filiadas em cada uma

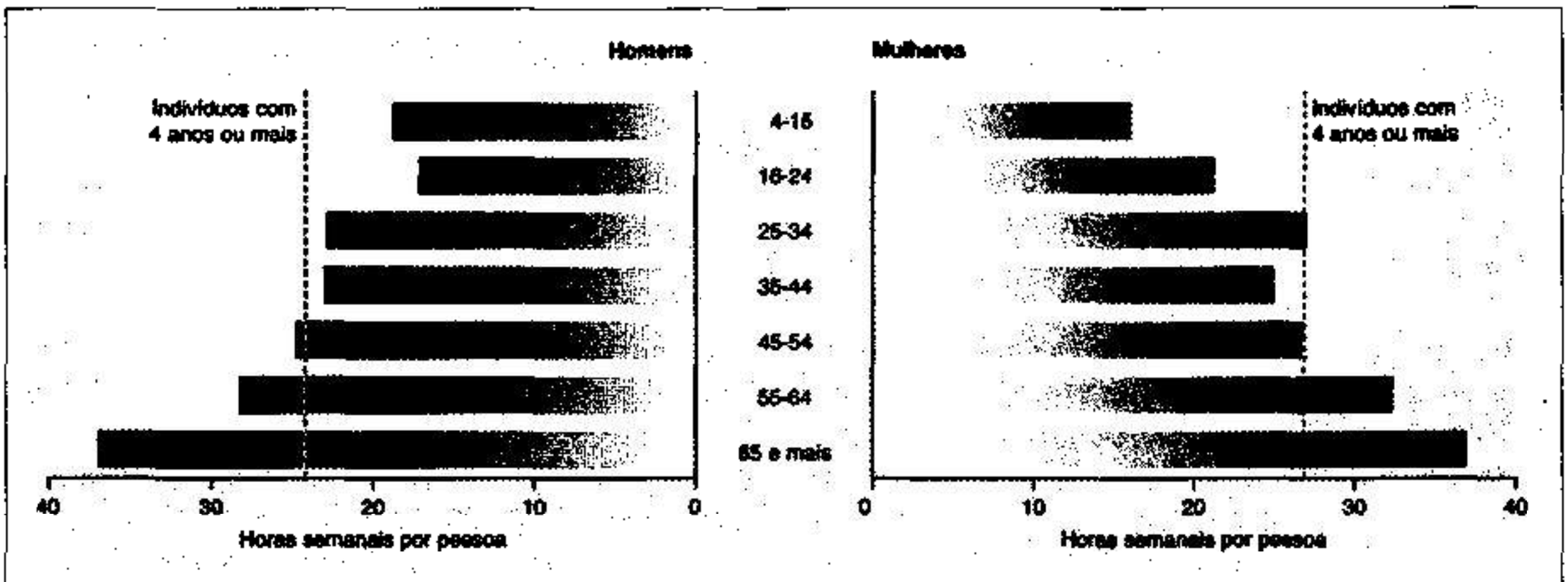


Figura 15.1 Audiência de televisão por género e idade no Reino Unido, 1998 (horas semanais por pessoa).
Fontes: A BARB; AGB Ltd; RSMB Ltd; *Social Trends*, 30 (2000), p. 211. Crown copyright.

destas cadeias, perfazendo 90 por cento das cerca de 700 estações do país. Estas cadeias dependem das suas receitas em publicidade. A Associação Nacional de Emissores (*National Association of Broadcasters*), uma organização privada, estipula as normas que regulam o tempo dedicado à publicidade: 9.5 minutos por hora durante os períodos de maior audiência e 16 minutos nos outros. As companhias de TV utilizam estatísticas recolhidas regularmente (índices) sobre o número de pessoas que vê certos programas, para estabelecerem as suas tarifas de publicidade. Os índices exercem também uma forte influência sobre a continuidade ou o fim da transmissão de um dado programa.

O poder das grandes cadeias diminuiu desde o advento da televisão por satélite e por cabo. Em muitos países europeus, incluindo a Grã-Bretanha, e nas maiores cidades americanas, o telespectador que subscreve o serviço tem ao seu dispor um amplo leque de canais e programas. Nestas circunstâncias, e particularmente se tivermos em conta a influência dos vídeos, as pessoas estabelecem cada vez mais a sua própria «programação», em vez de dependerem da programação das estações.

A transmissão via satélite ou por cabo está a alterar a natureza da televisão em quase toda a parte. A partir do momento em que estas começaram a avançar sobre os domínios dos canais ortodoxos de televisão, tornou-se ainda mais difícil para os governos continuar a controlar o conteúdo deste meio, como o fizeram no passado. Como vimos, os media ocidentais parecem terem desempenhado um papel básico nos acontecimentos que produziram as revoluções de 1989 na Europa de Leste (ver capítulo 14: «O governo, a política e o poder», p. 424).

O futuro da BBC

A posição da BBC, tal como a de outras estações públicas na maioria dos países, encontra-se sob pressão e tem sido alvo de muita controvérsia. O seu futuro está ameaçado pela proliferação de novas formas de tecnologias da comunicação. Com o desenvolvimento da tecnologia digital, novos canais apareceram. Centenas de canais por satélite ou por cabo virão a estar à disposição do público. Os canais pagos, a televisão por assinatura e a "TV interactiva" ameaçam todos em conjunto minar as audiências da BBC. Em 1995, a BBC tinha um pouco mais de 40% da audiência. É vista somente por 33% dos telespectadores com televisão por cabo e satélite, começando muitos a questionar a obrigatoriedade do pagamento da taxa televisiva.

A privatização da BBC tem sido sugerida. Assim, poderia obter o seu rendimento a partir da publicidade, tal como os outros canais, e a sua taxa poderia ser anulada. Contudo, até agora, tem-se rejeitado a ideia da sua privatização integral. Muitos acreditam ser importante não privatizar a BBC. Porém, iniciou-se

um processo de comercialização de parte da actividade internacional da BBC destinado a angariar fundos para o financiamento do seu serviço público nacional. A BBC é um dos mais conhecidos e respeitados "nomes de marca"; em anos recentes tem-se procurado capitalizar este bem com o estabelecimento de "parcerias", com o objectivo de criar novos canais de televisão para mercados globais (Herman e McChesney, 1997). Como têm notado alguns comentadores, os efeitos da desregulamentação no contexto em que opera e as pressões financeiras transformaram a BBC num sistema comercial que preserva parte do seu elemento original de serviço público.

O futuro da BBC não é claro. Por um lado, o sistema de taxa televisiva não pode resistir se as audiências da BBC caírem bastante, porque haverá resistência popular a aumentos. Nos próximos anos, as receitas provenientes da taxa televisiva revelar-se-ão insuficientes para suportar as despesas crescentes com a produção e a aquisição de direitos de programas de qualidade elevada. As receitas da publicidade serão cada vez mais importantes no financiamento de programas (Currie e Siner 1999). Por outro lado, o valor do serviço público da BBC não deveria ser subestimado. À medida que o sector da televisão é desregulamentado, torna-se cada vez mais importante o papel da BBC, em especial na manutenção da qualidade da programação, e – agora que as pessoas acima dos setenta cinco anos estão isentas de taxa – por atingir segmentos da população socialmente excluídos. Como comentou o Director de Política e Planeamento para a BBC:

> «Existem reais receios de que mais significa pior, de que a competição irá fragmentar as audiências e o investimento através de múltiplos escapes, levando a valores de tablóide e a uma nação dividida entre os que abraçam os novos serviços e os que não têm capacidade financeira ou que não desejam fazê-lo. À política pública coloca-se então o desafio de fornecer o melhor dos dois mundos, continuar a crescer e manter a qualidade (Carrie e Siner 1999).

A televisão global

Nos últimos vinte anos, tiveram lugar mudanças importantes nos campos da tecnologia e da política que conduziram a uma maior globalização da programação televisiva. Muitas zonas do mundo, onde os sistemas de transmissão televisiva e a propriedade de aparelhos de televisão têm tradicionalmente sido limitados, como na Europa de Leste, na antiga União Soviética e em zonas da Ásia e África, têm assistido a uma grande expansão nas suas capacidades de transmissão televisiva. O número crescente de canais de TV e a crescente popularidade da televisão tem propulsionado a procura de mais programação. Muitas vezes, as condições existentes para a produção nacional não bastam para satisfazer a procura crescente, sendo necessário importar programas de televisão. Assim, mercados anteriormente fechados foram invadidos por empresas de comunicação social estrangeiras, devido ao facto de os governos terem vindo a liberalizar as normas sobre a transmissão televisiva (ver caixa). Este aspecto, associado aos avanços nas tecnologias por satélite e por cabo, veio facilitar muito a transmissão televisiva para além das fronteiras do estado-nação.

O impacto da televisão

Têm sido feitas muitas pesquisas para tentar avaliar os efeitos dos programas de televisão. A maioria tem-se preocupado principalmente com as crianças – o que se compreende, dado o grande número que vê TV e as possíveis implicações para a sua socialização. Os dois tópicos de pesquisa mais comuns são o do impacto da televisão na propensão para o crime e para a violência e o da natureza das notícias televisivas.

TV e violência

A incidência da violência nos programas de televisão está bem documentada. Os estudos mais extensivos foram efectuados por Gerbner e os seus colaboradores, que analisaram amostras das horas de maior audiência e dos programas dos fins-de-semana das principais cadeias americanas desde 1967. O número e a frequência de actos e episódios violentos foram analisados em vários tipos de programas. A violência é definida, na pesquisa, como a ameaça de força física, ou o seu uso, contra o próprio indivíduo ou outros, em que estão envolvidos danos físicos ou a própria morte. Os dramas televisivos tinham um carácter altamente violento: em média, 80 por cento desses programas continham cenas de violência, com uma taxa de 7.5 episódios violentos por hora. Os progra-

A televisão e a globalização: o caso da Índia

Os efeitos da globalização dos media podem ser vistos de modo claro no caso da Índia, onde tem havido um crescimento exponencial das emissões de TV na última década. Em 1991, existia um canal de TV propriedade do estado indiano, mas em 1998 existiam quase setenta canais, incluindo a maior rede de televisão asiática, a Zee TV.

Em anos recentes a paisagem dos media tem mudado profundamente na Índia. A enorme classe média (250 milhões de pessoas) que fala inglês torna este país um dos mercados de media que mais cresce no mundo (Thussu 1999). Actualmente, a Índia é vista por muitas companhias internacionais de comunicação como um mercado vibrante, porque o enorme tamanho da população e a diversidade de culturas e línguas significa uma procura alargada de muitos tipos de programas e canais. Como estado pós-colonial, com elevadas taxas de iliteracia e um sentido frágil de identidade, a Índia era dominada pelo transmissor nacional de TV Doordarshan. O governo indiano confiou na Doordarshan como meio para construir a unidade nacional, promover um certo "desenvolvimento" de objectivos entre a população e educar a cidadania indiana. Embora os media impressos (jornais e outros) tenham sido sempre livres na Índia, a Doordarshan

foi rigidamente controlada e censurada. Um dos pontos de viragem significativos nas transmissões televisivas na Índia teve lugar sob a liderança de Indira Gandhi (1967-78 e 1980-4), que acreditava na televisão como meio fundamental para a promoção de ideias de construção da nação entre a população. Gandhi dirigiu a expansão de transmissores de televisão, tendo introduzido a televisão a cores no país.

Em 1991, o governo indiano liberalizou o sector da comunicação, abrindo a porta a empresas estrangeiras para transmitirem programação no âmbito de um sistema anteriormente fechado. As transmissões por satélite – como as da Star TV de Hong Kong e a CNN americana – tornaram-se extremamente populares entre a elite urbana educada, instigando um crescimento rápido nas ligações por cabo e por satélite. No início dos anos 90, tal visionamento era limitado a uma pequena e influente minoria, alvo de interesse para os anunciantes, para quem a transmissão televisiva na Índia era uma excelente forma de promover os seus produtos.

Em 1998, todos os principais canais de TV por cabo – incluindo a BBC, a CNN, o Discovery, a Star, a MTV e a CNBC – transmitiam em paralelo com companhias indianas. Apesar de estas transmitirem muitos conteúdos estrangeiros, "localizaram" muitas vezes os programas adicionando legendas em Hindi, ou através da emissão de programas que cobriam tópicos de interesse específico para a Índia.

A Zee TV era o maior e o mais bem sucedido dos canais indianos de TV que surgiu em concorrência com o Doordarshan. Lançado em 1992, o primeiro canal privado indiano de TV em Hindi tinha eclipsado o Doordarshan com 37% da audiência em 1996, enquanto o último retinha 28% (Herman e McChesney 1997). A popularidade da Zee TV parece estar relacionada com uma combinação de factores, incluindo programas inovadores, inéditos para as audiências indianas, e o uso extensivo de "Hinglish" (uma mistura de Hindi e Inglês, preferida pela população urbana jovem). A programação da Zee TV demonstrou o sucesso da refundição de produtos globais com temas locais. Os *talk-shows* e concursos de TV não eram géneros familiares aos indianos, mas a ZeeTV adaptou com sucesso os formatos de espectáculos ocidentais para uma audiência indiana (Thussu 1999).

À medida que as forças globais se tornaram cada vez mais fortes na radiotelevisão indiana, a Doordarshan foi forçada a responder à competição mediante o alargamento das suas ofertas. Numa mudança observada em muitos países do mundo, a missão de serviço público da Doordarshan foi gradualmente substituída por políticas orientadas para o lucro e o mercado. Além de fornecer conteúdos educacionais, a Doordarshan começou a incluir programas de entretenimento para procurar reforçar os seus índices de audiência. Este movimento em direcção à privatização dos media na Índia – a maior democracia do mundo – tem sido criticado por muitos observadores, que argumentam que a TV indiana se está a tornar "corporatizada" e dominada pelos gigantes dos media ocidentais. Esta linha de argumentação defende que, quando o jornalismo, a produção de notícias e os conteúdos televisivos são orientados por preocupações de mercado, a qualidade do conteúdo decai, tornando-se a programação dominada pelas necessidades e opiniões dos anunciantes (Thussu 1999).

Outros argumentam que a globalização dos media na Índia tem sido importante por quebrar o controlo do Estado sobre as transmissões de TV e por contribuir para a expansão da esfera pública. A ZeeTV, por exemplo, dedica muito mais atenção às opiniões de políticos da oposição que a Doordarshan, forçando-a a liberalizar a sua cobertura política (Herman e McChesney 1997). A emergência de novos operadores comerciais tem, a este respeito, alargado e revitalizado a esfera pública na Índia.

mas infantis exibiam níveis de violência ainda mais altos, embora as mortes fossem menos comuns. Os desenhos animados continham um número mais elevado de actos e episódios violentos do que qualquer outro tipo de programa (Gerbner *et al.*, 1979, 1980; Gunter, 1985).

Se for uma realidade, de que forma a violência televisiva pode influenciar as audiências? F. S. Anderson reuniu as conclusões de sessenta e sete estudos, levados a cabo entre 1956 e 1976, que investigavam a influência da violência televisiva sobre as tendências agressivas das crianças. Cerca de 3 quartos dos estudos reivindicavam ter encontrado alguma forma de tal associação. Em 20 por cento dos casos não foi possível obter resultados definitivos, embora em 3 por cento dos estudos os investigadores tenham chegado à conclusão de que a violência na televisão diminuía as tendências agressivas (F. S. Anderson, 1977; Liebert *et al.*, 1982).

Os estudos que Anderson analisou, porém, diferem largamente nos métodos usados, na força da associação supostamente revelada e na definição do termo «comportamento agressivo». Nos dramas de características violentas (e em muitos desenhos animados para crianças), estão presentes temas subjacentes de justiça e castigo. Um número maior de marginais do que nas investigações policiais na vida real são incriminados neste tipo de filme; nos desenhos animados, personagens perigosas e ameaçadoras recebem o que merecem. Não há uma relação necessária entre o visionamento de cenas de violência e a sua imitação por parte dos telespectadores. Estes talvez sejam mais influenciados pelos temas morais subjacentes. Em geral, os estudos sobre os efeitos da televisão nas audiências têm tendência a tratar os telespectadores – adultos e crianças – como tendo reacções passivas e não discriminatórias em relação ao que vêem.

Segundo Robert Hodge e David Tripp, as atitudes das crianças em frente à televisão não se limitam apenas ao mero registo dos conteúdos dos programas, mas envolvem interpretação e *leitura* daquilo que observam (Hodge e Tripp, 1986). Estes estudiosos sugerem que grande parte da pesquisa não tem tido em conta a complexidade dos processos mentais das crianças. Ver televisão, por muito insignificante que seja o programa, não é em si uma actividade de baixo nível intelectual; as crianças «lêem» o que observam, estabelecendo paralelos com aspectos da sua vida quotidiana. As crianças reconhecem, por exemplo, que a violência na televisão não é "real". Na opinião de Hodge e Tripp, não é tanto a presença da violência nos programas de televisão que afecta o comportamento, mas sim o quadro geral de atitudes no qual ela é apresentada e «lida».

Os estudos sociológicos sobre as notícias da televisão

A informação em televisão tem sido alvo de uma grande atenção por parte de estudos sociológicos. Considerando que grande parte da população não lê jornais, os noticiários televisivos tornam-se assim uma fonte de informação crucial sobre os acontecimentos mundiais. O *Grupo dos Meios de Comunicação Social de Glasgow* (Glasgow Media Group), da Universidade de Glasgow, levou a cabo alguns dos mais conhecidos e polémicos estudos sobre a informação televisiva. Este grupo de pesquisa publicou uma série de obras que criticam a apresentação da informação: *Más Notícias* (Bad News), *Mais Más Notícias* (More Bad News), *Notícias Realmente Más* (Really Bad News) e *Notícias da Guerra e da Paz* (War and Peace News). As estratégias de pesquisa implementadas foram semelhantes nestes estudos, embora os objectos de interesse divergissem.

A primeira e mais influente publicação, *Más Notícias* (1976), baseou-se numa análise das notícias emitidas pelos três canais (o *Channel 4* ainda não existia na altura) do Reino Unido entre Janeiro e Junho de 1975. O objectivo era proporcionar uma análise sistemática e imparcial do conteúdo das notícias e da forma como eram apresentadas. *Más Notícias* concentra-se na descrição dos conflitos industriais. As mais recentes publicações concentram-se mais na cobertura política e na Guerra das Malvinas.

As notícias sobre relações industriais eram tipicamente apresentadas de forma selectiva e unilateral de acordo com a conclusão do estudo *Más Notícias*. Termos como «distúrbio», «radical» e «greves sem sentido» sugerem opiniões anti-sindicais. Era muito mais provável mostrar imagens das consequências provocadas pelas greves, o que impressionava o público, do que falar das suas causas. As imagens visionadas faziam aparecer frequentemente as actividades dos manifestantes como irracionais e agressi-

vas. Assim, por exemplo, as reportagens sobre grevistas a impedir a entrada de trabalhadores na fábrica privilegiariam os confrontos, mesmo sendo estes pouco frequentes.

Más Notícias também designava os que constroem as notícias como "guarda-portões" do que poderia aparecer, ou, por outras palavras, daquilo que o público poderia ter notícia. Assim, os confrontos entre trabalhadores e direcção seriam largamente noticiados, enquanto outras contestações industriais prolongadas e mais consequentes seriam ignoradas. A visão dos jornalistas, segundo o Grupo de Glasgow, espelha a perspectiva dos grupos dominantes da sociedade, que consideram os grevistas como perigosos e irresponsáveis.

Reacções críticas

O estudo do Grupo de Glasgow foi bastante discutido no círculo dos meios de comunicação e na comunidade académica. Alguns produtores de noticiários acusaram os estudiosos de mostrar simplesmente o seu ponto de vista, que, na sua opinião, se alinhava com o dos grevistas. Eles fizeram notar que enquanto *Más Notícias* tinha um capítulo sobre «Os sindicatos e os meios de comunicação», faltava um outro sobre «As administrações e os meios de comunicação». Este aspecto deveria ter sido considerado, uma vez que, segundo os críticos, os jornalistas são frequentemente acusados pelas administrações de terem preconceitos contra elas, e não contra os grevistas.

Os críticos académicos apresentaram argumentos similares. Martin Harrison (1985) teve acesso a reproduções de noticiários transmitidos pela ITN (*Independent Television News*) durante o período do estudo. A sua argumentação, baseada neste material, demonstrou que os cinco meses analisados não correspondiam a uma situação típica. Tinha havido um número anormal de dias perdidos devido à greve durante o período de estudo. Teria sido impossível utilizar todo este material e por esta razão o peso dado aos episódios mais vivos era compreensível.

Do ponto de vista de Harrison, o Grupo de Glasgow cometia um erro quando afirmava que as notícias se concentravam demasiado nos efeitos das greves. Afinal, há um número muito maior de pessoas habitualmente afectado pelas greves do que as que participam nelas. Por vezes, a vida de milhões de pessoas pode ser perturbada apenas pelas acções de um pequeno grupo. Por fim, de acordo com a análise realizada por Harrison, algumas das afirmações do Grupo de Glasgow eram falsas. Contrariamente ao afirmado, as notícias nomeavam de facto os sindicatos envolvidos e pronunciavam-se sobre o carácter oficial ou não oficial das greves.

Em resposta a estas críticas, os membros do Grupo fizeram notar que a pesquisa de Harrison tinha sido em parte apoiada pela ITN, comprometendo a sua imparcialidade académica. As reproduções visionadas por Harrison não estavam completas e algumas passagens nem sequer tinham sido transmitidas pela ITN.

Desde então, membros do Grupo de Glasgow têm levado a cabo um conjunto de pesquisas. No artigo *Seeing is Believing* (Ver é Crer), um dos seus membros, Greg Philo, apresentou um estudo sobre as memórias que as pessoas têm dos acontecimentos passados. Questionou especificamente sobre as recordações da greve dos mineiros de 1984-5, uma extensa e prolongada confrontação entre o sindicato dos mineiros, liderado por Arthur Scargill, e o governo conservador de Margaret Thatcher (Philo, 1991).

Philo mostrou fotografias da greve a grupos diferentes de pessoas e pediu-lhes para escreverem notícias, colocando-as no papel de jornalistas. Também as questionou sobre as recordações que tinham da greve; se a recordavam como pacífica, ou não, por exemplo. Chegou à conclusão de que as histórias redigidas pelas pessoas lembravam em muito as notícias televisivas da época, tendo sido reproduzidas frases inteiras.

Mais de metade das pessoas questionadas pensava que os piquetes dos grevistas tinham actuado de forma violenta (na verdade tinha ocorrido pouca violência). Philo chegou à conclusão de que «pode ser muito difícil criticar o relato de um meio de comunicação dominante, se há pouco acesso a fontes de informação alternativas. Nestas circunstâncias, não se deve subestimar o poder dos meios de comunicação» (1991, p. 177).

Em *Getting The Message* (Mensagem Recebida), o Grupo de Glasgow reuniu estudos recentes sobre a transmissão de notícias. O seu editor, John Eldridge, fez notar a actualidade da polémica levantada pelo trabalho anterior (1993). Dizer em que consistirá a objectividade na redacção de notícias será sempre difícil. Contra aqueles que afirmam que a objectivi-

dade não faz sentido (ver "Baudrillard: o mundo da hiper-realidade"), Eldridge afirma ser importante olhar de forma crítica para os produtos mediáticos. A exactidão das notícias pode e deve ser estudada. No fim de contas, espera-se que os resultados de um jogo de futebol sejam emitidos com precisão. Um exemplo tão singelo como este, segundo Eldridge, pode servir para nos recordar que questões relativas à verdade estão sempre presentes no relato das notícias.

Afirma, porém, que a notícia nunca é apenas uma «descrição» do que de facto aconteceu num determinado momento. A sua construção complexa influencia regularmente o seu conteúdo. Quando um político convidado emite uma opinião sobre uma questão controversa, por exemplo, sobre o estado da economia e o que se deveria fazer – este comentário torna-se «notícia» em programas posteriores.

Géneros televisivos

Hoje em dia a televisão não pára. A publicidade intervala programas, mas não há interrupções. As cadeias de televisão sentem-se na obrigação de pedir desculpa quando há interrupção do programa. Produtores e espectadores consideram a televisão um produto contínuo; na verdade muitos canais mantêm-se continuamente no ar.

A televisão é um fio contínuo, mas a sua programação é uma confusão. Um horário para um único serão, por exemplo, poderá conter uma listagem de programas muito diferentes, um a seguir a outro. A ideia de género é útil para a compreensão da natureza aparentemente caótica da programação televisiva (Abercrombie, 1996). Produtores e espectadores utilizam este termo para melhor definir o que é visto. Os programas são categorizados em noticiários, telenovelas, concursos, programas musicais e filmes de acção e «suspense» (*Thrillers*). Cada género tem regras próprias que o distinguem dos outros.

O conteúdo de um programa determina em parte o seu género. Assim, as telenovelas têm por cenário um ambiente doméstico, os «Westerns» desenrolam-se na América histórica do século dezanove. Também se caracterizam pelas suas personagens e situações. As personagens definidas como principais nas telenovelas, famílias no seu lar, por exemplo, serão tidas como secundárias em filmes de acção e «suspense». Os géneros suscitam igualmente expectativas muito diferentes. Ingredientes como o «suspense» e o mistério fazem parte das séries policiais e não habitualmente das telenovelas.

Os produtores conhecem as expectativas das audiências e operam de acordo com estes limites, o que permite alguma rotina no seu trabalho. Podem ser constituídas equipas de actores, realizadores e escritores, especialistas em determinado género. Adereços, cenários e guarda-roupa podem ser utilizados vezes sem conta. A lealdade das audiências pode ser obtida através de uma habituação a um programa regular determinado.

As telenovelas

A telenovela foi inventada pela rádio e pela televisão, sendo presentemente considerada o tipo de programa mais popular da TV. Quase todas as telenovelas – *EastEnders*, *Coronation Street*, *Brookside* e outras – são dos programas televisivos mais vistos na Grã-Bretanha semanalmente. As telenovelas enquadram-se em diferentes tipos ou subgéneros, pelo menos as que são transmitidas pela televisão britânica. As telenovelas produzidas no Reino Unido, como *Coronation Street*, caracterizam-se pelo seu lado autêntico e terra a terra, e interessam-se pelas vidas dos mais desfavorecidos. Depois há as importações americanas, como *Dallas* e *Dynasty* nos anos 80, que retratam indivíduos com vidas mais deslumbrantes. À terceira categoria pertencem as importações australianas, como *Neighbours*. Estas produções, de menor custo, retratam os ambientes e modos de vida da classe média.

As telenovelas têm um carácter contínuo tal como a televisão. Histórias pontuais podem terminar e algumas personagens aparecem e desaparecem, mas a telenovela em si só acaba quando é retirada do ar. A tensão provém de situações-chave que são brutalmente interrompidas. Assim, o telespectador terá de aguardar pelo episódio seguinte.

As telenovelas exigem uma atenção diária por parte do telespectador, não fazendo qualquer sentido ver apenas um único episódio. Desenvolvem uma história que o telespectador conhece; as personagens, suas personalidades e modos de vida são-lhe familiares. Os meandros da história tornam-se pessoais e emocionais – as telenovelas na sua maioria não se interessam por contextos sociais ou económicos mais amplos, que só constituem a sua moldura exterior.

Os sociólogos têm opiniões distintas no que se refere à popularidade das telenovelas – um fenómeno corrente em todo o mundo, não apenas na Grã-Bretanha e na América, mas também em África, na Ásia e na América Latina. Alguns pensam que elas proporcionam um escape, especialmente para as mulheres (as telenovelas são mais vistas pelas mulheres do que pelos homens) que consideram a sua vida aborrecida e opressiva. Tal opinião não é de todo convincente, tendo em conta que muitas personagens das telenovelas levam uma existência tão problemática quanto a dos telespectadores. A ideia de que elas retratam aspectos universais da vida pessoal e emocional seria mais plausível. Exploram dilemas que muitos enfrentam e talvez até possam ajudar alguns telespectadores a pensar nas suas vidas de maneira mais criativa.

De que forma se poderiam considerar as enormes implicações dos meios de comunicação? Esta é uma das preocupações dos que têm desenvolvido interpretações teóricas sobre o seu papel no desenvolvimento e na organização social. É sobre estas interpretações que nos debruçaremos de seguida.

Teorias dos media

As primeiras teorias

A Comunicação – a transferência de informação de um indivíduo ou grupo de indivíduos para outro, quer pela fala quer através dos *mass media* actuais – é crucial em qualquer sociedade. Dois dos primeiros e influentes teóricos da comunicação social foram os autores canadianos Harold Innis e Marshall McLuhan. Innis (1950, 51) sustentava que diferentes meios de comunicação social influenciam, fortemente, formas contrastantes de organização da sociedade. O autor indica como exemplo as pedras com hieroglifos – escrita gravada – que foram encontradas em algumas civilizações antigas. De facto, as inscrições feitas na pedra permanecem por muito tempo, mas não são fáceis de transportar. São, por isso, um meio muito pobre para estabelecer o contacto com lugares distantes. Assim, as sociedades que dependem desta forma de comunicação não podem desenvolver-se muito.

McLuhan (1964) desenvolveu algumas das ideias de Innis e aplicou-as, em especial, aos meios de comunicação social das sociedades industrializadas modernas. Segundo McLuhan, «o meio é a mensagem». Isto é, a natureza dos meios de comunicação social, que se podem encontrar numa determinada sociedade, influencia muito mais a estrutura dessa sociedade do que o conteúdo ou a mensagem, em si, veiculados pelos *media*. A televisão, por exemplo, é um meio de comunicação muito diferente de um livro impresso. É electrónico, visual e composto por imagens sucessivas. Uma sociedade em que a televisão tem um papel preponderante vive um dia-a-dia diferente de uma sociedade que apenas dispõe do impresso. Assim, os noticiários televisivos transmitem uma informação global, de uma forma instantânea, a milhões de pessoas. Os meios de comunicação social electrónicos, pensava McLuhan, estão a criar uma aldeia global – as pessoas, por todo o mundo, assistem à divulgação das principais notícias e assim participam, simultaneamente, dos mesmos acontecimentos. Por exemplo, milhões de pessoas, em países diferentes, seguiram o desenrolar da intriga sobre o Presidente Americano Bill Clinton e a antiga estagiária da Casa Branca Mónica Lewinsky. Após um ano cheio de revelações, acusações e de impiedosa cobertura dos media, o escândalo finalmente acalmou devido ao fracasso do pedido de impugnação do mandato de Clinton. Por todo o mundo, os telespectadores tinham participado do mais dramático e poderoso episódio político e mediático da modernidade tardia.

Jürgen Habermas: a esfera pública

O filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas está ligado à «Escola de Frankfurt» de pensamento social. A Escola de Frankfurt era constituída por um grupo de autores que se inspiravam em Marx, mas que, no entanto, acreditavam que os pontos de vista de Marx precisavam de ser radicalmente revistos para serem aplicados na actualidade. Entre outras coisas, acreditavam que Marx não tinha dado atenção suficiente à influência da cultura na sociedade capitalista moderna.

A Escola de Frankfurt fez um estudo extensivo do que designavam como «indústria da cultura», que para eles abrangia as indústrias de entretenimento dos filmes, a televisão, a música popular, a rádio, os jornais e as revistas. Sustentavam que a proliferação da indústria da cultura, com os seus produtos estandardizados e pouco exigentes, minava a capacidade dos indivíduos no que diz respeito ao pensamento inde-

pendente e crítico. A Arte desaparece, dominada pela comercialização – «Os Maiores Sucessos de Mozart» (Mozart's Greatest Hits).

Habermas pegou em alguns destes temas, mas desenvolveu-os de um modo diferente. Ele analisa o desenvolvimento dos meios de comunicação social desde o princípio do século dezoito até ao presente, traçando o percurso do que denomina como «esfera pública» desde o seu aparecimento até ao seu declínio subsequente (Habermas, 1989). A **esfera pública** é um espaço de debate público onde se podem discutir questões de interesse geral e uma área na qual se podem formar opiniões.

A esfera pública, segundo Habermas, desenvolveu-se, primeiro, nos salões e cafés de Londres, Paris e outras cidades europeias. As pessoas costumavam encontrar-se nesses salões para discutir questões do momento, usando, como meio para esse debate, folhas de notícias e os jornais que estavam a começar a surgir. O debate político tornou-se um assunto de particular importância. Embora, apenas, uma pequena parte da população estivesse envolvida, Habermas afirma que os salões foram vitais para o início do desenvolvimento da democracia. Foram eles que introduziram a ideia de ser possível a resolução de problemas políticos através da discussão pública. A esfera pública – pelo menos em princípio – envolve indivíduos que se encontram de igual para igual num fórum de debate público.

Contudo, Habermas conclui que o que se esperava deste desenvolvimento inicial da esfera pública não se realizou totalmente. O debate democrático é abafado, nas sociedades modernas, pelo desenvolvimento da indústria da cultura. O desenvolvimento dos meios de comunicação social de massas e o entretenimento de massas leva a que a esfera pública se torne, em grande parte, um logro. A política é encenada no parlamento e nos meios de comunicação social, ao mesmo tempo que os interesses comerciais triunfam sobre os interesses do público. «A Opinião Pública» não se forma através de uma discussão aberta e racional, mas sim através da manipulação e do controlo – como, por exemplo, sucede na publicidade.

Baudrillard: o mundo da hiper-realidade

O autor francês pós-modernista Jean Baudrillard, cujo trabalho foi fortemente influenciado pelas ideias de Innis e McLuhan, é um dos mais influentes teóricos actuais dos meios de comunicação social. Baudrillard considera que o impacto dos modernos meios de comunicação de massa é muito diferente e, muito mais profundo, do que o de qualquer outra tecnologia. O advento dos *mass media*, em particular dos meios electrónicos como a televisão, transformou a própria natureza das nossas vidas. A televisão não nos «representa» só o mundo, mas, de uma forma gradual, define o que *é*, realmente, o mundo em que vivemos.

Como exemplo, consideremos o julgamento de O. J. Simpson, um caso judicial muito falado que se desenrolou entre 1994–95 em Los Angeles. Simpson já se havia consagrado como estrela do futebol americano, mas, mais tarde, tornou-se conhecido mundialmente por ter aparecido em vários filmes populares, incluindo a série «*Naked Gun*» (A Arma Nua). Foi acusado de ter assassinado a mulher, Nicole, e, depois de um julgamento muito prolongado, foi ilibado. O julgamento foi transmitido pela televisão e visto em muitos países, incluindo a Grã-Bretanha. Na América o julgamento era transmitido regularmente em seis canais de televisão.

O julgamento não decorreu, apenas, na própria sala do tribunal. Tratou-se de um acontecimento que uniu milhões de telespectadores e comentadores dos meios de comunicação social. Este julgamento é ilustrativo daquilo a que Baudrillard chama **hiper-realidade**. Já não existe uma «realidade» (os acontecimentos dentro da sala do tribunal) que a televisão nos permite ver. A «realidade» é, de facto, uma profusão de imagens nos ecrãs de televisão do mundo inteiro, que definiu o julgamento como um acontecimento global.

Mesmo à beira do início das hostilidades no Golfo em 1991, Baudrillard escreveu um artigo de jornal intitulado «A Guerra do Golfo não pode acontecer». Quando a guerra foi declarada e se travou o sangrento conflito, podia parecer que, obviamente, Baudrillard se tinha enganado. Nada disso. No fim da guerra, Baudrillard escreveu um segundo artigo: «A Guerra do Golfo não aconteceu». O que é que ele queria dizer com isso? Ele pretendia demostrar que essa guerra não era como outras guerras que aconteceram na história. Que se tratava de uma guerra da era da informação, um espectáculo televisivo, que permitia a George Bush e Saddam Hussein, exacta-

mente como a quaisquer outros espectadores por todo o mundo, assistirem à cobertura da CNN para saberem o que, realmente, estava a «acontecer».

Baudrillard sustenta que, numa era em que os meios de comunicação social estão em todo o lado, criou-se, na verdade, uma nova realidade – a hiper-realidade –, composta pela mistura do comportamento das pessoas com as imagens dos *media*. O mundo da hiper-realidade é construído por **simulacros** – imagens que só ganham o seu significado a partir de outras imagens e que, assim, não se fundamentam, de forma alguma, numa «realidade externa». Uma campanha publicitária dos cigarros Silk Cut, por exemplo, nunca se refere aos cigarros, mas a anúncios antigos que apareceram numa longa série. Nenhum líder político da actualidade poderá ganhar uma eleição se não aparecer constantemente na televisão: a imagem televisiva do líder é a «pessoa» que a maioria dos espectadores conhecem.

John Thompson: os media e a sociedade moderna

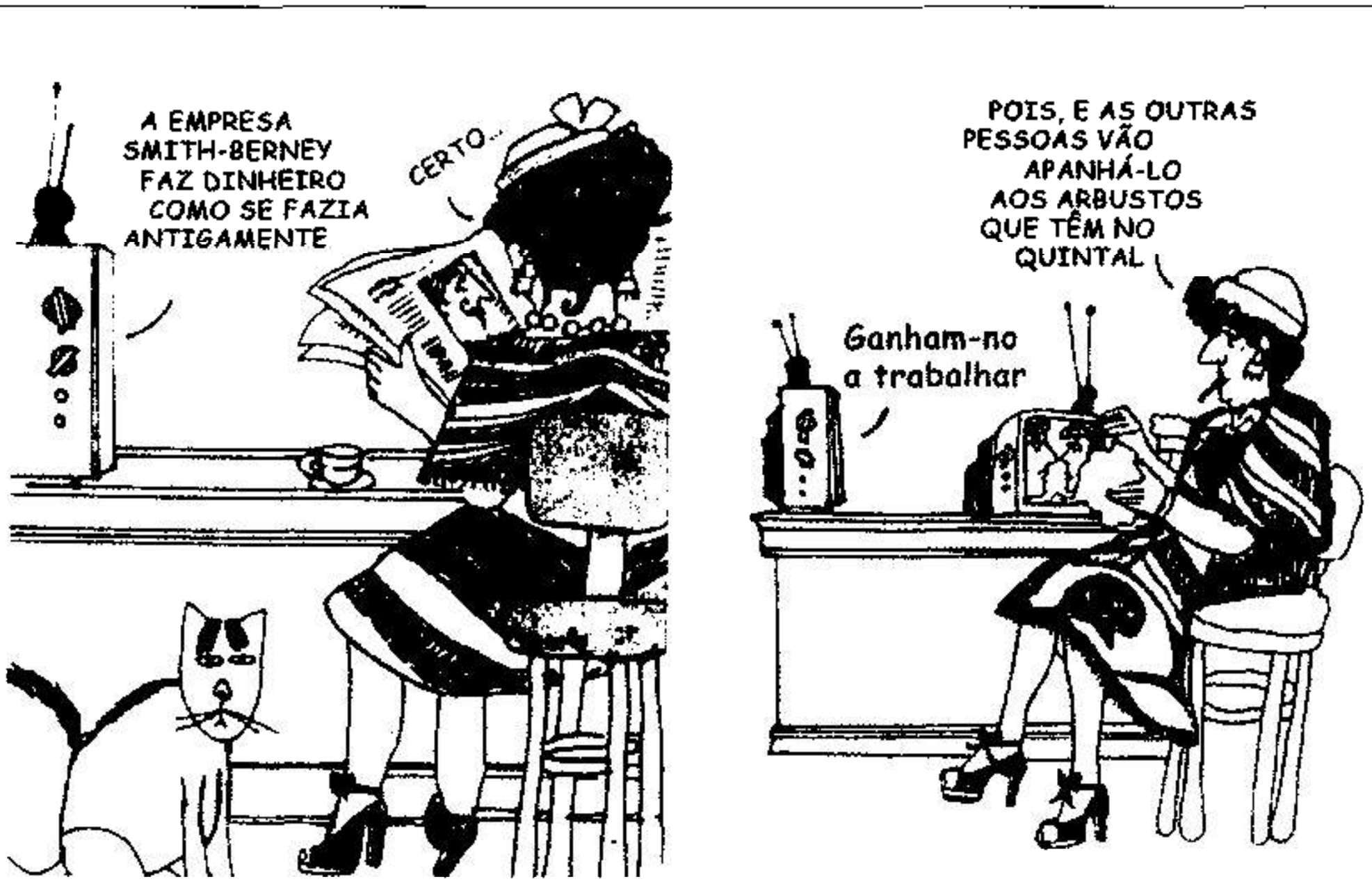
Inspirando-se em parte nos escritos de Habermas, John Thompson analisou a relação entre os meios de comunicação social e o desenvolvimento das sociedades industriais (Thompson, 1990, 1995). Desde os primeiros tempos da impressão até à comunicação electrónica, afirma Thompson, os meios de comunicação social desempenharam um papel central no desenvolvimento das instituições modernas. Na opinião de Thompson, os mais importantes fundadores da sociologia, incluindo Marx, Weber e Durkheim, prestaram pouca atenção ao papel dos meios de comunicação social como agentes capazes de moldar inclusive o início do desenvolvimento da sociedade moderna.

Embora simpatizando com algumas das ideias de Habermas, Thompson também o critica, tal como é crítico, igualmente, em relação à Escola de Frankfurt e a Baudrillard. A atitude da Escola de Frankfurt era demasiado negativa em relação à industria da cultura. Os modernos meios de comunicação social de massas, diz Thompson, não impedem o nosso juízo crítico; de facto, eles fornecem-nos muitas formas de informação a que não tínhamos acesso no passado. E, segundo Thompson, o que Habermas tem em comum com a Escola de Frankfurt é tratar-nos excessivamente como se fôssemos os recipientes passivos das mensagens dos meios de comunicação social. Citando as palavras de Thompson:

> As mensagens dos *media* são vulgarmente discutidas por indivíduos no acto da recepção e posteriormente ... Essas mensagens são transformadas através de um processo subsequente de contar e recontar, de interpretar e reinterpretar, pelo comentário, pela anedota e pela crítica ... Ao apoderarmo-nos dessas mensagens e ao incorporá-las de uma forma rotineira nas nossas vidas, estamos constantemente a moldar e a dar novos contornos às nossas capacidades e aos nossos conhecimentos, a testar os nossos sentimentos e preferências e a expandir os horizontes da nossa experiência (Thompson, 1995, pp. 42-43).

A teoria de Thompson sobre os meios de comunicação depende da distinção entre três tipos de interacção (ver Quadro). A *interacção face-a-face*, como ocorre com a situação de pessoas a conversarem numa festa, é rica em pistas de que os indivíduos se servem para darem sentido ao que os outros dizem (ver capítulo 4, «Interacção Social e Vida Quotidiana»). A *interacção mediada* envolve a utilização de um meio de comunicação social tecnológico – papel, conexões eléctricas, impulsos electrónicos. Uma característica da interacção mediada reside no facto de se estender tanto no tempo como no espaço – ultrapassa, em larga medida, os contextos da interacção face-a-face comum. A interacção mediada processa-se, de uma forma directa, entre os indivíduos – por exemplo, duas pessoas a falarem ao telefone – mas não existe a mesma variedade de pistas como quando as pessoas estão frente a frente.

Um terceiro tipo de interacção é a *quase-interacção mediada*. Esta refere-se ao tipo de relações sociais criadas pelos meios de comunicação social de massas. Uma tal interacção estende-se através do tempo e do espaço, mas não liga os indivíduos de uma forma directa: daí o termo «quase-interacção». Os dois primeiros tipos são «dialógicos»: os indivíduos comunicam de uma forma directa. A quase-interacção mediada é «monológica»: um programa de televisão, por exemplo, é uma forma de comunicação num só sentido. As pessoas que assistem ao programa podem discuti-lo e talvez até fazerem os seus comentários, dirigindo-se ao aparelho de televisão – mas, claro, este não lhes responde.



Um ouvinte activo ganha ao seu interlocutor.

O ponto de vista de Thompson não é o de que o terceiro tipo vem para dominar os outros dois – que era essencialmente o ponto de vista de Baudrillard. Pelo contrário, os três tipos coexistem, actualmente, nas nossas vidas. Os meios de comunicação social de massas, como sugere Thompson, alteram o equilíbrio entre o público e o privado nas nossas vidas. Ao contrário do que diz Habermas, muito mais informação vem hoje até ao domínio público em comparação com o que acontecia no passado e isto leva, muito frequentemente, ao debate e à controvérsia.

A Ideologia e os media

O estudo dos *media* está intimamente relacionado com o impacto da *ideologia* na sociedade. Por ideologia entendemos a influência das ideias nas crenças e nos comportamentos das pessoas. Este conceito tem sido amplamente utilizado em estudos dos meios de comunicação social, bem como noutras áreas da sociologia, mas desde há muito suscita controvérsia. A palavra foi usada pela primeira vez por um escritor francês, Destutt de Tracy, no final do século XVIII. Nessa altura ele utilizou-a com o sentido de «ciência das ideias».

Contudo, mais tarde, outros autores que se lhe seguiram utilizaram o termo com um sentido muito mais crítico. Marx, por exemplo, considerava a ideologia como uma «falsa consciência». Grupos poderosos são capazes de controlar as ideias dominantes que circulam numa sociedade de modo a justificar a sua posição. Por isso, segundo Marx, a religião é, muitas vezes, ideológica: ensina os pobres a contentarem-se com o que têm. O analista social deveria pôr a descoberto as distorções da ideologia, de modo a permitir que os mais desfavorecidos adquiram uma perspectiva verdadeira da vida que têm – e para que empreendam acções que levem a melhorar as suas vidas.

Thompson chama à teoria de Tracy a concepção *neutral* da ideologia e à teoria de Marx a concepção *crítica* da ideologia. As concepções neutrais «caracterizam os fenómenos como ideologia ou como ideo-

Quadro 2.1 Tipos de sociedades humanas pré-modernas

TIPOS DE INTERACÇÃO

Características da interacção	Interacção face-a-face	Interacção mediada	Quase-interacção mediada
Constituição no espaço e no tempo	Contexto de co-presença; sistema de referência no espaço e no tempo partilhado	Separação dos contextos; disponibilidade ampliada no tempo e no espaço	Separação dos contextos; disponibilidade ampliada no tempo e no espaço
Alcance das pistas simbólicas	Multiplicidade de pistas simbólicas	Estreitamento do alcance das pistas simbólicas	Estreitamento do alcance das pistas simbólicas
Orientação da acção	Orientada para receptores específicos	Orientada para receptores específicos	Orientada para um raio indefinido de potenciais receptores
Dialógica/Monológica	Dialógica	Dialógica	Monológica

Fonte: John B. Thompson, *The Media and Modernity*, Polity Press, 1995.

lógicos sem que isso implique que esses fenómenos sejam, necessariamente, enganadores, ilusórios ou estejam comprometidos com os interesses de algum grupo em particular». As noções críticas de ideologia «transmitem um sentido negativo, crítico ou pejorativo» e trazem com elas «uma crítica ou uma condenação implícita» (Thompson, 1990, pp. 53-4).

Thompson afirma que a noção crítica é preferível, porque liga ideologia e poder. A ideologia é o exercício do poder simbólico – do modo como as ideias passaram a ser utilizadas para esconder, justificar ou legitimar os interesses dos grupos dominantes da ordem social.

O Grupo dos Meios de Comunicação Social de Glasgow, nos seus estudos, estava de facto a analisar os aspectos ideológicos da informação transmitida nos noticiários televisivos. As notícias tendiam a favorecer o governo e a direcção à custa dos grevistas. Thompson acredita que, em geral, os meios de comunicação de massas – incluindo não só os noticiários, mas também toda a gama de programas – em grande parte, expandem o raio de acção da ideologia nas sociedades modernas. Eles chegam a grandes audiências e estão, nas suas palavras, baseados na «quase-interacção» – as audiências não podem responder de uma forma directa.

As novas tecnologias da comunicação

Embora nos tenhamos concentrado, até agora, nos jornais e na televisão, não devemos, apenas, pensar nos *media* nestes termos. Um dos aspectos mais fundamentais dos *media* diz respeito à própria infraestrutura através da qual a informação é comunicada e transmitida. Alguns avanços tecnológicos importantes durante a segunda metade do século XX têm transformado completamente a face das telecomunicações – a comunicação da informação, sons ou imagens à distância através de um meio tecnológico.

As novas tecnologias da comunicação, por exemplo, estão por trás de alterações profundas ao nível dos sistemas monetários do mundo e dos mercados de acções. O dinheiro já não é ouro, ou notas no bolso. Cada vez mais, o dinheiro se tem tornado electrónico, guardado nos computadores dos bancos do mundo. O valor do dinheiro que se possa ter no bolso é determinado pelas actividades dos que negoceiam nos mercados monetários electronicamente associados. Esses

mercados só foram criados nos últimos dez ou quinze anos: são um produto da união entre os computadores e a tecnologia das comunicações por satélite. «A tecnologia», já se disse, «está, de uma forma rápida, a transformar a bolsa num mercado global único, aberto 24 horas por dia» (Gibbons, 1990, p. 111).

Quatro tendências tecnológicas têm contribuído para estes desenvolvimentos: o aperfeiçoamento constante das capacidades dos computadores, juntamente com a diminuição dos preços; a digitalização da informação, que torna possível a integração das tecnologias dos computadores e das telecomunicações; o desenvolvimento das comunicações por satélite; as fibras ópticas que permitem que mensagens muito diferentes sejam enviadas por um único e pequeno cabo. A sensacional explosão das comunicações nos últimos anos não dá sinais de abrandamento.

No seu livro *Ser Digital* (1995), o fundador do laboratório dos *media* no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), Nicholas Negroponte, analisa a importância profunda da informação digital nas tecnologias das comunicações mais utilizadas. Qualquer tipo de informação, incluindo imagens, imagens em movimento e sons, pode ser traduzida em «bits». Um bit ou é um 1 ou um 0. Por exemplo, a representação digital de 1, 2, 3, 4, 5, é 1, 10, 11, 100, 101 etc. A digitalização – e a velocidade – estão na origem do desenvolvimento dos **multimédia**: o que costumavam ser diferentes *media* utilizando tecnologias diferentes (como as que implicam imagens e sons) podem agora ser *combinados* num único meio (CD-ROM/ computador etc.). A velocidade dos computadores duplica em cada ano e meio e a tecnologia atingiu, actualmente, uma fase em que uma cassete vídeo pode ser traduzida numa imagem no écran de um computador pessoal, e vice-versa. A digitalização também possibilita o desenvolvimento dos meios de comunicação interactivos, permitindo aos indivíduos participar activamente, ou estruturar o que vêem ou ouvem.

Um resultado destes avanços tecnológicos, e uma manifestação primária de globalização, é o crescimento exponencial do número de chamadas telefónicas internacionais. Enquanto em 1982 o número de minutos por chamada elevava-se a mais de 12 biliões, em 1996 este número tinha aumentado para mais de 67 biliões de minutos por chamada. Deste incrível volume de chamadas internacionais, 50 por cento tinham origem em apenas cinco países: Estados Unidos, Alemanha, França, Reino Unido e Suíça! O tráfego telefónico internacional está desigualmente distribuído: enquanto o uso médio *per capita* mundial de chamadas internacionais é de 7.8 minutos, entre os países desenvolvidos (membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico O.C.D.E.) a média é de 36.6 minutos. Na África Subsahariana, a média é de 1 minuto por pessoa (Held *et al.* 1999).

A estratificação do uso telefónico internacional reflecte uma maior discrepância entre a introdução de novas tecnologias em sociedades mais e menos desenvolvidas (ver quadro 15.1). Em 1995, existiam em média nos países desenvolvidos 546 linhas telefónicas por 1000 pessoas, enquanto que em economias de baixo rendimento a média mal excedia 25 linhas telefónicas por 1000 pessoas. Porém, existem também indicadores de que tais discrepâncias poderão atenuar-se algum dia através das capacidades das novas tecnologias. Tal como mostra a figura 15.2, algumas nações menos desenvolvidas têm vindo a investir fortemente em infraestruturas de telecomunicações de ponta, antecipando-se aos países desenvolvidos na concepção de redes telefónicas totalmente digitais. Os avanços tecnológicos podem acentuar a estratificação e a desigualdade, mas também constituem a promessa de reduzir tais desigualdades, possibilitando a comunicação em zonas pobres e isoladas.

Assim, como iremos ver, é provável que o uso da Internet contribua para a maior parte do crescimento no tráfego telefónico internacional no futuro. O acesso à Internet e o número crescente de utilizadores em todo o mundo incitou, na última década, a que os avanços tecnológicos tornassem a actividade *online* mais acessível e disponível.

Os Telemóveis: a vaga do futuro?

Os anos 90 testemunharam o desenvolvimento de um fenómeno novo nas telecomunicações: a popularidade crescente dos telemóveis. Em 1990, existiam 11 milhões de telemóveis em todo o mundo. Uma década depois, mais de 400 milhões de pessoas utilizavam telemóveis! Face ao número de pessoas com computadores pessoais – 180 milhões – torna-se clara a razão pela qual os telemóveis são cada vez mais vistos como o futuro das telecomunicações.

Os telemóveis não são propriamente um fenómeno novo, mas é recente a tecnologia que os tem trans-

Figura 15.1 Alguns indicadores sobre a introdução de informação e telecomunicações, por nível de rendimento do país

Grupo	Linhas telefónicas por 1000 pessoas, 1995	Computadores pessoais por 1000 pessoas, 1995	Utilizadores da Internet por 1000 pessoas, 1996
Economias de baixo rendimento	25.7	1.6	0.01
Economias de médio-baixo rendimento	94.5	10.0	0.7
Economias de médio-alto rendimento	130.1	24.2	3.5
Economias recentemente industrializadas	448.4	114.8	12.9
Economias de rendimento elevado	546.1	199.3	111.0

Fonte: Banco Mundial, *World Development Report*, 1998, p. 63.

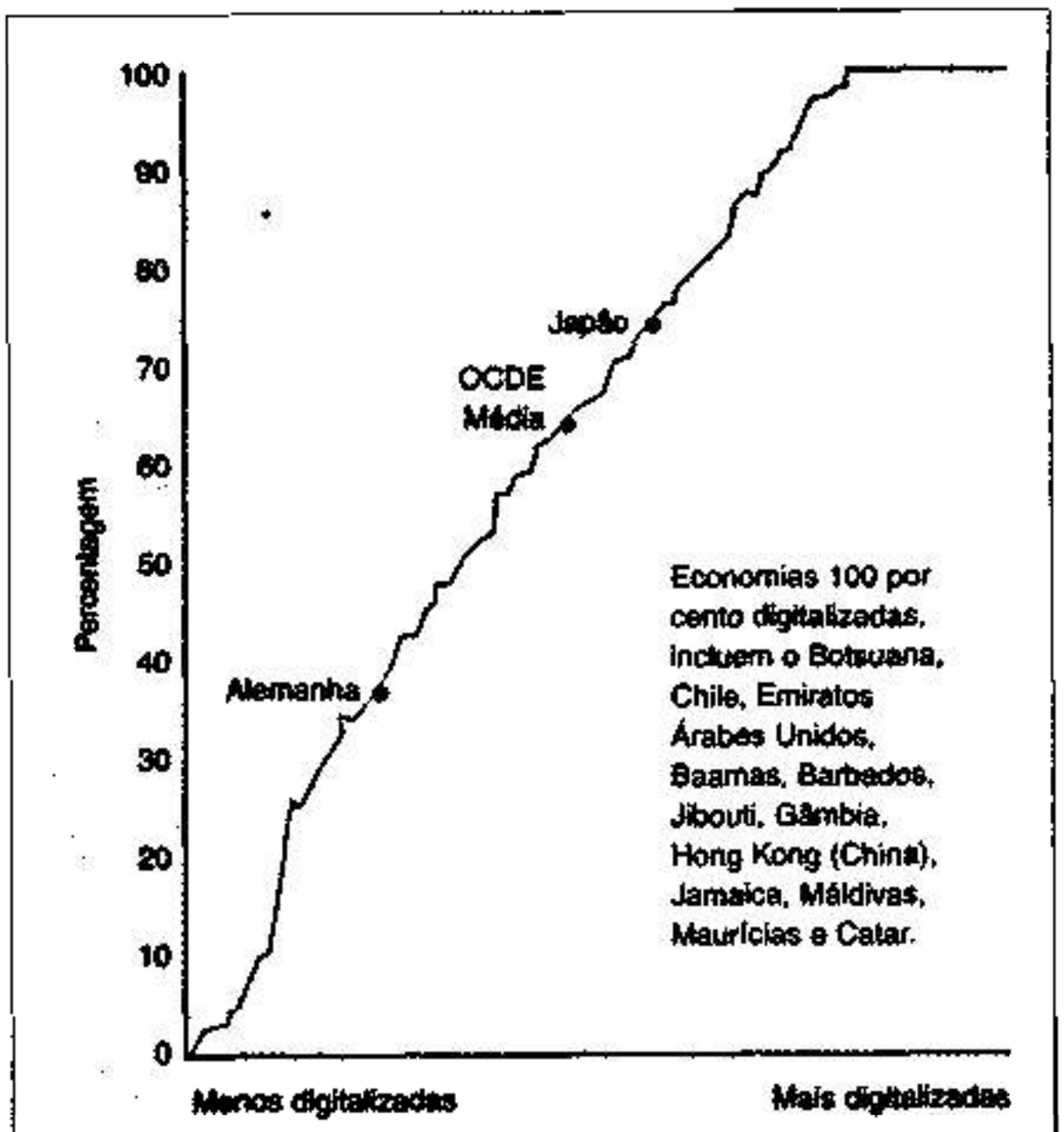


Figura 15.2 Tipos de economia, por percentagem de rede telefónica digital (1993).
Fonte: Dados relativos a 164 economias da *International Telecommunication Union*. Banco Mundial, *World Development Report 1998-9*, Oxford University Press, 1998, p. 59.

formado num fenómeno global. Os telemóveis designa os e " primeira geração", com tecnologia a alógica, foram os primeiros a demonstrar a possibilidade de conjugar comunicação e mobilidade. A tecnologia digital produziu uma "segunda geração" de telefones mais rápidos, pequenos, eficientes e convenientes. Como os preços continuaram a descer e as capacidades de recepção estenderam-se a distâncias cada vez maiores, a popularidade dos telemóveis disparou: as novas ligações para redes móveis ultrapassam hoje em muito as ligações de linhas de telefone fixas (ver figura 15.3). Em alguns países, onde as linhas fixas têm pouca oferta e a infraestrutura telefónica é pouco desenvolvida, os telemóveis oferecem um serviço fiável e muito útil (ver figura 15.4).

A tecnologia raramente estagna, mas no caso dos telemóveis continua em constante evolução. A muito antecipada "terceira geração" de tecnologia de telemóveis anuncia á a era da "Internet sem fios". Com a j d d WAP, i f r a ão exist nt nu *site* da Internet será filtrada e mostrada em palavras num ecrã de telemóvel. Os utilizadores poderão aceder à Internet através do seu telemóvel para movimentar contas bancárias, encomendar bilhetes ou mesmo ver cabeçalhos de jornais e cotações de acções. Os computadores e

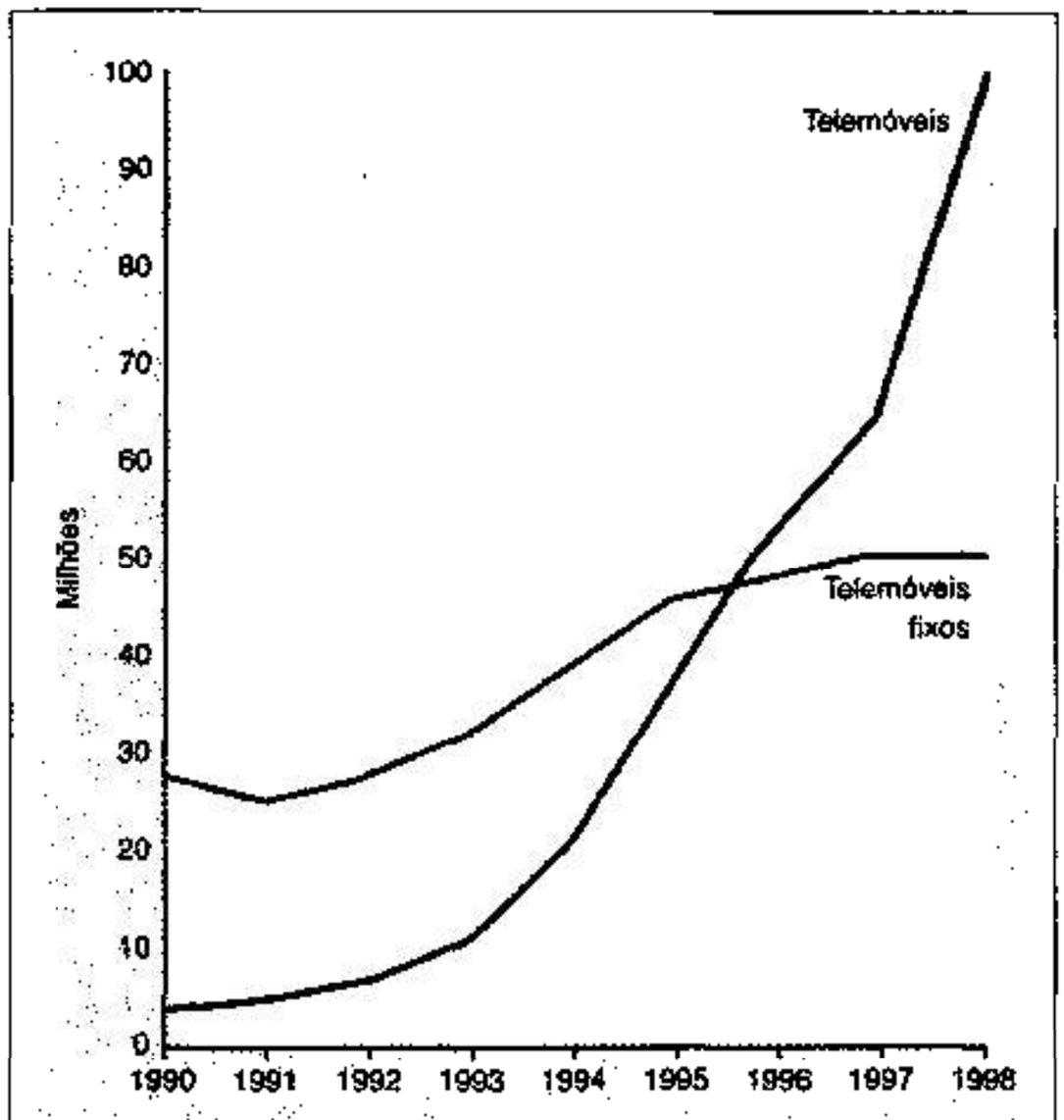


Figura 15.3 Novas ligações para redes móveis, em comparação com as redes fixas, a nível mundial, 1990-8 (milhões adi i n d s em c d n).

Fonte: Dados da *International Telecomunication Union. The economist*, 9 de Outubro 1999.

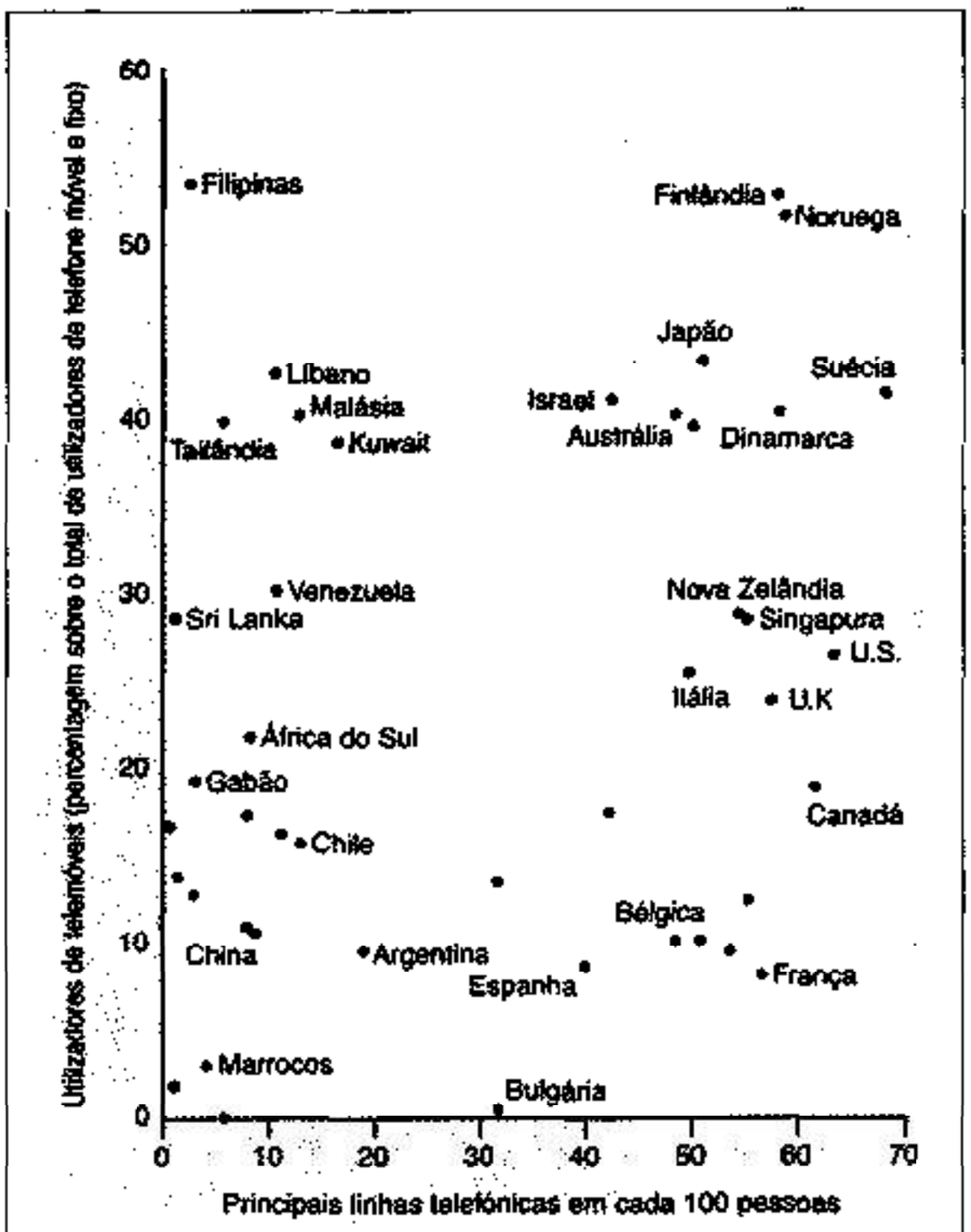


Figura 15.4 Cobertura telefónica e introdução do telemóvel, 1996.

Fonte: Dados relativos a 45 países da *International Telecomunication Union*. Banco Mundial, *World Development Report, 1998-9*, Oxford University Press, 1998, p. 59.

ligações por *modem* já não serão necessários para estar *online*, embora seja provável que continuem a ser necessários em períodos mais longos de navegação e *browsing*. Mas, para transacções rápidas, os telemóveis concebidos para "*i-mode*" oferecerão uma maneira mais rápida e conveniente para aceder à Internet.

"O facto de os telemóveis se poderem transportar com facilidade transforma-os em instrumentos maravilhosos de libertação dos indivíduos" refere um comentador (*The Economist*, 9 Outubro de 1999). É inegável que os telemóveis são um enorme bem numa era marcada por constantes deslocações diárias para o trabalho, viagens frequentes e horários atarefados. As tarefas podem ser geridas mais eficientemente; os pais podem manter-se em contacto com os seus filhos; o tempo despendido no trânsito ou à procura de uma rede fixa pode agora ser canalizado para necessidades pessoais e profissionais. Muitas pessoas apreciam a flexibilidade que um telemóvel oferece.

Porém, outros avisam que os telemóveis são também um sintoma de alguns dos aspectos mais problemáticos do nosso tempo. Numa era de ritmo acelerado, quando os dias de trabalho crescem, exigindo mais dos indivíduos, os telemóveis parecem acrescentar-se à vida frenética e invadir o tempo privado das pessoas. Estes tornam-se assim sempre acessíveis, esbatendo-se as fronteiras entre a vida pessoal e profissional. O tempo valioso "que está no meio", anteriormente despendido para reflectir, é cada vez mais invadido por telemóveis e frenéticos esforços de último minuto para organizar os detalhes que ficaram esquecidos. Em alguns locais públicos, como os comboios e restaurantes, os telemóveis começam a ser vistos como um aborrecimento, estando a ser tomadas medidas para restringir o seu uso.

A internet

No início dos anos noventa do século XX, muitos peritos da indústria dos computadores concebiam o

fim do reinado do computador pessoal. Tornava-se cada vez mais evidente para eles que o futuro não está no computador individual, mas num sistema global de computadores interligados – a **Internet**. Apesar de muitos utilizadores do PC não se terem apercebido naquela altura que o PC estava prestes a tornar-se num terminal de acesso a acontecimentos que ocorrem noutro lugar – acontecimentos que se dão numa rede que se estende por todo o planeta, uma rede que não pertence a um indivíduo ou a uma companhia.

O potencial da Internet para o crescimento do activismo internacional é explorado na secção "Tecnologia e movimentos sociais" (pag. 444)

As origens da Internet

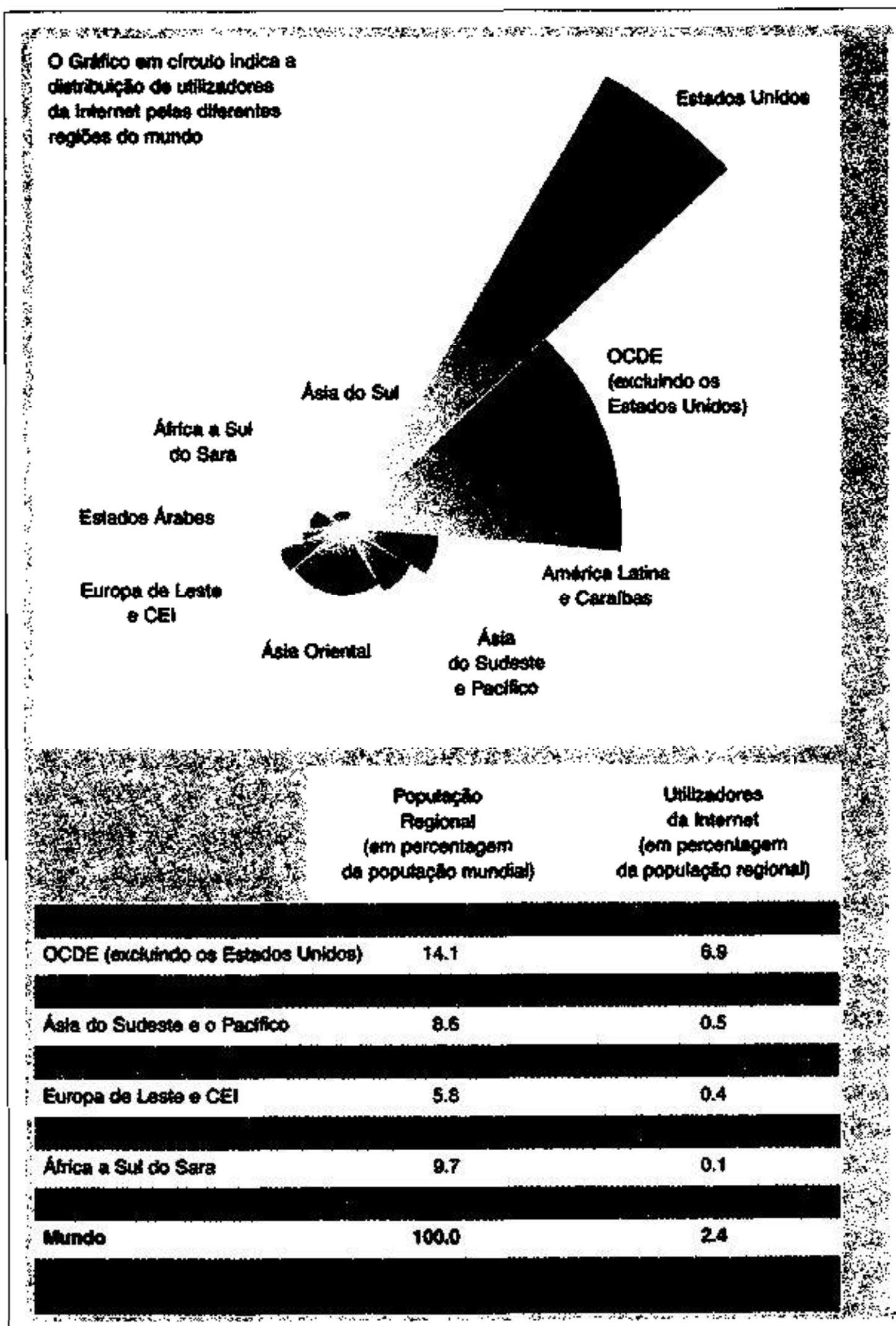
A Internet surgiu de uma forma espontânea. É o produto de um mundo que deixou de estar dividido – um mundo posterior à queda do muro de Berlim. No entanto, as suas origens situam-se precisamente no período da Guerra Fria antes de 1989. A *Net* teve a sua origem no Pentágono, o quartel-general das forças militares americanas. Estabeleceu-se em 1969 e, no início, era denominada como rede ARPA, o que significava *Pentagon's Advanced Research Projects Agency* (Agência de Projectos de Pesquisa Avançada do Pentágono). Tinha um campo de acção limitado. A ARPA procurava permitir aos cientistas, que trabalhavam com contratos militares, em diferentes partes da América, reunir os seus recursos e compartilhar o equipamento caro que usavam. Quase como algo de subsequente, os pioneiros pensaram numa maneira de enviarem também mensagens – assim nasceu o correio electrónico, o «e-mail».

A Internet do Pentágono consistia em quinhentos computadores até ao início dos anos 80, todos colocados em laboratórios militares e em departamentos científicos de informática das universidades. Outras pessoas nas universidades começaram, também, a pôr-se a par e a começar a utilizar o sistema para as suas próprias necessidades. Por volta de 1987, a Internet tinha-se já expandido e incluía 28.000 computadores associados, que se encontravam em universidades e laboratórios de pesquisa.

Durante vários anos, a Internet continuou a estar ligada só às universidades. Contudo, com a expansão dos PCs utilizados em casa, começou a movimentar-se no exterior e, assim, entrou num período de grande desenvolvimento. Entre 1988 e 1998 a proporção de lares britânicos com computadores passou de 18% para 34%. Nos lares com crianças, a percentagem era de 49% (HMSO 2000). A disseminação dos fornecedores de serviços Internet comerciais (ISP's) que oferecem o acesso à Net através de *modems*, tem impulsionado o número crescente de lares com potencialidades *online*. Os serviços «*online*», «bulletin boards» – discussão electrónica em grupo – e as bibliotecas de *software* foram postos a circular na NET por uma variedade desconcertante de pessoas, situadas não só na América do Norte, mas por todo o mundo. As companhias começaram, também, a tirar partido dela. Em 1994 as empresas ultrapassaram as universidades como principais utilizadores da rede.

A aplicação mais conhecida da Internet é a *World Wide Web* (WWW). Na verdade, como acontece com um cuco no ninho, ameaça apoderar-se do seu hospedeiro. A Web é, com efeito, uma biblioteca global de multimédia. Foi inventada por um engenheiro de *software* num laboratório de física suíço em 1992; o *software* que a popularizou mundialmente foi escrito por um estudante universitário da Universidade de Illinois. Os utilizadores navegam na Web com a ajuda de um "browser" de Internet – um *software* que permite aos indivíduos procurar informação, localizar sites específicos ou páginas de Internet, e marcam aquelas páginas para referência futura. Através da Web é possível fazer o *download* de uma variedade alargada de documentos e programas, desde documentos relativos a políticas governamentais até *software* antivírus ou jogos de computador. À medida que as páginas *Web* se tornam mais sofisticadas, elas tornaram-se uma festa para os sentidos. Muitas são adornadas com gráficos complexos ou fotografias, ou contêm ficheiros de vídeo ou áudio. A *Net* também serve como interface principal para o comércio electrónico – as transacções comerciais efectuadas online.

Não se sabe ao certo quantas pessoas estão, na verdade, ligadas à Internet. Estima-se que, no início do século XXI mais de 100 milhões de pessoas em todo o mundo possam aceder à Internet. Estimou-se que a Internet cresceu a um ritmo na ordem dos 200 por cento por ano desde 1985! Esta taxa de crescimento exponencial parece assegurada no futuro mais próximo com avanços posteriores na tecnologia de computadores e telecomunicações. O acesso à Internet é



	População Regional (em percentagem da população mundial)	Utilizadores da Internet (em percentagem da população regional)
OCDE (excluindo os Estados Unidos)	14.1	6.9
Ásia do Sudeste e o Pacífico	8.6	0.5
Europa de Leste e CEI	5.8	0.4
África a Sul do Sara	9.7	0.1
Mundo	100.0	2.4

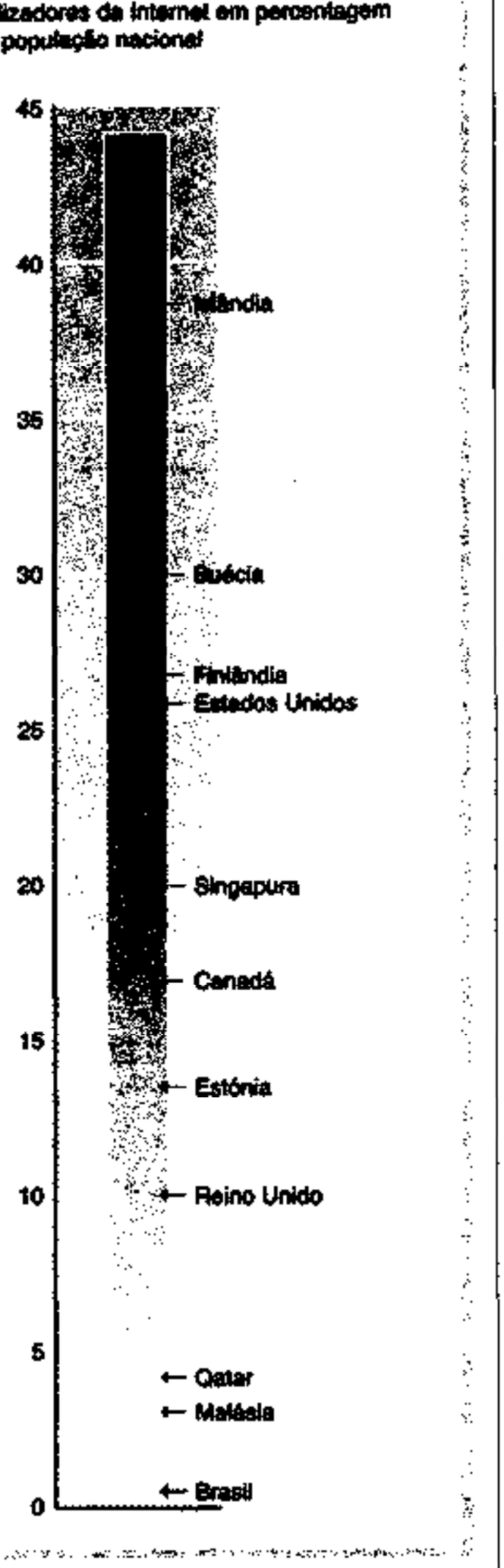


Figura 15.5 Utilizadores da Internet em todo o mundo.

Fonte: Baseado em dados fornecidos por *Nua* 1999, Network Wizards 1998 e IDC 1999. UNPD, *Human Development Report*, Oxford University Press, 1999, p. 63.

altamente desigual (ver figura 15.5). Em 1998, 88% dos utilizadores da Internet mundiais viviam no mundo desenvolvido. A América do Norte era responsável por mais de 50% do total de utilizadores, embora só contenha 5% do total da população mundial. Os Estados Unidos são o país com os mais elevados níveis de acesso online e de posse de computadores. Mais de 100 milhões de americanos usam a Internet, enquanto tanto a Alemanha como a Grã-Bretanha se orgulham de ter mais de 10 milhões de utilizadores cada um. No Japão, um país onde a loucura da Internet começou de algum modo tarde, mais

de 14% da população (18.3 milhões de pessoas) usavam a Internet em 1999. Espera-se que este número cresça rapidamente nos próximos anos.

O impacto da Internet

Num mundo de espantosas mudanças tecnológicas, ninguém pode ter a certeza daquilo que o futuro reserva. Muitos vêem a Internet como exemplo de uma nova ordem global surgida no final do século vinte. Os utilizadores da Internet vivem no «ciberespaço». Por ciberespaço entende-se o espaço de interacção formado pela rede global dos computadores que compõem a Internet. No ciberespaço, como diria Baudrillard, deixamos de ser «pessoas», passando a ser mensagens nos ecrãs uns dos outros. Com excepção do e-mail, onde os utilizadores se identificam, ninguém na Internet sabe quem os outros realmente são, se são homens ou mulheres ou em que parte do mundo estão. Há uma famosa banda desenhada sobre a Internet: representa um cão em frente ao computador. A legenda diz: «O que é óptimo na Internet, é que ninguém pode saber que és um cão».

'Adorei o teu E-mail, mas pensei que fosses mais velho.'

© Direitos exclusivamente reservados a The New Yorker Collection, 1998, Robert Weber a partir de cartoonbank.com.

A difusão da Internet por todo o mundo suscitou questões importantes aos sociólogos. A Internet está a transformar os contornos do quotidiano, esbatendo as fronteiras entre o global e o local, apresentando novos canais para comunicação e interacção, e permitindo cada vez mais a execução de tarefas quotidianas *online*. Porém, ao mesmo tempo que fornece novas e excitantes oportunidades para explorar o mundo social, a Internet também ameaça minar as relações humanas e as comunidades. Embora a "era da informação" ainda esteja a dar os primeiros passos, muitos sociólogos debatem as complexas implicações da Internet para as sociedades de modernidade tardia.

As opiniões sobre os efeitos da Internet na interacção social dividem-se em duas grandes categorias. Por um lado, encontram-se aqueles que vêem o mundo *online* como espaço de criação de novas formas de relacionamento electrónico que realçam ou complementam as interacções face-a-face existentes. Enquanto viajam ou trabalham fora do país, os indivíduos podem utilizar a Internet para comunicar regularmente com amigos e parentes em casa. A distância e a separação tornam-se mais toleráveis. A Internet também permite a formação de novos tipos de relacionamento: utilizadores online "anónimos" podem encontrar-se em salas de *chat* e discutir tópicos de interesse mútuo. Estes cibercontactos às vezes evoluem para o estabelecimento de amizades exclusivamente online, ou resultam mesmo em encontros face-a-face. Muitos utilizadores da Internet tornaram-se parte das comunidades *online*, comunidades qualitativamente diferentes daquelas que habitam no mundo físico. Os académicos que vêem a Internet como um complemento positivo à interacção humana, argumentam que esta expande e enriquece as redes sociais das pessoas.

No entanto, nem todos têm, por outro lado, uma posição tão entusiástica. À medida que as pessoas despendem cada vez mais tempo a comunicar *online* e a realizar as suas tarefas diárias no ciberespaço, é provável que passem menos tempo a interagir uns com outros no mundo físico. Alguns sociólogos receiam que a expansão da Internet conduza a um aumento do isolamento social e da atomização, argumentando que, como efeito do acesso crescente à Internet nos lares, as pessoas despendem menos "tempo de qualidade" com as suas famílias e amigos. A Internet está a usurpar a vida doméstica, já que são

Uma nova era de isolamento social?

Embora seja demasiado cedo para avaliar com alguma certeza as implicações globais da explosão da Internet nas sociedades da modernidade tardia, alguns estudos sociológicos estão já a tentar determinar os seus efeitos. Num estudo em larga escala sobre 4000 adultos americanos, publicado em Fevereiro de 2000, os investigadores da Universidade de Stanford concluíram que os utilizadores habituais da Internet despendem menos tempo com as suas famílias e em actividades comunitárias do que os não utilizadores ou os utilizadores não frequentes.

O estudo revelou que 55 por cento dos inquiridos tinha acesso à Internet em casa ou no trabalho, sendo 20 por cento dos inquiridos classificados como "utilizadores regulares", despendendo pelo menos 5 horas por semana online.

O estudo evidenciou duas tendências significativas. Em primeiro lugar, a Internet parece ter provocado o afastamento de outras formas de *mass media*. Entre os seus utilizadores regulares, 60 por cento afirma passar agora menos tempo a ver televisão, e um terço reduziu o tempo dedicado à leitura de jornais.

Em segundo lugar, a Internet tem vindo a esbater a fronteira entre a casa e o local de trabalho. Um quarto dos utilizadores regulares diz ter passado mais tempo a trabalhar em casa, enquanto o tempo que passa no local de trabalho é o mesmo ou aumentou. De acordo com o autor do estudo, a vida tem vindo a tornar-se um "fluxo contínuo" organizado com base na Internet. Actualmente, os trabalhadores utilizam a Internet sobretudo durante as horas de trabalho "oficiais", tendendo assim a levar trabalho para casa, em vez de terminar as suas tarefas no final do dia.

pouco claras as fronteiras entre o trabalho e a casa: muitos empregados continuam a trabalhar em casa a altas horas – consultando o correio electrónico ou terminando tarefas que não conseguiram realizar durante o dia. O contacto humano reduz-se, os relacionamentos pessoais ressentem-se, formas tradicionais de entretenimento, como o teatro ou os livros são marginalizados, e o tecido social vai-se fragilizando.

Para maior aprofundamento da questão da comunicação a distância ver "Face, corpo e fala na interacção" na pág. 92

Como podemos avaliar estas posições contrastantes? Existem certamente elementos de verdade em ambos os lados do debate. A Internet está, sem dúvida, a alargar os nossos horizontes, e apresenta oportunidades sem precedentes para estabelecer contacto com outros. No entanto, o ritmo frenético da sua expansão também representa desafios e ameaças a formas tradicionais de interacção humana. Irá a Internet transformar radicalmente a sociedade num domínio fragmentado e impessoal onde os seres humanos raramente se aventuram fora de suas casas, perdendo a capacidade de comunicar? Parece improvável. Há cerca de cinquenta anos atrás, expressaram-se receios muito semelhantes face ao aparecimento da televisão no cenário dos media. Na sua obra *Multidão Solitária* (1961), uma influente análise sociológica da sociedade americana nos anos 50, David Reisman e os seus colegas preocuparam-se com os efeitos da TV sobre a família e a vida comunitária. Embora alguns dos seus receios *tivessem sentido, também é verdade que* a televisão e os *mass media* têm, de diversas formas, enriquecido o mundo social.

Tal como aconteceu antes com a televisão, a Internet tem suscitado tanto expectativas como receios. Será que vamos perder as nossas identidades no ciberespaço? Iremos ser dominados pela tecnologia dos computadores em vez de sermos nós a dominá-los? Irão os seres humanos refugiar-se num mundo online anti-social? A resposta a cada uma destas questões, felizmente, é quase de certeza «não». Tal como vimos antes na discussão sobre a "compulsão da pro-

ximidade" (pg. 101), as pessoas não utilizam a videoconferência se puderem estar com as outras pessoas de uma forma normal. Os executivos nunca antes tiveram tantas formas de comunicação electrónica ao seu dispor. Ao mesmo tempo o número de conferências de negócios face-a-face disparou.

A globalização e os meios de comunicação

Tal como temos constatado ao longo deste livro, a Internet é um dos principais factores e sintomas dos actuais processos de globalização. No entanto, a globalização está também a transformar a dimensão internacional e o impacto de outros *media*. Nesta secção, iremos considerar algumas das mudanças que afectam os *mass media* em condições de globalização.

Embora os *media* tenham sempre tido dimensões internacionais – como a angariação de notícias e a distribuição de filmes noutros países – até aos anos 70 a maioria das empresas de *media* operavam no âmbito de mercados nacionais específicos de acordo com regulamentos de governos nacionais. A indústria dos *media* diferenciava-se também em sectores distintos. A maioria – cinema, imprensa, rádio e televisão – operava de forma independente.

Nas últimas três décadas, contudo, tiveram lugar transformações profundas no âmbito da indústria dos *media*. Os mercados nacionais foram substituídos por um mercado global fluido, enquanto as novas tecnologias conduziram à fusão de formas de *media* outrora distintas. No começo do século XXI, o mercado global dos *media* era dominado por um grupo de cerca de vinte empresas multinacionais cuja função na produção, distribuição e marketing de notícias e de entretenimento podia ser observada em quase todos os países do mundo.

No seu trabalho sobre globalização, David Held e os seus colegas (1999) apontam para cinco grandes alterações que têm contribuído para a emergência da ordem global dos media:

1 *O aumento da concentração da propriedade* – Os media globais são hoje dominados por um pequeno número de empresas poderosas. As empresas independentes de pequena escala têm sido gradualmente incorporadas em conglomerados de media muito centralizados.
2 *A transferência da propriedade pública para privados* – Tradicionalmente, as empresas de *media* e telecomunicações eram, em quase todos os países, parcial ou totalmente propriedade do estado. Nas últimas décadas, a liberalização do ambiente comercial e o afrouxamento de regulamentos tem conduzido à privatização (e comercialização) de empresas de *media* em muitos países.
3 *Estruturas empresariais transnacionais* – As empresas de *media* já não operam estritamente no âmbito das fronteiras nacionais. De igual forma, as regras de propriedade dos *media* têm-se tornado flexíveis para permitir o investimento e a aquisição independentemente das fronteiras.
4 *Diversificação dos produtos media* – A indústria dos *media* tem-se diversificado e é muito menos segmentada do que no passado. Enormes conglomerados de *media*, como a AOL-Time Warner, de que iremos falar mais à frente, produzem e distribuem múltiplos conteúdos *media*, incluindo a música, notícias, media impressos e programação de televisão
5 *Um número crescente de fusões de empresas de comunicação* – Tem havido uma tendência para alianças entre companhias em diferentes segmentos da indústria dos *media*. As empresas de telecomunicações, fabricantes de *software* e *hardware* de computadores e produtores de "conteúdos" *media* estão crescentemente envolvidos em fusões, à medida que as formas de *media* se tornam cada vez mais integradas.

A globalização dos *media* tem conduzido ao primeiro plano formas "horizontais" de comunicação. Se as formas de media tradicionais asseguravam que a comunicação ocorria de forma "vertical" no âmbito do estado-nação, a globalização leva à integração horizontal da comunicação. Não só as pessoas comunicam a um nível básico, mas os produtos *media* são largamente disseminados devido a novos regulamentos harmonizados, a políticas de propriedade e a estratégias de marketing transnacionais. Actualmente, as comunicações e os *media* podem mais facilmente estender-se para além das fronteiras de cada país (Sebrenny-Muhammadi *et al.*, 1997).

No entanto, como outros aspectos da sociedade global, a nova ordem de informação desenvolveu-se de forma desigual, reflectindo as divisões entre as

Irá a Internet transformar a indústria da música?

A Internet já está a mudar muitos aspectos das nossas vidas quotidianas, desde a procura de lazer à forma de gerir um negócio. Para as empresas de *media* "tradicionais" – como a indústria de música – a Internet representa tanto uma grande oportunidade como uma séria ameaça.

Embora a indústria da música se concentre cada vez mais nas mãos de alguns conglomerados internacionais, alguns observadores acreditam que é o elo mais vulnerável na "indústria de cultura", na medida em que a Internet permite que a música seja extraída digitalmente (o *download*), em lugar de se adquirir na forma de CDs ou cassetes em lojas de música. A indústria global de música integra correntemente uma complexa rede de fábricas, cadeias de distribuição, lojas de música e equipas de vendas. Se a Internet torna desnecessários todos estes elementos, permitindo o *download* e a comercialização directa da música, o que sobrará para a indústria da música? E o que impedirá empresas concorrentes baseadas na Internet de entrar no mercado e de capitalizar a procura crescente de géneros musicais de um determinado "nicho" e o trabalho de artistas locais? Para uma

sociedades desenvolvidas e os países subdesenvolvidos. Nesta secção, iremos explorar as dimensões da globalização dos meios de comunicação, antes de considerar os argumentos de alguns comentadores de que a nova ordem global dos *media* seria melhor descrita como "imperialismo dos *media*".

Música

Como observaram David Held e os seus colegas na sua investigação sobre a globalização dos *media* e da comunicação, "a forma musical é aquela que se presta mais efectivamente à globalização" (Held *et al.*, 1999, p. 351), porque a música é capaz de transcender as limitações da linguagem escrita e oral no acesso e apelo a uma vasta audiência. Dominada por um pequeno número de empresas multinacionais, a indústria global de música tem assentado a sua construção na sua capacidade para encontrar, produzir, comercializar e distribuir os talentos musicais de milhares de artistas a audiências de todo o mundo. O crescimento da tecnologia – desde os sistemas *stereo* pessoais, ao Compact Disc, passando pela televisão de música (como a MTV) – tem proporcionado formas mais actuais e sofisticadas de distribuição global da música. Em décadas recentes, desenvolveu-se um "complexo institucional" de empresas como parte da comercialização e distribuição de música a nível global.

A indústria global de música gravada é uma das mais concentradas. As cinco maiores empresas – Universal (que absorveu a Polygram em 1998), Time Warner, Sony, EMI e Bertelsmann – controlam entre 80 a 90 por cento de todas as vendas de música a nível internacional (Herman e McChesney 1997). Até Janeiro 2000, quando anunciou uma fusão com a Time Warner, a EMI foi a única empresa entre as cinco indicadas que não fazia parte de um conglomerado de *media* maior. A indústria de música global sofreu um crescimento substancial em meados dos anos 90, com um aumento de 38 por cento nas vendas entre 1992 e 1995. As vendas em países em vias de desenvolvimento foram particularmente fortes, instigando muitas empresas de topo a contratar mais artistas locais, procurando antecipar um crescimento do mercado.

O desenvolvimento da indústria global de música tem-se devido basicamente ao sucesso da música pop – com origem principalmente na América e Grã-Bretanha – e à expansão das culturas juvenis e subculturas que com ela se identificam (Held *et al.*, 1999). A globalização da música tem, então, sido uma das forças principais na difusão dos estilos e géneros musicais americano e britânico a audiências internacionais. Os E.U.A. e o Reino Unido são líderes mundiais na exportação de música popular, tendo outros países níveis muito mais baixos de produção musical

indústria que cresceu astronomicamente devido à procura global de música popular comercial, as tendências são agourentas: de 1988 a 1998, a percentagem de mercado dominado pelos dois maiores géneros musicais – rock e pop – caiu de 62 por cento para 45 por cento (*The Economist*, 29 de Janeiro de 2000). Novos sons – como o hip-hop, trip-hop, lounge e o acid jazz – estão a minar o mercado da música comercial mais corrente.

A indústria da música enfrenta já os efeitos da digitalização. A Federação Internacional da Indústria Fonográfica estima que existam normalmente mais de 100 milhões de faixas musicais ilegalmente colocadas na Internet, disponíveis para o *download* (*The Economist*, 29 Janeiro de 2000). A pirataria *online* é já um dos maiores desafios que a indústria global da música tem de enfrentar. Apesar de estarem a ser feitos esforços no sentido de estabelecer controlos rígidos na replicação de música legalmente adquirida, o ritmo da mudança tecnológica eclipsa a capacidade da indústria para travar a pirataria.

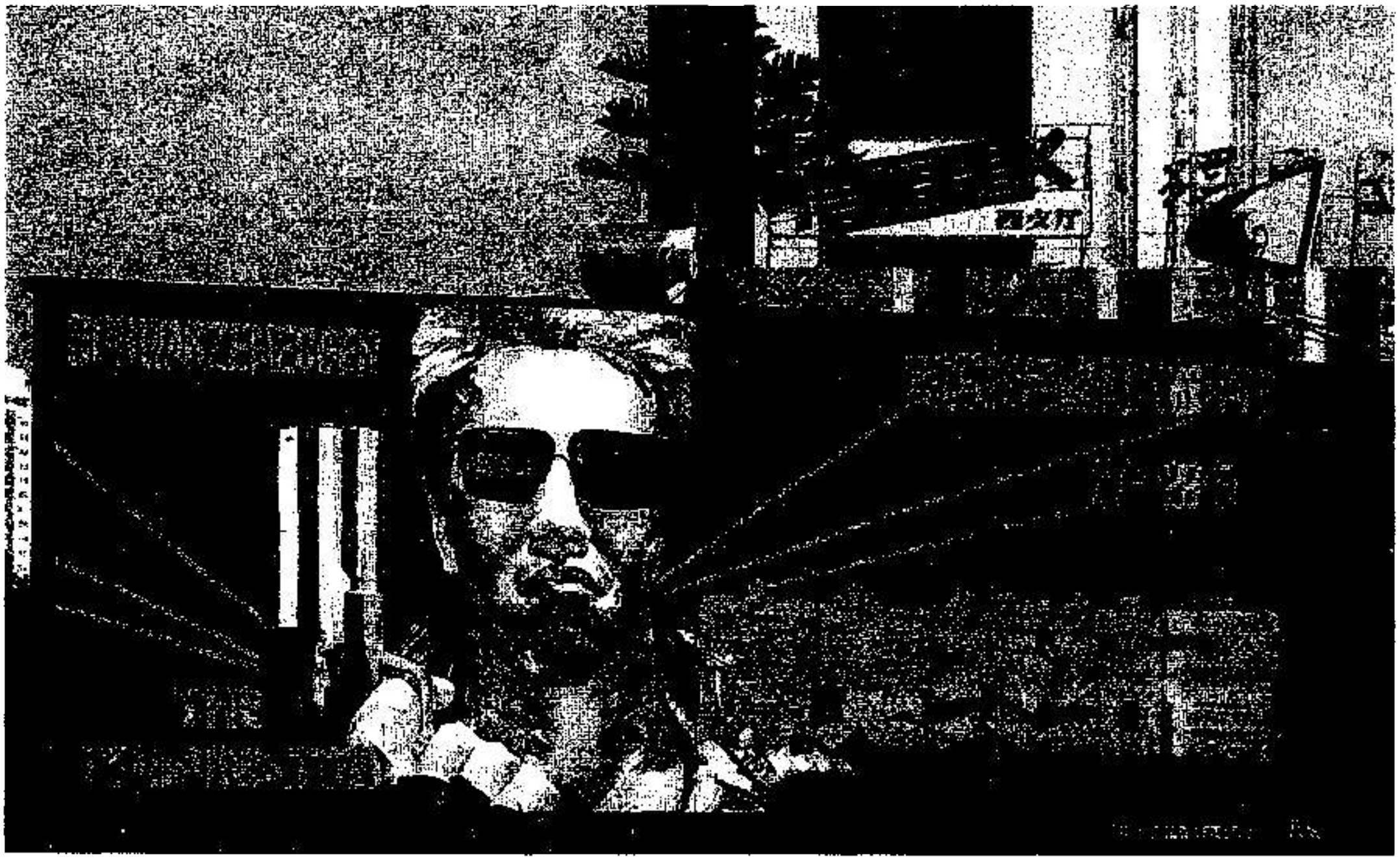
O caso do Napster foi alvo de grande atenção em 2000. O Napster é um *software* que permite às pessoas trocar ficheiros pela Internet – incluindo cópias ilegais de música. A indústria discográfica desencadeou diversos processos judiciais contra a pequena empresa por detrás do Napster. Mas o génio já estava fora da garrafa.

nacional. Enquanto alguns críticos argumentam que a dominação da indústria musical por estes dois países mina o sucesso dos sons e tradições da música local, é importante lembrar que a globalização é uma estrada com duas vias. A popularidade crescente da "música mundial" (world music) – como o sucesso dos sons inspirados na música latina nos Estados Unidos – mostra como a globalização conduz à difusão cultural em todas as direcções.

Cinema

Existem formas diferentes de avaliar a globalização do cinema. Uma forma consiste em considerar o local de produção dos filmes e as suas fontes de financiamento. Se adoptarmos este critério, é então inquestionável que tem havido um processo de globalização na indústria cinematográfica. De acordo com estudos da UNESCO, muitas nações possuem capacidade para produzir filmes. Nos anos 80, cerca de 25 países produziam anualmente cinquenta ou mais filmes, enquanto um pequeno conjunto de países – os Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul, Hong Kong e Índia – liderava a produção, com mais de 150 filmes por ano (Held *et al*. 1999).

Outra forma de avaliar a globalização do cinema consiste em considerar o peso da exportação na produção cinematográfica nacional. Nos anos 20, quando os filmes, pela primeira vez, viram a luz do dia, Hollywood produzia quatro quintos de todos os filmes exibidos nos écrans mundiais, e os Estados Unidos continuam a ter uma influência preponderante no panorama da indústria cinematográfica (a seguir aos Estados Unidos, os maiores exportadores de filmes são a Índia, a França e a Itália). Os governos de muitos países atribuem subsídios para apoiar as cinematografias nacionais, mas nenhum país compete com os Estados Unidos no que respeita à exportação de filmes. Na Grã-Bretanha, por exemplo, os filmes americanos representam 40 por cento do total dos filmes exibidos nos cinemas anualmente. A maior parte dos países que também têm uma indústria de exportação de filmes, como a Itália, o Japão e a Alemanha, também importam uma grande quantidade de filmes americanos. Na América do Sul, a proporção é, muitas vezes, superior a 50 por cento e o mesmo acontece em muitas partes da Ásia, África e Médio Oriente. Por toda a União Europeia, a proporção de receitas de bilheteiras ligadas a filmes americanos aumentou de 60 por cento, em 1984, para quase 72 por cento, em 1991, sendo que em 1996 a quota de receitas caiu de novo para 63 por cento (Held *et al* 1999). Os Estados Unidos são também os maiores exportadores de filmes para nações outrora clientes principais da indústria cinematográfica soviética.



Nem a China está a salvo de 'O Extreminador' e do alcance globalizador do cinema de Hollywood.

Em 1993, os estúdios de Hollywood geravam mais de 50 por cento dos seus lucros na distribuição de filmes fora do país. Estes números rondam os 60 e 70 por cento em 2001. Esta tendência tem tido vários efeitos específicos. Muitos estúdios de Hollywood estão envolvidos na construção de cinemas *multiplex* no exterior para aumentar a dimensão das audiências estrangeiras. Por outro lado, a expansão de leitores de vídeo em muitos dos novos mercados tem aumentado a procura de filmes em vídeo, o que permitiu arrecadar 8.8 biliões de dólares – mais de metade do rendimento dos estúdios – em 1995 (Herman e McChesney 1997).

As «grandes empresas» de media

Em Janeiro de 2000, duas das mais influentes empresas de *media* do mundo juntaram-se na maior fusão de empresas a que o mundo até então tinha assistido. Num negócio no valor de 337 biliões de dólares, a maior empresa de *media* do mundo, Time Warner, e o maior fornecedor de serviços de Internet do mundo, America Online (AOL), anunciaram a sua intenção de criar "a primeira empresa mundial integrada de *media* e comunicações para o Século da Internet". A fusão reúne o enorme "conteúdo" *media* pertencente à Time Warner – incluindo jornais e revistas, estúdios de cinema e estações de TV – com as poderosas capacidades de distribuição na Internet da AOL, cuja subscrição de base excedia, no momento da fusão, 25 milhões de pessoas em quinze países.

Esta fusão gerou uma enorme expectativa nos mercados financeiros, já que se tinha criado a quarta maior empresa do mundo. Mas, para além da sua dimensão, o negócio suscitou grande atenção pelo facto de constituir a primeira grande união entre "velhos" e "novos" *media*. A origem da *Time Warner* remonta a 1923, quando Henry Luce fundou a revista *Time*, uma publicação semanal que sistematizava e interpretava o enorme volume de informação contido em jornais diários. O sucesso estrondoso da *Time* foi

em breve seguido pela criação da revista de negócios *Fortune*, em 1930, e da revista fotográfica *Life*, em 1936. No decurso do século XX, a empresa de comunicação social *Time Inc.* detinha estações de rádio e TV, a indústria de música, o vasto império *Warner Brothers* de cinema e desenhos animados, bem como o primeiro canal mundial de notícias a funcionar 24 horas, a CNN. No momento da fusão, o volume de negócios anual da Time Warner era de 26 biliões de dólares; as suas revistas eram lidas por 120 milhões de leitores todos os meses, possuindo a empresa os direitos de um arquivo de 5700 filmes, bem como dos mais populares programas de televisão.

Se a história da Time Warner era um retrato fiel do desenvolvimento global das comunicações no século XXI, a ascensão da América Online é sobretudo o retrato dos "novos *media*" da era da informação. Fundada em 1982, a AOL oferecia inicialmente acesso via telefone à Internet, cobrando uma taxa horária. Por volta de 1994, tinha 1 milhão de utilizadores inscritos. Em 1996, com a introdução da utilização ilimitada da Internet através do pagamento de uma mensalidade regular, a adesão de novos utilizadores disparou para 4.5 milhões. À medida que o número de utilizadores continuou a crescer – em 1997, 8 milhões de pessoas utilizavam a AOL – a empresa entrou numa série de fusões, aquisições e alianças que consolidaram a sua posição como proeminente fornecedor de serviços da Internet (ISP). A *CompuServe* e a *Netscape* foram ambas adquiridas pela AOL. Uma parceria com a empresa alemã Bertelsmann em 1995 levou à criação da AOL Europa, e uma aliança com a Sun Microsystems permitiu à AOL entrar no domínio do comércio electrónico.

As implicações da fusão da AOL Time Warner tardam ainda a evidenciar-se, porém já existem divergências entre, por um lado, aqueles que vêem o negócio como libertador de novas e excitantes potencialidades tecnológicas e, por outro, aqueles que receiam a dominação dos *media* por grandes empresas. Os entusiastas vêem a fusão como um passo importante para a criação de "grandes empresas" de *media* que, através da Internet, fornecem directamente às pessoas todos os novos espectáculos, os programas de TV, os filmes e a música que quiserem, quando quiserem. À medida que a tecnologia vai progredindo, as ligações telefónicas à Internet são substituídas por ligações de alta velocidade por cabo, a funcionar vinte e quatro horas, e por aparelhos com ligação à Internet que cabem na palma de mão. Como afirmava Steve Case no anúncio da fusão, " Este é um momento histórico, no qual os novos media alcançaram realmente a maioridade. Nós sempre dissemos que a missão da América Online é fazer com que a Internet seja tão central nas nossas vidas como o telefone e a televisão, e ainda mais valiosa" (*Guardian* 16 Jan. 2000).

No entanto, nem todos concordam que a formação de "grandes empresas" de *media* seja um ideal a que se deva aspirar. Onde os entusiastas vislumbram uma visão, os críticos pressentem um pesadelo. À medida que os *media* se tornam cada vez mais concentrados, centralizados e de alcance global, há razão para nos preocuparmos com a possibilidade de o papel importante dos *media* enquanto fórum de livre expressão e debate vir a ser limitado. Uma única empresa que controla tanto o conteúdo – programas de TV, música, filmes, fontes noticiosas – como os meios de distribuição ocupa uma posição de grande poder. Pode promover o seu próprio material (os cantores e celebridades que tornou famosos), exercer a autocensura (omitindo notícias que poderiam ser negativas para as suas *holdings* ou apoiantes corporativos) e pode intercambiar produtos no âmbito do seu próprio império à custa dos que estão fora.

A visão da Internet nas mãos de vários conglomerados contrasta gritantemente com a ideia de um domínio electrónico livre e sem restrições defendida pelos pioneiros da Internet há poucos anos. Nos primeiros anos, a Internet foi vista por muitos como um domínio individualista, onde os utilizadores podiam vaguear livremente, procurando e partilhando informação, fazendo ligações e interagindo fora do domínio do poder empresarial. Contudo, este é um aspecto ameaçado pela presença de empresas gigantes de *media* e anunciantes. Os críticos preocupam-se com o facto de a expansão do poder das empresas na Internet significar a futura extinção de tudo, à excepção da "mensagem empresarial". Tal poderá implicar que a Internet se transforme em domínio das empresas só acessível a subscritores.

É difícil avaliar essas opiniões divergentes; há com certeza algo de verdade em ambas as perspectivas. As fusões dos *media* e o avanço tecnológico irão certamente expandir a forma como as comunicações e o entretenimento são organizados e distribuídos. Tal como os primeiros pioneiros de *media* no filme e

na música foram influenciados pela expansão das redes de TV e da indústria de música, também a era da Internet provocará mudanças dramáticas nos *mass media*; nos próximos anos, os indivíduos terão muito mais capacidade de escolha no que toca ao tipo de produtos que consomem e no que respeita ao momento em que o fazem. Mas as preocupações quanto à dominação empresarial não são deslocadas. Já há relatos de conglomerados dos *media* que evitam já a cobertura de notícias desfavoráveis relacionadas com os seus parceiros. Os argumentos para manter a Internet livre e aberta assentam em convicções importantes sobre o valor de um espaço público sem restrições, onde as ideias podem ser partilhadas e debatidas.

É importante recordar que há poucos factos inevitáveis no mundo social. As tentativas de controlar totalmente as fontes de informação e os canais de distribuição raramente têm sucesso, quer devido à legislação destinada a prevenir monopólios, quer devido às respostas persistentes e criativas dos utilizadores dos *media* que procuram rotas de informação alternativas. Os consumidores de *media* não são "tontos" que podem ser manipulados sem esforço por interesses empresariais. À medida que o âmbito e o volume das formas de comunicação e os conteúdos se expandem, os indivíduos tornam-se mais, e não menos, qualificados na interpretação e avaliação das mensagens e do material que encontram.

O imperialismo dos meios de comunicação

A posição privilegiada dos países desenvolvidos industrialmente, sobretudo no que se refere aos Estados Unidos, na produção e difusão dos meios de comunicação social, levou muitos observadores a falar de um **imperialismo dos media**. Fala-se do estabelecimento de um império cultural. Considera-se que a situação dos países menos desenvolvidos é particularmente sensível devido à falta de recursos para manter a sua própria independência cultural.

Os quartéis-generais dos vinte maiores conglomerados de *media* do mundo são todos localizados em nações industrializadas; a maioria deles encontra-se nos Estados Unidos. Os impérios da comunicação como a AOL – TimeWarner, a Disney/ABC e a Viacom estão sediados nos Estados Unidos. Existem outras empresas de comunicação – para além do império de Murdoch a seguir descrito – em que se incluem a japonesa Sony, a quem pertence a CBS Records e a Columbia Pictures; o grupo alemão Bertelsmann, dono da RCA Records e de um grande conjunto de editoras baseadas nos Estados Unidos; e a Mondadore, a empresa de televisão propriedade de Sílvio Berlusconi, o primeiro ministro italiano.

Os produtos ocidentais foram, sem dúvida, amplamente difundidos por todo o globo através dos meios de comunicação electrónicos. Pico Iyer fala nas «noites de vídeo de Katmandu», na frequência de discotecas no Bali (Iyer, 1989). Vídeos americanos podem ser encontrados, facilmente, na República Islâmica do Irão, bem como as gravações áudio de música ligeira ocidental, que podem ser adquiridas no mercado negro (Sreberny-Mohammadi, 1992). Em 1999, foram anunciados planos para a construção de um parque temático da Disney em Hong-Kong – o parque será uma réplica em larga escala das atracções americanas, em vez de reflectir a cultura local. Como indicou o presidente dos parques temáticos da Disney, isto pode ser só o início: " Se existe só um parque temático da Disney num país com 1.3 biliões de pessoas, tal não constitui uma comparação muito boa com os cinco parques temáticos nos Estados Unidos que só possuem uma população de 280 milhões" (citado em Gittings 1999).

O poder de atracção global dos filmes de Hollywood é abordado na secção 'Cultura Popular' (pág. 64)

No entanto, a questão não se prende, apenas, com as formas de entretenimento mais populares. Tem sido sugerido que o controlo mundial das notícias pelas principais agências ocidentais implica o predomínio de uma "perspectiva do Primeiro Mundo" na informação transmitida. Assim, tem-se afirmado que a atenção dada ao mundo em vias de desenvolvimento se traduz em informações noticiosas principalmente em tempo de desastres, de crises ou de confrontação militar, e que outro tipo de informações diárias a que se assiste no mundo industrializado não são adoptadas nas coberturas dedicadas ao mundo em desenvolvimento.

Herbert Schiller afirmou que o controlo das comu-

A cobertura televisiva do mundo em vias de desenvolvimento

Um relatório encomendado por fundações britânicas dedicadas à ajuda internacional, ao desenvolvimento e ambiente revelou que a qualidade e quantidade da cobertura televisiva do mundo em vias de desenvolvimento tem decrescido dramaticamente durante a última década: o número total de horas de programação informativa sobre os países em vias de desenvolvimento desceu para 50 por cento. Alguns canais dedicam-se sobretudo a programas sobre a vida selvagem e viagens, enquanto outros têm simplesmente reduzido os horários de programação – a ITV desceu a sua cobertura em mais de 70 por cento. O relatório "*Losing Perspective*" revelou que grande parte da programação sobre assuntos sérios – como os direitos humanos, a pobreza e o ambiente – é discutida a altas horas da noite ou de manhã cedo em momentos do dia com audiências tipicamente reduzidas. Com mais de 60 por cento de programas sobre o mundo em desenvolvimento que focam a vida selvagem e as viagens, argumentam os críticos ser virtualmente impossível que cidadãos ocidentais entendam as vidas de 80% da população mundial que não vive no "Primeiro Mundo" (Stone, 2000).

nicações globais por parte de empresas americanas tem de ser observado em relação com vários factores. Schiller sustenta que as cadeias americanas de TV e rádio têm vindo gradualmente a cair sob a influência do governo federal e, em particular, do Departamento da Defesa. Mostra como a RCA, que também é proprietária das cadeias de televisão e rádio da NCB, é, também, um dos principais subcontratantes do Pentágono, o quartel-general das Forças Armadas e da defesa dos Estados Unidos. As exportações televisivas americanas, juntamente com a publicidade, fazem a propaganda de uma cultura comercial que corrói formas locais de expressão cultural. Mesmo nos países onde os governos proíbem transmissões comerciais dentro das suas fronteiras, em muitos casos, é possível captar frequentemente as rádios e as televisões de países vizinhos.

Schiller afirma que, embora os americanos tenham sido os primeiros a ser afectados pelo «casulo da mensagem produzida pelas empresas..., o que está agora a acontecer é a criação de um novo ambiente informativo e cultural totalmente dominado pelas grandes empresas» (Schiller, 1989, páginas 168, 128). Dado as empresas e a cultura americana serem, globalmente, dominantes, elas têm «esmagado uma boa parte do mundo», de tal modo que «o domínio cultural americano... estabelece as fronteiras do discurso nacional" (Schiller, 1991, p. 22).

Os media globais e a democracia

No seu trabalho sobre os *media* globais, Edward Herman e Robert McChesney (1997) exploram os efeitos dos meios de comunicação internacionais no funcionamento dos Estados democráticos. Por um lado, a expansão de fontes de comunicação globais pode pressionar com sucesso os governos autoritários a reduzirem o seu controlo sobre as emissões controladas pelo Estado. Enquanto se torna progressivamente difícil conter produtos de media no âmbito de fronteiras nacionais, muitas sociedades "fechadas" estão a descobrir que os meios de comunicação podem ser uma poderosa força de apoio à democracia (ver caixa). Mesmo num sistema político multipartidário como o da Índia, verifica-se que a comercialização da televisão permitiu mais proeminência às opiniões de políticos da oposição (ver caixa – A televisão e a globalização: o caso da Índia). Os meios de comunicação globais têm permitido a disseminação em larga escala de pontos de vista como o individualismo, o respeito pelos direitos humanos e a promoção dos direitos das minorias.

Porém, Herman e McChesney também sublinharam os perigos da ordem global dos media e a ameaça que tal representa para o funcionamento saudável da democracia. À medida que os meios de comunicação globais se tornam cada vez mais concentrados e comerciais, afectam o funcionamento da importante

A Televisão na China: o "centro da tempestade cultural"

Mais de uma década após os acontecimentos dramáticos de 1989, a queda do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria entre o Este e o Oeste, a televisão tornou-se o palco central das lutas em torno da democratização na República Popular da China. A natureza contraditória da globalização é ilustrada claramente na China, país que sofre uma rápida transformação cultural e económica debaixo do olho vigilante do Partido Comunista Chinês.

Como parte da sua agenda de modernização lançada há mais de duas décadas, o governo chinês supervisionou a expansão de um sistema nacional de televisão e encorajou os seus cidadãos a comprar televisões. O governo viu as transmissões televisivas como um meio de unir o país e promover a autoridade do partido. Todavia, a televisão pode ser um meio volátil. Não só não é possível, numa era de canais por satélite, controlar as transmissões televisivas de uma forma rígida, como as audiências chinesas mostraram vontade de interpretar o conteúdo televisivo de modo contraditório com as intenções governamentais (Lull, 1997).

Com base em entrevistas efectuadas a 100 famílias chinesas, James Lull concluiu que as audiências chinesas, tal como outras populações sob regimes comunistas, eram "hábeis a interpretar, lendo entre as linhas de forma a captar as mensagens menos óbvias". Nas suas entrevistas, Lull notou que os seus

esfera pública no modo descrito por Habermas (ver p. 465 em cima). Alega-se que os *media* comercializados dependem do poder das receitas de publicidade, sendo assim compelidos a favorecer conteúdos que garantam o aumento das audiências e das vendas. Como resultado, o entretenimento triunfará necessariamente sobre a controvérsia e o debate. Esta forma de *autocensura* pelos *media* enfraquece a participação dos cidadãos nos assuntos políticos e mina a compreensão das pessoas dos assuntos públicos. De acordo com Herman e McChesney, os media globais são pouco mais do que os "novos missionários do capitalismo global": o espaço de comunicação não comercial está firmemente a ser tomado por aqueles que estão ansiosos por lhe dar o "melhor uso económico" (Herman, 1998). Aos seus olhos, a "cultura de entretenimento" promovida pelas instituições mediáticas está seguramente a atrofiar a esfera pública e a minar a democracia.

Resistência e alternativas aos media globais

Embora o poder e o alcance dos meios de comunicação globais sejam inegáveis, há forças em todos os países que podem servir para desacelerar a investida dos *media* e que modelam a natureza destes produtos de modo a que estes reflictam as tradições locais, culturas e prioridades. A religião, a tradição e pontos de vista populares constituem fortes entraves à globalização dos *media*, ao mesmo tempo que regulamentos locais e instituições de comunicação nacionais também podem desempenhar um papel na limitação do impacto dos *media* globais.

Ali Mohammadi investigou a resposta de países islâmicos às forças de globalização dos *media* (1998). A ascensão de impérios internacionais de electrónica que operam através de fronteiras estatais é percebida como uma ameaça à identidade cultural e aos interesses nacionais de muitos estados islâmicos. De acordo com Mohammadi, a resistência contra a incursão de formas de *media* externas vai desde a crítica silenciosa à recusa de qualquer tipo de satélites ocidentais. A reacção à globalização dos *media* e a acção tomada por países individuais em grande parte reflecte o tom das suas respostas em relação ao legado do colonialismo ocidental e à invasão da modernidade. Ao analisar as respostas islâmicas à globalização dos *media*, Mohammadi divide os estados em três grandes categorias: modernizado, misto e tradicional.

Até meados dos anos 80, a maioria da programação televisiva no mundo islâmico foi produzida e distribuída no âmbito das fronteiras nacionais ou através

entrevistados não só descreviam o que viam, mas *como* o viam: "Os telespectadores tornam-se peritos a imaginar a verdadeira situação, porque sabem que o governo altera e exagera os seus relatórios. O que é apresentado, o que é deixado de fora, os assuntos prioritários, como são ditas as coisas: todos estes meios são observados e interpretados com sensibilidade (1997, pp. 266-7).

Lull concluiu que muitas das mensagens passadas às audiências chinesas na TV – principalmente em filmes importados e anúncios – são contraditórios com o modo de vida e as oportunidades disponíveis na sua própria sociedade. Ao observar os conteúdos televisivos que colocam a ênfase na individualidade e na sociedade de consumo, muitos telespectadores chineses sentem que as suas próprias opções na vida real estão sob constrangimento. A televisão comunicava às audiências chinesas que outros sistemas sociais pareciam funcionar mais suavemente e oferecerem maior liberdade que o seu.

Lull chegou à conclusão de que a televisão trouxe à luz do dia a contradição fundamental entre a voz monolítica do dominante Partido Comunista e "realidades alternativas" que podem ser vistas na TV. Para o autor, a televisão está no "centro de uma tempestade cultural" sobre o futuro da China. A televisão tem-se tornado um meio agitador, confirmando e incentivando o descontentamento popular sobre a falta de liberdades pessoais, a economia instável e a burocracia entrincheirada.

do Arabsat – a rede de radiodifusão por satélite panárabe abrange vinte e um estados. A liberalização da radiodifusão e o poder da TV global por satélite transformaram os contornos da televisão no mundo islâmico. Os acontecimentos da Guerra do Golfo em 1991 tornaram o Médio Oriente um centro das atenções para a indústria global dos *media*, afectando significativamente as transmissões televisivas, bem como o consumo na região. Os satélites espalharam-se rapidamente, com o Bahrein, o Egipto, a Arábia Saudita, o Kuwait, o Dubai, a Tunísia e a Jordânia a lançarem todos canais por satélite em 1993. No final da década, eram muitos os estados islâmicos que tinham estabelecido os seus próprios canais por satélite e o acesso a programas de *media* globais.

Em alguns estados islâmicos, no entanto, os temas e material com que se lida na televisão ocidental têm criado tensão. Os programas relacionados com direitos humanos e com questões de género são particularmente controversos. A Arábia Saudita, por exemplo, já não apoia a BBC Arabic, devido a preocupações relacionadas com a sua cobertura de temas relativos aos direitos humanos. Três estados islâmicos – Irão, Arábia Saudita e Malásia – cortaram o acesso por satélite à televisão ocidental. O Irão tem sido o oponente mais sistemático aos *media* ocidentais, rotulando-os como fonte de "poluição cultural" e de promoção de valores do consumidor ocidental.

No entanto, estas respostas cerradas estão em minoria. Mohammadi conclui que, embora os países islâmicos tenham respondido à globalização dos *media* tentando resistir ou providenciar uma alternativa, muitos consideraram necessário aceitar certas modificações na sua cultura de forma a manter a sua própria identidade cultural. Aos seus olhos, a "abordagem tradicionalista", seguida, por exemplo, pelo Irão e pela Arábia Saudita, está a perder terreno para respostas baseadas na adaptação e na modernização (Mohammadi 1998).

A questão da regulamentação dos media

Muitos estão preocupados com o aumento da influência dos empresários dos meios de comunicação social e das grandes empresas, na medida em que estas companhias constituem um negócio que não só vende mercadorias, como também influencia opiniões. Os proprietários dessas empresas, como Murdoch, não escondem as suas inclinações políticas, o que, forçosamente, se torna um motivo de preocupação para os partidos políticos e para outros grupos com diferentes posições políticas.

Os empresários dos media: Rupert Murdoch

Rupert Murdoch é um empresário, nascido na Austrália, dono de um dos maiores impérios dos meios de comunicação social. As *holdings* da *News Corporation* incluem nove meios de comunicação a operar em seis continentes. Em 1996, a companhia teve lucros na ordem dos 10 biliões de dólares americanos. Murdoch criou a *News Corporation* na Austrália antes de se voltar para os mercados americano e britânico nos anos 60. Começou por adquirir o *News of the World* e o *Sun* na Grã-Bretanha em 1969 e o *New York Post* em meados dos anos 70, estabelecendo as bases para a enorme expansão de aquisições posteriores. Actualmente os bens da *News Corporation* incluem mais de 130 jornais em San Antonio, Boston, Chicago e outras cidades. Murdoch transformou muitos desses jornais em jornais sensacionalistas, que se apoiam em três temas: sexo, crime e desporto. O *Sun* tornou-se um grande sucesso, com uma circulação de mais de 4 milhões por dia.

Nos anos 80, Murdoch começou, também, a expandir-se na televisão, criando a Sky TV, um canal por satélite e por cabo que, após alguns reveses iniciais, provou ser um êxito comercial. Também detém 64 por cento da cadeia Star TV, sediada em Hong Kong. A sua estratégia declarada é «controlar os céus» na transmissão por via satélite, cobrindo uma área que se estende do Japão à Turquia, compreendendo os mercados gigantes da Índia e da China. Transmite cinco canais, um dos quais é o BBC *World News* (as notícias do mundo da BBC).

Em 1985, Murdoch comprou metade da companhia cinematográfica *Twentieth-Century Fox*, a quem pertencem os direitos de mais de 2000 filmes. A sua *Fox Broadcasting Company* surgiu em 1987, tornando-se a quarta maior cadeia televisiva nos Estados Unidos depois da ABC, CBS e NBC. Actualmente, Murdoch é dono de vinte e duas estações de televisão nos E.U.A., que cobrem mais de 40 por cento dos lares com TV nos Estados Unidos. Também controla vinte e cinco revistas, incluindo a popular *TV Guide*. Em 1987, Murdoch adquiriu as editoras Harper and Row dos Estados Unidos – denominadas agora HarperCollins.

Recentemente, Murdoch investiu fortemente na lucrativa indústria de televisão digital por satélite, em especial na cobertura de eventos desportivos ao vivo como o basquetebol ou o futebol. De acordo com Murdoch, a cobertura desportiva é o "ariete" para entrar em novos mercados dos *media* (Herman e McChesney 1997). Em virtude de os eventos desportivos se verem melhor ao vivo, são adequados ao

Há um certo fundo de verdade na afirmação de Murdoch de que só os governos criam monopólios. Murdoch não é um monopolista e teve de correr grandes riscos financeiros – e perdas – para obter a posição que hoje tem. Tem de enfrentar não apenas a competição de outros gigantes dos meios de comunicação social, como os que são liderados por Eisner, mas também a de muitos outros competidores. No entanto, a ideia de que a competição no mercado impede que as grandes companhias dominem as indústrias é, no mínimo, questionável.

Por reconhecerem esta situação, todos os países tomaram providências para controlar o poderio dos empresários dos meios de comunicação social. Mas quais os limites a aplicar? E, dado o carácter global destas empresas, poderão os governos dos vários países, realmente, fazer esse controlo?

A questão da regulamentação dos meios de comunicação é mais complexa do que pode parecer à primeira vista. Parece óbvio que é do interesse público a existência de diversas organizações ligadas aos meios de comunicação social, porque esta será, provavelmente, a forma de assegurar que muitos partidos e facções políticas sejam ouvidas. No entanto, colocar limites aos que detêm o controlo dessas empresas e às formas de tecnologia que utilizam, pode afectar a prosperidade económica do sector. Um país que se assume como demasiado limitador pode-

formato "pay-per-view", lucrativo para Murdoch e para os anunciantes. Existe uma forte concorrência pela obtenção dos direitos de transmissão de desafios importantes entre a *News Corporation* e outros impérios dos *media*, já que a procura global relativa ao desporto eclipsa outro tipo de eventos.

Os governos podem causar embaraços a Murdoch, porque, pelo menos dentro das suas fronteiras, podem legislar no sentido de limitar o controlo cruzado dos *media* – isto é, uma situação em que uma mesma firma é detentora de vários jornais e estações de televisão. A União Europeia também tem exprimido a sua preocupação em relação à posição dominante de grandes empresas de *media*. Todavia, o poderio de Murdoch não é fácil de conter, dado estar disseminado de uma forma global. Tem peso suficiente para influenciar governos, mas isso deve-se à natureza do negócio das telecomunicações que está, simultaneamente, em toda a parte e em parte nenhuma. A base do poder de Murdoch não só é muito grande, como também difícil de controlar.

Num discurso em Outubro 1994, Murdoch referiu-se àqueles que vêem o seu império como uma ameaça à democracia e à liberdade de expressão. «Porque os capitalistas estão sempre a tentar apunhalar-se uns aos outros pelas costas", Murdoch afirma, «os mercados livres não conduzem a monopólios. Essencialmente, os monopólios podem apenas existir quando os governos os apoiam». «Nós, os das empresas noticiosas», continuou Murdoch a dizer, «somos iluminados». Ele descobriu que na Índia, para onde está apontada a Star TV, milhares de operadores privados tinham investido em antenas parabólicas e estavam a vender a programação da Star ilegalmente. Bem, o que devíamos fazer, afirma Murdoch, era aplaudir! E concluiu afirmando, «esperamos vir a manter uma sociedade duradoura com estes fantásticos empresários» (Murdoch, 1994).

Durante algum tempo, Murdoch foi o chefe da maior organização ligada aos meios de comunicação social que o mundo jamais conheceu. Contudo, em 1995, foi ultrapassado. Nesse ano deu-se a fusão da Companhia Disney com a ABC, a cadeia americana de televisão. O presidente da Disney Michael Eisner deixou claro que quer competir com Murdoch nos mercados de grande expansão da Ásia. A resposta de Murdoch à fusão foi: «Eles agora são duas vezes maiores do que eu». E acrescentou: "Um desafio maior". A recente fusão da AOL e *TimeWarner* apresentou outro desafio para Murdoch, mas parece claro que ele não se encolherá com o desafio. Os quadros superiores da Disney, TimeWarner e Viacom observaram todos que Murdoch é o executivo dos *media* que mais respeitam e temem – e cujos movimentos estudam atentamente (Herman e McChesney 1997).

rá ficar para trás. As indústrias ligadas aos meios de comunicação social são as que apresentam um crescimento mais rápido na economia dos nossos dias.

Os que criticam a concentração dos meios de comunicação dizem que as grandes companhias detêm excessivo poder. Os empresários, por outro lado, argumentam que, se se tiverem de sujeitar a uma regulamentação, não poderão tomar decisões comerciais eficazes e que irão perder no âmbito da competição global. Além disso, perguntam: Quem irá fazer essa regulamentação? E quem irá controlar os que regulamentam?

Um fio condutor para uma regulamentação dos *media* seria o reconhecimento de que o domínio do mercado por duas ou três grandes companhias dos meios de comunicação social ameaça, simultaneamente, não só uma sã competição do mercado, a nível económico, como o sistema democrático – pois os empresários dos *media* não são eleitos. A legislação que existe contra os monopólios pode ser aplicada aqui, embora varie muito por toda a Europa e em muitos países desenvolvidos.

Competitividade quer dizer pluralismo ou, pelo menos, deveria querer dizer – e, presumivelmente, o pluralismo é bom para a democracia. Mas o pluralismo será suficiente? Muitos apontam para os Estados Unidos ao defenderem que a pluralidade de canais de meios de comunicação não garante a qualidade e o

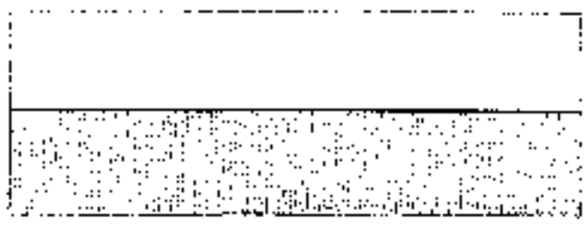
rigor dos conteúdos. Muitos vêem a manutenção de um sector público de transmissões forte como um elemento chave para impedir o domínio das grandes companhias de meios de comunicação social. Todavia, os sistemas de transmissão públicos, o que na Grã-Bretanha é sinónimo de BBC, criam novos problemas. Na maior parte dos países costumavam ser, eles próprios, monopólios e em muitos países eram efectivamente usados como meios de propaganda governamental. A questão relativa a saber-se quem irá regulamentar os regulamentadores aparece aqui com toda a força.

Uma questão que complica a problemática da regulamentação dos meios de comunicação social é a da velocidade muito rápida das alterações ao nível da tecnologia. Os meios de comunicação estão a ser transformados constantemente por inovações técnicas e por formas tecnológicas outrora distintas e hoje em convergência. Se os programas de televisão são vistos na Internet, por exemplo, qual o tipo de regulamentação dos *media* que se aplica? Entre os estados membros da União Europeia, a questão da *convergência* dos *media* e das telecomunicações está na ordem do dia. Ao mesmo tempo, alguns sentem ser necessário produzir legislação coordenada para harmonizar as telecomunicações, a radiodifusão e a tecnologia de informação por toda a Europa, o que tem sido difícil de criar. O papel da U.E. na regulamentação dos *media* continua fraco, e o documento da política actual "Televisão sem fronteiras" será rectificado de novo só em 2002.

Conclusão

Como indivíduos, não controlamos as alterações tecnológicas, e o ritmo acelerado dessas alterações ameaça engolir as nossas vidas. No entanto, a chegada da era de um mundo ligado por fios não nos conduziu, ainda, ao *Big Brother*; pelo contrário, tem promovido a descentralização e o individualismo. Apesar do enorme debate em torno do colapso potencial da infraestrutura global de computadores na viragem do milénio – o tão designado "bug do ano 2000" – o momento passou-se relativamente sem problemas.

Finalmente, não parece provável que os livros e outros meios de comunicação social «pré-electrónicos» desapareçam. Apesar de tudo, o livro é mais fácil de manusear do que uma qualquer versão computadorizada. Mesmo Bill Gates também achou necessário escrever um livro para descrever o novo mundo de alta tecnologia que está a antecipar.



1 Os meios de comunicação social de massa vieram a desempenhar um papel fundamental na sociedade moderna. Os meios de comunicação de massas são meios de comunicação – os jornais, as revistas, a televisão, a rádio, o cinema, os CDs, os vídeos e outras formas – que atingem audiências de massa, e a sua influência nas nossas vidas é profunda. Os *media* não proporcionam só entretenimento, mas fornecem e moldam muita da informação sobre a qual nós agimos na nossa vida quotidiana.

2 Os jornais encontravam-se entre os mais importantes meios de comunicação social. Continuam a ter uma importância significativa, mas outros meios mais recentes, em particular a televisão e a Internet, vieram suplementá-los.

3 Depois da Internet, a televisão é o desenvolvimento mais importante nos *media* nos últimos quarenta anos. Na maioria dos países, o Estado encontra-se directamente envolvido na administração da televisão pública. A transmissão via satélite ou por cabo está a alterar a natureza da televisão em vários aspectos fundamentais. A televisão pública está a perder quota de audiência perante a emergência de múltiplos canais, e os governos têm menos controlo sobre o conteúdo dos programas de televisão.

4 Têm sido desenvolvidas uma série de teorias sobre os *media* e sobre a cultura popular. Innis e McLuhan afirmam que a influência dos meios de comunicação social é maior em termos do modo como comunicam do que em termos do conteúdo que comunicam. Nas palavras de McLuhan: «o meio é a mensagem»; a televisão, por exemplo, influencia o comportamento e as atitudes, porque, por natureza, é muito diferente de outros meios de comunicação social, como os jornais ou os livros.

5 Outros importantes teóricos são Habermas, Baudrillard e Thompson. Habermas aponta para o papel dos meios de comunicação social na criação da «esfera pública» – a esfera da opinião pública e do debate público. Baudrillard foi fortemente influenciado por McLuhan. Ele acredita que os novos meios de comunicação social, e em especial a televisão, mudam, efectivamente, a «realidade» em que vivemos. Thompson diz que os meios de comunicação social de massas criaram uma nova forma de interacção social – «a quase-interacção mediada» – que é mais limitada, mais estreita e com um sentido único, em comparação com a interacção do dia-a-dia em sociedade.

6 Recentemente, os avanços nas novas tecnologias de comunicações têm vindo a transformar as telecomunicações – a comunicação de texto, sons ou imagens à distância através de um meio tecnológico. A digitalização, a fibra óptica e os sistemas por satélite funcionam em conjunto para facilitar o multimédia – a combinação de diversas formas de *media* num único meio – e o *media* interactivo, que permite aos indivíduos participar no que vêem ou ouvem. Os telemóveis estão na vanguarda das inovações nas telecomunicações.

7 A Internet está a permitir níveis sem precedentes de interconexão e interactividade. O número de utilizadores da Internet por todo o mundo tem crescido rapidamente e o número de actividades que podem ser realizadas online continua em expansão. A Internet está a oferecer novas possibilidades excitantes, mas alguns receiam que esta possa ameaçar os relacionamentos humanos e as comunidades encorajando o isolamento social e o anonimato.

8 A indústria dos *media* tornou-se global nas últimas três décadas. Podem discernir-se diversas tendências, a saber: a propriedade dos meios de comunicação social está progressivamente concentrada nas mãos de grandes conglomerados; a propriedade privada dos meios de comunicação social está a eclipsar a propriedade pública; as empresas de comunicação social ultrapassam as fronteiras nacionais e diversificam as suas actividades; e as fusões entre empresas de comunicação social têm-se tornado mais frequentes. A indústria global dos *media* – música, televisão, cinema, notícias – é dominada por um reduzido número de empresas multinacionais.

9 O sentimento que se tem, hoje em dia, de habitarmos um único mundo resulta em parte do alcance internacional dos meios de comunicação. Fala-se de uma ordem da informação mundial – um sistema internacional de produção, distribuição e consumo de matéria informativa. A posição privilegiada dos países desenvolvidos, no que respeita à ordem da informação mundial, leva a que muitos acreditem que os países do Terceiro Mundo estejam sujeitos a uma nova forma de imperialismo dos *media*. Muitos críticos receiam que a concentração do poder dos *media* nas mãos de algumas companhias ou indivíduos poderosos possa ameaçar o funcionamento da democracia.

PARA REFLEXÃO

1 Deveriam os governos procurar proteger as culturas nacionais, limitando a expansão da TV por cabo e por satélite?
2 Se a sua única fonte de informação fossem as telenovelas, de que forma a visão do seu país seria distorcida ou incompleta?
3 Os *mass media* ampliam ou reduzem a possibilidade de um debate público aberto?
4 Quem poderia ser o leitor na Internet?
5 A concentração de propriedade na indústria da música terá levado à redução da escolha do consumidor?
6 A globalização das comunicações irá melhorar a nossa compreensão de diferenças culturais, ou aniquilará tais diferenças?

ADICIONAIS

Chris Barker, *Television, Globalization and Cultural Identities*, Buckingham: Open University Press, 1999

Timoty E. Cook, *Governing with the News: The News Media as a Political Institution*, Chicago: The University of Chicago Press, 1998

Nick Lacey, *Narrative and Genre*, Houndmills: Macmillan Press, 2000

James Slevin, *The Internet and Society*, Cambridge: Polity, 2000

Daya Kishan Thussu, *Electronic Empires*, Londres: Arnold, 1998

À INTERNET

Foundation for Information Policy Researc (UK)
http://www.fipr.org

The Modernist Journals Project
www.modjourn.brown.edu

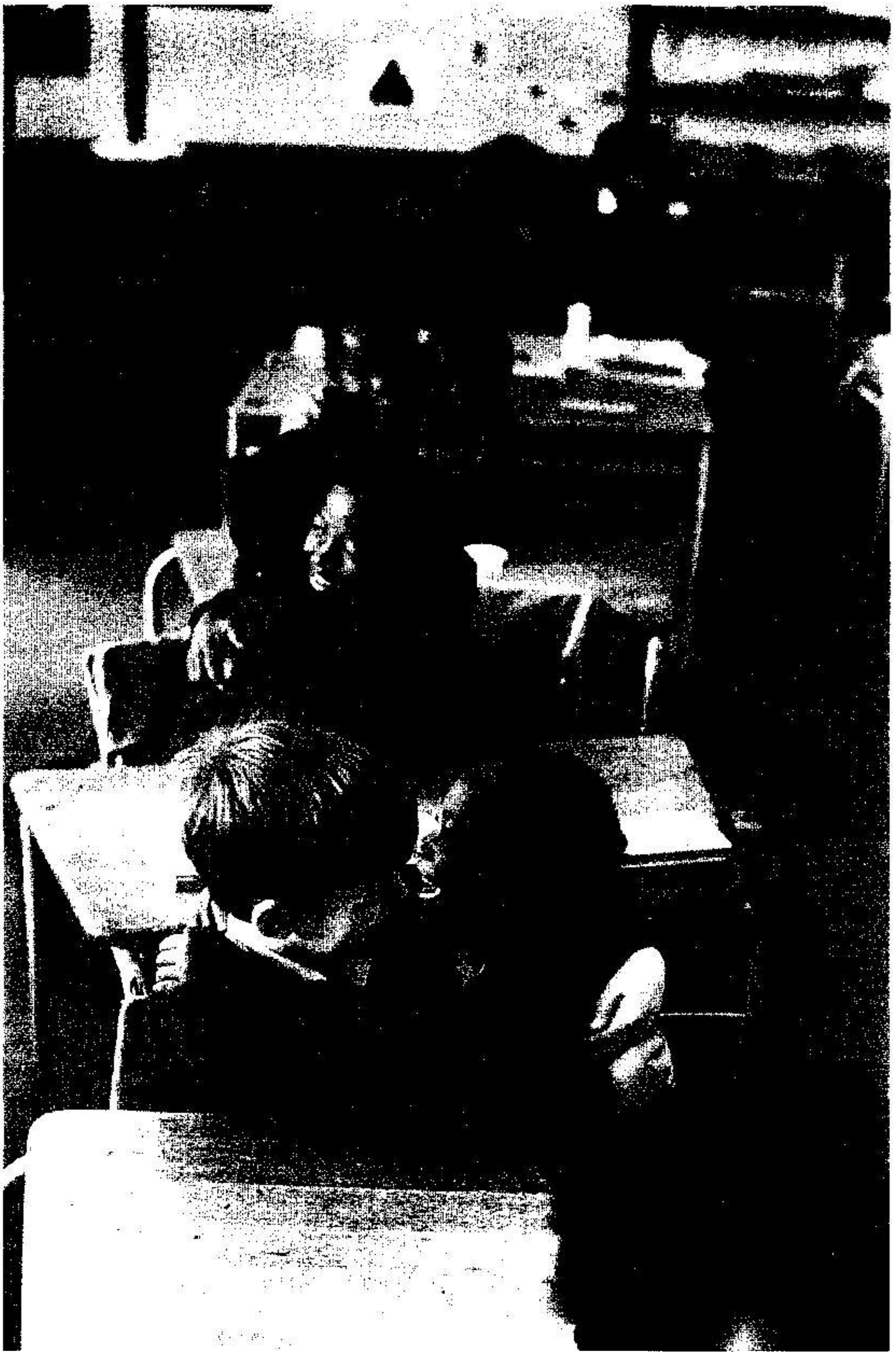
News Watch
http://www.newswatch.org

A OCDE e a economia da informação
www.oecd.org/dsti/sti/it

Universidade da California em Los Angeles: Cultural Studies West
http://www.qseis.ucla.edu/courses/ed253a/253WEBB.htm

16 Educação

As transformações no papel da educação 495
Educação e industrialização 495
Origens e desenvolvimento do sistema educativo britânico 496
A educação e a política 498
Comparações internacionais 501
A educação superior 502
O sistema na Grã-Bretanha 506
Universidades electrónicas 508
A educação e as novas tecnologias da comunicação 509
A tecnologia na sala de aula 509
A educação e o fosso tecnológico 510
A privatização da educação 511
Estados Unidos: os empresários da educação 511
Grã-Bretanha: a recuperação das escolas «sem sucesso» 513
Avaliação 514
Teorias da escolarização e desigualdade 514
Bernstein: códigos linguísticos 514
Illich: o currículo oculto 515
Bourdieu: educação e reprodução cultural 516
Willis: uma análise da reprodução cultural 517
O género e o sistema educativo 519
O género e o desempenho escolar 519
O género e a educação superior 522
Educação e etnicidade 523
Exclusão social e escolarização 523
O QI e o sucesso escolar 524
O que é a inteligência? 524
Inteligência emocional e interpessoal 526
Conclusão: a aprendizagem no decurso da vida 527
Sumário 528
Questões para reflexão 530
Leituras adicionais 530
Ligações à Internet 531



Capítulo 16: Educação

A maior parte dos leitores deste livro são provavelmente estudantes universitários, ou sê-lo-ão em breve. É provável que o seu estudo de sociologia envolva tanto o trabalho autónomo como o tempo passado na sala de aula. O leitor estuda eventualmente em conjunto com os seus colegas de turma, que vê uma ou mais vezes por semana, sendo a sua introdução às ideias basilares da sociologia efectuada por um professor ou coordenador que dá aulas, orienta discussões e disponibiliza-se para atendimentos ou lições individuais através de um encontro marcado. De facto, a maior parte da sua educação é possivelmente orientada desta forma – uma combinação entre interacção face-a-face, trabalho em grupo e estudo autónomo.

Porém, o que aconteceria se os componentes face-a-face da sua educação fossem retirados e o leitor fosse capaz de completar cursos inteiros de estudo sem nunca se ter encontrado fisicamente com os seus colegas ou regentes de curso? Até recentemente, era difícil imaginar tal possibilidade. Apesar de, desde há muito, ser possível estudar fora das instalações educativas formais, os cursos por correspondência não são por natureza muito interactivos. Fundada em 1971, a Universidade Aberta da Grã-Bretanha foi pioneira no uso da televisão na aprendizagem à distância no ensino superior. Os seus programas são transmitidos pela BBC de manhã cedo e a altas horas da noite. Os alunos conciliam este material com materiais escritos, trabalho por correspondência, reuniões com um orientador pessoal e cursos de Verão com outros estudantes. Desta forma, têm a possibilidade de tirar cursos de elevada qualidade a partir de casa e, muitas vezes, enquanto trabalham. A Universidade Aberta tornou-se a maior universidade do Reino Unido, estando progressivamente a acrescentar a Internet aos seus recursos. No entanto, continua comprometida com vários tipos de encontros com os seus estudantes.

Um outro exemplo da nova geração de instituições educativas que estão a aproveitar o poder da Internet para revolucionar a face tradicional da educação é a Universidade de Phoenix nos Estados Unidos. Fundada em 1989, esta é a maior das universidades reconhecida nos Estados Unidos. Porém, ao contrário das grandes universidades americanas, a universidade de Phoenix não ostenta um *campus* relvado, uma biblioteca sumptuosa, uma equipa de futebol americano ou um centro de estudantes. Os 68.000 estudantes inscritos na universidade encontram-se e interagem predominantemente através da Internet – o "campus online" da Universidade de Phoenix – ou num dos mais de cinquenta "centros de aprendizagem" localizados em grandes cidades por toda a América do Norte.

A Universidade de Phoenix oferece mais de uma dúzia de programas de licenciatura que podem ser integralmente completados online, tornando irrelevante a localização geográfica dos alunos. As "caixas de correio electrónico de grupo" online substituem as salas de aula físicas. Em vez de fazerem apresentações ou discutir ideias pessoalmente, os estudantes disponibilizam o seu trabalho na sala de aula electrónica para que outros estudantes e o orientador o possam ler. Os estudantes dispõem de uma biblioteca electrónica para poderem completar as suas tarefas de pesquisa e leitura. No início de cada semana, o coordenador do curso distribui electronicamente a lista de leituras da semana e os tópicos de discussão. Os estudantes executam o trabalho solicitado de acordo com os seus próprios horários, podendo aceder à "sala de aula electrónica" a qualquer hora do dia ou da noite. Os coordenadores corrigem os trabalhos solicitados e devolvem-nos aos estudantes com comentários.

Porém, não é simplesmente o meio de aprendizagem que é distinto na Universidade de Phoenix. A universidade só admite estudantes trabalhadores com idade superior a vinte e três anos. Quer a nível da estrutura quer do conteúdo das suas propostas, a universidade destina-se a profissionais adultos que procuram novas competências e qualificações, mas necessitam de completar esta educação contínua de uma forma que não entre em conflito com as suas atarefadas vidas profissionais e pessoais. Por esta razão, em vez do calendário académico, os cursos são

ministrados em módulos intensivos de seis a oito semanas durante todo o ano.

Outro aspecto que distingue a Universidade de Phoenix das universidades tradicionais é o facto de ser uma instituição com fins lucrativos pertencente a uma empresa chamada Apollo Communications. Uma década após a sua criação, a Universidade de Phoenix tem vindo a realizar um lucro médio de 12.8 milhões de dólares. Tal como iremos ver brevemente, um número crescente de instituições educativas nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e noutros países são geridas por privados. Organizações externas especializadas em gestão, ou na produção e distribuição de tecnologia, estão a envolver-se no sistema educativo como consultores ou gestores.

A flexibilidade e a conveniência do ensino baseado na Internet não podem ser negadas, mas esta via não é isenta de críticas. Muitos argumentam que não há substituto para a aprendizagem face-a-face num ambiente verdadeiramente interactivo. Reduzir-se-ão as futuras gerações de aprendizes a redes anónimas de estudantes conhecidos apenas pelos seus nomes de utilizadores online? Em que medida esta forma de aprendizagem de cariz mais utilitário, orientada para o desenvolvimento de competências, poderá afectar a importância do raciocínio abstracto e da aprendizagem "só pelo prazer de aprender"?

Neste capítulo, iremos estudar algumas das transformações ocorridas na educação devido às mudanças na tecnologia e às novas exigências da economia do conhecimento global. Examinaremos as origens e o desenvolvimento do sistema educativo na Grã-Bretanha, tendo em consideração os debates políticos em torno da educação. Serão discutidos os argumentos para a privatização da educação, bem como o papel da nova tecnologia de informação nas escolas. Tendo descrito algumas das principais abordagens teóricas da educação, nos pontos seguintes do capítulo iremos abordar as questões da educação e da desigualdade, considerando a sua relação com o género, a etnicidade e a classe. O capítulo concluirá com alguns pensamentos sobre a natureza da inteligência e a importância da aprendizagem no decurso da vida.

As transformações no papel da educação

O acesso à educação é hoje algo tido como natural pela maioria dos cidadãos dos países industrializados. Não obstante, a educação, na sua forma moderna, que envolve a instrução dos alunos em espaços construídos para o efeito, levou muito tempo a emergir. Durante vários séculos, a educação formal só estava ao dispor dos poucos que tivessem tempo e dinheiro para a mesma. Antes da invenção da imprensa escrita em 1454, os textos eram laboriosamente copiados à mão sendo, por isso, escassos e dispendiosos. Ler não era necessário nem sequer útil na vida quotidiana de muitas pessoas. Para a grande maioria, crescer significava aprender, pelo exemplo, os mesmos hábitos sociais e práticas de trabalho dos mais velhos. As crianças começavam normalmente a ajudar desde muito novas nas tarefas domésticas, no cultivo da terra e no artesanato, adquirindo no período da adolescência um grande conhecimento da terra ou de um ofício. Os costumes locais passavam de pais para filhos, enquanto a tradição oral de contar histórias garantia a preservação das lendas e contos épicos de uma forma dinâmica.

Houve mudanças consideráveis desde os tempos pré-modernos. Nos países industrializados, hoje, a literacia é elevada, ou seja, praticamente toda a gente sabe ler e escrever a um nível básico. Quase todos os membros de uma dada sociedade têm consciência de lhes pertencer, tendo pelo menos um certo conhecimento da sua posição geográfica no mundo e da sua história. As nossas vidas são influenciadas, em todas as idades a partir da infância, pela informação que colhemos nos livros, jornais, revistas e na televisão. Todos passámos por um processo de educação formal. A palavra impressa e a comunicação electrónica, combinadas com o ensino formal fornecido pelas escolas e universidades, tornaram-se fundamentais para o nosso modo de vida.

Educação e industrialização

O processo de industrialização e a expansão das cidades influenciaram significativamente o desenvolvimento do sistema educativo. A maioria da população continuava a não dispor de qualquer instrução até às primeiras décadas do século XIX. A rápida expansão do sector industrial serviu para aumentar a procura de instrução especializada, por forma a produzir uma força de trabalho educada e capaz. A progressiva diferenciação das ocupações e a sua crescente localização fora de casa já não permitia que os conheci-

mentos relativos ao trabalho fossem transmitidos directamente de pais para filhos.

Com a progressiva universalização dos sistemas educativos, a aquisição de conhecimentos passou a assentar cada vez mais no estudo abstracto (de matérias como a matemática, as ciências, a história, a literatura, etc.), e não na transmissão prática de aptidões específicas. Nas sociedades modernas, as pessoas têm de ter aptidões básicas como ler, escrever e calcular, e um conhecimento geral do seu meio físico, social e económico; e também é importante que saibam como aprender, para que possam dominar formas de informação novas, e, por vezes, muito técnicas. Uma sociedade avançada também necessita de investigação "pura" e de conhecimentos aprofundados, sem qualquer valor prático imediato, para transpor os limites do conhecimento.

Na era moderna, a educação e as qualificações tornaram-se uma pedra basilar para as oportunidades de emprego e de carreira. As escolas e as universidades não só alargam as mentes e as perspectivas das pessoas, mas espera-se que preparem novas gerações de cidadãos para a participação na vida económica. É difícil alcançar o equilíbrio certo entre uma educação generalista e as competências profissionais específicas. As formas especializadas de formação técnica, vocacional e profissional complementam muitas vezes a educação "liberal" dos alunos e facilitam a transição da escola para o trabalho. Os internatos e os programas devotados a experiências de trabalho, por exemplo, permitem aos jovens desenvolver conhecimento específico aplicável às suas futuras carreiras.

Enquanto muitos professores nas escolas e universidades procuram acima de tudo fornecer uma educação bastante completa, os decisores políticos e os empregadores estão preocupados em assegurar que a educação e os programas de formação coincidam com o perfil económico do país e a procura de emprego. No entanto, em tempos de rápida mudança económica e técnica nem sempre há uma correspondência directa entre as prioridades do sistema educativo e a oferta de oportunidades profissionais. Por exemplo, a rápida expansão do sistema de saúde de um país, aumentaria de forma crescente a procura de profissionais de saúde especializados, técnicos de laboratório, gestores competentes e analistas de sistemas informáticos familiarizados com as questões associadas à saúde pública. Amplas mudanças na indústria ao nível da tecnologia de produção fabril iriam requerer uma força de trabalho dotada de um conjunto de habilitações específicas. No entanto, a oferta desta força de trabalho poderia ser escassa.

Origens e desenvolvimento do sistema educativo britânico

O moderno sistema de educação começou pela primeira vez a tomar forma, na maioria das sociedades ocidentais, no começo do século XIX. A Grã-Bretanha foi muito mais relutante do que a maioria dos outros países no estabelecimento de um sistema nacional integrado. Por volta de meados do século, a Holanda, a Suíça e os estados alemães tinham conseguido uma frequência mais ou menos universal das escolas primárias, mas a Inglaterra e o País de Gales ainda se encontravam longe de tal objectivo. A educação na Escócia estava um pouco mais desenvolvida.

Entre 1870 (quando se estabeleceu a instrução obrigatória na Grã-Bretanha) e a II Guerra Mundial, governos sucessivos aumentaram as despesas com a educação. A idade permitida para deixar a escola passou dos dez para os catorze anos e foram construídas cada vez mais escolas, mas a educação continuou, de facto, a não ser considerada como uma área importante de intervenção governamental (Chapman, 1986). A maior parte das escolas era dirigida por particulares ou por autoridades eclesiásticas, sob a supervisão de conselhos directivos locais. A II Guerra Mundial alterou esta atitude. Fizeram-se testes de aptidão aos recrutas das forças armadas, e os resultados surpreenderam as autoridades ao demonstrarem uma ignorância generalizada. Preocupado com o programa de recuperação do pós-guerra, o governo começou a repensar o sistema educativo existente.

Até 1944, a grande maioria das crianças britânicas frequentava apenas uma única escola gratuita, a escola *primária*, até aos catorze anos de idade. Além do sistema elementar, havia escolas *secundárias*, mas os pais tinham de as pagar. Este sistema dividia as crianças segundo as classes sociais – as de origem mais pobre estavam quase totalmente confinadas à escolaridade elementar. Menos de 2 por cento da população frequentava a universidade. A Lei da Educação de 1944 deu início a várias transformações fundamentais, que incluíam a frequência gratuita das escolas

secundárias para todos, o aumento da escolaridade obrigatória até aos quinze anos e o compromisso com a igualdade de oportunidades no campo da educação. A educação passou a constituir uma responsabilidade fundamental das autoridades locais eleitas.

Em resultado desta Lei, a maioria das autoridades escolares locais adoptou a selecção académica como meio para providenciar uma educação secundária adequada às necessidades das crianças. Partia-se do princípio de que a selecção aos onze anos de idade – a idade de transição entre a escola primária e a secundária – devia separar as crianças mais capazes das outras, qualquer que fosse a sua origem social. Os resultados dos exames para os «maiores de onze anos» determinavam, para a maioria dos alunos, se estes passariam para os *liceus** (que proporcionavam um currículo mais «académico») ou para as *escolas secundárias modernas* (que proporcionavam um aprendizado misto, geral e profissionalizante). Uma minoria ia também para as escolas técnicas ou para escolas especiais. Quem quisesse continuar os estudos, e fosse considerado com qualificações para tal, podia frequentar a escola até aos dezassete anos.

Por volta dos anos 60, tinha-se tornado claro – em parte como resultado de pesquisa sociológica – que os resultados dos exames feitos aos onze anos de idade não tinham correspondido às expectativas. O Relatório Crowther de 1959 mostrou que apenas 12 por cento dos alunos continuava a estudar até aos dezassete anos, e que o abandono precoce estava mais estreitamente relacionado com a origem de classe do que com o aproveitamento escolar. O governo do Partido Trabalhista, que regressou ao poder em 1964, comprometeu-se com a criação de *comprehensive schools* (escolas compreensivas)**, abolindo a divisão entre os «liceus» e as «escolas secundárias modernas», misturando, por conseguinte, crianças com diferentes antecedentes de classe. No entanto, houve uma certa confusão sobre o que as *comprehensive schools* deveriam oferecer: «liceus para todos» ou um tipo de educação completamente novo. Não se encontrou qualquer solução para o problema, e diferentes escolas e regiões desenvolveram os seus próprios métodos. Algumas autoridades locais resistiram à mudança e, em alguns lugares, ainda existem liceus (*grammar schools*).

Desde os princípios da década de 70, a educação pública tem sido fortemente afectada pela transição súbita de uma situação caracterizada pela fraca oferta de força de trabalho, e em que se pedia à escola que fornecesse as especializações de que a economia precisava, para uma situação contrária – um período de crescimento do desemprego e de diminuição da receita pública. A expansão da educação, que caracterizou todo o período do pós-guerra, foi subitamente substituída pela contracção e por tentativas de redução das despesas públicas. Desde meados dos anos 70 a começos dos anos 90, as despesas com a educação baixaram de 6,3 por cento para 5 por cento do total das despesas públicas. Em 1998, a despesa total com a educação representava 4,8% do PIB.

Uma Lei da Educação, aprovada em 1988, introduziu várias reformas significativas – algumas das quais depararam com forte oposição. O governo conservador, em sintonia com a sua política noutras esferas, procurou introduzir um elemento de competição de mercado na educação. Atribuíram-se maiores responsabilidades financeiras aos directores das escolas, e permitiu-se que estas pudessem «escapar» ao controlo das autoridades locais, para se tornarem «escolas estatais independentes». Estabeleceu-se um currículo nacional que define um esquema global de ensino para o sector público (Johnson, 1991). A introdução do currículo nacional foi fortemente contestada por alguns grupos profissionais do ensino, que se opunham a exames tão padronizados e achavam o currículo desnecessariamente restritivo. Os professores entraram em greve contra os exames, no Verão de 1993.

Em 1992, criou-se uma nova instituição financiadora que iria ocupar-se gradualmente da provisão de lugares nas escolas que deixaram de estar sob a alçada das autoridades locais. No *Livro Branco*, que especifica as tarefas dessa instituição, o governo afirmava que «espera que, com o tempo, todas as escolas se transformarão em escolas deste sistema» – por outras palavras, todas teriam optado por se tornarem independentes das autoridades locais. Contudo, em finais de 1995, só 1000 de um total de 23.000 escolas estatais o haviam feito.

---

* *Grammar Schools*. (*N. do T.*).

** Mantém-se no original, uma vez que as *comprehensive schools* se poderão equiparar às escolas secundárias com via profissionalizante em Portugal. (*N. do T.*).

As «Escolas Públicas»

As escolas públicas na Grã-Bretanha são, a vários títulos, algo de singular. Não são de modo algum públicas, mas, pelo contrário, instituições privadas em que se pagam propinas. O grau de independência de que gozam em relação ao resto do sistema educativo e o papel-chave que desempenham na sociedade distingue-as dos sistemas de outros países. Há algumas escolas privadas, ligadas frequentemente a confissões religiosas, em todas as sociedades ocidentais, mas em nenhum lugar há escolas privadas tão exclusivas ou importantes como no Reino Unido.

As escolas públicas estão sujeitas nominalmente à supervisão do Estado, mas, de facto, foram afectadas por poucas das grandes medidas legislativas tomadas em matéria de educação. Não foram atingidas pela Lei de 1944, nem pelo estabelecimento das *comprehensive schools*, e a grande maioria continuou a ser frequentada por um único sexo até aos tempos mais recentes. Há cerca de 2300 escolas privadas em Inglaterra, educando uns 6 por cento da população. Estas incluem uma multiplicidade de organizações, desde prestigiados estabelecimentos como Eton, Rugby ou Chartherhouse, até às escolas públicas mais insignificantes, cujos nomes seriam desconhecidos para a maior parte das pessoas.

A educação e a política

A educação tem sido de há muito um campo de luta política e continua a sê-lo neste novo século. Um debate prolongado tem-se centrado no impacto do ensino inclusivo *(comprehensive schooling)* – nos padrões educacionais e nas desigualdades na sociedade em geral. Originariamente, a educação inclusiva mobilizou o apoio de ambos os pólos do espectro político. Foi o governo trabalhista, como já foi mencionado, que introduziu o *sistema compreensivo*, e devido a isso o apoio para a educação inclusiva tende a ser associado muito mais à política de esquerda do que à de direita. Os mentores da educação inclusiva acreditavam que as novas escolas iriam proporcionar mais igualdade de oportunidades do que era possível na educação selectiva. Não concediam muita importância ao currículo em si, estando mais preocupados com a igualdade de acesso.

Quando a Sr.ª Thatcher se tornou Primeira Ministra, os conservadores tornaram-se mais eloquentes nas suas críticas ao ensino inclusivo. Acreditavam que o desaparecimento dos liceus não deveria ter sido permitido, o que sucedeu com a introdução do *sistema compreensivo*. Os conservadores decidiram criar uma maior variedade de escolas no nível secundário, com o objectivo final de os pais poderem ter maiores possibilidades de escolher o tipo de educação dos seus filhos.

Nos finais de 1980, a Sr.ª Thatcher começou a falar na criação de uma «revolução» na administração das escolas. Tal revolução destinava-se ao desmantelamento das gigantescas *comprehensive schools* e à redução do poder das autoridades escolares locais, responsáveis pela sua administração. Além do estabelecimento do currículo nacional, a Lei da Educação de 1988 introduziu um novo sistema de administração escolar, denominado «administração local das escolas». A devolução da administração das escolas destinava-se a contrabalançar a inevitável centralização envolvida no currículo nacional. Também estava para ser estabelecido um novo grupo de escolas técnicas – «City Technology Colleges» (CTCs) – e de escolas subsidiadas. As escolas subsidiadas poderiam optar por sair da esfera de controlo da autoridade local e receber fundos directamente do Estado. Elas teriam também o direito de escolher até 50 % do influxo de estudantes com base na capacidade intelectual. Os críticos alegam que isto iria aumentar as desigualdades existentes entre as escolas e minar o princípio igualitário das *comprehensive schools*.

O termo «escola pública» é circunscrito por alguns pedagogos ao grupo das principais escolas públicas. Estas escolas são Membros da Conferência de Reitores (HMC)*, originariamente constituída em 1871. Inicialmente apenas existiam cinquenta escolas na conferência. O número, presentemente, alargou-se para 233 escolas. Escolas como as acima enunciadas – Eton, Rugby e o resto – são membros.

Os indivíduos que frequentaram escolas HMC dominam as posições de maior destaque na sociedade britânica. Por exemplo, um estudo de Ivan Reid e outros mostrou que 84 por cento dos juízes, 70 por cento dos directores bancários e 49 por cento dos funcionários públicos de topo de carreira tinham frequentado escolas HMC (Reid *et al.*,1991).

Em consequência da Lei da Reforma Educativa de 1988, todas as escolas estatais foram obrigadas a seguir um currículo nacional padronizado, o qual envolve exames aos alunos aos sete, onze, catorze e dezasseis anos. Os representantes das escolas públicas estiveram envolvidos na criação do currículo nacional. Contudo, estas escolas não têm de o seguir. As escolas públicas podem ensinar o que quiserem e não têm a obrigação de fazer exames às crianças. A maioria destas escolas optou por seguir o currículo nacional, mas algumas ignoraram-no simplesmente.

* No original «Headmasters Conference». (*N. do T.*).

O sistema compreensivo e os seus críticos

Os críticos do *sistema compreensivo* acreditam que este falhou em dois aspectos. De acordo com esses críticos, as *comprehensive schools* não promoveram maior igualdade de oportunidades, mas antes o contrário. As crianças mais capazes, de contextos mais pobres, poderiam prosperar na época do exame «para maiores de onze anos». Nas *comprehensive schools*, não. Como defendem os críticos, é igualmente importante o facto de as *comprehensive schools* apenas proporcionarem um fraco padrão de educação, na medida em que a excelência não é recompensada e a especialização é desencorajada.

Antes da introdução do sistema das *comprehensive schools*, 20 por cento dos alunos passavam o exame « para maiores de onze anos» e seguiam para o secundário. Com a reforma do sistema, pretendeu-se criar escolas que integrassem crianças capazes e menos capazes. As *comprehensive schools* teriam também 20 por cento dos alunos do grau mais elevado de capacidade intelectual.

As coisas não aconteceram desta forma. Como foi avaliado pelos resultados dos exames, apenas 27 por cento das *comprehensive schools* tinham 20 por cento, ou mais alunos, do mais elevado grau de capacidade. O que ocorreu foi os alunos com este grau de capacidade estarem mais concentrados do que era suposto: 18 por cento das *comprehensive schools* tinham mais do que 20 por cento das crianças nesse nível. Com efeito, essas escolas, mesmo não sendo denominadas como tal, tornaram-se liceus. Escolas menos bem sucedidas no sistema tornaram-se mais ou menos equivalentes às antigas secundárias. Em 38 por cento das escolas, a proporção de alunos no topo do nível de capacidade é de 10 por cento ou menos, enquanto em 16 por cento das escolas a proporção está abaixo dos 5 por cento.

Os processos de selecção que produziram esta situação operam de várias formas. Em primeiro lugar, o exame « para maiores de onze anos» nunca desapareceu completamente. Ainda existem 95 liceus (grammar schools) que continuam a utilizar o exame, e que afastam as crianças mais capazes da sua área de outras escolas; e os «liceus» ainda são comuns na Irlanda do Norte. No âmbito do *sistema compreensivo*, embora as escolas devam tomar as percentagens correctas de cada nível de capacidade, os processos de selecção funcionam informalmente, não tendo, no entanto, menos poder por essa razão. As escolas têm

de dar prioridade às crianças da sua área. Os pais podem assim «comprar» o acesso dos seus filhos às escolas com os melhores resultados, assegurando-se de que eles têm a direcção adequada.

Os críticos argumentam que existe actualmente na Grã-Bretanha um sistema educativo segmentado entre «vencedores» e «perdedores». Os pais pertencentes à classe média sabem como actuar para que os seus filhos sejam admitidos nas escolas que elegem. As crianças oriundas de meios mais privilegiados tendem a ser mais beneficiadas no processo de selecção, enquanto as que provêm de meios mais desfavorecidos encontram-se numa posição mais vulnerável.

Uma considerável percentagem de escolas, que optaram por se retirar do controlo da autoridade local, toma em consideração factores pessoais e médicos na decisão de ingresso. Um desses factores pode ser, por exemplo, se uma criança é ou não considerada «difícil». Segundo um estudo recente, mais de 50 por cento dessas escolas recorrem a este tipo de critérios de selecção (Hugill, 1996). As propostas introduzidas pelos conservadores em 1996 permitirão a todas as escolas estatais seleccionar até 15 por cento dos seus alunos quer em função da sua capacidade global quer em função de uma capacidade especial para a ciência ou a música, por exemplo. Estarão, assim, habilitadas a seleccionar uma proporção mais elevada de alunos com autorização especial do governo.

Supunha-se que a autonomia das escolas em relação às autoridades locais aumentaria a oportunidade de escolha dos pais, criando maior diversidade no sistema escolar. Mas a consequência, não intencional, pode ser a redução dessas oportunidades de escolha; está a ser negado um lugar na escola da sua primeira opção a um número crescente de crianças.

A Política de Educação do New Labour *(Novo Partido Trabalhista)*

A educação tem sido uma prioridade essencial do novo governo trabalhista. De facto, quando Tony Blair se tornou Primeiro Ministro defendeu que a 'educação, a educação e a educação' estaria no topo da sua agenda política. Blair concorda que os padrões do ensino britânico, avaliados de acordo com comparações internacionais, não são elevados e que a reforma da educação constitui uma prioridade essencial.

No Livro Branco de 1997, intitulado *Excellence in Schools*, o *New Labour* comprometia-se a apoiar e a modernizar as escolas compreensivas. O Livro Branco estipulava a redução da intervenção do Estado nas escolas que conseguissem obter bons resultados, e que encontrassem formas criativas para os obter, mas reconhecia a necessidade de intervenção governamental no caso das escolas com um desempenho constante abaixo dos padrões estabelecidos.

Para espanto de alguns, incluindo os sindicatos dos professores, muitos aspectos das reformas educativas introduzidas por governos conservadores não foram modificados pelo novo governo trabalhista. Por exemplo, as escolas subsidiadas directamente pelo estado continuam a operar e estão autorizadas a seleccionar alunos com base na sua capacidade intelectual. Também não se efectuaram alterações nos liceus, uma decisão que suscitou polémica entre estudantes e professores, que vêem os liceus enfraquecer substancialmente o desempenho das escolas compreensivas locais por lhes retirarem os alunos mais capazes (Benn and Chitty 1996). Por fim, o novo governo trabalhista manifestou a sua concordância com os líderes conservadores em relação ao facto de a diversidade educativa, com base nas capacidades dos alunos, nas escolas, dever ser abandonada para que as crianças com diferentes capacidades possam progredir o mais rapidamente possível.

O novo governo trabalhista introduziu inúmeras iniciativas novas e controversas visando o desenvolvimento do desempenho das escolas estatais britânicas. Ao fazê-lo, rejeitou muitos dos argumentos convencionais dos sindicatos dos professores e comentadores de esquerda de que o fraco desempenho educacional será o resultado de despesas inadequadas e de elevadas concentrações de alunos sem posses em certas escolas. Chris Woodward, o inspector chefe das escolas, sustentou esta opinião, argumentando que existe uma grande disparidade nos resultados entre escolas com admissões de alunos muito semelhantes. Afirmou ele:

> Num conjunto de escolas com níveis elevados de insucesso semelhantes, segundo uma série de indicadores, a proporção de alunos que atinge o nível 4 ou superior (nos testes de literacia nacional padronizados) varia entre 65% e 15%. Algumas escolas conseguem enfrentar a sua situação desfavorável, enquanto outras em circunstâncias semelhantes ficam aquém (citado no *The Economist*, 10 Abril 1999).

Em vez de se centrar nas questões do aumento da despesa e de melhores recursos para a educação, o New Labour tem enfatizado a importância de métodos eficazes de ensino e de uma forte liderança por parte dos directores das escolas como elementos-chave da reforma educativa. Algumas das principais iniciativas governamentais incluem:

1 O programa *Começar de Novo* (*Fresh Start Programme*) procura melhorar de forma sustentada as escolas menos bem sucedidas, fechando-as e reabrindo-as com novo corpo docente sob a liderança de um "super-reitor". Os professores que desejam continuar na escola devem recandidatar-se a lugares anunciados a nível nacional. São alvo do programa as escolas que não conseguirem, durante três anos consecutivos, que pelo menos 15% dos seus alunos obtenham aprovação no exame nacional (GCSE) com cinco bons resultados de nível C ou superior.
2 Uma *estratégia antiabsentista* visa a redução do absentismo escolar para um terço por volta de 2002. Em 1998, cerca de 50 000 alunos faltavam diariamente às aulas sem estarem autorizados. Como parte da estratégia, centenas de "orientadores escolares" já com experiência de trabalho social são destacados para as escolas. Os orientadores escolares concentram-se em crianças em risco de ser alienadas ou excluídas, ajudando-as a lidar com pressões pessoais ou familiares. Isto permite aos professores concentrarem-se no ensino na sala de aula e reduzir a necessidade de se envolverem no aconselhamento e nas actividades de assistência social.
3 *O pagamento dos professores com base no desempenho* permite aos directores das escolas autorizar aumentos na remuneração para professores que se destaquem. O esquema está concebido para recompensar professores criativos e dinâmicos que obtêm bons resultados e encorajar jovens capazes a entrarem no ensino. O pagamento com base no desempenho tem sido fortemente criticado por muitos professores, que alegam que este divide e denigre a profissão. A associação da remuneração a indicadores de desempenho como os resultados dos exames tem sido criticada por ser injusta para professores que trabalham com alunos oriundos de meios desfavorecidos.
4 O Novo Partido Trabalhista tem apoiado, numa escala limitada, a *gestão privada das escolas* (ver abaixo). Os grupos de gestão escolar do sector privado podem apresentar candidaturas ao governo para assumir o controlo de escolas sem sucesso e transformá-las, através da aplicação de métodos utilizados, em escolas bem sucedidas.

Os efeitos globais das iniciativas do Novo Partido Trabalhista não serão evidentes por algum tempo, e muitas das políticas permanecem controversas. Deixemos este ponto por aqui para proceder a algumas comparações internacionais antes de abordar os sistemas de educação superior.

Comparações internacionais

Como comparar as escolas britânicas às suas correspondentes no estrangeiro? É difícil estabelecer comparações directas entre escolas a nível internacional, pois existem diferenças significativas entre os vários países, tanto no que diz respeito ao número de anos que as crianças devem permanecer na escola como no que se refere às formas de organização dos sistemas educativos.

Entre os estados da União Europeia, as escolas britânicas destacam-se pelo número, inferior à média, de línguas estrangeiras ensinadas por aluno. Na Inglaterra e Irlanda, as escolas ensinam, em média, uma língua estrangeira por aluno, enquanto que no Luxemburgo, na Holanda e na Finlândia todas as escolas ensinam mais do que duas línguas por aluno. As línguas estrangeiras não surgem mais evidenciadas no currículo escolar britânico porque o inglês é hoje a língua *de facto* dos negócios, do comércio e do meio académico por todo o mundo. Porém, o conhecimento de uma língua estrangeira está a tornar-se cada vez mais importante, especialmente no âmbito de uma Europa unificada. Em 1995, um Livro Branco da U.E. sobre educação declarou como principal objectivo que todos os cidadãos da União Europeia deveriam ser capazes de comunicar em três línguas europeias, incentivando assim à aprendizagem de, pelo menos, duas línguas por todos os jovens.

No Reino Unido, os estudantes passam uma média de 11.7 anos na escola, só ligeiramente menos que nos Estados Unidos e Canadá, onde passam mais de 12 anos a estudar. Noutras nações desenvolvidas são

requeridos menos anos de escolaridade: na Rússia e noutras partes da antiga União Soviética, por exemplo, os estudantes permanecem na escola durante nove anos.

No Reino Unido, um número crescente de jovens optam por prosseguir a sua educação para além dos anos obrigatórios de escolaridade (ver abaixo), porém, comparada com o resto da Europa, a Grã-Bretanha tem uma das mais baixas taxas de participação a tempo inteiro na escolaridade aos 16, 17 e 18 anos (ver figura 16.1). Em parte, tal pode ser explicado pelas diferenças na idade de abandono escolar entre os países europeus – o Reino Unido é um dos poucos países onde um jovem com 16 anos possui uma qualificação reconhecida no mercado de trabalho. No entanto, o panorama é provavelmente mais complexo. Um estudo da OCDE de 1998 efectuado aos vinte e nove países mais desenvolvidos verificou que só em quatro países – Espanha, Hungria, México e Reino Unido – 20% ou mais dos jovens abandonavam a escola um ano antes do fim da escolaridade obrigatória. A OCDE apurou que os estudantes no Reino Unido e em Portugal eram os que estavam em maior "risco" de não encontrar trabalho ou cursos de formação após o abandono escolar. O estudo alegava que 40% dos jovens britânicos com idades compreendidas entre os 19 e os 24 não tinham atingido um nível mínimo de qualificação.

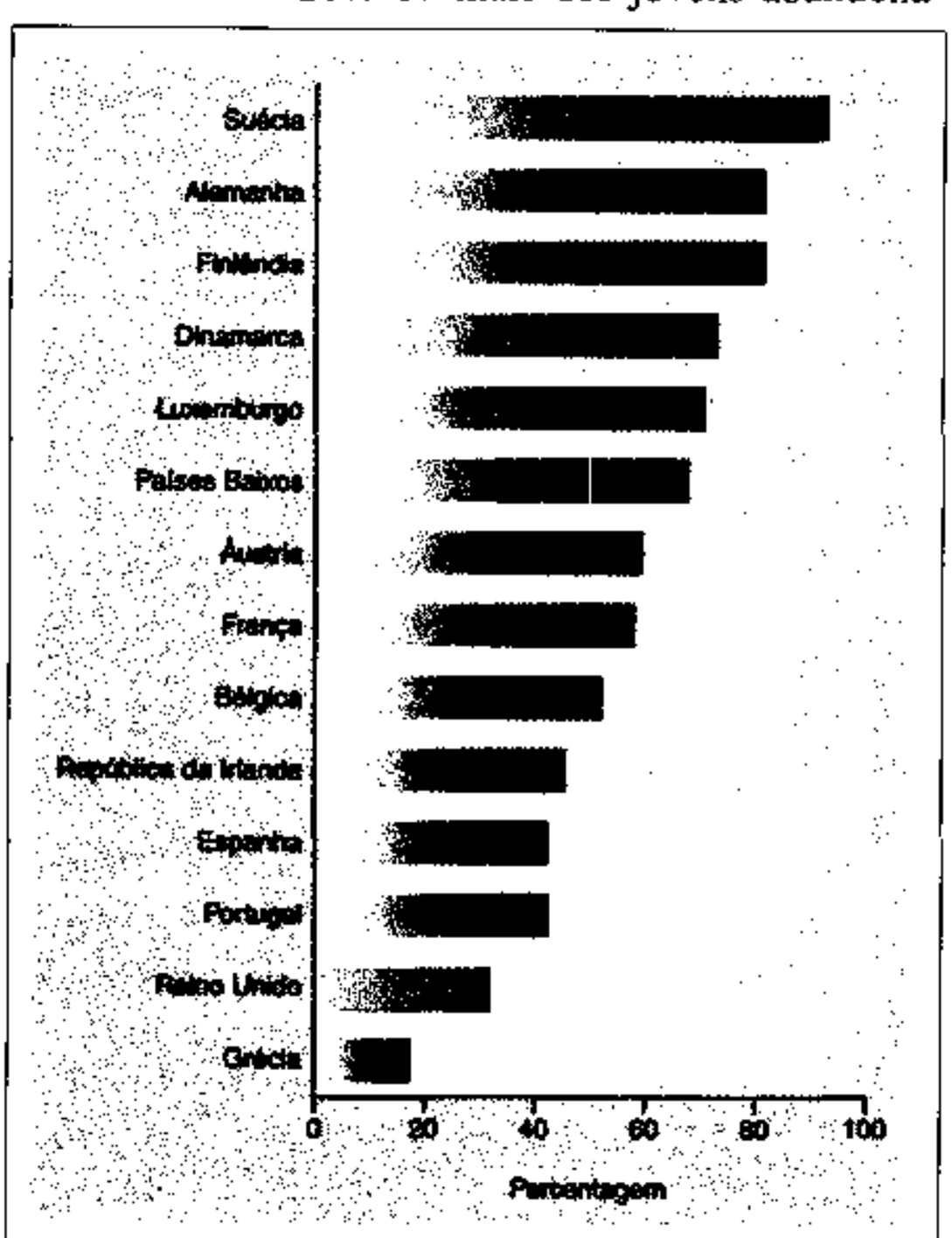


Figura 16.1 Percentagem de jovens com dezoito anos no ensino secundário (a tempo inteiro), comparação a nível europeu, 1996

Fonte: OCDE. *Social Trends*, 30 (2000), p. 55, Crown Copyright.

A Educação superior

Também há grandes diferenças entre as sociedades na organização da educação superior (educação posterior à escola, normalmente numa universidade ou faculdade). Em alguns países, todas as universidades são instituições públicas directamente financiadas por fundos governamentais. A educação superior em França, por exemplo, está organizada a nível nacional, com um controlo centralizado quase tão acentuado como na educação primária e secundária. A estrutura de todos os cursos tem de ser validada por um corpo de regulação nacional, responsável perante o Ministério da Educação Superior. Podem obter-se dois tipos de grau académico, um concedido por cada universidade, o outro pelo Estado. Os graus de nível nacional são tidos geralmente como mais prestigiantes e válidos do que os de cada universidade, já que se supõe que estão de acordo com padrões uniformes garantidos. Um certo tipo de ocupações governamentais só está aberto aos que possuem graus nacionais, que são igualmente os favorecidos pela maioria dos empregadores industriais. Praticamente todos os professores das escolas, faculdades e universidades de França são funcionários do Estado. Os níveis salariais e o enquadramento da actividade lectiva dos professores são fixados a nível central.

Os Estados Unidos distinguem-se dos outros países desenvolvidos, em virtude da grande proporção de colégios e universidades que pertencem ao sector privado. As organizações privadas representam 54 por cento das instituições americanas do ensino superior. Estas incluem algumas das universidades de maior prestígio, como as de Harvard, Princeton e Yale. A distinção entre o ensino americano superior *público* e o *privado* não é, contudo, tão nítida como no caso dos outros países. Os estudantes das universidades privadas podem recorrer a bolsas ou emprés-

A literacia a nível mundial

Em 1996, o Reino Unido participou no primeiro Inquérito internacional sobre a Literacia nos Adultos conduzido pela OCDE. Apesar de a iliteracia ter sido muitas vezes pensada como um problema que afectava os países menos desenvolvidos, o estudo revelou que **a iliteracia funcional** – a ausência de competências de literacia e de aritmética para a realização de tarefas quotidianas – é um problema em muitas sociedades ocidentais.

A OCDE avaliou a literacia dos inquiridos ao longo de algum tempo, com o nível 1 a corresponder ao índice mais baixo e o nível 5 ao mais alto. Os inquiridos foram avaliados em relação à sua capacidade de ler e de compreender material escrito, de localizar e utilizar informação contida num gráfico ou quadro, e de efectuar cálculos matemáticos básicos. O nível 3 foi considerado o mínimo de literacia requerido para enfrentar com êxito a vida moderna e o trabalho.

Os resultados mostrados no quadro 16.1 revelaram que pelo menos um quarto dos adultos dos países participantes não conseguiu atingir o nível 3 de literacia. A Suécia possuía a taxa mais baixa, 27.8%, enquanto que no Reino Unido o número era superior a 50%. Tal como o relatório da OCDE evidenciou, os níveis elevados de iliteracia funcional nas sociedades ocidentais são preocupantes perante o avanço para a economia do conhecimento, onde aqueles que possuem fracas competências de literacia estão em risco de serem excluídos dada a importância crescente da informação (PNUD 1998).

Quadro 16.1 Percentagem de adultos entre os dezasseis e os sessenta e cinco anos segundo o nível de literacia, 1994-5

País	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4/5
Suécia	7.5	20.3	39.7	32.4
Países Baixos	10.5	30.1	44.1	15.3
Alemanha	14.4	34.2	38.0	13.4
Canadá	16.6	25.6	35.1	22.7
Austrália	17.0	27.1	36.9	18.9
Suíça (cantões franceses)	17.6	33.7	38.6	10.0
Bélgica (flamengos)	18.4	28.2	39.0	14.3
Nova Zelândia	18.4	27.3	35.0	19.2
Suíça (cantões alemães)	19.3	35.7	36.0	8.9
Estados Unidos	20.7	25.9	32.4	21.1
Reino Unido	21.8	30.3	31.3	16.6
Irlanda	22.6	29.8	34.1	13.5
Polónia	42.6	34.5	19.8	3.1

Fonte: OCDE, Desenvolvimento dos recursos humanos no Canadá e Estatísticas do Canadá 1997. PNUD, *Human Development Report*. 1998. Crown copyright.

A falta de literacia básica é um problema muito maior nos países em desenvolvimento, onde cerca de 30% da população não sabe ler ou escrever (ver figura 16.2). Só na Índia, mais de 250 milhões de pessoas são iletradas. Em alguns países apenas uma pequena minoria da população possui qualquer tipo de competências de escrita ou de leitura. Tal pode ser, em parte, explicado pela ausência de educação universal em alguns países. No entanto, mesmo que a oferta do ensino primário aumentasse com o nível de crescimento da população, a iliteracia reduzir-se-ia pouco por muitos anos, porque uma proporção elevada de iletrados são adultos. O número absoluto daqueles que não podem ler ou escrever está, de facto, a aumentar.

A iliteracia tem uma forte componente de género, especialmente nos países mais pobres do mundo, onde a iliteracia entre as mulheres é mais do dobro do que entre os homens. Dos 150 milhões de crianças, com idades compreendidas entre os seis e os onze, que não estão na escola, 90 milhões são raparigas. As taxas elevadas de iliteracia feminina estão fortemente ligadas à pobreza, à mortalidade infantil, a elevadas taxas de fertilidade e a baixos níveis de desenvolvimento económico. Uma conjugação de pressões culturais e económicas tradicionais mantem muitas raparigas fora da escola: as famílias rurais tendem a ser mais tradicionais e menos apoiantes da educação das mulheres. Nas famílias alargadas é caro educar todas as crianças – as raparigas são muitas vezes sacrificadas a favor dos rapazes.

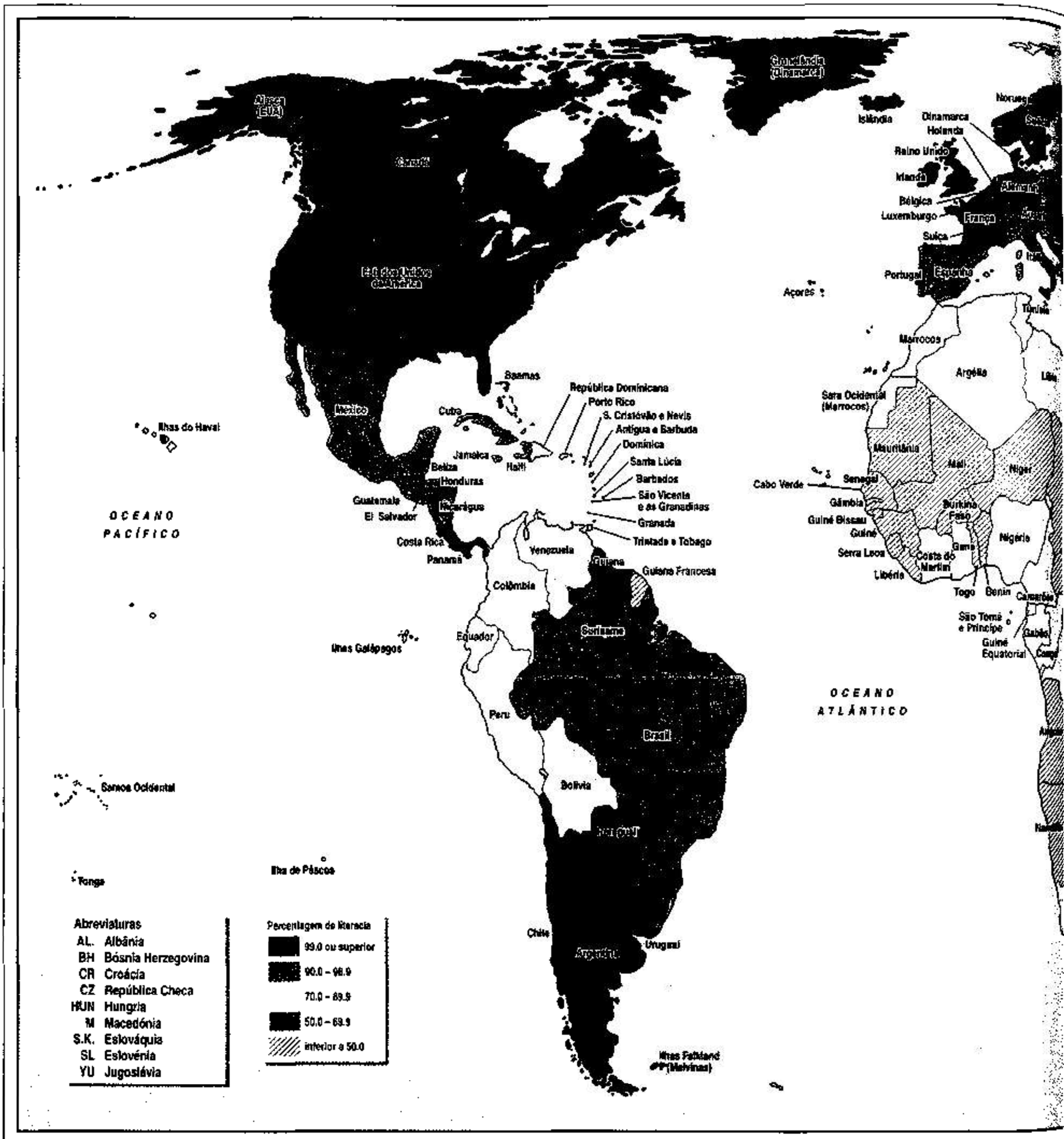
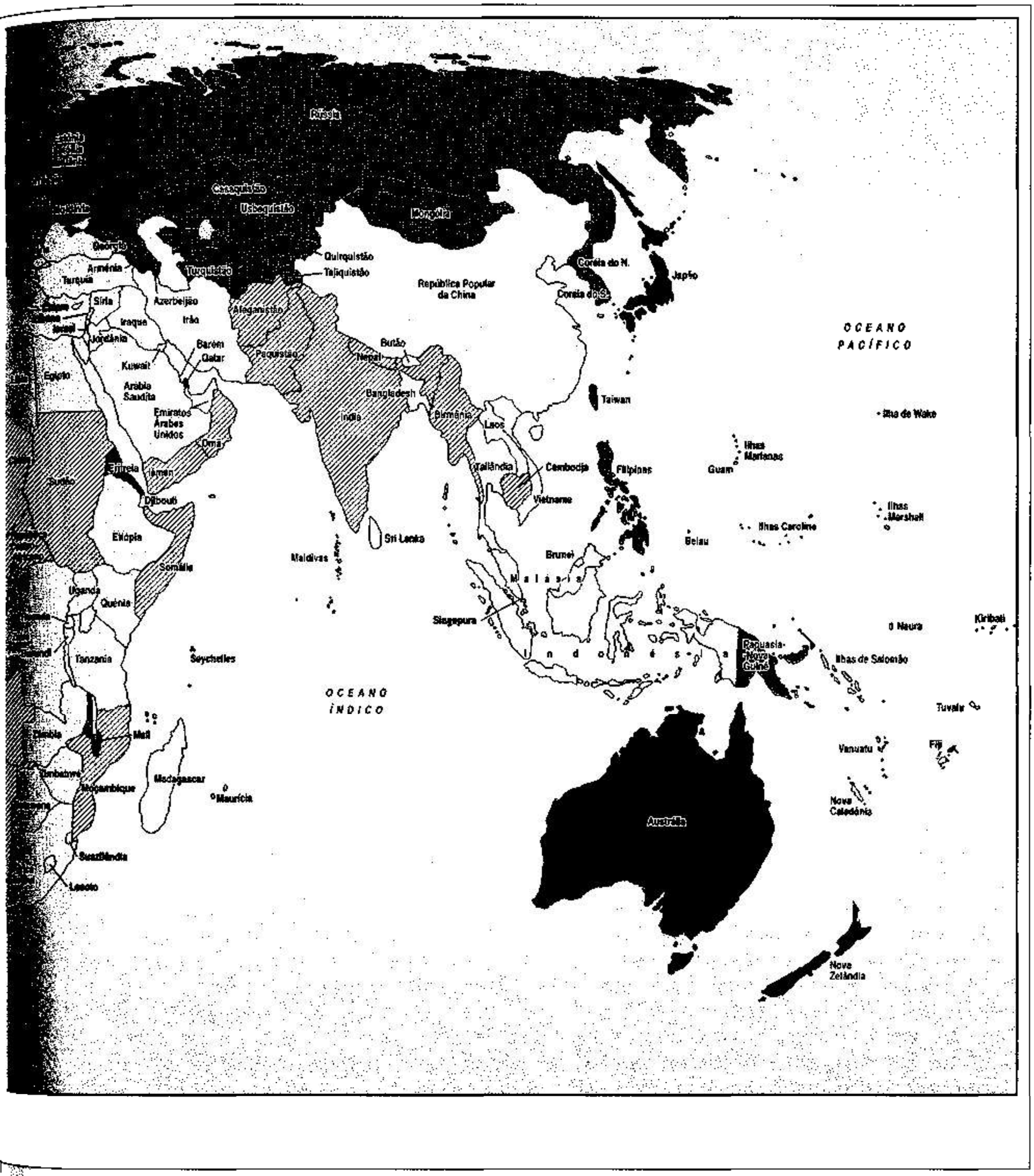


Figura 16.2. Percentagem de Literacia entre os adultos a nível mundial
Fonte: Banco Mundial, *World Development Report*, Oxford University Press, 1994.


Rússia
Cazaquistão
Usbequistão
Mongólia
Quirquistão
Tajiquistão
Geórgia
Arménia
Turquia
Turquistão
Síria
Azerbeijão
Irão
Iraque
Afeganistão
Jordânia
Barém
Qatar
Kuwait
Paquistão
Butão
Nepal
Egipto
Arábia Saudita
Bangladesh
Índia
Birmânia
Laos
Emiratos Árabes Unidos
Omã
Taiwan
Eritreia
Iémen
Tailândia
Camboja
Filipinas
Sudão
Djibouti
Vietname
Etiópia
Sri Lanka
Maldivas
Brunei
Somália
Uganda
Quénia
Singapura
Tanzânia
Seychelles
Zâmbia
Mali
Zimbabwe
Moçambique
Madagascar
Maurícia
Suazilândia
Lesoto
Austrália
Nova Zelândia
República Popular da China
Coreia do N.
Coreia do S.
Japão
OCEANO PACÍFICO
Ilha de Wake
Ilhas Marianas
Guam
Ilhas Marshall
Ilhas Caroline
Belau
Nauru
Kiribati
Papuásia-Nova Guiné
Ilhas de Salomão
Tuvalu
Vanuatu
Fiji
Nova Caledónia
OCEANO ÍNDICO

timos públicos, e estas universidades recebem fundos públicos para a investigação. As universidades públicas possuem frequentemente capitais substanciais e podem receber donativos de empresas privadas. Também recebem fundos para a investigação de fontes industriais privadas.

O sistema na Grã-Bretanha

O sistema britânico de educação superior é consideravelmente mais descentralizado do que o francês, mas mais unificado do que o americano. As universidades e as faculdades são financiadas pelo governo e os professores, em todos os níveis do sistema educativo, têm salários determinados de acordo com tabelas salariais nacionais. Não obstante, existe uma diversidade considerável na organização das instituições e do currículo.

Existiam vinte e uma universidades na Grã-Bretanha, no período imediatamente anterior à guerra. A maioria das universidades desse tempo era muito pequena, em comparação com os padrões actuais. Em 1937, o número total de estudantes universitários britânicos era pouco maior do que o número de pessoal académico a tempo inteiro nas universidades em 1981 (Carswell, 1985). Entre 1945 e 1970, o sistema de educação superior na Grã-Bretanha tornou-se quatro vezes maior. As universidades mais antigas expandiram-se e construíram-se novas universidades, apelidadas de universidades de «tijolo vermelho» (como as de Sussex, Kent, Stirling e York). Estabeleceu-se um sistema *binário* com a criação do ensino politécnico. Este segundo grau de educação superior tornou-se relativamente grande, compreendendo cerca de 400 faculdades que oferecem uma vasta gama de cursos. Os politécnicos concentraram-se mais em cursos profissionais do que as universidades. O Conselho Nacional de Graus Académicos foi estabelecido como um corpo de avaliação para assegurar que os seus graus obedecessem a um mesmo padrão.

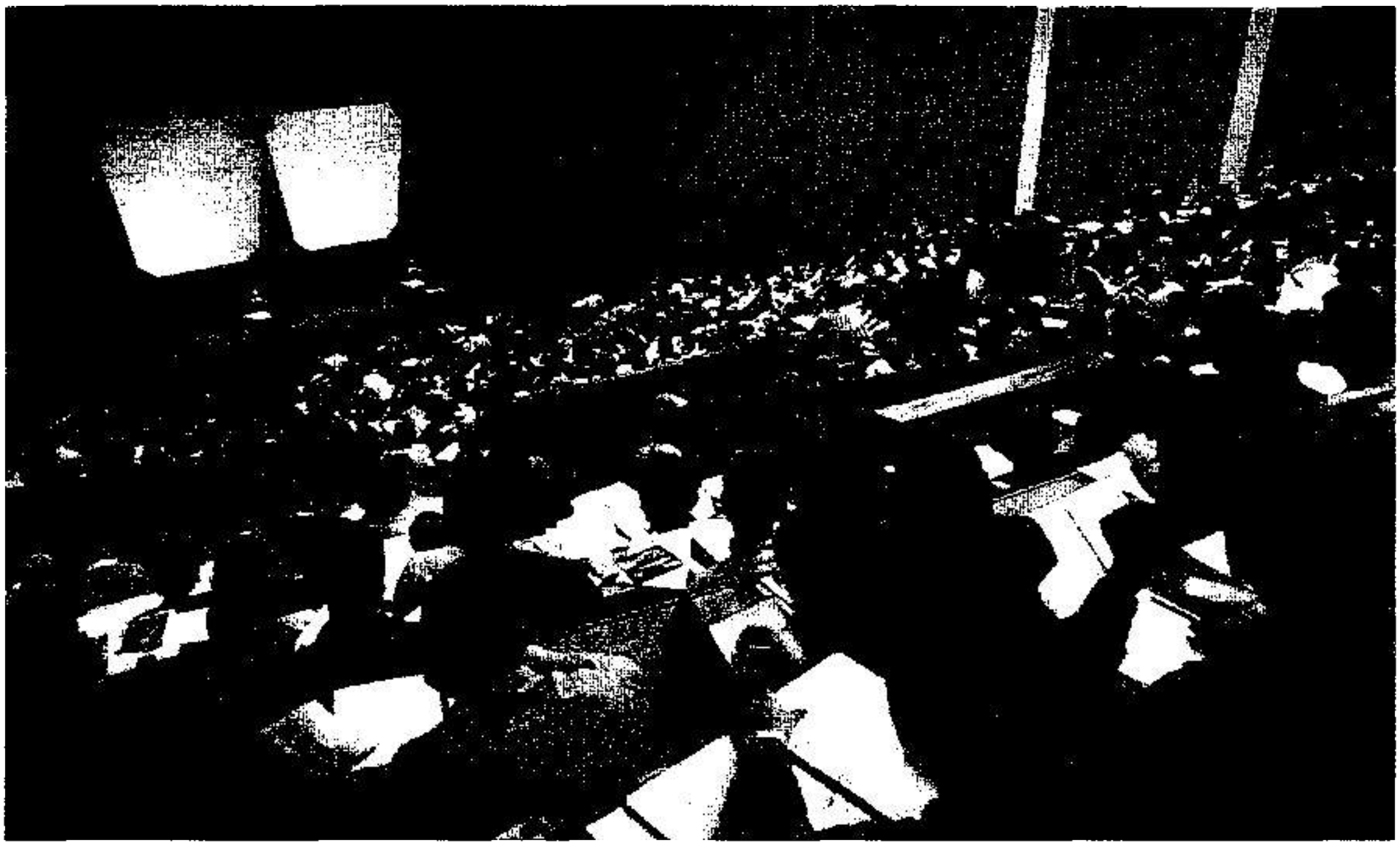
Hoje, as instituições britânicas de educação superior têm aquilo a que por vezes se tem chamado «avaliação estandardizada». Isto significa que um diploma de Leicester ou Leeds obedece, pelo menos em teoria, ao mesmo padrão que um de Cambridge, Oxford ou Londres. No entanto, as universidades de Oxford e de Cambridge destacam-se por um influxo altamente selectivo, cerca de metade do qual provém de *escolas públicas* (escolas com propinas pagas). Um grau de Oxford ou de Cambridge confere maiores oportunidades para alcançar uma posição económica mais elevada do que um grau da maioria das outras universidades.

A proporção de estudantes britânicos no ensino superior aumentou consideravelmente desde há cem anos, quando apenas 25.000 estudantes permaneciam no ensino superior a tempo inteiro. Por volta de 1962-3 o número tinha aumentado quase dez vezes para 216.000, duplicando em 1972-3 para 453.000. Os números na educação superior continuaram a crescer de forma sustentada. Em 1997-8, estavam inscritos 1.3 milhões de estudantes a tempo inteiro na educação superior. O aumento tem sido exponencial para ambos os sexos, mas em particular para as mulheres. Entre 1970 e 1997, as inscrições entre os homens cresceram para 83%, enquanto as inscrições entre as mulheres aumentaram, de forma exponencial, para 400% (HMSO 2000).

A origem social influencia a probabilidade de uma pessoa prosseguir a sua aprendizagem até ao ensino superior. Entre os jovens de agregados familiares sem qualificações, a taxa de participação no ensino superior aumentou de 6% para 13% entre 1991 e 1998. Se bem que isto represente um aumento significativo, é menos de um quinto da taxa entre os jovens oriundos de contextos profissionais liberais (HMSO 2000).

A crise no financiamento da educação superior

Enquanto as universidades se expandiam, tiveram que lidar com financiamentos estatais estáveis ou mesmo reduzidos. O que daí resultou foi uma grave crise no financiamento da educação superior. Um relatório emitido pela Comissão Nacional de Avaliação ao Ensino Superior em 1997 concluiu que a expansão e o melhoramento no ensino superior seriam inviabilizados pelas fontes de financiamento actuais. A começar pelo ano académico de 1998-9, poderia ser solicitado aos estudantes inscritos nas instituições de ensino superior no Reino Unido que contribuíssem com um valor até £1000 no referente às suas despesas escolares. Os subsídios de manutenção para cobrir despesas correntes foram abolidos em Outubro 1999. As bolsas de estudo estão a ser substituídas rapidamente por empréstimos a estudantes (ver quadro 16.2). Em 1990-1, apenas três em dez estudantes no Reino Unido solicitavam empréstimos



Estudantes universitários do 1.° ano a assistir a uma aula de Química na Universidade de Cambridge, alguns entre os mais de um milhão de alunos inscritos na educação superior na Grã-Bretanha.

para financiar as suas despesas com o ensino superior. Por volta de 1997-8, mais de seis em dez estudantes solicitaram empréstimos. Para financiar a sua educação muitos estudantes optam pelo emprego a tempo parcial.

Quadro 16.2 Percentagem de estudantes que contraem empréstimos para financiar os seus estudos no Reino Unido (percentagem de estudantes qualificados)

1990-1	28
1991-2	36
1992-3	41
1993-4	47
1994-5	55
1995-6	59
1996-7	62
1997-8	64

Fonte: Departamento de Educação e Emprego. *Social Trends*, 30 (2000), p. 63. Crown copyright.

Há indicadores de que as mudanças no financiamento aos estudantes poderão ter um efeito nocivo ao nível da diversidade das candidaturas e admissões à universidade. O governo trabalhista tem referido a necessidade de alargar o acesso às universidades a grupos tradicionalmente muito pouco representados no ensino superior – minorias étnicas, estudantes adultos e membros da classe trabalhadora – porém, o incremento nas despesas com o ensino superior poderá dissuadir os indivíduos pertencentes a estes grupos a candidatarem-se. Um relatório do Serviço de Admissões a Universidades e faculdades (*University and Colleges Admissions Service – UCAS*) de 1999 revelou que, entre 1997 e 1998, houve um decréscimo particularmente elevado nos já reduzidos números de candidatos a graus e diplomas superiores nacionais (HNDs) oriundos da classe social operária sem qualificações. As candidaturas oriundas das famílias das profissões liberais e similares também sofreram um decréscimo, embora não de forma tão pronunciada.

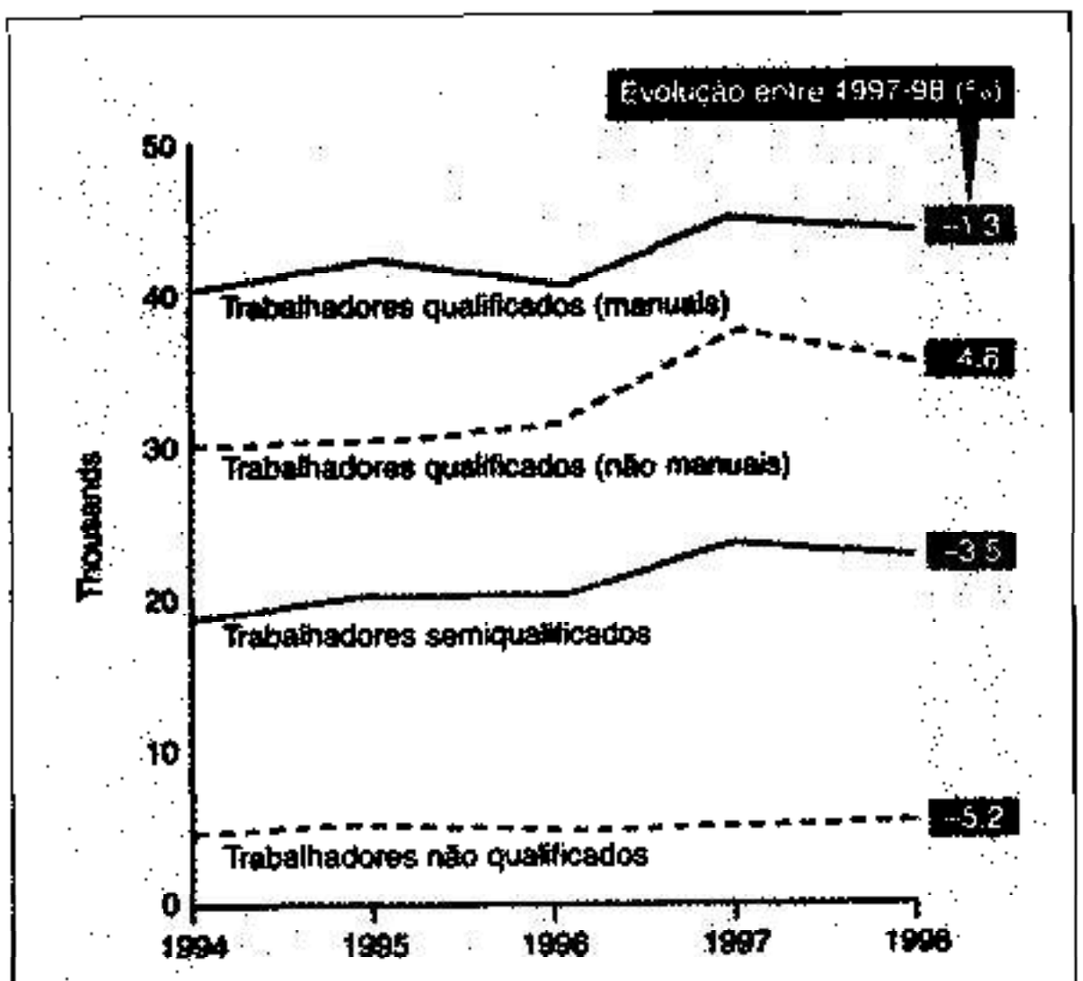


Figura 16.3 Evolução da percentagem de candidaturas ao ensino superior a nível nacional, segundo a classe social da família, 1997-8

Fonte: UCAS, *The Economist*, 30 Outubro 1999, p. 38.

Universidades electrónicas

Um dos efeitos da globalização e do avanço tecnológico é a criação de um mercado global no ensino superior. Se bem que a educação superior tenha sempre tido uma dimensão internacional – graças a estudantes estrangeiros, projectos de investigação transnacionais e conferências académicas internacionais – estão a surgir oportunidades radicalmente novas de colaboração entre estudantes, académicos e instituições de ensino por todo o globo. Por meio da aprendizagem baseada na Internet e da criação de "e-universidades"(universidades electrónicas), a educação e as qualificações estão a tornar-se mais acessíveis a uma audiência global. As credenciais, os certificados e os graus podem agora ser obtidos fora do ambiente físico da sala de aula e dos estabelecimentos de ensino tradicionais. Uma série de instituições e companhias em competição – algumas com carácter comercial – estão rapidamente a entrar no mercado de educação global. Mais do que nunca, o conhecimento e a aprendizagem estão ao nosso alcance.

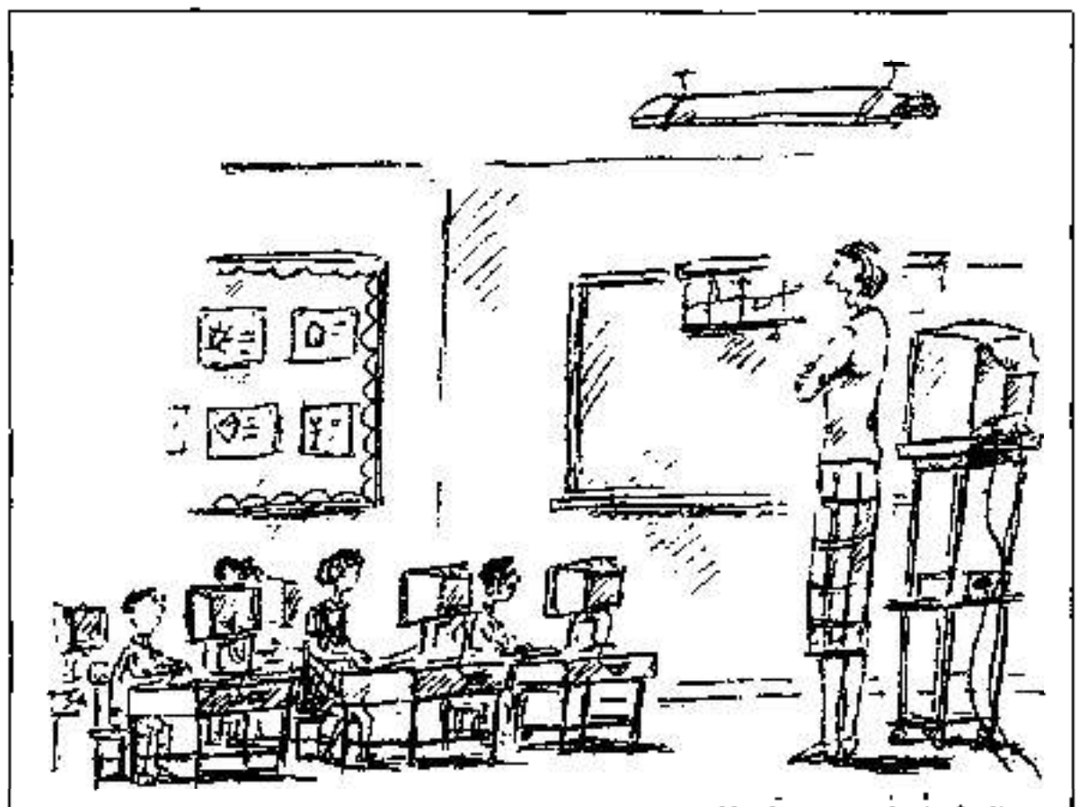
Já descrevemos as formas como a Universidade Aberta e a Universidade de Phoenix têm desenvolvido com grande sucesso o potencial da aprendizagem baseada na Internet. Através do recurso à utilização de aplicações Web, a universidade tem levado o conceito de aprendizagem à distância a novos níveis e interactividade. A aprendizagem à distância não é um fenómeno novo, sendo, na verdade, um fenómeno difuso e extremamente popular. Mas na sua forma tradicional – na qual os estudantes efectuam trabalhos de forma autónoma, enviando-os posteriormente aos seus tutores para avaliação – a aprendizagem à distância exige elevados níveis de dedicação e de automotivação para ser eficaz. Quando se deparam com problemas ou questões, os estudantes não têm ninguém a quem possam recorrer para uma pronta orientação. Um grande número fica frustrado e abandona os seus estudos.

A aprendizagem à distância através da Internet evita alguns destes desafios básicos. Os estudantes estudam em pequenos grupos de dez ou quinze indivíduos, partilhando continuamente ideias entre si. Os tutores do curso podem oferecer uma assistência individual e responder a questões por correio electrónico, reduzindo o sentimento de isolamento a que os estudantes são votados. Os cursos baseados na Internet tentam replicar todos os elementos de aprendizagem tradicional no ambiente *online*.

Inclusivamente, até mesmo as universidades convencionais estão a dar passos no sentido de se tornarem também "e-universidades" – consórcios de instituições que partilham *online* os seus recursos académicos, instalações de investigação, professores e alunos. Por todo o mundo, as universidades estão a reconhecer os benefícios destas parcerias com outras instituições, na medida em que estas complementam as suas ofertas. À medida que proliferam as bolsas de estudo e a inovação tecnológica, torna-se impossível, mesmo para as instituições mais elitistas, permanecer no topo dos avanços em todas as disciplinas. Só através de parcerias *online* é possível reunir conhecimentos especializados e torná-los disponíveis a estudantes e investigadores no âmbito do consórcio. Estudantes que se encontrem em Londres, por exemplo, podem aceder a bibliotecas *online* em São Francisco, a endereços electrónicos do corpo docente e de investigadores universitários, por todo o mundo, para esclarecer questões e colaborar na investigação de projectos.

No Reino Unido existem também iniciativas para a criação de programas de aprendizagem, baseados

na Internet, para uma rede global de estudantes. Em Fevereiro de 2000, o ministro britânico do Emprego e da Educação – David Blunkett – anunciou medidas para a criação de uma universidade baseada na *Web*, que reuniria os aspectos mais eficazes do sistema educativo britânico, e cujo acesso seria facultado a estudantes de todo o mundo.



'Mantenham os olhos no vosso ecrã.' B. Smaller

© Direitos exclusivos reservados a The New Yorker Collection 1999 Barbara Smaller retirado de cartoonbank.com.

A educação e as novas tecnologias da comunicação

A expansão da tecnologia de informação parece influenciar a e ucação e várias formas. economia do conhecimento procura uma força de trabalho com competências e conhecimentos informáticos, sendo cada vez mais evidente que a educação pode, e deve, desempenhar um papel crítico na satisfação desta necessidade. Apesar de a posse de computadores no lar ter aumentado abruptamente nos últimos anos, muitas crianças ainda não têm acesso a um computador em casa. Por esta razão, as escolas constituem um fórum crucial para os jovens aprenderem a adaptar-se às potencialidades dos computadores e da tecnologia *online*.

Na última década, a utilização de tecnologia nas escolas foi totalmente transformada com a introdução de várias iniciativas nacionais orientadas para modernizar e informatizar as escolas britânicas. O número médio de computadores por escola tem aumentado de forma exponencial. Cerca de 96 por cento das crianças entre os cinco e os quinze anos tem acesso a computadores na escola. Em 1998, cada escola secundária britânica possuía, em média, 101 computadores, enquanto a média nas escolas primárias era de 16 (HMSO 2000).

Em 1998-9, 93 por cento das escolas secundárias britânicas e 62 por cento das escolas primárias tinha acesso à Internet. A *National Grid for Learning* (NGL) – Rede Nacional para a Aprendizagem –, lançada em 1998, foi concebida para ligar, em 2002, todas as escolas, institutos, universidades e bibliotecas do país. De acordo com o relatório de 1997, "*Connecting the Learning Society*" – Ligando a Sociedade do Conhecimento –, a rede permitirá a recolha e a troca de informação entre as várias instituições de ensino de todo o país. Os professores poderão discutir o desenvolvimento do currículo e partilhar os métodos de ensino bem sucedidos com os seus homólogos noutras escolas. Os estudantes podem aceder à rede mesmo a partir de casa, para obterem materiais adicionais com vista ao desenvolvimento da literacia e aritmética. As escolas em regiões isoladas poderão estabelecer ligações com instituições de outras zonas do país, partilhando actividades de aprendizagem. Os estudantes de línguas estrangeiras poderão contactar com falantes nativos para praticar e obter assistência.

A tecnologia na sala de aula

O desenvolvimento da educação, na sua forma moderna, estava associado a um certo número de outras mudanças significativas que ocorreram no século XIX. Uma delas consistiu no desenvolvimento da imprensa e na chegada da «cultura livresca». A distribuição em massa de livros, jornais e outros *media* impressos constituiu um traço distintivo do desenvolvimento da sociedade industrial, como as máquinas e as fábricas. A educação desenvolveu-se para proporcionar capacidades de literacia e de computação, proporcionando o acesso ao mundo dos *media* impressos. Não há nada mais característico da escola do que o livro ou o manual escolar.

Aos olhos de muitos, tudo isto está destinado a mudar com o uso crescente dos computadores e das tecnologias multimedia na educação. Irão a Internet,

o cd-rom e o vídeo substituir crescentemente o livro escolar? E continuarão as escolas a existir, de alguma maneira, sob a forma em que existem hoje, se as crianças, em vez de se sentarem em filas a escutar o professor, ligarem os seus computadores para aprender? Diz-se que as novas tecnologias não se juntarão apenas ao currículo existente, mas que o irão minar e transformar. Os jovens de hoje já estão a crescer numa sociedade de informação e mediática e estão muito mais familiarizados com estas tecnologias do que muitos adultos – incluindo os seus professores.

Alguns falam numa «revolução na sala de aula»: a chegada da «realidade virtual» e da «sala de aula sem paredes». Restam poucas dúvidas de que os computadores têm alargado as oportunidades a nível educativo, oferecendo oportunidades às crianças para trabalharem de forma autónoma, pesquisarem tópicos com o auxílio de recursos *online* e beneficiarem de *software* educacional que lhes permite progredirem ao seu próprio ritmo. No entanto, a visão (ou pesadelo) de salas de aula com crianças a aprender exclusivamente através de computadores individuais não é, porém, uma realidade. De facto, a «sala de aula sem paredes» parece, de momento, fora de questão. Para já, não existem simplesmente computadores suficientes para todos, na escola ou em casa! Mesmo as escolas com bons recursos têm que estabelecer horários rotativos para que seja possível a cada estudante ter a sua vez nas oficinas de trabalho. Nas escolas com poucos computadores, os estudantes poderão apenas despender alguns minutos por semana no computador ou ter aulas de tecnologias de informação em pequenos grupos. Na maioria dos lares ainda não existe um computador.

Em segundo lugar, muitos professores encaram os computadores, não como um substituto, mas como um complemento às aulas tradicionais. Os alunos podem utilizar os computadores para realizar actividades no âmbito do programa oficial, como projectos de pesquisa ou investigações sobre questões actuais. Mas poucos são os educadores que vêem a tecnologia de informação como um meio que pode substituir a aprendizagem e a interacção com professores em pessoa. O desafio para os professores consiste em aprender a integrar a nova tecnologia de informação nas aulas de forma significante e pertinente do ponto de vista educacional.

A educação e o fosso tecnológico

É ainda uma questão em aberto saber se as novas tecnologias terão as implicações radicais para a educação que alguns reclamam. Os críticos das novas tecnologias argumentam que, mesmo tendo grandes efeitos, podem contribuir para o reforço das desigualdades educacionais. A «**pobreza de informação**» poderia vir a somar-se às privações materiais que têm actualmente um grande efeito no ensino. O acelerado ritmo de mudança tecnológica e a procura da parte dos empregadores de trabalhadores com competências e conhecimentos informáticos pode resultar num "avanço" dos detentores destas competências em relação aqueles que possuem pouca experiência nesta matéria.

Alguns receiam já o surgimento de uma "subclasse de computadores" na esfera das sociedades ocidentais. Embora os países desenvolvidos possuam os níveis mais elevados de utilização de computadores e Internet no mundo, existem desigualdades graves na utilização do computador no âmbito destas sociedades. Entretanto, muitas escolas e faculdades sofrem de carências de verbas e de negligência sistemática. Mesmo que estas instituições se tornem beneficiárias de iniciativas de fornecimento de *hardware* em segunda mão, as escolas têm de adquirir perícia técnica e capacidade para ensinar aos alunos as competências necessárias para a utilização das tecnologias de informação. Face à forte procura de especialistas informáticos, muitas escolas procuram afincadamente atrair e conservar professores de tecnologias de informação, que podem auferir rendimentos bem superiores no sector privado.

Porém, o fosso tecnológico nas sociedades ocidentais parece menor quando comparado com a "divisão digital" que separa as salas de aula ocidentais das suas homónimas no mundo subdesenvolvido (ver capítulo 15 – "Os meios de comunicação de massa e a comunicação em geral"). À medida que a economia global assenta progressivamente no conhecimento, há o real perigo de os países mais pobres virem a tornar-se cada vez mais marginalizados em virtude da disparidade *entre* a *informação rica* e a *informação pobre*.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD (1999), o acesso à Internet tornou-se a nova linha de demarcação entre ricos e

pobres. O sul da Ásia, com 23 por cento da população mundial, tem menos de 1 por cento dos utilizadores mundiais da Internet. Em África há apenas sete servidores de Internet por milhão de pessoas. Uma elevada proporção destes servidores localiza-se na África do Sul, de longe a mais desenvolvida e próspera nação deste continente.

Os entusiastas das tecnologias de informação argumentam que os computadores não provocam necessariamente maiores desigualdades nacionais e globais, já que a sua própria força repousa na capacidade para reunir as pessoas e abrir novas oportunidades. Alega-se que na Ásia e na África, as escolas onde escasseiam livros de estudo e professores qualificados podem beneficiar da Internet. Os programas de aprendizagem à distância e colaboração com colegas do estrangeiro poderiam ser a chave para ultrapassar a pobreza e a desigualdade. Os entusiastas das tecnologias de informação argumentam ainda que estas, quando colocadas nas mãos de pessoas inteligentes e criativas, têm um potencial ilimitado.

A tecnologia pode ser empolgante e abrir importantes portas, mas, reconheça-se, não existe uma combinação tecnológica fácil. As regiões subdesenvolvidas lutam contra o analfabetismo de massa e, dada a ausência de linhas telefónicas e de electricidade, necessitam de uma infraestrutura educativa sustentada antes de poderem beneficiar de programas de aprendizagem à distância. Nestas circunstâncias, a Internet não pode substituir o contacto directo entre o professor e o aluno.

A privatização da educação

Tal como já vimos, a educação é hoje um dos assuntos geradores de maior contestação política na Grã-Bretanha. Governos sucessivos introduziram reformas abrangentes numa tentativa de aumentar os resultados educativos e preparar melhor os jovens para a entrada na vida adulta. O Reino Unido não está sozinho na elevada prioridade concedida ao sistema educativo estatal. Nos Estados Unidos e noutros países industrializados, a educação é um dos assuntos que mais preocupa políticos e cidadãos. Uma razão para tal é o facto de serem elevadas as expectativas depositadas no sistema educativo. As escolas desempenham um papel crítico na socialização das crianças, na oferta de iguais oportunidades, na criação de força de trabalho capaz e de uma cidadania activa e informada.

No entanto, mesmo nos países mais ricos do mundo, onde os recursos dedicados à educação são extensos, estes objectivos nem sempre são cumpridos. Os exames nacionais revelam, de forma surpreendente, baixos níveis de literacia funcional (ver caixa p. 503) – competências de leitura e escrita necessárias no quotidiano –, existindo preocupação pelo declínio dos padrões académicos globais. Na maior parte dos sistemas educativos, algumas escolas obtêm resultados elevados enquanto outras ficam, de forma persistente, aquém. Em muitas áreas, os pais e os filhos expressam insatisfação com a qualidade da educação recebida através das escolas estatais, ao mesmo tempo que os professores e outros responsáveis pela educação se deparam muitas vezes com classes alargadas, recursos limitados e condições de trabalho difíceis. Enquanto alguns pais podem fornecer educação privada aos seus filhos, a vasta maioria de famílias contam com as escolas estatais e esperam que o sistema educativo, financiado pelos seus impostos, forneça uma educação de qualidade aos seus filhos.

Uma das principais tarefas com que os reformadores educativos se confrontam consiste em encontrar a forma de reproduzir, com sucesso, os resultados das melhores escolas em escolas que se debatem com o problema do insucesso escolar. Em resposta a este desafio, tem havido, na última década, uma vontade crescente no Reino Unido e nos Estados Unidos de implementar novas formas de administração escolar que combinem o financiamento público (Estado) de escolas com técnicas de gestão privada. Quando as escolas se situam, persistentemente, abaixo dos resultados e se revelam incapazes de melhorá-los, as autoridades educativas locais têm convidado privados a gerir e administrar os sistemas escolares estatais. Perante o envolvimento de um número crescente de companhias privadas e de "organizações de gestão educativa" na administração de actividades educativas, alguns observadores acreditam que estamos a caminhar para a "**privatização da educação**".

Estados Unidos: os empresários da educação

Embora os Estados Unidos despendam uma maior percentagem do PIB no sector educativo do que

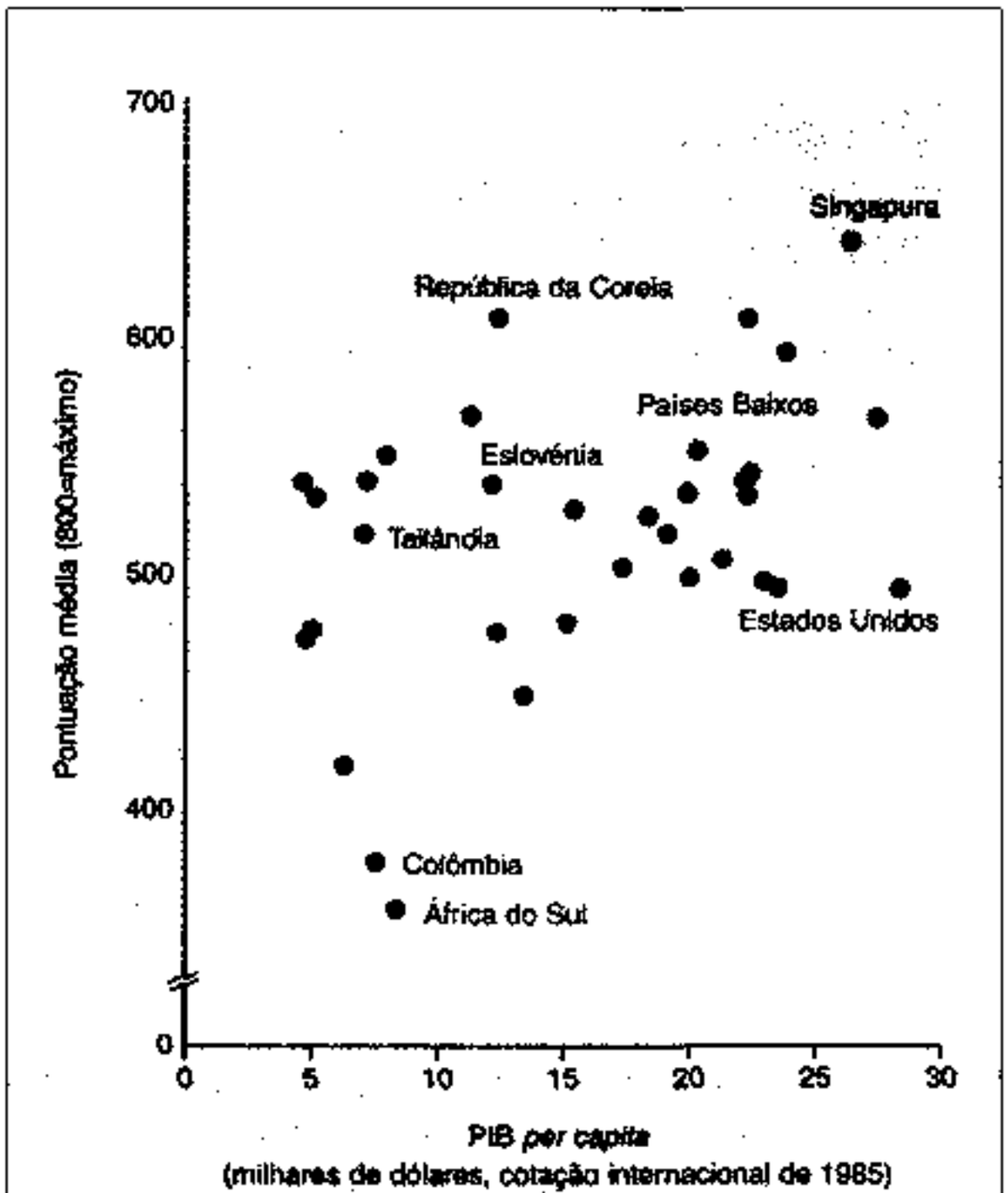


Figura 16.4 Resultados dos testes de matemática em relação ao PNB *per capita* em vários países, 1994-5

Fonte: Dados relativos a 32 países a nível mundial. Banco Mundial, *World Development Report* 1998-9, Oxford University Press 1998, p. 47.

outros países, testes internacionais mostram que as suas escolas do sector público ficam atrás das de muitos outros países (ver figura 16.4).

Cerca de 40 por cento dos americanos com dez anos não consegue passar num teste básico de leitura, sendo elevados os níveis de iliteracia funcional entre os adultos. As pesquisas revelaram que muitos estudantes americanos têm uma fraca compreensão da sua própria história e pouca percepção dos acontecimentos actuais. Num famoso relatório intitulado "*Nation at Risk*" – A Nação em Risco –, emitido em 1983, a Comissão Americana para a Excelência na Educação espantou o país quando alegou: "Se uma potência estrangeira inimiga tentasse impor na América o medíocre desempenho educativo actual, poderíamos muito bem ter encarado esta atitude como uma declaração de guerra".

A preocupação comum sobre a "crise na educação" abriu a porta para *parcerias* entre o sector *público e* o *privado* com o objectivo de introduzir o *know-how* do sector privado nas escolas públicas pouco sucedidas. Em 1994, o presidente Clinton promulgou o "*Objectivo 2000: Lei da Educação Americana*", autorizando os estados a utilizar fundos federais para as experiências relacionadas com a privatização escolar. Os distritos escolares locais podem optar por contratar serviços educativos específicos – ou toda a administração escolar – a empresas privadas sem perder o financiamento federal. Na última década, uma série de distritos escolares americanos – incluindo grandes sistemas urbanos, tais como os de Hartford, Baltimore e Minneapolis – convidaram empresas com fins lucrativos a gerir os seus sistemas escolares.

Os apoiantes da privatização das escolas argumentam que as autoridades educativas estatais e federais se mostraram incapazes de melhorar as escolas da nação. Em seu entender, o sistema educativo é esbanjador e burocrático, despendendo um montante desproporcionado dos seus fundos em custos administrativos "não relacionados directamente com a instrução". Devido à sua natureza burocrática, é praticamente impossível exigir aos sistemas escolares flexibilidade e inovação. É difícil remover os professores incompetentes, devido à força dos sindicatos de professores.

Os apoiantes da privatização alegam que a resolução destes problemas se encontra numa forte dose da componente ideológica subjacente ao sector privado: competição, experimentação e incentivo. As empresas com fins lucrativos podem gerir, através da aplicação da lógica do sector privado, os sistemas escolares de forma mais eficiente e, consequentemente, produzir melhores resultados. Os bons professores seriam atraídos para o ensino – e retidos – através de esquemas de pagamento baseados nos resultados, enquanto os professores com um desempenho fraco poderiam ser dispensados mais facilmente. A competição no âmbito das escolas levaria a níveis mais elevados de inovação. As escolas privadas teriam mais liberdade para institucionalizar os resultados de experiências bem sucedidas. O Projecto Edison – uma empresa de educação que gere uma cadeia de 80 escolas públicas em 16 estados diferentes – é um dos candidatos à liderança no mercado do ensino privado nos Estados Unidos. O Projecto Edison foi fundado

por Christopher Whittle, um empresário dos *media* famoso por ter criado o controverso *Canal um*, um programa de televisão diário sobre "assuntos correntes" com a duração de doze minutos (incluindo dois minutos de publicidade institucional) e cuja transmissão está isenta de qualquer taxa para os alunos das escolas participantes em todo o país. Em 1991, Whittle associou-se a Benno Schmidt, um antigo presidente da Universidade de Yale, para lançar um conjunto de mil escolas com fins lucrativos. Depressa constataram que o forte mercado do ensino privado nos Estados Unidos alinhava com esta visão, enquanto só então começava a ser descoberto o potencial de gestão de escolas mal sucedidas no sector público.

O veredicto sobre a eficácia do Projecto Edison ao nível dos resultados educativos nas suas escolas é controverso, tendo a própria empresa sido fortemente criticada por diversos motivos, incluindo a fraca gestão financeira. Os críticos apressaram-se a apontar que a proposta do Projecto Edison para as escolas se resume tão-somente a uma engenhosa "reconfiguração" das melhores práticas já bem conhecidas – como a aprendizagem cooperativa e ensino centrado nos alunos – da educação pública (Molmar 1996). A companhia exige que todos os estudantes nas escolas Edison tenham um computador em casa – e ajuda as famílias sem posses para o adquirir –, mas não é claro como este entusiasmo pela tecnologia se associa ao currículo de uma forma significativa. Os opositores da privatização argumentam que companhias como o Projecto Edison encaram com menos seriedade a reforma da educação e a redução das desigualdades do que a promoção da reforma educativa como um mercado lucrativo para investidores endinheirados.

Com efeito, muitos investidores nos Estados Unidos acreditam que o "mercado" da educação com fins lucrativos está no limiar de um crescimento explosivo. Existe já todo um conjunto de empresas com fins lucrativos que oferecem serviços de teor educativo, como programas de formação, cursos de preparação para testes e *sofrware* educacional. A Universidade de Phoenix é uma ilustração da dimensão e da força do mercado de diplomas e formação profissional. Actualmente, as empresas e os consultores consideram a "indústria" da educação um investimento. Embora os serviços de educação e formação representem cerca de 10% do total da economia dos E.U.A. , o seu valor no mercado accionista nacional representa apenas 0.2%. Gigantes como a Microsoft, a Sun Microsystems, a Intel e outras empresas começaram a apoiar companhias educativas com vista a capturar parte de um mercado em crescimento.

Michael Milken, o antigo especulador da Wall Street, preso por operações fraudulentas com títulos de bolsa, está entre os mais poderosos e conhecidos dos novos "empresários da educação" americanos. Milken tem tido uma forte e assídua presença no mercado de ensino privado enquanto líder das empresas Knowledge Universe, que abrangem desde uma cadeia de infantários privados a programas de formação em empresas para profissionais em plena carreira. Após uma reunião com Milken, em 1998, Arthur Levine, presidente da Escola de Professores da Universidade de Columbia em Nova York, disse aos jornalistas 'A mensagem dele é "Vocês estão em apuros, e nós vamos comer-vos o almoço". De acordo com Levine, a empresa de Milken e empreendimentos similares são "os intervenientes mais agressivos e criativos no ensino superior actual. Alguns mostraram que podem obter lucros, o que significa que grande parte do sector está à sua mercê" (citado de Wyatt 1999).

Grã-Bretanha: a recuperação das escolas «sem sucesso»

A privatização de escolas no Reino Unido não foi tão longe quanto nos Estados Unidos. Porém o governo do "Novo Partido Trabalhista" tem apoiado a ideia do controlo da gestão das escolas sem sucesso, sob a tutela das autoridades educativas locais, por parte de empresas privadas. O secretário da Educação, David Blunkett, anunciou que as "escolas sem sucesso" que não consigam atingir a nota mínima no exame nacional imposta pelo governo serão encerradas. Novos "cérebros" ou consultores externos serão convidados a reabrir as escolas e a aplicar os métodos de sucesso de outras por forma a melhorar os resultados.

O governo já tomou medidas no sentido da privatização de elementos da educação estatal em certas áreas, incluindo Liverpool, Leicester, Hackney e Islington em Londres. A intervenção pode ser relativamente limitada – contratando serviços específicos, como os elementos da administração escolar – ou mais substancial. No caso de Islington, todos os serviços das autoridades educativas locais para as esco-

las foram contratados pelo sector privado. Em 1999, a entidade reguladora dos padrões escolares avisou que provavelmente teriam lugar "intervenções profundas" em mais quinze autoridades locais. Em Março de 2000, o governo anunciou novas metas de desempenho para as escolas secundárias. Por volta de 2003, todas as escolas secundárias deveriam ter 15% dos alunos com cinco boas notas de passagem nos exames nacionais (GCSE); por volta de 2006 o rácio deverá ser de 25%. As escolas que falhem essas metas poderão ser objecto de encerramento.

Avaliação

Como em muitas outras áreas da vida social contemporânea, os mercados e as tecnologias de informação são influências maiores na mudança educacional. A comercialização da educação também reflecte as pressões crescentes da globalização no sentido da redução de custos. Tal como as empresas, as escolas estão a ser "redesenhadas".

Alguns acreditam que a gestão privada das escolas é a melhor forma de assegurar que as escolas com maior popularidade e sucesso partilham os seus modelos com outras. Sustenta-se que, se as forças de mercado puderem seguir o seu curso, as escolas sem sucesso serão gradualmente fechadas e reabertas de acordo com planos de maior sucesso. A opção de pais e filhos recairá nas escolas de maior sucesso, obrigando as escolas que ficam abaixo do desempenho mínimo a melhorar os seus resultados ou a fechar, tal como acontece no sector privado.

Porém, os críticos contrapõem que esta análise é extremamente redutora, esquecendo o principal desafio que as escolas têm de enfrentar. Em muitas escolas com fracos resultados (de acordo com indicadores-padrão), os alunos entram na escola com competências limitadas e fraca preparação em áreas fulcrais. Os níveis de pobreza e de privação são elevados em muitas das comunidades onde as "escolas sem sucesso" estão localizadas. O tempo na sala de aula é muitas vezes ocupado com os problemas familiares e pessoais dos alunos, assumindo os professores também o papel de conselheiros. Comportamentos violentos e destrutivos não são invulgares. Aqueles que se opõem aos modelos de privatização argumentam que a *verdadeira* reforma educativa tem de estar ligada ao combate à pobreza, a programas anti-racistas, a melhores instalações escolares e a serviços sociais alargados à comunidade.

De acordo com os críticos, existem poucas provas de que as empresas com fins lucrativos estejam a produzir melhores resultados educativos ou a assegurar uma transição mais gradual da escola para a vida activa dos estudantes. Alegam que os "fins lucrativos" não se coadunam com os sistemas educativos estatais. O facto de a privatização ter ido tão longe é sinal do triunfo da mentalidade de mercado da nossa era moderna. É provável que grande parte dos que irão entrar no campo da educação sejam organizações cuja relação com a escola era previamente marginal ou inexistente. Entre eles incluem-se empresas de televisão por cabo, de *software*, grupos de telecomunicações, produtores de filmes e fornecedores de equipamento. A sua influência nas escolas ou universidades será associá-las ao que tem sido denominado de "edu-entretenimento" – uma espécie de indústria educativa paralela associada à indústria de *software* em geral, a museus, parques de ciência e a áreas de património.

Teorias da escolarização e desigualdade

Bernstein: códigos linguísticos

Há diversas perspectivas teóricas sobre a natureza da educação moderna e as suas implicações na desigualdade. Uma delas realça a importância das capacidades linguísticas. Nos anos setenta, Basil Bernstein sustentou que as crianças de origens sociais diversas desenvolvem *códigos*, ou formas de discurso, diferentes no começo da sua vida, que afectam as suas experiências escolares posteriores (Bernstein, 1975). Bernstein não se preocupa com diferenças em termos de vocabulário ou de desempenho verbal, no sentido usual; o seu interesse recai sobre as diferenças sistemáticas no uso da linguagem, e em particular sobre o contraste existente, a este respeito, entre as crianças mais pobres e as mais ricas.

O discurso das crianças da classe trabalhadora, declara Bernstein, representa um código restrito – uma forma de uso da linguagem que contém muitas pressuposições não declaradas, que quem fala espera que os outros conheçam. Um código restrito é um tipo de discurso ligado ao seu contexto cultural espe-

cífico. Muitas pessoas da classe trabalhadora vivem numa cultura intensamente familiar ou local, na qual os valores e normas são tidos como evidentes e não são expressos na linguagem. Os progenitores tendem a socializar os seus filhos directamente através de recompensas ou de reprimendas para corrigir o comportamento. A linguagem num código restrito é mais apropriada para a comunicação sobre experiências práticas do que para a discussão de ideias mais abstractas, processos ou relações. A fala do código restrito é, por conseguinte, uma característica das crianças que crescem em famílias da classe baixa, e dos grupos de pares onde passam o seu tempo. O discurso é orientado para as normas do grupo, sem que alguém seja capaz de explicar com facilidade *porque é que* se seguem esses padrões de comportamento.

Em contrapartida, segundo Bernstein, o desenvolvimento da linguagem das crianças da classe média envolve a aquisição de um **código elaborado** – um estilo de linguagem em que o significado das palavras pode ser individualizado, para se adaptar às exigências de situações particulares. As formas como as crianças de classe média aprendem a usar a linguagem estão menos ligadas a contextos particulares; a criança é capaz de generalizar e expressar ideias abstractas mais facilmente. Deste modo, as mães da classe média, ao controlarem os seus filhos, explicam frequentemente as razões e os princípios subjacentes às suas reacções ao comportamento da criança. Enquanto uma mãe da classe trabalhadora poderia repreender o seu filho por comer muitos doces, dizendo simplesmente «Não comes mais doces», uma mãe da classe média poderá, com maior probabilidade, explicar que o facto de se comerem muitos doces é mau (prejudicial) para a saúde e para o estado dos dentes.

As crianças que adquiriram códigos elaborados de discurso, propõe Bernstein, têm maior capacidade para lidar com as exigências da educação académica formal do que as que estão limitadas a códigos restritos. Isto não implica que as crianças da classe baixa tenham um tipo «inferior» de discurso ou que os seus códigos de linguagem tenham «carências». Antes, a forma como uma criança da classe baixa usa a fala colide com a cultura académica da escola. Aqueles que dominam códigos elaborados enquadram-se muito melhor no ambiente escolar.

Existem provas que apoiam a teoria de Bernstein, embora ainda se debata a sua validade. Joan Tough estudou a linguagem das crianças das classes média e trabalhadora e encontrou diferenças sistemáticas. Ela sustenta a tese de Bernstein de que as crianças da classe baixa têm geralmente menor experiência de receber respostas para as suas questões, ou de lhes serem oferecidas explicações acerca do raciocínio de outros (Tough, 1976). A mesma conclusão foi obtida em pesquisas posteriores efectuadas por Barbara Tizard e Martin Huges (1984).

As ideias de Bernstein ajudam-nos a entender as razões pelas quais as crianças de origem socioeconómica mais baixa tendem a ser «mal-sucedidas» na escola. As características que se descrevem a seguir, todas com efeitos restritivos sobre as oportunidades educacionais das crianças das classes baixas, têm sido associadas ao código restrito:

- A criança recebe provavelmente respostas limitadas a questões postas em casa e, por conseguinte, é provável que seja ao mesmo tempo menos bem informada e menos curiosa sobre o mundo em geral do que aquelas que dominam códigos elaborados.
- A criança irá encontrar dificuldades para se ajustar à linguagem abstracta e não emotiva usada no ensino, bem como aos princípios gerais da disciplina escolar.
- Muito do que o professor diz será provavelmente incompreensível, na medida em que depende do uso de formas linguísticas diferentes daquelas a que a criança está acostumada. A criança poderá tentar lidar com este facto, *traduzindo* a linguagem do professor para aquela com que esteja familiarizada – mas, então, poderia não entender os próprios princípios que o professor pretende transmitir.
- Enquanto a criança terá poucas dificuldades com o que se aprende de cor ou por «repetição», irá ter grandes dificuldades em entender as distinções conceptuais que implicam a generalização e a abstracção.

Illich: o currículo oculto

Um dos escritores actuais mais controversos sobre a teoria da educação é Ivan Illich. Illich é conhecido pelo seu juízo crítico sobre o desenvolvimento económico moderno, que descreve como um processo

através do qual pessoas anteriormente auto-suficientes são despojadas das suas capacidades tradicionais e colocadas na dependência de médicos no que diz respeito à sua saúde, de professores quanto à sua instrução, da televisão para efeitos de entretenimento e de patrões para poderem subsistir. Illich defende que a própria noção de escolaridade obrigatória – hoje aceite em todo o mundo – deveria ser questionada (Illich, 1973). Illich sublinha a relação existente entre o desenvolvimento da educação e as exigências económicas de disciplina e hierarquia. Afirma que as escolas se têm desenvolvido para tratar de quatro tarefas básicas: a provisão de cuidados de custódia, a distribuição de pessoas por ocupações, a aprendizagem dos valores dominantes e a aquisição de aptidões e conhecimentos aprovados socialmente. A escola tornou-se uma organização de *custódia*, pois a sua frequência é obrigatória e as crianças são «mantidas longe das ruas», entre os começos da infância e a sua entrada no mundo do trabalho.

Muito do que se aprende na escola nada tem a ver com o conteúdo formal das lições. As escolas tendem a inculcar o que Illich designou como *consumo passivo* – uma aceitação acrítica da ordem social existente – pela natureza da disciplina e pela regulamentação que implicam. Estas lições não são ensinadas conscientemente; estão implícitas nos procedimentos e na organização das escolas. O **currículo oculto** ensina às crianças que o seu papel na vida é «saber qual é o seu lugar e conformar-se com ele» (Illich 1973).

Illich advoga a *desescolarização* da sociedade. Salienta que a escolaridade obrigatória é uma invenção relativamente recente, não havendo razão para ser aceite como algo de inevitável. Em virtude de as escolas não promoverem a igualdade nem o desenvolvimento das potencialidades criativas individuais, porque não acabar com elas, na sua forma corrente? Illich não quer dizer com isto que todas as formas de organização educativa deveriam ser abolidas. Ele salienta que a educação deveria dar acesso aos recursos disponíveis a todos os que quisessem aprender – em qualquer altura das suas vidas, e não apenas na infância ou na adolescência. Um tal sistema deveria possibilitar a ampla difusão e partilha do conhecimento, que não ficaria confinado a especialistas. Os estudantes não deveriam ter de se submeter a um currículo estandardizado e deveriam ter possibilidade de escolha, a nível pessoal, sobre aquilo que iriam estudar.

O que é que tudo isto significa em termos práticos não é inteiramente claro. Contudo, em vez de escolas, Illich sugere diversos tipos de *enquadramento educacional*. Os recursos materiais para a aprendizagem formal seriam armazenados em bibliotecas, agências de aluguer, laboratórios e bancos de dados, ao dispor de qualquer estudante. Estabelecer-se-iam «redes de comunicação», que forneceriam informações sobre o conhecimento e as aptidões de diferentes indivíduos e sobre a sua disponibilidade para as transmitirem a outros ou para se envolverem em actividades de aprendizagem mútua. Seriam dados passes aos estudantes que lhes permitiriam usar os serviços educativos como e quando quisessem.

Serão estas propostas inteiramente utópicas? Muitos dirão que sim. No entanto, se, como parece vir a ser possível, o trabalho remunerado for substancialmente reduzido ou reestruturado no futuro, elas parecem menos irreais. Caso o trabalho remunerado se venha a tornar menos central na vida social, as pessoas podem envolver-se alternativamente em várias ocupações. Neste cenário, algumas das ideias de Illich fazem sentido. A educação não seria apenas uma forma de formação primária, confinada a instituições especiais, mas ficaria ao dispor de todos os que quisessem tirar partido dela.

As ideias de Illich, dos anos 70, ficaram novamente na moda nos anos 90 com o crescimento das novas tecnologias de comunicação. Como pudemos observar, alguns acreditam que os computadores e a Internet poderão revolucionar a educação e reduzir as desigualdades.

Bourdieu: educação e reprodução cultural

O conceito de **reprodução cultural** é talvez a forma mais instrutiva para relacionar alguns dos temas destas três perspectivas teóricas (Bourdieu, 1986, 1988; Bourdieu e Passeron, 1977). Por reprodução cultural entendemos os modos como as escolas, conjuntamente com outras instituições sociais, contribuem para perpetuar as desigualdades económicas e sociais ao longo das gerações. O conceito dirige a nossa atenção para os meios pelos quais as escolas influenciam a aprendizagem de valores, atitudes e hábitos, através do currículo escondido. As escolas reforçam

as variações nos valores culturais e nas perspectivas adquiridas num período anterior da vida; o abandono escolar limita as oportunidades de alguns, enquanto facilita as de outros.

Os modos de uso da linguagem identificados por Bernstein ligam-se, sem dúvida, a tais diferenças culturais mais vastas, que estão subjacentes a variações nos interesses e nos gostos. As crianças provenientes de meios da classe baixa, especialmente as que pertencem a grupos minoritários, desenvolvem formas de falar e de agir que colidem com as dominantes nas escolas. As escolas impõem regras de disciplina aos alunos, sendo a autoridade dos professores orientada para a aprendizagem académica. As crianças da classe baixa passam por um choque cultural muito maior quando entram para a escola do que as oriundas de lares mais privilegiados. De facto, as primeiras encontram-se num ambiente cultural estranho. Não estão apenas menos motivadas em relação a um desempenho académico elevado. Os seus modos habituais de linguagem e de acção, como afirma Bernstein, não se articulam com os dos seus professores, mesmo quando cada um faz os possíveis para comunicar.

As crianças passam muitas horas na escola. Tal como Illich sublinha, aprendem muito mais do que o que está contido nas lições que lhes são oficialmente ministradas. As crianças sentem o primeiro sabor do que será o mundo do trabalho, aprendendo a serem pontuais e a aplicarem-se diligentemente em tarefas estabelecidas pelos que detêm a autoridade (Webb e Westergaard, 1991).

Willis: uma análise da reprodução cultural

O relatório de um estudo baseado em trabalho de campo, levado a cabo por Paul Willis, numa escola de Birmingham, constitui uma discussão famosa da reprodução cultural (1977). Apesar de ter sido realizado há mais de duas décadas, este estudo continua a ser um clássico da investigação sociológica.

Willis propôs-se investigar a forma como ocorre a reprodução cultural – ou, nas suas palavras, «o modo como os miúdos das classes trabalhadoras obtêm empregos de classe trabalhadora». Pensa-se frequentemente que as crianças das classes baixas ou dos grupos minoritários acabam pura e simplesmente por perceber, no decurso do seu percurso escolar, que «não são suficientemente espertas» para esperarem obter empregos com salários altos e de posição social elevada nas suas futuras vidas de trabalho. Por outras palavras, a experiência do fracasso escolar ensina-as a reconhecer as suas limitações intelectuais; uma vez aceite a sua «inferioridade», transitam para ocupações com perspectivas de carreira profissional limitadas.

Como Willis assinala, esta interpretação não está de todo de acordo com a realidade da vida e das experiências das pessoas. A «sabedoria de rua» dos oriundos de bairros pobres pode ter pouca ou nenhuma relevância para o sucesso académico, mas envolve um conjunto de aptidões tão subtil, hábil e complexo como qualquer saber ensinado na escola. Poucas crianças – se é que alguma – deixam a escola a pensar: «Sou tão estúpido, que é justo e correcto que fique todo o dia a carregar caixas na fábrica». Se as crianças de ascendência menos privilegiada aceitam empregos humildes, sem se sentirem fracassadas para o resto das suas vidas, têm de existir outros factores envolvidos.

Willis concentrou-se num grupo particular de estudantes, passando muito tempo com eles. Os membros do grupo, que se chamavam a si próprios «os moços» («the lads»), eram brancos; a escola também tinha muitos estudantes negros e asiáticos. Willis descobriu que os moços tinham um entendimento agudo e perceptivo do sistema de autoridade escolar – mas usavam-no para combater esse sistema, em vez de cooperarem com ele. Viam a escola como um ambiente estranho, mas que podiam manipular em seu proveito. Tiravam prazer do conflito constante – que mantinham principalmente ao nível de brigas menores – que tinham com os professores. Eram peritos em descobrir os pontos fracos das exigências de autoridade dos professores, bem como em saber os seus aspectos vulneráveis como indivíduos.

Na aula, por exemplo, esperava-se que os alunos se sentassem quietos, ficassem calados e fizessem o seu trabalho. Mas «os moços» mexiam-se constantemente, à excepção do momento em que o olhar do professor os gelava momentaneamente; tagarelavam sub-repticiamente ou faziam comentários abertos que eram quase uma insubordinação directa, mas que podiam explicar, caso fossem obrigados a isso.

Os «moços» sabiam que o trabalho seria muito parecido com a escola, mas desejavam-no activamente. Não esperavam obter qualquer satisfação

directa do mundo do trabalho, mas desejavam impacientemente receber um ordenado. Longe de se sentirem inferiorizados com os empregos que arranjavam – mudar pneus, aplicar alcatifas, fazer canalizações, pintar casas –, mantinham uma mesma atitude de superioridade indiferente em relação ao trabalho, que tinham tido em relação à escola. Gostavam do estatuto de adulto que lhes era conferido pelo trabalho, mas não se interessavam por fazer «carreira». Como Willis assinala, o trabalho de colarinho azul envolve frequentemente aspectos culturais bastante semelhantes aos que «os moços» criaram na sua cultura contra-escolar – zombaria, perspicácia e habilidade para subverter as exigências das autoridades, quando necessário. Só mais tarde, nas suas vidas, é que poderão passar a ver-se como alguém que foi apanhado por um trabalho árduo e não compensatório. Quando constituem família, poderão por vezes olhar para a educação, em retrospectiva – e sem esperança – como o único escape. No entanto, se tentarem transmitir esta perspectiva aos seus próprios filhos, irão provavelmente ter tão pouco sucesso como os seus pais tiveram com eles.

Aprender a não trabalhar: os "moços machos" dos anos 90

Mais de duas décadas depois de Willis dirigir o seu estudo sobre os "rapazes" de Birmingham, um outro sociólogo, Máirtín Mac an Ghaill, investigou as experiências de jovens homens da classe trabalhadora na Parnell School nas West Midlands (1994). Mac an Ghail estava particularmente interessado no modo como os estudantes masculinos desenvolvem formas específicas de masculinidade na escola como parte da sua passagem à idade adulta (ver caixa p. 124). Estava decidido a compreender como rapazes da classe trabalhadora, nos inícios dos anos 90, viam as suas próprias transições para a vida adulta e perspectivas para o futuro. De forma diferente da dos rapazes de Willis, os rapazes da Parnell School estavam a crescer à sombra do desemprego elevado, do colapso da base manufactureira na região e de cortes nos benefícios governamentais para gente jovem.

Mac an Ghaill chegou à conclusão de que a transição para a vida adulta dos jovens na Parnell School era muito mais fragmentada do que a experimentada pelos rapazes de Willis vinte e cinco anos mais cedo. Já não existia uma trajectória clara que ia da escola ao trabalho remunerado. Muitos dos rapazes na escola viam os anos pós-escola como caracterizados pela dependência (na família em particular), por esquemas de formação do governo "inúteis", e por um mercado de trabalho inseguro, desfavorável a jovens trabalhadores manuais. Existia uma confusão generalizada entre muitos dos estudantes sobre a relevância da educação para os seus futuros. Esta confusão manifestou-se em reacções muito diferentes ao ensino – enquanto alguns dos grupos de pares masculinos procuravam traçar caminhos de mobilidade ascendente como estudantes de sucesso ou "novos empresários", outros eram abertamente hostis ao ensino.

Dos quatro grupos uniformes que Mac an Ghaill identificou na escola, o grupo mais tradicionalmente da classe trabalhadora da escola eram "os rapazes machos". Os rapazes machos tinham coalescido como um grupo na altura em que se tornaram adolescentes; os membros do grupo estavam nas últimas posições em todas as disciplinas. As suas atitudes perante a educação eram abertamente hostis – partilhavam uma visão comum de que a escola era parte de um sistema autoritário que colocava exigências de estudo sem sentido aos estudantes que retinha. Enquanto os "rapazes" de Willis tinham encontrado formas de manipular o ambiente escolar em seu favor, estes tinham uma atitude de desafio perante o seu papel no âmbito da escola.

Os "rapazes machos" eram vistos pela administração escolar como o mais "perigoso" grupo anti-escola da Parnell School. Os professores eram encorajados a lidar com eles usando meios autoritários de uma forma mais aberta do que a que usariam com outros alunos. As manifestações simbólicas de masculinidade da classe trabalhadora dos "rapazes machos" – como o uso de certas roupas, penteados e brincos – foram banidas pela administração escolar. Os professores estavam envolvidos na "vigilância" dos alunos, pela sua constante monitorização nos corredores, instruindo-os sobre a interacção e a postura corporal, com frases como "olha para mim quando estou a falar contigo" e "caminha como deve ser no corredor".

A escola secundária para os rapazes machos foi o seu "aprendizado" para virem a ser duros. A escola não era sobre leitura, escrita e aritmética, mas sobre lutar, foder e futebol. "Cuidar dos amigos" e "mantermo-nos unidos" eram valores-chave do mundo

social dos machos. As escolas tornaram-se território disputado, como as ruas. Os rapazes machos consideravam os professores da mesma forma que os agentes da lei (com aberto desdém) e acreditavam ser a fonte principal de conflito na escola. Recusavam-se a reconhecer a autoridade dos professores no contexto da escola e estavam convencidos de que estavam constantemente a ser "tramados" para serem castigados, disciplinados ou humilhados.

Tal como os "rapazes" de Willis, os "machos" também viam o trabalho académico e o sucesso como algo de inferior e efeminado. Os estudantes que se distinguiam academicamente eram rotulados como "estúpidos com sucesso". O trabalho escolar era rejeitado e considerado inapropriado para homens. Como um rapaz macho, Leon, comentou. "O trabalho que se faz aqui é de raparigas. Não é trabalho a sério. É para miúdos. Eles (os professores) tentam fazer-nos escrever coisas sobre como nos sentimos. Não têm nada a ver com isso" (Mac an Ghaill 1994:59).

O trabalho de Mac an Ghaill monstra como os "machos", mais do que outro grupo uniforme masculino, estavam a sofrer uma "crise de masculinidade" especial. Tal deve-se ao facto de estarem activamente a desenvolver uma masculinidade "ultrapassada" de classe operária centrada no trabalho manual remunerado – numa altura em que um futuro seguro no trabalho manual tinha desaparecido. De acordo com Mac an Ghaill, os "machos" continuaram a fantasiar sobre a sociedade de "pleno emprego" onde os seus pais e tios tinham vivido. Apesar de alguns dos seus comportamentos serem hipermasculinos e, portanto, defensivos, estavam restringidos à visão do mundo da classe operária herdada de gerações anteriores.

Iremos agora voltar-nos para a discussão da desigualdade na educação, incluindo o género, a etnicidade e a classe, passando em seguida para a análise de outras teorias sobre o desempenho escolar.

O género e o sistema educativo

O currículo formal nas escolas, à parte no relativo a jogos, já não estabelece distinções, de modo sistemático, entre rapazes e raparigas. Todavia, há vários outros «pontos de entrada» para o desenvolvimento de diferenças de género na educação. Entre estes incluem-se expectativas de professores, rituais escolares e outros aspectos de um currículo oculto. Os regulamentos que compelem as raparigas a usar vestidos ou saias na escola constituem um dos meios mais óbvios através do qual se instila o género. As consequências vão para além da mera aparência. Por causa do tipo de vestuário que usa, uma rapariga não tem liberdade para se sentar informalmente, para participar em jogos duros e em que se cai, ou para às vezes correr tão rapidamente quanto é capaz.

Os livros escolares também ajudam a perpetuar imagens de género. Embora esta situação esteja a mudar, manuais das escolas primárias retratam frequentemente os rapazes como detentores de iniciativa e independentes, enquanto as raparigas, quando aparecem, são mais passivas e observam os seus irmãos. As histórias escritas especialmente para raparigas têm frequentemente um elemento de aventura, mas este toma habitualmente a forma de intrigas ou de mistérios num contexto doméstico ou escolar. As histórias de aventura para rapazes são mais variadas, com heróis que viajam para lugares distantes ou que são de outros modos claramente independentes (Statham, 1986).

Ao nível do secundário, as mulheres tendem a ser "invisíveis" na maioria dos manuais de matemática e ciências, perpetuando a visão de que estas são "disciplinas de homens".

O género e o desempenho escolar

Durante muitos anos, as raparigas foram, em média, mais bem sucedidas do que os rapazes, em termos de desempenho escolar, até aos anos intermédios da educação secundária. A partir daí, tendiam a ficar para trás: os rapazes tinham melhores notas nos níveis O e A e na universidade.

Até ao final dos anos 80, era menos provável que uma rapariga completasse os três níveis A necessários para a admissão à universidade. As raparigas acediam menos ao ensino superior do que os rapazes. Preocupados com tais desigualdades, investigadores feministas desenvolveram um certo número de estudos importantes, reveladores do modo como o género influencia o processo de aprendizagem. Descobriram que o currículo escolar era muitas vezes dominado pelo masculino e que os professores dedicavam mais atenção aos rapazes do que às raparigas na sala de aula.

Durante muito tempo houve a preocupação de que os professores dedicavam mais atenção aos rapazes do que às raparigas na sala de aula, mas, à medida que estas foram passando à frente dos rapazes, as preocupações passaram a centrar-se no insucesso daqueles.

Contudo, em anos recentes, o debate sobre o género nas escolas sofreu uma inversão dramática. Os "rapazes com insucesso" são agora o principal tema de conversa de educadores e decisores políticos. Desde os inícios dos anos 90, as raparigas ultrapassaram de forma consistente os rapazes em todas as áreas e a todos os níveis do sistema educativo britânico (ver figura 16.5).

Em 1995, escolas femininas ocuparam os cinco primeiros lugares e 14 dos 20 primeiros lugares de topo do quadro de classificação das escolas. Em 1999, as raparigas igualaram ou ultrapassaram os rapazes em todas as etapas-chave das avaliações. Ao nível do exame nacional as diferenças de género no que respeita ao inglês são particularmente substanciais, com dois terços das raparigas, mas menos de metade dos rapazes, a obter um grau de A a C. Estas tendências parecem estar a consolidar-se: a proporção de raparigas que, no último ano, obtém notas no exame nacional de A a C está a aumentar mais rapidamente que a dos rapazes.

Descobertas semelhantes têm sido relatadas na América. Há duas vezes mais probabilidades de os rapazes frequentarem a educação especial ou de abandonarem o liceu. A diferença agora prolonga-se no ensino superior. Nos Estados Unidos, há mais probabilidade de as raparigas irem para as universidades do que os rapazes, de se licenciarem, e têm uma probabilidade maior de prosseguirem para um grau de pós-graduação («Oportunidades de carreira», *The Economist*, 8 de julho de 1995).

O problema dos "rapazes com insucesso" tem sido considerado com grande preocupação, porque é associado a problemas sociais maiores, como o crime, o desemprego, a droga e as famílias monoparentais, embora alguns acreditem que a atenção dada ao problema é falaciosa.

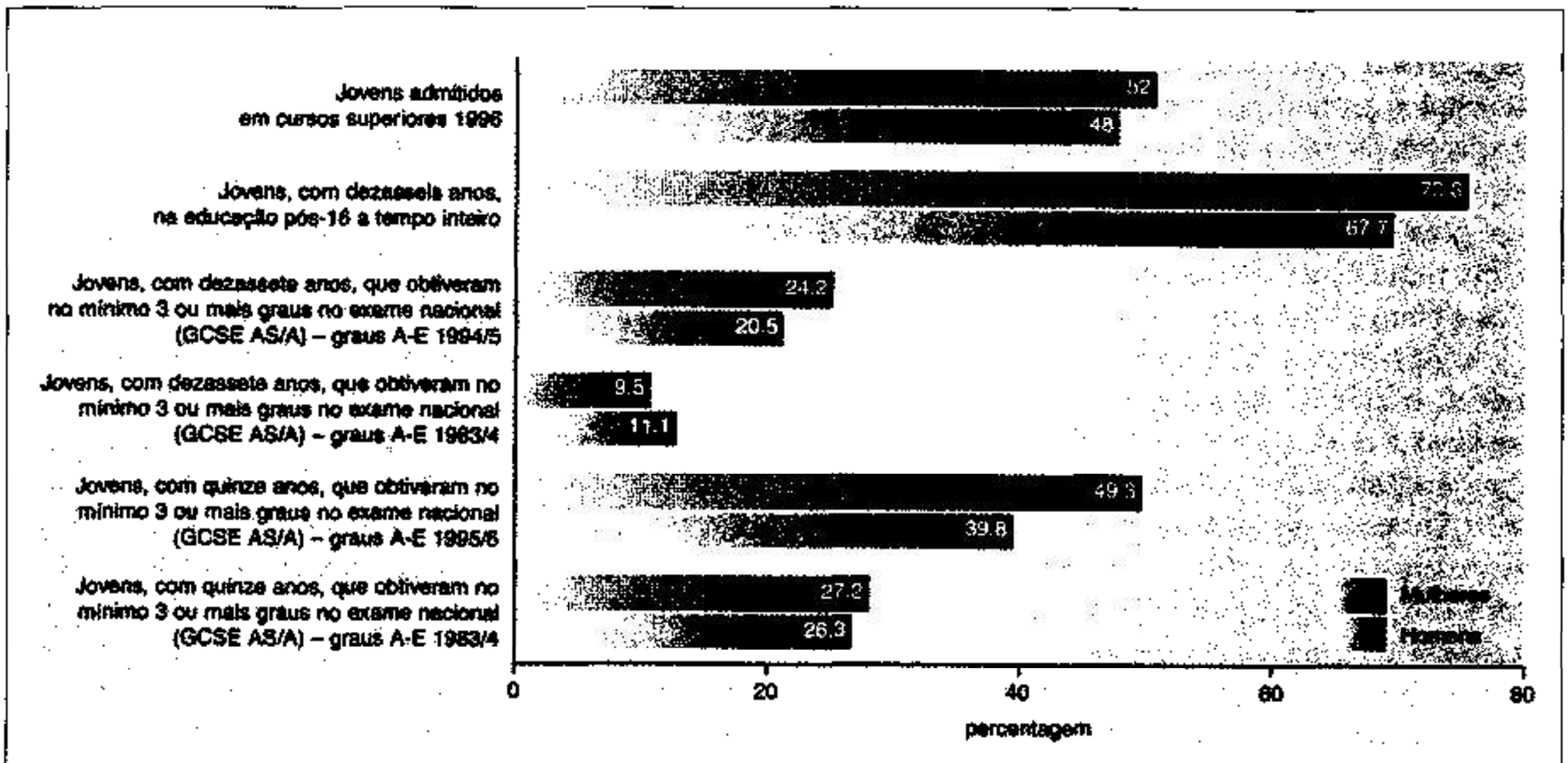


Figura 16.5 Algumas diferenças entre homens e mulheres na educação (%)

Fonte: Dados do DFEE, *Separate Tables*, 1997; Relatório anual do UCAS, 1996. *Sociology Review*, 6.1 (Setembro 1996), p. 36.

Os rapazes que deixam a escola cedo, ou com resultados educativos pobres, têm menos probabilidade de encontrar bons empregos e de criar famílias estáveis. À medida que o perfil económico da Grã-Bretanha muda, estão cada vez menos disponíveis para os jovens trabalhos manuais que não requerem qualificações. Os lugares de aprendiz, que costumavam ser um dos pontos de partida para entrar na manufactura e nos ofícios, vão desaparecendo. Entretanto, uma larga proporção – acima de 70 por cento – dos postos de trabalho que estão a ser criados no sector de serviços em rápido crescimento estão a ser preenchidos por mulheres.

As interpretações sobre a incidência das diferenças de género no desempenho escolar

Têm sido avançados inúmeros argumentos para explicar a mudança no desempenho dos géneros na última década. Um factor que deve ser tomado em linha de conta para explicar o desempenho das raparigas na escola é a influência do movimento das mulheres no desenvolvimento da auto-estima e das expectativas das raparigas. Muitas das raparigas que estão hoje nas escolas têm crescido rodeadas de exemplos de mulheres trabalhadoras. Com efeito, muitas das suas próprias mães trabalham fora de casa. A exposição a estes modelos positivos aumenta a percepção das raparigas em relação às oportunidades de carreira e desafia os estereótipos tradicionais das mulheres como donas-de-casa. Um outro resultado do feminismo é que os professores e outros profissionais envolvidos têm-se tornado mais conscientes da discriminação operada pelo género na esfera do sistema educativo. Em anos recentes, muitas escolas deram passos para evitar os estereótipos de género na sala de aula, encorajando as raparigas a explorar disciplinas tradicionalmente de "homens" e promovendo materiais educativos libertos do preconceito do género.

Algumas teorias que procuram explicar as diferenças de género nas escolas centram-se na diferença dos estilos de aprendizagem entre rapazes e raparigas. As raparigas são muitas vezes consideradas como mais bem organizadas e mais motivadas que os rapazes, e são também vistas como amadurecendo mais cedo. Uma manifestação disto é que as raparigas tendem a relacionar-se entre si conversando e usando a sua capacidade verbal. Por outro lado, os rapazes socializam de uma maneira mais activa através do desporto, jogos de computador e passando o tempo no recreio da escola, sendo tendencialmente

mais perturbadores na sala de aula. Estes padrões abrangentes de comportamento parecem ser reafirmados pelos professores na sala de aula, que podem ter expectativas mais baixas em relação aos rapazes, sendo mais condescendentes com as suas perturbações e prestando-lhes mais atenção.

Uma outra linha de raciocínio foca o "*laddism*"- um conjunto de atitudes e perspectivas partilhadas por muitos rapazes que é anti-educação e anti-aprendizagem. Muitos consideram que as taxas elevadas de exclusão e evasão escolar entre os rapazes se encontram enraizadas na crença de que aprender "não é fixe". Stephen Byers, o ministro da educação britânico, comentou em 1998 que "temos de desafiar a cultura anti-aprendizagem e de anarquia que se deixou desenvolver ao longo dos anos mais recentes, e não deveríamos simplesmente aceitar com um encolher de ombros que os rapazes serão sempre rapazes".

Já descrevemos a análise de Paul Willis sobre o *laddism* no seu bem conhecido estudo *Learning to Labour*. Mais de duas décadas depois, o *laddism* continua uma força forte entre os rapazes, mas num cenário muito diferente do traçado por Willis. Os conceitos de homem adulto estão em mudança na sociedade, pois o domínio dos homens tem sido desafiado em muitas áreas. Estão mais homens desempregados do que mulheres, e o velho papel de ganha-pão do homem está a esboroar-se rapidamente. A natureza do próprio trabalho está a transformar-se; os rapazes orientados para trabalhos manuais estão a descobrir progressivamente que as suas visões de futuro não se enquadram com as prioridades impostas pelas escolas ou as realidades da economia do conhecimento. Se as perspectivas de emprego são limitadas, as qualificações – e a escola em si – aparentam ser inúteis e uma perda de tempo.

Estará o mau desempenho escolar realmente associado ao género?

Alguns académicos questionam a enorme atenção e recursos dirigidos a rapazes com fracos resultados. Não só os rapazes têm tido sempre um desempenho mais baixo, comparado com o das raparigas em qualquer grau, mas a disparidade do género nas competências de linguagem pode também ser encontrada pelo mundo fora.

As diferenças habitualmente atribuídas à "preguiça saudável" dos rapazes estão agora a provocar uma tempestuosa controvérsia e frenéticas tentativas para melhorar os resultados dos rapazes. A progressiva implementação de metas de desempenho escolar nacionais, quadros de honra e comparações internacionais de literacia visa revelar as diferenças para que todos vejam que os "resultados iguais" na educação têm sido a primeira prioridade.

Os críticos argumentam que toda esta atenção devotada aos rapazes serve para ocultar outras formas de desigualdade na educação. Embora as raparigas tenham ultrapassado os rapazes em muitas áreas, a probabilidade de escolherem disciplinas na escola direccionadas para carreiras nas áreas da tecnologia, ciência e engenharia é inferior à dos rapazes. Estes ultrapassam-nas pela idade dos onze e continuam a superar o desempenho das raparigas até à universidade. Em disciplinas como a química e a informática, disciplinas centrais no crescimento económico na economia actual, as raparigas continuam a dominar. Apesar de mulheres poderem aceder à educação superior em maior número, as mulheres continuam em desvantagem no mercado de trabalho comparativamente aos homens com níveis de qualificação equivalentes (Epstein *et al.* 1998).

Alguns académicos argumentam que, mais do que o género, são factores como a classe e a etnicidade que produzem as maiores desigualdades no âmbito do sistema educativo. Por exemplo, as comparações no desempenho dos alunos segundo a classe social revela que 70 por cento das crianças da classe profissional do topo recebem cinco ou mais notas para passagem de ano, comparados com os 14 por cento dos alunos oriundos da classe trabalhadora. De acordo com os críticos, é uma falácia concentrar a atenção nos "rapazes com desempenho fraco", uma vez que os homens continuam a dominar posições de poder na sociedade. O fraco aproveitamento dos rapazes da classe trabalhadora pode ter menos a ver com o género do que com as desvantagens associadas à sua posição social. Apesar destas prolongadas tendências, no decurso da última década as raparigas têm ultrapassado frequentemente os rapazes em todos os níveis do sistema educacional.

O género e a educação superior

As organizações de mulheres na Grã-Bretanha e noutros lugares têm atacado frequentemente a discrimina-

ção sexual na escola e na educação superior. As mulheres ainda estão muito pouco representadas no corpo dos professores das faculdades e universidades. Em 1990, só havia cerca de 120 mulheres catedráticas na Grã-Bretanha, o que representava 4 por cento do total. As mulheres representavam 31 por cento dos investigadores contratados, mas só 7 por cento pertenciam aos quadros de nomeação definitiva em 1988 (Bogdanor, 1990). No seu livro *Storming the Tower* (1990), Suzanne Lie e Virginia O'Leary analisam estatísticas comparativas relativas à posição das mulheres na educação superior em todo o mundo, incluindo o Reino Unido, os Estados Unidos, a Alemanha, a Noruega, a Índia e Israel. Em todos os países estudados, a proporção das mulheres estudantes tem aumentado constantemente desde o período do pós-guerra. Nos EUA, em Israel e na Noruega, as mulheres representam cerca de metade dos estudantes. Contudo, no que diz respeito a posições académicas, o panorama é muito mais sombrio. As mulheres representam apenas uma pequena proporção dos professores nestes países, e por toda a parte encontram-se sobretudo, fora de qualquer proporção, nos graus mais baixos e nos lugares que não são do quadro.

Mais recentemente no Reino Unido, foi realizado um inquérito independente sobre o pagamento e condições académicas, presidido por Sir Michael Bett, investigação comissionada pelo *Office of Manpower Economics* (*Guardian*, 4 e 5 de Maio de 1999). Este descobriu que os académicos do sexo masculino a tempo inteiro nas universidades mais antigas recebiam em média mais £4.259 do que os seus colegas femininos. Mesmo dentro de cada escalão, as mulheres recebiam menos do que os homens – as professoras recebiam em média menos £1.807. Mais de 90% dos professores nestas universidades eram homens.

Educação e etnicidade

Os sociólogos têm efectuado importantes investigações acerca dos destinos educacionais das minorias étnicas na Grã-Bretanha. Os governos também subsidiaram uma série de investigações, incluindo a *Education for All* (Educação para Todos), o relatório do Comité Swann. O relatório de Swann encontrou diferenças médias significativas de sucesso educativo entre grupos provenientes de diferentes contextos étnicos. As crianças oriundas das Índias Ocidentais * tendiam a ter pior desempenho escolar, medido pelos conhecimentos académicos formais. Contudo, têm melhorado desde há dez anos para cá. As crianças asiáticas eram iguais às brancas, apesar de serem em média de ascendência mais pobre que as crianças brancas (Comité Swann, 1985).

Contudo, investigações posteriores indicam que esse panorama se alterou. Trevor Jones (1993) conduziu uma investigação que mostrou que as crianças oriundas de todos os grupos minoritários tinham mais probabilidade de continuar na educação a tempo inteiro, dos dezasseis aos dezanove, do que os brancos. Apenas 37 por cento dos brancos permaneciam no sistema educativo em 1988-90, em comparação com 43 por cento dos estudantes oriundos das Índias Ocidentais, 50 por cento dos estudantes do sul da Ásia e 77 por cento dos chineses. Apesar deste cenário aparentemente positivo, Jones sugeriu qualquer coisa como uma razão negativa para essa situação. Muitos membros de grupos étnicos minoritários permanecem no ensino por causa da dificuldade em encontrar um emprego.

Em geral, os membros de minorias étnicas não estão subrepresentados na educação superior britânica. Em 1998, 13 por cento dos alunos abaixo dos vinte anos que estavam inscritos no ensino superior provinham de minorias étnicas. No total da população da mesma idade, as minorias étnicas compreendem 9 por cento. Os jovens de meios chineses ou indianos têm maior probabilidade de continuar até ao ensino superior, enquanto os homens e mulheres negros provenientes de famílias das Caraíbas e as mulheres oriundas de famílias paquistanesas e do Bangladesh estão subrepresentados (HMSO 2000).

Exclusão social e escolarização

Tal como se observou noutras secções do livro, a exclusão social tornou-se uma questão de grande relevância para os sociólogos na última década. No âmbito da sociologia da educação, a exclusão escolar surge muitas vezes associada a fenómenos como a vadiagem, a delinquência, a pobreza, a supervisão

* Nota do revisor científico: Índias Ocidentais são, para os britânicos, as Antilhas que colonizaram.

limitada dos pais e o fraco empenhamento em relação à educação.

Nos últimos anos, verificou-se um aumento da percentagem de exclusões do ensino. Em 1997-8, mais de 12 000 estudantes foram permanentemente excluídos das escolas inglesas. Os rapazes contribuíram para 84 por cento das exclusões. As taxas de exclusão também diferem de acordo com a etnicidade (ver quadro 16.3). Enquanto a taxa de exclusão global entre os alunos era de 0.18 por cento em 1998, entre os estudantes negros oriundos das Caraíbas era de 0.76 por cento. Os estudantes chineses e indianos tinham as mais baixas taxas de exclusão de 0.05 e 0.09 por cento, respectivamente. Os resultados referentes às escolas americanas reflectem uma disparidade similar nas taxas de exclusão entre alunos negros e estudantes oriundos de outras minorias étnicas.

Como pode ser explicada a elevada percentagem de exclusões entre os alunos negros do sexo masculino? É provável que estejam envolvidos um certo número de factores. É possível que em determinados locais, as políticas de exclusão sejam aplicadas de uma forma racialmente discriminatória. Nos E.U.A., mais de 80 por cento das escolas adoptaram políticas de "tolerância zero" para estudantes perturbadores, na sequência de uma série de tiroteios nas escolas. Uma investigação sobre o resultado de tais políticas a nível nacional revelou que a proporção de estudantes negros excluídos das escolas é desproporcionada relativamente ao número que representam entre os estudantes –, sendo improvável que esta percentagem esteja apenas relacionada com perturbações na escola Em São Francisco, os estudantes negros representam 52% do total de exclusões, sendo, no entanto, a percentagem de alunos negros inscritos de 16%. Em Phoenix, onde a população negra representa 4 por cento, os estudantes negros representam 21 por cento do total de exclusões.

É também importante perceber de que forma as taxas de exclusão escolar podem reflectir padrões de exclusão e carência muito mais alargados na sociedade. Tal como vimos anteriormente, muitos jovens estão a crescer em condições conturbadas, com falta de orientação e apoio por parte dos adultos. As noções tradicionais de masculinidade são ameaçadas e não existe nenhuma visão estável de futuro. Para os jovens que crescem neste cenário conturbado, as escolas podem parecer irrelevantes ou demasiado autoritárias, em lugar de constituírem um local de oportunidades e de desenvolvimento.

Quadro 16.3. Percentagem de exclusão permanente da escola, por grupo étnico em Inglaterra (Janeiro 1998)

Brancos	0.17
Negros do Caribe	0.76
Negros Africanos	0.29
Negros de outras origens	0.57
Indianos	0.06
Paquistaneses	0.13
Do Bangladesh	0.09
Chineses	0.05
Todos	0.18

Número de exclusões permanentes no total de alunos a tempo inteiro ou à tempo parcial em todos os grupos etários.

Fonte: Departamento de Educação e Emprego. *Social Trends*, 30 (2000), p. 52. Crown copyright.

O QI e o sucesso escolar

Até agora este texto não se ocupou da questão das diferenças de aptidão herdadas, bem como dos argumentos de alguns de que as variações, em termos de sucesso escolar e posteriormente em termos de profissão e de rendimentos, são reflexo directo de uma diferença na inteligência. Tem-se argumentado que, em tais circunstâncias, existe de facto igualdade de oportunidades no sistema escolar, pois as pessoas alcançam um nível equivalente ao seu potencial inato.

O que é a inteligência?

Durante muitos anos, os psicólogos discutiram se existe uma única capacidade humana a que se possa chamar inteligência e, se assim é, até que ponto depende de diferenças inatas. A inteligência é difícil de definir, porque o termo cobre muitas qualidades diferentes e frequentemente não relacionadas. Podemos supor, por exemplo, que a forma mais «pura» de inteligência é a capacidade para resolver enigmas matemáticos abstractos. Contudo, pessoas muito aptas em tais problemas têm por vezes pouca capacidade noutras áreas, como a história ou a arte. Em virtude do conceito se ter revelado tão pouco flexível

em relação à definição aceite, alguns psicólogos propuseram (e muitos educadores, à falta de melhor, aceitaram) que se pode considerar simplesmente a inteligência «como o que os testes de **QI** (quociente de inteligência) medem». A natureza inadequada desta caracterização é óbvia, pois a definição de inteligência torna-se totalmente circular.

A maior parte dos testes do QI consistem num misto de problemas conceptuais e de cálculo. Os testes são construídos de forma a que a pontuação média seja de 100 pontos: qualquer um que pontue abaixo é, assim, rotulado como tendo «inteligência abaixo da média», e qualquer pessoa que pontue acima tem «inteligência acima da média». Apesar da dificuldade fundamental em medir a inteligência, os testes de QI são amplamente usados em pesquisas, bem como nas escolas e nos negócios.

O QI e os factores genéticos

A pontuação em tais testes está, de facto, altamente correlacionada com os resultados nos estudos (o que não surpreende, pois os testes de QI foram originariamente desenvolvidos para prever o sucesso escolar). Por conseguinte, eles também estão estreitamente correlacionados com diferenças sociais, económicas e étnicas, visto que estas estão associadas a variações nos níveis de sucesso escolar. Os estudantes brancos obtêm melhores pontuações, em média, do que os negros ou os membros de outras minorias com privações. Um artigo publicado por Arthur Jensen em 1969 causou furor, ao atribuir parcialmente as diferenças no QI entre negros e brancos a variações genéticas (Jensen, 1967, 1979).

Mais recentemente, o psicólogo Richard J. Herrnstein e o sociólogo Charles Murray reabriram o debate sobre o QI e a educação de uma forma controversa. Argumentam no seu livro *The Bell Curve: Intelligence and Class Structure in American Life* (A Curva de Bell: a Inteligência e a Estrutura de Classes na Vida Americana)* (1994) que a evidência acumulada ligando o QI à herança genética se tornou agora esmagadora. As diferenças significativas na inteligência entre vários grupos raciais ou étnicos, afirmam, devem em parte ser explicadas em termos de hereditariedade. A maior parte da evidência empírica que citam vem de estudos efectuados nos Estados Unidos. Segundo Herrnstein e Murray, tal evidência é indicativa de que alguns grupos étnicos têm, em média, QI mais elevados do que outros. Os americanos asiáticos, particularmente os americanos japoneses e americanos chineses possuem, em média, QI mais elevados do que os brancos, apesar de a diferença não ser grande. A média de QI dos asiáticos e brancos, contudo, é substancialmente mais elevada do que a dos negros. Resumindo as descobertas de 156 estudos, Herrnstein e Murray encontram uma diferença média de 16 pontos no QI entre estes dois grupos raciais. Os autores argumentam que tais diferenças na inteligência herdada contribuem de uma forma importante para as divisões sociais na sociedade americana. Quanto mais esperto for um indivíduo, maior é a oportunidade que ela ou ele terão de subir na escala social. Aqueles que estão no topo, estão aí em parte porque são mais espertos do que o resto da população – daqui deriva que aqueles que estão na base aí permanecem porque, em média, não são tão espertos.

Críticos de Herrnstein e Murray refutam que as diferenças de QI entre grupos raciais e étnicos sejam de origem genética. Esses afirmam que as diferenças no QI resultam de diferenças sociais e culturais. Os testes de QI, sublinham, colocam questões – relacionadas com o raciocínio abstracto, por exemplo – mais prováveis de fazerem parte da experiência de estudantes brancos mais abastados do que dos negros ou de minorias étnicas. As pontuações nos testes de QI podem também ser influenciadas por factores que nada têm a ver com as capacidades supostamente medidas, tal como a possibilidade de o teste ser enfrentado com ansiedade. A investigação demonstrou que os afro-americanos pontuavam seis pontos mais abaixo nos testes de QI quando o examinador era branco do que quando ele era negro (Kamin, 1977).

As observações acerca das minorias étnicas desfavorecidas noutros países – como os «intocáveis» na Índia, os *Maoris* na Nova Zelândia, e os *Burakumin* no Japão – sugerem vincadamente que, nos Estados Unidos, as variações no QI entre americanos africanos e brancos resultam de diferenças sociais e culturais. As crianças nestes grupos pontuam uma média de dez a quinze pontos nos testes de QI abaixo das

* Nota do revisor científico: Em estatística, a «curva normal» – ou «curva em forma de sino» (bell) – é a representação visual de uma distribuição, em que a média, a mediana e a moda são iguais.

crianças pertencentes à maioria étnica. Esta conclusão recebe apoio suplementar de um estudo comparativo de catorze nações (incluindo os Estados Unidos), mostrando que as pontuações médias nos testes de QI têm aumentado substancialmente ao longo da última metade do século para o total da população (Coleman, 1987). Os testes de QI são regularmente actualizados. Quando são dadas, ao mesmo grupo de pessoas, antigas e novas versões dos testes, a pontuação é significativamente mais elevada nos testes antigos. As crianças de hoje que efectuam testes de QI de 1930 ultrapassam os grupos dos anos trinta por uma diferença de quinze pontos – exactamente o tipo de diferença média que correntemente separa negros e brancos. As crianças hoje não são inatamente superiores em inteligência aos seus pais e avós; a mudança deriva presumivelmente da prosperidade crescente e de maiores oportunidades sociais. A diferença média social e económica entre brancos e americanos de origem africana é pelo menos tão grande quanto a diferença entre gerações, e é suficiente para explicar a variação na pontuação do QI. Ao mesmo tempo, a pontuação média para grupos na sua totalidade, nada nos diz quanto ao grau de inteligência de um membro particular de cada grupo. Embora possa haver variações genéticas entre indivíduos que influenciam pontuações nos testes de QI, que algumas raças sejam, em média, mais espertas do que outras é algo que não está provado e é improvável.

As Guerras da Curva de Bell

A obra *The Bell Curve Wars* (As Guerras da Curva de Bell) reuniu académicos de renome com o intuito de avaliar as ideias de Herrnstein e Murray. O editor do volume descreveu a obra destes autores como sendo «a peça mais incendiária de ciência social a aparecer na última década ou mais». As afirmações contidas na obra (*The Bell Curve*) «têm conduzido ao envio de inúmeras cartas ao editor em todas as principais revistas e jornais, já para não falar dos comentários na rádio e em programas de televisão» (Fraser 1995, p. 3).

Segundo Stephen Jay Gould, um dos participantes em *The Bell Curve Wars*, Herrnstein e Murray estão enganados em quatro premissas principais. Põe em causa a sua posição de que a inteligência possa ser descrita por um único número de QI; que as pessoas sejam classificadas de modo significativo segundo uma única escala de inteligência; que a inteligência derive substancialmente da herança genética; que a inteligência não possa ser alterada. Gould mostra que cada um desses pressupostos é questionável.

Howard Gardner, outro dos participantes, defende que um século de pesquisa tem levado ao abandono da noção de «inteligência» como categoria genérica. Há apenas «múltiplas inteligências» – prática, musical, especial, matemática e assim por diante. Outros colaboradores em *The Bell Curve Wars* reclamam a inexistência de uma relação sistemática entre a pontuação de QI e o desempenho profissional posterior. A sua reacção comum condensa-se na classificação de «Pseudociência racista» atribuída à obra de Herrnstein e Murray.

Gould conclui: «nós temos de lutar contra a doutrina da *Curva de Bell* porque está errada e porque irá, se activada, eliminar toda a possibilidade de educação apropriada à inteligência de todos. É claro que não podemos todos ser cientistas da astronáutica ou cirurgiões, mas aqueles que o não podem ser poderiam ser músicos de rock ou atletas profissionais (e, assim, obter muito mais prestígio social e maior salário)...» (1995, p. 22).

Inteligência emocional e interpessoal

Daniel Goleman (1996), no seu livro intitulado *A Inteligência Emocional*, defendeu que a «inteligência emocional» poderia pelo menos ser tão importante quanto o QI na determinação na nossa vida. Por inteligência emocional entende-se o modo como as pessoas usam as suas emoções – a capacidade de se motivar a si próprio, de ter autocontrolo, entusiasmo e persistência. De uma maneira geral, esta não se herda, e quanto mais for ensinada às crianças, mais oportunidades essas terão de utilizar as suas capacidades intelectuais.

De acordo com Goleman, «O mais brilhante entre nós pode afundar-se nas malhas da paixão desenfreada e de impulsos desgovernados; pessoas com elevados QI podem ser subitamente fracos pilotos das suas vidas privadas» (1996, p. 34). Esta é uma razão para o facto de as medições da inteligência, entendida no seu sentido habitual, não se correlacionarem muito bem com o que se atinge subsequentemente.

Uma investigação seguiu noventa e cinco estudantes licenciados em Harvard em 1940. Quando atingiram a meia idade, aqueles que tinham a pontuação

mais alta nos testes de QI na universidade eram apenas ligeiramente mais bem sucedidos nas suas carreiras do que estudantes menos pontuados. Outra investigação observou o outro lado da escala do QI. Foram estudados quatrocentos e cinquenta rapazes, dois terços dos quais provenientes de famílias dependentes da assistência social, e todos de um bairro de lata perto de Harvard. Um terço do grupo possuía um QI abaixo de 90. Verificou-se mais uma vez que o QI tinha apenas uma reduzida correlação com as suas carreiras ulteriores. Por exemplo, 7 por cento dos homens com QI abaixo de 80 encontravam-se desempregados, mas também estavam nessa situação 7 por cento com o QI acima de 100. Capacidades infantis, como saber lidar com as emoções e dar-se bem com os outros, eram melhores preditores. Como observou Howard Gardner:

> «A inteligência interpessoal é a capacidade para compreender outras pessoas: o que as motiva, como trabalham e como trabalhar em cooperação com elas. Vendedores, políticos, professores, clínicos e líderes religiosos bem sucedidos, são todos indivíduos provavelmente com elevados graus de inteligência interpessoal. A inteligência intrapessoal ... constitui uma capacidade para formar um modelo preciso e verídico de si próprio e ser capaz de usar esse modelo na sua vida» (Gardner 1993, p. 9).

Temos de rever as nossas ideias sobre a inteligência para incluir a diversidade de factores que contribuem para o sucesso na vida. Algo de semelhante pode ser dito sobre a própria educação. A educação é uma noção mais ampla do que a de ensino. A educação já não pode ser encarada como uma fase de preparação prévia à entrada do indivíduo no mundo do trabalho. À medida que a tecnologia avança, alteram-se as capacidades requeridas, e mesmo quando a educação é vista sob uma perspectiva meramente vocacional – como fornecendo as capacidades necessárias ao trabalho – muitos analistas concordam que, no futuro, o recurso à educação no decurso da vida será imprescindível.

Conclusão: a aprendizagem no decurso da vida

As novas tecnologias e a ascensão da economia do conhecimento estão a transformar as concepções tradicionais do trabalho e da educação. O ritmo da mudança tecnológica está a criar uma rotação muito mais rápida de ocupações do que sucedia outrora. Como vimos neste capítulo, e no capítulo 13 (" Trabalho e Vida Económica"), a formação e a obtenção de qualificações já não ocorre hoje uma vez na vida, mas no decurso da vida. Os profissionais em plena carreira procuram actualizar as suas qualificações através de programas educativos continuados e baseados na aprendizagem pela Internet. Muitos empregadores já permitem aos trabalhadores a formação no local de trabalho como forma de reforçar a lealdade e melhorar a base de competências da empresa.

As mutações constantes na nossa sociedade repercutem-se igualmente nas crenças e nas instituições tradicionais que as sustentam. A ideia de educação – como transmissão estruturada de conhecimento no âmbito de uma instituição formal – está a dar lugar a uma noção mais alargada de "aprendizagem" que pode ocorrer em vários cenários. A transição da "educação" para a "aprendizagem" não é inconsistente. Os que aprendem são actores sociais curiosos e activos que podem desenvolver ideias a partir de uma multiplicidade de fontes, não só no domínio de um contexto institucional. A ênfase na aprendizagem reconhece que as qualificações e o conhecimento podem ser adquiridos através de todo o tipo de encontros – com amigos e vizinhos, em seminários e museus, em conversas no bar local, através da Internet, noutros meios, etc.

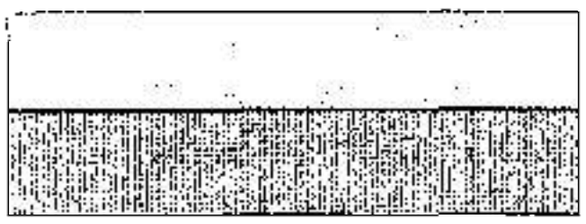
A mudança na ênfase para a aprendizagem no decurso da vida já pode ser vista no próprio âmbito das escolas, onde existe um número crescente de oportunidades para os alunos aprenderem *fora* do espaço físico da sala de aula. As fronteiras entre as escolas e o mundo exterior estão a desaparecer, não só via ciberespaço, mas também no mundo físico. O "serviço de aprendizagem", por exemplo, tornou-se um pilar de muitas escolas secundárias americanas. O trabalho voluntário na comunidade constitui uma das condições requeridas aos alunos para obter um grau. As parcerias com empresas locais também se tornaram habituais nos E.U.A. e no Reino Unido, fomentando a interacção entre profissionais e alunos.

Na Grã-Bretanha foi criado o inovador "banco de aprendizagem", com o objectivo de motivar os cidadãos para a aprendizagem contínua. Os indivíduos

A aprendizagem no decurso da vida para uma vida longa.

efectuam um pequeno investimento inicial na sua «Conta individual para a educação», cabendo ao Estado contribuir com um montante superior. As pessoas podem movimentar a sua «conta individual para a aprendizagem» para pagar qualquer tipo de cursos, incluindo a formação para a aquisição de novas capacidades técnicas ou profissionais. Uma "universidade para a indústria" – constituída por centros de aprendizagem em locais como as igrejas, os supermercados e os clubes de futebol, encorajará as pessoas a continuar a sua educação no âmbito das suas comunidades.

A aprendizagem no decurso da vida deveria e terá de desempenhar um papel fundamental na passagem para uma sociedade do conhecimento. Esta aprendizagem não só é essencial para criar uma força de trabalho capaz e motivada, como deverá também ser dirigida para valores humanos mais amplos. A educação terá de ser simultaneamente um meio e um fim para o desenvolvimento de uma educação pessoal completa e autónoma ao serviço do autodesenvolvimento e da autocompreensão. Não há nada de utópico nesta ideia, que corresponde a ideais humanísticos de educação desenvolvidos por filósofos da educação. Um exemplo já existente é a "universidade da terceira idade", que fornece às pessoas mais velhas a oportunidade de se formarem por si próprias de acordo com as suas escolhas, desenvolvendo quaisquer tipos de interesses que pretendam seguir.



1 A educação _a su_ for___ oderna, que implica a instrução de alunos em recintos escolares construídos especialmente para o efeito, começou a emergir com a difusão de documentos impressos e o crescimento da alfabetização. O conhecimento passou a ser reti_o, reproduzido e consumido p_r ...ais pessoas e___ ___is l_gar s. Com a industrialização, o trabalho tornou-se mais especializado, e o conhecimento foi cada vez mais adquirido sob formas abstractas do que práticas – as aptidões para ler, escrever e calcular.

2 A expansão da educação no século XX tem estado estreitamente ligada à necessidade de criar uma força laboral alfabetizada e disciplinada. Com a passagem para uma economia do conhecimento, a educação assume uma importância cada vez mais fulcral. À medida que decrescem as oportunidades para os trabalhadores manuais não qualificados, o mercado de trabalho exigirá trabalhadores que dominem as novas tecnologias, adquiram novas competências e executem um trabalho criativo.

3 Seguindo a Lei da Educação de 1944, toda a gente no Reino Unido tinha a oportunidade de frequentar gratuitamente o ensino secundário, e a idade de saída da escola foi elevada para os quinze anos. A educação secundária estatal estava dividida entre os liceus, escolas secundárias modernas e um reduzido número de escolas técnicas. O exame para «maiores de onze anos» tornou-se o meio para separar alunos entre os vários tipos de escolas estatais consoante as suas capacidades.

4 Em 1960, foi introduzido o sistema da escola inclusiva na educação secundária. O exame para «maiores de onze anos» foi abolido juntamente com a maioria dos liceus e todas as escolas secundárias modernas. Mais recentemente, o próprio *sistema compreensivo* tem estado sob acusação. Os críticos acham que estas escolas não alcançaram os padrões educacionais esperados pelos seus mentores.

5 A educação superior expandiu-se significativamente na Grã-Bretanha a partir da 2.ª Guerra Mundial: foram erigidas novas instituições (universidades em "tijolo vermelho") e a inscrição de estudantes aumentou, em particular a de mulheres. Contudo, as instituições britânicas de educação superior estão a passar por uma crise ao nível do financiamento. Actualmente, muitos estudantes contraem empréstimos para financiar os seus custos com a educação superior.

6 A tecnologia da informação está a ser integrada nos processos educativos – na sala de aula, através do estabelecimento de "e-universidades" e com a expansão da aprendizagem baseada na Internet. Existem preocupações de que aqueles que não dominam o uso de computadores, ou que não têm acesso à nova tecnologia, podem sofrer de uma forma de "pobreza de informação".

7 Por privatização na educação entende-se o envolvimento de companhias privadas na administração de actividades educativas. Na Grã-Bretanha e Estados Unidos tem ocorrido a privatização limitada na tentativa de melhorar as escolas que têm um fraco desempenho crónico. Os apoiantes desta abordagem acreditam que a abertura dos sistemas educativos às forças de mercado resultará em escolas de melhor qualidade; os críticos argumentam que os interesses comerciais não têm cabimento na educação.

8 Houve várias teorias sociológicas com impacto nas interpretações da educação e da escolarização. De acordo com a teoria de Bernstein, as crianças que adquiriram códigos elaborados de fala têm maior capacidade para lidar com as exigências da educação académica formal do que as confinadas a códigos restritos.

9 O currículo formal escolar é apenas parte de um processo mais generalizado de reprodução cultural influenciado por muitos aspectos informais da aprendizagem, pela educação e pelos contextos escolares. O «currículo escondido» desempenha um papel importante na reprodução cultural.

10 A organização do ensino nas escolas e o seu conteúdo têm tendido a sustentar as desigualdades de género. As regras que especificam um vestuário distinto para rapazes e raparigas encorajam a tipificação sexual, da mesma forma que os tex-

tos que contêm imagens estabelecidas da distinção sexual. Apesar destas prolongadas tendências, no decurso da última década as raparigas têm estado constantemente a ultrapassar os rapazes em todos os níveis do sistema educacional. O problema dos "rapazes com insucesso" tem sido ligado a problemas sociais mais amplos como o crime, o desemprego, as drogas e pais ausentes – embora alguns acreditem que a atenção dada ao problema é falaciosa.

11 Dado ser difícil definir a inteligência, tem havido uma enorme controvérsia sobre o assunto. Alguns argumentam que os genes determinam o nosso QI; outros acreditam que é determinado por influências sociais. O peso da evidência empírica parece estar do lado daqueles que defendem as influências sociais e culturais.

12 As novas tecnologias e a economia do conhecimento estão a mudar a nossa compreensão da educação e do ensino: a educação formal está a dar lugar à aprendizagem para toda a vida. Existem oportunidades crescentes para os indivíduos se envolverem, no decurso das suas vidas, em actividades de aprendizagem e formação fora da sala de aula tradicional.

PARA REFLEXÃO

1 Para que serve a educação?

2 A educação poderá ultrapassar as desigualdades sociais?

3 Que políticas deveriam ser adoptadas para encorajar uma participação mais alargada na educação superior?

4 As novas tecnologias tornarão a desescolarização da sociedade verosímil ou desejável?

5 Como poderia o currículo oculto aparecer na sala da aula electrónica?

6 Os estudantes e as faculdades deveriam atribuir maior importância ao desenvolvimento da inteligência emocional?

ADICIONAIS

Caroline ¯enn e **Clyde Chitty** – *T¯rty Years On: Is Comprehensive Education Alive and Well or Struggling to Survive?* (Londres: David Fulton, 1996).

Bebbie Epstein, *et al.* – *Failing Boys: Issues in Gender and Achievement* (Buckingham: Open University Press, 1998).

A. H. Halsey, *et al.* – *Education: Culture, Economy and Society* (Oxford: Oxford University Press, 1997).

À INTERNET

Iniciativa de Aprendizagem no Século XXI
http://www.21learn.org

Departamento de Educação e Emprego (Reino Unido)
www.dfee.gov.uk

Enciclopédia de Filosofia da Educação
http://www.educacao.pro.br/

UNESCO – educação
http://www.unesco.org/education

17 Religião

Definição de religião 535
- **O que não é religião** 535
- **O que é a religião** 535

Variedades de religião 537
- **Totemismo e animismo** 537
- **Judaísmo, Cristianismo e Islamismo** 537
- **As religiões do Extremo Oriente** 539

Teorias da religião 540
- **Marx e a religião** 540
- **Durkheim e o ritual religioso** 541
- **Weber: as religiões mundiais e a mudança social** 542
- **Avaliação** 543

Tipos de organização religiosa 543
- **Igrejas e seitas** 543
- **Denominações religiosas e cultos** 544
- **Avaliação** 544

Género e religião 545
- **Imagens religiosas** 545
- **As mulheres nas organizações religiosas** 546

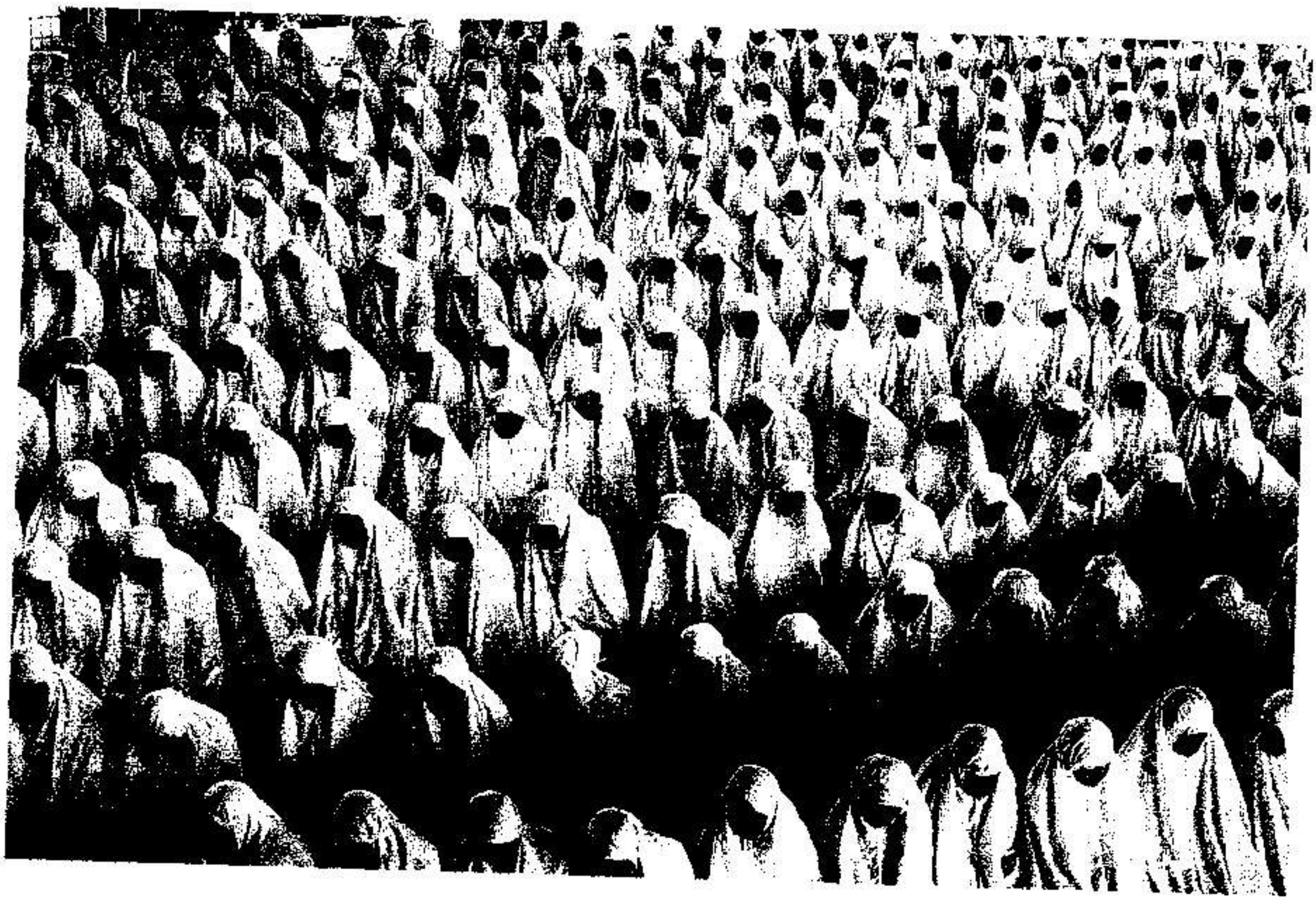
Religião, secularização e mudança social 548
- **As dimensões da secularização** 549
- **A religião no Reino Unido** 550
- **A religião nos Estados Unidos** 551
- **Avaliação da tese da secularização** 555

Novos movimentos religiosos 556
- **Tipos de novos movimentos religiosos** 557
- **Os novos movimentos religiosos e secularização** 559

Movimentos milenaristas 559
- **Os seguidores de Joaquim** 559
- **A Dança dos Espíritos** 560
- **A natureza dos movimentos milenaristas** 560
- **Movimentos apocalípticos** 560

Fundamentalismo religioso 561
- **O fundamentalismo islâmico** 561
- **O fundamentalismo cristão** 565

Conclusão 567
- **Sumário** 567
- **Questões para reflexão** 569
- **Leituras adicionais** 569



Capítulo 17: Religião

Ao longo de milhares de anos a religião tem tido um importante papel na vida dos seres humanos. Sob uma forma ou outra, a religião existe em todas as sociedades humanas conhecidas. As sociedades mais antigas, de que apenas temos conhecimento através dos vestígios arqueológicos, mostram traços claros de símbolos e cerimónias religiosas. Ao longo da história subsequente, a religião continuou a ser um elemento central da experiência humana, influenciando o modo como vemos e reagimos ao meio que nos rodeia.

Contudo, a atitude religiosa e o pensamento moderno racionalista coexistem num estado incómodo de tensão. Com o aprofundar da modernidade, uma perspectiva racionalista conquistou muitos aspectos da nossa existência e parece pouco provável que a sua força venha a enfraquecer num futuro previsível. Contudo existirão sempre reacções contra a ciência e o pensamento racionalista, pois estes permanecem silenciosos perante questões tão fundamentais como o significado e o propósito da vida. Estes temas estiveram sempre no centro da religião e alimentaram a ideia de fé, um salto emocional para a crença.

Por vezes, a religião e ciência parecem contradizer-se. Os debates sobre as perspectivas evolucionistas e sobre a criação da história, por exemplo, revelam duas maneiras muito diferentes de compreender as origens do homem. Noutros momentos, contudo, a religião e a ciência podem misturar-se sob formas estranhas e interessantes. Tal ocorreu durante um episódio extraordinário em 21 de Setembro de 1995, quando as divindades de alguns santuários hindus na Índia pareceram ter bebido o leite que lhes tinha sido oferecido pelos seus adoradores.

No final do dia, à medida que as notícias do milagre se espalhavam de boca em boca e através dos noticiários, estimou-se que muitos milhões de pessoas tinham tentado oferecer pessoalmente leite aos deuses. Multidões aglomeraram-se nas estradas à porta dos templos em quase todas as cidades e aldeias indianas. Os espaços públicos tomaram a aparência de um "festival religioso improvisado". Escolas, repartições públicas e outras instituições ficaram quase desertas ao longo do dia, à medida que mais pessoas se juntavam à multidão. Contudo, no dia seguinte, quando os devotos e os simples curiosos regressaram aos templos, o milagre tinha acabado. Parecia que os deuses já não estavam a beber o leite oferecido.

Segundo Denis Vidal, um antropólogo que escreveu sobre o fenómeno com algum detalhe, é impossível apontar uma estimativa do número de pessoas que ofereceram leite às divindades naquela data. As sondagens efectuadas depois do acontecimento sugerem que 50% dos adultos em Deli, 59% em Calcutá e 49% em Bombaim tinham tentado oferecer leite. Se considerarmos as pessoas que tentaram fazê-lo em casa, em pequenas localidades e arredores, o fenómeno terá abrangido muitos milhões de pessoas (1998).

Um estudo conduzido em Bombaim nas semanas que se seguiram ao acontecimento revelou que as opiniões estavam divididas igualmente entre os que aceitavam explicações científicas para o sucedido e os que acreditavam na autenticidade do milagre. As descobertas do inquérito não provaram as expectativas defendidas por muitos de que a origem social, a educação e o enquadramento cultural determinariam as reacções das pessoas aos acontecimentos. O facto de um número razoável de indianos urbanos, educados, acreditarem no milagre, demonstrou, nas palavras de Vidal, "o modo como hoje muitas pessoas – em particular em áreas urbanas – combinam, no seu quotidiano na Índia, atitudes e opiniões que testemunham a sua devoção religiosa, com um pragmatismo e um racionalismo abertos" (1998: 168).

Porque é que a religião é um aspecto tão central na vida das sociedades humanas? Como é que o seu papel está a mudar nas sociedades modernas mais recentes? Em que condições a religião une as comunidades, e em que condições as divide? Como pode a religião ter tal importância na vida dos indivíduos, a ponto de estes estarem dispostos a sacrificarem-se pelos seus ideais? Estas são as questões a que procuraremos responder no presente capítulo. Para isso, teremos de nos interrogar sobre o que é a religião e

olhar para algumas das diferentes formas que esta e as suas práticas tomam. Iremos apreciar igualmente as principais teorias sociológicas da religião e analisaremos os vários tipos de organização religiosa que podemos discernir. Ao longo deste capítulo, avaliaremos o destino da religião no mundo moderno, pois muitos observadores têm sido da opinião de que a religião passou a ser uma força menos central na vida social do presente do que o era outrora, em virtude do desenvolvimento da ciência e da indústria moderna.

O estudo da religião representa um desafio, na medida em que coloca fortes exigências à imaginação sociológica. Ao analisarmos as práticas religiosas, temos de interpretar crenças e rituais muito diferentes dos que encontramos em várias culturas humanas. Temos de ser sensíveis aos ideais que inspiram convicções profundas aos crentes, e de manter simultaneamente uma visão equilibrada dos mesmos. Temos de confrontar ideias que buscam o eterno, enquanto reconhecemos ao mesmo tempo que os grupos religiosos também promovem objectivos bastante mundanos – como os de adquirirem recursos financeiros e seguidores. Temos de reconhecer a diversidade das crenças religiosas e dos modos de conduta, mas devemos igualmente analisar a natureza da religião como fenómeno de carácter geral.

Definição de religião

A variedade de crenças e de organizações religiosas é tão grande, que os estudiosos têm tido grande dificuldade em chegar a uma definição de religião genericamente aceite. No Ocidente, a maioria das pessoas identifica a religião com o Cristianismo – uma fé num ser supremo, que nos obriga a um comportamento de índole moral na terra, e nos promete uma vida além da morte. No entanto, não podemos certamente definir nestes termos a religião como fenómeno global. Estas crenças, e muitos outros aspectos do Cristianismo, estão ausentes da grande maioria das religiões do mundo.

O que não é religião

Para ultrapassarmos as ciladas do pensamento culturalmente enviesado quanto à religião, será provavelmente preferível começarmos por dizer o que a religião, em termos gerais, *não* é. Em primeiro lugar, a religião não deveria ser identificada com o **monoteísmo** (a crença num só Deus). Na maioria das religiões proliferam diversas divindades. Mesmo em algumas versões do Cristianismo, existem várias figuras com qualidades sagradas: Deus, Jesus, Maria, o Espírito Santo, anjos e santos. Em algumas religiões não existem quaisquer deuses.

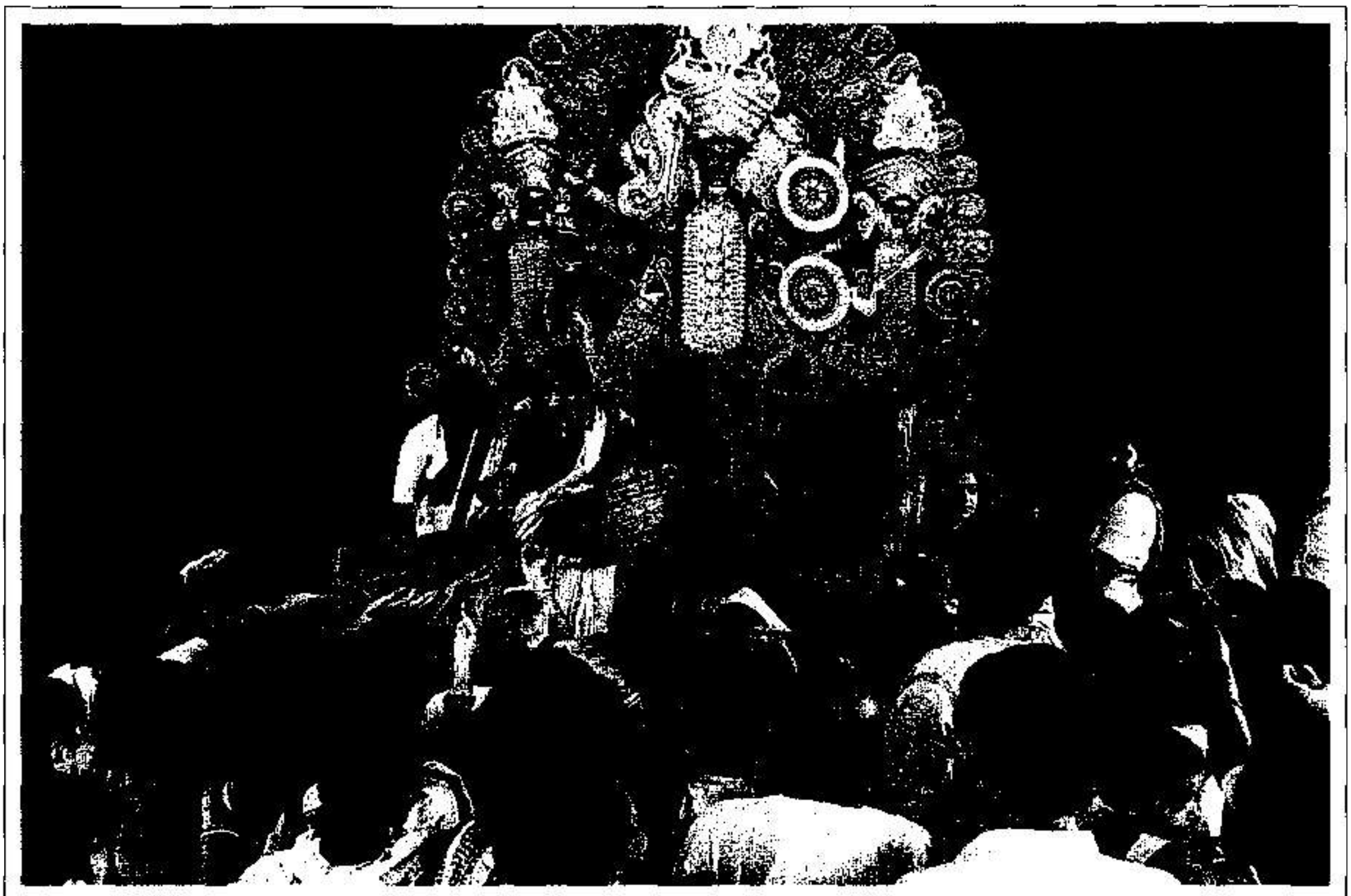
Em segundo lugar, a religião não deveria ser identificada com os *preceitos morais* que controlam o comportamento dos crentes – como os Dez Mandamentos que Moisés teria supostamente recebido de Deus. A ideia de que os deuses estão interessados no nosso comportamento terreno não existe em muitas religiões. Na Grécia antiga, por exemplo, os deuses eram bastante indiferentes às actividades dos homens.

Em terceiro, a religião não está necessariamente preocupada em *explicar como o mundo se tornou o que é*. No Cristianismo, o mito de Adão e Eva propõe-se explicar a origem da existência humana e muitas religiões têm *mitos de origem* deste tipo, embora haja muitas outras em que tal não acontece.

Em quarto, a religião não pode ser identificada com o *sobrenatural*, vista como envolvendo intrinsecamente a crença num universo 'para além do reino dos sentidos'. O Confucionismo, por exemplo, prende-se com a aceitação da harmonia natural do mundo e não com a procura de verdades que 'estão para além' dele.

O que é a religião

As características que todas as religiões *parecem*, de facto, partilhar são as seguintes. As religiões implicam um conjunto de *símbolos* que invocam sentimentos de *reverência* ou de *temor*, ligados a rituais ou cerimónias (como os serviços religiosos) realizados por uma comunidade de crentes. Cada um destes elementos deve ser alvo de explicação. Quer as crenças numa religião envolvam deuses, ou não, existem sempre seres ou objectos que inspiram atitudes de temor ou de admiração. Em algumas religiões, por exemplo, as pessoas acreditam e veneram uma 'força divina', em vez de acreditarem em deuses personalizados. Noutras religiões, existem figuras que não são deuses, mas em relação às quais sentimos uma certa reverência – como Buda ou Confúcio.



Rituais, como as cerimónias Puja, na fotografia em Calcutá, distinguem o espiritual do usual.

Os rituais associados à religião são muito diversos. Os actos rituais podem incluir orações, cânticos, canções, comer certo tipo de comida – ou abster-se de o fazer – jejuar em certos dias e por aí adiante. Em virtude de os actos rituais serem orientados para símbolos religiosos, são muitas vezes vistos como distintos dos hábitos e procedimentos da vida comum. Acender uma vela para honrar ou aplacar um deus é algo completamente diferente, no seu significado, do que fazer o mesmo para fornecer luz. Os rituais religiosos são, muitas vezes, levados a cabo individualmente, mas todas as religiões envolvem também cerimónias realizadas pela colectividade de crentes. As cerimónias habituais têm lugar normalmente em lugares especiais – igrejas, templos ou santuários como aquele na Índia onde teve lugar o "milagre" dos deuses que bebiam leite.

A existência de cerimoniais colectivos é vista usualmente pelos sociólogos como um dos factores principais que distinguem a religião da magia, embora as fronteiras entre uma e outra não sejam, de modo algum, nítidas. A magia consiste em influenciar o curso dos acontecimentos através do uso de poções, cânticos ou práticas rituais. É geralmente praticada por indivíduos e não por uma comunidade de crentes. As pessoas recorrem com frequência à magia em situações de desgraça ou perigo. Assim, o estudo clássico de Bronislaw Malinowski dos habitantes das ilhas Trobriand, no Pacífico, descreve vários ritos mágicos efectuados antes de uma viagem perigosa de canoa (Malinowski, 1982). Os ilhéus não recorrem a esses rituais quando apenas vão pescar nas águas plácidas e seguras da lagoa local.

Apesar de as práticas mágicas terem praticamente desaparecido das sociedades modernas, em situações de perigo as superstições de índole mágica são, ainda, comuns. Muitos dos que trabalham em profissões perigosas ou onde factores de risco podem afectar

drasticamente a sua execução – tal como os mineiros, os pescadores de alto mar ou os desportistas –, recorrem a pequenos rituais supersticiosos, ou usam amuletos especiais em momentos de maior tensão. Como exemplo podemos citar o caso do jogador de ténis que insiste em utilizar um anel especial durante os jogos mais importantes. As crenças astrológicas herdadas de ideias mágicas das sociedades pré-modernas ainda têm adeptos, embora a maioria provavelmente não as leve muito a sério.

Variedades de religião

Nas sociedades tradicionais, a religião desempenha geralmente um papel central na vida social. Os símbolos religiosos e os rituais estão muitas vezes integrados na cultura material e artística da sociedade – na música, na pintura ou na escultura, na dança, na arte de contar histórias e na literatura. Nas culturas pequenas, não existe propriamente um clero profissionalizado, mas há sempre certos indivíduos que se especializam no conhecimento das práticas religiosas (muitas vezes, mágicas). Embora haja vários tipos destes especialistas, um dos mais comuns é o Xamã (palavra que encontra a sua origem nos índios norte-americanos). Um Xamã é um indivíduo que se acredita ser capaz de contactar com os espíritos, ou com forças não naturais, através de certos rituais. Por vezes, os Xamãs são, no fundo, mais mágicos do que chefes religiosos. São consultados frequentemente por indivíduos descontentes com o que lhes é oferecido pelos rituais religiosos da comunidade.

Totemismo e animismo

As duas formas de religião mais recorrentes nas culturas pequenas são o **totemismo** e o **animismo**. A palavra 'totem', originária das tribos índias norte-americanas, tem sido amplamente utilizada para assinalar espécies animais ou plantas que se acredita terem poderes sobrenaturais. Normalmente, cada grupo de parentesco ou clã de uma sociedade tem o seu totem particular, ao qual estão associados vários rituais. As crenças totémicas podem parecer estranhas aos que vivem nas sociedades industrializadas. No entanto, em certos contextos relativamente menores, símbolos semelhantes aos do totemismo são-nos familiares, quando, por exemplo, uma equipa desportiva tem um animal ou planta como emblema. As mascotes são totems.

O *Animismo* é uma crença em espíritos ou fantasmas, que se pensa viverem no mesmo mundo que os seres humanos. Tais espíritos podem ser vistos como benignos ou malignos e podem influenciar o comportamento humano em numerosos aspectos. Em algumas culturas, por exemplo, acredita-se que os espíritos causam a doença ou a loucura e que também podem *possuir* ou tomar um indivíduo de modo a controlarem o seu comportamento. As crenças animistas não estão confinadas a pequenas culturas, mas encontram-se, em certa medida, em muitos sistemas religiosos. Na Europa medieval, aqueles que se acreditava estarem possuídos por espíritos demoníacos eram perseguidos frequentemente como feiticeiros ou bruxos.

Sociedades pequenas e aparentemente 'simples' têm frequentemente sistemas complexos de crenças religiosas. O totemismo e o animismo são mais comuns entre estas sociedades do que nas maiores, mas algumas sociedades pequenas têm uma religião bastante mais complexa. Os Nuer, do sul do Sudão, por exemplo, descritos por E. E. Evans-Pritchard, possuem um conjunto elaborado de ideias teológicas centradas num 'deus supremo' ou 'espírito do céu' (Evans-Pritchard, 1956). As religiões que tendem para o monoteísmo, contudo, são relativamente pouco frequentes entre as pequenas culturas tradicionais. A maioria destas são **politeístas**, ou seja, crêem em muitos deuses.

Judaísmo, Cristianismo e Islamismo

As três religiões monoteístas mais influentes na história do mundo são o *Judaísmo*, o *Cristianismo* e o *Islamismo*. Todas tiveram a sua origem no Próximo Oriente e influenciaram-se mutuamente.

Judaísmo

O Judaísmo é a mais antiga das três religiões, datando de cerca de 1000 a. C. Os primeiros Hebreus eram nómadas, vivendo no Egipto antigo e zonas circundantes. Os seus profetas ou líderes religiosos, inspiraram-se parcialmente em crenças religiosas existentes na região, mas diferenciaram-se pela sua adoração de um Deus único e todo poderoso. A maioria dos

Um devoto judeu lê o Tora.

povos vizinhos eram politeístas. Os Hebreus acreditavam que Deus exige obediência a códigos morais estritos e reivindicavam o monopólio da verdade, vendo as suas crenças como a única religião verdadeira (Zeitlin, 1984, 1988).

Até à criação de Israel, não muito depois do final da Segunda Guerra Mundial, não existia Estado algum onde o judaísmo fosse a religião oficial. As comunidades judaicas sobreviveram na Europa, no Norte de África e na Ásia, embora tenham sido frequentemente perseguidas – culminando no assassinato, pelos nazis, de milhões de judeus nos campos de concentração durante a guerra.

Cristianismo

Muitos pontos de vista judaicos foram adoptados e incorporados pelo Cristianismo. Jesus era um judeu ortodoxo e o Cristianismo começou como uma facção do Judaísmo; não se sabe ao certo se Jesus desejava fundar uma religião distinta. Os seus discípulos começaram a vê-lo como o *Messias* – uma palavra hebraica que significa 'o ungido' e cujo equivalente grego era 'Cristo' – esperado pelos Judeus. Paulo, um c[illegible]a[illegible]o romano [illegible]e língua grega, foi um gran[illegible]e iniciador da expansão do Cristianismo, pregando extensivamente na Ásia Menor e na Grécia. Embora os Cristãos tenham sido, inicialmente, barbaramente perseguidos, o Imperador Constantino acabou por adoptar o Cristianismo como religião oficial do Império Romano. O Cristianismo tornou-se uma força dominante na cultura ocidental durante os dois milénios seguintes.

O Cristianismo tem actualmente maior número de seguidores e encontra-se mais difundido em todo o mundo do que qualquer outra religião. Mais de mil milhões de indivíduos reconhecem-se como Cristãos, mas existem muitas divisões de ordem teológica e na organização das igrejas, as principais das quais são a Igreja Católica, as Protestantes e as Ortodoxas.

Islamismo

As origens do Islamismo, hoje em dia a segunda maior religião no mundo (ver quadro 17.1), têm pontos em comum com as do Cristianismo. O Islamismo deriva dos ensinamentos do profeta Maomé no século VII da era cristã. Segundo o Islamismo, o seu único Deus, Alá, domina toda a vida humana e natural. Os *Pilares do Islão* são os cinco deveres religiosos essenciais dos muçulmanos (assim se chamam os crentes islâmicos). O primeiro é a recitação do credo islâmico 'Só Alá é Deus e Maomé o seu profeta'. O segundo é rezar as orações formais cinco vezes ao dia, fazendo-as preceder por uma lavagem cerimonial. Nestas orações, por mais longe que se encontre, o crente deve rezar sempre virado para a cidade santa de Meca, na Arábia Saudita.

O terceiro pilar consiste na observância do Ramadão, um mês de jejum durante o qual não se pode ingerir comida ou bebida durante o dia. O quarto é a dádiva de esmolas (dinheiro aos pobres) estabelecida na lei islâmica, que tem sido usada frequentemente como fonte de impostos pelo Estado. Finalmente, espera-se que cada crente tente fazer pelo menos uma peregrinação a Meca.

Os muçulmanos acreditam que Alá falou através dos primeiros profetas – incluindo Moisés e Jesus – antes de Maomé, cujos ensinamentos exprimem mais directamente a sua vontade. O Islamismo expandiu-se muito, tendo qualquer coisa como mil milhões de

aderentes em todo o mundo. A maioria está concentrada no Norte e no Leste da África, no Médio Oriente e no Paquistão. (As crenças dos muçulmanos serão discutidas na secção sobre o fundamentalismo islâmico, p. 561).

Quadro 17.1 População Religiosa do Mundo, 1993

Religião	Número	Percentagem no total
Cristãos	1,869,282,470	33.5
Católicos Romanos	1,042,501,000	18.7
Protestantes	382,374,000	6.9
Ortodoxos	173,560,000	3.1
Anglicanos	75,847,000	1.4
Outros cristãos	195,000,470	3.5
Muçulmanos	1,014,372,000	18.2
Não religiosos	912,874,000	16.4
Hindus	751,360,000	13.5
Budistas	334,002,000	6.0
Ateus	242,852,000	4.3
Religiões populares chinesas	140,956,000	2.5
Novas religiões	123,765,000	2.2
Religiões tribais	99,736,000	1.8
Sikhs	19,853,000	0.4
Judeus	18.153,000	0.3
Outras	49,280,000	1.0

Fonte: Statistical Abstract of the United States, 1994, p. 855.

As religiões do Extremo Oriente

Hinduísmo

Há grandes contrastes entre o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo e as religiões do Extremo Oriente. A mais antiga de todas as grande religiões ainda proeminentes no mundo de hoje é o *Hinduísmo*, cujas crenças fundamentais datam de há cerca de 6000 anos, e que é a religião a que se reporta o exemplo mencionado na abertura deste capítulo. O Hinduísmo é uma religião politeísta. Internamente, é tão diverso que alguns estudiosos sugeriram que deveria ser encarado como um feixe de religiões relacionadas entre si, em vez de ser visto como uma única orientação religiosa; há muitos cultos e práticas religiosas locais, que apenas estão ligados entre si por umas poucas crenças gerais.

A maioria dos Hindus aceita a doutrina do ciclo da *reencarnação* – a crença de que todos os seres vivos são parte de um processo eterno de nascimento, morte e renascimento. Uma segunda característica-chave é o sistema de castas, que se baseia na crença de que as pessoas nascem numa dada posição na hierarquia social e ritual, de acordo com a natureza das suas actividades em encarnações anteriores. Existe um conjunto diferente de deveres e rituais para cada casta, e o destino de cada indivíduo na próxima reencarnação é comandado principalmente pela forma como esses deveres são cumpridos na actual. O Hinduísmo aceita a existência de numerosas perspectivas religiosas diferentes e não traça uma linha nítida de separação entre crentes e não crentes. Existem mais de 750 milhões de Hindus, todos eles vivendo virtualmente no subcontinente Indiano. O Hinduísmo não se empenha em converter outros à 'crença verdadeira', ao contrário do Cristianismo e do Islamismo.

Budismo, Confucionismo e Taoísmo

As religiões éticas do Oriente englobam o *Budismo*, o *Confucionismo* e o *Taoísmo*. Estas religiões não têm deuses. Pelo contrário, valorizam ideais éticos que relacionam o crente com a coesão e unidade naturais do universo.

O *Budismo* deriva dos ensinamentos de Siddhartha Gautama, o Buda (*o iluminado*), que era um príncipe Hindu de um pequeno reino no sul do Nepal no século VI a. C. De acordo com Buda, os seres humanos podem escapar ao ciclo de reencarnação pela renúncia ao desejo. O caminho da salvação reside numa vida de autodisciplina e de meditação, afastada das tarefas da vida mundana. O objectivo global do Budismo é atingir o *Nirvana*, a realização espiritual completa. Buda rejeitava os rituais Hindus e a autoridade das castas. Tal como o Hinduísmo, o Budismo aceita muitas variações, incluindo a fé em divindades locais, e não insiste numa ideia única. Actualmente, o Budismo é uma influência da maior importância em vários estados do Extremo Oriente, incluindo-se entre eles a Tailândia, a Birmânia, o Sri Lanka, a China, o Japão e a Coreia.

O *Confucionismo* era a base da cultura dos grupos dominantes na China tradicional. 'Confúcio' (a forma latinizada do nome K'ung Fu-Tzu) viveu no século VI a. C, no mesmo período de Buda. Tal como Lao-Tzu, o fundador do Taoísmo, Confúcio era um mes-

tre e não um profeta à maneira dos chefes religiosos do Médio Oriente. Confúcio não é visto pelos seus seguidores como um deus, mas como o 'mais sábio dos homens sábios'. O Confucionismo pretende ajustar a vida humana à harmonia interior da natureza, realçando a veneração dos antepassados. O *Taoísmo* partilha princípios semelhantes, insistindo na meditação e na não violência como meios para atingir uma vida superior. O Confucionismo e o Taoísmo perderam muita da sua influência na China devido à oposição determinada do Governo.

Teorias da Religião

As abordagens sociológicas da religião ainda são fortemente influenciadas pelas ideias dos três teóricos 'clássicos' da Sociologia: Marx, Durkheim e Weber. Nenhum era crente e todos achavam que a importância da religião iria diminuir nos tempos modernos. Todos acreditavam que a religião era, num sentido fundamental, uma ilusão. Os defensores das diferentes doutrinas podem estar inteiramente convencidos da validade das crenças que defendem e dos rituais em que participam, contudo, estes três pensadores sustentaram que a grande diversidade de religiões e as suas ligações óbvias a diferentes tipos de sociedade fazem com que essas convicções não sejam plausíveis. Um indivíduo nascido numa sociedade australiana de caçadores e recolectores tem forçosamente que ter crenças religiosas completamente diferentes das de alguém nascido num sistema de castas na Índia ou na Europa medieval dominada pela Igreja Católica.

Marx e a religião

Apesar da sua influência nesta matéria, Karl Marx nunca estudou a religião em pormenor. A maior parte das suas ideias derivaram dos escritos de vários autores, teólogos e filósofos, do começo do século XIX. Um deles foi Ludwig Feuerbach, que escreveu um trabalho famoso chamado *"A Essência do Cristianismo"* (Feuerbach, 1957; publicado pela primeira vez em 1841). De acordo com Feuerbach, a religião consiste em ideias e valores produzidos pelos seres humanos no decurso do seu desenvolvimento cultural, mas projectados erroneamente em forças divinas ou deuses. Como os seres humanos não percebem inteiramente a sua própria história, tendem a atribuir valores e normas criadas socialmente à acção dos deuses. Deste modo, a história dos dez mandamentos dados a Moisés por Deus é uma versão mítica das origens dos preceitos morais que norteiam a vida dos crentes judeus e cristãos.

Feuerbach defende que, enquanto não entendermos a natureza dos símbolos religiosos que criámos, estamos condenados a ser prisioneiros das forças da história que não podemos controlar. Feuerbach usa o termo *alienação* para se referir à criação de deuses ou forças divinas distintas dos seres humanos. Os valores e ideias criados pelos seres humanos acabaram por ser vistos como o produto de seres *alheios* ou distintos – forças religiosas e deuses. Enquanto no passado os efeitos da alienação foram negativos, o reconhecimento da religião como alienação, de acordo com Feuerbah, promete grandes esperanças para o futuro. A partir do momento em que os seres humanos entendam que os valores projectados na religião são, de facto, os seus, será possível concretizar esses valores na terra, em vez de os diferir para a outra vida. Os poderes que se acreditava pertencerem a Deus, no Cristianismo, podem ser apropriados pelos próprios seres humanos. Os cristãos acreditam que, enquanto Deus é todo-poderoso e todo-misericordioso, os seres humanos são imperfeitos e defeituosos. Contudo, Feuerbach acreditava que o potencial para o amor e para a bondade, e o poder de controlo sobre as nossas próprias vidas, estão presentes nas instituições sociais humanas e podem materializar-se se entendermos a sua verdadeira natureza.

Marx aceitou o ponto de vista de que a religião representa a alienação humana. Julga-se frequentemente que Marx desprezava a religião, mas tal está longe de ser verdade. Marx afirmou que a religião 'é o coração de um mundo sem coração' – o refúgio da crueldade da realidade diária. Na opinião de Marx, a religião na sua forma tradicional tende a desaparecer e tal deverá suceder. No entanto, tal acontecerá porque os valores positivos incorporados na religião podem tornar-se ideais a seguir para melhorar a humanidade, e *não* porque os ideais e os valores em si mesmos estejam errados. Não deveríamos temer os deuses que nós próprios criámos e deveríamos deixar de lhes atribuir valores que podemos concretizar.

Marx declarou, numa frase famosa, que a religião tem sido o 'ópio do povo'. A religião adia a felicida-

de e a recompensa para a eternidade e prega uma aceitação resignada das condições existentes nesta vida. A atenção é, deste modo, desviada das desigualdades e injustiças deste mundo pela promessa do que está para vir no outro. A religião tem um elemento ideológico muito forte. As crenças e valores religiosos justificam muitas vezes as desigualdades de riqueza e de poder. O ensinamento de que 'o mundo será dos humildes', por exemplo, sugere atitudes de humildade e de não resistência à opressão.

Durkheim e o ritual religioso

Ao contrário de Marx, Émile Durkheim passou grande parte da sua vida intelectual a estudar a religião, especialmente as religiões em sociedades pequenas, tradicionais. O trabalho de Durkheim, *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, publicado pela primeira vez em 1912, é talvez o estudo mais influente de sociologia da religião (Durkheim, 1976). Durkheim não relaciona a religião, em primeiro lugar, com as desigualdades sociais ou o poder, mas com a natureza geral das instituições de uma sociedade. Baseia o seu trabalho num estudo sobre o totemismo, tal como este é praticado pelas sociedades aborígenes australianas, e argumenta que o totemismo representa a religião na sua forma mais 'elementar' ou simples – daí o título do seu livro.

Um totem, como já foi dito, era originariamente um animal ou planta que tinha um significado simbólico especial para um determinado grupo. É um objecto *sagrado*, olhado com veneração e rodeado por várias actividades rituais. Durkheim define a religião em termos de distinção entre o sagrado e o profano. Objectos sagrados e símbolos, sustenta, são tratados como *separados* dos aspectos de rotina da existência – o domínio do profano. Excepto em cerimónias especiais, é normalmente proibido comer o animal ou a planta totem. Acreditava-se que o totem, como objecto sagrado, tinha propriedades divinas que o separavam completamente de outros animais que podiam ser abatidos ou de plantas que podiam ser consumidas pelo grupo.

Porque é que o totem é sagrado? De acordo com Durkheim, porque é o símbolo do próprio grupo e representa os seus valores centrais. A reverência que as pessoas sentem pelo totem provém, de facto, do respeito que têm pelos valores sociais fundamentais. Na religião, o objecto de veneração é, na verdade, a própria sociedade.

Durkheim realça fortemente o facto de as religiões não serem nunca apenas uma questão de fé. Todas as religiões implicam cerimónias e rituais regulares, que reúnem grupos de crentes. Nas cerimónias colectivas afirma-se e exalta-se um sentimento de solidariedade de grupo. As cerimónias desviam os indivíduos dos problemas da vida social profana para uma esfera mais elevada, onde se sentem em contacto com forças superiores. Estas forças superiores, atribuídas aos totems, influências divinas ou deuses, são realmente a expressão da influência da colectividade sobre o indivíduo.

Do ponto de vista de Durkheim, as cerimónias e os rituais são essenciais para manter a coesão entre os membros do grupo. É por esta razão que eles existem não apenas em situações regulares de culto, mas também em vários momentos críticos da vida, quando se passa por transições sociais importantes como, por exemplo, o nascimento, o casamento e a morte. Em praticamente todas as sociedades, há cerimónias e rituais em tais circunstâncias. Durkheim pensa que as cerimónias colectivas reafirmam a solidariedade do grupo num período em que as pessoas são forçadas a ajustar-se a grandes mudanças nas suas vidas. Os rituais funerários mostram que os valores do grupo sobrevivem à morte de cada indivíduo, e por isso fornecem às pessoas enlutadas um meio de se ajustarem às suas novas circunstâncias. O luto não é a expressão espontânea da dor – ou, pelo menos, só o é para os afectados pessoalmente pela morte. O luto é um dever imposto pelo grupo.

Durkheim argumenta que nas pequenas culturas tradicionais quase todos os aspectos da vida são permeados pela religião. As cerimónias religiosas tanto originam novas ideias e categorias de pensamento como reafirmam os valores existentes. A religião não consiste apenas numa série de sentimentos e de actividades. Na verdade, condiciona *o modo de pensar* dos indivíduos nas culturas tradicionais. Mesmo as categorias mais básicas do pensamento, incluindo as ideias de tempo e de espaço, foram moldadas originalmente em termos religiosos. O conceito de 'tempo', por exemplo, tem a sua origem na contagem dos intervalos das cerimónias religiosas.

Durkheim acreditava que com o desenvolvimento das sociedades modernas a influência da religião

diminui. O pensamento científico substitui, cada vez mais, as explicações religiosas e as actividades cerimoniais e rituais passam a ocupar só uma pequena parte das vidas dos indivíduos. Durkheim pensa como Marx que a religião tradicional – isto é, a religião que envolve forças divinas ou deuses – está prestes a desaparecer. 'Os antigos deuses estão mortos', escreve Durkheim. No entanto, afirma que, num certo sentido, a religião, sob uma forma alterada, irá provavelmente continuar. Mesmo as sociedades modernas dependem para a sua coesão de rituais que reafirmem os seus valores. Assim, pode esperar-se que surjam novas actividades cerimoniais que substituam as antigas. Durkheim é vago acerca do carácter das mesmas, mas parece que tinha em mente a celebração de valores humanos e políticos como a liberdade, a igualdade e a cooperação social.

Weber e as religiões mundiais

Durkheim baseia os seus argumentos num número limitado de exemplos, embora defenda que as suas ideias se aplicam à religião em geral. Max Weber, pelo contrário, efectuou um estudo profundo sobre as religiões de todo o mundo. Nenhum académico antes ou depois dele efectuou um trabalho de tal alcance. A maior parte da sua atenção concentrou-se no que chamou *religiões mundiais* – aquelas que atraíram um grande número de crentes e que afectaram decisivamente o curso global da história. Estudou pormenorizadamente o Hinduísmo, o Budismo, o Taoísmo e o Judaísmo antigo (Weber, 1951, 1952, 1958, 1963) e na *Ética protestante e o Espírito do Capitalismo* (1976; publicado pela primeira vez em 1904-5) e noutros escritos debateu longamente o impacto do Cristianismo na História do Ocidente. Contudo, não completou o seu projectado estudo sobre o Islamismo.

Os escritos de Weber sobre religião diferem dos de Durkheim, na medida em que concentrou a sua atenção na relação entre a religião e as mudanças sociais, coisa a que Durkheim deu pouca atenção. Também contrastam com o trabalho de Marx, porque Weber defende que a religião não é necessariamente uma força conservadora. Pelo contrário, os movimentos inspirados na religião têm muitas vezes produzido transformações sociais espectaculares. Assim, o Protestantismo – em particular o Puritanismo – foi a fonte da visão do mundo capitalista no Ocidente moderno. Os primeiros empresários seriam, na sua maioria, Calvinistas. O seu desejo de sucesso, que ajudou a iniciar o desenvolvimento económico do Ocidente, foi inicialmente inspirado pelo desejo de servir a Deus. O sucesso material era, para eles, um sinal de favor divino.

Weber viu a sua pesquisa sobre as religiões mundiais como um só projecto. O seu debate sobre o impacto do Protestantismo no desenvolvimento do Ocidente faz parte de uma tentativa global de entender a influência da religião na vida social e económica em várias culturas. Ao analisar as religiões orientais, Weber conclui que elas forneceram barreiras insuperáveis ao desenvolvimento do capitalismo industrial, tal como este aconteceu no Ocidente. Isto não se deve ao facto das civilizações não ocidentais serem atrasadas. Elas aceitaram simplesmente valores diferentes dos que vieram a predominar na Europa.

Weber salienta que na China e na Índia tradicionais houve, em certos períodos, um desenvolvimento significativo do comércio, da manufactura e do urbanismo, mas que estes não geraram os padrões radicais de mudança social envolvidos no crescimento do capitalismo industrial no Ocidente. A religião foi o principal obstáculo a tal mudança. O Hinduísmo é, por exemplo, o que Weber designa como uma religião 'do outro mundo'. O que quer dizer que os seus valores mais altos exaltam a fuga das fadigas do mundo material para o plano mais elevado da existência espiritual. Os sentimentos religiosos e as motivações geradas pelo Hinduísmo não se centram no controlo ou na estruturação do mundo material. Pelo contrário, o Hinduísmo concebe a realidade material como um véu que oculta os verdadeiros interesses que deveriam orientar a humanidade. O Confucionismo também agiu de forma a afastar os esforços do desenvolvimento económico, tal como este veio a ser entendido no Ocidente, insistindo mais na realização da harmonia com o mundo do que promovendo o controlo activo deste. Embora a China tenha sido, durante um longo período, a civilização mais poderosa e culturalmente mais desenvolvida do mundo, os seus valores religiosos dominantes actuaram como travão em relação a um envolvimento sólido como o desenvolvimento económico (per se).

Weber vê o Cristianismo como uma *religião de salvação*, que envolve a crença de que todos os seres humanos podem ser 'salvos' se adoptarem a fé reli-

giosa e seguirem os seus princípios morais. As noções de pecado e de perdão pela graça de Deus são aqui importantes. Geram uma tensão e uma dinâmica emocional ausentes no essencial das religiões do Oriente. As religiões de salvação têm uma faceta 'revolucionária'. Enquanto as religiões do Oriente cultivam uma atitude de passividade face à ordem existente por parte do crente, o Cristianismo implica uma luta constante contra o pecado e, por isso, pode estimular a revolta contra a ordem existente. Apareceram chefes religiosos – como Jesus – que reinterpretaram as doutrinas existentes de forma a pôr em causa a estrutura de poder vigente.

Avaliação

Marx, Durkheim e Weber identificaram algumas características genéricas importantes da religião e os seus pontos de vista são complementares em alguns aspectos. Marx estava certo ao afirmar que a religião tem frequentemente implicações ideológicas, servindo para justificar os interesses dos grupos dominantes. Na história existem numerosos momentos que o comprovam. Tome-se, como exemplo, a influência do Cristianismo nos esforços dos colonialistas europeus para submeter outras culturas. Os missionários que pensaram converter os povos 'pagãos' ao Cristianismo eram, sem dúvida, sinceros. Contudo, o efeito dos seus ensinamentos reforçou a destruição das culturas tradicionais e impôs o domínio dos brancos. Quase todas as denominações Cristãs toleraram ou admitiram a escravatura nos Estados Unidos e noutras partes do mundo durante o século XIX. Desenvolveram-se doutrinas que afirmavam que a escravatura se baseava na lei divina e que os escravos desobedientes ofendiam tanto a Deus quanto aos senhores.

Não obstante, Weber tem razão ao realçar o impacto perturbador, e muitas vezes revolucionário, dos ideais religiosos na ordem social pré-estabelecida. Apesar do apoio inicial das igrejas à escravatura nos Estados Unidos, muitos chefes religiosos tiveram posteriormente um papel-chave na luta pela sua abolição. As crenças religiosas impulsionaram muitos movimentos sociais para derrubar sistemas de autoridade injustos, desempenhando, por exemplo, um papel importante no movimento dos direitos civis da década de 60 nos Estados Unidos. A religião também influenciou mudanças sociais – provocando muitas vezes derramamentos de sangue – através de confrontos armados e guerras travadas por motivos religiosos.

Estas influências da religião que implicam divisões, tão proeminentes na história, foram pouco mencionadas no trabalho de Durkheim. Este acentua, acima de tudo, o papel da religião na promoção da coesão social. Não obstante, não é difícil utilizar as suas ideias para explicar as divisões religiosas, o conflito e as mudanças, bem como a solidariedade. No fim de contas, muita da força dos sentimentos que podem ser gerados *contra* outros grupos religiosos provém do compromisso com valores religiosos gerados *dentro* de cada comunidade de crentes.

O realce dado aos rituais e às cerimónias é um dos aspectos mais valiosos dos escritos de Durkheim. Todas as religiões envolvem assembleias regulares de crentes, onde se observam prescrições rituais. Como ele correctamente apontou, as actividades rituais também marcam as principais transições da vida – o nascimento, a entrada na fase adulta (encontram-se rituais associados com a puberdade em muitas culturas), o casamento e a morte (Van Gennep, 1977).

Ao longo deste capítulo faremos uso das ideias desenvolvidas por estes três autores. Em primeiro lugar, veremos os diferentes tipos de organização religiosa, e analisaremos a relação entre religião e género. Depois, iremos discutir o debate sobre a secularização, a ideia de que a religião se está a tornar menos significante nas sociedades industriais. Em seguida, consideraremos alguns desenvolvimentos na religião mundial que desafiam a ideia de secularização – nomeadamente o aparecimento de novos movimentos religiosos e o poder do fundamentalismo religioso.

Tipos de organização religiosa

Igrejas e seitas

Todas as religiões implicam comunidades de crentes, mas estas encontram-se organizadas de maneiras muito diferentes. Max Weber e o seu colega, o historiador de temas religiosos Ernst Troeltsch (Troeltsch, 1981), foram os primeiros a apresentar uma classificação das organizações religiosas. Weber e Troeltsch estabeleceram uma distinção entre igrejas e seitas.

Uma **igreja** é um grande corpo estabelecido – como a Igreja Católica ou a Igreja de Inglaterra. Uma **seita** é um grupo de crentes mais pequeno e não tão hierarquizado, que surge normalmente como protesto contra uma igreja – como sucedeu com os Calvinistas ou com os Metodistas. As igrejas têm, geralmente, uma estrutura burocrática formal, com uma hierarquia de funcionários religiosos, e tendem a representar a face conservadora da religião, em virtude de estarem integradas na ordem institucional existente. A maioria dos seus aderentes são filhos dos membros da igreja.

As seitas são comparativamente pequenas. O seu objectivo é descobrir o 'caminho da verdade' e segui-lo, e tendem a afastar-se da sociedade que as rodeia indo para comunidades próprias. Os membros das seitas vêem as igrejas estabelecidas como corruptas. A maioria tem poucos ou nenhuns funcionários, e todos os membros são tratados como iguais. Uma pequena percentagem de pessoas pertence à seita desde o nascimento, mas a maioria junta-se-lhe para aperfeiçoar a sua fé.

Denominações religiosas e cultos

Outros autores desenvolveram posteriormente a tipologia igreja/seita, criada inicialmente por Weber e Troeltsch. Um exemplo disto é o trabalho de Howard Becker, que lhe adicionou outros dois tipos: a **denominação religiosa** e o **culto** (Becker, 1950). A denominação é uma seita que 'acalmou' e se transformou num corpo institucionalizado em vez de se transformar num grupo de protesto activo. As seitas que sobrevivem durante um certo período de tempo transformam-se inevitavelmente em denominações. Deste modo, o Calvinismo e o Metodismo foram seitas durante os primeiros tempos da sua formação, quando geravam grande fervor entre os seus membros, mas, com o passar dos tempos, tornaram-se mais 'respeitáveis'. As denominações religiosas são reconhecidas como mais ou menos legítimas pelas igrejas e existem paralelamente a estas, cooperando quase sempre com elas.

Os cultos parecem-se com as seitas, mas realçam aspectos diferentes. São organizações mais soltas e transitórias, sendo formadas pelos indivíduos que rejeitam o que vêem como valores mundanos. Centram-se na experiência individual, reunindo indivíduos que pensam do mesmo modo. As pessoas não se *juntam* formalmente a um culto. Em vez disso, seguem teorias especiais ou modos prescritos de comportamento. Permite-se geralmente aos membros que mantenham outras ligações religiosas. Tal como as seitas, os cultos formam-se com frequência em torno de um dirigente inspirador. No Ocidente dos nossos dias, podemos incluir como exemplos de cultos os grupos de crentes no espiritismo, na astrologia ou na meditação transcendental.

Avaliação

Os quatro conceitos que acabámos de discutir são úteis para analisar aspectos das organizações religiosas, mas devem ser aplicados com cautela, em parte porque reflectem tradições cristãs. Como o mostra o caso do Islamismo, nem sempre existe uma *igreja* separada das outras instituições nas religiões não cristãs, e outras religiões estabelecidas não têm uma hierarquia burocrática desenvolvida. O Hinduísmo, por exemplo, é uma religião internamente tão heterogénea que é difícil encontrar no seu seio características de organização burocrática. Também não faria muito sentido chamar 'denominações' às várias subdivisões do Hinduísmo.

Os conceitos de seita e culto talvez tenham uma ampla aplicação, mas será novamente necessária um certa dose de cautela. Existiram sempre agrupamentos do tipo seita nas principais religiões do mundo. Eles têm a maioria das características – comprometimento, exclusividade, divergência da ortodoxia – das seitas ocidentais. Contudo, muitos destes grupos, como, por exemplo, no caso do Hinduísmo, são mais parecidos com as comunidades étnicas tradicionais do que com as seitas cristãs (B.Wilson, 1982). A muitos destes grupos falta o fervor dos 'verdadeiros crentes' que é comum encontrar no Cristianismo, porque nas 'religiões éticas' do Oriente há mais tolerância em relação a perspectivas diferentes. Um grupo pode 'seguir o seu próprio caminho' sem se opor necessariamente às outras organizações mais estabelecidas. O termo 'culto' tem muitos usos e pode ser aplicado, por exemplo, a certos tipos de movimentos milenaristas, mesmo que estes sejam muitas vezes mais semelhantes a seitas do que ao tipo de culto que Becker tinha em mente ao formular o conceito.

Os conceitos de igreja, seita e denominação podem estar de certa forma limitados a uma dada cultura, mas

Hare Krishna é a frase de abertura de um mantra cantado, o nome de uma seita hindu – e um modo de vida para estes membros de uma comunidade Hare Krishna no Reino Unido.

ajudam-nos de certa forma a analisar a tensão entre o revivalismo e a institucionalização que todas as religiões tendem a gerar. As organizações religiosas que já existem há algum tempo, tendem a tornar-se burocráticas e inflexíveis. Contudo, os símbolos religiosos têm um extraordinário poder emocional sobre os crentes e resistem a serem reduzidos ao nível da rotina. Novas seitas e novos cultos estão constantemente a aparecer. Podemos discernir aqui uma utilização para a distinção entre o sagrado e o profano de Durkheim. Quanto mais as actividades religiosas se tornam uniformes e uma prática sem reflexão, tanto mais se perde o elemento do sagrado e os rituais e crenças religiosas se tornam semelhantes às componentes mundanas do dia-a-dia. Por outro lado, as cerimónias podem ajudar a revitalizar o sentimento das qualidades específicas da experiência religiosa e conduzir a experiências inspiradoras que podem divergir da ortodoxia estabelecida. Os grupos podem separar-se da comunidade principal, mobilizar movimentos de protesto ou separatistas ou diferenciarem-se de outros modos dos padrões estabelecidos de rituais e crenças.

Género e Religião

As igrejas e as denominações religiosas, como a discussão precedente indicou, são organizações com sistemas definidos de autoridade. Nestas hierarquias, tal como noutras áreas da vida social, as mulheres são, na maioria das vezes, excluídas do poder. Isto é muito claro no Cristianismo, mas é também uma característica de todas as principais religiões.

Imagens religiosas

A religião Cristã é, decididamente, um assunto de homens tanto no seu simbolismo como na sua hierar-

quia. Embora Maria, a mãe de Jesus, possa algumas vezes ser tratada como se tivesse qualidades divinas, Deus é *o Pai*, a figura masculina, e Jesus tomou a forma humana de um homem. Existem muitas personagens femininas nos textos bíblicos, e algumas são retratadas como tendo agido com caridade e bravura, mas os papéis principais são reservados aos homens. Não há nenhuma mulher equivalente a Moisés, por exemplo, e no Novo Testamento todos os apóstolos são homens.

Estes factos não passaram despercebidos aos que têm participado nos movimentos feministas. Em 1895, Elizabeth Cady Stanton publicou uma série de comentários sobre as escrituras intitulados *The Women's Bible* (A Bíblia das Mulheres) (Stanton, 1985). Do seu ponto de vista, a divindade criou as mulheres e os homens como seres de igual valor, e a Bíblia deveria reflectir inteiramente este facto. Stanton afirmou que o seu carácter masculino não reflectia a visão autêntica de Deus, mas o facto de ter sido escrita por homens. Em 1870, a Igreja de Inglaterra estabeleceu uma comissão para fazer o que já tinha sido feito muitas vezes – rever e actualizar os textos bíblicos. Como Stanton salientou, a comissão não continha uma única mulher. Ela assegurou não haver qualquer razão para supor que Deus fosse homem, já que está claro nas escrituras que todos os seres humanos foram moldados à imagem de Deus.

Encontram-se frequentemente divindades femininas em todas as religiões do mundo. Estas são, por vezes, imaginadas como 'femininas', gentis e amorosas. Em outros exemplos, as deusas aparecem como destruidoras temíveis. Encontram-se frequentemente deusas guerreiras, por exemplo, apesar de na vida real as mulheres só muito esporadicamente serem chefes militares. Não se levou ainda a cabo qualquer estudo amplo do envolvimento simbólico e material da mulher nas diferentes religiões. Mas parece haver poucas religiões, se é que existe alguma, em que as mulheres sejam figuras dominantes, quer simbolicamente quer como autoridades religiosas (Bynum, *et al.*, 1986).

Tomemos o Budismo como exemplo. As mulheres aparecem como figuras importantes no ensinamento de algumas ordens Budistas. As mulheres são representadas de forma especialmente favorável, em particular num dos ramos dessa religião, o Budismo Mahayana. Mas, como observou um estudioso proeminente, que escreveu sobre o assunto, o Budismo – tal como o Cristianismo – é 'uma instituição criada predominantemente por homens e dominada por uma estrutura de poder patriarcal', onde o feminino está quase sempre 'associado ao secular, incapaz, profano e imperfeito' (Paul, 1985, p. XIX). Nos textos Budistas aparecem representações da mulher contrastantes, o que reflecte sem dúvida as atitudes ambíguas dos homens para com as mulheres no mundo secular. Por um lado, as mulheres surgem como sábias, maternais e gentis; por outro, como misteriosas, impuras e destrutivas, demónios ameaçadores.

As mulheres nas organizações religiosas

No Budismo, as mulheres têm sido autorizadas tradicionalmente a ser freiras, o que também tem constituído a principal via para a expressão directa da convicção religiosa feminina no Cristianismo. A vida monástica deriva das práticas dos primeiros grupos cristãos, que viviam uma vida de extrema pobreza entregue à meditação. Estes indivíduos (muitos dos quais eram eremitas) e grupos tinham poucas ligações com a igreja estabelecida, mas no princípio da Idade Média a Igreja conseguiu controlar a maioria das ordens fundadas por estes grupos. Os mosteiros tornaram-se edifícios fixos permanentes, cujos habitantes estavam ligados ao sistema de autoridade da Igreja Católica.

Algumas das ordens monásticas masculinas mais influentes, como os Cistercienses e os Agostinhos, foram fundadas nos séculos XII e XIII – na mesma altura das Cruzadas, expedições militares para recuperar a Terra Santa aos Muçulmanos. As primeiras ordens de mulheres só foram estabelecidas cerca de dois séculos mais tarde. Contudo, o número dos seus membros permaneceu relativamente baixo, até ao século XIX. Nesta época, muitas mulheres tornavam-se freiras em parte por assim lhes ser possível seguir carreiras de ensino e de enfermagem, pois estas ocupações eram controladas pelas ordens religiosas. À medida que estas profissões se separaram da igreja, a percentagem de mulheres nas ordens religiosas caiu.

Embora os rituais e regras das diferentes ordens variem, todas as freiras são tidas como 'noivas de Cristo'. Até serem feitas alterações em certas ordens nas décadas de cinquenta e de sessenta, realizavam-

-se por vezes elaboradas cerimónias de 'casamento', durante as quais a noviça cortava o cabelo, recebia o seu nome religioso e uma aliança de casamento. A noviça é livre de abandonar a ordem e também pode ser excluída. No entanto, ao fim de alguns anos, são feitos os votos perpétuos.

As ordens actuais apresentam uma diversidade considerável de convicções e estilos de vida. Em alguns conventos, as irmãs vestem o hábito tradicional e respeitam as rotinas estabelecidas. Outras comunidades, pelo contrário, não só estão instaladas em edifícios modernos, como também abandonaram muitos dos velhos regulamentos e as freiras usam roupas vulgares. As restrições referentes ao falar com os outros em certos períodos do dia foram atenuadas, bem como as regras da postura corporal, tais como andar de mãos postas e ocultas sob o hábito. Estas mudanças tornaram-se possíveis em virtude de éditos das autoridades eclesiásticas nos anos 60.

Quem pertence às ordens monásticas pouca ou nenhuma autoridade tem habitualmente na hierarquia da igreja, ainda que lhe esteja sujeito. A existência de ordens femininas nunca proporcionou às mulheres qualquer poder directo nas maiores organizações religiosas, as quais, nas Igrejas Católica e Anglicana, permanecem quase exclusivamente dominadas por homens.

As mulheres e o catolicismo

A religião Cristã nasceu do que era, num sentido fundamental, um movimento revolucionário; mas, nas suas atitudes para com as mulheres, algumas das principais igrejas Cristãs encontram-se entre as organizações mais conservadoras das sociedades modernas. As mulheres como ministros de culto são há muito aceites por certas seitas e denominações religiosas, mas as Igrejas Católica e Anglicana persistem no apoio formal às desigualdades de género. Os ensinamentos da Igreja encorajam as mulheres a relembrar os seus papéis tradicionais de esposas e mães, enquanto as políticas de proibição do aborto e do uso de contraceptivos impõem limites à liberdade das mulheres.

Com o aparecimento do movimento feminista, as organizações das mulheres começaram a pressionar as autoridades católicas no sentido de liberalizarem as suas posições sobre o papel das mulheres na igreja. Uma das reformas defendidas por alguns é a ordenação das mulheres para exercerem o sacerdócio. Os seus apoiantes argumentam que as mulheres podem representar Cristo tão bem como os homens, porque também são feitas à imagem e semelhança de Deus. Não obstante, as propostas para a ordenação das mulheres foram firmemente negadas pelas autoridades católicas. Em 1977, a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, em Roma, declarou formalmente que as mulheres não eram admitidas ao sacerdócio católico. A razão apresentada foi a de que Jesus não chamou uma mulher para ser um dos seus discípulos (Noel, 1980).

Numa carta publicada em Maio de 1994, o Papa João Paulo II reafirmava a oposição da Igreja Católica à ordenação de mulheres. A carta afirmava : "Para que cessem todas as dúvidas no que diz respeito a um assunto de grande importância ... declaro que a Igreja não tem autoridade para conferir a ordenação a mulheres e que este juízo deverá ser definitivamente tomado em conta por todos os fiéis."

A freira britânica, Lavinia Byrne, defendeu o caso das mulheres sacerdotisas no seu livro *Women at the Altar* (1994). Em 1964, com 17 anos, Byrne juntou-se ao Instituto da Abençoada Virgem Maria e afirmou-se no Reino Unido como teóloga, escritora e apresentadora. As suas contribuições para a Rádio 4 da BBC tornaram-na numa figura conhecida pelos católicos romanos em toda a Inglaterra e no País de Gales. Não obstante, o seu apoio à ordenação das mulheres conduziu-a a um conflito com as autoridades católicas. Em 1998, a congregação para a Doutrina da Fé (CDF) chamou-a para a intimar a retirar publicamente o seu apoio à ordenação das mulheres e proclamar a sua solidariedade com os ensinamentos católicos sobre o aborto, a contracepção e a ordenação de sacerdotisas.

Em Janeiro de 2000, Byrne demitiu-se da sua ordem, argumentando que o destino das mulheres católicas sob a liderança conservadora actual era a de ser "uma subespécie invisível". "A maioria das mulheres católicas", argumentou, "devem ser profundamente devotas, rezarem, estarem na Igreja ao Domingo e não serem notadas. O que se defende é que apenas o homem pode representar Cristo." (citado em Meek, 2000). Byrne preocupava-se com a falta de um modelo dinâmico para as mulheres católicas à chegada do novo século. Numa entrevista com os jornalistas depois de ter deixado a Igreja, comentou:

> [As mulheres] procuram na Igreja u...a i...age... vibra...e do que deve ser uma mulher profissional e educada no ano 2000 e, muitas vezes, vêem as suas aspirações goradas e as suas contribuições denegridas. Precisamos desesperadamente de ensinamentos positivos sobre a vida em família, trabalho, lazer, o lugar dos homens e das mulheres na vida social e política. Esta é a tarefa da Igreja. (citado em *Newsweek*, 24 de Janeiro, 2000, p. 64).

As mulheres na Igreja de Inglaterra

Apesar de se ter liberalizado muito mais do que a Igreja Católica, a Igreja Anglicana é também dominada, em grande parte, pelos homens. Até 1992, na Igreja de Inglaterra permitia-se que as mulheres fossem diaconisas, mas não sacerdotisas. Oficialmente, faziam parte do laicado, e não se lhes permitia dirigir rituais religiosos básicos, como dar bençãos ou celebrar casamentos. Por outro lado, sob a direcção de um ministro do culto, uma diaconisa podia administrar certos sacramentos e conduzir baptismos, entres outros deveres. Em 1986, foi emitido um relatório pelo comité permanentemente do Sínodo Geral, o corpo dirigente da Igreja de Inglaterra, em que se examinava a legislação necessária à admissão das mulheres ao sacerdócio. O grupo compunha-se de dez homens e duas mulheres. A sua tarefa consistia em apreciar as 'salvaguardas' necessárias para enfrentar as objecções dos que 'pertencendo à Igreja de Inglaterra são incapazes de aceitar, por uma razão ou por outra, a ordenação de mulheres como padres' (citado em Aldrige, 197, p. 377). Os sentimentos e aspirações das mulheres foram pouco tidos em conta.

Num programa de rádio, em Agosto de 1987, perguntou-se ao bispo anglicano de Londres, Graham Leonard, se ele achava que a noção Cristã de Deus seria afectada por se ver regularmente uma mulher no altar. Ele respondeu 'Penso que sim. O meu instinto, quando olhasse para ela, seria tomá-la nos meus braços...' Segundo ele, a possibilidade de haver atracção sexual entre uma sacerdotisa e os membros da congregação era uma das razões pelas quais as mulheres não deveriam ser admitidas como membros plenos no sacerdócio. Na religião, como em toda a parte, 'é o homem que toma a iniciativa e a mulher quem recebe' (Jenkins, 1987).

Em 1992, a Igreja de Inglaterra votou finalmente a favor da abertura do sacerdócio às mulheres. Muitos

Depois de terem ganho a luta pelo direito a serem ordenadas sacerdotisas na Igreja de Inglaterra, as mulheres estão a ser aceites pelos paroquianos e pela hierarquia da Igreja.

grupos opuseram-se a esta decisão, incluindo a organização Mulheres Contra a Ordenação de Mulheres, formada pela senhora Margaret Brown. Segundo ela e alguns grupos masculinos anglicanos, tal constituía um desvio blasfemo da verdade bíblica revelada. Um certo número de grupos declarou ser sua intenção retirar-se da igreja na sequência desta decisão. Entre outros, Graham Leonard anunciou a sua decisão de abandonar a Igreja Anglicana e de entrar para a Igreja Católica.

Religião, Secularização e Mudança Social

Como vimos, uma perspectiva partilhada pelos primeiros pensadores sociológicos era a de que a religião tradicional se tornaria cada vez mais marginal no mundo moderno. Marx, Durkheim e Weber acreditavam que o processo de secularização estava pres-

tes a ocorrer, à medida que as sociedades se modernizavam e se tornavam mais confiantes na ciência e na tecnologia para controlar e explicar o mundo social. A secularização descreve o processo pelo qual a religião perde a sua influência sobre as várias esferas da vida social.

O debate sobre a *tese da secularização* é uma das áreas mais complexas em sociologia da religião. Em termos muito simples, existe um desacordo entre os apoiantes da tese da secularização – que concordam com os fundadores da sociologia e vêem a religião a perder o seu poder e importância no mundo moderno – e os que se opõem ao conceito, que argumentam que a religião continua a ser uma força significativa, apesar de surgir muitas vezes sob formas novas e desconhecidas.

As dimensões da secularização

A secularização é um conceito sociológico complexo em parte porque existe pouco consenso acerca de como deveria ser medido. Além disso, muitos sociólogos empregam definições de religião que não coincidem – onde alguns são da opinião que a religião é mais bem compreendida em termos de igreja tradicional, outros argumentam que deverá existir uma visão muito mais lata para incluir dimensões como a espiritualidade pessoal e o comprometimento profundo com certos valores. Estas diferenças na percepção influenciam certamente os argumentos a favor ou contra a secularização.

A secularização pode ser avaliada segundo um determinado número de aspectos ou dimensões. Algumas delas são objectivas na sua natureza, como, por exemplo, o *nível de adesão* às organizações religiosas. As estatísticas e os registos oficiais podem mostrar quantas pessoas pertencem a uma igreja ou a outro corpo religioso e quantas vão frequentemente à missa ou a outras cerimónias religiosas. Como veremos, à excepção dos EUA, todos os países industrializados sofreram uma secularização considerável de acordo com aquele índice de adesão. O padrão do declínio religioso observado na Grã-Bretanha encontra-se na maioria dos países da Europa Ocidental, incluindo países católicos como a França ou a Itália. Há mais italianos a frequentar a igreja e a participar nos rituais principais (como a comunhão pascal) do que franceses, mas o padrão generalizado do declínio da observância religiosa é semelhante em ambos os casos.

Uma segunda dimensão da secularização diz respeito ao *grau de influência social, riqueza e prestígio* das igrejas e de outras organizações religiosas. Antigamente, as organizações religiosas detinham uma influência considerável sobre os governos e as agências sociais e eram muito respeitadas pelas comunidades. Até que ponto é ainda hoje assim? A resposta a esta questão é clara. Mesmo que nos limitemos ao último século, vemos que as organizações religiosas têm vindo a perder progressivamente muita da influência social e política que detinham no passado e, apesar de existirem algumas excepções, a tendência é mundial. Os líderes religiosos já não podem esperar automaticamente ser influentes entre quem detém o poder. Embora algumas igrejas estabelecidas mantenham a sua riqueza e os novos movimentos religiosos possam angariar grandes fortunas rapidamente, as circunstâncias materiais de muitas das velhas organizações religiosas são precárias. As igrejas e os templos têm de ser vendidos ou encontram-se em estado de degradação.

A terceira dimensão da secularização diz respeito às crenças e aos valores. Podemos designá-la como *religiosidade*. O número dos que frequentam a igreja e o grau de influência social das organizações religiosas não são, obviamente, uma expressão directa das crenças ou ideais defendidos pelos indivíduos. Muitos dos crentes não assistem com regularidade aos serviços religiosos ou às cerimónias públicas; a regularidade desta frequência ou participação, por outro lado, nem sempre implica fortes sentimentos religiosos – as pessoas podem deslocar-se à igreja por uma questão de hábito ou porque a sua comunidade espera que o façam.

Tal como em outras dimensões da secularização, devemos ter um conhecimento profundo do passado para avaliarmos o grau de declínio em matéria de religiosidade. Os apoiantes da tese da secularização argumentam que, no passado, a religião era muito mais importante na vida quotidiana das pessoas do que o é hoje. A igreja estava no centro da vida local e representava uma forte influência na família e na vida pessoal. Contudo, os críticos desta tese contestam esta ideia, afirmando que o facto de as pessoas frequentarem a igreja de forma mais regular não prova necessariamente que eram mais religiosas. Em mui-

tas sociedades tradicionais, incluindo a Europa medieval, o compromisso com as crenças religiosas era menos forte e menos importante no quotidiano do que se pode supor. As investigações efectuadas sobre a história de Inglaterra mostram um compromisso moderado com as crenças religiosas entre a generalidade das pessoas. Os cépticos religiosos parecem estar presentes na maioria das culturas, em particular nas maiores sociedades tradicionais (Ginzburg, 1980).

Contudo, não podem existir dúvidas de que a importância das ideias religiosas é hoje inferior ao que era no mundo tradicional – em particular, se incluirmos na definição do termo "religião" o conjunto das crenças sobrenaturais em que as pessoas acreditavam. Hoje, a grande maioria das pessoas não sente que o nosso mundo esteja impregnado por entidades espirituais ou divinas. Algumas das grandes tensões existentes hoje no mundo – como as que atingem o Médio Oriente e os Balcãs – derivam principalmente, ou em parte, de divergências religiosas. Mas, nos nossos dias, a maioria dos conflitos e guerras são, sobretudo, de natureza secular – dizendo respeito a crenças políticas ou interesses materiais divergentes. Tendo em conta estas três dimensões da secularização, abordemos algumas das tendências recentes na religião na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos e consideremos se estas apoiam ou contrariam a ideia de secularização.

A religião no Reino Unido

A maioria dos adultos britânicos considera-se membro de uma organização religiosa. Só cerca de 5 por cento dos britânicos declaram não ter qualquer filiação religiosa. Quase 70 por cento da população identifica-se como membro da Igreja de Inglaterra, apesar de a maioria apenas ir à Igreja poucas vezes durante a vida, se é que alguma vez vai. Além da Igreja de Inglaterra, da Igreja Presbiteriana da Escócia e da Igreja Católica, há uma grande variedade de grupos religiosos no Reino Unido. Entre estes incluem-se os Judeus, os Mórmones, os Muçulmanos, os Sikhs e os Hindus. As seitas mais pequenas incluem a Irmandade de Plymouth, os Rastafarianos e a Missão da Luz Divina.

Desde 1851, deixaram de ser incluídas perguntas sobre a religião nos censos, por isso é difícil desenhar uma imagem precisa da dimensão das denominações religiosas na Grã-Bretanha. Este procedimento irá mudar – no recenseamento de 2001, será perguntado aos ingleses qual a sua religião juntamente com outras informações sobre si próprios, o que permitirá obter um quadro muito mais detalhado sobre a religião na Grã-Bretanha, pois as estimativas actuais assentam em relatórios das denominações. O censo também deverá permitir uma avaliação mais fina da população muçulmana na Grã-Bretanha, que tem sido estimada entre 1 e 3 milhões de pessoas.

Segundo o estudo de 1998 sobre as Atitudes Sociais na Grã-Bretanha, muitas pessoas na Grã-Bretanha professam crença em alguma divindade (ver quadro 17.2). Vinte e um por cento dos inquiridos acreditavam na afirmação: "Acredito que Deus existe realmente e não tenho qualquer dúvida sobre esse assunto." Apenas um em dez disse não acreditar em Deus. Metade dos respondentes disse acreditar que "provavelmente" ou "indubitavelmente" acreditavam na vida depois da morte (HMSO, 2000). A figura 17.1 mostra que os padrões das crenças tradicionais e não tradicionais estão a mudar.

Apesar de muitas pessoas afirmarem que acreditam em Deus ou em algum tipo de ser superior, o número de pessoas que frequentam a igreja é muito menor (vide quadro 17.2). De acordo com o recenseamento da religião de 1851, cerca de 40 por cento dos adultos na Inglaterra e no País de Gales frequentavam a Igreja todos os Domingos; por volta de 1900, este número descera para cerca de 35 por cento, em 1950 para 20 por cento e actualmente este total está próximo dos 10 por cento. As principais comunidades religiosas britânicas perderam uma média de 5 por cento dos seus praticantes durante a década de 80, com o declínio mais acentuado (de 8 por cento) entre os Católicos (HMSO, 1992). Em 1997, a Igreja de Inglaterra viu a média dos seus praticantes de Domingo cair para menos de 1 milhão de pessoas pela primeira vez desde sempre.

Todavia, este padrão é algo desigual. Há alguma diferença entre o que se passa nas igrejas Trinitárias e naquelas que o não são. As igrejas Trinitárias, que incluem, entre outros, os Anglicanos, os Católicos, os Metodistas e os Presbiterianos, são as que acreditam na união da Trindade num só Deus. Os seus membros diminuíram de 8.8 milhões em 1970 para 6.5 milhões em 1994. No entanto, houve um aumento no número

Quadro 17.2 Crença em Deus, Grã-Bretanha, 1998 (%)

Sei que Deus existe realmente e não tenho qualquer dúvida acerca disso	21
Apesar de ter dúvidas, sinto que acredito em Deus	23
Às vezes acredito em Deus, mas nem sempre	14
Não acredito num Deus pessoal, mas acredito num Poder Superior de qualquer espécie	14
Não sei se existe um Deus, e não acredito que exista maneira de o descobrir	15
Não acredito em Deus	10
Não responde	3
Total	100

Foi perguntado aos respondentes qual das afirmações se aproximava mais da sua crença em Deus.
Fontes: Inquérito às Atitudes Sociais na Grã-Bretanha, National Centre for Social Research. In *Social Trends*, 30 (2000), p. 219. Copyright da Coroa.

de membros de algumas igrejas não Trinitárias, como os Mórmones e as Testemunhas de Jeová (vide quadro 17.3). Entre as populações das minorias étnicas, a frequência das igrejas e dos serviços religiosos tem também subido. Um certo número de novos movimentos religiosos (ver mais abaixo) também atraiu seguidores na Grã-Bretanha.

No Reino Unido existe um padrão religioso discernível em termos de idade, sexo, classe e local de residência. Os idosos são, geralmente, mais religiosos do que os jovens. Entre os jovens, a frequência da Igreja atinge um máximo aos quinze anos e a partir daí baixa até as pessoas chegarem aos trinta ou quarenta anos, idade em que regressa o interesse pela religião; depois disso, a prática religiosa aumenta com a idade. As mulheres são mais propensas a envolver-se na religião organizada do que os homens; isto não acontece tanto nas igrejas Anglicanas, mas nas Igrejas da Ciência Cristã, por exemplo, a participação feminina é quatro vezes superior à masculina.

Em geral, a prática e as crenças religiosas professadas são mais elevadas entre os grupos mais abastados da sociedade do que entre os mais pobres. A Igreja de Inglaterra tem sido chamada o 'Partido Conservador em oração', e ainda há uma certa verdade nisto. É mais provável que os católicos pertençam à classe trabalhadora. Esta orientação de classe revela-se no comportamento eleitoral. Os Anglicanos tendem a votar no Partido Conservador e os católicos no Trabalhista, tal como muitos dos Metodistas. O Metodismo esteve inicialmente associado de um modo estreito ao desenvolvimento do Partido Trabalhista. A participação religiosa varia também grandemente de acordo com o lugar onde as pessoas vivem: 35 por cento dos adultos do Merseyside e 32 por cento dos do Lancashire são membros da igreja, em comparação com apenas 9 por cento do Humberside e 11 por cento do Nottinghamshire. Uma das causas é a imigração – Liverpool tem uma grande proporção de Católicos irlandeses tal como o Norte de Londres tem os seus Judeus e Bradford os seus Muçulmanos e Sikhs.

Em termos das suas consequências na vida diária, as diferenças religiosas são muito mais significativas na Irlanda do Norte do que em qualquer outro lugar da Grã-Bretanha. Os confrontos que ali ocorrem entre Protestantes e Católicos envolvem apenas uma minoria de ambas as crenças, mas são, com frequência, agudos e violentos. Não é fácil distinguir a influência da religião na Irlanda do Norte dos outros factores envolvidos em antagonismos ali existentes. O desejo de uma 'Irlanda unida', onde o Eire e a Irlanda do Norte possam formar um só estado, é geralmente comum entre os Católicos e rejeitado pelos Protestantes. Contudo, as considerações de ordem política e os ideais nacionais desempenham um papel importante paralelamente às crenças religiosas.

A religião nos Estados Unidos

A posição das organizações religiosas nos Estados Unidos é invulgar em vários aspectos. A liberdade da

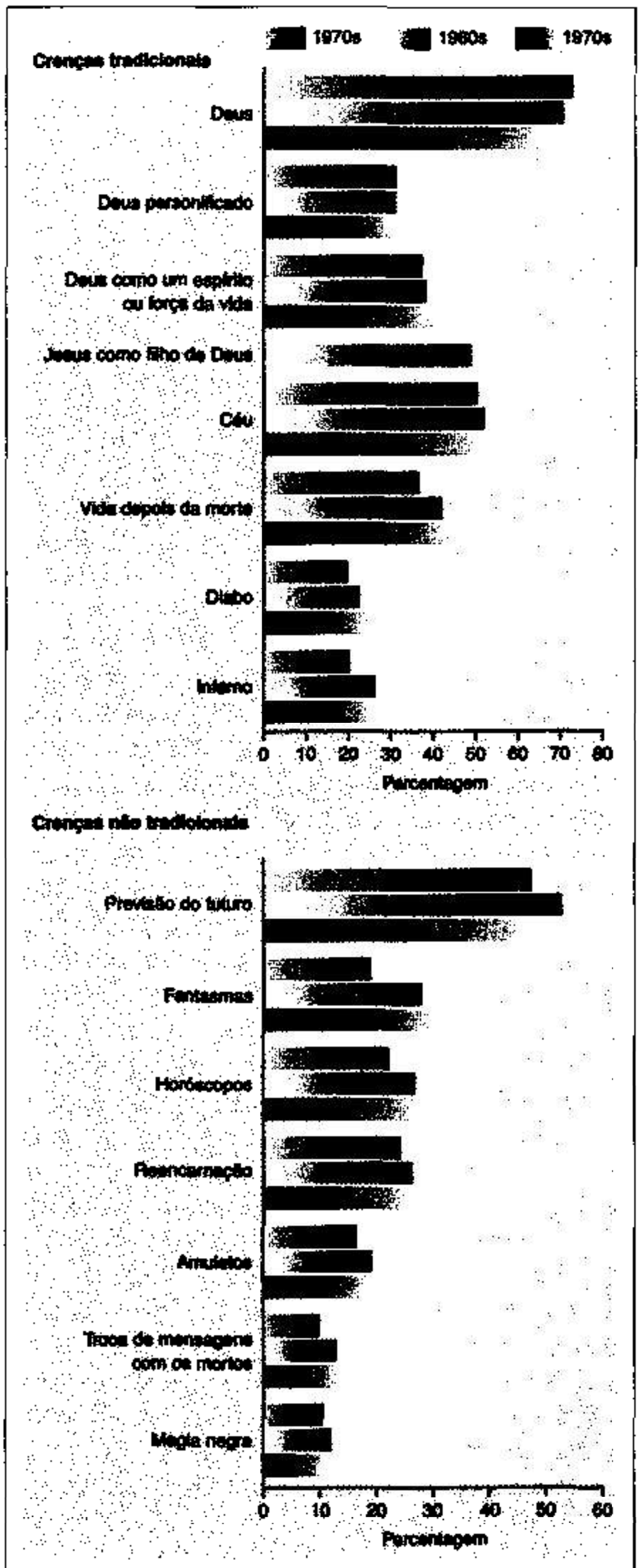


Gráfico 17.1 Mudanças nas crenças das pessoas, 1970 a 1990 (%)

Fonte: R. Gill, *Churchgoing and Christian Ethics*, Cambridge University Press, 1999. Guardian News Service, Lda.

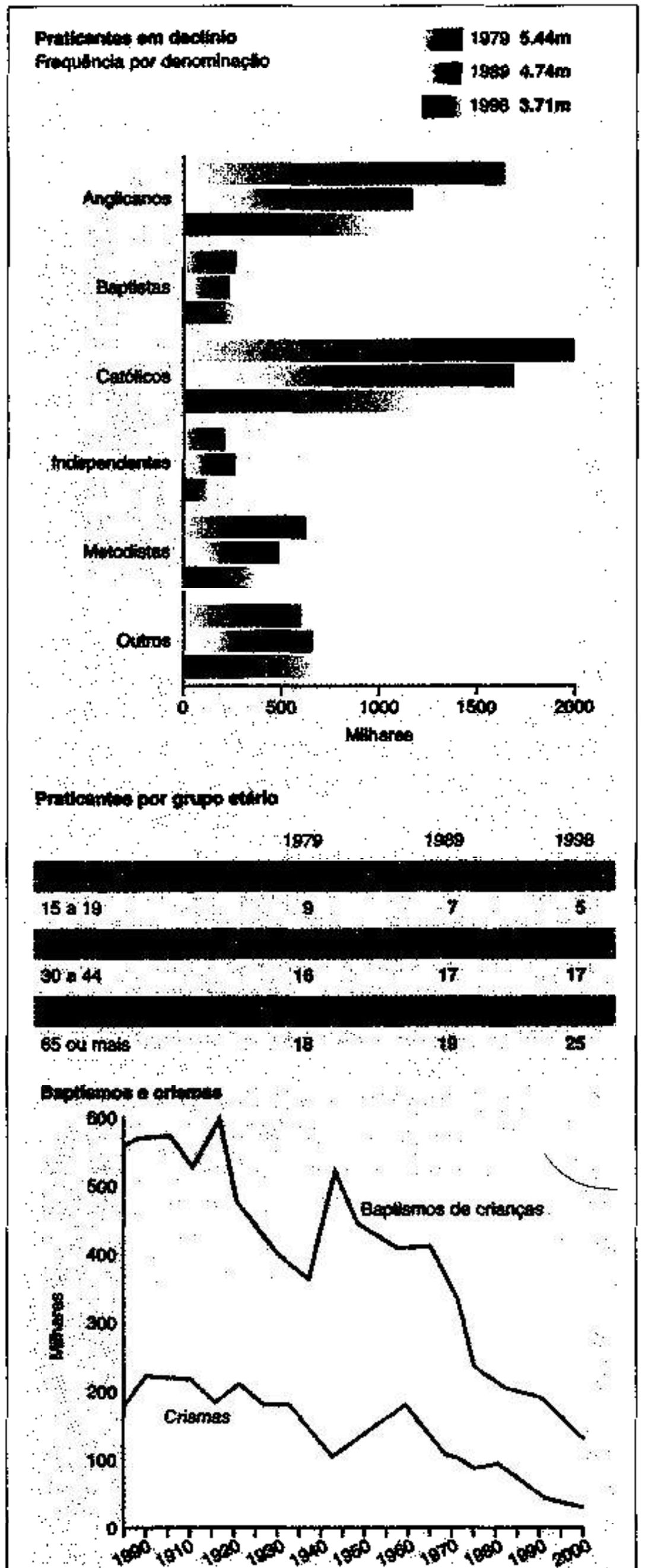


Gráfico 17.2 Frequência da igreja e praticantes

Fontes: UKCH, *Religious Trends*. Retirado de *Guardian*, 22 de Abril, 2000, p. 7.

Quadro 17.3 Membros da Igreja no Reino Unido (milhões)

	1970	1980	1992	1994
Igrejas Trinitárias				
Católica Romana (frequência da missa)	2.7	2.4	2.1	2.0
Anglicana	2.6	2.2	1.8	1.8
Presbiteriana	1.8	1.4	1.2	1.1
Metodista	0.7	0.5	0.4	0.4
Baptista	0.3	0.2	0.2	0.2
Outras igrejas livres	0.5	0.5	0.6	0.7
Ortodoxa	0.2	0.2	0.3	0.3
Total de Igrejas Trinitárias	8.8	7.4	6.6	6.5
Igrejas não Trinitárias				
Mórmones	0.1	0.1	0.2	0.2
Testemunhas de Jeová	0.1	0.1	0.1	0.1
Outras não Trinitárias	0.1	0.2	0.2	0.2
Total de Igrejas não Trinitárias	0.3	0.4	0.5	0.5
Outras religiões				
Muçulmanos	0.1	0.3	0.5	0.6
Sikhs	0.1	0.2	0.3	0.3
Hindus	0.1	0.1	0.1	0.1
Judeus	0.1	0.1	0.1	0.1
Outras	0.0	0.1	0.1	0.1
Total de outras religiões	0.4	0.8	1.1	1.2

Fonte: Christian Research. Retirado de *Social Trends*, 1996. Copyright da Coroa.

expressão religiosa foi legalizada pela constituição americana muito antes de existir tolerância religiosa em qualquer outra sociedade ocidental. Os primeiros colonos fugiram da opressão religiosa por parte das autoridades políticas e asseguraram a separação entre a Igreja e o Estado. Os Estados Unidos não têm uma igreja "oficial", como a igreja Anglicana em Inglaterra.

Os Estados Unidos também possuem uma diversidade de grupos religiosos muito maior do que qualquer outro país industrializado. Em grande parte das sociedades ocidentais, a maioria da população está formalmente filiada numa única igreja, como a Igreja Anglicana no Reino Unido ou a Igreja Católica Romana em Itália. Cerca de 90 por cento da população americana é cristã, mas pertence a múltiplas igrejas e denominações religiosas. Muitos grupos têm apenas centenas de membros, mas mais de noventa organizações religiosas reclamam ter acima de 50 000 membros, e vinte e duas destas registam uma filiação superior a um milhão. Ao longo dos últimos vinte e cinco anos, os grupos fundamentalistas cristãos construíram um movimento político social e político poderoso nos Estados Unidos (vide p. 565).

A maior instituição religiosa nos Estados Unidos é, de longe, a Igreja Católica, com cerca de cinquenta milhões de membros. Não obstante, só perfaz 27 por cento do total dos membros das organizações religiosas. Cerca de 60 por cento da população é protestante, dividida entre numerosas comunidades religiosas. A Convenção Baptista do Sul é a maior, com

A cruz é trazida a adoradores do sol e ciclistas na praia de Daytona, na Flórida, durante a reunião anual da Semana da Bicicleta.

mais de treze milhões de membros, seguida pela Igreja Metodista Unificada, pela Convenção Baptista Nacional e pelas igrejas Luterana e Episcopal. Entre os grupos não cristãos, os maiores são as congregações judias, com cerca de seis milhões de membros.

Cerca de quarenta por cento da população americana assiste aos serviços religiosos todas as semanas. Quase 70 por cento pertence a uma igreja, sinagoga ou outra organização religiosa, e a maioria declara ter um papel activo nas suas congregações.

O capitão Scott O'Grady, da Força Aérea Norte Americana, foi abatido em 1995 quando sobrevoava a Bósnia. Passou seis dias difíceis a evitar ser capturado pelas forças Sérvias antes de ter sido encontrado e salvo. 'Escapei de boa!' disse perante os meios de comunicação mundiais, 'a primeira coisa que quero fazer é agradecer a Deus. Se não fosse o amor de Deus, não conseguiria ter passado pelo que passei. Foi Ele que me trouxe aqui e eu sei isso no meu coração'. Se um piloto francês ou britânico tivesse proferido as mesmas palavras nesta situação teria havido uma certa surpresa. Vindas de um soldado americano parecem perfeitamente normais. Os Estados Unidos têm um nível de crença religiosa muito mais elevado do que a maioria das sociedades europeias.

Os resultados de inquéritos efectuados mostram que 95 por cento dos americanos dizem acreditar em Deus, 80 por cento acreditam em milagres e na vida

depois da morte, 72 por cento acredita em anjos e 65 por cento no diabo (Stark e Bainbridge, 1985). Um estudo mundial acerca dos valores, publicado em 1994, mostrava que 82 por cento dos respondentes se considerava 'uma pessoa religiosa', comparados com 55 por cento na Grã-Bretanha, 54 por cento na Alemanha Ocidental e 48 por cento em França. O mesmo estudo mostrava que 44 por cento dos americanos dizia ir à Igreja pelo menos uma vez por semana, comparados com 14 por cento no Reino Unido, 10 por cento em França e apenas 4 por cento na Suécia (ver gráfico 17.3 e o '*The Economist*' de 8 de Julho de 1995, p. 20).

No debate sobre a secularização, os Estados Unidos representam uma importante excepção à perspectiva de que a religião está a declinar nas sociedades ocidentais. Enq anto, por um lado, os Estados U idos são um dos países mais "modernizados", também se caracteriza por um dos mais elevados níveis de crença religiosa e pertença popular no mundo. Steve Bruce, um dos principais defensores da tese da secularização, argumentou que a persistência da religião nos Estados Unidos pode ser entendida em termos de *transição cultural* (1996). Em sociedades que passam por rápidas e profundas mudanças demográficas ou económicas, sugere Bruce, a religião pode desempenhar um papel importante, ajudando as pessoas a adequarem-se a novas condições e a sobreviver à instabilidade. A industrialização chegou relativamente tarde aos Estados Unidos e desenvolveu-se muito rapidamente, sustenta, entre uma população composta por uma grande diversidade de grupos étnicos. Nos Estados Unidos, a religião foi importante para estabilizar a identidade das pessoas e possibilitou uma transição cultural mais suave para o *"melting pot"* americano.

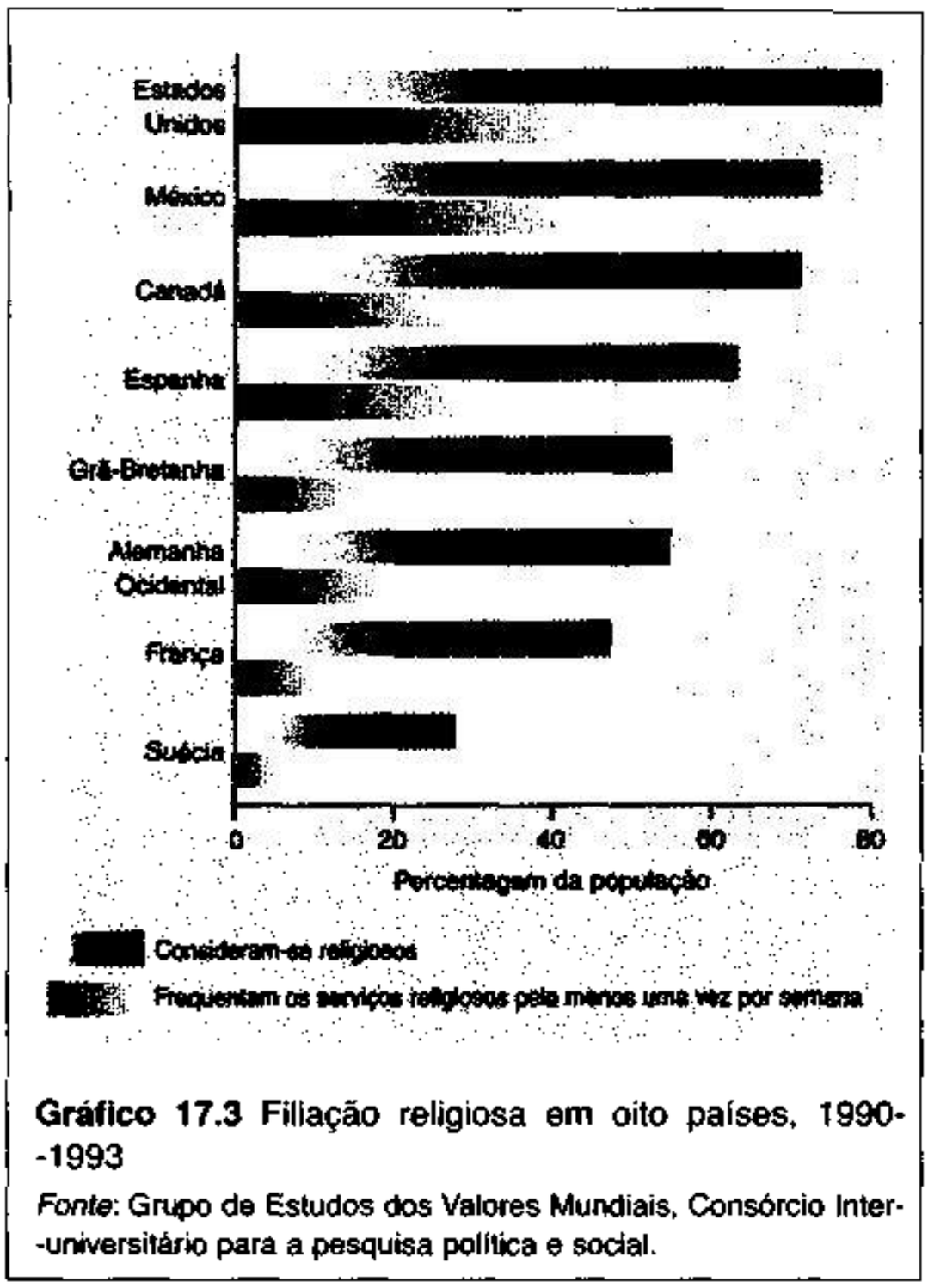


Gráfico 17.3 Filiação religiosa em oito países, 1990--1993

Fonte: Grupo de Estudos dos Valores Mundiais, Consórcio Inter-universitário para a pesquisa política e social.

Avaliação da tese da secularização

Existem poucas dúvidas entre os sociólogos de que a religião na igreja tradicional – com a excepção notável dos Estados Unidos – declinou na maioria dos países ocidentais, sendo esse declínio uma tendência de longo prazo. A influência da religião tem diminuído de acordo com cada uma das três dimensões de secularização de um modo muito parecido ao que os autores do século dezanove tinham previsto. Deveríamos concluir que estes defensores mais recentes da tese da secularização tinham razão? Teria o apelo da religião perdido o seu alcance com o aprofundar da modernidade? Tal conclusão seria questionável por várias razões.

Em primeiro lugar, a posição da religião na Grã--Bretanha e noutros países do Ocidente é muito mais complexa do que os apoiantes da tese da secularização sugerem. As crenças religiosas e espirituais continuam a ser forças poderosas e motivadoras na vida de muitas pessoas, mesmo se não escolhem adorar formalmente através da forma da igreja tradicional. Alguns investigadores sugeriram que houve um movimento para "acreditar sem pertencer" (Davie, 1994) – as pessoas mantêm uma crença em Deus ou numa força superior, mas praticam e desenvolvem a sua fé fora das formas institucionalizadas de religião.

Em segundo lugar, a secularização não pode ser medida apenas de acordo com a pertença às igrejas Trinitárias concorrentes. Ao fazê-lo, não se conta com o papel crescente das fés não ocidentais e dos novos movimentos religiosos, tanto internacional-

mente como nas sociedades industrializadas. Na Grã-Bretanha, por exemplo, a participação activa nas igrejas tradicionais está a baixar, todavia, a participação entre os muçulmanos, hindus, sikhs, judeus, crentes no evangelismo "nascido de novo" e cristãos ortodoxos continua a ser dinâmica.

Em terceiro lugar, parecem existir poucas provas da secularização nas sociedades não ocidentais. No Irão e noutras áreas do médio Oriente, África e Índia, um fundamentalismo islâmico dinâmico desafia a ocidentalização. O Papa visita a América do Sul e a sua estadia é seguida por milhões de católicos. A ortodoxia foi recebida de novo de forma entusiástica por cidadãos da extinta União Soviética depois de décadas de repressão da igreja pela liderança comunista. O apoio entusiasta à religião em todo o mundo é, infelizmente, acompanhado pela proliferação de conflitos religiosos. A religião pode ser uma fonte de consolo e apoio, mas também esteve e continua a estar na origem de intensas lutas e conflitos sociais.

Podemos reunir provas a favor ou contra a ideia de secularização. Parece claro que a secularização como conceito é muito útil para a explicação das mudanças que estão a ter lugar nas igrejas tradicionais de hoje – tanto em termos do declínio do seu poder e influência e em relação aos processos de secularização interna que afectam, por exemplo, o papel das mulheres e dos homossexuais. As forças modernizantes presentes na sociedade, estão a ser sentidas por muitas das instituições religiosas tradicionais.

Acima de tudo, contudo, a religião no mundo moderno do presente deveria ser avaliada num cenário de rápida mudança, instabilidade e diversidade. Mesmo se as formas tradicionais de religião estão a regredir, a religião continua a ser uma força importante no nosso mundo social. É provável que o apelo da religião, nas suas formas tradicionais e modernas, continue. A religião proporciona a muitas pessoas perspectivas sobre questões complexas acerca da vida e do seu sentido que não podem ter uma resposta satisfatória no âmbito de perspectivas racionalistas.

Não é, então, surpreendente que, nestes tempos de rápida mudança, muitas pessoas procurem – e encontrem – respostas e calma na religião. O fundamentalismo é, talvez, o exemplo mais claro deste fenómeno. Contudo, de forma crescente, as respostas religiosas à mudança estão a dar-se sob formas novas e desconhecidas: os novos movimentos religiosos, os cultos, as seitas e as actividades do "New Age". Apesar destes grupos não "parecerem" aparentemente formas de religião, muitos críticos da hipótese da secularização acreditam que representam transformações da crença religiosa em face de uma mudança social profunda.

Novos movimentos religiosos

Nas últimas décadas, apesar de as igrejas tradicionais estarem a passar por um declínio da frequência, têm surgido outras formas de actividade religiosa. Os sociólogos utilizam o termo **novos movimentos religiosos** (NMRs) para se referirem ao conjunto de grupos religiosos e espirituais, cultos e seitas que surgiram nos países ocidentais, incluindo o Reino Unido, a par das religiões dominantes. Os NMRs incluem uma grande diversidade de grupos, desde os grupos espirituais e de auto-ajuda no âmbito do movimento "New Age", às seitas exclusivas como os Hare Krishnas (Sociedade Internacional para a Consciência Krishna).

Muitos movimentos religiosos novos têm origem nas tradições dominantes da religião, tais como o Hinduísmo, o Cristianismo ou o Budismo, enquanto outros surgiram de tradições quase desconhecidas no Ocidente até há pouco tempo. Alguns NMRs são, na sua essência, novas criações de líderes carismáticos que conduzem as suas actividades. É o caso da Igreja da Unificação dirigida pelo Reverendo Sun Myung Moon. A pertença aos novos movimentos religiosos consiste sobretudo, em convertidos, e não por indivíduos educados numa fé particular. Os seus membros são, na maioria das vezes, de classe média e escolarizados.

A maioria dos novos movimentos na Grã-Bretanha, tem origem nos Estados Unidos ou no Leste, apesar de alguns, como a Sociedade Aestherius e a Fundação Emin, já existirem antigamente na Grã-Bretanha. Desde a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos presenciaram a maior proliferação de movimentos religiosos da sua história, incluindo uma série de fusões e divisões entre denominações. Muitos tiveram uma curta duração, mas alguns conseguiram um grande número de seguidores.

Foram avançadas várias teorias para explicar o sucesso dos NMRs. Alguns observadores são da opi-

nião de que os novos movimentos religiosos deveriam ser vistos como uma resposta ao processo de liberalização e de secularização na sociedade e mesmo nas igrejas tradicionais. As pessoas que sentem que as religiões tradicionais se tornaram ritualistas e destituídas de significado espiritual podem encontrar conforto e um maior sentido de comunidade nos NMRs, mais pequenos e menos impessoais.

Outros, como o investigador Bryan Wilson, vêem nos NMRs uma consequência da mudança social rápida (1982). À medida que as normas tradicionais se quebram, as pessoas procuram tanto explicações como segurança. O aparecimento de grupos e seitas que enfatizam a espiritualidade pessoal, por exemplo, sugere que muitos indivíduos sentem e precisam de se ligar de novo aos seus próprios valores e crenças face à instabilidade ou à incerteza.

Um outro factor pode ser o de os NMRs serem apelativos para as pessoas que se sentem alienadas da sociedade dominante. Alguns autores são da opinião de que as abordagens colectivas e comunitárias das seitas e dos cultos podem oferecer apoio e sentido de pertença. Roy Wallis levou esta ideia mais longe ao estudar a participação dos jovens de classe média nos NMRs. Apesar de não serem marginalizados da sociedade em sentido material, podem sentir-se isolados emocional ou espiritualmente. A pertença a um culto pode ajudar a superar este sentimento de alienação.

Tipos de novos movimentos religiosos

No seu livro sobre The Elementary Forms of New Religious Life [*As formas elementares da novas vida religiosa* (1984)], Roy Wallis propôs que os novos movimentos religiosos poderiam ser entendidos segundo três categorias amplas. Apesar de a sua tipologia ter quase vinte anos, continua a ser útil para distinguir os NMRs. A sua divisão dos NMRs em movimentos *de afirmação do mundo, de rejeição do mundo e* de acomodação ao mundo baseia-se na relação de cada grupo com um mundo social maior.

Movimentos de afirmação do mundo

Os **movimentos de afirmação do mundo** estão mais próximos dos grupos de "auto-ajuda" ou de "terapia" do que dos grupos religiosos convencionais. São movimentos que muitas vezes não têm rituais, igrejas ou teologias formais, concentrando-se no bem-estar espiritual dos seus membros. Tal como o nome sugere, os movimentos de afirmação não rejeitam o mundo exterior ou os seus valores. Pelo contrário, procuram aumentar as capacidades dos seus seguidores para agirem e terem sucesso nesse mundo através da libertação do potencial humano.

A Igreja da Cientologia é um exemplo deste tipo de grupo. Fundada por L. Ron Hubbard, a Igreja da Cientologia estendeu-se da Califórnia, onde foi fundada, ao mundo inteiro, tendo um grande número de seguidores. Os cientologistas acreditam que somos seres espirituais, mas que negligenciamos a nossa natureza espiritual. Através de um treino que torna as pessoas conscientes das suas capacidades espirituais reais, as pessoas podem recuperar os seus poderes sobrenaturais, clarificar as suas mentes e revelar o seu potencial total.

Muitos dos elementos do denominado **movimento** "New Age" inserem-se na categoria dos movimentos de afirmação do mundo. O movimento "New Age" surgiu da contracultura dos anos 60 e 70 e envolve um vasto espectro de crenças, práticas e estilos de vida. Os ensinamentos pagãos (célticos, druidas, ameríndios e outros), o xamanismo, formas de misticismo asiático, rituais Wiccan e meditação Zen são apenas algumas das actividades associadas ao "New Age". Apesar do seu ecletismo aparente, contudo, as várias formas da actividade "New Age" estão unidas sob uma concepção comum acerca da condição humana e do potencial para a sua transformação. O sociólogo Paul Heelas diz que o movimento "New Age" está, sobretudo, comprometido com a ideia de "auto-espiritualidade" – a crença de que o eu (self) é sagrado (1996). Os grupos "New Age" encorajam os seguidores a redescobrir a sua espiritualidade interior e a abandonar um modo de ser contaminado – adquirido através da socialização – a favor de uma existência mais autêntica.

Um dos principais desenvolvimentos no movimento "New Age" nas últimas três décadas é o que Heelas denomina como "seminário da espiritualidade". Os indivíduos que procuram desenvolver a sua própria espiritualidade e explorar as profundezas da sua própria natureza podem fazê-lo em ambientes estruturados que estão afastados das suas vidas e actividades diárias. Considere-se um anúncio para um destes cursos (citado em Heelas, 1996: 60)

WORKSHOP DE OITO DIAS
Pensado para o ajudar a ultrapassar
os seus limites
Para experimentar a qualidade de:
AMOR, PODER, EXPRESSÃO DE CRIATIVIDADE
QUE LHE DARÁ PODER
1) Para atingir todos aqueles desejos pessoais e objectivos
que são parte integrante do seu objectivo de vida.
2) Ser eficaz ao serviço da comunidade humana
– para indivíduos, famílias, grupos, organizações,
corporações, etc.
– em períodos de instabilidade socioeconómica
e de mudança rápida;
por outras palavras, para ser eficaz na contribuição para
UMA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
URGENTEMENTE NECESSÁRIA
neste planeta

À primeira vista, o misticismo do movimento "New Age" parece opor-se directamente às sociedades modernas em que se está a desenvolver. Os seguidores dos movimentos "New Age" procuram formas alternativas de vida e desenvolvem-nas de forma a fazer frente aos desafios da modernidade. Contudo Heelas sugere que as actividades "New Age" não deveriam ser interpretadas simplesmente como um corte radical com o presente. Deveriam também ser vistas como parte de um trajecto cultural mais vasto que *exemplifica* aspectos da cultura dominante. Nas sociedades modernas mais recentes, os indivíduos possuem níveis de autonomia sem paralelo e liberdade para planear as suas próprias vidas. A este respeito, os objectivos do movimento "New Age" coincidem de perto com a idade moderna: as pessoas são encorajadas para irem além dos valores e expectativas tradicionais e viverem as suas vidas reflexiva e activamente.

Movimentos de rejeição do mundo

Em oposição aos grupos de afirmação do mundo, os **movimentos que o rejeitam** criticam muito o mundo exterior. Exigem frequentemente mudanças significativas no estilo de vida dos seus seguidores – pode-se esperar que os seus membros vivam de uma forma ascética, mudem a maneira de se vestir ou o penteado ou que sigam determinada dieta. Os movimentos que rejeitam o mundo são frequentemente exclusivos, ao contrário dos movimentos de afirmação que tendem a ser inclusivos por natureza. Alguns dos movimentos têm características semelhantes às *instituições totais* (vide p. 354); espera-se que os seus membros diluam as suas identidades individuais na do grupo, para aderirem a códigos de ética estritos ou regras e que se afastem de actividades no mundo exterior.

A maioria dos movimentos que rejeitam o mundo é mais exigente com os seus membros, em termos de tempo e dedicação, do que as religiões estabelecidas mais antigas. Alguns grupos ficaram conhecidos por utilizar a técnica do 'bombardeamento amoroso' para conseguir a adesão total dos indivíduos. Um convertido potencial é submerso por atenções e por mostras constantes de afecto até ser arrastado emocionalmente para o grupo. Com efeito, alguns dos novos movimentos têm sido acusados de fazer 'lavagem ao cérebro' aos seus seguidores – procurando controlar as suas mentes de modo a retirar-lhes a capacidade para decidir com independência.

Muitos cultos e seitas deste tipo estiveram sob um intenso escrutínio das autoridades do Estado, dos media e do público. Alguns casos extremos de cultos de rejeição do mundo causaram muitas preocupações. O grupo japonês Aum Shinrikyo largou gás mortal no metropolitano de Tóquio em 1995, ferindo milhares de utentes matinais. Nos Estados Unidos, o culto Branch Davidian (O Ramo de David) sediado em Waco, no Texas, envolveu-se em confrontos mortais com as autoridades federais dos Estados Unidos em 1993, depois de acusações de abuso infantil e de armazenamento de armas.

Movimentos de acomodação ao mundo

O terceiro tipo de novos movimentos religiosos é o que mais se assemelha às religiões tradicionais. Os **movimentos de acomodação** ao mundo tendem a enfatizar a importância da vida religiosa interior em relação a preocupações mais mundanas. Os membros destes grupos reclamam a pureza espiritual que acreditam ter sido perdida nos contextos religiosos tradicionais. Enquanto os seguidores dos movimentos de rejeição e de afirmação do mundo, alteram, muitas vezes, os seus estilos de vida de acordo com a sua actividade religiosa, muitos aderentes dos movimentos de acomodação conduzem as suas vidas diárias e carreiras com poucas mudanças visíveis. Um dos exemplos dos movimentos de acomodação é o Pente-

costalismo. Os Pentacostalistas acreditam que o Espírito Santo pode ser ouvido através dos indivíduos a quem foi concedido o dom de "falar em línguas".

Os novos movimentos religiosos e a secularização

A popularidade duradoura dos novos movimentos religiosos coloca outro desafio à tese da secularização. Os que se opõem à tese apontam para a diversidade e dinamismo dos NMRs e argumentam que a religião e a espiritualidade são ainda uma faceta central da vida moderna. À medida que as religiões tradicionais perdem a sua força, a religião não desaparece, mas é canalizada para novas direcções. Contudo, nem todos os investigadores concordam com esta posição. Os proponentes da ideia da secularização sublinham que os NMRs continuam a ter um papel periférico face à sociedade como um todo, mesmo se têm um profundo impacto nas vidas dos seus seguidores individuais. Os novos movimentos religiosos são fragmentados e relativamente desorganizados; também sofrem de elevadas taxas de abandono na medida em que as pessoas são atraídas por um determinado movimento durante algum tempo e depois mudam para outro novo. Comparado com um sério compromisso religioso, argumentam, a participação num novo movimento religioso parece pouco mais do que um *hobby* ou uma escolha de estilo de vida.

Movimentos Milenaristas

A existência do **milenarismo** e de movimentos com crenças milenaristas mostra muito claramente que, frequentemente, a religião inspira o activismo e a mudança social. Um grupo milenarista é um grupo que antecipa a salvação imediata e colectiva dos crentes por meio de alguma mudança cataclísmica no presente ou pelo reviver da idade de ouro que se supõe ter existido no passado (na verdade, o termo 'milenar' deriva do reino de 1000 anos de Cristo, o *milénio* profetizado pela Bíblia). Os movimentos milenaristas estão embebidos profundamente na história do Cristianismo e surgiram em dois contextos principais – entre os pobres do Ocidente, no passado, e entre os povos colonizados noutras partes do mundo mais recentemente.

Os seguidores de Joaquim

Um dos movimentos milenaristas na Europa medieval ficou conhecido como o Joaquimismo e floresceu no século XIII (Cohn, 1970 a, 1970 b). Neste período, a prosperidade económica da Europa aumentava rapidamente e a Igreja Católica dominante tornava-se cada vez mais rica. Muitos abades converteram os seus mosteiros em castelos luxuosos, os bispos construíam palácios onde viviam com tanta opulência como os senhores feudais seculares e os papas mantinham cortes esplêndidas. O Joaquimismo desenvolveu-se em protesto contra estas tendências da igreja oficial.

Em meados do século XIII, um certo número de monges franciscanos (cuja ordem pregava a renúncia aos prazeres materiais e à riqueza) começaram a protestar contra o laxismo dos membros da igreja. Baseavam o seu movimento nos escritos proféticos do abade Joaquim de Fiore, que tinha morrido há 50 anos. Os escritos de Joaquim foram interpretados para prognosticar que em 1260 os 'Espirituais', como se chamavam a si próprios, iriam inaugurar a Terceira e Última Era da Cristandade. Esta conduziria ao milénio, no qual todos os seres humanos, fosse qual fosse a sua religião anterior, se uniriam numa vida de devoção Cristã e de pobreza voluntária. Profetizou-se o desmantelamento da Igreja existente e o massacre do clero pelo imperador alemão.

Quando terminou o ano de 1260 sem a ocorrência do cataclismo, a data do milénio foi adiada, o que ocorreu por várias vezes. O fervor dos seguidores de Joaquim não diminuiu. Condenados pelas autoridades religiosas, os Espirituais passaram a ver a Igreja oficial como a 'Puta de Babilónia' e o Papa como o Anticristo e a Besta do Apocalipse. Esperavam que surgisse um salvador das suas próprias fileiras, para ascender ao trono papal como o 'Papa Angélico', escolhido por Deus para converter todo o mundo a uma vida de pobreza voluntária. Entre os grupos deste movimento havia um chefiado pelo Frei Dolcino que, com mais de mil homens armados, esteve em guerra com os exércitos do Papa no norte de Itália até os seus adeptos serem finalmente derrotados e massacrados. Dolcino foi amarrado a um poste e queimado vivo como herege, mas durante muitos anos surgiram outros grupos que declaravam ter-se inspirado nele.

A Dança dos Espíritos

Um exemplo bastante diferente de um movimento milenarista é o do culto da Dança dos Espíritos que surgiu entre os índios nas Planícies da América do Norte no final do século XIX. Os profetas pregaram que iria haver uma catástrofe total, anunciando o milénio, durante a qual tempestades, tremores de terra, ciclones e inundações iriam destruir todos os intrusos brancos. Os índios sobreviveriam para verem novamente as pradarias cobertas de manadas de búfalos e de outros animais de caça. Depois da catástrofe todas as divisões étnicas seriam dissolvidas, e quaisquer brancos que voltassem à terra deles viveriam amigavelmente com os índios. O ritual da Dança dos Espíritos propagou-se de comunidade em comunidade pela região, exactamente como os cultos religiosos difundiram mais recentemente de aldeia em aldeia na Nova Guiné. Os rituais da Dança dos Espíritos, que eram compostos por canções, cânticos e estados semelhantes ao transe, eram baseados, por um lado, em ideias provenientes do contacto com o Cristianismo e, por outro, na Dança do Sol tradicional que os índios costumavam executar antes da chegada dos brancos. A Dança dos Espíritos acabou depois do massacre de 'Wounded Knee', no qual 370 índios, homens, mulheres e crianças foram chacinados por soldados brancos.

A natureza dos movimentos milenaristas

Porque é que existem movimentos milenaristas? Pode identificar-se um certo número de elementos comuns que a maioria ou todos partilham. Aparentemente, todos parecem envolver actividades de *profetas* (chefes ou mentores 'inspirados'), que se apoiam em ideias religiosas estabelecidas e proclamam a necessidade da sua revitalização. Estes profetas atraem seguidores quando conseguem exprimir por palavras aquilo que outros apenas sentem vagamente, e quando são capazes de agitar emoções que levam à acção. A profecia esteve sempre fortemente associada às religiões de salvação, especialmente ao Cristianismo, e a maioria dos que conduziram movimentos milenaristas em áreas colonizadas estavam familiarizados com crenças e práticas cristãs. Na verdade, muitos tinham sido, de facto, professores nas escolas das missões, que viraram a sua religião adoptada contra os que os haviam introduzido nela.

Os movimentos milenaristas surgem frequentemente quando há mudanças culturais radicais ou um aumento súbito de pobreza (Worsley, 1970). Tendem a atrair as pessoas que se sentem mais atingidas pelas privações resultantes de tais alterações, que as levam a abandonar a sua posição anterior de aceitação do 'statu quo'. Na Europa Medieval os movimentos milenaristas foram, com frequência, o último e desesperado recurso daqueles que de repente se acharam empobrecidos. Em tempos de fome, por exemplo, os camponeses eram atraídos por profetas que ofereciam uma visão do 'mundo ao contrário', na qual os pobres iriam finalmente dominar este mundo. Os movimentos milenaristas entre os povos colonizados tendem a desenvolver-se, quando a cultura tradicional está a ser destruída pelo impacto dos colonizadores ocidentais, como no caso da Dança dos Espíritos.

O milenarismo tem sido, por vezes, interpretado como sendo essencialmente uma rebelião dos pobres contra os privilegiados (Lantenari, 1963) ou dos oprimidos contra os poderosos, e este é um factor óbvio em muitos casos. Mas é também demasiado simplista. Alguns movimentos milenaristas, tais como os Espirituais de Joaquim, foram forjados por meio de influências e de sentimentos que inicialmente pouco tinham a ver com privações materiais.

Os movimentos apocalípticos

Os movimentos milenaristas estão relacionados com a **crença apocalíptica**, a crença nos ensinamentos revelados de forma divina acerca dos acontecimentos finais da história. Os movimentos apocalípticos olham para certos acontecimentos do mundo social como sinais de que o fim do mundo está eminente. Em décadas recentes, os movimentos apocalípticos cresceram em tamanho e número com a aproximação do novo milénio. Acontecimentos como o aparecimento da SIDA, a queda do comunismo, a Guerra do Golfo, a ameaça do aquecimento global e de um desastre ecológico, e o aparecimento de uma poderosa tecnologia da informação, alimentaram visões apocalípticas de que os 'últimos dias' estavam próximos (Robbins e Palmer, 1997).

A crença no apocalipse pode tomar tanto formas religiosas como seculares; alguns investigadores sugeriram que, na passagem para o novo milénio, as fronteiras entre a crença apocalíptica religiosa e a

secular se iriam desvanecendo. Alguns dos movimentos apocalípticos do final do século XX eram derivações directas de grupos religiosos como os Adventistas do Sétimo Dia, os Mórmones e os Católicos. Outros, como os Branch Davidians, Aum Shinrikyo, Heaven's Gate e a Ordem do Templo Solar, contêm elementos claros do imaginário e discurso religiosos, mas também exibiram uma forte preocupação com outros factores tais como o disseminar da tecnologia. Da mesma forma, foi notado, que 'movimentos seculares como o ambientalismo e o feminismo se tornaram, muitas vezes, apocalípticos, enquanto outros fenómenos como os grupos praticantes de técnicas de sobrevivência, ligados ao paramilitarismo, o feminismo radical ou os movimentos anti-aborto parecem ter tanto dimensões religiosas quanto seculares.' (Robbins e Palmer, 1997: 12).

Fundamentalismo religioso

A força do fundamentalismo religioso é um outro indicador de que a secularização não triunfou no mundo moderno. O termo **fundamentalismo** pode ser aplicado em diferentes contextos para descrever a adesão estrita a um conjunto de princípios ou crenças. O *fundamentalismo religioso* descreve a abordagem desenvolvida por grupos religiosos que apelam a uma interpretação literal das escrituras ou textos básicos e acreditam que as doutrinas que emergem destas leituras deveriam ser aplicadas a todos os aspectos da vida social, económica e política.

Os fundamentalistas religiosos acreditam que apenas é possível uma visão do mundo e que a sua visão é a correcta: não existe espaço para ambiguidades ou múltiplas interpretações. Nos movimentos fundamentalistas, o acesso ao significado exacto das escrituras restringe-se a um conjunto de intérpretes privilegiados – como os padres, o clero ou outros líderes religiosos. Esta característica dá a estes líderes uma grande autoridade – não apenas nas questões religiosas, mas também nas seculares. Os fundamentalistas religiosos tornaram-se figuras políticas poderosas em movimentos de oposição, no interior de partidos políticos dominantes (inclusive nos Estados Unidos) e como líderes do Estado (como no Irão).

O fundamentalismo religioso é um fenómeno relativamente novo – o termo tornou-se de uso comum apenas nas duas ou três últimas décadas. Apareceu em larga medida como resposta à globalização. À medida que as forças da modernização minam progressivamente os elementos tradicionais do mundo social – como a família nuclear e a dominação das mulheres pelos homens – o fundamentalismo surgiu em defesa das crenças tradicionais. Num mundo em globalização que exige razões racionais, o fundamentalismo insiste em respostas baseadas na fé e em referências à verdade ritual: o fundamentalismo é a tradição defendida de um modo tradicional. O fundamentalismo tem mais a ver com *como* as crenças são defendidas e justificadas, do que com o conteúdo das próprias crenças.

Apesar do fundamentalismo se opor à modernidade, também emprega abordagens modernas na difusão das suas crenças. Os fundamentalistas cristãos nos Estados Unidos, por exemplo, estiveram entre os primeiros a utilizar a televisão como um meio para espalhar as suas doutrinas. Os fundamentalistas islâmicos que lutam contra as forças russas na Tchéchénia desenvolveram *websites* para dar a conhecer as suas perspectivas; os militantes Hindutwa utilizaram a Internet e o e-mail para promoverem um sentimento de 'identidade Hindu'.

Nesta secção examinaremos duas das formas mais proeminentes do fundamentalismo religioso. Nos últimos trinta anos, o fundamentalismo islâmico e o cristão crescerem em força, moldando os contornos tanto da política nacional como internacional.

O fundamentalismo islâmico

Dos antigos pensadores sociológicos, só provavelmente Weber teria suspeitado de que um sistema religioso tradicional, como o Islamismo, poderia passar por um reviver importante e tornar-se a base de grandes modificações políticas nos finais do século XX. No entanto, foi exactamente isto que ocorreu na década de 80 no Irão. Em anos mais recentes, o revivalismo Islâmico tem tido também um impacto significativo noutros países, incluindo o Egipto, a Síria, o Líbano, a Argélia, o Afeganistão e a Nigéria. Como se explica esta renovação em tão larga escala do Islamismo?

Para perceber o fenómeno, temos de olhar tanto para aspectos do Islamismo como religião tradicional como para as mudanças seculares que têm afectado

os estados modernos onde a sua influência é profunda. O Islamismo, tal como o Cristianismo, é uma religião que tem estimulado o activismo religioso de um modo contínuo. O Alcorão – as escrituras sagradas do Islamismo – está cheio de instruções para os crentes 'lutarem pelo caminho de Deus'. Esta luta tanto é contra os descrentes como contra os que introduzem a corrupção na comunidade muçulmana. Ao longo dos séculos, houve gerações sucessivas de reformadores muçulmanos, e o Islamismo tornou-se internamente tão dividido como o Cristianismo.

O *Xiismo* separou-se do corpo principal do Islamismo ortodoxo nos primeiros tempos da sua história. O Xiismo tem sido a religião oficial do Irão (outrora conhecido como Pérsia) e foi a fonte das ideias que sustentaram a Revolução Iraniana. Os Xiitas traçam as suas origens até ao Imã Ali, um chefe religioso e político do século VII que se acredita ter mostrado qualidades pessoais de devoção a Deus e de virtude sem paralelo entre os governantes desse tempo. Os descendentes de Ali passaram a ser vistos como os líderes de direito do Islamismo, pois pensava-se que pertenciam à família do profeta Maomé, ao contrário das dinastias no poder. Os Xiitas acreditavam que um dia viria a instituir-se o governo do legítimo herdeiro de Maomé, que viria pôr termo à tirania e às injustiças dos regimes existentes. O herdeiro de Maomé seria um chefe guiado directamente por Deus e governaria de acordo com o Alcorão.

Há grande número de Xiitas noutros países do Médio Oriente, incluindo o Iraque, a Turquia e a Arábia Saudita – e na Índia e no Paquistão. Não obstante, a liderança islâmica nesses países está nas mãos da maioria, os *Sunitas*. Os muçulmanos Sunitas seguem o "Caminho Batido", uma série de tradições que derivam do Alcorão e que toleram uma diversidade considerável de opiniões, em contraste com as perspectivas mais rígidas dos Xiitas.

O Islão e o Ocidente

Durante a Idade Média, houve uma luta mais ou menos constante entre a Europa Cristã e os estados Muçulmanos, que controlavam grandes regiões do que hoje são a Espanha, a Grécia, a Jugoslávia, a Bulgária e a Roménia. A maior parte das terras conquistadas pelos muçulmanos foram reivindicadas pelos europeus, e muitos dos seus territórios no norte de África foram colonizados à medida que o poder do Ocidente crescia nos séculos XVIII e XIX. Estes reveses foram catastróficos para a religião e para a civilização muçulmana, que os crentes do Islamismo tinham como a mais elevada e avançada, transcendendo todas as outras. Em fins do século XIX, a incapacidade do mundo muçulmano para resistir eficazmente à expansão do Ocidente deu origem a movimentos de reforma que procuravam restaurar a pureza e força originais do Islamismo. Uma ideia básica era a de que o Islamismo deveria responder ao desafio ocidental pela afirmação da identidade das suas próprias crenças e práticas.

Esta ideia tem sido desenvolvida de várias maneiras no século XX e constitui o pano de fundo da Revolução Islâmica de 1978-79 no Irão. A revolução foi alimentada inicialmente pela oposição interna ao Xá do Irão, que tinha aceite e tentado promover formas de modernização de acordo com o modelo do mundo ocidental – como, por exemplo, a reforma agrária, a extensão do direito de voto às mulheres e o desenvolvimento da educação secular. O movimento que derrubou o Xá reuniu gente com interesses diferentes, que estavam muito longe de ser, na sua totalidade, adeptos do fundamentalismo islâmico. Contudo, o Ayatollah Khomeini, que fez uma reinterpretação radical dos ideias Xiitas, era uma figura dominante.

Depois da revolução, Khomeini estabeleceu um governo organizado de acordo com a lei islâmica tradicional. A Revolução Islâmica fez da religião a base directa de toda a vida política e económica, de acordo com os ensinamentos do Alcorão. Ao abrigo da lei islâmica – *charia* –, tal como foi revivida, os homens e as mulheres devem manter-se rigorosamente segregados, sendo as mulheres obrigadas a cobrir a cabeça e o corpo em público, os homossexuais fuzilados e os adúlteros apedrejados até à morte. Este código restrito é acompanhado por uma visão do mundo muito nacionalista, que rejeita especialmente as influências ocidentais.

O objectivo da República Islâmica no Irão era converter o estado ao Islamismo – organizar o estado e a sociedade de modo a que os ensinamentos Islâmicos se tornassem dominantes em todas as esferas. O processo não foi concluído, contudo, e existem forças que actuam contra ele. Zubaida (1996) destinguiu três conjuntos de grupos que lutam entre si. Os *radicais* querem continuar a revolução Islâmica e apro-

fundá-la. Também acreditam que a revolução deveria ser activamente exportada para outros países Islâmicos. Os *conservadores* são, sobretudo, funcionários religiosos, que acreditam que a revolução já foi suficientemente longe. Deu-lhes uma posição de poder na sociedade que desejam manter. Os *pragmáticos* são a favor das reformas do mercado e da abertura da economia ao investimento estrangeiro e ao comércio. Opõem-se à imposição estrita dos códigos Islâmicos às mulheres, à família e ao sistema legal.

Estas divergências na sociedade iraniana vieram à superfície de forma clara sob a liderança de Mohammed Khatami, o presidente reformista, cujos aliados reconquistaram o controlo do Parlamento nas eleições de Fevereiro em 2000. A morte do Ayatollah Khomeini, em 1989, foi um revés para os elementos radicais e conservadores no Irão; o seu sucessor, Ayatolla Ali Khamenei, retém a lealdade dos poderosos *mullahs* (líderes religiosos) do Irão, mas é cada vez menos popular entre os cidadãos iranianos, que se ressentem do regime repressivo e dos males sociais persistentes.

A expansão do revivalismo Islâmico

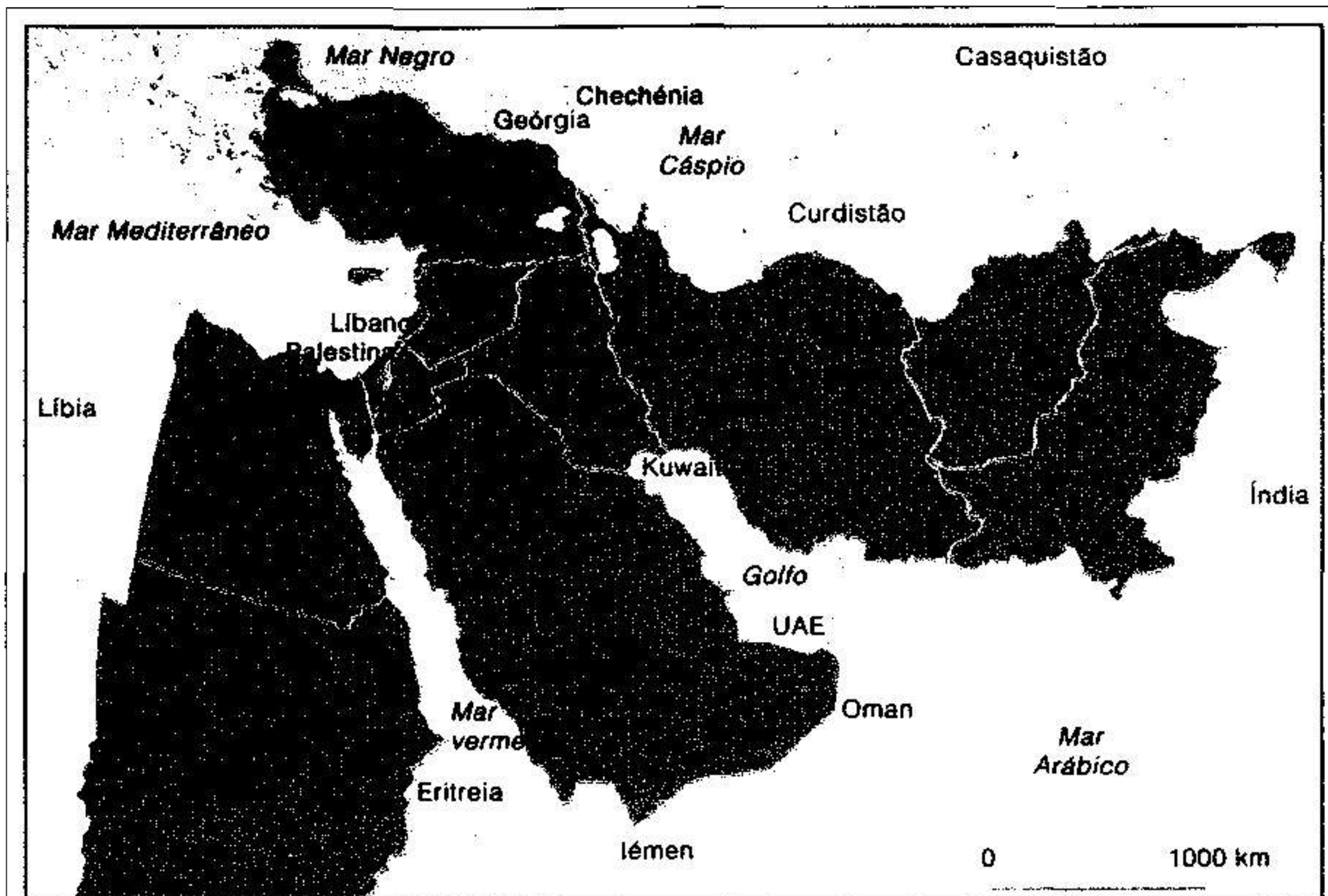
Apesar de as ideias subjacentes à revolução iraniana suporem a unificação do mundo islâmico contra o Ocidente, os governos dos países onde os Xiitas estão em minoria não alinharam com a revolução islâmica no Irão. Contudo, o fundamentalismo islâmico atingiu uma popularidade significativa na maioria destes estados e várias formas de revivalismo islâmico em outros locais foram estimuladas por ele.

Embora nos últimos dez ou quinze anos, os movimentos fundamentalistas islâmicos tenham ganho influência em muitos países no Norte de África, no Médio Oriente e no Sul da Ásia, só conseguiram chegar ao poder em apenas dois outros estados (vide figura 17.4). O Sudão tem sido governado, desde 1989, pela Frente Nacional de Hassan al-Turabi, enquanto o regime fundamentalista Taliban se consolidou no estado fragmentado do Afeganistão[1]. Em muitos outros estados, os grupos fundamentalistas islâmicos ganharam influência, mas foram impedidos de chegar ao poder. No Egipto, na Turquia e na Argélia, por exemplo, levantamentos fundamentalistas islâmicos foram suprimidos pelo Estado ou pelos militares.

Os três líderes mais proeminentes da "revolução islâmica" no Irão – Ayatollah Khomeini (em primeiro plano), Ayatollah Ali Khamenei e o então presidente Hashemi Rafsanjani – num cartaz numa rua em Teerão.

Muitos preocupam-se com o facto de o mundo Islâmico se estar a dirigir para um confronto com algumas partes do mundo que não partilham as suas crenças. Os países Islâmicos parecem resistir às ondas de democratização que se estão a estender pelo mundo fora. O cientista político Samuel Huntington (1993) argumentou que os confrontos entre as visões

[1] Nota do revisor científico: Como já se referiu anteriormente, o regime talibã foi derrubado em 2002.



O Islamismo no poder

1 **Irão:** O Ayatollah Khomeini derrubou o Xá em 1979

2 **Sudão:** Governado desde 1989 pela Frente de Salvação Nacional Hassan al-Turabi

3 **Afeganistão:** Os Talibã consolidaram o seu controlo desde 1996[1]

O Islamismo na oposição

1 **Egipto:** a Irmandade Muçulmana, em conjunto com o Jamaat-*e*-Islam do Paquistão, foi a fonte do 'Islão político'

2 **Arábia Saudita:** uma monarquia islâmica resistiu à tentativa de fanáticos para a derrubarem

3 **Turquia:** uma democracia de estilo oci ental, expulsou os seus Islamitas não violentos do poder alcançado por meios democráticos

4 **Iraque e Síria:** os regimes totalitários arrasaram selvaticamente os levantamentos islamitas

5 **Palestina:** os militantes do *Hamas* casam o zelo religioso com o zelo político

6 **Paquistão:** islamitas "mo erados" gozaram de um maior acesso às políticas constitucionais do que outros em qualquer outro país muçulmano

7 **Tchechénia:** uma luta amarga de independência relativamente a Moscovo forneceu um abrigo para os extremistas islâmicos

8 **Nigéria e Malásia:** dois dos países 'periféricos' do mundo muçulmano on e o islamismo é uma força crescente

[1] Nota do autor: o regime talibã do Afeganistão foi derrubado por uma intervenção norte-americana em conjunto com a oposição [illegible]

Fig. 17.4 O Islamismo no poder e na oposição
Fonte: Guardian, 15 de Fevereiro de 2000, p. 18.

ocidentais e islâmicas se tornaram parte de um 'conflito entre civilizações' com o final da Guerra Fria e com a globalização crescente. O Estado-Nação deixou de ser a principal influência nas relações internacionais; as rivalidades e os conflitos ocorrerão, por isso, entre as grandes culturas ou civilizações.

Já vimos exemplos destes conflitos na Jugoslávia, na Bósnia e no Kosovo, onde os muçulmanos Bósnios e os kosovares Albaneses lutaram contra os Sérvios, que representavam uma cultura cristã ortodoxa. Estes acontecimentos deram a conhecer os muçulmanos como comunidade mundial; como notaram os observadores, "a Bósnia tornou-se num ponto de união para os muçulmanos em todo o mundo islâmico ... criou e agudizou o sentido de polarização e de radicalização nas sociedades muçulmanas, enquanto ao mesmo tempo fortalecia o sentido de se ser muçulmano" (Ahmed e Donnan, 1994:7-8).

Outros observadores argumentam que o auge já passou e que o fundamentalismo islâmico está em retirada. Os que têm esta posição acreditam que existe pouca possibilidade de o fundamentalismo islâmico chegar ao poder nos estados islâmicos. Nos casos em que o conseguiu, tais como no Irão, falhou na tarefa de providenciar um modelo viável ou atraente para que outros estados o seguissem. Mesmo o Irão parece estar a experimentar a democracia, ainda que de forma limitada.

Contudo seria um erro afirmar que o fundamentalismo islâmico está a definhar. No início do século XXI, a oposição islâmica ainda está a crescer em estados como a Malásia e a Indonésia, várias províncias da Nigéria implementaram recentemente a lei *charia* e a guerra na Tchetchénia atraiu a participação de militantes islâmicos que apoiam o estabelecimento de um estado islâmico no Cáucaso. O simbolismo islâmico e as formas de se vestirem tornaram-se indicadores importantes de identidade para o número crescente de muçulmanos que vivem fora do mundo islâmico. Acontecimentos como a guerra do Golfo e a crise em volta da publicação do livro de Salmon Rushdie, *Os Versos Satânicos*, provocaram reacções variadas, mas intensas, no mundo islâmico contra ou em resposta ao Ocidente.

O revivalismo islâmico não pode ser entendido inteiramente em termos religiosos; representa em parte uma reacção contra o impacto do Ocidente e é um movimento de reivindicação nacional ou cultural. É duvidoso que o revivalismo islâmico, mesmo nas suas formas mais fundamentalistas, deva ser visto apenas como um reviver de ideias tradicionais. O que ocorreu é algo de mais complexo. As práticas e os modos de vida tradicionais foram reavivados, mas foram combinados com preocupações que dizem directamente respeito aos tempos modernos.

O fundamentalismo cristão

O crescimento das organizações religiosas fundamentalistas no Reino Unido e na Europa, mas em particular nos Estados Unidos, é um dos aspectos mais notáveis dos últimos trinta anos. Os fundamentalistas acreditam que 'a Bíblia é, francamente, um guia prático para os políticos, para o governo, para os negócios, as famílias e todos os assuntos da humanidade' (Capps, 1990). A Bíblia é tida como infalível pelos fundamentalistas – o seu conteúdo exprime a Verdade Divina. Os fundamentalistas cristãos acreditam na divindade de Cristo e na possibilidade de salvação da alma através da aceitação de Cristo como salvador pessoal. Os fundamentalistas cristãos estão empenhados na divulgação da sua mensagem e em converter os que não adoptaram as mesmas crenças.

O fundamentalismo é uma reacção contra a teologia liberal e os apoiantes do 'humanismo secular' – os que são 'a favor da emancipação da razão, dos desejos e dos instintos por oposição à fé e à obediência ao comando de Deus' (Kepel, 1994:133). O fundamentalismo cristão coloca-se contra a 'crise moral' provocada pela modernização – o declínio da família tradicional, a ameaça à moral individual, a relação enfraquecida entre o Homem e Deus.

Nos Estados Unidos, Jerry Falwell, o fundador da Maioria Moral, e outros desenvolveram programas para os seus sequazes seguirem. Campanhas contra o aborto, e a favor da oração nas escolas e dos valores familiares, tornaram-se gradualmente os pilares do movimento conhecido por 'Nova Direita Cristã'. Com a ascensão de Ronald Reagan à presidência em 1980, a Nova Direita Cristã começou a envolver-se na política de forma mais directa. Influenciar as decisões políticas tornou-se a forma mais expedita de recristianizar a sociedade da América do Norte e proteger os indivíduos da ameaça do secularismo. Falwell registou "cinco problemas principais que têm consequências políticas, implicações políticas, que a

moral norte-americana deveria estar preparada para enfrentar: o aborto, a homossexualidade, a pornografia, o humanismo, a família fracturada" (Kepel, 1994). Desenvolvendo acções concretas, a Nova Direita Cristã procurou chegar em primeiro lugar às escolas da nação, aos *lobbys* dos legisladores sobre o conteúdo dos currículos escolares e tentou inverter a abolição da oração nas escolas, movendo-se rapidamente para apoiar a organização *Operação Salvação*, a organização militante que bloqueia as clínicas de aborto.

Pregadores proeminentes da Nova Direita Cristã fundaram algumas universidades para produzir uma nova geração de 'contra-elite' educada nas crenças cristãs fundamentalistas capaz de atingir posições proeminentes nos meios de comunicação, na academia, na política e nas artes. A Liberty University, a Oral Roberts University, a Bob Jones University e outras conferem graus nas disciplinas académicas tradicionais, ensinadas num contexto da infalibilidade bíblica. No *campus* são mantidos padrões rígidos no âmbito da vida privada dos estudantes e a sexualidade é canalizada apenas para o casamento:

> Para quem tiver estado algum tempo no *campus* de Liberty, é um espectáculo pungente. Os dormitórios são para solteiros e pratica-se uma rígida vigilância, numa mistura de coerção e autodisciplina. O beijo na boca é proibido, e quaisquer relações sexuais entre alunos não casados são punidas com a expulsão. (Os estudantes casados vivem na cidade). Mas o beijo na face é permitido e os casais podem dar as mãos, apesar de não poderem pôr a mão à volta da cintura do companheiro. Quando interrogados sobre esta autodisciplina sexual os estudantes defendem-na de boa vontade; são da opinião de que a repressão total conduziria a práticas desviantes, em particular à homossexualidade, que (dizem) é frequente numa universidade fundamentalista rival onde qualquer *flirt* é proibido. Por outro lado, a expressão do desejo sexual iria contra o espírito dos objectivos de educação da universidade. (Kepel, 1995, p. 135)

O movimento fundamentalista cristão nos Estados Unidos tem apoios em todo o país, mas possui um forte pendor regional. O sul da América do Norte ficou conhecido como 'a cintura da bíblia' – um pedaço de terra localizada abaixo da 'cintura do gado' agrícola, da 'cintura do milho' e da 'cintura do algodão'. Muitos dos evangelistas mais conhecidos e influentes estão sediados nos estados do sul e do médio oeste da Virgínia, Oklahoma e Carolina do Norte. Os grupos fundamentalistas mais influentes dos Estados Unidos são a Convenção Baptista do Sul, a Assembleia de Deus, e os Adventistas do Sétimo Dia.

A 'igreja electrónica'

Segundo Gilles Kepel, os fundamentalistas americanos são notáveis pela sua habilidade extraordinária no uso da linguagem e da tecnologia mais actualizada para espalharem a sua mensagem (1994). Esta tradição não é nova – os pregadores fundamentalistas e envangelistas percorreram o campo norte-americano antes da rádio, presidindo a reuniões revivalistas em tendas e nos campos. Com o advento da rádio, os pregadores conseguiram chegar a grandes audiências de massa com os seus sermões semanais. Contudo, foi com o advento da televisão que a expansão das perspectivas fundamentalistas atingiu o seu auge.

Os *media* electrónicos (a televisão e a rádio) têm estado directamente envolvidos nas transformações da religião nos Estados Unidos desde 1960. O Reverendo Billy Graham foi o primeiro a pregar regularmente os seus sermões usando a rádio e a televisão e, com o uso efectivo desses meios, este pastor Baptista reuniu um grande número de seguidores. Ao longo dos últimos vinte anos, temos assistido cada vez mais ao uso sofisticado e sistematizado dos meios de comunicação para espalhar mensagens religiosas e angariar dinheiro para a igreja. A 'igreja electrónica' – organizações religiosas que operam principalmente através dos *media* em vez dos encontros nas congregações locais – está aí. Utilizando as comunicações via satélite, os programas religiosos podem agora ser transmitidos para todo o mundo até aos países em desenvolvimento, bem como para outras sociedades industrializadas.

Os fundamentalistas e outros grupos que procuram converter não crentes foram os principais pioneiros da igreja electrónica. Uma razão para que tal acontecesse é o 'star system', pregadores inspirados que atraem seguidores, pelo fascínio pessoal que suscitam. Alguns destes pregadores ajustam-se perfeitamente a estes media electrónicos, através dos quais podem projectar as suas qualidades carismáticas para uma audiência de milhares, às vezes milhões, de pes-

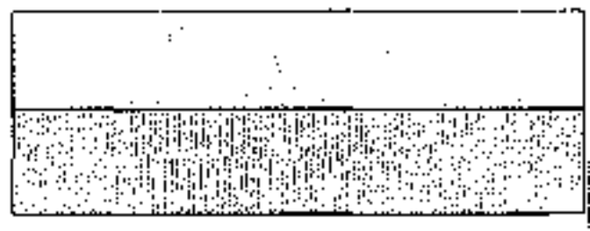
soas. Para além de Billy Graham, outros 'pregadores electrónicos' nos EU, como Oral Roberts, Jerry Falwell, Jimmy Swaggart, Pat Robertson e Jim Bakker e a sua ex-mulher Tammy Faye fizeram dos *media* a sua principal preocupação, confiando quase inteiramente nas emissões para adquirirem seguidores.

Alguns destes pregadores, incluindo Jim e Tammy Bakker e Jimmy Swaggart, foram apanhados em escândalos sexuais ou financeiros que afectaram seriamente as suas reputações. Em virtude de a posição destes indivíduos ter sido afectada, houve quem sugerisse que o pico da influência da igreja electrónica fora ultrapassado. Pode ser verdade que os grupos revivalistas e fundamentalistas estejam a perder a sua posição dominante, mas tendo em conta a existência de ligações mais vastas entre as organizações religiosas e os meios de comunicação electrónicos é improvável que estas cheguem ao fim. Como mostra o capítulo 15, a TV, a rádio e outras formas de comunicação electrónica constituem uma influência primordial no mundo moderno, e o mais provável é que este facto continue a estimular programações religiosas.

A difusão electrónica da religião tornou-se particularmente relevante na América Latina, onde os programas norte-americanos são difundidos. Como resultado, os movimentos protestantes, a maioria do tipo Pentecostal, tiveram um impacto dramático em países predominantemente católicos como o Chile e o Brasil.

Conclusão

Numa era globalizada que tem uma necessidade desesperada de compreensão mútua e de diálogo, o fundamentalismo religioso pode ser uma força destrutiva. O fundamentalismo está vinculado à possibilidade de violência – nos casos do fundamentalismo islâmico e cristão, os exemplos de violência inspirados na filiação religiosa são comuns. Nos últimos anos existiram alguns choques entre grupos islâmicos e cristãos no Líbano, na Indonésia e noutros países. Contudo, num mundo crescentemente cosmopolita, pessoas de tradições e crenças contrastantes estão a entrar em contacto mais do que nunca. À medida que a aceitação inquestionável das ideias tradicionais declina, somo obrigados a viver de um modo mais aberto e reflexivo – a discussão e os diálogos são essenciais entre as pessoas de diferentes religiões. São o principal modo de controlar ou dissolver a violência.



1 A religião existe em todas as sociedades conhecidas, embora as crenças e práticas religiosas variem de cultura para cultura. Todas as religiões envolvem um conjunto de símbolos que implicam sentimentos de reverência ligados aos rituais praticados por uma comunidade de crentes.

2 O totemismo e o animismo são tipos comuns de religião nas culturas mais pequenas. No totemismo, entende-se que um determinado animal ou planta possui poderes sobrenaturais. O animismo significa a crença em espíritos ou fantasmas, que povoam o mesmo mundo que os seres humanos, e que por vezes possuem estes últimos.

3 As três religiões monoteístas (religiões onde existe apenas um Deus) mais influentes na história do mundo são o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo. O Politeísmo (a crença em vários ou muitos deuses) é comum noutras religiões. Em certas religiões, como o Confucionismo, não existem deuses nem seres sobrenaturais.

4 As abordagens sociológicas da religião têm sido influenciadas principalmente pelas ideias dos três pensadores 'clássicos': Marx, Durkheim e Weber. Todos defendem que a religião é, fundamentalmente, uma ilusão. Acreditavam que 'o outro' mundo criado pela religião é o nosso mundo, distorcido pelas lentes do simbolismo religioso.

Para Marx, a religião contém um forte elemento ideológico: a religião justifica as desigualdades de riqueza e poder encontradas na sociedade.

Para Durkheim, a religião é importante porque tem uma função de coesão, especialmente ao assegurar que as pessoas se encontram regularmente para afirmar crenças e valores comuns.

Para Weber, a religião é importante pelo papel que desempenha na mudança social, em particular no desenvolvimento do capitalismo no Ocidente.

5 Existem quatro tipos principais de organizações religiosas. As igrejas são um grande corpo religioso institucionalizado, normalmente com uma estrutura burocrática e uma hierarquia. As seitas são mais pequenas, grupos menos formais de crentes, e procuram restaurar a pureza original da igreja. Se uma seita sobrevive um dado período de tempo e se institucionaliza, toma o nome de denominação. Os cultos parecem-se com as seitas, mas são grupos mais pequenos, que seguem práticas semelhantes em vez de estarem em organizações.

6 As organizações religiosas são geralmente dominadas por homens. Na maioria das religiões, especialmente no Cristianismo, as imagens e os símbolos são predominantemente masculinos. Contudo, as divindades femininas são também comuns em algumas religiões. As mulheres têm sido tradicionalmente excluídas das hierarquias religiosas, apesar de terem sido ordenadas como padres na igreja anglicana.

7 Por secularização entende-se o declínio da influência da religião. Medir o nível de secularização é complicado, pois estão envolvidas várias dimensões de mudança: o nível de adesão às organizações religiosas, o seu *status* social e a religiosidade pessoal das pessoas. Embora a influência da religião tenha diminuído de um modo definitivo, esta não está, por certo, prestes a desaparecer e continua a unir, assim como a dividir, as pessoas no mundo moderno.

8 As taxas de frequência regular das igrejas no Reino Unido e em outros países da Europa são reduzidas. Nos Estados Unidos, em contraste, uma proporção muito mais elevada da população vai regularmente à igreja. No Reino Unido, na Europa e nos Estados Unidos as pessoas que dizem acreditar em Deus são em muito maior número do que aquelas que frequentam regularmente a igreja.

9 Apesar de, em décadas recentes, as igrejas tradicionais terem experimentado um declínio no número dos seus membros, surgiram muitos movimentos religiosos ao lado das religiões dominantes. Os novos movimentos religiosos envolvem um largo leque de grupos religiosos e espirituais, cultos e seitas. Podem ser divididos em movimentos de afirmação do mundo, que se assemelham aos grupos de auto-ajuda; movimentos de rejeição do mundo, que se afastam e criticam o mundo exterior; e movimentos de acomodação ao mundo, que colocam a ênfase na vida religiosa interior em detrimento de preocupações mundanas.

10 Um movimento milenarista é um movimento que antecipa a salvação colectiva e imediata – sendo provocado quer por algumas mudanças fundamentais no presente, quer porque se pretende recuperar uma idade do ouro há muito perdida. A crença no apocalipse é a crença em ensinamentos revelados de forma divina acerca dos acontecimentos finais da história.

11 O fundamentalismo tornou-se comum entre alguns crentes em diferentes grupos religiosos existentes no mundo. Os 'fundamentalistas' são chamados assim porque acreditam no regresso aos fundamentos das suas doutrinas religiosas. O fundamentalismo islâmico afectou muitos países no Médio Oriente depois da revolu-

ção islâmica de 1979 no Irão que estabeleceu um governo inspirado na religião. Nos Estados Unidos, o fundamentalismo cristão é uma reacção contra os valores seculares e a crise moral sentida na sociedade americana. Nos seus esforços para converter os não crentes, os cristãos fundamentalistas foram pioneiras da 'igreja electrónica' – o uso da televisão, da rádio e das novas tecnologias para reunirem os seus seguidores.

PARA REFLEXÃO

1 Poderá haver milagres no mundo moderno?

2 Como é que uma religião se pode distinguir de um sistema de crenças político ou al?

3 Será que a religião tem significados diferentes para homens e para mulheres?

4 De que modo pode a religião ser uma força tanto para a estabilidade social como para a mudança social?

5 Até que ponto será razoável caracterizar a religiosidade na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos como 'acreditar sem pertencer'?

6 O que é que aconteceu no mundo moderno para dar lugar ao crescimento de novos movimentos religiosos?

ADICIONAIS

Edward I. Bailey, *Implicit Religion in Contemporary Societies* (Kampen: Kok Pharos, 1997)

Eileen Barker e **Margit Warburg** (coord.s), *New Religions and New Reliogisity* (Aarhus: Aarhus University Press, 1998)

Hugh McLeod, *Religion and the People of Western Europe, 1789-1989* (Oxford: Oxford University Press, 1997)

David Westerlund (coord.), *Questioning the Secular State: The Worldwide Resurgence of Religion in Politics* (London: C. Hurst, 1996)

À INTERNET

Academic Info Religion Gateway
www.academicinfo.net/religindex.html

American Religion data Archive
http://www.arda.tm/

Journal for Cultural and Religious Theory (online)
www.jcrt.org

18 As Cidades e os Espaços Urbanos

Características do urbanismo moderno 573
O desenvolvimento das cidades modernas 575

Teorias do urbanismo 575
A escola de Chicago 575
O urbanismo e o ambiente criado 578

Tendências no desenvolvimento urbano ocidental 580
A suburbanização 581
A decadência dos centros das cidades 582
Conflito urbano 583
Renovação urbana 584

Urbanização no mundo em desenvolvimento 589
Desafios da urbanização no mundo em desenvolvimento 589
O futuro da urbanização no mundo em desenvolvimento 592

As cidades e a globalização 593
As cidades globais 593
A cidade e a periferia 594
A desigualdade e a cidade global 594

Governar as cidades na era global 595
Gerir o global 595
As cidades como agentes políticos, económicos e sociais 596

Conclusão: as cidades e a governação global 598
Sumário 598
Questões para reflexão 599
Leituras adicionais 600
Ligações à Internet 600

Capítulo 18: As Cidades e os Espaços Urbanos

As áreas residenciais que circundam Greenwich Village no coração de Nova Iorque atingem alguns dos valores mais elevados em todos os Estados Unidos. As casas mais próximas são vendidas acima do milhão de dólares, enquanto os condomínios mais pequenos podem atingir o dobro daquele valor. O rendimento médio dos agregados familiares na região é superior a 65.000 dólares por ano. É um bairro conhecido pela riqueza das suas ofertas culturais, incluindo lojas de livros em segunda mão, cafés, galerias de arte e teatros. Greenwich Village é, desde há muito, o 'bairro boémio' de Nova Iorque – o lar de gerações de intelectuais, artistas e escritores. Os seus habitantes pertencem predominantemente à classe média alta, aos empregados do sector terciário e aos estudantes.

Contudo, existe um outro lado de Greenwich Village. As ruas do bairro agitam-se e murmuram com uma actividade que está longe da afluência acima descrita. Pedintes, traficantes de drogas, vendedores de rua e sem-abrigo também fizeram de Greenwich Village a sua residência. Ao longo das últimas décadas, as pessoas das zonas de grande pobreza acharam que o 'passeio' – a designação americana para 'pavimento' – pode oferecer oportunidades para se viver. A vibrante vida de rua, o fluxo constante de pedestres e a mistura da riqueza e da pobreza formam um mosaico caótico no qual os nova-iorquinos marginalizados se podem integrar. Segundo o sociólogo Mitchell Duneier, é um bairro que 'se oferece aos ricos e aos sem-abrigo, aos doutorados e aos que não têm escolarização, no mesmo passeio e ao mesmo tempo' (Duneier, 1999).

Duneier estudou a vida dos passeios de Greenwich Village estudando a vida dos pobres, predominantemente homens negros, que ali trabalham e vivem (ver capítulo 20, 'Métodos de Investigação em Sociologia', p. 654). Durante um período de 5 anos observou – e participou – a vida económica informal dos passeios. Trabalhou ao lado de vendedores de revistas e livros, os 'varredores de rua' que encontram mercadoria no lixo e que a vendem nas ruas, e ao lado dos pedintes que pedem ao lado das caixas de multibanco. Testemunhou o modo como o cumprimento da lei nova-iorquina atingia os homens do passeio através de campanhas de 'qualidade de vida' que procuravam reduzir os sinais de desordem social. Em '*Sidewalk*', Duneier descreve um quadro complexo de vidas marcadas pelo uso e pelo vício das drogas, alcoolismo, sem-abrigo, deficiências, iliteracia, sentenças de prisão e racismo pernicioso. Também descreve a poderosa comunidade que existe no passeio – os sistemas informais de auto-ajuda, suporte mútuo, apoio e sobrevivência.

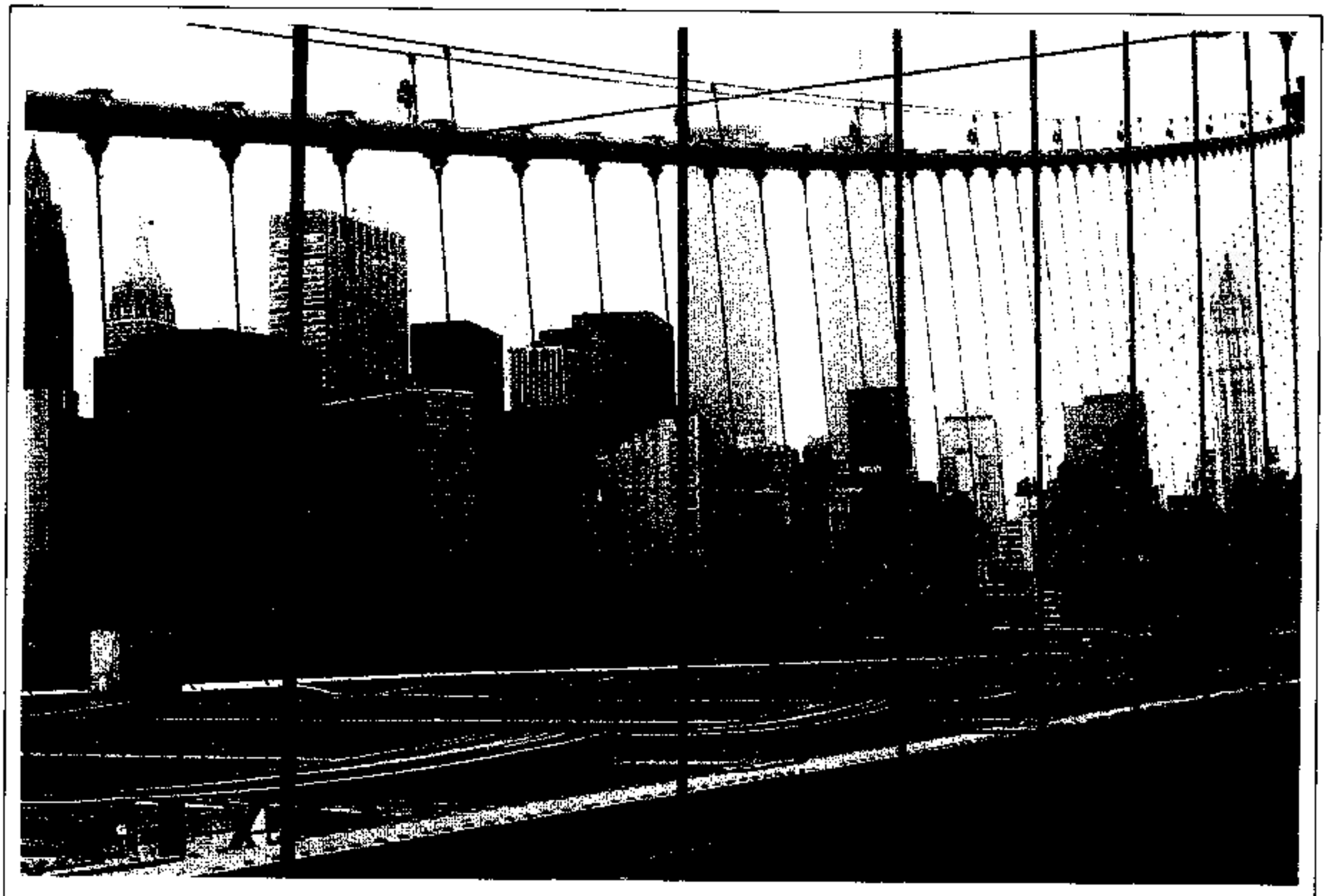
O passeio de Greenwich Village é um microcosmo dos fortes contrastes e desigualdades que caracterizam as grandes cidades do mundo. A globalização e a disseminação da tecnologia de informação estão a intensificar os processos de urbanização arrastando grande número de pessoas para as cidades e aí concentrando a economia. Hoje, mais do que nunca, as cidades tornaram-se no cruzamento de desconcertante ordem de culturas, línguas e origens. Uma nova elite internacional cruza continentes, ligando uma rede de 'cidades globais'. Nestas cidades globais, crescem sedes de multinacionais, sobre os bairros empobrecidos; os super-ricos e os que não têm direitos civis são 'utilizadores' das mesmas cidades, mas as suas realidades quotidianas não poderiam ser mais diferentes.

De quem são as cidades? Por um lado, existe a cidade como uma 'zona de glamour urbano' – um circuito estonteante de restaurantes e hotéis, edifícios de escritórios, aeroportos e teatros, frequentados pelos arquitectos e pelos administradores da nova economia global. Com a disseminação da globalização, esta população de 'utilizadores das cidades' continuará a crescer na periferia do crescimento económico cujas reivindicações à cidade são também legítimas, mas muitas vezes menos bem vindas. Os imigrantes, os pobres e os desfavorecidos são uma presença crescente nos centros urbanos do mundo. Mais do que nunca, as grandes cidades do mundo albergam tanto grandes concentrações de poder e riqueza como desconcertantes situações de desigualdade e pobreza. A justaposição de vidas e meios de vida é crescentemente visível nas cidades em todo o mundo.

Neste capítulo investigaremos o processo de **urbanização** que esteve na origem – e continua a moldar – das cidades modernas. Discutiremos em primeiro lugar o grande crescimento em número dos habitantes das cidades que teve lugar no último século e consideraremos algumas das principais teorias do urbanismo que se desenvolveram para compreender este processo. Em seguida, passaremos a comparar diferentes padrões de urbanização no mundo, analisando primeiro a urbanização do ocidente utilizando exemplos dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, para depois analisar a urbanização no mundo em desenvolvimento. De forma não surpreendente, a globalização tem tido um impacto enorme nas cidades e teremos em consideração algumas das dimensões deste processo no final deste capítulo.

Características do Urbanismo Moderno

Todas a sociedades industriais modernas são fortemente urbanizadas. As cidades mais povoadas dos países industrializados chegam a atingir os vinte e cinco milhões de habitantes e as **conurbações** urbanas – conjuntos de cidades formando vastas áreas construídas – podem ter muitos mais. A forma mais extrema da estrutura urbana actual é representada pelo que se designou como **megalópolis**, a 'cidade das cidades'. O termo teve origem na Grécia Antiga para designar a cidade-estado planeada para ser a inveja de todas as civilizações, mas o seu uso corrente tem pouca relação com esse sonho. Foi usado pela primeira vez nos tempos modernos para designar a faixa marítima do nordeste dos Estados Unidos, uma



Megalópolis, também conhecida como Nova Iorque

conurbação com cerca de 450 milhas desde o norte de Boston ao sul de Washington D.C. Nesta região vivem cerca de 40 milhões de pessoas, o que representa uma densidade populacional de mais de 700 pessoas por milha quadrada.

A Grã-Bretanha, a primeira sociedade a conhecer a industrialização, foi também o primeiro país a passar da ruralidade para um estado predominantemente urbano. Em 1800, bem menos de 20 por cento da população vivia em cidades ou vilas com mais de 10 000 habitantes. Por volta de 1900, este valor tinha atingido os 74 por cento. Em Londres, a capital, viviam cerca de 1.1 milhões de pessoas em 1800 e, no início do século XX, a sua população tinha aumentado para mais de 7 milhões de habitantes. Nessa altura, Londres era, de longe, a maior cidade que alguma vez havia existido no mundo, um enorme centro industrial, comercial e financeiro no coração do império britânico, então ainda em expansão.

A urbanização da maioria dos outros países europeus e dos Estados Unidos efectuou-se um pouco mais tarde – mas em certos casos, assim que começou, desenvolveu-se ainda mais rapidamente. Em 1800, os Estados Unidos eram uma sociedade mais rural do que os principais países europeus da época. Menos de 10 por cento da população vivia em comunidades com mais de 2500 habitantes. Hoje, fazem-no mais de três quartos dos americanos. Entre 1800 e 1900, a população de Nova Iorque saltou de 60 000 pessoas para 4.8 milhões!

A urbanização no século XX é um processo global, para o qual os países em desenvolvimento são cada vez mais arrastados (ver fig. 18.1). Antes de 1900, quase todo o crescimento urbano tinha lugar no Ocidente. Houve uma certa expansão das cidades do Terceiro Mundo nos cinquenta anos seguintes, mas o período principal do seu crescimento ocorreu nos últimos cinquenta anos ou coisa parecida. Entre 1960 e 1992, o número de habitantes urbanos no mundo aumentou cerca de 1.4 bilhões. Prevê-se que cresça cerca de mais um bilião nos próximos 15 anos.

As populações urbanas estão a crescer a um ritmo muito mais rápido do que a totalidade da população mundial: 39 por cento da população mundial vivia em zonas urbanas em 1975; de acordo com estimativas das Nações Unidas, prevê-se que este número seja de 50 por cento no ano 2000 e de 63 por cento em 2025. O Este e o Sul da Ásia contarão com cerca

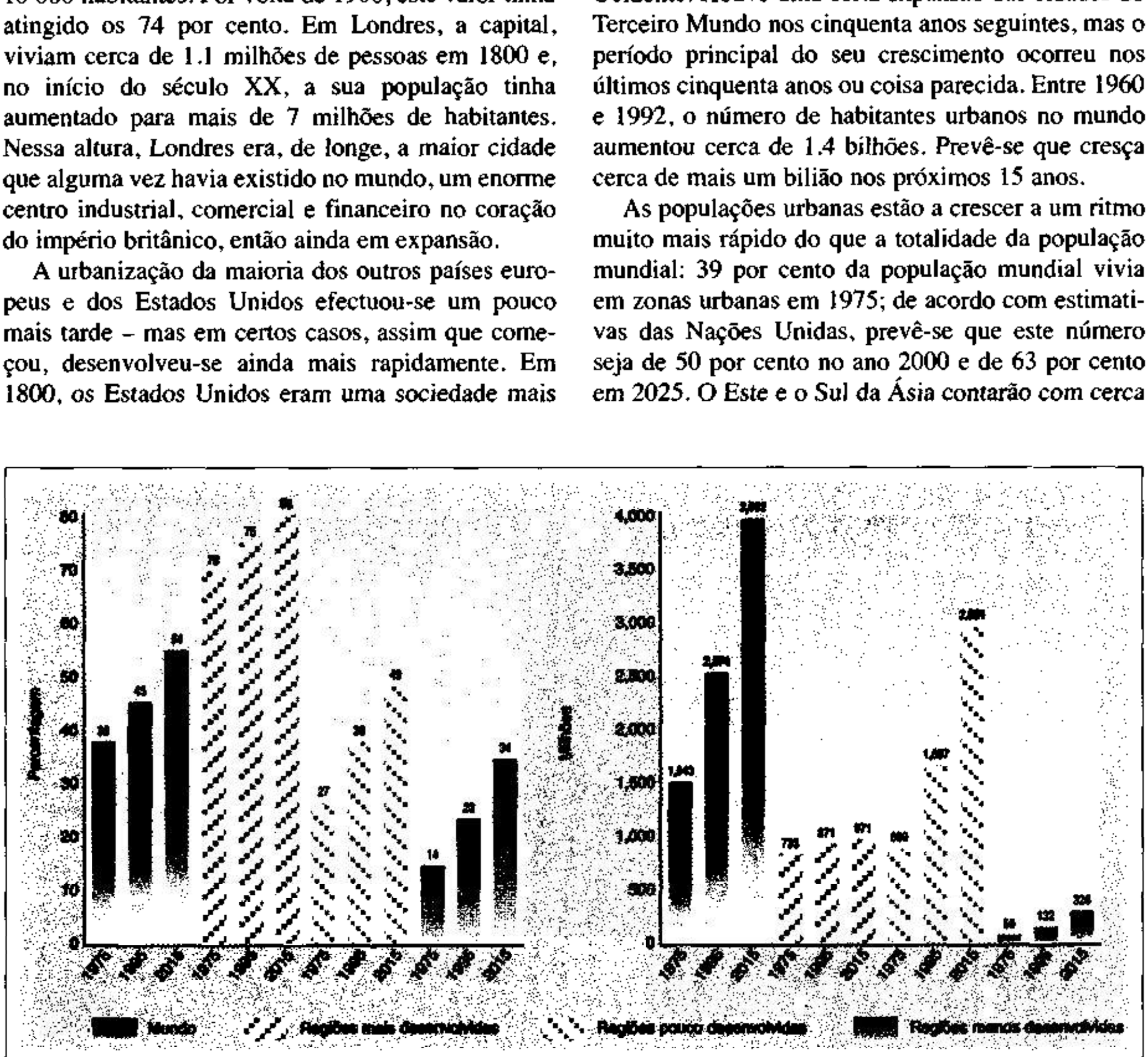


Fig. 18.1 Urbanização das regiões do mundo por graus de desenvolvimento, 1975-1995 e projecções para 2015.
Fontes: NU, World Urbanization Prospects, 1998; *The UNESCO Courier*, Junho de 1999.

de metade da população mundial em 2025 e, por essa altura, as populações urbanas da África e da América do Sul irão ultrapassar as da Europa.

O desenvolvimento das cidades modernas

A expansão das cidades é uma consequência do aumento da população, bem como da migração de pessoas das zonas rurais, aldeias e vilas. Esta migração tinha frequentemente um carácter internacional, com as pessoas das áreas rurais a mudarem-se para as cidades de outros países. A imigração de grande número de europeus provenientes de zonas rurais pobres para os Estados Unidos é o exemplo mais óbvio, mas a migração nacional para as cidades também se estendeu entre países da própria Europa. Os camponeses e aldeãos mudaram-se para as cidades (tal como hoje acontece de forma maciça nos países em desenvolvimento) devido à falta de oportunidades nas zonas rurais e às vantagens e atractivos aparentes das cidades, onde as ruas eram 'pavimentadas a ouro' (empregos, riqueza, um leque amplo de bens e serviços). Desta forma, as cidades tornaram-se centros onde se concentrava o poder industrial e financeiro e, por vezes, os empresários criavam cidades novas a partir do nada.

O desenvolvimento das cidades modernas teve um impacto enorme não apenas nos hábitos e formas do comportamento, como também nos padrões de pensamento e dos sentimentos. Desde o início dos grandes aglomerados urbanos, no século XVIII, tem-se verificado uma polarização das opiniões sobre os efeitos das cidades na vida social – o que ainda hoje acontece. Alguns encaravam as cidades como representantes da 'virtude civilizada', a fonte do dinamismo e da criatividade cultural. Para estes autores, as cidades maximizam as oportunidades de desenvolvimento cultural e económico e proporcionam uma existência confortável e agradável. Outros estigmatizaram a cidade como um inferno cheio de fumo e de multidões agressivas e desconfiadas, carregada de crimes, violência e corrupção.

À medida que as cidades cresciam em tamanho, muitas pessoas ficavam horrorizadas ao ver que as desigualdades e a pobreza urbana se pareciam intensificar na mesma proporção. A extensão da pobreza urbana e as grandes diferenças entre os bairros da cidade foram dos principais factores que estiveram na origem dos primeiros estudos sociológicos sobre a vida urbana. Não constituiu surpresa o facto de os primeiros estudos sociológicos de relevo e das teorias sobre as condições urbanas modernas terem surgido em Chicago, uma cidade marcada por um extraordinário grau de desenvolvimento e por desigualdades muito pronunciadas, que viu a sua população crescer para mais de 2 milhões de habitantes em 1900, quando era quase desabitada até aos anos 30 do século XIX.

Teorias do Urbanismo

A Escola de Chicago

Alguns escritores ligados à Universidade de Chicago, entre os anos 1920 e 1940, em especial Robert Park, Ernest Burgess e Louis Wirth, desenvolveram ideias que foram durante muitos anos a principal base da teoria e da pesquisa em Sociologia Urbana. Merecem atenção especial dois conceitos desenvolvidos pela 'Escola de Chicago'. Um é a chamada **abordagem ecológica à análise urbana**, o outro, a caracterização do **urbanismo** como um *modo de vida*, desenvolvido por Wirth (Park, 1952; Wirth, 1938).

A Ecologia Urbana

Ecologia é um termo oriundo da Física, é o estudo da adaptação de organismos vegetais e animais ao seu meio-ambiente. É este o sentido em que a 'ecologia' é utilizada no contexto de problemas de ambiente em geral, vide capítulo 19, 'Crescimento populacional e crise ecológica'. Na natureza, os organismos tendem a distribuir-se de forma sistemática pelo terreno de forma a conseguir-se o equilíbrio entre diferentes espécies. A Escola de Chicago acreditava que a implantação dos principais sítios urbanos e a distribuição de diferentes tipos de bairro nos mesmos podiam ser entendidos segundo princípios semelhantes. As cidades não crescem ao acaso, mas de acordo com as características do meio-ambiente. As grandes áreas urbanas das sociedades modernas, por exemplo, tendem a desenvolver-se ao longo dos leitos dos rios, em planícies férteis ou na intersecção de rotas comerciais ou de vias ferroviárias.

Segundo Park, "assim que uma cidade se estabelece (...) torna-se, ao que parece, um grande mecanismo de selecção que (...) escolhe infalivelmente de

entre toda a população os indivíduos mais bem preparados para viver numa determinada região ou meio" (Park, 1952, p. 79). As cidades organizam-se em 'áreas naturais' por meio de processos de competição, invasão e sucessão – os quais têm lugar na ecologia biológica. Se repararmos na ecologia de um lago no seu estado natural, vemos que a competição entre as várias espécies de peixes, insectos e outros organismos se faz de forma a alcançar um equilíbrio estável entre eles. Este equilíbrio é perturbado quando há uma 'invasão' de novas espécies, que tentam fazer do lago o seu lar. Alguns dos organismos que costumavam proliferar na área central do lago são afastados para as margens, onde levam uma existência precária. As espécies invasoras tomam o seu lugar na parte central do lago.

Os padrões de localização, movimento e relocalização nas cidades, de acordo com o ponto de vista ecológico, assumem formas idênticas. Desenvolvem-se bairros diferentes a partir dos ajustamentos feitos pelos habitantes, à medida que lutam pela vida. Uma cidade pode ser representada como um mapa de áreas com características sociais distintas e que contrastam entre si. Nas fases iniciais do crescimento das cidades modernas, as indústrias congregam-se em locais adequados às matérias-primas de que necessitam, locais próximos das linhas de abastecimento. A população reúne-se em volta destes locais de trabalho, que, à medida que cresce a população da cidade, se tornam cada vez mais diversificados. Os equipamentos urbanos desenvolvem-se e estes locais tornam-se mais atractivos, havendo uma maior *competição* pela sua aquisição. O valor da terra e os impostos sobre a propriedade aumentam, o que torna difícil para as famílias continuar a viver na zona central, excepto em condições de superlotação ou em habitações decadentes com rendas baixas. O centro fica dominado pelos negócios e por espaços de entretenimento, enquanto os habitantes mais prósperos mudam para bairros novos na periferia da cidade. Este processo segue as rotas dos transportes, pois estes minimizam o tempo gasto na deslocação para o trabalho. As áreas espalhadas entre esses percursos desenvolvem-se mais lentamente.

Podemos encarar as cidades como sendo formadas por círculos concêntricos, divididos em segmentos. No interior ficam as áreas centrais, que misturam a prosperidade das grandes empresas com a decadência dos edifícios de habitação. Para lá destas ficam bairros antigos, que alojam trabalhadores manuais com empregos estáveis. Um pouco mais longe ficam os subúrbios, onde tendem a residir os grupos com rendimentos mais elevados. Há processos de invasão e sucessão dentro dos segmentos dos círculos concêntricos. Assim, à medida que se deterioram os edifícios na área central ou próximo do centro, os grupos étnicos minoritários poderão começar a ocupá-los. Quando isto acontece, a população preexistente começa a mudar-se, precipitando uma deslocação em massa para outros bairros ou subúrbios da cidade.

Embora durante algum tempo a abordagem da ecologia urbana tenha caído em desgraça, foi mais tarde retomada e desenvolvida por vários autores, em especial por Amos Hawley (Hawley, 1950, 1968). Em vez de concentrar a sua atenção na competição por recursos escassos, tal como o tinham feito os seus antecessores, Hawley salienta a *interdependência* das diferentes áreas da cidade. A *diferenciação* – a especialização dos grupos e dos papéis ocupacionais – é a forma principal pela qual os seres humanos se adaptam ao seu meio ambiente. Os grupos dos quais muitos outros dependem terão um papel dominante que se reflecte frequentemente na sua posição geográfica central. Os grupos económicos, por exemplo, como os bancos e as companhias de seguros, fornecem serviços-chave para a comunidade e, por conseguinte, localizam-se normalmente nos centros das cidades. Hawley sublinha que as zonas que se desenvolvem em áreas urbanas surgem não só de relações de espaço, mas também de tempo. O predomínio das actividades económicas, por exemplo, exprime-se não só nos padrões de utilização do solo, como no ritmo das actividades quotidianas, sendo a hora de ponta um bom exemplo disso. A ordenação do tempo no quotidiano das pessoas reflecte a hierarquia dos bairros da cidade.

A abordagem ecológica revelou-se importante tanto pela quantidade de investigação empírica que fomentou, como pelo seu valor como perspectiva teórica. Houve muitos estudos globais sobre cidades e sobre bairros específicos, que foram estimulados pelo pensamento ecológico, que se preocupava, por exemplo, com os processos de 'invasão' e de 'sucessão' acima mencionados. No entanto, podem-lhe ser feitas várias críticas com toda a justiça. A perspectiva ecológica tende a desvalorizar a importância da acção e

do planeamento consciente na organização da cidade, encarando o desenvolvimento urbano como um processo 'natural'. Os modelos de organização espacial elaborados por Park, Burgess e os seus colegas foram retirados da experiência americana; além de só se revelarem adequados a alguns tipos de cidades americanas, são desadequados em relação às cidades da Europa, do Japão ou do Terceiro Mundo.

O urbanismo como um modo de vida

A tese de Wirth sobre o urbanismo como *modo de vida* preocupa-se menos com a diferenciação interna das cidades do que com o urbanismo como forma de existência social. Wirth observa:

> O grau em que podemos considerar o mundo contemporâneo como 'urbano' não depende inteira ou exactamente da proporção da população total que vive nas cidades. A influência que as cidades exercem sobre a vida social humana é maior do que o rácio da população urbana indica, pois a cidade é não só o local de habitação e de trabalho do homem moderno, como constitui o centro de fomento e de controlo da vida económica, política e cultural que levou as comunidades mais remotas do mundo para a sua órbita e transformou num cosmos lugares, pessoas e actividades diversas. (Wirth, 1938, p. 342) .

Nas cidades, salienta Wirth, um grande número de pessoas vivem muito próximas umas das outras, sem se conhecerem pessoalmente – um contraste fundamental com as pequenas aldeias tradicionais. A maior parte dos contactos entre os habitantes da cidade são passageiros e parciais, e constituem meios para se atingirem objectivos, em vez de serem intrinsecamente gratificantes. Os contactos com os empregados de balcão das lojas, caixas de banco, viajantes ou revisores dos transportes são encontros passageiros, que valem não por si, mas pelo fim que têm em vista.

Dado a população das áreas urbanas tender a ter grande mobilidade, as relações pessoais são relativamente fracas. As pessoas estão envolvidas em actividades e situações diferentes todos os dias – o 'ritmo de vida' é mais acelerado do que nas áreas rurais. A competição prevalece sobre a cooperação. Wirth aceita que a densidade da vida social nas cidades dá origem à formação de bairros com características distintas, alguns dos quais preservam as características de pequenas comunidades. Nas áreas de imigrantes, por exemplo, encontram-se formas de relacionamento tradicional entre as famílias, pois a maioria conhece-se numa base pessoal. Não obstante, quanto mais essas áreas são absorvidas pelos padrões da vida citadina, mais desapareceram estas características.

As ideias de Wirth gozaram, merecidamente, de vasta aprovação. O carácter impessoal de muitos contactos diários nas cidades modernas é inegável – e, até certo ponto, o mesmo acontece com a vida social em geral nas sociedades modernas. A teoria de Wirth é importante, porque reconhece que o urbanismo não é apenas *parte* da sociedade, mas exprime e influencia a natureza do sistema social mais global. Os aspectos do modo de vida urbano são característicos da vida social das sociedades modernas no seu conjunto e não só das actividades dos habitantes das grandes cidades. Não obstante, as ideias de Wirth têm limitações assinaláveis. Tal como a perspectiva ecológica, com a qual tem muito em comum, a teoria de Wirth baseia-se principalmente em observações feitas em cidades americanas, mas que são generalizadas ao urbanismo em toda a parte. O urbanismo não é a mesma coisa em todos os tempos e lugares. Como foi mencionado, por exemplo, as cidades antigas eram, em muitos aspectos, bastante diferentes das cidades das sociedades modernas. A vida da maioria das pessoas nas cidades antigas não era muito mais anónima ou impessoal do que a das que vivem em comunidades rurais.

Wirth também exagera o carácter impessoal das cidades modernas. As comunidades onde existem laços de amizade ou de parentesco são mais correntes nas colectividades urbanas modernas do que supôs. Everett Hughes, um colega de Wirth na Universidade de Chicago, escreveu sobre ele o seguinte: 'Louis costumava dizer todas essas coisas sobre o carácter impessoal das cidades – mas, no entanto, ele próprio vivia com um clã de parentes e amigos numa base muito pessoal' (citado em Kasarda e Janowitz, 1974). Os grupos, como aqueles a quem Herbert Gans chama 'aldeãos urbanos', são comuns nas cidades modernas (Gans, 1962). Os seus 'aldeãos urbanos' são os americanos de origem italiana que vivem num bairro no centro de Boston. Estas áreas de 'etnia branca' estão provavelmente a tornar-se menos significativas nas cidades americanas do que antigamente, mas estão a ser substituídas por comunidades de

novos imigrantes que se estabelecem no centro das cidades.

Mais importante ainda, os bairros que envolvem laços de parentesco próximo e laços pessoais parecem ser *criados* muitas vezes pela vida na cidade. Não são apenas vestígios de um modo de vida anterior que sobreviveu durante algum tempo na cidade. Claude Fisher formulou uma interpretação para explicar porque é que o urbanismo em larga escala tem tendência para promover subculturas diversas, em vez de aglutinar toda a gente numa massa anónima. Segundo ele, os que vivem nas cidades podem colaborar com outras pessoas de origens ou interesses semelhantes para desenvolverem relações locais. Além disso, podem juntar-se a grupos religiosos, étnicos e políticos distintos e a outros grupos subculturais. Uma cidade pequena ou vila não permite o desenvolvimento de tal diversidade subcultural (Fisher, 1984). Aqueles que formam comunidades étnicas nas cidades, por exemplo, podiam conhecer-se pouco ou nada nas suas terras de origem. Quando chegam, são atraídos para áreas onde vivem outras pessoas com origens linguísticas e culturais semelhantes, e assim se formam novas estruturas subcomunitárias. Um artista pode encontrar poucos artistas a quem se associar numa aldeia ou vila, mas, numa grande cidade, pelo contrário, pode-se juntar a uma subcultura artística e intelectual significativa.

Uma grande cidade é um 'mundo de estranhos', mas, no entanto, apoia e origina relações pessoais. Não se trata de um paradoxo. Temos de dividir a experiência urbana entre a esfera pública dos encontros com estranhos e o mundo mais privado da família, dos amigos e colegas de trabalho. Pode ser difícil 'conhecer pessoas' para alguém que acabe de chegar a uma grande cidade. Mas quem quer que vá viver para uma comunidade rural pequena, estabelecida, sente que a simpatia dos habitantes é apenas uma forma de gentileza pública – e que pode levar anos a ser-se 'aceite'. Isto não acontece nas cidades. Tal como Edward Krupat comentou:

> O ovo urbano ... tem uma casca difícil de quebrar. Sem oportunidade ou ocasião para tomar a iniciativa, muitas pessoas que se vêem todos os dias no autocarro ou na estação ferroviária, num café, ou nos corredores do trabalho nunca passam de 'estranhos familiares'. Algumas pessoas também permanecem totalmente afastadas das outras, por lhes faltarem aptidões para o convívio social ou por não terem iniciativa. Não obstante, a verdade é que, devido à diversidade dos estranhos – cada um é um *amigo potencial* – e à variedade dos estilos de vida e interesses na cidade, as pessoas conseguem penetrar no grupo. E, uma vez dentro de um grupo ou organização, as possibilidades para expandir as suas relações multiplicam-se. Como resultado, tudo indica que as oportunidades positivas das cidades parecem superar frequentemente as forças constrangedoras, permitindo que as pessoas desenvolvam e mantenham relacionamentos muito satisfatórios. (Krupat, 1985, p. 36).

As ideias de Wirth ainda mantêm uma certa validade, mas à luz de contribuições posteriores percebe-se que é excessivamente generalizador. As cidades modernas implicam frequentemente relações sociais impessoais e anónimas, mas são também fonte de diversidade e, por vezes, de intimidade.

O urbanismo e o ambiente criado

As teorias do urbanismo mais recentes salientam que o urbanismo não é um processo autónomo e que deve ser analisado em conjunto com os principais padrões da mudança política e económica. Os dois principais autores sobre a análise urbana na actualidade, David Harvey e Manuel Castells, foram fortemente influenciados por Marx (Harvey, 1973, 1982, 1985; Castells, 1977, 1983).

Harvey: A restruturação do espaço

O Urbanismo, realça Harvey, é uma das características do meio ambiente criado que a expansão do capitalismo industrial produziu. Nas sociedades tradicionais, a cidade e o campo eram claramente diferenciados. No mundo moderno, a indústria torna pouco clara a divisão entre a cidade e o campo. A agricultura mecaniza-se e é dirigida simplesmente de acordo com considerações de preço e de lucro, tal como a actividade industrial, e este processo reduz as diferenças nos modos de vida social das populações urbanas e rurais.

No urbanismo moderno, salienta Harvey, o espaço é permanentemente *reestruturado*. O processo é determinado pelo local onde as grandes empresas decidem construir as suas fábricas, centros de investigação e desenvolvimento e outros; pelo controlo dos governos sobre os terrenos e a produção indus-

trial, e pelas actividades dos investidores privados que compram e vendem casas e propriedades. As empresas, por exemplo, avaliam continuamente as vantagens relativas de novas localizações, comparando-as com as existentes. À medida que a produção se torna mais barata numa dada área do que noutra, ou que a empresa muda de um produto para outro, os escritórios e as fábricas são encerrados num dado local e abertos noutro. Nesse sentido, a uma dada altura, quando estão em jogo lucros consideráveis, pode existir uma grande actividade de construção de edifícios de escritórios no centro das grandes cidades. Uma vez concluídos os edifícios, e 'reconstruída' e modernizada a área central, os investidores vão em busca de oportunidades para a construção especulativa de futuros edifícios noutros locais. Muitas vezes o que é lucrativo num certo período não o é noutro, quando se altera o clima financeiro.

As actividades dos compradores particulares de habitações são fortemente influenciáveis pelos investimentos comerciais, bem como pelos juros dos empréstimos e pelos impostos estipulados pelos governos centrais e locais. Após a segunda guerra mundial, por exemplo, deu-se uma enorme expansão dos subúrbios nas principais cidades dos Estados Unidos. Em parte, isto deveu-se à discriminação étnica e à tendência da população branca para se deslocar para longe dos centros das cidades. Contudo, argumenta Harvey, isto só foi possível porque o Governo decidiu conceder benefícios fiscais aos compradores de casas e às empresas de construção, bem como pela concessão de créditos especiais por parte das organizações financeiras. Estas medidas foram a base da construção e compra de edifícios para a habitação nas periferias das cidades e promoveram, simultaneamente, a procura de produtos industriais como, por exemplo, os automóveis. Desde a década de 60, o crescimento e a prosperidade das cidades do sul da Grã-Bretanha estão directamente relacionados com o declínio das velhas indústrias no norte e a subsequente transferência do investimento para novas oportunidades industriais.

Castells: urbanismo e movimentos sociais

Tal como Harvey, Castells salienta que a forma espacial de uma sociedade está intimamente relacionada com os mecanismos gerais do seu desenvolvimento. Para entender as cidades, temos de perceber os processos através dos quais as formas espaciais são criadas e transformadas. A disposição e as características arquitectónicas das cidades e dos arredores exprimem lutas e conflitos entre os diferentes grupos da sociedade. Por outras palavras, os ambientes urbanos representam manifestações simbólicas e espaciais de forças sociais mais vastas. Os arranha-céus, por exemplo, podem ser construídos com objectivos lucrativos, mas os edifícios gigantescos também 'simbolizam a força do dinheiro na cidade por meio da tecnologia e da autoconfiança e são as catedrais do período de desenvolvimento do capitalismo empresarial' (Castells, 1983, p. 103).

Por contraste com os sociólogos da Escola de Chicago, Castells vê a cidade não só como uma *localização* distinta – a área urbana –, mas como parte integral de processos de consumo colectivo, o qual é por sua vez, uma dimensão inerente ao capitalismo industrial. As casas, escolas, serviços de transportes e complexos recreativos são formas pelas quais as pessoas 'consomem' os produtos da indústria moderna. O sistema fiscal influencia quem consegue comprar ou alugar e onde, e quem constrói e onde. As grandes empresas, bancos e companhias de seguros, que fornecem o capital para os projectos de construção detêm bastante poder sobre estes processos. Mas os organismos governamentais também afectam directamente muitos aspectos da vida citadina, ao construírem estradas e habitações públicas, ao projectarem espaços verdes, etc. O aspecto físico das cidades é, portanto, um produto tanto das forças de mercado como do poder do governo.

No entanto, a natureza do ambiente criado não resulta apenas das actividades dos ricos e poderosos. Castells sublinha a importância das lutas dos grupos desprivilegiados para alterarem as suas condições de vida. Os problemas urbanos estimulam múltiplos movimentos sociais, que se preocupam com a melhoria das condições habitacionais, protestam contra a poluição atmosférica, defendem os parques e espaços verdes e combatem os projectos de construção que alteram o meio ambiente de uma dada área. Castells estudou, por exemplo, as actividades de grupos homossexuais de São Francisco, que conseguiram reestruturar os bairros de acordo com os seus próprios valores culturais – permitindo o crescimento de muitas organizações, clubes e bares de homossexuais – e adquirir uma posição proeminente na política local.

Castells e Harvey enfatizam o facto de as cidades serem, na sua quase totalidade, ambientes artificiais, construídos pelas próprias pessoas. Nem mesmo a maioria das zonas rurais escapa à influência da intervenção humana e da tecnologia moderna, pois a actividade humana remodelou e reordenou o mundo da natureza. Os alimentos não são produzidos para os habitantes locais, mas para mercados nacionais e internacionais e na agricultura mecanizada a terra é rigorosamente subdividida, submetida a usos especializados e ordenada, de acordo com padrões físicos que pouco têm a ver com as características naturais do meio ambiente. Aqueles que vivem em propriedades agrícolas e nas zonas rurais mais isoladas estão económica, política e culturalmente ligados à sociedade mais ampla, por muito diferentes que sejam os seus modos de comportamento em relação aos dos habitantes das cidades.

Avaliação

As visões de Harvey e Castells têm sido profusamente debatidas e o seu trabalho foi importante para a reorientação da análise urbana. Ao contrário da abordagem ecológica, Harvey e Castells não colocaram a ênfase nos processos espaciais 'naturais', mas na forma como a terra e o ambiente criado são um reflexo dos sistemas do poder social e económico. Trata-se de uma mudança significativa. Não obstante, as ideias de Harvey e Castells são frequentemente apresentadas de forma bastante abstracta, e não estimularam uma tão grande variedade de pesquisas como o trabalho efectuado pela Escola de Chicago.

De certa forma, os pontos de vista apresentados por Harveys e Castells e pelos sociólogos da Escola de Chicago complementam-se com utilidade e podem ser combinados de forma a dar uma imagem global do processo urbano. De facto, os contrastes entre as áreas da cidade, descritos pela Ecologia Urbana, existem, assim como o carácter impessoal, próprio da vida nas cidades, em geral. Não obstante, estes contrastes são mais variáveis do que os membros da Escola de Chicago pensavam, e são determinados, antes do mais, pelas influências sociais e económicas analisadas por Harvey e Castells. John Logan e Harvey Molocht sugeriram uma abordagem que relaciona directamente as perspectivas de autores como Harvey e Castells com certos aspectos da perspectiva ecológica (Logan e Molotch, 1987). Logan e Molocht estão de acordo com Harvey e Castells quanto ao facto de as características gerais do desenvolvimento económico, que se estendem nacional e internacionalmente, afectarem a vida urbana de forma bastante directa. Mas, em sua opinião, estes factores económicos de longo alcance são 'filtrados' pela acção das organizações locais, incluindo as actividades económicas do bairro, dos bancos e dos organismos governamentais, em conjunto com as actividades dos compradores particulares de casas.

Os locais – terrenos e edifícios – são comprados e vendidos, de acordo com Logan e Molocht, exactamente como quaisquer outros produtos nas sociedades modernas, mas os mercados que estruturam o ambiente das cidades são influenciados pela forma como os diferentes grupos de pessoas desejam *utilizar* as propriedades que compram e vendem. Surgem muitas tensões e conflitos na sequência deste processo – e estes são os factores principais da reestruturação dos bairros citadinos.

Para Logan e Molocht, as grandes empresas financeiras e comerciais nas cidades modernas tentam intensificar constantemente o uso da terra em áreas específicas. Quanto mais o podem fazer, maiores são as oportunidades de especulação e construção lucrativa de novos edifícios. Estas empresas preocupam-se pouco com os efeitos sociais e físicos das suas actividades num dado bairro – não têm em consideração, por exemplo, o facto de residências antigas e atraentes serem demolidas para dar lugar a grandes edifícios de escritórios. Os processos de crescimento fomentados pelas grandes empresas envolvidas no sector do imobiliário colidem frequentemente com os interesses dos negócios locais e dos residentes que podem tentar resistir. As pessoas organizam-se em grupos locais para defenderem os seus interesses de residentes. Tais associações podem defender o aumento das áreas protegidas, impedir a construção de novos edifícios em zonas verdes ou em parques, ou exercer pressão para serem publicadas leis de arrendamento mais favoráveis.

Tendências no desenvolvimento urbano Ocidental

Nesta secção iremos considerar alguns dos principais padrões no desenvolvimento urbano ocidental no

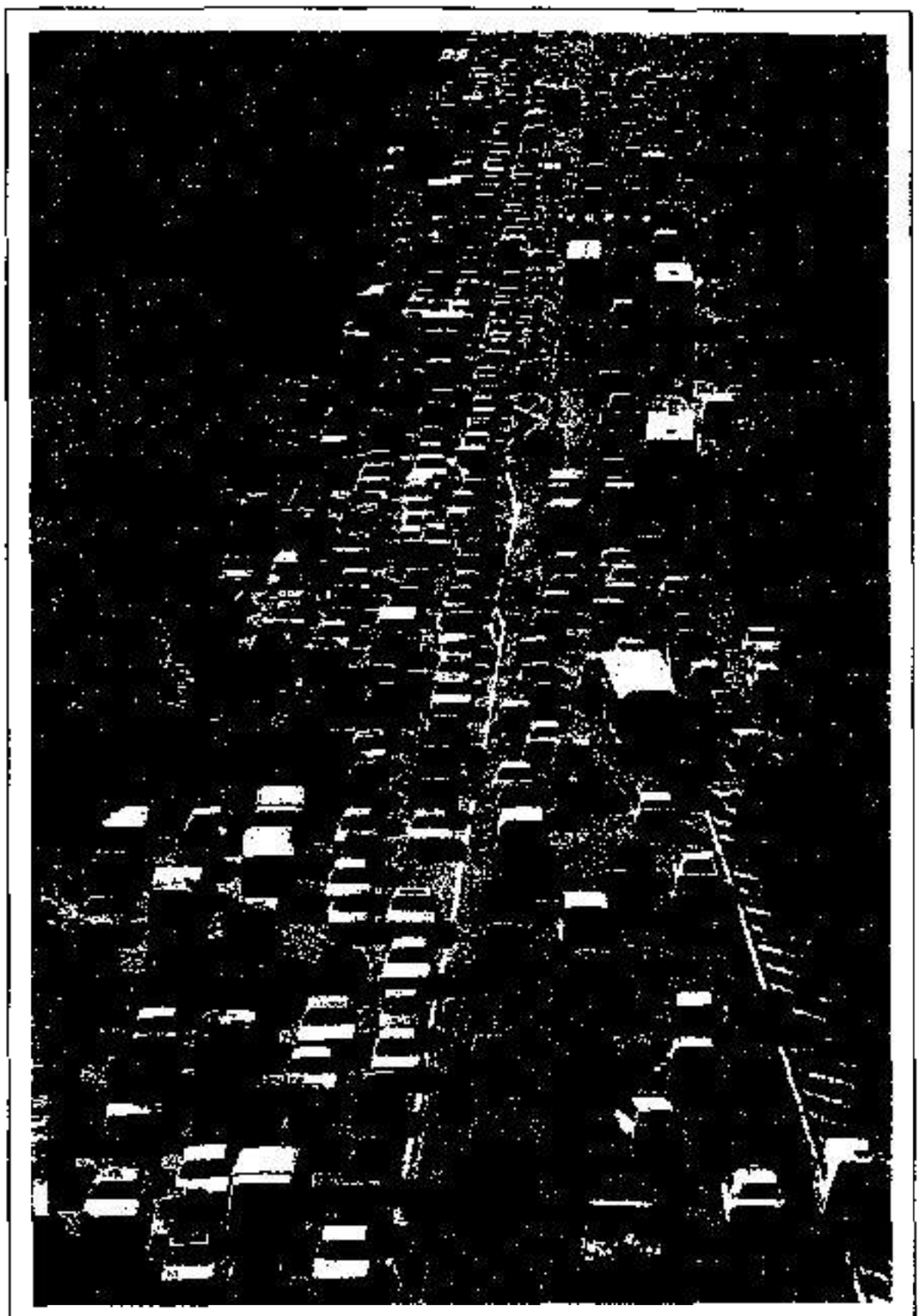
pós-guerra, utilizando os exemplos da Grã-Bretanha e dos Estados-Unidos. A atenção concentrar-se-á no aparecimento dos subúrbios e no declínio dos centros das cidades, no conflito urbano, nas crises financeiras e nas estratégias destinadas à renovação urbana.

A suburbanização

Alguns convertidos à vida nas grandes cidades olharam com desdém para a grande expansão dos *subúrbios*, com as suas vivendas semi-separadas e os jardins bem arranjados cobrindo as zonas limítrofes das cidades inglesas. Outros, como o poeta John Betjeman, celebraram a excentricidade modesta da arquitectura dos subúrbios e o impulso para combinar as oportunidades de emprego da cidade como um modo de vida em termos práticos com a propriedade do emprego e do carro e em termos de valores como a vida familiar tradicional.

Muitos subúrbios em torno de Londres cresceram entre as duas guerras e aglomeraram-se entre as novas estradas e ligações efectuadas pelo metropolitano que podiam trazer os habitantes dos subúrbios até ao centro. Nos Estados Unidos, o processo da **suburbanização** atingiu o seu apogeu nos anos 50 e 60. Durante esse perí___, as z_nas centr_is __s c_..-des tiveram uma taxa de crescimento de 10 por cento, enquanto a das áreas suburbanas foi de 48 por cento. A maioria do fluxo em direcção aos subúrbios envolveu famílias brancas. A imposição da integração racial nas escolas pode ser visto como um factor importante na decisão do abandono dos centros das cidades. A mudança para os subúrbios foi uma opção atractiva para as famílias que preferiam que os seus filhos frequentassem escolas só para brancos. Ainda hoje, os subúrbios americanos continuam a ser predominantemente brancos. Os grupos minoritários constituíam apenas 18 por cento do total da população suburbana em 1990. Três em quatro afro-americanos continuam a viver nos centros das cidades, em comparação com um em cada quatro dos brancos. A maioria dos residentes suburbanos negros vive em bairros de maioria negra em cidades-satélite da metrópole.

Contudo, a dominação dos brancos nos subúrbios está a desaparecer à medida que cada vez mais membros das minorias raciais e étnicas deixam o centro das cidades. Entre 1980 e 1990 a população suburbana negra cresceu cerca de 34,4 por cento, os latinos cerca de 69,3 por cento e os asiáticos 125,9 por cento. Em contrapartida, a população suburbana branca só cresceu 9,2 por cento. Os membros das minorias étnicas mudaram-se para os subúrbios pelas mesmas razões daqueles que antes os precederam: melhores condições de habitabilidade, escolas e amenidades. Tal como as pessoas que iniciaram o êxodo para os subúrbios nos anos 50 são, na sua maioria, trabalhadores da classe média. De acordo com o Presidente da Autoridade para a Habitação de Chicago, 'a suburbanização já não está relacionada com factores de raça, mas de classe. Ninguém quer ter por perto gente pobre, por causa de todos os problemas que acompanham os pobres: escolas pobres, ruas inseguras, bandos' (citado em DeWitt, 1994).



Os habitantes dos subúrbios de Paris fazem as suas viagens diárias de carro para dentro e para fora dos subúrbios.

Na Grã-Bretanha, a deslocação da população residencial das áreas centrais da cidade para os subúrbios e *cidades-dormitório* (aglomerados situados fora dos limites da cidade, habitados principalmente por pessoas que nela trabalham) ou para as aldeias nos anos 70 e início dos anos 80 significou que a população da grande Londres baixou cerca de meio milhão naquele período. Ao mesmo tempo, muitas cidades mais pequenas cresceram rapidamente – por exemplo, Cambridge, Ipswich, Norwich, Oxford e Leicester. Nas cidades industriais do Norte, a rápida perda da indústria também afectou os centros das cidades, enquanto a população dos subúrbios e das cidades mais pequenas – e a deslocação para sudeste – se expandiu novamente durante o *boom* económico do final dos anos 90.

A decadência dos centros das cidades

A 'debandada para os subúrbios' teve consequências dramáticas na saúde e vitalidade tanto dos centros urbanos britânicos, como americanos. A decadência dos centros urbanos que marcou todas as grandes cidades americanas nas últimas décadas é uma consequência directa do crescimento dos subúrbios. A deslocação dos grupos mais prósperos para fora das cidades implica uma perda de receitas provenientes dos impostos locais. Dado que os que permanecem, ou os substituem, incluem muitos dos que vivem na pobreza, há poucas hipóteses de substituir essa fonte de rendimentos perdida. Se se aumentam os impostos nos centros das cidades, os grupos mais prósperos e os negócios ainda terão uma maior tendência para se mudar para mais longe.

Esta situação torna-se mais grave à medida que os edifícios nos centros das cidades se deterioram mais do que os dos subúrbios, e que o índice de criminalidade e a taxa do desemprego aumentam. Torna-se necessário, por conseguinte, aumentar as despesas com a segurança social, as escolas e a manutenção dos edifícios, a polícia e os bombeiros. Desenvolve-se um ciclo de deterioração, no qual quanto mais os subúrbios se expandem, maiores são os problemas dos centros citadinos. Em muitas áreas urbanas americanas, o efeito tem sido terrível – especialmente nas cidades mais antigas como Nova Iorque, Boston ou Washington. Em certos bairros destas cidades, a deterioração da propriedade é provavelmente mais grave do que em qualquer dos maiores centros urbanos dos outros países do mundo industrializado. Edifícios de apartamentos decadentes e edifícios ocupados e incendiados alternam com áreas desertas cobertas de lixo.

Na Grã-Bretanha, a decadência do centro das cidades foi menos marcada do que nos Estados Unidos. No entanto, alguns centros urbanos, como, por exemplo, Liverpool, estão tão delapidados como alguns bairros das cidades americanas. Uma das razões para que tal acontecesse é que a crise financeira afectou muitos centros das cidades na Grã-Bretanha. A partir de finais da década de 70, as autoridades locais foram fortemente pressionadas para limitar os seus orçamentos e reduzir os serviços locais mesmo nas áreas urbanas mais degradadas. As autoridades locais que excedessem os orçamentos estabelecidos pelo governo nacional podiam ser penalizadas. Isto deu origem a conflitos intensos entre o governo e uma série de conselhos metropolitanos responsáveis por centros de cidade problemáticos quando não conseguiam cumprir os níveis orçamentais estabelecidos. A introdução da Poll Tax pelo governo da Mrs. Thatcher afectou ainda mais as finanças das autarquias. Apesar da Poll Tax ter sido finalmente abandonada em virtude da forte oposição, muitas autarquias urbanas ficaram com menos rendimentos e foram compelidas a fazer cortes em serviços tidos por todos como essenciais.

O relatório da Igreja de Inglaterra sobre 1985, *Fé na Cidade*, descreve os centros citadinos em termos sombrios: 'Paredes cinzentas, ruas cobertas de lixo, janelas entaipadas, escritos nas paredes, ruínas e escombros, são tristemente aspectos normais dos distritos e paróquias de que nos ocupamos – as habitações do centro são mais antigas do que as outras. Perto de um quarto das casas inglesas foram construídas antes de 1919, mas a proporção nos centros urbanos situa-se entre os 40 e os 60 por cento' (Igreja de Inglaterra, 1985, p. 18).

Paul Harrison, ao descrever Hackney, uma das áreas administrativas mais pobres de Londres, retratou uma atmosfera de desespero:

> As forças policiais enfrentam a tarefa virtualmente impossível de manter sob controlo a mistura explosiva que as dinâmicas da sociedade britânica criaram nos centros urbanos. Esta mistura, aquecida pela recessão e

A m rte 'e m sonho: pré ios as autarquias em Londres, construídos como casas modernas para os habitantes, tornaram-se num foco de descontentamento e de decadência urbana.

> por um elevado nível de desemprego, gera inevitavelmente um número elevado de crimes. Este facto obriga a polícia a estar mais presente e com maior número de efectivos do que em áreas com outras características, o que acarreta mais frequentemente contactos desagradáveis com as pessoas, tidas como suspeitos potenciais, e cria mais oportunidades de erro e abuso policial. (Harrison, 1983, p. 369)

O resultado é um círculo vicioso. Os mais desprovidos não só constituem as maiores vítimas do crime, como têm de lidar com uma presença da polícia muito maior. Por sua vez, um maior número deles dedica-se a actividades criminosas. Em áreas como Hackney, avisou Harrison, está a emergir 'uma sociedade barricada de autodefesa', marcada também por uma rápida erosão das liberdades civis'.

Doenças sociais semelhantes afectam as grandes cidades, tanto nos Estados Unidos como na Grã-Bretanha: abuso de drogas, crime e delinquência, desemprego, sem-abrigo, intolerância racial e étnica, exclusão social, serviços públicos insuficientes, escolas fracas e tensões entre o cumprimento da lei e os cidadãos. Por vezes, estas múltiplas desvantagens sobrepõem-se de tal forma que explodem sob a forma de conflitos e tumultos urbanos abertos.

Conflito urbano

Numa era da globalização, movimento e rápida mudança, as grandes cidades tornaram-se expressões concentradas e intensificadas dos problemas sociais que afligem a sociedade como um todo. Frequentemente, as falhas geológicas 'invisíveis' das cidades deram lugar ao equivalente a tremores de terra sociais. Tensões semelhantes sobem à superfície, por vezes de forma violenta, sob a forma de tumultos, pilhagens e destruição generalizada.

Foi o que aconteceu em Los Angeles, na Primavera de 1992, quando eclodiram tumultos em vários locais da cidade. Henry Cisneros, secretário do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano, dirigiu-se à cidade para investigar em primeira mão o que estava a acontecer:

> O que eu vi foi uma cidade com fumo por todo o lado. Cheirava a ferro e plástico queimados. O fumo era tão denso que ofuscava as luzes de um helicóptero que por

> ali sobrevoava. As sirenes disparavam com intervalos de poucos segundos, enquanto equipas de socorro munidas de extintores, protegidas pelos carros patrulha das auto-estradas da Califórnia – literalmente comboios de vinte veículos, os carros patrulha para protegerem os que combatiam o fogo – corriam de um fogo para outro ... Naquela quinta-feira à noite, Los Angeles era o verdadeiro apocalipse urbano numa espécie de fumaça laranja, um assalto a todos os sentidos, pessoas de olhos esbugalhados, tomadas de pânico somente com um som alto ao longe (Cisneros, 1993).

Os conflitos urbanos também atingiram as cidades britânicas – em Brixton, em Broadwater Farm em Tottenham, a norte de Londres, onde um polícia foi assassinado, em Oxford, Bristol e outras cidades.

Que causas motivam estas tensões e as múltiplas carências a culminar em formas abertas de conflito urbano? Um factor é certamente a pobreza; outro, é a divisão e o antagonismo étnico, em particular entre brancos e negros; um terceiro é o crime; um quarto é simplesmente a insegurança. Inseguranças e incertezas emergem dos três primeiros factores, sejam os indivíduos afectados directamente ou não por eles.

Tal como no Reino Unido, a pobreza nos Estados Unidos expandiu-se nas duas últimas décadas. Na primeira metade dos anos 90, a proporção da população a viver abaixo do limiar da pobreza é a maior desde há um quarto de século. Em particular quando origina subclasses privadas, a pobreza separa largos segmentos da população da sociedade mais lata; muitos dos grupos mais pobres concentram-se nos centros das cidades que se estão a degradar. O elemento espacial para a exclusão social é claramente perceptível neste caso.

As carências nos centros das cidades é parte do debate em a 'A controvérsia da subclasse', na página 322 e 'Formas de exclusão social' na pág. 328

Renovação urbana

Que abordagem deveriam desenvolver os governos locais, regionais e nacionais para enfrentar os complexos problemas que afectam os centros das cidades? Como pode ser controlada a rápida expansão dos subúrbios para prevenir a erosão das áreas verdes e dos campos? Uma política de **renovação urbana** é particularmente desafiante porque exige acção simultânea em múltiplas frentes.

No Reino Unido, por exemplo, foram introduzidos um conjunto de esquemas nacionais – envolvendo, por exemplo, programas de subsídios para a reabilitação de casas pelos seus proprietários ou incentivos de impostos para atrair os negócios – para reavivar as fortunas dos centros das cidades. O programa do Governo Conservador, *Acção para as Cidades*, de 1998, por exemplo, valorizava mais o papel do investimento privado e das forças do mercado para gerar desenvolvimento do que a intervenção estatal. Todavia, a resposta do capital privado revelou-se muito mais fraca do que o previsto.

Os estudos realizados indicam que, para além do efeito propagandístico, dar incentivos e esperar que a iniciativa faça o resto, não é uma via eficiente para lidar com os problemas fundamentais da ordem social gerados pelos centros urbanos. Há um conjunto tão grande de circunstâncias opressivas nos centros das cidades, que a inversão dos processos de declínio é, em qualquer caso, extraordinariamente difícil. As investigações sobre a decadência do centro das cidades, tal como o relatório Scarman sobre os tumultos de Brixton, em 1981, chamou a atenção para o facto de não existir uma abordagem coordenada dos problemas dos centros urbanos (Scarman, 1982). Sem o aumento da despesa pública – que não é verosímil num futuro próximo – as possibilidades de uma melhoria radical são, na verdade, diminutas (Macgregor e Pimlott, 1991).

Em direcção ao Renascimento Urbano: *o relatório da Urban Task Force*

A renovação urbana não é apenas a recuperação das áreas dos centros da cidade, mas também o desenvolvimento sustentável das regiões em redor da cidade. As previsões do governo são as de que serão formados mais de 3.8 milhões de lares entre 1996 e 2021. O trânsito automóvel 'ever' crescer 1/3 nas 'uas próximas décadas; já a média de deslocações para os trabalhadores britânicos é 40% mais elevada do que há 20 anos atrás. Um em cada quatro residentes acredita que a sua área se degradou em anos recentes, enquanto apenas um em dez sente que melhorou (Urban Task Force, 1999).

Confrontado com os desafios já existentes em áreas urbanas e suburbanas, como com a promessa de

maior expansão nos próximos anos, o governo converteu a Urban Task Force, sob a chefia do arquitecto e urbanista Lord Rogers, a fazer recomendações para melhorar a qualidade de vida nas zonas britânicas urbanas e rurais. No relatório publicado em Junho de 1999, a Task Force desenhou mais de 100 recomendações com a intenção de desenvolver um "renascimento urbano" na Grã-Bretanha. 'Desde a revolução industrial que perdemos a propriedade das nossas vilas e cidades, deixando que elas fossem estragadas por um design pobre, dispersão económica e polarização social', notou a Task Force. Segundo os autores do relatório, o início do século XXI apresenta três grandes oportunidades para a mudança. A *revolução tecnológica* produziu novas formas de tecnologia de informação e novos modos de trocar informação; a crescente *ameaça ecológica despolotou* a necessidade de desenvolvimento sustentável; e uma *transformação social* alargada pode ser sentida num aumento da esperança de vida e o significado das escolhas de vida nas vidas profissionais e pessoais das pessoas.

No seu relatório, a Task Force enfatizou muitos temas-chave essenciais para a protecção contra a erosão do campo e para a promoção de áreas urbanas saudáveis e vibrantes. Sem os seguintes princípios fundamentais, defendem os autores, existe um perigo real de que as cidades se fragmentem, de que as áreas rurais sejam engolidas e a poluição, o congestionamento do trânsito e a degradação social se agravem.

- *Reciclagem da terra e dos edifícios* – Sempre que possível, a construção de novas casas deveria ser feita em terras anteriormente urbanizadas, em vez de em locais verdes. O relatório assinalou que, actualmente, 1.3 milhões de edifícios residenciais e comerciais estavam vazios na Grã-Bretanha. O governo está a projectar 60% de novas casas antecipadas a serem construídas em locais 'reciclados' (ver abaixo).
- *Melhorar o ambiente urbano* – As áreas urbanas existentes têm de ser mais atractivas para que as pessoas decidam viver, trabalhar e socializar nelas. As áreas urbanas deveriam ajudar a desenvolver um sentido de comunidade e de segurança pública. Os bairros devem estar mais bem ligados entre si para encorajar as pessoas a andarem a pé ou de bicicleta ou de transportes públicos.
- *Atingir a excelência na gestão das áreas locais* – Um renascimento urbano dependerá de uma forte liderança política local e de uma participação democrática alargada dos cidadãos. Os residentes deveriam ter um papel crescente nos processos de tomada de decisão.
- *Desenvolver a regeneração* – Deveria ser dado maior poder às autoridades locais e responsabilidade para identificarem recursos direccionados para a regeneração de longo termo das áreas degradadas. Os fundos públicos deveriam ser utilizados de modo a atrair investimento privado através do mercado.

O relatório da Urban Task Force enfatizou que a renovação urbana não pode ser o produto apenas do esforço político. Pelo contrário, exige uma mudança da cultura, competências, crenças e valores pelos políticos, autoridades locais e cidadãos médios. A educação, o debate e a troca de informação serão cruciais em trazer uma 'renovação urbana' (1999).

Gentrificação e 'reciclagem urbana'

A **reciclagem urbana** – a renovação de edifícios antigos para novos usos – tornou-se bastante comum nas grandes cidades. Esse processo faz parte, às vezes, de programas de planeamento, mas mais frequentemente é o resultado da **gentrificação** – a renovação de edifícios em bairros degradados para serem utilizados por grupos com rendimentos mais elevados, ou para servirem para equipamentos dedicados a servi-los, como lojas e restaurantes.

A gentrificação dos centros das cidades teve lugar nas principais cidades da Grã-Bretanha, Estados Unidos e Canadá e parece continuar nos próximos anos. Uma das razões é económica e demográfica. Os jovens profissionais escolhem casar e iniciar as suas famílias mais tarde na vida. Porque as suas carreiras exigem muitas vezes longas horas em edifícios de escritórios no centro das cidades, a vida nos subúrbios torna-se mais um inconveniente do que uma vantagem. Os casais ricos sem filhos têm capacidade para pagar rendas elevadas em áreas centrais das cidades recuperadas e podem preferir construir estilos de vida em torno de opções culturais, culinárias e de entretenimento de elevada qualidade aí disponíveis. Os casais mais velhos cujos filhos deixaram a casa também podem ser tentados a regressar ao centro das cidades pelas mesmas razões.

Docklands: renovação urbana ou desastre urbano?

O exemplo mais importante deste facto é representado pela renovação da área das Docas, em Londres. Estaremos perante um caso único de sucesso em matéria de regeneração urbana, ou diante de um desastre mais ou menos completo? Cada um destes pontos de vista tem os seus defensores, embora todos concordem com o facto de o progresso do processo de rejuvenescimento das Docas ser menor do que o esperado pelos seus defensores, desde o momento em que a economia entrou em recessão. A área das Docas ocupa cerca de oito milhas quadradas e meia (1.360 hectares) do território Leste de Londres junto ao Tamisa, que deixou de ter funções económicas devido ao encerramento das Docas e ao declínio industrial. Proclamou-se que este processo representava 'a maior área de renovação imobiliária da Europa Ocidental' e 'a maior oportunidade desde o Fogo de Londres'.

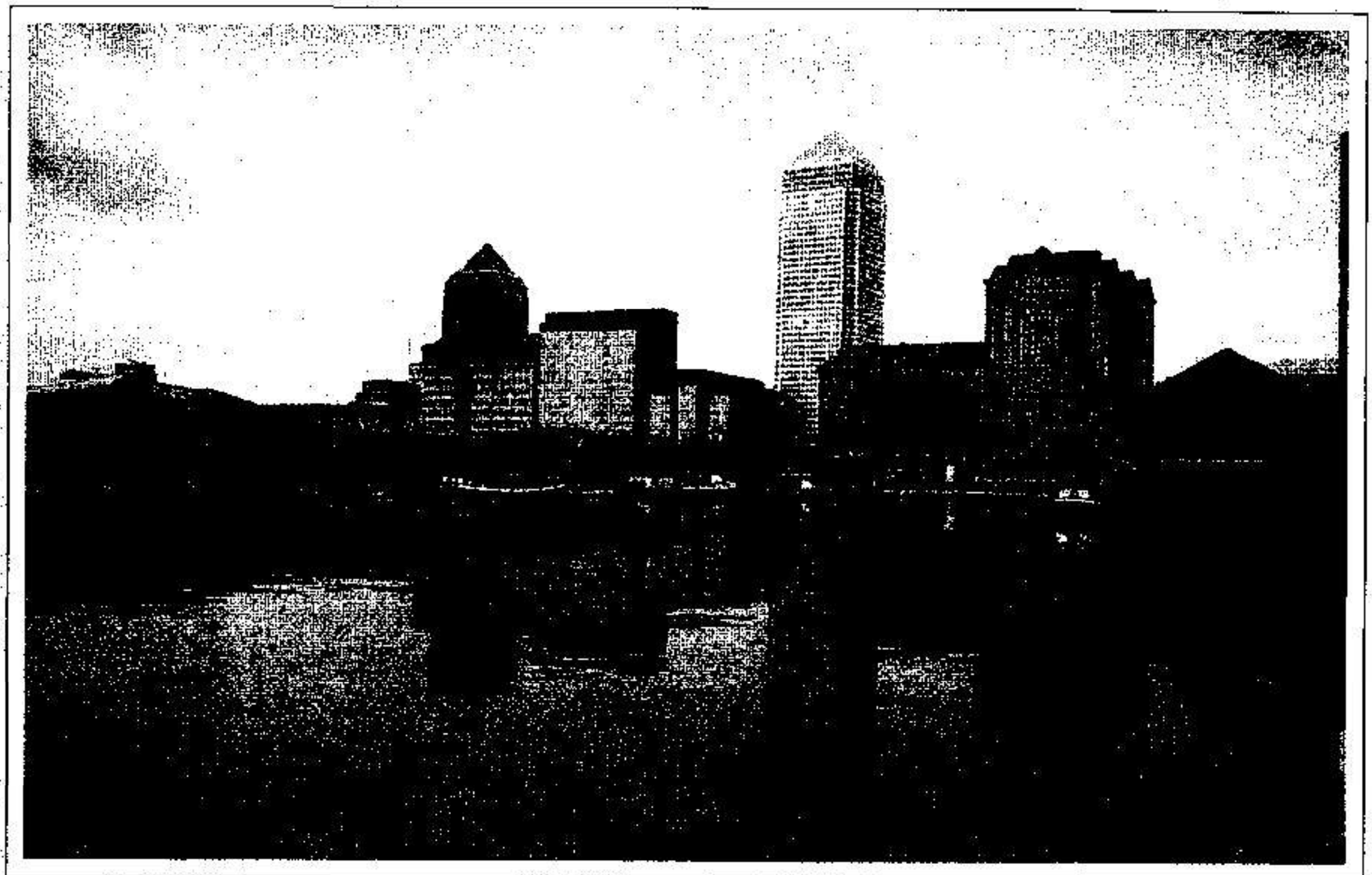
As Docas estão próximas do distrito financeiro da City de Londres, mas também estão próximas das áreas pobres da classe trabalhadora no outro lado. A partir dos anos sessenta houve batalhas intensas – que prosseguem – acerca do futuro da área. Muitos habitantes ou vizinhos das Docas preferiam uma renovação levada a cabo através de projectos de desenvolvimento da comunidade, que protegesse os interesses dos residentes mais pobres. Entretanto, com a criação da Empresa de Desenvolvimento das Docas em 1981, a região tornou-se num elemento central da estratégia para encorajar a iniciativa privada a desempenhar o papel principal no rejuvenescimento urbano, que já mencionámos.

Hoje em dia, a área é nítida e visivelmente diferente dos bairros empobrecidos que a ladeiam. Abundam os edifícios modernos, por vezes de uma arquitectura aventurosa. Converteram-se armazéns em apartamentos de luxo e construíram-se novos blocos. Edificou-se um grande complexo de escritórios em Canary Wharf. Contudo, no meio do brilho, há edifícios degradados e terrenos abandonados. O espaço destinado a escritórios continua frequentemente vazio, o mesmo acontecendo a algumas das novas habitações que vieram a revelar-se invendáveis aos preços estabelecidos. A zona das Docas possui algumas das habitações mais pobres do país, mas as pessoas que aí vivem pouco beneficiaram da construção à sua volta. Ofereceu-se um bom número de casas "acessíveis". Porém, só uma pequena proporção dos residentes locais, as queria comprar ou podia fazê-lo. Uma história única de sucesso na regeneração urbana ou um desastre mais ou menos completo? Cada uma das visões tem

Um factor que promove a gentrificação nos Estados Unidos é a queda das taxas de criminalidade. Desde 1991, a incidência do crime violento caiu uma média de 34% nas dez maiores cidades norte-americanas. Apesar da lei da 'tolerância zero' e das políticas de ordem favorecidas por muitas cidades norte-americanas – de forma mais proeminente em Nova Iorque – terem sido severamente criticadas por serem racistas, arbitrárias e muito duras, produziram indubitavelmente centros de cidades menos perigosos.

Finalmente, o perfil económico da nova economia do conhecimento é muito favorável aos centros das cidades. Muitas empresas envolvidas na tecnologia, comunicações, publicidade e marketing, localizaram-se em distritos de negócios centrais. Um crescente número de empresas que se estão a expandir neste domínio escolhem implantar-se no centro das cidades em vez de nos subúrbios. Auto-estradas congestionadas e longas horas de viagem tornaram-se um modo de vida para muitos habitantes dos subúrbios; existem evidências que um crescente número de trabalhadores na nova economia pode escolher quebrar este padrão, vivendo e trabalhando nos centros das cidades.

Em Londres, as *Docklands* foram um notável exemplo de 'reciclagem urbana' (ver caixa). Nos Estados Unidos, os construtores compram armazéns industriais em cidades, de Milwaukee a Filadélfia, e convertem-nos em caros *lofts* residenciais e estúdios.



os seus defensores. As *Docklands* estão divididas entre 'ricos' e 'pobres' a um ponto que tem poucos paralelos noutros lugares. O projecto, embora tenha renovado bastante a zona e construído novos edifícios, não produziu, de modo algum, um bairro integrado.

A criação de espaços públicos interessantes nos centros urbanos degradados de Baltimore a Pittsburgh foi anunciada como triunfo da renovação urbana. Contudo, é difícil conciliar a degradação que continua nos bairros a pouca distância destes centros revitalizados.

Richard Senett, no seu livro acerca da história da cidade, *The Conscience of the Eye* (1993), argumenta contra projectos de desenvolvimento como os das Docas e afirma que os urbanistas deveriam efectuar tentativas para preservar, o que designa como a 'cidade humana' ou para regressar à mesma. Os enormes edifícios impessoais em muitas cidades voltam as pessoas para si mesmas tornando-as distantes umas das outras. Mas as cidades podem voltar as pessoas para o exterior, colocando-as em contacto com uma variedade de culturas e de modos de vida. Deveríamos tentar criar ruas que não se limitassem a ser seguras mas que fossem também 'cheias de vida', de um modo contrário ao que ***'as artérias do tráfego, apesar de todo o seu movimento de veículos o não são'***. A zona comercial suburbana com os seus passeios e lojas uniformizados está tão distante da 'cidade humana' como a auto-estrada. Deveríamos inspirar-nos nas áreas antigas das cidades, como as que se encontram em muitos centros das cidades italianas, que são à escala humana e misturam a diversidade com a elegância do seu desenho.

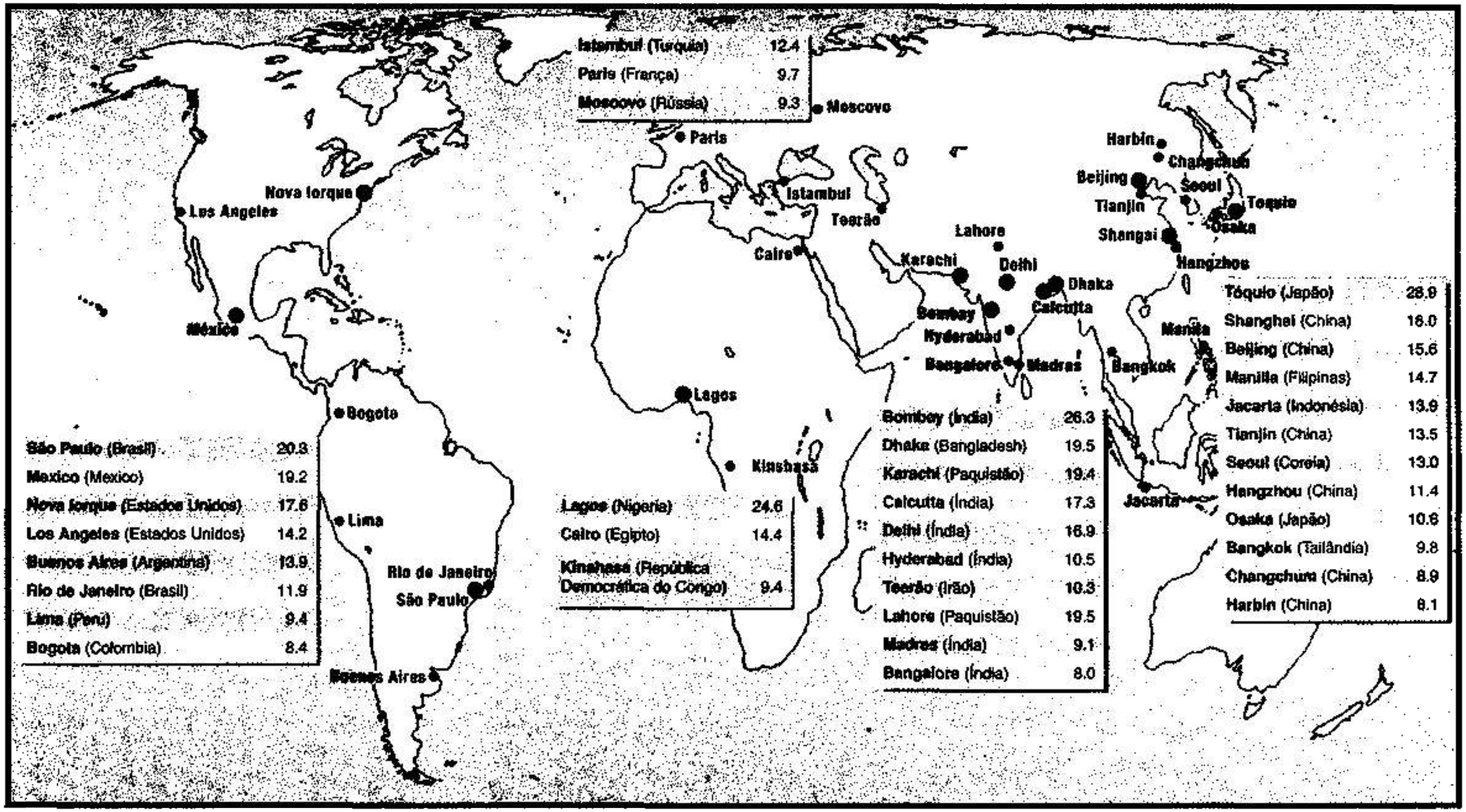


Figura 18.2 As trinta e seis cidades nas quais se espera terem mais de 8 milhões de habitantes em 2015

Fontes: UN, *World Urbanization Prospects, 1998*, The Unesco Courier, Junho de 1999.

Urbanização no mundo em desenvolvimento

A população urbana mundial poderia atingir os 2.5 biliões de pessoas em 2025. Segundo algumas estimativas, 4 milhões destes habitantes urbanos serão residentes das cidades nos países em desenvolvimento. Como mostra o mapa das 'megacidades' (vide figura 18.2), a maioria das 36 cidades projectadas para terem mais de 8 milhões de residentes em 2015 localizam-se nos países em desenvolvimento..

Manuel Castells refere-se às **megacidades** como uma das principais características da urbanização do terceiro milénio (1996). Não se definem apenas pelo seu tamanho – apesar de ser uma vasta aglomeração de pessoas – mas também pelo seu papel como pontos de ligação entre populações humanas enormes e a economia global. As megacidades são bolsas concentradas de actividade através das quais fluem a política, os media, as comunicações, as finanças e a produção. Segundo Castells, as cidades funcionam como ímanes para os países ou regiões em que estão localizadas. As pessoas são arrastadas para as grandes regiões urbanas por vários motivos; nas megacidades estão tanto aqueles que conseguem perfurar no sistema global, como os que não conseguem. Para além de servirem como nós na economia global as megacidades também se tornam em 'depositários de todos os segmentos da população que lutam para sobreviver' (1996: 404).

Porque é que a taxa de crescimento urbano nas regiões menos desenvolvidas do mundo é muito mais elevada do que em qualquer outro lugar? Têm de ser tomados em conta dois factores em particular. Em primeiro lugar, as taxas de crescimento populacional são maiores nos países em desenvolvimento do que nas nações industrializadas (vide capítulo 19, 'Crescimento populacional e crise ecológica'). O crescimento urbano é estimulado pelas elevadas *taxas de fertilidade* entre as pessoas que já vivem nas cidades.

Em segundo lugar, existe uma *migração interna* muito dessiminada das zonas rurais para as zonas urbanas – como no caso da megacidade em desenvolvimento de Hong Kong – Guangdong acima mencionada. As pessoas são arrastadas para as cidades no mundo em desenvolvimento motivadas tanto porque os seus sistemas tradicionais de produção rural se desintegraram como porque as áreas urbanas oferecem maiores oportunidades de trabalho. A pobreza rural impele muita gente a tentar a sua sorte na vida da cidade. Podem ter a intenção de migrarem para a cidade apenas por um curto período de tempo, querendo regressar às suas aldeias depois de terem ganho dinheiro suficiente. Alguns regressam, mas a maioria é forçada a ficar, tendo, por um ou outro motivo, perdido a sua posição nas suas comunidades de origem.

Desafios da urbanização no mundo em desenvolvimento

Implicações económicas

À medida que um número crescente de agricultores e trabalhadores desqualificados imigra para os centros urbanos, a economia formal luta, muitas vezes, para absorver este fluxo como força de trabalho. Na maioria das cidades no mundo em desenvolvimento, é a *economia informal* que permite aos que não conseguem encontrar trabalho sobreviverem. Do trabalho ocasional nas fábricas às actividades de comércio de pequena escala, o sector informal não regulamentado oferece oportunidades de ganhar a vida aos trabalhadores pobres e sem formação.

As oportunidades geradas pela economia informal são uma importante ajuda para milhares de famílias a sobreviverem em condições urbanas, mas também têm aspectos problemáticos. A economia informal não tem impostos e não é regulada. Também é menos produtiva do que a economia formal. Os países onde a actividade económica se concentra neste sector falham na recolha das muito necessárias receitas através dos impostos. O baixo nível de produtividade também afecta a economia em geral – o volume de PIB gerado pela actividade económica informal é muito mais baixo do que a percentagem da população envolvida no sector.

A OCDE estima que serão necessários mil milhões de novos empregos até 2025 para sustentar os crescimento estimado da população das cidades do mundo em crescimento. É pouco provável que todos estes empregos sejam criados na economia formal. Alguns analistas do desenvolvimento são da opinião de que deveria ser prestada atenção à formalização ou regulação da economia informal, onde muito do 'excesso' da força de trabalho é provável que se concentre nos próximos anos.

A construção de uma megacidade

Na Ásia, está a formar-se presentemente um dos maiores aglomerados urbanos da história, numa área de 50.000 quilómetros quadrados que vão de Hong Kong até à China, o Delta do Rio das Pérolas e Macau (vide figura 18.3). Apesar de a região não ter um nome formal ou estrutura administrativa, em 1995 já tinha atingido uma população de 50 milhões de pessoas. Segundo Manuel Castells, perspectiva-se que venha a ser um dos centros industrias, de negócios e culturais mais significativos do século.

Castells aponta vários factores que se inter-relacionam para ajudar a explicar a emergência desta enorme conurbação. Em primeiro lugar, a China está a passar por uma transformação económica e Hong Kong é um dos pontos nodais que liga a China à economia global. Em segundo lugar, o papel de Hong Kong como centro global, financeiro e de negócios, tem crescido à medida que a sua economia se está a afastar da produção de bens para a produção de serviços. Por fim, entre a segunda metade dos anos 80 e dos anos 90, os empresários de Hong Kong iniciaram um processo dramático de industrialização no Delta do Rio das Pérolas. Mais de 6 milhões de pessoas trabalhavam em 20.000 fábricas e em 10.000 empresas. O resultado destes processos sobrepostos foi o de uma 'explosão urbana sem precedentes' (Castells, 1996).

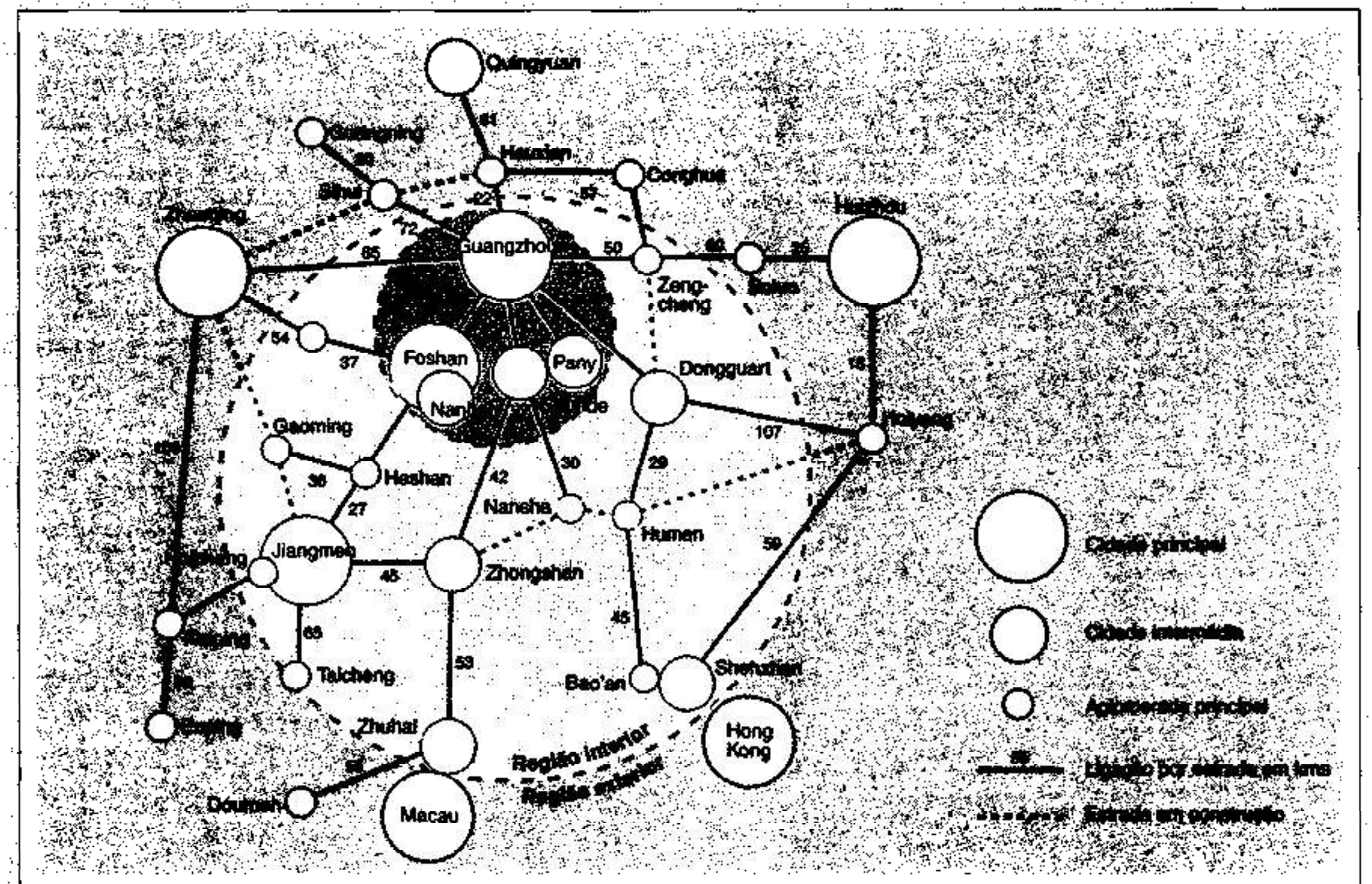


Figura 18.3 A megacidade de Hong Kong-Guangdong

Fontes: M. Castells, *The Rise of the Network Society*, Blackwell, 1996. De J. Borja e M. Castells, *Local and Global*, Earthscan, 1997.

Os desafios do ambiente

A rápida expansão das áreas urbanas no mundo em desenvolvimento difere de forma dramática das cidades no mundo industrializado. Apesar de todas as cidades enfrentarem problemas ambientais, as dos países em desenvolvimento confrontam-se com riscos particularmente severos. Poluição, falta de habitação, saneamento inadequado e reservas de água pouco seguras são problemas crónicos para as cidades nos países menos desenvolvidos.

O alojamento é um dos problemas mais agudos em muitas áreas urbanas. As cidades, como Calcutá e São Paulo, estão muito congestionadas; a taxa de imigração interna é muito elevada para a oferta de habitação existente. Os imigrantes aglomeram-se em zonas ocupadas que proliferam como cogumelos nas orlas das cidades. Nas áreas urbanas do Ocidente, os recém-chegados estabelecem-se normalmente perto dos centros das cidades, mas o inverso tende a acontecer nos países em desenvolvimento, onde os emigrantes povoam o que tem sido designado como a 'franja séptica' das áreas urbanas. Barracas feitas de fibra de cânhamo e juta ou de cartão, montam-se na periferia das cidades, onde quer que haja um pouco de espaço.

Em São Paulo, estima-se que houve uma quebra de 5.4 milhões de casas habitáveis em 1996. Alguns investigadores estimam que esta quebra se eleva aos 20 milhões, se a definição de 'casas habitáveis' for interpretada de forma mais estrita. Desde 1980 o défice crónico da habitação em São Paulo produziu uma onda de 'ocupações' não oficiais de edifícios vazios. Grupos de famílias sem casa iniciaram 'ocupações em massa' em hotéis abandonados, escritórios e edifícios do governo. Muitas famílias acreditam que é melhor partilhar uma cozinha e uma casa de banho com centenas de outras famílias do que viver nas ruas ou nas favelas, em bairros de lata improvisados às portas da cidade.

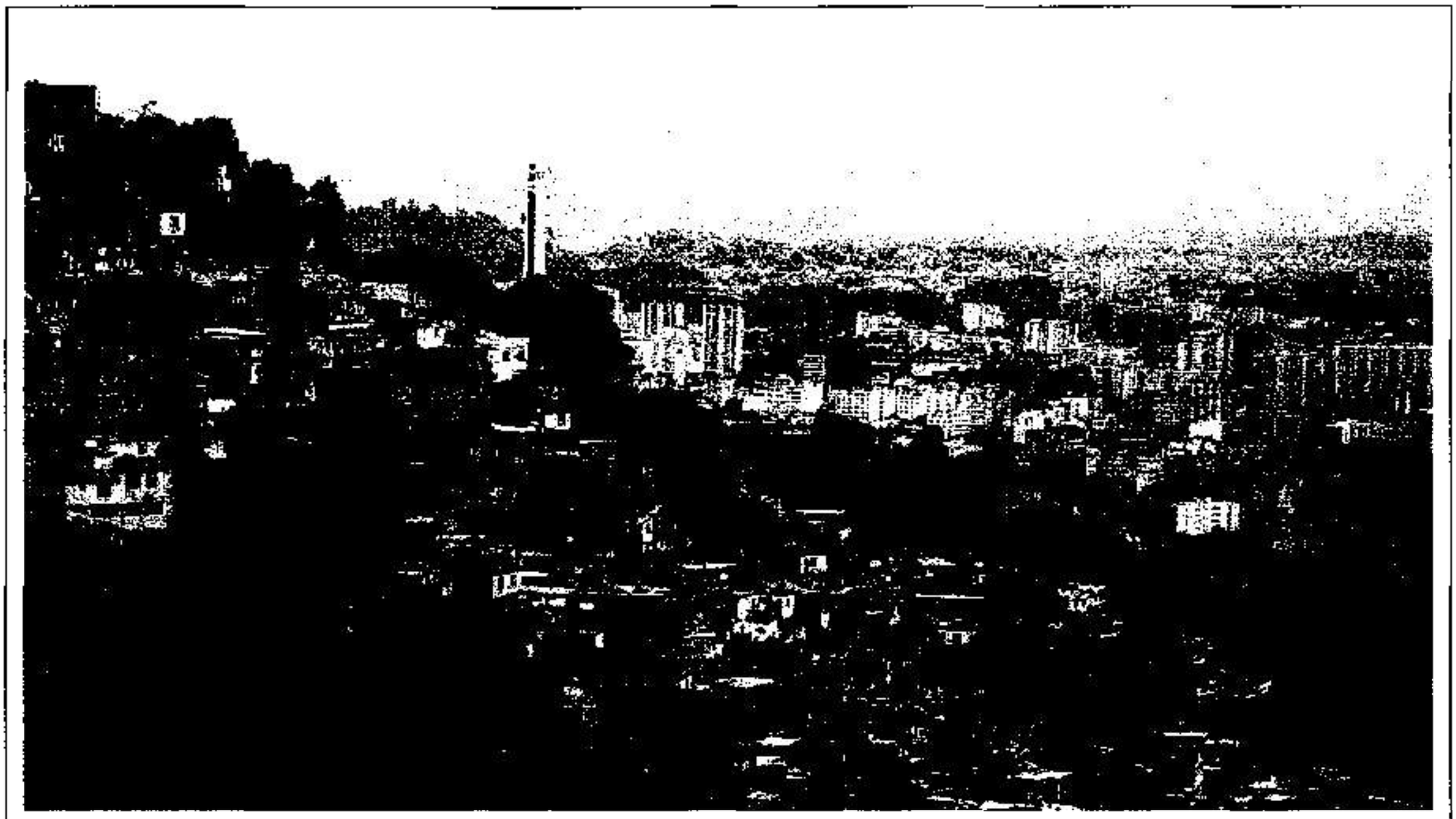
Os governos urbanos e regionais nos países menos desenvolvidos são muito pressionados para acompanharem a procura em espiral de habitação. Em cidades como São Paulo, as autoridades de habitação e os governos locais discordam sobre como enfrentar o problema da habitação. Alguns argumentam que a estrada mais realizável é a de melhorar as condições nas favelas – fornecer electricidade e água corrente, pavimentar as ruas e atribuir endereços postais. Outros temem que os bairros de lata improvisados sejam fundamentalmente inabitáveis e deveriam ser demolidos para darem lugar a habitação própria para as famílias pobres.

O congestionamento e o sobredesenvolvimento nos centros das cidades deu lugar a sérios problemas ambientais em muitas áreas urbanas. A Cidade do México é disso um importante exemplo. Noventa e quatro por cento da Cidade do México consiste em áreas construídas, com apenas 6 por cento de terra não construída. O número de 'espaços verdes' – parques e espaços abertos de terra verde – é muito inferior ao encontrado nas cidades norte-americanas ou europeias mais populosas. A poluição é o maior problema, originada principalmente pelos carros, autocarros e camiões que se amontoam nas ruas inadequadas das cidades, derivando o resto de poluentes industriais. Estima-se que viver na Cidade do México é o equivalente a fumar 40 cigarros por dia. Em Março de 1992 a poluição atingiu o maior nível. Onde um nível de ozono de cerca de menos 100 pontos foi considerado 'satisfatório' para a saúde, naquele mês o nível subiu para os 398 pontos. O governo teve que obrigar algumas fábricas a fechar durante algum tempo, as escolas fecharam e 40 por cento de carros foram proibidos de circular na cidade.

Efeitos sociais

Muitas áreas urbanas nos países em desenvolvimento estão sobrelotadas e sem reservas. A pobreza está disseminada e os serviços sociais existentes não conseguem ir ao encontro das necessidades de assistência médica, de aconselhamento do planeamento familiar, educação e formação. O desequilíbrio da distribuição das faixas etárias nos países em desenvolvimento ajuda às suas dificuldades económicas e sociais.

Comparado com os países industrializados, um número muito maior da população no mundo em desenvolvimento tem idade inferior aos quinze anos. Uma população jovem necessita de apoios e de educação e, durante este período, os jovens não são membros economicamente produtivos. Mas muitos países em desenvolvimento têm falta de recursos que lhes permitam fornecer uma educação universal. Quando as suas famílias são pobres, muitas crianças têm de trabalhar a tempo inteiro ou têm de tentar



A pobreza e a prosperidade que coexistem em cidades como o Rio de Janeiro são evidentes no ambiente construído e nas construções improvisadas.

sobreviver nas ruas, mendigando o que poderem. Quando as crianças de rua crescem, muitas delas tornam-se sem-abrigo ou desempregadas, ou ambas as coisas.

O futuro da urbanização no mundo em desenvolvimento

Ao considerar o objectivo dos desafios que enfrentam as áreas urbanas nos países em desenvolvimento, pode ser difícil perspectivar a mudança e o desenvolvimento. As condições de vida em muitas das maiores cidades do mundo parecem declinar mais nos próximos anos. Mas o quadro não é de todo negativo.

Em primeiro lugar, apesar de, em muitos países, as taxas de natalidade continuarem elevadas, têm uma grande probabilidade de decrescerem nos próximos anos à medida que a urbanização aumenta. Este facto, por sua vez, concretizar-se-á num decréscimo gradual na própria taxa de urbanização. Na África Ocidental, por exemplo, a taxa de urbanização deveria decair para 4,2 por cento por ano por volta de 2020, abaixo de uma taxa de crescimento anual de 6,3 por cento nas últimas três décadas.

Em segundo lugar, a globalização apresenta importantes oportunidades para as áreas urbanas nos países em desenvolvimento. Com a integração económica, as cidades em torno do mundo podem entrar nos mercados internacionais, podem promover-se como locais para o investimento e desenvolvimento e podem criar ligações económicas através das fronteiras dos Estados-Nação. A globalização apresenta uma das aberturas mais dinâmicas para que os centros urbanos em crescimento se tornem em importantes forças no desenvolvimento económico e na inovação. De facto, muitas cidades no mundo em desenvolvimento já se estão a juntar às listas das 'cidades globais' do mundo, como veremos brevemente.

As cidades e a globalização

Nos tempos pré-modernos, as cidades eram entidades autodelimitadas que se mantinham afastadas das áreas predominantemente rurais em que se localizavam. Os sistemas rodoviários uniam, por vezes, as áreas urbanas mais importantes, mas viajar era uma actividade característica de mercadores, soldados e outros que precisavam de atravessar distâncias com alguma regularidade. A comunicação entre as cidades era limitada. No início do século XXI, o quadro é muito diferente. A globalização teve um efeito profundo nas cidades tornando-as mais interdependentes e encorajando a proliferação de ligações horizontais entre as cidades através das fronteiras nacionais. No presente, os laços físicos e virtuais entre as cidades abundam e estão a emergir redes globais de cidades.

Algumas pessoas previram que a globalização e as novas tecnologias da comunicação poderão conduzir ao desaparecimento das cidades tal como as conhecemos. Isto acontece, porque muitas das funções tradicionais das cidades podem agora ser desenvolvidas no ciber-espaço em vez de o serem nas densas e congestionadas áreas urbanas. Por exemplo, os mercados financeiros tornaram-se electrónicos, o comércio eléctronico reduz a necessidade de tanto produtores como consumidores se sediarem no centro das cidades e as 'trocas electrónicas' permitem que um número crescente de empregados trabalhem a partir de casa em vez de num edifício de escritórios.

Contudo, até aí, estas previsões não se esgotaram. Em vez de conduzir ao desaparecimento das cidades, a globalização está a transformá-las em centros vitais na economia global. Os centros urbanos tornaram-se fundamentais na coordenação dos fluxos de informação, na gestão das actividades de negócio e em novos serviços e tecnologias inovadoras. Assistimos a uma *dispersão* e *concentração* simultâneas de actividade e poder num conjunto de cidades em torno do globo (Castells, 1996).

As cidades globais

O papel das cidades na nova ordem global tem atraído a atenção dos sociólogos. A globalização é muitas vezes pensada em termos de dualidade entre o nível nacional e o global. Contudo, são as maiores cidades do mundo que compreendem os principais circuitos através dos quais ocorre a globalização (Sassen, 1998). O funcionamento da nova economia global depende de um conjunto de localizações centrais com infraestruturas de informação desenvolvidas e com uma 'hiperconcentração' de serviços. É nestes locais que o 'trabalho' da globalização é efectuado e dirigido. À medida que os negócios, a produção, a publicidade e o marketing assumem uma escala global, existe uma enorme quantidade de actividade organizativa que tem de ser feita de modo a manter e a desenvolver estas redes globais.

Saskia Sassen foi uma das principais contribuidoras para o debate sobre as cidades e a globalização. Utiliza o termo **cidade global** para se referir aos centros urbanos que são a sede de grandes empresas transnacionais e de uma superabundante oferta de serviços financeiros, tecnológicos e de consultoria. Em *A Cidade Global* (1991), Sassen baseia o seu trabalho no estudo de três destas cidades: Nova Iorque, Londres e Tóquio. Em sua opinião, o desenvolvimento contemporâneo da economia mundial criou um novo papel estratégico para as maiores cidades. A maioria destas são, há muito, centros de comércio internacional, mas têm actualmente quatro novos traços:

1 Transformaram-se em 'pontos de comando' – centros de direcção e de decisão – da economia global.
2 Estas cidades são os lugares-chave onde se encontram as firmas financeiras e de serviços especializados, cuja influência sob o desenvolvimento económico se tornou mais importante do que a produção fabril.
3 São os principais centros de produção e inovação destas novas actividades em expansão recente.
4 São mercados onde os 'produtos' dos sectores financeiros e de serviços são comprados, vendidos ou submetidos a quaisquer outras operações.

Nova Iorque, Londres e Tóquio têm histórias muito diferentes, mas podemos, no entanto, detectar mudanças comparáveis na sua natureza ao longo das últimas duas ou três décadas. Com a economia mundial dos nossos dias, caracterizada por uma elevada dispersão, cidades como estas proporcionam o controlo central de operações cruciais. Segundo Sassen, quanto mais globalizada se torna a vida económica, tanto mais a gestão se concentra em poucos centros de decisão. Todavia, as cidades globais, muito mais do que meros lugares de coordenação, são contextos

de produção. O importante, neste caso, não é a produção de bens materiais, mas a produção de serviços especializados exigidos pelas organizações económicas para administrar escritórios e fábricas dispersos pelo mundo, e a produção de inovações financeiras, bem como os mercados. Os serviços e bens financeiros são as 'coisas' que a cidade global faz.

As 'baixas' das cidades globais proporcionam sítios concentrados, onde grupos inteiros de 'produtores' podem trabalhar em interacção imediata e frequentemente em contacto pessoal entre si. Na cidade global, as firmas locais misturam-se com as organizações nacionais e multinacionais, em que se incluem muitas companhias estrangeiras. Deste modo, há em Nova Iorque escritórios de 350 bancos estrangeiros e de mais duas mil e quinhentas outras sociedades financeiras igualmente estrangeiras. Um empregado bancário em cada quatro na cidade de Nova Iorque trabalha para um banco estrangeiro. As cidades globais competem umas com as outras, mas também constituem um sistema interdependente, parcialmente separado das nações em que se inserem.

Outros autores, que seguiram o trabalho de Sassen, notaram que, à medida que a globalização progride, são cada vez mais as cidades que se juntam a Nova Iorque, Londres e Tóquio na lista das 'cidades globais'. Castells descreveu a criação de uma hierarquia das cidades mundiais – com lugares como Hong Kong, Singapura, Chicago, Francoforte, Los Angeles, Milão, Zurique e Osaka a posicionarem-se como os centros principais de negócios e serviços financeiros. Abaixo destas, estão a desenvolver-se como nós-chave na economia global um novo conjunto de 'centros regionais'. Cidades como Madrid, São Paulo, Moscovo, Seul, Jakarta e Buenos Aires estão a tornar-se em centros importantes para a actividade entre os chamados 'mercados emergentes'.

A cidade e a periferia

A globalização está a alterar a relação entre os grandes centros urbanos e as regiões em que estes se localizam. Em tempos, as cidades representavam as fundações das economias regionais, estavam envolvidas na economia do território que as rodeava e reflectiam o seu perfil. De certa forma ainda assim acontece. As cidades do norte de Itália reflectem a presença própria da concentração da indústria da moda italiana. São Francisco é muito conhecida como um centro de alta tecnologia pela sua proximidade de Silicon Valley. Contudo, na nova economia global, a relação entre as cidades e as áreas circundantes está-se a transformar. As cidades nem sempre estão necessariamente no centro da economia regional. Pelo contrário, ao terem como função ligar os pontos de produção, distribuição e finanças separados no globo, afastam-se crescentemente das áreas circundantes que são altamente periféricas a este processo de crescimento económico.

Um bom exemplo é o da cidade de Nova Iorque, um centro urbano que surge como um gigante sobre o estado de Nova Iorque. As relações entre a *city* e o Estado são, na melhor das hipóteses, indiferentes, na pior das hipóteses abertamente antagónicas. Os habitantes do Estado de Nova Iorque são da opinião de que a cidade absorve uma quantidade desproporcionada de impostos e que os problemas que a assolam tendem a dominar a agenda política do Estado.

Moscovo e as cidades periféricas da Rússia são um exemplo da deslocação entre uma cidade global emergente e o resto da nação como um todo. Para a grande maioria dos Russos que empobreceram desde a queda do comunismo, a relativa prosperidade de Moscovo – a única "cidade verdadeiramente" global da Rússia – é motivo de ressentimento. Moscovo tornou-se o elo principal entre a Rússia e a economia global na última década e a esmagadora maioria do novo investimento na Rússia centralizou-se em Moscovo, à custa das áreas periféricas. À medida que os elos horizontais entre as cidades globais assumem maior importância, o significado relativo dos elos entre a cidade e a região parecem diminuir.

A desigualdade e a cidade global

A nova economia global é muito problemática de muitas maneiras. Em mais lado algum isto pode ser mais claro do que nas novas dinâmicas das desigualdades visíveis na cidade global. A justaposição entre o centro de negócios da cidade e as zonas centrais empobrecidas de muitas cidades globais deveriam ser vistas como fenómenos inter-relacionados, tal como nos lembram Sassen e outros. Os "sectores em crescimento" da nova economia – serviços financeiros,

marketing, alta tecnologia – retiram lucros muito maiores do que quaisquer outros encontrados nos sectores tradicionais da economia. À medida que os salários e as gratificações dos muito ricos continuam a subir, os salários dos empregados que limpam e vigiam os seus gabinetes estão a descer. Sassen argumenta que estamos a testemunhar a "valorização" do trabalho localizado na frente da nova economia global, e a "desvalorização" do trabalho que se desenrola por detrás do cenário (1998).

As disparidades na capacidade de produção de lucro são esperadas nas economias de mercado, mas a grandeza destas disparidades na nova economia global tem tido um efeito negativo em muitos aspectos do mundo social, da habitação ao mercado de trabalho. Os que trabalham na economia e nos serviços globais usufruem salários elevados e as zonas em que habitam são gentrificadas. Ao mesmo tempo, os trabalhos de produção mais ortodoxos perdem-se e o próprio processo de gentrificação cria um vasto conjunto de salários de baixo custo – em restaurantes, hotéis e boutiques. A habitação com preços acessíveis é rara nas zonas gentrificadas, forçando a expansão de bairros de baixos rendimentos. Enquanto as zonas centrais de negócio são os recipientes de fluxos maciços de investimento em imobiliário, desenvolvimento e telecomunicações, as zonas marginalizadas são deixadas com poucos recursos.

Nas cidades globais, está a tomar forma uma geografia de "centralidade e marginalidade" – tal como revelou o estudo de Mitch Duneier sobre Greenwich Village de Nova Iorque. Paralelamente a uma afluência resplandecente existe uma forte pobreza. Apesar destes dois mundos coexistirem, o contacto habitual entre eles pode ser surpreendentemente mínimo. Tal como notou Mike Davis no seu estudo sobre Los Angeles, houve um '"endurecimento consciente da cidade contra os pobres" (1990: 232). Os espaços públicos acessíveis foram substituídos por complexos fechados, bairros guardados pela vigilância electrónica, e "cidadelas corporativas". Nas palavras de Davis:

> Para reduzir o contacto com os intocáveis, o redesenvolvimento urbano converteu as outrora vitais estradas pedestres em esgotos e transformou os parques públicos em receptáculos temporários para os pobres e os sem-abrigo. A cidade Americana ... está a ser virada do avesso de forma sistemática – ou, antes, de fora para dentro. Os espaços valorizados das novas mega-estruturas e dos super centros comerciais concentram-se no centro, as fachadas das ruas são desnudadas, a actividade pública é seleccionada em compartimentos estritamente funcionais, e a circulação é internalizada em corredores sob a admiração da política privada (1990: 226).

Segundo Davis, a vida torna-se "insuportável" para os residentes mais pobres e mais marginalizados de Los Angeles. Os bancos nas paragens de autocarro têm a forma de barras para impedir que as pessoas durmam neles; o número de casas de banho públicas é menor do que em qualquer outra cidade da América do Norte e, em muitos parques, foram instalados sistemas de aspersão para dissuadirem os sem-abrigo de aí viverem. A polícia e urbanistas das cidades tentaram conter a população dos sem-abrigo em certas regiões da cidade mas, ao trocarem e confiscarem periodicamente abrigos improvisados, criaram efectivamente uma população de "beduínos urbanos".

Governar as cidades na era global

Tal como a globalização, a urbanização tem efeitos tanto criativos como destrutivos nas cidades. Por um lado, permite a concentração das pessoas, bens, serviços e oportunidades. Mas, ao mesmo tempo, fragmenta e enfraquece a coerência dos locais, tradições e redes existentes. A par dos novos potenciais criados pela centralização e pelo crescimento económico estão os perigosos efeitos da marginalização. Não só nos países em desenvolvimento, mas também nos industrializados, muitos habitantes operam na periferia, fora dos domínios do emprego formal, da lei e da cultura cívica (Borja e Castells, 1997).

Gerir o Global

Apesar de a globalização estar a agravar muitos dos desafios que afrontam as cidades em torno do mundo, também tem dado espaço para que as cidades e os governos locais desempenhem um papel político revitalizado. As cidades que se tornaram mais importantes do que nunca como Estados-nação são crescentemente incapazes de gerir as tendências globais. Temas como o risco ecológico e a volatilidade dos

mercados financeiros operam a níveis muito acima dos do Estado-nação. Os países, mesmo os mais poderosos, são muito "pequenos" para conter estas forças. Contudo, os estados-nação também continuam a ser muito "grandes" para chegarem adequadamente às necessidades encontradas nas áreas urbanas cosmopolitas. Onde o Estado-nação é incapaz de agir efectivamente, os governos locais e das cidades podem representar formas mais "ágeis de gerir o global" (Borja e Castells, 1997).

Consultar também o aparecimento dos movimentos sociais em resposta à "Mudança Política e Social" na pág. 442

Jordi Borja e Manuel Castells argumentam que existem três campos principais nos quais as autoridades locais podem agir efectivamente para gerir as forças globais (1997). Em primeiro lugar, as cidades contribuem para a *produtividade económica* e para a concorrência ao gerir o 'habitat' local – as condições e serviços que formam a base social para a produtividade económica. A competitividade económica na nova economia depende de uma força de trabalho qualificada produtiva; para ser produtiva, esta força de trabalho necessita de um forte sistema educacional para as suas crianças, bons transportes públicos, habitação adequada e económica, aplicação da lei capaz, serviços de emergência efectivos e recursos culturais interessantes.

Em segundo lugar, as cidades desenvolvem um importante papel em assegurar a *integração sociocultural* entre as várias populações multi-étnicas. As cidades globais trazem indivíduos de dezenas de países, várias religiões e origens linguísticas e níveis socioeconómicos diferentes. Se o intenso pluralismo encontrado nas cidades cosmopolitas não for contrariado pelas forças da integração, poderão daí resultar a fragmentação e a intolerância. Em particular nos casos onde a eficácia dos estados-nação na promoção da coesão social é comprometida por razões históricas, linguísticas ou outras, as cidades podem ser forças positivas para a integração social.

Em terceiro lugar, as cidades são importantes forças para a *representação* e *gestão política*. As autoridades locais têm duas vantagens inerentes sobre o Estado-nação em gerir os temas globais: gozam de maior legitimidade junto de quem representam, e têm maior flexibilidade e espaço de manobra do que as estruturas nacionais. Como aprendemos no capítulo 14 ("Governo e Políticas"), muitos cidadãos sentem que os sistemas políticos não representam de forma adequada os seus interesses e preocupações. Em casos em que o Estado-nação está muito distante para representar interesses culturais e regionais específicos, a cidade e as autoridades locais são fóruns mais acessíveis para a actividade política.

As cidades como agentes políticos, económicos e sociais

Nas cidades, um grande número de organizações, instituições e grupos cruzam caminhos. Negócios nacionais e internacionais, investidores potenciais, corpos governamentais, associações cívicas, grupos profissionais, sindicatos e outros encontram-se e formam elos nas áreas urbanas. Estes elos podem conduzir a acções colectivas e conjuntas nas quais as cidades actuam como agentes sociais nas esferas políticas, económicas, culturais e nos media.

Nos últimos anos, têm vindo a aumentar exemplos de cidades como actores económicos. Na Europa, com o início da recessão nos anos 70, as cidades uniram-se para promoverem o investimento e gerarem novas formas de emprego. O movimento das Eurocidades que, presentemente, inclui as cinquenta maiores cidades da Europa foi formado em 1989. As cidades asiáticas, tal como Seul, Singapura e Banguecoque têm sido particularmente eficazes como actores económicos, reconhecendo a importância da velocidade da informação nos mercados internacionais e a necessidade de estruturas produtivas e comerciais flexíveis.

Algumas cidades construíram planos de médio e longo prazo para enfrentar os complexos desafios com que se deparam. Com estes planos, as autoridades governativas locais, os grupos civis e os agentes económicos privados, podem trabalhar em conjunto para renovar a infraestrutura urbana, organizar um evento à escala mundial ou afastar o centro de trabalho das empresas industriais para as empresas que se baseiam no conhecimento/informação. Birmigham, Amsterdão, Lyon, Lisboa, Glasgow e Barcelona são exemplos de cidades europeias que desenvolveram planos de renovação urbanísticos com a ajuda de planos estratégicos.

O caso de Barcelona merece uma atenção particular. Lançado em 1988, o Plano Económico e Social Estratégico de Barcelona, conjugou organizações públicas e privadas sob uma visão partilhada e um plano de acção para transformar a cidade. O governo municipal de Barcelona e dez corpos adicionais (incluindo a câmara do comércio, a universidade, a autoridade portuária da cidade e os sindicatos) estão a fiscalizar a implementação dos três objectivos principais do plano: ligar Barcelona a uma rede de cidades europeias melhorando a infraestrutura das comunicações e dos transportes; melhorar a qualidade de vida dos habitantes de Barcelona; e tornar o sector industrial e de serviços mais competitivo, ao mesmo tempo que promovem novos sectores económicos promissores.

Um dos pilares do plano de Barcelona 2000 teve lugar em 1992 quando a cidade recebeu os Jogos Olímpicos. A realização dos Jogos Olímpicos em Barcelona permitiu a Barcelona "internacionalizar-se"; os recursos e a visão da cidade estavam à vista para que fossem vistos por todo o mundo. No caso de Barcelona, organizar um evento à escala mundial foi crucial em duas frentes: valorizou o perfil da cidade aos olhos do mundo e gerou entusiasmo adicional na própria cidade para concluir a transformação urbana (Borja e Castells, 1997).

O papel dos presidentes da câmara

À medida que as cidades assumem uma nova importância no sistema global, o papel dos presidentes da câmara também está a mudar. Os presidentes da câmara das grandes cidades são capazes de dar uma liderança personalizada que pode ser crucial na promoção das agendas urbanas e promover um perfil internacional das cidades. Os presidentes da câmara de Lisboa e Barcelona, por exemplo, estavam a desenvolver esforços para elevar as suas cidades ao nível dos maiores centros urbanos mundiais. Da mesma forma, os presidentes das câmaras das cidades mais pequenas podem ter um papel crucial em fazer com que a cidade seja conhecida internacionalmente e na atracção de novos investimentos económicos.

Na Grã-Bretanha a importância crescente dos presidentes das câmaras não passou despercebida. Depois de terem chegado ao poder, em 1997, o governo do Novo Partido Trabalhista anunciou a sua intenção de entregar os problemas de Londres ao presidente da Câmara municipal. Desde a abolição do Greater London Council pela Mrs Tatcher, a cidade não tinha a sua administração local. Como parte da devolução do poder às autoridades regionais no Reino Unido, o conhecimento do governo de que as necessidades especiais da capital de Inglaterra seriam geridas de forma mais eficaz através de um sistema de presidência da câmara.

Nos Estados Unidos, os presidentes das câmaras tornaram-se numa força económica e política em décadas recentes. Os presidentes das câmaras norte-americanos foram, tradicionalmente, obrigados a trabalhar dentro dos parâmetros financeiros e políticos definidos pelo governo federal em Washington. Em vez de introduzirem novas políticas nas suas próprias cidades, os presidentes das câmaras tendiam para lutar e proteger os programas de direito federal e os grupos de interesse preocupados com questões urbanas. Contudo, à medida que o alcance (objectivo) dos problemas urbanos cresceu de forma mais intensa sob a liderança conservadora dos presidentes Reagan e Bush, os presidentes das câmaras começaram a juntar atenções para as necessidades específicas das grandes cidades. A Conferência de Presidentes de Câmara juntou os presidentes das maiores cidades para promoverem temas como a execução da lei e a necessidade de alianças entre o comércio e os governos locais.

Os presidentes da Câmara, como Richar Daly em Chicago e Dennis Archer em Detroit, lançaram reformas educativas ambiciosas para melhorar a qualidade das escolas das cidades e para prevenir futuras "fugas para os subúrbios" de Nova Iorque. O presidente da câmara de Nova Iorque, Rudolph Giuliani, produziu uma tempestade de controvérsia – mas ganhando o respeito de muitos – ao implementar taxas de crime. A taxa de crime violento em Nova Iorque decaiu muito durante os anos 90; rígidas políticas de "qualidade de vida" destinadas às populações dos sem-abrigo transformaram a face das atarefadas ruas de Nova Iorque. À medida que a violência relacionada com as armas disparou nas cidades norte-americanas, mais de vinte presidentes de Câmara abandonaram a sua confiança nas tentativas federais para aprovarem a legislação sobre o controlo de armas e apresentaram queixa contra os seus produtores em nome das suas cidades.

Nos Estados Unidos e em outros países, os presidentes da Câmara gozam de uma crescente influência como porta-vozes das suas cidades e regiões. Os presidentes da câmara são muitas vezes capazes de moldar a agenda política para áreas que estão fora dos limites das cidades, entrando em acordo com as comunidades da área metropolitana. Este tipo de alianças podem atrair investimento estrangeiro, por exemplo, ou contribuir para a organização de eventos mundiais tornando estas cidades nas suas anfitriãs.

Conclusão: as cidades e a governação global

A cooperação entre as cidades não se restringe ao nível regional. Existe uma consciência crescente de que as cidades podem e devem ter um papel significativo em definir assuntos internacionais políticos, económicos e sociais. Redes informais e formais de cidades estão a emergir à medida que as forças da globalização aproximam zonas do mundo. Os problemas enfrentados pelas maiores cidades do mundo não são isolados; estão incluídos no contexto maior da economia global, migração internacional, novos padrões de comércio e poder da tecnologia de informação.

Noutro ponto reparamos que as complexidades do nosso mundo em mudança exigem novas formas de governo democrático internacional. As redes das cidades deveriam figurar de forma proeminente entre estes novos mecanismos. Uma estrutura como esta já existe – a Assembleia Mundial das Cidades e das Autoridades Locais é organizada em simultâneo com a Conferência sobre Habitat das Nações Unidas. Corpos como a Assembleia Mundial prometem permitir a integração gradual das organizações das cidades em estruturas presentemente compostas por governos nacionais.

O forte envolvimento das cidades tem o potencial de democratizar as relações internacionais; pode também torná-las mais eficientes. À medida que a população urbana mundial continua a crescer, cada vez mais as políticas e as reformas terão de ser direccionadas para as populações que habitam em zonas urbanas. Os governos das cidades serão parceiros necessários e vitais nestes processos.

1 Nas sociedades tradicionais, só uma pequena minoria da população vivia em áreas urbanas. Actualmente, nos países industrializados, 60 a 90 por cento da população vive em áreas urbanas. A urbanização também se está a desenvolver rapidamente nas sociedades em desenvolvimento.

2 As primeiras abordagens da Sociologia Urbana foram dominadas pelo trabalho da Escola de Chicago, cujos membros viam os processos urbanos em termos de modelos ecológicos provenientes da biologia. Louis Wirth desenvolveu o conceito do urbanismo como modo de vida, defendendo que a vida nas cidades alimenta a impessoalidade e a distância social. Estas abordagens foram contestadas, mas nunca foram totalmente postas de lado. Os críticos sublinharam que a vida nas cidades nem sempre é impessoal: nos bairros urbanos podem-se formar e manter muitos laços pessoais de proximidade.

3 O trabalho mais recente de David Harvey e Manuel Castells relaciona as características do urbanismo com a sociedade envolvente, em vez de tratar os processos urbanos como independentes. Os modos de vida que as pessoas desenvolvem nas cidades, bem como o aspecto físico dos diferentes bairros, exprimem características mais amplas do desenvolvimento do capitalismo industrial.

4 A expansão dos subúrbios e das cidades-dormitório tem contribuído para a decadência dos centros urbanos. Os grupos mais prósperos e o comércio tendem a mudar-se para longe do centro, a fim de poderem beneficiar de impostos locais mais baixos. Desta forma, estabelece-se um ciclo de deterioração, no qual quan-

to mais se expandem os subúrbios, maiores são os problemas dos que vivem nos centros das cidades. A reciclagem urbana – a remodelação de velhos edifícios para lhes dar novos usos – tornou-se comum em muitas grandes cidades.

5 Estão a desenrolar-se nos países em desenvolvimento processos maciços de desenvolvimento urbano. As cidades dessas sociedades diferem, em muitos aspectos, das do Ocidente e são frequentemente dominadas pela construção desordenada e ilegal de habitações clandestinas, onde as condições de vida são de uma pobreza extrema. A economia informal é pronunciada em muitas cidades nos países em desenvolvimento. Muitas vezes os governos não conseguem responder à procura crescente da população para a educação, saúde e planeamento familiar.

6 As cidades são fortemente influenciadas pela globalização. As cidades globais são centros urbanos, tais como Nova Iorque, Londres e Hong Kong, que são a sede de grandes corporações e são superabundantes em serviços financeiros, tecnológicos e de consultoria. Um conjunto de cidades regionais, tais como Seul, Moscovo e São Paulo, estão-se a desenvolver como nós-chave da economia global.

7 À medida que as cidades se tornam mais importantes na economia global, a sua relação com as regiões periféricas altera-se. As cidades desligam-se da região e da nação em que se localizam e as ligações horizontais com outras cidades assumem grande significado. As cidades globais caracterizam-se por grandes graus de desigualdade. Coexistem grandes riquezas e pobreza abjecta lado a lado, mas o contacto entre os dois mundos pode ser mínimo.

8 O papel das cidades como agentes políticos e económicos está a aumentar. Os governos das cidades estão posicionados para gerir os efeitos de alguns assuntos globais melhor do que os governos nacionais. As cidades podem contribuir para a produtividade económica e para a competitividade, promover a integração social e cultural e servir como pontos de encontro acessíveis para a actividade económica. Algumas cidades elaboram planos estratégicos para promoverem o perfil da cidade ao acolherem um acontecimento mundial ou ao promoverem a renovação urbana ou programas de desenvolvimento económico. Os presidentes das Câmaras das cidades estão a tornar-se em importantes forças políticas na produção de agendas urbanas.

9 À medida que a globalização progride, é provável que aumente o papel das cidades na definição de questões internacionais. Isto sucede, porque muitos dos problemas que atingem as grandes cidades estão ligados a temas globais tais como a integração económica, a migração, o comércio, a saúde pública e a tecnologia de informação. Estão a emergir redes regionais e internacionais de cidades que poderão envolver-se em formas de governação global correntemente compostas por Estados-nação.

PARA REFLEXÃO

1 Porque é que Greenwich Village em Nova Iorque evoca tudo o que de melhor e pior existe no espaço urbano?

2 Qual é a influência da Escola de Chicago no pensamento mais recente acerca da vi 'a urbana?

3 Porque é que os grupos entram em conflito pelos recursos nas cidades?

4 Porque é que as tentativas de renovação urbana no Reino Unido não foram mais bem sucedidas?

5 Deveriam as 'megacidades' do terceiro mundo deixar de urbanizar em virtude das condições sociais opressivas que este processo cria?

6 Porque é que houve um recente entusiasmo pelo conceito de eleição dos Presidentes das Câmaras?

ADICIONAIS

John Caulfiel ˙ e ˙ in ˙a Peake (coor ˙.s), *˙ity Lives an ˙ ˙ity Forms: ˙ritical Research and Canadian Urbanism* (Toronto: University of Toronto Press, 1996)

James Donald, *Imagining the Modern City* (Londres: Athlone, 1999)

Nan Ellin, *Postmodern Urbanism* (Oxford: Blackwell, 1995)

Setha M. Low (coord.), *Theorizing the City: The New Urban Anthropology Reader* (New Brunswick: Rutgers University Press, 1999)

William J. Mackey, Janet Fredericks e **Marcel A. Fredericks**, *Urbanism and Delinquency: Compromising the Agenda for Social Change* (Lanham: University Press of America, 1993)

Peter Marcuse e **Ronal van Kempen** (coord.s), *Globalizing Cities: A New Spatial Order?* (Oxford: Blackwell, 2000)

À INTERNET

London Research Center
www.london-research.gov.uk/Lrcinf.htm

OneWorld International Foundation – the city
www.oneworld.org/guides/thecity

Sustainable architecture, building and culture
www.sustainableabc.com

University of Leicester, Centre for Urban History
http://www.le.ac.uk/urbanhist/index.html

Urban Institute (Washington DC)
http://www.urban.org

19 Crescimento da População e Crise Ecológica

O crescimento da população mundial 605
Análise da população: a demografia 605
Dinâmicas de mudança na população 605
O crescimento da população no mundo em vias de desenvolvimento 606
A transição demográfica 610
Projecções do crescimento da população para o futuro 610

O impacto humano no mundo natural 611
Preocupações com o ambiente: existem limites para o crescimento? 612
O desenvolvimento sustentável 613
Consumo, pobreza e ambiente 614

Fontes de ameaça 614
Poluição e desperdício 615
O esgotamento dos recursos 619

O risco e o ambiente 623
O aquecimento global 623
Os alimentos geneticamente modificados 628

Olhando para o futuro 633

O ambiente: um tema sociológico? 634
Sumário 634
Questões para reflexão 636
Leituras adicionais 636
Ligações à Internet 636

Capítulo 19: Crescimento da População e Crise Ecológica

As taxas de natalidade das sociedades pré-modernas eram muito elevadas por comparação com os padrões do mundo industrializado de hoje. Apesar de tudo, o crescimento populacional manteve-se bastante baixo até ao século XVIII porque existia em geral um equilíbrio entre a natalidade e a mortalidade. A tendência geral dos números era ascendente e, se algumas vezes existiam períodos de maior crescimento populacional, estes eram logo seguidos pelo aumento das taxas de mortalidade. Pragas e epidemias, por exemplo, poderiam dizimar muitas vidas num só ano. Na Europa medieval, quando as colheitas eram más, os casamentos eram adiados e o número de nascimentos baixava, enquanto a mortalidade aumentava. Estas tendências complementares reduziam o número de bocas para alimentar. O ritmo do crescimento da população no mundo pré-moderno era regido por um determinado tipo de auto-regulação.

Durante o período de ascensão do industrialismo, muitos esperaram a chegada de uma nova era em que a escassez seria um fenómeno do passado. Supunha-se, em geral, que o desenvolvimento da indústria moderna daria lugar a uma nova era de abundância na qual a qualidade de vida iria subir. No seu famoso trabalho de 1798, *Essay on the Principle of Population* (*Ensaio sobre o Princípio da População*) Thomas Malthus criticou estas ideias e iniciou um debate, que continua até ao presente, em torno da relação entre a população e os recursos alimentares (Malthus, 1976). Na altura em que Malthus escreveu este livro, a população europeia crescia rapidamente. Malthus salientou que, enquanto o aumento da população é exponencial, a alimentação depende de recursos fixos que apenas podem aumentar se se cultivarem mais terras. Portanto, o crescimento da população tende a superar os meios de subsistência disponíveis. O fim inevitável é a fome que, combinada com a influência das guerras e das pragas, actua como um limite natural ao crescimento da população. Malthus previu que os seres humanos viveriam sempre em circunstâncias de miséria e de fome, a não ser que praticassem o que designou como "restrição moral". A sua cura para o excesso do crescimento da população residia na limitação estrita da frequência das relações sexuais.

Durante algum tempo, o **Malthusianismo** foi ignorado, pois o crescimento da população nos países ocidentais seguiu um padrão muito diferente do prognosticado por Malthus. As taxas de crescimento da população nestes países abrandaram nos séculos XIX e XX. De facto, nos anos 30 do século XX, existiam sérias preocupações acerca do declínio populacional em muitos países industrializados. Contudo, o recrudescimento do seu crescimento no século XX voltou a dar algum crédito às perspectivas de Malthus, apesar de poucos as apoiarem na sua versão original. O aumento da população nos países menos desenvolvidos parece estar a ultrapassar os recursos que esses países podem gerar para a alimentar. As projecções de longo alcance feitas pelas Nações Unidas sugerem que a população mundial chegará aos 10 mil milhões de pessoas no final do século XXI. A maioria deste aumento da população terá lugar no mundo desenvolvido.

O receio de que a escassez e a fome poderão acompanhar o crescimento da população não é descabido. O seu aumento repentino representará uma enorme pressão tanto sobre o ambiente natural como sobre as infraestruturas físicas de muitas partes do mundo. O progresso em termos de desenvolvimento económico e do aumento do nível de vida nos países em vias de desenvolvimento poderá ser significativamente atrasado pelas exigências de uma população em crescimento.

Contudo, o crescimento da população é apenas um dos factores que afecta a escassez em muitos países do mundo. Os padrões do consumo global e as atitudes face ao ambiente natural têm um impacto enorme sobre os recursos disponíveis em todo o mundo. Como aprendemos ao longo deste livro, as sociedades humanas tornaram-se mais interdependentes do que nunca. Enquanto viajantes da "nave terra", qualquer que seja o lugar onde vivemos, somos todos afectados por mudanças que influem no mundo natural. Neste capítulo examinaremos as inter-relações

entre o crescimento da população, o consumo humano e o uso dos recursos ambientais. As tendências actuais representam um sério risco para o bem-estar futuro das sociedades humanas em qualquer local, caso não sejam contidas. O grau de rapidez e criatividade com que formos capazes de responder a estes desafios é de crucial importância para todos nós.

O crescimento da população mundial

Ao longo dos anos, foram efectuadas dezenas de previsões acerca das consequências potencialmente catastróficas de um crescimento contínuo da população. Nos anos 60 do século XX, estimava-se que se as taxas actuais do crescimento não fossem controladas, existiriam 60.000.000.000.000.000 (60 quadrilhões) de pessoas no planeta terra daqui a 900 anos! Este número seria o equivalente a cento e vinte pessoas por metro quadrado da superfície terrestre, incluindo a terra e a água. É claro que este quadro não passava de uma ficção de pesadelo para concentrar a atenção na importância do crescimento da população. Mas, como veremos, as preocupações que suscitou são reais.

Foram necessários 10.000 anos para a população mundial atingir mil milhões de pessoas. Foi apenas necessário um século – de 1800 a 1900 – para que a população duplicasse para 2 mil milhões. No século XX, vimos este número triplicar para aproximadamente 6 mil milhões. Por isso, não é surpreendente, que muitas pessoas se preocupem com o que nos reserva o século XXI. Se a população mundial continuar a crescer como até aqui, chegará a níveis intoleráveis daqui a quarenta ou cinquenta anos. Como é que as sociedades humanas irão gerir estas mudanças? E como é que o planeta será afectado?

Análise da população: a demografia

Chamamos **demografia** ao estudo da população. O termo foi inventado há cerca de um século e meio, numa altura em que as nações começaram a recolher estatísticas oficiais sobre a natureza da população e a sua distribuição. A demografia ocupa-se da medição do tamanho das populações e com as explicações do seu aumento ou declínio. Os padrões demográficos são orientados por três factores: nascimentos, mortes e migrações. Normalmente a demografia é tratada como um ramo da sociologia porque os factores que influenciam o número de nascimentos e de mortes num dado grupo ou sociedade, bem como as migrações da população, são, em larga medida, sociais e culturais.

Muito do trabalho demográfico tende a ser estatístico. Hoje em dia, todos os países industrializados reúnem e analisam estatísticas básicas sobre a sua população (inquéritos sistemáticos delineados para conhecer a população de um dado país). Contudo, ainda que estes dados sejam recolhidos de forma rigorosa, mesmo nestes países as estatísticas demográficas não são totalmente exactas. No Reino Unido, existe um censo exaustivo de dez em dez anos e, regularmente, são conduzidos estudos sobre amostras da população. Contudo, por várias razões, muitas pessoas não estão registadas nas estatísticas oficiais da população, incluindo-se nelas os imigrantes ilegais, as pessoas sem abrigo, as pessoas de passagem e outros que, por uma razão ou por outra, omitem o seu registo.

Em muitos países menos desenvolvidos, em particular nos que têm registado recentemente elevadas taxas de crescimento populacional, as estatísticas demográficas são muito menos fiáveis. Por exemplo, alguns demógrafos estimaram que os nascimentos e as mortes registadas na Índia podem representar apenas cerca de três quartos dos totais actuais (Cox, 1976). A precisão das estatísticas oficiais é ainda mais baixa nos países da África Central.

Dinâmicas de mudança na população

As taxas de crescimento ou de declínio da população são medidas subtraindo o número de mortes por mil, num dado período, a um número de nascimentos por mil – e são normalmente calculadas anualmente. Alguns países europeus têm taxas de crescimento negativas – por outras palavras, a sua população está a diminuir. Virtualmente, todos os países industrializados têm taxas de crescimento inferiores a 0,5 por cento. As taxas de crescimento populacional eram elevadas nos séculos XVIII e XIX na Europa e nos Estados Unidos mas, desde então, têm estabilizado. Hoje em dia muitos países menos desenvolvidos têm taxas entre 2 e 3 por cento (vide figura 19.1). Estes números podem não parecer muito diferentes das

Conceitos básicos de demografia

Taxa bruta de natalidade: o número de nascimentos anuais por mil habitantes. As taxas brutas de nascimento são estatísticas muito gerais úteis para estabelecer comparações entre diferentes grupos, sociedades e regiões.

Fertilidade: o número de nados-vivos que uma mulher pode ter em média. A taxa de fertilidade é calculada normalmente como a média de nascimentos por cada mil mulheres em idade de ter filhos.

Fecundidade: o número potencial de crianças que uma mulher biologicamente capaz pode ter. Para uma mulher normal é fisicamente possível ter um filho por ano durante o período em que é capaz de conceber. Embora possam existir muitas famílias nas quais uma mulher pode ter vinte ou mais filhos, as taxas de fertilidade são sempre, na prática, muito mais baixas do que as taxas de fecundidade porque os factores sociais e culturais limitam a reprodução.

Taxa bruta de mortalidade: o número anual de mortes numa população por cada mil habitantes. Também se designa simplesmente como taxa de mortalidade.

Mortalidade infantil: o número de bebés por cada mil nascimentos num ano que morrem antes de atingir um ano de idade.

Esperança de vida: o número médio de anos que uma pessoa pode esperar viver. A esperança de vida aumentou na maioria das sociedades em todo o mundo ao longo do século passado.

Duração de vida: o número máximo de anos que um indivíduo poderia viver.

taxas dos países industrializados mas, de facto, a diferença é enorme.

A razão reside no facto de o crescimento da população ser exponencial. Existe um mito Persa que ajuda a ilustrar este ponto. Um cortesão pediu ao seu soberano para o recompensar pelos seus serviços, pedindo que por cada serviço prestado lhe desse o dobro de grãos de arroz do que antes recebia, começando com um único grão num quadrado de um tabuleiro de xadrez. Acreditando tratar-se de uma boa proposta, o rei ordenou que assim fosse. Ao vigésimo primeiro quadrado, o armazém real estava vazio. O quadragésimo quadrado requeria 10 mil milhões de grãos de arroz (D. H. Meadows, *et al.* 1974). Por outras palavras, começando com um item e duplicando-o, duplicando o seu resultado e por aí fora, rapidamente se chega a um número enorme: 1:2:4:8:16:128, etc. – em sete operações o número aumentou 128 por cento. O mesmo princípio aplica-se ao crescimento da população. Podemos medir este efeito através do período de duplicação, o período de tempo que a população leva para duplicar. Um crescimento populacional de 1 por cento produzirá um duplicar dos números em setenta anos. Com dois por cento de crescimento, a população duplicará em trinta e cinco anos, enquanto com três por cento duplicará em vinte e três anos.

O crescimento da população nos países em vias de desenvolvimento

Virtualmente todos os países industrializados têm hoje pequenas taxas de natalidade e de mortalidade em comparação com o registado no passado. Então porque é que a população mundial aumentou de forma tão dramática? Na maioria dos países menos desenvolvidos, houve um rápido decréscimo da mortalidade, em virtude da introdução relativamente rápida da medicina moderna e dos métodos de higiene. Mas as taxas de nascimento continuam elevadas.

Esta combinação fez com que a estrutura etária dos países menos desenvolvidos seja completamente diferente da dos países industrializados. Na Cidade do México, por exemplo, quarenta e cinco por cento da população tem menos de quinze anos. Nos países industrializados, apenas um quarto da população faz parte deste grupo etário. O desequilíbrio na distribuição etária dos países em vias de desenvolvimento contribui para as suas dificuldades sociais e económicas. As crianças consomem muitos recursos nos campos da saúde e da educação numa altura em que elas próprias ainda não são produtivas em termos económicos.

Uma população que tenha um número desproporcionado de jovens continuará a crescer mesmo se a taxa de fertilidade cair subitamente. O número de raparigas a chegar à idade de procriação aumentará, de forma que um grande número de bebés irá nascer e, mesmo que o tamanho da família diminua, o nível de crescimento da população continuará acima do zero.

A fertilidade continua a ser elevada nas sociedades menos desenvolvidas porque se mantêm as atitudes tradicionais relativas ao tamanho da família. Ter um grande número de crianças é ainda muitas vezes considerado algo de desejável, já que estas são uma fonte de trabalho nas explorações agrícolas familiares. Algumas religiões ainda se opõem ao controlo de natalidade ou proclamam como ideal ter muitos filhos. Em muitos países a contracepção é rejeitada pelos líderes islâmicos e pela igreja católica, cuja influência é especialmente marcante na América Central e do Sul. As próprias autoridades políticas nem sempre favoreceram a redução da fertilidade. Em 1974 os contraceptivos foram banidos da Argentina como parte de um programa para duplicar a população do país tão rapidamente quanto possível, tendo em vista desenvolver a sua força económica e política.

Contudo, em alguns países menos desenvolvidos deu-se finalmente um declínio nos níveis de fertilidade. Um exemplo é a China, que actualmente tem uma população de mais de mil duzentos e cinquenta milhões de pessoas – quase um quarto da população mundial. O governo chinês estabeleceu um dos programas mais caros de controlo de população, jamais desenvolvido por outro país, com o objectivo de estabilizar os números da população próximos do seu nível actual. O governo institui incentivos (como melhor habitação e saúde e educação gratuitas) para promover famílias com apenas um filho, enquanto as famílias que têm mais de uma criança têm dificuldades especiais (os ordenados são reduzidos a quem tiver um terceiro filho). Em resposta a este programa governamental, algumas famílias foram ao extremo de matarem as suas filhas de modo a que o seu filho único fosse rapaz. Existem provas de que a dura política anti-natalidade desencadeada pela China teve um impacto substancial na sua população (Mirsky, 1982). Contudo, também existe muita resistência no país. As pessoas têm relutância em olhar para os pais com apenas uma criança como uma verdadeira família. Fora da China este programa também teve um apoio limitado: o programa exige um grau de contro-

Cartazes de planeamento familiar no Vietname mostram uma família miserável numerosa e uma mais pequena e satisfeita.

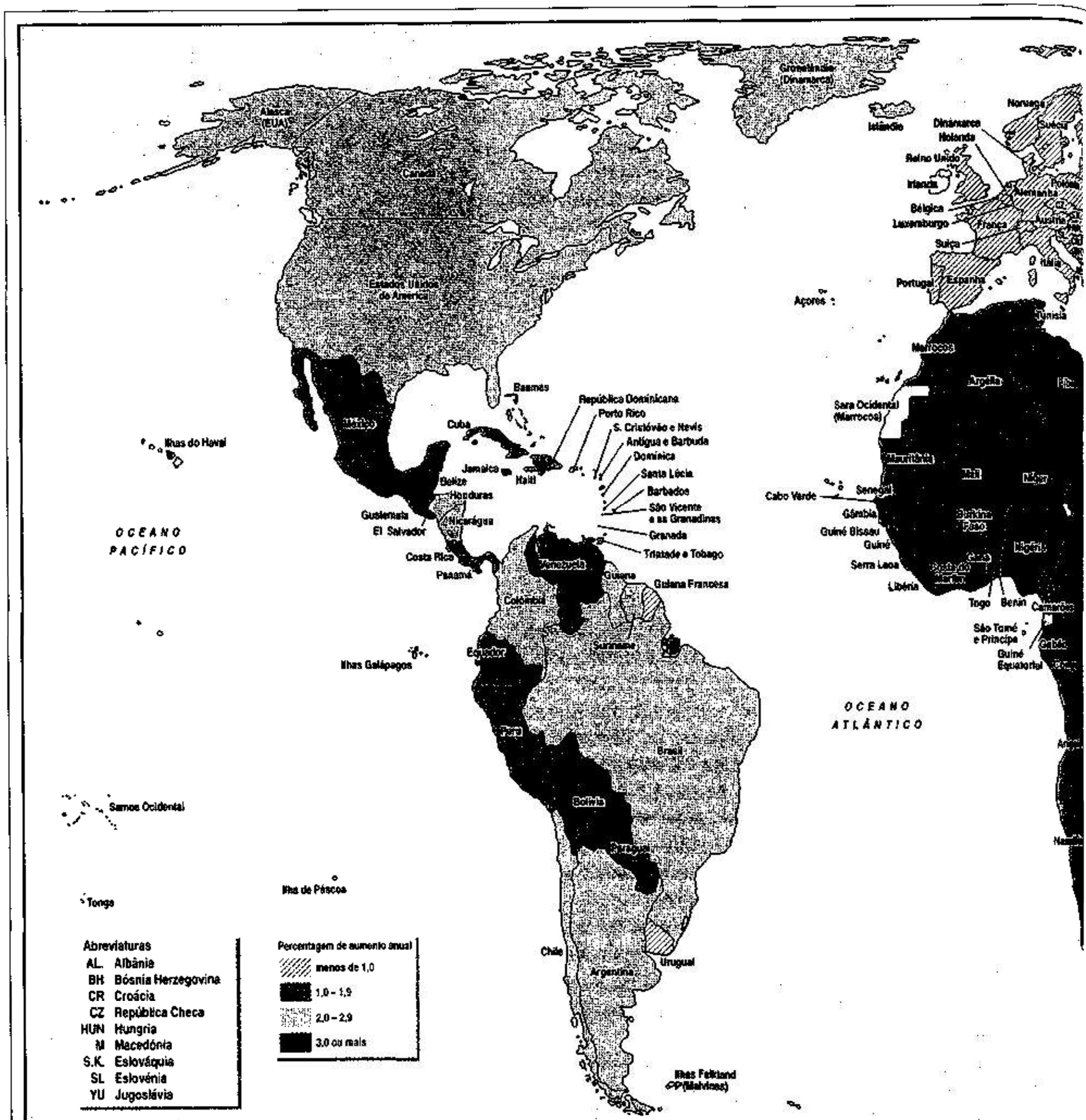
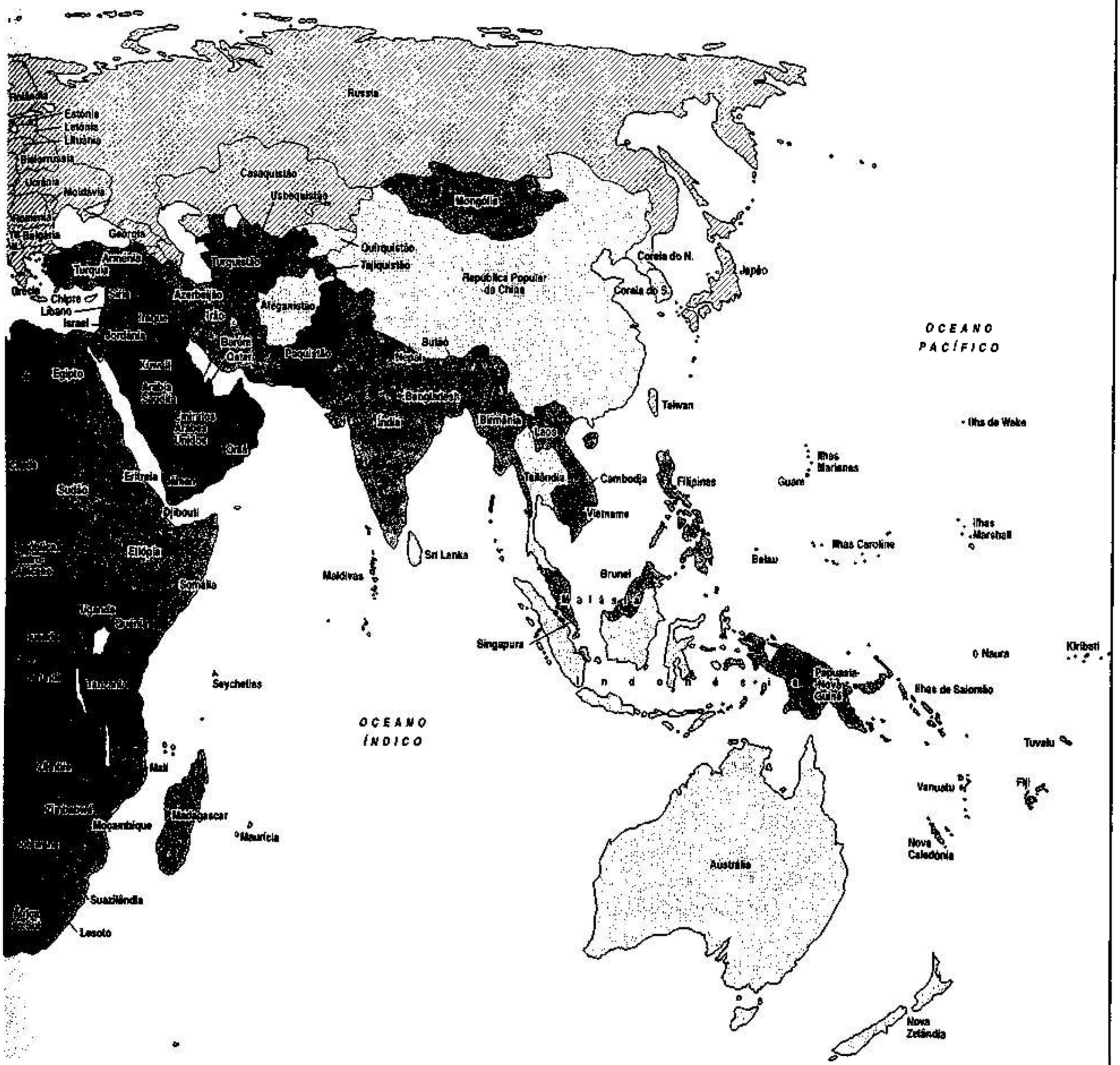


Figura 19.1 Crescimento da população no mundo, 1980-96
Fonte: Banco Mundial, 1998


Rússia
Finlândia
Estônia
Letônia
Lituânia
Bielorrússia
Ucrânia
Moldávia
Romênia
Bulgária
Geórgia
Armênia
Turquia
Grécia
Chipre
Síria
Líbano
Israel
Iraque
Jordânia
Cazaquistão
Uzbequistão
Turcomenistão
Quirguistão
Tajiquistão
Azerbaijão
Irã
Afeganistão
Paquistão
Kuwait
Catar
Arábia Saudita
Iêmen
Omã
Egito
Líbia
Tunísia
Argélia
Marrocos
Saara Ocidental
Mauritânia
Mali
Níger
Chade
Sudão
Eritreia
Djibouti
Etiópia
Somália
Nigéria
Uganda
Quênia
Ruanda
Burundi
Tanzânia
Moçambique
Madagascar
Maurícia
Seychelles
Suazilândia
Lesoto
Namíbia
Botsuana
Zimbábue
Zâmbia
Malaui
África do Sul
Angola
Zaire
Gabão
Camarões
Nigéria
Benim
Togo
Gana
Costa do Marfim
Libéria
Serra Leoa
Guiné
Guiné-Bissau
Senegal
Gâmbia
Cabo Verde
Mongólia
República Popular da China
Coréia do N.
Coréia do S.
Japão
Butão
Nepal
Bangladesh
Índia
Birmânia
Laos
Taiwan
Tailândia
Camboja
Filipinas
Vietnã
Sri Lanka
Maldivas
Brunei
Malásia
Indonésia
Singapura
Papuásia-Nova Guiné
Austrália
Nova Caledônia
Nova Zelândia
Ilhas Salomão
Vanuatu
Fiji
Tuvalu
Nauru
Kiribati
Ilhas Marianas
Guam
Ilhas Caroline
Palau
Ilhas Marshall
Ilha de Wake
OCEANO ÍNDICO
OCEANO PACÍFICO

lo centralizado pelo governo que não é aceitável ou não está disponível na maioria dos países em vias de desenvolvimento.

A transição demográfica

Os demógrafos referem-se frequentemente às mudanças na proporção entre nascimentos e mortes nos países industrializados desde o século dezanove como **transição demográfica**. Este conceito foi introduzido pela primeira vez por Warren S. Thompson, que descreveu um processo de três estádios no qual um tipo de equilíbrio da população seria eventualmente substituído por outro à medida que a sociedade atingia um nível avançado de desenvolvimento económico (1929).

No primeiro estádio inserem-se as condições características da maioria das sociedades tradicionais, nas quais tanto as taxas de natalidade como as de mortalidade são elevadas e a taxa de mortalidade infantil é particularmente alta. A população cresce pouco ou nada, à medida que o número elevado de nascimentos é mais ou menos equilibrado pelo nível de mortes. O segundo estádio, que começou na Europa e nos Estados Unidos no início do século dezanove – com grandes variantes regionais –, ocorre quando as taxas de mortalidade caem enquanto as taxas de fertilidade continuam elevadas. Esta é, portanto, uma fase de marcado crescimento da população. É subsequentemente substituído pelo terceiro estádio, no qual, com o desenvolvimento industrial, as taxas de natalidade decrescem até um nível em que a população se encontra de novo bastante estável.

Os demógrafos não concordam inteiramente quanto à interpretação desta sequência de mudança ou quanto à duração possível da terceira fase. Nos países ocidentais a fertilidade não se manteve inteiramente estável no século passado; com efeito, continuam a existir diferenças consideráveis em matéria de fertilidade entre as nações industrializadas, bem como entre classes e regiões no seu seio. Apesar de tudo, aceita-se geralmente que esta sequência descreve com rigor uma transformação importante no carácter demográfico das sociedades modernas.

Esta teoria da transição demográfica opõe-se directamente às ideias de Malthus. Enquanto para Malthus o aumento da prosperidade traria automaticamente um aumento da população, a tese da transição demográfica enfatiza que o desenvolvimento económico, gerado pelo industrialismo, conduz a um novo equilíbrio em termos de estabilidade da população.

Projecções do crescimento da população para o futuro

Diz-se que as alterações demográficas que irão ter lugar no próximo século serão maiores do que quaisquer outras ocorridas na história da humanidade. É difícil prever com precisão a taxa de crescimento da população mundial, mas as Nações Unidas estabeleceram vários cenários de fertilidade. O cenário "mais extremo" coloca a população em mais de 25 mil milhões de pessoas em 2150! O cenário "médio" de fertilidade, que as Nações Unidas supõem ser o mais provável, assume que estes níveis estabilizarão em apenas duas crianças por mulher, resultando numa população mundial de 10.8 mil milhões de pessoas em 2150.

Este aumento demográfico geral oculta duas tendências distintas. Em primeiro lugar, o facto de a maioria dos países em vias de desenvolvimento ir passar pelo processo de transição demográfica descrito atrás. Tal levará a um aumento substancial da população, à medida que as taxas de mortalidade caírem. É muito provável que tanto a população da Índia como a da China atinja 1.5 mil milhões de pessoas. Algumas áreas na Ásia, em África e na América Latina passarão por um rápido crescimento demográfico antes que a população eventualmente estabilize.

A segunda tendência afecta os países desenvolvidos que já passaram pela transição demográfica. Estas sociedades passarão por um ligeiro crescimento se é que este chegará a existir, da sua população. Ao invés, terá lugar um processo de envelhecimento, no qual o número de jovens irá diminuir em termos absolutos e o segmento mais velho da sociedade irá crescer. Tal terá implicações económicas e sociais de grande amplitude para os países desenvolvidos: à medida que o rácio de dependência aumenta irá aumentar a pressão sobre os serviços de saúde e segurança social. Contudo, à medida que a percentagem da população mais velha aumenta, esta ganhará também maior peso político e poderá exigir mais investimentos em programas e serviços do seu interesse.

Quais serão as consequências destas mudanças demográficas? Alguns observadores pensam que se estão a criar as condições para uma enorme agitação social – em particular nos países em vias de desenvolvimento que estão a passar por uma transição demográfica. As mudanças nos mercados da economia e do trabalho podem instigar à migração interna à medida que os habitantes das zonas rurais procuram trabalho nas cidades. O rápido crescimento das cidades conduzirá, muito provavelmente, à destruição do ambiente, a novos riscos para a saúde pública, a infraestruturas sobrecarregadas, ao aumento do crime e ao aparecimento de bairros de lata.

A fome e a carência de alimentos constituem outra preocupação séria. No mundo já existem 830 milhões de pessoas que sofrem de fome e de subnutrição (ver fig. 19.2). À medida que a população cresce, os níveis de produção alimentar terão de crescer de modo a evitar a escassez generalizada. Contudo, este cenário é improvável. Como veremos mais à frente neste capítulo, muitas das zonas mais pobres do mundo são particularmente afectadas pela falta de água, pela redução das zonas agrícolas e pela degradação dos solos – processos que reduzem a produtividade agrícola em vez de a aumentarem. É quase certo que o volume da produção de alimentos não será de molde a permitir a auto-suficência. Será necessário importar grandes quantidades de comida e de cereais de zonas em que existem excedentes. Segundo a Food and Agricultural Organization (FAO), em 2010, os países industrializados estarão a produzir 732 kg de cereal por pessoa, e apenas 230 kg *per capita* nos países em vias de desenvolvimento.

Os avanços tecnológicos na agricultura e na indústria são imprevisíveis, por isso ninguém pode ter a certeza quanto ao número de pessoas que o mundo poderá eventualmente alimentar. Contudo, mesmo de acordo com os efectivos actuais da população, os recursos globais poderão já estar abaixo dos necessários para a criação de condições de vida no mundo menos desenvolvido comparáveis às dos países industrializados.

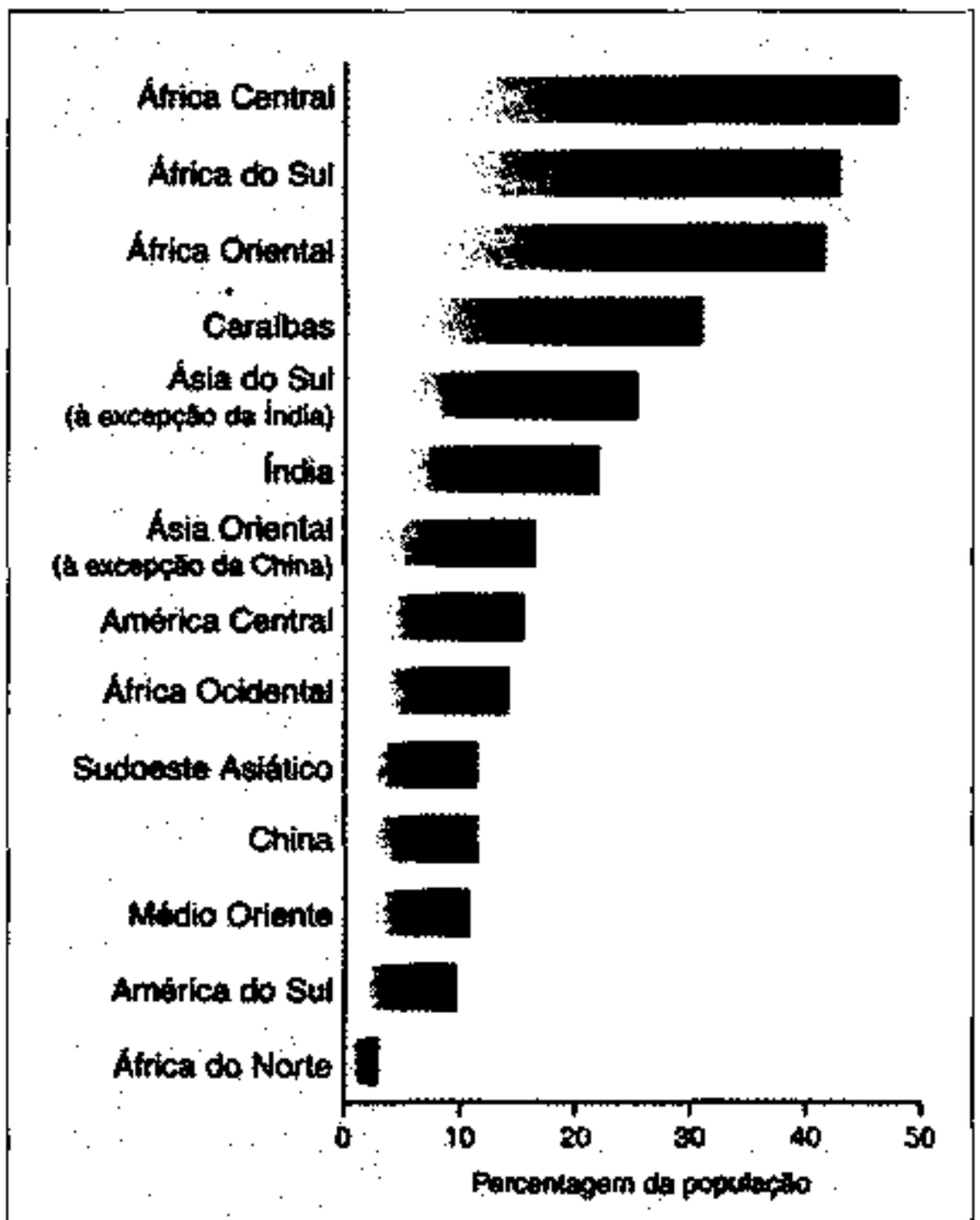


Figura 19.2 Percentagem da população subnutrida em diversas regiões do mundo, 1995-1997
Fontes: FAO, in *The Economist*, 16 de Outubro, 1999, p. 92.

O impacto humano no mundo natural

Os seres humanos deixaram marcas na natureza desde o início da prática da agricultura, há milhares de anos. As sociedades de caça e de recolecção viviam sobretudo *da* natureza; viviam do que o ambiente natural lhes proporcionava e fizeram poucas tentativas para modificar o mundo em seu redor. Esta situação alterou-se com o aparecimento da agricultura. Para que as colheitas cresçam, a terra tem de ser limpa, as árvores têm de ser abatidas e as ervas daninhas e a vegetação selvagem devem ser eliminadas. Os próprios métodos de cultivo primitivos podem levar à erosão do solo. Quando as árvores das florestas são cortadas e os terrenos limpos para serem cultivados, o vento pode remover a camada superficial do solo. A comunidade agrícola liberta alguns pedaços de terra e assim o processo continua. Algumas paisagens que hoje pensamos serem naturais, como as zonas rochosas e inóspitas do sudoeste da Grécia, são o resultado da erosão do solo provocada pelos agricultores de há cinco mil anos.

Contudo, antes do desenvolvimento da indústria moderna, a natureza dominava a vida humana e o contrário não sucedia. Hoje, as agressões humanas ao ambiente são tão intensas que há poucos processos

naturais não influenciados pel_ activi_a_e humana. Quase toda a terra cultivável é utilizada para a produção agrícola. O que costumava ser natureza selvagem quase inacessível transformou-se em reservas naturais, visitadas rotineiramente por milhares de turistas. A indústria moderna, ainda em expansão pelo mundo, exige um volume cada vez maior de recursos energéticos e de matérias-primas. Contudo, a oferta mundial deste tipo de recursos energéticos e de matérias-primas é limitada e alguns recursos-chave estão condenados a desaparecer se o seu consumo global não for limitado. O próprio clima mundial, como veremos, foi provavelmente afectado pelo desenvolvimento global da indústria.

Um problema que todos enfrentamos diz respeito à ecologia do ambiente. A difusão da produção industrial já produziu efeitos que podem causar danos irreparáveis no meio ambiente. As questões ambientais não têm apenas a ver com o modo como podemos lidar melhor com a deterioração do ambiente e contê-la, mas estão também vinculadas com os modos de vida fomentados nas sociedades industrializadas. Se tivermos de abandonar o objectivo de um crescimento económico contínuo, e emos pro elme te explorar novas instituições sociais. O progresso tecnológico é imprevisível, e é possível que a terra possa gerar recursos suficientes que permitam processos de industrialização. Contudo, na actualidade, tal não parece possível e se os países do Terceiro Mundo alcançarem níveis de vida moderadamente comparáveis aos existentes neste momento no Ocidente, será necessário proceder a reajustamentos globais.

Uma vítima inocente dos riscos ambientais criados pela pressão para o desenvolvimento económico.

Preocupação com o ambiente: existem limites para o crescimento?

Muitas pessoas têm-se preocupado com o impacto nocivo dos seres humanos sobre o mundo natural. A preocupação pública com o ambiente levou à formação de movimentos e de partidos "verdes", como os Amigos da Terra ou o Greenpeace, que fazem campanhas em torno das questões ambientais. Embora existam muitas filosofias verdes, têm como preocupação comum a tomada de medidas para a protecção do ambiente mundial, para conservar os seus recursos em vez de os explorar até ao limite e para proteger as espécies animais que restam. Podemos datar o aparecimento dos movimentos ambientalistas e a preocupação pública com os problemas ambientais a partir da divulgação de um famoso relatório publicado no início dos anos 70 do século XX pelo Clube de Roma – *The Limits to Growth* (*Os Limites do Crescimento*) (Meadows *et al.* 1974). Este Clube, formado na capital italiana, era constituído por um grupo de industriais, consultores de negócios e funcionários públicos. O Clube de Roma encomendou um estudo que utilizou técnicas de simulação por computador para fazer previsões sobre as consequências do crescimento económico contínuo, do crescimento demográfico, da poluição e do esgotamento dos recursos naturais. O modelo do computador mostrou o que poderia acontecer se as tendências estabelecidas entre 1900 e 1970 continuassem até 2100. As projecções foram alteradas para gerar um leque variado de possíveis consequências, de acordo com diferentes taxas de crescimento dos factores considerados. Os investigadores descobriram que, de cada vez

que alteravam uma variável, poderia ter lugar uma crise ambiental. A conclusão principal do relatório do Clube de Roma foi a de que as taxas de crescimento industrial não são compatíveis com a natureza finita dos recursos da terra e a capacidade do planeta para comportar o crescimento populacional e absorver a poluição. O relatório sublinhava o carácter insustentável dos níveis actuais de crescimento da 'população, industrialização, poluição, produção de alimentos e esgotamento de recursos' (Meadows *et al.* 1974, 23).

O relatório do Clube do Roma foi muito criticado e mesmo os próprios autores vieram a aceitar mais tarde que algumas das críticas eram justificadas. O método utilizado pelos investigadores centrou-se nos limites físicos e partia da manutenção das taxas de crescimento e de inovação tecnológica então existentes. O relatório não teve suficientemente em conta a capacidade humana para responder aos desafios ambientais com avanços tecnológicos ou com meios políticos. Além disso, salientaram os críticos, as forças de mercado podem actuar para limitar a sobreexploração dos recursos. Por exemplo, se um mineral como o magnésio começar a escassear, o seu preço irá subir. Ao mesmo tempo que o seu preço sobe, será menos utilizado, e os produtores poderão encontrar um modo de prescindir deste mineral se o seu custo aumentar excessivamente.

Em sua defesa, os investigadores sublinharam que não tentavam prever o futuro, mas apenas indicar o que poderia acontecer se nada mudasse. Quaisquer que fossem as suas limitações, o relatório teve um forte impacto na consciência pública. Serviu para alertar muitas pessoas sobre as consequências nocivas que o desenvolvimento industrial e a tecnologia podem ter, bem como para avisar quanto aos perigos que acarreta permitir que diferentes formas de poluição se desenvolvam de forma descontrolada.

A ideia básica de *Os Limites do Crescimento* era a de que existem influências sociais e naturais que limitam a capacidade da terra para absorver o desenvolvimento económico continuado e o crescimento da população. As descobertas do relatório do Clube de Roma foram utilizadas por muitos grupos para sugerirem que o desenvolvimento económico deveria ser severamente reduzido de modo a proteger o ambiente. Contudo, esta visão foi criticada por outros como pouco plausível e desnecessária. O desenvolvimento económico pode e deverá ser promovido, argumentaram, porque é o modo de aumentar a riqueza do mundo. Os países menos desenvolvidos nunca poderão ter a esperança de poder acompanhar os países mais ricos se virem os seus próprios processos de crescimento industrial barrados.

O desenvolvimento sustentável

Em vez de apelarem a uma travagem do crescimento económico, os desenvolvimentos mais recentes voltam-se para a noção de desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento sustentável significa que o crescimento deveria ser conduzido, pelo menos idealmente, de forma a reciclar os recursos físicos em vez de os esgotar e a manter os níveis de poluição no mínimo possível. O termo 'desenvolvimento sustentável' foi introduzido pela primeira vez em 1987 no relatório encomendado pelas Nações Unidas, *Our Common Future (O Nosso Futuro Comum)*. É também conhecido como o Relatório Brundtland, pois o comité organizador foi presidido pela senhora G. H. Brundtland, na altura Primeira Ministra da Noruega. O desenvolvimento sustentável foi definido como o uso de recursos renováveis para promover o crescimento económico, a protecção das espécies animais e da biodiversidade, e o compromisso em manter o ar, a água e a terra limpos. A Comissão Brundtland considerou o desenvolvimento sustentável como consistindo em "ir ao encontro das necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de resposta das gerações futuras em relação às suas".

Depois da publicação de *O Nosso Futuro Comum*, a expressão 'desenvolvimento sustentável' passou a ser usada amplamente tanto pelos ambientalistas como pelos governos. Foi utilizada na *Cimeira da Terra* das Nações Unidas, no Rio de Janeiro em 1992, e apareceu subsequentemente noutros encontros ecológicos organizados pelas Nações Unidas.

Tal como havia sucedido com o relatório do Clube de Roma cerca de um quarto de século antes, o Relatório Brundtland atraiu muitas críticas. Os críticos acham que a noção de desenvolvimento sustentável é demasiado vaga e que ela negligencia as necessidades específicas dos países mais pobres. Segundo os críticos, a ideia de desenvolvimento sustentável tende a concentrar a atenção apenas nas necessidades dos países mais ricos, não considerando o modo como os níveis de consumo nos países mais ricos são satisfei-

tos à custa de outros. Por exemplo, a exigência imposta à Indonésia de conservar as suas florestas tropicais poderia ser considerada injusta, pois este país tem uma necessidade maior do que os países industrializados das receitas a que terá de renunciar se aceitar a conservação desses bosques.

Consumo, pobreza e ambiente

Muito do debate em torno do ambiente e do desenvolvimento económico gira em torno da questão dos padrões de consumo. O consumo diz respeito aos bens, serviços, energia e recursos que são utilizados pelas pessoas, instituições e sociedades. É um fenómeno que tem dimensões positivas e negativas. Por um lado, os níveis crescentes de consumo no mundo significam que as pessoas estão a viver em melhores condições do que no passado. O consumo está ligado ao desenvolvimento económico – à medida que os padrões de vida sobem, as pessoas podem comprar mais comida, roupas, artigos pessoais, ter mais tempo de lazer, férias, carros, etc. Por outro lado, o consumo tem também impactos negativos. Os padrões de consumo podem destruir os recursos ambientais de base e exacerbar os padrões de desigualdade.

As tendências no mundo do consumo ao longo do século XIX são espantosas. Segundo o *Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas* (PNUD, 1998), em 1998, as despesas em consumo privado e público atingiram os 24 triliões de dólares – duas vezes o valor de 1975 e seis vezes mais que o de 1950. Em 1900, os níveis de consumo mundiais ultrapassavam em pouco os 1,5 triliões de dólares. As taxas de consumo têm crescido rapidamente ao longo dos últimos vinte e cinco anos. Nos países industrializados, o consumo *per capita* tem crescido a uma taxa de 2,3 por cento ao ano. Na Asia Oriental o crescimento foi ainda mais rápido – 6,1 por cento ao ano. Pelo contrário, um agregado familiar médio em África consome hoje 20 por cento *menos* do que há vinte e cinco anos atrás. Existe uma preocupação generalizada pelo facto de a explosão do consumo não ter abrangido a quinta parte mais pobre da população mundial (PNUD, 1998).

As desigualdades de consumo entre ricos e pobres são significativas. Os 20 por cento mais ricos da população mundial são responsáveis por 86 por cento das despesas de consumo privado, enquanto os 20 por cento mais pobres são responsáveis por apenas 1,3 por cento (ver figura 19.3). Os 10 por cento mais ricos consumem 58 por cento da energia total, 84 por cento de todo o papel, 45 por cento do total da carne e do peixe e possuem 87 por cento do total dos veículos.

Os padrões de consumo actuais não são apenas muito desiguais, mas também têm um impacto severo no ambiente. Por exemplo, o consumo de água potável duplicou desde 1960, o consumo de combustíveis fósseis quase quintuplicou nos últimos 50 anos e o consumo de madeira aumentou 40 por cento nos últimos 25 anos. As reservas de peixe estão a diminuir, as espécies selvagens estão a extinguir-se, as reservas de água e as áreas florestais estão a diminuir (PNUD, 1998). Os padrões de consumo não estão apenas a esgotar os elementos naturais, estão também a contribuir para a sua degradação através de resíduos nocivos e de emissões prejudiciais.

Finalmente, apesar dos ricos serem os principais consumidores, o prejuízo ambiental causado pelo consumo crescente faz sentir o seu maior impacto sobre os pobres. Os ricos estão em melhor posição para gozarem dos muitos benefícios do consumo sem terem que lidar com os seus efeitos negativos. A nível local, os grupos mais ricos têm recursos económicos que lhes permitem afastar-se das áreas problemáticas, deixando que os pobres suportem a maior parte das consequências. As fábricas de produtos químicos, as centrais eléctricas, as estradas principais, as auto-estradas e os aeroportos estão muitas vezes localizados perto de áreas de baixo rendimento. A um nível global, podemos observar um processo semelhante: a degradação do solo, a desflorestação, a falta de água, as emissões de chumbo e a poluição do ar estão concentradas nos países em vias de desenvolvimento. As pessoas com poucos recursos não têm outra alternativa senão maximizar os que têm ao seu alcance. Assim, à medida que a população aumenta, as pressões sobre os recursos de base são cada vez maiores.

Fontes de ameaça

Existem muitas espécies de ameaças ambientais globais no mundo contemporâneo. Podemos dividi-las grosseiramente em dois tipos: a poluição e resíduos

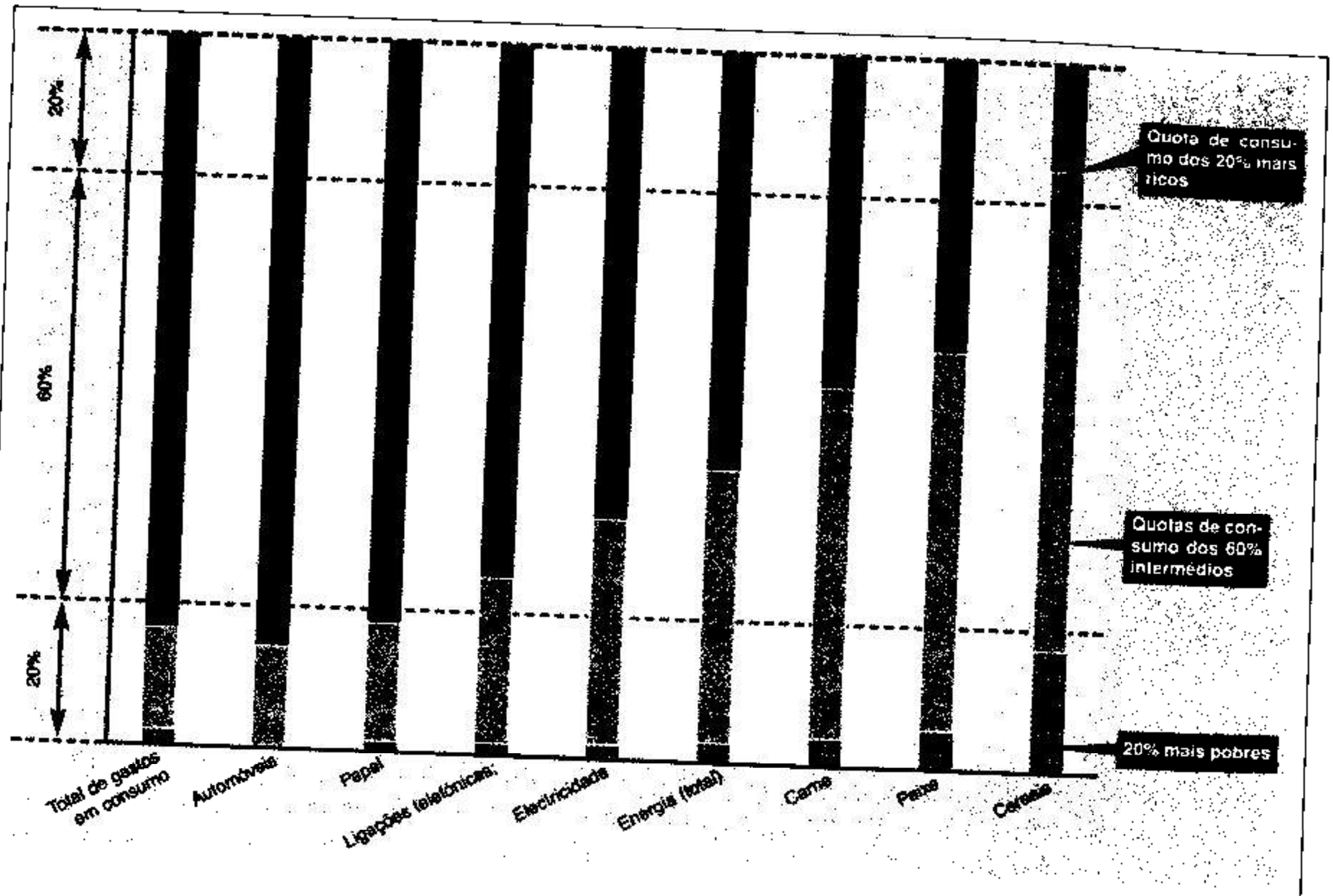


Figura 19.3 Quotas de consumo mundial dos 20 por cento mais ricos e dos 20 por cento mais pobres, 1995
Fontes: Banco Mundial, União Internacional de Telecomunicações, ONU, NU, FAO, UNESCO, UNDP (PNUD), *Human Development Report (Relatório do Desenvolvimento Humano)*, Oxford University Press, 1998, p. 2.

largados no ambiente e o esgotamento dos recursos renováveis.

Poluição e desperdício

Poluição do ar

Pensa-se que a poluição atmosférica, causada por emissões tóxicas, será responsável pela perda de mais de 2,7 milhões de vidas por ano. É possível distinguir dois tipos de poluição do ar: a 'poluição externa' – produzida sobretudo por poluentes industriais e pela emissão de gazes pelos automóveis – e a 'poluição interna', causada pelo consumo de combustíveis em casa para o aquecimento e para cozinhar. Tradicionalmente entendia-se que a poluição do ar era um problema que atingia os países industrializados com o seu grande número de fábricas e de veículos motorizados. Em anos recentes, contudo, a atenção voltou-se para os perigos da "poluição interna" no mundo em vias de desenvolvimento. Acredita-se que mais de 90 por cento de mortes relacionadas com a poluição do ar têm lugar nos países em vias de desenvolvimento (ver quadro 19.1). Tal deve-se ao facto de muitos dos combustíveis queimados pelas pessoas nos países em vias de desenvolvimento, como a madeira e o estrume, não serem tão limpos como combustíveis modernos, como o querosene e o propano.

Na Grã-Bretanha, até meados do século XX, a poluição do ar era causada, sobretudo, pela prática corrente de se queimar carvão, que emite dióxido de enxofre e fumo negro para a atmosfera. O carvão era muito utilizado no aquecimento das casas e, em medida relativamente menor, nas fábricas. Em 1956, numa tentativa para reduzir esta poluição tóxica, foi promulgada uma Lei do ar Limpo (*Clean Air Act*), para regular as emissões das chaminés. Foram pro-

Quadro 19.1 Poluição atmosférica em várias regiões do mundo, 1996 (valores em milhares)

Região por país	Mortes por poluição exterior: Rural	Mortes por poluição exterior: Urbano	Mortes em áreas urbanas provocadas por poluição exterior	Total
Índia	496	93	84	673
África Sub-saariana	490	32	–	522
China	320	53	70	443
Outros países asiáticos	363	40	40	443
América Latina e Caraíbas	180	113	113	406
Países industrializados	–	32	147	179
Estados Árabes	–	–	57	57
Total	1.849	363	511	2.723

Fontes: Organização Mundial de Saúde, in UNDP (PNUD), Human Development Report (Relatório de Desenvolvimento Humano), Oxford University Press, 1998, p. 70.

movidos combustíveis sem fumo, como o querosene, o gás propano e o gás natural, que actualmente são muito utilizados na Grã-Bretanha e noutros países industrializados.

Desde os anos 60 a fonte principal de poluição do ar tem residido no número crescente de veículos motorizados. As emissões dos veículos são particularmente nocivas porque entram na atmosfera a um nível muito mais baixo do que as emissões das chaminés. Como mostra a figura 19.4, a variação no alcance das emissões produzidas por diferentes tipos de veículos é muito grande. Os automóveis, responsáveis por 80 por cento das viagens na Europa, têm um impacto particularmente nocivo no ambiente. Por esta razão, as tentativas para reduzir a poluição do ar em muitos países industrializados concentraram-se na utilização de transportes alternativos com baixas emissões como os comboios, os autocarros com uma grande capacidade de passageiros e a utilização simultânea do automóvel por várias pessoas.

Tem-se relacionado a poluição atmosférica com um grande número de problemas de saúde entre os seres humanos, incluindo dificuldades respiratórias, cancros e doenças de pulmões. Estima-se que as mortes de 12 000 a 24 000 pessoas na Grã-Bretanha, em 1998, possam ter sido motivadas pela sua exposição à poluição do ar (HMSO, 2000).

Embora a poluição exterior tenha sido há muito associada aos países industrializados, está a crescer rapidamente nos países em vias de desenvolvimento. À medida que estes países passam por um rápido processo de industrialização, as emissões das fábricas aumentam e aumenta também o número de veículos nas estradas. Em muitos países em vias de desenvolvimento, a gasolina com chumbo ainda é utilizada, apesar de ter sido gradualmente abandonada em muitos países desenvolvidos. Os níveis de poluição do ar são particularmente elevados em muitos países da Europa de Leste e na ex-União Soviética. Pensa-se que a poluição atmosférica seja responsável pela morte de 6.400 pessoas por ano na Cidade do México (PNUD, 1998).

A poluição do ar não afecta apenas a saúde dos seres humanos e dos animais; também tem um impacto daninho noutros elementos do ecossistema. Uma consequência nociva da poluição do ar são as *chuvas ácidas*, um fenómeno que ocorre quando as emissões de óxido de enxofre e de nitrogénio num determinado país passam as suas fronteiras e produzem chuvas ácidas num outro país. A chuva ácida é perigosa para as florestas, as colheitas e a vida animal, e conduz ao aumento da acidez dos lagos. O Canadá, a Polónia e os países do norte da Europa têm sido particularmente atingidos pelas chuvas

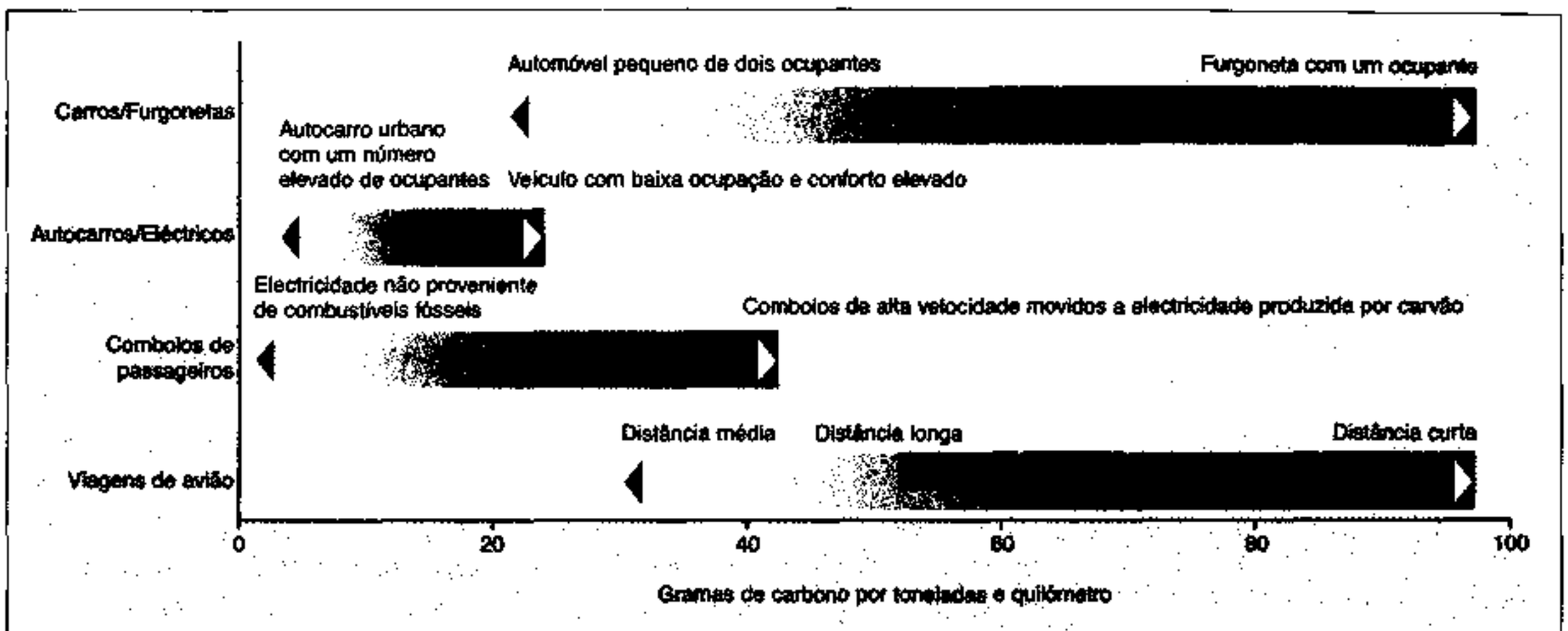


Figura 19.4 Emissões causadas por deslocar uma tonelada durante um quilómetro
Fontes: IPPC, in *The Guardian Education*, 25 de Janeiro de 2000, p. 11. Gráfico: Michael Agar, Jenny Ridley, Graphic News.

ácidas. Na Suécia, por exemplo, 20.000 lagos de um total de 90.000 sofreram com a acidificação das águas.

Como sucede com muitas ameaças ambientais, é difícil combater a chuva ácida porque ela é transnacional nas suas origens e consequências. Pensa-se que muita da chuva ácida de que padece o leste do Canadá, por exemplo, está relacionada com a produção industrial no Estado de Nova Iorque, nos Estados Unidos. Outros países que sofrem com as chuvas ácidas também descobriram que o controlo deste problema não está ao seu alcance, pois a sua origem tem lugar fora das fronteiras nacionais. Em alguns casos foram estabelecidos acordos bilaterais ou regionais para tentar reduzir a severidade da chuva ácida. Contudo, continua a haver emissões elevadas em algumas áreas e estas estão a crescer rapidamente no mundo em vias de desenvolvimento.

Poluição da água

No decorrer da história, as pessoas têm dependido da água para satisfazer um conjunto de necessidades importantes – beber, cozinhar, lavar, irrigar as colheitas, pescar e muitas outras actividades. Apesar de a água ser um dos recursos naturais mais valiosos e essenciais, já sofreu enormes abusos às mãos dos seres humanos. Durante muitos anos, deitou-se lixo orgânico ou produto da acção humana directamente nos rios e nos oceanos, sem pensar duas vezes. Só nos últimos 50 anos é que muitos países começaram a desenvolver esforços para proteger a qualidade da água, para preservar os peixes e a vida selvagem que dela dependem e para assegurar o acesso a uma água limpa à própria população humana. Apesar destes esforços, a poluição da água continua a ser um sério problema em muitas partes do mundo.

Pode entender-se de forma ampla por poluição da água a contaminação da oferta de água por elementos como os químicos e minerais tóxicos, os pesticidas ou os esgotos não tratados. Apresenta-se como a mais forte ameaça às populações do mundo em vias de desenvolvimento, onde 30 por cento da população não tem acesso a água potável (ver figura 19.5). Os sistemas de saneamento continuam subdesenvolvidos em muitos dos países mais pobres e os dejectos humanos são escoados, muitas vezes, para ribeiras, rios e lagos. Os elevados níveis de bactérias que resultam dos esgotos não tratados dão lugar a um conjunto de doenças transmitidas pela água, como a diarreia, a desinteria e a hepatite. A água contaminada causa anualmente cerca de 2 mil milhões de casos de diarreia; todos os anos morrem 5 milhões de pessoas vítimas de diarreia. Nos países industrializados, os casos de água poluída devem-se muitas vezes ao

A doença ameaça, se as fontes de água, como esta bomba de água numa aldeia do Bangladesh, não estiverem protegidas da poluição.

uso excessivo de fertilizantes nas zonas agrícolas. Ao longo dos anos, os nitratos dos pesticidas químicos vão-se infiltrando nos lençóis de água; quase 25 por cento dos lençóis de água europeus mostram níveis de contaminação muito acima dos níveis considerados permissíveis pela União Europeia (UNDP [PNUD], 1998). Alguma da água mais poluída pode ser encontrada perto de antigas áreas industriais, onde restos de mercúrio, chumbo ou de outros metais se alojaram nos sedimentos que continuam a introduzir poluentes no abastecimento de água durante anos.

Nos últimos anos, a qualidade dos rios da maioria dos países Ocidentais tem aumentado. Na Europa Oriental e na antiga União Soviética, contudo, a poluição dos rios continua a ser uma ameaça real. Quatro quintos das amostras de água recolhidas em 200 rios na ex-União Soviética mostraram níveis de contaminação perigosamente elevados.

Resíduos sólidos

Da próxima vez que forem ao supermercado, a uma loja de brinquedos ou a um restaurante de comida rápida, prestem atenção à quantidade de pacotes que acompanham os produtos que aí vêem. No presente, há poucas coisas que possamos comprar que não estejam embaladas. Apesar de a embalagem dos produtos apresentar benefícios claros, tanto para os poder colocar de uma forma atractiva, como para garantir a sua segurança, existem também enormes desvantagens. Um dos indicadores mais claros do aumento do consumo reside no crescimento contínuo das quantidades de lixo doméstico – o que vai para os caixotes do lixo das nossas casas – produzidas em todo o mundo. No início dos anos noventa do século XX, os países em vias de desenvolvimento produziam entre 100 a 330 quilos de resíduos sólidos domésticos. Na União Europeia, este número subia para 414 quilos *per capita* e para 720 nos EUA (PNUD, 1998). Em todo o mundo, houve um aumento tanto na quantidade absoluta de lixo como na quantidade de lixo produzido por pessoa.

As sociedades industrializadas têm sido por vezes denominadas como "sociedades do desperdício" porque o volume de lixo desperdiçado é muito elevado. Segundo estatísticas oficiais, cada família em Inglaterra e no País de Gales produz 22 quilos de lixo por semana. Em 1997-1998, dos 27 milhões de toneladas de lixo produzidas, 90 por cento era de lixo doméstico. Cerca de 85 por cento do lixo sólido foi parar a aterros sanitários (HMSO, 2000).

Na maioria dos países do mundo industrializado, os serviços de recolha do lixo são quase universais, mas é cada vez mais difícil libertar-se da enorme quantidade de resíduos. Os aterros estão a esgotar rapidamente a sua capacidade e muitas áreas urbanas já não têm espaço para colocar o lixo doméstico.

Na Grã-Bretanha, o governo estabeleceu como objectivo reciclar 40 por cento do lixo municipal até 2005. Contudo, em 1997-1998, apenas se recuperava 14 por cento do valor deste lixo através do emprego de esquemas de reciclagem e compostagem. Aproximadamente 2 milhões de toneladas de lixo doméstico foram separados para reciclagem ou compostagem através de iniciativas desenvolvidas localmente

(HMSO, 2000). Apesar de esta quantidade de reciclagem parecer baixa, quando comparada com o total de lixo doméstico produzido, uma grande parte deste lixo não pode ser facilmente reciclado ou reutilizado. Muitos tipos de plástico empregues nas embalagens dos alimentos transformam-se em lixo não reciclável; não existe modo de o reciclar e destina-se a ser enterrado em aterros onde permanecerá durante séculos.

No mundo em vias de desenvolvimento, o maior problema com o lixo doméstico reside na falta de serviços para o recolher. Estimou-se que, nestes países, entre 20 a 50 por cento deste lixo não é recolhido. Os sistemas sanitários pobremente geridos são sinónimo de lixo a acumular-se nas ruas, contribuindo para que as doenças alastrem. Com o passar do tempo, é muito provável que os países em vias de desenvolvimento venham a enfrentar problemas ainda mais agudos do que os actualmente enfrentados pelos países industrializados. À medida que as sociedades enriquecem, existe um afastamento gradual dos lixos orgânicos, como os restos de comida, para os materiais sintéticos e de plástico, como as embalagens, que levam muito mais tempo a decompor-se.

O esgotamento dos recursos

As sociedades humanas dependem de muitos recursos do mundo natural – como a água, a madeira, o peixe, os animais e a vida vegetal. Chama-se frequentemente a estes elementos *recursos renováveis* porque, num ecossistema saudável, eles substituem-se automaticamente com o passar do tempo. Contudo, se o consumo de recursos renováveis se desequilibrar, existe o perigo de desaparecerem por completo. Alguns dados sugerem que este processo poderá estar a ocorrer. A deterioração de recursos renováveis é motivo de grande preocupação para muitos ambientalistas.

A água

Podem não pensar na água como um recurso inesgotável – afinal a chuva acaba por repô-la. Se morarem na Europa ou na América do Norte provavelmente não pensam muito na oferta da água, excepto ocasionalmente, quando, nos meses de Verão, o seu uso é mais limitado. Contudo, para as pessoas em muitos países do mundo, o acesso a uma fonte constante de água é um problema mais crónico e severo. Em algumas regiões mais densamente povoadas, a grande procura de água não consegue ser satisfeita pelos recursos existentes. Nos climas áridos do Norte de África e do Médio Oriente, por exemplo, a pressão sobre os recursos de água é aguda e os seus cortes tornaram-se comuns. É quase certo esta tendência vir a intensificar-se nos próximos anos.

Existem muitas razões para que tal aconteça. A primeira reside no facto de ser provável que muito do crescimento populacional projectado para o próximo quarto de século se concentrar em zonas onde já há escassez de água. Para além disso, grande parte deste crescimento ocorre em zonas urbanas, colocando problemas às infraestruturas para responder às necessidades sanitárias e de água da sua população crescente.

O aquecimento global tem também um impacto potencial no esgotamento das reservas de água (ver abaixo). À medida que as temperaturas aumentam, será necessária maior quantidade de água para beber e para irrigar. Contudo, é também provável que o subsolo não a consiga repor tão rapidamente como antes e que taxas de evaporação também aumentem.

Finalmente, as mudanças nas características climatéricas que poderão acompanhar o aquecimento global poderão afectar os padrões de chuva existentes, alterando o acesso às reservas de água de modos pouco previsíveis.

Degradação do solo e desertificação

Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (PNUD, 1998), um terço da população vive mais ou menos directamente do que a terra lhe proporciona, dos alimentos que pode plantar e recolher e da caça que consegue apanhar. Porque são muito dependentes da terra, são particularmente vulneráveis às mudanças que afectam a sua capacidade de viverem dela. Em muitas zonas da Ásia e da África que estão a passar por um rápido crescimento populacional, o problema da *degradação do solo* ameaça empobrecer milhões de pessoas. A degradação do solo é o processo pelo qual a qualidade da terra piora e os seus valiosos elementos naturais são esgotados por serem utilizados de forma excessiva, pela seca ou por serem fertilizados inadequadamente.

Os efeitos de longo prazo da degradação do solo são muito severos e difíceis de reverter. Em zonas onde o solo se degradou, a produtividade agrícola

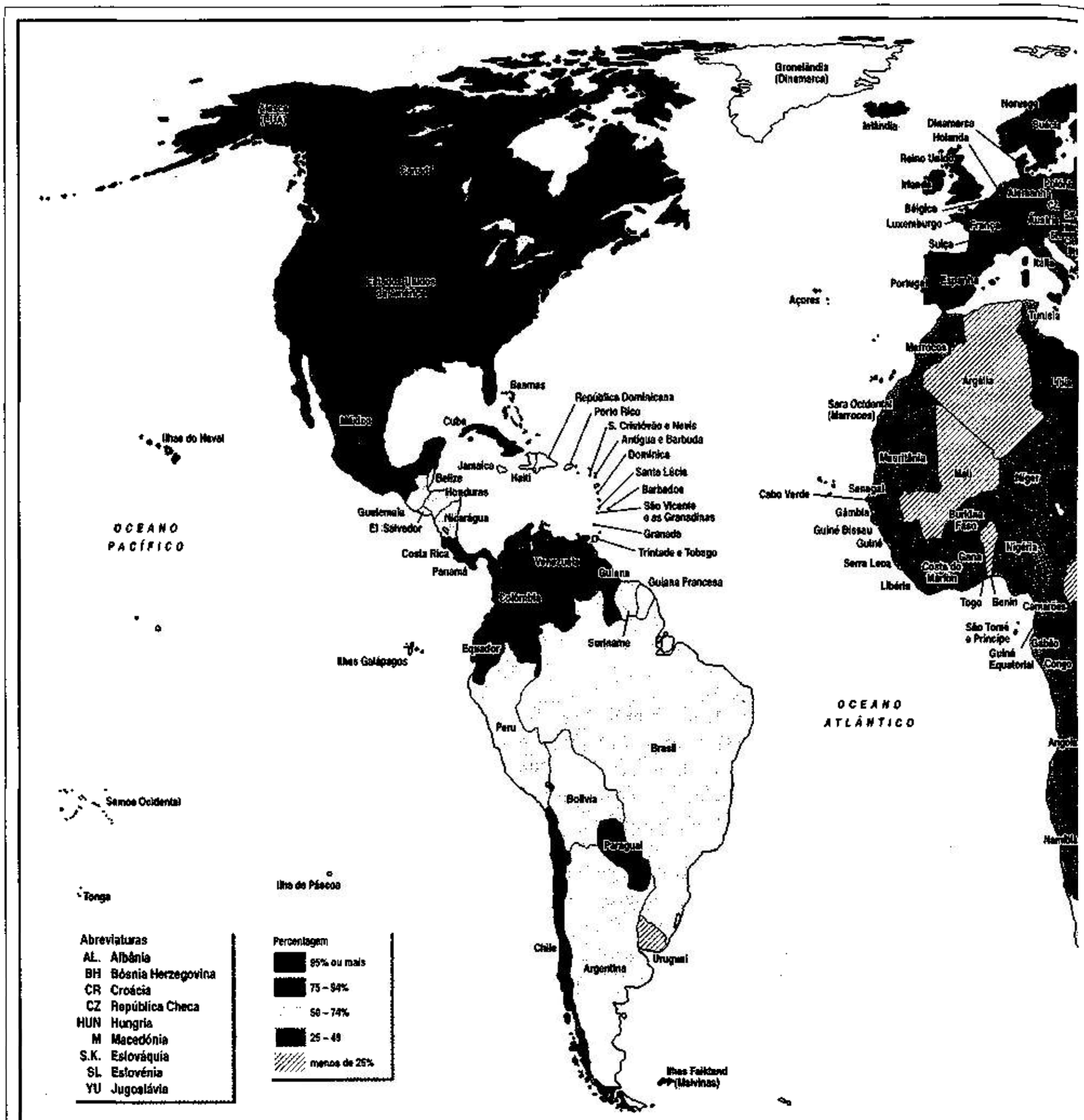
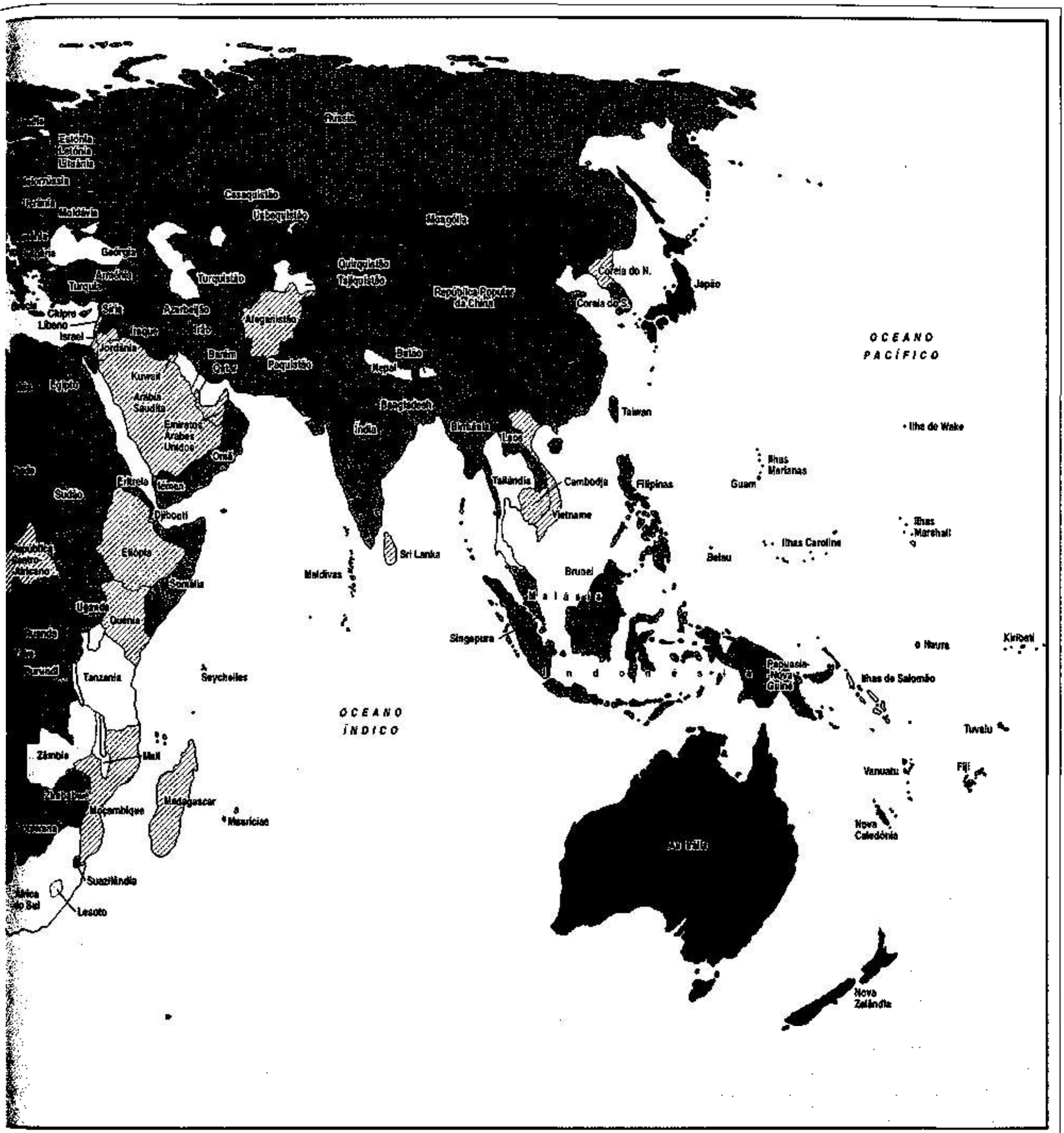


Figura 19.5 *População mundial com acesso a água potável*

Fonte: Banco Mundial, 1994


Estônia
Letônia
Lituânia
Moldávia
Geórgia
Armênia
Turquia
Chipre
Síria
Líbano
Israel
Jordânia
Iraque
Irã
Azerbaijão
Turcomenistão
Uzbequistão
Cazaquistão
Quirguistão
Tajiquistão
Afeganistão
Paquistão
Butão
Nepal
Bangladesh
Índia
Mianmá
Laos
Tailândia
Camboja
Vietnã
Filipinas
Taiwan
Coreia do N.
Coreia do S.
Japão
República Popular da China
Mongólia
Rússia
Kuwait
Arábia Saudita
Emirados Árabes Unidos
Omã
Iêmen
Eritreia
Djibouti
Etiópia
Somália
Sudão
Egito
Líbia
Uganda
Quênia
Ruanda
Burundi
Tanzânia
Seychelles
Zâmbia
Malaui
Moçambique
Madagascar
Maurícias
Suazilândia
Lesoto
África do Sul
Namíbia
Botsuana
Zimbábue
Angola
Zaire
Congo
Gabão
Camarões
Nigéria
Benim
Togo
Gana
Costa do Marfim
Libéria
Serra Leoa
Guiné
Guiné-Bissau
Senegal
Gâmbia
Mauritânia
Argélia
Marrocos
Sri Lanka
Maldivas
Brunei
Malásia
Singapura
Indonésia
Papuásia-Nova Guiné
Austrália
Nova Zelândia
Nova Caledônia
Vanuatu
Fiji
Tuvalu
Nauru
Kiribati
Ilhas de Salomão
Ilhas Marianas
Guam
Ilhas Carolina
Belau
Ilhas Marshall
Ilha de Wake
OCEANO ÍNDICO
OCEANO PACÍFICO

diminui e existe menos terra arável disponível por cabeça. Torna-se difícil ou impossível manter o gado bovino ou outros animais devido à inexistência de forragem. Em muitos casos, as pessoas são forçadas a migrarem à procura de terra mais fértil. Entende-se por **desertificação** a degradação intensa da terra que culmina em condições semelhantes ao deserto em áreas muito vastas. Este fenómeno já afectou territórios com uma extensão semelhante à soma da Rússia e da Indonésia (ver figura 19.6), colocando mais de 110 países em risco.

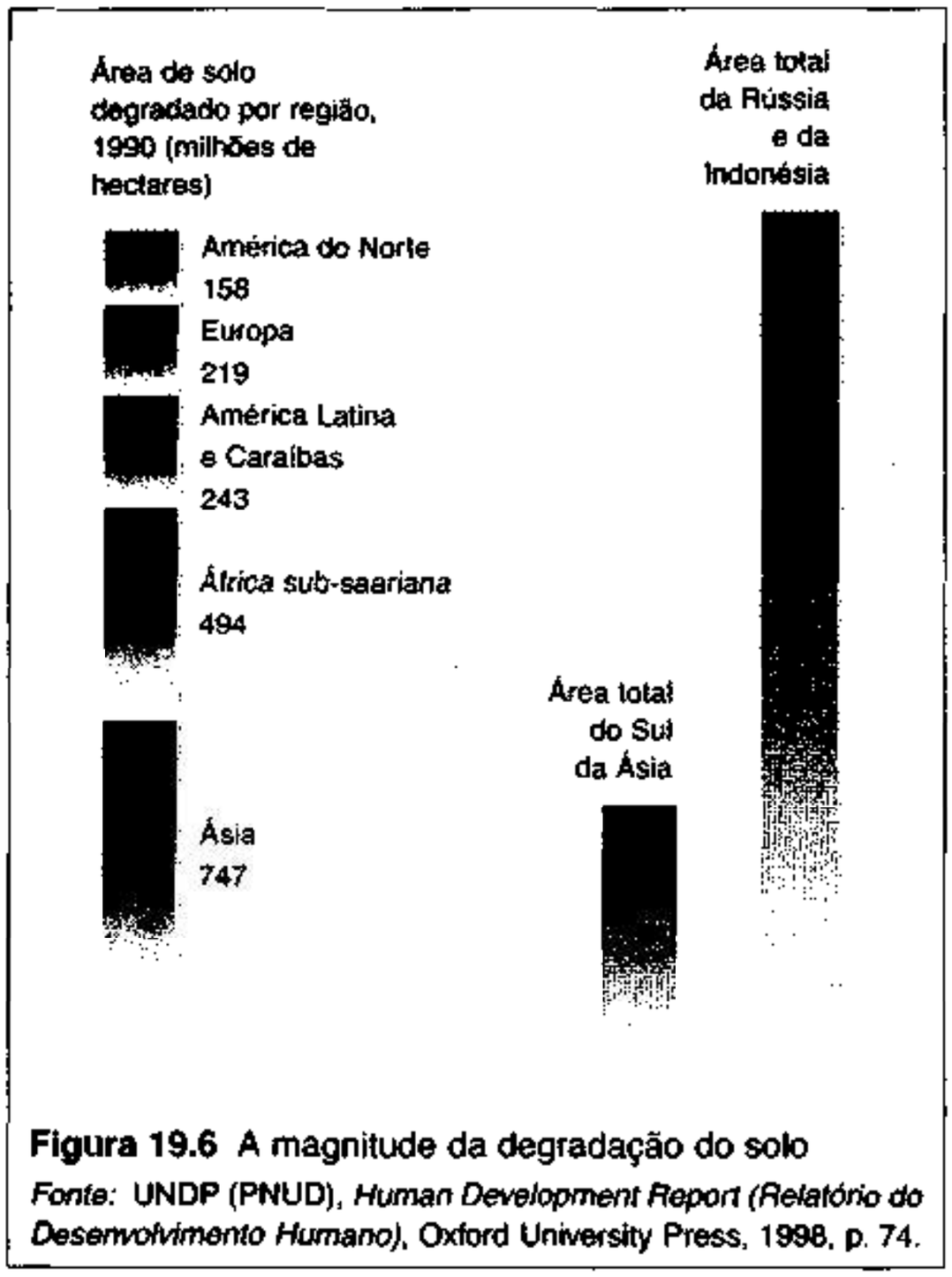


Figura 19.6 A magnitude da degradação do solo
Fonte: UNDP (PNUD), *Human Development Report (Relatório do Desenvolvimento Humano)*, Oxford University Press, 1998, p. 74.

Desflorestação

As florestas são um elemento essencial do ecossistema: ajudam a regular as reservas de água, libertam oxigénio para a atmosfera e previnem a erosão do solo. Também contribuem para as vidas de muitas pessoas como fontes de combustíveis, alimentos, madeira, óleos, corantes, ervas e medicamentos. Contudo, apesar da sua importância crucial, mais de um terço das florestas originais já desapareceram. Por **desflorestação** entende-se a destruição das florestas, normalmente através do corte de árvores para exploração comercial. A desflorestação afectou 15 milhões de hectares de terra nos anos 80, estando as maiores extensões de terra na América Latina e nas Caraíbas (que perdeu 7.4 milhões de hectares) e na África Sub-saariana (que perdeu 4.1 milhões de hectares).

Apesar de muitos tipos de floresta estarem a passar por processos de desflorestação, foi o destino das florestas tropicais aquele que atraiu mais atenção. As florestas tropicais, que cobrem cerca de 7% da superfície da terra, são o lar de um grande número de espécies animais e de plantas que contribuem para a **biodiversidade** da terra – a diversidade das espécies das formas de vida. São também o lar de muitas plantas e óleos que servem de base para a elaboração de medicamentos. As florestas tropicais estão a diminuir a uma taxa de um por cento ao ano aproximadamente e poderão desaparecer na totalidade no final do século XXI se as tendências actuais não forem interrompidas. Em muitos países da América do Sul, onde as florestas tropicais têm uma extensão maior, estas foram queimadas para dar lugar a mais terra para a criação de gado. Noutras áreas do mundo, como na África Ocidental e a sul do Pacífico, a procura internacional de madeiras exóticas intensificou a destruição das florestas tropicais. As tendências crescentes para o aumento do consumo encorajam os países em vias de desenvolvimento a exportar as suas matérias-primas naturais – um processo que dá lugar tanto à destruição do ambiente como ao desaparecimento da biodiversidade.

A desflorestação tem custos humanos e ambientais. Em termos de custos humanos, algumas comunidades pobres que tinham sido capazes de angariar o seu sustento nas florestas ou de encontrar nelas um suplemento de subsistência já não são capazes de o fazer. A desflorestação pode empobrecer ainda mais populações marginalizadas, que raramente partilham as enormes receitas geradas pela atribuição de áreas da floresta para exploração e pela venda de madeiras. Os custos ambientais da desflorestação incluem a erosão dos solos e as cheias: quando estão intactas, as florestas têm a importante função de absorver e reciclar muita da água das chuvas. Uma vez desaparecidas as florestas, a chuva cai em cascata pelas encostas, provocando inundações e depois secas.

O risco e o ambiente

O tema do "risco" já surgiu muitas vezes neste livro. A maioria das questões relativas ao ambiente relacionam-se directamente com o risco, pois são o resultado da expansão da ciência e da tecnologia. A inovação científica trouxe-nos muitos benefícios – pensemos apenas nos avanços nas áreas da saúde, da nutrição ou das tecnologias da informação. Por outro lado, a intromissão crescente da ciência e da tecnologia nas nossas vidas causa grandes problemas e incertezas. De facto, é uma tarefa difícil encontrar o balanço entre os benefícios potenciais e os desastres possíveis.

Introduzimos no capítulo 3 ('Um mundo em mudança') a ideia de "sociedade do risco". Actualmente vivemos numa ordem global onde enfrentamos riscos quanto à nossa segurança, incluindo riscos ecológicos que as gerações precedentes não sentiram. O sociólogo Ulrich Beck, o primeiro a introduzir este conceito, sugeriu que muitos dos riscos que as pessoas enfrentam hoje são de alcance global. Estes riscos não são discriminatórios em termos de nacionalidade, riqueza ou origem social – são uma ameaça potencial para todas as sociedades humanas. Nesta secção examinaremos dois destes casos de risco: o aquecimento global e os organismos geneticamente modificados.

O aquecimento global

O que é o aquecimento global?

O aquecimento global é considerado por muitas pessoas como o desafio ambiental mais sério do nosso tempo. Se muitas das previsões científicas forem verdadeiras, tem o potencial para alterar de forma irreversível o funcionamento do clima terrestre e para produzir um conjunto de consequências devastadoras para o ambiente que serão sentidas a nível mundial. Chama-se **aquecimento global** ao aumento gradual da temperatura média da terra devido às mudanças na composição química da atmosfera. Acredita-se que o aquecimento global seja causado em larga medida pelos seres humanos, pois os gases que se acumularam e alteraram a atmosfera são gases produzidos em grande quantidade pelas actividades humanas.

O processo de aquecimento global está directamente relacionado com a ideia do **efeito de estufa** – a acumulação na atmosfera de gases que agarram o calor actuando como uma estufa. O princípio é simples. A energia do sol passa através da atmosfera e chega à superfície terrestre que aquece. Apesar da maioria da radiação solar ser absorvida directamente pela terra, alguma desta radiação é reflectida. Os gases do efeito de estufa funcionam como uma barreira que impede esta energia de sair, retendo o calor na atmosfera terrestre à semelhança dos painéis de vidro das estufas (ver figura 19.7). Este efeito de estufa natural é o que mantém as temperaturas da terra a um nível de conforto razoável – acima de 15 graus centígrados. Se não fosse pelo papel dos gases do efeito de estufa em reter o calor, a terra seria um local muito mais frio, com uma temperatura média de cerca de 18 graus abaixo de zero.

Quando as concentrações dos gases do efeito de estufa aumentam, contudo, o efeito de estufa intensifica-se e geram-se temperaturas muito mais elevadas. A concentração destes gases aumentou significativamente desde o início da industrialização. As concentrações de dióxido de carbono aumentaram cerca de 30 por cento desde 1880. As concentrações de metano duplicaram, as de óxido nitroso aumentaram cerca de 15 por cento e os gases do efeito de estufa, que não são produzidos naturalmente (ver caixa), foram produzidos pelo desenvolvimento industrial humano. A maioria dos cientistas está de acordo em atribuir o grande aumento do dióxido de carbono na atmosfera ao facto de se queimarem combustíveis fósseis e a outras actividades humanas, como a produção industrial, a agricultura intensiva, a desflorestação, a extracção de minério, os aterros e as emissões de gases pelos veículos.

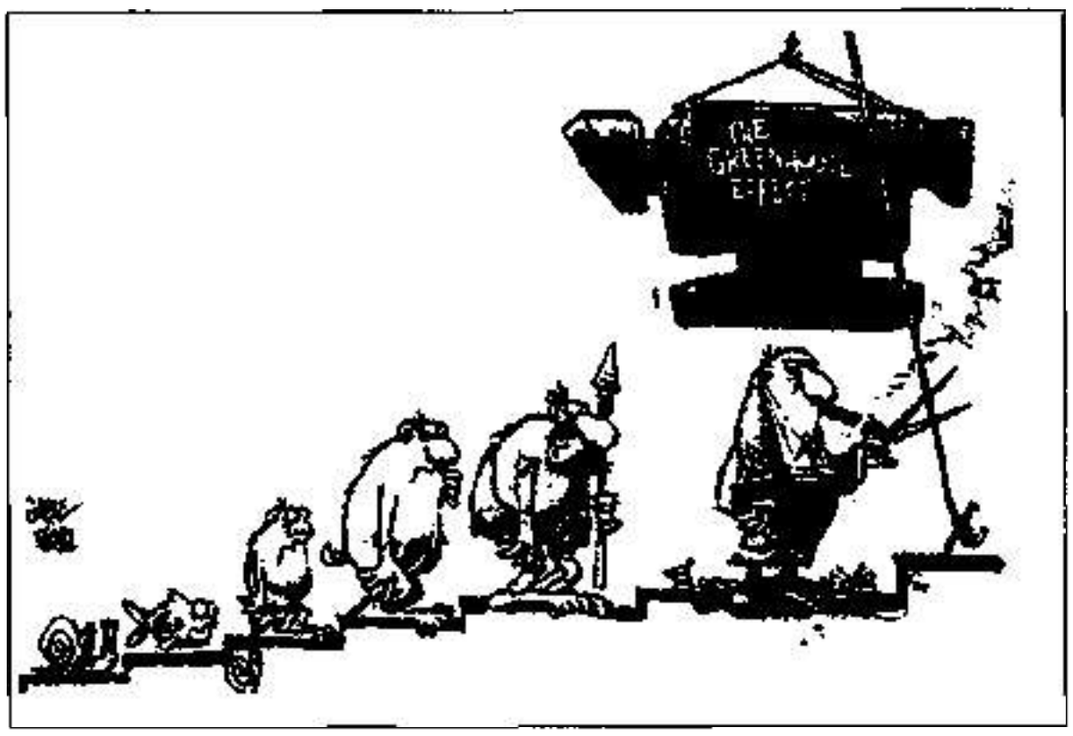
A figura 19.8 mostra a tendência para o aumento das temperaturas da superfície terrestre desde o final do século XIX – no centro da Inglaterra e globalmente – tendo como referência a temperatura média entre 1961-90. Durante os anos noventa ocorreram sete dos dez anos quentes do século XX. Destes, 1998 foi o ano mais quente de que reza a história.

As consequências potenciais do aquecimento global

Se o aquecimento global está, de facto, a ter lugar, é provável que as suas consequências sejam devastadoras. Alguns dos efeitos potencialmente prejudiciais incluem:

Figura 19.7 O Efeito de Estufa
Fonte: Site da Agência de Protecção do Ambiente (Environmental Protection Agency – EPA)

- *O aumento do nível dos oceanos* – o aquecimento gl bal p de d rr t r as cal t s polares e aumentar a temperatura dos oceanos e a sua dimensão. À medida que os glaciares e outras formas de gelo derretem, o nível dos mares aumenta. As cidades costeiras ou situadas em zonas baixas serão inundadas e tornar-se-ão inabitáveis. Se o nível dos mares subisse um metro, o Bangladesh perderia 17 por cento da sua área total de terra, o Egipto 12 por cento e a Holanda perderia 6 por cento (PNUD, 1998).
- *A desertificação* – O aquecimento global pode contribuir para que muitos terrenos férteis se desertifi uem. A África Sub-saariana, o Médio Oriente e o Sul da Ásia serão afectados pela desertificação e pela intensa erosão do solo.
- *A propagação de doenças* – O aquecimento global pode aumentar o alcance geográfico e ampliar a



O que são os gases do efeito de estufa?

Alguns gases produtores do efeito de estufa ocorrem naturalmente na atmosfera, enquanto outros provêm de actividades humanas. Entre os produzidos de forma natural incluem-se o vapor de água, o dióxido de carbono, o metano, o óxido nitroso e o ozono. Algumas actividades humanas, contudo, somam-se aos níveis da maioria destes gases que se libertam naturalmente.

O *dióxido de carbono* é liberto na atmosfera quando os resíduos sólidos, energias fósseis (petróleo, gás natural e carvão) e a madeira e os derivados da madeira são queimados.

O *metano* é emitido durante a produção e o transporte de carvão, gás natural e petróleo. As emissões de metano também provêm da decomposição de desperdícios orgânicos em terrenos onde são deixados e da criação de gado.

O *óxido nitroso* é emitido durante as actividades agrícolas e industriais, bem como durante a combustão de resíduos sólidos e de combustíveis fósseis.

Entre os gases do efeito de estufa que não ocorrem de forma natural incluem-se os derivados da produção de isolantes da refrigeração e do ar condicionado, chamados clorofluorcarbonetos (CFCs), como os hidrofluorcarbonetos (HFCs) e perfluorcarbonetos (PFCs) gerados por processos industriais.

Fonte: Environmental Protection Agency (EPA) site sobre Aquecimento Global
http://www.epa.gov/globalwarming/climate/index.htm

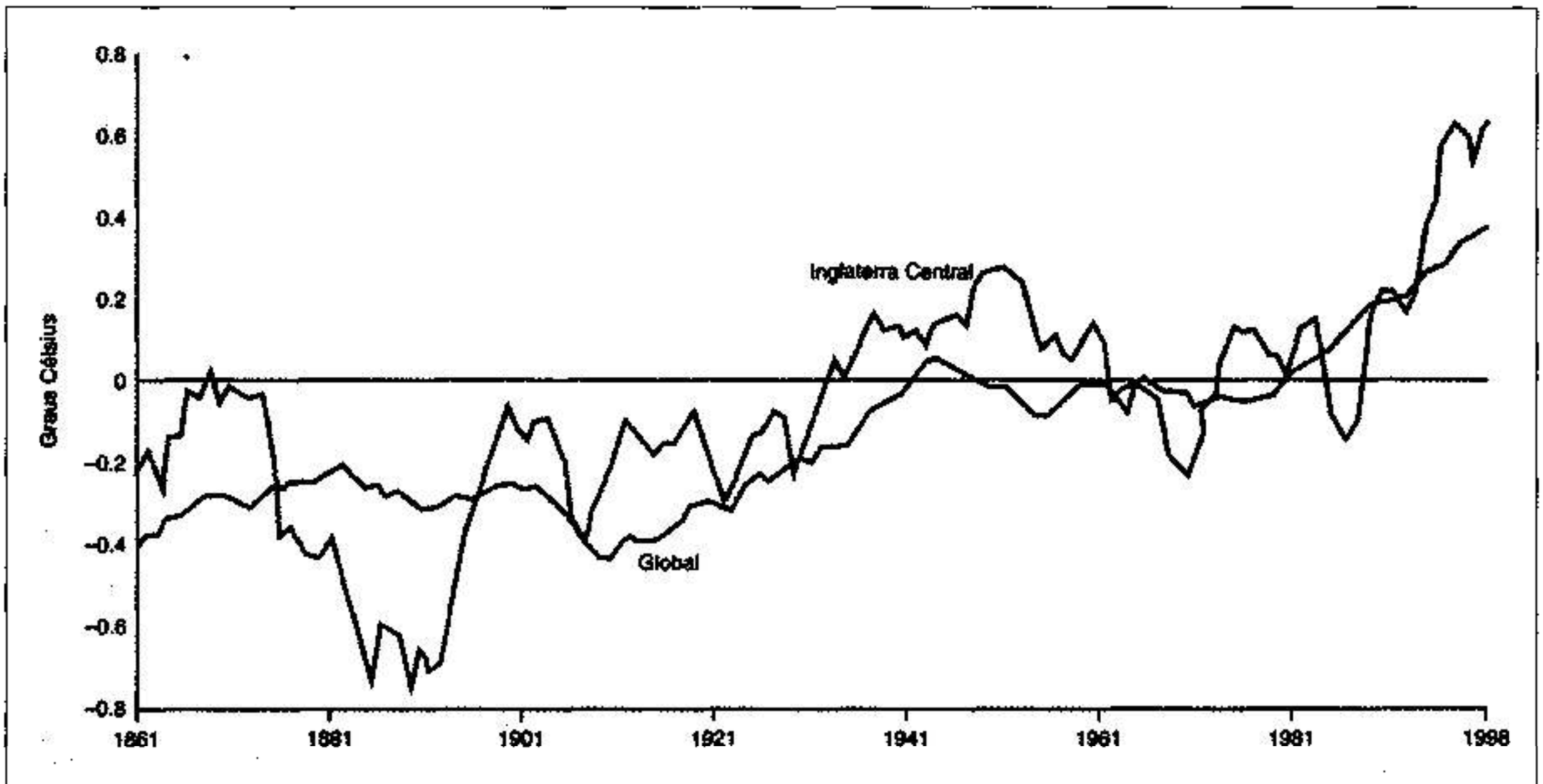


Figura 19.8 Variações nas temperaturas de superfície na Inglaterra Central e a nível global, 1861-1998 (diferença em relação à média de 1961-1990, ajustada a 0)
Fontes: DETR; Hadley Centre for Climate Prediction and Research. Em *Social Trends*, 30 (2000), p. 181. Crown copyright.

dimensão sazonal de organismos, como os mosquitos que espalham doenças como a malária e a febre amarela. Se as temperaturas subissem 3 a 5 graus Célsius, o número de casos de malária poderia aumentar entre 50 a 80 milhões por ano.

- *Más colheitas* – A produção agrícola poderá diminuir em muitas das zonas mais pobres do mundo se o aquecimento global aumentar. As populações do sudoeste asiático, da África e da América Latina seriam provavelmente as mais afectadas.
- *Mudança dos padrões climatéricos* – Os padrões climatéricos que se mantiveram relativamente estáveis durante milhares de anos podem sofrer perturbações rápidas em resultado do aquecimento global (ver caixa "Temperaturas excessivas"). Quarenta e seis milhões de pessoas vivem presentemente em zonas que poderiam ser destruídas por tempestades marítimas, enquanto muitas outras poderão sofrer inundações e tufões.

Algumas tendências associadas ao aquecimento global parecem estar a desenvolver-se muito mais rapidamente do que o que os cientistas previram inicialmente. Em Dezembro de 1999, por exemplo, um estudo por satélite mostrou que a capa de gelo do Árctico está a diminuir muito mais rapidamente do que os cientistas acreditavam – um processo que poderia ter efeitos dramáticos no clima mundial nos próximos anos (ver figura 19.9). É possível que a redução do gelo possa ser o resultado de mudanças naturais, mas, sejam quais forem as suas origens, o gelo parece estar a derreter-se a grande velocidade. As medições por satélite mostram uma redução constante de 7 por cento no gelo do Árctico nos últimos vinte anos. A espessura média do gelo diminuiu 40 por cento entre 1958 e 1997.

Respostas ao risco do aquecimento global

Durante muito tempo o aquecimento global foi um tema controverso. Alguns cientistas duvidavam da realidade dos seus efeitos, enquanto outros defendiam que as alterações climatéricas mundiais eram o resultado de tendências naturais, e não da intervenção humana. Contudo, presentemente, a maioria dos cientistas aceita que o aquecimento global está, de facto, a ocorrer e que o efeito de estufa é o seu responsável. Em Janeiro de 2000, um painel de onze especialistas em clima de vários campos científicos

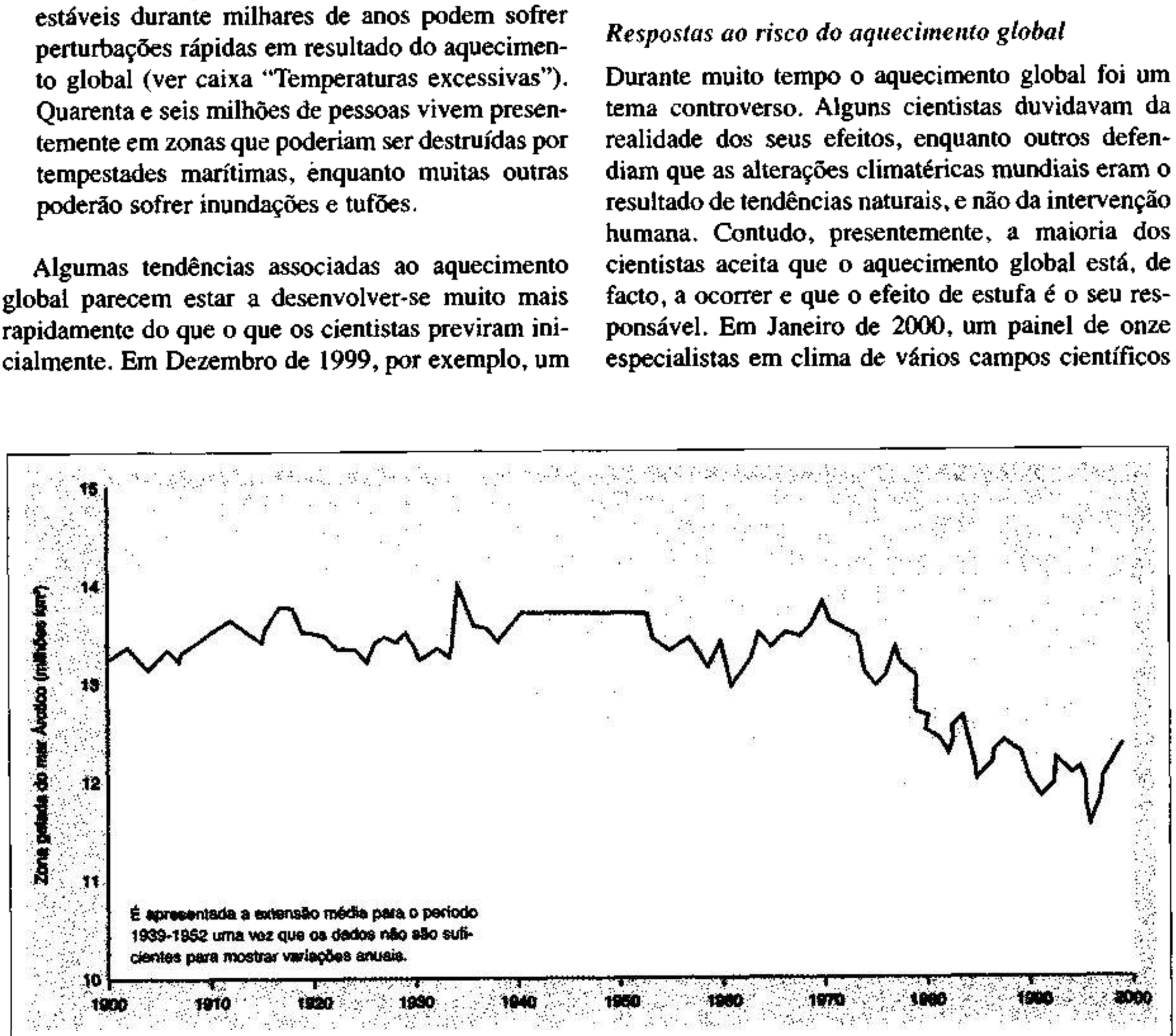


Figura 19.9 Mudanças observadas na zona gelada do mar Árctico entre 1900 e 1998
Fontes: Hadley Centre for Climate Prediction and Research. Site do Meterological Office.

publicou um dos relatórios mais extensos produzidos até hoje sobre o aquecimento global. Todos os especialistas estavam de acordo quanto ao facto de o aquecimento global ser um fenómeno real. O painel concluiu que a temperatura da superfície terrestre subiu entre 0,4 a 0,8 graus Célsius no último século. O aumento da temperatura foi particularmente elevado nos últimos vinte anos.

Como mostra a figura 19.10, as emissões globais de dióxido de carbono têm aumentado a uma velocidade alarmante. Os países industrializados produzem actualmente muito mais gases de efeito de estufa do que os países em desenvolvimento, com os Estados Unidos a emitirem mais dióxido de carbono do que qualquer outro país. Na Europa, a Grã-Bretanha e a Alemanha são os maiores produtores de dióxido de carbono, sendo os responsáveis por quase metade das emissões europeias. O Reino Unido contribui com 2 por cento das emissões totais de dióxido de carbono a nível mundial (HMSO, 2000). Contudo, a produção de gases de efeito de estufa não se limita aos países do mundo desenvolvido. As emissões do mundo em vias de desenvolvimento estão também a aumentar rapidamente, em particular nos países que estão a passar por uma rápida industrialização.

Na Cimeira Ecológica Mundial de 1997 em Kioto, no Japão, chegou-se a um acordo quanto a uma redução significativa da emissão de gases de efeito de estufa até 2010. Os países industrializados concordaram em reduzir as suas emissões entre 20 e 40 por cento. Mas, mesmo que os países envolvidos atinjam os seus objectivos – o que parece pouco provável – tal desiderato pode ser pouco e pecar por demasiado tardio. Muitos cientistas defendem que as emissões deverão ser reduzidas até 70 ou 80 por cento se se quiserem evitar sérias consequências climatéricas. Para além disso, mesmo que os governos cortem nas emissões de gases, ainda terá de passar algum tempo até os efeitos do aquecimento global se alterarem. É necessário mais de um século para o dióxido de carbono ser removido da atmosfera por processos naturais.

Os cientistas desenharam vários cenários consoante os níveis de emissão de dióxido de carbono. Se se assumisse que as concentrações do dióxido de carbono na atmosfera iriam estabilizar, a taxa de mudança climatérica seria menor, mas não desapareceria. Em 1999, os ministros europeus do ambiente concordaram em desenvolver uma estratégia global capaz de assegurar que as concentrações de dióxido de carbono no ar nunca excederão um nível de 550 partes por milhão (ppm). Para ficar abaixo do tecto dos 500

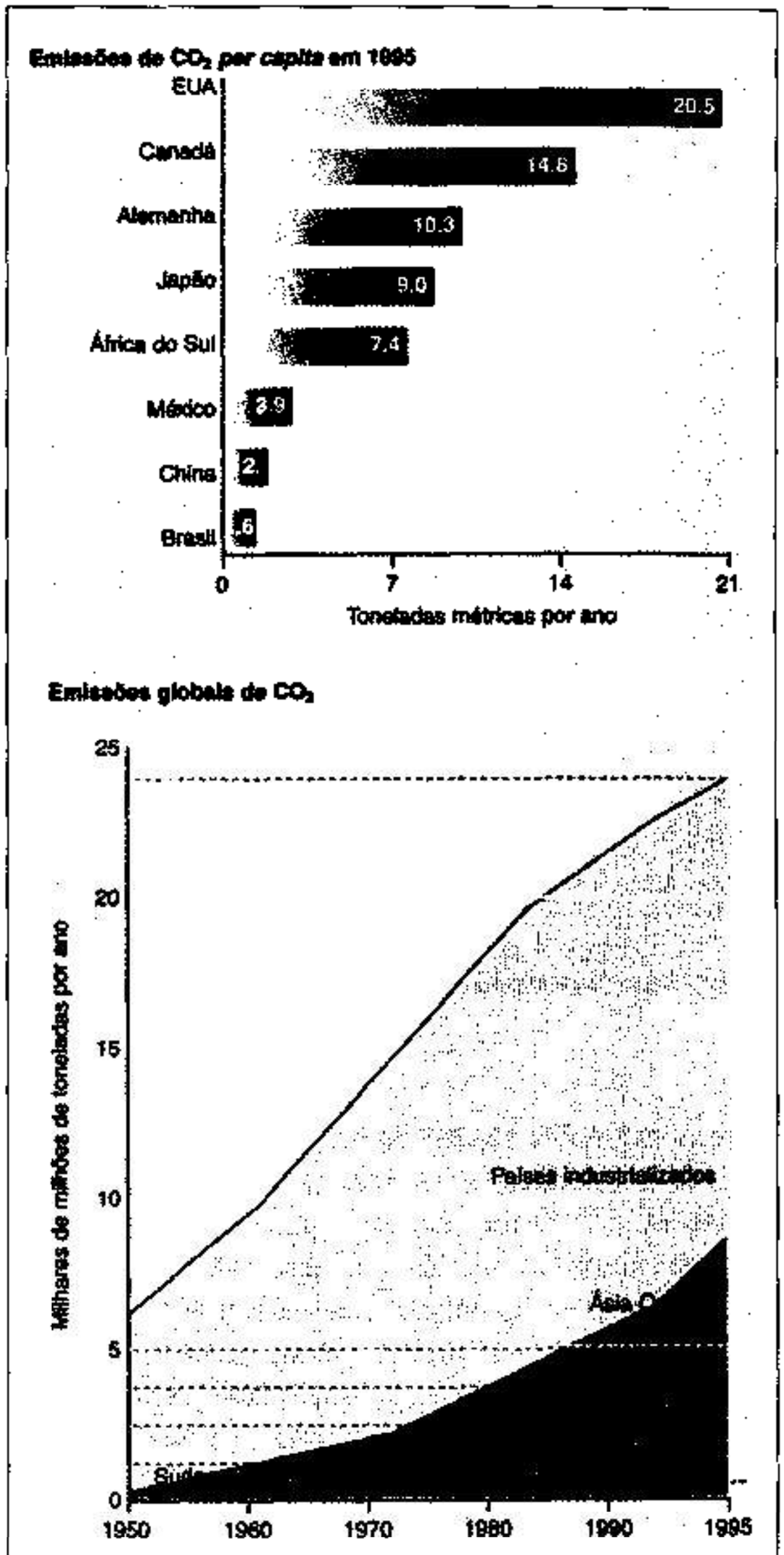


Figura 19.10 Emissões mundiais de CO_2 nos países industrializados e nas áreas menos desenvolvidas no mundo

Fontes: CDIAC; ONU; UNESCO; Banco Mundial, in UNDP, *Human Development Report* (PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano), 1998, p. 3.

Condições climatéricas extremas: o preço de um mundo mais quente?

Em Março de 2000, Moçambique, no sul de África, sofreu cheias maciças. Foram as piores cheias de sempre naquela zona. As águas submergiram as estradas, as vias férreas, as plantações e o gado. Muitos morreram à medida que as águas invadiram as suas casas. Muitos mais encontraram-se sem casa e sem qualquer tipo de alimentação. As cheias deram-se quando o rio Limpopo galgou as margens em resultado das fortes chuvas que acompanharam um ciclone que atingiu o país no final de Fevereiro. Antes do desastre, a antiga colónia portuguesa estava a recuperar dos 16 longos anos de guerra civil que tinham terminado apenas em 1992. Tendo introduzido reformas de mercado livre e instituições democráticas, Moçambique, no final dos anos 90, apesar de extremamente pobre, estava a crescer economicamente a uma taxa de 10 por cento por ano. As cheias destruíram todo o optimismo surgido no país. Em resultado da ajuda internacional, muitas pessoas apanhadas pelas cheias foram salvas e o esforço para a reconstrução recomeçou. Mas terão de passar muitos anos antes que Moçambique regresse a níveis semelhantes aos que tinha antes do ciclone.

Será que estas cheias foram simplesmente algo de "natural"? Num período de aquecimento global crescente, não podemos ter a certeza. Ao longo dos últimos 20 anos o número de ciclones, tornados e outras perturbações climatéricas em larga escala tem crescido em flecha. Muitos cientistas acreditam que estes desenvolvimentos são um resultado directo do aquecimento global, um processo que cria grande instabilidade no clima mundial. Alguns prevêem que estas perturbações irão aumentar nos próximos anos. Os cientistas falam da possível chegada de "hiperfuracões", dez vezes mais fortes que o tufão mais forte e vinte vezes mais poderosos do que o ciclone que produziu esta devastação em Moçambique. É provável que os países em vias de desenvolvimento sofram de forma desproporcionada as consequências do aquecimento global porque têm menos recursos para criarem as fontes de protecção necessárias. Se as margens do Limpopo fossem bem construídas, as cheias não teriam ocorrido ou poderiam ter sido contidas.

ppm as emissões teriam de representar 25 por cento dos níveis actuais e deveriam posteriormente ser reduzidas. O limite de 550 ppm salvaria 2 mil milhões de pessoas da falta de água, de inundações e de grandes quebras na produção agrícola.

Como sucede em muitas outras novas formas de risco, ninguém pode estar realmente seguro sobre quais serão os efeitos do aquecimento global. As suas causas são muito difusas e é difícil avaliar as suas consequências. Um cenário de emissões "elevadas" produziria verdadeiramente desastres naturais generalizados? Será que a estabilização dos níveis de emissão de dióxido de carbono poderá proteger a maioria das pessoas do mundo dos efeitos negativos das mudanças climatéricas? Será possível que os actuais processos de aquecimento global já tenham provocado uma série de futuros distúrbios climatéricos? Não podemos responder a estas questões com certezas. O clima da Terra é extremamente complexo e diversos factores irão interagir para produzir consequências diferentes em países distintos em pontos variáveis da Terra.

Os alimentos geneticamente modificados

Como já vimos, a fome e a subnutrição afectam presentemente mais de 800 milhões de pessoas no mundo. Com o aumento da população mundial nos próximos anos, há medo de que as carências de alimentação possam ainda vir a ser maiores. Nas áreas mais densamente povoadas, as pessoas dependem muitíssimo das colheitas de alimentos básicos – como o arroz – cujas reservas estão a decrescer. Muitos preocupam-se com o facto de as técnicas actuais de cultivo não serem capazes de produzir quantidades

de arroz suficientes para apoiar a população crescente. Tal como muitos dos desafios ambientais, a ameaça de fome não está distribuída de modo igual. Os países industrializados têm excesso de trigo – só os Estados Unidos tinham um excedente de 86 milhões de toneladas em 1999. É nos países mais pobres, onde as projecções de crescimento populacional são maiores, que é provável que a escassez de cereal se torne um problema crónico.

Algumas pessoas acreditam que a chave para evitar uma crise alimentar potencial pode residir nos avanços recentes da ciência e da biotecnologia. Através da manipulação da composição genética de produções básicas, como o arroz, é possível aumentar a velocidade de fotossíntese e produzir colheitas maiores. Chama-se a este processo modificação genética; as plantas produzidas desta maneira são designadas como **organismos geneticamente modificados** (OGMs). Pode recorrer-se à modificação genética com propósitos muito variados – e não apenas com o objectivo de aumentar as colheitas. Em alguns casos os cientistas produziram OGMs com maior quantidade de vitaminas do que o normal, por exemplo. Noutros casos existem plantas geneticamente modificadas que são resistentes aos herbicidas usados normalmente para matarem as ervas daninhas, os insectos, os fungos e as pestes virais. Os produtos alimentares feitos de organismos geneticamente modificados, ou que contêm traços de OGMs, são conhecidos como alimentos geneticamente modificados.

Os cultivos geneticamente modificados são diferentes de quaisquer outros, porque envolvem o transplante de genes entre organismos distintos. Trata-se de uma intervenção muito mais radical na natureza

do que os antigos métodos de cruzamento usados durante muitos anos. Os OGMs são produzidos através de técnicas de manipulação de genes que podem ser utilizadas para transplantar genes tanto entre animais como entre plantas. Em experiências recentes, por exemplo, foram introduzidos genes humanos em animais de criação, como os porcos, com o objectivo de fornecerem eventualmente órgãos para transplantes em seres humanos. Também foram introduzidos genes humanos nas plantas, apesar de os produtos geneticamente modificados comercializados até ao momento não envolverem este tipo de bio-engenharia radical.

Há cientistas que são da opinião que a estirpe geneticamente modificada de "super-arroz" poderia aumentar a produção de arroz em 35 por cento. Outra estirpe, o chamado 'arroz dourado' – que contém quantidades adicionais de vitamina A – poderia reduzir as deficiências de vitamina A em mais de 120 milhões de crianças em todo o mundo. Poderia pensar-se que estes avanços na biotecnologia seriam recebidos entusiasticamente por todos, mas, de facto, a modificação genética tornou-se um dos temas mais controversos do nosso tempo. Para muitas pessoas, torna bem nítida a linha ténue que separa os benefícios da tecnologia e das inovações científicas, por um lado, e os riscos de destruição ambiental, por outro.

A controvérsia sobre os alimentos geneticamente modificados

A saga dos alimentos geneticamente modificados começou há apenas poucos anos quando algumas das principais empresas de produtos químicos e agrícolas decidiram que o novo conhecimento acerca do funcionamento dos genes poderia transformar o fornecimento mundial de alimentos. Estas empresas produziam pesticidas e herbicidas, mas quiseram avançar para o que viam como um mercado importante do futuro. A empresa norte-americana Monsanto liderou o desenvolvimento de muita da nova tecnologia. A Monsanto comprou empresas de sementes, vendeu o seu sector de produtos químicos e dedicou muita da sua energia para trazer novas culturas para o mercado. Conduzida pelo seu Presidente, Robert Shapiro, a Monsanto lançou uma campanha publicitária gigante que promovia os benefícios das suas culturas geneticamente modificadas junto dos agricultores e dos consumidores. As primeiras respostas foram ao encontro das previsões confiantes da empresa. No início de 1999, 55 por cento da soja e 35 por cento do milho produzido nos Estados Unidos continham modificações genéticas. Nessa altura os cultivos geneticamente modificados já cresciam em cerca de 35 milhões de hectares de terra em todo o mundo – uma área uma vez e meia maior do que a Grã-Bretanha. Além dos Estados Unidos, os cultivos geneticamente modificados também estavam a difundir-se amplamente na China.

As campanhas de venda da Monsanto sublinhavam um número importante de virtudes dos alimentos geneticamente modificados. A empresa defendia que as culturas geneticamente modificadas poderiam não só ajudar os pobres do mundo, como poderiam contribuir para reduzir a utilização de poluentes químicos, em particular os químicos utilizados nos pesticidas e herbicidas. Afirma-se que as batatas modificadas geneticamente, por exemplo, precisam de menos 40 por cento de insecticidas químicos do que a quantidade normalmente empregue utilizando as técnicas de agricultura tradicionais. Segundo a Monsanto, a biotecnologia permitirá desenvolver culturas com maior qualidade e maiores rendimentos, ao mesmo tempo que apoia e protege o ambiente. A empresa chegou ao ponto de publicar a 'Lei de Monsanto'. Esta ideia baseou-se no famoso exemplo da 'Lei de Moore' no campo dos *chips* de computadores. No final dos anos 70 o especialista em computadores, Gordon Moore, olhou para as possibilidades da produção de *chips* para computador e calculou que a tecnologia informática duplicaria a sua capacidade cada dezoito meses. A Monsanto propôs que o mesmo efeito se verificaria na área da biotecnologia – implicando que a fortuna da Monsanto aumentaria também do mesmo modo. Como veremos, a empresa iria sofrer um rude choque.

Em virtude de os cultivos geneticamente modificados serem muito recentes, ninguém pode estar certo acerca dos seus efeitos uma vez introduzidos no ambiente. Muitos grupos ecologistas e de consumidores ficaram preocupados acerca do risco potencial envolvido na adopção desta tecnologia ainda pouco testada. A preocupação com os alimentos geneticamente modificados alargou-se à Europa. No Reino Unido, a hostilidade relativamente ao crescimento comercial das plantações modificadas geneticamente foi estimulada pelas descobertas do Dr. Arpad Pus-

ztai, um geneticista de renome internacional que trabalhava num laboratório estatal na Escócia. Na sua investigação, o Dr. Pusztai testou batatas onde introduziu um gene para um insecticida natural – uma proteína conhecida como lectina extraída de uma flor. Os resultados mostraram que os ratos que comiam as batatas geneticamente modificadas tiveram danos significativos nos seus sistemas imunitários e o crescimento dos seus órgãos reduzia-se. As descobertas do Dr. Pusztai foram criticadas por outros cientistas de relevo e ele acabou por ser despedido depois de ter falado na televisão acerca das suas preocupações quanto aos alimentos geneticamente modificados.

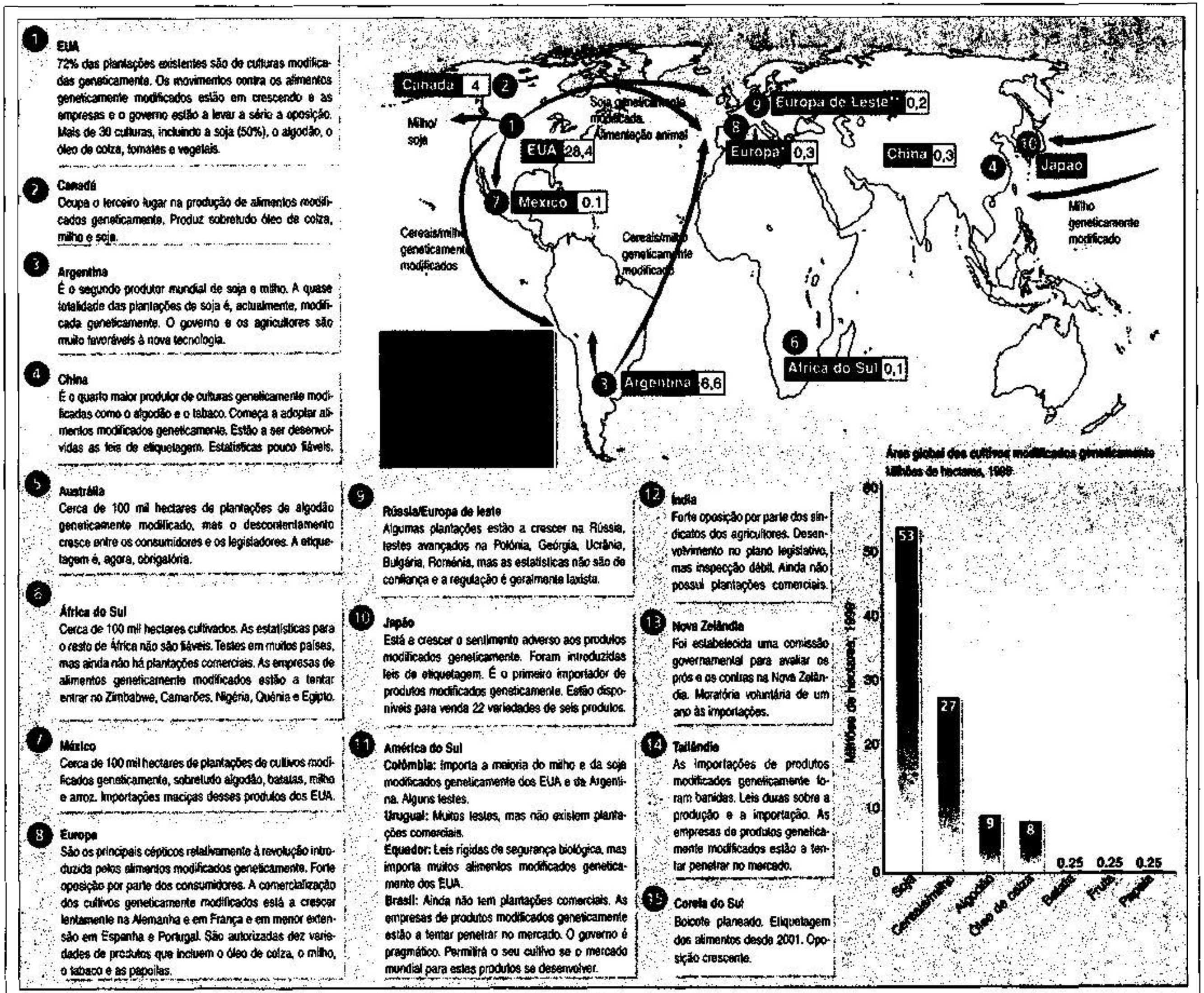
Nesta altura, estes alimentos tinham-se tornado uma história de primeira página das notícias quase todos os dias. Foram organizados numerosos debates de rádio e de televisão para discutir este tema. Muitos membros do público britânico mostraram a sua oposição em relação às culturas geneticamente modificadas, envolvendo-se alguns na "acção directa" – arrancando essas plantas em locais oficiais em todo o país onde estavam a ser testadas. Houve respostas semelhantes em outros países europeus. Estas atitudes estenderam-se aos Estados Unidos, onde tinha existido pouco debate. Na Grã-Bretanha, sete das oito maiores cadeias de supermercados mudaram a sua política relativamente aos alimentos geneticamente modificados. Cinco delas baniram na totalidade os ingredientes geneticamente modificados nos produtos com as suas marcas e todas elas insistiram em ter mais informação nas suas lojas. Duas grandes empresas, a Unilever e a Nestlé, anunciaram que iriam retirar a sua aprovação à utilização de alimentos geneticamente modificados. Alguns agricultores nos Estados Unidos, que tinham estado envolvidos na produção de grandes cultivos de produtos geneticamente modificados, regressaram aos seus cultivos tradicionais.

Os protestos dos ambientalistas e dos grupos de consumidores tiveram um grande impacto no destino da Monsanto. Durante 1999, as acções da Monsanto perderam mais de um terço do seu valor. Roberto Shapiro apareceu na televisão para admitir que a sua empresa tinha cometido grandes erros: 'Provavelmente irritámos e antagonizámos mais pessoas do que as que persuadimos", disse, "a nossa confiança nesta tecnologia e o nosso entusiasmo foi, creio, largamente visto – e de forma compreensível – como condescendência ou mesmo arrogância.' Este discurso representou uma mudança extraordinária na confiança com que tinha falado apenas alguns meses antes. A Monsanto foi forçada a abandonar um dos seus projectos mais controversos – a ideia de utilizar um gene chamado "o exterminador". Este gene teria garantido que as sementes que a Monsanto vendia aos agricultores seriam estéreis depois de uma geração; desta forma, todos os anos os agricultores tinham de comprar sementes à empresa. Os seus críticos defendiam que a empresa estava a tentar atrair os agricultores para uma forma de 'escravidão biológica'.

Por fim, a Monsanto, como afirmou um comentador espirituoso, foi forçada a "exterminar-se". A empresa desceu tanto na bolsa de valores em resultado da oposição aos alimentos geneticamente modificados que acabou por pôr fim à sua existência como companhia independente, juntando-se a outra firma para fundar a empresa Pharmacia. Ainda assim, a Monsanto conseguiu manter a sua independência dentro desta nova empresa. Existem poucas dúvidas de que a empresa continuará a tentar criar e vender colheitas de produtos agrícolas geneticamente modificados. Apesar das palavras de Robert Shapiro, poderemos duvidar quanto ao grau de mudança real das opiniões da companhia. Em Março de 2000, novos textos da empresa afirmavam que as posições contrárias aos alimentos geneticamente modificados não passavam de "retóricas piedosas". Os que são contra o cultivo imediato dos alimentos geneticamente modificados, continua o documento, "estão a procurar de forma egoísta impor os seus próprios fetiches e as suas crenças *New Age* à sociedade" a qualquer custo.

Avaliação dos riscos dos alimentos GM

Apesar das declarações de Robert Shapiro em contrário, as preocupações dos críticos dos alimentos modificados geneticamente são reais (ver o resumo apresentado na figura 19.11). Ninguém pode afirmar com certeza que as colheitas geneticamente modificadas estão isentas de risco. O código genético é muito complexo – juntar novos genes às plantas ou organismos poderá originar doenças imprevisíveis ou outras consequências prejudiciais. Em virtude de a tecnologia ser tão desconhecida, novas descobertas são reveladas com muita frequência. Em Maio de 2000, o governo britânico admitiu que milhares de hectares



1 **EUA**
72% das plantações existentes são de culturas modificadas geneticamente. Os movimentos contra os alimentos geneticamente modificados estão em crescendo e as empresas e o governo estão a levar a sério a oposição. Mais de 30 culturas, incluindo a soja (50%), o algodão, o óleo de colza, tomates e vegetais.

2 **Canadá**
Ocupa o terceiro lugar na produção de alimentos modificados geneticamente. Produz sobretudo óleo de colza, milho e soja.

3 **Argentina**
É o segundo produtor mundial de soja e milho. A quase totalidade das plantações de soja é, actualmente, modificada geneticamente. O governo e os agricultores são muito favoráveis à nova tecnologia.

4 **China**
É o quarto maior produtor de culturas geneticamente modificadas como o algodão e o tabaco. Começa a adoptar alimentos modificados geneticamente. Estão a ser desenvolvidas as leis de etiquetagem. Estatísticas pouco fiáveis.

5 **Austrália**
Cerca de 100 mil hectares de plantações de algodão geneticamente modificado, mas o descontentamento cresce entre os consumidores e os legisladores. A etiquetagem é, agora, obrigatória.

6 **África do Sul**
Cerca de 100 mil hectares cultivados. As estatísticas para o resto de África não são fiáveis. Testes em muitos países, mas ainda não há plantações comerciais. As empresas de alimentos geneticamente modificados estão a tentar entrar no Zimbabwe, Camarões, Nigéria, Quénia e Egipto.

7 **México**
Cerca de 100 mil hectares de plantações de cultivos modificados geneticamente, sobretudo algodão, batatas, milho e arroz. Importações maciças desses produtos dos EUA.

8 **Europa**
São os principais céptico relativamente à revolução introduzida pelos alimentos modificados geneticamente. Forte oposição por parte dos consumidores. A comercialização dos cultivos geneticamente modificados está a crescer lentamente na Alemanha e em França e em menor extensão em Espanha e Portugal. São autorizadas dez variedades de produtos que incluem o óleo de colza, o milho, o tabaco e as papoilas.

9 **Rússia/Europa de leste**
Algumas plantações estão a crescer na Rússia, testes avançados na Polónia, Geórgia, Ucrânia, Bulgária, Roménia, mas as estatísticas não são de confiança e a regulação é geralmente laxista.

10 **Japão**
Está a crescer o sentimento adverso aos produtos modificados geneticamente. Foram introduzidas leis de etiquetagem. É o primeiro importador de produtos modificados geneticamente. Estão disponíveis para venda 22 variedades de seis produtos.

11 **América do Sul**
Colômbia: importa a maioria do milho e da soja modificados geneticamente dos EUA e da Argentina. Alguns testes.
Uruguai: Muitos testes, mas não existem plantações comerciais.
Equador: Leis rígidas de segurança biológica, mas importa muitos alimentos modificados geneticamente dos EUA.
Brasil: Ainda não tem plantações comerciais. As empresas de produtos modificados geneticamente estão a tentar penetrar no mercado. O governo é pragmático. Permitirá o seu cultivo se o mercado mundial para estes produtos se desenvolver.

12 **Índia**
Forte oposição por parte dos sindicatos dos agricultores. Desenvolvimento no plano legislativo, mas inspecção débil. Ainda não possui plantações comerciais.

13 **Nova Zelândia**
Foi estabelecida uma comissão governamental para avaliar os prós e os contras na Nova Zelândia. Moratória voluntária de um ano às importações.

14 **Tailândia**
As importações de produtos modificados geneticamente foram banidas. Leis duras sobre a produção e a importação. As empresas de produtos geneticamente modificados estão a tentar penetrar no mercado.

15 **Coreia do Sul**
Boicote planeado. Etiquetagem dos alimentos desde 2001. Oposição crescente.

Figura 19.11 Alimentos geneticamente modificados: Perspectiva mundial
Fontes: ISAAA; Monsanto; FoE Europe; GEN; Reuters. From the *Guardian*, 24 July 2000.

de sementes convencionais de óleo de colza plantadas por agricultores tinham, de facto, sido contaminadas por materiais geneticamente modificados. Apenas algumas semanas mais tarde, foi publicada investigação alemã que afirmava que um gene frequentemente utilizado para modificar o óleo de colza tinha saltado a barreira das espécies indo fazer parte dos intestinos das abelhas. No curto período entre estas duas revelações, a própria Monsanto reconheceu que os seus grão de soja geneticamente modificados – o OGM cultivado intensivamente para fins comerciais – continha fragmentos inesperados de genes que não tinham sido previamente detectados.

Estas descobertas reforçam o alerta lançado por muitos activistas ambientalistas desde há algum tempo. Apesar de a modificação genética poder ter enormes benefícios potenciais, os riscos envolvidos são imprevisíveis e é difícil calculá-los. Uma vez libertos no ambiente, os OGM podem desencadear uma torrente de efeitos destrutivos que serão difíceis de monitorizar e controlar. Face a este dilema, muitos ambientalistas defendem o **princípio da precaução**. Este princípio propõe que, nos casos em que existem dúvidas suficientes sobre os possíveis riscos de novos avanços, é preferível aterem-se às práticas existentes do que modificá-las.

Olhando para o futuro

Às portas de um novo século, não podemos prever se os próximos cem anos serão marcados por desenvolvimentos sociais e económicos pacíficos ou por uma multiplicação de problemas globais – cuja resolução talvez esteja fora do alcance da humanidade. Ao contrário dos sociólogos que escreveram há 200 anos, vemos claramente que a indústria moderna não trouxe consigo apenas consequências benéficas. Mais do que nunca, o nosso mundo é populoso e rico, contudo também está à beira do desastre ecológico.

Deveremos resignar-nos a uma atitude de desespero? Claro que não. Se há uma coisa que a sociologia nos oferece, é uma profunda consciência da autoria humana das instituições sociais. Sabemos que é possível controlar os nossos destinos e modificar as nossas vidas para melhor, algo inimaginável para as gerações passadas.

A ideia de desenvolvimento sustentável, já discutida, ajudou a promover algumas inovações importantes no campo ambiental. Estas incluem, em particular, conceitos como os de *eco-eficiência* e de *modernização ecológica*. Entende-se por **eco-eficiência** o desenvolvimento de tecnologias eficazes em termos de crescimento económico, mas com custos mínimos para o ambiente. Até ao final dos anos 80, quando surgiu o relatório Brundtland, assumia-se geralmente que a maioria das formas de desenvolvimento industrial e a protecção ambiental eram incompatíveis. A ideia central envolvida na tese da **modernização ecológica** é a de que este pressuposto é falso. A utilização de tecnologias eco-eficientes pode produzir formas de desenvolvimento económico que conjugam o crescimento com políticas positivas para o ambiente.

As possibilidades oferecidas pela modernização ecológica podem ser ilustradas pelo que se passa com a indústria do tratamento do lixo – a indústria que nos liberta das toneladas de resíduos que as indústrias e os consumidores produzem todos os dias. Até há pouco tempo, como vimos acima, a maioria deste lixo era simplesmente processado e queimado. Hoje, contudo, toda a indústria está a ser transformada. O desenvolvimento tecnológico torna muito mais económico produzir jornais impressos em papel reciclado do que recorrendo à pasta de papel, como era prática corrente. Assim, existem boas razões económicas, como também ambientais, para utilizar e reutilizar papel em vez de continuar a cortar árvores. Não são só as empresas individualmente que estão a perseguir o objectivo do "desperdício zero" – isto é, a reciclagem total de todos os desperdícios para utilização industrial futura. Tal está a suceder com sectores inteiros da produção industrial. Os produtores de automóveis, como a Toyota e a Honda, já atingiram os 85 por cento de utilização de peças recicláveis nos seus veículos. Neste contexto, o lixo não é apenas uma descarga perigosa de materiais, mas um recurso para a indústria e, de algum modo, um meio de levar a inovação tecnológica mais longe.

Significativamente, alguns dos maiores contributos para a reciclagem, e como tal para o desenvolvimento sustentável, partem de áreas com uma forte concentração de indústrias de tecnologias de informação, como Sillicon Valley na Califórnia. A tecnologia de informação, ao contrário de muitas das antigas formas de produção industrial, é ambientalmente limpa. Quanto maior for o seu papel na produção

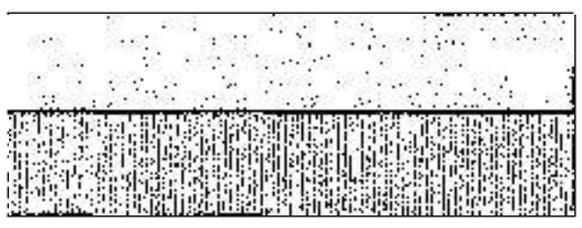
industrial, maior será a probabilidade de o ambiente ser menos afectado. Esta consideração poderá ter algum peso no desenvolvimento futuro das sociedades mundiais mais pobres. Nalgumas áreas de produção, pelo menos, poderá ser possível chegar a um rápido desenvolvimento económico sem a poluição produzida pelas velhas economias industriais, porque a tecnologia da informação desempenhará um papel muito maior.

Mesmo os defensores mais fortes da modernização ecológica são forçados a admitir que é provável que a salvação do ambiente global exija mudanças nos níveis de desigualdade que presentemente existem no mundo. Como vimos, os países industrializados representam apenas um quinto da população mundial. No entanto, são responsáveis por 75 por cento das emissões que causam a poluição da atmosfera e aceleram o aquecimento global. O indivíduo médio no mundo desenvolvido consome recursos naturais a uma velocidade dez vezes superior à do indivíduo médio nos países menos desenvolvidos. A própria pobreza contribui em primeiro lugar para o desenvolvimento de práticas que levam à destruição ambiental nos países pobres. As pessoas que vivem em condições económicas difíceis não têm outra alternativa se não utilizarem ao máximo os recursos locais disponíveis. Desta forma, o desenvolvimento sustentável não pode ser visto como algo separado das desigualdades globais.

O ambiente: um tema sociológico?

Por que é que o ambiente deveria ser uma preocupação para os sociólogos? Não estaremos a falar de assuntos que são puramente do âmbito dos cientistas e dos técnicos? O impacto dos seres humanos na natureza não será de carácter físico, criado pelas tecnologias modernas da produção industrial? Sim, mas a indústria e a tecnologia moderna desenvolveram-se ligadas a instituições sociais específicas. As origens do nosso impacto no ambiente são sociais e muitas das suas consequências também o são.

Salvar o ambiente global implica, portanto, mudanças sociais e tecnológicas. Dadas as vastas desigualdades globais, são poucas as hipóteses dos países do Terceiro Mundo sacrificarem o seu crescimento económico em virtude de problemas ambientais criados em larga medida pelos países ricos. No entanto, a Terra não parece possuir os recursos suficientes para que todas as pessoas do planeta possam viver segundo os padrões que as sociedades industrializadas tomam como assentes. Por esta razão, se se quiser que os sectores mundiais empobrecidos se aproximem dos mais ricos, estes terão de rever as suas expectativas acerca do crescimento económico. Alguns autores "verdes" defendem que as pessoas dos países ricos têm de reagir contra o consumismo e regressar a modos de vida mais simples se se quiser evitar o desastre ecológico.



1 O crescimento populacional é um dos problemas globais mais significativos actualmente enfrentados pela humanidade. O Malthusianismo é a ideia, avançada pela primeira vez por Thomas Malthus há dois séculos, de que o crescimento populacional tende a ultrapassar os recursos disponíveis para a sua sustentação. Caso as pessoas não limitassem a frequência das suas relações sexuais, o excesso de crescimento populacional asseguraria um futuro de miséria e de fome.

2 A demografia é o estudo do crescimento da população. Muito do trabalho demográfico é de carácter estatístico, mas os demógrafos também procuram explicar a natureza dos padrões populacionais. Os conceitos mais importantes na análise da população são as taxas de natalidade, de mortalidade, de fertilidade e de fecundidade.

3 As mudanças nos padrões da população são normalmente analisadas em termos de um processo de transição demográfica. Antes da industrialização, tanto as taxas de natalidade como as de mortalidade eram elevadas. Durante o início da

industrialização, o crescimento da população era efectivo, porque as taxas de mortalidade diminuíram enquanto as taxas de natalidade levaram mais tempo a decair. Por fim, chegou-se a um novo equilíbrio com taxas de natalidade e de mortalidade baixas.

4 As projecções indicam que a população mundial chegará a mais de 10 mil milhões de pessoas em 2150. A maioria deste crescimento terá lugar no mundo em vias de desenvolvimento, onde os países passarão por uma transição demográfica e experimentarão um crescimento rápido antes que a população estabilize. Nos países desenvolvidos a população crescerá muito pouco. Em seu lugar, ocorrerá um processo de envelhecimento e o número de jovens declinará em termos absolutos. Estas tendências da população terão implicações de largo alcance nos mercados de trabalho, nos sistemas de segurança social, no fornecimento da alimentação e da água, no ambiente natural e nas condições de vida nas áreas urbanas.

5 Há poucos aspectos do mundo natural que não foram afectados pelas actividades humanas. Todas as sociedades enfrentam preocupações relacionadas com a ecologia ambiental – como lidar melhor com o ambiente e conter a sua destruição face ao impacto da indústria moderna e da tecnologia. A ideia dos "limites ao crescimento", popularizada nos anos 70, postula que o crescimento industrial e o desenvolvimento não são compatíveis com a natureza finita dos recursos da Terra. A ideia de desenvolvimento sustentável, pelo contrário, defende que deveria haver crescimento, mas de forma a que os recursos sejam recicláveis e não esgotados.

6 Os padrões de consumo ascendentes em todo o mundo são um reflexo do crescimento económico, mas também danificam os recursos ambientais e exacerbam as desigualdades globais. O consumo de energia e o consumo de matérias-primas são muito maiores nos países ocidentais do que noutras partes do mundo. Contudo, os danos causados ao ambiente pelo consumo crescente têm o seu maior impacto sobre os mais pobres.

7 Existem muitas fontes de ameaça ao ambiente. Algumas relacionam-se com a poluição e com os resíduos libertados para a atmosfera: poluição do ar, chuvas ácidas, poluição da água e resíduos sólidos não recicláveis. Outras ameaças ambientais envolvem o esgotamento de recursos naturais recicláveis, como a água, o solo e as florestas, ao mesmo tempo que reduzem a biodiversidade.

8 A maioria das questões ambientais estão estreitamente relacionadas com o risco, porque são o resultado da expansão da ciência e da tecnologia. Entende-se por aquecimento global o aumento gradual da temperatura da superfície da Terra causada pelo aumento dos níveis de dióxido de carbono e de outros gases na atmosfera. As consequências potenciais do aquecimento global são graves, incluindo cheias, propagação de doenças, temperaturas muito elevadas e aumento do nível do mar. O aquecimento global apresenta riscos potenciais para toda a humanidade, mas é difícil concertar esforços para o combater, porque as suas causas e consequências potenciais são muito difusas.

9 As culturas geneticamente modificadas são produzidas através da manipulação da composição genética das plantas. Os alimentos geneticamente modificados são controversos: a modificação genética pode ter enormes benefícios no alívio da fome e da subnutrição, mas a tecnologia envolvida é nova e também pode comportar riscos para a humanidade e para o ambiente natural. O princípio da pre-

caução propõe que, quando exista dúvida suficiente acerca de possíveis riscos, é melhor aderir às práticas existentes, em vez de continuar em frente.

10 Entende-se por eco-eficiência as tecnologias que geram crescimento económico a um custo mínimo para o ambiente. A modernização ecológica é a crença de que o desenvolvimento industrial e a protecção ecológica não são incompatíveis.

PARA REFLEXÃO

1 Porque é que o estudo da demografia tem um carácter sociológico?

2 Porque é que as taxas de natalidade se mantiveram tão elevadas durante tanto tempo, apesar de as taxas de mortalidade terem descido?

3 Será que devemos culpar da destruição do ambiente a ciência ou a sociedade?

4 Será que a acção individual pode ter alguma influência na era de risco global?

5 Será justo impor "limites ao crescimento" aos países em vias de desenvolvimento quando o Ocidente completou a sua industrialização?

6 No fim de contas, Malthus teria razão?

ADICIONAIS

Caroline Bledsoe, Susana Lerner e **Jane I. Guyer**, *Fertility and the Male Lifecycle in the Era of Fertility Decline* (Oxford: Oxford University Press, 2000).

Paul Brown, *Global Warming: Can Civilization Survive?* (Londres: Blandford, 1996).

Amani E. El Obeid (ed), *Food Security: New Solutions for the Twenty-First Century* (Ames: Iowa State University Press, 1999).

Steve Hinchcliffe e **Kath Woodward** (eds.), *The Natural and the Social: Uncertainty, Risk, Change* (Nova Iorque: Routledge, 2000)

Geofrey McNicoll, *Population Weights in the International Order* (Nova Iorque: Population Council, 1999.

G. Tyller Jr., *Living in the Environment: Principles, Connections and Solutions* (Londres: Brooks/Cole, 2000)

David Pearce e **Eduard Barbier**, *Blueprint for a Sustainable Economy* (londres: Earthscan, 2000)

A INTERNET

Centre for Population Studies, London School of Hygiene and Tropical Medicine
http://www.lshtm.ac.uk/eps/cps

Department of the Environment, Transport and the Regions (UK) environment pages
www.environment.detr.gov.uk

Environmental Organization Web Directory
www.webdirectory.com

Friends of the Earth
http://www.foe.co.uk

Greenpeace
http://www.greenpeace.org.uk

United Nations Development Programme
http://www.undp.org

20 Métodos de Investigação em Sociologia

Questões sociológicas 641

A sociologia será uma ciência? 642

O processo de investigação 643
- **O problema de investigação** 644
- **Revisão dos conhecimentos** 644
- **Definição do problema da investigação** 644
- **Elaboração de um plano** 644
- **Realização da investigação** 644
- **Interpretação dos resultados** 645
- **Elaboração do relatório final** 645
- **A realidade intromete-se!** 645

Compreender a causa e o efeito 646
- **Causalidade e correlação** 646
- **O mecanismo causal** 646
- **Variáveis de Controlo** 647
- **Identificação das causas** 647

Métodos de Investigação 648
- **Etnografia** 648
- **Inquéritos** 649
- **Experiências** 652
- **Histórias de vida** 652
- **Análise histórica** 652
- **A conjugação entre a investigação comparativa e a histórica** 654

Investigação no mundo real: métodos, problemas, escolhas 654
- **Investigar a raça e a pobreza nos espaços urbanos** 655

Conclusão: A influência da sociologia 659
- **Sumário** 662
- **Questões para reflexão** 662
- **Leituras adicionais** 663
- **Ligações à Internet** 663

Mucelli

Capítulo 20: Métodos de Investigação em Sociologia

No auditório do Centro de Formação para Hospedeiras da Delta Airlines, em Atlanta, 123 candidatas a hospedeiras de bordo sentaram-se e ouviram um piloto explicar-lhes que o sorriso era o seu recurso principal. Arlie Hochschild, professora de sociologia da Universidade da Califórnia, viajou até Atlanta para assistir a estas aulas, sobre as quais escreveu no seu livro *The Managed Heart* (1983).

"Agora meninas, quero que *sorriam* realmente", disse o piloto. "O vosso sorriso é o vosso maior recurso. Quero que saiam e o usem. Sorriam. Sorriam *realmente*. Usem-no *de facto*."

Baseando-se na sua investigação com as candidatas a hospedeiras de bordo, Hochschild foi capaz de juntar uma nova dimensão ao modo como os sociólogos pensam acerca do mundo do trabalho. Na medida em que as economias do Ocidente se baseiam crescentemente no sector de serviços precisamos de entender o estilo emocional do trabalho que desenvolvemos.

O trabalho de hospedeira de bordo é semelhante a m it s t b lh q v ê s v s s i s desempenham presentemente. Seja a servir cafés ou a estacionar carros, muitos dos trabalhos de hoje exigem mais do que trabalho físico. É necessário oferecer aquilo a que Hochschild chama "trabalho emocional" – trabalho que requer que os sentimentos sejam geridos de modo a criar uma "montra" facial e corporal visível (e aceite) publicamente. Segundo Hochschild, as empresas para as quais trabalham não apelam só aos movimentos físicos, também apelam às emoções. Vocês são proprietárias do vosso sorriso enquanto trabalham.

Hochschild passou um largo período de tempo nas aulas porque uma das melhores maneiras de compreender os processos sociais é participar neles e observá-los. Também conduziu entrevistas que lhe ermitiram reunir mais informação do que a que teria conseguido obter apenas através da observação das aulas. A investigação desta autora abriu uma janela sobre um aspecto da vida que a maioria das pessoas julga entender, mas que era necessário compreender de forma mais profunda. Descobriu que os empregados no sector dos serviços – tais como os trabalhadores físicos – experimentam muitas vezes um sentimento de distância em relação à imagem particular de si próprios que utilizam no trabalho. O braço de um trabalhador, por exemplo, pode vir a sentir-se como uma peça de uma máquina, e apenas acidentalmente uma parte da pessoa que o está a mexer. Da mesma forma, os trabalhadores do sector de serviços disseram muitas vezes a Hochschild que tinham posto os seus sorrisos, mas que não estavam genuinamente a sorrir. Por outras palavras, estes trabalhadores sentiam-se distantes das suas próprias emoções. Este facto é interessante se tomarmos em consideração que as emoções são normalmente pensadas como uma parte pessoal e profunda de nós próprios.

Muitos outros investigadores basearam-se nas ideias de Hochschil e desde a publicação de *The Managed Heart*. Apesar de Hochschild ter conduzido

A investigação de Arlie Hochschild com assistentes de bordo conduziu a uma nova compreensão acerca do modo como os trabalhadores do sector de serviços se podem sentir distantes das ferramentas do seu trabalho – os seus sorrisos.

o seu estudo numa das mais desenvolvidas "economias de serviços" do mundo – os Estados Unidos – as suas descobertas aplicam-se a muitas sociedades do presente.

Os empregos no sector dos serviços estão a crescer rapidamente em vários países do mundo, exigindo que mais e mais pessoas se envolvam no "trabalho emocional" no local de trabalho. Nalguns países onde não existe a tradição do sorriso em público, tal como na Gronelândia (vide pág. 23), esta demonstrou ser uma tarefa difícil. Nestes países, pede-se aos empregados do sector de serviços que frequentem "sessões especiais de sorriso" – não muito diferentes das frequentadas pelas hospedeiras da Delta Airlines.

Questões sociológicas

Compete à investigação sociológica ir além da compreensão superficial da vida quotidiana tal como fez Hochschild. Uma boa investigação deveria ajudar-nos a compreender as nossas vidas sociais de uma nova forma. Deveria surpreender-nos nas questões que coloca e nas suas descobertas. Os assuntos que preocupam os sociólogos, tanto na sua teorização como na investigação, são muitas vezes semelhantes aos que preocupam muitas outras pessoas. Mas os resultados destas investigações afastam-se frequentemente das nossas crenças de senso comum.

Em que circunstâncias vivem os grupos minoritários? Como pode existir fome em massa num mundo que é, hoje, muito mais rico do que alguma vez o foi? Quais os efeitos do uso crescente da tecnologia de informação nas nossas vidas? Estará a família, enquanto instituição, a desintegrar-se? Os sociólogos tentam fornecer respostas a estes e a muitos outros problemas. As suas descobertas não são, de modo algum, necessariamente definitivas. No entanto, o objectivo da teorização e da investigação sociológica é romper com a forma especulativa como normalmente se consideram certas questões. O bom trabalho sociológico tenta colocar as questões de forma tão exacta quanto possível e procura avaliar as provas factuais antes de chegar a conclusões. Para atingir estes objectivos, temos de conhecer os **métodos de investigação** mais úteis para um dado estudo e a melhor forma de analisar os seus resultados.

Algumas das questões que os sociólogos colocam nos seus estudos são em grande medida **factuais** ou empíricas. Por exemplo, muitos aspectos dos crimes e da justiça necessitam de uma investigação sociológica directa e sistemática. Poderíamos, portanto, perguntar: Que formas de crime são mais comuns? Que proporção de pessoas que adoptam um comportamento criminoso são apanhadas pela polícia? Quantas destas pessoas são consideradas culpadas e presas? É necessário, frequentemente, proceder a muitas pesquisas antes de ser possível obter respostas a perguntas factuais como estas; as estatísticas oficiais sobre o crime, por exemplo, têm um valor duvidoso como indicador do nível real da actividade criminosa. Os investigadores que estudaram os níveis de crime descobriram que só cerca de metade dos crimes sérios são comunicados à polícia.

Claro que a informação factual acerca de uma sociedade, nem sempre nos dirá se estamos a lidar com um caso pouco usual ou com um conjunto muito genérico de influências. Muitas vezes, os sociólogos querem colocar **questões comparativas**, relacionando um contexto social com outro, ou contrastando exemplos oriundos de diferentes sociedades. Existem diferenças significativas, por exemplo, entre os sistemas sociais e legais da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Uma questão comparativa típica poderia ser a seguinte: Como é que variam os padrões do comportamento criminal e da aplicação da lei entre os dois países? (De facto, encontram-se algumas diferenças importantes entre eles).

Em sociologia necessitamos de olhar não só para as sociedades existentes em relação entre si, mas também de comparar o seu presente e o seu passado. Neste caso, as questões colocadas pelos sociólogos são relativas ao **desenvolvimento**. Para compreender a natureza do mundo moderno, temos de olhar para as formas prévias de sociedade e temos de analisar a direcção principal seguida pelos processos de mudança. Assim, podemos investigar, por exemplo, como surgiram as primeiras prisões e como estas são presentemente.

As investigações factuais – ou, como os sociólogos lhes preferem chamar, **empíricas** – preocupam-se em saber *como* ocorrem as coisas. Contudo, a sociologia não consiste apenas na recolha de factos, por muito importantes ou interessantes que eles possam ser. Precisamos sempre de interpretar o significado dos factos e, para o fazer, temos de aprender a colocar **questões teóricas**. Muitos sociólogos traba-

Quadro 20.1 Um processo de questionamento sociológico

Questão factual	O que aconteceu?	Desde os anos 80, as raparigas têm obtido melhores resultados escolares do que os rapazes.
Questão comparativa	Este fenómeno deu-se em todo o lado?	Foi um fenómeno global, ou tratou-se de algo que ocorreu apenas na Grã-Bretanha ou em alguma região da Grã-Bretanha?
Questão de desenvolvimento	Isto aconteceu ao longo do tempo?	Quais foram os padrões dos resultados escolares das raparigas ao longo do tempo?
Questão teórica	O que está por detrás deste fenómeno?	Porque é que as raparigas têm um melhor desempenho na escola? Que factores deveríamos ter em conta para explicar esta mudança?

lham em primeiro lugar as questões empíricas, mas a não ser que sejam guiados na recolha empírica por algum conhecimento teórico, é pouco provável que o seu trabalho seja esclarecedor. Este argumento é válido mesmo para a investigação efectuada com objectivos puramente práticos (vide quadro 20.1).

Neste capítulo, começaremos por considerar até que ponto a sociologia pode ser vista como uma ciência. Muitos aspectos do mundo social não podem ser investigados do mesmo modo que o mundo natural e iremos ver porque é assim. Em seguida, iremos analisar alguns elementos-chave envolvidos na investigação sociológica, antes de passarmos em revista as diferentes formas dos métodos de investigação que os sociólogos utilizam no seu trabalho. Analisaremos também algumas investigações concretas – dado que, muitas vezes, existem contrastes entre a definição ideal do modo como a pesquisa deveria ser conduzida e os estudos reais.

A sociologia será uma ciência?

Durkheim, Marx e os outros fundadores da sociologia pensaram-na como uma ciência. Mas podemos estudar realmente a vida social humana de um modo científico? A **ciência** consiste na utilização de métodos científicos sistemáticos de investigação empírica, na análise de dados, no pensamento teórico e na avaliação lógica de argumentos para desenvolver um corpo de conhecimentos acerca de um objecto particular. Segundo esta definição, a sociologia é um empreendimento científico. Envolve métodos sistemáticos de investigação empírica, a análise de dados e a avaliação das teorias à luz da evidência e argumentação lógica.

Estudar os seres humanos, contudo, é diferente da observação dos acontecimentos no mundo físico e a sociologia não deveria ser vista directamente como uma ciência natural. Ao contrário dos objectos na natureza, os humanos são seres autoconscientes que conferem sentido e objectivos ao que fazem. Não podemos descrever a vida social de forma acurada a não ser que compreendamos primeiro os conceitos que as pessoas aplicam no seu comportamento. Descrever uma morte como um suicídio, por exemplo, significa saber o que a pessoa em questão pensava naquele momento. O suicídio só pode ocorrer quando um indivíduo tem a autodestruição activa em mente. Não se pode dizer de alguém que se atravesse acidentalmente em frente de um carro e seja morto, que tenha cometido suicídio.

O estudo da sociedade é diferente do mundo natural por outra razão. Através das nossas próprias acções, estamos constantemente a criar e a recriar as sociedades em que vivemos. A sociedade não é uma entidade estática ou imutável; as instituições sociais estão continuamente a ser representadas ao longo do

Humanos a estudar humanos, um tipo de ciência diferente.

tempo e do espaço através das acções repetidas dos indivíduos. A sociologia preocupa-se com o estudo dos seres humanos, não com objectos inertes. Assim, a relação entre a sociologia e o seu objecto é necessariamente diferente da existente entre os cientistas naturais e o mundo físico. Os seres humanos têm capacidade para compreender e responder ao conhecimento social de um modo que não é possível em relação aos elementos do mundo natural. É desta forma que a sociologia pode servir como uma poderosa força emancipadora.

O facto de não podermos estudar os seres humanos da mesma forma que os objectos na natureza é, de certa forma, uma vantagem para a sociologia. Os investigadores sociais beneficiam do facto de poderem colocar questões directamente a quem estudam – outros seres humanos. Noutros aspectos, a sociologia cria dificuldades que não são encontradas pelos cientistas naturais. As pessoas que têm conhecimento de que as suas actividades estão a ser avaliadas não se comportarão, frequentemente, da mesma maneira como agiriam normalmente. Podem mostrar-se conscientemente de um modo que difere das suas atitudes normais. Podem mesmo tentar "assistir" o investigador dando-lhe as respostas que pensam que ele pretende obter.

O processo de investigação

Debrucemo-nos agora sobre os estádios normalmente envolvidos no trabalho de pesquisa. O processo de investigação envolve uma série de passos distintos, indo desde o início da pesquisa até à altura em que são publicadas as suas descobertas ou disponibilizadas sob a forma escrita.

O problema de investigação

Todas as investigações partem de um problema a investigar. Por vezes, pode tratar-se de um caso de ignorância factual. Podemos simplesmente desejar melhorar o nosso conhecimento acerca de certas instituições, processos sociais ou culturas. O investigador pode desejar responder a questões do tipo das seguintes: qual a proporção da população com fortes convicções religiosas? As pessoas estarão realmente descontentes com o "governo"? Qual a diferença em termos económicos entre mulheres e homens?

Não obstante, a melhor investigação sociológica parte de problemas que também constituem enigmas. Um enigma não é apenas uma falta de informação, é igualmente uma lacuna no nosso entendimento. Uma grande parte da capacidade para realizar investigações sociológicas relevantes consiste em identificar correctamente enigmas. Em vez de responder simplesmente à pergunta, "O que está a acontecer aqui?", a investigação que tenta resolver um enigma procura contribuir para o entendimento das razões do *porque* os eventos ocorreram de um modo determinado. Deste modo, podemos perguntar: porque estarão os padrões da crença religiosa a modificar-se? O que explica a mudança na proporção dos eleitores que votam, nos últimos anos? Porque é tão diminuta a representação das mulheres nos empregos de estatuto social elevado?

Nenhum trabalho de investigação se encontra isolado. Os problemas de investigação surgem como parte do trabalho que se está a efectuar; um projecto de investigação pode facilmente conduzir a outro, pois sugere assuntos que o investigador não tinha considerado previamente. Os enigmas também podem surgir com a leitura do trabalho de outros investigadores publicado em livros e revistas da especialidade, ou através da tomada de consciência da existência de tendências específicas na sociedade. Durante os últimos anos, por exemplo, um número crescente de programas procurou inserir os doentes mentais na comunidade em vez de os internar em hospitais psiquiátricos. Os sociólogos podem ser induzidos a questionar o que provocou esta mudança de atitude em relação aos doentes mentais, e quais as consequências prováveis tanto para os próprios doentes como para o resto da comunidade.

Revisão dos conhecimentos

Uma vez identificado o problema, normalmente o próximo passo a seguir no processo de investigação é rever as evidências disponíveis no campo; pode dar-se o caso de investigações anteriores terem já clarificado satisfatoriamente o problema. Em caso contrário, o investigador deverá examinar cuidadosamente todo o material existente. Terão outros investigadores detectado o mesmo enigma? Como é que o tentaram resolver? Que aspectos do problema foram deixados de fora da análise? Discorrer sobre as ideias de outros ajuda o investigador a clarificar os assuntos que podem ser levantados e os métodos que podem ser usados na investigação.

Definição do problema de investigação

Um terceiro estádio envolve uma formulação precisa do problema de investigação. Se já existe literatura relevante, o investigador pode regressar da biblioteca com uma boa noção do modo como o problema pode ser abordado. Neste estádio, os palpites sobre a natureza do problema podem por vezes tornar-se **hipóteses** definidas. Uma hipótese é uma suposição acerca da relação entre os fenómenos em que o investigador está interessado. Para que a investigação seja eficaz, deverá ser estabelecida uma hipótese de forma a que o material reunido forneça a oportunidade de a testar.

Elaboração de um plano

O investigador deve, então, decidir exactamente *como* vão ser recolhidos os materiais de investigação. Existem vários métodos de investigação e a escolha de um em especial depende dos objectivos globais do estudo, assim como das características de comportamento a analisar. Em certas circunstâncias, pode ser adequado fazer um inquérito (no qual normalmente se usam questionários). Noutras, podem ser mais apropriadas as entrevistas ou um estudo assente na observação, tal como o desenvolvido por Arlie Hochschild.

Realização da investigação

Na altura de iniciar a investigação, podem surgir dificuldades práticas imprevistas. Pode revelar-se ser

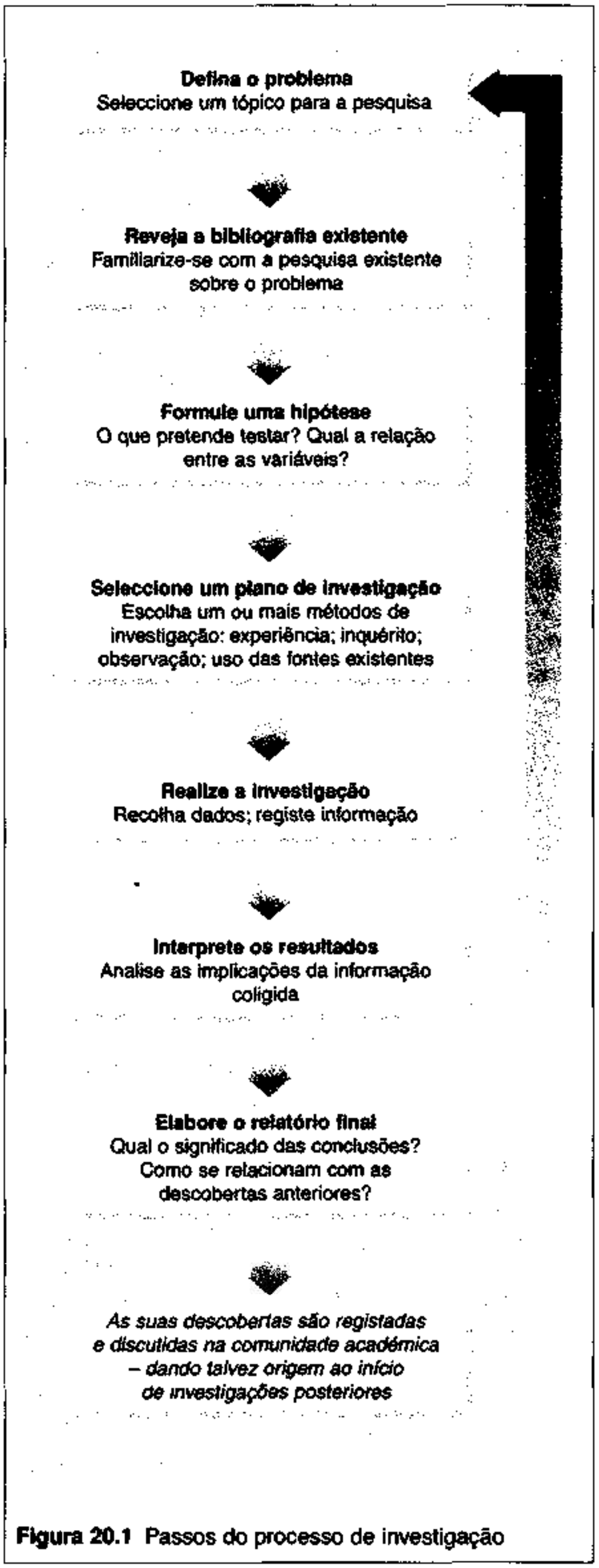


Figura 20.1 Passos do processo de investigação

impossível contactar algumas das pessoas a quem os questionários deveriam ser enviados ou que o investigador deseja entrevistar. Uma empresa ou departamento governamental podem não ter vontade de deixar o investigador efectuar o seu trabalho. Por exemplo, se o investigador está a estudar o modo como as empresas estão a cumprir o programa de iguais oportunidades para as mulheres, então, as companhias que não o estão a aplicar poderão querer ser alvo deste estudo. Como consequência, os resultados poderiam estar enviesados.

Interpretação dos resultados

A reunião do material da análise não significa o fim dos problemas do investigador – de facto, estes podem apenas estar a começar! Raramente é fácil avaliar as implicações das informações coligidas e relacioná-las com o problema em questão. Embora possa ser possível obter uma resposta clara para as questões iniciais que a investigação se propunha analisar, muitas investigações não são totalmente conclusivas.

Elaboração do relatório final

O relatório da investigação, normalmente publicado sob a forma de artigo ou livro, fornece uma descrição da natureza da investigação e justifica as conclusões extraídas. No caso de Hochschild este relatório foi o livro *The Managed Heart*. Este é um estádio final só em termos do projecto individual de investigação. A maioria das publicações indica as questões que permanecem sem resposta e sugere investigações adicionais que podem ser feitas no futuro de forma proveitosa. Todas as investigações individuais fazem parte de um processo contínuo de pesquisa que se desenvolve na comunidade sociológica.

A realidade intromete-se!

A sequência das etapas que acabámos de apresentar é uma versão simplificada do que acontece nos projectos de investigação (vide figura 20.1). De facto, numa investigação sociológica estes estádios raramente se sucedem tão nitidamente uns aos outros, havendo quase sempre uma certa dose de sobreposição. A diferença é um pouco como aquela que existe entre as

receitas dadas num livro de culinária e o processo real de cozinhar uma refeição. As pessoas com experiência de cozinha podem nem sequer recorrer aos livros de receitas e o seu trabalho é, quase sempre, muito mais criativo do que o daquelas que o usam. Seguir esquemas fixos pode ser excessivamente restritivo e muitas das investigações sociológicas mais famosas não se ajustariam de todo à sequência acabada de mencionar, apesar de alguns dos passos poderem estar presentes.

Compreender a causa e o efeito

Um dos principais problemas a ser tido em conta nos métodos de investigação é a análise entre causa e efeito. Uma **relação causal** entre dois acontecimentos ou situações é uma associação na qual um acontecimento ou situação produz outro. Se se solta o travão de mão num carro que está numa descida, este irá descer, ganhando velocidade à medida que o faz. Soltar o travão *causou* este acontecimento; as razões deste sucesso podem ser realmente compreendidas à luz dos princípios físicos envolvidos.

Tal como as ciências naturais, a sociologia assume que todos os acontecimentos têm causas. A vida social não é um conjunto de acontecimentos aleatórios, que têm lugar sem pés nem cabeça. Uma das principais tarefas da investigação sociológica – conjugada com o pensamento teórico – é a de identificar as causas e os efeitos.

Causalidade e correlação

A **causalidade** não pode ser inferida directamente da correlação. A **correlação** significa a existência de uma relação regular entre dois conjuntos de ocorrências ou **variáveis**. Uma variável é uma qualquer dimensão ao longo da qual variam indivíduos ou grupos. A idade, as diferenças de rendimento, as taxas de crime e as diferenças de classe social são algumas de entre as muitas variáveis que os sociólogos estudam. Pode parecer que quando duas variáveis se correlacionam, uma deve ser a causa da outra; não é esse o caso frequentemente. Existem muitas correlações sem qualquer relação causal entre as variáveis. Por exemplo, desde a Segunda Guerra Mundial, pode descobrir-se uma forte correlação entre o declínio no uso do cachimbo e o decréscimo no número de pessoas que vão regularmente ao cinema. Claramente uma mudança não causa a outra, e acharíamos difícil descobrir sequer uma remota relação causal entre elas.

Existem muitas circunstâncias, contudo, em que não é tão óbvio o facto de uma correlação observada não implicar uma relação causal. Estas correlações são armadilhas para os mais incautos e conduzem facilmente a conclusões questionáveis ou falsas. No seu trabalho clássico de 1897, *O Suicídio* (ver capítulo 1, "O que é a sociologia?", p. 10), Emile Durkheim encontrou uma correlação entre as taxas de suicídio e as estações do ano (Durkheim, 1952). Nas sociedades que Durkheim estudou, os níveis de suicídio aumentavam progressivamente de Janeiro até Junho ou Julho. Desde essa altura declinavam até ao final do ano. Pode-se supor que tal demonstra existirem relações de causalidade entre a temperatura ou as mudanças climatéricas e a propensão dos indivíduos para se suicidarem Talvez suceda que, à medida que as temperaturas sobem, as pessoas se tornem mais impulsivas e passionais? Contudo, neste caso, a relação causal não tem provavelmente nada a ver directamente com a temperatura ou com o clima. Esta pressuposição é uma *correlação espúria* – uma associação entre duas variáveis que *parece* ser verdadeira, mas que na verdade é causada por outro factor ou factores.

Indo mais além, aparentemente a maior parte das pessoas envolve-se numa vida social mais intensa na Primavera e no Verão do que no Inverno. Os indivíduos isolados ou infelizes tendem a sentir uma intensificação destes sentimentos à medida que o nível de actividade das outras pessoas aumenta. Assim podem sentir mais tendências suicidas na Primavera e no Verão do que no Outono e no Inverno, quando o ritmo da actividade social abranda.

O mecanismo causal

Analisar relações causais envolvidas nas correlações é muitas vezes um processo difícil. Existe uma forte correlação, por exemplo, entre o grau de educação atingido e o sucesso ocupacional nas sociedades modernas. Quanto melhores forem as notas obtidas por um indivíduo na escola, melhor será a remuneração que poderá vir a ter. O que é que explica esta correlação? A investigação tende a mostrar que a resposta não reside principalmente na experiência escolar;

os níveis de sucesso conseguidos na escola são muito mais influenciados pelo tipo de lar do qual a pessoa provém. As crianças oriundas de lares mais abastados, cujos pais demonstram um grande interesse pelas suas capacidades de aprendizagem e onde existem mais livros, têm mais probabilidades de se saírem melhor do que as crianças cujas famílias não reúnem estas condições. Os mecanismos causais neste caso são as atitudes dos pais para com as suas crianças, conjuntamente com as oportunidades para a aprendizagem proporcionadas em casa.

As relações causais em sociologia não deveriam ser entendidas de uma forma muito mecânica. As atitudes que as pessoas têm, e as suas razões subjectivas para agirem como agem, são factores causais nas relações entre as variáveis na vida social.

Variáveis de Controlo

Ao avaliar a causa ou causas que explicam uma correlação, é necessário distinguir entre **variáveis independentes** e **variáveis dependentes**. Uma variável independente é uma variável que produz um efeito numa outra. A variável afectada é a variável dependente. No exemplo apenas mencionado, os resultados académicos são a variável independente e o rendimento da profissão a variável dependente. A distinção refere-se à direcção da relação causal que estamos a investigar. O mesmo factor pode ser uma variável independente num estudo e uma variável dependente num outro. Tudo depende dos processos causais que estão a ser analisados. Se estivéssemos a analisar os efeitos das diferenças de rendimentos nos estilos de vida, o rendimento seria a variável independente em vez da variável dependente.

Para descobrir se a correlação entre as variáveis é uma relação causal, utilizamos as variáveis de **controlo**, o que significa que tomamos certas variáveis como constantes de modo a observarmos os efeitos das outras. Ao fazê-lo, somos capazes de avaliar diferentes explicações de correlações observadas, separando as relações causais, das não causais. Os investigadores que estudam o desenvolvimento das crianças, por exemplo, defendem que existe uma relação causal entre a falta da mãe na infância e sérios problemas de personalidade na idade adulta. Como podemos testar se existe realmente uma relação causal entre a falta da mãe e as desordens de personalidade tardias? Fá-lo-íamos tentando controlar, ou "isolar", outras influências possíveis que poderiam explicar a correlação.

Uma fonte de privação maternal é o internamento de uma criança no hospital durante um longo período de tempo, durante o qual está separada dos seus pais. Será, contudo, a ligação à mãe que realmente importa? Talvez se a criança receber amor e atenção de *outras* pessoas durante a infância, ele ou ela possa ser ulteriormente uma pessoa estável? Para averiguar estas possíveis relações causais, deveríamos comparar casos em que as crianças tivessem sido privadas de cuidados regulares de quem quer que fosse, com casos nos quais as crianças foram separadas das suas mães, mas receberam amor e cuidados de outra pessoa. Se o primeiro grupo desenvolvesse fortes distúrbios de personalidade, mas o segundo não, poderíamos suspeitar que o cuidado regular de alguém na infância é o que importa, independentemente de se tratar ou não da mãe. (De facto, as crianças parecem prosperar normalmente desde que tenham uma relação estável de amor com *alguém* que olhe por elas – não tendo esse alguém de ser a própria mãe).

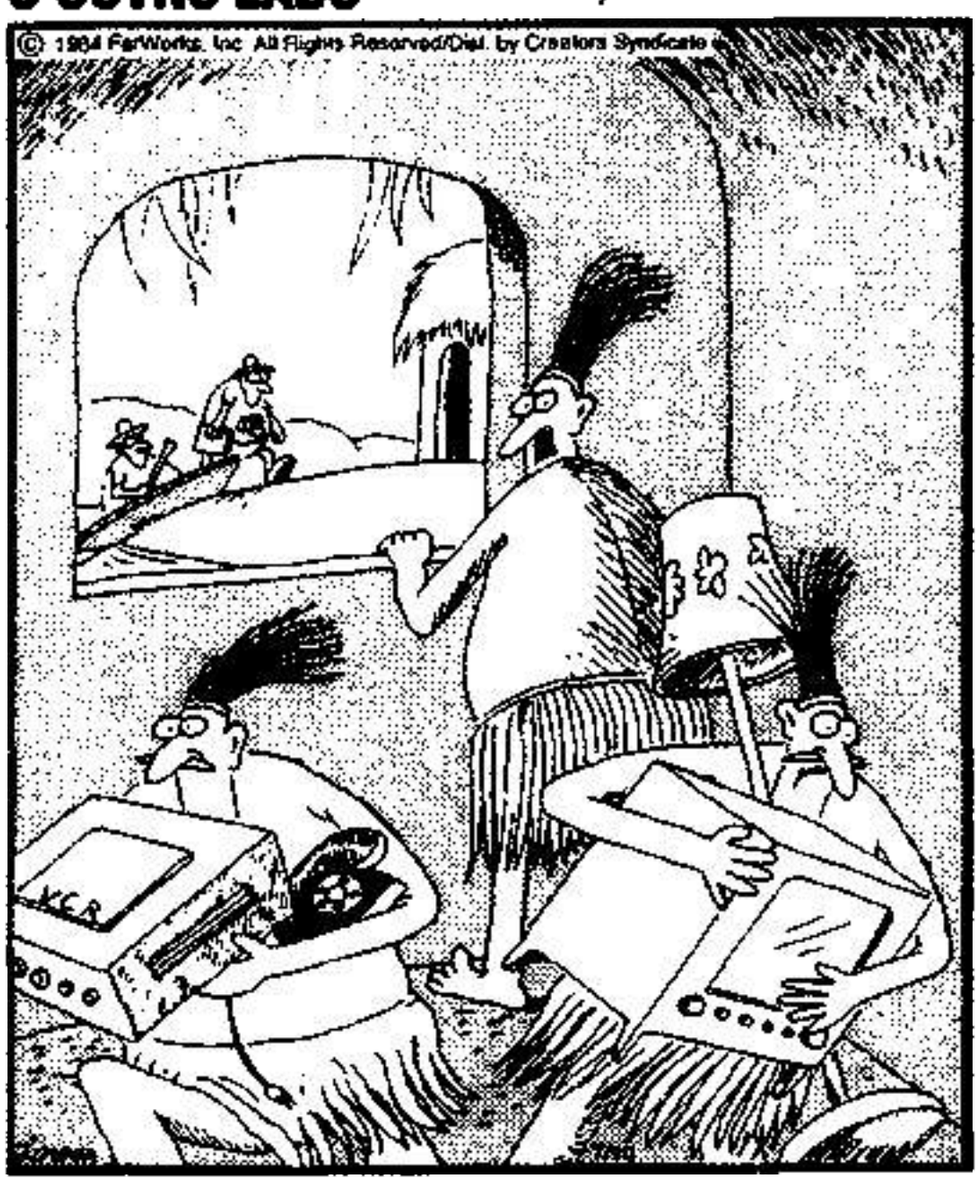
Identificação das causas

Há um grande número de causas possíveis que poderiam ser invocadas para explicar uma dada correlação. Como poderemos ter a certeza de que as consideramos todas? A resposta é que não podemos ter a certeza. Nunca poderíamos desenvolver e interpretar os resultados de uma investigação sociológica de forma satisfatória se fôssemos compelidos a testar a possível influência de cada factor causal que pudéssemos considerar potencialmente relevante. A identificação de relações causais é normalmente guiada pela pesquisa prévia sobre a área em questão. Se não tivermos uma ideia razoável de antemão dos mecanismos causais envolvidos numa correlação, acharíamos provavelmente muito difícil descobrir as relações causais reais. Não saberíamos o que testar.

Um bom exemplo de como é difícil estar seguro quanto às relações causais envolvidas numa correlação é proporcionada pela longa história de estudos sobre o tabaco e o cancro no pulmão. A investigação demonstrou de forma consistente uma forte correlação entre ambos. Os fumadores têm maior probabilidade de contrair cancro nos pulmões do que os não fumadores, e esta probalidade ainda é mais forte

entre quem fuma muito do que entre quem fuma _____s. A c_rr_laçã_ p__e ta__bé__ s_r _xpressa __ outro modo. Um grande número de pessoas que têm cancro no pulmão são fumadoras ou fumaram durante grandes períodos de tempo no passado. Existiram muitos estudos que confirmaram estas correlações, pelo que se aceita geralmente a existência de uma ligação causal; mas os mecanismos causais exactos são em larga medida desconhecidos.

Por muito trabalho correlacional que se faça sobre um assunto, fica sempre alguma dúvida quanto a possíveis relações causais. São possíveis outras interpretações da correlação. Defendeu-se, por exemplo, que as pessoas que têm predisposição para contrair cancro no pulmão estão também predispostas para fumar. Sob esta perspectiva não é o fumo que causa cancro no pulmão, mas uma disposição biológica inata para fumar e para o cancro.



© 1984 FarWorks, Inc. Utilização autorizada. Todos os direitos reservados.

Este cartoon ilustra alguns dos problemas colocados pelo estudo de sujeitos com consciência própria.

Métodos de Investigação

Passemos então a analisar os diversos métodos de pesquisa utilizados pelos sociólogos no seu trabalho.

Etnografia

A **etnografia** é o estudo das pessoas e grupos em primeira mão num determinado período de tempo, utilizando a **observação participante** ou entrevistas para entender o comportamento social. A investigação etnográfica procura descobrir os significados subjacentes às acções sociais. Este objectivo é alcançado através do envolvimento directo dos investigadores nas interacções que constituem a realidade social do grupo que está a ser estudado. Um sociólogo que desenvolve investigação etnográfica pode trabalhar ou viver com um grupo, organização ou comunidade durante meses ou mesmo anos. Muitas vezes o investigador desempenha um papel activo nas suas actividades diárias, observando os acontecimentos e pedindo explicações sobre decisões, acções e comportamentos.

No trabalho de campo, o investigador não pode limitar-se a estar presente numa comunidade, mas tem de explicar e justificar a sua presença aos seus membros. Deve ganhar a confiança e a cooperação do grupo ou comunidade e mantê-las durante algum tempo, se quiser obter algum resultado. Este processo em que se procura ganhar confiança pode ser longo e difícil, mas, depois de um certo tempo, os etnógrafos conseguem muitas vezes construir relações de confiança com os membros do grupo. Por vezes, o investigador "torna-se" praticamente um membro da comunidade; noutros casos, ele ou ela podem ser aceites como investigadores, mas, ainda assim, olhados como estranhos.

Durante muito tempo, era normal que uma investigação baseada na observação participante excluísse quaisquer relatos das peripécias ou problemas que tiveram de ser ultrapassados, mas, mais recentemente, as memórias e diários publicados sobre trabalhos de campo são muito abertos a esse respeito. Têm de se enfrentar frequentemente momentos de solidão – não é fácil alguém adaptar-se a um contexto social ou a uma comunidade estranha. O investigador pode sentir-se constantemente frustrado, pelo facto de os

No trabalho de campo os sociólogos têm de se aproximar das comunidades que estão a estudar, mas não de se tornarem tão próximos a ponto de perderem o olhar de alguém externo.

membros do grupo ou da comunidade se recusarem a falar francamente sobre si próprios. Em certos contextos, as perguntas directas podem ser bem recebidas, mas noutros podem provocar um silêncio gélido. Certos tipos de trabalho de campo podem até ser fisicamente perigosos – um investigador que estuda uma quadrilha de delinquentes, por exemplo, pode ser visto como um informador da polícia ou ver-se envolvido involuntariamente em conflitos com grupos rivais.

Nos trabalhos tradicionais de etnografia as avaliações eram apresentadas sem grandes informações sobre o observador. Isto sucedia, porque se acreditava que os etnógrafos podiam apresentar quadros objectivos das coisas que estudavam. Mesmo a investigação de Hochschild, escrita durante o início dos anos 80, apresenta pouca informação sobre a autora ou a natureza da sua relação com as pessoas que ela estudou. Mais recentemente, os etnógrafos têm vindo crescentemente a falar de si próprios e da natureza da sua relação com as pessoas que estudaram. Algumas vezes, por exemplo, pode tratar-se apenas de considerar como é que a raça, classe ou género afectam o trabalho, ou de como é que as relações de poder entre observador e observados distorcem o diálogo entre eles.

Vantagens e limites da etnografia

A etnografia, quando é bem sucedida, fornece informações muito mais ricas sobre a vida social do que a maioria dos outros métodos de investigação. Uma vez compreendidas as coisas "por dentro" de um determinado grupo, iremos provavelmente entender melhor por que razão determinadas pessoas agem de certa maneira. Também podemos aprender mais acerca dos processos sociais que interferem na situação a ser estudada. A etnografia é muitas vezes referida como fazendo parte da *investigação qualitativa*, porque se preocupa mais com a compreensão subjectiva do que com dados numéricos. A etnografia também dá ao investigador mais flexibilidade do que a maioria dos outros métodos. O investigador consegue adaptar-se a circunstâncias invulgares e inesperadas e seguir as pistas que forem surgindo no processo da própria investigação.

O trabalho de campo também tem as suas limitações. Só se podem estudar grupos ou comunidades muito pequenas. Depende muito da habilidade do investigador para ganhar a confiança dos indivíduos que pretende estudar. Sem ela, a investigação provavelmente nem sequer se inicia. O reverso também é possível. O investigador(a) pode aproximar-se e identificar-se tanto com o grupo, ao ponto de se tornar tão "integrado" que perde a perspectiva de um observador externo.

Inquéritos

A interpretação dos estudos de campo – e de outras formas de investigação qualitativa – envolve normalmente problemas de generalização. Em virtude de apenas um pequeno grupo de pessoas estar envolvido, não podemos ter a certeza de que o que é descoberto se poderá aplicar a outras situações, ou mesmo

que dois investigadores diferentes possam chegar às mesmas conclusões no estudo do mesmo grupo. Normalmente, este é um problema menor nos **inquéritos**, que são mais *quantitativos* na sua natureza. Os inquéritos têm como objectivo a recolha de dados que podem ser analisados estatisticamente para revelarem padrões ou regularidades. Se as ferramentas de análise forem desenhadas correctamente, as correlações encontradas através de um inquérito podem ser generalizáveis a um universo mais vasto. A investigação etnográfica é mais adequada para estudos em profundidade de pequenas fatias da vida social; os inquéritos tendem a produzir informação menos detalhada, mas que se pode aplicar habitualmente a uma área mais vasta.

Questionários

Os inquéritos apoiam-se muitas vezes em questionários como ferramenta principal para reunir informação. Os questionários tanto podem ser aplicados pessoalmente pelo investigador, como enviados aos respondentes por correio ou e-mail (os chamados "questionários auto-administrados"). O grupo de pessoas a serem inquiridas ou estudadas é denominado pelos sociólogos como **população**. Nalguns estudos, a população pode ser de muitos milhares de pessoas.

Nos inquéritos são utilizados dois tipos de questionário. Uns consistem num conjunto de questões padronizadas para as quais apenas é possível dar um número fixo de respostas fechadas – por exemplo, *"Sim/Não/Não sabe"* ou *"Muito provável/Provável/Improvável/ Muito Improvável"*. Os inquéritos de resposta fechada têm a vantagem dos seus resultados serem fáceis de comparar e contar, visto envolverem apenas um pequeno número de categorias. Por outro lado, em virtude deste tipo de resposta não permitir subtilezas de opinião ou uma expressão verbal, a informação recolhida é de âmbito restrito, ou mesmo enganador.

Outro tipo de questionários são os de resposta aberta, que dão oportunidade aos entrevistados para exprimirem os seus pontos de vista pelas suas próprias palavras, visto não estarem limitados a respostas rígidas. Os questionários de resposta aberta fornecem uma informação mais detalhada do que os fechados. O investigador pode seguir as respostas para investigar mais profundamente o pensamento do entrevistado. Por outro lado, a falta de estandardização significa que as respostas podem ser mais difíceis de comparar estatisticamente.

As questões dos questionários são normalmente organizadas de modo a que uma equipa de entrevistadores possa colocar e registar as respostas segundo uma ordem pré-determinada. Todas as questões devem ser de compreensão imediata tanto para os entrevistadores como para os entrevistados. Nos grandes inquéritos nacionais realizados regularmente por institutos estatais e de investigação, as entrevistas são efectuadas mais ou menos simultaneamente por todo o país. Os entrevistadores e os que analisam os resultados não conseguiriam efectuar o seu trabalho de uma forma eficiente se tivessem de contactar uns com os outros constantemente para verificar ambiguidades nas perguntas e nas respostas.

A elaboração dos questionários deve ser feita cuidadosamente tendo em vista as características dos entrevistados. Irão entender o que o investigador tem em mente ao fazer uma dada pergunta? Será que dispõem de suficiente informação para responder de forma útil? Irão responder? Os termos empregues no questionário podem ser pouco familiares aos entrevistados. Por exemplo, a pergunta: "Qual o seu estado civil?" pode criar uma certa confusão. Seria mais apropriado perguntar: "É solteiro, casado ou divorciado?". A maioria dos inquéritos é precedida por **estudos piloto** de forma a detectar problemas não previstos pelo investigador. Um estudo piloto é um ensaio em que um questionário é preenchido apenas por um pequeno grupo de pessoas. Quaisquer dificuldades encontradas podem ser resolvidas antes de ser feito o inquérito.

Amostragem

Os sociólogos interessam-se muito frequentemente pelas características de um grande número de indivíduos, como, por exemplo, as atitudes políticas do eleitorado britânico. Seria impossível estudar todas estas pessoas directamente, e assim nestes casos a investigação concentra-se numa pequena proporção do grupo total – uma **amostra do total**. Normalmente, os resultados de um inquérito a uma amostra da população podem ser generalizados a toda a população, desde que a amostra seja correctamente definida. Os estudos efectuados a cerca de dois ou três mil eleitores, por exemplo, podem dar uma indicação bastante exacta das atitudes e intenções de voto do total da população. Contudo, para se conseguir tal exactidão,

"The people's choice?"

Um dos primeiros estudos célebres baseados em inquérito foi o *The People's choice?* (A escolha do povo?), um estudo efectuado há cerca de meio século (Lazarsfeld *et al.*, 1948). Este estudo, que investigava as intenções de voto dos residentes no Condado de Eire, no Ohio, durante a campanha para as eleições presidenciais de 1940, foi pioneiro de várias das principais técnicas de inquérito usadas actualmente. De forma a ir um pouco mais longe do que um simples questionário, os investigadores entrevistaram cada membro de uma amostra de eleitores em sete ocasiões diferentes. O objectivo era delinear e entender as razões das alterações das intenções de voto.

A investigação foi elaborada tendo em vista um número de hipóteses definidas. Uma dessas hipóteses era a de que as relações e os acontecimentos próximos dos eleitores numa dada comunidade influenciam mais as intenções de voto do que os assuntos mundiais distantes, tendo os dados recolhidos confirmado esta hipótese. Os investigadores desenvolveram técnicas sofisticadas de medição para analisar as atitudes políticas. Contudo, o seu trabalho foi também fortemente influenciado por ideias teóricas e contribuiu significativamente para o pensamento teórico. Entre os conceitos que ajudaram a introduzir, contam-se os de "líderes de opinião" e de "fluxo de informação em duas etapas". O estudo demonstrou que certos indivíduos – os líderes de opinião – tendem a moldar as opiniões políticas dos que os rodeiam. Os pontos de vista da população sobre o sistema político não se constroem apenas de forma directa, mas num processo de "duas etapas". Na primeira etapa, os líderes de opinião reagem aos acontecimentos políticos e interpretam-nos; numa segunda etapa, estes líderes influenciam os outros – as relações, os amigos e os colegas. As opiniões expressas pelos líderes de opinião influenciam as respostas de outros indivíduos sobre os temas políticos da actualidade.

essa amostra deve ser uma **amostra representativa** da população em geral. A amostragem é mais complicada do que pode parecer e os técnicos de estatística desenvolveram várias regras para calcular a dimensão e a natureza correctas das amostras.

Um procedimento importante para garantir a representatividade da amostra é a **amostragem aleatória**, em que se escolhe uma amostra de forma a que todos os membros da população tenham a mesma probabilidade de serem incluídos. A forma mais sofisticada de se obter uma amostragem aleatória é atribuir um número a cada membro da população e usar um computador que escolha números ao acaso, dos quais derivará a amostra – escolhendo, por exemplo, um em cada dez de uma série aleatória.

Vantagens e desvantagens dos inquéritos

Os inquéritos são muito usados na investigação sociológica, por muitas razões. As respostas a questionários podem ser mais facilmente quantificadas e analisadas do que o material produzido pela maioria dos outros métodos de investigação; pode ser estudado um número elevado de pessoas; e, caso os apoios financeiros sejam suficientes, os investigadores podem contratar uma agência especializada em sondagens para reunir o material de que necessitam. O método científico é o modelo para este tipo de investigação, pois os inquéritos dão uma medida estatística aos investigadores do que estão a estudar.

Não obstante, muitos sociólogos mostram-se críticos em relação ao excesso de confiança depositada no método dos inquéritos. Argumentam que tal quantificação dá uma aparência de precisão a dados cuja exactidão pode ser duvidosa, dada a natureza relativamente superficial da maioria das respostas aos inquéritos. Os níveis de "não resposta" são, por vezes, elevados, especialmente quando os questionários são enviados e devolvidos pelo correio. Não é invulgar os estudos publicados serem baseados em resultados derivados de pouco mais de metade dos

apresentados na amostra – embora normalmente se faça um esforço para voltar a contactar os que não responderam ou para os substituir por outros. Pouco se sabe acerca dos que preferem não responder ou se recusam a ser entrevistados.

Experiências

Uma **experiência** pode ser definida como uma tentativa de testar uma hipótese em condições altamente controladas estabelecidas pelo investigador. As experiências são muito usadas nas ciências naturais, pois oferecem grandes vantagens em relação a outros processos de investigação. Numa situação experimental o investigador controla directamente as circunstâncias a estudar. Em comparação com as ciências naturais, o campo para esta técnica de investigação em sociologia é muito mais limitado. Só se podem levar pequenos grupos de pessoas para um laboratório e nessa situação as pessoas sabem que estão a ser estudadas e podem comportar-se de modo diferente do normal. Estas mudanças comportamentais são conhecidas por *efeito de Hawthorne*.

Nos anos 30, os investigadores que conduziam um estudo sobre a produtividade no trabalho na Western Electric Company's Hawthorne Plant, próximo de Chicago, ficaram surpreendidos com o facto de a produtividade dos trabalhadores continuar a aumentar independentemente das condições experimentais a que eram submetidos (intensidade de luz, padrões de intervalos, dimensão da equipa de trabalho, etc.). Os trabalhadores estavam conscientes de que estavam a ser observados e aceleraram o seu ritmo normal de trabalho.

Apesar disso, os métodos experimentais podem, de vez em quando, ser aplicados utilmente em sociologia. Um exemplo é uma experiência engenhosa levada a cabo por Philip Zimbardo, que montou uma prisão simulada, atribuindo a estudantes voluntários o papel de guardas prisionais e de prisioneiros (Zimbardo, 1972). O seu objectivo era ver até que ponto o desempenho destes papéis diferentes conduzia a mudanças de atitude e de comportamento. Os resultados chocaram os investigadores. Aqueles que faziam de guardas assumiram uma atitude autoritária, demonstrando hostilidade em relação aos "presos". Começaram a dar-lhes ordens, a agredi-los verbalmente e a maltratá-los. Os prisioneiros, pelo contrário, exibiram uma atitude que era um misto de apatia e de rebelião, que se pode identificar muitas vezes em situações reais entre prisioneiros. Estes efeitos foram tão marcados e o nível de tensão tão elevado que a experiência teve de ser cancelada. Apesar disso, os resultados foram importantes. Zimbardo concluiu que o comportamento nas prisões é mais influenciado pela natureza da própria situação de se estar preso do que pelas características individuais dos envolvidos.

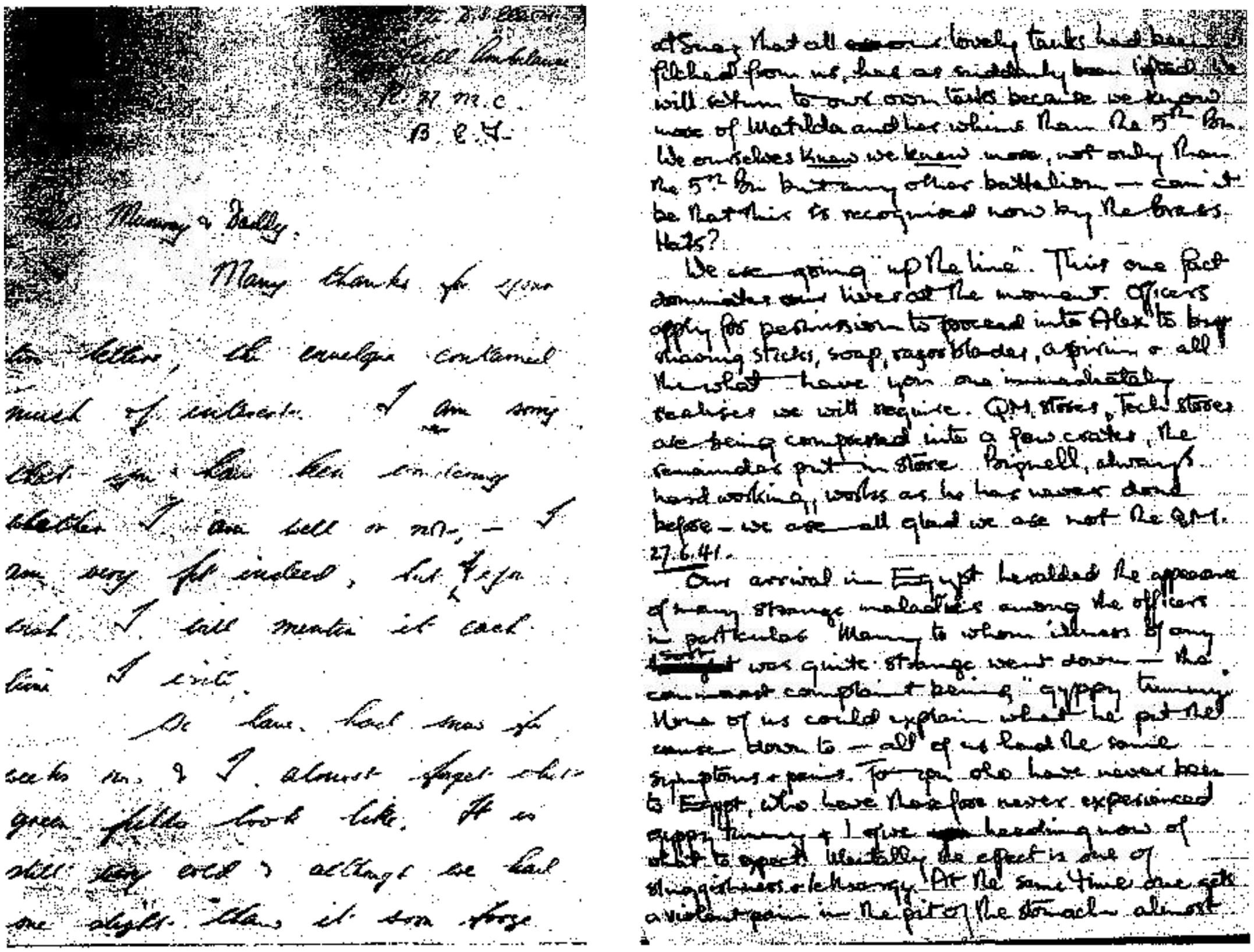
Histórias de vida

Ao contrário das experiências, as **histórias de vida** pertencem apenas ao campo da Sociologia e das outras ciências sociais; não têm lugar entre as ciências naturais. As histórias de vida consistem na recolha de material biográfico sobre determinados indivíduos, o qual é normalmente narrado pelos próprios. Nenhum outro método de investigação fornece tantos pormenores sobre o desenvolvimento das crenças e atitudes das pessoas ao longo do tempo. No entanto, os estudos baseados nas histórias de vida raramente dependem apenas das recordações das pessoas. Normalmente recorre-se a fontes documentais – cartas, relatórios contemporâneos ou descrições jornalísticas – para ampliar e verificar a validade da informação fornecida. As opiniões dos sociólogos acerca do valor das histórias de vida divergem: alguns acham que o método é demasiado inseguro para fornecer uma informação útil, enquanto outros acreditam que as histórias de vida fornecem fontes de conhecimento que muito poucos outros métodos de investigação sociológica podem igualar.

As histórias de vida têm sido utilizadas com sucesso em importantes estudos. Um estudo célebre que utilizou muito este material foi *The Polish Peasant in Europe and America*, de W. I. Thomas e Florian Znaniecki, cujos cinco volumes foram originalmente publicados entre 1918 e 1920 (Thomas e Znaniecki, 1966). Thomas e Znaniecki conseguiram uma visão mais sensível e subtil da experiência da imigração do que teria sido possível sem as entrevistas, cartas e artigos de jornais que recolheram.

Análise histórica

Uma perspectiva histórica é, muitas vezes, útil na análise sociológica, pois necessitamos frequentemente de



Materiais originais, como diários e cartas, podem dar uma perspectiva preciosa sobre as realidades de outros tempos e lugares.

ter uma *perspectiva temporal*, para que o material que recolhemos acerca de um problema particular faça sentido. Os sociólogos querem investigar muitas vezes acontecimentos passados de modo directo. Alguns períodos da história podem ser estudados directamente, quando ainda existem sobreviventes – como é o caso do Holocausto, quando tantos judeus e outros morreram em campos de concentração às mãos dos nazis durante a Segunda Guerra Mundial. A investigação em **história oral** implica entrevistar pessoas sobre acontecimentos de que foram testemunhas em dada altura das suas vidas. Este trabalho de pesquisa, obviamente, apenas se pode estender a um período de há sessenta ou setenta anos atrás, mas os antigos registos que foram conservados estão também a aumentar de importância como fontes sociológicas e históricas. De outro modo, para a investigação histórica em períodos mais antigos, os historiadores dependem de documentos e de registos escritos, muitas vezes contidos em colecções especiais de bibliotecas ou nos arquivos nacionais.

Um exemplo interessante de **pesquisa documental** num contexto histórico é o estudo efectuado pelo sociólogo Anthony Ashworth sobre a guerra das trincheiras durante a Primeira Guerra Mundial (Ashworth, 1980). Ashworth estava interessado em analisar o que era a vida para homens que tinham de estar sob fogo constante, forçados a estarem juntos durante semanas e semanas. Serviu-se de fontes documentais muito diversificadas: histórias oficiais da guerra, incluindo

histórias escritas acerca de diferentes divisões e batalhões militares, publicações oficiais daquele período, as notas e os registos mantidos informalmente por soldados e narrativas pessoais das experiências de guerra. Por reunir tal variedade de materiais, Ashworth conseguiu desenvolver uma descrição rica e detalhada do que era a vida nas trincheiras. Descobriu que a maioria dos soldados formavam as suas próprias ideias sobre quantas vezes pretendiam entrar em combate com o inimigo e que muitas vezes ignoravam as ordens dos seus oficiais. Por exemplo, no dia de Natal, os soldados alemães e os aliados suspenderam as hostilidades, e num certo local as duas partes montaram um jogo informal de futebol.

A conjugação entre a investigação comparativa e a histórica

A investigação de Ashworth concentrou-se num período relativamente curto de tempo. Como exemplo de uma investigação que se alargou muito mais no âmbito temporal focado e que também aplicou a **análise comparativa** num contexto histórico, podemos tomar o trabalho de Theda Skocpol, *Estados e Revoluções Sociais* (1979), um dos estudos mais conhecidos sobre a mudança social. Skocpol propôs-se uma tarefa ambiciosa: produzir uma teoria das origens e natureza das revoluções apoiada num estudo empírico detalhado. Debruçou-se sobre os processos de revolução em três contextos históricos diferentes: a Revolução Francesa de 1789, a Revolução Russa de 1917 (que conduziu os comunistas ao poder e estabeleceu a União Soviética, dissolvida em 1989) e a Revolução Chinesa de 1949 (que criou a China comunista).

Os sociólogos que combinam a investigação comparativa e a histórica adoptam a chamada *análise secundária*. Revêem um leque variado de fontes documentais, como registos oficiais e relatos históricos, de modo a identificarem semelhanças e diferenças entre os casos em questão. Através da análise de fontes documentais muito diversas, Sockpol foi capaz de desenvolver uma explicação poderosa da mudança revolucionária, que salientava a importância das condições sociais estruturais subjacentes. Demonstrou que as revoluções sociais são, em grande medida, consequências de resultados não esperados. Antes da Revolução Russa, por exemplo, vários grupos políticos tinham tentado derrubar o regime existente, mas nenhum deles – incluindo os Bolcheviques, que acabaram por chegar ao poder – previra a revolução que viria a ocorrer. Uma série de confrontos deu lugar a um processo de transformações sociais muito mais radicais do que alguém tinha previsto.

Estudar a mudança social: o caso da globalização

Quando estudamos processos em larga escala de mudança social, normalmente torna-se necessário proceder a uma combinação entre uma perspectiva comparativa e uma histórica. Tomemos como exemplo o estudo da globalização, um dos temas mais importantes que foi enfatizado neste livro. As mudanças compreendidas na globalização cobrem um vasto período de tempo e afectam muitos milhões de pessoas. Poderíamos estudar certos aspectos da globalização usando as técnicas de investigação antes mencionadas. A observação participante, os inquéritos e as histórias de vida poderiam, cada um por si, ajudar-nos a explorar o que a experiência crescente da globalização significa para pessoas particulares em contextos sociais específicos. Poderíamos estar interessados, por exemplo, em compreender como as pessoas se adaptam a um mercado global no qual as mudanças de emprego são mais comuns do que no passado. Necessitaríamos, contudo, de uma abordagem muito mais vasta, para desenhar o processo de globalização como um todo. Como todos os grandes processos de mudança, a globalização foi impelida por uma mistura de consequências intencionais e não intencionais. Assim, como é explicado no capítulo 15 ("Mass Media e Comunicação"), a Internet começou como um projecto organizado pelo Departamento de Defesa dos EUA, no qual se tencionava facilitar a comunicação entre os vários segmentos que o acompanham. O impacto subsequente da Internet, contudo, foi muito maior do que alguém poderia ter pensado ou desejado inicialmente.

Investigação no mundo real: métodos, problemas, escolhas

Quem já tenha desenvolvido investigação sociológica pode dar-se conta do facto de que a investigação

Quadro 20.2 Quatro dos principais métodos usados na investigação sociológica

Método de investigação	Vantagens	Limitações
Etnografia	Normalmente gera informação mais rica e aprofundada do que os outros métodos	Só pode ser usado para estudar grupos ou comunidades relativamente pequenos.
	A etnografia pode dar um conhecimento mais vasto dos processos sociais.	As conclusões poderão aplicar-se apenas aos grupos e comunidades estudados; não é fácil generalizar com base num único trabalho de campo.
Inquéritos	Possibilitam uma recolha eficaz de informação sobre um grande número de indivíduos.	O material coligido pode ser superficial; quando um inquérito é muito padronizado, podem escapar diferenças entre os pontos de vista dos entrevistados.
	Permitem uma comparação precisa entre as respostas dos indivíduos.	As respostas podem ser o que as pessoas dizem acreditar e não o que realmente pensam.
Experiências	A influência de variáveis específicas pode ser controlada pelo investigador.	Muitos aspectos da vida social não podem ser reproduzidos em laboratório.
	As experiências são normalmente mais fáceis de repetir em investigações posteriores.	As reacções das pessoas estudadas podem ser afectadas pela situação experimental.
Pesquisa documental	Pode fornecer fontes materiais aprofundadas bem como uma informação sobre grandes conjuntos – de acordo com o tipo de documentos estudados.	O investigador depende das fontes existentes, que podem ser parciais.
	É muitas vezes essencial quando um estudo é inteiramente histórico ou tem uma dimensão histórica definida.	Pode ser difícil interpretar as fontes em termos de saber até que ponto representam tendências reais – como no caso de certos tipos de estatísticas oficiais.

no "mundo real" parece bastante diferente dos métodos de investigação tal como são explicados num livro! Ao envolver-se num estudo, o investigador pode pensar que as ferramentas escolhidas originalmente venham a ser de valor limitado para o tema em consideração. Em outros momentos, podem existir dificuldades que não foram previstas, relativas, por exemplo, ao acesso a certa população ou à construção de um inquérito por questionário exequível. A investigação sociológica exige uma certa flexibilidade; não é incomum combinar vários métodos numa única peça de investigação, utilizando cada um deles para complementar e testar os outros num processo conhecido como triangulação.

Podemos observar os desafios envolvidos no início e na execução de uma investigação sociológica real ao olhar mais uma vez para o estudo de Mitchell Duneier sobre a sociologia da vida urbana, a sua investigação sobre os vendedores de rua e os mendigos na cidade de Nova Iorque (1999).

Investigar a raça e a pobreza nos espaços urbanos

Nos anos 50, Greenwich Village foi o tema de um estudo clássico em sociologia da autoria de Jane Jacobs (1961) sobre a natureza da vida urbana. O bairro proporcionou-lhe um laboratório natural para com-

preender o papel importante desempenhado pelas interacções quotidianas no passeio na manutenção da vida da comunidade e em tornar possível a estranhos viverem próximos uns dos outros.

Quatro décadas mais tarde, Mitchell Duneier estava curioso para saber como tinha mudado a natureza da vida de passeio de Greenwich Village desde o estudo de Jacobs. O bairro tinha mantido o seu carácter boémio, mas havia chegado uma nova população. Um grupo de homens pobres, negros, predominantemente sem abrigo tinha começado a viver nas ruas do bairro. Alguns trabalhavam como vendedores de rua, vendendo livros e revistas nos passeios; outros vendiam objectos que tinham encontrado no refugo dos vizinhos. Outros eram mendigos, pedindo esmola aos transeuntes.

Como é que um sociólogo estuda o teor da vida na rua? Duneier abordou em primeiro lugar a investigação através de um contacto pessoal com um dos vendedores de livros, Hakim Hasan. Duneier era um cliente habitual de Hakim e reparou como as pessoas se juntavam frequentemente à sua mesa para discutirem livros, política e filosofia. Hakim era um exemplo de uma "figura pública" – uma importante figura da vida da rua que está em contacto regular com um vasto espectro de pessoas. Duneier acreditava que o papel de Hakim na rua e a sua história de vida, de certa forma pouco habitual (tinha deixado o mundo empresarial para vender livros na rua), podia oferecer uma janela importante sobre a vida nas ruas de Greenwich Village.

Apesar de Hakim hesitar em se tornar objecto de investigação, acabou por concordar com Duneier e permitiu-lhe escrever sobre a sua vida e o seu trabalho. Duneier efectuou trabalho de campo etnográfico: observou Hakim à sua mesa de venda, ouviu as interacções com clientes e as destes entre si, e testemunhou como a presença de livros podia inspirar o diálogo e o debate sobre as ruas. Depois de dois anos de observação, Duneier descreveu a sua investigação num manuscrito acerca da vida quotidiana e as actividades de um vendedor de rua e acerca das pessoas que o visitavam para discutir livros.

Repensar o enfoque da investigação

O manuscrito foi aceite para publicação, mas Duneier sentiu-se pouco à vontade. Tinha solicitado a opinião de Hakim sobre o manuscrito – processo por vezes denominado "validação do respondente" – e ficou perturbado por um dos seus comentários. Hakim era da opinião que o manuscrito se concentrava demasiado nele e na sua mesa. Sentiu que o enfoque da investigação de Duneier era demasiado estreito para capturar outras dinâmicas importantes que ocorriam no passeio – que o seu caso não era adequado para abordar a complexidade da vida social nas ruas.

Duneier aceitou a validade dos comentários de Hakim e propôs um novo modo de desenvolver o projecto. Convidou Hakim para leccionar com ele um seminário da Universidade da Califórnia de forma a tratar detalhadamente as questões abordadas no manuscrito, enquanto envolvia simultaneamente um grupo de estudantes na discussão. O enfoque da investigação de Duneier evoluiu na medida que ele e Hakim ensinavam "A vida da rua e a vida da mente na América negra". Acabou por se aperceber de que ao ampliar a sua aproximação à vida da rua poderia superar algumas das limitações da investigação original. As perguntas dos estudantes deram importantes orientações a este respeito: Onde é que Hakim conseguia os seus livros? Como é que os residentes brancos deste bairro interagiam com estes homens? Por abrir o seu trabalho inicial ao escrutínio, Duneier foi capaz de formular uma nova aproximação à sua investigação.

"Entrar" como um observador participante

Quando Duneier regressou às ruas de Greenwich Village, não o fez simplesmente como um observador, mas como um participante activo na sua vida diária. Com a ajuda de Hakim, chegou a um acordo com Marvin, um vendedor de revistas do quarteirão adjacente, para trabalhar um Verão para ele na sua mesa de venda. Marvin "patrocionou" a presença de Duneier no quarteirão, apresentando-o aos outros homens que ganhavam as suas vidas na rua e deu credibilidade à investigação. Contudo, mesmo com o apoio de Marvin e Hakim, Duneier enfrentou um certo número de desafios como observador participante. O processo de "entrar" na vida das ruas levou tempo e paciência. Como homem branco, formado, de classe média alta, Duneier ocupava uma posição social muito diferente da dos homens pobres negros, estigmatizados, que eram o foco do seu estudo. Duneier reconheceu que seria inútil tentar "adequar-se – mesmo se tentasse alterar a sua roupa e a sua

forma de falar, continuaria de fora. Ao invés, concentrou-se em construir lentamente relações de respeito mútuo com os homens da rua. Passou mais tempo a ouvir do que a falar e apoiou-se em conversas informais com os homens em vez de efectuar entrevistas "formais". Duneier obteve o consentimento dos homens do bloco para manter um gravador a funcionar continuamente sob a mesa da loja onde trabalhava; os homens familiarizaram-se com o gravador e muitas vezes ofereceram-se como voluntários para o manejar quando ele estava longe da mesa ou fora da cidade.

A presença de Duneier foi gradualmente aceite e nos dois anos seguintes tornou-se uma figura regular na rua. Apesar de ter conseguido ser "aceite", Duneier compreendeu que *tolerar* um observador participante e *confiar* nele não eram necessariamente a mesma coisa. Sabia que alguns homens do quarteirão tinham suspeitas sobre os motivos subjacentes à investigação e pensavam que estava a tentar ganhar dinheiro com um livro acerca das suas vidas. Outros achavam que ele tinha boas intenções, mas era ingénuo e por isso um "alvo" legítimo a explorar. No início do seu trabalho na rua, Duneier era muitas vezes interpelado pelos mendigos que lhe pediam pequenas quantias de dinheiro, pois viam nele um "outsider rico". Era difícil dizer "não" a estes pedidos, apesar de ser ele próprio a financiar a sua investigação e não ter dinheiro para desperdiçar. Duneier sentiu-se apanhado num nó – como podia comunicar o seu propósito de investigador e o seu profundo respeito para com as suas lutas diárias sem a distribuição de uns poucos trocos e dólares? Foi com grande dificuldade que aprendeu a dizer "não" aos pedidos regulares de dinheiro, mas ajudaria de boa vontade de outras formas, como nas negociações com os senhorios ou partilhando o seu conhecimento do direito. Duneier descobriu que um dos grandes desafios com que se deparava como etnógrafo a trabalhar numa comunidade com poucos recursos, era decidir quando seria apropriado intervir nas vidas das pessoas que eram o centro da sua investigação.

Publicar a etnografia: anonimato, consentimento e relações de poder

Todas as investigações que se referem a seres humanos podem colocar dilemas éticos. Duneier tinha sido honesto com os homens nas ruas acerca do propósito da sua investigação e da sua identidade como sociólogo, mas também precisava de ter cuidado quanto a problemas éticos envolvidos na publicação das duas descobertas. Os que são objecto de um estudo etnográfico podem achar os resultados publicados ofensivos, tanto porque são retratados sob uma forma que acham pouco atraente, como porque as atitudes e comportamentos que preferiam manter em privado são tornados públicos. Isto era potencialmente problemático na investigação de Duneier: o manuscrito descrevia em detalhe comportamentos como urinar em público, o assédio às mulheres que passavam na rua, a dependência da droga e do álcool e as tensões com a polícia local. Os indivíduos do estudo de Duneier eram vulneráveis e com pouco poder; seria difícil para eles "responder" ao livro e aos seus conteúdos depois da sua publicação.

Ao publicar as suas descobertas em *Side Walk* (1999), Duneier quebrou com a prática de alguns sociólogos de disfarçar os nomes das pessoas e dos lugares mencionados no trabalho. Acreditava que ao revelar as verdadeiras identidades dos seus sujeitos, elevaria a credibilidade do seu estudo. Além disso, segundo Duneier, os homens da rua não estavam preocupados com o facto de as suas identidades serem reveladas; alguns deles até gostavam da ideia de as suas palavras e fotografias aparecerem num livro. Contudo, ao decidir abandonar o anonimato, Duneier foi cuidadoso, pois assegurou-se de que todas as pessoas que apareciam no livro estavam a par da forma como eram descritas. Levou uma cópia do manuscrito final a um hotel próximo da rua e convidou cada uma das pessoas que apareciam no livro a rever todos os pontos em que eram mencionadas. Em muitos casos esta tarefa revelou-se difícil. Muitos dos homens estavam mais interessados no modo como apareciam nas fotografias do que com o argumento que era apresentado no livro. Duneier descobriu que as suas tentativas para mostrar respeito pelas pessoas mostrando-lhes o texto, muitas vezes não funcionavam e que o deixaram com a sensação de estar a impor a sua agenda a uma audiência relutante. Apesar de este processo se ter revelado uma luta constante, Duneier acreditava que ele era necessário para que o livro mantivesse a sua integridade perante os homens da rua.

Ao longo da investigação, Duneier tinha sido muito sensível às diferenças de raça, classe e *status*

Termos estatísticos

A investigação sociológica utiliza frequentemente técnicas estatísticas na análise dos dados. Algumas destas técnicas são altamente sofisticadas e complexas, mas as usadas mais vulgarmente são fáceis de perceber. As mais usadas são as **medidas de tendência central** (modos de calcular médias) e os **coeficientes de correlação** (medidas do grau em que uma variável se relaciona de forma consistente com outra).

Existem três métodos para calcular médias, todos eles com algumas vantagens e deficiências. Tome-se, como exemplo de trabalho, o cálculo da riqueza pessoal (incluindo todos os bens, como casas, carros, contas bancárias e investimentos) de treze indivíduos. Suponha que os 13 possuem as seguintes importâncias:

1	000 (zero)	6	40.000
2	5.000	7	40.000
3	10.000	8	80.000
4	20.000	9	100.000
5	40.000	10	150.000
11	200.000	13	10.000.000
12	400.00		

Uma *média* aritmética corresponde à média, tal como é normalmente entendida, que resulta da soma das riquezas pessoais das treze pessoas, dividindo o resultado pelo número total de pessoas, isto é, 13. O total é 11.085.000. Dividindo este número por 13, calculamos uma média de 852.692.31. A média é quase sempre um cálculo útil porque se baseia na totalidade dos dados fornecidos. Contudo, pode induzir em erro, quando uma ou mais parcelas forem muito diferentes da maioria. No exemplo acima, de facto, a média aritmética não é uma medida muito apropriada da tendência central, porque a presença de um valor muito elevado, 10.000.000, não se enquadra nos restantes. Pode-se ficar com a impressão de que a maioria das pessoas possui bastante mais bens do que na realidade acontece.

Em tais circunstâncias, é possível utilizar outras medidas. A **moda** é o valor mais frequente num

entre ele e os homens da rua. Contudo, mesmo no manuscrito final, achou difícil ignorar as relações de poder entre ele próprio – o autor – e os homens que surgiam como objecto do estudo. Acreditando ser importante que os homens no livro deveriam ter alguma oportunidade para responder à investigação que tinha conduzido, Duneier convidou Hakim para escrever o posfácio a *Sidewalk*. Apesar de Hakim não poder certamente falar por todos os homens do quarteirão, tinha estado envolvido no projecto desde o seu início e podia oferecer uma perspectiva diferente da do investigador.

Duneier estava ao corrente da longa tradição dos investigadores brancos para se aproveitarem das palavras e imagens dos negros pobres para os seus próprios propósitos. Para Duneier era importante que a sua investigação não perpetuasse estas formas de exploração académica; fez disposições legais para partilhar os direitos do livro com os homens que eram citados nele. Duneier reconheceu que as acções do investigador social não se podem separar do contexto histórico e cultural mais vasto de que fazem parte. Procurava que o seu papel como sociólogo contribuísse para superar – em vez de agravar – o fosso entre os favorecidos e os desfavorecidos na atmosfera urbana em que trabalhava.

determinado conjunto de dados. No exemplo aqui dado é 40.000. O problema com a moda é que ela não leva em conta a distribuição total dos dados, isto é, a quantidade dos valores considerados. O caso mais frequente num conjunto determinado de números não é necessariamente representativo da sua distribuição como um todo e, por isso, pode não ser uma medida muito útil. Neste caso, 40.000 não dá uma ideia muito exacta da tendência central, porque é um valor muito próximo dos números mais baixos da lista.

A terceira medida é a **mediana**, o número do meio de qualquer conjunto de números. No exemplo aqui dado, ela seria representada pelo sétimo número, 40.000. No nosso exemplo foi dado um conjunto ímpar de números. Se esse conjunto fosse par – por exemplo, 12 em vez de 13 – a mediana seria calculada fazendo a média dos dois casos do meio, números 6 e 7. Tal como a moda, a mediana não dá ideia da distribuição real da informação medida.

Por vezes, o investigador terá de usar mais do que uma medida de tendência central, de modo a não fornecer um quadro de médias enganador. Mais frequentemente, o investigador calculará o **desvio padrão** para os dados em questão. Esta é uma forma de calcular o **grau de dispersão** ou a amplitude de um conjunto de números que, neste caso, vai de zero a 10.000.000.

Os coeficientes de correlação oferecem uma maneira útil de exprimir o grau de relação entre duas (ou mais) variáveis. Quando duas variáveis se correlacionam completamente, podemos falar de uma correlação positiva perfeita – expressa pelo coeficiente de 1.0. Quando não há qualquer relação entre duas variáveis (elas simplesmente não têm qualquer conexão consistente), o coeficiente é zero. Uma correlação negativa perfeita é expressa como -1.0, e existe quando duas variáveis se encontram numa relação completamente inversa. Nas Ciências Sociais nunca se encontram correlações perfeitas. As correlações na ordem de 0.6 ou mais, quer positivas quer negativas, são normalmente vistas como indicativas de um forte grau de conexão entre as variáveis analisadas. Correlações positivas deste nível podem ser encontradas, por exemplo, entre a proveniência em termos de classe social e o comportamento eleitoral.

Conclusão: A influência da sociologia

A investigação sociológica interessa frequentemente a uma audiência mais alargada do que à comunidade intelectual dos sociólogos e os seus resultados são muitas vezes disseminados de modo mais amplo. A Sociologia não é só, devemos salientar, o *estudo* das sociedades modernas; é um elemento significativo na *vida contínua* dessas sociedades. Tomemos como exemplo as transformações que têm lugar neste momento e que afectam o casamento, a sexualidade e a família. São poucas as pessoas que vivem nas sociedades modernas e que não têm conhecimento destas mudanças em virtude da difusão das pesquisas da Sociologia. O nosso pensamento e comportamento são afectados pelo conhecimento sociológico de forma complexa, e por vezes subtil, redefinindo assim o próprio campo da investigação sociológica.

Não nos deveríamos surpreender com o facto de as descobertas sociológicas se correlacionarem estreitamente com frequência com o senso comum. A razão não reside simplesmente no facto da Sociologia apresentar descobertas já conhecidas, mas sim no facto de a investigação sociológica influenciar continuamente o nosso entendimento de senso comum do que *é* a sociedade.

Ler um quadro

Ao ler literatura sociológica iremos deparar frequentemente com quadros. Por vezes estes podem parecer complexos, mas são fáceis de decifrar se se seguirem algumas etapas básicas abaixo mencionadas e, com a prática, a sua leitura tornar-se-á automática. Não caia na tentação de ignorar os quadros; eles contêm informação concentrada que pode ser lida mais rapidamente do que se essa informação fosse expressa por palavras. Ao adquirir prática na interpretação de quadros, conseguirá também verificar se as conclusões escritas tiradas do material em questão realmente se justificam.

1 Leia o título por completo. Os quadros têm frequentemente títulos longos, que representam uma tentativa, por parte do investigador, para enunciar com exactidão a natureza da informação apresentada. O título do quadro aqui mostrado contém, em primeiro lugar, o assunto a que se refere o estudo, a seguir indica que o quadro fornece material de comparação e, por fim, informa que esse material apenas diz respeito a um número limitado de países.

2 Verifique se há comentários ou notas acerca dos dados. Uma nota de rodapé relacionada com o título das colunas salienta que as informações só dizem respeito a carros registados. Isto é importante porque, em certos países, o número de veículos devidamente registados pode ser menor do que noutros. As notas podem dizer como é que o material foi coligido ou porque se apresenta de uma certa maneira. Se a informação de um quadro não foi coligida por um investigador, mas baseada em dados já disponibilizados em outros lugares, será indicada a fonte. Por vezes, a fonte fornece indicações sobre a fiabilidade das informações apresentadas, bem como sobre a sua origem. No quadro que serve de exemplo, a nota relativa à fonte esclarece que a informação foi recolhida em várias fontes.

3 Leia as legendas no cimo e na parte esquerda do quadro. (Certos quadros são apresentados com "legendas" na parte inferior e não no cimo). Indicam o tipo de informação que cada linha e cada coluna contêm. Ao ler o quadro, deve ter-se em mente cada conjunto de legendas à medida que se analisam os números. No nosso exemplo, as legendas à esquerda indicam os países, enquanto as do topo referem os anos e os níveis de propriedade de automóveis.

4 Identifique as unidades usadas; os números no corpo do quadro podem representar casos, percentagens, médias ou outras medidas. Por vezes, pode ser útil converter esses valores. Se não são fornecidas percentagens, por exemplo, pode valer a pena calculá-las. No exemplo apresentado não existem percentagens, mas poderia valer a pena calculá-las.

5 Pondere as conclusões que podem ser retiradas das informações. Muitos quadros são comentados pelo autor que os apresenta e os seus comentários deverão certamente ser tidos em conta. Também se deve interrogar sobre outros assuntos ou questões sugeridos pela informação contida no quadro.

Neste quadro podem ser observadas várias tendências interessantes. Em primeiro lugar, o número de pessoas que possui um carro varia consideravelmente entre os diferentes países: o número de auto-

Proprietários de carros: Comparação internacional entre vários países seleccionados

	Número de automóveis por 1.000 adultos na população [a]				
	1971	**1981**	**1984**	**1989**	**1993 e posteriores**
Brasil	12	78	84	98	–
Chile	19	45	56	67	–
Irlanda	141	202	226	228	–
França	261	348	360	475	420
Grécia	30	94	116	150	–
Itália	210	322	359	424	500
Japão	100	209	207	286	300
Suécia	291	348	445	445	410
Reino Unido	224	317	343	366	360
EUA	448	536	540	607	570
Alemanha Ocidental	247	385	312	479	470[b]

[a] Inclui todos os automóveis registados
[b] A Alemanha unida em 1993
Fontes: International Road Federation, *United Nations Annual Bulletin of Transport Statistics*, citado em *Social Trends* (Londres:HMSO, 1987), p. 68; Statistical Office of the European Community, *Basic Statistics of the Community* (Luxemburgo: European Union, 1991); dados de 1993 e posteriores de *The Economist, Pocket World in Figures*, 1996.

móveis por mil pessoas é quase dez vezes maior nos Estados Unidos do que no Chile.

Em segundo lugar, existe uma relação clara entre o número de pessoas que possuem automóveis e o nível de riqueza do país. De facto, quase poderíamos utilizar os rácios de propriedade automóvel como um indicador, ainda que impreciso, da diferença em termos de prosperidade.

Em terceiro lugar, em quase todos os países representados, o nível de propriedade automóvel aumentou entre 1971 e 1993 mas, em alguns, esse aumento é maior do que noutros – provavelmente indicando diferenças nos níveis de crescimento ou desenvolvimento económico dos países.

Em quarto, estes dados deveriam ser olhados sob uma perspectiva política mais lata. Por exemplo, alguns decréscimos na propriedade automóvel em 1993 na Alemanha reflectirão o processo de unificação da Alemanha Ocidental e de Leste.

Em quinto lugar, as fontes dos dados deverão ser tomadas em consideração. Por exemplo, a baixa dos valores no Reino Unido, França, Suécia e Estados Unidos em 1993, em comparação com 1989, pode ser parcialmente explicada pela diferença nas fontes. O trabalho com dados requer atenção e, idealmente, deveria ser comprovado através do cruzamento de estatísticas.

1 Os sociólogos investigam a vida social colocando várias questões e tentando encontrar respostas para elas através da investigação sistemática. Estas perguntas podem ser factuais, comparativas, de desenvolvimento ou teóricas.

2 Segundo os seus fundadores, a sociologia é uma ciência no sentido em que envolve métodos sistemáticos de investigação e avaliação de teorias à luz da evidência e da argumentação lógica. Mas não pode ser moldada directamente a partir das ciências naturais, porque estudar o comportamento humano é diferente de estudar o mundo da natureza.

3 Todas as investigações partem de um problema de investigação que preocupa ou desconcerta o investigador. Estes problemas podem ser sugeridos por falhas na literatura existente, por debates teóricos ou por questões práticas do mundo social. No desenvolvimento da estratégia de investigação pode distinguir-se um número definido de etapas – apesar de raramente estas serem seguidas de modo preciso na investigação.

4 Existe uma relação causal entre dois acontecimentos ou situações quando um acontecimento ou situação leva a outro. Isto é mais problemático do que parece à primeira vista. A causalidade tem de ser distinguida da correlação, que se refere à existência de uma relação regular entre duas variáveis. Uma variável é uma medida, como a idade, o rendimento, as taxas de criminalidade, etc., que permite fazer comparações. Também precisamos de distinguir variáveis independentes das dependentes que são afectadas por elas. Os sociólogos utilizam muitas vezes variáveis de controlo para manter outros factores constantes e isolar relações de causalidade.

5 A investigação sociológica séria envolve o uso de uma abordagem de confiança para analisar um fenómeno social em particular. Os métodos de investigação sociológica dizem respeito ao modo como a investigação é desenvolvida. No trabalho de campo, ou observação participante, o investigador passa longos períodos com o grupo ou comunidade que está a ser estudado. Um segundo método, os inquéritos, envolve o envio ou administração de questionários a uma amostra da população. Outros métodos incluem experiências, histórias de vida, diários e pesquisa documental.

6 Todos os métodos de investigação têm as suas limitações. Por esta razão, os investigadores devem combinar dois ou mais métodos no seu trabalho, sendo cada um deles usado para verificar e complementar o material obtido dos outros. Os melhores exemplos de investigação sociológica combinam perspectivas históricas e comparativas.

7 A investigação sociológica coloca frequentemente problemas éticos ao investigador. Estes podem surgir tanto quando os alvos da investigação são enganados pelo investigador, como quando a publicação dos resultados do estudo pode afectar os sentimentos ou vidas dos investigados. Não existem maneiras completamente satisfatórias de lidar com estes assuntos, mas todos os investigadores têm de ser sensíveis aos dilemas que eles colocam.

PARA REFLEXÃO

1 Se a maioria dos projectos de investigação parte de problemas de investigação, quem decide quais são os problemas?

2 Porque é que é tão importante formar hipóteses específicas que podem ser apoiadas ou desapoiadas?

3 Porque é que o curso de um projecto de investigação raramente corre de acordo com o planeado?
4 Como pode o investigador minimizar as possiblidades de erro e/ou enviesamento?
5 Serão alguns métodos de investigação mais científicos do que outros?
6 Porque é que é tão importante distinguir entre correlação e causalidade?

ADICIONAIS

Martin Hammersley e Paul Atkinson, *Ethnography: Principles in Practice* (London: Routledge, 1995)

Lee Harvey, Morag MacDonald e Anne Devany, *Doing Sociology* (Londres: Macmillan, 1992).

Charles Ragin, *Constructing Social Research: The Unity and Diversity of Method* (Thousand Oaks, Califórnia, Pine Forge Press, 1994)

À INTERNET

Bath information e Data Service
http://www.bids.ac.uk

BUBL – National Information Service for the higher education community
http://bubl.ac.uk/admin/purpose.htm

Census Information Gateway
http://census.ac.uk

Institute for Social and Economic Research (ESRC and University of Essex)
http://www.irc.essex.ac.uk

Market and Opinion Research International (MORI)
http://www.mori.com

Social Science Information Gateway
http://www.sosig.ac.uk

21 O Pensamento Teórico na Sociologia

Max Weber: a Ética Protestante 666

Dilemas teóricos 668

Dilema I: Estrutura e acção 669

Dilema II: Consenso e conflito 671

Dilema III: O problema do género 672

Dilema IV: A formação do mundo moderno 674

Teorias recentes 676

A teoria pós-moderna 676

Michel Foucault 677

Outros pontos de vista 678

Jürgen Habermas: a democracia e a esfera pública 678

Ulrich Beck: a sociedade do risco 679

Manuel Castells: a economia em rede 680

Anthony Giddens: a reflexividade social 681

Conclusão 682

Sumário 682

Questões para reflexão 683

Leituras adicionais 684

21: O Pensamento Teórico em Sociologia

Avaliar teorias, e especialmente abordagens teóricas, em Sociologia é uma tarefa difícil e formidável. Por definição, os debates teóricos são mais abstractos do que controvérsias de tipo mais empírico. O facto de não existir uma abordagem teórica única que domine toda a Sociologia pode parecer um sinal de fraqueza. Mas isso não é verdade. Pelo contrário, a abundância de abordagens teóricas e de teorias rivais é uma expressão da vitalidade da Sociologia. Ao estudarmos seres humanos – nós próprios – a variedade teórica salva-nos do dogma. O comportamento humano é complicado e multifacetado e é muito pouco provável que uma única perspectiva teórica possa cobrir todas as suas características. A diversidade do pensamento teórico fornece uma fonte rica em ideias que podem ser a base de novas investigações e estimula as capacidades imaginativas tão essenciais ao progresso do trabalho sociológico.

Foram desenvolvidas inúmeras teorias nas diversas áreas de investigação em que trabalham os sociólogos. Algumas são estabelecidas com muita precisão e, ocasionalmente, até foram expressas de forma matemática – embora isto seja mais frequente noutras Ciências Sociais (especialmente na Economia) do que em Sociologia.

Certos tipos de teoria tentam explicar muito mais do que outros, e as opiniões variam sobre o grau em que é desejável ou útil aos sociólogos empreenderem esforços teóricos de grande amplitude. Robert Merton, por exemplo, defende enfaticamente que os sociólogos deveriam concentrar a sua atenção no que designa como *teorias de médio alcance* (Merton, 1957). Deveríamos ser mais modestos, em vez de tentarmos criar grandes esquemas teóricos.

As teorias de médio alcance são suficientemente específicas para se poderem testar através da investigação empírica, embora devam ser suficientemente genéricas para cobrirem uma série de fenómenos diferentes. Um exemplo relevante é o da teoria da privação relativa. Esta teoria defende que a forma como as pessoas avaliam as suas circunstâncias de vida depende daqueles com quem se comparam. Assim, o sentido de privação não se liga directamente ao nível de pobreza material que os indivíduos possuem (vide página 313). Uma família a viver numa casa pequena, num bairro pobre, onde toda a gente viva em circunstâncias mais ou menos idênticas, sentir-se-á provavelmente menos carente do que uma que viva numa casa semelhante, mas num bairro onde muitas das casas sejam muito maiores e mais opulentas.

De facto, é verdade que quanto mais ampla e ambiciosa for uma teoria, mais difícil se torna testá-la empiricamente. Não obstante, parece não haver nenhuma razão óbvia para que o pensamento teórico, em Sociologia, esteja confinado a um «alcance médio». Para entendermos isto, tomemos como exemplo a teoria que Weber propõe na sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1976, publicada originalmente em 1904-5). Já mencionámos esta obra em capítulos anteriores (vide capítulo 12, «Organizações Modernas», p. 348, e capítulo 17, «Religião», pp. 540).

Max Weber: a Ética Protestante

Na sua obra *A Ética Protestante*, Weber aborda um problema extremamente importante, o das razões pelas quais o capitalismo se desenvolveu no Ocidente e não noutros lugares. Durante os cerca de treze séculos que se seguiram à queda da Roma antiga, outras civilizações foram muito mais proeminentes na história do mundo do que a ocidental. Na realidade, a Europa era uma área bastante insignificante do globo, enquanto a China, a Índia e o Império Otomano, no Próximo Oriente, eram as maiores potências. Os chineses, em especial, estavam muito mais avançados do que o Ocidente em termos do seu desenvolvimento tecnológico e económico. O que aconteceu para provocar o surto de desenvolvimento económico na Europa a partir do século XVII?

Segundo Weber, para responder a esta questão, temos de mostrar o que distingue a indústria moderna das formas anteriores de actividade económica.

Encontramos o desejo de acumular riqueza em civilizações muito diferentes, o que não é difícil de explicar. As pessoas passaram a valorizar a riqueza pelo conforto, segurança, poder e prazer que ela proporciona. Desejam libertar-se da necessidade e, ao acumular riqueza, usam-na para viver mais confortavelmente.

Se observarmos o desenvolvimento económico do Ocidente, argumenta Weber, encontramos algo bastante diferente: uma atitude em relação à acumulação de riqueza única na história. Esta atitude constitui aquilo a que Weber chama o *espírito do capitalismo* – um conjunto de crenças e valores defendidos pelos primeiros capitalistas mercantis e industriais. Essas pessoas tinham uma forte tendência para acumular riqueza pessoal. Contudo, não usavam essa riqueza para manter um estilo de vida luxuoso, ao contrário das classes ricas em outras partes do globo. Na realidade, o seu estilo de vida era modesto e frugal. Viviam sóbria e pacatamente, evitando as manifestações usuais de riqueza. Este conjunto de características pouco habituais, tenta mostrar Weber, foi vital para o arranque do desenvolvimento económico do Ocidente, pois, ao contrário dos ricos de eras anteriores e de culturas diferentes, estes grupos não esbanjavam a sua riqueza. Em vez disso, reinvestiam-na para promover a expansão das empresas que dirigiam.

O ponto fulcral da teoria de Weber reside em defender que as atitudes envolvidas no espírito do capitalismo decorrem da religião. Em geral, o Cristianismo teve um papel na promoção dessa perspectiva, mas a força motivadora essencial foi imprimida pelo impacto do Protestantismo – e em especial por uma variedade de Protestantismo, o *Puritanismo*. Os primeiros capitalistas eram, na maioria, Puritanos, e muitos seguiam os preceitos Calvinistas. Weber defende que certas doutrinas Calvinistas foram a fonte directa do espírito do capitalismo. Uma delas era a ideia de que os seres humanos são instrumentos de Deus na terra e que o Todo Poderoso deseja que eles sigam uma *vocação* – uma ocupação – para a maior glória de Deus.

Um segundo aspecto importante do Calvinismo era a noção de *predestinação*, segundo a qual apenas certos indivíduos predestinados fazem parte dos «eleitos» – aqueles que irão para o céu após a morte. Na doutrina original de Calvino, nada do que uma pessoa faça nesta terra pode alterar o facto de ela vir a fazer parte dos eleitos, pois tal está predeterminado por Deus. Contudo, esta crença causou tal ansiedade entre os seus seguidores que foi modificada para permitir que os crentes reconhecessem certos sinais de eleição.

O êxito conseguido pela dedicação a uma vocação, indicado pela prosperidade material, tornou-se o sinal principal de que uma pessoa era realmente um dos eleitos. Entre os grupos influenciados por estas ideias, criou-se um tremendo impulso para o sucesso económico. Entretanto, esta motivação foi acompanhada pela necessidade dos crentes viverem uma vida sóbria e frugal. Os Puritanos acreditavam que o luxo era diabólico e, desta forma, o desejo de acumular riqueza juntou-se a um estilo de vida muito severo e simples.

Impelidos principalmente por motivos religiosos, os primeiros empresários tinham pouca consciência de que estavam a ajudar a provocar mudanças enormes na sociedade. O estilo de vida ascético – quer dizer, baseado na renúncia – dos Puritanos tornou-se subsequentemente uma parte intrínseca da civilização moderna. Como Weber assinala:

> Os Puritanos desejavam trabalhar por vocação. Nós somos forçados a fazê-lo. Quando o ascetismo foi retirado das celas monásticas e trazido para a vida quotidiana e se tornou dominante ao nível da moralidade mundana, desempenhou o seu papel na construção do enorme cosmos da ordem económica moderna ... Desde que o ascetismo se propôs remodelar o mundo e propagar os seus ideais, os bens materiais ganharam um poder crescente e, por fim, inexorável sobre a vida dos homens, como nunca antes acontecera na história ... A ideia de dever contida na vocação individual paira sobre as nossas vidas como os fantasmas de crenças religiosas mortas. Quando a realização da vocação não pode ser directamente relacionada com valores culturais e espirituais mais altos, ou quando, por outro lado, não necessita de ser sentida simplesmente como compulsão económica, o indivíduo abandona normalmente a tentativa de a justificar. Onde o seu desenvolvimento atingiu as cotas mais elevadas, como nos Estados Unidos, a procura de riqueza, despida do seu significado religioso e ético, tende a associar-se a paixões puramente mundanas ... (Weber, 1976, pp. 181-2).

A teoria de Weber foi criticada por muitos quadrantes. Alguns argumentaram, por exemplo, que

aquilo a que ele chamou «o espírito do capitalismo» pode ser discernido nas primeiras cidades mercantis italianas, muito antes de se ouvir falar em Calvinismo. Outros afirmam que a noção básica de «trabalhar por vocação», que Weber associa ao Protestantismo, já existia nas crenças católicas. Todavia, o essencial da descrição de Weber continua a ser aceite por muitos e a tese que defendeu permanece tão clara e reveladora como quando foi inicialmente formulada. Se a tese de Weber for válida, o desenvolvimento económico e social moderno foi influenciado por algo que, à primeira vista, parece imensamente distante dele – um conjunto de ideais religiosos.

A teoria de Weber reúne vários critérios importantes no pensamento teórico em Sociologia.

1 É contra-intuitiva – sugere uma interpretação que rompe com o que nos dita o senso comum. Assim, a teoria desenvolve uma perspectiva nova sobre os assuntos a que se refere. A maioria dos autores anteriores a Weber deu pouca atenção à possibilidade de os ideais religiosos poderem desempenhar um papel fundamental nas origens do capitalismo.
2 A teoria dá sentido a algo que, de outra forma, é enigmático, ou seja, ao facto de os indivíduos que queriam viver frugalmente se esforçarem ao mesmo tempo por acumular riqueza.
3 A teoria é capaz de iluminar outras circunstâncias para além das que propusera inicialmente abordar. Weber sublinhou que apenas tentou entender as origens primeiras do capitalismo moderno. Apesar disso, parece razoável supor que valores paralelos aos incutidos pelo Puritanismo possam estar relacionados com outras situações de desenvolvimento capitalista bem sucedido.
4 Uma boa teoria não é apenas aquela que é válida. Também é aquela que é *frutuosa*, na medida em que gera novas ideias e estimula investigações posteriores. A teoria de Weber foi certamente muito bem sucedida neste aspecto, fornecendo um ponto de partida para uma série de investigações e teorias posteriores.

Dilemas teóricos

O debate em torno da *Ética Protestante* continua no presente, tal como as controvérsias acerca do trabalho de Weber. As idéias desenvolvidas pelos pensadores clássicos, tal como pelas perspectivas teóricas mais recentes discutidas no capítulo 1, continuam a provocar desentendimentos.

Há vários dilemas teóricos básicos – temas de controvérsia contínua e de disputa – que estes choques de opinião põem a descoberto. Alguns deles referem-se a questões gerais relativas à forma como interpretamos as actividades humanas e as instituições sociais. Discutiremos aqui quatro desses dilemas.

(1) Um dilema diz respeito à *acção humana* e à *estrutura social*. Trata-se de saber até que ponto seremos actores humanos criativos, com um controlo activo das condições das nossas vidas, ou se a maioria do que fazemos será resultado de forças sociais exteriores ao nosso controlo. Esta questão sempre dividiu e continua a dividir os sociólogos. Weber e os interaccionistas simbólicos, por exemplo, realçam a importância dos componentes activos e criativos do comportamento humano. Outras abordagens, como a de Durkheim, colocam o acento na natureza constrangedora das influências sociais sobre as nossas acções.

(2) Um segundo dilema teórico diz respeito ao *consenso* e ao *conflito* na sociedade. Como vimos, algumas perspectivas em Sociologia, incluindo o funcionalismo, realçam a ordem inerente e a harmonia das sociedades humanas. Aqueles que têm esta opinião vêem na continuidade e no consenso as características mais evidentes das sociedades, por muito que estas se alterem com o passar do tempo. Outros sociólogos, por outro lado, acentuam a omnipresença do conflito social. Para eles, as sociedades são afectadas por divisões, tensões e lutas. Para eles é ilusório dizer que as pessoas tendem a viver amigavelmente umas com as outras, a maior parte do tempo. Segundo dizem, mesmo quando não existem confrontos abertos, há profundas divisões de interesses que em qualquer altura se podem transformar em conflitos activos.

(3) Existe um terceiro dilema teórico fundamental ao qual mal se presta atenção nas tradições ortodoxas da Sociologia, mas que não pode ser ignorado. Este problema reside no modo de incorporar um entendimento satisfatório do *género* na análise sociológica. Todas as figuras principais do desenvolvimento passado da teoria sociológica eram homens e, nas suas

obras, praticamente não deram qualquer atenção ao facto de os seres humanos estarem divididos em géneros (Sydie, 1987). Nos seus trabalhos, os indivíduos parecem «neutros» – «actores» abstractos, em vez de estarem diferenciados em homens e mulheres. Visto termos muito pouco onde nos basearmos, ao procurarmos relacionar as questões do género com as formas mais estabelecidas do pensamento teórico em Sociologia, este é, talvez, nos tempos correntes, o problema mais grave com que as quatro abordagens têm de se defrontar.

Um dos principais dilemas teóricos associados ao género é o seguinte: deveremos considerar o «género» como uma categoria geral do pensamento sociológico? Ou, pelo contrário, precisamos de analisar as questões do género distribuindo-as pelas influências mais específicas que afectam o comportamento das mulheres e dos homens em diferentes contextos? Por outras palavras, haverá características que separam os homens e as mulheres, em termos das suas identidades e comportamento social, em todas as culturas? Ou as diferenças de género deverão ser sempre explicadas principalmente em termos das outras diferenças que dividem as sociedades (como as divisões de classe)?

(4) Um quarto problema não se prende tanto com as características gerais do comportamento humano, ou das sociedades como um todo, mas antes com aspectos do *desenvolvimento social moderno*. Este dilema tem a ver com as influências determinantes que afectam as origens e a natureza das sociedades modernas e deriva das diferenças entre as abordagens marxistas e não marxistas. Este dilema centra-se na seguinte questão: até que ponto o mundo moderno foi moldado pelos factores económicos que Marx salientou – em especial os mecanismos do sistema económico capitalista? Em alternativa, até que ponto outras influências (como factores sociais, políticos ou culturais) têm moldado o desenvolvimento social na era moderna? Tratando-se de um conjunto fundamental de questões para a teoria sociológica, deveremos considerar com algum detalhe as diferentes ideias desenvolvidas a seu respeito.

Dilema I : Estrutura e acção

Um tema importante tratado por Durkheim e, posteriormente, por muitos outros sociólogos, é o dos **constrangimentos sociais** exercidos sobre as nossas acções pelas sociedades em que estamos inseridos. Para Durkheim, a sociedade tem primazia sobre o indivíduo. A sociedade é muito mais do que a soma das acções individuais; possui uma «firmeza» ou «solidez» comparáveis às estruturas do meio ambiente. Imaginemos uma pessoa numa sala com várias portas. A estrutura da sala constrange o campo das suas possíveis actividades. As portas e as paredes definem os pontos de saída e de entrada. Segundo Durkheim, a estrutura social constrange as nossas actividades de modo semelhante, estabelecendo limites ao que podemos fazer como indivíduos. É-nos «exterior», como as paredes da sala.

Esta opinião é expressa por Durkheim num parágrafo famoso:

> Quando desempenho os meus deveres de irmão, marido ou cidadão e mantenho os compromissos que assumi, cumpro obrigações definidas pela lei e pelo costume que são exteriores a mim próprio e às minhas acções ... Da mesma forma, o crente descobriu desde o seu nascimento, já prontas, as crenças e práticas da sua vida religiosa. Se elas já existiam antes dele, deduz-se daqui que existem fora dele. O sistema de signos que emprego para exprimir os meus pensamentos, o sistema monetário que uso para pagar as minhas dívidas, os instrumentos de crédito que utilizo nas minhas relações comerciais, as práticas que sigo na minha profissão, etc. – todas funcionam independentemente do uso que faço delas. Considerando individualmente cada membro da sociedade, estas observações podem ser feitas para cada um deles (Durkheim, 1982, pp. 50-1).

Embora o tipo de perspectiva que Durkheim exprime tenha muitos seguidores, também foi fortemente criticado. O que é a «sociedade», perguntam os críticos, senão o conjunto de muitas acções individuais? Se estudarmos um grupo, não vemos uma entidade colectiva, apenas indivíduos que se relacionam entre si, de formas diversas. A «sociedade» é apenas muitos indivíduos comportando-se de forma regular uns com os outros. De acordo com os críticos (que incluem a maioria dos sociólogos influenciados pelo interaccionismo simbólico), como seres humanos temos razões para fazer o que fazemos, e habitamos um mundo social impregnado de significados culturais. Deste ponto de vista, os fenómenos sociais *não*

são precisamente o mesmo que «coisas», mas dependem dos significados simbólicos de que revestimos as nossas acções. Não somos *criaturas* da sociedade, mas os seus *criadores*.

Avaliação

É pouco provável que esta controvérsia seja alguma vez inteiramente resolvida, já que existe desde que os pensadores modernos começaram a tentar explicar sistematicamente o comportamento humano. Além disso, trata-se de um debate que não se confina apenas à Sociologia, mas que também interessa aos estudiosos de todas as áreas das Ciências Sociais. Cada leitor, ao ler este livro, terá de decidir qual a posição que acha mais correcta.

Não obstante, as diferenças entre as duas opiniões podem ser exageradas. Apesar de nenhuma ser inteiramente correcta, distinguem-se facilmente conexões entre elas. A perspectiva de Durkheim, em certos aspectos é claramente válida. As instituições sociais precedem de facto a existência de qualquer indivíduo. Também é evidente que nos colocam restrições e constrangimentos. Assim, por exemplo, eu não inventei o sistema monetário que existe na Grã-Bretanha. Nem posso escolher se desejo ou não usá-lo, se pretendo obter os bens ou serviços que o dinheiro pode comprar. O sistema monetário, como todas as instituições estabelecidas, existe independentemente dos membros individuais das sociedades e restringe as suas actividades.

Por outro lado, é obviamente errado supor que a sociedade nos é «exterior», da mesma forma que o mundo físico que nos rodeia. Pois este mundo continuaria a existir quer houvesse ou não seres humanos, mas seria perfeitamente disparatado dizer-se o mesmo de uma sociedade. Apesar de a sociedade ser exterior a cada indivíduo, tomado por si só, ela não pode por definição ser exterior a *todos* os indivíduos tomados em conjunto.

Além disso, apesar daquilo a que Durkheim chama «factos sociais» poderem exercer constrangimentos sobre nós, eles não *determinam* o que fazemos. Eu poderia decidir não usar dinheiro, se estivesse firmemente resolvido a isso, mesmo que viesse a ser bastante difícil viver no dia a dia. Como seres humanos, fazemos escolhas e não reagimos passivamente aos acontecimentos que nos rodeiam. A forma de ultrapassar a diferença entre a abordagem «estrutural» e a centrada na «acção» é reconhecer que *construímos* e *reconstruímos* activamente a estrutura social no decurso das nossas actividades diárias. O facto de eu usar o sistema monetário, por exemplo, contribui, de forma menor, embora necessária, para a existência desse sistema. Se todos, ou apenas a maioria das pessoas, decidissem deixar de usar dinheiro, o sistema monetário dissolver-se-ia.

Tal como foi mencionado no capítulo 1, um termo útil para analisar este processo activo de construção e reconstrução da estrutura social é o de *estruturação*. Este é um conceito que o autor (Anthony Giddens) introduziu recentemente na sociologia. "Estrutura" e "acção" estão necessariamente relacionadas entre si. As sociedades, comunidades ou grupos apenas têm uma "estrutura" na medida em que as pessoas agem de um modo regular e previsível. Por outro lado, a "acção" apenas é possível na medida em que cada um de nós, como indivíduo, possui uma enorme quantidade de conhecimento socialmente estruturado. A melhor forma de explicar a estruturação é através do exemplo da linguagem. A linguagem tem de ser estruturada socialmente – existem características da utilização da linguagem que qualquer orador tem de observar. O que alguém diz num determinado contexto, por exemplo, não faria sentido se não seguisse um certo conjunto de regras gramaticais. Contudo, as qualidades da linguagem apenas existem, na medida em que os indivíduos que a utilizam seguem realmente estas regras na prática. A linguagem está constantemente em processo de estruturação.

Erving Goffman e outros autores que escreveram sobre a interacção social mencionados no capítulo 4 têm razão ao sugerir que todos os agentes humanos possuem um grau elevado de conhecimentos. Somos o que somos enquanto seres humanos em larga medida porque seguimos um complexo conjunto de convenções – por exemplo, os rituais que os estranhos seguem quando passeiam na rua. Por outro lado, à medida que aplicamos esta capacidade de conhecimento às nossas acções, damos força e conteúdo às próprias regras e convenções que delineamos. A estruturação presume sempre o que o autor designa como «dualidade da estrutura». Isto significa que toda a acção social pressupõe a existência da estrutura. Mas, ao mesmo tempo, a estrutura pressupõe a acção, porque a «estrutura» depende das regularidades do comportamento humano.

Erving Goffman

Dilema II : Consenso e conflito

É igualmente útil começarmos por Durkheim ao contrastar perspectivas diferentes sobre o *consenso* e o *conflito*. Durkheim vê as sociedades como um conjunto formado por partes interdependentes. De facto, muitos pensadores funcionalistas tratam a sociedade como um *todo integrado*, composto por estruturas que engrenam umas nas outras. Esta ideia está muito de acordo com a ênfase que Durkheim põe no carácter restritivo e «externo» dos «factos sociais». Contudo, a analogia aqui estabelecida não é com as paredes de um edifício, mas com a fisiologia de um corpo.

O corpo é constituído por várias partes especializadas (cérebro, coração, pulmões, fígado, etc.), contribuindo cada uma delas para manter a continuidade da vida do organismo e funcionando necessariamente em harmonia. De outra forma, a vida do organismo é ameaçada. O mesmo acontece, segundo Durkheim, com a sociedade. Para uma sociedade ter uma existência contínua, as suas instituições especializadas (como o sistema político, a religião, a família e o sistema educacional) têm de funcionar em harmonia umas com as outras. A continuidade de uma sociedade depende, por isso, da cooperação, e esta pressupõe um consenso geral, ou acordo, entre os seus membros sobre valores fundamentais.

Aqueles que se centram no conflito têm uma perspectiva bastante diferente. Podemos delinear os seus pressupostos, usando como exemplo a descrição de Marx sobre a luta de classes. Segundo Marx, as sociedades estão divididas em classes com recursos desiguais. Dado essas desigualdades serem tão pronunciadas, há divisões de interesses embebidas no sistema social. A certa altura, estes conflitos de interesses transformam-se numa luta activa entre classes, que pode gerar processos de mudança radical. Nem todos os que defendem este ponto de vista se concentram tanto nas classes como Marx. Há outras divisões que são vistas como igualmente importantes para promover conflitos; por exemplo, as divisões entre grupos raciais ou facções políticas. Quaisquer que sejam os grupos conflituosos mais destacados pela análise, a sociedade é essencialmente *carregada de tensão* – mesmo os sistemas sociais mais estáveis representam um equilíbrio instável entre grupos antagónicos.

Avaliação

Tal como no caso da estrutura ou da acção, é pouco provável que este debate teórico possa ser inteiramente resolvido algum dia. Não obstante, também a diferença entre as perspectivas que sublinham o consenso e as que realçam o conflito parece mais vasta do que é. As duas posições não são totalmente incompatíveis. Todas as sociedades envolvem provavelmente um certo tipo de acordo geral sobre valores e certamente todas implicam conflitos.

Para além disso, como regra geral da análise sociológica, temos de examinar as relações *entre* o consenso e o conflito nos sistemas sociais. Os valores defendidos por grupos diferentes e os objectivos dos seus membros reflectem frequentemente uma mistura de interesses comuns e opostos. Por exemplo, mesmo na imagem de luta de classes dada por Marx, as diferentes classes partilham certos interesses, ao mesmo tempo que existe uma forte oposição entre si. Assim, os capitalistas dependem da força de trabalho para que as suas empresas funcionem, do mesmo modo que os trabalhadores dependem deles para garantir os seus salários. Nestas circunstâncias, o

conflito aberto não é contínuo, e, em vez disso, o que ambos os lados têm em comum tende a sobrepor-se às suas diferenças, enquanto em outras situações acontece o inverso.

Um conceito útil que ajuda a analisar as interrelações entre conflito e consenso é o de *ideologia* – valores e crenças que contribuem para assegurar o domínio dos grupos mais poderosos sobre os menos poderosos. O poder, a ideologia e o conflito estão sempre relacionados de modo estreito. Muitos conflitos são *sobre* o poder, devido às vantagens que ele pode trazer. Aqueles que detêm mais poder podem depender principalmente da influência da ideologia para manter o seu domínio, mas têm habitualmente capacidade para usar a força, se necessário. Por exemplo, nos tempos feudais o domínio aristocrático era apoiado pela ideia de que uma minoria de pessoas «nasce para governar», mas os governantes aristocráticos também recorriam frequentemente ao uso da violência contra os que ousavam opor-se ao seu poder.

Dilema III : O problema do género

Os temas do género são pouco centrais nos escritos dos principais pensadores que desenvolveram a Sociologia moderna. Contudo, as escassas passagens onde tocaram em questões relativas ao género permitem-nos pelo menos especificar os contornos de um dilema teórico fundamental – apesar de, nos seus trabalhos, pouco existir para nos ajudar a resolvê-lo. A melhor forma de descrever este dilema será comparar um tema que, por vezes, aparece nos escritos de Durkheim com outro que aparece nos de Marx. No decurso da sua discussão sobre o suicídio, Durkheim afirma a certa altura que o homem é «quase inteiramente um produto da sociedade», enquanto a mulher é «em grau muito maior um produto da natureza». Partindo destas observações, diz o seguinte sobre o homem: «os seus gostos, as suas aspirações e o seu humor têm em grande medida uma origem colectiva, enquanto os da sua companheira são mais directamente influenciados pelo seu organismo. As suas necessidades, por conseguinte, são bastante diferentes das dela ...» (Durkheim, 1952, pp. 385). Por outras palavras, mulheres e homens têm identidades, gostos e inclinações diferentes, pois as mulheres são menos socializadas e estão «mais próximas da natureza» do que os homens.

Hoje ninguém aceitaria uma opinião expressa nestes termos. A identidade feminina é tão moldada pela socialização como a masculina. Não obstante, algo modificada, a declaração de Durkheim representa uma opinião possível sobre a formação e a natureza do género. Isto é, que as diferenças entre os géneros assentam fundamentalmente em distinções biológicas entre homens e mulheres. Tal opinião não significa necessariamente acreditar que as diferenças de género são principalmente inatas. Em vez disso, presume que a posição social da mulher e a sua identidade são principalmente moldadas (tal como Chodorow sugere. Vide Capítulo 5, «Género e Sexualidade», p. 112) pelo seu envolvimento na reprodução e na criação dos filhos. Se este ponto de vista estiver correcto, as diferenças de género estão profundamente embebidas em todas as sociedades. As discrepâncias de poder entre mulheres e homens reflectem o facto de as mulheres gerarem filhos e serem as responsáveis primárias pela sua criação, enquanto os homens são activos nas esferas «públicas» da política, do trabalho e da guerra.

A opinião de Marx é substancialmente contrária a esta. Para Marx, as diferenças de poder e de posição social entre homens e mulheres reflectem principalmente outras divisões – especialmente as divisões de classe. Segundo Marx, nas primeiras formas de sociedade humana, nem a divisão de género nem as divisões de classe estavam presentes. O poder dos homens sobre as mulheres só surgiu com o aparecimento das divisões de classe. As mulheres passaram a ser uma forma de «propriedade privada» dos homens através da instituição do casamento. Elas serão libertadas da sua situação de servidão quando as divisões de classe forem ultrapassadas. Também neste caso, poucos actualmente aceitariam esta análise, mas podemos torná-la mais plausível se a generalizarmos. As classes não são o único factor que opera na formação das divisões que afectam o comportamento dos homens e das mulheres. Entre eles, incluem-se a etnicidade e as origens culturais. Pode, por exemplo, argumentar-se que as mulheres de um grupo minoritário (digamos, os negros nos Estados Unidos) têm mais em comum com os homens de um grupo minoritário do que com as mulheres da maioria branca. Ou que as mulheres de uma certa cultura (como as pequenas culturas de caça e recolecção) têm mais características em comum com os homens dessa

cultura do que com as mulheres de uma sociedade industrial.

Em décadas recentes, o aparecimento do movimento das mulheres provocou mudanças radicais na sociologia e em outras disciplinas. O feminismo conduziu a um ataque generalizado ao enviesamento masculino constatado tanto na teoria sociológica como na metodologia, e no próprio objecto da sociologia. A dominação masculina foi não só desafiada na sociologia, como também houve a necessidade de uma reconstrução compreensiva da própria disciplina – tanto nas questões que formam o seu núcleo como na apresentação das discussões em seu torno.

As perspectivas feministas na sociologia sublinham a centralidade do género na análise do mundo social. Embora a diversidade dos pontos de vista do feminismo faça com que seja difícil falar nele de uma forma genérica, podemos seguramente dizer que a maioria das feministas concorda que o conhecimento se relaciona integralmente com questões de sexo e género, porque os homens e as mulheres têm experiências de vida diferentes e vêem o mundo sob perspectivas diferentes, não constroem a sua compreensão do mundo de modo idêntico. As feministas acusam muitas vezes a sociologia tradicional de ter negado ou «ignorado» a natureza de «género» do conhecimento, tendo, ao invés, projectado concepções do mundo social dominadas pelos homens. Segundo as feministas, os homens ocuparam tradicionalmente posições de poder e autoridade na sociedade e investiram na manutenção dos seus papéis privilegiados. Sob tais condições, o conhecimento baseado no género torna-se uma força vital para perpetuar as posições sociais estabelecidas e legitimar a dominação masculina.

Algumas escritoras feministas argumentaram ser um erro supor que tanto «homens» como «mulheres» são grupos com os seus próprios interesses ou características. Muitas destas escritoras, tal como Judith Butler (1999), foram influenciadas pelo pensamento pós-moderno, que é discutido mais à frente (ver p. 676). Segundo Butler, o género não é uma categoria fixa mas fluida, exibida no que as pessoas fazem e não no que são.

Temas semelhantes foram discutidos por Susan Faludi. No seu recente trabalho sobre a masculinidade (1999), Faludi mostra que a ideia de que os homens dominam em todas as esferas é um mito. Pelo contrário, no presente existe uma crise da masculinidade no mundo que os homens deveriam supostamente dominar. Alguns grupos de homens ainda estão confiantes e sentem-se com controlo: muitos outros sentem-se marginalizados e com falta de respeito próprio. O sucesso alcançado por algumas mulheres é parte da razão, mas também as mudanças na natureza do trabalho. O impacte das tecnologias da informação, por exemplo, fez com que muitos homens com menos competências sejam redundantes para as necessidades das sociedades.

Judith Butler

Avaliação

As questões colocadas por este terceiro dilema são da maior importância e baseiam-se directamente no desafio que as autoras femininas apresentaram à Sociologia. Ninguém pode seriamente contestar que uma grande parte da análise sociológica no passado ignorou as mulheres ou utilizou interpretações da identidade e do comportamento femininos drasticamente inadequadas. Mesmo assim, a despeito das novas investigações sobre as mulheres feitas nos últimos vinte anos, persistem muitas áreas em que as actividades e interesses distintos das mulheres não foram suficientemente estudados. Contudo, «trazer o estudo das mulheres para a Sociologia» não é o mesmo que lidar com os problemas do género, pois estes dizem respeito às relações entre as identidades e os comportamentos das mulheres *e* dos homens. Por agora, temos de deixar em aberto a questão de saber se as diferenças de género podem ser elucidadas através

Susan Faludi

doutros conceitos sociológicos (classe, etnicidade, origem cultural, etc.) ou se, pelo contrário, até que ponto outras divisões sociais necessitam de ser explicadas em termos de género. Algumas das principais tarefas explicativas da Sociologia no futuro irão depender da forma como se abordar este dilema.

Dilema IV : A formação do mundo moderno

A perspectiva marxista

A obra de Marx lançou um desafio poderoso à análise sociológica que não foi ignorado. Desde então, muitos debates sociológicos têm-se centrado nas suas ideias sobre o desenvolvimento das sociedades modernas (Marx e Engels, 1968). Como já mencionámos, Marx vê as sociedades modernas como *capitalistas*. O impulso subjacente à mudança social na era moderna é a pressão exercida a favor de uma transformação económica constante que é parte fundamental da produção capitalista. O capitalismo é um sistema económico muito mais dinâmico que qualquer outro anterior. Os capitalistas competem entre si para ven 'er os seus pro 'utos e, para sobre i e mercado competitivo, as empresas têm de os produzir a um custo tão baixo e de forma tão eficiente quanto possível. Este facto conduz a uma inovação tecnológica constante, pois aumentar a eficácia da tecnologia usada num processo de produção determinado é uma forma de as companhias poderem adquirir vantagem sobre os seus rivais.

Também existem fortes incentivos para a procura de novos mercados onde seja possível vender bens, adquirir matérias-primas a baixo preço e utilizar mão-de-obra barata. Por conseguinte, o capitalismo, segundo Marx, é um sistema em expansão constante que avança pelo mundo. É assim que Marx explica a expansão global da indústria ocidental.

A interpretação de Marx da influência do capitalismo encontrou muitos apoiantes e, posteriormente, os autores marxistas desenvolveram e refinaram consideravelmente as suas ideias. Por outro lado, inúmeros críticos debateram as opiniões de Marx, oferecendo análises alternativas das influências que moldam o mundo moderno. Praticamente todos aceitam que o capitalismo *teve* um papel importante na criação do mundo em que hoje vivemos. No entanto, outros sociólogos argumentaram que Marx havia exagerado quanto ao impacto de factores puramente *económicos* na produção da mudança e que o capitalismo é *menos central* no desenvolvimento social moderno do que ele pensava. A maioria destes autores também se mostraram cépticos em relação à ideia de Marx de que um sistema socialista viria a substituir o capitalismo. Dir-se-ia que o seu cepticismo teria emergido dos acontecimentos que tiveram início em 1989 na Europa de Leste.

A perspectiva de Weber

Um dos primeiros e o mais agudo crítico de Marx foi Max Weber. Na verdade, os escritos de Weber foram descritos como uma luta contra o «fantasma de Marx» – ou seja, como uma luta com o legado intelectual de Marx. A posição alternativa que Weber propôs continua hoje a ser importante. Segundo ele, os factores não económicos desempenharam um papel crucial no desenvolvimento das sociedades modernas. No seu célebre e muito discutido trabalho, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber defende que os valores religiosos – especialmente os associados ao Puritanismo – tiveram uma

Marx e Weber comparados

Ideias Genéricas Marxistas	Ideias Genéricas Weberianas
A dinâmica principal do desenvolvimento moderno é a expansão dos mecanismos económicos do capitalismo.	A dinâmica principal do desenvolvimento moderno é a racionalização da produção.
As sociedades modernas são atravessadas por desigualdades de classe, inerentes à sua própria natureza.	A classe social é um tipo de desigualdade entre outros – como as desigualdades entre homens e mulheres – nas sociedades modernas.
As principais divisões de poder, como as que afectam a posição diferente de homens e de mulheres, derivam, em última instância, de desigualdades económicas.	O poder no sistema económico é separável de outras fontes. As desigualdades entre homem e mulher, por exemplo, não podem ser explicadas em termos económicos.
As sociedades modernas, tal como hoje as conhecemos (sociedades capitalistas), são de tipo transitório – podemos esperar que venham a ser radicalmente reorganizadas no futuro. O socialismo, de um tipo ou doutro, acabará eventualmente por substituir o capitalismo.	A racionalização irá progredir no futuro, em todas as esferas da vida social. Todas as sociedades modernas dependem dos mesmos modos básicos de organização social e económica.
A expansão da influência ocidental pelo mundo é essencialmente um resultado das tendências expansionistas da empresa capitalista.	O impacto global do Ocidente deriva do seu domínio sobre os recursos industriais, juntamente com a sua superioridade militar.

importância fundamental na criação de uma perspectiva capitalista. Esta perspectiva não surgiu, como Marx supunha, das mudanças económicas em si mesmas.

A interpretação que Weber faz da natureza das sociedades modernas e das razões da divulgação a nível mundial de modos de vida ocidentais contrasta substancialmente com a de Marx. Segundo Weber, o capitalismo – uma forma específica de organização do sistema económico – é um entre outros factores importantes que moldaram o desenvolvimento social na era moderna. Subjacente a mecanismos de economia capitalista, e em certos aspectos mais importante que eles, está o impacto da *ciência* e da *burocracia*. A ciência moldou a tecnologia moderna – e provavelmente irá continuar a fazê-lo em qualquer sociedade socialista futura. A burocracia é a única forma de organizar eficientemente um grande número de pessoas e, portanto, expande-se de forma inevitável com o crescimento económico e político. Weber designa em conjunto como racionalização o desenvolvimento da ciência, da tecnologia moderna e da burocracia. A racionalização significa a organização da vida social e económica de acordo com princípios de eficiência, baseados no conhecimento técnico.

Avaliação

Qual a interpretação mais correcta da sociedade moderna? A que vem de Marx ou a oriunda de Weber? Mais uma vez, os académicos estão divididos. O quadro acima menciona algumas destas diferenças. (Tenha-se em atenção que dentro de cada posição existem variações, pelo que nem todos os teóricos concordarão com todos os pontos).

Os contrastes entre os pontos de vista marxista e weberiano permeiam muitas áreas da Sociologia. Influenciam não só a forma como analisamos a natureza das sociedades industriais, mas também a nossa opinião sobre as sociedades menos desenvolvidas. Além disso, as duas perspectivas estão ligadas a posições políticas diferentes; os autores de esquerda, em geral, adoptam os pontos de vista do lado A e os liberais e conservadores, os do lado B. Não obstante, os factores relacionados com este dilema têm uma natureza mais directamente empírica do que os implicados noutros dilemas. Estudos factuais dos estádios de desenvolvimento das sociedades modernas, e dos países do Terceiro Mundo, ajudam-nos a avaliar até que ponto os padrões de mudança são conformes com um ou com o outro lado.

Teorias recentes

Os temas abordados no dilema quatro ainda são importantes, mas teóricos mais recentes tentaram ir para além tanto de Marx como de Weber. Com o colapso do comunismo na Europa de Leste em 1989, as ideias de Marx parecem menos relevantes para o mundo contemporâneo do que muitos pensavam outrora.

De facto, muitos investigadores, incluindo alguns que originalmente eram marxistas, fazem pouco caso de Marx. Acreditam que a tentativa de Marx para encontrar padrões gerais da história estava irremediavelmente condenada ao fracasso. Para estes pensadores, ligados ao pós-modernismo, os sociólogos deveriam simplesmente abandonar as teorias que tanto Marx como Weber pensaram desenvolver – interpretações globais da mudança social.

A teoria pós-moderna

Os defensores da ideia do pós-modernismo defendem que os pensadores sociais clássicos retiraram a sua inspiração da ideia de que a história tem uma forma – «tem uma direcção» e conduz ao progresso – e que, no presente, esta noção se desmoronou. Deixaram de existir quaisquer «grandes narrativas» ou metanarrativas – concepções globais da história ou da sociedade – que façam sentido (Lyotard, 1985). Não só não existe uma noção geral de progresso que possa ser defendida, tão pouco existe algo como a história.

O mundo pós-moderno não está destinado a ser, como Marx esperava, socialista. Ao invés, é um mundo dominado pelos novos *media*, que nos «afastam» do nosso passado. A sociedade pós-moderna é muito pluralista e diversificada. Circulam imagens por todo o mundo em inúmeros filmes, vídeos, programas de televisão e websites. Entramos em contacto com muitas ideias e valores, mas estes têm pouca relação com a história das zonas onde habitamos, ou sequer, com as nossas histórias pessoais. Tudo parece estar num fluxo constante. Tal como o exprimiu um grupo de autores:

> O nosso mundo está a ser refeito. A produção em massa, o consumidor de massas, a grande cidade, o Estado-nação estão em declínio: flexibilidade, diversidade, diferenciação e mobilidade, comunicação, descentralização e internacionalização estão em ascensão. Neste processo, as nossas próprias identidades, o nosso sentido do eu (*self*), as nossas próprias subjectividades estão a ser transformadas. Estamos em transição para uma nova era. (S. Hall *et al.*, 1988)

Um dos teóricos importantes da pós-modernidade é o autor francês Jean-Baudrillard, cujo trabalho abordámos no capítulo 15 («Os Meios de Comunicação de Massa e a Comunicação em Geral»). Baudrillard também é da opinião de que os meios de comunicação electrónicos destruíram as nossas relações com o passado e criaram um mundo caótico e vazio. Baudrillard foi fortemente influenciado pelo marxismo no início dos seus estudos, contudo, argumenta, a difusão da comunicação electrónica e dos meios de comunicação de massa revelou-se contrária ao teorema marxista de que as forças económicas moldam a sociedade.

Ao invés, a vida social é, sobretudo, influenciada por signos e imagens. Aqui Baudrillard inspira-se no estruturalismo, pegando na ideia de Saussure de que os significados são criados pelas relações entre as palavras e não pela realidade exterior.

Numa era dominada pelos *media*, diz Baudrillard, o significado é criado pelo fluxo das imagens, tal como nos programas televisivos. Muito do nosso mundo tornou-se uma espécie de universo «faz de conta» no qual respondemos às imagens dos *media* em vez de a pessoas ou locais reais. Assim, quando Diana, a Princesa de Gales, morreu em 1997, houve

um enorme constrangimento de dor, não só na Grã-Bretanha como no mundo inteiro. Não obstante, estariam as pessoas a chorar por uma pessoa real? Baudrillard diz que não. A princesa Diana existia para a maioria das pessoas apenas através dos meios de comunicação. O modo como as pessoas sentiram a morte de Diana assemelha-se mais a um acontecimento de uma telenovela do que a um acontecimento real. Baudrillard fala da «dissolução da vida na TV».

Michel Foucault

Apesar de recusar apelidar-se como pós-moderno, Michel Foucault (1926-84) inspirou-se fortemente no pensamento pós-moderno. No seu trabalho, tentou ilustrar mudanças no entendimento que separam o pensamento no nosso mundo moderno do dos tempos mais antigos. Nos seus trabalhos sobre o crime, o corpo, a loucura e a sexualidade, Foucault analisou a emergência de instituições modernas como as prisões, os hospitais e as escolas que desempenharam um papel crescente no controlo e na monitorização da população social. Queria mostrar que existia «um outro lado» das ideias iluministas acerca da liberdade individual, que dizia respeito à disciplina e à vigilância. Foucault avançou com ideias importantes acerca da relação entre o poder, a ideologia e o discurso com os sistemas organizacionais modernos.

Michel Foucault

O estudo do poder – a forma como os indivíduos e os grupos atingem os seus fins contra os dos outros – é de importância fundamental na Sociologia. Marx e Weber, entre os fundadores clássicos, colocavam uma ênfase especial no poder; Foucault seguiu algumas das linhas de raciocínio de que estes foram pioneiros. O papel do discurso é central no seu pensamento acerca do poder e do controlo na sociedade. Utilizou o termo para se referir a modos de falar ou pensar acerca de determinado tema que estão unidos por pressupostos comuns. Foucault demonstrou, por exemplo, a forma dramática como os discursos sobre a loucura se modificaram dos tempos medievais até ao presente. Na Idade Média, por exemplo, os loucos eram geralmente olhados como inofensivos; alguns acreditavam que até podiam possuir um «dom» especial de percepção. Contudo, nas sociedades modernas, a «loucura» foi moldada por um discurso medicalizado que enfatiza a doença e o seu tratamento. Este discurso é apoiado e perpetuado por redes de médicos altamente desenvolvidas e influentes, especialistas médicos, hospitais, associações profissionais e revistas médicas.

Segundo Foucault, o poder funciona através do discurso para moldar as atitudes populares em relação a fenómenos como o crime, a loucura ou a sexualidade. O discurso de especialistas, estabelecido pelos que têm poder ou autoridade, pode muitas vezes ser combatido apenas pelo discurso de especialistas concorrentes. Deste modo, os discursos podem ser utilizados como uma ferramenta poderosa para limitar formas alternativas de pensamento ou expressão. O conhecimento torna-se uma força de controlo. Um tema proeminente entre os trabalhos de Foucault, é o modo como o poder e o conhecimento estão ligados às tecnologias de vigilância, execução da lei e disciplina.

A nova abordagem radical de Foucault da teoria social opõe-se ao consenso geral sobre a natureza científica do conhecimento. Esta abordagem, que caracterizou muitos dos seus trabalhos iniciais, ficou

conhecida como a «arqueologia» de Foucault. Ao contrário de outros cientistas sociais que procuram dar um sentido ao desconhecido, desenhando analogias com o que é familiar, Foucault tentou o oposto: encontrar um sentido no *familiar* investigando o passado. Foucault atacou de forma enérgica o presente – os conceitos estabelecidos, as crenças e as estruturas que são, em grande medida, invisíveis, precisamente porque são familiares. Defendeu, por exemplo, que a noção de 'sexualidade' nem sempre existiu, mas foi criada através de processos de desenvolvimento social. Comentários semelhantes podem ser tecidos acerca das modernas concepções das actividades normais e desviantes, da sanidade e da loucura, etc. Foucault tentou revelar os pressupostos subjacentes às nossas práticas e crenças correntes e tornar o presente 'vísivel', interrogando-se a partir do passado. Contudo, em sua opinião, não podemos ter teorias gerais acerca da sociedade, o desenvolvimento social ou a modernidade; apenas podemos compreender fragmentos destes.

Outros pontos de vista

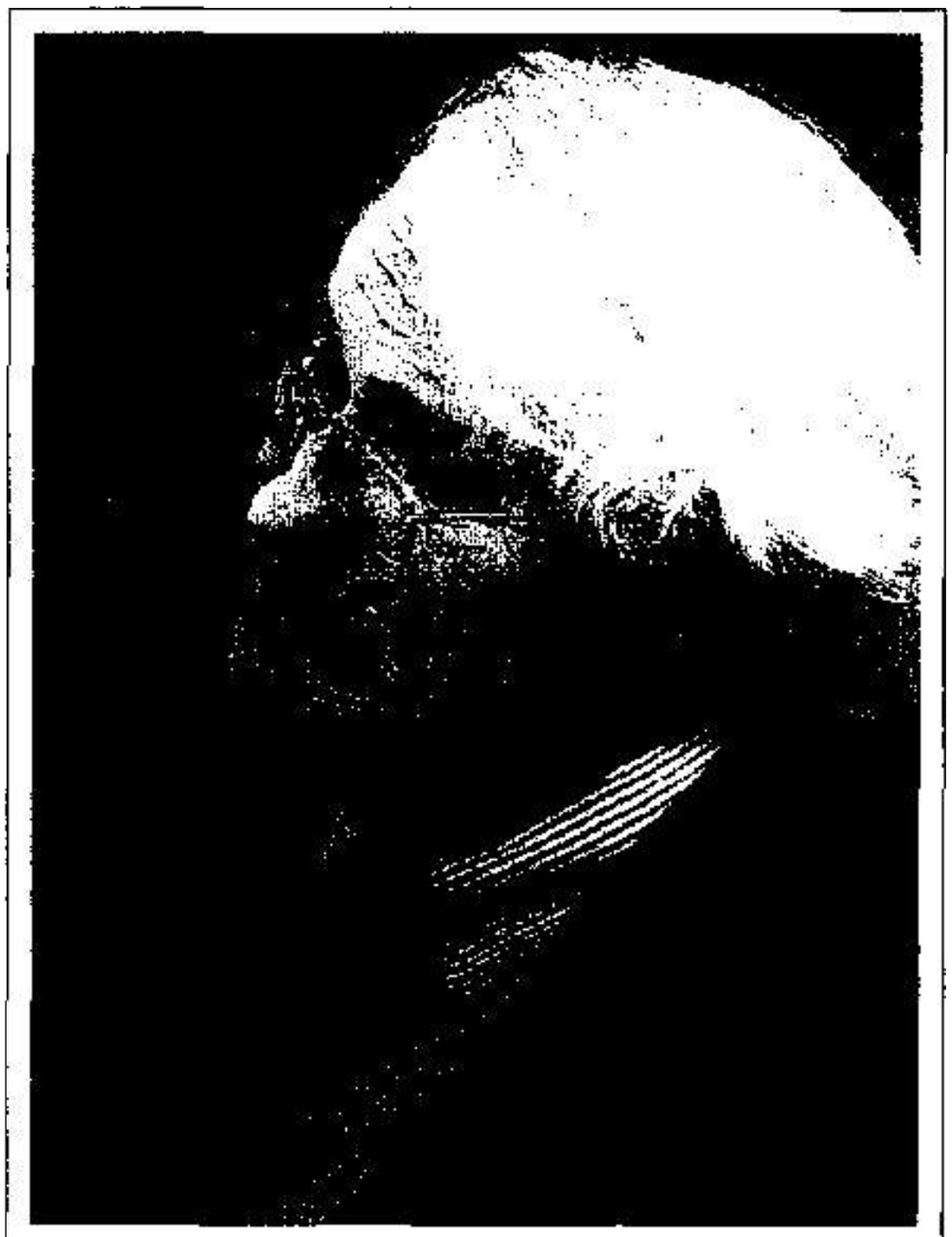
Muitos outros pensadores foram influenciados por Foucault (vide capítulo 12, pp. 354-359). A vigilância – acumular informação acerca das pessoas de modo a controlar o seu comportamento – é um fenómeno sempre presente na sociedade marcada pelo aparecimento dos *mass media*. A maioria dos teóricos sociais contemporâneos aceita que as tecnologias da informação e os novos sistemas de comunicação, em conjunto com outras mudanças tecnológicas, estão a produzir importantes mudanças sociais para todos nós. Todavia, a maioria discorda das ideias culturais nucleares dos pós-modernos e de Foucault, que argumentam que as nossas tentativas para compreender os processos gerais no mundo social estão condenadas, tal como a noção de que podemos mudar o mundo para melhor. Escritores como o espanhol Manuel Castells e os pensadores alemães Jürgen Habermas e Ulrich Beck, em conjunto com o autor deste livro (Anthony Giddens), são da opinião de que precisamos, mais do que nunca, de desenvolver teorias gerais do mundo social e de que estas teorias nos poderão ajudar a intervir no mundo e a moldá-lo de uma forma positiva. Os sonhos de Marx de uma alternativa socialista ao capitalismo estão mortos. Mas alguns dos valores que guiaram o projecto socialista – os da comunidade social, da igualdade e do cuidado dos fracos e vulneráveis – estão ainda muito vivos.

Jürgen Habermas: a democracia e a esfera pública

Habermas reconhece que muitas das ideias de Marx se tornaram obsoletas e considera Weber uma fonte de ideias alternativas. Não obstante, também sugere que alguns dos princípios básicos que inspiraram a escrita de Marx têm de ser mantidos. Não existe alternativa ao capitalismo, nem deveria existir: o capitalismo mostrou-se capaz de gerar uma enorme riqueza. Apesar de tudo, alguns dos problemas fundamentais identificados por Marx na economia capitalista ainda existem – como a sua tendência para produzir depressões ou crises económicas. Torna-se necessário restabelecer o nosso controlo sobre os processos económicos que acabaram por nos controlar mais do que nós a eles.

Habermas propõe como um dos principais modos de atingir um maior controlo o reavivar do que chama a «esfera pública». A esfera pública é essencialmente a base da democracia. Os procedimentos ortodoxos da democracia, argumenta Habermas, que envolvem os parlamentos e os partidos, não nos dão as bases suficientes para uma tomada de decisão colectiva. Podemos renovar a esfera pública através da reforma dos procedimentos democráticos e do envolvimento mais consistente das agências da comunidade e de outros grupos locais. Os meios de comunicação modernos têm alguns dos efeitos sublinhados por Baudrillard e outros. Não obstante, também podem contribuir de forma fundamental para a promoção da democracia. Quando a televisão e os jornais, por exemplo, são dominados por interesses comerciais, não proporcionam um foco para a discussão democrática. Não obstante, a televisão pública e a rádio, em conjunto com a Internet, oferecem muitas possibilidades para o desenvolvimento de um diálogo e discussão abertos.

Habermas foi criticado por autores feministas por não ter prestado a atenção devida às relações entre o género e a democracia. A democracia, sublinham os críticos, tem sido frequentemente assumida como sendo dominada em grande medida pelo mundo masculino. Argumentam que Habermas deveria olhar para o modo como a democracia tende a excluir o



Jürgen Habermas

envolvimento integral das mulheres. A maioria dos parlamentos, por exemplo, tem apenas uma minoria de membros do sexo feminino. Muitos debates políticos também tendem a minimizar questões que preocupam especificamente as mulheres. Na sua obra principal, *A Teoria da Acção Comunicativa* (1986-8), Habermas não faz qualquer consideração sobre o género. Nancy Fraser (1989) sublinha que Habermas, na sua discussão sobre a democracia, trata a cidadania como sendo de género neutro. Mas a cidadania desenvolveu-se tipicamente de maneiras que são muito mais favoráveis aos homens do que às mulheres. A posição das mulheres na família, por exemplo, está ainda muito subordinada aos homens. Por isto, a desigualdade na vida familiar é de relevância directa para a democracia pública.

Ulrich Beck: a sociedade do risco

Já abordámos as ideias de Ulrich Beck neste livro (capítulo 3, «Um mundo em mudança»). Beck tam-

m rejeita o p s-mo ernismo. Mais do que habitarmos num mundo «para além do moderno» estamos a deslocar-nos para uma fase a que chama «a segunda modernidade». Por segunda modernidade entende o facto de as instituições modernas se estarem a tornar globais, enquanto a vida quotidiana se está a libertar do jugo da tradição e dos costumes. A antiga sociedade industrial está a desaparecer e a ser substituída pela «sociedade do risco». O que os pós-modernos vêem como o caos, ou falta de padrões, Beck vê como risco ou incerteza. A gestão do risco é a característica principal da ordem global.

O risco torna-se central por várias razões. Com o avanço da ciência e da tecnologia, são criadas novas situações de risco diferentes das de eras anteriores. A ciência e a tecnologia trazem-nos obviamente muitos benefícios. Não obstante, criam riscos difíceis de medir. Assim, ninguém sabe ao certo, por exemplo, quais poderão ser os riscos dos alimentos modificados geneticamente.

Muitas decisões ao nível da vida quotidiana também são afectadas pelo risco. O risco e as relações de género estão intimamente relacionados. Muitas novas incertezas penetraram nas relações entre os sexos. Tomemos como exemplo as áreas do amor e do casa-

Ulrich Beck

mento. Há uma geração atrás, nas sociedades desenvolvidas, o casamento era um simples processo de transição de vida – passava-se de um estado de solteiro para o de casado e esta situação era assumida como sendo relativamente permanente. Hoje, muitas pessoas vivem juntas sem estarem casadas e as taxas de divórcio são elevadas. Qualquer pessoa que pense desenvolver uma relação com outra tem de ter estes factos em consideração e está, portanto, envolvida no cálculo de riscos. O indivíduo tem de avaliar a sua probabilidade de assegurar a felicidade e a segurança neste cenário.

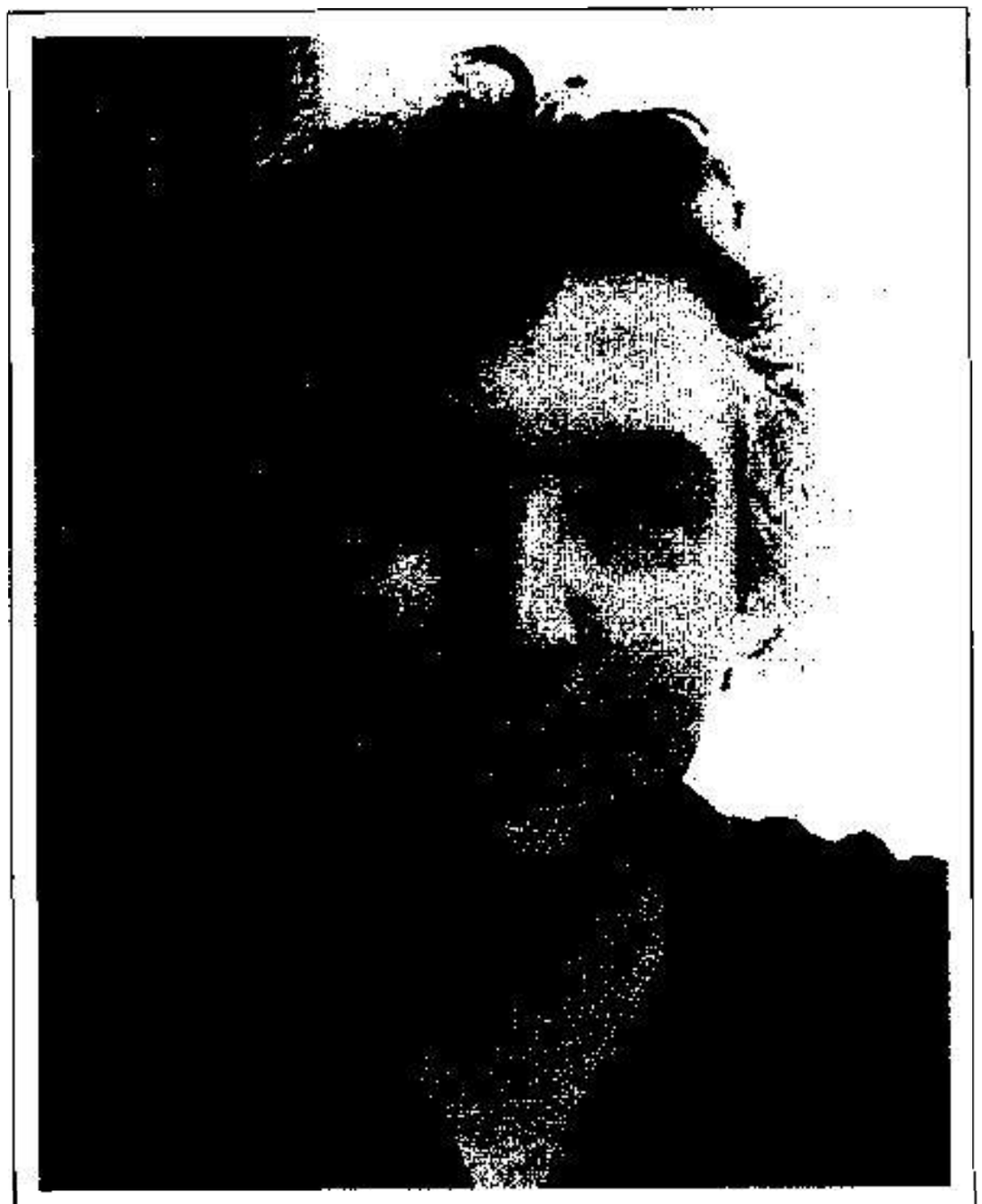
Beck não afirma que o mundo contemporâneo é mais arriscado do que nas eras anteriores, mas que a natureza dos riscos que temos de enfrentar está a mudar. No presente, o risco deriva menos dos perigos naturais ou de acasos do que das incertezas criadas pelo nosso próprio desenvolvimento social e pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Beck concorda com Habermas que a nova sociedade não anuncia o fim das tentativas da reforma social e política. Bem pelo contrário – surgem novas formas de activismo. Observamos a emergência de um novo campo a que Beck chama «su' polí ica», termo pelo qual designa as actividades de grupos e agências que operam fora dos mecanismos formais da democracia política – tais como os grupos ecológicos, de direitos dos consumidores ou de direitos humanos. A responsabilidade da gestão do risco não pode ser deixada apenas aos políticos ou aos cientistas: é necessária a participação de outros grupos. Contudo, grupos e movimentos que se desenvolvem na arena da subpolítica podem ter uma grande influência nos mecanismos políticos ortodoxos. A responsabilidade pelo ambiente, por exemplo, que antes era do domínio dos activistas ecológicos, foi agora aceite como fazendo parte da agenda política convencional.

Manuel Castells: a economia em rede

Manuel Castells começou a sua carreira académica como marxista. Como especialista nas questões urbanas, pensou poder aplicar as ideias de Marx ao estudo d s cid d s. C ntud , n s últi s n s, Castells afastou-se do marxismo. Tal como Baudrillard, passou a preocupar-se com o impacto dos *media* e das tecnologias da comunicação. A sociedade da informação, argumenta Castells, é marcada pelo surgimento das redes e da *economia em rede*. A nova economia, que assenta nas ligações possibilitadas pelas comunicações globais é, certamente, capitalista. Contudo, a economia capitalista e a sociedade de hoje são muito diferentes das do passado. A expansão do capitalismo não se baseia, em primeiro lugar, como Marx pensava, na classe trabalhadora ou no fabrico de bens materiais. Ao invés, as telecomunicações e os computadores são a base da produção.

Castells não diz muito acerca do modo como estas mudanças afectam as relações de género. Contudo, diz muito acerca dos seus efeitos sobre a identidade pessoal e a vida no quotidiano. Na sociedade em rede, a identidade pessoal torna-se algo de muito mais aberto. Já não vamos buscar as nossas identidades ao passado; temos de as produzir activamente em interacção com os outros. Isto afecta directamente a esfera da família e, de uma forma mais geral, a estru-



Manuel Castells

turação das identidades masculinas e femininas. Os homens e as mulheres já não tomam as suas identidades dos papéis tradicionais. Assim, no passado, o "lugar" das mulheres era em casa, enquanto os homens "estavam fora a trabalhar". Esta divisão desfez-se no presente.

Castells chama à nova economia global "automaton" – à semelhança de Habermas, é da opinião de que já não controlamos por completo o mundo que criámos. Os argumentos de Castells ecoam os enunciados por Weber há um século. Este achava que o aumento da burocracia nos prenderia numa "gaiola de ferro". Nas palavras de Castells, "o pesadelo da humanidade no qual as máquinas tomam o controlo do nosso mundo está à beira de se tornar realidade – não sob a forma de robots que eliminam os empregos ou sob a forma de computadores do governo que policiam as nossas vidas, mas sob a de um sistema electrónico de transações financeiras". (2000: 56)

No entanto, Castells não esqueceu inteiramente as suas raízes marxistas. Pensa ser possível voltar a obter um controlo mais efectivo sobre o mercado global. Tal não terá lugar por meio de uma qualquer forma de revolução, mas através dos esforços colectivos das organizações internacionais e dos países que têm interesses comuns na regulação do capitalismo internacional. Castells conclui que a tecnologia de informação pode muitas vezes ser um meio de aquisição de poder a nível local e de renovação da comun a e. Dá como exemplo o caso da Finlândia. A Finlândia é a sociedade de informação mais desenvolvida do mundo. Todas as escolas do país têm acesso à Internet e a maioria da população sabe como trabalhar com o computador. Ao mesmo tempo, a Finlândia tem um Estado-Providência estável e efectivo que tem sido adaptado para ir ao encontro das necessidades da nova economia.

Anthony Giddens: a reflexividade social

Nos meus próprios livros, também desenvolvo uma perspectiva teórica sobre as mudanças que estão a ter lugar no mundo actual. Hoje em dia vivemos num mundo a que chamo "mundo em fuga", um mundo marcado por novos riscos e incertezas da espécie diagnosticada por Beck. Mas deveríamos colocar a par da noção de risco a de *confiança*. A confiança diz respeito à segurança que temos em relação aos indivíduos como em relação às instituições.

Num mundo em rápida transformação, as formas tradicionais de confiança tendem a dissolver-se. A confiança nos outros costumava assentar na comunidade local. Ao viver numa sociedade mais global, contudo, as nossas vidas são influenciadas por pessoas que nunca conhecemos ou vimos, que podem estar a viver num lugar distante do nosso. Confiança significa apoiarmo-nos em "sistemas abstractos" – por exemplo, temos de confiar nas instituições que regulamentam a alimentação, a purificação das águas e a eficiência dos sistemas bancários. A confiança e o risco estão muito relacionados entre si. Temos de ter confiança em autoridades como as que citamos se quisermos enfrentar os riscos que nos rodeiam e reagir-lhes de uma forma efectiva.

Na minha perspectiva, viver na era da informação significa um aumento da **reflexividade** social. A reflexividade social significa que temos de pensar constatemente e reflectir sobre as circunstâncias em que vivemos as nossas vidas. Quando as sociedades se conduziam mais pelo costume e pela tradição, as pessoas podiam seguir as maneiras de fazer as coisas de uma forma mais irreflectida. Para nós, muitos aspectos da vida que para as gerações anteriores eram ponto assente, tornaram-se objectos de decisão em

Anthony Giddens

aberto. Por exemplo, durante centenas de anos as pessoas não tinham maneiras eficientes de limitarem o tamanho das suas famílias. Com as formas modernas de contracepção e outras formas de envolvimento tecnológico na reprodução, os pais podem não apenas escolher quantos filhos querem ter, como decidir o sexo dos mesmos. É claro que estas novas possibilidades estão repletas de novos dilemas éticos.

Não perdemos inevitavelmente o controlo sobre o nosso futuro. Numa era global, as nações perdem, com efeito, algum do poder que costumavam ter. Os países, por exemplo, têm menos influência sobre a política económica do que no passado. Todavia, os governos mantêm uma boa parte do seu poder. Colaborando entre si as nações podem juntar-se para reafirmar a nossa influência sobre o mundo em fuga. Os grupos referidos por Beck – as agências e os movimentos que trabalham fora do enquadramento formal da política – podem ter um papel importante. Mas não suplantarão a política democrática ortodoxa. A democracia ainda é crucial, pois os grupos existentes na área da "subpolítica" fazem reivindicações divergentes e têm interesses diferentes. Estes grupos podem incluir, por exemplo, os que fazem campanhas activas a favor ou mais favoráveis ao aborto e os que acreditam no contrário. O governo democrático tem que avaliar estas reivindicações e interesses e reagir-lhes.

A democracia não se pode limitar à esfera pública tal como esta foi definida por Habermas. Existe uma "democracia das emoções" potencial que surge na vida quotidiana. A democracia das emoções diz respeito à emergência de formas de família nas quais os homens e as mulheres participam de igual modo. Praticamente, todas as formas da família tradicional baseavam-se no domínio dos homens sobre as mulheres, algo que era sancionado pela lei. A igualdade crescente entre os sexos não se pode limitar ao direito de voto, tem também de envolver a esfera pessoal e íntima. A democratização da vida pessoal avança para um nível em que as relações se fundamentam no respeito mútuo, na comunicação e na tolerância.

Conclusão

Estaremos hoje, talvez, no início de uma nova fase importante do desenvolvimento da teoria sociológica? As ideias dos pensadores clássicos – Marx, Durkheim e Weber – foram formadas durante tempos de grande mudança social e económica. Vivemos num período de mudança que é, provavelmente, tão profundo como aquele – e que se faz sentir muito mais no mundo inteiro. É necessário desenvolver novas teorias para compreender os novos desenvolvimentos que hoje estão a transformar as nossas sociedades. As teorias que acabámos de analisar estão entre as contribuições mais importantes para este esforço.

1 Em ociologia existem iversas abor agens teóricas (tal como nas res an es ciências sociais). A razão deste facto não é particularmente enigmática: as disputas teóricas são difíceis de resolver mesmo nas ciências naturais e, em Sociologia, c nfr ntam -n s c m dificuldades especiais devido aos proble as c mplex s que se levantam ao estudar o nosso próprio comportamento.

2 A tese de Weber sobre a influência do Puritanismo no desenvolvimento económico moderno fornece um exemplo útil, para se pensar sobre o que torna uma teoria válida. As ideias de Weber permanecem controversas, mas, em muitos aspectos, a sua teoria abriu novos horizontes, estimulando muitas investigações subsequentes.

3 Os choques de perspectivas na sociologia chamam-nos a atenção para vários dilemas teóricos básicos. Um dos principais dilemas teóricos em Sociologia diz respeito à forma como devemos relacionar a acção humana com a estrutura social. Seremos os criadores da sociedade, ou as suas criaturas? A escolha entre

estas alternativas não é tão clara como a princípio pode parecer, e o verdadeiro problema reside em saber como relacionar os dois aspectos da vida social entre si.

4 Um segundo dilema diz respeito ao facto de se saber se as sociedades deveriam ser retratadas como harmoniosas e ordeiras, ou se deveriam ser vistas como marcadas por um conflito persistente. Uma vez mais, os dois pontos de vista não são totalmente opostos, e é necessário mostrar como o consenso e o conflito se interrelacionam. Os conceitos de ideologia e de poder são de utilidade nessa tarefa.

5 Um terceiro dilema básico diz respeito ao género e, em particular, ao facto de saber se o deveríamos incluir no pensamento sociológico como uma categoria genérica. Enquanto este problema quase não figurava na tradição ortodoxa da sociologia, os teóricos feministas trouxeram mudanças tanto em relação aos objectos da reflexão sociológica como em relação aos modos de reflectir.

6 Um quarto foco de debate contínuo em Sociologia tem a ver com a análise do desenvolvimento social moderno. Serão os processos de mudança no mundo moderno moldados principalmente pelo desenvolvimento económico capitalista ou por outros factores, incluindo os não económicos? As posições tomadas neste debate são influenciadas em parte pelas crenças e atitudes políticas dos sociólogos.

7 Ao abordarem os temas do desenvolvimento social, teóricos mais recentes tentaram ir para além de Marx e Weber. Os pensadores pós-modernos negam que possamos desenvolver quaisquer teorias gerais da história ou da sociedade. Baudrillard vê nos meios de comunicação electrónicos a causa da destruição da nossa relação com o passado, criando um mundo no qual o significado é criado pelo fluxo de imagens em vez de o ser por uma realidade estável.

8 Outros teóricos criticam o pós-modernismo, argumentando que ainda podemos desenvolver teorias gerais do mundo social e de um modo que nos permitirá intervir na construção de um mundo melhor. Incluem Habermas, com o seu conceito de "esfera pública", Beck e a "sociedade do risco", Castells e a "sociedade em rede" e Giddens com o seu desenvolvimento do conceito de reflexividade social e as suas implicações para o modo como vivemos – e pensamos – as nossas vidas.

PARA REFLEXÃO

1 Por que razão a sociologia confia tanto no pensamento teórico?

2 Será o trabalho de Weber sobre a Ética Protestante uma teoria única ou um conjunto de teorias de médio alcance?

3 O que nos diz o estudo da linguagem acerca do estudo da sociedade?

4 Poderá o problema do género ser realmente incorporado nas perspectivas teóricas existentes?

5 Serão os vários "dilemas" da teoria sociológica tão difíceis de resolver como parecem?

6 Quanto devem os desenvolvimentos recentes nas teorias sociológicas às perspectivas de Marx, Weber e Durkheim?

ADICIONAIS

Patrick Baert, *Social Theory in the Twentieth Century* (Cambridge: Polity, 1998)

Anthony Giddens, *Capitalism and Modern Social Theory*, edição revista (Cambridge: Cambridge University Press, 1992). Uma discussão sobre os escritos de Marx, Durkheim e Weber.

David Harvey, *The Condition of Postmodernity* (Oxford: Blackwell, 1989)

Charles Wright Mills, *The Sociological Imagination* (Harmondsworth: Penguin, 1979)

Glossário

Abordagem ecológica Uma perspectiva da análise urbana que defende existir uma distribuição "natural" dos bairros urbanos em áreas com características contrastantes.

Ageism Discriminação ou preconceito contra alguém por motivo de idade.

Agências de socialização Grupos ou contextos sociais em que têm lugar processos de socialização. A família, os grupos de pares, as escolas, os meios de comunicação e o lugar de trabalho são arenas onde tem lugar o aprendizado cultural.

Aldeia global Uma noção associada ao escritor canadiano Marshall McLuhan, que viu a expansão da comunicação electrónica como algo que junta o mundo numa pequena comunidade. Deste modo, as pessoas em partes muito diferentes do mundo seguem as mesmas notícias através da televisão.

Alienação O sentido de que as nossas capacidades de seres humanos são assumidas por outras entidades. O termo foi empregue originariamente por Marx para se referir à atribuição a deuses de poderes humanos. Utilizou subsequentemente o termo para se referir à perda de controlo dos trabalhadores sobre o seu trabalho e sobre os produtos do mesmo. Feuerbach usou o termo para se referir ao estabelecimento de deuses ou forças divinas enquanto algo distinto dos seres humanos.

Ambiente criado Os aspectos do mundo físico que decorrem da aplicação de tecnologia. As cidades são ambientes criados, exibindo construções produzidas pelos seres humanos para servir as suas necessidades – o que inclui estradas, caminhos de ferro, fábricas, escritórios, casas e outros edifícios.

Amostra aleatória Método de amostragem em que se escolhe uma amostra em que todos os membros de uma população têm a mesma possibilidade de ser incluídos.

Amostra representativa Uma amostra de uma população mais vasta que, do ponto de vista estatístico, é típica dessa população.

Amostragem Selecção, a partir de uma população mais extensa, de uma proporção de indivíduos ou casos estudados, como sendo representativos da população como um todo.

Amplificação do desvio Os efeitos perversos que podem advir da classificação de um comportamento como desviante; ao fazê-lo, uma dada agência de controlo provoca um aumento desse comportamento. Por exemplo, as reacções da polícia, dos meios de comunicação e do público a actos percepcionados como desviantes podem "amplificar" o próprio desvio, criando uma "espiral de desvio".

Análise comparativa Análise baseada na comparação entre sociedades ou culturas diferentes.

Análise de conversação Estudo empírico das conversas, que emprega técnicas da etnometodologia. A análise da conversação examina detalhes de conversas que têm lugar de modo natural para revelar os princípios organizativos da fala e o seu papel na produção e reprodução da vida social.

Animismo A crença de que os espíritos intervêm nos eventos deste mundo.

Anomia Um conceito utilizado por Durkheim para descrever sentimentos de ausência de objectivos e desespero provocados por processos de mudança no mundo moderno que levam a que normas sociais percam o seu poder de controlo sobre o comportamento individual.

Apartheid O sistema oficial de segregação racial estabelecido na África do Sul em 1948 e que funcionou até 1994.

ADICIONAIS

Patrick Baert, *Social Theory in the Twentieth Century* (Cambridge: Polity, 1998)

Anthony Giddens, *Capitalism and Modern Social Theory*, edição revista (Cambridge: Cambridge University Press, 1992). Uma discussão sobre os escritos de Marx, Durkheim e Weber.

David Harvey, *The Condition of Postmodernity* (Oxford: Blackwell, 1989)

Charles Wright Mills, *The Sociological Imagination* (Harmondsworth: Penguin, 1979)

Glossário

Abordagem ecológica Uma perspectiva da análise urbana que defende existir uma distribuição "natural" dos bairros urbanos em áreas com características contrastantes.

Ageism Discriminação ou preconceito contra alguém por motivo de idade.

Agências de socialização Grupos ou contextos sociais em que têm lugar processos de socialização. A família, os grupos de pares, as escolas, os meios de comunicação e o lugar de trabalho são arenas onde tem lugar o aprendizado cultural.

Aldeia global Uma noção associada ao escritor canadiano Marshall McLuhan, que viu a expansão da comunicação electrónica como algo que junta o mundo numa pequena comunidade. Deste modo, as pessoas em partes muito diferentes do mundo seguem as mesmas notícias através da televisão.

Alienação O sentido de que as nossas capacidades de seres humanos são assumidas por outras entidades. O termo foi empregue originariamente por Marx para se referir à atribuição a deuses de poderes humanos. Utilizou subsequentemente o termo para se referir à perda de controlo dos trabalhadores sobre o seu trabalho e sobre os produtos do mesmo. Feuerbach usou o termo para se referir ao estabelecimento de deuses ou forças divinas enquanto algo distinto dos seres humanos.

Ambiente criado Os aspectos do mundo físico que decorrem da aplicação de tecnologia. As cidades são ambientes criados, exibindo construções produzidas pelos seres humanos para servir as suas necessidades – o que inclui estradas, caminhos de ferro, fábricas, escritórios, casas e outros edifícios.

Amostra aleatória Método de amostragem em que se escolhe uma amostra em que todos os membros de uma população têm a mesma possibilidade de ser incluídos.

Amostra representativa Uma amostra de uma população mais vasta que, do ponto de vista estatístico, é típica dessa população.

Amostragem Selecção, a partir de uma população mais extensa, de uma proporção de indivíduos ou casos estudados, como sendo representativos da população como um todo.

Amplificação do desvio Os efeitos perversos que podem advir da classificação de um comportamento como desviante; ao fazê-lo, uma dada agência de controlo provoca um aumento desse comportamento. Por exemplo, as reacções da polícia, dos meios de comunicação e do público a actos percepcionados como desviantes podem "amplificar" o próprio desvio, criando uma "espiral de desvio".

Análise comparativa Análise baseada na comparação entre sociedades ou culturas diferentes.

Análise de conversação Estudo empírico das conversas, que emprega técnicas da etnometodologia. A análise da conversação examina detalhes de conversas que têm lugar de modo natural para revelar os princípios organizativos da fala e o seu papel na produção e reprodução da vida social.

Animismo A crença de que os espíritos intervêm nos eventos deste mundo.

Anomia Um conceito utilizado por Durkheim para descrever sentimentos de ausência de objectivos e desespero provocados por processos de mudança no mundo moderno que levam a que normas sociais percam o seu poder de controlo sobre o comportamento individual.

Apartheid O sistema oficial de segregação racial estabelecido na África do Sul em 1948 e que funcionou até 1994.

Apocaliptismo A crença em ensinamentos revelados por Deus acerca dos últimos dias. Os movimentos apocalípticos interpretam determinadas ocorrências no mundo social como sinais de que o fim do mundo está próximo.

Aprendizagem no decurso da vida A ideia de que a aprendizagem e a aquisição de capacidades deveriam ocorrer em todos os estádios da vida de um indivíduo e não cedo no decurso desta através do sistema de educação formal. Os programas de formação contínua para adultos, a capacitação a metade da carreira, as oportunidades de aprendizado através da Internet e os "bancos de aprendizagem", tudo isto são modos pelos quais os indivíduos se envolvem na aprendizagem ao longo da vida.

Aprendizagem baseada na Internet A actividade educativa conduzida através da Internet.

Aquecimento global O incremento gradual da temperatura da atmosfera da terra. O aquecimento global, ou "efeito de estufa", ocorre à medida que o dióxido de carbono captura os raios solares e aquece a terra. Os efeitos do aquecimento global são potencialmente devastadores, incluindo inundações, secas e outras mudanças no clima do mundo.

Assédio sexual Avanços sexuais não desejados de um indivíduo em relação a outro, em que o primeiro indivíduo persiste na sua atitude mesmo quando se torna claro que o outro resiste aos mesmos.

Assimilação A aceitação de um grupo minoritário por uma população maioritária, processo em que esse grupo adquire os valores e as normas do grupo dominante.

Associação diferencial Uma interpretação do desenvolvimento do comportamento criminal proposta por Edwin H. Sutherland. Segundo ele, o comportamento criminal é aprendido através da associação com outros que se envolvem regularmente em actividades criminosas.

Autoridade O poder legítimo que uma pessoa ou grupo tem sobre outrem. O elemento de legitimidade é vital para a noção de autoridade e é principalmente por causa dele que a autoridade se distingue do conceito mais geral de poder. O poder pode ser exercido através do uso da força ou da violência. Em contrapartida, a autoridade depende da aceitação pelos subordinados do direito dos superiores a darem-lhes ordens.

Benefícios baseados na avaliação dos meios Serviços de apoio social só para determinados cidadãos que preenchem determinados critérios não só em termos de necessidade mas também em termos de nível de rendimento e poupanças.

Benefícios universais Benefícios acessíveis em termos iguais a todos os cidadãos, independentemente do nível de rendimento e do estatuto económico. O acesso ao Serviço Nacional de Saúde na Grã-Bretanha é um exemplo de um benefício universal, na medida em que todos os britânicos têm direito ao mesmo para os cuidados regulares de saúde.

Biodiversidade A diversidade das formas de vida.

Bode expiatório Indivíduo ou grupo a quem se atribuem erros que não são da sua responsabilidade.

Burocracia Uma organização de tipo hierárquico que toma a forma de uma pirâmide de autoridade. O termo "burocracia" foi popularizado por Max Weber. De acordo com Weber, a burocracia é o tipo mais eficiente de organização humana. Segundo Weber, à medida que a dimensão das organizações aumenta, estas tendem inevitavelmente a tornar-se cada vez mais burocratizadas.

Capitalismo Sistema económico baseado na troca mercantil. Por "capital" entende-se qualquer bem, incluindo a moeda, propriedade e máquinas, que possa ser utilizado para produzir mercadorias destinadas à venda ou investidas num mercado na esperança de obter um lucro. Quase todas as sociedades industriais dos nossos dias são de orientação capitalista – os seus sistemas económicos baseiam-se na existência de liberdade empresarial e na concorrência económica.

Capitalistas Quem possui companhias, terra ou acções e obrigações, e os usa para gerar dividendos económicos.

Casamento Relação sexual socialmente aprovada entre dois indivíduos. O casamento envolve quase sempre duas pessoas de sexo oposto, mas em algumas culturas há alguns tipos de casamentos homossexuais tolerados. O casamento constitui normalmente a base de uma família de procriação – quer dizer, espera-se que o casal produza e eduque filhos. Muitas sociedades permitem a poligamia, na qual um indivíduo pode ter várias esposas em simultâneo.

Casta Uma forma de estratificação em que a posição social de um indivíduo é fixada desde o nascimento e não pode ser mudada. Não há virtualmente casamentos entre membros de castas diferentes.

Causalidade A influência causal de um factor em outro. Entre os factores causais em sociologia incluem-se as razões que os indivíduos dão para o que fazem, bem como as influências externas no seu comportamento.

Cibercrime As actividades criminosas realizadas através de meios electrónicos ou que envolvem o uso das novas tecnologias da informação. A lavagem electrónica de

dinheiro, o roubo da identidade pessoal, o vandalismo electrónico e a violação de correspondência electrónica constituem formas emergentes de cibercrime.

Ciberespaço Redes electrónicas de interacção entre indivíduos que se encontram em terminais de computador diferentes, que ligam as pessoas a um nível – numa dimensão – que nada tem a ver com fronteiras territoriais ou com a presença física.

Cidadão Um membro de uma comunidade política, com direitos e deveres associados a esse facto.

Cidade global Uma cidade como Londres, Nova Iorque ou Tóquio, que se tornou um centro organizativo da nova economia global.

Ciência No sentido da ciência física, é o estudo sistemático do mundo físico. A ciência – e a sociologia enquanto projecto científico – implica a manipulação disciplinada de dados empíricos, combinada com a construção de abordagens teóricas que os interpretam ou explicam. A actividade científica combina a criação audaz de novos modos de pensamento e o teste cuidadoso de hipóteses e ideias. Uma das características principais que permitem distinguir a ciência de outros tipos de sistemas de ideias (como o que a religião implica) é o princípio geral de que *todas* as ideias científicas estão abertas à discussão e revisão crítica por parte dos membros da comunidade científica.

Classe alta Classe social composta pelos membros mais abastados da sociedade, em especial os que herdaram riqueza, são proprietários de grandes negócios ou possuem um grande número de acções.

Classe média Um espectro amplo de pessoas que trabalham em ocupações muito diferentes, desde empregados de serviços a professores e médicos. A classe média abrange a maioria da população em países como a Grã-Bretanha, em virtude da expansão das ocupações profissionais liberais, de gestão e administrativas nas sociedades avançadas.

Classe trabalhadora Uma classe social composta na maioria por pessoas que têm ocupações de colarinho azul ou manuais.

Classe Embora seja um dos conceitos usados mais frequentemente em sociologia, não há um consenso claro quanto ao modo como a noção deveria ser mais correctamente definida. Para Marx, uma classe é um grupo de pessoas que mantém uma relação comum com os meios de produção. Weber também viu a classe como uma categoria económica, mas sublinhou a sua interacção com o status social e com as afinidades de "partido". Em tempos recentes, alguns cientistas sociais têm usado extensivamente a ocupação como um indicador de classe social, enquanto outros têm enfatizado a posse de propriedade ou de outra riqueza; outros ainda apontam para as escolhas em termos de estilos de vida.

Coabitação Duas pessoas que vivem juntas numa relação sexual com alguma durabilidade, sem estarem casadas uma com a outra.

Código elaborado Forma de fala que implica o uso deliberado e construído de palavras para designar significados precisos, e adaptável a vários contextos culturais.

Código restrito Modo de falar que assenta em entendimentos culturais implícitos fortemente desenvolvidos, de modo que muitas ideias não precisam de ser expressas por palavras.

Coeficiente de correlação Medida do grau de correlação entre duas variáveis.

Colonialismo O processo pelo qual as nações ocidentais estabeleceram o seu domínio em partes do mundo distantes dos seus territórios natais.

Compulsão da proximidade A necessidade que os indivíduos sentem de interagir uns com os outros em contextos face a face.

Comunicação não verbal Comunicação entre indivíduos baseada na expressão facial ou corporal e não no uso da linguagem.

Comunicação A transmissão de informação de um indivíduo ou grupo para outro. A comunicação é a base necessária de toda a interacção social. Nos contextos face a face, a comunicação faz-se através da linguagem, mas também por meio de sinais corporais que os indivíduos interpretam para saber o que os outros dizem e fazem. Com o desenvolvimento da escrita e de meios electrónicos como a rádio, a televisão ou os sistemas de transmissão por computador, a comunicação fica distanciada em graus variáveis de contextos imediatos de interacção face a face.

Comunismo Conjunto de ideias políticas associadas a Marx, desenvolvidas em particular por Lenine, institucionalizadas na China, e, até 1990, na União Soviética e na Europa de Leste.

Concepção materialista da história Perspectiva desenvolvida por Marx, segundo a qual os factores "materiais" ou económicos têm um papel primordial na determinação da mudança histórica.

Constrangimento social Expressão que designa o facto de os grupos e sociedades a que pertencemos exercerem uma influência condicionadora no nosso comportamen-

to. O constrangimento social era olhado por Durkheim como uma das propriedades distintivas dos "factos sociais".

Construcionismo social Teoria que afirma que a realidade social é um produto da interacção de indivíduos e grupos.

Consumo colectivo Um conceito utilizado por Manuel Castells para se referir aos processos de consumo de bens comuns promovidos pela cidade, como os serviços de transporte e os equipamentos de lazer.

Controlo Um meio estatístico ou experimental de manter algumas variáveis constantes para examinar a influência causal de outras.

Conurbação Aglomeração de cidades num ambiente urbano contínuo.

Convergência espácio-temporal O movimento no tempo está frequentemente associado ao movimento no espaço, de modo que cada um pode ser medido em termos do outro, tanto ao nível das actividades quotidianas como a um nível global. As distâncias são "encurtadas no tempo" à medida que a velocidade dos meios de transporte aumenta.

Correlação Relação regular entre duas dimensões ou variáveis, expressa frequentemente em termos estatísticos. As correlações podem ser negativas ou positivas. Existe uma correlação positiva entre duas variáveis sempre que um valor elevado numa variável está associado regularmente a um valor elevado noutra. Existe uma correlação negativa sempre que um valor elevado numa variável se encontra associado a um valor baixo em outra.

Cosmopolita Termo que descreve pessoas ou sociedades que partilham muitas qualidades em virtude de uma exposição constante a novas ideias e valores.

Crime Qualquer acção que viola as leis estabelecidas por uma autoridade política. Embora possamos tender a pensar os "criminosos" como uma subsecção distinta da sociedade, há poucas pessoas que não tenham violado a lei de uma forma ou de outra ao longo da sua vida. Embora as leis sejam promulgadas pelas autoridades do estado, não é de modo algum invulgar que essas mesmas autoridades se envolvam em actividades criminais em determinados contextos.

Crime do colarinho branco Actividades criminosas desenvolvidas por aqueles que têm um emprego de colarinho branco ou pertencem a profissões com remuneração elevada.

Crime empresarial Crimes cometidos pelas grandes empresas. Entre os exemplos do crime empresarial incluem-se a poluição, a publicidade falsa e as violações dos regulamentos de saúde e segurança.

Criminologia O estudo de formas de comportamento sancionadas pela lei penal.

Crise da masculinidade A crença de alguns de que as formas tradicionais de masculinidade estão a ser minadas por uma dada combinação de influências contemporâneas, que provocam uma fase crítica em que os homens se sentem inseguros e não sabem bem qual é o seu papel na sociedade.

Culto Agrupamento religioso fragmentário, que possui uma filiação laxa e a que falta uma estrutura permanente. Os cultos formam-se frequentemente em torno de um líder carismático.

Cultura da dependência Designação popularizada por Charles Murray para descrever indivíduos que se apoiam na segurança social em vez de entrarem no mercado de trabalho. A cultura da dependência é tida como o resultado do "estado-ama" que mina a ambição individual e a capacidade das pessoas para se desenvencilharem por si sós.

Cultura da pobreza A tese, popularizada por Oscar Lewis, de que a pobreza não decorre de circunstâncias individuais, mas é o resultado de uma atmosfera social e cultural mais ampla em que gerações sucessivas são socializadas. Por "cultura da pobreza" entendem-se os valores, crenças, estilos de vida, hábitos e tradições comuns entre pessoas que vivem em condições de privação material.

Cultura empresarial Ramo da teoria da gestão que procura incrementar a produtividade e a competitividade através da criação de uma cultura organizacional que envolva todos os membros de uma firma. Pensa-se que uma cultura empresarial dinâmica – que envolve eventos da empresa, rituais e tradições – reforça a lealdade dos empregados e promove a solidariedade do grupo.

Cultura Os valores, cerimónias e modos de vida característicos de um grupo determinado. Tal como o conceito de sociedade, a noção de cultura é usada de modo muito amplo em sociologia, bem como em outras ciências sociais (em particular na antropologia). A cultura é uma das propriedades mais distintivas das sociedades humanas.

Currículo oculto Traços do comportamento ou atitudes que são aprendidos na escola, mas que não fazem parte do currículo formal. O currículo oculto é a "agenda implícita" envolvida na escolarização – transmitindo, por exemplo, aspectos das diferenças de género.

Democracia liberal Sistema democrático baseado em

instituições parlamentares, em articulação com um sistema de mercado livre na área da produção económica.

Democracia participativa Sistema democrático no qual todos os membros de um grupo ou comunidade participam colectivamente na tomada de decisões.

Democracia representativa Sistema político em que as decisões que afectam uma comunidade são tomadas não pelo colectivo no seu todo, mas por pessoas eleitas para esse fim.

Democracia Sistema político em que os cidadãos participam no processo de decisão, frequentemente através da eleição de representantes para os órgãos do governo.

Demografia O estudo das características das populações humanas, em que se inclui a sua dimensão, composição e dinâmica.

Denominação Uma seita religiosa que perdeu o seu dinamismo revivalista, e que se tornou um corpo institucionalizado, a que adere um número significativo de pessoas.

Dependência da Segurança Social Situação em que as pessoas que recebem apoio da segurança social, como os que recebem subsídio de desemprego, a vêem como um "modo de vida" em vez de tentarem obter um emprego.

Desatenção civil O processo pelo qual indivíduos, que se encontram no mesmo contexto físico de interacção, demonstram um ao outro que estão conscientes da sua presença, sem serem ameaçadores ou efusivos.

Desburocratização Declínio no predomínio de burocracias de estilo weberiano como formas organizativas típicas da sociedade moderna.

Deslocação Transferência de ideias ou emoções da sua verdadeira fonte para um outro objecto.

"Não comerciável" *(Decommodification)* O grau de independência dos serviços sociais face ao mercado. Num sistema predominantemente não comercial, serviços sociais como a educação e a saúde são oferecidos a todos e não estão ligados a processos mercantis. Num sistema comercial, os serviços sociais são tratados como mercadorias a vender no mercado como quaisquer outros bens.

Desemprego As taxas de desemprego medem a proporção dos que, embora "economicamente activos" e disponíveis para trabalhar não conseguem arranjar emprego. Uma pessoa que não tem "trabalho" não está necessariamente desempregada no sentido de nada ter para fazer. As donas de casa, por exemplo, não recebem qualquer pagamento, mas normalmente trabalham muito.

Desenvolvimento sustentável A noção de que só deve existir crescimento económico se os recursos naturais forem reciclados, e não esgotados, se se mantiver a biodiversidade e se se proteger o ar puro, a água e o solo.

Desertificação Degradação fundiária intensa que leva ao aparecimento de condições afins às do deserto em grandes áreas.

Desflorestação A destruição de florestas, com frequência através da actividade madeireira.

Desigualdade de género As diferenças entre homens e mulheres em termos de status, poder e prestígio no seio de grupos, colectividades e sociedades.

Desinstitucionalização O processo pelo qual indivíduos internados em instituições do estado são devolvidos às suas famílias ou residências comunitárias.

Desvio padrão Forma de calcular a dispersão de um conjunto de números.

Desvio primário Um acto inicial de crime ou desvio, segundo a sociologia do desvio. De acordo com Edwin Lemert, os actos ao nível do desvio primário permanecem marginais em relação à identidade de um indivíduo. Habitualmente tem lugar um processo pelo qual o acto desviante é normalizado.

Desvio secundário Ideia associada ao criminólogo americano Edwin Lemert. Por desvio primário entende-se um acto inicial que vai contra uma norma ou lei – por exemplo, roubar um objecto de uma loja. O desvio secundário ocorre quando é posto um rótulo a um indivíduo que fez um determinado acto, no caso em apreço o de "ladrão de lojas".

Desvio Modos de acção que não estão conformes com as normas ou valores defendidos pela maioria dos membros de um grupo ou sociedade. Aquilo a que se chama "desviante" varia tanto quanto as normas e valores que distinguem sociedades e subculturas diferentes. Muitas formas de comportamento tidas em estima elevada num dado contexto, ou por um grupo, são olhadas negativamente por outros.

Diáspora A dispersão de uma população étnica da sua terra natal para áreas estrangeiras, frequentemente de modo forçado e em circunstâncias traumáticas.

Discriminação Actividades que negam aos membros de um dado grupo os recursos ou benefícios acessíveis a outros. Deve-se distinguir a discriminação do preconceito, embora os dois estejam habitualmente estreitamente associados. Pode dar-se o caso de indivíduos que têm preconceitos contra outros não se envolverem em práticas discriminatórias contra eles; em contrapartida,

as pessoas podem agir de modo discriminatório mesmo que não tenham preconceitos em relação aos que são objecto de discriminação.

Discurso A moldura do pensamento numa dada área da vida social. O discurso da criminalidade, por exemplo, refere-se ao modo como as pessoas numa dada sociedade pensam no crime e falam dele.

Dissuasão Técnicas para evitar o crime através de intervenções directas em situações potenciais de crime. Em algumas áreas, por exemplo, é obrigatório o uso de dispositivos para imobilizar a direcção dos automóveis, para tornar o seu roubo menos atractivo.

Divisão do trabalho A divisão de um sistema de produção em tarefas especializadas de trabalho ou ocupações, criando interdependência económica. Todas as sociedades têm pelo menos uma forma rudimentar de divisão do trabalho, em especial através da distribuição de determinadas tarefas pelos homens e pelas mulheres. Todavia, com o desenvolvimento da indústria, a divisão do trabalho tornou-se muito mais complexa do que em qualquer outro sistema de produção anterior. No mundo moderno é de âmbito internacional.

Eco-eficiência Desenvolvimento de tecnologias que geram crescimento económico, mas que o fazem a custos mínimos para o ambiente.

Ecologia do ambiente A preocupação com a preservação da integridade do ambiente físico em face do impacto da indústria e da tecnologia modernas.

Ecologia urbana Abordagem do estudo da vida urbana baseada numa analogia com a adaptação das plantas e organismos ao ambiente físico. De acordo com os teóricos da ecologia urbana, os diversos bairros e zonas da cidade formam-se como resultado de processos naturais de adaptação por parte das populações urbanas que competem por recursos.

Economia do conhecimento Uma sociedade que já não assenta primariamente na produção de bens materiais, mas na produção de conhecimento. A sua emergência tem estado ligada ao desenvolvimento de uma base ampla de consumidores que dominam a tecnologia e fizeram dos novos avanços em matéria de computação, entretenimento e telecomunicações uma parte das suas vidas.

Economia informal As transacções económicas que têm lugar fora da esfera do emprego ortodoxo pago.

Economia O sistema de produção e de troca em que assenta a satisfação das necessidades materiais dos indivíduos de uma dada sociedade. As instituições económicas são de importância fulcral em todas as ordens sociais. O que ocorre na economia influencia habitualmente muitos outros aspectos da vida social. As economias modernas diferem muito substancialmente das tradicionais, porque a maioria da população já não se encontra envolvida na produção agrícola.

Educação superior A educação de nível mais elevado, que tem lugar em universidades ou instituições similares.

Educação A transmissão de conhecimento entre gerações através da instrução directa. Embora existam processos educativos em todas as sociedades, a educação de massa só no período moderno adquiriu a forma de escolarização – quer dizer, a de instrução em ambientes educativos especializados nos quais os indivíduos passam vários anos das suas vidas.

Efeito de estufa O aumento do volume dos gases que capturam o calor na atmosfera terrestre. Embora um efeito de estufa "natural" mantenha a temperatura da terra a um nível confortável, o desenvolvimento de concentrações elevadas de gases de efeito de estufa através da actividade humana tem sido ligado ao aquecimento global.

Emigração A saída de pessoas de um país a fim de se estabelecerem noutro.

Empresas transnacionais Empresas localizadas em dois ou mais países.

Encontro Reunião entre dois ou mais indivíduos em situação de interacção face a face. As nossas vidas quotidianas podem ser vistas como uma série de encontros diferentes que têm lugar ao longo do dia. Muitos dos encontros que temos com outros nas sociedades modernas envolvem estrangeiros e não gente que conhecemos bem.

Epidemiologia O estudo da distribuição e incidência da doença no seio da população.

Escolhas de estilos de vida Decisões tomadas pelos indivíduos acerca do seu consumo de bens, serviços e cultura. As escolhas de estilos de vida têm sido vistas por muitos sociólogos como reflexos importantes das relações de classes.

Escravatura Forma de organização social na qual alguns indivíduos são literalmente possuídos por outros como sendo sua propriedade.

Esfera pública Termo associado ao sociólogo alemão Jürgen Habermas. A esfera pública é um espaço de debate público e de discussão nas sociedades modernas.

Espaço pessoal Espaço físico que os indivíduos mantêm entre si e os outros; pode variar entre a distância íntima para relações estreitas, a distância social para encontros formais e a distância pública quando se enfrenta uma audiência.

Estabilização da personalidade Segundo os funcionalistas, a família desempenha um papel crucial na assistência emocional aos seus membros adultos. O casamento entre homens e mulheres adultos é o arranjo que permite manter e apoiar as personalidades de modo saudável.

Estado Aparelho político (instituições governamentais e funcionalismo público) que governa um dado território, cuja autoridade assenta na lei e na capacidade para usar a força. Nem todas as sociedades se caracterizam pela existência de um Estado. As sociedades de caçadores-recolectores e pequenas sociedades agrárias não têm instituições estatais. O aparecimento do Estado marca uma transição-chave na história da humanidade, na medida em que a centralização do poder político, que a formação de um Estado implica, introduz novas dinâmicas nos processos de mudança social.

Estado Uma forma de estratificação que implica a existência de desigualdades entre os indivíduos estabelecidas por lei.

Estado-nação Um tipo específico de estado, característico do mundo moderno em que um governo detém o poder soberano sobre um determinado território, e em que a massa da população é constituída por cidadãos que sabem que pertencem a uma única nação. Os estados-nações estão estreitamente associados ao desenvolvimento do nacionalismo, embora as lealdades nacionalistas nem sempre estejam em conformidade com as fronteiras de estados específicos actualmente existentes. Os estados-nações desenvolveram-se como parte de um sistema emergente de estados-nações, que teve a sua origem na Europa, mas que na actualidade se estendeu a todo o mundo.

Estado-Providência Sistema político que proporciona uma gama ampla de benefícios da segurança social aos seus cidadãos.

Estados autoritários Sistemas políticos em que as necessidades e os interesses do estado têm prioridade sobre os do cidadão médio, e em que a participação popular nas questões políticas é severamente limitada ou negada.

Estereótipo Caracterização fixa e inflexível de um grupo de pessoas.

Estigma Qualquer característica física ou social que se acredita inferiorizar alguém.

Estratificação social A existência de desigualdades estruturadas entre grupos de uma sociedade em termos de acesso a bens materiais ou simbólicos. Embora todas as sociedades tenham formas de estratificação, só com o desenvolvimento de sistemas estatais emergem de forma vincada diferenças em termos de riqueza e de poder. A forma mais distintiva de estratificação nas sociedades modernas envolve divisões de classe.

Estrutura social Padrões de interacção entre indivíduos ou grupos. A vida social não acontece de modo imprevisto. A maior parte das nossas actividades são estruturadas: estão organizadas de uma forma regular e repetitiva. Embora a comparação possa ser duvidosa, é necessário pensar a estrutura social de uma sociedade como algo comparável aos alicerces que sustentam e mantêm um edifício.

Estruturação O processo de duas vias pelo qual moldamos o mundo social através das nossas acções sociais e somos por sua vez moldados pela sociedade.

Estudos de vitimização Inquéritos com o objectivo de revelar a proporção da população vítima de crime durante um certo período de tempo. Estes estudos procuram compensar as lacunas decorrentes do facto de muitos crimes não serem participados, debruçando-se directamente sobre as experiências concretas do crime sofridas pelas pessoas.

Estudos piloto Testes experimentais em pesquisas por inquérito.

Etnia Um termo usado por Anthony Smith para descrever um grupo que partilha ideias de possuir antepassados comuns, uma identidade cultural comum e uma ligação com um território natal específico.

Etnicidade Os valores culturais e normas que distinguem os membros de um grupo determinado de outros. Um grupo étnico é um grupo cujos membros têm consciência de possuir uma identidade cultural comum, que os separa de todos os outros. Em quase todas as sociedades as diferenças étnicas estão associadas a variações em termos de poder e riqueza material. Quando as diferenças étnicas são também olhadas como raciais, tais divisões são por vezes especialmente pronunciadas.

Etnocentrismo O entendimento das ideias ou práticas de outra cultura através do prisma da nossa própria cultura. As perspectivas etnocêntricas não conseguem entender as verdadeiras qualidades de outras culturas. Um indivíduo etnocêntrico é alguém incapaz de olhar para outras culturas nos termos próprios destas ou que não o deseja fazer.

Etnografia O estudo em primeira mão de pessoas através da observação participante ou do recurso a entrevistas.

Etnometodologia O estudo do modo como as pessoas fazem sentido do que os outros dizem e fazem no decurso da interacção social quotidiana. A etnometodologia

ocupa-se dos "etnométodos" utilizados pelos seres humanos para manter intercâmbios significativos uns com os outros.

Exclusão social O produto de múltiplas privações que impedem os indivíduos ou grupos de participarem plenamente na vida económica, social e política da sua sociedade.

Experiência Método de pesquisa em que se pode testar uma hipótese de modo controlado e sistemático, tanto numa situação artificial criada pelo investigador, como em ambientes naturais.

Exploração Uma relação social ou institucional em que uma parte beneficia à custa da outra devido a um desequilíbrio de poder.

"Factores empurra e puxa" (Push and pull factors) No início do estudo das migrações globais, estes constituíam as forças internas e externas que se acreditava influenciarem os processos de migração. Por "factores empurra" entendiam-se as dinâmicas no país de origem, como o desemprego, a guerra, a fome ou a perseguição política. Por "factores puxa" os traços dos países de destino, como um activo mercado de trabalho, uma baixa densidade de população e um nível de vida alto.

Factos sociais Segundo Émile Durkheim, ao aspectos da vida social que moldam as nossas acções enquanto indivíduos. Durkheim acreditava que era possível estudar cientificamente os factos sociais.

Fala O acto de conversar ou as trocas verbais no decurso da vida quotidiana. Tem sido vista de modo crescente como objecto de pesquisa por parte dos sociólogos, em particular pelos praticantes da etnometodologia.

Família extensa Grupo familiar que consiste num grupo de parentes próximos, além de um casal e dos seus filhos, que ou vivem na mesma casa ou vivem numa relação contínua e estreita uns com os outros.

Família nuclear Grupo familiar composto pelo pai, mãe (ou um destes) e filhos.

Família recomposta Família em que pelo menos um dos adultos tem um filho do matrimónio anterior, podendo viver no seio do agregado familiar ou próximo.

Família Grupo de indivíduos relacionados entre si por laços de sangue, de casamento ou de adopção, que formam uma unidade económica, e cujos membros adultos são responsáveis pela criação das crianças. Todas as sociedades conhecidas possuem alguma forma de sistema familiar, conquanto a natureza das relações familiares seja muito variável. Embora nas sociedades modernas a família nuclear constitua a principal forma de família, também se encontra frequentemente uma gama variada de relações familiares extensas.

Fechamento de grupo Os meios pelos quais um grupo estabelece uma barreira clara que o separa dos outros.

Feminilidade enfatizada Termo associado aos escritos de R. W. Connell sobre a hierarquia do género na sociedade. A feminilidade enfatizada constitui um complemento importante da masculinidade hegemónica, porque é orientada para acomodar os interesses e necessidades dos homens. Muitas representações das mulheres nos meios de comunicação e na publicidade envolvem a feminilidade enfatizada.

Feminilidade resistente Termo associado aos escritos de R. W. Connell sobre a hierarquia de género na sociedade. As mulheres que incorporam a feminilidade resistente rejeitam as normas convencionais da feminilidade (feminilidade enfatizada) e adoptam estilos de vida e identidades libertas. O feminismo e o lesbianismo, por exemplo, são formas de feminilidade resistente que não estão subordinadas ao papel dominante da masculinidade hegemónica.

Feminismo liberal Forma da teoria feminista que acredita que a desigualdade de género é produzida pelo acesso reduzido das mulheres e raparigas aos direitos civis e a certos recursos sociais, como a educação e o emprego. As feministas liberais tendem a procurar soluções através de mudanças na legislação que asseguram a protecção dos direitos individuais.

Feminismo negro uma corrente do pensamento feminista que insiste nas múltiplas desvantagens de género, classe e raça, que moldam as experiências das mulheres não brancas. As feministas negras rejeitam a ideia de uma única opressão de género sofrida do mesmo modo por todas as mulheres, e defendem que as primeiras análises feministas reflectiam as preocupações específicas das mulheres brancas da classe média.

Feminismo radical Forma da teoria feminista que acredita que a desigualdade de género é o resultado da dominação masculina em todos os aspectos da vida social e económica.

Fordismo O sistema desenvolvido de modo pioneiro por Henry Ford, que implicou a introdução da cadeia de montagem, e que ligou crucialmente métodos de produção em série com o cultivo de um mercado de massas para os bens produzidos – no caso de Ford em particular o seu famoso automóvel Ford modelo T.

Fortaleza Europa A ideia de que os países europeus estão a actuar em conjunto para tornar mais impenetráveis as

suas fronteiras e para defender os seus padrões de vida elevados contra uma vaga de migrantes de outras partes do mundo que procuram algo da prosperidade europeia.

Funcionalismo Perspectiva teórica que defende que a melhor explicação para os factos sociais reside nas funções que desempenham – quer dizer, no seu contributo para a continuidade de uma dada sociedade – e que assenta numa visão da sociedade como um sistema complexo cujos componentes operam em relação uns com os outros de um modo que tem de ser entendido.

Fundamentalismo A crença num regresso literal aos textos das escrituras. O fundamentalismo pode emergir como resposta à modernização e à racionalização, insistindo em respostas assentes na fé, e defendendo a tradição utilizando fundamentações tradicionais.

Ganha-pão masculino Papel tradicional do homem no aprovisionamento da família através de emprego fora de casa até há pouco em muitas sociedades industrializadas. O significado do modelo do "ganha-pão masculino" declinou com as mudanças nos padrões familiares e com o crescimento do número de mulheres que entram no mercado de trabalho.

Género (*genre*) Um conceito aplicado nos estudos sobre os meios de comunicação para designar um tipo distinto de produto dos *media* ou item cultural. No mundo da televisão, por exemplo, entre os diferentes géneros incluem-se a telenovela, a comédia, os telejornais, os programas desportivos e as séries dramáticas.

Género As expectativas sociais em termos do comportamento tido como apropriado aos membros de cada sexo. Por género não se entendem os atributos físicos em termos dos quais os homens e as mulheres diferem, mas os traços formados socialmente de masculinidade e feminilidade. O estudo das relações de género tornou-se recentemente uma das áreas mais importantes da sociologia, embora durante muito tempo tenha recebido pouca atenção.

Genocídio A destruição sistemática e planeada de um grupo racial, político ou cultural.

Gerontologia Estudo do envelhecimento e dos idosos.

Gestão das impressões Uma ideia associada ao sociólogo norte-americano Erving Goffman. As pessoas "gerem" ou controlam a impressão que os outros têm deles, escolhendo aquilo que revelam e aquilo que ocultam nos seus encontros com os outros.

Gestão dos recursos humanos Ramo da teoria da gestão que vê o entusiasmo do empregado e o seu envolvimento como essencial para a competitividade económica. A Gestão dos recursos humanos procura incutir nos trabalhadores o sentido de que eles têm de investir nos produtos da companhia e no próprio processo de trabalho.

Globalização A interdependência crescente entre povos diferentes, regiões e países em todo o mundo, na medida em que relações económicas e sociais abrangem todo o mundo.

Governo O desenvolvimento regular de políticas, a tomada de decisões e a resolução das questões de estado por agentes oficiais de um aparelho político. Podemos falar de "governo" como um processo, ou *no* governo para nos referirmos às autoridades políticas que supervisionam a implementação das suas políticas pelos funcionários. Embora no passado todos os governos tenham sido virtualmente encabeçados por um monarca ou imperador, na maioria das sociedades modernas as autoridades políticas são eleitas e os seus agentes são nomeados na base da sua experiência e qualificações.

Grau de dispersão A amplitude ou distribuição de um conjunto de dados.

Gritos de resposta Exclamações involuntárias semi-espontâneas que os indivíduos emitem quando, por exemplo, são apanhados de surpresa, deixam cair qualquer coisa inadvertidamente ou exprimem prazer.

Grupo minoritário Grupo de pessoas que se encontra em minoria numa determinada sociedade e que, em virtude de possuir características físicas ou culturais distintas, se encontra em situações de desigualdade nessa sociedade. Entre esses grupos contam-se as *minorias étnicas*.

Grupo social Conjunto de indivíduos que interagem de modo sistemático uns com os outros. Os grupos podem ir de associações muito pequenas a organizações em grande escala ou sociedades. Seja qual for o seu tamanho, uma das características próprias de um grupo é a de os seus membros terem consciência de uma identidade comum. Grande parte da vida é passada em actividades de grupo; nas sociedades modernas, a maioria das pessoas pertence a diferentes e numerosos tipos de grupos.

Guerra Fria A situação de conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética, bem como entre os aliados respectivos, que existiu desde os finais da década de quarenta até 1990. Era uma "Guerra Fria", porque os dois lados nunca se chegaram a envolver em confronto militar.

Heterossexismo O processo pelo qual quem não é heterossexual é classificado e discriminado com base na sua orientação sexual.

Heterossexualidade Uma orientação ou sentimento na actividade sexual em relação a pessoas do sexo oposto.

Hiper-realidade Ideia associada ao autor francês Jean Baudrillard. Baudrillard defende que, em virtude do desenvolvimento da comunicação electrónica, já não existe uma realidade "separada" a que se reportem os (GRH) programas de televisão e outros produtos culturais. Em vez disso, aquilo que tomamos por "realidade" é estruturado por essa mesma comunicação. Por isso, os itens das notícias não são acerca de uma série separada de eventos, mas na verdade definem e constroem aquilo que são esses eventos.

Hipótese Uma ideia ou uma adivinha instruída acerca de um dado estado de coisas, avançada para ser empiricamente testada.

História oral Entrevistas a pessoas acerca de eventos de que foram testemunhas ou em que participaram no passado.

Histórias de vida Estudos do conjunto da vida dos indivíduos baseados frequentemente em diários e em documentos, como cartas.

Homem novo Representação da masculinidade que emergiu nos meios de comunicação e na publicidade na década de 80 do século XX. O "Homem novo" é retratado como forte, mas gentil e solidário.

Homofobia Medo irracional ou desdém dos homossexuais.

Homossexualidade Uma orientação ou sentimento na actividade sexual em relação a pessoas do mesmo sexo.

Identidade pessoal O processo contínuo de desenvolvimento e definição da nossa identidade pessoal pelo qual formulamos um sentido próprio sobre o que somos e sobre o mundo que nos rodeia.

Identidade social Características atribuídas a um indivíduo por outros.

Identidade As características distintivas do carácter de uma pessoa ou o carácter de um grupo que se relaciona com o que eles são e com o que tem sentido para eles. Algumas das principais fontes de identidade são o género, a orientação sexual, a nacionalidade ou a etnicidade, e a classe social. O nome é um marcador importante da identidade individual, e dar um nome é também importante do ponto de vista da identidade de grupo.

Ideologia Ideias ou crenças partilhadas que servem para justificar os interesses dos grupos dominantes. Há ideologias em todas as sociedades em que existem desigualdades enraizadas sistemáticas entre os indivíduos. O conceito de ideologia tem uma ligação estreita com o de poder, na medida em que os sistemas ideológicos servem para legitimar o poder diferenciado detido por grupos.

Igreja Um conjunto amplo de pessoas que pertencem a uma organização religiosa estabelecida. As igrejas possuem normalmente uma estrutura formal, com uma hierarquia de funcionários religiosos. O termo é também utilizado para designar o edifício, onde têm lugar as cerimónias religiosas.

Iliteracia funcional Ausência de capacidade para ler e calcular na vida quotidiana.

Imaginação sociológica A aplicação do pensamento imaginativo à formulação de questões sociológicas e à sua resposta. A imaginação sociológica implica que o investigador "pense de uma forma distanciada" das rotinas familiares do dia-a-dia.

Imigração A vinda de pessoas para um país com o propósito de aí se estabelecerem.

Imperialismo dos meios de comunicação Versão do imperialismo tornada possível pelo desenvolvimento da tecnologia das comunicações, que, segundo alguns, produziu um império cultural através do qual o conteúdo dos meios originário dos países industrializados é imposto às nações menos desenvolvidas que não dispõem de recursos para manter a sua independência cultural.

Industrialização O desenvolvimento de formas modernas de indústria – fábricas, máquinas e processos de produção em grande escala. A industrialização tem sido um dos principais conjuntos de processos que têm influenciado o mundo social no decurso dos últimos dois séculos. As sociedades industrializadas têm características muito diferentes das dos países menos desenvolvidos. Por exemplo, com o avanço da industrialização apenas uma pequena proporção da população trabalha nos campos – um enorme contraste com os países pré-industriais.

Inexpressividade masculina As dificuldades sentidas pelos homens para exprimirem os seus sentimentos ou falarem deles a outros.

Inquérito Método de investigação sociológica que envolve habitualmente a administração de questionários a uma população que está a ser estudada e a análise estatística das suas respostas de modo a encontrar padrões ou regularidades.

Insegurança no emprego Sentimento de apreensão vivido pelos empregados acerca da estabilidade do seu posto de trabalho e do seu papel no lugar de trabalho.

Instituições totais Termo popularizado por Erving Goffman para designar instituições como os asilos, as pri-

sões e os mosteiros que impõem aos seus residentes uma existência regulamentada de modo estrito em completo isolamento do mundo exterior.

Inteligência emocional A capacidade dos indivíduos para utilizarem as suas emoções para desenvolverem qualidades como a empatia, o autocontrolo, o entusiasmo e a persistência.

Inteligência O nível de capacidade intelectual, particularmente quando medido através de testes do QI (quociente de inteligência).

Interacção desfocalizada A interacção que se desenrola entre pessoas presentes num determinado local, mas que não estão envolvidas numa situação de comunicação directa face a face.

Interacção focalizada Interacção entre indivíduos envolvidos numa actividade comum ou numa conversa directa uns com os outros.

Interacção social Encontro social entre indivíduos. A maior parte das nossas vidas são povoadas por interacções de um tipo ou de outro. A interacção social refere-se a situações formais e informais nas quais as pessoas travam conhecimento umas com as outras. Uma sala de aula constitui uma ilustração de uma situação formal de interacção social; o encontro de duas pessoas numa festa ou numa rua é um exemplo de interacção informal.

Interaccionismo simbólico Abordagem desenvolvida por Mead, que enfatiza fortemente o papel dos símbolos e da linguagem como elementos centrais de toda a interacção humana.

Interdependência económica O resultado da especialização e da divisão do trabalho, quando a auto-suficiência é ultrapassada e os indivíduos dependem uns dos outros para produzir muitos ou a maioria dos bens de que necessitam para sustentar as suas vidas.

Internet Sistema de ligações globais entre computadores que permite às pessoas comunicarem umas com as outras e encontrar informação visual, sonora e textual na *World Wide Web* de um modo que escapa aos constrangimentos de tempo e de espaço, aos dos custos – e também ao controlo dos governos territoriais.

Investigação empírica Investigação factual levada a cabo em qualquer área da pesquisa sociológica.

Justiça reparadora Ramo da justiça penal que rejeita medidas punitivas a favor de sentenças vinculadas à comunidade que procuram tornar o delinquente mais consciente dos efeitos das suas acções.

Lapsos de linguagem A pronúncia errada de uma palavra, tal como sucede quando alguém em vez de dizer "six" diz "sex". Freud acreditava que estas falhas de linguagem revelavam ansiedades ou emoções ocultas.

Legitimidade Uma determinada ordem política adquire legitimidade se a maioria dos governados por ela a reconhecem como justa e válida.

Lei da assistência inversa O desequilíbrio entre as necessidades em termos de cuidados de saúde de uma população e os recursos disponíveis. Quando se fala em lei da assistência inversa está-se a referir a tendência para as populações com a saúde mais pobre viverem em regiões onde existe uma assistência sanitária mais limitada.

Lei de ferro da oligarquia Uma designação cunhada pelo aluno de Weber, Roberto Michels, que significa que as grandes organizações tendem para a centralização do poder nas mãos de poucos, tornando a democracia algo de difícil.

Lei Regra de comportamento estabelecida por uma autoridade política e sancionada pelo poder de estado.

Lesbianismo Actividades homossexuais ou ligações entre mulheres.

Limpeza étnica A criação de territórios etnicamente homogéneos por meio da expulsão em massa de outras populações étnicas.

Linha de pobreza Medida oficial usada pelo governo para definir os que vivem abaixo deste nível de rendimento como vivendo na pobreza. Muitos estados têm uma linha de pobreza definida, embora esse não seja o caso da Grã-Bretanha.

Literacia A capacidade para ler e escrever.

Localizações contraditórias de classe Posições na estrutura de classes, em particular as que envolvem trabalhos de colarinho branco de rotina e gestão de baixo nível, que partilham características de classe com as posições situadas acima e abaixo delas.

Macrossociologia O estudo de grupos, organizações ou sistemas em grande escala.

Magia Ritos que procuram influenciar os espíritos ou seres sobrenaturais para atingir objectivos humanos. A magia existe na maioria das sociedades em alguma tensão com a religião. Em contraste com a religião, a magia tende a ter um carácter mais "individual", sendo praticada por um feiticeiro ou xamã.

Mais-valia Na teoria marxista, o valor da força de trabalho de um trabalhador, de que o empregador se apropria, que excede os custos da contratação do trabalhador.

Malthusianismo A ideia, avançada em primeiro lugar por Thomas Malthus há dois séculos, de que o crescimento da

população tende a ultrapassar os recursos disponíveis para a sustentar. Malthus defendia que as pessoas têm de limitar as suas relações sexuais para evitar um crescimento excessivo da população e um futuro de miséria e fome.

Marcadores Sinais ou dispositivos para distinguir cada episódio de interacção focalizada e estes da interacção não focalizada que entretanto decorre; Goffman chamava-lhes parênteses.

Masculinidade cúmplice Termo associado aos escritos de R. W. Connell sobre a hierarquia de género. A masculinidade cúmplice é representada pelos muitos homens que não se guiam pelo ideal da masculinidade hegemónica, mas que beneficiam da sua posição dominante na ordem patriarcal.

Masculinidade hegemónica Um termo introduzido pela primeira vez por R. W. Connell. Por masculinidade hegemónica entende-se a forma dominante de masculinidade na hierarquia de género. Embora a masculinidade hegemónica subordine outras masculinidades e feminilidades, pode ser posta em causa por elas. Na maioria das sociedades ocidentais dos nossos dias, a masculinidade hegemónica encontra-se associada ao ser-se branco, à heterossexualidade, ao casamento, à autoridade e à rudeza física.

Masculinidade homossexual De acordo com o modelo das relações de género de R. W. Connell, a masculinidade homossexual é estigmatizada e localizada na base da hierarquia do género no que diz respeito aos homens. Na ordem de género prevalecente, os homossexuais são vistos como o oposto ao "verdadeiro homem" da masculinidade hegemónica.

Média Medida estatística de tendência central que se obtém dividindo um total pelo número de casos individuais.

Mediana Organizações, ou contextos de trabalho, em que se dá aos indivíduos grande autonomia e controlo sobre o seu trabalho.

Mediana o número que representa o valor intermédio de uma gama de números – um modo de calcular a tendência central que é por vezes mais útil do que o cálculo da média.

Olhar médico Na medicina moderna, a atitude distanciada e objectiva adoptada pelos médicos ao observarem e tratarem um paciente.

Medicina alternativa Esta abordagem do tratamento e prevenção da doença, também designada como *medicina complementar*, abrange um leque amplo de técnicas de cura que estão fora do âmbito das práticas médicas ortodoxas ou se lhes sobrepõem. A medicina alternativa ou complementar envolve uma abordagem holista da saúde, dirigindo-se aos aspectos físicos e psicológicos do bem-estar do indivíduo.

Megacidades Termo favorecido por Manuel Castells para descrever grandes espaços urbanos intensamente concentrados que servem de pontos de ligação para a economia global. Pensa-se que em 2015 haverá trinta e seis "megacidades" com populações de mais de oito milhões de residentes.

Megalópolis A "cidade de todas as cidades", um termo cunhado na Grécia antiga para designar uma cidade-estado que foi planeada para ser a inveja de todas as civilizações, mas usado nos nossos dias para designar conurbações enormes.

Meios de comunicação de massa Formas de comunicação como jornais, revistas, a rádio e a televisão, destinadas a alcançar audiências de massa.

Meios de produção Os meios pelos quais se efectua a produção de bens materiais numa dada sociedade, que incluem não só a tecnologia, mas também as relações sociais entre produtores.

***Melting pot* (Cadinho de culturas)** A ideia que se podem combinar as diferenças étnicas para criar novos padrões de comportamento que se apoiam em diversas fontes culturais.

Meritocracia Sistema em que as posições sociais são preenchidas com base no mérito individual e não em virtude de critérios como a riqueza herdada, o sexo ou a origem social.

Metanarrativas Teorias amplas e abrangentes ou crenças acerca do funcionamento da sociedade e a natureza da mudança social. O marxismo e o funcionalismo são exemplos de metanarrativas que têm sido empregues pelos sociólogos para explicar como o mundo funciona. Os pós-modernos rejeitam estas "grandes teorias", defendendo que é impossível identificar quaisquer verdades fundamentais subjacentes à sociedade humana.

Métodos de investigação Os diferentes métodos de pesquisa usados para recolher materiais empíricos (factuais). Existem diversos e numerosos métodos de investigação em sociologia, mas o trabalho de campo (ou observação participante) e o inquérito são, porventura, os métodos usados com mais frequência. Por várias razões é conveniente combinar dois ou mais métodos num mesmo projecto de investigação.

Microssociologia O estudo do comportamento humano em contextos de interacção face a face.

Milenarismo A crença defendida por membros de determinados tipos de movimento religioso que irão ter lugar mudanças radicais num futuro próximo, anunciando a chegada de uma nova era.

Mobilidade intergeracional Movimento ascendente ou descendente numa hierarquia de estratificação social de uma geração para outra.

Mobilidade intrageracional Movimento ascendente ou ascendente numa hierarquia de estratificação social no decurso de um trajecto individual.

Mobilidade lateral Movimento de indivíduos de uma região de um país para outra, ou através de países.

Mobilidade social Movimento de indivíduos ou grupos entre diferentes posições sociais. Por mobilidade vertical entende-se o movimento ascendente ou descendente numa hierarquia de um sistema de estratificação. A mobilidade horizontal é o movimento físico de indivíduos ou grupos entre regiões. Quando analisam a mobilidade vertical, os sociólogos distinguem dois níveis: o grau de mobilidade de um indivíduo no decurso da sua carreira e o de saber o grau de diferença entre a sua posição e a dos seus pais.

Mobilidade vertical Movimento ascendente ou descendente na hierarquia de posições num sistema de estratificação social.

Moda O número que aparece com maior frequência num dado conjunto de dados. Por vezes tal pode constituir um modo útil de retratar a tendência central.

Modelo biomédico de saúde O conjunto de princípios subjacentes aos sistemas e práticas médicas ocidentais. O modelo biomédico de saúde define a doença objectivamente, de acordo com a presença de sintomas reconhecidos, e acredita que se pode recuperar a saúde através de um tratamento médico de base científica. O corpo humano é visto como uma máquina que pode ser posta de novo a funcionar depois de submetida às reparações adequadas.

Modelo dramatúrgico Abordagem ao estudo da interacção social baseada no uso de metáforas oriundas do teatro.

Modernização ecológica O crescimento económico e o desenvolvimento económico que incorporam políticas positivas para o ambiente. Os apoiantes da modernização ecológica acreditam que o desenvolvimento industrial e a protecção ecológica não são incompatíveis.

Monarca constitucional Um rei ou rainha que é em grande medida uma figura simbólica, com os seus poderes limitados por uma constituição, ficando o poder real nas mãos de outros líderes políticos.

Monarquia Sistema político encabeçado por uma pessoa cujo poder é transmitido na sua família de geração em geração.

Monogamia Forma de casamento em que cada cônjuge só pode ter um esposo de cada vez.

Monoteísmo A crença num só Deus.

Movimento *New Age* Designação usada para descrever uma gama variada de crenças e de práticas orientada para a espiritualidade interior. O paganismo, o misticismo oriental, o xamanismo, formas alternativas de cura e astrologia constituem exemplos de actividades *New Age*.

Movimento social Agrupamento de grande dimensão de pessoas que se juntam para procurar desencadear ou bloquear processos de mudança social. Os movimentos sociais existem normalmente em relações de conflito com organizações a cujos objectivos e perspectivas geralmente se opõem. Contudo, acontece por vezes que os movimentos que alcançam o poder, uma vez institucionalizados, se transformam em organizações.

Movimentos de acomodação ao mundo Movimentos que atribuem maior importância à vida religiosa interior e à pureza espiritual do que às preocupações mundanas.

Movimentos de afirmação do mundo Movimentos religiosos que procuram desenvolver as capacidades dos seus sequazes para terem êxito no mundo, ajudando-os a desbloquear o seu potencial humano.

Movimentos de rejeição do mundo Movimentos religiosos de carácter exclusivo, extremamente críticos do mundo exterior e que exigem muito dos seus membros.

Mudança social Alterações nas estruturas básicas de um grupo social ou sociedade. A mudança social é um fenómeno constante da vida social, mas tornou-se muito mais intenso na era moderna. As origens da sociologia moderna remontam às tentativas de perceber as mudanças dramáticas que destroem o mundo tradicional e impulsionam novas formas de ordem social.

Multimédia A combinação do que costumavam ser meios de comunicação que requeriam tecnologias diferentes (por exemplo, imagem e som) num único meio, como um CD-Rom que pode ser utilizado num computador.

Nacionalismo Conjunto de crenças e símbolos que exprime identificação com uma dada comunidade nacional.

Nações sem estado Instâncias em que falta aos membros de uma nação soberania política sobre a área que reclamam ser sua.

Nobilitação Processo de renovação urbana em que o parque habitacional antigo e em decadência é remodelado por gente abastada que se move para aquela área.

Normas Regras de comportamento que reflectem ou incorporam os valores de uma cultura, prescrevendo um determinado tipo de comportamento, ou proibindo-o. As normas são sempre apoiadas por sanções de um tipo ou de outro, que variam entre a desaprovação informal, o castigo físico ou a execução.

Nova criminologia Ramo do pensamento criminológico, proeminente na Grã-Bretanha dos anos 70 do século XX, que olhava o desvio como algo que decorria de uma opção deliberada frequentemente de natureza política. Os "novos criminologistas" defendiam que o crime e o desvio só podiam ser entendidos no contexto das formas de poder e da desigualdade existentes na sociedade britânica.

Nova emigração Uma designação que faz referência às mudanças nos padrões de migração na Europa nos anos que se seguiram a 1989. A "nova emigração" foi influenciada pelo fim da Guerra Fria, pelo conflito prolongado na antiga Jugoslávia, e pelo processo de integração europeia, acontecimentos que alteraram as dinâmicas existentes entre os que eram tradicionalmente "países de origem" e "países de destino".

Novo racismo Perspectivas racistas, por vezes também designadas como racismo cultural, que se baseiam em diferenças culturais ou religiosas, em vez de se basearem em diferenças biológicas.

Novo Trabalhismo *(New Labour)* As reformas introduzidas por Tony Blair quando assumiu a liderança do Partido Trabalhista, e através das quais procurou mover o partido para novas direcções, em particular nos primórdios, quando conduziu uma campanha com sucesso para abolir a Cláusula 4, que comprometia o partido com uma política de ampla propriedade pública da indústria.

Novos movimentos religiosos Um leque amplo de grupos religiosos e espirituais, de cultos e seitas que vieram juntar-se às religiões estabelecidas. Estes movimentos vão dos grupos espirituais e de auto-ajuda do movimento *New Age*, a seitas exclusivistas como os Hare Krishna.

Novos movimentos sociais Um conjunto de movimentos sociais que emergiram nas sociedades ocidentais desde os anos 60 do século XX, em resposta aos novos riscos que as sociedades humanas têm de enfrentar. Os novos movimentos sociais como o feminismo, o ambientalismo, o movimento anti-nuclear, os protestos contra os alimentos geneticamente modificados e as manifestações contra a globalização são diferentes de movimentos sociais anteriores, na medida em que não são campanhas orientadas para fins materiais e recolhem apoios de várias classes.

Novos países industrializados Economias do Terceiro Mundo que começaram nas últimas duas ou três décadas a desenvolver uma forte base industrial, como o Brasil e Singapura.

"Número oculto" do crime não registado Ofensas criminais que não estão registadas nas estatísticas oficiais. A existência de "números ocultos" de crime não registado significa que as estatísticas oficiais apenas reflectem uma parte dos crimes cometidos.

Observação participante Método de pesquisa amplamente utilizado em sociologia e antropologia, no qual o investigador toma parte nas actividades de um grupo ou comunidade que está a ser estudado.

Ocupação Qualquer forma de emprego remunerado no qual o indivíduo trabalhe de modo regular.

Opinião pública Os pontos de vista que os membros do público têm sobre determinados assuntos em questão.

Ordem de género Um termo associado aos escritos de R. W. Connell, a ordem de género representa padrões de relações de poder entre masculinidades e feminilidades difundidas na sociedade.

Organismos geneticamente modificados Os OGMs são plantas produzidas através da manipulação dos genes que as contêm.

Organização Um grupo grande de indivíduos, onde existe um conjunto definido de relações de autoridade. Há muitos tipos de organização em sociedades industriais, que influenciam a maior parte dos aspectos das nossas vidas. Embora nem todas as organizações sejam burocráticas num sentido formal, há laços estreitos entre o desenvolvimento das organizações e tendências burocráticas.

Organizações carcerárias Este termo, associado aos escritos de Michel Foucault, descreve instituições, como as prisões e os asilos, onde os indivíduos são fisicamente separados do mundo exterior e "ocultados" durante períodos de tempo prolongados.

Pai Ausente Um pai que tem pouco ou nenhum contacto com os filhos por motivo de divórcio ou por qualquer outra razão.

Pânico moral Termo popularizado por Stanley Cohen para descrever uma reacção exagerada inspirada pelos meios de comunicação em relação a um certo grupo ou tipo de comportamento tido como sintomático de uma desordem social geral. Os pânicos morais desenvolvem-se frequentemente em torno de eventos que são de

facto relativamente triviais em termos da natureza do acto e do número de pessoas envolvidas.

Papel de doente Termo relacionado com o funcionalista americano Talcott Parsons, cunhado para descrever os padrões de comportamento que uma pessoa doente adopta para minimizar o impacto desorganizador da sua doença nos outros.

Papel social Comportamento esperado da parte de um indivíduo que ocupa determinada posição social. A ideia de papel social deriva do teatro e refere-se originalmente aos papéis que os actores desempenham numa peça teatral. Em todas as sociedades os indivíduos assumem diferentes papéis sociais, que variam de acordo com os contextos das suas actividades.

Parentesco Uma relação que liga os indivíduos através de laços de sangue, de casamento ou de adopção. As relações de parentesco estão implicadas por definição no casamento e na família, mas vão muito além destas instituições. Embora nas sociedades modernas haja poucas obrigações sociais envolvidas nas relações de parentesco para lá da família imediata, em muitas outras culturas o parentesco é de importância vital para a maioria dos aspectos da vida social.

Partido político Organização estabelecida com o objectivo de chegar ao governo por via eleitoral e usar esse poder para cumprir um determinado programa.

Partido Grupo de indivíduos que trabalham juntos porque têm uma origem, objectivos ou interesses comuns. Segundo Weber, o partido é um dos factores, conjuntamente com a classe e o status, que moldam os padrões da estratificação social.

Patriarcado Domínio das mulheres pelos homens. Todas as sociedades conhecidas são patriarcais, embora haja variações no grau e na natureza do poder exercido pelos homens, em comparação com as mulheres. Um dos objectivos primeiros dos movimentos das mulheres nas sociedades modernas é combater as instituições patriarcais.

Pena capital A execução sancionada pelo estado de uma pessoa que foi condenada por um crime punível com a pena de morte. A pena capital é vulgarmente conhecida como pena de morte.

Personalidade autoritária Um conjunto de características específicas de personalidade, que implicam uma visão rígida e intolerante e uma incapacidade para aceitar a ambiguidade.

Pesquisa documental Pesquisa assente em testemunhos recolhidos através do estudo de documentos, como os depositados em arquivos ou as estatísticas oficiais.

Pessoa que procura asilo *(asylum-seeker)* Pessoa que pediu o estatuto de refugiado num país estrangeiro por recear a perseguição religiosa ou política no seu país de origem.

Pluralismo cultural A coexistência de várias subculturas numa mesma sociedade em termos igualitários.

Pobreza absoluta A pobreza definida em termos dos recursos mínimos necessários a uma vida saudável.

Pobreza de informação Os "pobres em termos de informação" são os que têm pouco ou nenhum acesso à tecnologia da informação, como os computadores.

Pobreza relativa Pobreza definida por referência aos níveis de vida da maioria da população em qualquer sociedade.

Poder A capacidade de indivíduos ou membros de um grupo para alcançar objectivos ou favorecer os seus interesses. O poder é um aspecto presente em todas as relações humanas. Muitos dos conflitos existentes numa sociedade são lutas pelo poder, porque quanto mais poder um grupo ou indivíduo detiver, maior é a capacidade de conseguir o que quer à custa de outros.

Poligamia Forma de casamento no qual a pessoa pode ter mais do que um cônjuge ao mesmo tempo.

Politeísmo Crença em dois ou mais deuses.

Política Meios pelos quais o poder é empregue de modo a influenciar a natureza e os conteúdos das actividades governamentais. A esfera do "político" inclui as actividades dos que estão no governo, mas também as acções de muitos outros grupos e indivíduos. Há muitas maneiras pelas quais pessoas fora do aparelho governamental o tentam influenciar.

População No contexto da pesquisa social, as pessoas que são objecto de um estudo ou inquérito.

Pós-fordismo Termo genérico usado para descrever a transição da produção industrial em série, caracterizada por métodos fordistas, para formas de produção mais flexíveis que favorecem a inovação e que são destinadas a responder à procura por parte do mercado de produtos personalizados.

Positivismo No que respeita à sociologia, perspectiva que defende que o estudo do mundo social devia ser conduzido de acordo com os princípios das ciências da natureza. Uma abordagem positivista da sociologia defende que se pode produzir conhecimento objectivo através de uma observação cuidada, da comparação e da experimentação.

Pós-modernismo A crença de que a sociedade já não é governada pela história ou pelo progresso. A sociedade

pós-moderna é extremamente pluralista e diversa, e o seu desenvolvimento não é guiado por nenhuma "grande narrativa".

Preconceito Ideias preconcebidas acerca de um indivíduo ou grupo, ideias que resistem à mudança, mesmo em presença de novos dados. O preconceito pode ser positivo ou negativo.

Primeiro Mundo O grupo de estados-nações que possui economias industrializadas maduras, baseadas na produção capitalista.

Princípio de precaução O pressuposto de que, quando haja dúvida suficiente quanto aos riscos possíveis envolvidos em novas práticas, é melhor manter as existentes do que mudá-las.

Privação materna Ausência de uma relação estável e afectuosa entre uma criança e a sua mãe nos primeiros estádios da vida. John Bowlby defendeu que a privação materna pode levar à doença mental ou ao comportamento desviante mais tarde.

Privatização da educação Processo pelo qual a responsabilidade parcial ou total pela gestão e administração dos sistemas públicos de educação é contratada pelo governo com companhias privadas.

Produção em série A produção de grandes quantidades de bens usando o poder das máquinas. A produção em série foi um resultado da Revolução Industrial.

Profano O que pertence ao universo mundano do quotidiano.

Profetas Líderes religiosos que mobilizam seguidores através da sua interpretação dos textos sagrados.

Prostituição Venda de favores sexuais.

Psicopata Tipo de personalidade específico. Estes indivíduos sofrem da falta de sentido moral e de preocupação pelos outros, sentimentos partilhados pela maioria das pessoas.

QI Abreviatura de quociente de inteligência, um resultado obtido em testes que consistem numa mistura de problemas conceptuais e de cálculo.

Questões comparativas Questões orientadas para o estabelecimento de comparações entre contextos distintos de uma mesma sociedade, ou entre exemplos contrastantes de sociedades diferentes, para fins de pesquisa ou de teorização sociológica.

Questões de desenvolvimento Questões colocadas pelos sociólogos quando olham para as origens e o percurso de desenvolvimento das instituições sociais do passado ao presente.

Questões factuais Questões que dizem respeito a matéria de facto (e não a problemas de natureza teórica ou moral).

Questões teóricas As questões colocadas pelo sociólogo quando procura explicar um conjunto particular de acontecimentos observados. As questões teóricas têm uma importância crucial para nos permitir generalizar acerca da natureza da vida social.

Raça Conjunto de relações sociais que permitem localizar indivíduos e grupos e consignar vários atributos ou competências na base de traços com fundamento biológico.

Racialização Processos pelos quais os significados atribuídos à raça são usados para classificar indivíduos ou grupos de pessoas. As distinções raciais são algo mais do que modos de descrever diferenças humanas: são factores importantes na reprodução de padrões de poder e desigualdade.

Rácio de dependência *(Dependency ratio)* A proporção de pessoas dependentes (crianças e idosos) em relação a pessoas com idades economicamente activas.

Racionalização Conceito utilizado por Weber para se referir ao processo pelo qual modos de cálculo e de organização precisos, que envolvem regras abstractas e procedimentos, dominam de modo crescente o mundo social.

Racismo institucional Padrões de discriminação assentes na etnicidade estruturados em instituições sociais.

Racismo A atribuição de características de superioridade ou inferioridade a uma população que partilha determinadas características físicas herdadas. O racismo é uma forma específica de preconceito, atenta às diferenças físicas entre as pessoas. As atitudes racistas difundiram-se, sobretudo, durante o período da expansão colonial ocidental, mas aparentemente têm por base mecanismos de preconceito e discriminação existentes em muitos contextos nas sociedades humanas.

Realismo da Nova Esquerda Uma corrente da criminologia, popularizada nos anos 80 do século XX por Jock Young, que se centrava nas vítimas da delinquência e apelava a que a criminologia se envolvesse de modo prático nas questões do controlo do crime e da política social.

Reciclagem urbana O processo de renovação de bairros degradados pelo encorajamento da reabilitação de edifícios antigos e a construção de novos em zonas já urbanizadas, em vez de procurar novos locais para urbanizar.

Reflexividade Conceito usado para descrever as conexões entre conhecimento e vida social. O conhecimento adquirido sobre a vida social pode afectar o modo como

nela agimos. Ler os resultados de uma sondagem acerca do nível elevado de apoio a um partido político, por exemplo, poderia levar um indivíduo a exprimir também o seu apoio a esse partido.

Região da retaguarda Uma área afastada dos desempenhos da "região frontal", onde os indivíduos podem relaxar e comportar-se de modo informal, segundo a caracterização de Erving Goffman.

Região da Frente (ou Frontal) Um contexto de actividade social em que os indivíduos procuram exibir uma "performance" definida perante os outros.

Regime de género A configuração das relações de género num contexto particular, como uma escola, uma família ou um bairro.

Regionalização Divisão da vida social em diferentes áreas sociais ou zonas.

Regulamentação dos meios de comunicação O uso de meios legais para controlar a posse dos meios de comunicação e o seu conteúdo.

Reincidência Repetição da prática de um crime por alguém já anteriormente condenado pelo mesmo.

Relação causal Uma relação em que um estado de coisas (o efeito) é provocado por outro (a causa).

Relações de género As relações socialmente padronizadas entre homens e mulheres.

Relações formais Relações existentes em grupos ou organizações que foram estabelecidas pelas regras ou normas do sistema "oficial" de autoridade.

Relações informais Relações que existem em grupos e organizações desenvolvidos com base em ligações pessoais; modos de fazer que se afastam dos procedimentos reconhecidos formalmente.

Relativismo cultural A prática de avaliar uma sociedade de acordo com as suas normas, sentidos e valores.

Religião Conjunto de crenças que envolvem símbolos inspiradores de reverência e admiração, a que aderem os membros de uma comunidade, bem como práticas rituais em que os mesmos participam. A religião não implica sempre uma crença em entidades sobrenaturais. Embora seja difícil estabelecer diferenças entre a magia e a religião, afirma-se frequentemente que a magia é essencialmente praticada por indivíduos, não constituindo o foco dos rituais da comunidade.

Religiões éticas Religiões que dependem do apelo ético de um "grande educador" (como o Buda ou Confúcio), e não de uma crença em seres sobrenaturais.

Renovação urbana Fazer reviver bairros degradados através de processos como os da reciclagem do solo e dos edifícios existentes, o desenvolvimento do ambiente urbano, uma gestão melhorada e com a participação de cidadãos locais, e a utilização de fundos públicos para regenerar a área e atrair mais fundos privados.

Repartição de recursos Modo como diferentes recursos sociais e materiais são empregues pelos grupos ou movimentos sociais.

Reprodução cultural A transmissão de valores culturais e normas de geração em geração. Por reprodução cultural entendem-se os mecanismos pelos quais a continuidade da experiência cultural é sustentada no tempo. Os processos de escolarização nas sociedades modernas são dos principais mecanismos de reprodução cultural, e não operam unicamente através do que é ensinado na instrução formal. A reprodução cultural tem lugar de um modo mais profundo através do currículo oculto – os aspectos do comportamento aprendidos de modo informal na escola pelos indivíduos.

Revolução Processo de mudança política que implica a mobilização de um movimento social de massas, o qual, recorrendo ao uso da força, consegue derrubar o regime existente e formar um novo governo. A revolução difere do golpe de estado, na medida em que implica um movimento de massas e determina importantes mudanças no sistema político como um todo. Por golpe de estado entende-se a conquista do poder através do uso das armas por parte de indivíduos que então substituem os líderes políticos existentes por outros, mas sem transformarem radicalmente o sistema governamental. As revoluções podem igualmente distinguir-se das rebeliões, que envolvem contestação às autoridades políticas existentes, mas que visam mais a substituição de pessoas do que a transformação da estrutura política.

Revolução Industrial O espectro amplo de transformações económicas e sociais que rodearam o desenvolvimento das formas modernas de indústria. A Revolução Industrial desencadeou o processo de industrialização.

Risco externo Os perigos que provêm do mundo natural e não estão relacionados com as acções dos humanos. Entre os exemplos de riscos externos contam-se secas, terramotos, fomes e tempestades.

Risco fabricado Perigos criados pelo impacto do conhecimento humano e da tecnologia no mundo natural. Entre os exemplos de risco fabricado contam-se o aquecimento global e os alimentos geneticamente modificados.

Ritual Modos de comportamento formalizado que contam com a participação regular dos membros de um grupo ou comunidade. A religião é um dos principais

contextos onde os rituais têm lugar, mas o âmbito do comportamento ritual é muito mais amplo. A maioria dos grupos humanos possui algum tipo de ritual.

Sagrado O que inspira atitudes de adoração ou reverência entre os crentes num dado conjunto de ideias religiosas.

Sanção Forma de recompensa ou punição que reforça formas de comportamento esperadas pela sociedade.

Secularização Processo de declínio na influência da religião. Embora todas as sociedades modernas tenham sofrido uma secularização crescente, definir a amplitude da secularização é uma questão muito complicada. A secularização pode dizer respeito aos níveis de envolvimento com organizações religiosas (como o número de pessoas que frequentam serviços religiosos), à influência social e material que as organizações religiosas têm, ou ao grau de convicção religiosa de determinada população.

Segregação ocupacional de género Modo como os homens e mulheres são distribuídos por tipos diferentes de emprego, cuja base é constituída por representações do que é apropriado para homens e para mulheres.

Segundo mundo As ex-sociedades comunistas industrializadas da Europa de Leste e da União Soviética.

Seita Movimento religioso que se separa da ortodoxia.

Sem-abrigo Pessoas que não têm lugar para dormir e que ou dormem em abrigos ou em locais públicos não destinados a habitação.

Sexo As diferenças anatómicas que separam os homens das mulheres. Os sociólogos contrastam frequentemente o sexo com o género. Por sexo entendem-se as características físicas do corpo; o género diz respeito a formas de comportamento socialmente aprendidas. As divisões de sexo e género não são as mesmas. Um travesti, por exemplo, é fisicamente um homem que assume, às vezes, o género de uma mulher.

Sexualidade Termo amplo que se refere às características sexuais e ao comportamento sexual dos seres humanos.

Símbolo Um item utilizado para substituir ou representar outro – como no caso de uma bandeira que representa uma nação.

Simulacro Noção utilizada pelo autor francês Jean Baudrillard. Um simulacro é uma cópia de um item de que não existe um original. Por exemplo, uma casa "pseudo-Tudor" em nada se parece com os edifícios originais Tudor.

Sistemas de pequena responsabilidade Organizações, ou contextos de trabalho, em que os indivíduos têm pouca responsabilidade, ou controlo, sobre o seu trabalho.

Sistemas de grande responsabilidade Organizações, ou contextos de trabalho, em que se dá aos indivíduos grande autonomia e controlo sobre o seu trabalho.

Soberania O atributo de poder supremo de um monarca, líder ou governo sobre uma dada área territorial.

Socialização Processos sociais pelos quais as crianças desenvolvem uma consciência da existência de normas e valores sociais e alcançam uma noção própria de eu-social. Embora os processos de socialização sejam particularmente significativos durante a infância e a adolescência, continuam, até certo ponto, presentes durante o resto da vida. Nenhum indivíduo está imune às influências de outros à sua volta, modificando constantemente o seu comportamento durante todas as fases da sua vida.

Socialização de género O modo como os indivíduos desenvolvem diferentes características de género no decurso de processos de socialização.

Socialização primária Processo pelo qual as crianças aprendem as normas da sociedade em que nasceram. A socialização primária tem lugar em grande medida no seio da família.

Sociedade Um dos conceitos sociológicos mais importantes. Uma sociedade é um sistema estruturado de relações sociais que liga as pessoas de acordo com uma cultura partilhada. Algumas sociedades, como as dos caçadores-recolectores, são muito pequenas, não tendo mais do que algumas dezenas de pessoas, enquanto outras são enormes, com muitos milhões de pessoas – a sociedade chinesa moderna, por exemplo, tem uma população de mais de um bilião de indivíduos.

Sociedade civil O domínio de actividade situado entre o estado e o mercado, em que se incluem a família, as escolas, associações comunitárias e instituições não económicas. A "sociedade civil" ou cultura cívica é algo de essencial à vida de sociedades democráticas vibrantes.

Sociedade de vigilância Uma sociedade na qual os indivíduos são observados regularmente e as suas actividades são documentadas. A colocação de câmaras de vídeo nas estradas, nas ruas e nos centros comerciais é um dos aspectos da expansão da vigilância.

Sociedade do risco Noção associada ao sociólogo alemão Ulrich Beck. Beck defende que a sociedade industrial criou muitos novos perigos de riscos desconhecidos em épocas anteriores. Os riscos associados ao aquecimento global são um exemplo.

Sociedades agrárias Sociedades cujos meios de subsistência assentam na produção agrícola.

Sociedades de caçadores-recolectores Sociedades cujo modo de subsistência provém da caça de animais, da pesca e da recolha de plantas comestíveis.

Sociedades industriais Sociedades em que a grande maioria da população activa trabalha na produção industrial.

Sociedades pastoris Sociedades cuja subsistência assenta na criação de animais domésticos.

Sociologia O estudo de grupos e de sociedades humanas, que dá um destaque particular à análise do mundo industrializado. A sociologia faz parte de um conjunto de ciências sociais que inclui também a antropologia, a economia, a ciência política e a geografia humana. A distinção entre as várias ciências sociais não é nítida, pois todas partilham determinado leque de interesses, conceitos e métodos comuns.

Sociologia do corpo Estudo das influências sociais na nossa condição física.

Sociologia do desvio Ramo da sociologia que se ocupa do estudo do comportamento desviante e com a compreensão do que leva a classificar certos tipos de comportamento como desviantes.

Status Honra ou prestígio social conferido a determinado grupo por outros membros da sociedade. Os grupos de status envolvem, normalmente, estilos de vida próprios – padrões de comportamento que os membros de um grupo seguem. Os privilégios de status podem ser positivos ou negativos. Os grupos "párias" em termos de status são vistos com desdém ou maltratados pela maioria da população.

Status adstrito O status social que se baseia em factores biológicos como a raça, o sexo e a idade.

Status alcançado O status social que assenta no esforço individual e não em aspectos dependentes de factores biológicos. Entre os exemplos de *Status alcançado* contam-se os de "veterano", "licenciado", ou "doutor".

Status principal *(Master status)* O estatuto ou estatutos que têm habitualmente prioridade sobre todos os outros indicadores de estratificação social e que determinam a posição global de uma pessoa na sociedade.

Subclasse Classe situada na base do sistema de classes, composta frequentemente por pessoas originárias de minorias étnicas.

Subcultura Qualquer segmento da população que se distingue da sociedade envolvente pelas suas normas culturais.

Subcultura desviante Subcultura cujos membros têm valores substancialmente diferentes dos da maioria da sociedade.

Subculturas delinquentes Grupos, habitualmente compostos por jovens do sexo masculino, que rejeitam os valores da classe média e estabelecem normas alternativas de acordo com as quais os seus membros podem obter aceitação e reconhecimento. Os membros das subculturas delinquentes envolvem-se frequentemente em actos de desafio e inconformistas.

Subentendidos (*Shared understandings*) Os pressupostos comuns das pessoas que lhes permitem interagir de modo sistemático umas com as outras.

Suburbanização O desenvolvimento dos subúrbios, áreas residenciais mais baratas fora do centro das cidades.

Tatcherismo Doutrinas associadas à antiga primeira-ministra britânica Margaret Thatcher. Estas doutrinas sublinham a importância das empresas ao mesmo tempo que diminuem o âmbito da acção do estado, reservando entretanto um papel central a um governo nacional forte.

Taylorismo Conjunto de ideias, também conhecidas como "gestão científica", desenvolvidas por Frederick Winslow Taylor, segundo as quais se poderia aumentar enormemente a produtividade se as tarefas industriais fossem divididas numa séria de operações simples que podiam ser cronometradas com precisão e optimizadas.

Tecnologia A aplicação do conhecimento à produção do mundo material. A tecnologia envolve a criação de instrumentos materiais (como máquinas) utilizados na interacção humana com a natureza.

Telecomunicações A comunicação de informações, sons e imagens à distância através de um meio tecnológico.

Tempo de duplicação *(Doubling time)* O tempo que levam os efectivos de uma dada população a duplicar.

Tempo do relógio O tempo medido pelo relógio, isto é, avaliado em termos de horas, minutos e segundos. Antes da invenção dos relógios, a percepção do tempo assentava em eventos do mundo natural, como o nascer e o pôr do sol.

Tendência central As medidas de tendência central são modos de calcular médias.

Teoria da rotulagem Abordagem ao estudo do desvio que sugere que as pessoas se tornam "desviantes" por o seu comportamento ser submetido à rotulagem por parte das autoridades políticas e de outros.

Teoria dos vidros partidos A ideia de que existe uma ligação entre a aparência de desordem, como a existência de vidros partidos, janelas arrombadas ou indícios de vandalismo, e a existência de crime.

Teoria do controlo Teoria que vê o crime como o resultado de um desequilíbrio entre os impulsos para a actividade criminal e os controlos que a impedem. Os teóricos do controlo defendem que os criminosos são seres racionais que actuam para maximizar os seus benefícios a não ser que o não possam fazer devido à existência de controlos sociais ou físicos.

Teoria do germe Defende que a doença é causada por um agente específico que deve ser isolado e tratado para se recuperar a saúde do corpo humano. A teoria do germe constitui um dos exemplos principais do modelo biomédico de saúde.

Teorias da acção social Perspectiva sociológica que se debruça sobre os sentidos e intenções subjacentes à acção humana. As perspectivas centradas na acção social têm como preocupação o modo como os humanos interpretam activa e criativamente o mundo que os rodeia e não as forças externas que guiam e constrangem a acção humana.

Teorias do conflito Uma perspectiva sociológica que sublinha o papel desempenhado nas sociedades humanas pelas tensões, divisões e interesses concorrentes. Os teóricos do conflito acreditam que a escassez e o valor dos recursos disponíveis na sociedade levam ao conflito e que os grupos lutam pelo acesso a esses recursos e pelo seu controlo. Muitos teóricos do conflito foram fortemente influenciados pelos escritos de Marx.

Teorias feministas Perspectiva sociológica que sublinha o papel central do género na análise do mundo social, e em particular o carácter único da experiência das mulheres. Há muitas correntes de teoria feminista, mas todas têm em comum o desejo de explicar as desigualdades de género na sociedade e de trabalhar para as ultrapassar.

Terceira idade Os anos de vida adulta em que já se está livre das responsabilidades da progenitura e do mercado de trabalho. A terceira idade é cada vez mais longa nas sociedades contemporâneas, permitindo às pessoas mais idosas viver vidas activas e independentes.

Terceira via Filosofia política, desenvolvida de modo pioneiro pelo *New Labour* e favorecida por outros líderes democráticos centristas, que está comprometida com a preservação dos valores do socialismo ao mesmo tempo que endossa as políticas de mercado para gerar riqueza e dissipar as desigualdades económicas.

Terceiro Mundo As sociedades menos desenvolvidas, nas quais a produção industrial quase não existe ou só está desenvolvida num grau limitado. A maioria da população mundial mora em países do Terceiro Mundo.

Tipo ideal Um "tipo puro", construído acentuando determinados traços de um dado item social que são incorporados num modelo que não existe necessariamente na realidade. Trata-se de traços definidores e não de traços desejáveis necessariamente. A organização burocrática na caracterização de Max Weber constitui um exemplo de um tipo ideal.

Tolerância zero Abordagem da prevenção do crime e do controlo que dá a maior importância ao processo quotidiano de manutenção da ordem como a chave para a redução do crime sério. Ao colocar como alvos a pequena criminalidade e os distúrbios menores, a política de tolerância zero reflecte os mesmos princípios que estão subjacentes à teoria dos vidros partidos.

Totemismo Sistema de crenças religiosas que atribui propriedades divinas a um tipo particular de plantas ou animais.

Trabalhador polivalente Trabalhador que possui diversas formações ou qualificações, podendo, por isso, mover-se com facilidade entre empregos.

Trabalho Actividade pela qual os seres humanos produzem riqueza a partir do mundo natural e asseguram a sua sobrevivência. O trabalho não deve ser considerado exclusivamente como consistindo num emprego remunerado. Nas culturas tradicionais havia apenas um sistema monetário rudimentar, e poucas eram as pessoas que trabalhavam a troco de dinheiro. Nas sociedades modernas persistem ainda muitos tipos de trabalho, como o trabalho doméstico, que não implicam pagamentos salariais directos.

Transição demográfica Uma interpretação da mudança de população, que defende que só se alcança uma proporção estável entre nascimentos e mortes desde que se atinja um determinado nível de prosperidade económica. De acordo com esta noção, nas sociedades pré-industriais há um equilíbrio entre nascimentos e mortes, porque a tendência para o aumento da população é contrariada pela falta de comida disponível, pela doença ou pela guerra. Em contrapartida, nas sociedades modernas atinge-se o equilíbrio populacional porque as famílias são levadas a limitar o número de filhos por motivos económicos.

Transição na saúde A mudança de doenças agudas e infecciosas para doenças não infecciosas crónicas como causa principal de morte numa sociedade. Nas sociedades industrializadas que passaram pela transição na saúde, doenças infecciosas como a tuberculose, a cólera e a malária foram praticamente erradicadas e as doenças crónicas como o cancro e as doenças do coração tornaram-se a causa mais comum de morte.

Triangulação Uso de múltiplos métodos de pesquisa para produzir dados empíricos mais fiáveis do que os disponíveis quando se recorre a um único método.

Turismo sexual Termo utilizado para descrever o turismo internacional orientado para a prostituição. Encontra-se particularmente desenvolvido nos países do Extremo-Oriente, para onde viajam estrangeiros em busca de ligações sexuais baratas com mulheres e crianças.

Urbanismo Termo usado por Louis Wirth para denotar características específicas da via social urbana, como a sua impessoalidade.

Urbanização O desenvolvimento das vilas e das cidades.

Valores Ideias de indivíduos ou grupos acerca do que é desejável, decente, bom ou mau. A variação em termos de valores constitui um aspecto fundamental da diferenciação entre culturas humanas. O que os indivíduos valorizam é fortemente influenciado pela cultura específica em que vivem.

Vandalismo na interacção A subversão deliberada das regras tácitas de conversa.

Variável Dimensão de acordo com a qual podem ser categorizados objectos, indivíduos ou grupos, como, por exemplo, o rendimento ou a altura, permitindo comparações específicas com outros ou comparações ao longo do tempo.

Variável dependente Variável, ou factor, influenciada em termos de causalidade por outra (a variável independente).

Variável independente Variável, ou factor, que influencia de modo causal outra (a variável dependente).

Vigilância A supervisão das actividades de alguns indivíduos ou grupos, de modo a garantir um comportamento obediente.

Xamã Um indivíduo que se crê ter poderes mágicos especiais; um feiticeiro ou bruxo.

Bibliografia

Abercrombie, Nicholas 1996: *Television and Society* (Cambridge: Polity)

Adorno, Theodor W. et al. 1950: *The Authoritarian Personality (New* York: Harper and Row)

Ahmed, Akbar S. and Hastings Donnan 1994: 'Islam in the age of postmodernity', in Akbar S. Ahmed and Hastings Donnan (eds), Islam, *Globalization and Postmodernity* (London: Routledge)

Akintoye, Stephen 1976: *Emergent African States: Topics in Twentieth Century African* History (London: Longman)

Albrow, Martin 1996: *The Global Age: State and Society beyond Modernity* (Cambridge: Polity)

Aldridge, Alan 1987: 'In the absence of the minister: structures of subordination in the role of deaconess in the Church of England', *Sociology*, 21

Anderson, Elijah 1990: *Streetwise: Race, Class, and Change in an Urban Community* (Chicago: University of Chicago Press)

Anderson, F. S. 1977: TV violence and viewer aggression: accumulation of study results 1956-1976', *Public Opinion Quarterly*, 41

Ashton, David N. 1986: *Unemployment under Capitalism*: *The Sociology of British and American Labour Markets* (London: Wheatsheaf)

Ashworth, A.E.1980: *Trench Warfare*, 1914-1918 (London: Macmillan)

Bahrami, Homa and Stuart Evans 1995: 'Flexible recyching and high-technology entrepreneurship'. *California Management Review*, 22

Bamforth, Anne 1999: 'The restive season', *Guardian*, 15 December

Barker, Martin. 1981: *The New Racism: Conservatives and the Ideology of the Tribe* (Frederick, Md: University Publications of America)

Baudrillard, Jean 1988: *Selected Writings* (Cambridge: Polity)

Beek, Ulrich 1992: *Risk Society: Towards a New Modernity* (London: Sage)

Beck, Ulrich 1995: *Ecological Politics in an Age of Risk* (Cambridge: Polity)

Beck, Ulrich and Elisabeth Beck-Gernsheim 1995: *The Normal Chaos of Love* (Cambridge: Polity)

Becker, Howard 1950: *Through Values to Social Interpretation* (Durham, N.C.: Duke University Press)

Becker, Howard S. 1963: *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance* (New York: Free Press)

Benn, Caroline and Clyde Chitty1996: *Thirty Years On: Is Comprehensive Education Alive and Well or Struggling to Survive?* (London: David Pulton)

Berger, Peter and Thomas Luckmann 1966: *The Social Construction of Reality:* A *Treatise in the Sociology of Knowledge* (Garden City, N.Y.: Doubleday)

Bernstein, Basil 1975: *Class, Codes and Control* (3 vols, London: Routledge and Kegan Paul)

Bertelson, David 1986: *Snowflakes and Snowdrifts: Individualism and Sexuality in America* (Lanham, Md: University Press of America)

Berthoud, Richard 1999:'Young Caribbean men and the labour market: a comparison with other ethnic groups' (York: YPS)

Blackburn, Clare 1991: *Poverty and Health: Working with Families* (Milton Keynes: Oxford University Press)

Blankenhorn, David 1995: *Fatherless America* (New York: Basic Books)

Blau, Peter M. 1963: *The Dynamics of Bureaucracy* (Chicago: University of Chicago Press)

Blau, Peter M. and Otis Dudley Duncan 1967: *The American Occupational Structure* (New York: Wiley)

Blauner, Robert 1964: *Alienation and Freedom* (Chicago: University of Chicago Press)

Boden, Deirdre and Harvey Molotch 1994: 'The compulsion of proximity', in Deirdre Boden and Roger Friedland (eds), *Nowhere: Space, Time, and Modernity* (Berkeley: University of California Press)

Bogdanor, V. 1990: *Women at the Top* (London: Hansard)

Bonney, Norman 1992: 'Theories of social class and gender', Sociology *Review*, 1

Borja, Jordi and Manuel Castells 1997: *Local and Global: The Management of Cities in the Information Age* (London: Earthscan)

Bottomley, A. K. and K. Pease 1986: *Crime and Punishment: Interpreting the Data* (Milton Keynes: Open University Press)

Bourdieu, Pierre 1986: *Distinction: A Social Critique of Judgements of Taste* (London: Roudedge and Kegan Paul)

Bourdieu, Pierre 1988: *Language and Symbolic Power* (Cambridge: Polity)

Bourdieu, Pierre 1990: *The Logic of Practice* (Cambridge: Polity)

Bourdieu, Pierre and Jean-Claude Passeron 1977: *Reproduction: In Education, Society and Culture* (London: Sage)

Bowlby, John 1953: *Child Care and the Growth of Love* (Harmondsworth: Penguin)

Boyer, Robert and Daniel Drache (eds) 1996: *States against Markets: The Limits of Globalization* (London: Roudedge)

Braverman, Harry 1974: *Labour and Monopoly Capital: The Degradation of Work in the Twentieth Century* (New York: Monthly Review Press)

Breen, Richard and John H. Goldthorpe 1999:'Class inequality and meritocracy: a critique of Saunders and an alternative analysis', *British Journal of Sociology*, 50

Brennan, Teresa 1988: 'Controversial discussions and feminist debate', in Naomi Segal and Edward Timms (eds), *The Origins and Evolution of Psychoanalysis* (New Haven, Conn.: Yale University Press)

Brewer, Rose M. 1993: 'Theorizing race, class and gender: the new scholarship of black feminist intellectuals and black women's labour', in Stanlie M. James and Abena P. A. Busia (eds), *Theorizing Black Feminisms: The Visionary Pragmatism of Black Women* (New York: Routledge)

Browne, Ken and Ian Bottrill 1999: 'Our unequal, unhealthy nation', *Sociology Review*, 9

Brownmiller, Susan 1975: *Against our Will: Men, Women and Rape* (London: Seckerand Warburg)

Brubaker, Rogers 1998: 'Migrations of ethnic unmixingin the "New Europe"', *International Migration Review*, 32

Bruce, Steve 1996: *Religion in the Modere World: From Cathedrals to Cults* (Oxford: Oxford University Press)

Brundtland Commission 1987: *Our Common Future* (New York: United Nations)

Bull, Peter 1983: *Body Movement and Interpersonal Communication* (New York: Wiley)

Burchell, Brendan J. et al. 1999: *Job Insecurity and Work Intensification: Flexibility and the Changing Boundaries of Work* (York: YPS)

Burns, Thomas and G. M. Stalker 1966: *The Management of Innovation* (London: Tavistock)

Butler, Judith 1999: *Gender Trouble:Feminism and the Subversion of Identity* (London: Routledge)

Butler, Tim and Mike Savage 1995: *Social Change and the Middle Classes* (London: UCL Press)

Bynum, Caroline Walker, Steven Harrell and Paula Richman (eds) 1986: *Gender and Religion: On the Complexity of Symbols* (Boston, Mass.: Beacon)

Byrne, Lavinia 1994: *Women at the Altar. The Ordination of Women in the Roman Catholic Church* (London: Mowbray)

Campbell, Beatrix 1993: *Goliath: Britain's Dangerous Places* (London: Methuen)

Capps, Walter H. 1990: *The New Religious Right: Piety, Patriotism, and Politics* (Columbia: University of South Carolina Press)

Carswell, John 1985: *Government and the Universities in Britain: Progress and Performance 1960-1980* (Cambridge: Cambridge University Press)

Cashmore, E. Ellis 1987: *The Logic of Racism* (London: Allen and Unwin)

Castells, Manuel 1977: *The Urban Question: A Marxist Approach* (London: Edward Arnold)

Castells, Manuel 1983: *The City and the Grass Roots: A Cross-cultural Theory of Urban Social Movements* (London: Edward Arnold)

Castells, Manuel 1996: *The Rise of the Network Society* (Oxford: Blackwell)

Castells, Manuel 1997: *The Power of Identity* (Oxford: Blackwell)

Castells, Manuel 1998: *End of Millennium* (Oxford: Blackwell)

Castells, Manuel 2000:'Information technology and global capitalism', in Will Hutton and Anthony Giddens (eds), *On the Edge: Living with Global Capitalism* (London: Cape)

Castles, Stephen and Mark J. Miller 1993: *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World* (London: Macmillan)

Chamberlain, Mary 1999: 'Brothers and sisters, uncles and aunts: a lateral perspective on Caribbean families', in E. B. Silva and Carol Smart (eds), *The New Family?* (London: Sage)

Chambliss, William J. 1978: *On the Take: From Petty Crooks to President* (Bloomington: Indiana University Presa)

Chapman, Karen 1986: *The Sociology of Schools* (London: Tavistock)

Chodorow, Nancy 1978: *The Reproduction* of *Mothering* (Berkeley: University of California Press)

Chodorow, Nancy 1988: *Psychoanalytic Theory and Feminism* (Cambridge: Polity)

Church of England 1985: *Faith in the City: The Report* of *the Archbishop* of *Canterbury's Commission on Urban Priority Arcas* (London: Christian Action)

Cicourel, Aaron V. 1968: *The Social Organization* of *Juvenile justice* (New York: Wiley)

Cisneros, Henry G. (ed.) 1993: *Interwoven Destinies: Chities and the Nation* (New York: Norton)

Clark, Terry Nichols and Vincent Hoffman-Martinot 1998: *The New Political Culture* (Boulder, Colo.: Westview)

Clegg, Stewart 1990: *Modern Organizations Organization Studies in the Postmodern World* (London: Sage)

Cloward, R and L. Ohlin 1960: *Delinquency and Opportunity* (New York: Free Press)

Cohen, Albert 1955: *Delinquent* Boys (London: Free Presa)

Cohen, Robin 1994: *Frontiers* of *Identity: The British an the Others* (Harlow: Longman)

Cohen, Robin 1997: *Global Diasporas: An Introduction* (London: UCL Press)

Cohen, Stanley 1980: *Folk Devils and Moral Panics: The Creation* of *the Mods and Roekers* (Oxford: Martin Robertson)

Cohen, Stanley and Laurie Taylor 1972: *Psychological Survival: The Experience of Long-Term Imprisonment* (Harmondsworth: Penguin)

Cohn, Norman 1970a: *The Pursuit of the Millennium* (London: Paladin)

Cohn, Norman 1970b:'Mediaeval millenarianism', in Sylvia L. Thrupp (ed.), *Millennial Dreams in Action: Studies in Revolutionary Religious Movements* (New York: Schocken)

Coleman, James S. 1987: 'Families and schools', *Educational Researcher,* 16.6

Collins, James and Jerry Porras 1994: Built to Last (New York: Century)

Connell, R. W. 1987: *Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics* (Cambridge: Poliry)

Connell, R. W.1995: *Masculinities* (Cambridge: Polity)

Corbin, Juliet and Anselm Strauss 1985: 'Managing chronic illness at home: three lines of work', *Qualitative Sociology,* 8

Coward, Rosalind 1984: *Female Desire: Women's Sexuality Today* (London: Paladin)

Cox, Oliver C. 1959: *Class, Caste and Race: A Study in Social Dynamics* (New York: Monthly Review Press)

Cox, Peter R. 1976: *Demography* (5th edn, New York: Cambridge University Press)

Creighton, Colin 1999: 'The rise and decline of the "male breadwinner family" in Britain', *Cambridge Journal of Econamics,* 23

Crompton, Rosemary 1997: *Women and Work in Modern Britain* (Oxford: Oxford University Press)

Crompton, Rosemary 1998: *Class and Stratification: An Introduction to Current Debates* (2nd edn, Cambridge: Polity)

Crompton, Rosemary and Fiona Harris 1998: 'Explaining women's employment patterns: "orientations to work" revisited', *British Journal of Sociology,* 49

Crow, Graham and Michael Hardey 1992:'Diversity and ambiguity among lone-parent households in modero Britain', in Catherine Marsh and Sara Arber (eds), *Families and Households: Divisions and Change* (London: Macmillan)

Currie, David and Martin Siner 1999: 'The BBC: balancing public and commercial purpose', in *Public Purpose in Broadcasting: Funding the BBC* (Luton: University of Luton Press)

Currie, Elliott 1998a: 'Crime and market society: lessons from the United States', in Paul Walton and Jock Young (eds), *The Nem Criminology Revisited* (London: Macmillan)

Currie, Elliott 1998b: *Crime and Punishment in America* (New York: Henry Holt)

Dahrendorf, Ralf 1959: *Class and Class Conflict in Industrial Society* (London: Routledge; first pub. 1957)

Davie, Grace 1994: *Religion in Britain since 1945: Believing without Belonging* (Oxford: Blackwell)

Davies, Bronwyn 1991: *Frogs and Snails and Feminits Tales* (Sydney: Allen and Unwin)

Davis, Mike 1990: *City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles* (London: Vintage)

Davis, Stanley M. 1988: 2001 *Management: Managing the Future Now* (London: Simon and Schuster)

Denney, David 1998:'Anti-racism and the limits of equal opportunities policy in the criminal justice system', in Catherine Jones Finer and Mike Nellis (eds), *Crime and Social Exclusion* (Oxford: Blackwell)

Dennis, Norman and George Erdos 1992: *Families without Fatherhood* (London: IEA Health and Welfare Unit)

Denver, David 1994: *Elections and Voting Beharoiour in Britain* (2nd edn, Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf)

DfEE (Department for Education and Employment) 1998: *Meeting the Childcare Challenge* (London: DfEE)

De Witt, Karen 1994: 'Wave of suburban growth is being fed by minorities', *New York Times*, 15 August

Dobash, R. Emerson and Russell Dobash 1980: *Violence against Wives A Case against the Patriarchy* (London: Open Books)

Dobash, R. Emerson and Russell P. Dobash 1992: *Women, Violence and Social Change* (London: Routledge)

Dore, Ronald 1973: *British Factory, Japanese Factory: The Origins of National Diversity in Industrial Relations* (London: Allen and Unwin)

Doyal, Lesley 1995: *What Makes Women Sick: Gender and the Political Economy of Health* (London: Macmillan)

DTI (Department of Trade and Industry) 2000: *Just around the Corner* (London: DTI)

Duncan, Otis Dudley 1971: 'Observations on population', *New Physician*, 20 April

Duncombe, Jean and Dennis Marsden 1993: 'Love and intimacy: The gender division of emotion and "emotion work": a neglected aspect of sociological

discussion of heterosexual relationships', *Sociology*, 27

Duneier, Mitchell 1999: *Sidewalk* (New York: Farrar, Straus and Giroux)

Duneier, Mitchell and Harvey Molotch 1 999: 'Talking city trouble: interactional vandalism, social inequality, and the "urban interaction problem"' *American journal of Sociology*, 104

Durkheim, Émile 1952: *Suicide: A* Study in *Sociology* (London: Routledge and Kegan Paul; first pub. 1897)

Durkheim, Émile 1976: *The Elementary Forms of the Religious Life* (London: Allen and Unwin; first pub. 1912)

Durkeim, Émile 1982: *The Rules of Sociological Method* (London: Macmillan; first pub. 1895)

Durkheim, Émile 1984: *The Division of Labour in Society* (London: Macmillan; first pub. 1893)

Dyer, Clair 1999: 'Let's Stay Together', *Guardian*, 25 October

The Economist 1996: *The Pocket World in Figures* (London: Economist Publications)

Ehrenreich, Barbara and John Ehrenreich 1979: 'The professional-managerial class', in Pat Walker (ed.), *Between Labour and Capital* (Hassocks: Harvester Press)

Eibl-Eibesfeldt, I. 1973: 'The expressive behaviour of the deaf-and-blind born', in M. von Cranach and I. Vine (eds), *Social Communication and Movement* (New York: Academic Press)

Ekman, Paul and W. V. Friesen 1978: *Facial Action Coding System* (New York: Consulting Psychologists Press)

Eldridge, John (ed.) 1993: *Getting the Message: New, Truth and Power* (London: Roudedge)

Ell, Kathleen 1996: 'Social networks, social support and coping with serious illness: the family connection', *Social Science and Medicine*, 42

Elshtain, Jean Bethke 1987: *Women and* War (New York: Basic Books)

Ennew, Judith 1986: *The Sexual Exploitation of Children* (Cambridge: Polity)

Epstein, Debbie et al. 1998: *Failing Boys: Issues in Gender and Achievement* (Buckingham: Open University Press)

Ericson, Richard and Kevin Haggerty 1999: *Policing the Risk Society* (Oxford: Clarendon)

Erikson, Robert and John Goldthorpe 1993: *The Constant Flux: A Study of Class Mobility in Industrial Societies* (Oxford: Clarendon Press)

Esping-Andersen, Gosta 1990: *De Three Worlds of Welfare Capitalism* (Cambridge: Polity)

ESRC (Economic and Social Research Council) 1997: *Twenty-Something in the 1990s: Getting On, Getting By, Getting Nowhere*, research briefing (Swindon: ESRC)

Estrich, Susan 1987: *Real Rape* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press)

Evans, David J. 1992: 'Left realism and the spatial study of crime', in David J. Evans et al. (eds), *Crime, Policing and Place: Essays in Environment Criminology* (London: Routledge)

Evans, Martin 2000: 'Poor show', *Guardian*, 6 March

Evans-Pritchard, E. E. 1956: *Nuer Religion* (Oxford: Oxford University Press)

Eysenck, Hans1964: *Crime and Personality* (London: Routledge and Kegan Paul)

Faludi, Susan 1999: *Stiffed: The Betrayal of the Modern Man* (London: Chatto and Windus)

Ferguson, Kathy E. 1984: *The Feminist Case against Bureaucracy* (Philadelphia: Temple University Press)

Feuerbach, Ludwig 1957: *The Essence of Christianity* (New York: Harper and Row; first pub. 1841)

Firestone, Shulamith 1971: *The Dialectic of Sex: The* Case *for Feminist Revolution* (London: Cape)

Fischer, Claude S. 1984: *The Urban Experiente* (2nd edn, New York: Harcourt Brace Jovanovich)

Flowers, Ronald Barri 1987: *Women and Criminality: The Woman* as *Victim, Offender and Practitioner* (New York: Greenwood Press)

Ford, Clellan S.and Frank A. Beach 1951: *Patterns of Sexual Behaviour* (New York: Harper and Row)

Foucault, Michel 1970: *The Order of Things: An Archaeology of the Human Seiences* (London: Tavistock)

Foucault, Michel 1978: *The History of Sexuality* (London: Penguin)

Foucault, Michel 1979: *Discipline and Punish* (Harmondsworth: Penguin)

France, Alan and Paul Wiles 1998:'Dangerous futures: social exclusion and youth work in late modernity', in Catherine jones Finer and Mike Nellis (eds), *Crime and Social Exclusion* (Oxford: Blackwell)

Fraser, Nancy 1989: *Unruly Practices: Discourse and Gender in Contemporary Social Theory* (Cambridge: Polity)

Fraser, Steven (ed.) 1995: *The Bell Curve Wars: Race, Intelligence and the Future of America* (New York: Basic Books)

Freidson, Eliot 1970: *Profession of Medicine: A Study of the Sociology of Applied Knowledge* (New York: Dodd, Mead)

Freud, Sigmund 1975: *The Psychopathology of Everyday Life* (Harmondsworth: Penguin)

Friedlander, Daniel and Gary Burtless 1994: *Five Years After: The Long-Term Effects of Welfare-to-Work Programs* (New York: Russell Sage)

Fukuyama, Francis 1989: 'The end of history?' *National Interest*, 16

Fukuyama, Francis 1997: *The End of* Order (London: Social Market Foundation)

Gallie, Duncan 1994: 'Are the unemployed an underclass? Some evidente from the social change and economic life initiative', *Sociology*, 28

Gans, Herbert J. 1962: *The Urban Villagers: Group and Class in the Life of Italian-Americans* (2nd edn, New York: Free Press)

Gardner, Carol Brooks 1995: *Passing By: Gender and Public Harassment* (Berkeley: University of California Press)

Gardner, Howard 1993: *Multiple Intelligences: The Theory in* Practice (New York: Basic Books)

Garfinkel, Harold 1963: 'A conception of, and experiments with, "trust" as a condition of stable concerted actions', in O. J. Harvey (ed.), *Motivation and Social Interaction* (New York: Ronald Press)

Garfinkel, Harold 1984: *Studies in Ethnomethodology* (Oxford: Blackwell)

Gavron, Hannah 1966: *The Captive Wife: Conflicts of Housebound Mothers* (London: Routledge and Kegan Paul)

Gelis, Jacques 1991: *History of Childbirth: Fertility, Pregnancy, and Birth in Early Modern Europe* (Boston: Northeastern University Press)

Gellner, Ernest 1983: *Nations and Nationalism* (Oxford: Blackwell)

Gerbner, George et al. 1979: 'The demonstration of power: violence profile no. *10', Journal of Communication*, 29

Gerbner, George et al. 1980: 'The "mainstreaming" of America: violence profile no. 11', *Journal of Communication*, 30

Gershuny, J. I. and I. D. Miles 1983: *The New Service Economy: The Transformation of Employment in Industrial Societies* (London: Frances Pinter)

Gershuny, Jonathan et al. 1994: 'The domestic labour revolution: a process of lagged adapation', in Michael Anderson, Frank Bechofer and Jonathan Gershuny (eds), *The Social and Political Economy of the Household* (Oxford: Oxford University Press)

Gibbons, John H. 1990: *Trading Around the Clock: Global Securities Markets and Information Technology* (Washington DC: US Congress)

Giddens, Anthony 1984: *The Constitution of Society* (Cambridge: Polity)

Gillan, Audrey 1999: 'Shelter backs rethink on homeless', *Guardian*, 15 November

Ginn, Jay et al. 1996: 'Feminist fallacies: a reply to Hakim on women's employment', *British Journal of Sociology*, 47

Ginzburg, Carlo 1980: *The Cheese and de Worms* (London: Routledge and Kegan Paul)

Gittings, Danny 1999: 'Mickey Mouse invasion', *Guardian*, 3 November

Giuffre, Patti A. and Christine L. Williams 1994: 'Boundary lines: labeling sexual harassment in restaurants', *Gender and Society*, 8

Glasgow Media Group 1976: *Bad News* (London: Routledge)

Glass, David (ed.) 1954: *Social Mobility in Britain* (London: Routledge and Kegan Paul)

Glueck, Sheldon W. and Eleanor Glueck 1956: *Physique and Delinquency* (New York: Harper and Row)

Goffman, Erving 1968: *Asylums: Essays on the Social Situation of Mental Patients and Other Inmates* (Harmondsworth: Penguin)

Goffman, Erving 1969: *The Presentation of Self in Everyday Life* (Harmondsworth: Penguin)

Goffman, Erving 1971: *Relations in Public: Microstudies of the Public Order* (London: Allen Lane)

Goffman, Erving 1974: *Frame Analysis* (New York: Harper and Row)

Goffman, Erving 1981: *Forms of Talk* (Philadelphia: Universiry of Pennsylvania Press)

Goldstein, Paul J. 1979: *Prostitution and Drugs* (Lexington, Mass.: D. C. Heath)

Goldthorpe, John H. 1983:'Women and class analysis: in defence of the conventional view', *Sociology*, 17

Goldthorpe, John H. and Gordon Marshall 1992: 'The promising future of class analysis', *Sociology*, 26

Goldthorpe, John H. and Clive Payne 1986:'Trends in intergenerational class mobility in England and Wales 1972-1983', *Sociology*, 20

Goldthorpe, John H. with Catriona Llewellyn and Clive Payne 1980: *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain* (Oxford: Clarendon Press; 2nd edn 1987)

Goldthorpe, John H. et al. 1968-9: *The Affluent Worker in the Class Structure* (3 vols, Cambridge: Cambridge University Press)

Goleman, Daniel 1996: *Emotional Intelligence: Why It Can Matter More than IQ* (London: Bloomsbury)

Goodhardt, G. J., A. S. C. Ehrenberg and M. A. Collins 1987: *The Television Audience* (2nd edn, London: Gower)

Gorz, André 1982: *FareWell to the Working Class* (London: Pluto)

Gottfredson, Michael R. and Travis Hirschi 1990: A *General Theory of Crime* (Stanford, Calif: Stanford Universiry Press)

Gould, Stephen Jay 1995: 'Curveball', in Steven Fraser (ed.), *The Bell Curve Wars: Race, Intelligence and the Future of America* (New York: Basic Books)

Grabosky, P. N. and Russell G. Smith 1998: *Crime in the Digital Age: Controlling Telecommunications and Cyberspace Illegalities* (New Brunswick, N J.: Transaction)

Graef, Roger 1989: *Talking Blues* (London: Collins)

Graham, Heather 1987: 'Women's smoking and family health', *Social Science and Medicine*, 25

Graham, Heather 1994:'Gender and class as dimensions of smoking behaviour in Britain: insights from a survey of mothers', *Social Science and Medicine*, 38

Greenblat, Cathy Stein 1983: 'A hit is a hit ... or is it? Approval and tolerance of the use of physical force by spouses', in David Finkelhor et al. (eds), *The Dark Side of Families: Current Family Violence Research* (Beverly Hills, Calif: Sage)

Grint, Keith 1991: *The Sociology of Work* (Cambridge: Polity)

Grusky, David B. and Robert M. Hauser 1984: 'Comparative social mobility revisited: models of convergence and divergence in 16 countries', *American Sociological Review*, 49

Guibernau, Montserrat 1999: *Nations without States: Political Communities in a Global Age* (Cambridge: Polity)

Gunter, Barrie 1985: *Dimensiona of Television Violence* (London: Gower)

Habermas, Jürgen 1986-8: *The Theory of Communicative Action* (2 vols. Cambridge: Polity)

Habermas, Jürgen 1989: *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society* (Cambridge: Polity)

Hakim, Catherine 1995: Five feminist myths about women's employment', *British Journal of Sociology*, 46

Hakim, Catherine 1996: *Key Issues in Women's Work: Female Heterogeneity and the Polarisation of Women's Employment* (London: Athlone Press)

Hakim, Catherine 1998: 'Hakim's response', *British Journal of Sociology*, 49

Hall, Edward T. 1959: *The Silent Language* (New York: Doubleday)

Hall, Edward T. 1966: *The Hidden Dimension* (New York: Doubleday)

Hall, Ruth, Selma James and Judith Kertesz 1984: *The Rapist Who Pays the Rent* (2nd edn, Bristol: Falling Wall Press)

Hall, Stuart 1992: 'The question of cultural identity', in

Stuart Hall, David Held and Tony McGrew (eds), *Modernity and its Futures* (Cambridge: Polity)

Hall, Stuart et al. 1978: *Policing the Crisis: Mugging, the State, and Law and Order* (London: Macmillan)

Hall, Stuart et al. 1982: *De Empine Strikes Back* (London: Hutchinson)

Hall, Stuart et al. 1988: 'New times', *Marxism Today*, October

Handy, Charles 1994: *The Empty Raincoat: Making Sense of the Future* (London: Hutchinson)

Harker, Lisa 1996: 'The family-friendly employer in Europe', in Suzan Lewis and Jeremy Lewis (eds), *The Work-Family Challenge: Rethinking Employment* (London: Sage)

Harrison, Martin 1985: TV *News: Whose Bias?* (Hermitage: Policy Journals)

Harrison, Paul 1983: *Inside the Inner City: Life under the Cutting Edge* (Harmondsworth: Penguin)

Hartley-Brewer, Julia 1999: 'Gay couple will be legal parents', *Guardian*, 28 October

Harvey, David 1973: *Social justice and the City* (Oxford: Blackwell)

Harvey, David 1982: *The Limits to Capital* (Oxford: Blackwell)

Harvey, David 1985: *Consciousness and the Urban Experience: Studies in the History and Theory of Capitalist Urbanization* (Oxford: Blackwell)

Hawley, Amos H. 1950: *Human Ecology: A Theory of Community Structure* (New York: Ronald Press)

Hawley, Amos 1968: 'Human ecology', *International Encyclopaedia of Social Science, vol. 4* (Glencoe: Free Press)

Heath, Anthony 1981: *Social Mobility* (London: Fontana)

Hebdige, Dick 1997: *Cut 'n' Mix: Culture, Identity, and Caribbean Music* (London: Methuen)

Heelas, Paul 1996: *The New Age Movement: The Celebration of the Self and the Sacralization of Modernity* (Oxford: Blackwell)

Heidensohn, Frances 1985: *Women and Crime* (London: Macmillan)

Held, David 1996: *Models of Democracy* (2nd edn, Cambridge: Polity)

Held, David et al. 1999: *Global Transformations: Politics, Economics and Culture* (Cambridge: Polity)

Henslin, James M. and Mae A. Briggs 1971: 'Dramaturgical desexualization: the sociology of the vaginal examination', in James M. Henslin (ed.), *Studies in the Sociology of Sex* (New York: Appleton-Century-Crofts)

Henslin, James M. and Mae A. Briggs 1997: 'Behaviour in public places: the sociology of the vaginal examination,' in James M. Henslin (ed.), *Down to Earth Sociology: Introductory Readings* (9th edn, New York: Free Press)

Heritage, John 1984: *Garfinkel and Ethnomethodology* (Cambridge: Polity)

Herman, Edward 1998: 'Privatising public space', in Daya Kishan Thussu (ed.), *Electronic Empires: Global Media and Local Resistance* (London: Arnold)

Herman, Edward S. and Robert W. McChesney1997: *The* Global *Media: The New Missionaries of Global Capitalism* (London: Cassell)

Herrnstein, Richard J. and Charles Murray 1994: *The Bell Curve: Intelligence and Class Structure in American Life* (New York: Free Press)

Hills, John 1998: 'Does incorre mobility mean that we do not need to worry about poverty?' in A. B. Atkinson and John Hills (eds), *Exclusion, Employment and Opportunity* (London: Centre for the Analysis of Social Exclusion)

Hirschi, Travis 1969: *Causes of Delinquency* (Berkeley: University of California Press)

Hirst, Paul 1997: 'The global economy: myths and realities', *International Affairs*, 73

Hirst, Paul and Grahame Thompson 1999: *Globalization in Question: The International Economy and the Possibilities of Governance* (rev. edn, Cambridge: Polity)

HMSO (Her Majesty's Stationery Office) 1992: *Social Trends* 22 (London: HMSO)

HMSO (Her Majesty's Stationery Office) 1999: *Social Trends* 29 (London: HMSO)

HMSO (Her Majesty's Stationery Office) 2000: *Social Trends* 30 (London: HMSO)

Hochschild, Arlie 1983: *The Managed Heart: Commercialization of Human Feeling* (Berkeley: University of California Press)

Hochschild, Arlie 1989: *The Second Shift: Working Parents and the Revolution at Home* (New York: Viking)

Hochschild, Arlie 1997: *The Time Bind* (New York: Metropolitan Books)

Hodge, Robert and David Tripp 1986: *Children and Television: A Semiotic Approach* (Cambridge: Polity)

Hooks, bell 1997: *Bone Black: Memories of Girlhood* (London: Women's Press)

Howarth, Catherine et al. 1999: *Monitoring Poverty and Social Exclusion* 1999 (York: Joseph Rowntree Foundation)

Hughes, Everett C. 1945: 'Dilemmas and contradictions of status', *American Journal of Sociology*, 50

Hughes, Gordon 1991: 'Taking crime seriously? A critical analysis of New Left Realism', *Sociology Review*, 1

Hugill, Barry 1996: 'Death of the comprehensives', *Observer*, 7 January

Huntington, Samuel 1993: 'One clash of civilizations?' *Foreign Affairs*, 72.3

Iganski, Paul and Geoff Payne 1999:'Socio-economic restructuring and employment: the case of minority ethnic groups', *British Journal of Sociology*, 50

Illich, Ivan D. 1973: *Deschooling Society* (Harmondsworth: Penguin)

Illich, Ivan 1976: *Limits to Medicine* (London: Marion Boyars)

Innis, Harold A. 1950: *Empire and Communications* (Oxford: Oxford University Press)

Innis, Harold A. 1951: *The Bias of Communication* (Toronto: Toronto University Press)

IPPR (Institute for Public Policy Research) 1999:
Unsafe Streets: Street Homelessness and Crime (London: IPPR)

Iyer, Pico 1989: *Video Nights in Katmandu* (New York: Vintage)

Jacobs, Jane 1961: *The Death and Life of Great American Cities* (New York: Vintage)

Jahoda, Marie, Paul F. Lazarsfeld and Hans Zeisel 1972: *Marienthal: The Sociography of an Unemployed Community* (London: Tavistock; first pub. 1933)

Janus, S. S. and D. H. Heid Bracey 1980:'Runaways: pornography and prostitution', mimeo, New York

Jencks, Christopher 1994: *The Homeless* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press)

Jenkins, Simon 1987: 'Eve versus the Adams of the Church', *Sunday Times*, 6 September

Jensen, Arthur 1967: 'How much can we boost IQ and scholastic achievement?' *Harvard Educational Review*, 29

Jensen, Arthur 1979: *Bias in Mental Testing* (New York: Free Press)

Jobling, Ray 1988: 'The experience of psoriasis under treatment', in Michael Bury and Robert Anderson (eds), *Living with Chronic Illness: The Experience of Patients and their Families* (London: Unwin Hyman)

Johnson, Richard 1991: 'A new road to serfdom? A critical history of the 1988 Act', in Education Group II, *Education Limited: Schooling, Training and the New Right in England since 1979* (London: Unwin Hyman)

Jones, Gill 1997: 'Youth homelessness and the "underclass"', in Robert MacDonald (ed.), *Youth, the 'Underclass' and Social Exclusion* (London: Routledge)

Jones, Trevor 1993: *Britain's Ethnic Minorities* (London: Policy Studies Institute)

Joseph Rowntree Foundation 1995: Joseph Rowntree Foundation Inquiry into Income and Wealth (York: JRF)

Joshi, Heather and Georgia Verropoulou 1999: *Maternal Employment and Child Outcomes* (London: Smith Institute)

Jowell, Roger et al. (eds) 1996: *British Social Attitudes The 13th Report* (Aldershot: Dartmouth)

Judge, Ken 1995:'Income distribution and life expectancy: a criticai appraisal', *British Medical Journal*, 311

Kamin, Leon J. 1977: *The Science and Politics of IQ* (Harmondsworth: Penguin)

Kanter, Rosabeth Moss 1977: *Men and Women of the Corporation* (New York: Basic Books)

Kasarda, John D. and Morris Janowitz 1974: 'Community attachment in mass society', *American Sociological Review*, 39

Kautsky, Joseph 1982: *The Politics of Aristocratic Empires* (Chapel Hill: University of North Carolina Press)

Kelling George L. and Catherine M. Coles 1997: *Fixing Broken Windows: Restoring Order and Reducing Crime in our Communities* (New York:Free Press)

Kelly, Liz 1988: *Surviving Sexual Violence (Cambridge:* Polity)

Kelly, Michael P. 1992: *Colitis* (London: Tavistock/ Routledge)

Kelsey, Tim 1996: 'I want to live for ever', *Sunday Times News Review*, 7 January

Kepel, Gilles 1994: *The Revenge of God: The Resurgence of Islam, Christianity and Judaism in the Modern World* (Cambridge: Polity)

Kingdom, John 1999: *Government and Politics in Britain* (rev. edn, Cambridge: Polity)

Kinsey, Alfred C. et al. 1948: *Sexual Behaviour in* the *Human Male* (Philadelphia: W. B. Saunders)

Kinsey, Alfred C. et al. 1953: *Sexual Behaviour in the Human Female* (Philadelphia: W. B. Saunders)

Knorr-Cetim, Karen and Aaron V. Cicourel (eds) 1981: *Advances in Social Theory and Methodology: Towards an Interpretation of Micro – and Macro – Sociologies* (London: Routledge and Kegan Paul)

Koser, Khalid and Helma Lutz 1998:'The neve migration in Europe: contexts, constructions and realities', in Khalid Koser and Helma Lutz (eds), *The New Migration in*

Europe: Social Constructions and Social Realities (Basingstoke: Macmillan)

Krupat, Edward 1985: *People in Cities: The Urban Environment and its Effects* (Cambridge: Cambridge University Press)

Kumar, Vinod 1993: *Poverty and Inequality in the UK and the Effects on Children* (London: National Children's Bureau)

Laing, R. D. 1971: *Self and Others* (Harmondsworth: Penguin)

Lantenari, Vittorio 1963: De *Religions of the Oppressed: A Study of Modern Messianic Cults* (Neve York: Knopf)

Laumann, Edward O. et al. 1994: *The Social Organization of Sexuality: Sexual Practices in the United States* (Chicago: University of Chicago Press)

Lazarsfeld, Paul F., Bernard Berelson and Hazel Gaudet 1948: *The People's Choice?* (New York: Columbia University Press)

Lea, John and Jock Young 1984: *What Is To Be Done about Law and Order?* (London: Penguin)

Leadbeater, Charles 1999: *Living on Thin Air: The New Economy* (London: Viking)

Leisering, Lutz and Stephan Leibfried 1999: *Time and Poverty in Western Welfare States* (Cambridge: Cambridge University Press)

Lemert, Edwin 1972: *Human Deviance, Social Problems and Social Control* (Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall)

Lewis, Oscar 19 61: *The Children of Sanchez* (New York: Random House)

Lewis, Suzan and Karen Taylor 1996:'Evaluating the impact of family-friendly employer policies: a case study', in Suzan Lewis and Jeremy Lewis (eds), *The Work-Family Challenge: Rethinking Employment* (London: Sage)

Lewontin, Richard C. 1995: 'Sex, lies and social science', *New York Review of Books*, 20 April

Lie, Suzanne S. and Virginia E. O'Leary 1990: *Storming the Tower: Women in the Academic World* (London: Kogan Page)

Liebert, Robert M., Joyce N. Sprafkin and M. A. S. Davidson 1982: *The Early Window: Effects of Television on Children and Youth* (London: Pergamon Press)

Lilley, Sarah-Jane et al. 1996: *British Social Attitudes and Northern Ireland Social Attitudes Surveys: Technical Report* (London: Social and Community Planning Research)

Lim, Lin Lean 1998: *The Sex Sector: The Economic and Social Bases of Prostitution in Southeast Asia* (Geneva: International Labour Organization)

Lipset, Seymour Martin and Reinhard Bendix 1959: *Social Mobility in Industrial Society* (B erkeley: University of California Press)

Locke, John 2000: 'Can a sense of community flourish in cyberspace?' *Guardian*, 11 March

Logan, John R. and Harvey L. Molotch 1987: *Urban Fortunes: The Political Economy of Place* (Berkeley: University of California Press)

Lorber, Judith 1994: *Paradoxes of Gender (New* Haven, Conn.: Yale University Press)

Lull, James 1997: 'China turned on (revisited): television, reform and resistance', in Annabelle Sreberny-Mohammadi et al. (eds), *Media in Global Context: A Reader* (London: Arnold)

Lynch, Finola 2000: 'Can mothers really have a career?' *Guardian*, 24 January

Lyon, Christina and Peter de Cruz 1993: *Child Abuse* (London: Family Law)

Lyon, David 1994: *The Electronic Eye: The Rise of Surveillance Society* (Cambridge: Polity)

Lyotard, Jean-François 1985: *The Postmodern Condition* (Minneapolis: University of Minnesota Press)

Mac an Ghaill, Máirtín 1994: *The Making of Men: Masculinities, Sexualities and Schooling* (Buckingham: Open University Press)

Macgregor, Susanne and Ben Pimlott 1991: 'Action and inaction in the cities', in Macgregor and Pimlott, *Tackling the Inner Cities The 1980s Reviewed, Prospects for the 1990s* (Oxford: Clarendon Press)

MacInryre, Sally 1997: 'The Black Report and beyond: what are the issues?' *Social Science and Medicine, 44*

Mack, Joanna and Stewart Lansley 1985: *Poor Britain* (London: George Allen and Unwin)

Mack, Joanna and Stewart Lansley 1992: *Breadline Britain 1990s The Findings of the Television Series* (London: London Weekend Television)

McKeown, Thomas *1979: The Role of Medicine: Dream, Mirage or Nemesis?* (Oxford: Blackwell)

McLuhan, Marshall 1964: *Understanding Media* (London: Routledge and Kegan Paul)

Macpherson, Sir *W. 1999: The Stephen Lawrence Inquiry* (London: Stationery Office)

Malinowski, Bronislaw 1982: *'Magic, Science and Religion; and Other Essays* (London: Souvenir Press)

Malthus, Thomas 1976: *Essay an the Principle of Population* (New York: Norton; first pub. 1798)

Marshall, Gordon and David Firth 1999: 'Social mobility and personal satisfaction: evidence from ten countries', *British Journal of Sociology*, 50

Marshall, Gordon et al. 1988: *Social Class in Modern Britain* (London: Hutchinson)

Marshall, T. H. 1963: *Sociology at the Crossroads* (London: Heinemann)

Marshall, T. H. 1973: *Class, Citizenship and Social Development* (Westport, Conn.: Greenwood)

Martineau, Harriet 1962: *Society in America* (Garden City, N.Y.: Doubleday; first pub. 1837)

Mason, Angela and Anya Palmer 1996: *Queer Bashing: A National Survey of Hate Crimes against Lesbian and Gay Men* (London: Stonewall)

Mason, David 1995: *Race and Ethnicity in Modern Britain* (Oxford: Oxford University Press)

Matthews, Roger and Jock Young (eds) 1986: *Confronting Crime* (London: Sage)

Meadows, Donella H. et al. 1974: *The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind* (2nd edn, New York: Universe Books)

Meadows, Pamela (ed.) 1996: *The Future of Work: Contributions to the Debate* (York: YPS)

Meek, James 2000: 'Nun quits over women priests', *Guardian*, 12 January

Merton, Robert K. 1957: *Social Theory and Social Structure* (rev. edn, Glencoe: Free Press)

Michels, Roberto 1967: *Political Parties* (New York: Free Press; first pub. 1911)

Middleton, Sue, Karl Ashworth and Ian Braithwaite 1997: *Small Fortunes: Spending on Children, Childhood Poverty and Parental Sacrifice* (York: Joseph Rowntree Foundation)

Miles, Robert 1993: *Racism after 'Race Relations'* (London: Routledge)

Miller, Patrick McC. and Martin Plant 1996: 'Drinking, smoking and illicit drug use among 15 and 16 year olds in the United Kingdom', *British Medical Journal*, 313

Mills, Charles 1997: *The Racial Contract* (Ithaca, N.Y.: Cornell University Press)

Mills, C. Wright 1956: *The Power Elite* (Oxford: Oxford University Press)

Mills, C. Wright 1970: *The Sociological Imagination* (Harmondswonh: Penguin)

Milne, A. E. Hatzidimitradou and T. Harding 1999: *Later Lifestyles: A Survey by Help the Aged and Yours Magazine* (London: Help the Aged)

Miner, Horace 1956: 'Body ritual among the Nacirema', *American Anthropologist*, 58

Mintzberg, Henry 1979: *The Structuring of Organizations* (Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall)

Mirsky, Jonathan 1982: 'China and the one child family', *New Society*, 18 February

Mitchell, Juliet 1973: *Psychoanalysis and Feminism* (London: Allen Lane)

Mitnick, Kevin 2000: 'They call me a criminal', *Guardian*, 22 February

Modood, Tariq 1991: 'The Indian economic success', *Policy and Politics*, 19

Modood, Tariq 1994: 'Political blackness and British Asians', *Sociology*, 28

Modood, Tariq et al. 1997: *Ethnic Minorities in Britain: Diversity and Disadvantage* (London: Policy Studies Institute)

Mohammadi, Ali 1998: 'Electronic empires: an Islamic perspective', in Daya Kishan Thussu (ed.), *Electronic Empires: Global Media and Local Resistance*

Molnar, Alex 1996: *Giving Kids the Business: The Commercialization of America's Schools* (Boulder, Colo.: Westview)

Molotch, Harvey and Deirdre Boden 1985: 'Talking social structure: discourse, dominante and the Watergate hearings', *American Sociological Review*, 50

Moore, R. 1995: *Ethnic Statistics and the 1991 Census* (London: Runnymede Trust)

Morris, Lydia 1993: *Dangerous Classes: The Underclass and Social Citizenship* (London: Roudedge)

Moynihan, Daniel P. 1965: *The Negro Family: A Case for National Action* (Washington DC: US Government Printing Office)

Mumford, Lewis 1973: *Interpretations and Forecasts* (London: Secker and Warburg)

Muncie, John 1999: *Youth and Crime:* A *Critical Introduction* (London: Sage)

Murdoch, Rupen 1994:'The century of networking', *Eleventh Annual John Bonython Lecture*, Centre for Independent Studies, Australia

Murdock, George 1949: *Social Structure* (New York: Macmillan)

Murray, Charles A. 1984: *Losing Ground: American Social Policy*, 1950-1980 (New York: Basic Books)

Murray, Charles 1990: *The Emerging British Underclass* (London: Institute of Economic Affairs)

Nazroo, James 1995: 'Uncovering gender differences in the use of marital violence: the effect of methodology', Sociology, 29

Neale, Bren and Carole Smart 1997: 'Experiments with parenthood', *Sociology*, 31

Negroponte, Nicholas 1995: *Being Digital* (London: Hodder and Stoughton)

Nettleton, Sarah 1995: *The Sociology of Health and Illness* (Cambridge: Polity)

Neustatter, Angela 1999: 'Happy ever after', *Guardian*, 22 October

Noel, Gerard 1980: *The Anatomy of the Catholic Church* (London: Hodder and Stoughton)

Oakley, Ann 1974: *The Sociology of Housework* (Oxford: Martin Robertson)

Oakley, Ann 1984: *The Captured Womb: A History of the Medical Care of Pregnant Women* (Oxford: Blackwell)

Oakley, Ann et al. 1994: 'Life stress, support and class inequality: explaining the health of women and children', *European Journal of Public Health*, 4

O'Brien, Margaret and Deborah Jones 1999:'Children, parente employment and educational attainment: an English case study', *Cambridge Journal of Economics*, 23

Ohmae, Kenichi 1990: *The Borderless World: Power and Strategy in the Industrial Economy* (London: Collins)

Ohmae, Kenichi 1995: *The End of the Nation State: The Rise of Regional Economies* (London: Free Press)

Omi, Michael and Howard Winant 1994: *Racial Formation in the United States: From the 1960s to the 1990s* (2nd edn, New York: Routledge)

Ouchi, William G. 1979: 'A conceptual framework for the design of organizational control mechanisms', *Management Science*, 25

Ouchi, William G. 1981: *Theory Z: How American Business Can Meet the Japanese Challenge* (Reading, Mass.: Addison-Wesley)

Owen, D. 1992: *Ethnic Minorities in* Britain: *Settlement Patterns, 1991* Census Statistical Paper no. 1, National Ethnic Minority Data Archive

Pahl, Jan 1989: *Money and Marriage* (Basingstoke: Macmillan)

Park, Robert E. 1952: *Human Communities: The City and Human Ecology* (New York: Free Press)

Parry, Noel and José Parry 1976: *De Rise of the Medica Profession* (London: Croom Helm)

Parsons, Talcott 1952: *The Social System* (London: Tavistock)

Parsons, Talcott and Robert F. Bales 1956: *Family: Socialization and Interaction Process* (London: Routledge and Kegan Paul)

Pascoe, Eva 2000: 'Can a sense of community flourish in cyberspace?' Guardian, 11 March

Paul, Diana Y. 1985: *Women in Buddhism: Images of the Feminine in the Mahayana Tradition* (Berkeley: University of California Press)

Pearce, Frank 1976: *Crimes of the Powerful: Marxism, Crime and Deviance* (London:Pluto Press)

Peter G. Peterson 1999: *Gray Dawn: How the Coming Age Wave will Transform America – and the World* (New York: Random House)

Phillips, Tim 1999: 'A single skill is not enough', *Guardian*, 28 October

Philo, Greg 1991: 'Seeing is believing', *Social Studies Review*, May

Phizacklea, Annie and Carol Wolkowitz 1995: *Homeworking Women: Gender, Racism and Class at Work* (London: Sage)

Pierson, Christopher 1994: *Dismantling the Welfare State? Reagan, Thatcher and the Politics of Retrenchment* (Cambridge: Cambridge University Press)

Pilkington, Edward 1992: 'Hapless democratic experiment', *Guardian*, 28 January

Piore, Michael J. and Charles F. Sabel 1984: *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity* (New York: Basic Books)

Plummer, Kenneth 1975: *Sexual Stigma: An Interactive Account* (London: Routledge and Kegan Paul)

Pollak, Otto 1950: *The Criminality of Women* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press)

Pollert, Anna 1988: 'Dismantling flexibility', *Capital and Class*, no. 34

President's Commission on Organized Crime 1986: *Records of Hearings, June 24-26, 1985* (Washington DC: US Government Printing Office)

Quah, Danny 1999: *The Weightless Economy in Economic Development* (London: Centre for Economic Performance)

Rake, Katherine (ed.) 2000: *Women's Incorres over the Lifetime* (London: Stationery Office)

Ratchffe, Peter 1999: 'Housing inequality and "race": some critical reflections on the concept of "social exclusion"', *Ethnic and Racial Studies*, 22

Redman, Peter 1996: 'Empowering men to disempower themselves: heterosexual masculinities, HIV and the contradictions of anti-oppressive education', in Máirtín Mac an Ghaill (ed.), *Understanding Masculinities* (Buckingham: Open University Press)

Reeves, Richard 1999: 'Relax, you're a good mum', *Guardian*, 10 October

Reid, Ivan et al. 1991: 'The education of the elite', in G.

Walford (ed.), *Private Schooling: Tradition, Change and Diversity* (Oxford: Chapman)

Reskin, Barbara and Irene Padavic 1994: *Women and Men at Work* (Thousand Oaks, Calif.: Pine Forge Press)

Rex, John and Robert Moore 1967: *Race, Community and Conflict: A Study of Sparkbrook* (Oxford: Oxford University Press)

Richardson, Diane and Hazel May 1999: 'Deserving victims? Sexual status and the social construction of violence', *Sociological Review*, 47

Riesman, David 1961: *The Lonely Crowd: A Study of the Changing American Character* (New Haven, Conn.: Yale University Press)

Ritzer, George 1996: *The McDonaldization of Society: An Investigation into the Changing Character of Contemporary Social Life* (rev. edn, Thousand Oaks, Calif: Pine Forge Press)

Robbins, Thomas and Susan J. Palmer (eds) 1997: *Millennium, Messiahs, and Mayhem: Contemporary Apocalyptic Movements* (London: Routledge)

Rosenau, James N. 1997: *Along the Domestic-Foreign Frontier: Exploring Governance in a Turbulent World* (Cambridge: Cambridge University Press)

Rosener, Judy B. 1997: *America's Competitive Secret: Women Managers* (New York: Oxford University Press)

Rossi, Alice 1973: 'The first woman sociologist: Harriet Martineau', in *The Feminist Papers: From Adams to de Beauvoir* (New York: Columbia University Press)

Rubin, Lillian 1990: *The Erotic Wars: What Happened to the Sexual Revolution?* (New York: Fanar)

Rubin, Lillian B. 1994: *Families on the Fault Line* (New York: Harper Collins)

Rutherford, Jonathan 1988: 'Who's that man', in Rowena Chapman and Jonathan Rutherford (eds), *Male Order: Unwrapping Masculinity* (London: Lawrence and Wishart)

Rutherford, Jonathan and Rowena Chapman 1988: 'The forward match of men halted', in Rowena Chapman and Jonathan Rutherford (eds), *Male Order: Unwrapping* Masculinity (London: Lawrence and Wishart)

Sabel, Charles F. 1982: *Work and Politics: The Division of Labour in Industry* (Cambridge: Cambridge University Press)

Saks, Mike (ed.) 1992: *Alternative Medicine in Britain* (Oxford: Clarendon Press)

Sassen, Saskia 1991: *The Global City: New York, London, Tokyo* (Princeton: Princeton University Press)

Sassen, Saskia 1998: *Globalization and its Discontents Essays on the Mobility of People and Money* (New York: New Press)

Saunders, Peter 1990: *Social Class and Stratification* (London: Routledge)

Saunders, Peter 1996: *Unequal but Fair? A Study of Class Barriers in Britain* (London: IEA Health and Welfare Unit)

Savage, Mike et al. 1992: *Property, Bureaucracy, and Culture: Middle Class Formation in Contemporary Britain* (London: Roudedge)

Sayers, Janet 1986: *Sexual Contradiction: Psychology, Psychoanalysis and Feminism* (London: Tavistock)

Scarman, Leslie George 1982: *The Scarman Report* (Harmondsworth: Penguin)

Schiller, Herbert I. 1989: *Culture Inc.: The Corporate Takeover of Public Expression* (New York: Oxford University Press)

Schiller, Herbert I. 1991: 'Not yet the postimperialist era', *Critical Studies in Mass Communications*, 8

Schwarz, John and Thomas Volgy 1992: *The Forgotten Americans* (New York: Norton)

Scott, John 1991: *Who Rules Britain?* (Cambridge: Polity, 1991)

Scott, Sue and David Morgan 1993:'Bodies in a social landscape', in Sue Scott and David Morgan (eds), *Body Matters: Essays on the Sociology of the Body* (London: Falmer Press)

Scriven, Jeannie 1984: 'Women at work in Sweden', in Marilyn J. Davidson and Cary L. Cooper (eds), *Working Women: An International Survey* (New York: Wiley)

Seidman, Steven 1997: *Difference Troubles: Queering Social Theory and Sexual Politics* (Cambridge: Cambridge University Press)

Sennett, Richard 1993: *The Conscience of the Eye: The Design and Social Life of Cities* (London: Faber and Faber)

Sennett, Richard 1998: *The Corrosion of Character: The Personal Consequences of Work in the New Capitalism* (London: Norton)

Seymour-Ure, Colin 1998: 'Leaders and leading articles: characterization of John Major and Tony Blair in the editorials of the national daily press', in Ivor Crewe, Brian Gosschalk and John Bartle (eds), *Political Communications: Why Labour Won the General Election of* 1997 (London: Frank Cass)

Sharma, Ursula 1992: *Complementary Medicine Today: Practitioners and Patients* (London: Routledge)

Sheldon, William A. 1949: *Varieties of Delinguent Youth* (New York: Harper)

Skellington, Richard with Paulette Morris 1996: *'Race' in Britain Today* (2nd edn, London: Sage)

Skocpol, Theda 1979: *States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia and China* (Cambridge: Cambridge University Press)

Slapper, Gary and Steve Tombs 1999: *Corporate Crime* (Essex: Longman)

Smart, Carol and Bren Nele 1999: *Family Fragments?* (Cambridge: Polity)

Smith, Donna 1990: *Stepmothering* (London: Harvester)

Social Exclusion Unit 1999: *Single Pregnancy* (London: HMSO)

Solomos, John and Tim Rackett 1991:'Policing and urban unrest: rotten constitution and policy response', in Ellis Cashmore and Eugene McLaughlin (eds), *Out of Order? Policing Black People* (London: Routledge)

Sreberny-Mohammadi, Annabelle 1992:'Media integration in the Third World', in B. Gronbeck et al. (eds), *Media, Consciousness and Culture* (London: Sage)

Sreberny-Mohammadi, Annabelle et al. (eds) 1997: *Media in a Global Context:* A Reader (London: Arnold)

Stanton, Elizabeth Cady 1985: *The Woman's Bible: The Original Feminist Attack on the Bible* (Edinburgh: Polygon Books; first pub. 1895)

Stanworth, Michelle 1984: 'Women and class analysis: a reply to John Goldthorpe', *Sociology*, 18

Stark, Rodney and William Sims Bainbridge 1985: *The Future of Religion, Secularism, Revival, and Cult Formation* (Berkeley: University of California Press)

Statham, June 1986: *Daughters and Sons Experiences of Non-sexist Childraising* (Oxford: Blackwell)

Stone, Jennie 2 000: *Losing Perspective: Global Affairs in British Terrestrial Television* 1989-1999 (London: International Broadcasting Trust)

Straus, Murray A. and Richard J. Gelles 1986: 'Societal-change and change in family violence from 1975 to 1985 as revealed by two national surveys', *Journal of Marriage and the Family*, 48

Sullivan, Andrew 1995: *Virtually Normal: An Argument about Homosexuality* (London: Picador)

Sullivan, Oriel 1997: 'Time waits for no (wo)man: an investigation of the gendered experience of domestic time', *Sociology*, 31

Sutherland, Edwin H. 1949: *Principles of Criminology* (Chicago: Lippincott)

Swann Committee 1985: *Education for All: Report of the Committee into the Education of Ethnic Minority Children* (London: HMSO)

Sydie, R. A. 1987: *Natural Women, Cultured Men: A Feminist Perspective on Sociological Theory* (New York: Methuen)

Taylor, Ian, Paul Walton and Jock Young 1973: *The New Criminology: For a Social Theory of Deviance* (London: Routledge and Kegan Paul)

Thomas, W. I. and Florian Znaniecki 1966: *The Polish Peasant in Europe and America* (New York: Dover; first pub. in 5 vols 1918-20)

Thompson, John B. 1990: *Ideology and Modern Culture* (Cambridge: Polity)

Thompson, John B. 1995: *The Media and Modernity:* A *Social Theory of the Media* (Cambridge: Poliry)

Thompson, Warren S. 1929: 'Population', *American Journal of Sociology*, 34

Thussu, Daya Kishan 1999: 'Privatizing the airwaves: the impact of globalization on broadcasting in India', *Media, Culture and Society*, 21

Tizard, Barbara and Martin Hughes 1984: *Young Children Learning, Talking and Thinking at Home and at School* (London: Fontana)

Tough, Joan 1976: *Listening to Children Talking* (London: Ward Lock Educational)

Townsend, Peter 1979: *Poverty in the United Kingdom* (Harmondsworth: Penguin)

Townsend, Peter et al. 1987: *Poverty and Labour in London* (London: Low Pay Unit)

Trades Union Congress 2000:'Qualifying for racism', TUC, London

Troeltsch, Ernst 1981: *The Social Teaching of the Christian Churches* (2 vols, Chicago: University of Chicago Press)

UNDP (United Nations Development Programme) 1998: *Human Development Report* (Oxford: Oxford Universiry Press)

UNDP (United Nations Development Programme) 1999: *Human Development Report* (Oxford: Oxford University Press)

Urban Task Force 1999: *Towards an Urban Renaissance*, final report of the Urban Task Force, chaired by Lord Rogers of Riverside (London: Department of the Environment, Transport and the Regions)

Urry, John 1990: *The Tourist Gaze: Leisure and Travel in Contemporary Societies* (London: Sage)

US Bureau of Justice 1998: *Capital Punishment 1997*, Statistics Bulletin (Washington DC: US Government Printing Office)

van Gennep, Arnold 1977: *The Rites of Passage* (London: Routledge and Kegan Paul; first pub. 1908)

Vidal, Denis 1998: 'When the gods drink milk! Empiricism and belief in contemporary Hinduism', *South Asia Research*, 18

Vogler, Carolyn and Jan Pahl 1994:'Money, power and inequality in marriage', *Sociological Review*, 42

Wajcman, Judy 1998: *Managing like a Man: Women and Men in Corporate Management* (Cambridge: Polity)

Walby, Sylvia A. 1986: 'Gender, class and stratification: toward a new approach', in Rosemary Crompton and Michael Mann (eds), *Gender and Stratification* (Oxford: Blackwell)

Walby, Sylvia 1990: *Theorizing Patriarchy* (Oxford: Blackwell)

Walker, Carol 1994: 'Managing poverty', *Sociology Review*, Aprfi

Walker, Nick 1995:'Could you be a fitness junkie?' *Independent*, 4 December

Wallis, Roy 1984: *The Elementary Forms of New Religious Life* (London: Routledge and Kegan Paul)

Warde, Alan and Kevin Heatherington 1993: 'A changing domestic division of labour? Issues of measurement and interpretation', *Work, Employment and Society*, 7

Waterhouse Inquiry 2000: *Lost in Care*, report of the Tribunal of Inquiry into the Abuse of Children in Care ..., chaired by Sir Ronald Waterhouse (London: Stationery Office)

Webb, Rob and Hal Westergaard 1991: 'Social stratification, culture and education', *Sociology Review*, 1

Weber, Max 1951: *The Religion of China* (New York: Free Press)

Weber, Max 1952: A *ncient Judaism* (New York: Free Press)

Weber, Max 1958: *The Religion of India* (New York: Free Press)

Weber, Max 1963: *The Sociology of Religion* (Boston, Mass.: Beacon)

Weber, Max 1976: *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism* (London: Allen and Unwin; first pub. 1904-5)

Weeks, Jeffrey 1986: *Sexuality* (London: Methuen)

Weeks, Jeffrey et al. 1999:'Partners by choice: equality, power and commitment in non-heterosexual relationships', in Graham Allen (ed.), *The Sociology of the Family: A Render* (Oxford: Blackwell)

Weitzman, Lenore et al. 1972: 'Sexual socialization in picture books for preschool children', *American Journal of Sociology*, 77

Wells, John 1995: *Crime and Unemployment* (London: Employment Policy Institute)

Westergaard, John 1995: *Who Gets What? The Hardening of Class Inequality in the Late Tmentieth Century* (Cambridge: Polity)

White, Michael and Malcolm Trevor 1983: *Under Japanese Management: The Experience of British Workers* (London: Heinemann)

Wilkins, Leslie T. 1964: *Social Deviance: Social Policy: Action and Research* (London: Tavistock)

Wilkinson, Helen 1994: No *Turning Back* (London: Demos)

Wilkinson, Helen and Geoff Mulgan 1995: *Freedom's Children: Work, Relationships and Politics for 18-34 year olds in Britain Today* (London: Demos)

Wilkinson, Richard 1996:*Unhealthy Societies: The Afflictions of Inequality* (London: Routledge)

Williams, Simon J. 1993: *Chronic Respiratory Illness* (London: Routledge)

Willis, Paul 1977: *Learning to Labour: How Working Class Kids Get Working Class jobs* (London: Saxon House)

Willmott, Peter 1963: *The Evolution of a Community: A Study of Dagenham after Forty Years* (London: Routledge and Kegan Paul)

Willott, Sara and Christine Griffin 1996: 'Men, masculinity and the challenge of long-term unemployment', in Máirtín Mac an Ghaill (ed.), *Understanding Masculinities* (Buckingham: Open University Press)

Wilson, Bryan 1982: *Religion in Sociological Perspective* (Oxford: Oxford University Press)

Wilson, James Q. and George Kelling 1982: 'Broken windows', *Atlantic Monthly*, March

Wilson, Jamie 2000:'One third of mothers forced out of full-time working', *Guardian*, 24 January

Wilson, William Julius 1978: *The Declining Significance of Race: Blacks and Changing American Institutions* (Chicago: University of Chicago Press)

Wilson, William Julius 1999: 'When work disappears: new implications for race and urban poverty in the global economy', *Ethnic and Racial Studies*, 22

Wirth, Louis 1938: 'Urbanism as a way of life', *American Journal of Sociology*, 44

Wood, Stephen 1989:'The transformation of work?', in Stephen Wood (ed.), *The Transformation of Work? Skills, Flexibility and the Labour Process* (London: Unwin Hyman)

Woolgar, Steve and Dorothy Pawluch 1985: 'Ontological gerrymandering: the anatomy of social problems explanations', *Social Problems*, 32

World Bank 2000: *World Development Report* (New York: Oxford University Press)

Worrall, Anne 1990: *Offending Women: Female Lawbreakers and the Criminal justice System* (London: Routledge)

Worsley, Peter 1970: *The Trumpet Shall Sound: A Study of 'Cargo' Cults in Melanesia* (London: Paladin)

Wright, Erik Olin 1978: *Class, Crisis and the State* (London: New Left Books)

Wright, Erik Olin 1985: *Classes* (London: Verso)

Wright, Erik Olin 1997: *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis* (Cambridge: Cambridge University Press)

Wyatt, Edward 1999: 'Investors are seeing profits in nation's demand for education', *New York Times*, 4 November

Young, Jock 1998: 'Breaking windows: situating the new criminology', in Paul Walton and Jock Young (eds), *The New Criminology Revisited* (London: Macmillan)

Young, Jock 1999: *The Exclusive Society: Social Exclusion, Crime and Difference in Late Modernity* (London: Sage)

Young, Michael and Tom Schuller 1991: *Life* after *Work: The Arrival of the Ageless Society* (London: Harper Collins)

Young, Michael and Peter Willmott 1973: *The Symmetrical Family: A Study of Work and Leisure in the London Region* (London: Routledge and Kegan Paul)

Zammuner, Vanda Lucia 1987: 'Children's sex-role stereotypes: a cross-cultural analysis', in Phillip Shaver and Clyde Hendrick, *Sex and Gender* (London: Sage)

Zeitlin, Irving 1984: *Ancient Judaism: Biblical Criticism from Max Weber to the Present* (Cambridge: Polity)

Zeitlin, Irving 1988: *The Historical Jesus* (Cambridge: Polity)

Zerubavel, Eviatar 1979: *Patterns of Time in Hospital Life* (Chicago: University of Chicago Press)

Zerubavel, Eviatar 1982: 'The standardization of time: a sociohistorical perspective', *American Journal of Sociology*, 88

Zimbardo, Philip 1972: 'Pathology of imprisonment', *Society*, 9

Zubaida, Sami 1996: 'How successful is the Islamic Republic in Islamizing Iran?', in J. Beinin and J. Stork (eds), *Political Islam: Essays from the Middle East Report* (Berkeley: University of Cafifornia Press)

Zuboff, Shoshana 1988: *In the Age of the* Smart *Machine: The Future of Work and Power* (New York: Basic Books)

Agradecimentos

O editor agradece a autorização concedida para a utilização do seguinte material:

Philip Allan Updates – **Fig. 6.5** de J. Williams, 'In Focus: Population', *Sociological Review, 8:2* (1998) Fig. 3; **Fig. 8.3** de J. Williams, 'In Focus: The 1998 British Crime Survey', *Sociological Review*, 8:4 (1999) Fig. 3; **Fig. 11.2** de J. Williams, 'Children, poverty and consumption', *Sociological Review*, 8:1 (1998), Fig. 1; **Fig. 16.5** de E. Mitsos and K. Browne, 'Gender differences in education', *Sociological Review*, 8:1 (1998) Fig. 1; e com The Controller of Her Majesty's Stationery Office for Crown copyright material – **Fig. 6.1** de K. Browne and I. Botrill, 'Our unequal, unhealthy nation', *Sociological Review*, 9:2 (1999) Fig. 1;

Blackwell Publishers – **Fig. 13.9** de P. Sinclair, *Unemployment Economic Theory and Evidence* (1987) p. 2; **Quadro 10.1** de R. Crompton, *Class and Stratification, 2e* (1998) Polity, p. 67; **Fig. 18.3** de M. Castells, *The Rise of the Network Society, 2e* (2 000); **Fig. 6.4** de S. Nettleton, *The Sociology of Health and Illness* (1995) Polity; **Fig. 6.2** de K. Browne, *An Introduction to Sociology, 2e* (1998) Polity; e com Stanford University Press – **Quadro 3.3** de D. Held et al., *Global Transformations* (1999) Polity, p. 10;

Butterworth Heinemann Publishers – **Fig. 12.1** de S. Gregson and F. Livesay, *Organisations and Management Behaviour* (1993) p. 288;

Cambridge University Press e Guardian News Service Ltd – **Fig. 17.1** de R. Gill, *Churchgoing and Christian Ethics* (1999), *The Guardian*, ,24.4.00;

Copyright Clearance Center, Inc. por World Bank – **Figs. 2.4, 15.2, 15.4** e **16.4** e **Quadro 15.1** de *World Development Indicators 1998/1999;*

The Economist Newspaper Ltd – **Figs. 9.3, 9.4, 13.3, 14.2, 15.3, 16.3, 17.3** e **19.2** de vários números de *The Economist;*

Guardian News Service Ltd – **Figs. 7.1, 8.2, 8.5, 11.1, 11.3, 13.6, 13.7, 14.4, 17.2, 17.4, 19.4, 19.11** e **Quadro 7.1** de vários números de *The Guardian* e *The Observer;*

The Controller of Her Majesty's Stationery Office – **Figs. 6.3, 8.1, 8.4, 8.6, 11.5, 13.1, 13.5, 13.8, 15.1, 16.1, 19.8** e **Quadros 5.1, 6.1, 6.2, 7.2, 7.4, 8.1, 8.2, 8.3, 9.1, 10.2, 11.1, 11.2, 13.2, 16.2, 16.3, 17.2** e **17.3** de Crown copyright material, Office of National Statistics;

Richard B. Lee and Irven De Vore – **Fig. 2.1** de R. B. Lee and I. De Vore, eds, *Man the Hunter*, Aldine de Gruyter (1963), Global map, 3.1. Copyright © 1963 by The Wenner Gren Foundation for Anthropological Research;

W. W. Norton & Company, Inc. – **Figs. 1.1, 2.3, 3.1, 13.4, 14.1, 16.2, 19.1, 19.5** e **20.1** de Anthony Giddens and Mitchell Duneier, *Introduction to Sociology, 3e*, *7* Global maps e Figs. 1.1, 2.1. Copyright © 2000 by W. W. Norton & Co. Inc.;

Office for Official Publications of the European Communities – **Figs. 13.2, 7.5** de *Employment in Europe, 1999*, Table, p. 12, e *Eurobarometer* (1993);

D. W. Owen – **Quadro 9.2** de D. Owen, *Ethnic Minorities in Britain: Housing and Family Characteristics*, Center for Research in Ethnic Relations, National Ethnic Minority Data Archive, 1991 Census Statistical Paper No. 5, University of Warwick;

Oxford University Press – **Quadro 13.1** de M. O'Brien and D. Jones, 'Children, parental employment and educational attainment an English case study', *Cambridge Journal of Economics*, 23 (1999) pp.599-621;

Oxford University Press, Inc – **Figs. 19.3, 19.6, 19.10** e **Quadros 3.2, 16.1, 19.1** de *Human Development Report 1998* by United Nations Development Program, Fig. 4.5, Table 4.3, Box table 1.2 and figs. on p. 3. Copyright © 1998 by the United Nations Development Program; e **Figs. 3.1, 3.3, 3.4, 3.5, 3.6, 15.5** e **Quadro 3.2** de *Human Development Report* 1999 by United Nations Development Program, Figs. 1.1, 1.2, 1.6, 2.4, Table 1.1 e fig. na p. 2. Copyright © 1999 by the United Nations Development Program;

Palgrave – **Fig. 7.2** de G. Crow and M. Hardey, 'Diversity and ambiguity among lone-parent households in modern Britain' in C. Marsh and S. Arber, eds, *Families and Households* (1992); e **Figs. 9.1, 9.2** de S. Castles and M. J. Miller, *Age of Migration* (1993), pp. 6, 67;

Policy Studies Institute – **Figs. 7.3, 7.4** e **Quadro 7.3** de R. Berthoud and S. Beishon, 'People, families and households' in T. Modood, R. Berthoud et al, eds, *Ethnic Minorities in Britain: Diversity and Disadvantage: The Fourth National Survey of Ethnic Minorities* (1997) pp. 33, 39, 24;

Joseph Rowntree Foundation – **Fig. 13.10** e **Quadro 13.3** de B. J. Burchell et al., *Job Insecurity and Work Intensification* (1999) Fig. 1, Table 1; e Fig. 11.4 de C. Howarth et al., *Monitoring Poverty and Social Exclusion* (1999), Fig. 5;

Times Newspapers Ltd – **Fig. 14.3** de *The Sunday Times*, 4.5.97;

Foram feitos todos os esforços para identificar os detentores de direitos, mas, se algum foi inadvertidamente esquecido, o editor está disponível para regularizar a situação na primeira oportunidade.

Créditos de gravuras

0-1 © Inge Morath / Magnum; 3 © Tony Stone / Bob Thomas; 4 © Sean Sprague / Panos Pictures; 7 © Hulton Getty; 8, 12 © Bettmann / Corbis; 13 Bildarchiv Preussischer Kulturbesitz, Berlin; 14 © Corbis

20-21 © Ian Berry / Magnum; 27 © Phil Schermeister / Corbis; 28 © Annie Griffiths Belt / Corbis; 30 © Philip Jones Griffiths / Magnum

48-9 © Sean Sprague / Panos Pictures; 50 © Tony Arruza / Corbis; 52 © Chris Stowers / Panos Pictures; 57 Ray Kennedy / Cortesia de The Age; 65 © Kevin R. Morris / Corbis; 72 AP Photo / Barry Sweet

78-9 © Chris Steele-Perkins / Magnum; 81© Inge Morath /Magnum; 84 © Paul Ekman; 92 © David Hoffman; 96 © Martin Parr /Magnum

106-7 Laurence Jaugey-Paget / GAZE; 111 © Eugene Richards / Magnum; 122 © Pablo San Juan / Corbis; 126 © Annie Griffiths Belt / Corbis; 131 © Gisele Wulfsohn / Panos Pictures

142-3 PhotoDisc; 145 © Caroline Mardon / Photofusion; 157 © Chris Steele-Perkins / Magnum; 160 © Sam Tanner / Photofusion; 162 © David Hurn / Magnum

172-3 © David Hurn / Magnum; 175 © Peter Cade / Stone; 176 © Paul Harrison / Panos Pictures; 181 © Peter Jones / Photofusion; 192 © Telegraph Group Limited 2001

202-3 © Andrew Testa / Panos Pictures; 206 (esquerda) © Michael S. Yamashita / Corbis; 206 (direita) Mark McEvoy / Panos Pictures; 208 Wellcome Library, London; 216 © Gary Simpson / Photofusion; 222 © Tony Taylor / Panos Pictures; 232 © Paul Lowe / Panos Pictures; 233 © Philip Jones Griffiths / Magnum

244-5 © Pictor International; 249 © Peter Marshall / Photofusion; 257 © Bettmann / Corbis; 261 © Penny Tweedie / Panos Pictures; 267 © Howard Davies / Panos Pictures; 276 © Crispin Hughes / Photofusion

281-2 © Ian Berry / Magnum; 285 © James Nachtwey / Photo Agency; 286 © Stuart Franklin / Magnum; 299 © Crispin Hughes / Photofusion; 301 © Joanne O'Brien / Format; 302 © 1990 Roland Fiddy. Com autorização de Exley Publications Ltd

310-11 © David Trainer / Photofusion; 320 © David Hoffman; 328 © Philip Wolmuth / Panos Pictures; 332 © Chris Steele-Perkins / Magnum; 336 Mary Evans Picture Library; 337 © Philip Wolmuth / Panos Pictures

346-7 © Bob Rowan, Progressive Image / Corbis; 349 © Owen Franken / Corbis; 353 © Karl Weatherly / Corbis; 357 University College Library, London Bentham 115/44; 358 © 1989 Bill

Stott. Com autorização de Exley Publications Ltd; 364 © Howard Grey / Stone

374-5 © Marcus Rose / Panos Pictures; 382 © Philip Wolmuth / Panos Pictures; 385 © Bettmann / Corbis; 401 DOONESBURY © G. B. Trudeau. Com autorização de UNIVERSAL PRESS SYNDICATE. All rights reserved; 407 © Owen Franken / Corbis; 412 © Steve Eason / Photofusion

422-3 AP Photo / Christian Lutz; 429 © James Nachtwey / Photo Agency; 444 AP Photo / Brendan McDermid; 448 © Donovan Wylie / Magnum

454-5 © Leland Bobbe /Stone; 460 © Raghu Rai / Magnum; 480 © Chris Stowers / Panos Pictures

492-3 © Ian Berry / Magnum; 507 © Patrick Ward / Corbis; 520 © John Anyon / Photofusion; 528 © Walter Hodges / Stone

532-3 © Abbas / Magnum; 536 © Raghu Rai / Magnum; 538 © Sam Tanner / Photofusion; 545 © Liba Taylor / Panos Pictures; 548 © Ian Berry / Magnum; 554 © Carl de Keyzer / Magnum; 563 AP Photo / Burhan Ozbilici

570-1 © Eugene Richards / Magnum; 573 © Josef Koudelka / Magnum; 581 © Martine Mouchy / Stone; 583 © Nevil Yildiz / Photofusion; 587 © Ian Berry / Magnum; 592 © Sean Sprague / Panos Pictures

602-3 © Stuart Franklin / Magnum; 607 © Sean Sprague / Panos Pictures; 612 © Steve McCurry / Magnum; 618 © Chris Steele-Perkins / Magnum; 629 AP Photo / Karel Prinsloo

638-9 © Jane Bown; 640 © Fisher / Thatcher / Stone; 643 © The Treehouse; 649 Edward Tronick / AnthroPhoto; 653 Imperial War Museum, London

664-5 © Robert Hallmann; 671 American Sociological Association; 673 Judith Butler; 674 © Reuters / New Media Inc. / Corbis; 677 © Anne Selders; 679 © Bettmann / Corbis; 680 © Armin Pongs; 681 foto Emma Kiselyova.

Todos os esforços foram feitos para identificar os detentores de direitos, mas, se algum foi esquecido, o editor está disponível para regularizar a situação na primeira oportunidade.